



TESIS DOCTORAL

**CAMBIOS RECIENTES EN EL USO DEL SUELO
EN LA REGIÓN CENTRO DE PORTUGAL
SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS PARA LA SOSTENIBILIDAD**

José Pereira Ribeiro Coutinho

DEPARTAMENTO DE ARTE Y CIENCIAS DEL TERRITORIO

2015



TESIS DOCTORAL

**CAMBIOS RECIENTES EN EL USO DEL SUELO
EN LA REGIÓN CENTRO DE PORTUGAL
SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS PARA LA SOSTENIBILIDAD**

José Pereira Ribeiro Coutinho

DEPARTAMENTO DE ARTE Y CIENCIAS DEL TERRITORIO

Conformidad del Director

Fdo.: Dr. Julián Mora Aliseda

2015

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador de tese Prof. Catedrático Doutor Julián Mora Aliseda por toda a orientação, ajuda, incentivo, confiança e amizade que aconteceram ao longo destes anos de trabalho, fazendo votos para que as circunstâncias permitam que a cooperação frutuosa que tem acontecido se prolongue para além do momento presente.

Agradeço à Eng.^a Natália Roque toda a preciosa e sempre pronta ajuda no desenvolvimento da cartografia e na aprendizagem dos sistemas de informação geográfica, bem como a amabilidade e amizade que sempre me concedeu.

Devo um agradecimento à Escola Superior Agrária de Castelo Branco, na pessoa do seu Diretor, Prof. Celestino de Almeida, pelas facilidades concedidas, nomeadamente na utilização do Laboratório de Sistemas de Informação Geográfica.

Agradeço ao Instituto Politécnico de Castelo Branco as facilidades concedidas para o desenvolvimento desta tese.

Não posso deixar de agradecer à colega Císbélia Cevadinha toda a amizade, companheirismo, incentivo, apoio e ajuda, desde a primeira hora do nosso percurso na Universidade da Extremadura.

Agradeço igualmente aos colegas e amigos da Escola Superior Agrária de Castelo Branco pelo apoio e ajuda que sempre demonstraram nos momentos difíceis e nos momentos fáceis, nas pequenas e nas grandes coisas.

À Leopoldina agradeço a amizade e o apoio que sempre me concedeu e que muito ajudou a ultrapassar os momentos mais críticos deste percurso.

Aos meus Pais agradeço pela ajuda incondicional, ajudando sempre, mesmo quando não sabem que estão a ajudar.

Bem Hajam!

Índice

Índice.....	7
Índice de Figuras	17
Índice de Quadros.....	45
Resumo.....	46
Resumen	47
Abstract	48
1. Introdução.....	51
1.1 Motivações pessoais e profissionais	51
1.2 Objetivos e oportunidades do tema	52
1.3 Organização territorial de Portugal.....	53
2. Estado da arte	75
2.1 Perspetivas de abordagem da mudança de uso do solo	77
2.2 Perspetiva histórica do uso do solo em Portugal	85
2.3 Políticas agrárias e rurais na União Europeia.....	88
2.4 A política de estruturas agrárias e a questão da terra	99
2.5 Diversificação de atividades no meio rural	104
3. Hipótese.....	113
4. Metodologia e Fontes	117
4.1 Introdução.....	117
4.2 Criação das bases de dados.....	120
4.3 Tipologia da cartografia elaborada	121
4.3.1 Criação de <i>layout</i> cartográfico	121
4.3.2 Padrões de cores utilizados na cartografia elaborada	122
4.4 Criação de classes de valores.....	123
4.5 Metodologia de análise.....	124
4.6 Fontes estatísticas e cartográficas	127
5. Mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura.....	131
5.1 Características fisiográficas de Portugal.....	131

5.2 Superfície usada pela agricultura.....	144
5.3 Superfície total das explorações agrícolas.....	153
5.4 Superfície agrícola utilizada (SAU) total	166
5.5 Superfície agrícola não utilizada (SANU).....	179
5.6 Outras superfícies nas explorações agrícolas	187
5.7 Superfície total de floresta.....	187
5.8 Matas e florestas nas explorações agrícolas	193
5.9 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas... 203	
5.10 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas.....	215
5.11 Superfície de terras aráveis.....	220
5.12 Superfície de culturas temporárias em cultura principal	229
5.13 Superfície de terras em pousio.....	246
5.14 Superfície de culturas permanentes	254
5.15 Superfície de pastagens permanentes	268
5.16 Prados e pastagens permanentes	277
6. Mudanças na superfície das principais culturas agrícolas.....	291
6.1 Superfície de vinha	292
6.2 Superfície de olival.....	302
6.3 Superfície de frutos frescos	307
6.4 Superfície de citrinos	315
6.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija	324
6.6 Superfície de cereais para grão	334
6.7 Superfície de leguminosas secas para grão.....	343
6.8 Superfície de prados temporários	352
6.9 Superfície de culturas forrageiras	359
6.10 Superfície de cultura de batata.....	369
6.11 Superfície de culturas industriais.....	378
6.12 Superfície de culturas hortícolas.....	387
6.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais.....	397

6.14 Superfície de culturas para alimentação animal	406
7. Mudanças na estrutura das explorações agrícolas.....	421
7.1 Número de explorações agrícolas.....	421
7.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola.....	440
7.3 Número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola	451
7.4 Mecanização nas explorações agrícolas	462
7.4.1 Proporção de explorações agrícolas com trator	462
7.4.2 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU).....	472
7.5 Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas	482
8. Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo.....	499
8.1 Número de produtores agrícolas singulares.....	500
8.2 Idade dos produtores agrícolas singulares	519
8.2.1 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 15 – 24 anos.....	523
8.2.2 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 25 – 34 anos.....	532
8.2.3 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 35 – 44 anos.....	543
8.2.4 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 45 – 54 anos.....	553
8.2.5 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 55 – 64 anos.....	562
8.2.6 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 65 e mais anos	572
8.2.7 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 34 e menos anos.....	590
8.2.8 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 35 – 54 anos.....	600
8.2.9 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 55 e mais anos	610
8.3 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares	622
8.3.1 Produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade	626
8.3.2 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica.....	638
8.3.3 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária.....	650
8.3.4 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior.....	661
8.4 Tempo de trabalho dos produtores agrícolas singulares nas explorações agrícolas.....	672
8.4.1 Produtores agrícolas singulares a tempo completo nas explorações agrícolas	676
8.4.2 Produtores agrícolas singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas	689

8.5 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas.....	701
8.5.1 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas.....	701
8.5.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas	714
8.5.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas	726
8.5.4 Rácio de mão-de-obra agrícola total a tempo parcial <i>versus</i> mão-de-obra a tempo completo.....	738
8.5.5 Proporção de mão-de-obra agrícola a tempo completo nas explorações agrícolas	750
8.5.6 Proporção de mão-de-obra agrícola a tempo parcial nas explorações agrícolas ...	762
8.5.7 Mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas	774
8.5.8 Mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas	786
8.6 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas	798
9. Resultados e diagnóstico	815
9.1 Mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura	815
9.1.1 Superfície usada pela agricultura	815
9.1.2 Superfície total das explorações agrícolas	816
9.1.3 Superfície agrícola utilizada (SAU).....	816
9.1.4 Superfície agrícola não utilizada (SANU)	817
9.1.5 Outras superfícies nas explorações agrícolas.....	817
9.1.6 Superfície total de floresta	817
9.1.7 A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas.....	818
9.1.8 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto	819
9.1.9 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto	819
9.1.10 Superfície de terras aráveis	820
9.1.11 Superfície de culturas temporárias em cultura principal.....	821
9.1.12 Superfície de terras em pousio	822
9.1.13 Superfície de culturas permanentes	822
9.1.14 Superfície de pastagens permanentes.....	823
9.1.15 Superfície de prados e pastagens permanentes	824
9.2 Mudanças na superfície das principais culturas agrícolas	826
9.2.1 Superfície de vinha	826

9.2.2 Superfície de olival	826
9.2.3 Superfície de culturas de frutos frescos	827
9.2.4 Superfície de culturas de citrinos	827
9.2.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija.....	828
9.2.6 Superfície de culturas de cereais para grão.....	828
9.2.7 Superfície de culturas de leguminosas secas para grão	829
9.2.8 Superfície de prados temporários.....	829
9.2.9 Superfície de culturas forrageiras	830
9.2.10 Superfície de cultura de batata em cultura principal.....	830
9.2.11 Superfície de culturas industriais em cultura principal.....	831
9.2.12 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal.....	831
9.2.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal.....	832
9.2.14 Superfície de culturas para alimentação animal.....	832
9.3 Mudanças na estrutura das explorações agrícolas	833
9.3.1 Número de explorações agrícolas	833
9.3.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola	834
9.3.3 Número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola.....	834
9.3.4 Proporção de explorações agrícolas com trator	835
9.3.5 Número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU).....	835
9.3.6 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas...	836
9.4 Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo.....	836
9.4.1 Número de produtores singulares	836
9.4.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos	837
9.4.3 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos	837
9.4.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos	838
9.4.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos	838
9.4.6 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos	839
9.4.7 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos.....	839
9.4.8 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos.....	840

9.4.9	Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos	840
9.4.10	Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos.....	840
9.4.11	Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade.....	841
9.4.12	Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica	841
9.4.13	Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária	842
9.4.14	Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior	842
9.4.15	Percentagem de produtores singulares a tempo completo	842
9.4.16	Percentagem de produtores singulares a tempo parcial	843
9.4.17	Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas.....	843
9.4.18	Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas	844
9.4.19	Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas	844
9.4.20	Rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo nas explorações agrícolas	845
9.4.21	Percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo completo relativamente ao número total.....	845
9.4.22	Percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo parcial relativamente ao número total.....	846
9.4.23	Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total.....	847
9.4.24	Percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total.....	847
9.4.25	Superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA)	848
9.5	Sustentabilidade na mudança de uso do solo.....	848
9.6	Linhas força das mudanças de uso do solo em Portugal de 1989 a 2009.....	853
9.6.1	Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura no Continente.....	853
9.6.2	Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura na região autónoma dos Açores	853
9.6.3	Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura na região autónoma da Madeira.....	854
9.6.4	Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas no Continente	854

9.6.5 Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas na região autónoma dos Açores	855
9.6.6 Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas na região autónoma da Madeira.....	855
9.6.7 Linhas força das mudanças na estrutura das explorações agrícolas no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira	856
9.6.8 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo no Continente.....	856
9.6.9 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo na região autónoma dos Açores	857
9.6.10 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo na região autónoma da Madeira.....	858
10. Verificação da hipótese	863
10.1 Verificação da hipótese quanto ao uso da superfície utilizada pela agricultura em Portugal.....	863
10.1.1 Superfície usada pela agricultura	864
10.1.2 Superfície total das explorações agrícolas	864
10.1.3 Superfície agrícola utilizada (SAU).....	864
10.1.4 Superfície agrícola utilizada (SANU).....	865
10.1.5 Superfície de floresta	865
10.1.6 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas.....	865
10.1.7 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto	866
10.1.8 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto	866
10.1.9 Superfície de terras aráveis	866
10.1.10 Superfície de culturas temporárias.....	867
10.1.11 Superfície de terras em pousio	867
10.1.12 Superfície de culturas permanentes	867
10.1.13 Superfície de pastagens permanentes.....	868
10.1.14 Superfície de prados e pastagens permanentes	868
10.2 Verificação da hipótese quanto à superfície das principais culturas agrícolas.....	868
10.2.1 Superfície de vinha	869
10.2.2 Superfície de olival	869

10.2.3 Superfície de culturas de frutos frescos	869
10.2.4 Superfície de culturas de citrinos	870
10.2.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija.....	870
10.2.6 Superfície de culturas de cereais para grão	870
10.2.7 Superfície de culturas de leguminosas secas para grão	871
10.2.8 Superfície de prados temporários.....	871
10.2.9 Superfície de culturas forrageiras	871
10.2.10 Superfície de cultura de batata.....	872
10.2.11 Superfície de culturas industriais	872
10.2.12 Superfície de culturas hortícolas	872
10.2.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais	873
10.2.14 Superfície de culturas para alimentação animal.....	873
10.3 Verificação da hipótese quanto à estrutura das explorações agrícolas	874
10.3.1 Número de explorações agrícolas	874
10.3.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola	874
10.3.3 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola.....	875
10.3.4 Percentagem de explorações agrícolas com trator	875
10.3.5 Número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU).....	875
10.3.6 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas na exploração agrícola	876
10.4 Verificação da hipótese quanto aos aspetos sociais decorrentes do uso do solo	876
10.4.1 Número de produtores agrícolas singulares	877
10.4.2 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 15-24 anos	877
10.4.3 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 25-34 anos	878
10.4.4 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 35-44 anos	878
10.4.5 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 45-54 anos	878
10.4.6 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 55-64 anos	879

10.4.7 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 65 e mais anos	879
10.4.8 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 34 e menos anos.....	880
10.4.9 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 35-54 anos	880
10.4.10 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 55 e mais anos	881
10.4.11 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade.....	881
10.4.12 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica	881
10.4.13 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária	882
10.4.14 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior	882
10.4.15 Percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo nas explorações agrícolas	883
10.4.16 Percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas	883
10.4.17 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas nas explorações agrícolas.....	884
10.4.18 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas	884
10.4.19 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas	884
10.4.20 Mão-de-obra agrícola. Rácio do número de pessoas a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo nas explorações agrícolas	885
10.4.21 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas	885
10.4.22 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas	886
10.4.23 Mão-de-obra agrícola. Percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas	886
10.4.24 Mão-de-obra agrícola. Percentagem da mão-de-obra agrícola não familiar nas explorações agrícolas	887
10.4.25 Mão-de-obra agrícola. Produtividade do trabalho nas explorações agrícolas ...	887

11. Propostas de intervenção	893
12. Conclusões	899
12.1 Mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura	899
12.2 Mudanças no uso do solo relativo às principais culturas agrícolas	904
12.3 Mudanças na estrutura das explorações agrícolas	909
12.4 Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo	911
12.5 Sustentabilidade do uso do solo.....	918
12.6 Conclusão geral	919
13. Referências bibliográficas	923
Anexos.....	937
Lista de siglas e acrónimos.....	939

Índice de Figuras

Figura 1.3.1 Carta da organização territorial de Portugal Continental, NUTS II.....	57
Figura 1.3.2 Carta da organização territorial de Portugal Continental, NUTS III.	58
Figura 1.3.3 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Norte.....	60
Figura 1.3.4 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Centro.....	62
Figura 1.3.5 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Lisboa.....	64
Figura 1.3.6 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Alentejo.....	66
Figura 1.3.7 Carta Administrativa de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Algarve.	68
Figura 1.3.8 Carta da organização territorial de Portugal. Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (NUTS I / II / III).....	70
Figura 2.2.1 Tipos de ruralidade no território de Portugal Continental.	86
Figura 4.1 Fases do processo metodológico da investigação.....	118
Figura 5.1.1 Carta Orográfica de Portugal Continental.	131
Figura 5.1.2 Carta Hidrográfica de Portugal Continental.	133
Figura 5.1.3 Carta de Solos de Portugal Continental.	134
Figura 5.1.4 Carta de Temperatura Média Anual de Portugal Continental.....	135
Figura 5.1.5 Carta de Precipitação Média Anual de Portugal Continental.	136
Figura 5.1.6 Carta climática. Classificação climática de Köppen-Geiger da Península Ibérica e Ilhas Baleares.	137
Figura 5.1.7 Carta de Altitude nos arquipélagos dos Açores e da Madeira e de localização das estações meteorológicas.	138
Figura 5.1.8 Temperatura média do ar nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (1971-2000).....	140
Figura 5.1.9 Média da precipitação total nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (1971-2000).....	142
Figura 5.1.10 Classificação climática de Köppen-Geiger nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.....	143

Figura 5.2.1 Ocupação do solo em Portugal Continental, em percentagem, em 1995.	145
Figura 5.2.2 Ocupação do solo em Portugal Continental, em percentagem, em 2005.	145
Figura 5.2.3 Evolução das percentagens de ocupação do solo em Portugal Continental, de 1995 para 2005.	146
Figura 5.2.4 Superfície usada pela agricultura em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2005.	148
Figura 5.2.5 Superfície de agricultura em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 1995.	149
Figura 5.2.6 Superfície de agricultura em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 2005.	151
Figura 5.2.7 Evolução da superfície de agricultura por NUT III, em percentagem, em Portugal Continental de 1995 a 2005.	152
Figura 5.3.1 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.	154
Figura 5.3.2 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.	155
Figura 5.3.3 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.	155
Figura 5.3.4 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.	156
Figura 5.3.5 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.	156
Figura 5.3.6 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.	157
Figura 5.3.7 Evolução da percentagem da composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.	158
Figura 5.3.8.1 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	159
Figura 5.3.8.2 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	160
Figura 5.3.8.3 Evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	161

Figura 5.3.8.4 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	163
Figura 5.3.8.5 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 2009.....	164
Figura 5.3.8.6 Evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	165
Figura 5.4.1 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.....	167
Figura 5.4.2 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.	168
Figura 5.4.3 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.	168
Figura 5.4.4 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.	169
Figura 5.4.5 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.....	169
Figura 5.4.6 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.....	170
Figura 5.4.7 Evolução da percentagem da composição da superfície agrícola utilizada (SAU), em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.....	171
Figura 5.4.8.1 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	172
Figura 5.4.8.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental em 2009.....	173
Figura 5.4.8.3 Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	174
Figura 5.4.8.4 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	176
Figura 5.4.8.5 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas 2009.....	177
Figura 5.4.8.6 Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	178

Figura 5.5.1 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	180
Figura 5.5.2 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental em 2009.....	181
Figura 5.5.3 Evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	182
Figura 5.5.4 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	183
Figura 5.5.5 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas 2009.....	185
Figura 5.5.6 Evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	186
Figura 5.7.1 Superfície de floresta em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2005.	188
Figura 5.7.2 Superfície de floresta em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 1995.	190
Figura 5.7.3 Superfície de floresta em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 2005.	191
Figura 5.7.4 Evolução da superfície total de floresta por NUTS III, em percentagem, em Portugal Continental de 1995 a 2005.	192
Figura 5.8.1 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	194
Figura 5.8.2 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	196
Figura 5.8.3 Evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	197
Figura 5.8.4 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	199
Figura 5.8.5 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	200
Figura 5.8.6 Evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	202

Figura 5.9.1 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	205
Figura 5.9.2 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	207
Figura 5.9.3 Evolução da Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	209
Figura 5.9.4 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.	211
Figura 5.9.5 Superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	212
Figura 5.9.6 Evolução da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	214
Figura 5.10.1 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	216
Figura 5.10.2 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	218
Figura 5.10.3 Evolução Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	219
Figura 5.11.1 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	221
Figura 5.11.2 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	223
Figura 5.11.3 Evolução da superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	224
Figura 5.11.4 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.	225
Figura 5.11.5 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	227

Figura 5.11.6 Evolução da superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	228
Figura 5.12.1 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.	231
Figura 5.12.2 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.	231
Figura 5.12.3 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.	232
Figura 5.12.4 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.	232
Figura 5.12.5 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.	233
Figura 5.12.6 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.	233
Figura 5.12.7 Evolução da percentagem da composição das culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.	234
Figura 5.12.8 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	236
Figura 5.12.9 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	238
Figura 5.12.10 Evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	239
Figura 5.12.11 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.	241
Figura 5.12.12 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	243
Figura 5.12.13 Evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	245
Figura 5.13.1 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1999.	248
Figura 5.13.2 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	249

Figura 5.13.3 Evolução da superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1999 a 2009	250
Figura 5.13.4 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1999.....	251
Figura 5.13.5 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	252
Figura 5.13.6 Evolução da superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1999 a 2009.	253
Figura 5.14.1 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.....	255
Figura 5.14.2 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.....	256
Figura 5.14.3 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989	256
Figura 5.14.4 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009	257
Figura 5.14.5 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989	257
Figura 5.14.6 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009	258
Figura 5.14.7 Evolução da percentagem da composição das culturas permanentes, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.....	259
Figura 5.14.8 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Continental em 1989.....	260
Figura 5.14.9 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Continental em 2009.....	262
Figura 5.14.10 Evolução da superfície de culturas permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	263
Figura 5.14.11 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	264
Figura 5.14.12 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Ilhas 2009.	266

Figura 5.14.13 Evolução da superfície de culturas permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	267
Figura 5.15.1. Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Continental em 1989.....	269
Figura 5.15.2 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Continental em 2009.....	271
Figura 5.15.3 Evolução da superfície de pastagens permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	272
Figura 5.15.4 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	273
Figura 5.15.5 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Ilhas 2009.....	275
Figura 5.15.6 Evolução da superfície de pastagens permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	276
Figura 5.16.1 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	279
Figura 5.16.2 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	281
Figura 5.16.3 Evolução da superfície de prados e pastagens permanentes por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	282
Figura 5.16.4 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	284
Figura 5.16.5 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	285
Figura 5.16.6 Evolução da superfície de prados e pastagens permanentes por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	287
Figura 6.1.1 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	293
Figura 6.1.2 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	295
Figura 6.1.3 Evolução da superfície de vinha por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	297

Figura 6.1.4 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	298
Figura 6.1.5 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	299
Figura 6.1.6 Evolução da superfície de vinha por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	301
Figura 6.2.1 Superfície de olival em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	303
Figura 6.2.2 Superfície de olival em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	305
Figura 6.2.3 Evolução da superfície de olival por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	306
Figura 6.3.1 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	308
Figura 6.3.2 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	309
Figura 6.3.3 Evolução da superfície de frutos frescos por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	311
Figura 6.3.4 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.	312
Figura 6.3.5 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	313
Figura 6.3.6 Evolução da superfície de frutos frescos por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	314
Figura 6.4.1 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	316
Figura 6.4.2 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	318
Figura 6.4.3 Evolução da superfície de citrinos por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	320
Figura 6.4.4 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	321

Figura 6.4.5 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	322
Figura 6.4.6 Evolução da superfície de citrinos por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	323
Figura 6.5.1 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	325
Figura 6.5.2 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	327
Figura 6.5.3 Evolução da superfície de frutos de casca rija por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	329
Figura 6.5.4 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	330
Figura 6.5.5 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	331
Figura 6.5.6 Evolução da superfície de frutos de casca rija por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	333
Figura 6.6.1 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	336
Figura 6.6.2 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	338
Figura 6.6.3 Evolução da superfície de cereais para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	339
Figura 6.6.4 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	340
Figura 6.6.5 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	341
Figura 6.6.6 Evolução da superfície de cereais para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	342
Figura 6.7.1 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.	345
Figura 6.7.2 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.	346

Figura 6.7.3 Evolução da superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	348
Figura 6.7.4 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.	349
Figura 6.7.5 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	350
Figura 6.7.6 Evolução da superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	351
Figura 6.8.1 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	353
Figura 6.8.2 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	354
Figura 6.8.3 Evolução da superfície de prados temporários em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	356
Figura 6.8.4 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	357
Figura 6.8.5 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	358
Figura 6.9.1 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	360
Figura 6.9.2 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	362
Figura 6.9.3 Evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	364
Figura 6.9.4 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	365
Figura 6.9.5 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	366
Figura 6.9.6 Evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	368
Figura 6.10.1 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	370

Figura 6.10.2 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	371
Figura 6.10.3 Evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	373
Figura 6.10.4 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	374
Figura 6.10.5 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	376
Figura 6.10.6 Evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	377
Figura 6.11.1 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	379
Figura 6.11.2 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	380
Figura 6.11.3 Evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	382
Figura 6.11.4 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	383
Figura 6.11.5 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	384
Figura 6.11.6 Evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	386
Figura 6.12.1 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	388
Figura 6.12.2 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	390
Figura 6.12.3 Evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	391
Figura 6.12.4 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	393
Figura 6.12.5 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	395

Figura 6.12.6 Evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	396
Figura 6.13.1 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	398
Figura 6.13.2 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	399
Figura 6.13.3 Evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	401
Figura 6.13.4 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	402
Figura 6.13.5 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.....	403
Figura 6.13.6 Evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	405
Figura 6.14.1 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.....	408
Figura 6.14.2 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.....	410
Figura 6.14.3 Evolução da superfície de culturas para alimentação animal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	412
Figura 6.14.4 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	413
Figura 6.14.5 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.	415
Figura 6.14.6 Evolução da superfície de culturas para alimentação animal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	417
Figura 7.1.1.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.....	423
Figura 7.1.1.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 1989.	425
Figura 7.1.2.1 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.....	427

Figura 7.1.2.2. Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 2009.	428
Figura 7.1.3. Evolução do número de explorações agrícolas, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	430
Figura 7.1.4.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.....	432
Figura 7.1.4.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 1989.	434
Figura 7.1.5.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.....	436
Figura 7.1.5.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 2009.	438
Figura 7.1.6 Evolução do número de explorações agrícolas, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	439
Figura 7.2.1. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Continental em 1989.	441
Figura 7.2.2. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Continental em 2009.	443
Figura 7.2.3. Evolução da superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	445
Figura 7.2.4. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	447
Figura 7.2.5 Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Ilhas 2009.....	449
Figura 7.2.6 Evolução da superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	450
Figura 7.3.1 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.	452
Figura 7.3.2 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.	454
Figura 7.3.3 Evolução do número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	456

Figura 7.3.4 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.	457
Figura 7.3.5 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.	459
Figura 7.3.6 Evolução do número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	461
Figura 7.4.1.1 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.	463
Figura 7.4.1.2 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.	464
Figura 7.4.1.3 Evolução da proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	465
Figura 7.4.1.4 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.	467
Figura 7.4.1.5 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.	469
Figura 7.4.1.6 Evolução da proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	471
Figura 7.4.2.1 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.	473
Figura 7.4.2.2 Número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.	475
Figura 7.4.2.3 Evolução do número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	476
Figura 7.4.2.4 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.	478
Figura 7.4.2.5 Número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.	480
Figura 7.4.2.6 Evolução do número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	481
Figura 7.5.1. Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1999.	483

Figura 7.5.2 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.	484
Figura 7.5.3 Evolução da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1999 a 2009.	486
Figura 7.5.4 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1999.	488
Figura 7.5.5 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.	490
Figura 7.5.6 Evolução da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1999 a 2009.	492
Figura 8.1.1.1 Número de produtores singulares por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.	501
Figura 8.1.1.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 1989.	503
Figura 8.1.2.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.	505
Figura 8.1.2.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 2009.	507
Figura 8.1.3 Evolução do número de produtores singulares, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	508
Figura 8.1.4.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.	510
Figura 8.1.4.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 1989.	512
Figura 8.1.5.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.	514
Figura 8.1.5.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 2009.	516
Figura 8.1.6 Evolução do número de produtores singulares, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	518
Figura 8.2a Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, no Continente em 1989.	519

Figura 8.2b Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, no Continente em 2009.....	520
Figura 8.2c Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.....	520
Figura 8.2d Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.....	521
Figura 8.2e Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.....	521
Figura 8.2f Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na Região autónoma da Madeira, em 2009.....	522
Figura 8.2g Evolução da percentagem dos grupos etários dos produtores singulares, em percentagem, de 1989 para 2009, por região.	523
Figura 8.2.1.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	524
Figura 8.2.1.2 Percentagem de produtores singulares no escalão etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	525
Figura 8.2.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	526
Figura 8.2.1.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	528
Figura 8.2.1.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	529
Figura 8.2.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	531
Figura 8.2.2.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	533
Figura 8.2.2.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	534
Figura 8.2.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	536
Figura 8.2.2.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	538

Figura 8.2.2.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	540
Figura 8.2.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	542
Figura 8.2.3.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	544
Figura 8.2.3.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	545
Figura 8.2.3.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	547
Figura 8.2.3.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	549
Figura 8.2.3.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	550
Figura 8.2.3.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	552
Figura 8.2.4.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	554
Figura 8.2.4.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	555
Figura 8.2.4.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	556
Figura 8.2.4.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	558
Figura 8.2.4.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	559
Figura 8.2.4.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	561
Figura 8.2.5.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	563
Figura 8.2.5.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	564

Figura 8.2.5.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	565
Figura 8.2.5.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	567
Figura 8.2.5.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	569
Figura 8.2.5.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	571
Figura 8.2.6.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	573
Figura 8.2.6.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	575
Figura 8.2.6.3 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	576
Figura 8.2.6.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	578
Figura 8.2.6.5 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	580
Figura 8.2.6.6 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	582
Figura 8.2.6.7 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	584
Figura 8.2.6.8 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma dos Açores, em 1989.	585
Figura 8.2.6.9 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma da Madeira, em 1989.	586
Figura 8.2.6.10 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma dos Açores, em 2009.	587
Figura 8.2.6.11 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma da Madeira, em 2009.	588
Figura 8.2.6.12 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	589

Figura 8.2.7.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	591
Figura 8.2.7.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	592
Figura 8.2.7.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	594
Figura 8.2.7.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	596
Figura 8.2.7.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	597
Figura 8.2.7.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	599
Figura 8.2.8.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	601
Figura 8.2.8.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	602
Figura 8.2.8.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	604
Figura 8.2.8.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	606
Figura 8.2.8.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	607
Figura 8.2.8.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	609
Figura 8.2.9.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.....	611
Figura 8.2.9.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.....	613
Figura 8.2.9.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	615
Figura 8.2.9.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	617

Figura 8.2.9.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	619
Figura 8.2.9.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	621
Figura 8.3a Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, no Continente em 1989.	622
Figura 8.3b Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, no Continente em 2009.	623
Figura 8.3c Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores em 1989.	623
Figura 8.3d Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores em 2009.	624
Figura 8.3e Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira em 1989.	624
Figura 8.3f Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira em 2009.	625
Figura 8.3g Evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por grau de escolaridade, em percentagem, de 1989 para 2009.	626
Figura 8.3.1.1 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental em 1989.....	628
Figura 8.3.1.2 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental em 2009.....	630
Figura 8.3.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	631
Figura 8.3.1.4 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	633
Figura 8.3.1.5 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	635
Figura 8.3.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	637
Figura 8.3.2.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental em 1989.....	639

Figura 8.3.2.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental em 2009.....	641
Figura 8.3.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	643
Figura 8.3.2.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	645
Figura 8.3.2.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	647
Figura 8.3.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.....	649
Figura 8.3.3.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental em 1989.....	651
Figura 8.3.3.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental em 2009.....	652
Figura 8.3.3.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	654
Figura 8.3.3.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	656
Figura 8.3.3.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	658
Figura 8.3.3.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	660
Figura 8.3.4.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental em 1989.....	662
Figura 8.3.4.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental em 2009.....	664
Figura 8.3.4.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.....	665
Figura 8.3.4.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	667
Figura 8.3.4.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	669

Figura 8.3.4.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	671
Figura 8.4a Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente em 1989.	673
Figura 8.4b Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente em 2009.	673
Figura 8.4c Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma dos Açores em 1989.	674
Figura 8.4d Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma dos Açores em 2009.	674
Figura 8.4e Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma da Madeira em 1989.	675
Figura 8.4f Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma da Madeira em 2009.	675
Figura 8.4g Evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração, em percentagem, de 1989 para 2009.	676
Figura 8.4.1.1 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.	678
Figura 8.4.1.2 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.	680
Figura 8.4.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	682
Figura 8.4.1.4 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.	684
Figura 8.4.1.5 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.	686
Figura 8.4.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	688
Figura 8.4.2.1 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.	690
Figura 8.4.2.2 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.	692

Figura 8.4.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	694
Figura 8.4.2.4 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.	696
Figura 8.4.2.5 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.	698
Figura 8.4.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	700
Figura 8.5.1.1 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.	703
Figura 8.5.1.2 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.	705
Figura 8.5.1.3 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009. ..	707
Figura 8.5.1.4 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.	709
Figura 8.5.1.5 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.	711
Figura 8.5.1.6 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	713
Figura 8.5.2.1 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.	715
Figura 8.5.2.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.	717
Figura 8.5.2.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	719
Figura 8.5.2.4 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.	721
Figura 8.5.2.5 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.	723

Figura 8.5.2.6 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	725
Figura 8.5.3.1 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.	727
Figura 8.5.3.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.	729
Figura 8.5.3.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	731
Figura 8.5.3.4 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.	733
Figura 8.5.3.5 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.	735
Figura 8.5.3.6 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	737
Figura 8.5.4.1 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Continental em 1989.	739
Figura 8.5.4.2 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Continental em 2009.	741
Figura 8.5.4.3 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	743
Figura 8.5.4.4 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas em 1989.	745
Figura 8.5.4.5 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas em 2009.	747
Figura 8.5.4.6 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	749

Figura 8.5.5.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.	751
Figura 8.5.5.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.	753
Figura 8.5.5.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	755
Figura 8.5.5.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.	757
Figura 8.5.5.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.	759
Figura 8.5.5.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	761
Figura 8.5.6.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.	763
Figura 8.5.6.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.	765
Figura 8.5.6.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	767
Figura 8.5.6.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.	769
Figura 8.5.6.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.	771
Figura 8.5.6.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	773
Figura 8.5.7.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.	775
Figura 8.5.7.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.	777

Figura 8.5.7.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	779
Figura 8.5.7.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	781
Figura 8.5.7.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	783
Figura 8.5.7.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	785
Figura 8.5.8.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.....	787
Figura 8.5.8.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.....	789
Figura 8.5.8.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.	791
Figura 8.5.8.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.....	793
Figura 8.5.8.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.....	795
Figura 8.5.8.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	797
Figura 8.6.1 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Continental em 1989.	800
Figura 8.6.2 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Continental em 2009.	802
Figura 8.6.4 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas em 1989.	806

Figura 8.6.5 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas em 2009.	808
Figura 8.6.6 Evolução da utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em percentagem de hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.	810

Índice de Quadros

Quadro 1.3.1 NUTS III do Continente e respetiva correspondência com as NUTS II.	59
Quadro 1.3.2 Municípios da NUTS II Norte e respetiva correspondência com as NUTS III..	61
Quadro 1.3.3 Municípios da NUTS II Centro.	63
Quadro 1.3.4 Municípios da NUTS II Lisboa.	65
Quadro 1.3.5 Municípios da NUTS II Alentejo.	67
Quadro 1.3.6 Municípios da NUTS II Algarve.	69
Quadro 1.3.7 Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, NUTS I / II / III.	71
Quadro 4.3.1.1 Definições do projeto cartográfico da carta do Continente.	121
Quadro 4.3.1.2 Definições do projeto cartográfico Ilhas.	122
Quadro 7.5.1 Atividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas.	494
Quadro 8.1 Percentagem de produtores agrícolas singulares, relativos à natureza jurídica das explorações agrícolas, em 1989 e em 2009.	499
Quadro 10.1 Síntese da verificação da hipótese.	888

MUDANÇAS RECENTES NO USO DO SOLO NA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL. SITUAÇÃO E PERSPETIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE

“Cambios recientes en el uso del suelo en la región Centro de Portugal. Situación y perspectivas para la sostenibilidad”

Autor: José Pereira Ribeiro Coutinho

jpcoutinho@ipcb.pt

Diretor de tese: Prof. Doutor Julián Mora Aliseda, Universidade de Extremadura, Espanha

Resumo

Nesta tese analisam-se as mudanças no uso do solo em Portugal, no período de 1989 a 2009. As mudanças ocorridas são analisadas em 65 parâmetros relacionados com o uso do solo, ao nível geográfico de município, integrados em 4 temas principais: superfície utilizada pela agricultura, principais culturas agrícolas, estrutura das explorações agrícolas e aspetos sociais decorrentes do uso do solo. Tendo em conta o estado da arte formulou-se uma hipótese, base para o desenvolvimento do trabalho. As fontes estatísticas utilizadas foram os Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e o Recenseamento Agrícola de 2009, do Instituto Nacional de Estatística de Portugal; o 4.º Inventário Florestal Nacional 1995-1998 e o 5.º Inventário Florestal Nacional de 2005-2006, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas de Portugal. Os resultados e a análise são apresentados ao nível municipal, NUTS III, NUTS II e NUTS I. Para cada parâmetro é apresentada cartografia do estado do parâmetro em 1989 e em 2009 e das mudanças ocorridas no período 1989-2009, ao nível de município, para as regiões NUTS I Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira. Com base nos resultados e no diagnóstico da situação são formuladas propostas de intervenção, para o desenvolvimento rural sustentável. Conclui-se que no período 1989-2009 houve profundas mudanças no uso do solo em Portugal, com diferenças assinaláveis entre regiões, procurando-se explicar as mudanças através de fatores de ordem social, económica e fisiográfica, nomeadamente a influência da política agrícola comum.

Palavras-chave: mudanças no uso do solo em Portugal, análise geográfica regional, desenvolvimento rural sustentável.

CAMBIOS RECIENTES EN EL USO DEL SUELO EN LA REGIÓN CENTRO DE PORTUGAL. SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS PARA LA SOSTENIBILIDAD

Autor: José Pereira Ribeiro Coutinho

jpcoutinho@ipcb.pt

Director de tesis: Prof. Doctor D. Julián Mora Aliseda, Universidad de Extremadura

Resumen

En esta tesis se analizan los cambios en el uso del suelo en Portugal, desde 1989 hasta 2009. Los cambios están analizados para 65 parámetros relacionados con el uso del suelo, al nivel geográfico de municipio, integrados en cuatro temas principales: la superficie utilizada por la agricultura, los cultivos principales, estructura de las explotaciones y los aspectos sociales derivados de la utilización del suelo. Visto el estado del arte se formuló una hipótesis, base para el desarrollo del trabajo. Las fuentes estadísticas usadas fueron los “Recenseamientos Agrícolas de 1989 e 2009”, del Instituto Nacional de Estadística de Portugal (“INE”); el “4.º e 5.º Inventário Florestal Nacional de 1995-1998 e 2005-2006” de lo “ICNF de Portugal”. Los resultados y análisis se presentan en el ámbito municipal, NUTS III, NUTS II y NUTS I. Para cada parámetro se presenta cartografía de la situación del parámetro en 1989 y 2009 y los cambios durante el período de 1989 a 2009, al nivel de municipio, para las regiones NUTS I de Portugal, “Continente”, “región autónoma de Azores” y “región autónoma de Madeira”. Con base en los resultados y el diagnóstico de la situación se formulan propuestas de intervención para el desarrollo rural sostenible. Se concluye que en el período de 1989 hasta 2009 se han producido profundos cambios en el uso del suelo en Portugal, con diferencias significativas entre regiones, tratando de explicar los cambios a través de los factores sociales, económicos y fisiográficos, en particular la influencia de la política agrícola común.

Palabras-clave: cambios en el uso del suelo en Portugal, análisis geográfico regional, desarrollo rural sostenible.

LAND USE CHANGES IN CENTRO REGION OF PORTUGAL. SITUATION AND PERSPECTIVES FOR SUSTAINABILITY

“Cambios recientes en el uso del suelo en la región Centro de Portugal. Situación y perspectivas para la sostenibilidad”

Author: José Pereira Ribeiro Coutinho

jpcoutinho@ipcb.pt

Supervisor: Prof. Julián Mora Aliseda, University of Extremadura, Spain

Abstract

This thesis analyses changes in land use in Portugal from 1989 to 2009. These changes are analysed considering 65 parameters related to land use at municipality level. These are divided into four main topics: land surface used in agriculture, major crops, farm structure, and social aspects arising from land use. Bearing in mind the state of the art, a hypothesis was formulated to carry out the present study. The following statistical data were used: the General Census of Agriculture 1989 and the Agricultural Census 2009 published by the National Statistics Institute of Portugal (Instituto Nacional de Estatística); the 4th National Forest Inventory 1995-1998 and the 5th National Forest Inventory 2005-2006 published by the Portuguese Institute for Nature Conservation and Forests (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). The analysis and the results obtained are presented at municipality level, NUTS III, NUTS II and NUTS I. For each parameter, parameter maps of the state both in 1989 and 2009 are presented. Moreover, changes during the period between 1989 and 2009, at the municipality level, for NUTS I regions of Portugal, mainland Portugal, Azores and Madeira are presented. Based on the results obtained policy proposals for sustainable rural development are suggested. It may be concluded that, between 1989 and 2009 there were profound changes in land use in Portugal, with significant differences among regions. A combination of social, economic and physiographic factors, especially the influence of the common agriculture policy, may explain these changes.

Key-words: land use changes in Portugal, regional geographical analysis, sustainable rural development.

1. Introdução

1. Introdução

1.1 Motivações pessoais e profissionais

Este trabalho é fruto sobretudo de motivações profissionais e académicas mas também de motivações pessoais. A motivação profissional mais forte para o desenvolvimento deste trabalho tem a ver com o facto de ser docente numa instituição de ensino superior politécnico portuguesa e, como tal, ser muito importante realizar estudos de terceiro ciclo, para contribuir para a melhoria da qualificação do pessoal docente da instituição onde leciono, representando para mim uma forte motivação para o desenvolvimento desta tese. Apesar da minha formação académica de base ser a agronomia e da área de trabalho inicial ser distante do ordenamento do território, em determinada altura a minha atividade académica encaminhou-se para temáticas em que os conceitos de desenvolvimento sustentável são fulcrais, (conceitos estes atualmente transversais a todas as atividades da sociedade), motivo primeiro para a decisão de me candidatar ao curso de doctorado em “*Desarrollo Sostenible y Ordenación del Territorio*” da “*Universidad de Extremadura*”. Acresce que a minha formação de base em agronomia, no Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, se desenvolveu num curso de licenciatura com formação muito lata, onde, além das disciplinas técnicas da agronomia, as disciplinas económicas e sociais estavam amplamente representadas, tendo deixado na minha formação uma marca indelével na abordagem multidisciplinar das questões. Do ponto de vista pessoal, o encaminhamento da minha atividade académica para áreas de conhecimento em que a abordagem multidisciplinar é determinante fez renascer novamente o meu interesse pelo conhecimento mais global e integrador conduzindo ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território.

A escolha deste tema prende-se com a importância pessoal que atribuo ao conhecimento global e integrador, que um trabalho desta índole proporciona, conjugando a agricultura, o ordenamento do território e o desenvolvimento rural sustentável. Também a não existência de trabalhos mais integradores sobre as mudanças de uso do solo em Portugal no sentido da análise geográfica regional, abrangendo todo o território, contribuiu decisivamente para propor o tema ao Prof. Doutor Julián Mora Aliseda, meu tutor e orientador da tese, que o aceitou, e a quem

agradeço toda a ajuda que me proporcionou. Outra motivação pessoal e académica foi, com a produção de conhecimento, dar uma contribuição, que ajude a compreender a realidade económica, social e ambiental, neste período tão incerto e de tantos riscos, em que a tomada de decisão fundada no conhecimento é ainda mais fundamental. Espera-se, por conseguinte, que a realização deste trabalho e os seus resultados tenham utilidade para o melhor conhecimento e compreensão da realidade e das tendências e constituir um marco de conhecimento que possa ajudar a compreender o passado recente e ao mesmo tempo contribuir para a tomada de decisão futura.

1.2 Objetivos e oportunidades do tema

A agricultura nos países da União Europeia, na qual Portugal está integrado desde 1986, é determinada em grande medida por políticas globais, consubstanciada por acordos negociados entre os países da União. Desses acordos saem, por vezes, medidas menos adaptadas à realidade de cada país, obrigando à procura de soluções que melhor se adaptem à realidade de cada país. Mesmo em cada país as medidas tomadas em muitas situações também não são as mais adequadas ao nível regional e local.

Para que as medidas a implementar, a nível regional ou nacional, sejam as mais adequadas e venham a ter o impacto pretendido têm que ser desenvolvidas com base no conhecimento mais próximo possível da realidade. Justamente, por este motivo, estudos visando o conhecimento de determinada realidade a nível regional ou nacional são fundamentais para a tomada de decisão quanto às medidas a implementar no ordenamento do território e no desenvolvimento rural.

O território rural na União Europeia tem sido confrontado com mudanças profundas num mundo em rápida mutação, determinadas por fenómenos de natureza cada vez mais global. Assim são postos ao mundo rural, cada vez mais, problemas de desenvolvimento mais complexos, pela natureza integradora que lhe é exigida, e necessitando, por isso, também, cada vez mais, de informação, para dar resposta aos novos desafios que são colocados ao mundo rural.

Apesar do desenvolvimento rural na União Europeia ser cada vez menos determinado pela atividade agrícola, que é já em muitas regiões europeias uma parte menor da atividade no meio rural, ela continua a desempenhar, em muitas outras um papel fundamental no desenvolvimento rural como atividade económica e sobretudo, em todas as regiões, na gestão do território.

Deste modo, para o ordenamento do território, visando o desenvolvimento rural sustentável, o conhecimento dos problemas do uso da terra numa região é fundamental para o planeamento e a fundamentação das medidas de desenvolvimento mais adequadas.

Apesar de a nível nacional ser produzido muito conhecimento, por vezes ele falta a nível regional, muitas vezes em situações que se diferenciam muito do contexto mais nacional ou comunitário. Por isso estudos de índole regional são oportunos e necessários como complemento de estudos de natureza mais abrangente que, por vezes, pela sua índole, não conseguem captar as especificidades regionais. Por outro lado, estes trabalhos são fundamentais para o conhecimento específico das regiões a um nível mais baixo, para apoio ao planeamento de medidas ao nível local.

É neste contexto que se enquadra a importância e a oportunidade deste trabalho, ao estudar as mudanças de uso do solo em Portugal com uma abordagem geográfica, permitindo diferenciar zonas, em alguns aspetos bem diferentes em regiões próximas, que importa analisar para melhor planear a nível regional e local.

1.3 Organização territorial de Portugal

Apresenta-se nesta secção um conjunto de informação cartográfica complementar de apoio à análise e interpretação dos resultados, relativos à organização territorial de Portugal.

A organização territorial de Portugal apresentada em seguida refere-se à organização em NUTS, acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões.

A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) foi criada pelo EUROSTAT com os Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes países da União Europeia (UE) para efeitos de análise estatística de dados, com base numa divisão coerente e estruturada do território económico comunitário.

A NUTS é composta por níveis hierárquicos (NUTS I, II e III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos, servindo de suporte a toda a recolha, organização e difusão de informação estatística regional harmonizada a nível europeu. A NUTS constitui ainda referência para a determinação da elegibilidade das regiões europeias à Política de Coesão da UE.

A organização territorial dos países da União Europeia com base em NUTS é um processo passível de alterações ao longo do tempo mantendo-se, no mínimo, por períodos de 3 anos.

Na sequência da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, o Estado Português solicitou à Comissão Europeia um processo de revisão extraordinária da NUTS, evocando uma reorganização substancial da estrutura administrativa portuguesa, dando origem à mais recente organização das regiões portuguesas para fins estatísticos, instituída pelo Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, compreendendo alterações nas NUTS de nível III, que passam a ter limites territoriais no Continente coincidentes com os limites das Entidades Intermunicipais (EIM), definidos na Lei nº 75/2013, anteriormente referida. Esta nova divisão regional (NUTS 2013) começou a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu em 1 de janeiro de 2015 (INE, 2015).

A nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013, em relação à versão anterior – NUTS 2003 –, traduz-se por significativas alterações de número e de composição municipal das NUTS III, as quais passaram de 30 para 25 unidades territoriais, agora designadas de «unidades administrativas». Essas unidades administrativas correspondem às "Entidades Intermunicipais", no Continente, à "Região Autónoma dos Açores" e à "Região Autónoma da Madeira". Quanto às NUTS I e II, esta nova versão de 2013 não implicou alterações, tendo apenas a designação da NUTS II "Lisboa" passado a designar-se "Área Metropolitana de Lisboa". Assim, atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I.

A divisão territorial apresentada neste trabalho é a correspondente à NUTS 2003, referida nas estatísticas do INE como NUTS 2002, na medida em que os dados estatísticos usados neste trabalho estão organizados e disponibilizados pelo INE segundo esta divisão territorial.

A divisão territorial de Portugal na NUTS 2003 está regulada pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, que viria a ser adotada no Regulamento (UE) 1059/2003, de 26 de maio, modificada pontualmente pelos Dec.-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril e Dec.-Lei n.º 89/2009, de 3 de abril e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.

As unidades territoriais de Portugal definidas na NUTS 2003, ao nível de primeira ordem, estão organizado em 3 unidades NUTS I: Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Ao nível de segunda ordem a divisão territorial de Portugal tem sete unidades territoriais NUTS II. O Continente é constituído por cinco unidades: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. A Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira constituem-se também como nível de segunda ordem, isto é, as unidades territoriais do nível de segunda ordem são as mesmas das de primeira ordem.

Ao nível da terceira ordem as unidades territoriais estão organizadas em 30 unidades NUTS III: 28 no Continente, 1 na região autónoma dos Açores e 1 na região autónoma da Madeira. No Continente as NUTS III, estão constituídas da seguinte forma: 7 na unidade territorial NUTS II Norte, 12 na unidade territorial NUTS II Centro, 2 na unidade territorial NUTS II Lisboa, 5 na unidade territorial NUTS II Alentejo e 1 unidade territorial na NUTS II Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira as unidades territoriais NUTS III coincidem com as unidades territoriais NUTS II, tal como acontece nas unidades territoriais NUTS I.

A NUTS II Norte é constituída pelas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes.

A NUTS II Centro é constituída pelas NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo.

A NUTS II Lisboa é constituída pelas NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal.

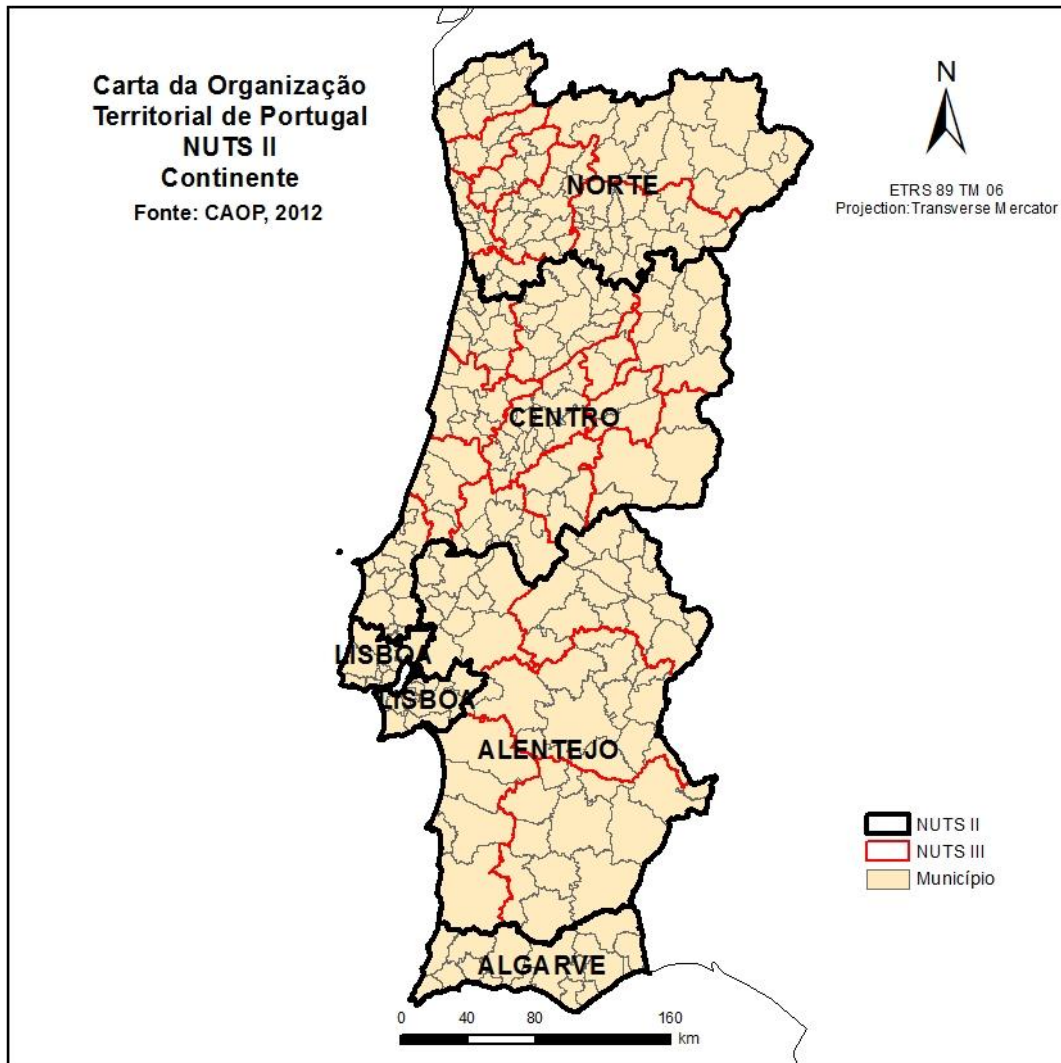
A NUTS II Alentejo é constituída pelas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo.

A NUTS II Algarve é constituída pela NUTS III Algarve.

No quarto nível o território está organizado em 308 municípios: 278 na unidade territorial Continente, 19 na unidade territorial Região Autónoma dos Açores e 11 na unidade territorial Região Autónoma da Madeira.

Na figura 1.3.1 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental ao nível da NUTS II, com os limites das NUTS III e dos municípios definidos.

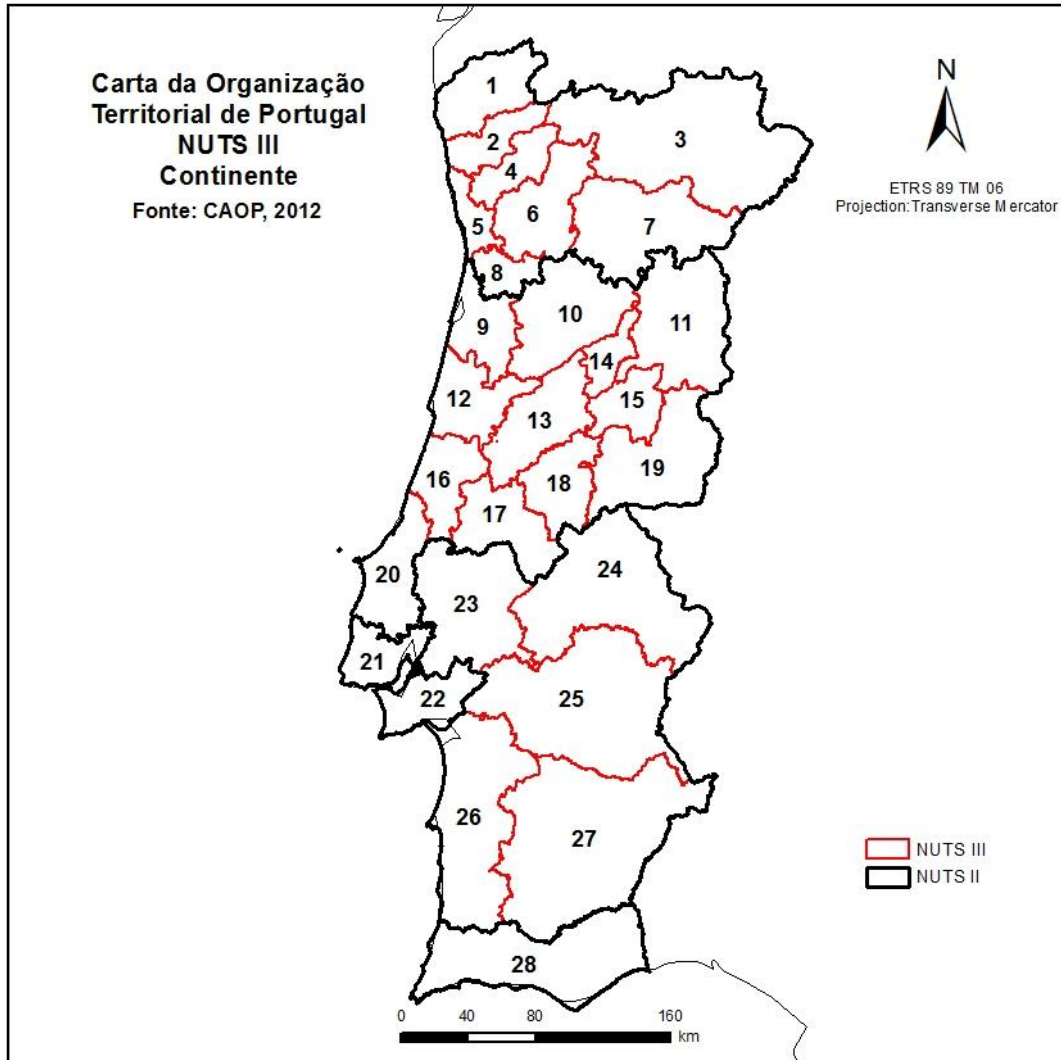
Figura 1.3.1 Carta da organização territorial de Portugal Continental, NUTS II.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.2 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental com as NUTS III identificadas numericamente e com os limites das NUTS II definidos.

Figura 1.3.2 Carta da organização territorial de Portugal Continental, NUTS III.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.1 apresenta-se a correspondência numérica identificadora das NUTS III, constante na figura 1.3.2, com a sua denominação e a correspondência com as NUTS II.

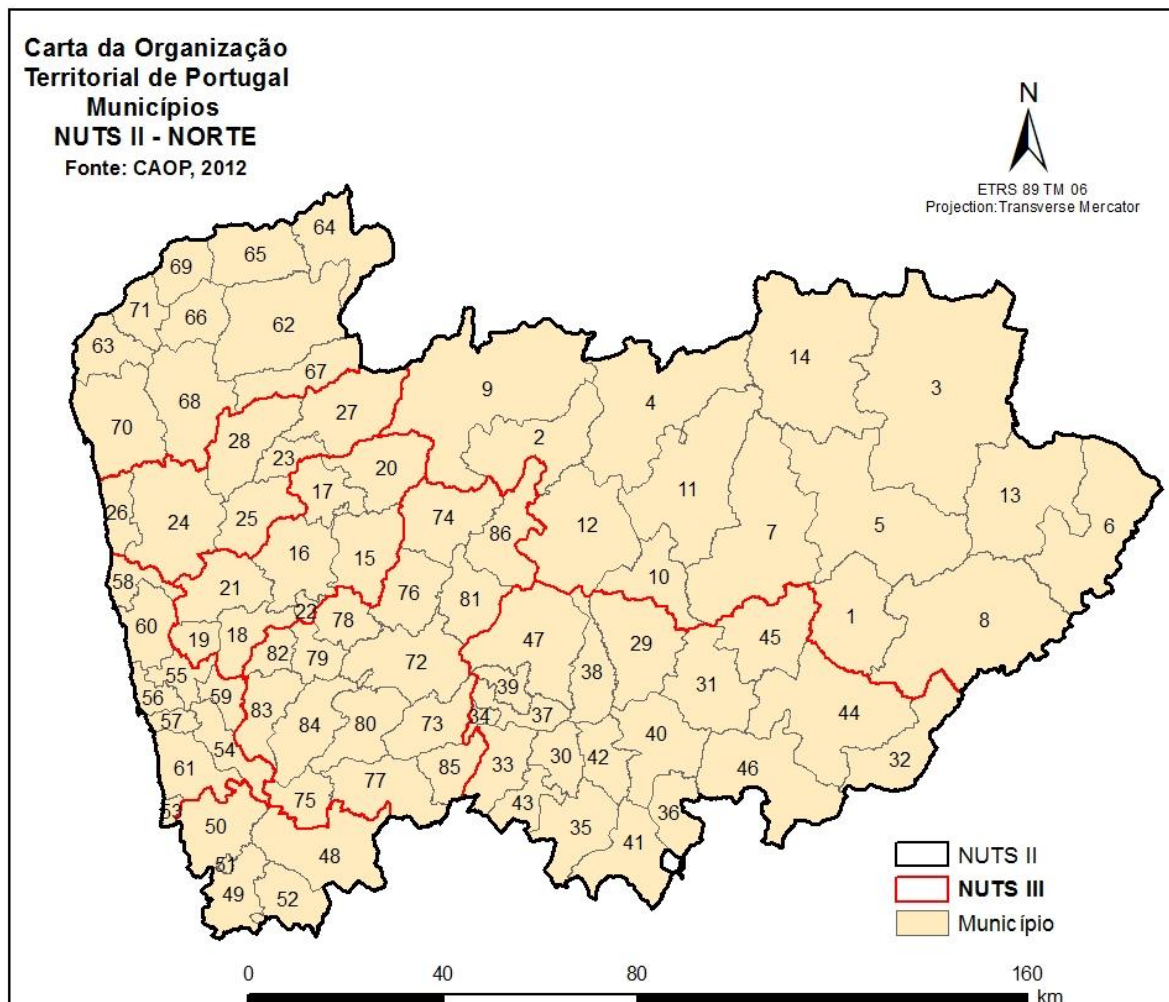
Quadro 1.3.1 NUTS III do Continente e respetiva correspondência com as NUTS II.

Continente - NUTS III					
N.º	NUTS III	NUTS II	N.º	NUTS III	NUTS II
1	Minho-Lima	Norte	15	Cova da Beira	Centro
2	Cávado		16	Pinhal Litoral	
3	Alto Trás-os-Montes		17	Médio Tejo	
4	Ave		18	Pinhal Interior Sul	
5	Grande Porto		19	Beira Interior Sul	
6	Tâmega		20	Oeste	
7	Douro		21	Grande Lisboa	Lisboa
8	Entre Douro e Vouga		22	Península de Setúbal	
9	Baixo Vouga	Centro	23	Lezíria do Tejo	Alentejo
10	Dão-Lafões		24	Alto Alentejo	
11	Beira Interior Norte		25	Alentejo Central	
12	Baixo Mondego		26	Alentejo Litoral	
13	Pinhal Interior Norte		27	Baixo Alentejo	
14	Serra da Estrela		28	Algarve	Algarve

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.3 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental referente à NUTS II Norte com os municípios identificados numericamente e os limites das NUTS III correspondentes.

Figura 1.3.3 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Norte.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.2 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS II Norte, constante na figura 1.3.3, com a sua denominação e a correspondência com as respetivas NUTS III.

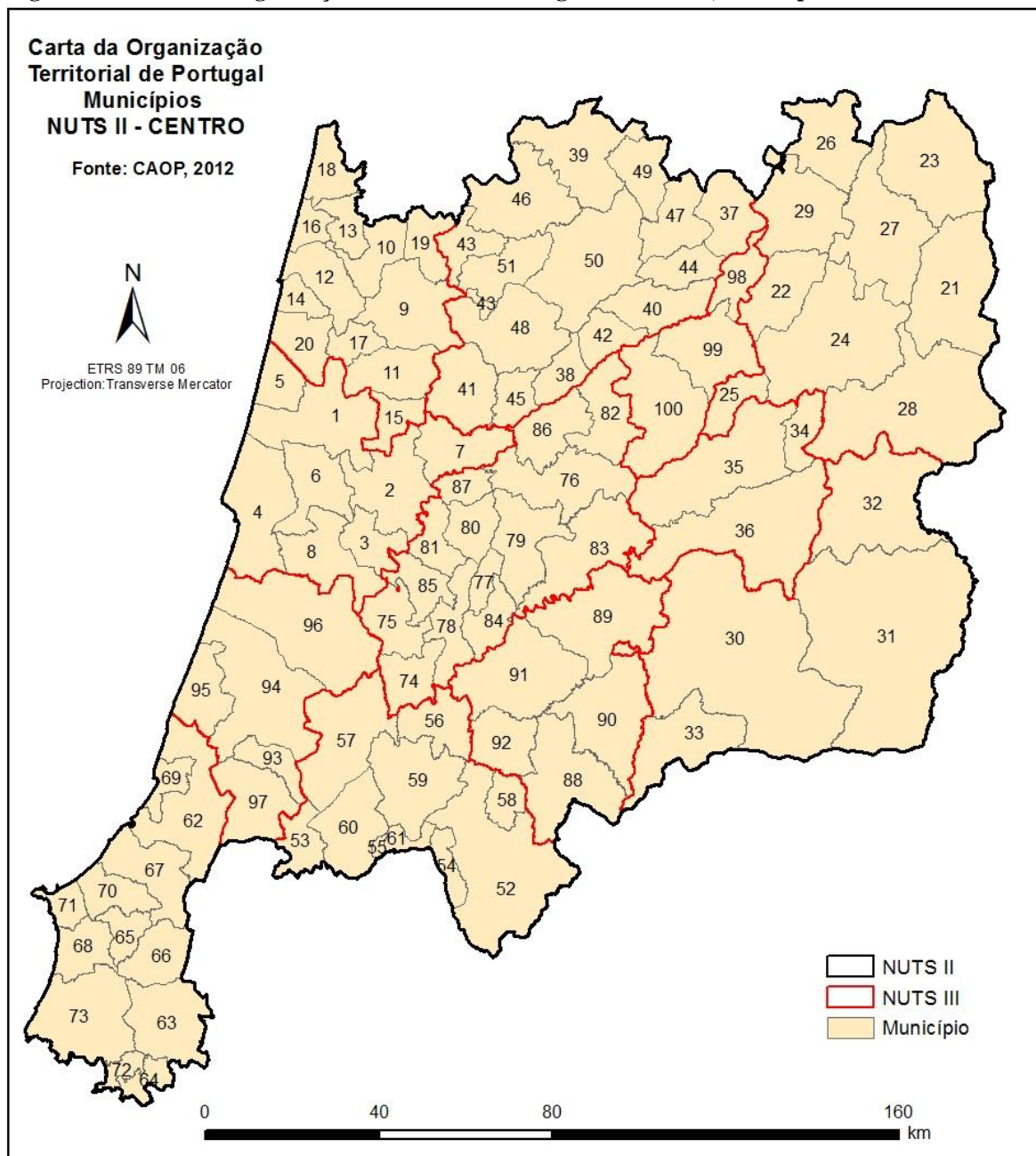
Quadro 1.3.2 Municípios da NUTS II Norte e respetiva correspondência com as NUTS III.

Municípios da NUTS II Norte					
N.º	Município	NUTS III	N.º	Município	NUTS III
1	Alfândega da Fé	Alto Trás-os-Montes	44	Torre de Moncorvo	Douro
2	Boticas		45	Vila Flor	
3	Bragança		46	Vila Nova de Foz Côa	
4	Chaves		47	Vila Real	
5	Macedo de Cavaleiros		48	Arouca	Entre Douro e Vouga
6	Miranda do Douro		49	Oliveira de Azeméis	
7	Mirandela		50	Santa Maria da Feira	
8	Mogadouro		51	São João da Madeira	
9	Montalegre		52	Vale de Cambra	Grande Porto
10	Murça		53	Espinho	
11	Valpaços		54	Gondomar	
12	Vila Pouca de Aguiar		55	Maia	
13	Vimioso		56	Matosinhos	
14	Vinhais		57	Porto	
15	Fafe	Ave	58	Póvoa de Varzim	
16	Guimarães		59	Valongo	
17	Póvoa de Lanhoso		60	Vila do Conde	
18	Santo Tirso		61	Vila Nova de Gaia	
19	Trofa		62	Arcos de Valdevez	
20	Vieira do Minho		63	Caminha	
21	Vila Nova de Famalicão	64	Melgaço	Minho-Lima	
22	Vizela	65	Monção		
23	Amares	Cávado	66		Paredes de Coura
24	Barcelos		67		Ponte da Barca
25	Braga		68		Ponte de Lima
26	Esposende		69		Valença
27	Terras de Bouro		70	Viana do Castelo	
28	Vila Verde		71	Vila Nova de Cerveira	
29	Alijó	Douro	72	Amarante	Tâmega
30	Armamar		73	Baião	
31	Carraceda de Ansiães		74	Cabeceiras de Basto	
32	Freixo de Espada à Cinta		75	Castelo de Paiva	
33	Lamego		76	Celorico de Basto	
34	Mesão Frio		77	Cinfães	
35	Moimenta da Beira		78	Felgueiras	
36	Penedono		79	Lousada	
37	Peso da Régua		80	Marco de Canaveses	
38	Sabrosa		81	Mondim de Basto	
39	Santa Marta de Penaguião		82	Paços de Ferreira	
40	São João da Pesqueira		83	Paredes	
41	Sernancelhe		84	Penafiel	
42	Tabuaço		85	Resende	
43	Tarouca		86	Ribeira de Pena	

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.4 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental referente à NUTS II Centro com os municípios identificados numericamente e os limites das NUTS III correspondentes.

Figura 1.3.4 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Centro.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.3 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS II Centro, constante na figura 1.3.4, com a sua denominação e a correspondência com as respetivas NUTS III.

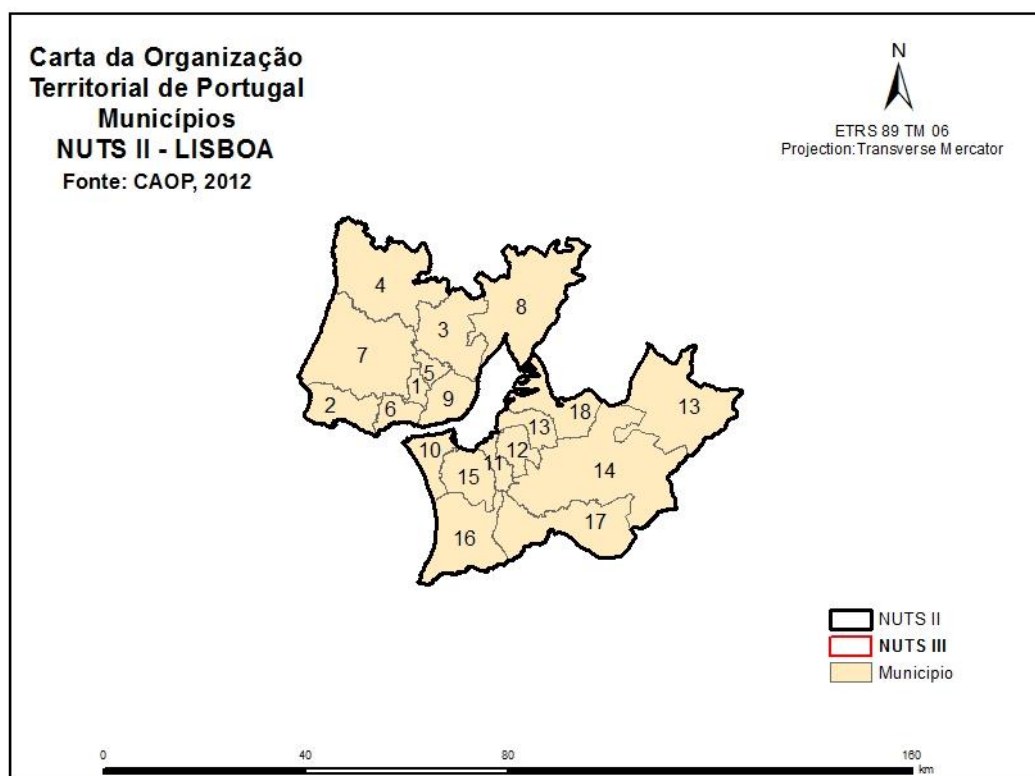
Quadro 1.3.3 Municípios da NUTS II Centro.

Municípios da NUTS II Centro					
N.º	Município	NUTS III	N.º	Município	NUTS III
1	Cantanhede	Baixo Mondego	51	Vouzela	Dão-Lafões
2	Coimbra		52	Abrantes	Médio Tejo
3	Condeixa-a-Nova		53	Alcanena	
4	Figueira da Foz		54	Constância	
5	Mira		55	Entroncamento	
6	Montemor-o-Velho		56	Ferreira do Zêzere	
7	Penacova		57	Ourém	
8	Soure		58	Sardoal	
9	Águeda	59	Tomar		
10	Albergaria-a-Velha	60	Torres Novas	Oeste	
11	Anadia	61	Vila Nova da Barquinha		
12	Aveiro	62	Alcobaça		
13	Estarreja	63	Alenquer		
14	Ílhavo	64	Arruda dos Vinhos		
15	Mealhada	65	Bombarral		
16	Murtosa	66	Cadaval		
17	Oliveira do Bairro	67	Caldas da Rainha		
18	Ovar	68	Lourinhã		
19	Sever do Vouga	69	Nazaré		
20	Vagos	70	Óbidos		
21	Almeida	Beira Interior Norte	71	Peniche	Pinhal Interior Norte
22	Celorico da Beira		72	Sobral de Monte Agraço	
23	Figueira de Castelo Rodrigo		73	Torres Vedras	
24	Guarda		74	Alvaiázere	
25	Manteigas		75	Ansião	
26	Mêda		76	Arganil	
27	Pinhel		77	Castanheira de Pêra	
28	Sabugal		78	Figueiró dos Vinhos	
29	Trancoso		79	Góis	
30	Castelo Branco		80	Lousã	
31	Idanha-a-Nova	Beira Interior Sul	81	Miranda do Corvo	
32	Penamacor		82	Oliveira do Hospital	
33	Vila Velha de Ródão		83	Pampilhosa da Serra	
34	Belmonte	Cova da Beira	84	Pedrógão Grande	
35	Covilhã		85	Penela	
36	Fundão		86	Tábua	
37	Aguiar da Beira	Dão-Lafões	87	Vila Nova de Poiares	Pinhal Interior Sul
38	Carregal do Sal		88	Mação	
39	Castro Daire		89	Oleiros	
40	Mangualde		90	Proença-a-Nova	
41	Mortágua		91	Sertã	
42	Nelas		92	Vila de Rei	
43	Oliveira de Frades		93	Batalha	Pinhal Litoral
44	Penalva do Castelo		94	Leiria	
45	Santa Comba Dão		95	Marinha Grande	
46	São Pedro do Sul		96	Pombal	
47	Sátão	97	Porto de Mós		
48	Tondela	Serra da Estrela	98	Fornos de Algodres	
49	Vila Nova de Paiva		99	Gouveia	
50	Viseu		100	Seia	

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.5 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental referente à NUTS II Lisboa com os municípios identificados numericamente e os limites das NUTS III correspondentes.

Figura 1.3.5 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Lisboa.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.4 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS II Lisboa, constante na figura 1.3.5, com a sua denominação e a correspondência com as respetivas NUTS III.

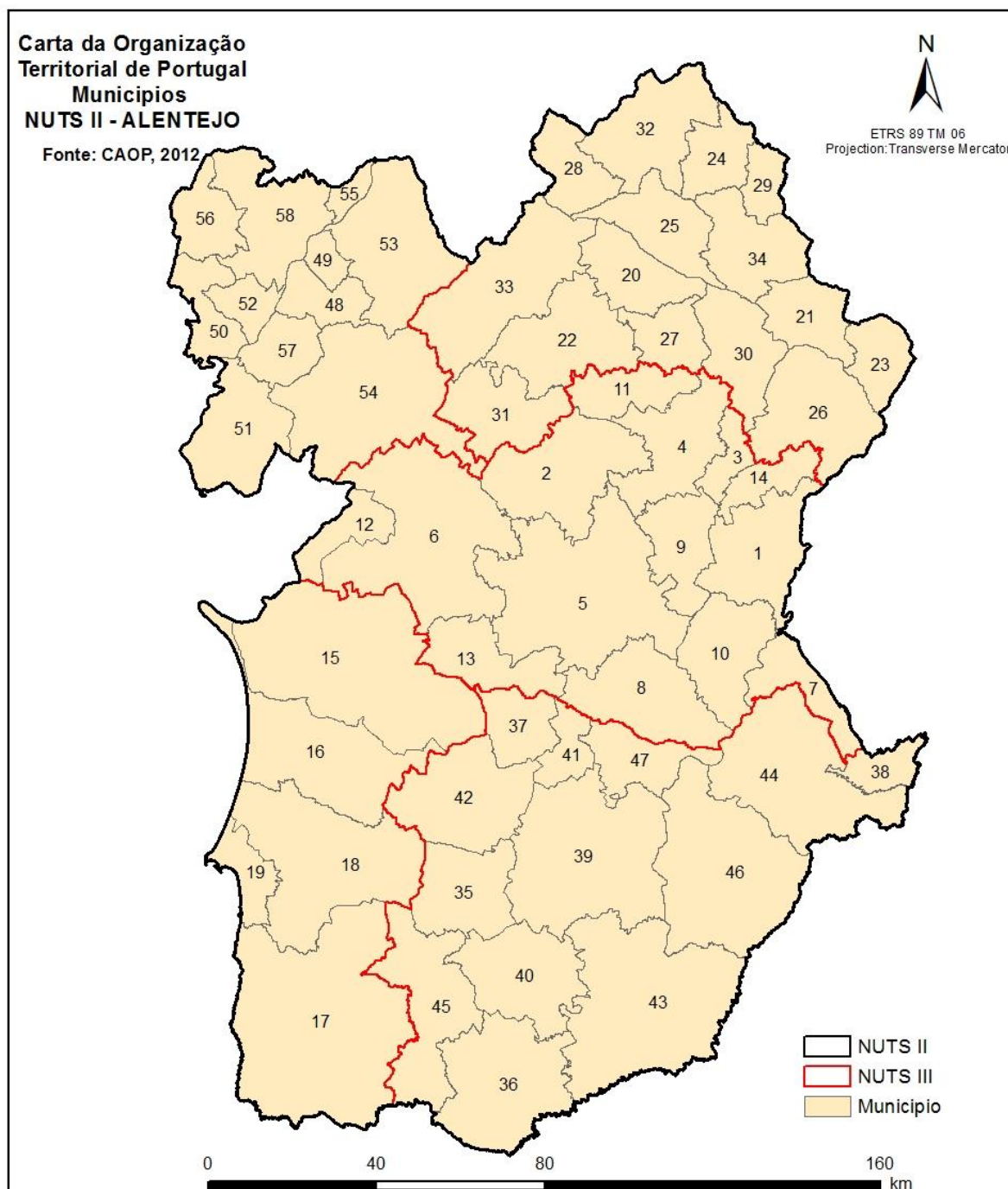
Quadro 1.3.4 Municípios da NUTS II Lisboa.

Municípios da NUTS II Lisboa		
N.º	Município	NUTS III
1	Amadora	Grande Lisboa
2	Cascais	
3	Loures	
4	Mafra	
5	Odivelas	
6	Oeiras	
7	Sintra	
8	Vila Franca de Xira	
9	Lisboa	
10	Almada	Península de Setúbal
11	Barreiro	
12	Moita	
13	Montijo	
14	Palmela	
15	Seixal	
16	Sesimbra	
17	Setúbal	
18	Alcochete	

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.6 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental referente à NUTS II Alentejo com os municípios identificados numericamente e os limites das NUTS III correspondentes.

Figura 1.3.6 Carta da organização territorial de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Alentejo.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.5 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS II Alentejo, constante na figura 1.3.6, com a sua denominação e a correspondência com as respetivas NUTS III.

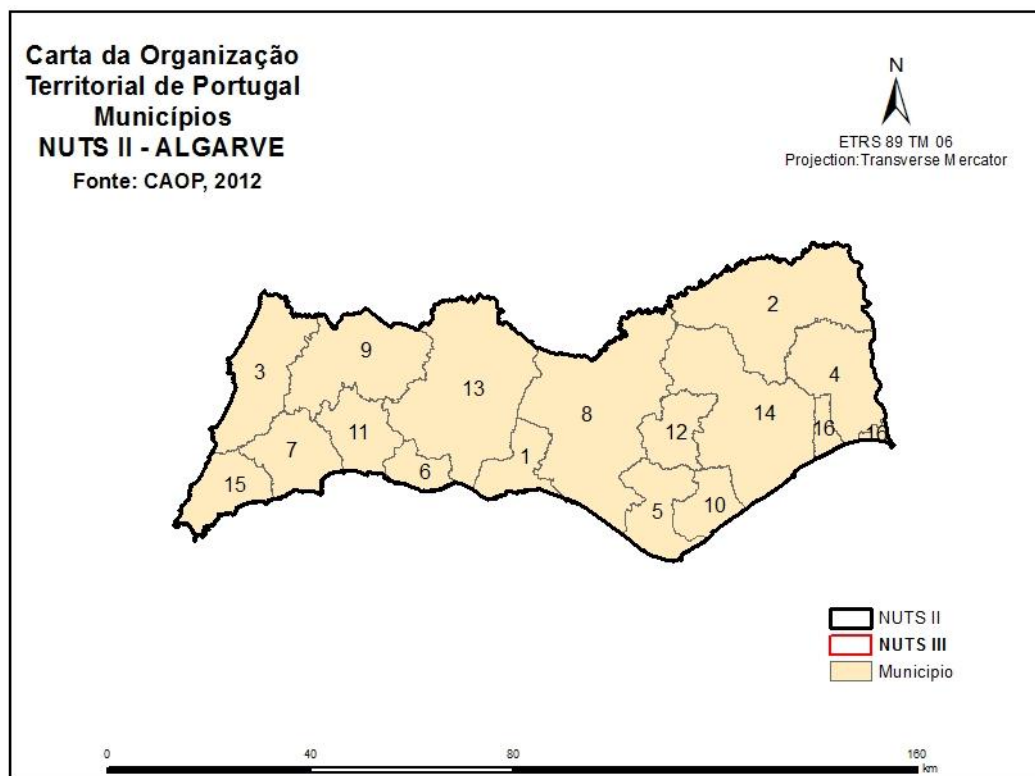
Quadro 1.3.5 Municípios da NUTS II Alentejo.

Municípios da NUTS II Alentejo					
N.º	Município	NUTS III	N.º	Município	NUTS III
1	Alandroal	Alentejo Central	30	Monforte	Alto Alentejo
2	Arraiolos		31	Mora	
3	Borba		32	Nisa	
4	Estremoz		33	Ponte de Sor	
5	Évora		34	Portalegre	
6	Montemor-o-Novo		35	Aljustrel	Baixo Alentejo
7	Mourão		36	Almodôvar	
8	Portel		37	Alvito	
9	Redondo		38	Barrancos	
10	Reguengos de Monsaraz		39	Beja	
11	Sousel		40	Castro Verde	
12	Vendas Novas		41	Cuba	
13	Viana do Alentejo		42	Ferreira do Alentejo	
14	Vila Viçosa		43	Mértola	
15	Alcácer do Sal	Alentejo Litoral	44	Moura	
16	Grândola		45	Ourique	
17	Odemira		46	Serpa	
18	Santiago do Cacém		47	Vidigueira	
19	Sines		48	Almeirim	
20	Alter do Chão	Alto Alentejo	49	Alpiarça	Lezíria do Tejo
21	Arronches		50	Azambuja	
22	Avis		51	Benavente	
23	Campo Maior		52	Cartaxo	
24	Castelo de Vide		53	Chamusca	
25	Crato		54	Coruche	
26	Elvas		55	Golegã	
27	Fronteira		56	Rio Maior	
28	Gavião		57	Salvaterra de Magos	
29	Marvão		58	Santarém	

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.7 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Continental referente à NUTS II Algarve com os municípios identificados numericamente e os limites das NUTS III correspondentes.

Figura 1.3.7 Carta Administrativa de Portugal Continental, Municípios da NUTS II Algarve.



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.6 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS II Alentejo, constante na figura 1.3.7, com a sua denominação e a correspondência com as respetivas NUTS III.

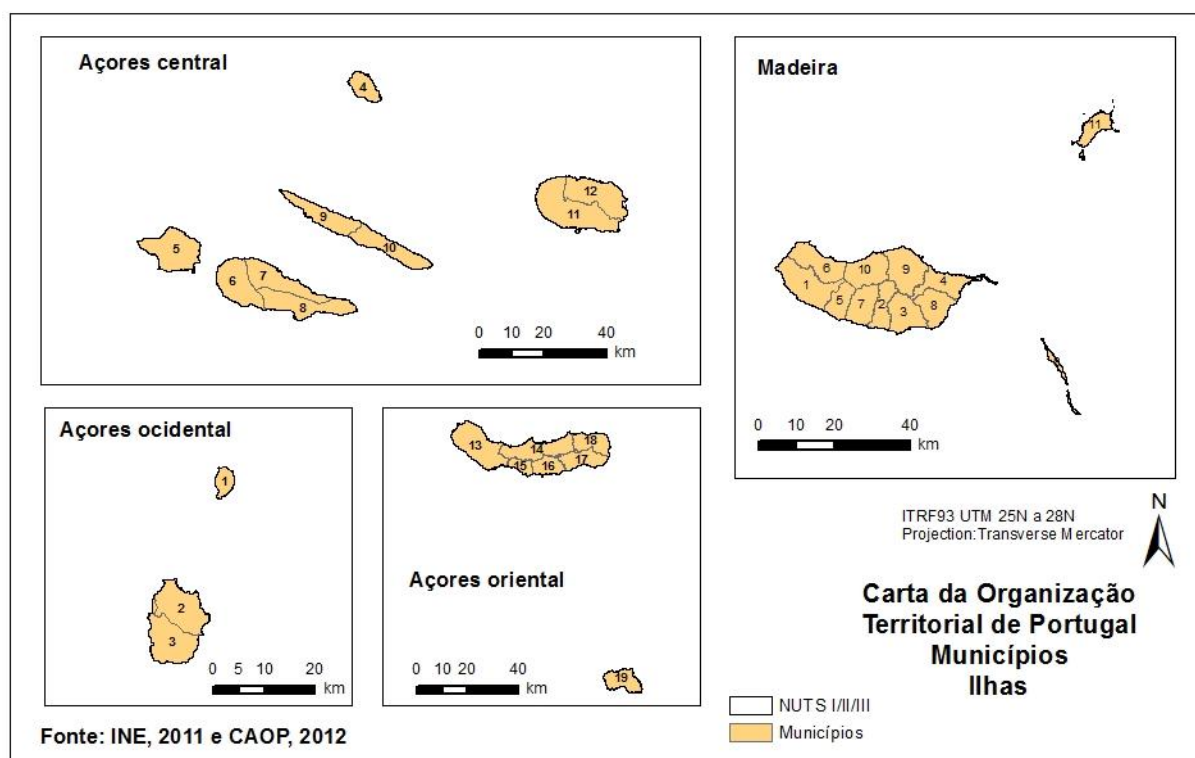
Quadro 1.3.6 Municípios da NUTS II Algarve.

Municípios da NUTS II Algarve		
N.º	Município	NUTS III
1	Albufeira	Algarve
2	Alcoutim	
3	Aljezur	
4	Castro Marim	
5	Faro	
6	Lagoa	
7	Lagos	
8	Loulé	
9	Monchique	
10	Olhão	
11	Portimão	
12	São Brás de Alportel	
13	Silves	
14	Tavira	
15	Vila do Bispo	
16	Vila Real de Santo António	

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 1.3.8 apresenta-se a carta da organização territorial de Portugal Ilhas, referente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Os municípios estão numerados por região autónoma. Na região autónoma dos Açores a numeração é ascendente com início nos municípios do grupo de ilhas ocidental para o grupo de ilhas oriental. Na região autónoma da Madeira a numeração dos municípios da ilha da Madeira é aleatória.

Figura 1.3.8 Carta da organização territorial de Portugal. Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (NUTS I / II / III).



Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

No quadro 1.3.7 apresenta-se a correspondência numérica identificadora dos municípios da NUTS I/II/III das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, constante na figura 1.3.8, com a sua denominação e a correspondência com o grupo de ilhas e a ilha a que pertencem.

Quadro 1.3.7 Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, NUTS I / II / III.

Municípios da Região Autónoma dos Açores NUTS I / II / III				Municípios da Região Autónoma da Madeira NUTS I / II / III		
N.º	Município	Grupo	Ilha	N.º	Município	Ilha
1	Corvo	Ocidental	Corvo	1	Calheta	Madeira
2	Santa Cruz das Flores	Ocidental	Flores	2	Câmara de Lobos	Madeira
3	Lajes das Flores	Ocidental	Flores	3	Funchal	Madeira
4	Santa Cruz da Graciosa	Central	Graciosa	4	Machico	Madeira
5	Horta	Central	Faial	5	Ponta do Sol	Madeira
6	Madalena	Central	Pico	6	Porto Moniz	Madeira
7	S. Roque do Pico	Central	Pico	7	Ribeira Brava	Madeira
8	Lajes do Pico	Central	Pico	8	Santa Cruz	Madeira
9	Velas	Central	S. Jorge	9	Santana	Madeira
10	Calheta de S. Jorge	Central	S. Jorge	10	S. Vicente	Madeira
11	Angra do Heroísmo	Central	Terceira	11	Porto Santo	Porto Santo
12	Vila Praia da Vitória	Central	Terceira			
13	Ponta Delgada	Oriental	S. Miguel			
14	Ribeira Grande	Oriental	S. Miguel			
15	Lagoa	Oriental	S. Miguel			
16	Vila Franca do Campo	Oriental	S. Miguel			
17	Povoação	Oriental	S. Miguel			
18	Nordeste	Oriental	S. Miguel			
19	Vila do Porto	Oriental	Santa Maria			

Fontes: CAOP, 2012; elaboração própria.

2. Estado da arte

2. Estado da arte

O uso do solo, a cobertura do solo e as suas interações são interesses desde longa data para os geógrafos. A prospeção do terreno teve um papel importante nas origens da geografia e da história da terra em muitos países. O mapeamento, explicação e planeamento dos padrões da terra, quer seja urbana, rural ou natural têm-se mantido como preocupações fundamentais da disciplina, juntando as perspetivas das ciências naturais com as ciências sociais, além de a geografia estar talhada para um papel principal na integração do uso do solo, decorrente da atividade humana, com o mundo biofísico da cobertura do solo (Meyer e Turner, 1996).

A ciência do uso do solo (*land use science*) pode ser definida como um tema inclusivo e multidisciplinar focado em assuntos relacionados com a natureza do uso do solo e da cobertura do solo no espaço e no tempo e dos processos social, económico, cultural, político, de tomada de decisão, ambiental e ecológico que produzem os padrões e as mudanças (Aspinall e Hill, 2008).

A mudança no uso do solo (*land-use*) e na cobertura do solo (*land-cover*), também conhecida como mudança no solo (*land change*) é um termo geral para definir as modificações de origem humana na superfície terrestre.

A cobertura do solo refere-se à cobertura física e biológica da superfície da terra, incluindo a água, vegetação, solo descoberto, e / ou estruturas artificiais. O uso do solo é um termo mais complexo. Os cientistas das ciências naturais definem “uso do solo” com indicador das atividades humanas tais como a agricultura, a floresta e a construção de edifícios, que alteram os processos da superfície da terra, incluindo os processos biogeoquímicos, hidrológicos e a biodiversidade. Os cientistas sociais e os gestores do território definem “uso do solo” mais latamente para incluir propósitos sociais e económicos e os contextos em que os solos são utilizados, tal como agricultura de subsistência versus agricultura comercial, terra arrendada versus terra própria ou privada versus pública.

Enquanto a cobertura do solo pode ser observada diretamente no terreno ou por observação remota as observações do uso do solo e as suas mudanças geralmente requerem a integração de métodos científicos das ciências naturais e das ciências sociais (conhecimento de especialistas, entrevistas a gestores do território), para determinar que atividades humanas estão a ocorrer em diferentes partes do território, mesmo quando a cobertura do solo parece ser a mesma.

Como resultado, a investigação científica das causas e das consequências da mudança de cobertura e de uso do solo requerem uma abordagem interdisciplinar, integrando métodos científicos das ciências naturais e das ciências sociais, os quais emergiram como uma nova disciplina: ciência da mudança no solo (*land-change science*) (Ellis, 2013).

A análise da mudança no uso e na cobertura do solo gira à volta de duas questões interrelacionadas: (1) o que comanda ou causa as mudanças de uso e de cobertura do solo e (2) qual o impacto destas mudanças do ponto de vista ambiental e socioeconómico.

A mudança no uso / cobertura do solo é influenciada por uma variedade de fatores operando em mais que um nível espacial e temporal, não atuando isoladamente, mas em intrincadas redes relacionais de espaços e em tempos específicos. Várias teorias têm sido avançadas para descrever e explicar a mudança de uso e de cobertura do solo, originárias das ciências naturais e das ciências sociais e, mais recentemente, de investigação interdisciplinar.

A mudança de uso do solo ocorre inicialmente ao nível das parcelas do solo individuais quando os gestores do território decidem que a mudança para outro tipo de uso / utilização é vantajoso. As decisões de mudança individuais, agregadamente, produzem mudanças de uso / cobertura do solo em níveis espaciais mais elevados. Os gestores do território respondem na unidade de solo, a maior parte das vezes, a influências internas e externas e as decisões são influenciadas pelas suas características próprias e pelas condições ambientais do local, bem como pelas configurações ambientais, socioeconómicas, institucionais e políticas, imediatas e a prazo, nas quais a unidade está inserida.

Uma primeira distinção emerge entre os fatores que são pertinentes ao nível da parcela individual (o micro-nível) e aqueles que se aplicam a níveis espaciais e organizacionais mais elevados (o macro-nível). Os fatores que influenciam as mudanças de uso e de cobertura do

solo são distinguidos, posteriormente, em ambos os níveis, em fatores biofísicos e em fatores sociais, dependendo da sua origem (Briassoulis, s/d).

2.1 Perspetivas de abordagem da mudança de uso do solo

A mudança de uso e cobertura do solo é um campo inerentemente interdisciplinar, trabalhando num vasto leque de abordagens metodológicas e teóricas e tem sido abordada por diferentes autores ao longo dos últimos anos em diferentes perspetivas e mostrando diferentes preocupações. Contudo a definição do campo de ação foi-se fortalecendo no século 21 por vários trabalhos importantes, como o de Turner *et al.* (2007), que apresentaram um quadro definidor da “ciência da mudança da terra” (*land change science*) traçando em parte o corpo de trabalho nas mudanças de uso e cobertura do solo, alicerçado na teoria da complexidade e o de Liu *et al.* (2013), também com base na teoria da complexidade, que introduz um quadro centrado na ideia de ligação (“*telecoupling*”) entre os sistemas socio-económico e ambiental. O termo “*telecoupling*” significa a ideia de interação que ocorre entre sistemas “à distância”. Esta ideia pode vir a ser central no futuro da investigação em mudança de uso e cobertura do solo, como um meio para capturar a crescente interação dos sistemas natural e humano numa escala global.

Zvoleff *et al.* (2014) publicaram um trabalho bibliográfico sobre a temática “mudança de uso e cobertura do solo” (*land use and cover change*) no qual descrevem a evolução da investigação nas várias vertentes em que o tema tem sido desenvolvido e as tendências atuais. Para cada vertente em que a mudança de uso e cobertura do solo tem sido desenvolvida apresentam referências bibliográficas publicadas, que consideram fundadoras e fundamentais. O artigo está organizado por temas: (1) visão geral; (2) padrões e processos; (3) impactos e respostas; (4) modelização e (5) síntese. No tema “visão geral” referem-se aos planos de investigação, aos livros e às mais importantes revistas que têm publicado artigos sobre as mudanças de uso e cobertura do solo. No tema “padrões e processos” referem-se aos subtemas: tendências, monitorização, mudanças de uso e cobertura do solo na agricultura, migrações e urbanização. No tema “impactos e respostas” apresentam os subtemas: efeitos ecológicos, agricultura itinerante, transição da floresta, abordagens de conservação e eficácia de conservação. No tema “modelização” apresentam os subtemas: abordagens, avaliação de incerteza e exatidão e ligação

entre população e ambiente. Finalmente no tema “síntese” apresentam artigos síntese publicados sobre a temática mudanças de uso e cobertura do solo.

A partir dos anos 1990 a investigação em mudanças de uso e cobertura do solo (“*Land use and cover change (LUCC)*”) foi influenciada grandemente pelos planos de investigação dos projetos conjuntos do “*International Geosphere Biosphere Programme (IGBP)*” e do “*International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change (IHDP)*”. No plano científico conjunto do projeto *IGBP/IHDP* sobre mudanças de uso e cobertura do solo Turner *et al.* (1995) esboçaram a agenda de investigação para os projetos e descreveram as relações entre a investigação em mudanças de uso e cobertura do solo e os programas de investigação em ciências físicas e ciências sociais. Na sequência do projeto anteriormente citado outro projeto conjunto *IGBP/IHDP* se seguiu, o “*Global Land Project (GLP)*”. O plano científico deste projeto providencia uma introdução ao estado e à direção da investigação em mudanças do uso e cobertura do solo no início do século 21 (GLP Transition Team, 2005) enquanto os subsequentes relatórios periódicos do GLP providenciam um olhar mais focalizado nos mais importantes tópicos de investigação em mudanças de uso e cobertura do solo. Geist e Lambin (2002) descrevem o quadro das causas próximas e sublinham as linhas-força (“*drivers*”) para compreender as mudanças de uso e cobertura do solo nas zonas tropicais. Num relatório de apresentação de resultados do projeto conjunto *IGBP e IHDP* de mudança de uso e cobertura do solo Lambin e Geist (2006) argumentam que a comunidade científica se está a aproximar de uma “teoria abrangente” em mudanças de uso e cobertura do solo.

Turner *et al.* (2007) discutem o campo emergente da “ciência da mudança do solo” (*land change science*), providenciando uma visão global do estado corrente e das futuras direções da investigação em mudanças de uso e cobertura dos solo. Meyer e Turner (1994) providenciam uma visão abrangente da investigação em mudanças de uso e cobertura do solo ainda antes do início dos projetos *IGBP/IHDP*.

A necessidade de integração de diversos pontos de vista para o estudo das mudanças de uso do solo (dados espaciais, biofísicos e socioeconómicos) é discutida por Lourenço *et al.* (1998). Os autores apresentam e discutem a informação socio-económica necessária para a análise das mudanças de uso do solo e para a construção de indicadores de mudança de uso do solo, distinguindo a informação necessária para estudos de nível regional e para estudos de nível

local. Consideram que ao nível regional é importante conhecer as mudanças na população, na estrutura agrária e no uso do território, na avaliação das políticas agrícolas, impactos, planeamento e regulamentação. Ao nível local consideram importante a informação sobre o produtor agrícola, as expectativas do produtor agrícola, a exploração agrícola e os fatores de produção.

Lourenço *et al.* (1999) discutem a importância e os pressupostos da análise socio-económica na investigação em mudanças do uso do solo com base em dois trabalhos de investigação desenvolvidos.

Em abordagens abrangentes da investigação em mudança de uso e cobertura do solo Sing *et al.* (2001) e Gutman *et al.* (2004) providenciam uma visão geral e um *status quo* da investigação, com foco na ligação dos dados das mudanças de uso e cobertura do solo com processos socioeconómicos e outros, prevendo as correspondentes consequências nos sistemas homem-ambiente. Numa abordagem da mudança de uso e cobertura do solo Giri (2012) é relativamente mais técnico que os anteriores focando-se nos métodos de deteção remota e suas aplicações.

A modelização da mudança do uso e cobertura do solo tem sido uma importante área de investigação. Os modelos são importantes ferramentas para o processamento de dados ambientais ou humanos, para testar hipóteses alternativas acerca da estrutura dos sistemas e funções e para projetar futuros trabalhos sobre as mudanças de uso e cobertura do solo. A maior preocupação na modelação é como estabelecer protocolos comuns cientificamente adequados. Isto é de vital importância para a comunicação dos modelos e dos resultados entre investigadores. É também essencial para relatar os modelos e os resultados ao público, para análise das políticas e para o desenvolvimento. São exemplo de trabalhos de modelação das mudanças de uso e cobertura do solo, entre muitos outros, Verburg *et al.* (2008) e Verburg *et al.* (2004). Em Koomen *et al.* (2007) encontramos uma visão geral da modelização em mudanças de uso do solo e um largo leque de aplicações, num misto de teoria e de prática.

Muita investigação tem sido focada especificamente na mudança de uso e cobertura do solo (LUCC) em agricultura, dada a importância do uso do solo como *driver* da mudança global. No que diz respeito aos padrões e processos da mudança de uso e cobertura do solo na agricultura

muita investigação tem sido focada na Amazónia associando o desenvolvimento da agricultura com a perda de floresta (Soares-Filho *et al.*, 2006; Walker *et al.*, 2000).

Outras áreas de ativa investigação na mudança de uso e cobertura do solo em agricultura, têm sido o papel que a procura de produtos agrícolas pelos mercados internacionais tem tido na estimulação da desflorestação, decorrente dessa procura (Zak *et al.*, 2008); o potencial dos sistemas produtivos para implementar os meios de subsistência das populações e ao mesmo tempo combater a perda de floresta e incrementar a resiliência à mudança ambiental (Garrity *et al.*, 2010; Ludewigs *et al.*, 2009) e a sensibilidade da agricultura às mudanças ambientais (Seo, 2010).

Um dos enfoques nas mudanças de uso do solo mais amplamente tratados na bibliografia é o dos efeitos ambientais induzidos pela mudança de uso do solo. A maioria dos trabalhos foca-se numa perspetiva local, como casos de estudo, em territórios mais ou menos amplos, utilizando diversas metodologias. São exemplo trabalhos sobre os efeitos das mudanças de uso do solo na paisagem, na conservação do solo, nas condições ecológicas da vegetação e no habitat de espécies de animais.

Como exemplo, nos EUA, Lubowski *et al.* (2006) examinam evidências na relação entre as mudanças de uso do solo na agricultura, a produtividade do solo e indicadores de vulnerabilidade ambiental, induzidas por políticas agrícolas, que poderão ter menores efeitos na produção – e impactos ambientais maiores – que os esperados. Para ilustrar esta possibilidade examinam resultados ambientais decorrentes da mudança de uso do solo causados por dois programas de agricultura que foram identificados como tendo potencialmente influência importante no uso do solo e na qualidade ambiental.

Nos contextos anteriormente referidos referem-se alguns trabalhos realizados em Portugal. Casimiro (1993) caracteriza as mudanças de uso do solo no Concelho de Mértola nos seguintes períodos temporais: antecedentes até finais do séc. XIX; 1882-1893; 1900-1950; 1950-1960; 1960-1974 e 1974-1993. O objetivo do trabalho foi analisar as modificações de uso do solo no Concelho de Mértola, na relação entre os grupos humanos e as características físicas do meio, equacionando a forma como essas modificações foram condicionadas por várias acções institucionais de orientação económica e políticas agrícolas.

Roxo *et al.* (1998) identificam e analisam as grandes fases de mudança de uso do solo no Baixo Alentejo Interior – Concelho de Mértola – resultantes de importantes políticas nacionais e internacionais, com consequências directas no agravamento da degradação dos ecossistemas, salientando os aspectos relacionados com os impactos da actividade agrícola na degradação dos recursos naturais e nos atuais mecanismos políticos para combater a desertificação e promover usos do solo compatíveis com a conservação do solo, da água e da vegetação “natural”, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Lourenço (1998) desenvolve um estudo de monitorização e gestão das mudanças em áreas rurais marginais, e faz uma análise comparativa de regiões da Europa do Norte e do Oeste (Jutlândia, na Dinamarca e Valónia, na Bélgica) e na região mediterrânica (Alentejo e Serra Algarvia, em Portugal), com o objetivo de compreender a dinâmica socioeconómica e a relação entre o uso do solo e as mudanças na paisagem e conceber ferramentas metodológicas para analisar e antecipar a evolução ao nível regional.

Gaspar e Fidalgo (2002) estudaram as mudanças de uso do solo e os seus efeitos na paisagem na área de paisagem protegida da Serra do Açor, num período de 30 anos, e operacionalizaram o cálculo de um índice de valor paisagístico e de recreio baseado em atributos espaciais, como a acessibilidade, visibilidade e diversidade visual, e outras características intrínsecas das manchas que potenciam o recreio. Concluíram que a área possui uma grande dinâmica de alteração caracterizada pela diminuição da área agrícola e da área de pinheiro bravo e pelo aumento da área de incultos e de folhosas diversas. A metodologia utilizada é discutida em termos da sua adequação à determinação das consequências das mudanças e da sua utilização como ferramenta de apoio à tomada de decisão.

Jones *et al.* (2011) conduziram uma avaliação das mudanças de uso do solo no período recente (1986-2006) e o seu impacto em duas áreas seleccionadas das regiões Centro e Alentejo, focando-se na degradação e conservação do solo. Esta avaliação foi baseada em informação do programa CORINE Land Cover (1985 e 2006) e dos Recenseamentos Agrícolas (1989 e 1999). Concluem que na área de investigação, na região Centro, a área de floresta diminuiu de 52% para 22% da área total, principalmente devido aos fogos florestais. Na área de investigação na região Alentejo as maiores mudanças foram o declínio dos matos mistos, de 23% para 11%, para solos com floresta aberta, tendo esta aumentado de 1% para 22%, como resultado de

medidas de florestação. Esta mudança de uso do solo resultou num significativo aumento das estimativas de perda de solo. Na área de investigação na região Centro as perdas de solo foram superiores a 10 t por ha e por ano, tendo sido estimado que ocorreram em 57% da área em 1990 e em 64% em 2006, tendo o incremento resultado da mudança de uso do solo. Na área de investigação na região Alentejo esta mudança foi de 65% em 1990 e de 72% em 2006. Apesar do aumento das áreas de floresta e pastagens permanentes as taxas de perda de solo mantêm-se muito altas nas duas áreas em que a investigação foi desenvolvida.

A mudança no uso do solo na perspectiva do abandono do espaço agrícola é abordado em Portugal por vários autores, de que se destacam Nunes (2008) e Almeida *et al.* (2009) que relacionam o abandono do espaço agrícola com aspetos físicos e biológicos do solo e com questões económicas, sociais e ambientais que estas mudanças induzem. Outros autores estudaram também as questões do abandono da terra e as mudanças e os padrões no uso do solo, como Correia (1993), Pinto-Correia & Sørensen (1995) e Correia *et al.* (2006).

O abandono agrícola na perspectiva da segurança nacional é abordado por Fernandes (2005). Apesar desta perspectiva apenas indiretamente se relacionar com a mudança de uso do solo não deixa de ser um aspeto bastante importante do ponto de vista das dinâmicas territoriais, sendo por isso, aqui referenciado. A autora indica um conjunto de medidas, sobretudo dirigidas às regiões mais frágeis, onde se situam as zonas com maior risco de abandono. Foca as grandes causas do abandono agrícola e as suas consequências para a segurança nacional e, a um nível mais detalhado, analisa as três principais dimensões do fenómeno em Portugal: económica, social e de gestão do território e ambiente. Por último discute a necessidade e modalidades de intervenção do Estado, descrevendo algumas das medidas que melhor se adaptam à realidade agrícola de Portugal.

Lourenço *et al.* (2008), num estudo de caso das alterações dos usos do solo no Vale do Douro, encontram várias mudanças, entre as quais um incremento de grandes áreas de incultos, que implicam uma maior suscetibilidade à erosão e à desertificação.

Castro *et al.* (2010) estudaram os efeitos do abandono do uso do solo no sistema agro-pastoril “montado”, característico do Alentejo, sul de Portugal. Avaliaram a resposta na composição e na riqueza de espécies e as características funcionais ao decréscimo da intensidade de uso do

solo, tendo concluído que os resultados obtidos são consistente com estudos prévios, indicando que a riqueza de espécies decresce rapidamente após o abandono da terra.

O efeito das políticas agrícolas e rurais na mudança de uso do solo é uma temática muito importante, desenvolvida em muitos estudos, focando-se nas mudanças do sector agrícola e rural.

No estudo *Scenar 2020, Scenario study on agriculture and rural world* (Nowicki, 2006) são desenvolvidos três diferentes cenários na mudança de uso do solo nos países da CE para o ano 2020: referência (*baseline*), liberalização e regionalização. Neste estudo foram identificados fatores-força exógenos relevantes para os instrumentos de políticas e para a influência que estes podem ter na mudança de uso do solo (crescimento populacional, crescimento macroeconómico, preferências de consumo, tecnologia agrícola, condições ambientais); e fatores-força endógenos (políticas de comércio e políticas agrícolas, política agrícola da UE, política ambiental (impacto na agricultura), alargamento e OMC e outros acordos internacionais). Uma das principais conclusões do estudo *Scenar 2020* é que a evolução de muitos fatores-força, e em consequência as mudanças de uso do solo na Europa, dar-se-ão com ou sem modificação das políticas. As políticas são forças de segunda ordem que poderão amplificar ou atenuar os efeitos dos fatores-força.

No seminário “*Global Economic Drivers of Land Use Change*” (EEAC Working Group Agriculture and Rural Development, 2008) são focados vários temas relacionados com as mudanças do uso do solo em que a Política Agrícola Comum é o tema central. Neste seminário são abordadas e discutidas as forças condutoras das mudanças no uso do solo na Europa; a globalização, a agricultura e o uso do solo; e os efeitos ambientais das mudanças de uso do solo na Europa e a Política Agrícola Comum depois de 2013 e a mudança no uso do solo.

Borges *et al.* (2010) desenvolveram um método para avaliar os impactos da política agrícola comum (PAC) na agricultura e na floresta, que inclui um modelo de programação linear para estimar os coeficientes de custo de produção das atividades correntes na agricultura e na floresta. O método foi aplicado à região Alentejo, no sul de Portugal e os resultados demonstram o interesse e relevância do método proposto para avaliar os impactos das mudanças nos preços, na política agrícola e nos padrões de uso do solo e da floresta.

Xavier e Freitas (2014) referem que as reformas da Política Agrícola Comum tiveram consequências na agricultura europeia, conduzindo a mudanças no uso do solo nas explorações agrícolas e nas suas orientações. No sul da Europa estas consequências resultaram numa dinâmica específica. Em Portugal muitas regiões apresentam declínio na agricultura, tornando-se importante analisar as dinâmicas passadas e identificar tendências futuras. Estes autores propõem um procedimento metodológico que combina o uso do método multivariado *Biplot* com um sistema de informação geográfico (SIG). Este procedimento foi aplicado aos principais usos do solo e culturas agrícolas dos municípios e regiões agrárias de Portugal no período 1999-2009. Os autores concluem que esta metodologia é capaz de providenciar uma visão detalhada das mais importantes mudanças no uso do solo e nas culturas agrícolas e identificar tendências, pelo que é uma ferramenta muito útil para avaliar as políticas e a sua implementação.

As mudanças de uso do solo do ponto de vista das dinâmicas territoriais são também analisadas por diversos autores.

Coutinho (2008) e Coutinho e Mora Aliseda (2009) analisam as mudanças de uso do solo em duas regiões NUTS III de Portugal no período 1989-1999 tentando explicá-las através dos efeitos induzidos por fatores sociais, económicos e ambientais das regiões estudadas.

As dinâmicas territoriais e as suas repercussões sobre as mudanças de uso do solo na Raia Central Ibérica são analisadas por Jaraíz Cabanillas (2011). O trabalho deste autor centra-se fundamentalmente na caracterização socioeconómica e territorial da Raia Central Ibérica, para definir os efeitos das mudanças demográficas e económicas, as particularidades agrícolas, a melhoria das acessibilidades e a influência dos transportes e as peculiaridades do meio físico e natural sobre as mudanças de cobertura e usos do solo.

Jaraíz Cabanillas *et al.* (2012) avaliam as repercussões e consequências das recentes mudanças socio-demográficas na mudança de cobertura e uso do solo na Raia Central Ibérica. Estes autores usaram dados do projeto europeu CORINE e utilizaram análise multivariada, análise de informação e um modelo linear generalizado (GLM), tendo este demonstrado a sua utilidade na identificação das relações entre as variáveis independentes e as mudanças na cobertura/uso do solo.

2.2 Perspetiva histórica do uso do solo em Portugal

As mudanças no uso do solo em Portugal, de uma perspetiva de evolução histórica nos aspetos ambientais, sociais e económicos são abordados por Baptista (2001), Argemí (2002) e Portela e Caldas (2003). O primeiro autor referido sintetiza da seguinte forma, que transcrevo, a evolução do espaço rural em Portugal, de meados do século XX ao final da década de 80: “Em meados do século XX a agricultura e a sociedade rural alcançavam em Portugal a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos por aproveitar. A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam destinos coincidentes. Passados 40 anos, a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território urbano. Emerge uma questão de espaço autonomizada da agricultura, que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural. A agricultura, o espaço e a sociedade rural têm agora caminhos dissociados. Neste percurso, a agricultura sofreu uma profunda transformação tecnológica, que se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava o seu peso na economia e na sociedade.”

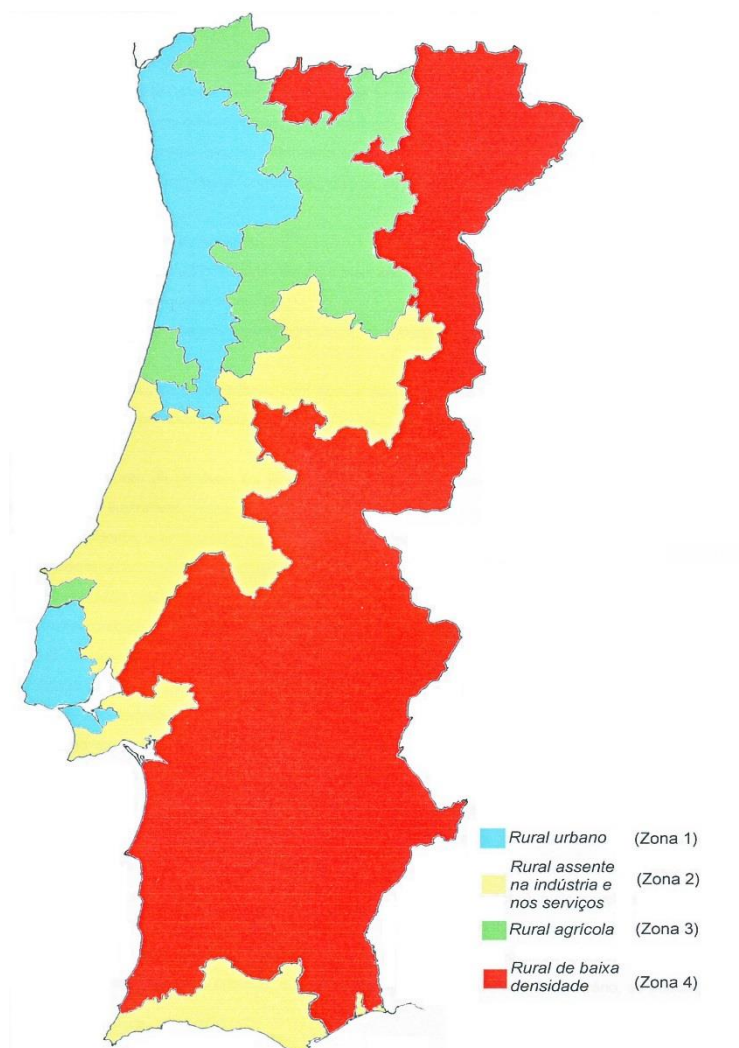
As mudanças operadas na floresta em Portugal Continental no período 1875-2005 são analisadas por Radich e Batista (2005), delimitando-as em 3 períodos, 1875-1938, 1938-1974 e 1974-2005, em que se assinalam mudanças marcantes, do ponto de vista do Estado e dos particulares em relação à floresta. Concluem estes autores que se verificou um enorme acréscimo da superfície utilizada pela floresta entre 1875 e 2005, de uns meros 7% para cerca de um terço do território do Continente.

Na medida em que o tipo de ruralidade influencia o uso do solo apresenta-se a classificação do território de Portugal Continental quanto à ruralidade, do ponto de vista socioeconómico realizado por Novais *et al.* (2000). Neste trabalho a ruralidade é classificada em quatro zonas distintas: zona 1 – rural urbano; zona 2 – rural assente na indústria e serviços; zona 3 – rural agrícola e zona 4 – rural de baixa densidade (figura 2.2.1).

A zona 1 – Rural Urbano “engloba 11% da área rural total e nela se concentra quase metade (47%) da população rural do Continente. A densidade dessa população é extremamente elevada

(246 habitantes/ Km²) sendo relativamente baixa a ligação dos rurais às explorações agrícolas (22%)”.

Figura 2.2.1 Tipos de ruralidade no território de Portugal Continental.



Fontes: Novais *et al.* (2000)

A zona 2 – Rural Assente na Indústria e nos Serviços “onde se encontra 21% da área rural e 24% da população rural do Continente, a população rural já apresenta uma densidade significativamente mais baixa do que na zona 1 (64 habitantes / Km²) e uma maior ligação a explorações agrícolas (43 %)”.

A zona 3 – Rural Agrícola “encontra-se 13% da área rural e 15% da população rural do Continente, sendo a ligação dos rurais a explorações agrícolas significativamente maior (60%) do que na zona 2 e também muito superior a inserção profissional na agricultura da sua população rural (40%)”.

A zona 4 – Rural de Baixa Densidade “ocupa mais de metade do país e só representa 14% da população rural do Continente, prolongando-se da Serra do Algarve até à Terra Fria Transmontana, a densidade rural é extremamente baixa (14 habitantes / Km²), mostrando os indicadores uma população rural mais envelhecida (23% com 65 e mais anos), com uma elevada inserção profissional através da agricultura, uma ligação igualmente forte a explorações agrícolas (55%) e uma significativa dependência das pensões como principal meio de vida (33%). Trata-se de um rural agrícola mais pobre, envelhecido e onde os rendimentos provenientes do exterior, nomeada das pensões rurais e de reforma, têm um peso decisivo na reprodução da população”.

Esta classificação permite apercebermo-nos de grandes diferenças de ocupação do território de Portugal Continental e da consequente atividade económica e dos usos do solo. Neste trabalho tem particular realce a zona rural de baixa densidade que, apesar de ocupar mais de metade do território apenas tem 14% da população e com características bem diferenciadas das outras zonas quanto a várias características de que ressalta o envelhecimento.

Sobre o trabalho na agricultura, em 1989, refere Batista (2001) que “agora predomina acentuadamente o trabalho familiar, que também cultiva a maior parte da superfície agrícola útil (57%), repartindo-se o restante pelas unidades capitalistas privadas (36%) e por outros tipos de explorações (7%). Este panorama tem variações regionais.”

“Desde os anos 60 ganhou grande expressão o número de famílias agricultoras que têm rendimentos exteriores às unidades de produção agrícola, seja porque uma parte dos membros da família trabalha fora da exploração, seja porque têm acesso a rendimentos de outras origens, como, por exemplo, dinheiros da previdência, subsídios ou remessas da emigração.”

“O balanço dos últimos 40 anos, relativamente aos que trabalham na agricultura, apresenta, assim, algumas tendências muito nítidas: são hoje metade do que eram em meados do século

XX; a feminização aumentou; o envelhecimento acentuou-se, os trabalhadores familiares são agora a maior parte desta população e cultivam mais de metade da superfície agrícola útil. Resta acrescentar que a maior parte das famílias ligadas a explorações agrícolas vive hoje de rendimentos exteriores às unidades de produção.”

Ainda Baptista (2001) traça uma panorâmica das relações do espaço e do rural onde aborda a questão ambiental, o território e o mercado e a agricultura e a floresta.

Relativamente ao período imediatamente anterior à adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, Varela (1992) refere que a agricultura portuguesa “desguarnecida de uma política agrícola consequente” tinha necessidade de aumentar a sua produtividade global, o que, se traduzia em, pelo menos, na necessidade de investimento e de crescimento da produção. Assim, as negociações da Adesão obtiveram para a agricultura portuguesa, “a proteção do mercado português durante um período; a abertura do mercado comunitário aos principais produtos agrícolas da nossa exportação; o deferimento, também por um período de tempo, dos acordos preferenciais que a Comunidade tinha com países terceiros; a neutralização de alguns efeitos negativos, iniciais, sobre a nossa balança de pagamentos” a vigorar por um período de, no máximo, 10 anos.

Apesar do investimento feito na agricultura como consequência da Adesão à Comunidade Europeia, ainda Varela (1992), comentava que, apesar de ter passado metade do período de transição definido, os sinais de recuperação da agricultura portuguesa eram ainda muito débeis.

2.3 Políticas agrárias e rurais na União Europeia

O processo de criação e implementação inicial da Política Agrícola Comum (PAC), previsto no Tratado de Roma, que decorreu entre 1957 e 1962, constituiu desde logo um pilar da construção Europeia.

Criada num contexto de recuperação económica os principais objetivos traçados para a Política Agrícola Comum eram o aumento da produtividade e o crescimento rápido da produção, assegurar o rendimento dos que trabalham na agricultura e garantir o abastecimento alimentar

a preços razoáveis para os consumidores e a estabilização dos mercados, num quadro de unicidade do mercado interno e de forte proteção externa (Cordovil *et al.*, 2004).

A política agrícola comum elegeu como instrumentos preferenciais para a concretização dos seus objetivos as denominadas organizações comuns de mercado (OCM), definidas para um ou mais produtos afins, constituindo verdadeiros quadros regulamentares da produção, comercialização e disciplina da concorrência.

Uma OCM é constituída, na sua máxima complexidade, por regras de produção, normas de qualidade e apresentação; por um sistema de subsídios à produção e ao consumo; por um sistema de subsídios à exportação; por um regime de intervenção e de preços diferenciados e por um sistema de proteção face à concorrência de países terceiros.

Através das OCM, desde logo se assegurou o funcionamento do mercado comum agrícola em condições de grande segurança e estabilidade para os agricultores que passaram a usufruir de uma situação ímpar para poderem levar a cabo o grande esforço de modernização das suas explorações, responsável pelo enorme progresso e desenvolvimento que a agricultura comunitária conheceu nas décadas de sessenta e setenta.

Com o progressivo estabelecimento de organizações comuns de mercado, a política agrícola comum estendeu-se a quase todas as áreas da produção agrícola vegetal e pecuária, embora com desvantagem para os produtos das regiões do Sul que, como no caso dos frutos e legumes frescos, nunca beneficiaram do grau de protecionismo das OCM dos cereais ou do leite e lacticínios, com maior aplicabilidade nas regiões do Norte.

As Organizações Comuns de Mercado criaram condições para que a produção agrícola comunitária nunca parasse de crescer, melhorando progressivamente o grau de auto-abastecimento da Comunidade, de acordo com os objetivos estabelecidos. Tais objetivos acabaram por ser largamente ultrapassados, originando um problema de excedentes estruturais de produção (Baptista, 1989).

Efetivamente, quando a oferta comunitária de produtos agrícolas ultrapassou a procura o aumento da produção deixou de ser necessário para assegurar o abastecimento. Surgiram,

assim, os excedentes e os inerentes custos orçamentais: compras por intervenção, despesas com a armazenagem e restituições à exportação, a partir do final dos anos sessenta. (Cordovil *et al.*, 2004)

A aplicação da PAC teve ainda o grande mérito de possibilitar que a melhoria do auto-abastecimento da Comunidade pudesse ocorrer à custa de elevadíssimos ganhos de produtividade, permitindo dessa forma a transferência maciça de mão-de-obra da agricultura para os restantes sectores de atividade ao mesmo tempo que proporcionava uma acentuada melhoria dos salários agrícolas e do nível de rendimento dos agricultores e seus familiares.

O êxito da Política Agrícola Comum assentou nas OCM que proporcionavam, por um lado intervenções quantitativamente ilimitadas (ou tendentes para isso), a preços relativamente elevados, garantindo o escoamento de toda a produção e, por outro lado, proporcionavam preços de mercado compensadores e estimulantes através da conjugação dos preços institucionais e das medidas de proteção à concorrência externa. Desta forma a ação reguladora do mercado foi relegada para um plano secundário, o que veio a permitir uma quase completa autonomização da produção face às oscilações e tendências do mercado. Tal circunstância, associada ao elevado nível dos preços institucionais, criou condições para que nas explorações agrícolas se gerassem mais-valias capazes de promover o investimento que assegurou os êxitos no aumento da produção e da produtividade, bem como no nível de rendimento dos agricultores e dos assalariados agrícolas. Tais êxitos justificaram o crescente aumento das despesas que a Comunidade teve que suportar com a aplicação da sua política agrícola (Baptista, 1989).

A redução sistemática dos preços de intervenção poderia ter sido uma solução, mas poria em causa o objetivo do aumento do rendimento individual dos agricultores e assalariados agrícolas.

A primeira proposta importante de reforma da PAC data de 1968, conhecida vulgarmente por Plano *Mansholt*. O Plano visava combater a acumulação de excedentes e o inerente crescimento dos custos orçamentais da PAC, acelerando o processo de ajustamento estrutural da agricultura europeia, privilegiando as explorações agrícolas mais eficientes, reduzindo preços e procedendo à retirada de produção de alguns milhões de hectares de terras aráveis, que seriam reconvertidas para uso florestal ou de conservação. A forte resistência das organizações de

agricultores e a invocação de alguns princípios da PAC do Tratado de Roma conduziram à rejeição do Plano *Mansholt*.

Como resposta à insuficiente racionalidade da PAC e à inadequação dos seus instrumentos para responderem equilibrada e coerentemente ao conjunto dos problemas surgidos e aos objetivos traçados foram instauradas, em 1972, algumas medidas estruturais, no âmbito do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Orientação, com diminuta expressão financeira e de alcance limitado.

As medidas então criadas neste âmbito foram: a modernização das explorações agrícolas; o incentivo a cessação da atividade agrícola e a afetação da superfície utilizada de modo a favorecer a melhoria de estruturas; a informação sócio-económica e a qualificação profissional das pessoas que trabalham na agricultura. Em 1975 foram instauradas as indemnizações compensatórias aos agricultores das regiões de montanha e de certas zonas desfavorecidas.

Nas décadas de setenta e oitenta os desequilíbrios acentuaram-se, tendo a política em vigor passado a gerar custos orçamentais cada vez maiores e a estar submetida a uma racionalidade cada vez mais duvidosa.

O aumento dos custos motivou a implantação de dois mecanismos de controlo da despesa e da própria produção: a instauração em 1984 de um regime de quotas na produção de leite e a criação da linha diretriz agrícola, no contexto da aprovação das perspetivas financeiras para o período de 1989-1993, que estabeleceu um teto para o crescimento da despesa agrícola (Cordovil *et al.*, 2004).

As profundas mudanças económicas e sociais ocorridas durante os anos setenta e oitenta na Comunidade e no Mundo tornaram a reforma da política agrícola comum inadiável. Assim, surgiu a reforma da PAC de 1992 que marcou uma profunda viragem na orientação e nos instrumentos da política agrícola comunitária.

A reforma teve como principais elementos: a diminuição dos preços agrícolas, a fim de os tornar mais competitivos no mercado interno e no mercado mundial; a atribuição de ajudas aos agricultores para os compensar pela perda de rendimentos resultante da alteração de preços; e

a aprovação de medidas de acompanhamento da reforma – medidas agro-ambientais, medidas florestais na agricultura e apoio à reforma antecipada.

Com a reforma de 1992 alargaram-se os objetivos da PAC ao ambiente. No Regulamento (CEE) 2078/92 do Conselho, que criou as medidas agro-ambientais, considera-se que as exigências em matéria de proteção do ambiente são uma componente da Política Agrícola Comum e que os agricultores fornecem um serviço ao conjunto da sociedade quando introduzem ou mantêm métodos de produção compatíveis com as crescentes exigências de proteção do ambiente e dos recursos naturais ou de preservação do espaço natural e da paisagem.

O Regulamento (CEE) 2080/92 veio corporizar a intensificação das preocupações internacionais com a desflorestação a nível mundial, aliando a necessidade de promover o aumento da área arborizada com a urgência de desviar área da produção agrícola.

O mais importante instrumento de política resultante da reforma de 1992, em termos de peso orçamental e de efeitos sobre a agricultura, foram as ajudas diretas compensatórias das descidas dos preços institucionais. Estas ajudas são calculadas com base nas produtividades históricas de cada região e são atribuídas por hectare no sector das culturas arvenses e por cabeça de bovino neste sector.

As ajudas diretas compensatórias não são indexadas ao volume de produção e não obrigam à obtenção de produções finais comercializáveis. No caso das culturas arvenses apenas é necessário semear e assegurar algumas práticas agronómicas mínimas de acompanhamento da cultura, não sendo obrigatória a colheita e no caso dos bovinos apenas é obrigatório manter os animais. Para além disso, têm associadas medidas de contenção da produção: pousios no primeiro caso e critérios de extensificação no segundo caso, através do número de cabeças por hectare de área forrageira.

Em zonas com produtividades potenciais muito baixas há o risco de incentivar culturas apenas orientadas para captar a ajuda financeira.

A criação das medidas agro-ambientais constituiu a segunda grande inovação da reforma de 1992. O pressuposto base destas medidas é o de que a ajuda paga ao agricultor deverá ter por

contrapartida uma prestação proporcional de serviços à sociedade, de acordo com os compromissos assumidos.

As medidas agro-ambientais aplicadas em Portugal, em consequência da aplicação do regulamento (CEE) 2072/92 do Conselho, com aplicação no período de 1994 a 1999, foi corporizado nas seguintes medidas de apoio: Grupo I – diminuição do efeito poluente da agricultura: luta química aconselhada, proteção integrada, produção integrada e agricultura biológica; Grupo II – extensificação e/ou manutenção dos sistemas tradicionais extensivos de que são exemplo as medidas relativas a apoio ao olival tradicional, aos sistemas policulturais do Norte e Centro e à reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas; Grupo III – Conservação dos recursos e das paisagens, de que são exemplo as medidas de apoio à preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico e a manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais (MA, 1994).

A criação de um regime comunitário de ajudas às medidas florestais no âmbito da PAC constituiu também um resultado substancial da reforma de 1992 no sentido de alargar e diversificar a intervenção da Comunidade no domínio florestal, através de medidas que passaram a integrar a política agrícola e de desenvolvimento rural. Este novo regime visou um leque mais amplo de objetivos, ambientais e de melhoria da produção e dos recursos silvícolas, e operacionalizou-se através de instrumentos, que vão desde os apoios ao investimento em novas arborizações e em melhoria das existentes, até aos prémios por hectare arborizado para cobrir custos de manutenção durante os primeiros cinco anos e aos prémios para compensar as perdas de rendimento decorrentes da arborização de terras agrícolas, os quais se podem prolongar por períodos de duração, no máximo, até 20 anos.

O processo de negociação comunitário denominado Agenda 2000 deu origem ao quadro político e financeiro da União Europeia para o período 2000-2006, incluindo orientações em matéria de agricultura e desenvolvimento rural, assinado pelos chefes de Estado e de Governo em 1999. Realiza-se assim uma nova reforma da PAC.

A Agenda 2000 aprofunda a reforma de 1992 e introduz dois novos instrumentos: a eco-condicionalidade, respeitante à definição de exigências ambientais e a modulação, que consiste

na redução parcial do montante de ajudas diretas a pagar a certos agricultores e na transferência dos montantes assim obtidos, para apoiar medidas de desenvolvimento rural.

As medidas agro-ambientais aplicadas em Portugal, em consequência da Agenda 2000, financiada pelo II Quadro Comunitário de Apoio, para o período de 2000 a 2006, através do programa de desenvolvimento rural RURIS, foram corporizadas nas seguintes medidas de apoio: Grupo I – Proteção e melhoria do ambiente, do solo e da água de que são exemplo a produção integrada, a agricultura biológica, o melhoramento do solo e luta contra a erosão e os sistemas forrageiros extensivos; Grupo II – Preservação da paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas; Grupo III – Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural, de que são exemplo o olival tradicional, os lameiros e os montado de azinho e carvalho negral; Grupo IV – Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais e Grupo V – Proteção e diversidade genética (MADRP, 2001).

Na reforma da PAC realizada em 1999, no âmbito do processo Agenda 2000, foi também aprovado um regulamento relativo ao apoio do Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural, que integrou num único instrumento jurídico o conteúdo de nove regulamentos comunitários em vigor neste domínio. Este processo integrador reforçou a visibilidade e a coerência global da política de desenvolvimento rural.

Em 2003 inicia-se uma revisão intercalar da PAC. Os elementos que dão corpo a esta reforma da PAC são diversas alterações às Organizações Comuns de Mercado (OCM); uma mudança radical dos regimes de apoio direto ao rendimento, desligando da produção a maior parte dos pagamentos diretos aos agricultores, substituindo-os por um pagamento único por exploração agrícola e reforçando a condicionalidade; e o alargamento do âmbito das medidas de desenvolvimento rural e aumento dos respetivos recursos financeiros por modulação (redução) e transferência de uma parte do valor dos pagamentos diretos (Cordovil *et al.*, 2004).

Em 2006 são definidas as orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural para o período de programação 2007-2013.

As orientações são definidas em 2 pilares: o 1.º pilar inclui um regime de pagamento único às explorações agrícolas e outras medidas de apoio ao mercado, financiadas pelo Fundo Europeu

Agrícola de Garantia (FEAGA); o 2.º pilar contempla as medidas relativas ao desenvolvimento rural, financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), instrumento único de financiamento da política de desenvolvimento rural (MADRP, 2007).

As orientações estratégicas para o desenvolvimento rural, financiadas pelo FEADER, são definidas em quatro eixos: Eixo 1 – aumento da competitividade nos sectores da agricultura e das florestas; Eixo 2 – ambiente e gestão do espaço rural – melhoria do ambiente e da paisagem, Eixo 3 – diversificação da economia rural e qualidade de vida em meio rural – melhoria da qualidade de vida das zonas rurais e diversificação da economia rural; Eixo 4 - Eixo LEADER – promoção do potencial endógeno e gestão das estruturas locais numa perspetiva integrada (Comissão das Comunidades Europeias, 2006).

As medidas de sustentabilidade ambiental (medidas-agro-ambientais) aplicadas em Portugal, no III Quadro Comunitário de Apoio, com aplicação no período de 2007 a 2013, através do programa de desenvolvimento rural PRODER – Eixo 2 – subprograma 2, foi corporizado nas seguintes medidas de apoio : Medida 2.1 – manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas; Medida 2.2 – valorização de modos de produção (2.2.1 alteração de modos de produção: produção integrada e agricultura biológica, com compromissos obrigatórios de aplicação de medidas de preservação da água, do solo e da biodiversidade; 2.2.2 proteção da biodiversidade doméstica e 2.2.3 conservação e melhoramento de recursos genéticos); Medida 2.3 – gestão do espaço florestal e agro-florestal e Medida 2.4 – intervenções territoriais integradas (MADRP, 2007a).

As políticas europeias e o impacto dos programas LEADER e PRODER no desenvolvimento rural da Extremadura Espanhola são analisados exaustivamente por Nieto Masot (2007). A autora conclui que os programas LEADER e PRODER fomentaram, desde o seu aparecimento em 1991, a redução das diferenças socioeconómicas entre as zonas de maior dinamismo e os núcleos mais rurais. Houve também melhorias nas oportunidades de emprego com base nestas iniciativas e foram criadas numerosas empresas e estabelecimentos turísticos.

A partir de 2010 começa a ser discutida com mais intensidade a Política Agrícola Comum pós 2013. A Comissão Europeia incentiva essa discussão ao nível das organizações e cidadãos, de modo a recolher opiniões sobre a Política Agrícola Comum (Comisión Europea, 2010).

Em Portugal o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nomeia um grupo de peritos para elaborarem um documento sobre a análise do futuro da PAC pós 2013 (Avillez *et al.*, 2010) e encomenda um estudo sobre o “impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesas decorrentes da reforma da PAC” (AGRO.GES, 2011). Também neste período López e Álvarez-Coque (s/d) analisam a futura reforma da PAC 2013 e as estratégias negociais para Espanha.

A Comissão Europeia apresentou um conjunto de documentos em 2011 constituindo o início do processo negocial sobre a reforma da PAC para o período de 2014-2020, entrando em vigor no início de 2014. Em Portugal efetivamente só começou a ser aplicado no final de 2014 (Avillez, 2015).

Os principais objetivos enunciados para a reforma da PAC 2013 são tornar a PAC mais ambiental (*greener*) e mais orientada, com uma distribuição mais equitativa do suporte financeiro aos agricultores em toda a União e uma mais efetiva política de desenvolvimento rural. Esta reforma compreende quatro regulamentos principais (Regulamentos (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, publicados no Jornal Oficial da União Europeia em 20 de dezembro de 2013): regulamento do desenvolvimento rural (Regulamento 1305/2013); regulamento de assuntos transversais (Regulamento 1306/2013); regulamento dos pagamentos diretos (Regulamento 1307/2013) e regulamento das medidas de mercado (Regulamento 1308/2013).

A reforma da PAC de 2013 contém estruturada em dois pilares complementares: pagamentos diretos e gestão de mercados (1.º pilar) e desenvolvimento rural (2.º pilar). A reforma contém novos elementos importantes, com objetivo de tornar a agricultura europeia mais ambiental, mais justa e melhor orientada. O mais importante elemento da PAC 2013 é o novo pagamento ambiental (“*greening*”) introduzido. Outro elemento novo introduzido na nova PAC é que 30% do suporte financeiro direto aos agricultores apenas será concedido se aplicarem determinadas práticas benéficas para o ambiente e para o clima, particularmente pelo cultivo de, pelo menos, 3 culturas diferentes nas terras aráveis, mantendo uma área mínima de pastagens permanentes e preservando áreas e paisagens características com particular valor ecológico (“*ecological focus area*”).

As medidas de sustentabilidade ambiental (medidas-agro-ambientais) a aplicar em Portugal no Quadro Comunitário 2014-2020 são corporizadas através do programa de desenvolvimento rural 2014-2020, na medida 7 – agricultura e recursos naturais, nas seguintes sub-medidas de apoio: 7.1 – agricultura biológica; 7.2 – produção integrada; 7.3 – pagamentos à rede natura; 7.4 – conservação do solo; 7.5 – uso eficiente da água; 7.6 – culturas permanentes tradicionais; 7.7 – pastoreio extensivo; 7.8 – recursos genéticos; 7.9 – mosaico agroflorestal; 7.10 – medidas silvoambientais; 7.11 – investimentos não produtivos e 7.12 – apoio agroambiental à apicultura (MAM/GPP, 2014).

A reforma da PAC também providencia uma distribuição mais equitativa dos pagamentos diretos entre Estados Membros pela redução progressiva das grandes diferenças no nível médio de pagamentos diretos recebidos pelos agricultores da União (“convergência externa”). Ao mesmo tempo vai haver um progressivo reequilíbrio do nível de pagamentos diretos ao nível nacional e regional (“convergência interna”), com uma adequada flexibilidade dos Estados Membros, para evitar as consequências de roturas financeiras dos agricultores em setores particulares ou regiões. Os Estados Membros também terão autonomia para financiar uma maior proporção das suas ajudas financeiras para pagamentos diretos na forma de suportes ligados (indexados à produção) aos agricultores de setores ou regiões que estejam em particulares dificuldades e onde as atividades agrícolas sejam importantes para a economia, ambiente e / ou por razões sociais.

De modo a direcionar melhor os pagamentos diretos para os agricultores que mais necessitam vai haver uma redução obrigatória de 5% em qualquer ajuda acima de 150.000 Euros recebidos pelos maiores agricultores (que podem beneficiar de economias de escala). Ao mesmo tempo os Estados Membros têm a possibilidade de aumentar o suporte recebido pelos pequenos agricultores, concedendo-lhes um maior valor nos primeiros hectares (“pagamento redistributivo”). O mecanismo de “disciplina financeira” existente (que permite a possibilidade de fazer cortes lineares nos pagamentos diretos recebidos pelos agricultores será mantido, de modo a assegurar que o orçamento da PAC não exceda o teto orçamental estabelecido. Contudo os agricultores cujo suporte de pagamentos diretos não exceda os 2.000 Euros ficarão isentos. A PAC 2013 também contém um esquema de suporte obrigatório a favor dos jovens agricultores (para os quais os Estados Membros podem usar até 2% dos seus envelopes

financeiros de pagamentos diretos) e a possibilidade de os Estados Membros introduzirem um esquema simplificado para pequenos agricultores cujo suporte não exceda 1.250 Euros.

A PAC 2013 permite aos Estados Membros direcionar melhor os fundos da PAC para as suas necessidades específicas pela introdução da possibilidade de transferências de fundos entre os dois pilares da PAC. Os Estados Membros também têm a possibilidade de conceder pagamentos adicionais a áreas menos favorecidas, se necessário. As taxas de cofinanciamento para o desenvolvimento rural estão adaptadas para cada situação específica, desde as regiões menos desenvolvidas até às regiões em transição ou as regiões mais favorecidas. Além disso, as alocações nacionais para o desenvolvimento rural por Estado Membro podem ser ajustadas (Council of the European Union, 2013; European Commission, 2013).

Dos inúmeros fatores determinantes da evolução futura da agricultura portuguesa Avillez (2014) realça os seguintes: comportamento dos preços dos produtos agrícolas mundiais; compromissos que venham a ser assumidos no contexto dos acordos multilaterais e bilaterais do comércio internacional; alterações nas medidas de política agrícola no âmbito da reforma da PAC para o período 2014-2020; implicações sobre a produtividade e a competitividade dos sistemas de produção agrícola nacionais, direta e indiretamente relacionadas com o combate às alterações climáticas e a evolução do modelo tecnológico agrícola em Portugal.

A gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas é um dos objetivos globais a atingir nos setores agroalimentar e florestal no horizonte 2014-2020, a par de uma produção alimentar viável e de um desenvolvimento territorial equilibrado.

No que diz respeito às alterações climáticas Avillez (2014) refere que a maior vulnerabilidade dos sistemas de ocupação e uso do solo agrícola em Portugal dependem no essencial da sua localização geográfica, do tipo de culturas que os integram e do regime hídrico. As regiões de Portugal Continental Norte e Centro litoral apresentam um grau de vulnerabilidade mínima, as regiões Norte e Centro interior apresentam um grau de vulnerabilidade intermédia e as regiões Sul um grau de vulnerabilidade máxima. As culturas temporárias apresentam uma capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas previstas relativamente elevada face às pastagens permanentes e às culturas permanentes, cujas capacidades de adaptação podem ser classificadas, respetivamente, como média e reduzida. O facto de as culturas serem de sequeiro

ou de regadio condiciona também quer a sua maior ou menor vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas, quer o tipo de medidas de adaptação a utilizar.

Delgado (2009) define tipos de agricultura ligados às políticas agrícolas e aos mercados, identificando alguns fatores determinantes da sua evolução na Beira Interior: (a) Agriculturas sob predominância das políticas – atividades de produção determinadas por opções de natureza política, nacionais e/ou comunitárias; (b) Agriculturas sob dominância do mercado – quase sempre associadas a atividades de produção em que a PAC está relativamente ausente ou em que a sua presença não é determinante nas opções dos agricultores, como por exemplo a horticultura e a fruticultura; (c) Agriculturas sob dominância das políticas e dos mercados – em que em simultâneo, ou em diferentes fases, se assistiu a um conjunto de intervenções de natureza política conjugadas com alterações de mercado, como por exemplo o azeite e a produção leiteira; (d) Agriculturas dependentes da organização da produção – em que prevalecem fatores organizativos que, pela sua relevância e complexidade, podem colocar em causa o próprio setor e a sua evolução futura, ainda que subsistam fatores de política e de mercado, como por exemplo o setor vitivinícola e, extensivamente, os setores hortícola e frutícola; (e) Agriculturas de pequena produção – considerando como tal todo o produto do mundo rural originário de uma exploração agrícola cuja existência depende da sua disponibilidade mercantil local. São produtos em que a influência das políticas e do mercado não são negligenciáveis, como os programas LEADER, mas em que prevalecem outros fatores, em particular os relacionados com as restantes ofertas locais com capacidade para atraírem consumidores, como por exemplo o turismo em espaço rural.

2.4 A política de estruturas agrárias e a questão da terra

Para o desenvolvimento da agricultura como um sector da economia similar a qualquer outro é necessária a existência de vários fatores que favoreçam uma adequada evolução tecnológica, entre os quais uma estrutura agrária adequada. Estas questões são amplamente discutidas por Baptista (2005) e Arnalte (2005).

No plano estrutural a capacidade das explorações agrícolas evoluírem a nível tecnológico era geralmente relacionada com uma dimensão física compatível com as vantagens das economias de escala associadas a certos equipamentos (Argemí, 2002 e Baptista, 2005).

As numerosas medidas de estruturação das explorações agrícolas sugeridas pelas várias correntes teóricas podem classificar-se em três grupos: um destinado a impedir a divisão ilimitada da propriedade; outro onde se englobam as intervenções coercivas na propriedade fundiária: as reformas agrárias; e, por último, um conjunto vasto de medidas que pretendem favorecer, com critérios seletivos mas sem coerção, a reestruturação das explorações agrícolas na sua base fundiária ou apenas a um nível funcional. Dentro das medidas podem citar-se o emparcelamento; a regulação e intervenção no mercado fundiário; disposições que favoreçam a libertação de terras, para que haja terra disponível para a reestruturação; a fiscalidade; o crédito fundiário; uma adequada legislação sobre o arrendamento e a parceria; e iniciativas visando o alargamento funcional, e não funcional, das unidades agrícolas (Baptista, 2005).

A política francesa de reestruturação fundiária das explorações agrícolas dos anos 1960 é um exemplo do último grupo de medidas, visando consolidar uma agricultura familiar, tecnicamente modernizada e competitiva no plano económico (Lauwe, 1979; Gervais *et al.*, 1977; Servolin, 1988; Baptista, 2005).

Embora com intensidades e ritmos diferentes a tendência para a diminuição do número de explorações e o aumento da área das explorações agrícolas verificou-se de modo generalizado. Servolin (1988) refere que “a política de seleção dos agricultores considerados mais aptos e de eliminação dos outros foi comum a todos os países da Europa Ocidental, e constituiu um dos princípios da Política Agrícola Comum. Mas nem todos os países europeus promoveram o mesmo rigor. Itália, por exemplo, tem um sector de agricultura minifundista tão numeroso que lhe é impossível avançar na sua eliminação de forma rápida.”

Relativamente ao aspeto anteriormente focado Baptista (2005) contrapõe que “a exceção italiana – que explica também uma larga parte da evolução na Grécia, Espanha e Portugal – não resulta de menor rigor. Fabiano e Scarano (1995), demonstraram que a vitalidade das pequenas unidades se devia a modalidades de articulação não-agrícolas (trabalho e rendimentos) das famílias agrícolas ao sistema socioeconómico. Acresce que as pensões e reformas dos

agricultores idosos e o trabalho e salários ganhos na indústria e nos serviços se combinam ainda com diversas formas de relação com o trabalho na exploração (familiar, assalariado; a tempo inteiro ou parcial) e com diferentes graus de relação com os mercados agrícolas”.

Arnalte (2005) discute a política de estruturas agrárias, que se refere, no contexto do trabalho citado, fundamentalmente à política de modernização das explorações e as diversas medidas de intervenção que podem incidir no processo de ajustamento estrutural da agricultura.

Refere Arnalte (2005) que, no caso da Política Agrícola Comum (PAC), a política estrutural nunca chegou a absorver sequer 10% do orçamento, classificando-a como uma “irmã menor” da PAC. Desenvolve em seguida a evolução da política estrutural da PAC, desde a sua criação, constatando a continuada secundarização da política estrutural relativamente à política de mercado.

A política estrutural agrária adotada pela Política Agrícola Comum seguiu o modelo adotado nos anos 1960 em França, que tinha como objetivo bem definido a gestão do processo de ajustamento estrutural, diferenciando, dentro deste objetivo genérico, dois elementos: 1) acelerar o processo de ajustamento, estimulando o processo de desaparecimento das pequenas explorações e o crescimento e modernização das restantes. O crescimento destas últimas tem como modelo de referência a exploração familiar e profissional, de tamanho médio-grande, capaz de incorporar progresso técnico e converter-se numa empresa competitiva nos mercados; 2) reduzir os custos sociais desse processo, garantindo uma pensão de pré-reforma aos agricultores mais velhos que deixassem as suas terras e proporcionando formação profissional não agrícola aos agricultores mais jovens que devem abandonar o sector. Para atingir os objetivos traçados são concebidos e introduzidos na política sócio-estrutural da Política Agrícola Comum diversos instrumentos (Arnalte, 2005).

Com dados do princípio dos anos 1990 a Comissão Europeia assinalava a existência de dois “modelos” de estrutura agrária na Europa, o do Norte e o do Sul, bem definidos e insistia nas dificuldades para o avanço do processo de reestruturação das agriculturas do Sul (Comissão Europeia, 1997).

Essa política de estruturas, dirigida a acelerar o processo de ajustamento, tinha sido aplicada nos países do Sul apenas em Espanha e Portugal, países na altura recentemente integrados na Comunidade Europeia.

Os resultados dos inquéritos intercalares às explorações agrícolas de 1995 e 1997, confirmados pelos Censos de 1999, apontavam já para uma clara mudança de tendência e situavam os ritmos do processo de ajustamento estrutural na agricultura espanhola e portuguesa no contexto europeu. Em Portugal continental desapareceram 305.000 explorações agrícolas entre 1989 e 1999, a superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações sofreu um incremento de 40% e a dimensão económica das explorações agrícolas aumentou 85%, no mesmo período (Arnalte, 2005).

Tendo em conta os resultados anteriores Arnalte (2005) questiona e discute a validade da continuação da política de aceleração do processo de ajustamento das explorações agrícolas nesses países e a necessidade de políticas diferentes, mais adequadas ao contexto atual. Um dos aspetos focados é o facto do processo de ajustamento pressupor o desaparecimento de explorações agrícolas e a diminuição do número de agricultores, que entra em conflito com o objetivo proclamado a nível comunitário de manter o número de agricultores (Comissão Europeia, 1985). Arnalte (2005) refere ainda que “paralelamente tornaram-se mais visíveis outros custos do processo de ajustamento, de natureza “territorial” (abandono de parte do território) e “rural” (continuada redução da população em boa parte do rural europeu). Em consequência, podia ser lógica a transformação de uma política que contemplava a gestão dos efeitos sociais do processo de ajustamento para outra com maior incidência na gestão de territórios com riscos de abandono e despovoamento.”

Rodrigues (2000 e 2003) também analisa a dimensão do fenómeno do abandono do uso do solo na perspetiva da configuração territorial num território no Norte Interior de Portugal.

Rodrigues (2000) trata as questões do abandono das terras agrícolas em áreas marginais e a sua relação com a propriedade fundiária tomando como base da análise a Região de Trás-os-Montes. Este autor refere a importância desta questão na União Europeia “devido à inutilidade de vastas áreas sob o ponto de vista da produção agrícola, por já não serem necessárias para o abastecimento interno nem serem competitivas nos mercados mundiais”. Constatou que “não

são as regiões interiores, mais deprimidas demográfica e economicamente, que registam as maiores taxas de abandono agrícola do território. Pelo contrário, nos últimos dez anos, este fenómeno assumiu maior peso nas regiões mais densamente povoadas e com opções produtivas mais intensivas. De facto, algumas regiões experimentam dinâmicas de recuperação de território pelas explorações agrícolas, associadas a uma extensificação dos usos, claramente ligadas às políticas agrícolas de suporte aos rendimentos atribuídas em função da superfície cultivada. Inversamente, outras regiões onde são dominantes os sistemas de produção que beneficiam de políticas de incentivos desligados da superfície (como seja a pecuária intensiva assente na produção leiteira), tendem a libertar terra, seja pelo desaparecimento de explorações agrícolas, seja pelo abandono interno às explorações. Noutros territórios ainda, surgem dinâmicas autonomizadas das políticas e sustentadas sobretudo nos mercados, responsáveis pela manutenção da superfície cultivada.”

Ainda Rodrigues (2003), relativamente ao abandono da terra agrícola, concretiza às regiões as tendências gerais das ideias atrás referidas genericamente, para o período 1989-1999 frisando, no entanto, que as regiões são heterogéneas e que encerram internamente, com mais ou menos peso, o conjunto dos sentidos de evolução que se identificaram agregadamente para as diversas regiões. “Em Trás-os-Montes e na Beira Interior a superfície das explorações agrícolas retrai-se (a superfície total e a superfície agrícola utilizada diminuem) consolidando abandonos anteriores. Contrariamente, na região Alentejana, a superfície das explorações expande-se. Todavia, as regiões diferenciam-se na diferente capacidade de as explorações agrícolas aproveitarem essas ajudas: em Trás-os-Montes e na Beira Interior as políticas operam uma forte seleção no seio das explorações existentes, adaptando-se algumas às políticas enquanto muitas outras desaparecem. No Alentejo, pelo contrário, as políticas ajustam-se às explorações existentes, e estas desenvolvem estratégias de expansão territorial maximizando os benefícios das políticas. O efeito redistributivo social e territorial das políticas evidencia-se assim muito claramente, bem como o seu carácter fortemente condicionante das opções de uso da terra adotadas em cada contexto, mais dependentes da relação com o Estado do que da relação com o mercado.”

Rodrigues (1998) aborda a questão da evolução da estrutura da propriedade fundiária no território e concluiu que a evolução da propriedade fundiária na região estudada mostrou uma grande estabilidade ao longo do tempo, apesar das limitações naturais para a produção agrícola.

Noutro trabalho Silva (2001) estuda a ocupação do espaço pela agricultura. Este autor estuda os fatores relacionados com a evolução dos usos agrícolas do solo ao nível da parcela numa região do Interior Centro de Portugal. O resultado que obteve, para o território estudado, indica que a evolução nos últimos cinquenta anos segue os padrões gerais identificados.

2.5 Diversificação de atividades no meio rural

Como consequência da evolução das relações económicas e sociais a agricultura e as sociedades rurais têm sofrido também nas últimas décadas importantes modificações. Neste contexto a diversificação de atividades no meio rural tem vindo a ser uma preocupação crescente na Comunidade Europeia, fazendo parte integrante da questão mais ampla do desenvolvimento rural.

Durante os anos 1980 começou a sentir-se mais acentuadamente o problema do abandono da atividade agrária e o decréscimo de ativos em numerosas zonas da CEE, com o risco de desaparecimento dos núcleos rurais nessas zonas. No sentido de encarar esta situação, em 1988, a Comissão Europeia produz a comunicação “O futuro do mundo rural” (Comisión Europea, 1988). Nesta comunicação começa a observar-se a mudança da ideia de economia agrária para desenvolvimento rural, convertendo-se o desenvolvimento rural num tema chave para o desenvolvimento económico e social da Comunidade Europeia (Nieto Masot, 2007).

O “futuro do mundo rural” estabelece um primeiro conjunto de ideias sobre desenvolvimento rural, assumindo-se como uma reflexão global que introduz uma ótica de longo prazo e uma posição não exclusivamente agrária. A partir de 1988 o desenvolvimento rural começa, assim, a ser considerado como uma necessidade social e política na Europa. Até esta data o epicentro das atenções era fundamentalmente de natureza setorial agrícola (Barros, 2000).

Como resultado de avanços anteriores a iniciativa LEADER (Ligação Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural) surge em 1991, no quadro da iniciativa comunitária de desenvolvimento rural, incluída na Política Agrícola Comum (PAC). Esta iniciativa pôs em

marcha um modelo de desenvolvimento rural autóctone, integrado, endógeno e inovador na Europa (Nieto Masot, 2007).

Na sequência do programa LEADER I (1991-1993) seguiu-se o Programa LEADER II (1994-1999) que levou ao aprofundamento do modelo LEADER e do desenvolvimento rural na União Europeia.

Na 1.^a Conferência sobre o Desenvolvimento Rural, "A Europa Rural – perspectivas de futuro" realizada em 1996, em Cork, é produzida a Declaração de Cork (Declaração de Cork, 1996) que sintetiza os fundamentos de uma política rural integradora, com base no modelo LEADER. A declaração formula um conjunto de propostas em 10 pontos: preferência rural; abordagem integradora; diversificação; sustentabilidade; subsidiariedade; simplificação e avaliação e investigação.

As grandes orientações da política europeia para o período 2000-2006 ("Agenda 2000") fizeram do desenvolvimento rural o "segundo pilar" da Política Agrícola Comum. Consagrando a ligação entre agricultura e território, a nova política de desenvolvimento rural prossegue três grandes objectivos: reforçar os sectores agrícola e silvícola, que são dois domínios centrais do meio rural; melhorar a competitividade das zonas rurais de modo a assegurar às suas populações emprego e qualidade de vida; preservar o ambiente, a paisagem e o património rural da Europa. São destacados quatro princípios essenciais: a multifuncionalidade da agricultura; uma abordagem multisectorial e integrada da economia rural; a flexibilidade das ajudas ao desenvolvimento rural; a transparência na elaboração e na gestão dos programas. Neste período é implementado o programa LEADER+, aprofundando o desenvolvimento rural através desta metodologia.

Como resultado da "Agenda 2000" o Conselho adotou o Regulamento (CE) 1257/1999, de 17 de Maio, sobre a ajuda ao desenvolvimento rural, a cargo do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, que passa a integrar todas as medidas de desenvolvimento rural, de aplicação no período 2000-2006. O referido regulamento marcou um período de viragem na perspectiva da União Europeia sobre o desenvolvimento rural e contribui para a simplificação da política rural (Carvalho, 2008).

De entre as dimensões mais inovadoras da “Agenda 2000” salienta-se o conceito de diversificação da atividade económica do meio rural, que desempenha um papel decisivo na recuperação dos espaços rurais. A agricultura é considerada uma atividade essencial que necessita do complemento de outras para manter a população e consolidar a atividade e a qualidade de vida do mundo rural (Arroyo, 2006).

Na 2.^a Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, realizada em 2003, em Salzburgo, é produzido o Manifesto de Salzburgo onde se propõe a elaboração de uma “verdadeira política rural”, a criação de um “Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural” e a potenciação da iniciativa comunitária LEADER (Manifesto de Salzburgo, 2003).

Do 1.^o Encontro de Cooperação em Desenvolvimento Rural da Europa Ampliada, que decorreu em Cáceres em 2004, saiu a Declaração de Cáceres em que se pede um incremento do investimento da Comunidade Europeia nos programas de desenvolvimento rural, tendo em conta que “até agora o desenvolvimento rural tem sido tratado como um apêndice da política agrícola, constituindo o 2.^o pilar da PAC” e que “este enfoque já não é aplicável nem suficiente, posto que se deve reconhecer que a agricultura é só um dos sectores importantes nas economias rurais.” Nesta declaração é também defendido que “toda a atividade vinculada ao objetivo estratégico de atingir *“um desenvolvimento rural mais amplo”*, deveria ser alcançado mediante programas de desenvolvimento local com uma base territorial baseado no método LEADER.” (Declaração de Cáceres, 2004).

Também os Grupos de Desenvolvimento Rural Europeus e os Peritos em Desenvolvimento Rural reunidos em Avilés (Asturias, Espanha) em 2004 produzem o Decálogo de Avilés sobre Cooperação Transnacional. Neste documento reforçam a importância do programa LEADER e da cooperação transnacional como um instrumento de desenvolvimento rural e referem que, “dos três eixos em que se articula a proposta da Comissão Europeia para o desenvolvimento rural (Comissão das Comunidades Europeias, 2004), a diversificação económica rural e a sustentabilidade devem ser considerados como prioritários quando forem afetados os recursos e complementarem-se com fundos específicos para a cooperação entre as zonas rurais”. (Decálogo de Avilés, 2004).

Os participantes na Jornada Técnica sobre “O desenvolvimento rural e as novas perspetivas europeias”, em 2005 realizada em Sevilha produziram uma declaração, respeitante ao futuro Regulamento relativo à ajuda ao desenvolvimento rural através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (Declaração de Sevilha, 2005). Nesta declaração postulam que a política de desenvolvimento rural se deve entender como uma política ampla e integradora, deve encarar-se como algo mais que um complemento das políticas agrárias europeias e que deve incorporar todos os elementos necessários para oferecer um futuro melhor ao mundo rural em todos os aspetos. Nesta declaração é postulado ainda que “a renovação da aposta na diversificação económica do mundo rural deveria incorporar todas as possibilidades de intervenção que se requerem com um planeamento estratégico integral para aprofundar, assim, a implantação de um método que tem proporcionado indubitáveis benefícios nos territórios rurais que têm utilizado o enfoque LEADER nas suas estratégias de desenvolvimento.

As orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural para o período de programação 2007-2013 integram parte das preocupações e propostas referidas anteriormente, através do eixo 3 e do eixo 4 – LEADER. O eixo 3 integra as medidas que visam contribuir para desenvolver as infra-estruturas locais e o capital humano nas zonas rurais, com vista a melhorar as condições de crescimento e de criação de emprego em todos os sectores, bem como a diversificação da economia. O eixo 4, baseado na experiência com a iniciativa LEADER, introduz possibilidades de governação inovadora por meio de abordagens locais ascendentes no que se refere ao desenvolvimento rural (Conselho da União Europeia, 2006).

Sobre as políticas públicas e o desenvolvimento rural Carvalho (2008) conclui que “as perspetivas e as intervenções da União Europeia no âmbito do mundo rural refletem a transição de uma conceção agrícola, centrada na agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica de uma parte significativa do mundo rural, para uma conceção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana. Esta última, de cariz territorial, norteadada para o território e para o conjunto da população rural, considera que a agricultura já não é o motor do desenvolvimento das áreas rurais uma vez que existem outras atividades de maior relevância na criação de

emprego e na dinamização social e económica, de tal maneira que a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de atividades e dote os territórios rurais de infraestruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (Estrada, 2006) e, ao mesmo tempo, responda às exigências da sociedade do lazer”.

O Programa de Desenvolvimento Rural para Portugal Continental no período 2014-2020 é constituído por 10 medidas: 1. Inovação; 2. Conhecimento; 3. Valorização da produção agrícola; 4. Valorização dos recursos florestais; 5. Organização da produção; 6. Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo; 7. Agricultura e recursos naturais; 8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais; 9. Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas e 10. LEADER.

A medida LEADER tem como objetivo implementar o Desenvolvimento Local de Base Comunitária, conhecido como abordagem LEADER no caso do FEADER, através de estratégias de desenvolvimento local (EDL) selecionadas. As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais, através dos grupos de ação local (GAL). As principais prioridades do Desenvolvimento Rural alvo de apoio do FEADER às ELD são: a prioridade 2 - reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas; a prioridade 3 - promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura; a prioridade 6 - promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais e a prioridade horizontal – ambiente e inovação (GPP, 2014).

A medida LEADER, contemplada no Programa de Desenvolvimento Rural para Portugal Continental no período 2014-2020, é discutida por Realinho (2015), argumentando que se passou de “programas LEADER”, nos anteriores Programas Comunitários de Desenvolvimento Rural, para uma “abordagem LEADER”, que apresenta “desvios de rumo em relação à verdadeira e original matriz do LEADER” que, no seu entender, provocam bloqueios que muito dificultam o desenvolvimento rural.

O turismo em meio rural tem sido ao longo dos vários Programas de Desenvolvimento Rural da União Europeia uma das atividades muito consideradas para a diversificação das atividades em meio rural incluindo também atividades turísticas no seio das explorações agrícolas. Citam-se três trabalhos sobre a importância da atividade turística nos meios rurais e o seu contributo para o desenvolvimento.

O professor Condesso (2008) traça uma panorâmica do turismo rural em Portugal. Este estudo “implica uma especial atenção à relação do turismo com o campo, a paisagem, as explorações agrícolas, as suas casas marcantes, com um aproveitamento de um mundo em que tem importância também os elementos do património natural, em que sobressaem os aspetos ambientais envolventes.” Neste trabalho são abordadas as diversas tipologias do turismo em espaço rural e os requisitos que são necessários preencher para que os agentes económicos possam desenvolver esta atividade. Neste estudo podemos observar a forte ligação do turismo em espaço rural com os programas de desenvolvimento rural da União Europeia e em particular com os programas LEADER e, conseqüentemente, inferir o seu contributo potencial para a diversificação das atividades no meio rural.

Num estudo dos modelos turísticos no âmbito territorial do Baixo Alentejo, Algarve e Província de Huelva, o professor Jurado Almonte (2011) refere que “nos últimos anos novos espaços do interior se vão aproximando de uma nova procura turística, oferecendo paisagens rurais, meio ambiente e património histórico-cultural diferente das áreas turísticas tradicionais. Por isso o fomento do chamado turismo rural faz-se em todos os planos de desenvolvimento, à escala municipal (fundos Leader e Proder), nas áreas rurais em declínio (com problemas de envelhecimento e perda de população), que encontram ou querem encontrar um complemento dos seus rendimentos, uma alternativa para diversificar a estrutura produtiva, uma razão para melhorar os seus níveis de infraestruturas, uma oportunidade para recuperar o património histórico-monumental e uma possibilidade de resgatar o património cultural”.

Ainda o professor Jurado Almonte (2011) refere que “este turismo de interior ou rural adota diversas formas ou tipologias: turismo verde/rural, histórico-patrimonial, etc., e cuja caracterização não é fácil, dado que na maioria das ocasiões o turista faz um uso variado do seu ócio e do território onde pernoita ou permanece. Não obstante as cifras produzidas por esta

atividade distam muito da que apresentam as áreas costeiras. No entanto, em qualquer caso, o turismo converte-se num complemento para as suas economias essencialmente agrária e mineira. Dentro do nosso âmbito de estudo este tipo de turismo está notavelmente desenvolvido na “*Sierra de Huelva*”, sendo a sua aparição somente incipiente no resto do território. O turismo rural e de interior encontramos-lo muito desenvolvido na Serra de Monchique, no Algarve, com a sua singular paisagem de frondosos bosques e a sua riqueza de águas termais; tudo a poucos quilómetros da costa, se bem que esta experiência é muito pontual, dada a reduzida área deste território.”

Em outro estudo Correia (2009) desenvolveu um trabalho sobre o turismo, património e desenvolvimento do Piódão (Cordilheira Central), Portugal, pretendendo “explicitar o modo como a turisficação e a patrimonialização podem contribuir para a revitalização do tecido económico e social, a requalificação territorial, a melhoria da qualidade de vida da população residente, e o reforço da capacidade local de atracção de visitantes, e assim contribuir para estruturar e implementar novas orientações para o seu desenvolvimento.”

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza dados sobre um conjunto de atividades lucrativas não-agrícolas desenvolvidas no seio das explorações agrícolas e que contribuem para o rendimento das explorações: turismo rural e atividades diretamente relacionadas; artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares; transformação de produtos agrícolas alimentares; produção florestal; prestação de serviços; transformação de madeira; aquacultura; produção de energias renováveis e outras atividades lucrativas não especificadas. Esta informação permite alicerçar uma ideia da importância das atividades lucrativas não agrícolas no seio das explorações agrícolas e a tendência evolutiva no período 1999-2009.

3. Hipótese

3. Hipótese

A agricultura e o desenvolvimento rural na União Europeia são em grande medida determinadas por políticas globais negociadas e acordadas entre os países da União. Desses acordos saem, por vezes, medidas menos adaptadas a cada país ou região, obrigando à busca de soluções que melhor se adaptem à realidade. Mesmo em cada país as medidas tomadas, em muitas situações, também não são as mais adequadas ao nível regional e local.

Para que as medidas a implementar a nível regional ou nacional, sejam as mais adequadas e venham a ter o impacto pretendido devem ser desenvolvidas com base no conhecimento mais próximo possível da realidade. Por esta razão, os estudos com o objetivo do conhecimento de determinada realidade a nível regional e nacional são essenciais para o processo de tomada de decisão sobre as medidas a implementar no ordenamento do território e no desenvolvimento rural.

No território rural da União Europeia tem havido mudanças profundas nas últimas décadas, determinadas por fenómenos de natureza global. Assim são postos às zonas rurais problemas de desenvolvimento cada vez mais complexos, necessitando também de mais informação sobre as mudanças ocorridas, para dar resposta aos novos desafios de desenvolvimento sustentável com que as regiões são confrontadas.

Desta maneira o conhecimento das mudanças de uso do solo numa região é fundamental para o ordenamento do território tendo como objetivo o desenvolvimento rural sustentável, para a planificação e a fundamentação das medidas de desenvolvimento mais adequadas.

Portela (Portela e Caldas, 2003: 27) traduz a necessidade de conhecimento fundamentado, para a tomada de medidas de desenvolvimento e ordenamento do território da maneira que passo a citar: “...Com os pés assentes no chão, vemos exuberância na diversidade territorial. Em síntese, quadros do olhar-pensar-agir baseados na concretude do país, remetem-nos não para o mundo rural português e para a agricultura nacional, mas para as agriculturas e espaços socioeconómicos regionais; não para estes mas para as agriculturas e os espaços das micro-regiões; não para estes mas para *as agriculturas e as sociedades locais*. E conduzem-nos ainda, a par, para a vida política e socioeconómica nacional, para a integração na União Europeia, e para a globalização em curso. Impõe-se, pois, que as políticas e seus instrumentos contemplem a diversidade das *terras e gentes*. Com A. Lopes dizemos: ‘a necessidade de medidas de desenvolvimento regional adequadas a cada caso é indiscutível (*‘tailor-made’ policies*), e é difícil e arriscado instituir uma política rural de desenvolvimento a nível nacional’. Se se deseja compreender e agir com alguma eficácia, é curial que o passado e o passado-no-presente do território e das suas *populações* não sejam ignorados...”

Intuímos que houve mudanças importantes no uso do solo em Portugal no período de 1989 a 2009. No entanto não foi estudada a mudança do uso do solo ao nível regional, o que é uma oportunidade de estudo.

Com base no conhecimento geral da questão das mudanças de uso do solo formulamos a hipótese seguinte como instrumento de trabalho da tese que se vai desenvolver.

Hipótese: suspeitamos que haverá grandes mudanças no uso do solo em Portugal influenciadas principalmente pela Política Agrícola Comum e por questões de ordem social e económica, próprias dos territórios. Além das condições impostas pela Política Agrícola Comum e pelas condições biofísicas historicamente intrínsecas às regiões, no Continente as mudanças serão mais influenciadas por diferenças entre regiões do que pela dicotomia litoral / interior e, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, pelas características intrínsecas às próprias regiões, vincadas pela insularidade.

As mudanças vão ser analisadas à escala municipal onde entendemos que as transformações também serão evidenciadas.

4. Metodologia e Fontes

4. Metodologia e Fontes

4.1 Introdução

Na medida em que o enquadramento metodológico deste trabalho se encaixa naquele traçado em Mora Aliseda e Mora Aliseda (2015) aqui o transcrevemos, como introdução às metodologias usadas, com as adaptações necessárias à natureza e especificidade deste trabalho.

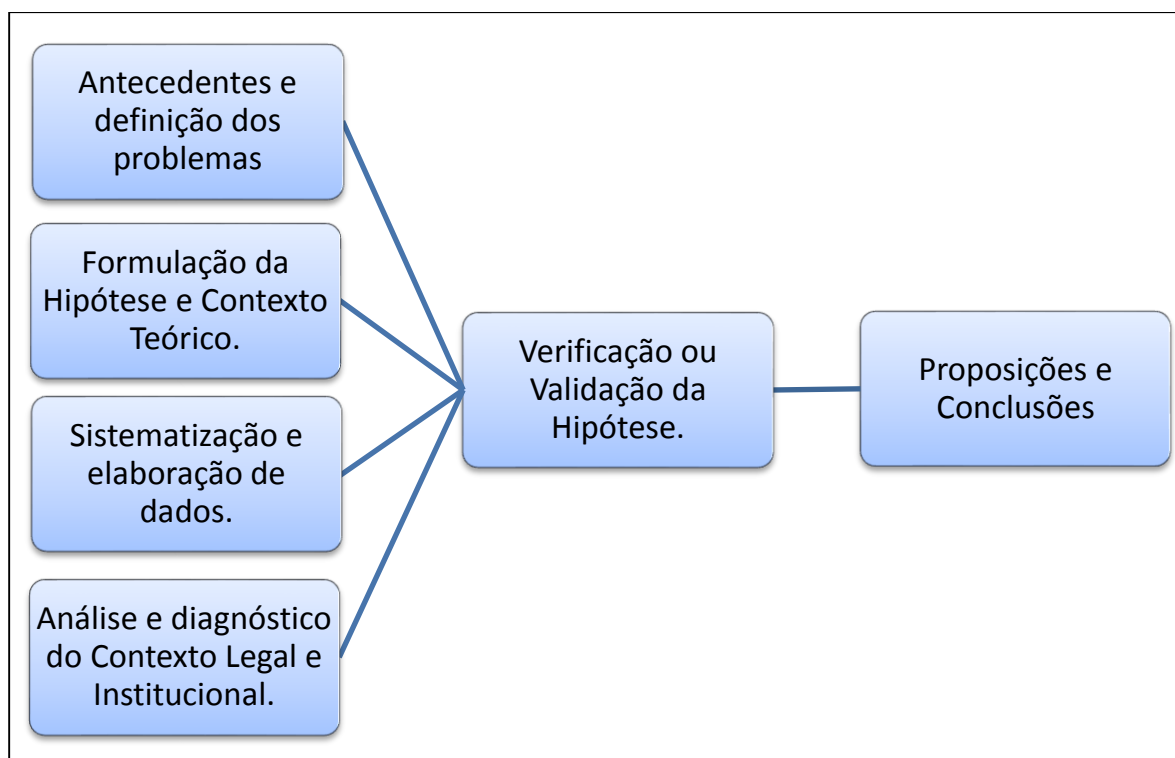
“Investigar etimologicamente significa descobrir algo. Vem de duas palavras latinas: *in* que significa “em” e *vestigar* que significa “descobrir vestígios”. A investigação tem a sua origem num problema que deve ser resolvido pelo ser humano, logo dar resposta a várias perguntas que se formulam e que lhe permitem conhecer a realidade ou a existência de falsidades, tal como nós temos colocado na hipótese da investigação.

Todo o projeto de investigação arranca ou se origina através de ideias, as quais podem provir de qualquer fonte, inclusive daqueles aspetos quotidianos da vida que podem incentivar a necessidade de investigar sobre ela.” No nosso caso a ideia de abordar um trabalho da envergadura e profundidade de uma Tese Doutoral surge do meu interesse, a partir de certa altura, por abordagens mais abrangentes do conhecimento do território e em particular sobre a realidade das dinâmicas do uso do solo, em especial no que diz respeito à sua relação com o uso agrícola, no contexto do desenvolvimento sustentável, na medida em que a agricultura é a atividade económica que mais largamente usa o território. As abordagens mais abrangentes do conhecimento do território são próprias da geografia e de áreas de investigação como a análise geográfica regional, tendo estes conhecimentos largamente aplicação ao ordenamento do território. Assim as metodologias próprias deste trabalho são as da geografia, da análise geográfica regional e do ordenamento do território. A partir, inicialmente, do meu interesse pelos conceitos de desenvolvimento sustentável e, seguidamente, pelo ordenamento do território decidi entrar em pleno no conhecimento do problema das dinâmicas do uso do solo em Portugal, a partir de uma perspetiva ampla, dando origem a este trabalho de investigação.

Para iniciar a investigação procedi aproximando-me dos antecedentes da questão através de uma revisão da bibliografia existente para conhecer a evolução dos processos e as correntes científicas dominantes, com o objetivo de lançar uma hipótese que ainda não tivesse sido proposta ou verificada.

O processo metodológico da investigação, para ponderar o problema e contribuir com soluções, dividimo-lo nas fases apresentadas na figura 4.1.

Figura 4.1 Fases do processo metodológico da investigação.



Fontes: Mora Aliseda, J. e C., 2015

“Dado que, pelo seu objeto, a investigação se aplica no âmbito do social, requer formas diferentes das que se aplicam às ciências da natureza.

Por isso torna-se necessário introduzir uma curta aclaração entre o que são ciências sociais ou ideográficas e as “puras” ou nomotéticas, pois devido à sua diferente natureza aplicam perspectivas e metodologias distintas.

De acordo com a etimologia do conceito de ciência como “saber” em geral, encontramos duas ações: uma como saber científico e outra como saber vulgar. Tomando como válida esta ideia

inicial, podemos aceitar a seguinte definição de ciência: “Um modo de conhecimento que aspira a formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada, no possível com o auxílio da linguagem matemática, leis por meio das quais se regem os fenómenos. Estas leis são de diversas ordens. Todas tem vários elementos em comum: ser capazes de descrever séries de fenómenos, ser comprováveis por meio da observação dos factos e ser capazes de predizer acontecimentos futuros” (Ferrater, 1965). Partindo desta definição podemos descrever três características básicas que identificam toda a ciência: a formulação de leis com capacidade de análise, possibilidade de verificação e carácter preditivo.

Mario Bunge (1975) propicia algumas definições que nos aproximam do conceito de ciência. Assim, entende que a ciência pode caracterizar-se como “conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível”. Estima que ciência é “um bem em si mesmo, isto é, como um sistema de ideias estabelecidas provisoriamente -conhecimento científico-“, inclusive define-a como “ o estudo da realidade por meio do método científico e com o fim de descobrir as leis das coisas”.

Para outros autores a ciência é como qualquer tipo de conhecimento que tenha sido objeto de esforços para o melhorar, sendo, portanto um conjunto sistemático de questões e proposições referentes a um objeto e elaboradas com critérios de verificabilidade e certeza.

Ao longo da história passou-se da validade absoluta do conhecimento para uma nova consideração baseada numa aceitação relativa da teoria em função da sua refutação ao contrastá-la com a realidade.

Na atualidade, domina a proposição de hipóteses e teorias que posteriormente serão contrastadas ou refutadas. A este respeito, aponta Wartofsky (1973), a ciência “experimenta; descobre; mede e observa; inventa técnicas e ferramentas; propõe e dispõe, faz hipóteses e ensaia; faz perguntas à natureza e obtém respostas; faz conjeturas, refuta, confirma ou não confirma; separa o verdadeiro do falso, o que tem sentido do que não tem; diz-nos como chegar onde queremos chegar, como fazer o que queremos fazer”.

No que se refere à sua classificação, muitos tem sido os intentos de oferecer uma tipologia das mesmas. Uma primeira classificação geral diferencia entre ciências humanas/sociais e ciências da natureza. Bunge (1985) distingue entre ciências formais e ciências factuais ou empíricas: “A primeira diferença e a mais notável entre as várias ciências é a que se apresenta entre ciências

formais e ciências fácticas, ou seja, entre as que estudam ideias e as que estudam factos. A lógica e a matemática são ciências formais, não se referem a nada que se encontre na realidade, e portanto, não podem utilizar os nossos contactos com a realidade para revalidar as suas fórmulas. A física e as ciências sociais (geografia, economia e sociologia, especialmente) encontram-se em mudança entre as ciências fácticas, referem-se a factos que se supõe ocorram no mundo, e, conseqüentemente, tem que apelar à experiência para contrastar as suas fórmulas”.

A ciência formal ou ciências naturais (nomotéticas) estuda as ideias e usa como princípios de raciocínio as regras da lógica e das matemáticas. A ciência factual ou empírica, própria das ciências sociais (ideográficas) é aquela que analisa os factos com uma bateria importante de dados qualitativos e/ou quantitativos para medir a relação entre os fenómenos que se observam. Em definitivo, as ciências ideográficas também tratam de explicar a realidade e predizer os cenários.” (Mora Aliseda e Mora Aliseda, 2015).

Por isso vamos servir-nos de toda a informação disponível em várias fontes, que são diversas e estão dispersas, para ordená-las, estruturá-las e homogeneizá-las, com o objetivo de permitir descrever a evolução dos processos e suas variáveis, assim como estabelecer, através do método indutivo-dedutivo, comparações temporais nas suas magnitudes, que nos possibilite, mediante o uso de quadros, tabelas e gráficos um diagnóstico do tema analisado, para detetar as mudanças do uso do solo em Portugal, do ponto de vista geográfico regional e perceber, em última análise, as suas implicações económicas e sociais e, a partir daí, inferir ilações para o desenvolvimento sustentável e o ordenamento do território.

4.2 Criação das bases de dados

Após a seleção dos dados necessários foi criada uma estrutura de dados constituída por ficheiros descarregados a partir do sítio do INE, a que se atribuiu o nome de “ficheiros originais”. A partir dos ficheiros originais foram criados “ficheiros modificados intermédios”, com uma estrutura apropriada à introdução dos dados num “ficheiro final”, contendo previamente na sua estrutura as colunas de dados necessários à ligação destes ficheiros aos ficheiros com bases de dados georreferenciados, no programa ARC GIS 10.1. Os “ficheiros modificados intermédios” foram criados para melhor permitir detetar e identificar eventuais erros na introdução dos dados.

4.3 Tipologia da cartografia elaborada

4.3.1 Criação de *layout* cartográfico

Foi criado um *layout* cartográfico constituído por cartas com dimensão apropriada ao espaço disponibilizado no texto, para a melhor visualização, aproveitando o tamanho máximo possível.

No quadro 4.3.1.1 apresentam-se as definições do projeto cartográfico da carta do Continente.

Quadro 4.3.1.1 Definições do projeto cartográfico da carta do Continente.

DEFINIÇÕES DA CARTOGRAFIA DO PROJETO CONTINENTE	
Page and print set up	<i>Formato e tamanho da Figura:</i> Portrait; width 14,6 cm x height 14,6 cm JPEG 150 dpi <i>Formato e tamanho da Imagem:</i> Portrait; width 14,0 cm x height 14,0 cm
Escala cartográfica	1: 4.500.000
Título	Arial 10 negrito
Texto fonte	Arial 8 negrito
Legenda	Arial 7 negrito; <i>dado nulo:</i> cor fundo - grey 20%, cor da linha - <i>mar red</i> (RGB 255,0,0), <i>blue lapis lazuli</i> (RGB 0,92,230) ou <i>black</i> RGB (0,0,0)
Norte cartográfico	Tamanho 50
Texto sistema de coordenadas	Arial 6
Escala gráfica	<i>Scale and Units:</i> divisão 80 km; n.º divisões 2; n.º sub-divisões 2, adjust with; kilometers; label Km; gap 3pt; <i>Frame:</i> text - arial 6; bar - 3 pt

Fontes: elaboração própria.

No quadro 4.3.1.2 apresentam-se as definições do projeto cartográfico da carta das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Quadro 4.3.1.2 Definições do projeto cartográfico Ilhas.

DEFINIÇÕES DA CARTOGRAFIA DO PROJETO ILHAS	
Page and print set up	Formato e tamanho da <i>Figura</i> : Landscape; width 16 cm x height 10,5 cm JPEG 150 dpi
Escala cartográfica	AzOc - 1:1.500.000 AzCe- 1:2.400.000 AzOr - 1:3.000.000 Ma - 1:2.000.000
Título	Arial 10; negrito
Texto [fonte]	Arial 8 negrito
Texto [nome grupo de ilhas]	Arial 8; negrito
Legenda	Arial 7; negrito; <i>dado nulo</i> : cor de fundo - grey 20% (RGB 204,204,204) cor da linha – black (RGB 0,0,0)
Norte cartográfico	Tamanho 40
Texto [sistema de coordenadas]	Arial 6
Escala gráfica AzCe; AzOr; Ma	<i>Scale and Units</i> : divisão 20 km; n.º divisões 2; n.º sub-divisões 2, adjust with; kilometers; label Km; gap 3pt; <i>Frame: text</i> : arial 6: <i>bar</i> : 3 pt
Escala gráfica AzOc	<i>Scale and Units</i> : divisão 10 km; n.º divisões 2; n.º sub-divisões 2, adjust with; kilometers; label Km; gap 3pt; <i>Frame: text</i> - arial 6: <i>bar</i> - 3 pt

Fontes: elaboração própria.

4.3.2 Padrões de cores utilizados na cartografia elaborada

A seleção de padrões de cores usada na cartografia foi feita para representar as classes de valores com o objetivo primordial de permitir a melhor visualização possível das classes representadas. Procurou-se também que as cores escolhidas fossem o mais intuitivas possível. Inicialmente escolheu-se para representar as classes tons da uma só cor com intensidades crescentes. Verificou-se que a representação das classes através de tons crescentes da mesma

cor não permitia uma visualização imediata e intuitiva do valor de cada classe, optando-se assim por usar mais que uma cor para tornar a visualização imediata e intuitiva.

Quando os valores representados são todos positivos usamos cores próximas e tons de intensidade crescente dessas cores para representar as classes de valor, representando as cores mais claras e os tons de menor intensidade da mesma cor os valores mais baixos. Para a cartografia referente a 1989 a cor base é a castanha e para a cartografia referente a 2009 a cor base é a verde. Para a cartografia representado dados de 1999 a cor base é a violeta.

No caso em que a cartografia representa classes de valores negativos e positivos usam-se as cores vermelho e laranja e tons de diferente intensidade destas cores para representar os valores negativos; a cor amarela para representar a classe dos valores positivos mais baixos e a cor verde, com tons de intensidade crescente, para representar as classes de valores positivos maiores.

A cor dos contornos dos polígonos é a cor *black* (RGB 0,0,0) ou *mars red* (RGB 255,0,0), da paleta de cores do programa ARC GIS 10.1.

Os municípios com dados nulos ou em que os dados não se aplicam ao parâmetro são representados com a cor *grey 20%* (RGB 204,204,204) e com os contornos destes polígonos com as cores *mars red* (RGB 255,0,0), *blue lapis lazuli* (RGB 0,92,230) ou *black* (RGB 0,0,0), da paleta de cores do programa ARC GIS 10.1, dependendo da necessidade de contraste com os polígonos adjacentes.

4.4 Criação de classes de valores

As classes foram criadas individualmente para cada parâmetro analisado, podendo o número de classes e os intervalos entre classes serem variáveis de parâmetro para parâmetro, com a regra comum de não ultrapassar 5 classes. Assim, o número de classes e os intervalos entre classes foram criados em função das especificidades de cada parâmetro. Procurou-se que o número mínimo de elementos das classes não fosse inferior a 10% do total. No entanto, em determinadas situações em que foi considerado que se justificava, constituíram-se classes com

um número inferior de elementos, tendo como limite mínimo 3% dos elementos totais, de modo a facilitar a análise dos dados, na tentativa de captar novas dinâmicas de mudança.

No texto e na cartografia, para simplificar a expressão dos limites das classes, quando se refere que uma classe está compreendida entre um valor x e um valor $x+n$ significa que o limite inferior da classe é maior que o valor x e o limite superior da classe é menor ou igual ao valor $x+n$. Do mesmo modo, quando se refere que uma classe está compreendida entre um valor $-x$ e um valor $-x+n$ significa que o limite inferior da classe é maior que o valor $-x$ e o limite superior da classe é menor ou igual ao valor $-x+n$. Assim, exemplificando, quando se refere a classe compreendida entre o valor 0 (zero) e o valor 50 significa que o limite inferior da classe é maior que o valor 0 (zero) e o limite superior da classe é menor ou igual ao valor 50. Do mesmo modo, também exemplificando, quando se refere a classe compreendida entre o valor -50 e o valor 0 (zero) significa que o limite inferior da classe é maior que o valor -50 e o limite superior da classe é menor ou igual ao valor 0.

No texto e na cartografia um dado representado pelo valor 0 (zero) significa que o seu valor é inferior a metade do módulo da unidade considerada. Um dado é considerado “nulo” ou que “não se aplica” quando o dado não existe, quer por o valor ser nulo quer por não se aplicar ao caso, sendo ambos representados no trabalho como “dado nulo” (INE, 2014).

4.5 Metodologia de análise

Para estudar a dinâmica das mudanças recentes de uso do solo em Portugal foi analisado o estado de 41 parâmetros físicos e sociais em 1989 e em 2009 e a sua evolução neste período, compreendendo 65 parâmetros e sub-parâmetros. A situação em 1989 corresponde a uma estrutura económica e social influenciada essencialmente pela situação anterior à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. A situação em 2009 corresponde a uma situação de plena integração na União Europeia condicionada integralmente pelas estruturas e políticas decorrentes da plena integração.

Os parâmetros analisados dividem-se em 4 partes: usos do solo (capítulo 5), culturas agrícolas (capítulo 6), estrutura das explorações agrícolas (capítulo 7) e aspetos sociais decorrentes do uso do solo (capítulo 8).

Os parâmetros analisados no capítulo 5 – usos do solo são: (5.2) a superfície usada pela agricultura; (5.3) a superfície total das explorações agrícolas; (5.4) a superfície agrícola utilizada (SAU); (5.5) a superfície agrícola não utilizada (SANU); (5.6) outras superfícies nas explorações agrícolas; (5.7) a superfície total de floresta; (5.8) a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas; (5.9) a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto; (5.10) a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto; (5.11) a superfície de terras aráveis; (5.12) a superfície de culturas temporárias em cultura principal; (5.13) a superfície de pousio; (5.14) a superfície de culturas permanentes; (5.15) a superfície de pastagens permanentes e (5.16) a superfície de prados e pastagens permanentes.

Os parâmetros analisados no capítulo 6 – culturas agrícolas são: (6.1) a vinha; (6.2) o olival; (6.3) os frutos frescos; (6.4) os citrinos; (6.5) os frutos de casca rijas; (6.6) os cereais para grão em cultura principal; (6.7) as leguminosas secas para grão em cultura principal; (6.8) os prados temporários em cultura principal; (6.9) as culturas forrageiras em cultura principal; (6.10) a cultura da batata em cultura principal; (6.11) as culturas industriais em cultura principal; (6.12) as culturas hortícolas em cultura principal; (6.13) a cultura de flores e plantas ornamentais em cultura principal e (6.14) a superfície de culturas para alimentação animal.

Os parâmetros analisados no capítulo 7 – estrutura das explorações agrícolas são: (7.1) o número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município; (7.2) a superfície agrícola utilizada média (SAU); (7.3) o número médio de blocos das explorações agrícolas; (7.4.1) a proporção de explorações agrícolas com trator, em percentagem; (7.4.2) o número de tratores por 100ha de superfície agrícola útil (SAU) e (7.5) as atividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas.

Os parâmetros analisados no capítulo 8 – aspetos sociais decorrentes do uso do solo são: (8.1.1) o número de produtores singulares por 100ha relativo à superfície do município; (8.1.2) o número de produtores singulares por 100ha relativo à superfície total das explorações agrícolas; (8.2.1) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 15-24 anos; (8.2.2)

percentagem de produtores singulares no escalão etário 25-34 anos; (8.2.3) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 35-44 anos; (8.2.4) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 45-54 anos; (8.2.5) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 55-64 anos; (8.2.6) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 65 e mais anos; (8.2.7) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 34 e menos anos; (8.2.8) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 35-54; (8.2.9) a percentagem de produtores singulares no escalão etário 55 e mais anos; (8.3.1) a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade; (8.3.2) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica; (8.3.3) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária; (8.3.4) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior; (8.4.1) a percentagem de produtores singulares a tempo completo; (8.4.2) a percentagem de produtores singulares a tempo parcial; (8.5.1) a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas; (8.5.2) a mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas a tempo completo; (8.5.3) a mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas a tempo parcial; (8.5.4) o rácio de mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas a tempo parcial em relação a tempo completo; (8.5.5) a percentagem de mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas a tempo completo; (8.5.6) a percentagem de mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas a tempo parcial; (8.5.7) a percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas em relação ao total; (8.5.8) a percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas em relação ao total e (8.6) a utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de SAU por unidade de trabalho ano (UTA).

A unidade base dos dados é o município tendo a análise sido feita com base na organização do território em NUTS III e NUTS II, procurando agregar municípios com características semelhantes. Procurou-se explicar o estado dos parâmetros - variáveis dependentes, através das características físicas (solo, clima, orografia), económicas (política agrícola, mercados) e sociais (demografia, tipo de povoamento, mudança socioeconómica) - variáveis independentes.

4.6 Fontes estatísticas e cartográficas

As fontes estatísticas são os inquéritos às explorações agrícolas realizados no âmbito dos recenseamentos gerais agrícolas de 1989 e 1999 e dos censos agrícolas de 2009, estes últimos disponibilizados ao público pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) em junho de 2011.

A fonte estatística dos dados relativos à superfície de agricultura e de floresta são os dados do 4.º e do 5.º *Inventário Florestal Nacional*, relativos aos períodos temporais 1995-1998 e 2005-2006, respetivamente, disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), disponível no seguinte endereço eletrónico: <<http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn>>.

As fontes cartográficas de base para a construção da cartografia do Continente e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira são a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2012, fornecida pela Direção Geral do Território, em formato *shapefile*, disponível no seguinte endereço:

<http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_d_e_portugal_caop/caop_em_vigor/>

A fonte cartográfica da carta orográfica do Continente é o IGEO Informação Geográfica (2015): *Modelo digital do terreno de 50 metros (MDT50M)*, disponibilizado em:

<http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Listagem.aspx>

A fonte cartográfica da carta hidrográfica do Continente é o SNIRH, disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente em:

<http://sniamb.apambiente.pt/geoportal/catalog/search/resource/details.page?uuid=%7BF199A8DA-ECE8-44FF-B753-37DDD9A70240%7D>

A fonte cartográfica da carta de solos do Continente é o Atlas do Ambiente, disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente em:

<http://sniamb.apambiente.pt/geoportal/catalog/search/resource/details.page?uuid=%7B1846D260-9F13-4C42-B853-85B533048DEA%7D>

A fonte cartográfica das cartas de temperatura média e de precipitação média do Continente é Monteiro-Henriques, 2010.

A fonte da carta climática da Península Ibérica é o Atlas climático da Península Ibérica, disponibilizado pela Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal (2011a).

A fonte das cartas de altitude, de temperatura média, da média da precipitação total e da classificação de Köppen-Geiger das regiões autónomas dos Açores e da Madeira é o Atlas climático dos arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açores de 2011 disponibilizado pela Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal (2011b).

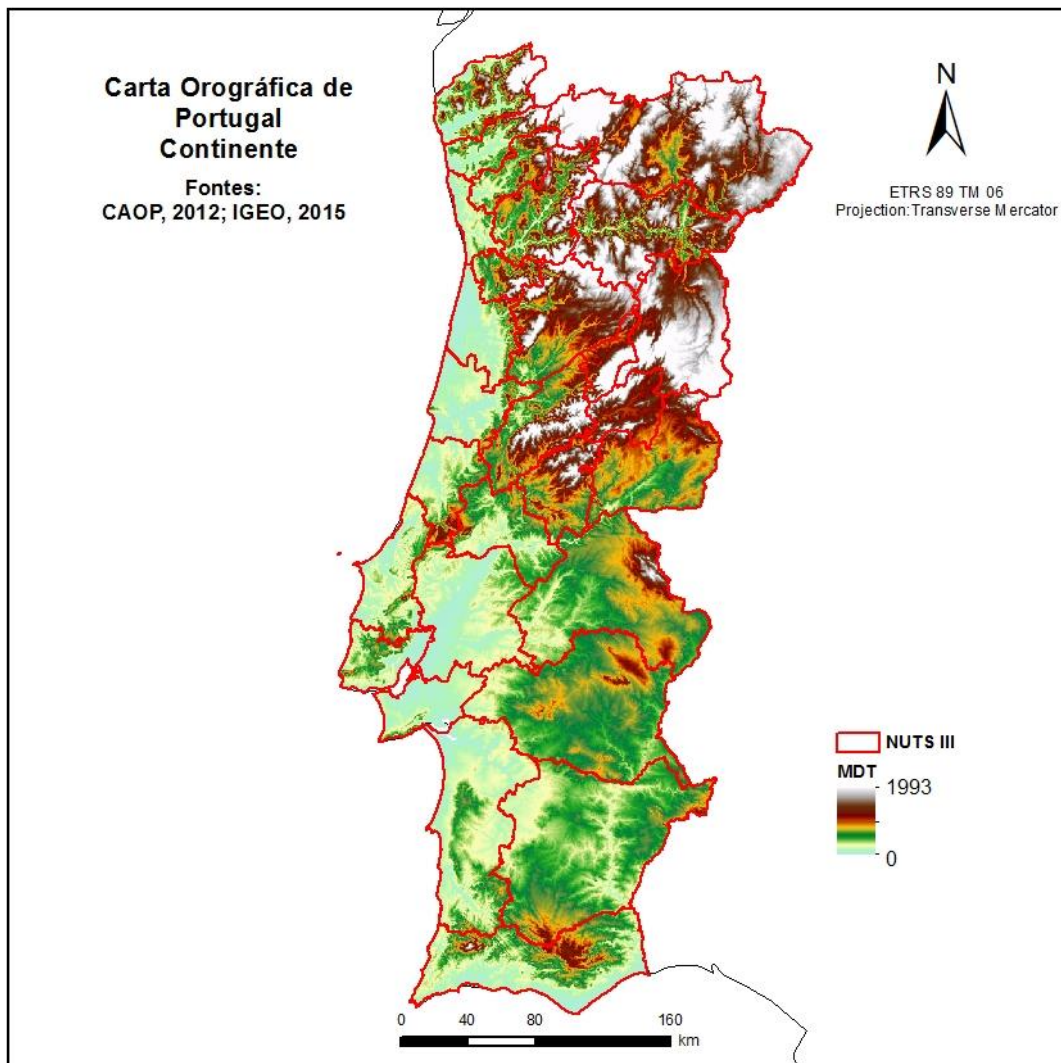
5. Mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura

5. Mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura

5.1 Características fisiográficas de Portugal

Apresenta-se nesta secção um conjunto de informação cartográfica sobre aspetos fisiográficos dos territórios do Continente e das Ilhas, para apoio à análise e interpretação dos resultados. Na figura 5.1.1 apresenta-se a carta orográfica de Portugal Continental com os limites das NUTS III representados.

Figura 5.1.1 Carta Orográfica de Portugal Continental.



Fontes: CAOP, 2012; IGEO, 2015; elaboração própria.

Em Portugal Continental encontramos os relevos altos sobretudo nas NUTS III Alto Trás-os-Montes; zona interior das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega; Douro, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, com algumas exceções a sul. Portanto, os relevos altos de Portugal Continental encontram-se principalmente nas regiões Norte e Centro, nas zonas interior e central. A maior altitude em Portugal Continental encontra-se na Serra da Estrela, a 1993 m.

Os relevos médios encontram-se sobretudo nas NUTS III Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e zona norte do Algarve. Portanto, encontramos os relevos médios sobretudo nas regiões Alentejo, nas zonas interior e central e zona norte do Algarve.

Os relevos baixos encontram-se sobretudo nas NUTS III Minho-Lima, Cávado e Ave, nas zonas litoral, Grande Porto, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Lezíria do Tejo, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral e zona sul e ocidental do Algarve. Portanto, em Portugal Continental encontramos os relevos baixos principalmente na zona litoral, de norte a sul.

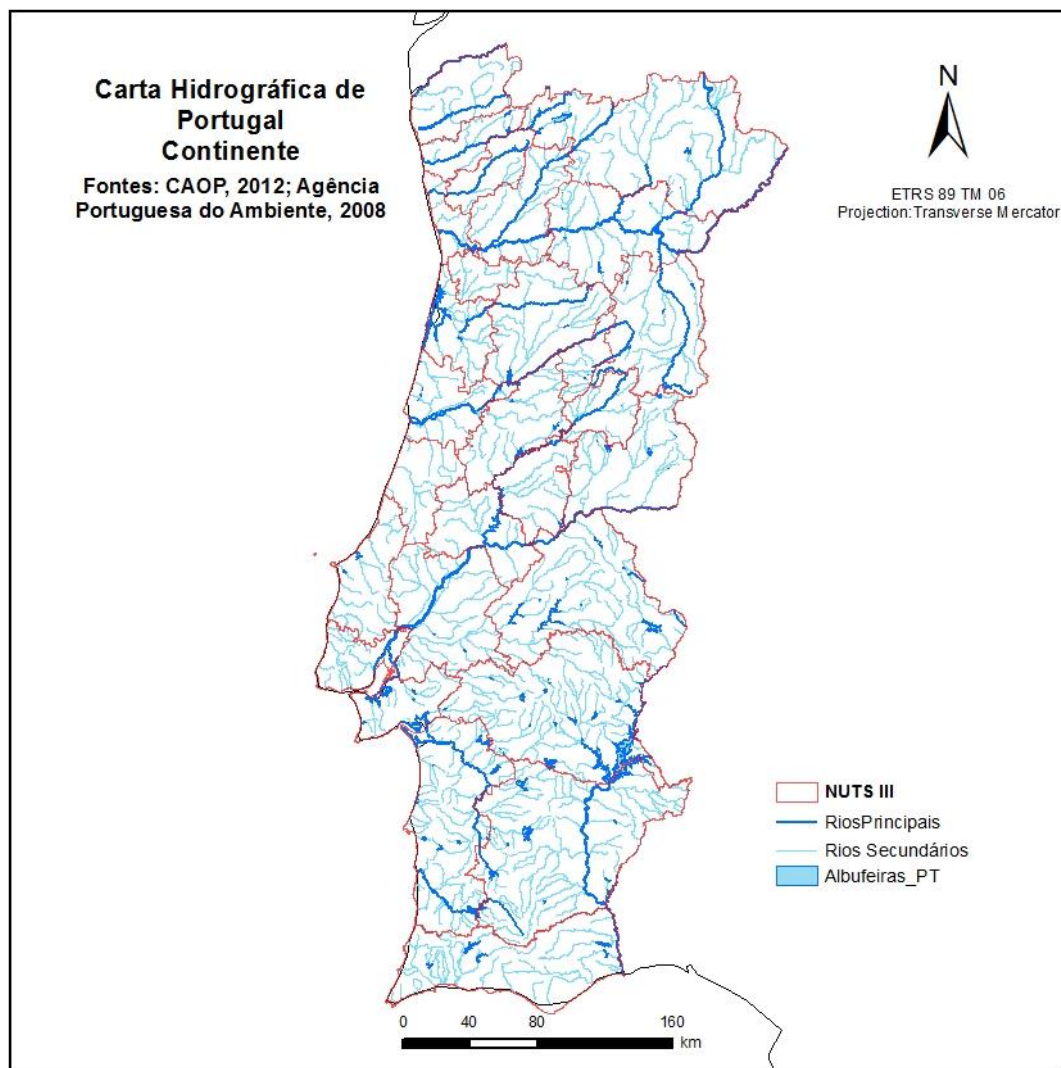
Na figura 5.1.2 apresenta-se a carta hidrográfica de Portugal Continental com os limites das NUTS III representados.

Nesta carta estão representados os rios principais e os secundários de Portugal Continental bem como as albufeiras. Os rios principais representados são: na região Norte, os rios Minho, Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Tua, Sabor, Douro e Côa; na região Centro os rios Côa, Vouga, Mondego, Zêzere e Tejo; Na região Lisboa os rios Tejo e Sado. Na região Alentejo os rios Tejo, Sado, Mira e Guadiana e na região Algarve o rio Guadiana. Nas albufeiras é de realçar, pela sua importância, a albufeira de Alqueva, no rio Guadiana, na região Alentejo.

As principais bacias hidrográficas de Portugal Continental são: na região Norte, o Douro com os afluentes principais, Tâmega, Tua e Sabor, na margem direita, e o Côa na margem esquerda, o Minho, o Lima e o Ave; na região Centro, o Vouga, o Mondego e o Tejo, com o afluente

principal, o Zêzere, na margem direita; na região Lisboa, o Tejo e o Sado; na região Alentejo, o Sado, o Mira e o Guadiana e na região Algarve, a bacia hidrográfica do Guadiana.

Figura 5.1.2 Carta Hidrográfica de Portugal Continental.



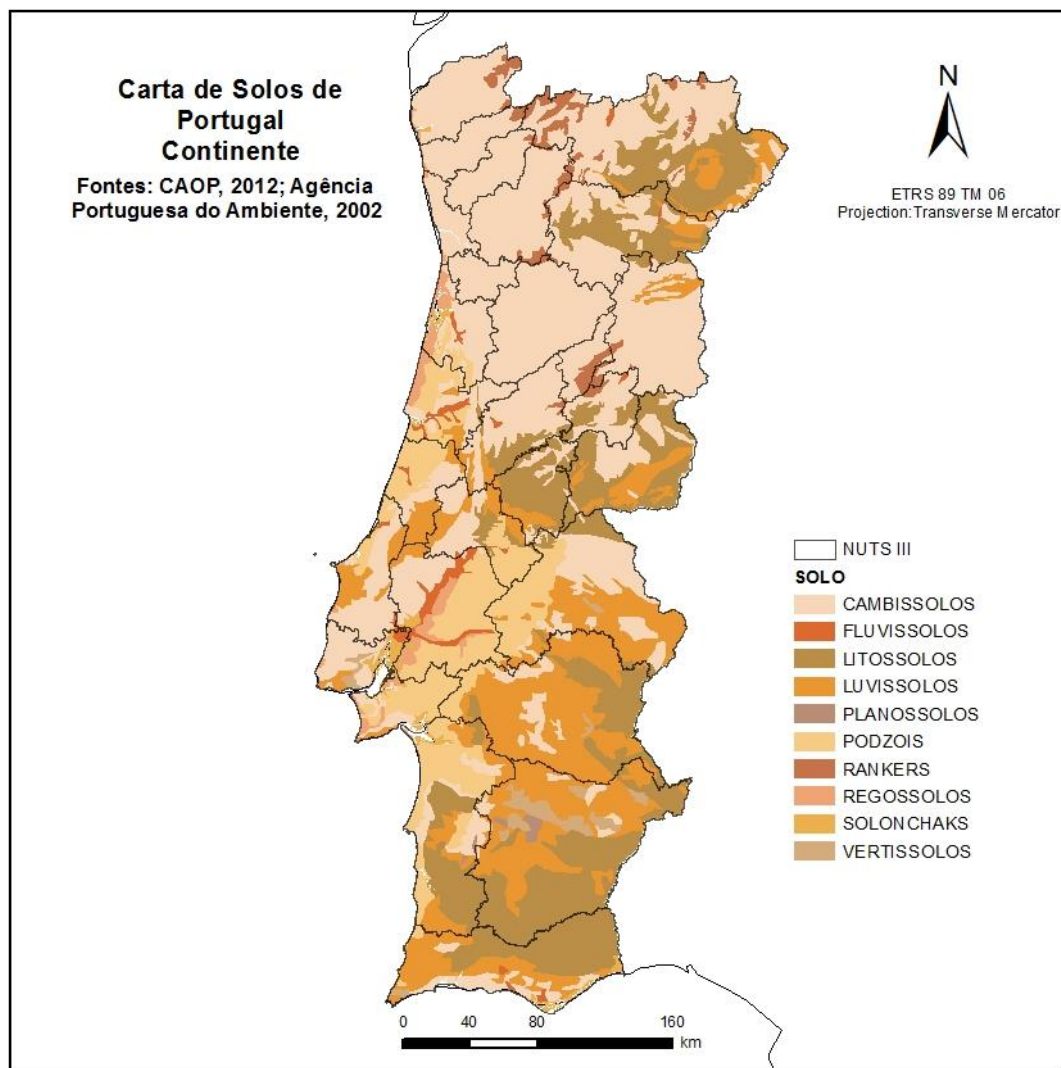
Fontes: CAOP, 2012; Agência Portuguesa do Ambiente, 2008; elaboração própria.

Na figura 5.1.3 apresenta-se a carta de solos de Portugal Continental com os limites das NUTS III representados.

Os tipos de solos predominantes são os Cambissolos, sobretudo nas regiões Norte, Centro e Lisboa, os Litossolos em partes importantes das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, os Luvisolos, em partes importantes das regiões do Alentejo e Algarve e os Podzóis, nas regiões

Centro litoral, Lisboa e Alentejo. As restantes categorias de solos representados na carta têm expressão mais localizada e de menor extensão geográfica.

Figura 5.1.3 Carta de Solos de Portugal Continental.



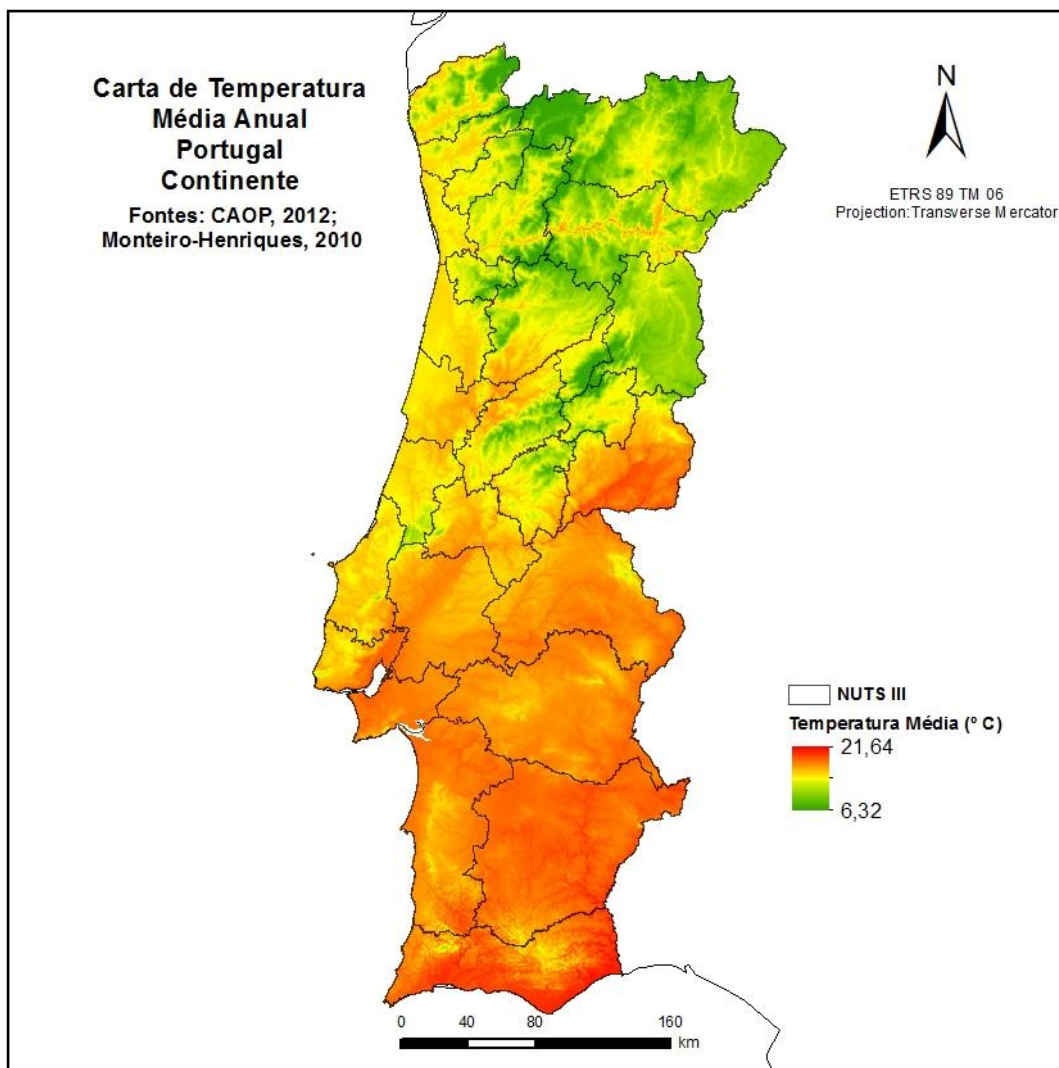
Fontes: CAOP, 2012; Agência Portuguesa do Ambiente, 2002; elaboração própria.

Na figura 5.1.4 apresenta-se a carta de temperatura média anual de Portugal Continental referente ao período de 1971-2000, com os limites das NUTS III representados.

A temperatura média anual genericamente é mais baixa nas regiões Norte e Centro, nas zonas interior e central, acompanhando as zonas de altitude mais alta; é intermédia nas zonas litorais das regiões Norte, Centro e Lisboa (NUTS III Grande Lisboa) e mais elevada nas regiões Centro

(NUTS III Beira Interior Sul), Lisboa (NUTS III Península de Setúbal), Alentejo e Algarve, variando entre 6,32°C e 21,64°C.

Figura 5.1.4 Carta de Temperatura Média Anual de Portugal Continental.

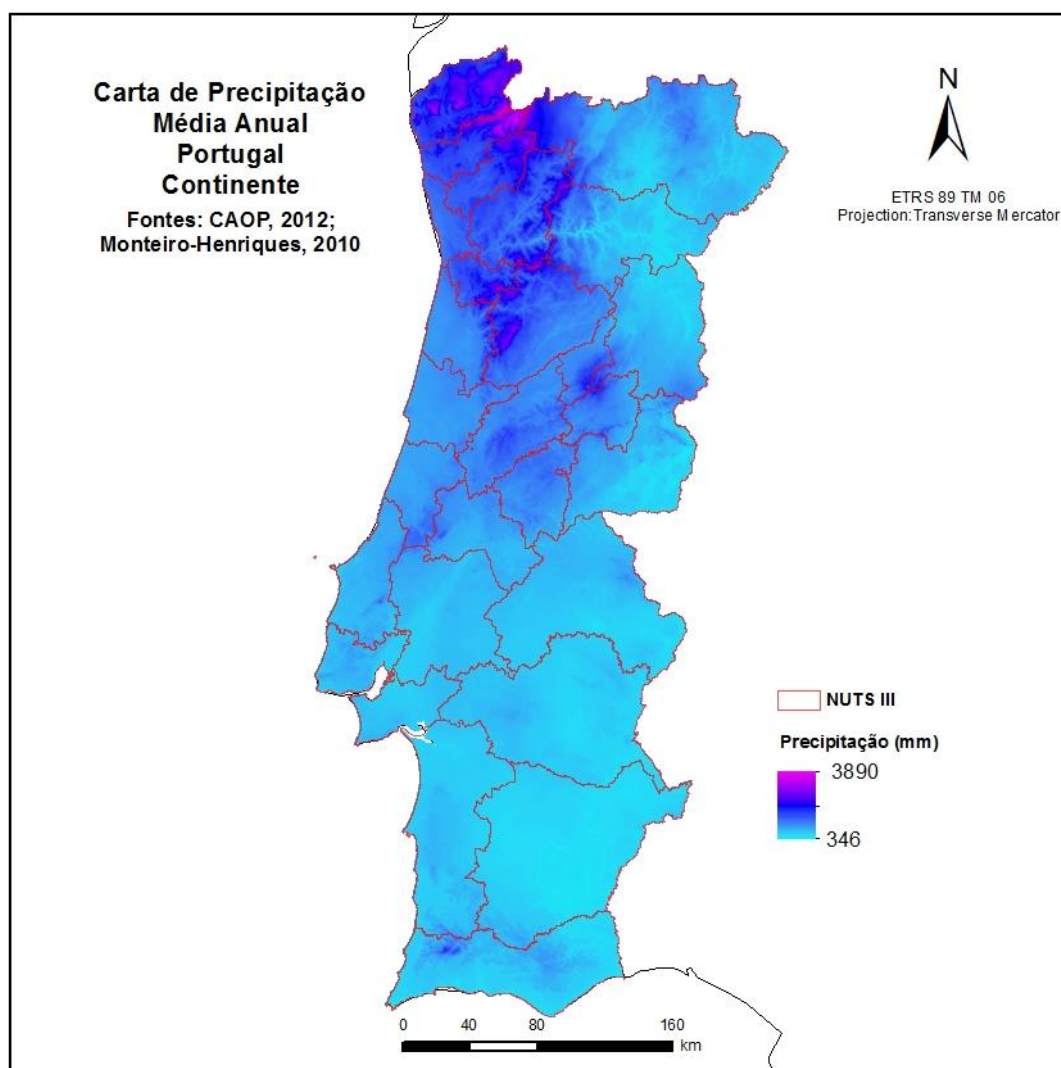


Fontes: Monteiro-Henriques, T. 2010; CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.1.5 apresenta-se a carta de precipitação média anual de Portugal Continental referente ao período de 1971-2000 com os limites das NUTS III representados.

A precipitação média anual é mais elevada nas zonas litoral e central da região Norte e na zona central da região Centro; é intermédia na zona litoral da região Centro e na região de Lisboa e menos elevada nas regiões Norte e Centro interior, Alentejo e Algarve, variando entre 346 mm e 3890 mm.

Figura 5.1.5 Carta de Precipitação Média Anual de Portugal Continental.



Fontes: CAOP, 2012; Monteiro-Henriques, T. 2010; elaboração própria.

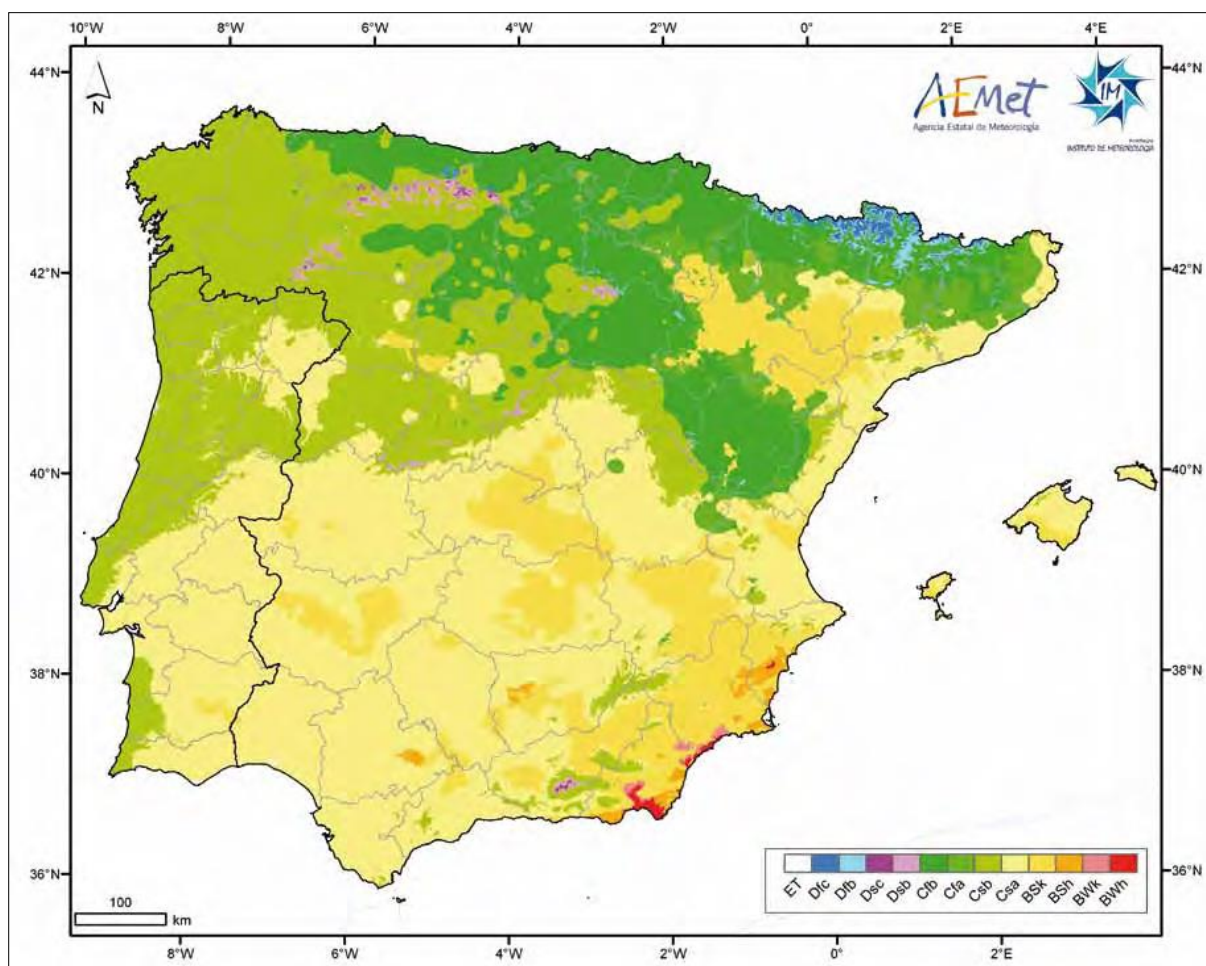
Na figura 5.1.6 apresenta-se a carta climática da península Ibérica e das Ilhas Baleares, segundo a classificação de Köppen-Geiger, com base na série de temperaturas verdadeiras do período 1971-2000, produção conjunta da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha e do Instituto de Meteorologia de Portugal. Em Portugal Continental os climas representados são os temperados – tipo C e os secos – tipo B.

Entre os climas temperados – tipo C aparecem as variedades Csa e Csb. A variedade Csa é um clima temperado com verão seco e quente, sendo a variedade de clima que abrange maior extensão na Península Ibérica e Baleares, ocupando aproximadamente 40% da sua superfície e

estendendo-se pela maior parte da metade sul e das regiões costeiras mediterrânicas, com exceção das zonas áridas da parte sueste da Península. A variedade Csb é um clima temperado com verão seco e temperado, abrangendo a maior parte do noroeste da Península, assim como quase todo o litoral oeste de Portugal Continental e numerosas áreas montanhosas do interior da Península.

Entre os climas secos - Tipo B está representada a variedade BSk, estepe fria, abrangendo em Portugal Continental apenas uma pequena região do Baixo Alentejo, no distrito de Beja (Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011a).

Figura 5.1.6 Carta climática. Classificação climática de Köppen-Geiger da Península Ibérica e Ilhas Baleares.

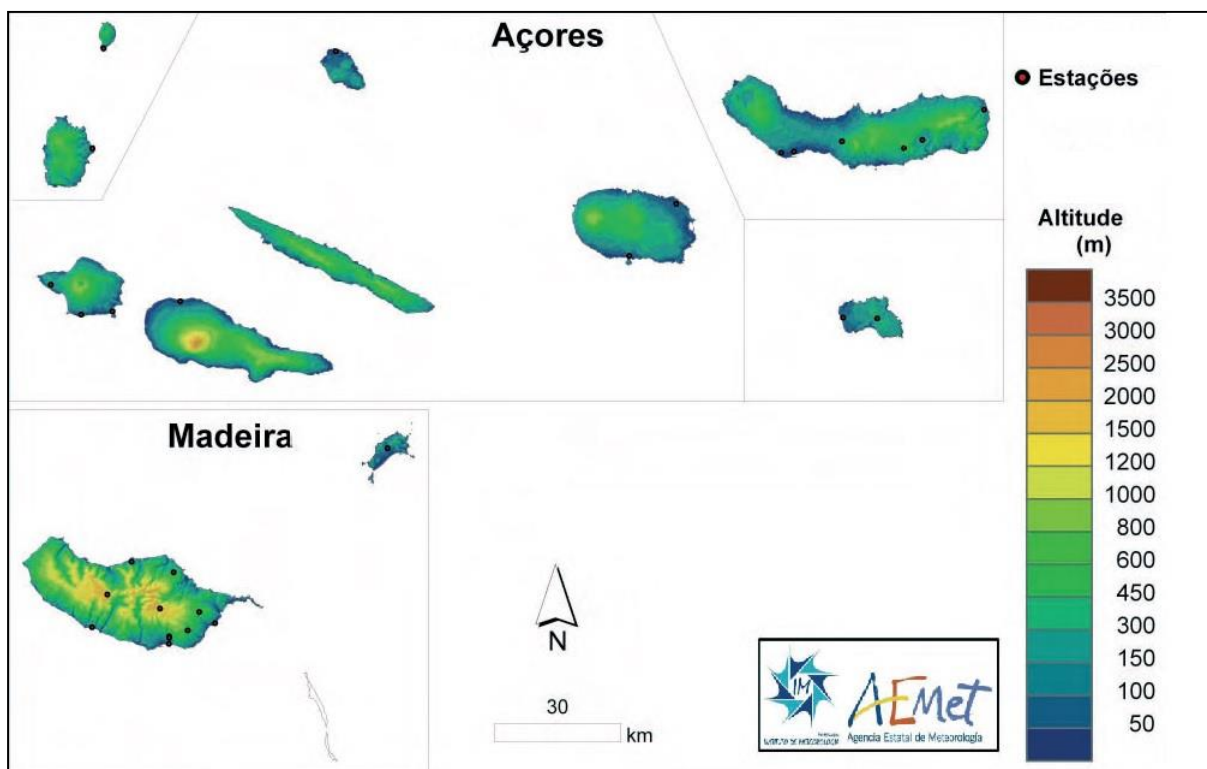


Fonte: Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011a;
(Adaptado).

Na figura 5.1.7 apresenta-se a carta de altitudes de Portugal Ilhas, com a localização das estações meteorológicas principais.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a variação de altitude é a normal em ilhas vulcânicas, com o interior das ilhas com maior elevação, diminuindo para as zonas costeiras. A ilha Graciosa, nos Açores central, a ilha de Santa Maria, nos Açores oriental e a ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira, destacam-se por terem menor altitude máxima, influenciando o clima geral destas ilhas. Na região autónoma dos Açores a altitude máxima encontra-se na montanha do pico, na ilha do Pico, nos Açores central, com 2351 m. Na região autónoma da Madeira a altitude máxima encontra-se na ilha da Madeira, no pico ruivo, com 1862 m.

Figura 5.1.7 Carta de Altitude nos arquipélagos dos Açores e da Madeira e de localização das estações meteorológicas.

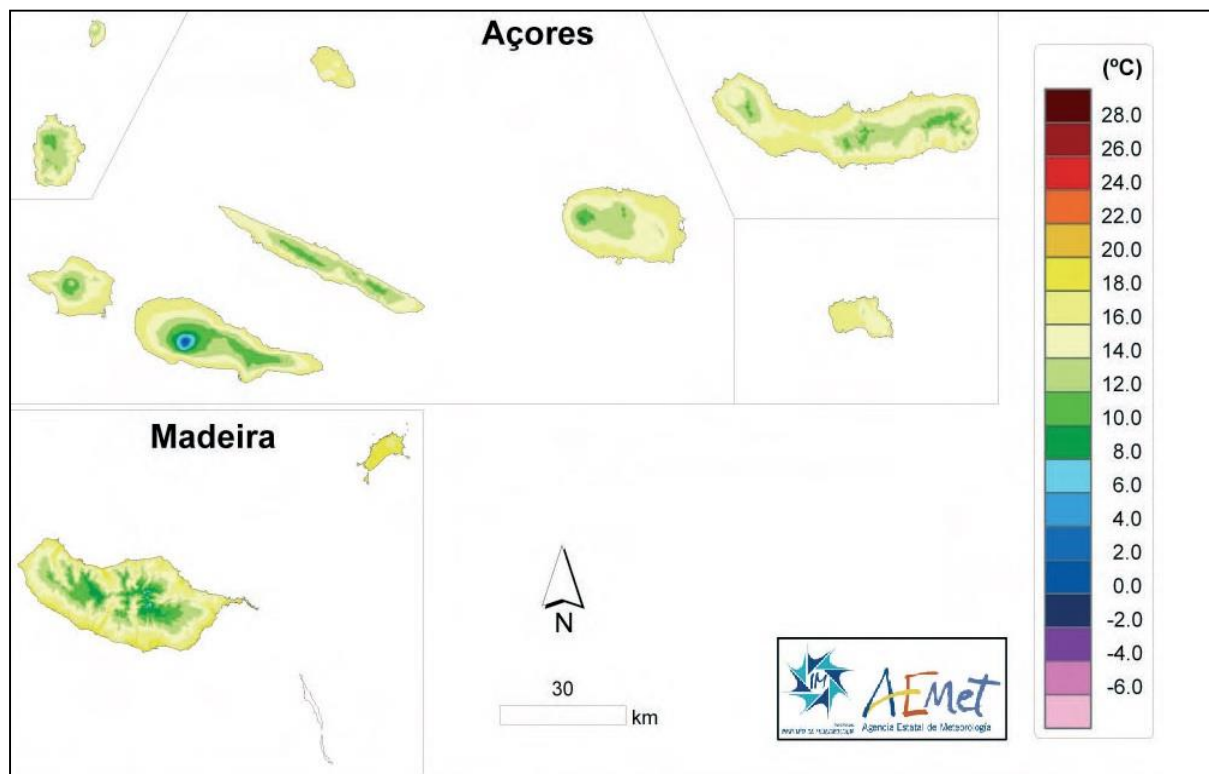


Fonte: Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b; (Adaptado).

Na figura 5.1.8 apresenta-se a carta de temperatura média anual de Portugal Ilhas referente ao período de 1971-2000.

Os valores médios anuais da temperatura máxima do ar nos arquipélagos dos Açores e da Madeira variam de 12 °C a 14 °C nas áreas de altitudes mais elevadas, sendo mesmo inferior a 8 °C na ponta da montanha do pico, na ilha do Pico, nos Açores central. Os valores mais elevados da temperatura máxima do ar nos Açores, superiores a 20 °C, ocorrem em algumas áreas costeiras das ilhas de São Miguel, de Santa Maria, da Terceira, da Graciosa e do Pico. Na Madeira, os valores médios mais elevados da temperatura máxima do ar também são superiores a 20 °C nas regiões costeiras da ilha da Madeira e em quase toda a ilha de Porto Santo, sendo mesmo superior a 22 °C na faixa litoral Sul e Noroeste da ilha da Madeira. No verão os valores médios da temperatura máxima do ar nos Açores variam entre 18 °C nas regiões de maior altitude e 24 °C nas regiões de menor altitude. O mês de agosto apresenta os maiores valores médios, entre 24 °C e 26 °C, nas regiões costeiras. No arquipélago da Madeira os valores da temperatura máxima do ar no verão têm uma variação entre 17 °C (na região do Pico do Areeiro) e 26 °C nas áreas costeiras da Madeira e em Porto Santo. Também na Madeira o mês de agosto é o que apresenta os maiores valores médios, entre 18 °C no Pico do Areeiro e 28 °C numa pequena faixa litoral da vertente sul da ilha da Madeira. Os valores médios anuais da temperatura mínima do ar nos Açores e na Madeira variam entre 4 °C a 8 °C nas áreas de maior altitude, sendo mesmo inferiores a 0 °C na montanha do Pico e valores superiores a 12 °C nas zonas costeiras (Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b).

Figura 5.1.8 Temperatura média do ar nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (1971-2000).



Fonte: Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b; (Adaptado).

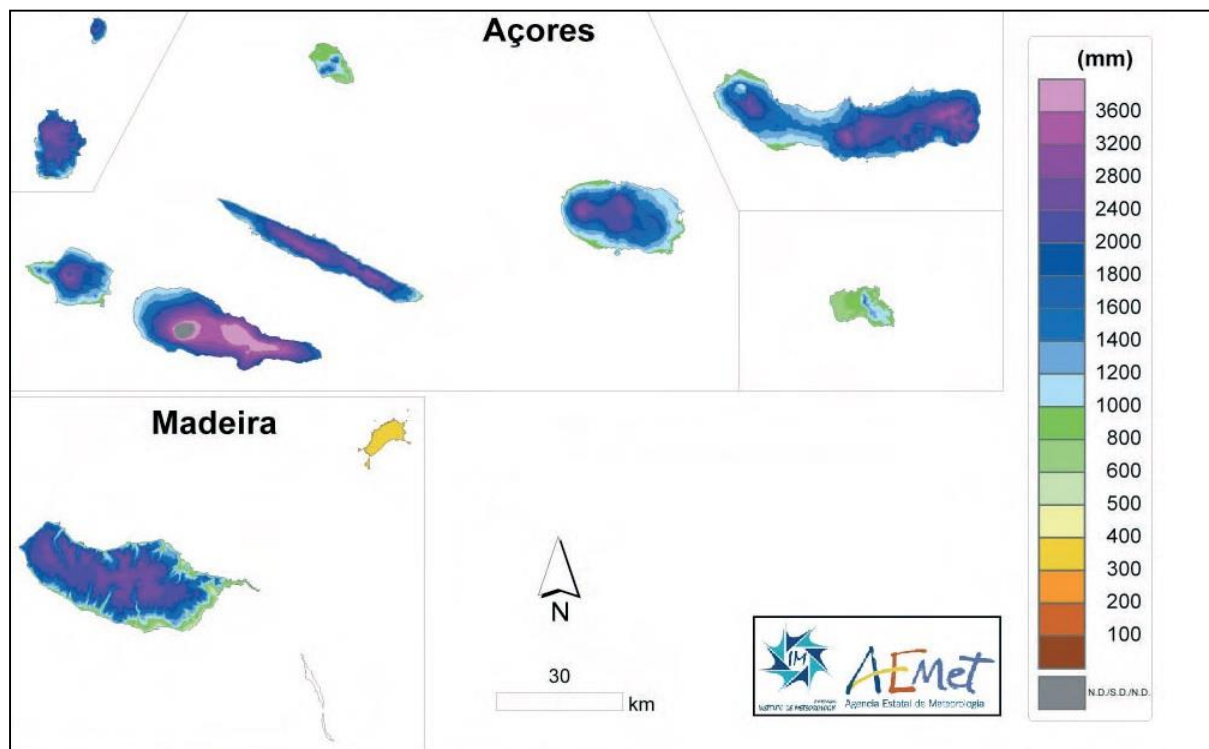
Na figura 5.1.9 apresenta-se a carta de precipitação média anual de Portugal Ilhas, em mm, referente ao período de 1971-2000.

A distribuição da precipitação média anual registada no arquipélago dos Açores nas cotas mais baixas, varia de oeste para este, sendo mais abundante nas ilhas do Grupo Ocidental, na ilha das Flores, onde se regista em média 1665,6 mm (Boca da Baleia), registando-se as menores quantidades de precipitação no Grupo Oriental, na ilha de Santa Maria (729,5 mm). A quantidade de precipitação média anual neste arquipélago, também é fortemente influenciada pela orografia, registando-se os valores médios anuais mais elevados em algumas ilhas com cotas mais altas, como é o caso da precipitação registada em alguns locais da ilha do Pico, onde podem ocorrer valores superiores a 4 000 mm/ano, como por exemplo na Lagoa do Caiado, que regista em média 4 694,8 mm. O número de dias com precipitação superior ou igual a 0,1 mm nos Açores é elevado. Em todas as ilhas são registados mais de 120 dias/ano, sendo o número mais alto na ilha das Flores/Aeroporto (240 dias/ano). O número de dias com precipitação

superior ou igual a 1 mm e a 10 mm também é elevado, registando-se mais dias na ilha de São Miguel/Cerrado, com 178 dias/ano, e na ilha do Faial/Cabouco/Sátão, com 71 dias/ano. Para o caso de precipitações diárias intensas, considerando o número médio anual de dias com precipitação maior ou igual a 30 mm, os maiores números de dias registam-se nas ilhas do Grupo Central (Faial e São Jorge).

No arquipélago da Madeira a precipitação média anual apresenta uma variação inter-ilhas, sendo a quantidade de precipitação mais abundante na ilha da Madeira que na ilha de Porto Santo (Aeroporto 361,3 mm), registando-se no Funchal em média 596,4 mm. Na ilha da Madeira observa-se que a quantidade média da precipitação anual é fortemente influenciada pela orografia, sendo mais abundante nas cotas mais altas da ilha (Encumeada, 2794,0 mm/ano; Bica da Cana, 2635,0 mm/ano e Arieiro, 2 620,0 mm/ano) e ainda uma distinção da precipitação entre as vertentes setentrionais relativamente à registada nas vertentes meridionais da ilha, sendo que nas primeiras as quantidades de precipitação são mais elevadas. O número de dias com precipitação superior ou igual 0,1 mm apresenta uma grande variação entre as ilhas do arquipélago, observando-se o maior número de dias nos pontos mais altos da ilha da Madeira (Arieiro, 188 dias/ano) e o menor nas cotas mais baixas (Lugar de Baixo, 65 dias/ano). No número de dias com precipitação superior ou igual a 1 mm e a 10 mm, os valores mais elevados observam-se também nos pontos mais altos da ilha da Madeira, respetivamente, no Arieiro 157 dias/ano e em Bica da Cana 70,1 dias/ano. O número de dias com precipitação superior ou igual 10 mm é baixo no Funchal (19 dias/ano) e em Porto Santo (9 dias/ano) (Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b).

Figura 5.1.9 Média da precipitação total nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (1971-2000).



Fonte: Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b; (Adaptado).

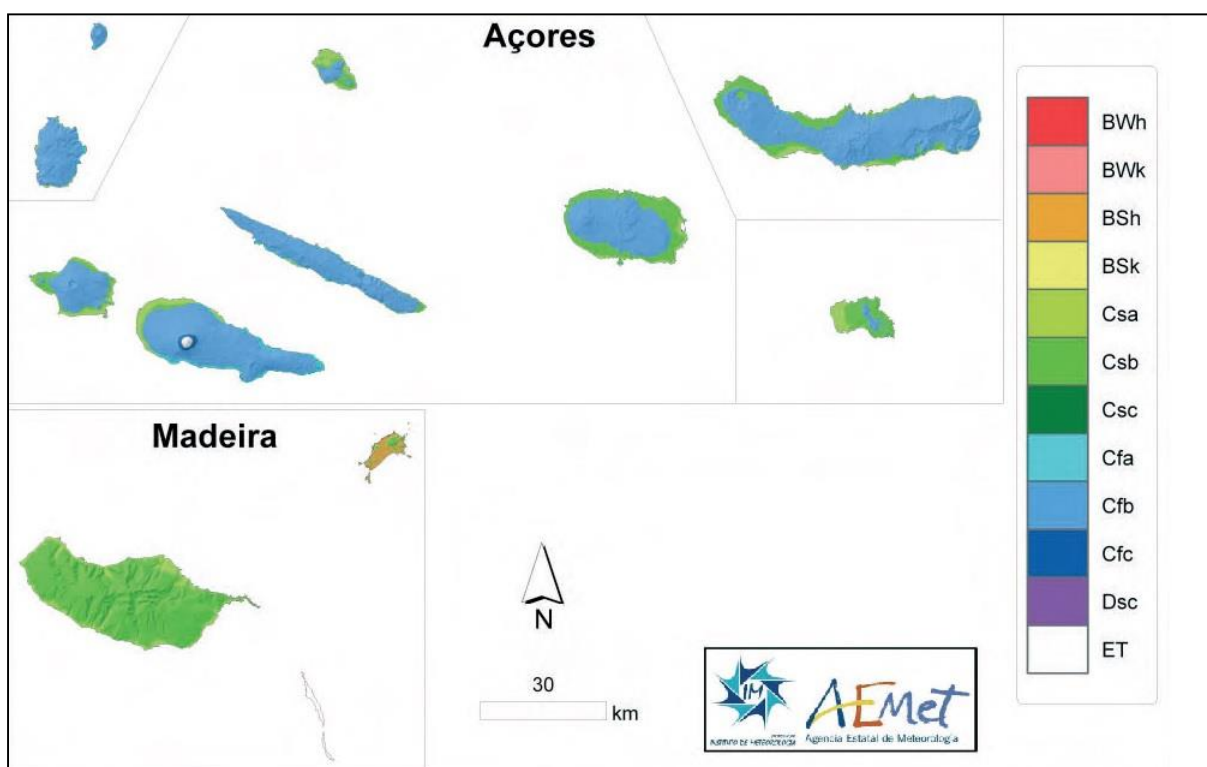
Na figura 5.1.10 apresenta-se a carta climática dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, segundo a classificação de Köppen-Geiger, com base na série de temperaturas verdadeiras do período 1971-2000, produção conjunta da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha e do Instituto de Meteorologia de Portugal. Em Portugal Ilhas os climas representados são os temperados – tipo C, os secos – tipo B e os polares – tipo E.

Entre os climas temperados – tipo C aparecem as variedades Csb - temperado com verão seco e temperado; Cfa - temperado sem estação seca com verão quente; Cfb - temperado sem estação seca com verão temperado e Cfc - temperado sem estação seca com verão curto e fresco. No arquipélago da Madeira, a variedade Csb é a predominante na ilha da Madeira, ocorrendo na ilha de Porto Santo apenas nas áreas de maior altitude. No arquipélago dos Açores o clima do tipo Csb observa-se essencialmente nas ilhas do grupo Central e Oriental, em particular na região oeste da ilha do Faial, numa pequena faixa do noroeste da ilha do Pico, nalgumas zonas da ilha da Graciosa, na ponta sueste da ilha de São Jorge, em grande parte da faixa litoral das ilhas da Terceira e de São Miguel e na maior parte da ilha de Santa Maria. A variedade Cfa não

se observa na Madeira. Nos Açores observa-se nas áreas costeiras sul, nordeste e este da ilha do Pico e em pequenas áreas do litoral das ilhas do Corvo, das Flores e de São Jorge. A variedade Cfb (temperado sem estação seca com Verão temperado) não se observa na Madeira. No Arquipélago dos Açores este tipo de clima é o predominante em quase todas as ilhas. Apenas nas ilhas de Santa Maria e da Graciosa não se observa esta variedade na maior parte do território. A variedade Cfc (temperado sem estação seca com Verão curto e fresco) apenas se observa no arquipélago dos Açores, numa estreita faixa em redor da montanha do Pico, na ilha do Pico.

No que respeita aos climas secos - tipo B a variedade BSh (estepe quente) observa-se em quase toda a ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira. Quanto aos climas polares – tipo E, está representada a variedade ET (tundra), observando-se unicamente nos Açores, na montanha do Pico (ilha do Pico), a partir de cerca de 1600 metros de altitude.

Figura 5.1.10 Classificação climática de Köppen-Geiger nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.



Fonte: Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal, 2011b; (Adaptado).

5.2 Superfície usada pela agricultura

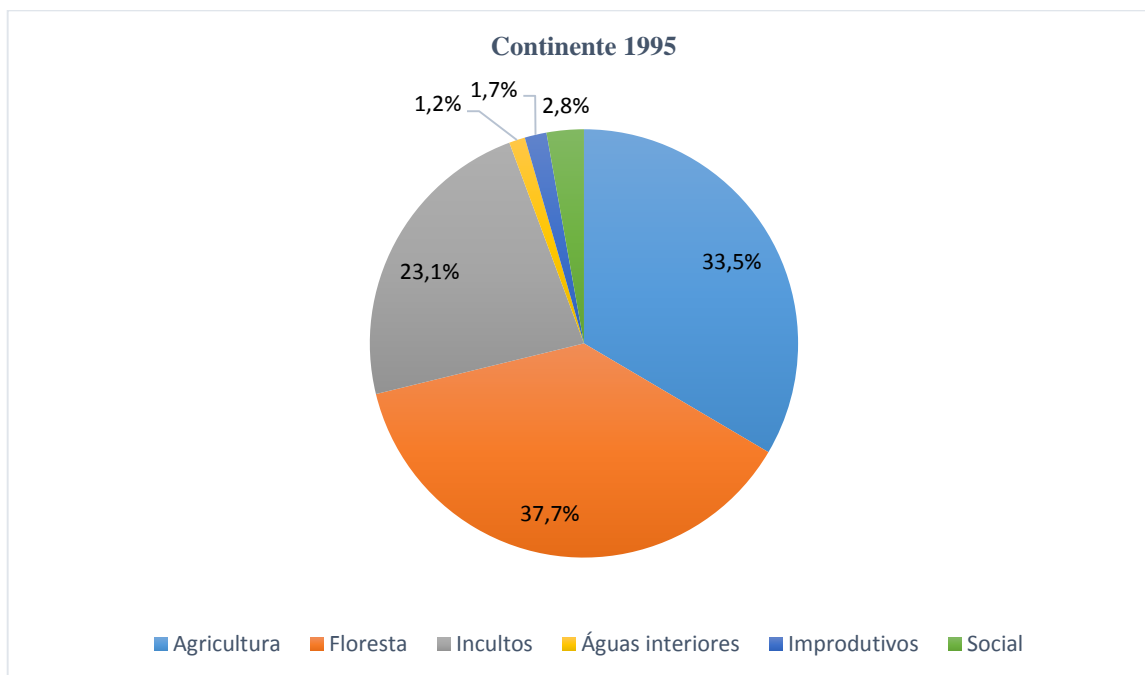
O Inventário Florestal Nacional (IFN) é um processo de natureza estatística e cartográfica, que tem por objetivo avaliar a abundância, estado e condições dos recursos florestais nacionais. No Inventário Florestal Nacional a produção de estatísticas baseia-se em processos de amostragem, os quais são realizados em diferentes etapas que compõem a tarefa global do inventário. O 4.º Inventário Florestal Nacional, com o período de recolha de dados entre 1995 e 1998, disponibiliza informação de ocupação do solo ao nível de NUTS III desagregada em floresta, incultos, improdutivos, agricultura, social e águas interiores. O 5.º Inventário Florestal Nacional, com o período de recolha de dados entre 2005 e 2006, disponibiliza informação de ocupação do solo ao nível de município desagregada em floresta, matos, agricultura, águas interiores e outros usos (ICNF, 2015a). Neste ponto apenas se apresentam dados relativos à NUTS I Continente.

Nas figuras 5.2.1 e 5.2.2 apresenta-se a ocupação do solo em Portugal Continental, em 1995 e em 2005, respetivamente, com base nos 4.º e 5.º Inventário Florestal Nacional.

Pela análise da figura 5.2.1 podemos constatar que, em 1995 no Continente, as ocupações do solo com maior importância são a floresta (37,7%), a agricultura (33,5%) e os incultos (32,9%). As superfícies ocupadas por águas interiores (1,2%), por improdutivos (1,7%) e por ocupações sociais (2,8%) representam valores muito inferiores.

Pela análise da figura 5.2.2 constatamos que em 2005 as principais ocupações do solo no Continente continuam a ser a floresta (38,8%), a agricultura (21,6%) e os incultos (23,5%). As superfícies ocupadas por águas interiores (1,8%) e por outras ocupações (4,8%) continuam a representar valores baixos, apesar da superfície ocupada por águas interiores ter aumentado de 1995 para 2005, o que tem a ver principalmente com a albufeira de Alqueva, cujas comportas foram fechadas em 2002 e se deu o início de enchimento. Verificamos também o aumento significativo da superfície de incultos e a diminuição, também significativa, da superfície usada pela agricultura, tendo a floresta mantido superfície idêntica.

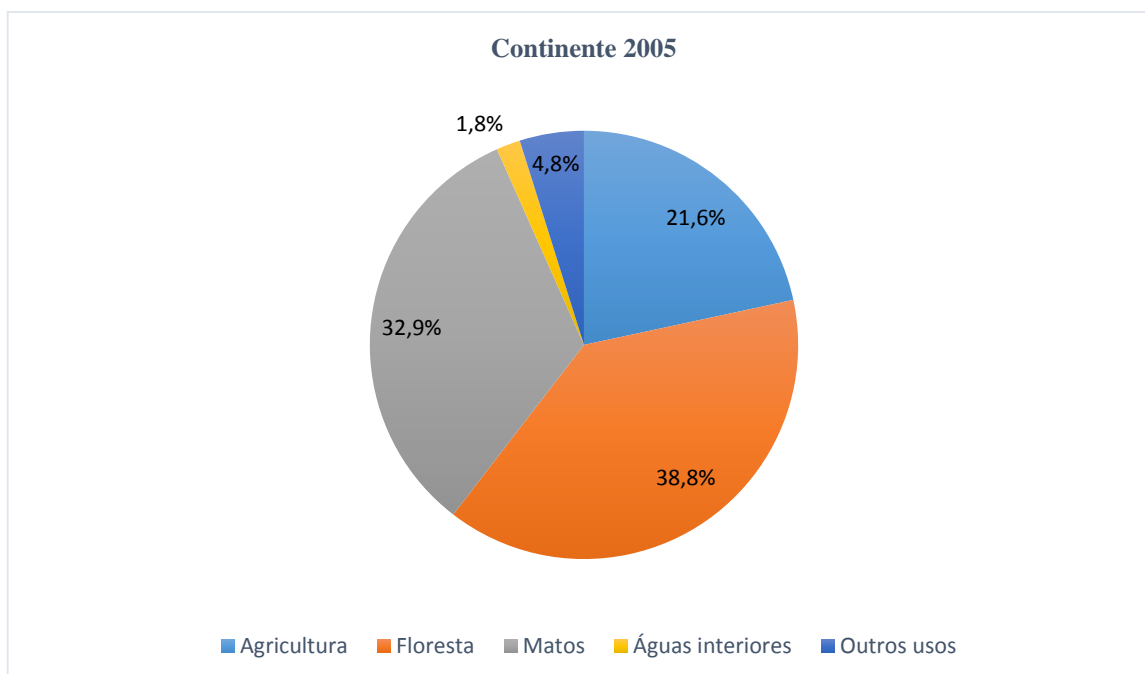
Figura 5.2.1 Ocupação do solo em Portugal Continental, em percentagem, em 1995.



Agricultura	Floresta	Incultos	Águas interiores	Improdutivos	Social
2.972.883 ha	3.349.327 ha	2.054.571 ha	107.342 ha	146.534 ha	249.205 ha

Fontes: 4.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005); elaboração própria.

Figura 5.2.2 Ocupação do solo em Portugal Continental, em percentagem, em 2005.



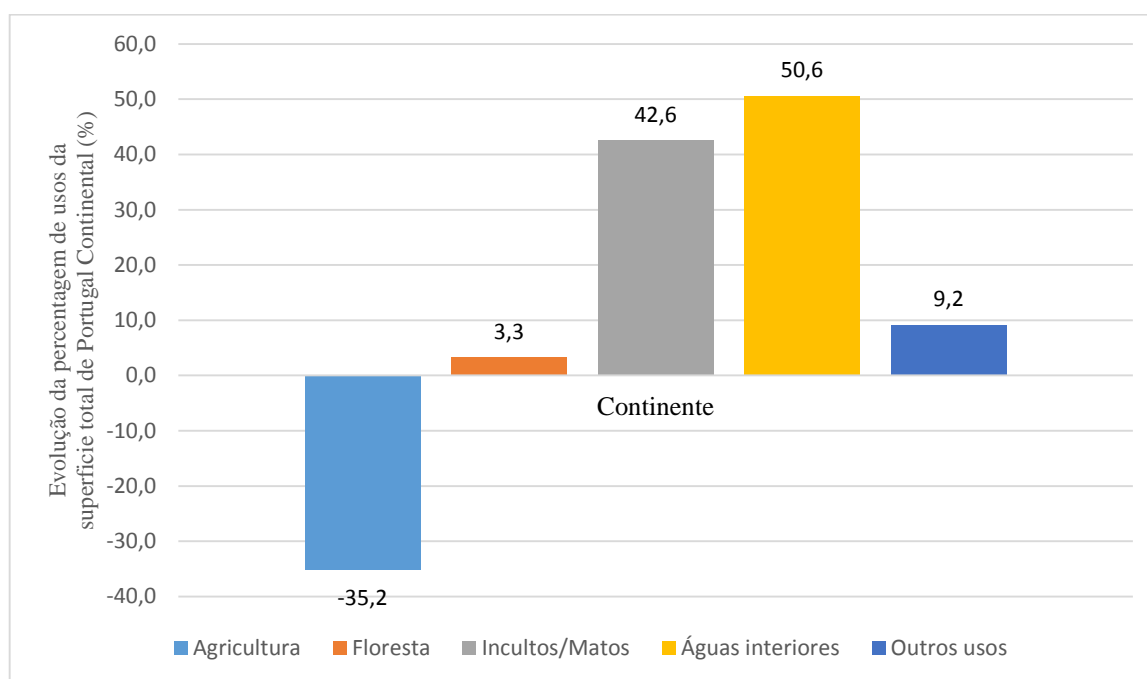
Agricultura	Floresta	Matos	Águas interiores	Outros usos
1.926.630 ha	3.458.557 ha	2.929.544 ha	161.653 ha	432.050 ha

Fontes: 5.º Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010); elaboração própria.

Na figura 5.2.3 apresenta-se a evolução da percentagem de ocupação do solo, em percentagem, em Portugal Continental, de 1995 para 2005.

Pela análise da figura 5.2.3 verificamos que, de 1995 para 2005, as mudanças mais significativas foram a diminuição da percentagem da superfície ocupada pela agricultura (-35,2%) e o aumento da percentagem da superfície de incultos/matos (+42,6%). As restantes classes também aumentaram a percentagem de ocupação do solo. É de realçar, como já referido anteriormente que o aumento da percentagem de ocupação com águas de interior (+50,6%) se deve principalmente ao enchimento da barragem de Alqueva.

Figura 5.2.3 Evolução das percentagens de ocupação do solo em Portugal Continental, de 1995 para 2005.

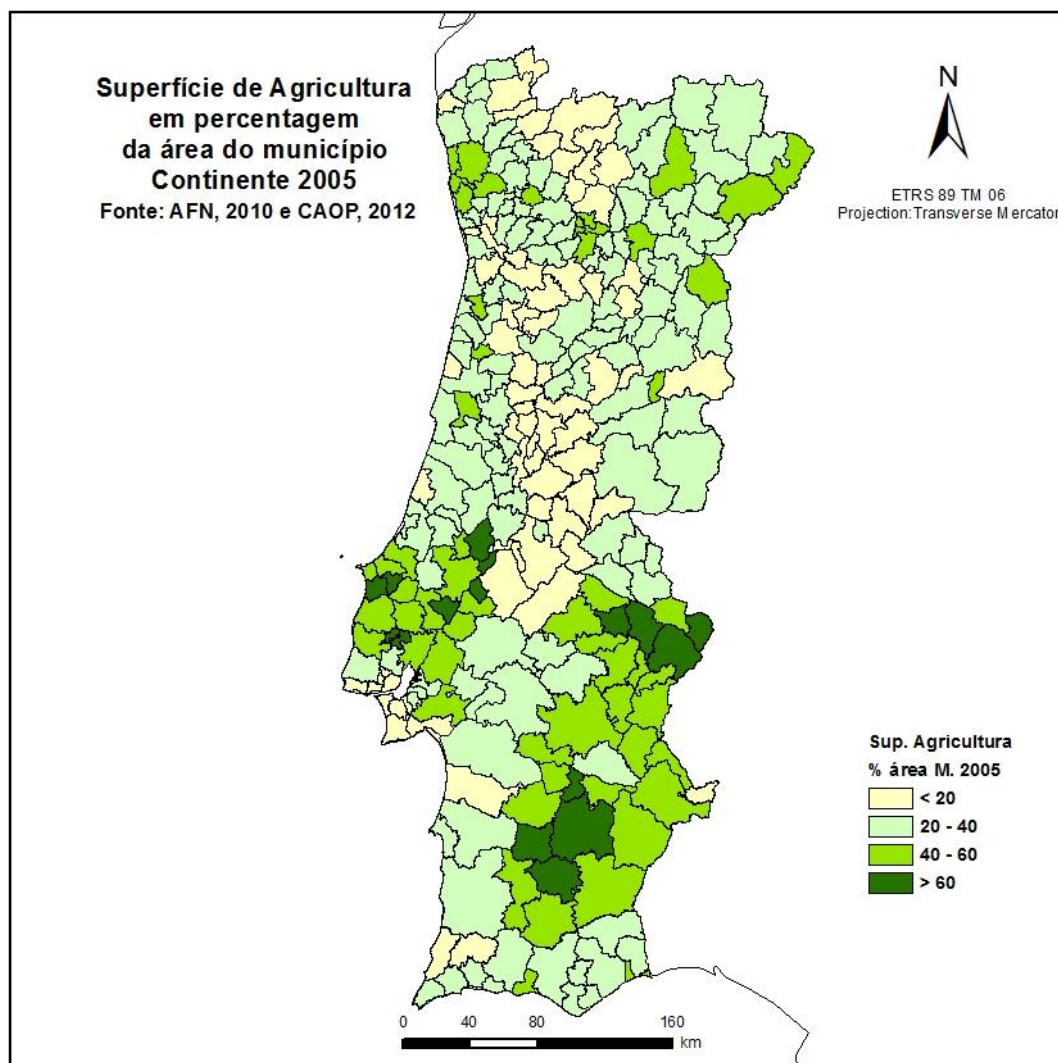


Evolução da ocupação do solo em Portugal Continental de 1995 para 2005 (%)				
Agricultura	Floresta	Incultos/Matos	Águas interiores	Outros usos
-35,2	+3,3	+42,6	+50,6	+9,2

Fontes: 4.º e 5.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005 e AFN, 2010); elaboração própria.

A superfície usada pela agricultura, segundo o 5.º Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010; ICNF, 2015c), referente ao período 2005-2006, é analisada na figura 5.2.4 ao nível de município. Podemos verificar que a superfície usada pela agricultura em 16 municípios (5,7%) ocupa mais de 60% do território do município, sendo que em 57 municípios (20,5%) a superfície usada pela agricultura é superior a 40%, com um valor máximo de 79,6% no município de Golegã, na NUTS III Lezíria do Tejo. A maioria dos municípios com mais de 40% de superfície ocupada pela agricultura encontram-se nas NUTS III: Grande Porto, Cávado, Ave e Douro, na região Norte; Oeste, na região Centro e Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo, na maioria, núcleos de municípios contíguos. A superfície usada pela agricultura é menor que 20% da superfície do município em 73 municípios (26,3%), com valor inferior a 5,0% em seis municípios. Os municípios com superfície usada pela agricultura inferior a 20% encontram-se nas zonas altas das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Alto-Trás-os-Montes, na região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, na região Centro, a maioria em municípios contíguos, e correspondendo também na maioria a municípios de orografia com grandes declives.

Figura 5.2.4 Superfície usada pela agricultura em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2005.



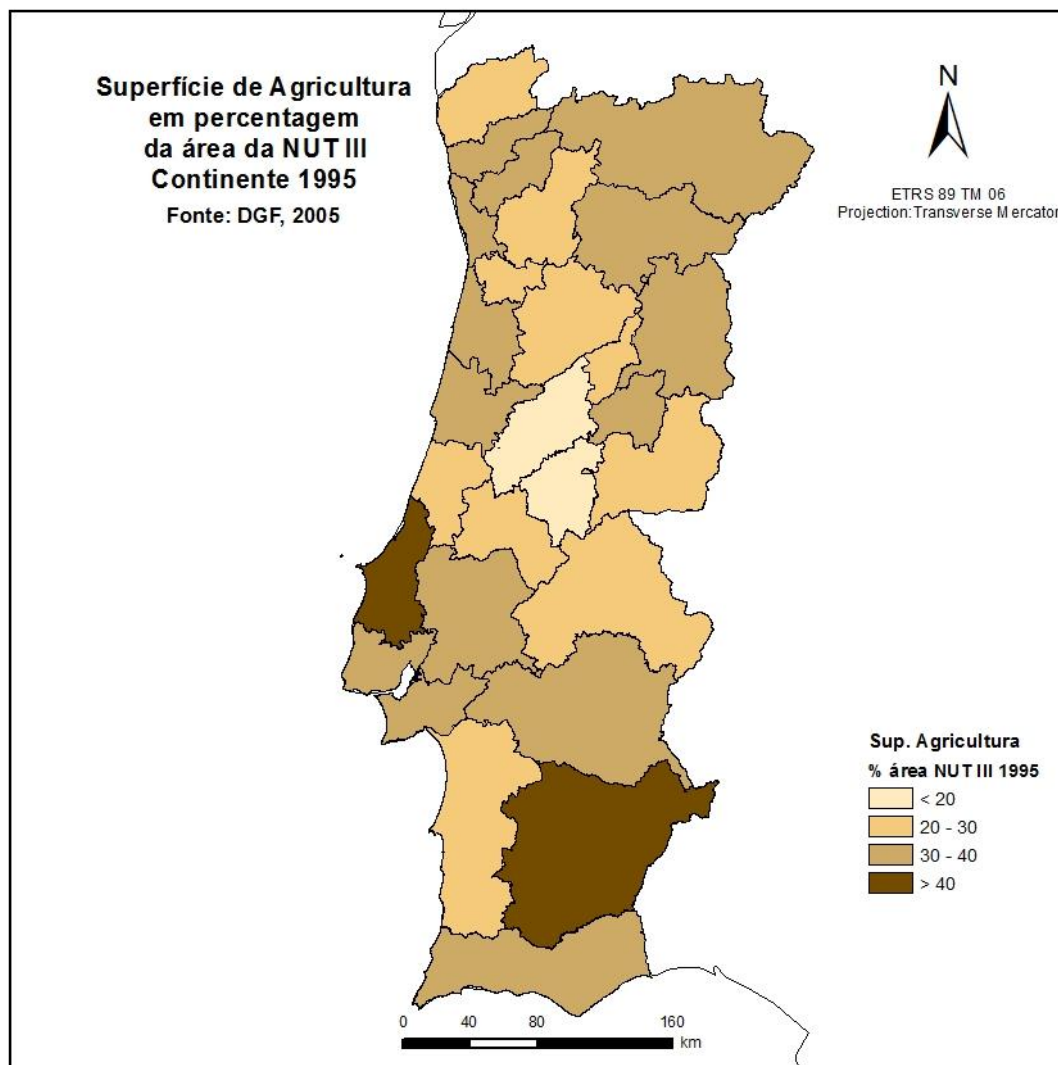
Classes (%)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	73	132	57	16
% de municípios	0,0%	26,3%	47,5%	20,5%	5,7%
Valor mín. e máx. (%)		1,1			79,6

Fontes: 5.º Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície usada pela agricultura, segundo o 4.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005; ICNF, 2015b), referente ao período 1995-1998, é analisada na figura 5.2.5 ao nível de NUTS III. Podemos verificar que a superfície usada pela agricultura ocupa mais de 40% do território nas NUTS III Oeste, na região Centro e Baixo Alentejo, na região Alentejo. A superfície usada pela agricultura é menor que 20% da superfície nas NUTS III contíguas Pinhal Interior Norte e

Pinhal Interior Sul, correspondendo a zonas densamente florestadas e de orografia com grandes declives.

Figura 5.2.5 Superfície de agricultura em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 1995.



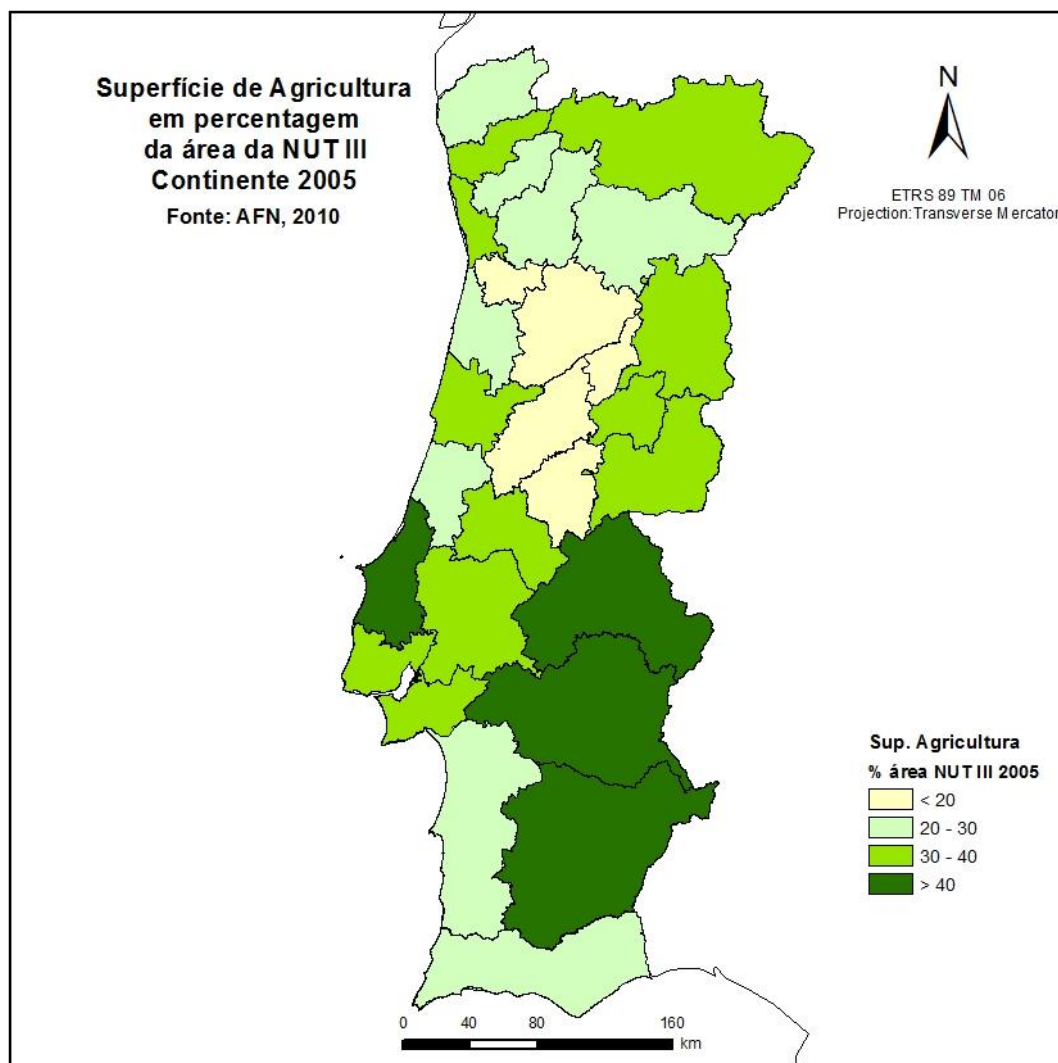
Classes (%)	dado nulo	< 20	20 – 30	30 – 40	> 40
N.º de NUT III	0	2	10	14	2
% de NUT III	0,0%	7,1%	35,8%	50,0%	7,1%
Valor mín. e máx. (%)		13,3			59,2

Fontes: 4.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005); elaboração própria.

A superfície usada pela agricultura, segundo o 5.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005 e AFN, 2010), referente ao período 2005-2006, é analisada na figura 5.2.6 ao nível de NUTS III. Podemos verificar que a superfície usada pela agricultura é superior a 40% do território nas

NUTS III Oeste, na região Centro e Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo. A superfície usada pela agricultura é menor que 20% da superfície nas NUTS III contíguas Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, correspondendo a zonas de orografia com grandes declives e densamente florestadas. Verificamos que, entre o 4.º e o 5.º Inventários Florestais Nacionais, tanto o número de NUTS III com superfície de agricultura inferior a 20% como as com superfície superior a 40% aumentaram, parecendo denotar importantes modificações na estrutura produtiva da agricultura, com o desaparecimento de áreas agrícolas nas zonas menos aptas para a agricultura e o aumento de área agrícola nas zonas mais aptas para este uso.

Figura 5.2.6 Superfície de agricultura em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 2005.



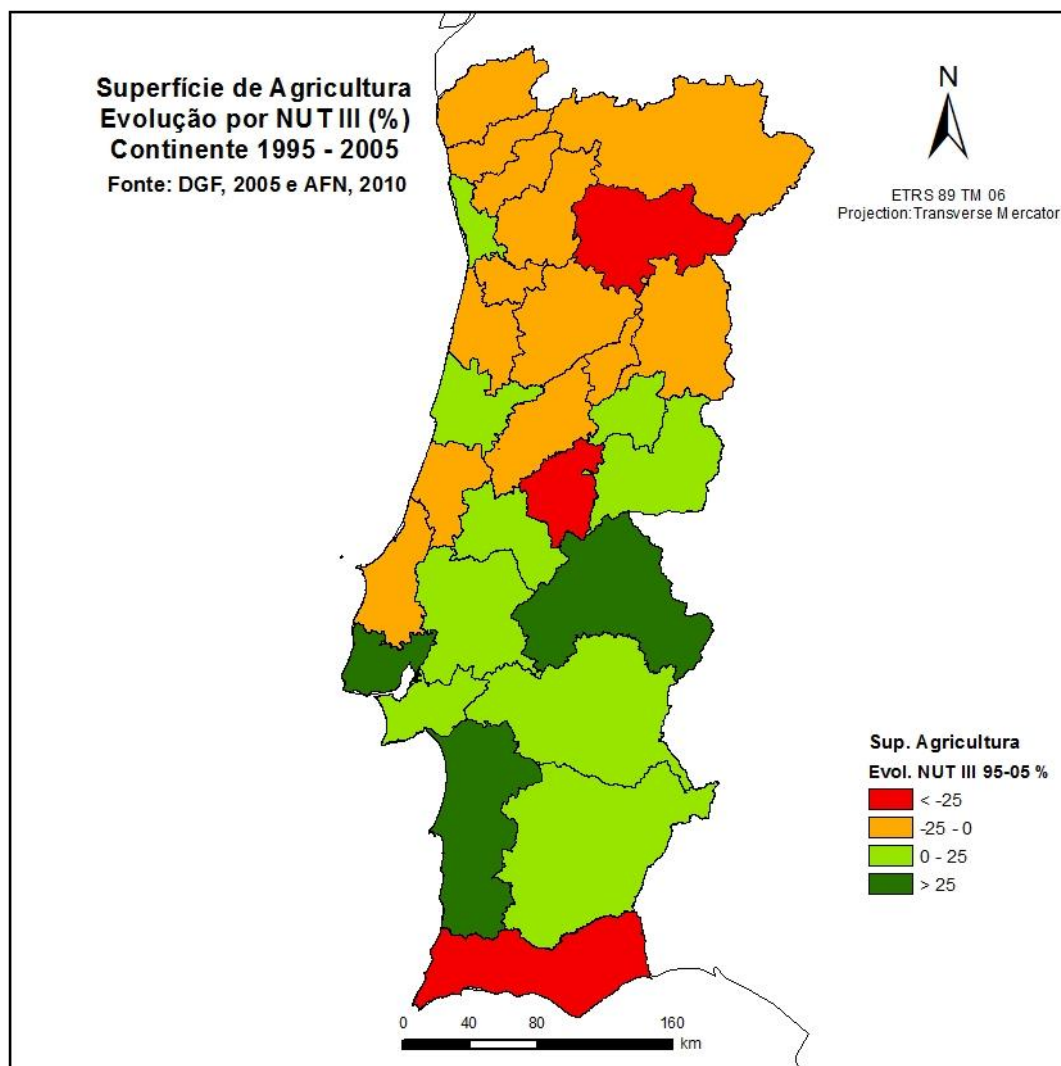
Classes (%)	dado nulo	< 20	20 – 30	30 – 40	> 40
N.º de NUT III	0	5	8	11	4
% de NUT III	0,0%	17,8%	28,6%	39,3%	14,3%
Valor mín. e máx. (%)		8,2			52,8

Fontes: 5.º Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010); elaboração própria.

Na figura 5.2.7 apresenta-se a evolução da superfície usada pela agricultura, com base no 4.º e 5.º Inventários Florestais Nacionais (DGF, 2005 e AFN, 2010), referentes ao período 1995-1998 e 2005-2006, em percentagem, em Portugal Continental. Neste período verifica-se que houve aumento da superfície utilizada pela agricultura em 12 das 28 NUTS III do Continente (42,9%), correspondendo às NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Médio Tejo, Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro e regiões Lisboa e Alentejo. Os maiores acréscimos correspondem às NUTS III Grande Lisboa, Alto Alentejo e Alentejo

Litoral. Houve decréscimo de superfície utilizada pela agricultura na maioria das NUTS III das regiões Norte, Centro e Algarve. Os maiores decréscimos verificaram-se nas NUTS III Douro, Pinhal Interior Sul e Algarve, regiões com vastas zonas demograficamente deprimidas, onde muitas explorações agrícolas cessaram atividade.

Figura 5.2.7 Evolução da superfície de agricultura por NUT III, em percentagem, em Portugal Continental de 1995 a 2005.



Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 25	> 25
N.º de NUT III	0	3	13	9	3
% de NUT III	0,0%	10,7%	46,4%	32,2%	10,7%
Valor mín. e máx. (%)		-38,7			36,4

Fontes: 4.º e 5.º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005 e AFN, 2010); elaboração própria.

Nos dados do 4.º e 5.º Inventários Florestais Nacionais a superfície usada pela agricultura, de 1995 para 2005, de forma agregada, decresceu muito ligeiramente (1,5%) (DGF, 2005 e AFN, 2010). No entanto, analisando os dados ao nível de NUTS III encontramos diferenças bastante assinaláveis. Na larga maioria das NUTS III das regiões Norte, Centro e Algarve houve diminuição de superfície utilizada pela agricultura enquanto na NUTS III Grande Lisboa e nas NUTS III da região Alentejo houve aumentos assinaláveis. No 4.º Inventário Florestal Nacional de 1995 as NUTS III Oeste e Baixo Alentejo são aquelas com maior superfície utilizada pela agricultura, com superfície superior a 40% da área da NUTS III. As NUTS III Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul são as que tem menor superfície utilizada pela agricultura em 1995, com superfície inferior a 20% da área da NUTS III. No 5.º Inventário Florestal Nacional de 2005 as NUTS III com maior superfície utilizada pela agricultura aumentaram relativamente a 2005, que são as NUTS III Oeste, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, com superfície superior a 40% da área da NUTS III. As NUTS III com menor superfície utilizada pela agricultura em 2005 também aumentaram relativamente a 1995 e são as NUTS III Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, com superfície inferior a 20% da área da NUTS III.

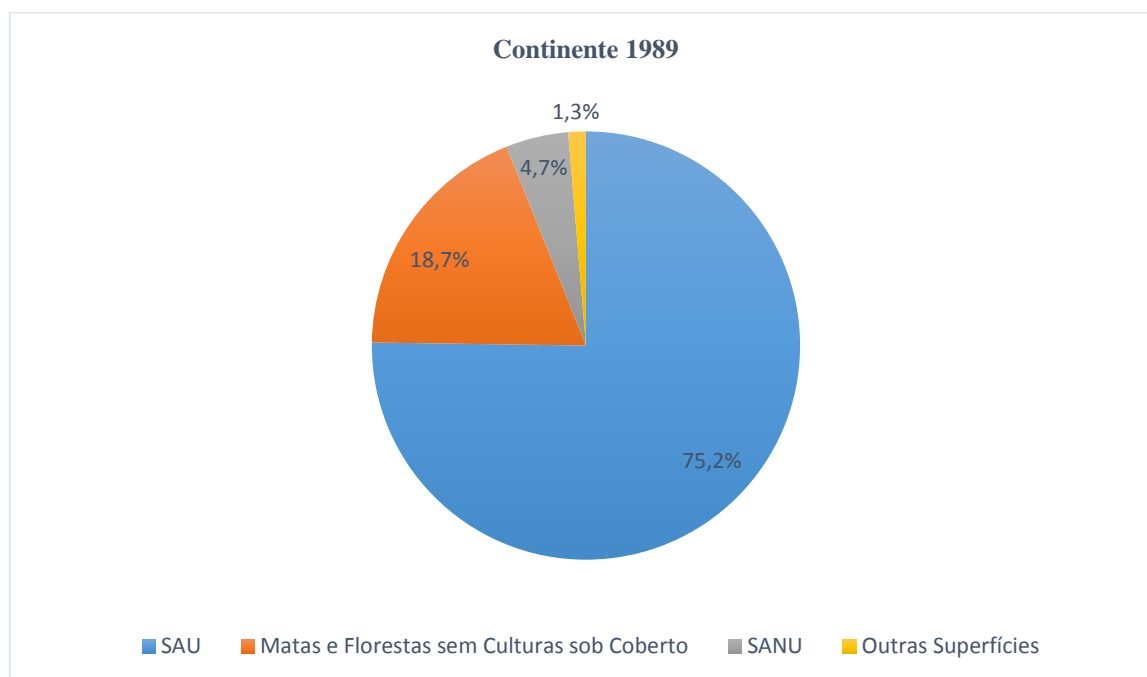
5.3 Superfície total das explorações agrícolas

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal o conceito de exploração agrícola corresponde a uma unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável (INE, 2014).

A superfície total da exploração agrícola é a soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e de outras superfícies não especificadas da exploração agrícola (INE, 2014).

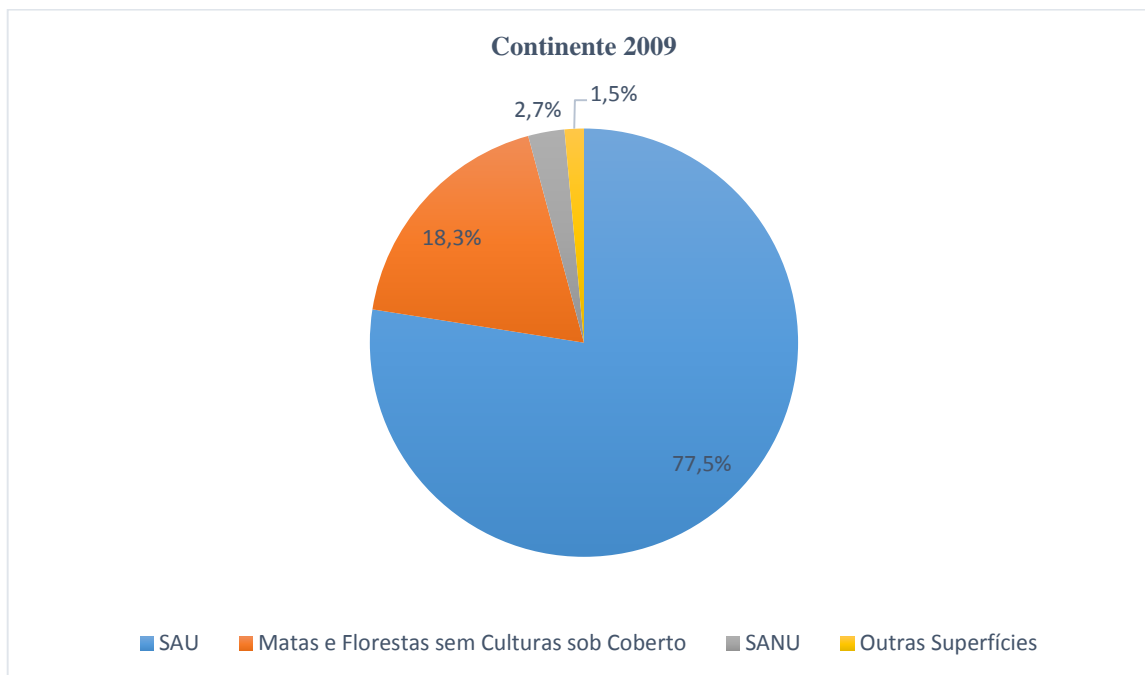
Nas figuras 5.3.1 a 5.3.6 apresenta-se a composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

Figura 5.3.1 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.



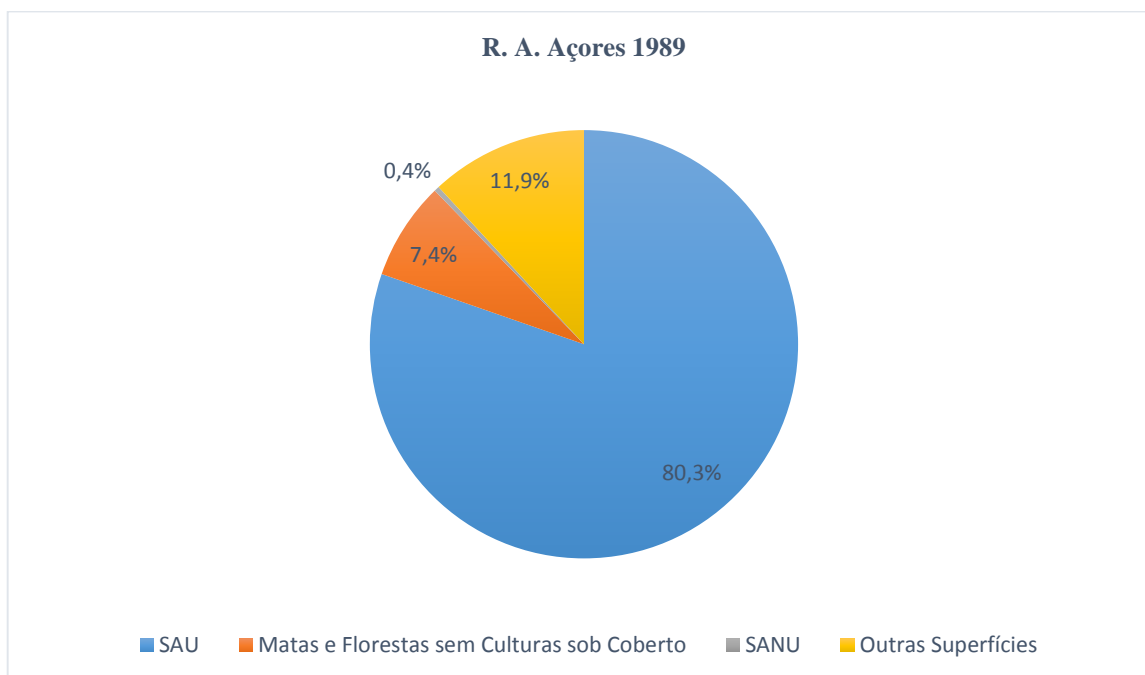
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.3.2 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.



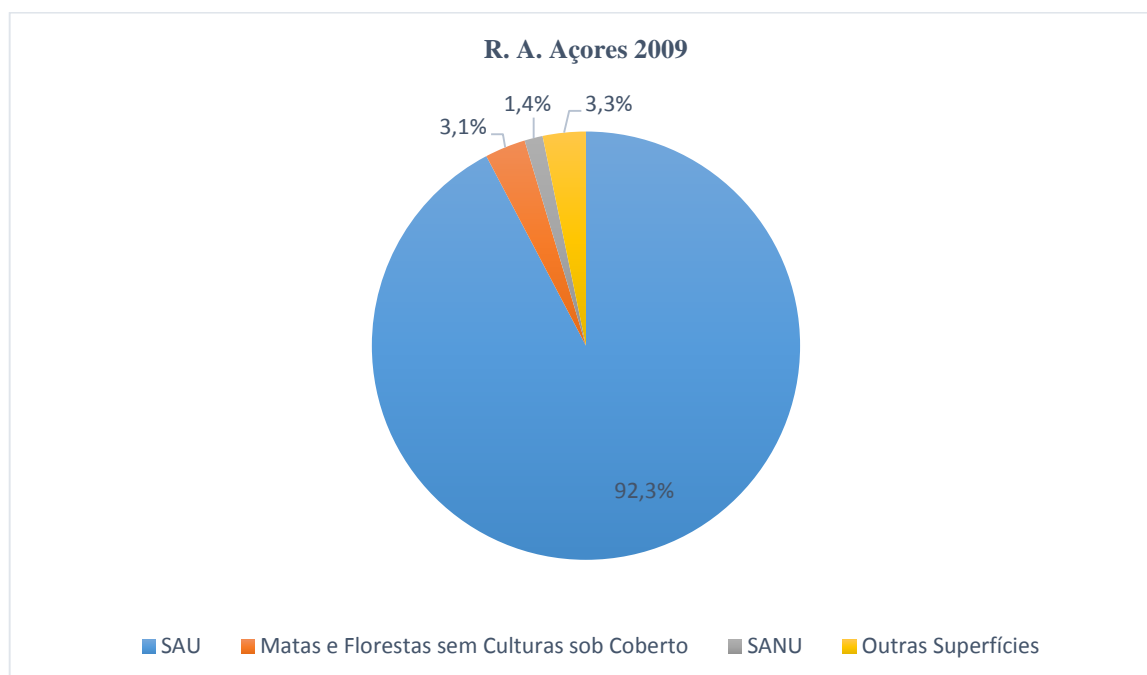
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.3.3 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.



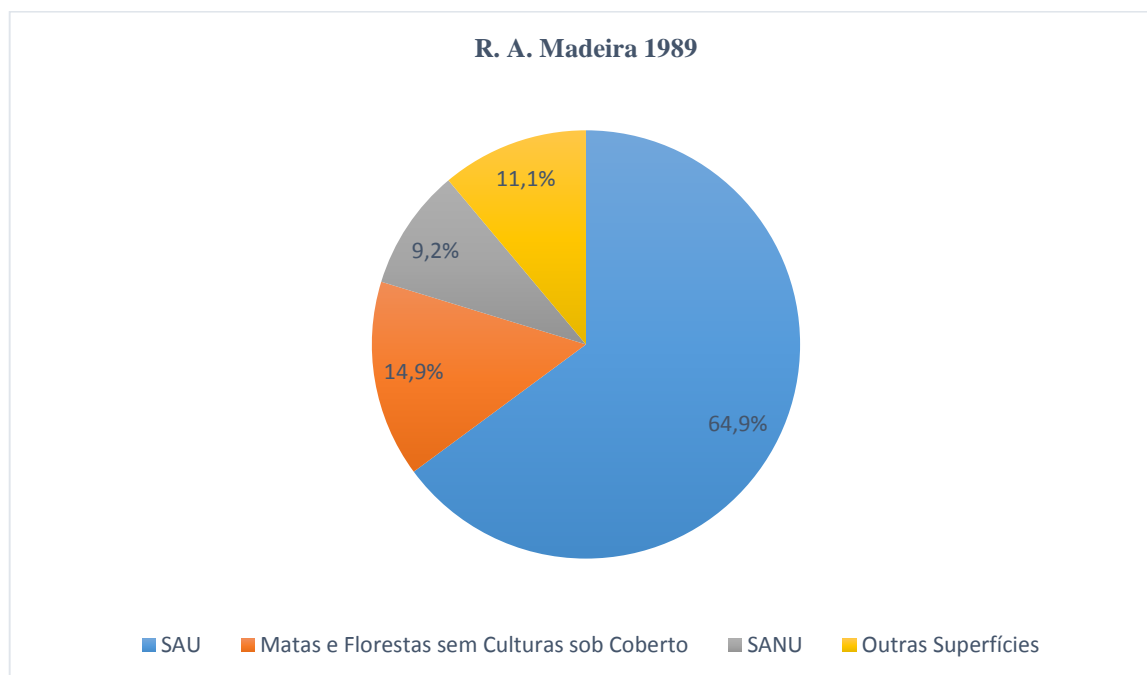
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.3.4 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.



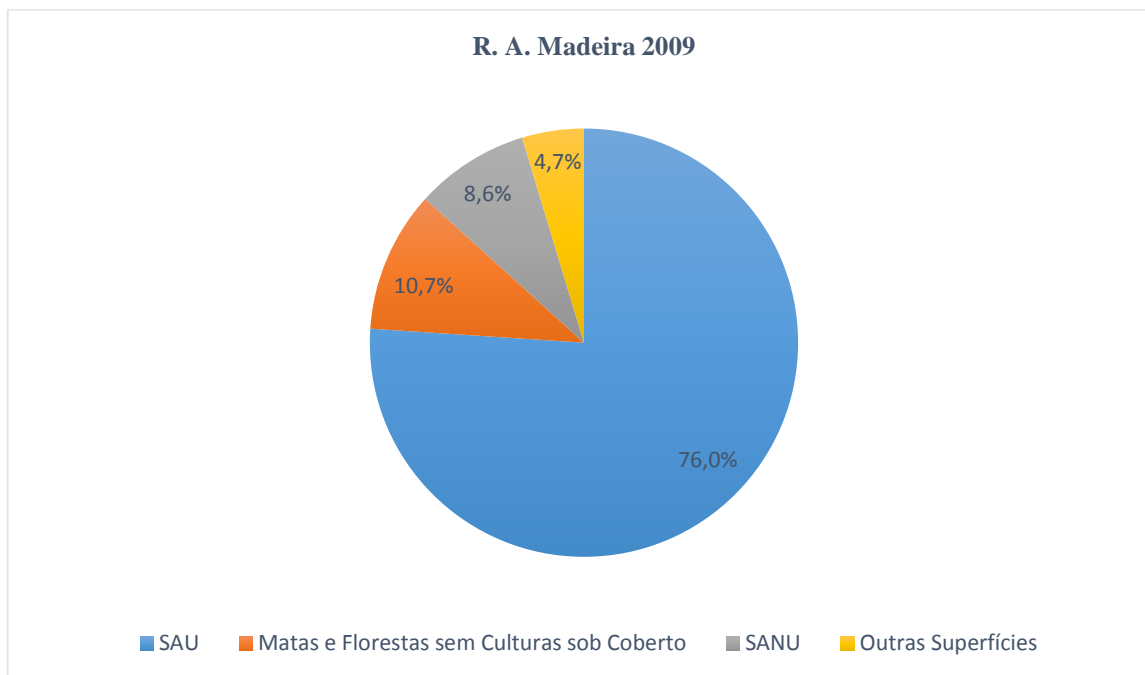
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.3.5 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.3.6 Composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.

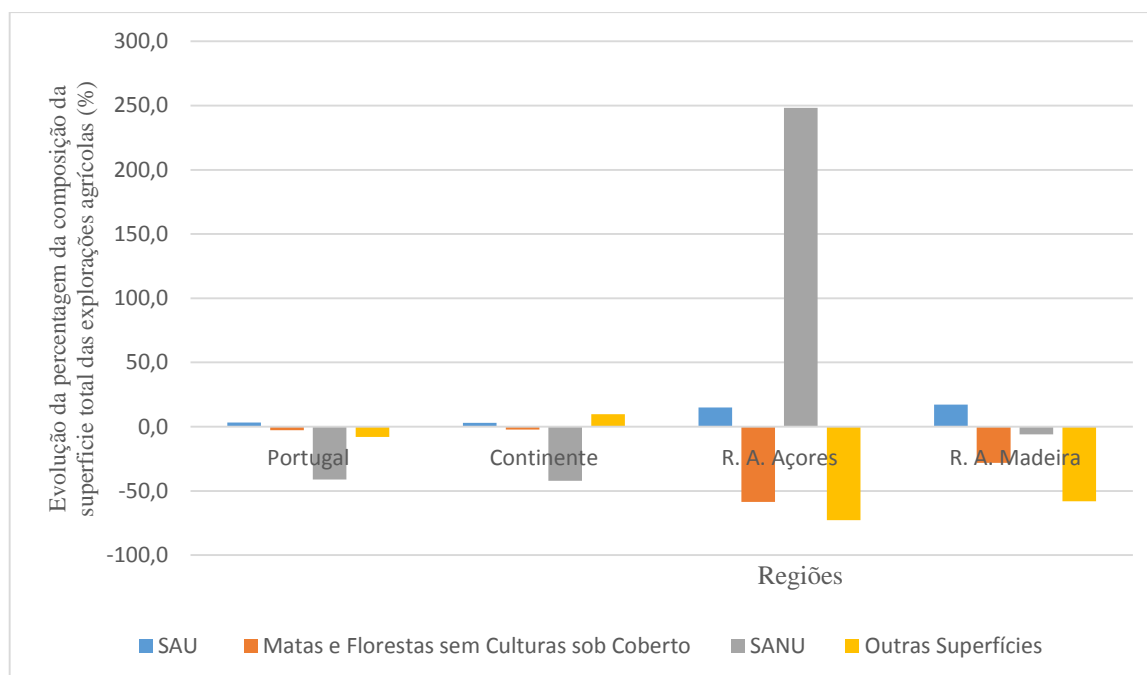


Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Pela análise das figuras 5.3.1 a 5.3.6 observamos que a percentagem de superfície agrícola utilizada é mais elevada na região autónoma dos Açores, seguida do Continente e com valor mais baixo a região autónoma da Madeira, tanto em 1989 como em 2009. Relativamente à percentagem da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto o Continente apresenta os valores mais elevados, seguido da região autónoma da Madeira e com os valores mais baixos a região autónoma dos Açores. A região autónoma da Madeira apresenta os valores de percentagem mais elevados de superfície agrícola não utilizada, seguida do Continente e com os valores percentuais mais baixos a região autónoma dos Açores, quer em 1989 quer em 2009.

Na figura 5.3.7 apresenta-se a evolução da percentagem da composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira.

Figura 5.3.7 Evolução da percentagem da composição da superfície total das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

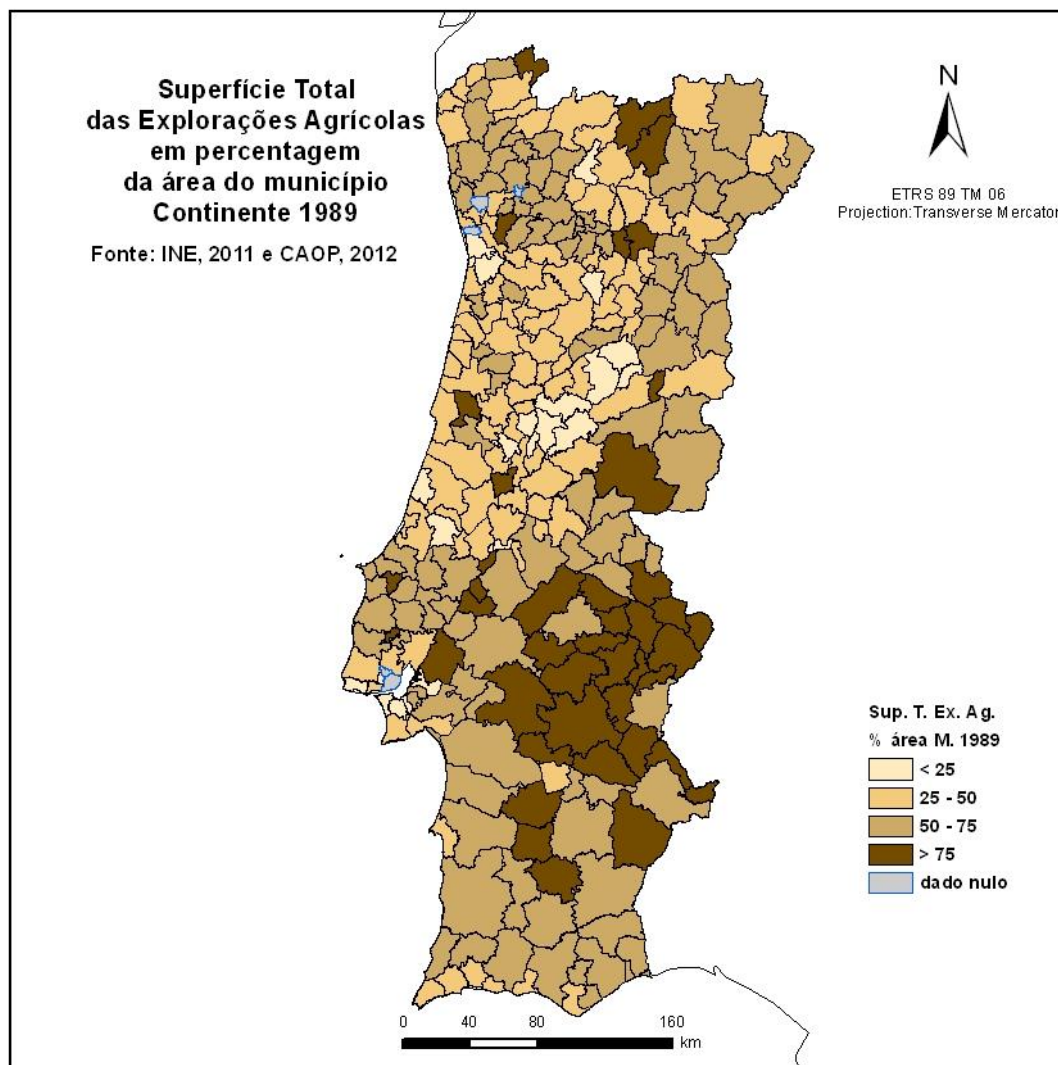
Pela análise da figura 5.3.7 verificamos que, de 1989 para 2009, a percentagem da superfície agrícola utilizada aumentou em todas as regiões, ao contrário da percentagem de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, que diminuiu em todas as regiões. A percentagem de superfície agrícola não utilizada apenas aumentou na região autónoma dos Açores, tendo diminuído no Continente e na região autónoma da Madeira.

Nas figuras 5.3.8.1 e 5.3.8.2 apresenta-se a superfície total das explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.3.8.1, referente a 1989, podemos verificar que mais de metade dos municípios têm mais de 50% do território utilizado pelas explorações agrícolas, sendo que 15% dos municípios (42) ocupam nesta utilização mais de 75% da sua superfície, encontrando-se estes, de forma agregada, maioritariamente na zona interior da região Alentejo. Os municípios com menor percentagem de área utilizada pelas explorações agrícolas encontram-se sobretudo na zona central da região Centro, zonas em que a floresta extreme tem grande relevância,

provavelmente não integrada nas explorações agrícolas, como o pinhal de Leiria e mancha de pinhal da região Centro, chamada “zona do pinhal” da região Centro.

Figura 5.3.8.1 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



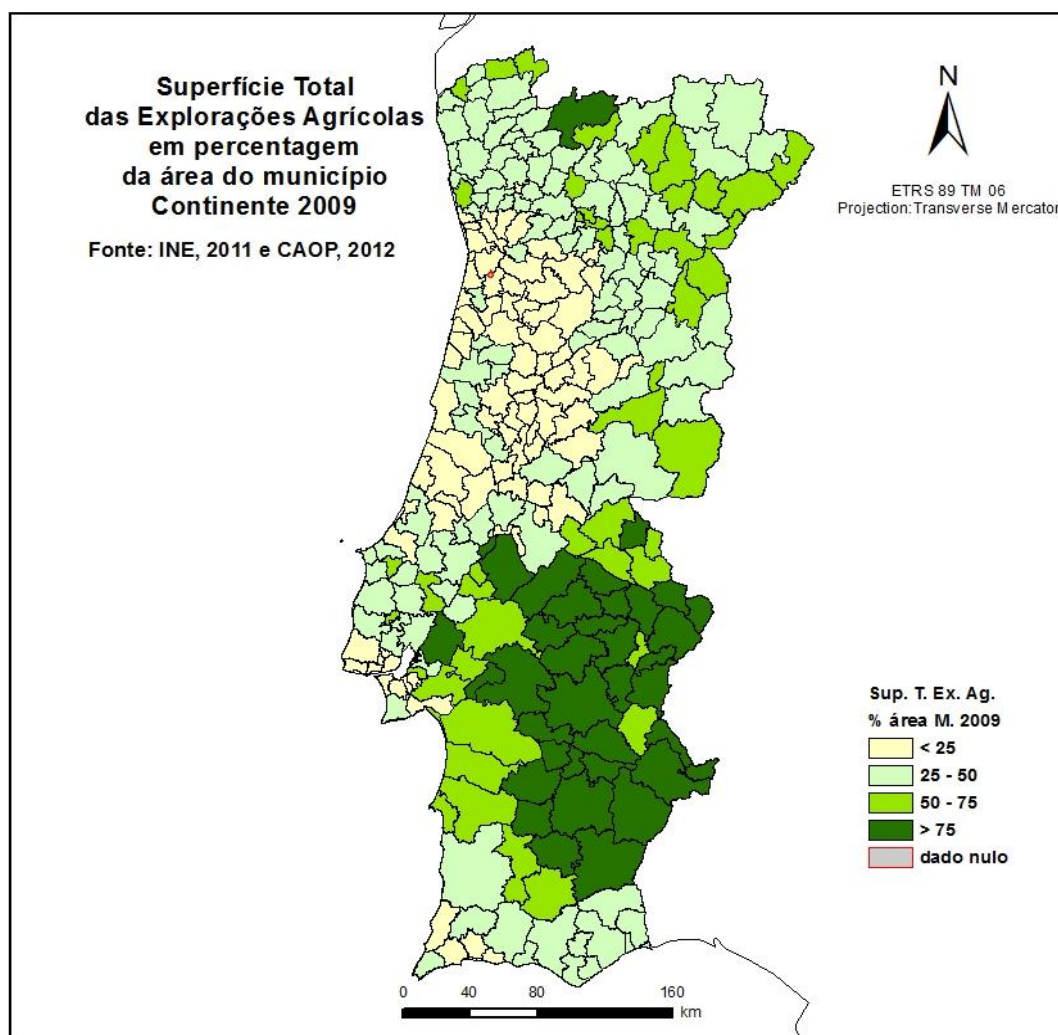
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	50 – 75	> 75
N.º de municípios	5	25	98	108	42
% de municípios	1,8%	9,0%	35,3%	38,8%	15,1%
Valor mín. e máx. (%)		4,1			98,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.3.8.2 no Alentejo em 2009, relativamente a 1989, aumentou o número de municípios com mais de 75% da superfície ocupada pelas explorações agrícolas. Na classe de percentagem de superfície inferior a 25% da área do município passou-se, de 1989 para

2009, de 25 municípios (9%) para 83 municípios (30%) e nas classes de ocupação de superfície superior a 50% houve diminuição de 150 para 81 municípios.

Figura 5.3.8.2 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	50 – 75	> 75
N.º de municípios	1	83	113	44	37
% de municípios	0,4%	29,9%	40,6%	15,8%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		1,4			97,0

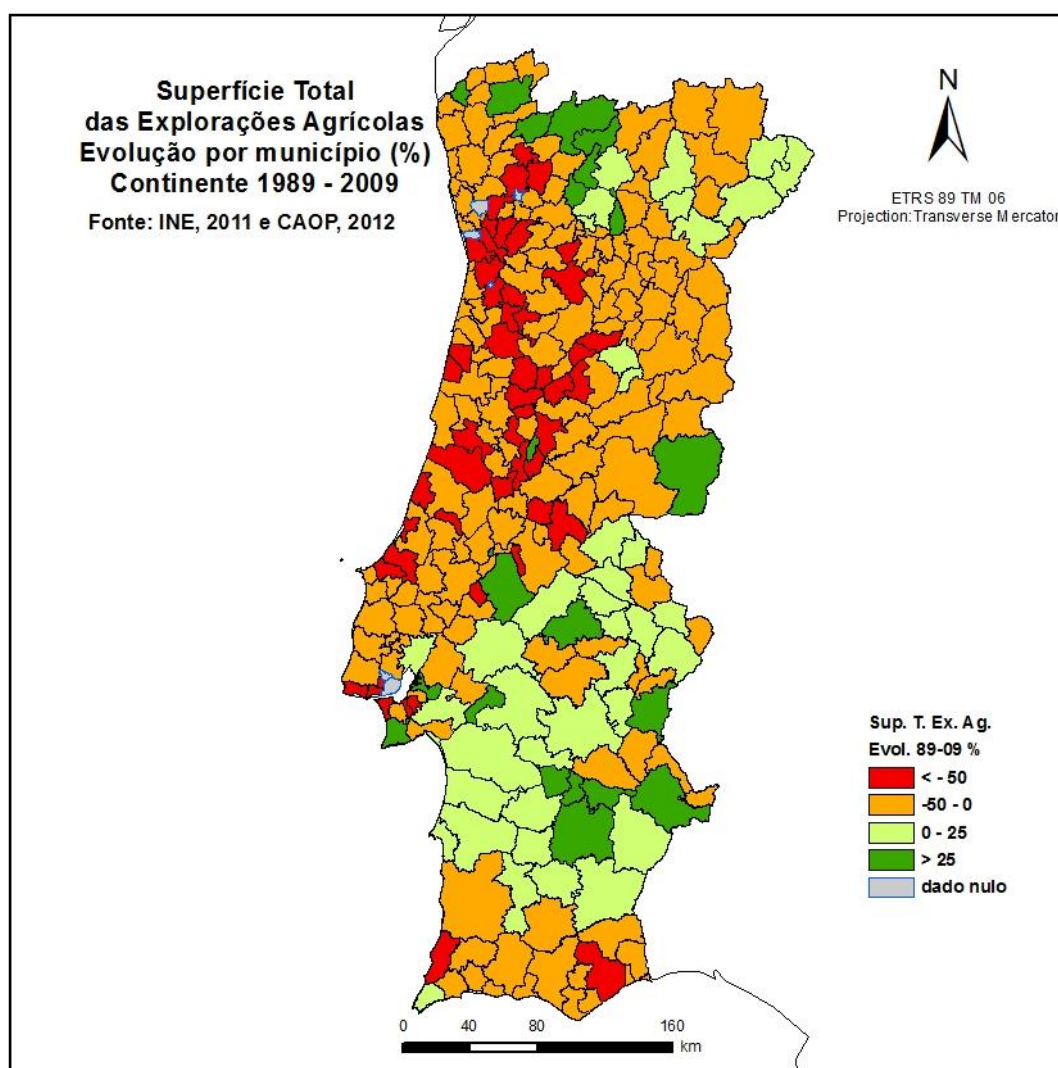
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.3.8.3 apresenta-se a evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, em 76% dos municípios do Continente houve decréscimo de superfície total das

explorações agrícolas, correspondendo a parte substancial da região Norte e maioritariamente às regiões Centro e Algarve.

Apesar do elevado decréscimo nas regiões referidas, em parte da região Norte e na região Alentejo houve aumento de superfície utilizada pelas explorações agrícolas (22% dos municípios), sendo que em 8% dos municípios o aumento foi superior a 25% da superfície total do município.

Figura 5.3.8.3 Evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



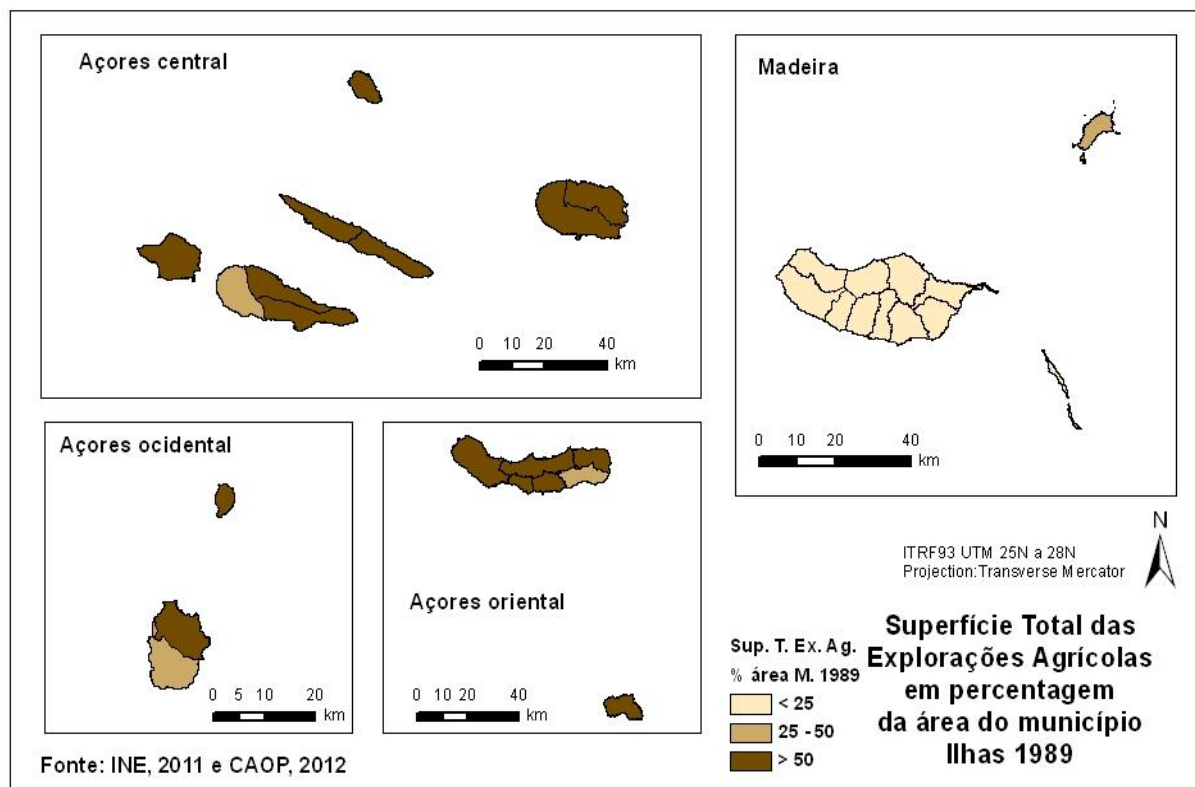
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	6	51	160	39	22
% de municípios	2,2%	18,3%	57,6%	14,0%	7,9%
Valor mín. e máx. (%)		-90,1			177,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas Ilhas a superfície total das explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em 1989 e em 2009 está representada nas figuras 5.3.8.4 e 5.3.8.5, respetivamente.

Quer em 1989 quer em 2009 existe uma diferença acentuada na proporção de superfície total utilizada pelas explorações agrícolas na região autónoma dos Açores, relativamente à região autónoma da Madeira. Com efeito, verificamos que em 1989 em dezasseis dos dezanove municípios da região autónoma dos Açores a proporção da superfície total utilizada pelas explorações agrícolas é superior a 50%, enquanto em todos os municípios da região autónoma da Madeira a proporção é inferior a 25% da área do município.

Figura 5.3.8.4 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

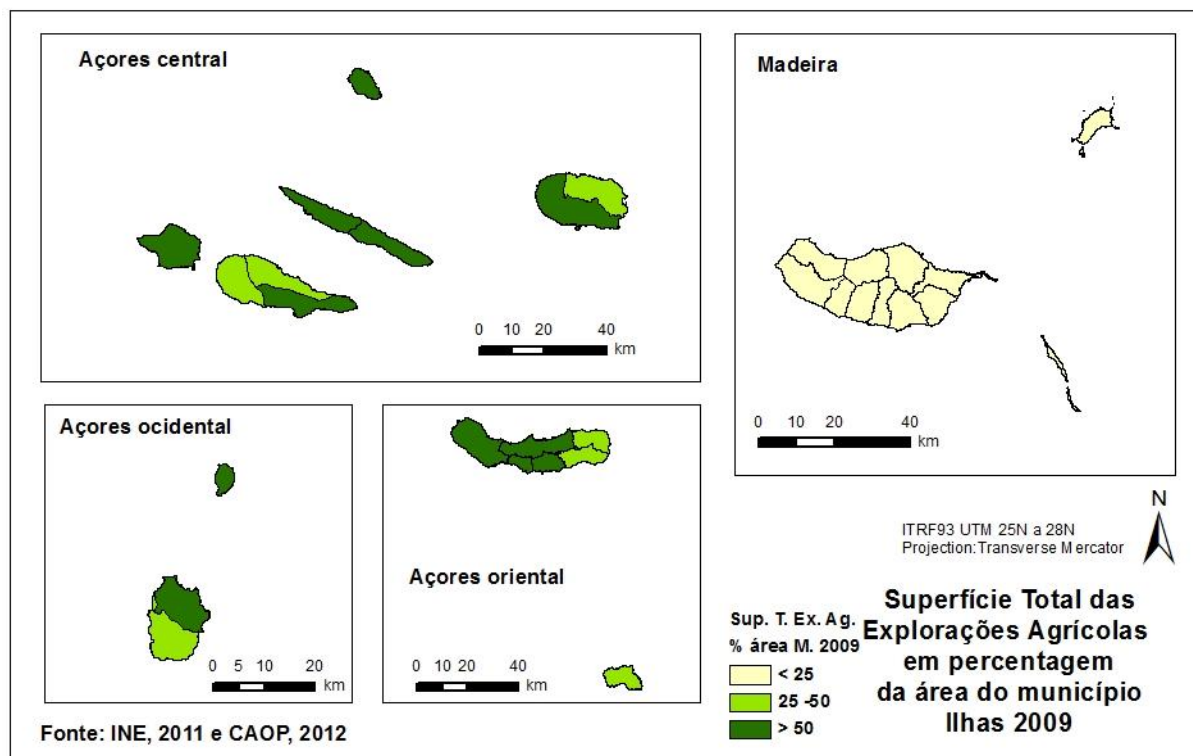


Ilhas				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	4	16
% de municípios	0,0%	33,4%	13,3%	53,3%
Valor mín. e máx. (%)		4,6		84,2
Região Autónoma dos Açores				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	3	16
% de municípios	0,0%		15,8%	84,2%
Valor mín. e máx. (%)			44,0	84,2
Região autónoma da Madeira				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%	
Valor mín. e máx. (%)		4,6	26,0	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Em 2009 continuamos a encontrar a mesma diferença assinalada entre os municípios da região autónoma dos Açores e os municípios da região autónoma da Madeira. Contudo neste ano, na região autónoma dos Açores, o número de municípios com uma proporção de superfície utilizada superior a 50% é menor que em 1989, tendo passado para doze dos dezanove municípios.

Figura 5.3.8.5 Superfície total das explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 2009.



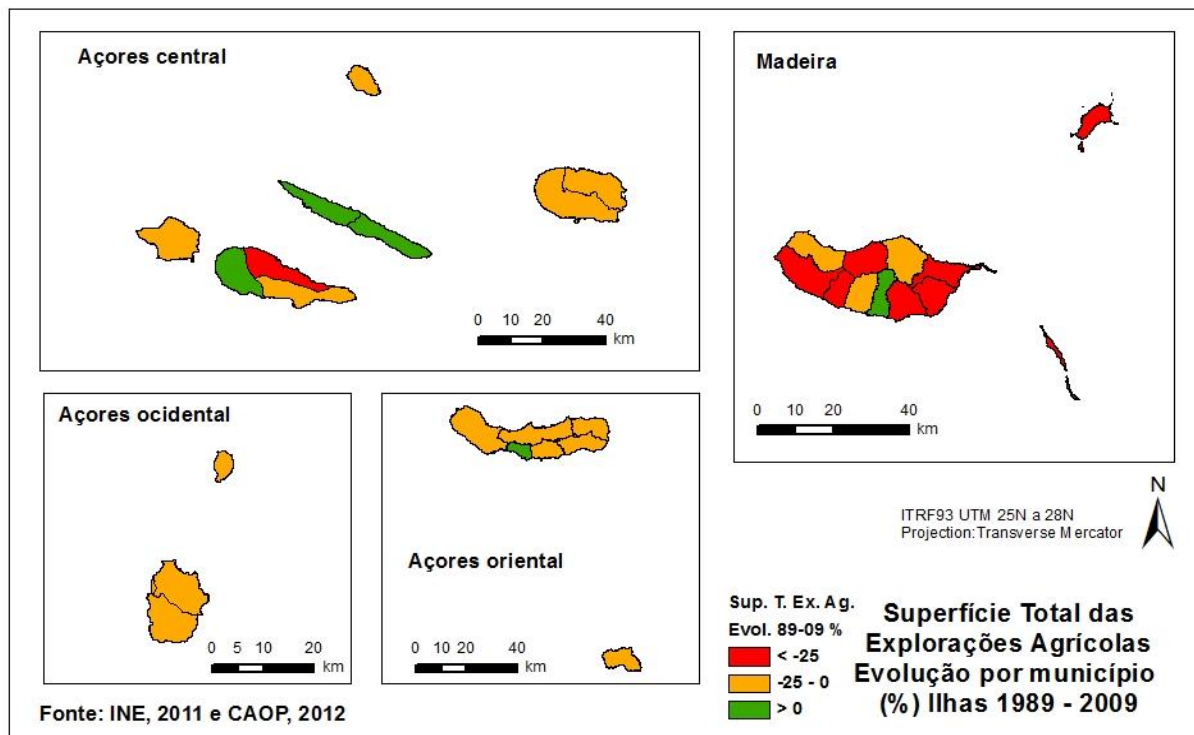
Ilhas				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	7	12
% de municípios	0,0%	36,7%	23,3%	40,0%
Valor mín. e máx. (%)		3,6		69,9
Região Autónoma dos Açores				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	7	12
% de municípios	0,0%		36,8%	63,2%
Valor mín. e máx. (%)			31,0	69,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (em % da área do município)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		3,6 – 17,0		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.3.8.6 podemos observar a evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que tanto na região autónoma dos Açores como na região autónoma da Madeira houve um decréscimo generalizado da superfície total dos municípios utilizada pelas explorações agrícolas, com exceção de 4 municípios na região autónoma dos Açores, pertencentes a 3 ilhas, e 1 município na região autónoma da Madeira, com aumento moderado de superfície utilizada

pelas explorações agrícolas, atingindo o máximo de 24% no município de Velas, na ilha de S. Jorge. Como factos a salientar assinala-se um decréscimo mais acentuado no município de Porto Santo (região autónoma da Madeira) e no município de Madalena (Ilha do Pico, região autónoma dos Açores).

Figura 5.3.8.6 Evolução da superfície total das explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	8	17	5
% de municípios	0,0%	26,6%	56,7%	16,6%
Valor mín. e máx. (%)		-67,5		24,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	1	14	4
% de municípios	0,0%	5,3%	73,6%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)		-63,1		24,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	7	3	1
% de municípios	0,0%	63,6%	27,3%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-67,5		4,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície total das explorações agrícolas de 1989 para 2009 decresceu em todas as regiões NUTS I, de forma agregada: 14,1% no Continente, 11,9% nos Açores e 34,0% na Madeira (INE, 2011). Na larga maioria dos municípios do Continente (76%) e Ilhas (83%) houve diminuição da superfície utilizada pela agricultura, de 1989 a 2009. No entanto, principalmente na região Alentejo, em alguns municípios da região Norte, em 4 municípios da região autónoma dos Açores e em 1 município da região autónoma da Madeira houve aumento da superfície utilizada pela agricultura de 1989 a 2009. Quer em 1989 quer em 2009, a zona interior da região Alentejo concentra a maioria dos municípios com área utilizada pela agricultura, superior a 75% da superfície. Os municípios da região autónoma da Madeira apresentam os valores mais baixos de utilização de superfície pela agricultura, inferior a 25% da superfície do município, e a maioria dos municípios em que houve maior diminuição de superfície utilizada pela agricultura, de 1989 a 2009.

5.4 Superfície agrícola utilizada (SAU) total

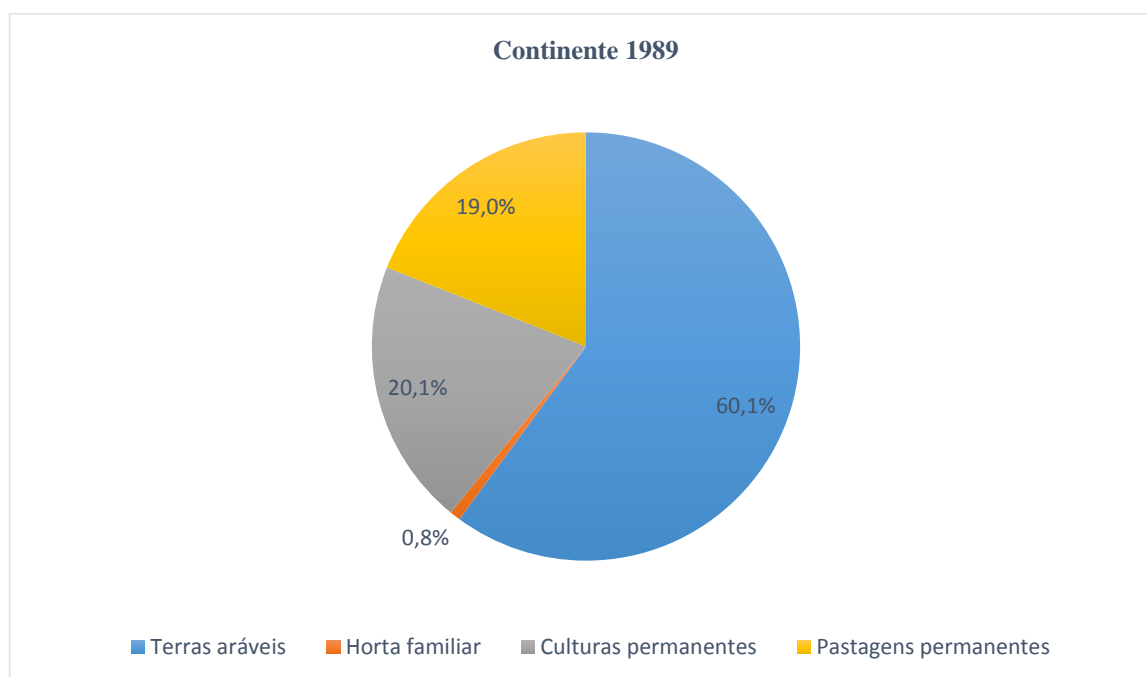
A superfície agrícola utilizada (SAU) da exploração inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. As terras aráveis agregam a superfície de culturas temporárias em cultura principal e a superfície em pousio. A superfície agrícola utilizada (SAU) total é também caracterizada pelo conjunto da superfície agrícola utilizada (SAU) em terras livres de matas e florestas e da superfície agrícola utilizada (SAU) sob-coberto de matas e florestas (INE, 2014). A superfície de terras em pousio referente a 1989 não se encontra disponível para consulta no sítio do INE.

Nas figuras 5.4.1 a 5.4.6 apresenta-se a composição da superfície agrícola utilizada (SAU), em percentagem, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

Pela análise das figuras 5.4.1 a 5.4.6 podemos constatar que no Continente em 1989 a SAU é dominada pelas terras aráveis (60,1%). As culturas permanentes (20,1%) e as pastagens permanentes (19,0%) equivalem-se em superfície. No Continente em 2009 observam-se mudanças muito relevantes: as pastagens permanentes (47,4%) passam a ser preponderantes em superfície, passando as terras aráveis (32,7%) a ter uma importância muito menos do que tiveram em 1989. A superfície de culturas permanentes e de horta familiar mantiveram em 2009

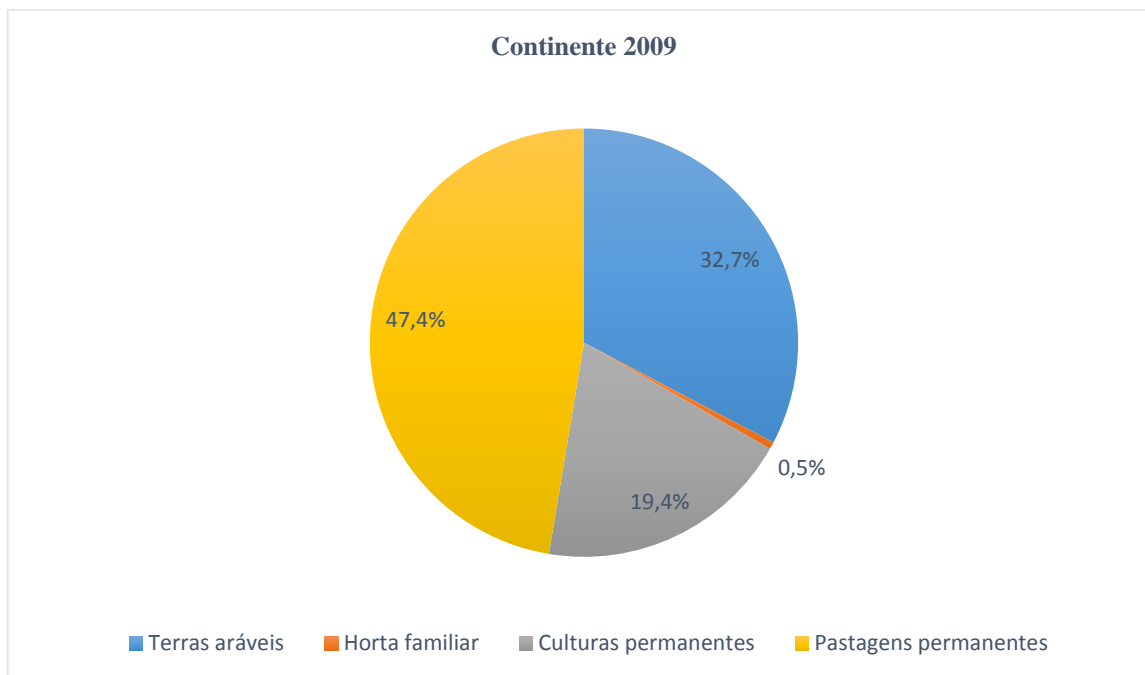
proporções muito semelhantes a 1989. Refira-se a muito baixa superfície representada pela horta familiar, inferior a 1%. Na região autónoma dos Açores a superfície relativa das classes da SAU mantiveram-se em 2009 semelhantes a 1989, com o domínio da superfície de pastagem permanente, com percentagens em torno de 85%. Na região autónoma da Madeira em 1989 a utilização dominante da SAU são as culturas permanentes (52,5%), seguida pelas terras aráveis (38,8%). Em 2009 as superfícies de terras aráveis (41,3%) e de culturas permanentes (47,5%) aproximam-se, com a subida da primeira e a descida da segunda. A superfície de pastagens permanentes na região autónoma da Madeira, em torno de 8%, tem representação muito mais modesta do que no Continente e na região autónoma dos Açores. A superfície de horta familiar na região autónoma da Madeira (2,3% em 1989 e 3,4% em 2009) tem uma expressão muito superior à encontrada nas outras regiões, mas, ainda assim, do ponto de vista geográfico, de superfície relativamente pouco significativa.

Figura 5.4.1 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.



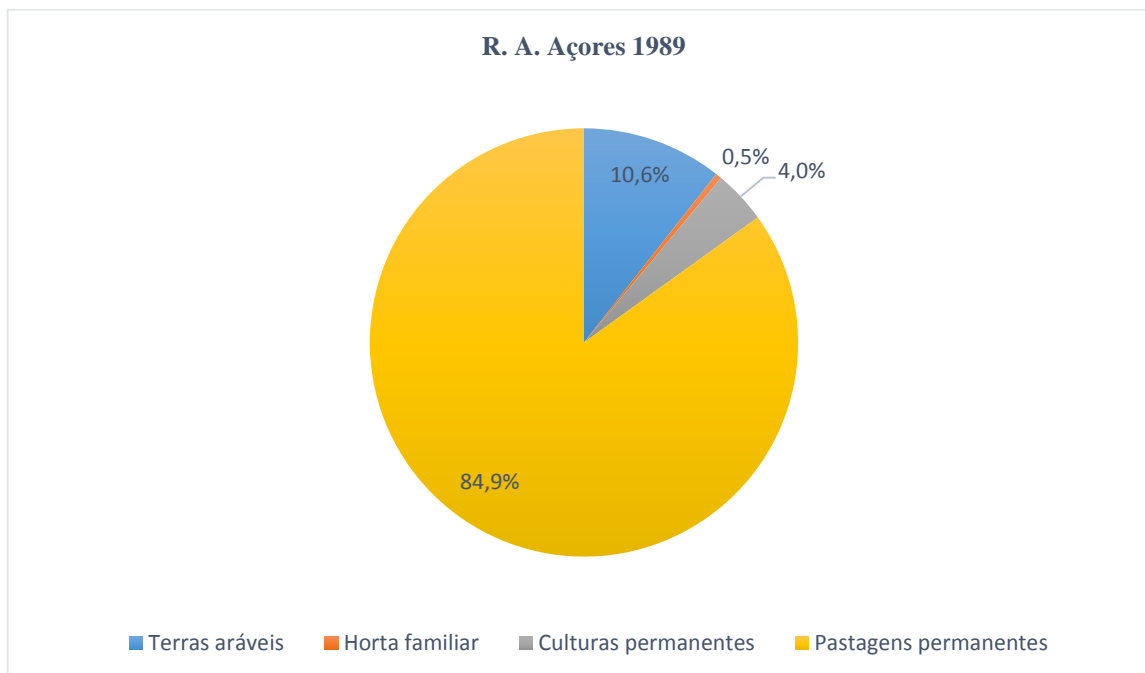
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.4.2 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.



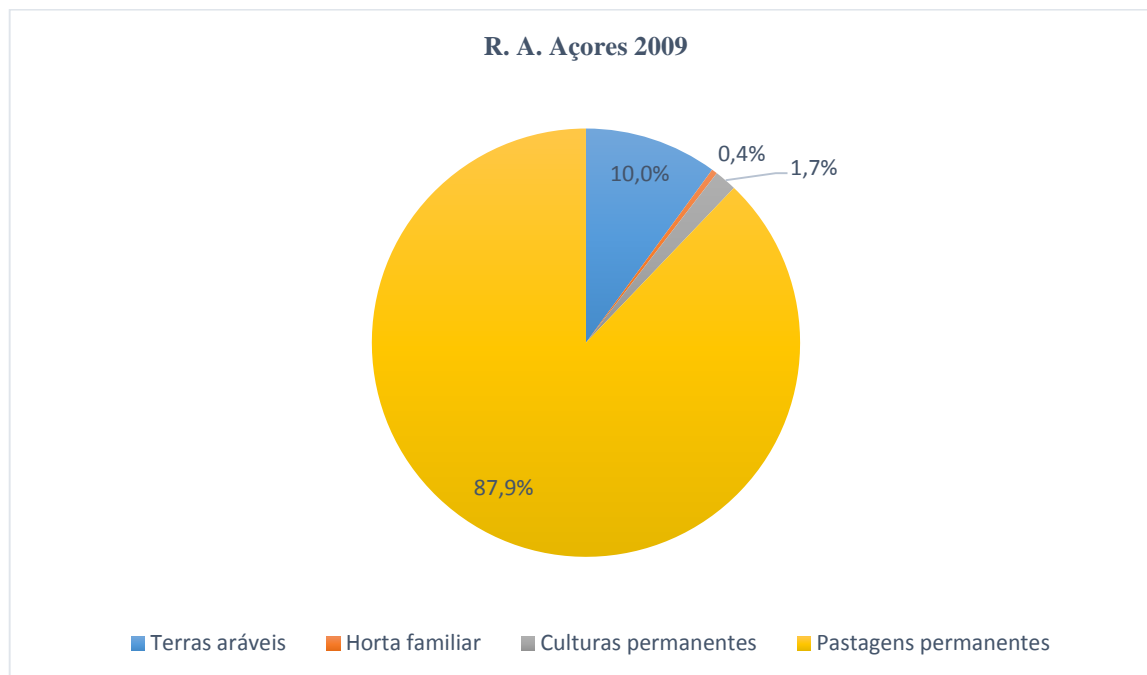
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.4.3 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.



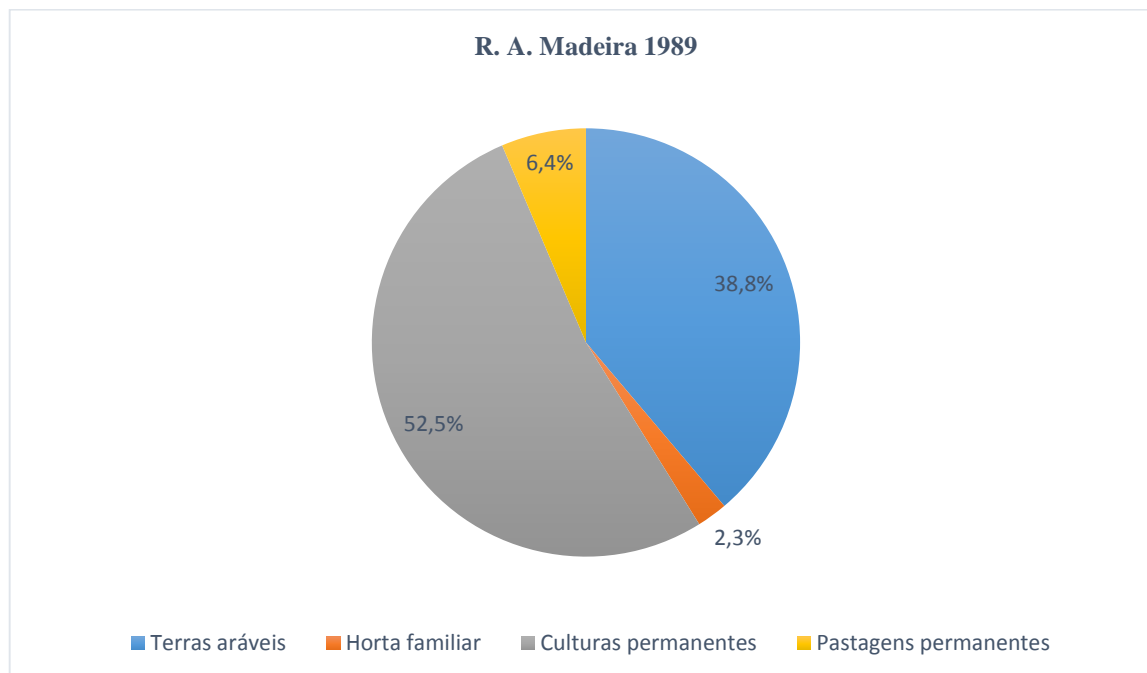
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.4.4 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.



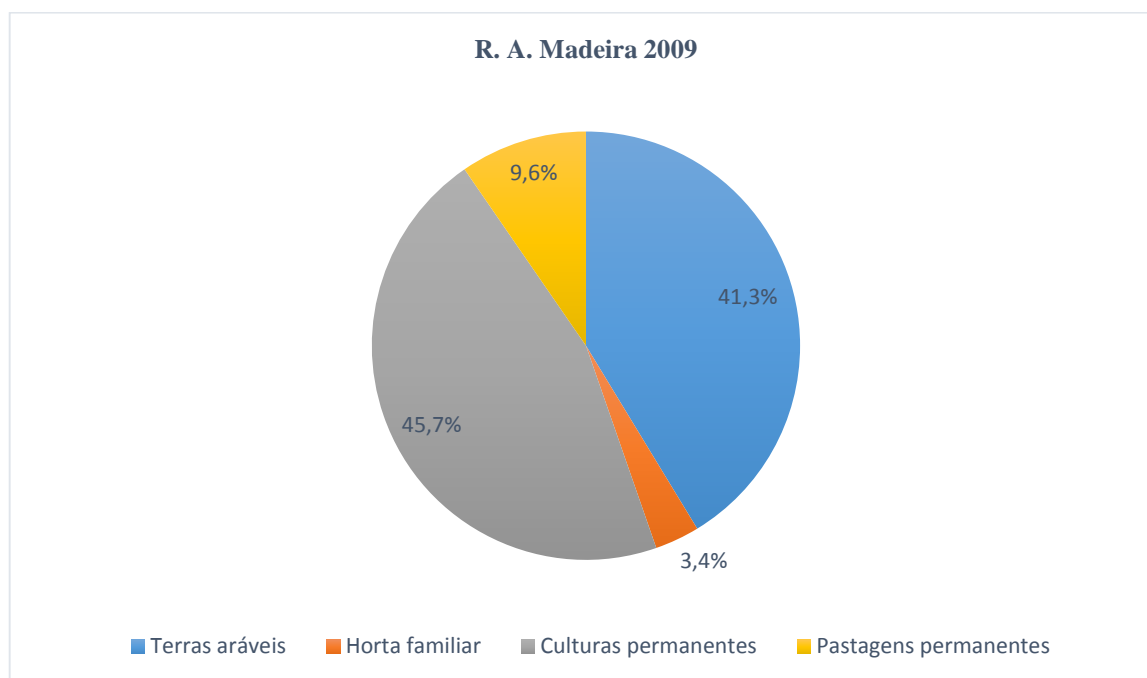
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.4.5 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.4.6 Composição da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.

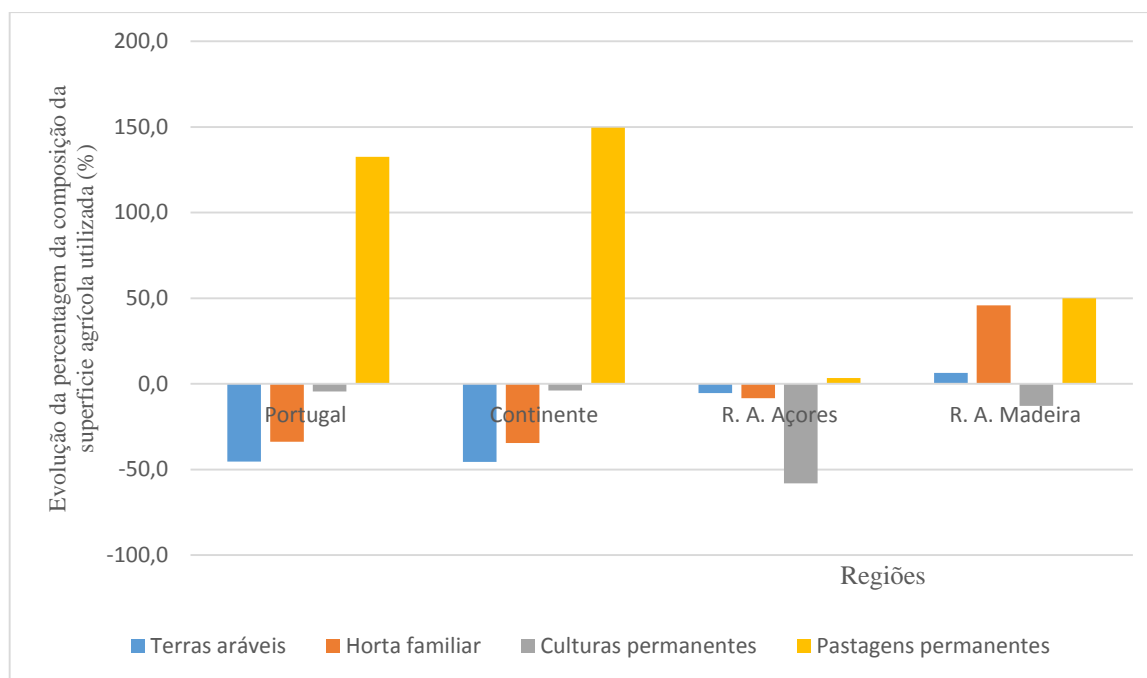


Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Na figura 5.8.7 apresenta-se a evolução da percentagem da composição da superfície agrícola utilizada, em percentagem, em Portugal, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira.

Pela análise da figura 5.8.7 verificamos que a estrutura de mudança no Continente e na região autónoma dos Açores é semelhante mas com intensidades bastante diferentes. Assim, no Continente a mudança é muito acentuadamente dominada pelo aumento da superfície de pastagens permanentes, enquanto na região autónoma dos Açores apenas a diminuição da superfície de culturas permanentes se destaca. Na região autónoma da Madeira há aumento da superfície de terras aráveis, horta familiar e pastagens permanentes, em detrimento da superfície de culturas permanentes, que continuam a ser dominantes em 2009.

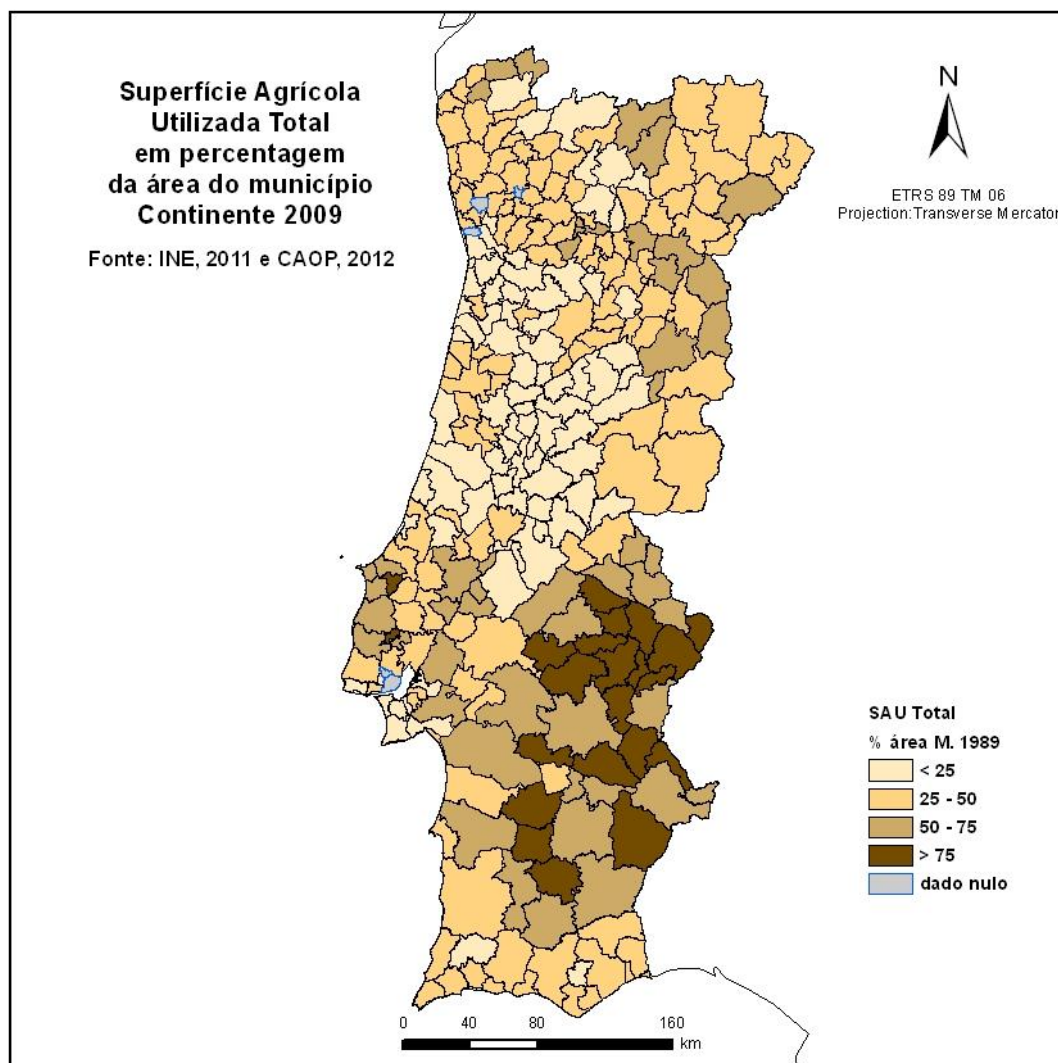
Figura 5.4.7 Evolução da percentagem da composição da superfície agrícola utilizada (SAU), em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Nas figuras 5.4.8.1 e 5.4.8.2 apresenta-se a superfície agrícola utilizada (SAU) total, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente. Pela análise da figura 5.4.8.1, referente a 1989, podemos verificar que em 71 municípios (25,5%) a superfície agrícola utilizada (SAU) ocupa mais de 50% do território, maioritariamente nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Oeste e Lezíria do Tejo, em municípios contíguos, e também em alguns municípios da região Norte. Os municípios com menor percentagem de superfície agrícola utilizada (SAU) (83 municípios com menos de 25% da sua superfície) encontram-se sobretudo nas zonas litoral e central da região Centro e em alguns municípios da região Norte. A menor percentagem de superfície agrícola utilizada em municípios da região Centro poderá ser explicada pela grande relevância de zonas de floresta extreme, provavelmente não integradas nas explorações agrícolas, como o pinhal de Leiria e a mancha de pinhal da região Centro, denominada “zona do pinhal”.

Figura 5.4.8.1 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



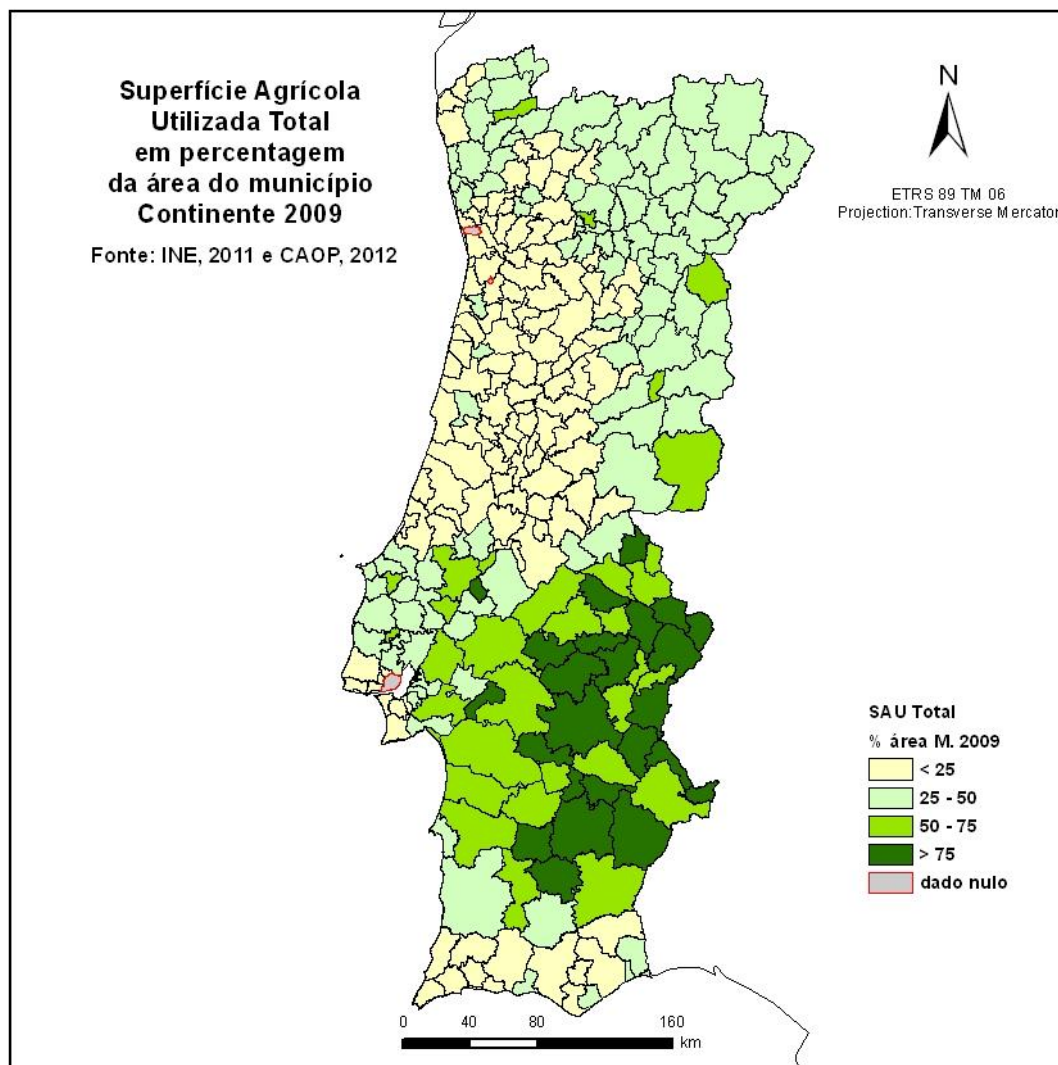
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	50 – 75	> 75
N.º de municípios	5	83	119	49	22
% de municípios	1,8%	29,9%	42,8%	17,6%	7,9%
Valor mín. e máx. (%)		1,0			98,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Em 2009 (figura 5.4.8.2), relativamente a 1989, houve diminuição do número de municípios com mais de 50% da sua superfície ocupada com superfície agrícola utilizada (SAU), verificando-se, no entanto, a manutenção do número de municípios nesta classe na região Alentejo. Na classe de percentagem de superfície inferior a 25% da área do município passou-se de 83 municípios (29,9%) para 123 municípios (44,3%). Podemos concluir que diminuiu

ligeiramente o número de municípios nas classes superiores e aumentou o número de municípios nas classes inferiores.

Figura 5.4.8.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental em 2009.



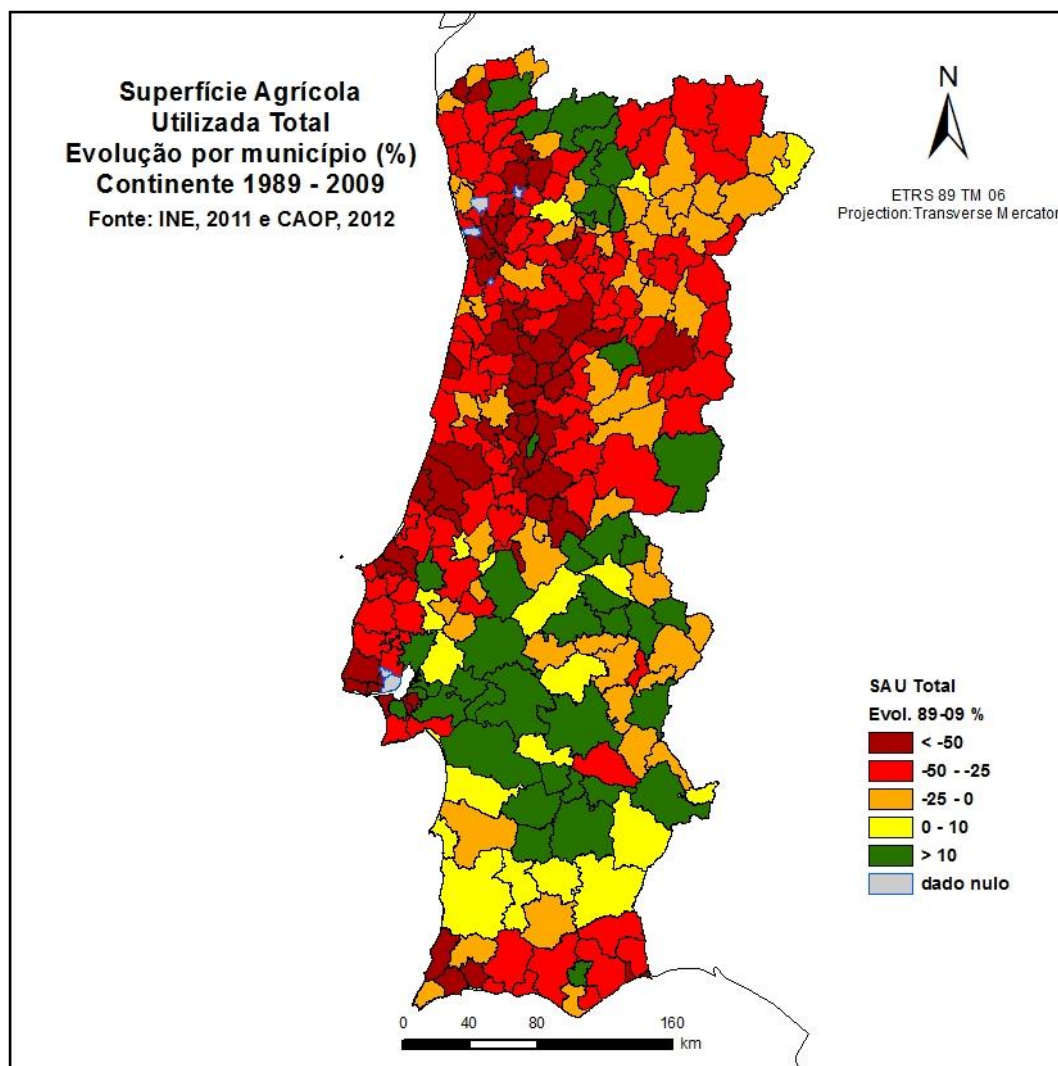
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	50 – 75	> 75
N.º de municípios	3	123	96	32	24
% de municípios	1,1%	44,3%	34,5%	11,5%	8,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,9			98,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.4.8.3 apresenta-se a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total das explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve decréscimo da superfície agrícola utilizada

(SAU) total das explorações agrícolas em 75,9% dos municípios do Continente, correspondendo à maior parte da região Norte e maioritariamente às regiões Centro, Lisboa e Algarve. Numa parte dos municípios da região Norte e na maioria dos municípios da região Alentejo houve acréscimo da superfície agrícola utilizada (SAU).

Figura 5.4.8.3 Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 -- -25	-25 - 0	0 - 10	> 10
N.º de municípios	6	53	105	53	19	42
% de municípios	2,2%	19,1%	37,8%	19,0%	6,8%	15,1%
Valor mín. e máx. (%)		-92,8				204,6

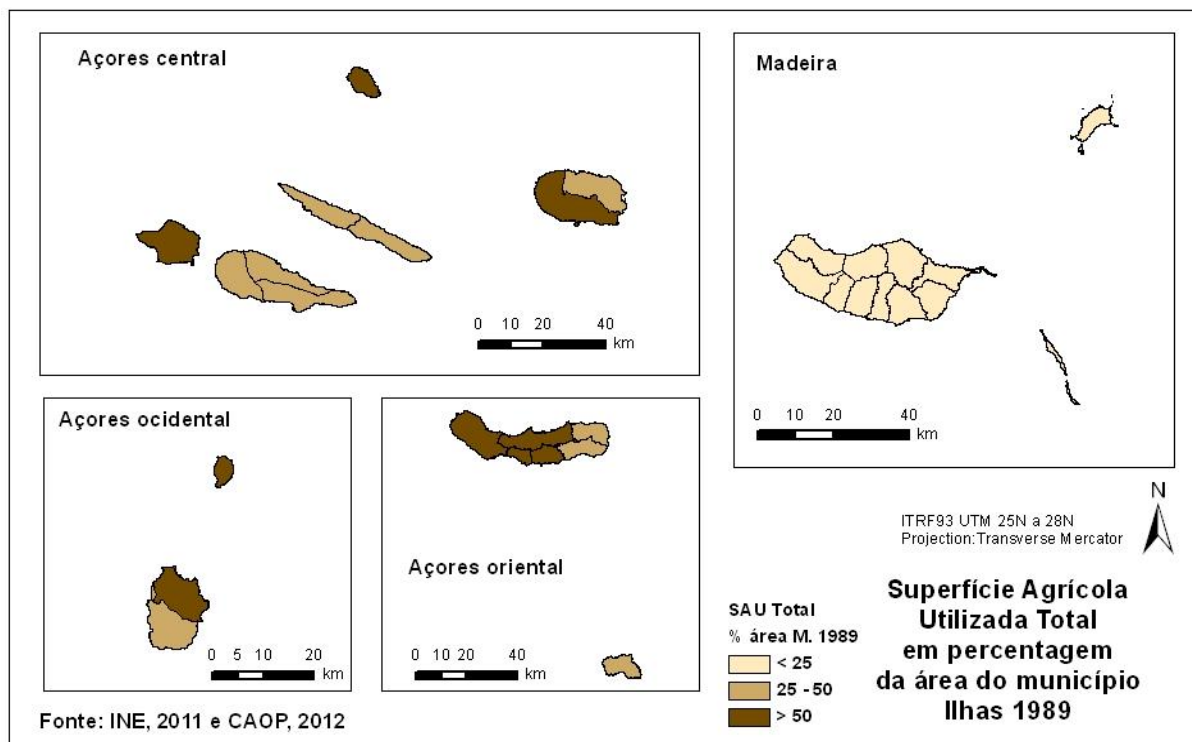
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

De uma forma geral poderemos dizer que de 1989 para 2009 a superfície agrícola utilizada (SAU) total aumentou nos municípios da região Alentejo e decresceu nas restantes regiões do Continente, com algumas exceções, sobretudo em alguns municípios da zona central da região Norte.

Nas Ilhas a superfície agrícola utilizada (SAU) total, em percentagem da área do município, em 1989 e em 2009 está representada nas figuras 5.4.8.4 e 5.4.8.5, respetivamente.

Quer em 1989 quer em 2009 existe uma diferença acentuada na proporção de superfície agrícola utilizada (SAU) total na região autónoma dos Açores, relativamente à região autónoma da Madeira. Com efeito, verificamos que em 1989 em todos os municípios da região autónoma da Madeira a proporção da superfície total utilizada pelas explorações agrícolas é inferior a 25% da área do município, enquanto na região autónoma dos Açores a proporção é superior a 50% em nove dos dezanove municípios, sendo que todos os municípios estão nas classes de SAU superiores a 25%.

Figura 5.4.8.4 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

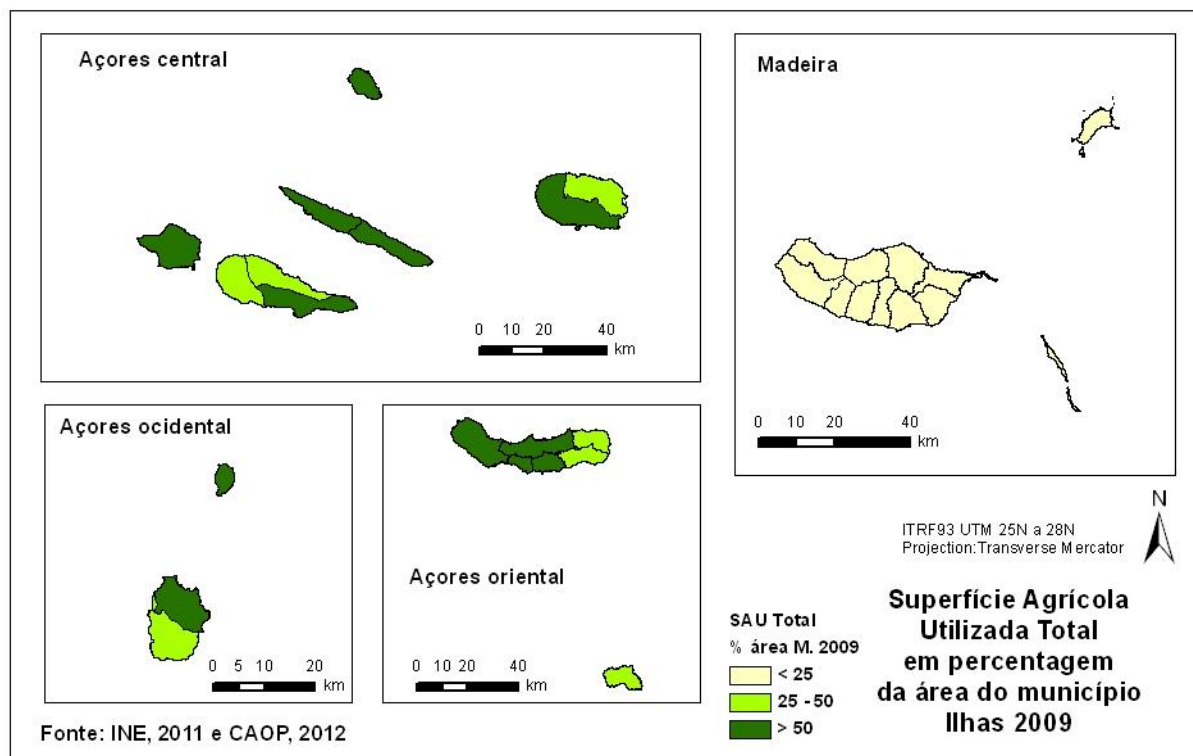


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	10	9
% de municípios	0,0%	36,7%	33,3%	30,0%
Valor mín. e máx. (%)		3,8		87,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	10	9
% de municípios	0,0%		52,6%	47,4%
Valor mín. e máx. (%)			35,7	87,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		3,8 – 12,4		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Em 2009 continuamos a encontrar a mesma diferença assinalada entre os municípios da região autónoma dos Açores e os municípios da região autónoma da Madeira. Contudo neste ano, na região autónoma dos Açores, o número de municípios com uma proporção de superfície utilizada superior a 50% é maior que em 1989, tendo passado de nove para doze municípios.

Figura 5.4.8.5 Superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas 2009.



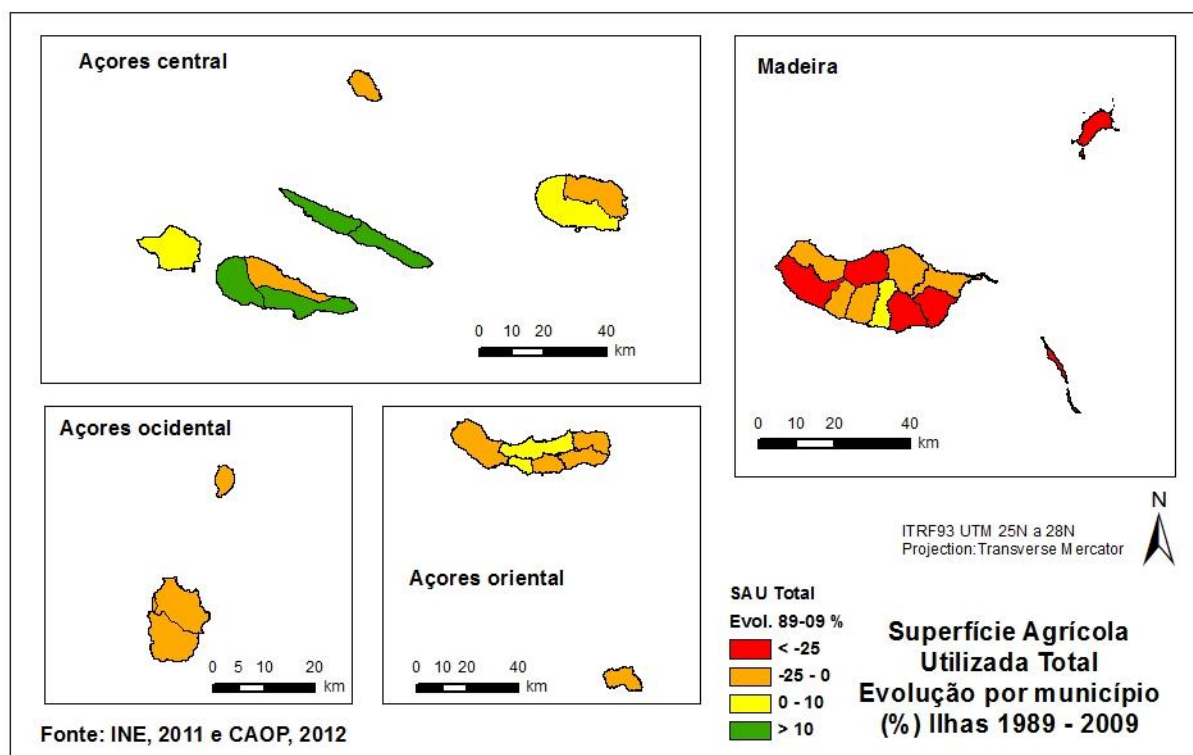
Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	7	12
% de municípios	0,0%	36,7%	23,3%	40,0%
Valor mín. e máx. (%)		3,3		84,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0		7	12
% de municípios	0,0%		36,8%	63,2%
Valor mín. e máx. (%)			28,0	84,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		3,3 – 13,3		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.4.8.6 podemos observar a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total das explorações agrícolas por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores houve aumento de superfície agrícola utilizada em 8 municípios e decréscimo moderado nos restantes. Na região autónoma

da Madeira houve decréscimo generalizado da superfície agrícola utilizada (SAU) total dos municípios, com exceção do município de Câmara de Lobos, onde se registou um ligeiro acréscimo.

Figura 5.4.8.6 Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) total, por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	5	16	5	4
% de municípios	0,0%	16,7%	53,3%	16,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		-41,7			27,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	11	4	4
% de municípios	0,0%		57,8%	21,1%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)			-24,3		27,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	5	5	1	0
% de municípios	0,0%	45,4%	45,4%	9,2%	
Valor mín. e máx. (%)		-41,7		7,6	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície agrícola utilizada (SAU) total das explorações agrícolas de 1989 para 2009, de forma agregada, decresceu no Continente (8,7%) e na região autónoma da Madeira (22,5%),

enquanto na região autónoma dos Açores se manteve estável, com um ligeiro aumento de 1,2%. De 1989 a 2009, na larga maioria dos municípios do Continente (77%) e da região autónoma da Madeira (91%) houve diminuição da superfície agrícola utilizada (SAU), sendo que na região autónoma dos Açores o número de municípios em que houve decréscimo foi menos acentuada (42%). No entanto, em alguns municípios da região Norte, na região Alentejo, em oito municípios da região autónoma dos Açores e em 1 município da região autónoma da Madeira houve aumento da superfície agrícola utilizada, de 1989 a 2009. Quer em 1989 quer em 2009, a zona interior da região Alentejo concentra a maioria dos municípios com superfície agrícola utilizada (SAU) superior a 75% da superfície do município. Os municípios da zona litoral e central da região Norte, da região Centro e da região autónoma da Madeira apresentam os valores mais baixos de superfície agrícola utilizada (SAU), inferior a 25% da superfície do município, e a maioria dos municípios em que houve maior diminuição de superfície agrícola utilizada, de 1989 a 2009.

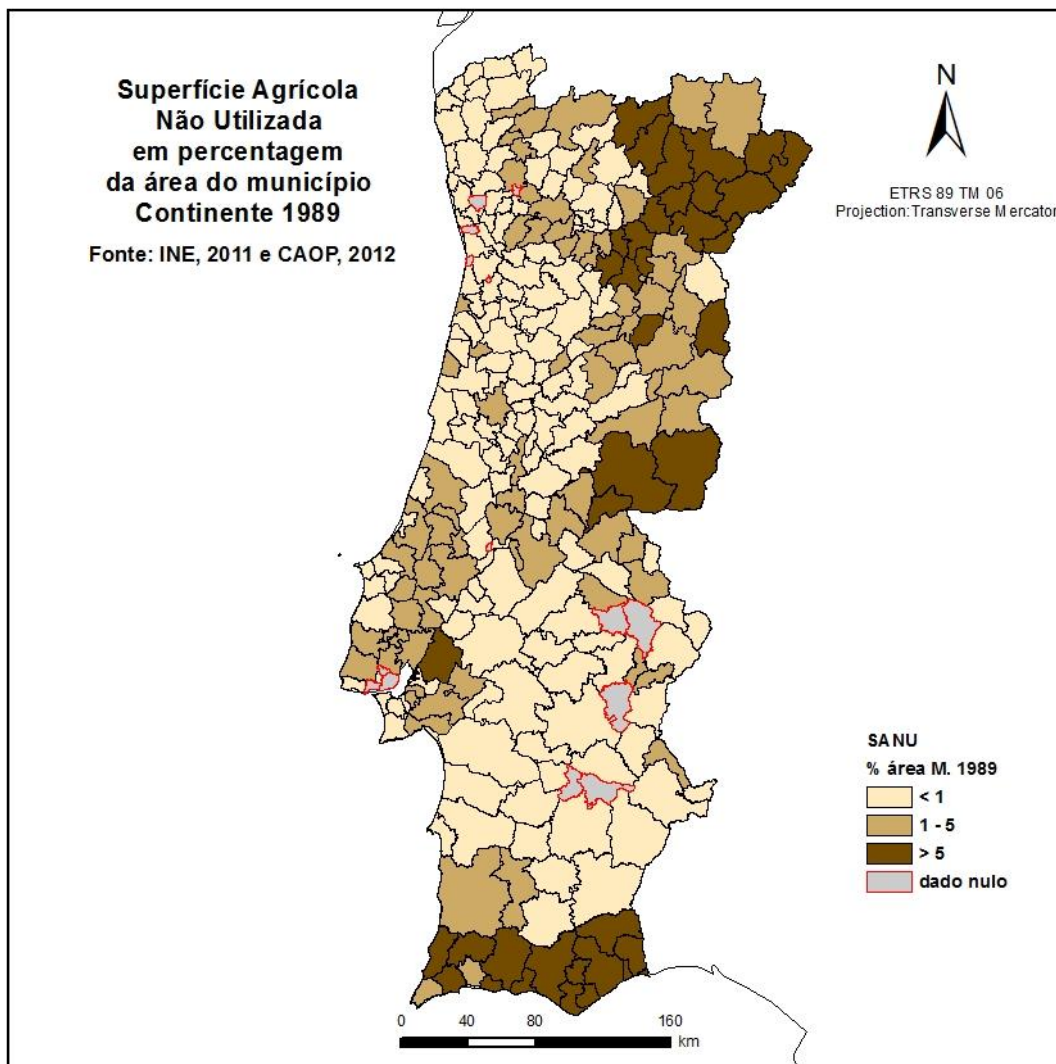
5.5 Superfície agrícola não utilizada (SANU)

A superfície agrícola não utilizada (SANU) é a superfície da exploração agrícola anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração agrícola (INE, 2014).

Nas figuras 5.5.1 e 5.5.2 apresenta-se a superfície agrícola não utilizada (SANU), em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.5.1, referente a 1989, podemos verificar que em 27 municípios (9,7%) a superfície agrícola não utilizada (SANU) ocupa mais de 5% do território, quase na totalidade nas NUT III Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Sul e Algarve, com o valor máximo de 27,8% no município de Tavira (Algarve). Em 150 municípios (54,0%) a superfície agrícola não utilizada (SANU) é inferior 1% de superfície do município, sobretudo nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro e na região Alentejo. Nas zonas interiores das regiões Norte e Centro, nas NUTS III Pinhal Litoral e Oeste e na Região Lisboa encontramos a maioria dos municípios com superfície agrícola não utilizada entre 1 e 5% da superfície do município.

Figura 5.5.1 Superfície agrícola não utilizada (SANU, por município, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

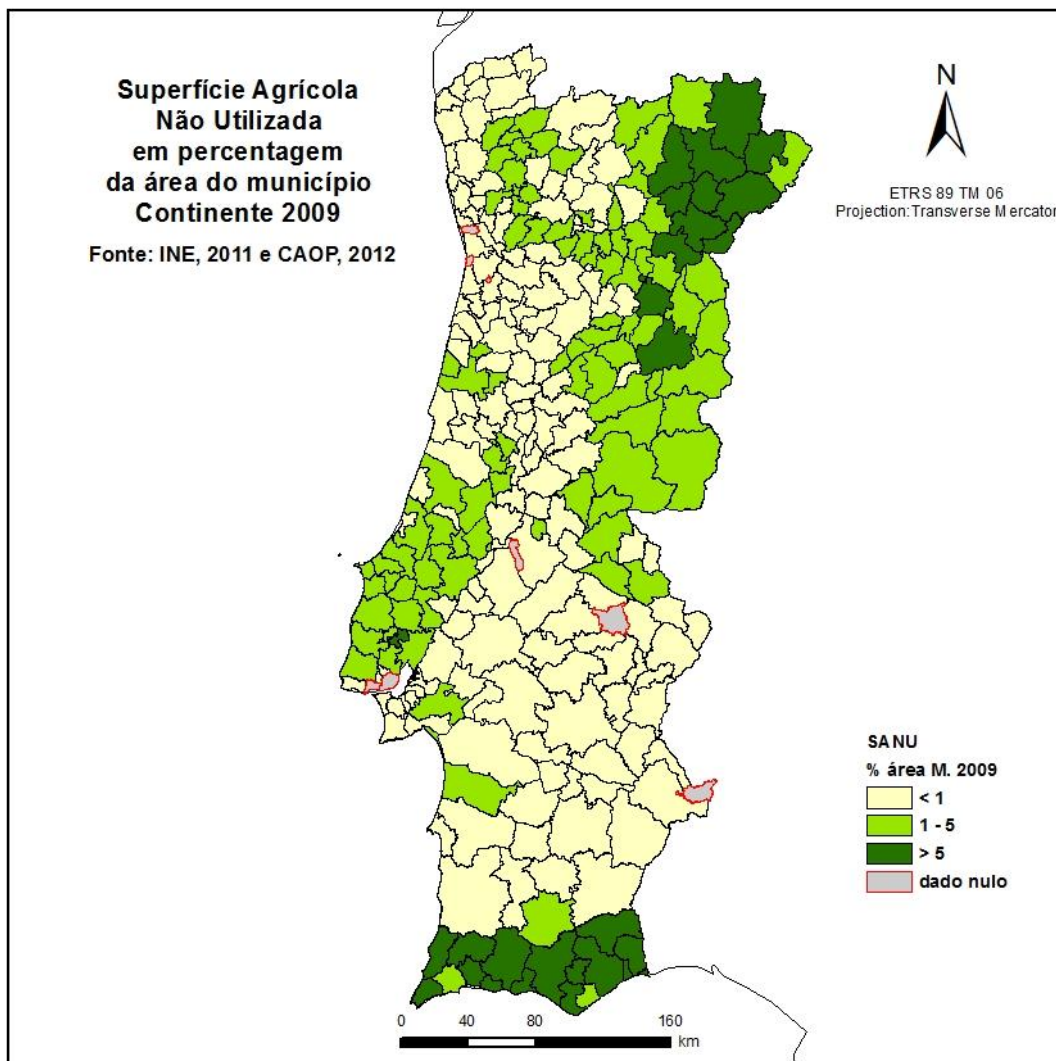


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	8	150	93	27
% de municípios	2,9%	54,0%	33,4%	9,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		27,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A situação da superfície agrícola não utilizada (SANU) pelas explorações agrícolas em 2009 (figura 5.5.2) manteve-se muito idêntica a 1989, tendo aumentado ligeiramente o número de municípios com superfície agrícola não utilizada (SANU) pelas explorações agrícolas na classe superior a 5% e diminuído ligeiramente o número de municípios na classe entre 1 e 5%.

Figura 5.5.2 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental em 2009.



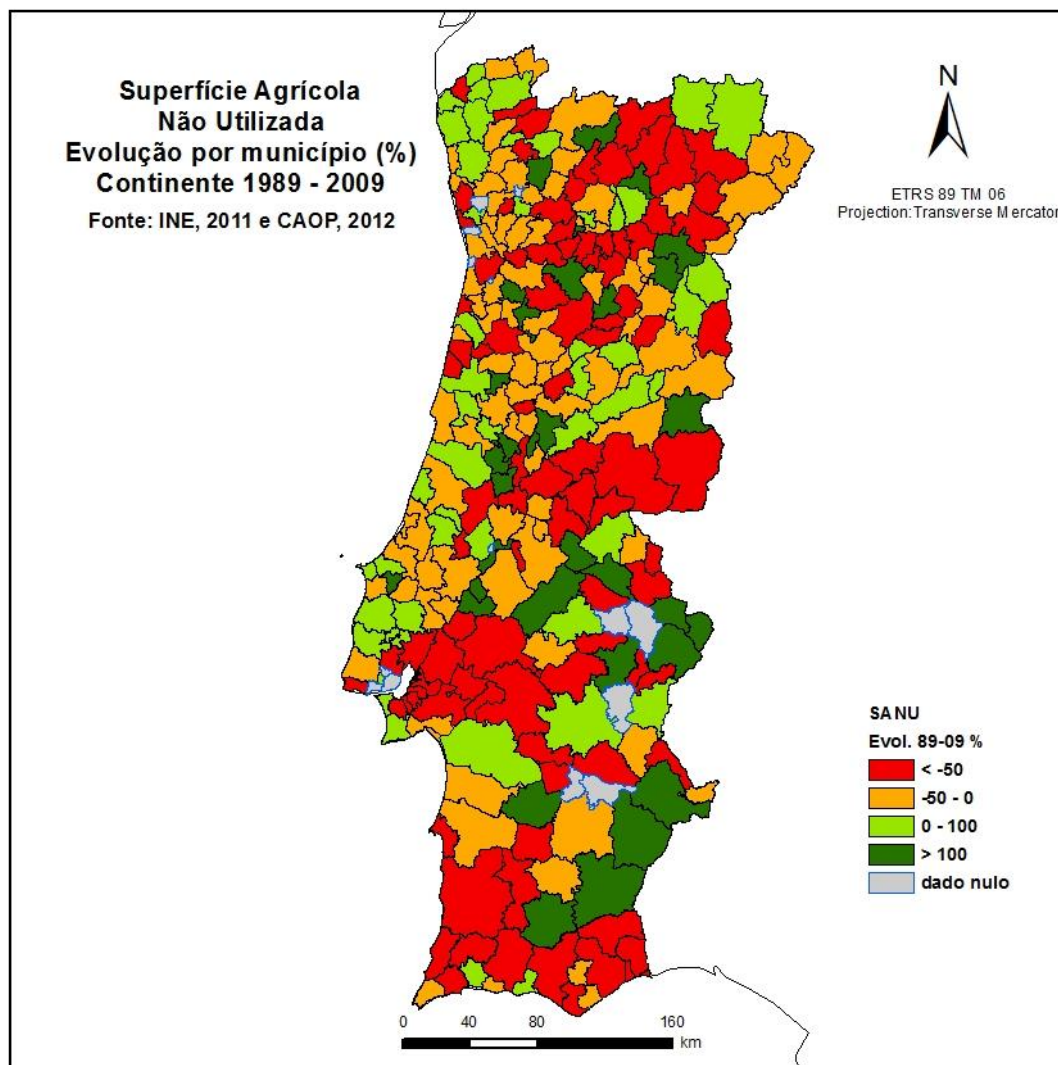
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	14	149	78	37
% de municípios	5,0%	53,6%	28,1%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		27,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.5.3 apresenta-se a evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, a superfície agrícola não utilizada (SANU) aumentou em 84 municípios (30,3%), pertencentes principalmente às NUTS III Minho-Lima, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, embora encontremos municípios em que houve aumento de superfície em todas as regiões do Continente. Houve decréscimo da superfície

agrícola não utilizada (SANU) das explorações agrícolas em 180 municípios (64,7%), distribuídos por todas regiões do Continente.

Figura 5.5.3 Evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



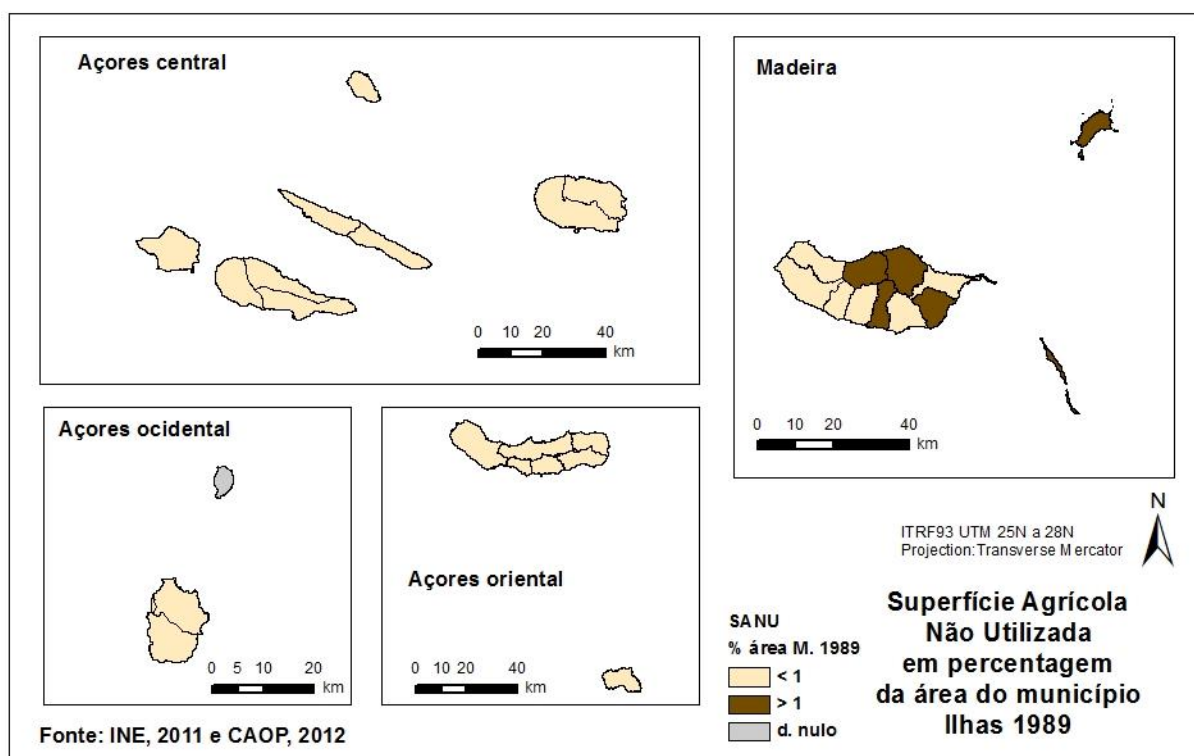
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	14	94	86	50	34
% de municípios	5,0%	33,8%	30,9%	18,0%	12,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			2500,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas Ilhas a superfície agrícola não utilizada (SANU), em percentagem da área do município, em 1989 e em 2009 está representada nas figuras 5.5.4 e 5.5.5, respetivamente.

Em 1989 na região autónoma dos Açores a superfície agrícola não utilizada (SANU) em todos os municípios é inferior a 1% da superfície do município e na região autónoma da Madeira é superior a 1% em 5 municípios (45,5%), com o máximo de 3,1%, no município de Porto Santo.

Figura 5.5.4 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.



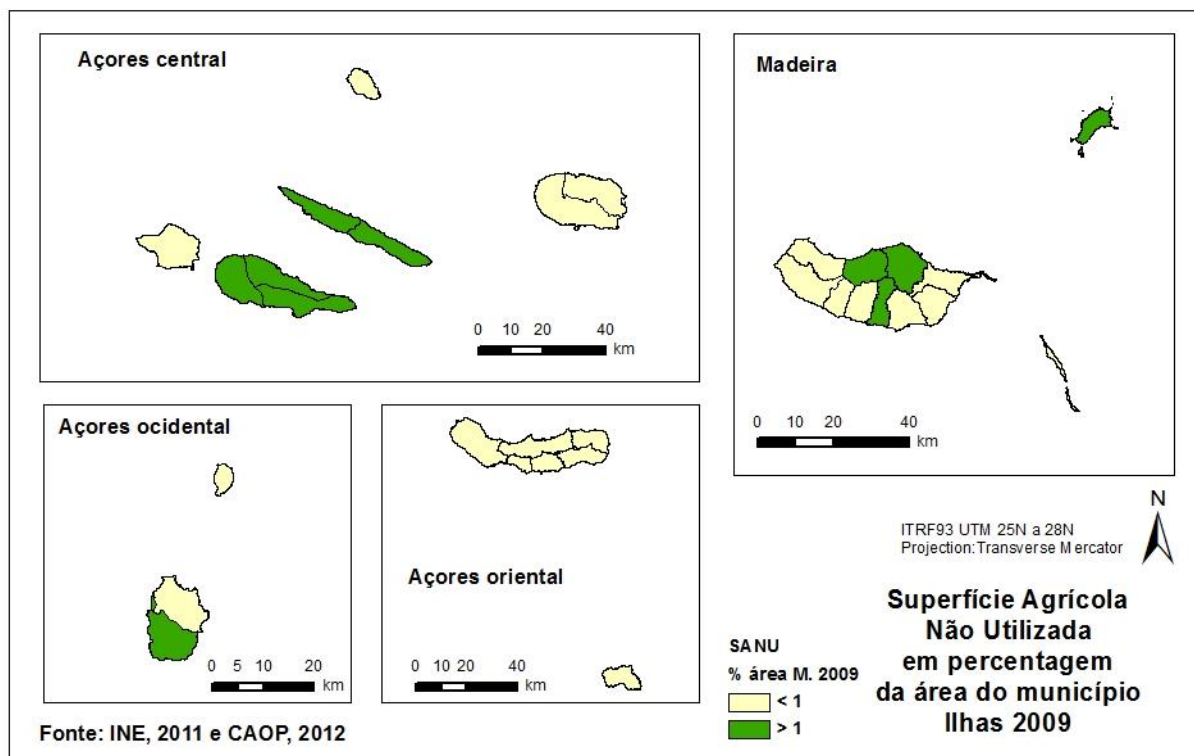
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	24	5
% de municípios	3,3%	80,0%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	3,1
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	18	0
% de municípios	3,3%	94,7%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,9	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	6	5
% de municípios	0,0%	54,4%	45,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	3,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Em 2009 na região autónoma dos Açores a superfície agrícola não utilizada (SANU) é superior a 1% da superfície do município em 6 municípios e inferior nos restantes, com o máximo de 2,8% no município de Madalena. Na região autónoma da Madeira a superfície agrícola não utilizada (SANU) é superior a 1% em 4 municípios (36,4%), com o máximo de 1,8% no município de Santana. Verificamos assim que nas regiões autónomas a superfície agrícola não utilizada (SANU) nas explorações agrícolas é bastante baixa, sendo semelhante nas duas regiões.

Na figura 5.5.6 podemos observar a evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações agrícolas por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores houve aumento de superfície agrícola não utilizada (SANU) em 14 municípios (73,7%) e decréscimo nos restantes. Na região autónoma da Madeira houve decréscimo da superfície agrícola não utilizada (SANU) em 9 municípios (81,8%). Verificamos assim situações diferenciadas nas duas regiões autónomas.

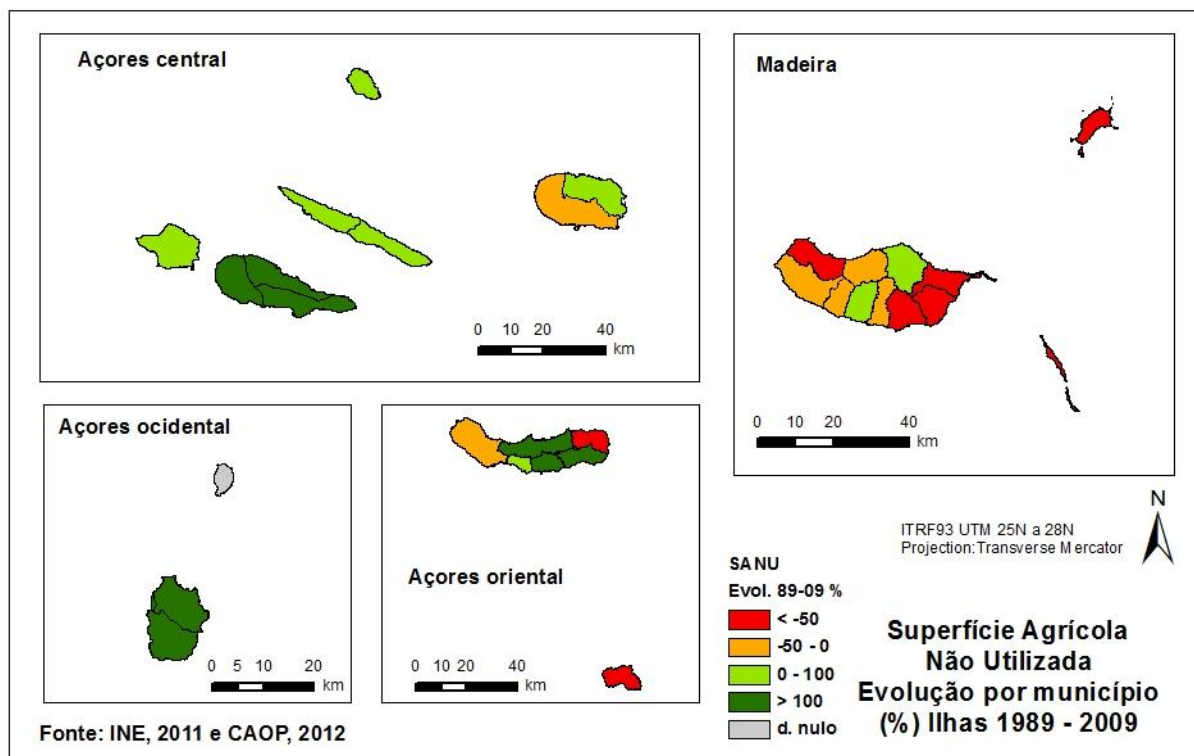
Figura 5.5.5 Superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	20	10
% de municípios	0,0%	66,7%	33,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,8
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	13	6
% de municípios	0,0%	68,4%	31,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	7	4
% de municípios	0,0%	63,6%	36,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.5.6 Evolução da superfície agrícola não utilizada (SANU), por município, em percentagem da superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	1	7	6	8	8
% de municípios	3,3%	23,3%	20,0%	26,7%	26,7%
Valor mín. e máx. (%)		-78,5			18400,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	1	2	2	6	8
% de municípios	5,3%	10,5%	10,5%	31,6%	42,1%
Valor mín. e máx. (%)			-78,5		18400,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	0	5	4	2	0
% de municípios	0,0%	45,4%	36,4%	18,2%	
Valor mín. e máx. (%)		-75,4		11,1	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações agrícolas de 1989 para 2009, de forma agregada, decresceu no Continente 48,6%, representando 243.534ha em 1989 e 125.283ha em 2009. Na região autónoma dos Açores aumentou 206,7%, representando 585ha em 1989 e 1.794ha em 2009. Na região autónoma da Madeira diminuiu 37,9%, representando 991ha em 1989 e 615ha em 2009.

A superfície agrícola não utilizada (SANU) diminuiu consideravelmente no Continente e na região autónoma da Madeira e aumentou na região autónoma dos Açores.

5.6 Outras superfícies nas explorações agrícolas

A categoria “outras superfícies nas explorações agrícolas” representa as áreas ocupadas por edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de proteção do ambiente ou de recreio (INE, 2014).

A categoria “outras superfícies nas explorações agrícolas” no Continente representava 68.425ha em 1989 e 66.512ha em 2009 (-2,8%); na região autónoma dos Açores representavam em 1989 17.594ha e 4.242ha em 2009 (-75,9%) e na região autónoma da Madeira representavam 1.200ha em 1989 e 333 ha em 2009 (-72,3%).

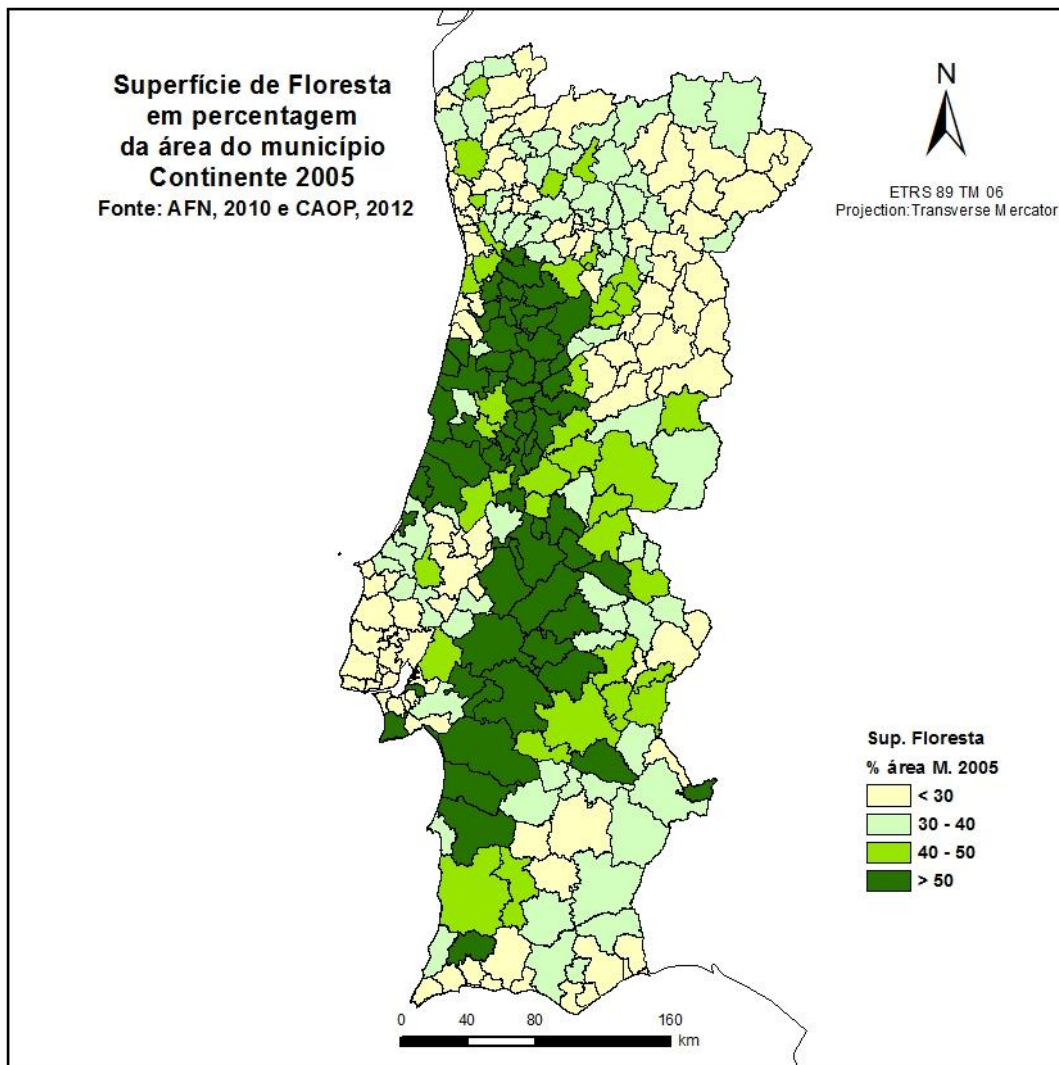
As “outras superfícies nas explorações agrícolas” diminuíram de 1989 para 2009 em todas as regiões NUTS I, embora tenha diminuído muito ligeiramente no Continente e em valores muito acentuados nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

5.7 Superfície total de floresta

A superfície total de floresta apresentada abaixo tem como fonte o 4.º e o 5º Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005; AFN, 2010 e ICNF, 2015a, 2015b e 2015c), respetivamente nos anos de referência de 1995 e de 2005.

Na figura 5.7.1, referente à superfície total de floresta inventariada em 2005 em Portugal Continental, verificamos que a floresta representa mais de 50% da ocupação do solo em 62 municípios, de forma agregada, nas zonas litoral e central norte da região Centro, e nas zonas litoral e central da região Alentejo.

Figura 5.7.1 Superfície de floresta em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2005.



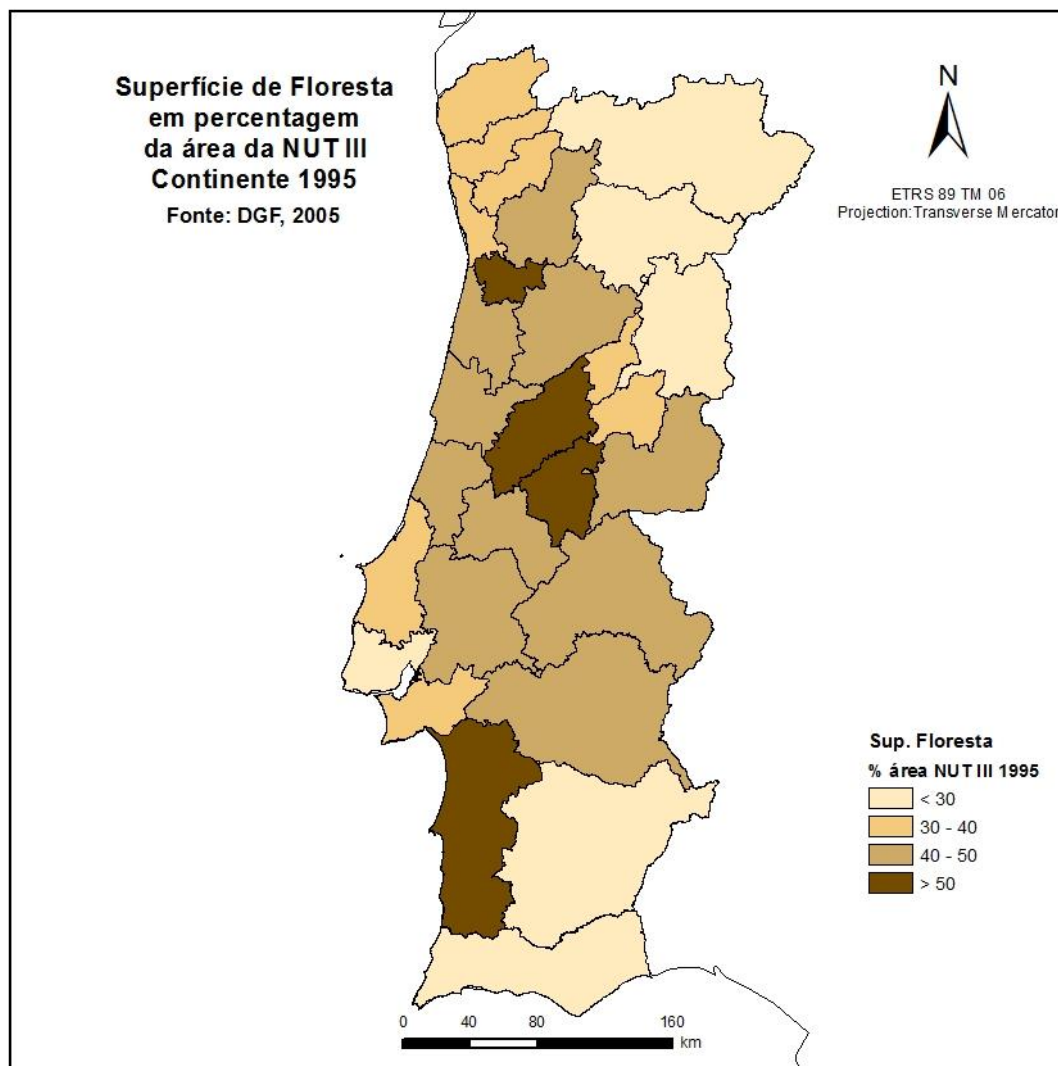
Classes (%)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de municípios	0	106	72	38	62
% de municípios	0,0%	38,1%	25,9%	13,7%	22,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,6			82,4

Fontes: Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Os municípios com menos de 30% da área ocupada com floresta representam 38% dos municípios (106), sobretudo na Região Norte, nas zonas interior norte e litoral sul da Região Centro, na região Lisboa e na região Algarve.

Fazendo uma análise dos valores agregados em regiões NUTS III verificamos que no 4.º Inventário Florestal Nacional, de 1995, representado na figura 5.7.2, quatro regiões NUTS III (Entre Douro e Vouga, Pinhal Interior-Norte, Pinhal Interior Sul e Alentejo Litoral), têm mais de 50% do território ocupado por floresta, enquanto as regiões NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Grande Lisboa, Baixo Alentejo e Algarve têm menos de 30% da sua superfície ocupada por floresta.

Figura 5.7.2 Superfície de floresta em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 1995.

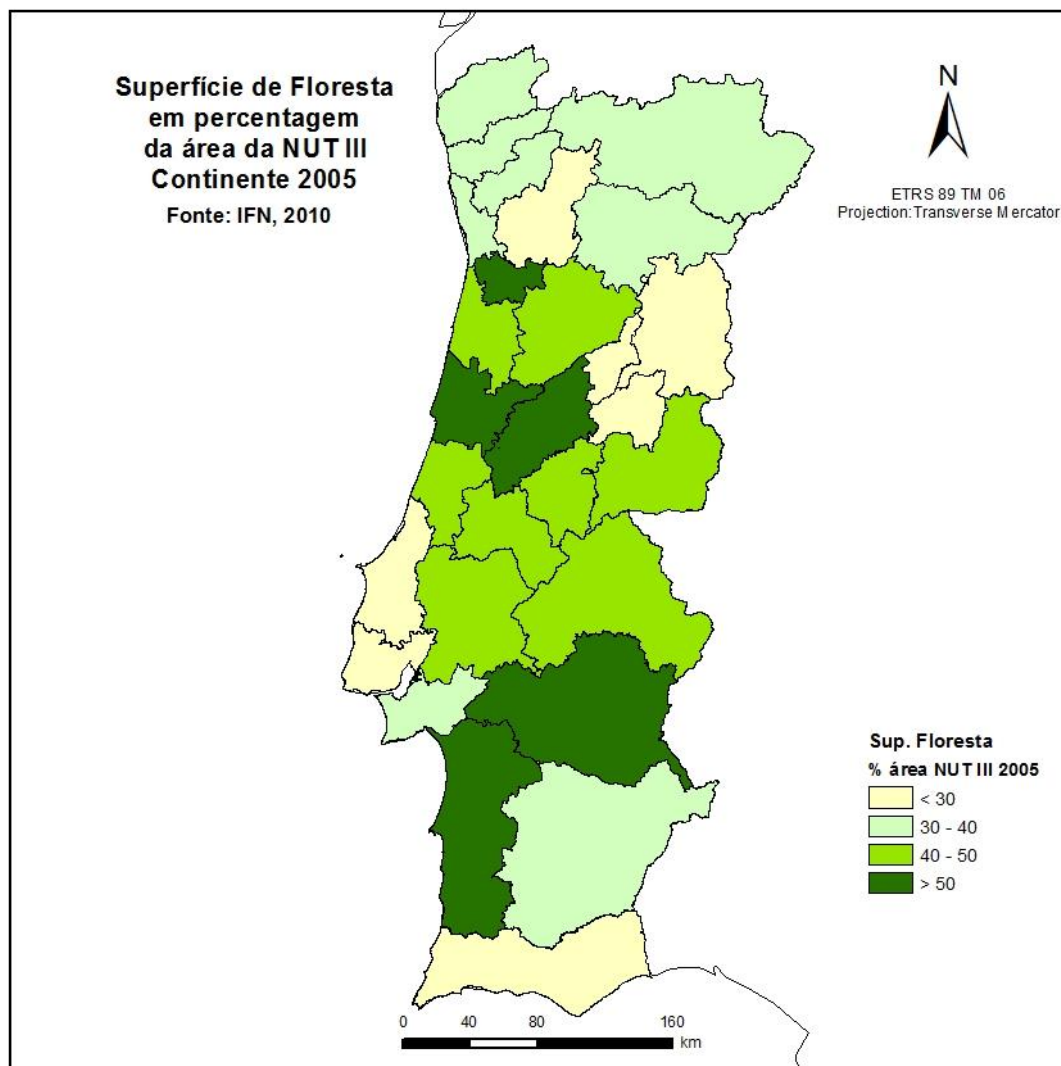


Classes (%)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de NUT III	0	6	8	10	4
% de NUT III	0,0%	21,4%	28,6%	35,7%	14,3%
Valor mín. e máx. (%)		6,3			63,2

Fontes: Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005); elaboração própria.

No 5.º Inventário Florestal Nacional, de 2005, representado na figura 5.7.3, verificamos que cinco regiões NUTS III (Entre Douro e Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Alentejo Central e Alentejo Litoral), têm mais de 50% do território ocupado por floresta, enquanto as regiões NUTS III Tâmega, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Oeste, Grande Lisboa e Algarve têm menos de 30% da sua superfície ocupada por floresta. De 1995 para 2005 houve mudanças assinaláveis na distribuição das superfícies ocupadas por floresta.

Figura 5.7.3 Superfície de floresta em percentagem da área da NUT III, em Portugal Continental em 2005.

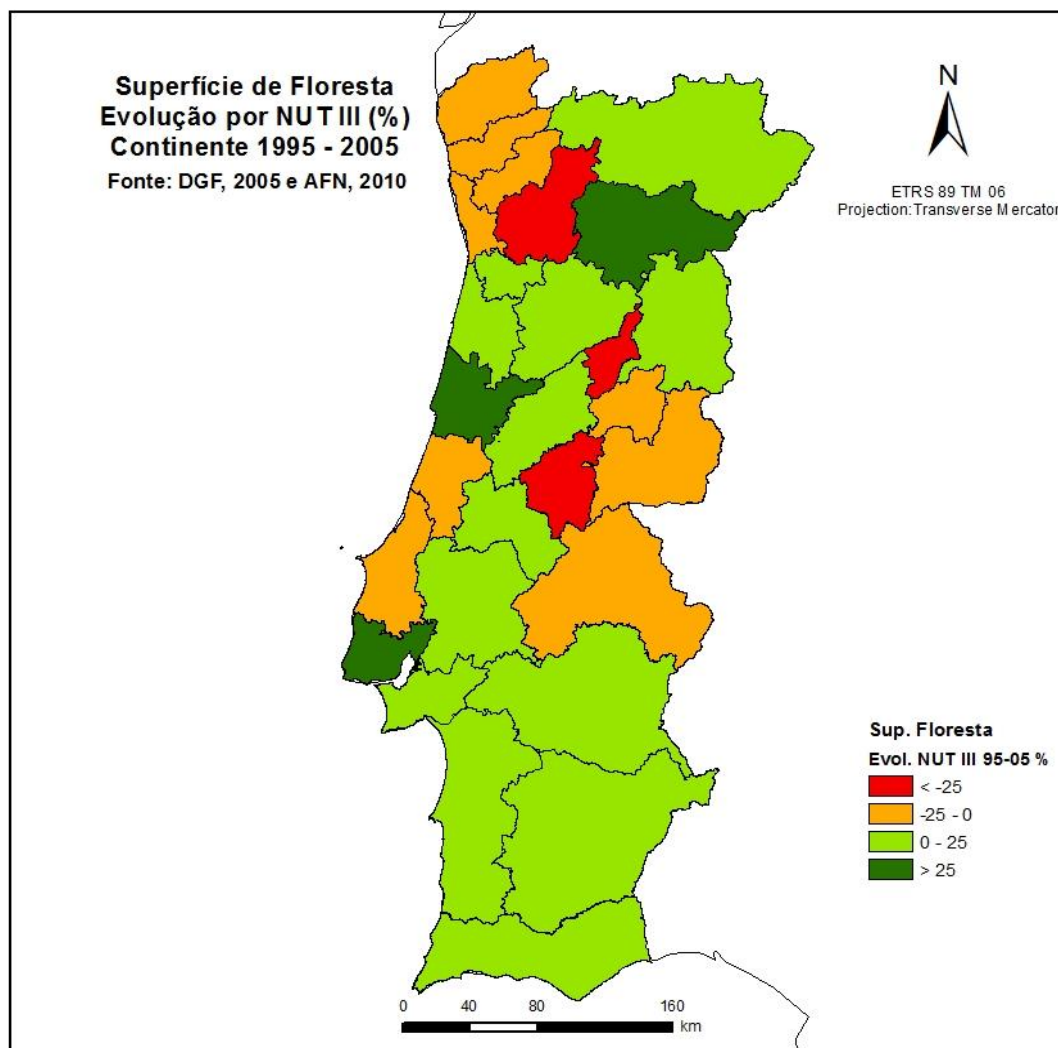


Classes (%)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de NUT III	0	7	8	8	5
% de NUT III	0,0%	25,0%	28,6%	28,6%	17,8%
Valor mín. e máx. (%)		12,0			64,7

Fontes: Inventário Florestal Nacional (AFN, 2010); elaboração própria.

Na figura 5.7.4, relativa à evolução da superfície total de floresta por NUTS III, em Portugal Continental, de 1995 a 2005, verificamos que houve diminuição de superfície total de floresta em 12 NUTS III e aumento de superfície total de floresta nas outras 16 NUTS III, tendo-se verificado as maiores diminuições nas NUTS III Tâmega, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul e os maiores aumentos de superfície nas NUTS III Douro, Baixo Mondego e Grande Lisboa.

Figura 5.7.4 Evolução da superfície total de floresta por NUTS III, em percentagem, em Portugal Continental de 1995 a 2005.



Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de NUT III	0	3	9	13	3
% de NUT III	0,0%	10,7%	32,2%	46,4%	10,7%
Valor mín. e máx. (%)		-52,6			91,7

Fontes: Inventário Florestal Nacional (DGF, 2005 e AFN, 2010); elaboração própria.

A superfície total de floresta estimada pelo Inventário Florestal Nacional em 1995 foi de 3.349.327 ha e em 2005 foi de 3.458.555 ha. Apesar de ter havido diminuição de área de floresta em 12 NUTS III verificamos, em balanço, que a área de floresta aumentou 3,3%, no Continente, de 1995 para 2005.

5.8 Matas e florestas nas explorações agrícolas

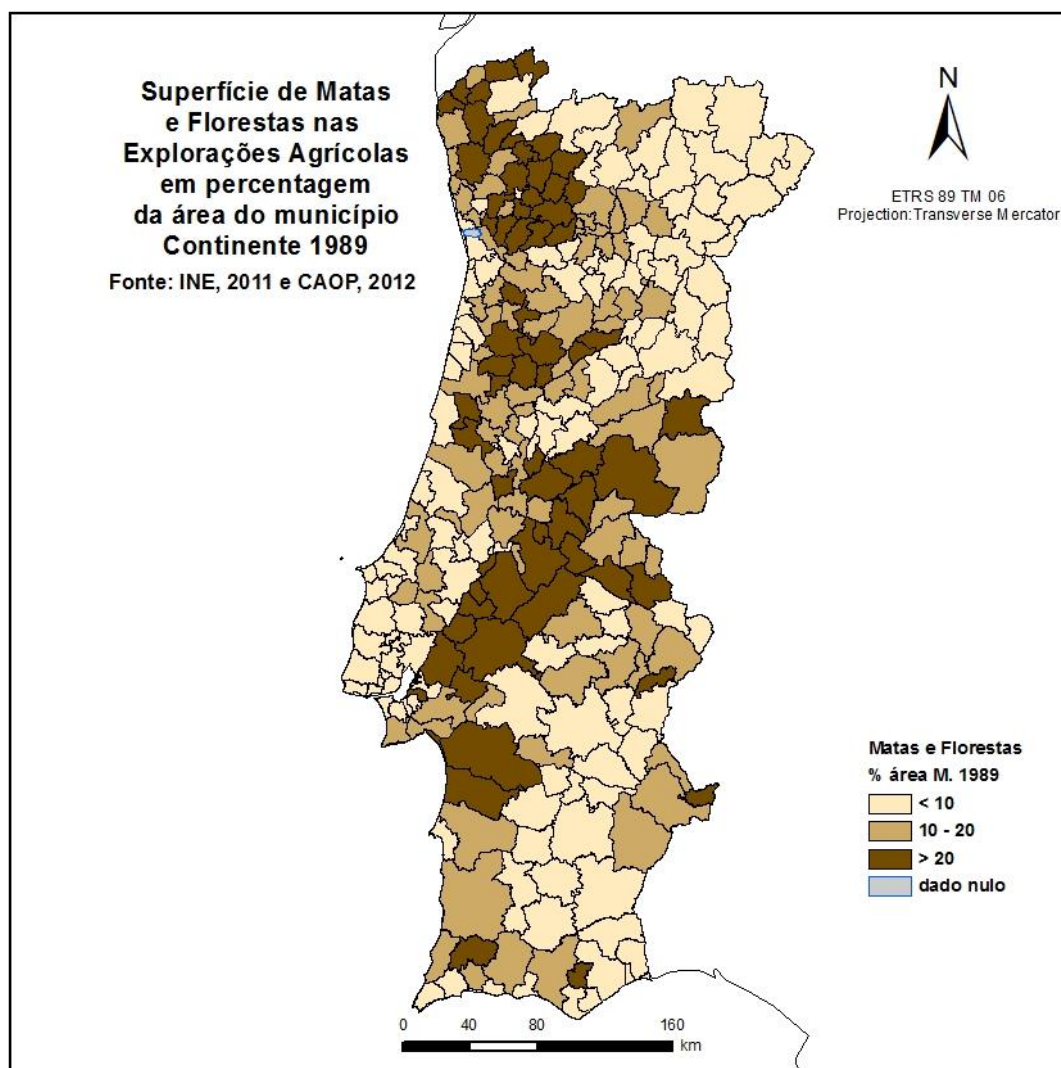
As matas e florestas nas explorações agrícolas compreendem as superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer se trate de povoamentos mistos (com espécies diversas) e ainda os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração (com ou sem culturas sob-coberto) (INE, 2014).

A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas representadas nas figuras 5.8.1 a 5.8.6 constituem a soma da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto mais a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto. Esta é uma estimativa por defeito na medida em que não contempla a superfície de matas e florestas com culturas temporárias sob coberto, dados não disponíveis nas estatísticas do INE, de forma desagregada. A superfície de matas e florestas com culturas temporárias sob coberto está agregada à superfície de culturas temporárias em cultura principal. Por convenção, sempre que existe uma associação de matas e florestas com culturas temporárias estas últimas são as principais (INE, 2014).

Nas figuras 5.8.1 e 5.8.2 apresenta-se a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.8.1, referente a 1989, podemos verificar que em 65 municípios (23,4%) a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas ocupa mais de 20% do território, com um valor máximo de 72% da superfície do município ocupada por matas e florestas no município de Alvaiázere. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por matas e florestas situam-se em municípios contíguos, em zonas de orografia acentuada e declivosa da região Norte e da região Centro e nos municípios dos vales dos rios Zêzere, Tejo e Sado. Os municípios com menor superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (126 municípios com menos de 10% da sua superfície ocupada por matas e florestas nas explorações agrícolas, correspondendo a 45,3% dos municípios do Continente) encontram-se na zona interior Norte, nas zonas litoral, central e interior norte da região Centro, região de Lisboa e zonas interior e central da região Alentejo.

Figura 5.8.1 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

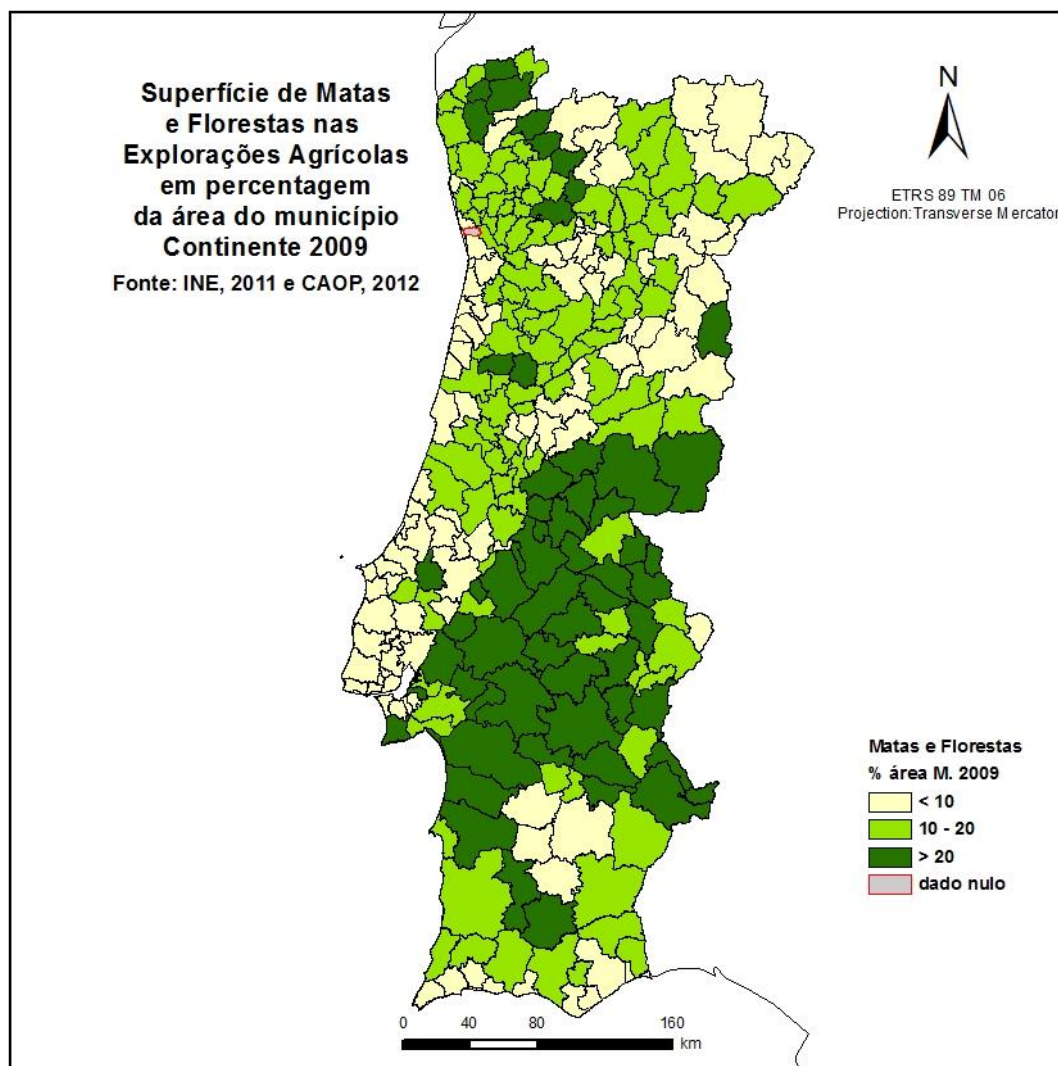


Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	126	86	65
% de municípios	0,4%	45,3%	30,9%	23,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		72,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.8.2, referente a 2009, podemos verificar que em 59 municípios (21,3%) a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas ocupa mais de 20% do território, com um valor máximo de 74% da superfície do município ocupada por matas e florestas no município de Alvaiázere. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por matas e florestas situam-se em municípios contíguos, em zonas de orografia acentuada e declivosa da região Norte e da região Centro e nos municípios dos vales dos rios Zêzere, Tejo e Sado. Os municípios com menor superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (101 municípios com menos de 10% da sua superfície ocupada por matas e florestas nas explorações agrícolas, correspondendo a 36,3% dos municípios do Continente) encontram-se sobretudo em partes das zonas central e interior da região Norte, nas zonas litoral, central e interior norte da região Centro, região de Lisboa, zona interior e central da região Alentejo e zona este da região Algarve.

Figura 5.8.2 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



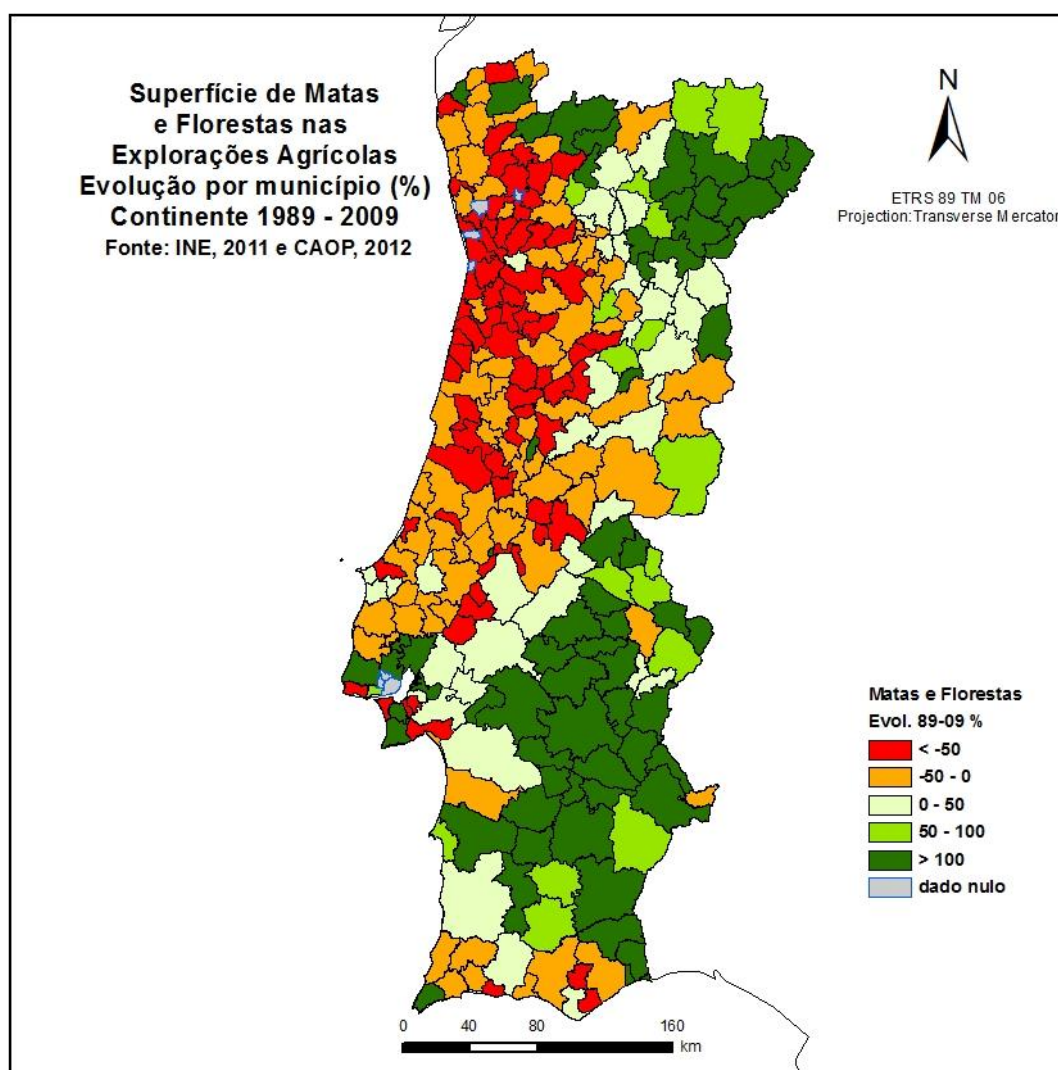
Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	101	117	59
% de municípios	0,4%	36,3%	42,0%	21,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		74,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.8.3 apresenta-se a evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve decréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em 54,7% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente à região Norte, zonas litoral e central da região Centro e região Algarve. Na maioria dos municípios da

zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro, região Lisboa e região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (> 100%) registaram-se na zona interior da região Norte e na região Alentejo. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (< -50%) registaram-se nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro.

Figura 5.8.3 Evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

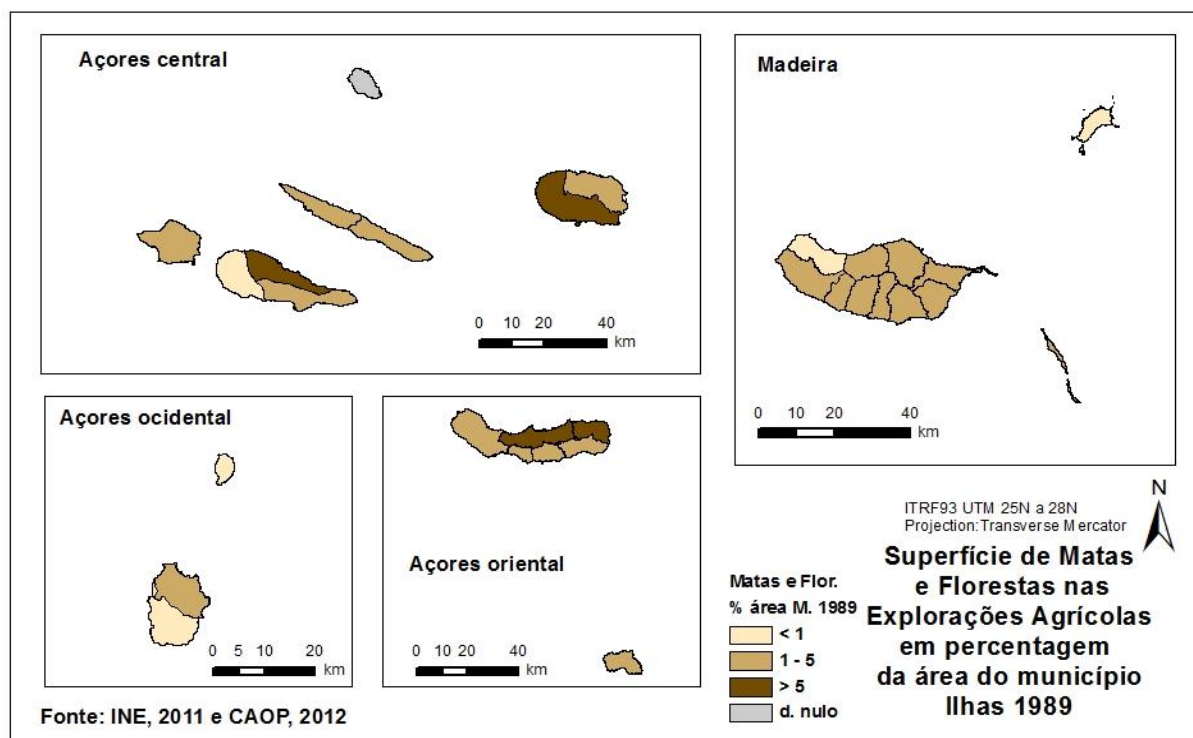


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	7	73	79	38	18	63
% de municípios	2,5%	26,3%	28,4%	13,7%	6,4%	22,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100				20852,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas nas Ilhas, em percentagem da área do município, em 1989 e em 2009, está representada nas figuras 5.8.4 e 5.8.5, respetivamente. Quer em 1989 quer em 2009 existe uma diferença acentuada na proporção de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, relativamente ao Continente. Com efeito, verificamos que, na região autónoma dos Açores, em 1989 a percentagem máxima não vai além de 15,1% e na região autónoma da Madeira não vai além de 4%. Na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem máxima não vai além de 7,9% e na região autónoma da Madeira não vai além de 2,2%, enquanto no Continente a percentagem máxima, quer em 1989 quer em 2009 é ligeiramente superior a 70%.

Figura 5.8.4 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



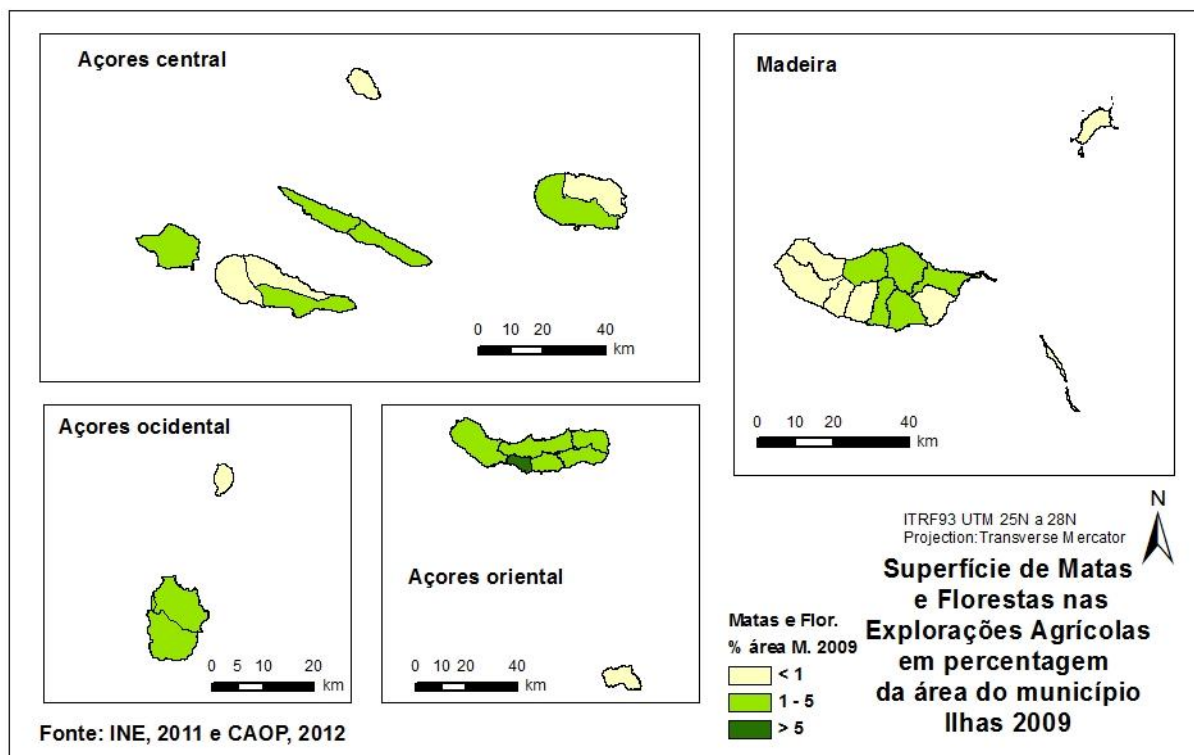
Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	5	20	4
% de municípios	3,3%	16,7%	66,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		15,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	3	11	4
% de municípios	5,3%	15,8%	57,8%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		15,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	9	0
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%	
Valor mín. e máx. (%)		0,3	4,0	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na região autónoma dos Açores em 1989 apenas em 4 municípios a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas é superior a 5% da superfície do município, enquanto em 2009 apenas no município de Lagoa a superfície de matas e florestas ultrapassou os 5% da superfície do município. Na região autónoma da Madeira, tanto em 1989 como em 2009, a

superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas é inferior a 5% da superfície do município em todos os municípios.

Figura 5.8.5 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

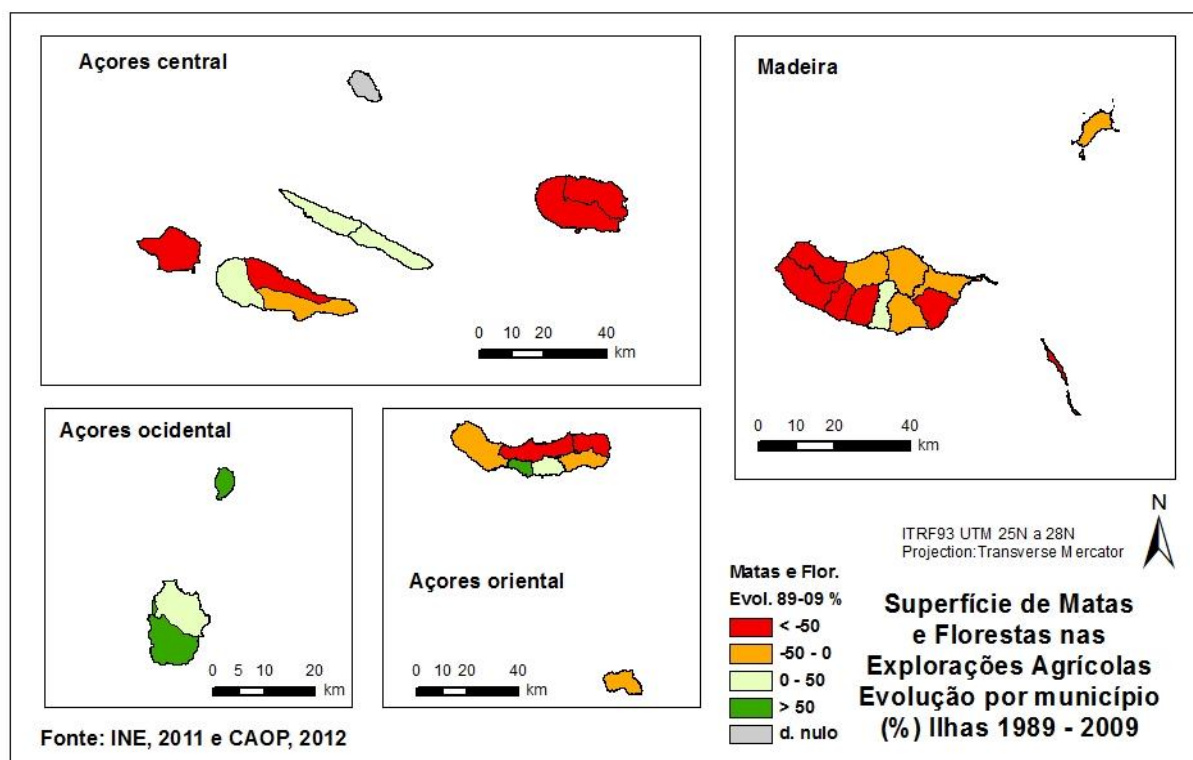


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	12	17	1
% de municípios	0,0%	40,0%	56,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		7,9
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	6	12	1
% de municípios	0,0%	31,5%	63,2%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		7,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	6	5	0
% de municípios	0,0%	54,5%	45,5%	
Valor mín. e máx. (%)		0,2	2,2	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.8.6 podemos observar a evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas no município de Câmara de Lobos houve aumento de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, tendo diminuído em todos os outros.

Figura 5.8.6 Evolução da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	> 50
N.º de municípios	1	11	9	6	3
% de municípios	3,3%	36,7%	30,0%	20,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		-92,8			600,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	> 50
N.º de municípios	1	6	4	5	3
% de municípios	5,3%	31,5%	21,1%	26,3%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		-92,8			600,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	> 50
N.º de municípios	0	5	5	1	0
% de municípios	0,0	45,4%	45,4%	9,2%	
Valor mín. e máx. (%)		-84,6		10,6	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas no Continente aumentou 28,9% de 1989 para 2009, representando 1.330.187 ha em 1989 e 1.713.932 ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 63,4%, representando 10.977 ha em 1989 e 4.015 ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 52,6%, representando 1606 ha em 1989 e 762 ha em 2009.

Comparando a superfície de floresta do Inventário Florestal Nacional de 2005, relativo ao Continente, com a superfície de floresta nas explorações agrícolas de 2009 verificamos que há grande discrepância entre as duas fontes de dados, podendo, em parte, ser explicado pelos diferentes métodos de obtenção dos dados, ressaltando que muita da superfície de floresta em Portugal não está integrada em explorações agrícolas, tendo em conta o conceito de exploração agrícola do INE. Assim a superfície florestal estimada pelo Inventário Florestal Nacional de 2005 é 3.458.555 ha e a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas estimada pelo Recenseamento Geral Agrícola de 2009 (INE, 2011) é de 1.713.932 ha.

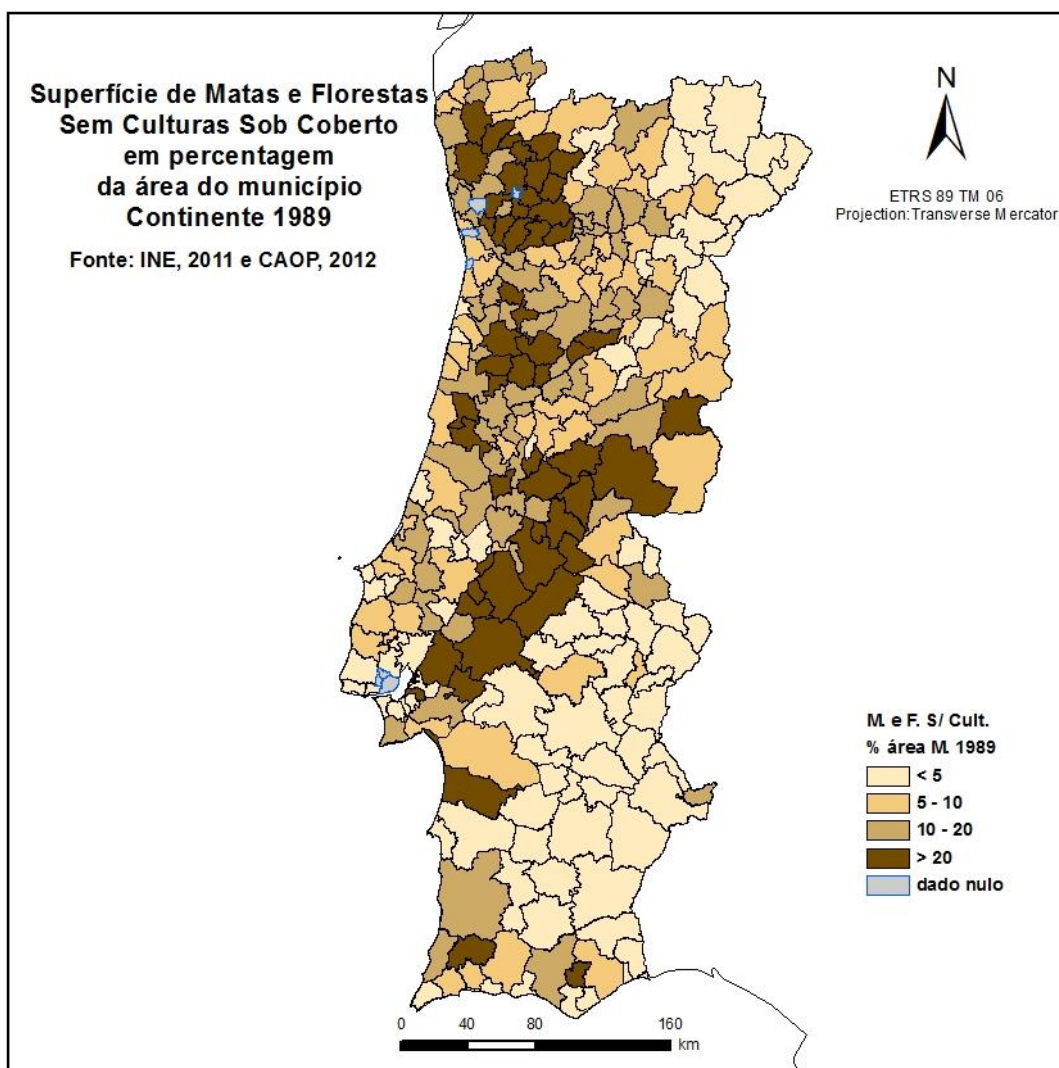
5.9 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas

A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas compreende as superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas) bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração (INE, 2014)

Nas figuras 5.9.1 e 5.9.2 apresenta-se a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.9.1, referente a 1989, podemos verificar que em 53 municípios (19,1%) a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas ocupa mais de 20% do território, com um valor máximo de 72% no município de Alvaiázere. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por matas e florestas sem culturas sob coberto situam-se em municípios contíguos, em zonas de orografia acentuada e declivosa da região Norte e da região Centro e nos municípios dos vales dos rios Zêzere e Tejo. Os municípios com menor superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (86 municípios com menos de 5% da superfície ocupada por matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, correspondendo a 30,9% dos municípios do Continente) encontram-se sobretudo na zona interior da região Norte, na região Lisboa e nas zonas central e interior da região Alentejo.

Figura 5.9.1 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

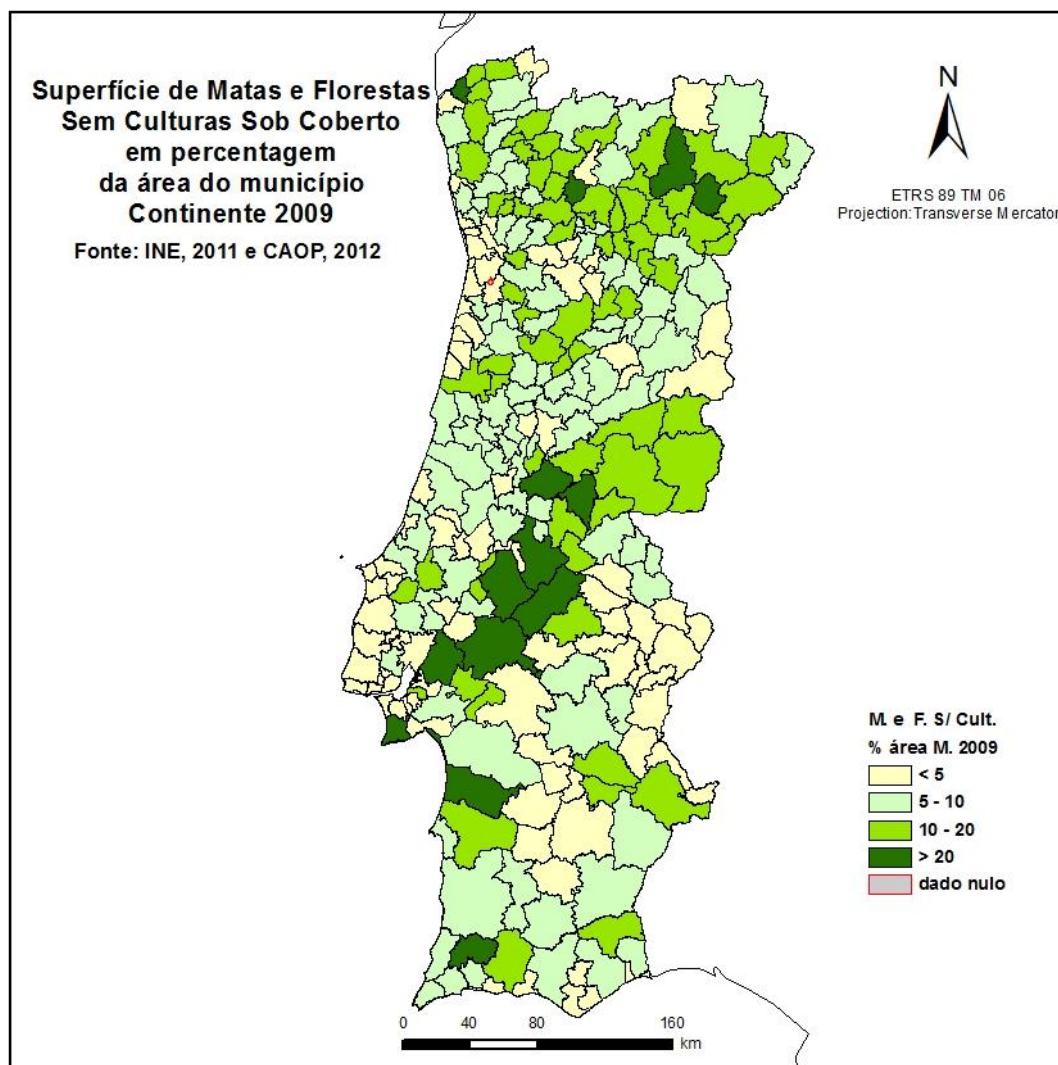


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	7	86	62	70	53
% de municípios	2,5%	30,9%	22,3%	25,2%	19,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			72,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.9.2, referente a 2009, podemos verificar que em 84 municípios (30,2%) a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas ocupa mais de 10% do território, com um valor máximo de 46% no município de Vila Nova de Cerveira. A maioria dos municípios com mais de 10% de área ocupada por matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas situam-se em municípios contíguos, principalmente nas zonas central e interior da Região Norte, na zona sul da região Centro e zona norte da região Alentejo, estes últimos também em municípios contíguos, alguns integrando os vales do Tejo e do Zêzere (NUTS III Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo e Lezíria do Tejo). Os municípios com menor superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (93 municípios com menos de 5% da sua superfície ocupada por matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, correspondendo a 33,4% dos municípios do Continente) encontram-se sobretudo na NUTS III Grande Porto, na região Norte, nas NUTS III Baixo Vouga e Oeste, na região Centro, na região Lisboa e nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo.

Figura 5.9.2 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

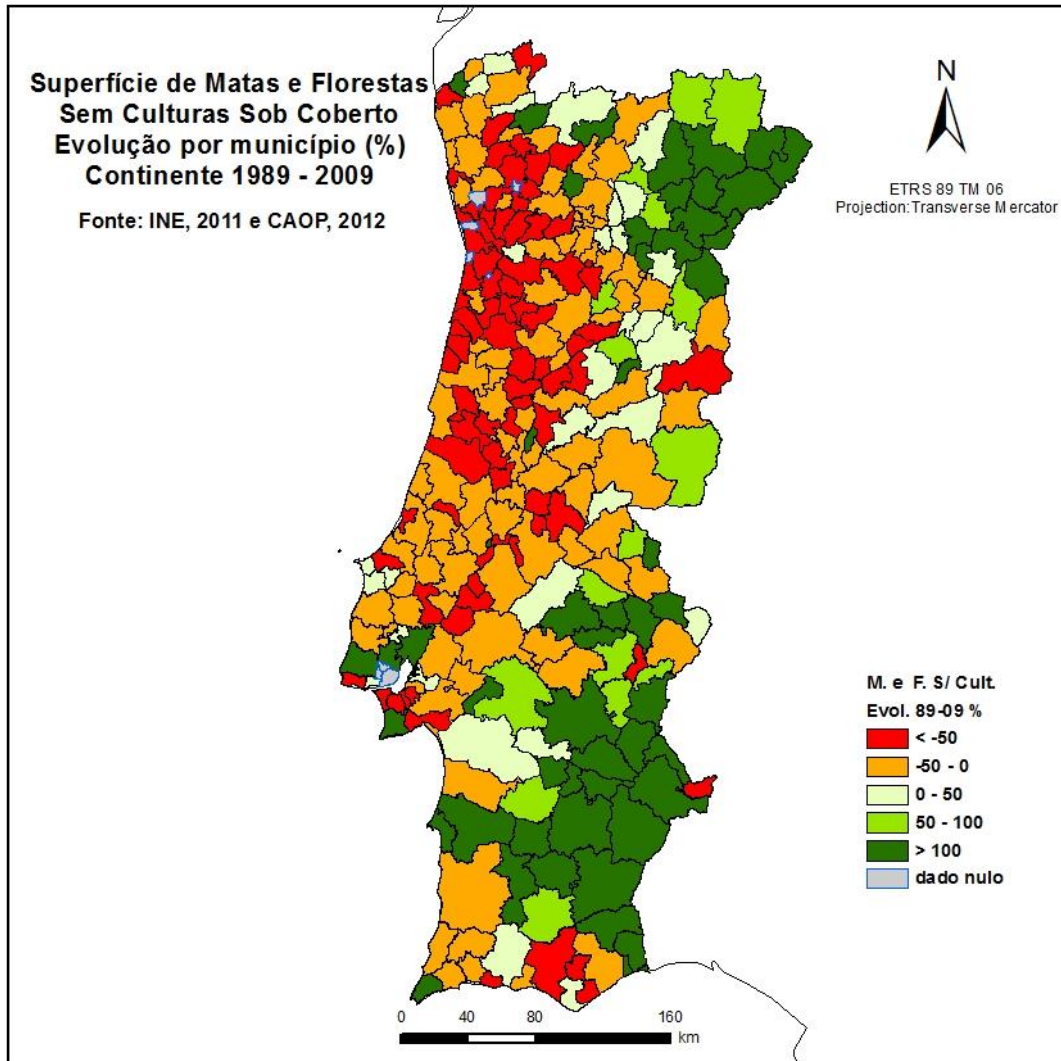


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	93	100	70	14
% de municípios	0,4%	33,4%	36,0%	25,2%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			46,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.9.3 apresenta-se a evolução da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve decréscimo da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas em 61,4% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente às zonas litoral e central da região Norte, região Centro, zona litoral sul da região Alentejo e região Algarve. Na maioria dos municípios da zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro e na maioria dos municípios da região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (> 100%) registaram-se na zona interior da região Norte, na região Lisboa e na região Alentejo. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (< -50%) registaram-se nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro e região Algarve.

Figura 5.9.3 Evolução da Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	8	80	91	31	16	52
% de municípios	2,9%	28,7%	32,7%	11,2%	5,8%	18,7%
Valor mín. e máx. (%)		-97,7				5361,5

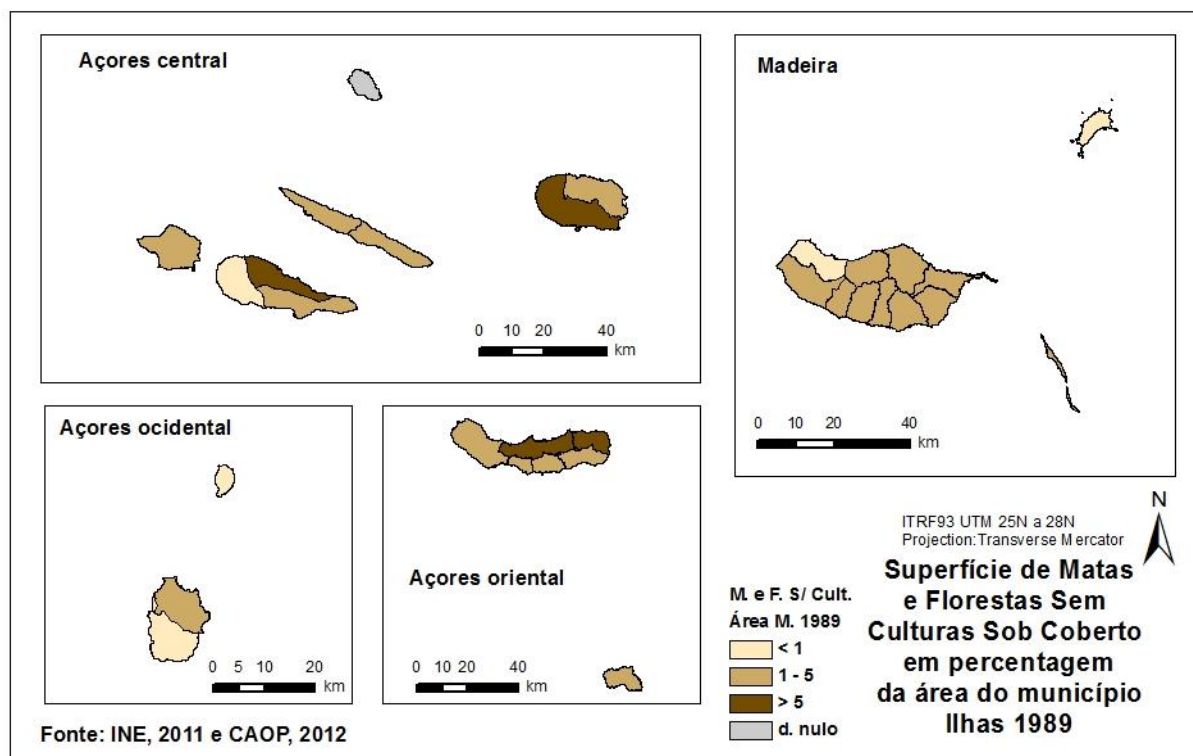
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, nas Ilhas, é a mesma que a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, apresentada no subcapítulo 5.8, visto a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto ser nula nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Assim sendo, a cartografia apresentada nas figuras 5.8.4, 5.8.5 e 5.8.6 e a correspondente análise aplica-se integralmente à superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, nas Ilhas, apresentada nas figuras 5.9.4, 5.9.5 e 5.9.6.

A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas nas Ilhas, em percentagem da área do município, em 1989 e em 2009 está representada nas figuras 5.9.4 e 5.9.5, respetivamente.

Quer em 1989 quer em 2009 existe uma diferença acentuada na proporção de superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto nas explorações agrícolas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, relativamente ao Continente. Com efeito, verificamos que, na região autónoma dos Açores, em 1989 a percentagem máxima não vai além de 15,1% e na região autónoma da Madeira não vai além de 4%. Na região autónoma dos Açores, em 2009 a percentagem máxima não vai além de 7,9% e na região autónoma da Madeira não vai além de 2,2%, enquanto no Continente a percentagem máxima em 1989 é ligeiramente superior a 70% e em 2009 é aproximadamente 46%.

Figura 5.9.4 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



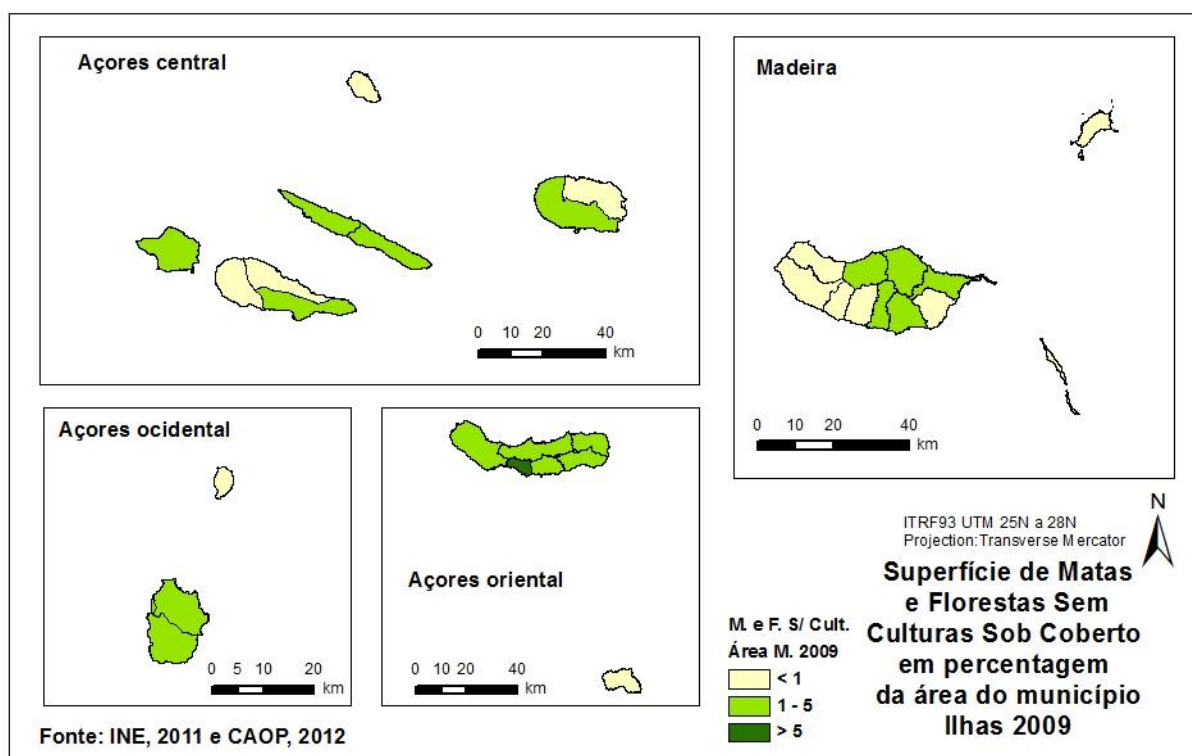
Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	5	20	4
% de municípios	3,3%	16,7%	66,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		15,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	3	11	4
% de municípios	5,3%	15,8%	57,8%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		15,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	9	0
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%	
Valor mín. e máx. (%)		0,3	4,0	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na região autónoma dos Açores em 1989 apenas em 4 municípios a superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto nas explorações agrícolas é superior a 5% da superfície do município, enquanto em 2009 apenas no município de Lagoa a superfície de matas e florestas

ultrapassou os 5% da superfície do município. Na região autónoma da Madeira tanto em 1989 como em 2009 em todos os municípios a superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto nas explorações agrícolas é inferior a 5% da superfície do município.

Figura 5.9.5 Superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

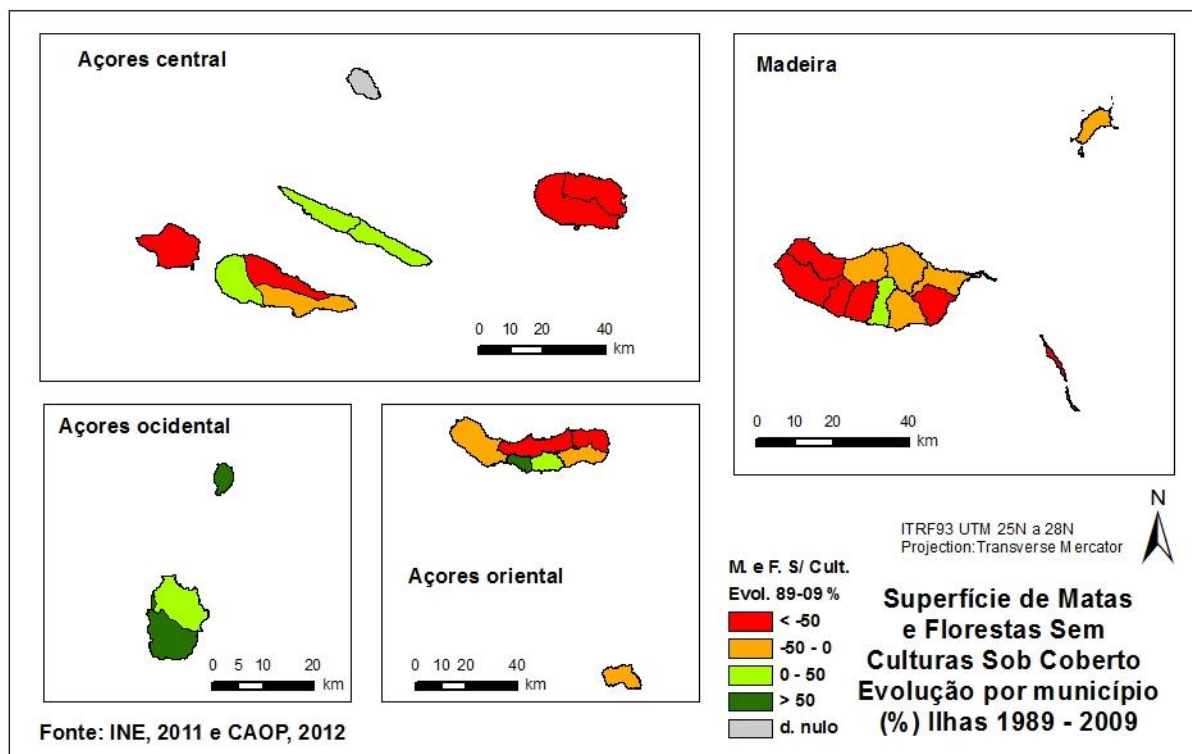


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	12	17	1
% de municípios	0,0%	40,0%	56,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		7,9
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	6	12	1
% de municípios	0,0%	31,5%	63,2%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		7,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	6	5	0
% de municípios	0,0%	54,5%	45,5%	
Valor mín. e máx. (%)		0,2	2,2	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.9.6 podemos observar a evolução da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas no município de Câmara de Lobos houve aumento de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, tendo diminuído em todos os outros.

Figura 5.9.6 Evolução da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	1	11	9	6	3
% de municípios	3,3%	36,7%	30,0%	20,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		-92,8			600,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	1	6	4	5	3
% de municípios	5,3%	31,5%	21,1%	26,3%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		-92,8			600,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	0	5	5	1	0
% de municípios	0,0%	45,4%	45,4%	9,2%	
Valor mín. e máx. (%)		-84,6		10,6	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas no Continente diminuiu, de 1989 para 2009, 13,3%, representando 965.676 ha em 1989 e 837.431 ha em 2009. Assim, podemos admitir que de 1989 para 2009 houve uma parte substancial de matas e florestas nas explorações agrícolas que passou a ser utilizada com prados e pastagens permanentes sob coberto. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, como referido anteriormente, aplica-se a cartografia e análise apresentada no subcapítulo 5.8.

5.10 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas

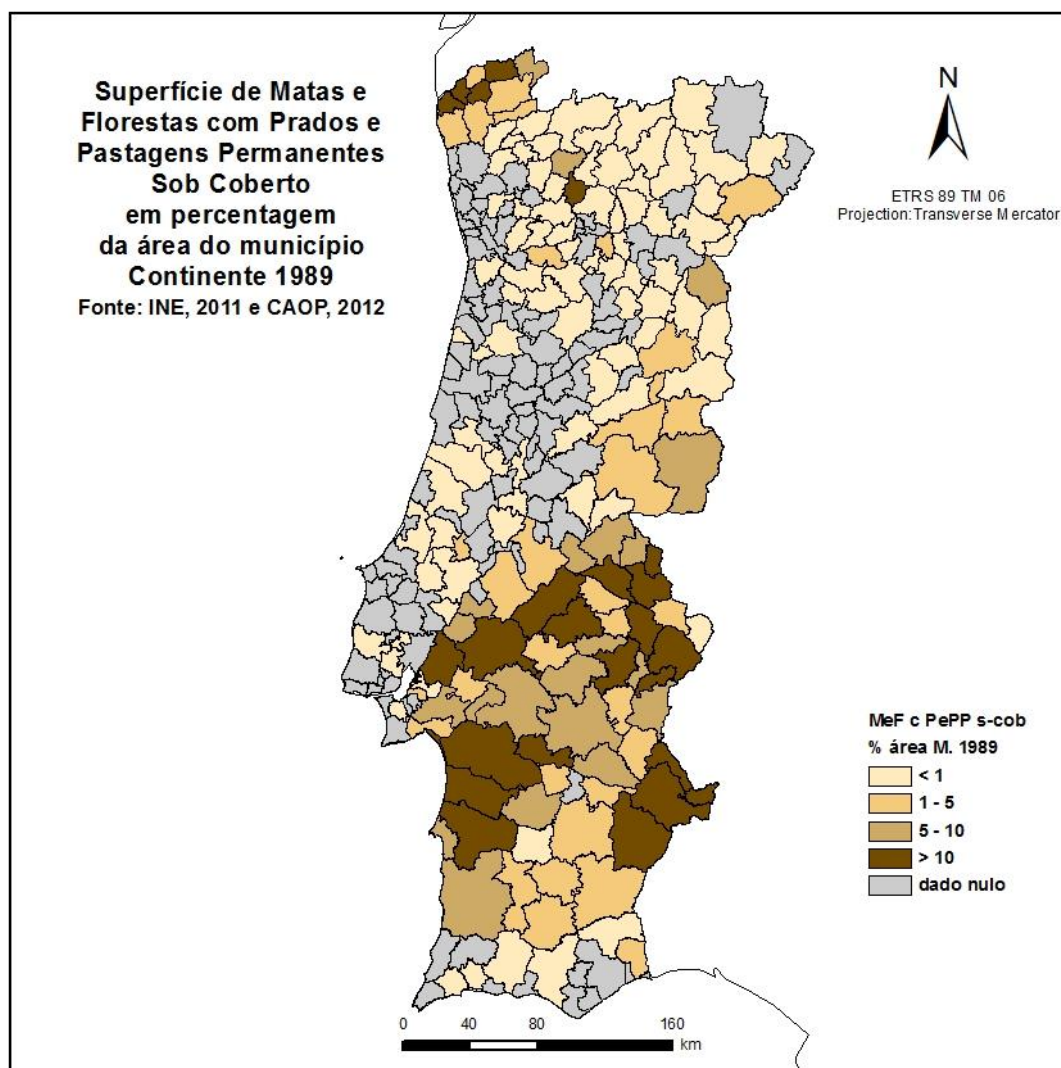
A superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas compreende as superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), com prados e pastagens permanentes cultivados sob coberto.

Nas figuras 5.10.1 e 5.10.2 apresenta-se a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.10.1, referente a 1989, podemos verificar que em 24 municípios (8,6%) a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 56% no município de Barrancos. A maioria dos municípios com mais de 10% de área ocupada por matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto situam-se em grupos de municípios contíguos, na zona litoral norte da região Norte, NUTS III Minho-Lima, e na região Alentejo. Em 118 municípios (42,4%) não estão referenciadas matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas e em 83 municípios (29,9%) a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas é menor que 1% da superfície do município, abrangendo estas duas classes a quase totalidade das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve. Portanto, em 1989, no Continente, a

maioria dos municípios (201) ou não tinha referenciadas matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ou essa superfície era inferior a 1% do território dos municípios.

Figura 5.10.1 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	118	83	32	21	24
% de municípios	42,4%	29,9%	11,5%	7,6%	8,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			55,6

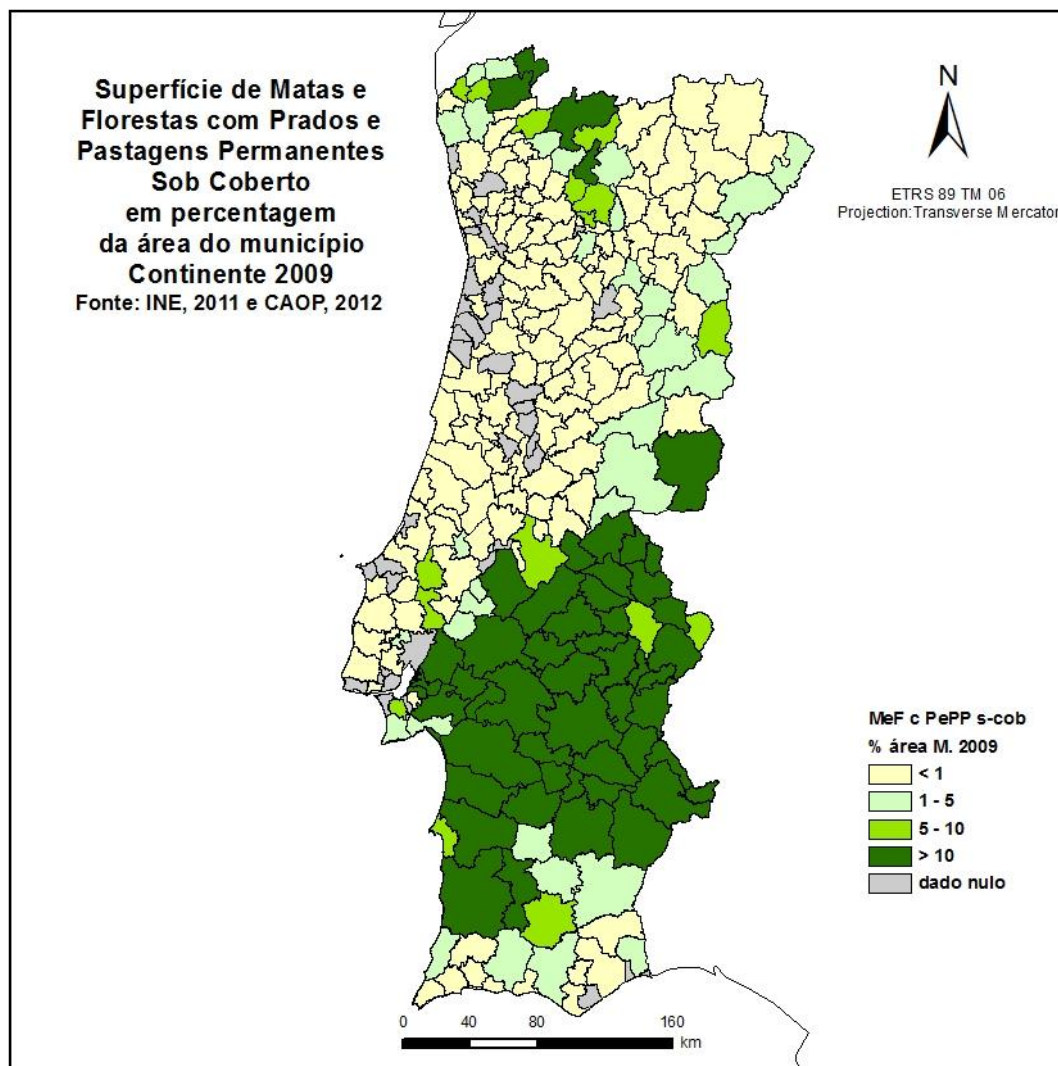
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.10.2, referente a 2009, podemos verificar que em 51 municípios (18,3%) a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ocupa mais de 10% do território, com um valor máximo (64,3%) no município de Barrancos, tal como em 1989. A maioria dos municípios com mais de 10% de área ocupada por matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas situam-se em municípios contíguos, num núcleo na zona central norte da região Norte, correspondendo grosso modo a municípios que incluem as serras da Peneda, Gerês e Cabreira e a quase totalidade da região Alentejo, sendo que a maioria dos municípios desta região têm mais de 10% do seu território ocupado com matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas. Em 39 municípios (14,0%) não estão referenciadas matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas e em 135 municípios (48,6%) a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas é menor que 1% da superfície do município, abrangendo estas duas classes a quase totalidade das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve, tal como em 1989. Portanto, em 2009, no Continente, a maioria dos municípios (174) ou não tinha referenciadas matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ou essa superfície era inferior a 1% do território dos municípios. De 1989 para 2009 aumentou o número de municípios com matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas e diminuiu o número de municípios sem referência a matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas.

Na figura 5.10.3 apresenta-se a evolução da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas em 39,2% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente a municípios na região Norte e na região Alentejo. Houve decréscimo da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas principalmente em municípios da zona norte da região Norte e na zona interior da região Centro. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas (> 200%) registaram-se na região Norte e região Alentejo e em alguns municípios da região Centro, constituindo a classe mais

representada nos municípios em que houve aumento de superfície, correspondendo a 24,8% dos municípios. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas (< 0%) registaram-se na zona litoral da região Norte e na zona interior da região Centro.

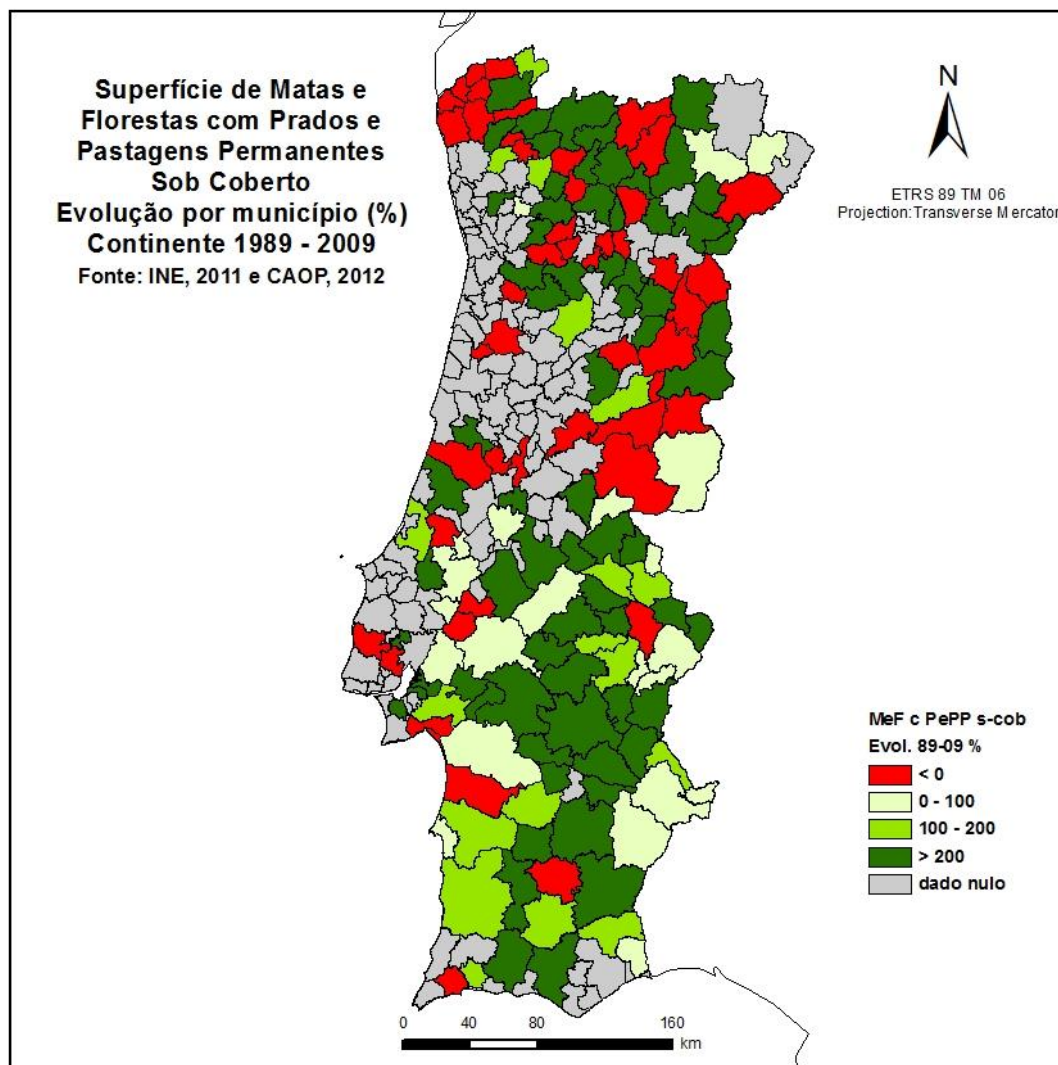
Figura 5.10.2 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	39	135	37	16	51
% de municípios	14,0%	48,6%	13,3%	5,8%	18,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			64,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.10.3 Evolução Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	121	53	22	18	69
% de municípios	43,5%	17,3%	7,9%	6,5%	24,8%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			146600

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto, quer em 1989 quer em 2009, é nula.

Analisando os dados agregados da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas no Continente aumentou 140,5%, de 1989 para 2009, representando 364.511 ha em 1989 e 876.501 ha em 2009. Assim, de 1989 para 2009 houve mais 511.990 ha de matas e florestas nas explorações agrícolas que passaram a ser utilizadas com prados e pastagens permanentes sob coberto. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto, quer em 1989 quer em 2009, é nula.

O facto da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto ser nula nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, poderá ser explicado, na região autónoma dos Açores pela elevada especialização da agricultura, caracterizada pela produção de bovinos de leite e em que as florestas estão em zonas com elevados declives onde não há condições para o gado pastar. Na região autónoma da Madeira, acresce o facto de ter pouca produção animal.

5.11 Superfície de terras aráveis

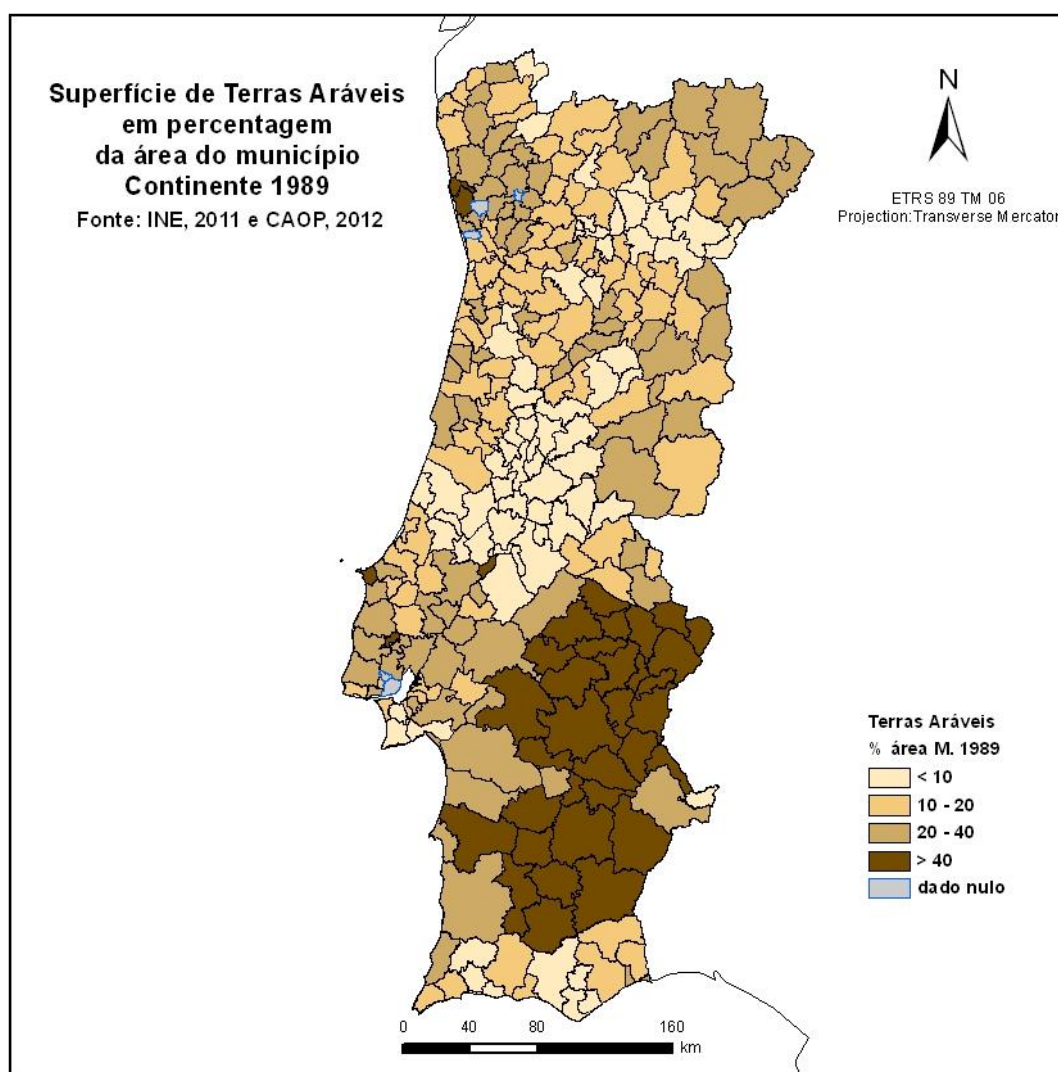
A superfície de terras aráveis compreende as terras cultivadas destinadas à produção vegetal, as terras retiradas da produção, ou que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e as terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis (INE, 2014). Assim, a superfície de terras aráveis corresponde à soma da superfície das culturas temporárias em cultura principal com a superfície de terras em pousio.

Nas figuras 5.11.1 e 5.11.2 apresenta-se a superfície de terras aráveis em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.11.1, referente a 1989, podemos verificar que em 37 municípios (13,3%) a superfície de terras aráveis ocupa mais de 40% do território do município, com um valor máximo de 84% no município de Mora, na NUTS III Alto Alentejo. A quase totalidade dos municípios com mais de 40% de área ocupada por terras aráveis situam-se em municípios contíguos, nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo.

A superfície de terras aráveis é menor que 10% da superfície do município em 71 municípios (25,5%), com um valor mínimo de 0,6% no município de Castanheira de Pera, na NUTS III Pinhal Interior Norte. Estes municípios encontram-se principalmente na NUTS III Douro, na região Norte, nas NUTS III, contíguas, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo e Pinhal Litoral, na região Centro e na região do Algarve.

Figura 5.11.1 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

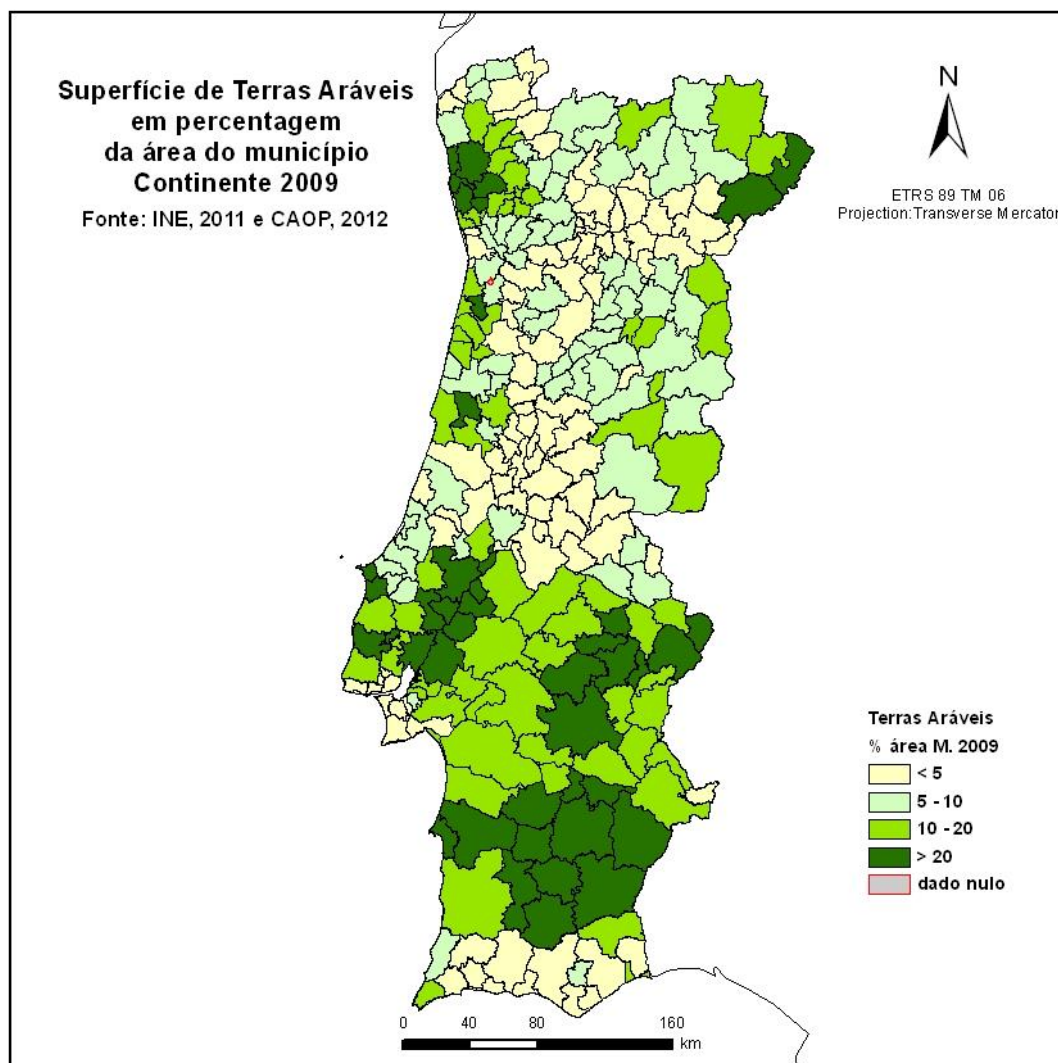


Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	71	86	79	37
% de municípios	1,8%	25,5%	30,9%	28,5%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,6			84,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.11.2, referente a 2009, podemos verificar que em 44 municípios (15,8%) a superfície de terras aráveis ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 69,7% no município de Golegã, na NUTS III Lezíria do Tejo. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por terras aráveis situam-se em três núcleos de municípios contíguos. Um núcleo de municípios na região Norte, pertencentes às NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto; outro na região Alentejo, incluindo municípios das NUTS III Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, e também um município do Alentejo Litoral. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 97 municípios (34,9%), com valores mínimos menores que 0,1% em quatro municípios, dois deles na NUTS III Douro. Estes municípios com menos de 5% encontram-se principalmente na região Norte, nas NUTS III Minho-Lima e Douro; na região Centro, nas NUTS III Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo e Pinhal Litoral, formando um contínuo de municípios desde o Douro até ao Médio Tejo, percorrendo toda a zona central da região Centro, correspondendo na maioria a território com relevo acentuado, e na região Algarve. Considerando municípios com mais de 10% do território ocupado por terras aráveis podemos identificar núcleos de municípios contíguos correspondendo na região Norte a um núcleo nas NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto e outro no nordeste da NUTS III Alto Trás-os-Montes. Na região Centro encontramos núcleos correspondendo ao Baixo Vouga e ao Baixo Mondego. A sul encontramos um bloco constituído pela zona sudoeste da zona Centro, a NUTS III Grande Lisboa, da região Lisboa e a quase totalidade da região Alentejo.

Figura 5.11.2 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



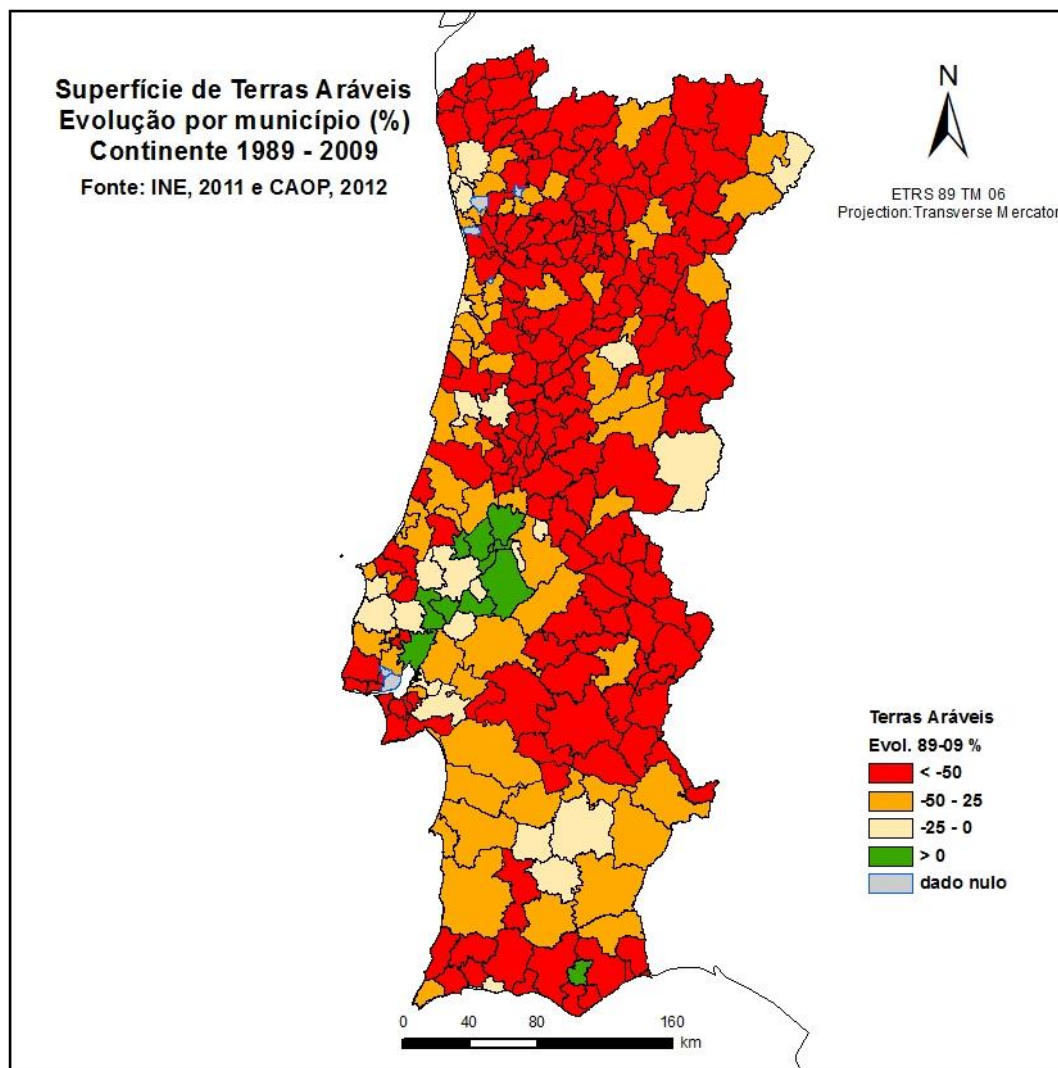
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	97	69	67	44
% de municípios	0,4%	34,9%	24,8%	24,1%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			69,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.11.3 apresenta-se a evolução da superfície de terras aráveis, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de terras aráveis em 93,4% dos municípios do Continente (260). A diminuição foi muito acentuada (<-50% da superfície) em 61,2% municípios (170), acentuada (entre -50% e -25%) em 23,7% dos municípios (66) e menos acentuada (entre -25% e 0%) em 8,6% dos municípios (24). Apenas houve acréscimo da superfície de terras aráveis

em 11 municípios contíguos, das NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no curso inferior do vale do Tejo e em um município do Algarve.

Figura 5.11.3 Evolução da superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



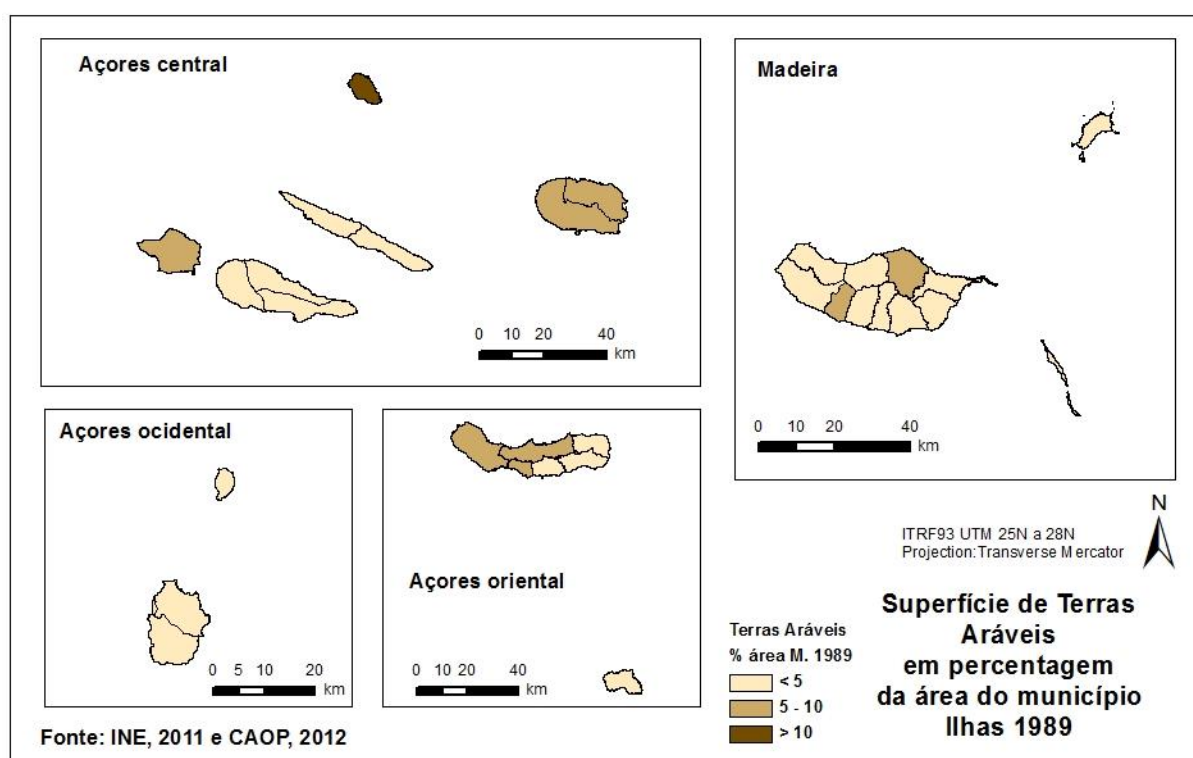
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	170	66	24	12
% de municípios	2,2%	61,2%	23,7%	8,6%	4,3%
Valor mín. e máx. (%)		-99,4			731,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.11.4, referente a 1989, podemos verificar que na região autónoma dos Açores apenas no município da ilha Graciosa, a superfície de terras aráveis ocupa mais de 10% do território do município, com 12,0%. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da

superfície do município em 12 municípios (63,2%), com um valor mínimo de 1,7% no município de São Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis ocupa mais de 5% do território do município, apenas em 2 municípios, com o máximo de 5,9% no município de Ponta do Sol. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 9 municípios (81,8%), com um valor mínimo de 0,5% no município de Porto Santo.

Figura 5.11.4 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



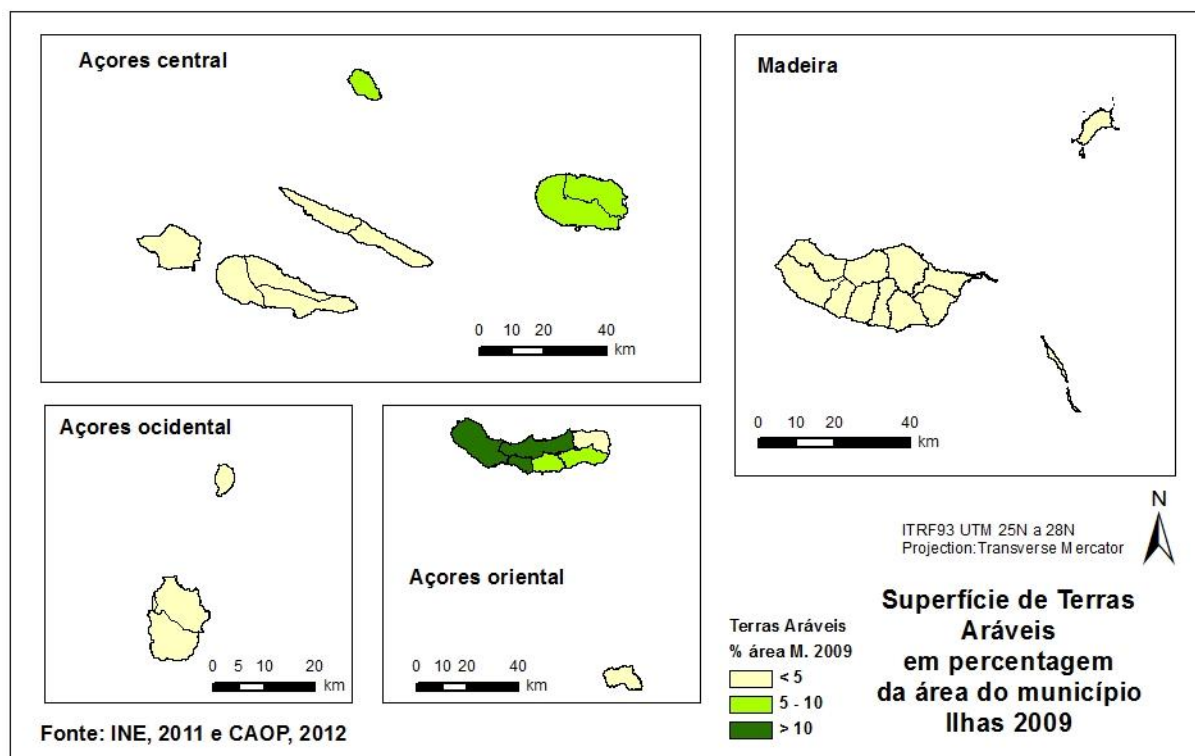
Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	21	8	1
% de municípios	0,0%	70,0%	26,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,5		12,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	12	6	1
% de municípios	0,0%	63,1%	31,6%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		1,7		12,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	9	2	0
% de municípios	0,0%	81,8%	18,2%	
Valor mín. e máx. (%)		0,5	5,9	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.11.5, referente a 1989, podemos verificar que na região autónoma dos Açores em 3 municípios da ilha de S. Miguel, a superfície de terras aráveis ocupa mais de 10% do território do município, com o máximo de 12,0% no município de Lagoa. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 11 municípios (57,9%), com um valor mínimo de 0,3% no município de Lajes das Flores. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis ocupa menos de 5% do território do município em todos os municípios, com o máximo de 4,9% no município de Santana e com o valor mínimo de 0,9% no município de Porto Santo.

Na figura 5.11.6 podemos observar a evolução da superfície de terras aráveis por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de terras aráveis, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira, tendo diminuído em todos os municípios das outras ilhas, traduzindo uma especialização produtiva nas outras ilhas e uma economia de escala produtiva em S. Miguel e Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis aumentou em quatro municípios e diminuiu em sete. Em 63,3% dos municípios, nos dois arquipélagos, houve diminuição de superfície de terras aráveis, sendo que em 30% dos municípios (9) a diminuição foi muito acentuada (< - 50%).

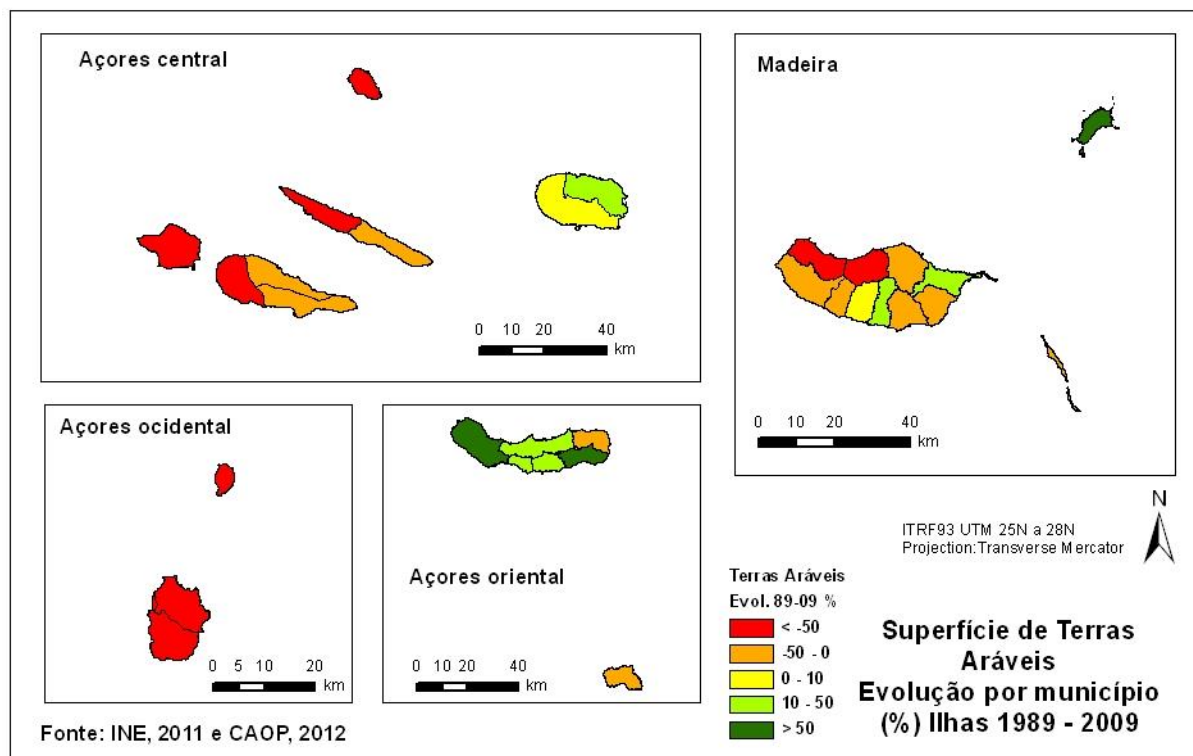
Figura 5.11.5 Superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	22	5	3
% de municípios	0,0%	73,3%	16,7%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,3		12,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	5	3
% de municípios	0,0%	57,9%	26,3%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,3		12,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		0,9 – 4,9		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.11.6 Evolução da superfície de terras aráveis, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	0	9	10	2	6	3
% de municípios	0,0%	30,0%	33,3%	6,7%	20,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		-81,4				85,7
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	0	7	5	1	4	2
% de municípios	0,0%	36,8%	26,3%	5,3%	21,1%	10,5%
Valor mín. e máx. (%)		-81,4				58,4
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	0	2	5	1	2	1
% de municípios	0,0%	18,2%	45,4%	9,1%	18,2%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-52,2				85,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de terras aráveis ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de terras aráveis no Continente diminuiu de 1989 para 2009 50,3%, representando 2.330.327 ha em 1989 e 1.158.805 ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 5,9%, representando 12.607 ha em 1989 e 11.860 ha em 2009 e na região autónoma

da Madeira diminuiu 16,6%, representando 2722 ha em 1989 e 2269 ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das terras aráveis foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto, encontramos diferenças substanciais entre as regiões NUTS I: no Continente a diminuição de terras aráveis foi muito acentuada, na região autónoma dos Açores foi pequena e na região autónoma da Madeira foi moderada.

5.12 Superfície de culturas temporárias em cultura principal

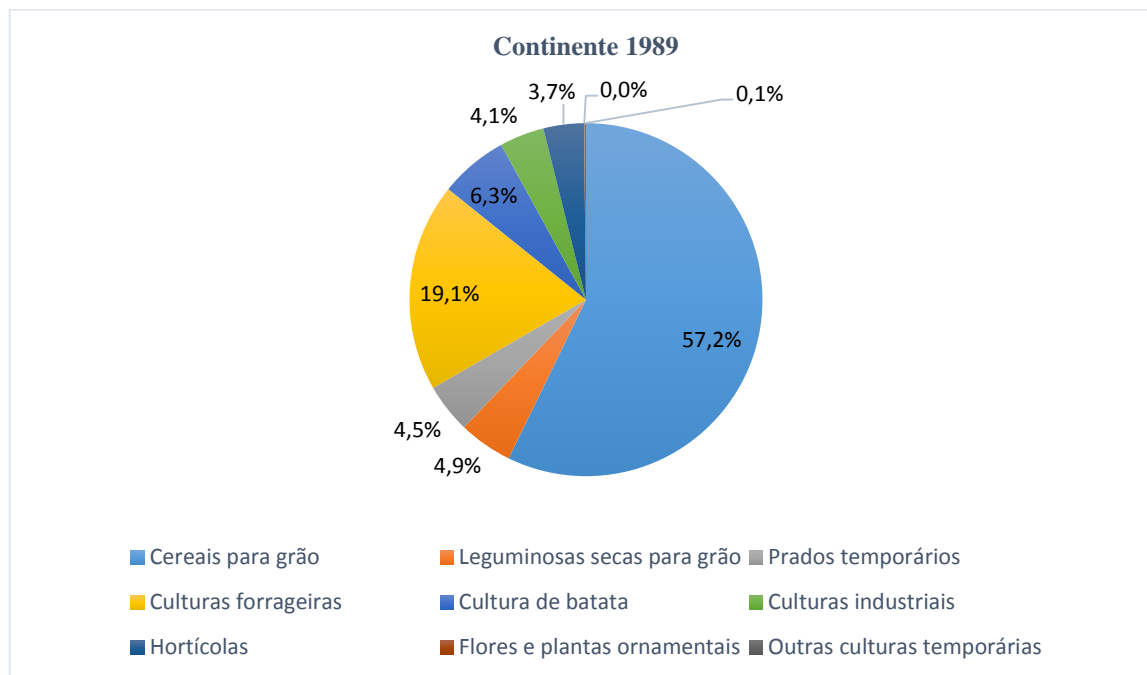
A superfície de culturas temporárias compreende as terras com culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.). As culturas temporárias podem ser desagregadas em culturas principais e em culturas secundárias. As culturas temporárias principais compreendem as culturas que proporcionam maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. As culturas secundárias compreendem as culturas que proporcionam menor rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola, bem como as culturas efetuadas sob coberto de culturas permanentes em compasso regular. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias. (INE, 2014).

O INE desagrega as culturas temporárias em cultura principal em: cereais para grão; leguminosas secas para grão; prados temporários; culturas forrageiras; batata; beterraba sacarina; culturas industriais; flores e plantas ornamentais e outras culturas temporárias (INE, 2011).

Nas figuras 5.12.1 a 5.12.6 apresenta-se a composição das culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

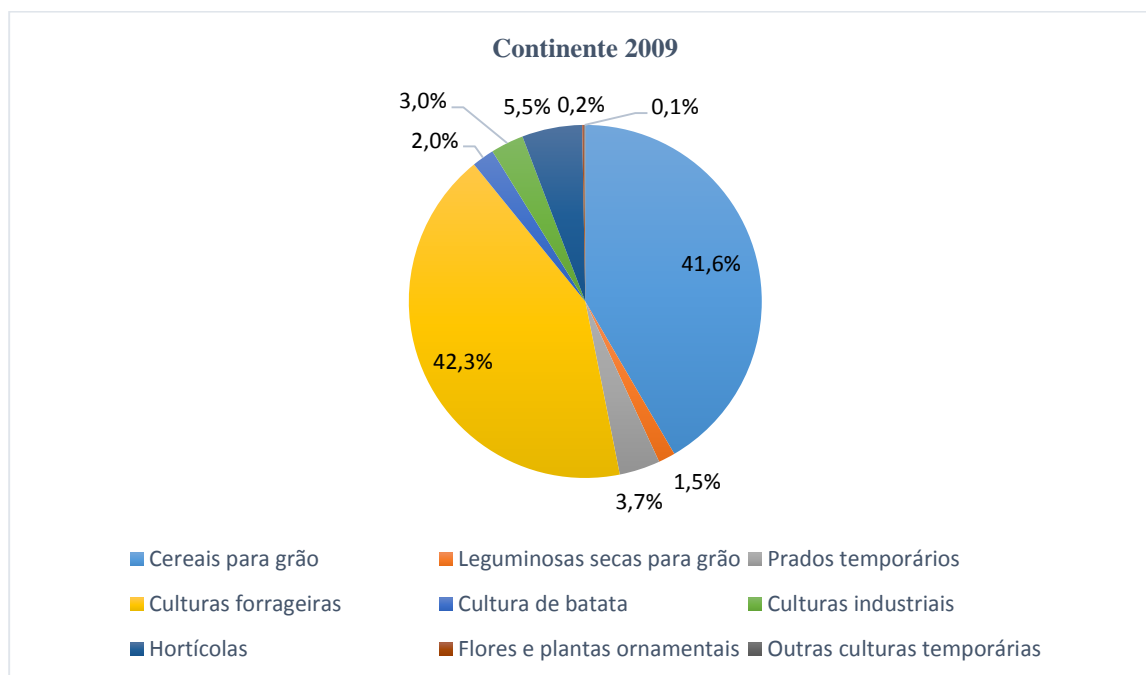
Pela análise das figuras 5.12.1 a 5.12.6 podemos constatar que, no Continente em 1989, a percentagem de superfície de culturas temporárias em cultura principal é dominada pelos cereais para grão (57,2%). As culturas forrageiras representam 19,1% e as outras culturas temporárias estão compreendidas entre 3,7%, no caso das hortícolas, e 6,3%, no caso da batata. No Continente de 1989 para 2009 observam-se mudanças muito relevantes: as culturas forrageiras (42,3%) aumentam para mais do dobro e passam a ter uma superfície semelhante aos cereais para grão (41,6%), que diminuem consideravelmente. As culturas hortícolas e as culturas de flores e plantas ornamentais aumentam a percentagem de superfície. Na região autónoma dos Açores em 1989 dominam as culturas forrageiras (41,3%) e os cereais para grão (29,2%), tendo a cultura da batata ainda alguma importância (11,6%). De 1989 para 2009 há profundas mudanças na composição da superfície de culturas temporárias nesta região autónoma: a superfície de culturas forrageiras (86,1%) passa a ser hegemónica, tendo os cereais para grão (2,4%) perdido toda a importância em 2009. A cultura de batata (3,8%) também perdeu importância e as culturas hortícolas (3,8%) aumentaram, apesar do valor ainda reduzido. Na região autónoma da Madeira em 1989, de entre as culturas temporárias, a utilização dominante é a cultura da batata (41,4%), seguida pelas culturas hortícolas (18,4%) e pelos cereais (15,7%). As “Outras culturas temporárias” (13,6%), apresentam na Madeira uma expressão elevada, ao contrário do que acontece no Continente e nos Açores. Em 2009 a superfície de culturas de cereais para grão passa a ter uma expressão reduzida (2,8%), as culturas hortícolas (46,5%) aumentam para mais do dobro, a cultura de batata (25,0%) diminui consideravelmente, embora continue a ter uma expressão razoável e as “Outras culturas temporárias” (14,1%) continuam também a representar uma percentagem assinalável em 2009. Estruturalmente a composição das culturas temporárias na região autónoma da Madeira poderá indicar um sistema de produção policultural, pouco especializado, onde as “outras culturas temporárias” representam percentagem assinalável, e com uma distribuição relativa das culturas mais equilibrada que no Continente e nos Açores, embora de 1989 para 2009 haja uma concentração nas culturas hortícolas, o aumento das culturas industriais e o quase desaparecimento das culturas de leguminosas para grão, estas últimas associadas normalmente a sistema de produção policulturais e de subsistência.

Figura 5.12.1 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.



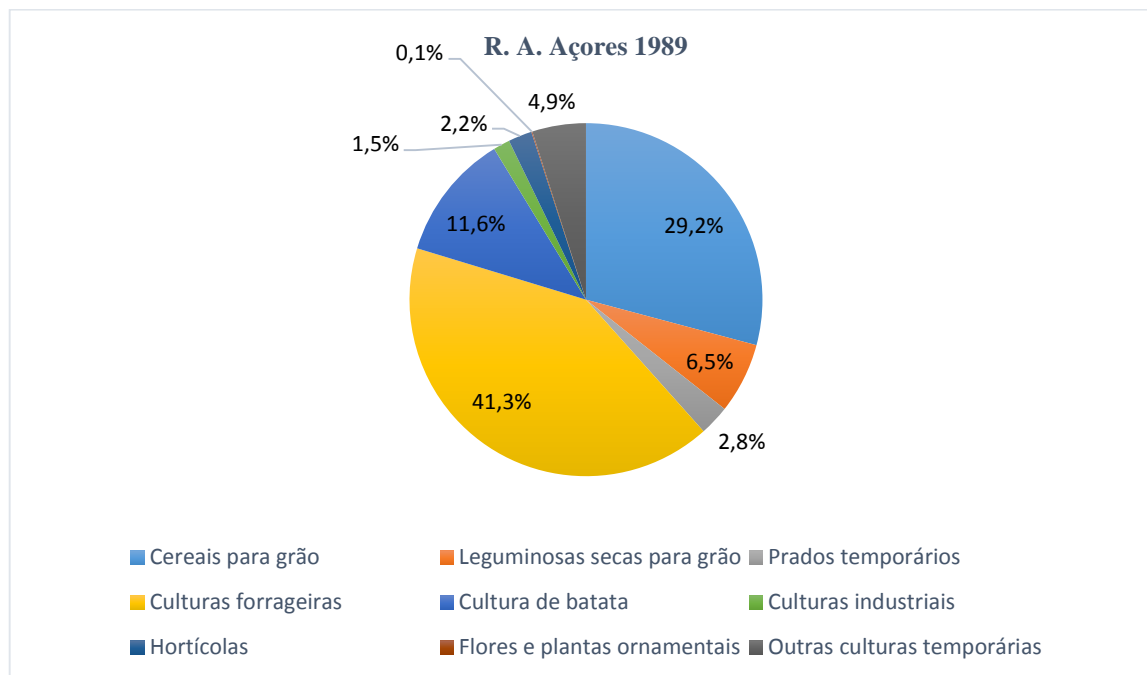
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.12.2 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009.



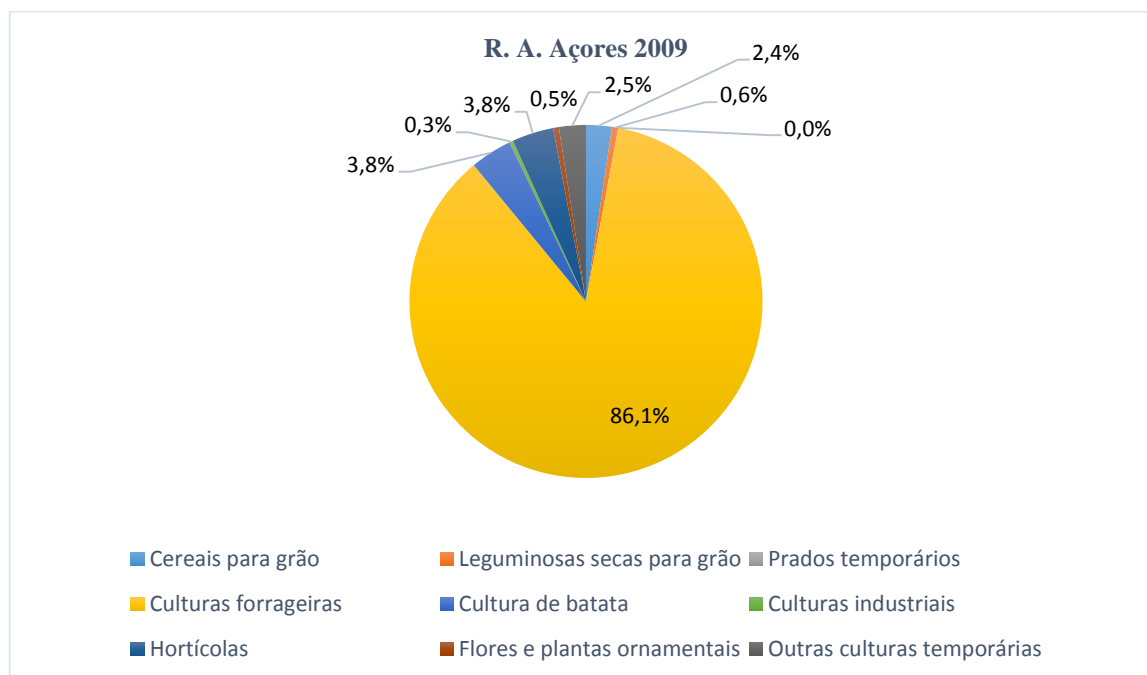
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.12.3 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.



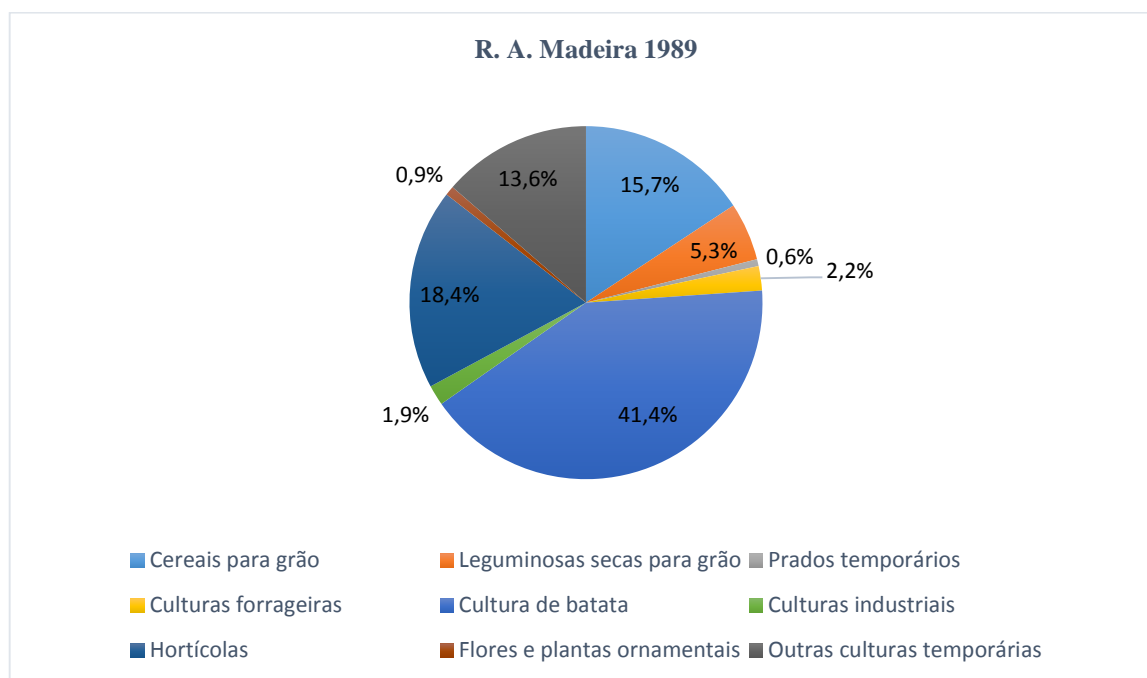
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.12.4 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.



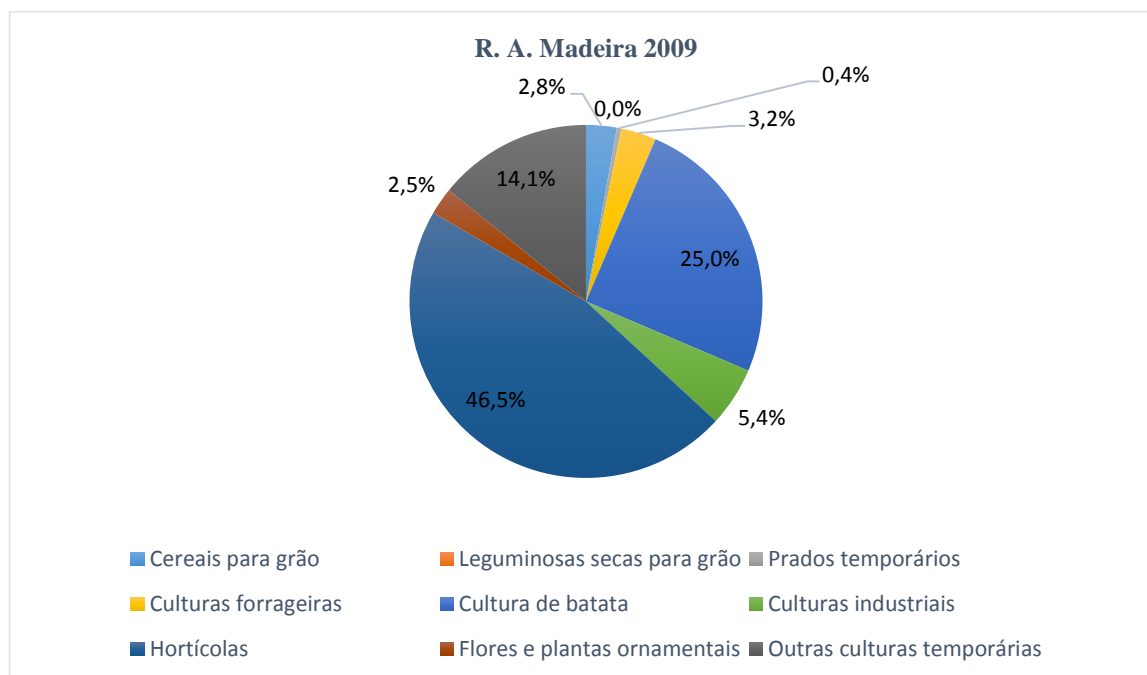
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.12.5 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

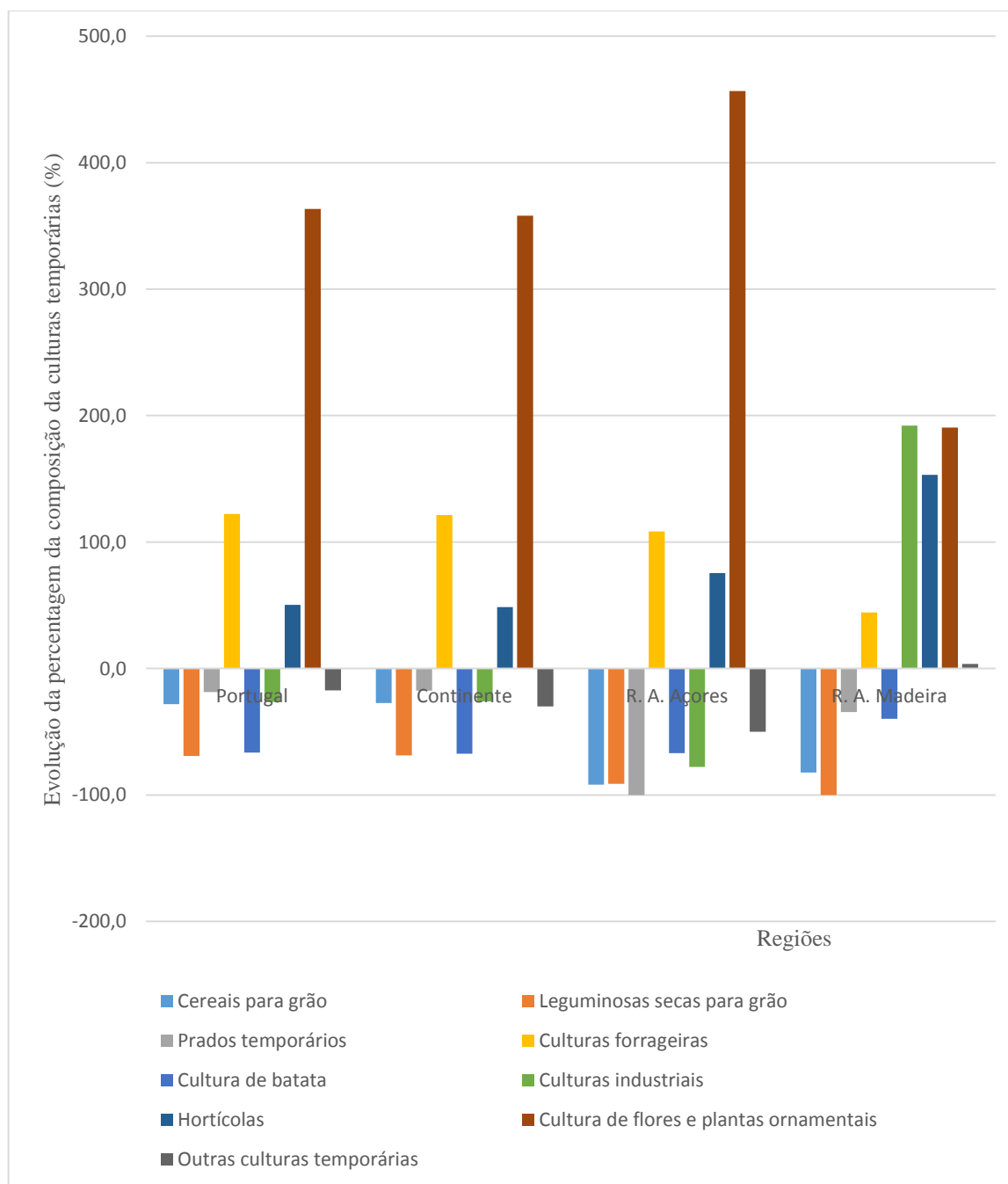
Figura 5.12.6 Composição da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Na figura 5.12.7 apresenta-se a evolução da percentagem da composição das culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira.

Figura 5.12.7 Evolução da percentagem da composição das culturas temporárias em cultura principal, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.



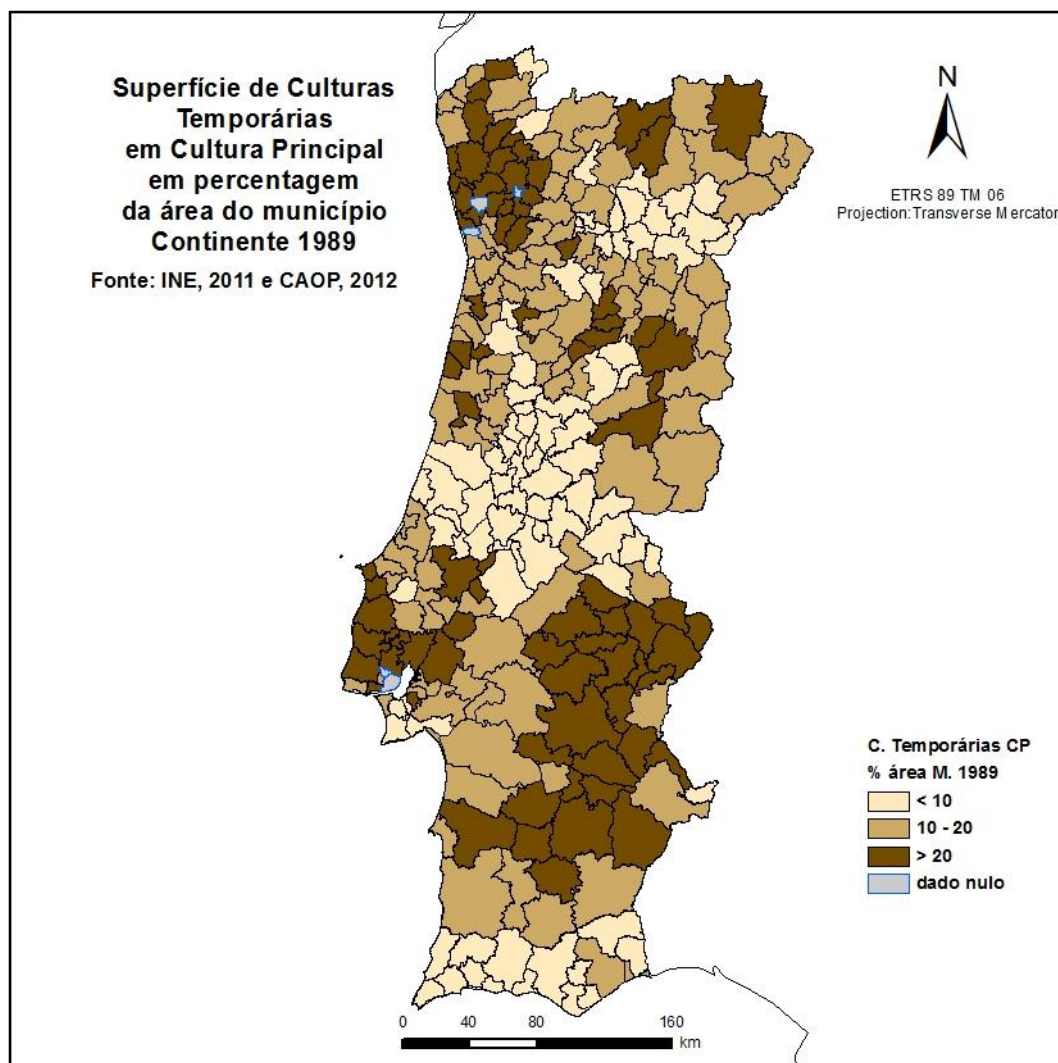
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Pela análise da figura 5.12.7 verificamos que a estrutura de mudança no Continente e na região autónoma dos Açores é semelhante mas com intensidades diferentes. Assim, na região autónoma dos Açores há uma concentração hegemónica nas culturas forrageiras, um aumento das percentagens de culturas hortícolas e de flores e plantas ornamentais e uma diminuição elevada nas restantes culturas temporárias. No Continente, apesar da estrutura de mudança ser semelhante à região autónoma dos Açores, não se verifica uma diminuição tão acentuada nas culturas que decresceram. A região autónoma da Madeira diferencia-se do Continente e da região autónoma dos Açores pelo perfil de menor especialização, com percentagens de culturas mais equilibradas, denotando uma agricultura de polivalência.

Nas figuras 5.12.8 e 5.12.9 apresenta-se a superfície de culturas temporárias em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.12.8, referente a 1989, podemos verificar que em 83 municípios (29,8%) a superfície de culturas temporárias em cultura principal ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 55,2% no município de Sobral de Monte Agraço, na NUTS III Oeste. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas temporárias em cultura principal encontram-se em três núcleos, abrangendo municípios contíguos, nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega, na Região Norte; nas NUTS III Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo, nas regiões Centro, Lisboa e Alentejo, respetivamente e nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo. Nas regiões Norte e Centro encontramos ainda, de forma mais ou menos dispersa, municípios com mais de 20% da superfície ocupada com culturas temporárias em cultura principal. A superfície de culturas temporárias em cultura principal é menor que 10% da superfície do município em 87 municípios (31,3%), com um valor mínimo de 0,6% no município de Castanheira de Pêra, na NUTS III Pinhal Interior Norte. Estes municípios encontram-se principalmente em três núcleos de municípios contíguos: na NUTS III Douro, na região Norte; nas NUTS III Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Médio Tejo, Pinhal Interior Sul, da região Centro, e na parte nordeste da NUTS III Alto Alentejo, da região Alentejo, e a quase totalidade dos municípios da região Algarve.

Figura 5.12.8 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



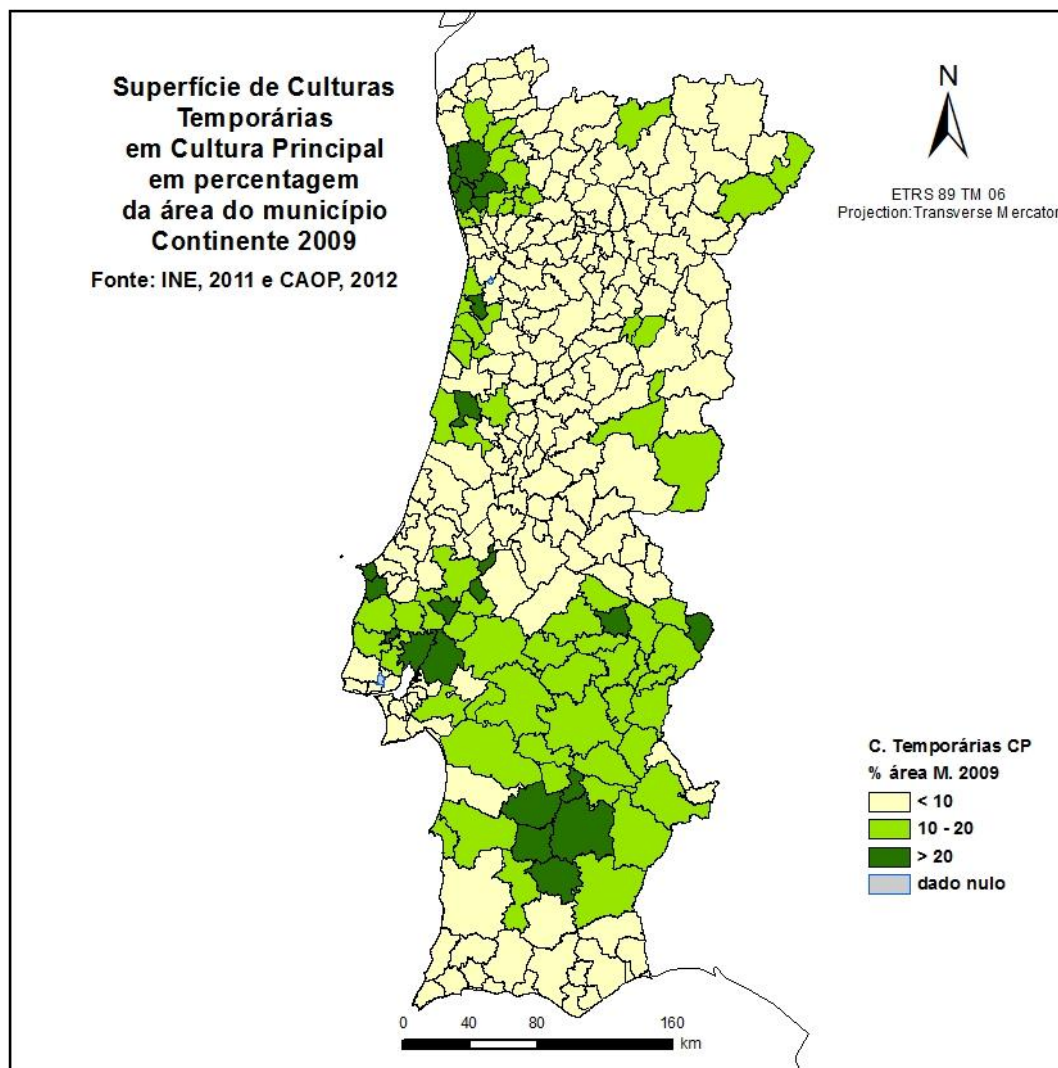
Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	5	87	103	83
% de municípios	1,8%	31,3%	37,1%	29,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,6		55,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.12.9, referente a 2009, podemos verificar que em 24 municípios (8,7%) a superfície de culturas temporárias em cultura principal ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 65,8% no município de Golegã, na NUTS III Lezíria do Tejo. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas temporárias em cultura principal situam-se em municípios isolados e em dois núcleos de municípios contíguos: um núcleo na região Norte, pertencente às NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto e outro na

região Alentejo, nas NUTS III Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Analisando os municípios com superfície ocupada por culturas temporárias em cultura principal superior a 10% encontramos 4 grupos de municípios contíguos: um grupo de municípios na região Norte, abrangendo maioritariamente municípios das NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto; dois grupos de municípios na região Centro, respetivamente NUTS III Baixo Vouga e Baixo Mondego e um grande grupo de municípios contíguos abrangendo municípios da NUTS III Oeste, da região Centro e uma grande parte dos municípios das regiões Lisboa e Alentejo. A superfície de culturas temporárias em cultura principal é menor que 10% da superfície do município em 183 municípios (65,8%), com valores mínimos menores que 0,1% em três, dois deles na NUTS III Douro. Os municípios com menos de 10% ocupam a maior parte das regiões Norte, Centro e Algarve. De 1989 para 2009 deparamos com um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas temporárias em cultura principal na classe superior a 20%, em mais de dois terços, de 83 municípios em 1989 para apenas 24 em 2009. Inversamente houve um aumento considerável do número de municípios na classe de superfície inferior a 10%, de 87 em 1989 para 183 municípios em 2009.

Figura 5.12.9 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



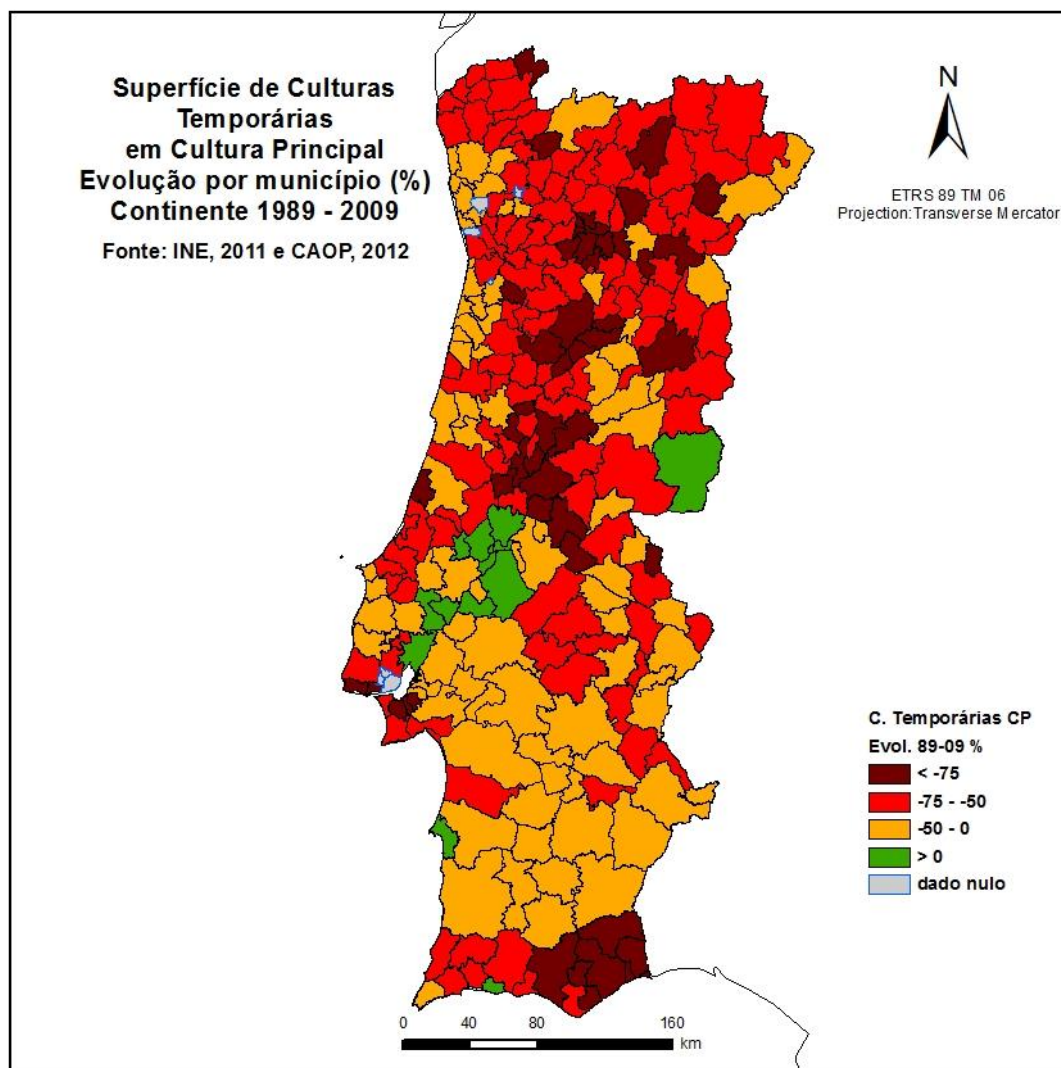
Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	2	183	69	24
% de municípios	0,7%	65,8%	24,8%	8,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		65,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.12.10 apresenta-se a evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 92,5% dos municípios do Continente (257). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 171 municípios (61,6%), sendo que 48 municípios

(17,3%) se encontram na classe de superfície menor que -75% e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 30,9% dos municípios (86). Apenas houve acréscimo da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 14 municípios, 11 dos quais contíguos, pertencentes às NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no vale do Tejo.

Figura 5.12.10 Evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



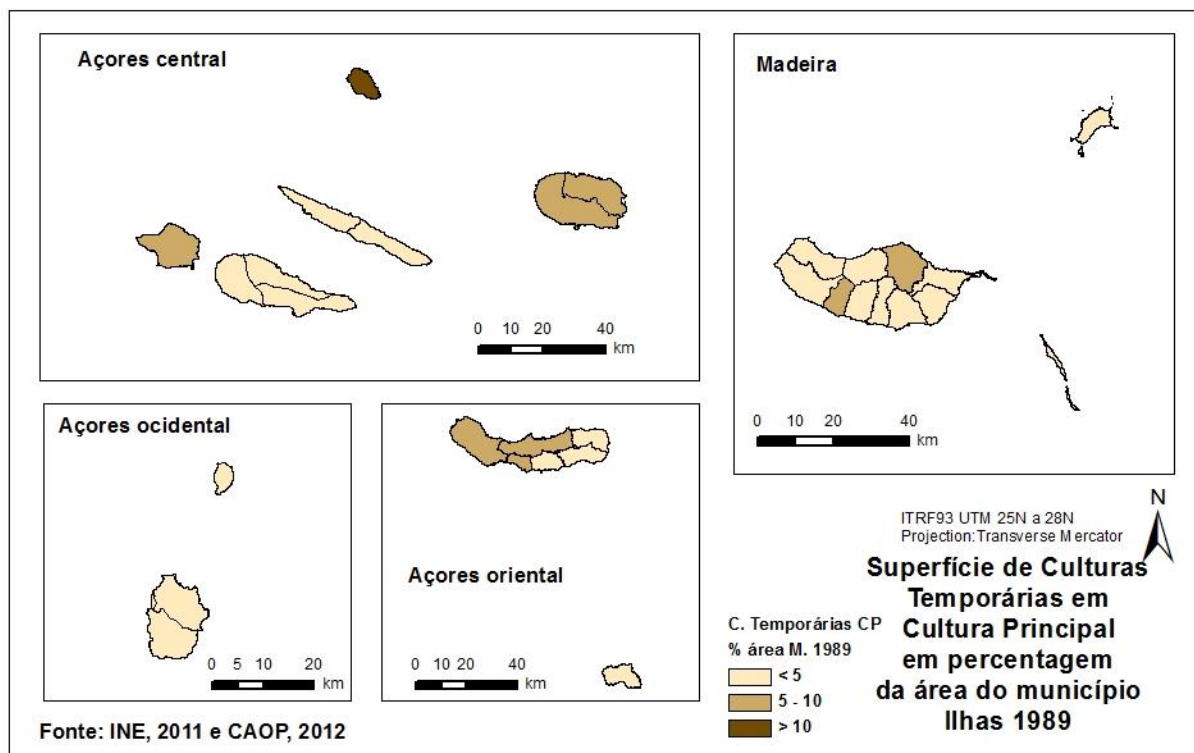
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 – -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	7	48	123	86	14
% de municípios	2,5%	17,3%	44,3%	30,9%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		-96,9			806,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A superfície de culturas temporárias em cultura principal nas Ilhas é muito idêntica à superfície de culturas aráveis, na medida em que a superfície de pousio nas ilhas é residual. Assim a análise feita para as culturas aráveis aplica-se na generalidade às culturas temporárias em cultura principal.

Pela análise da figura 5.12.11, referente a 1989, podemos verificar que na região autónoma dos Açores apenas no município da ilha Graciosa, a superfície de terras aráveis ocupa mais de 10% do território do município, com 12,0%. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 12 municípios (63,2%), com um valor mínimo de 1,7% no município de São Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis ocupa mais de 5% do território do município apenas em 2 municípios, com o máximo de 5,9% no município de Ponta do Sol. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 9 municípios (81,8%), com um valor mínimo de 0,5% no município de Porto Santo.

Figura 5.12.11 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

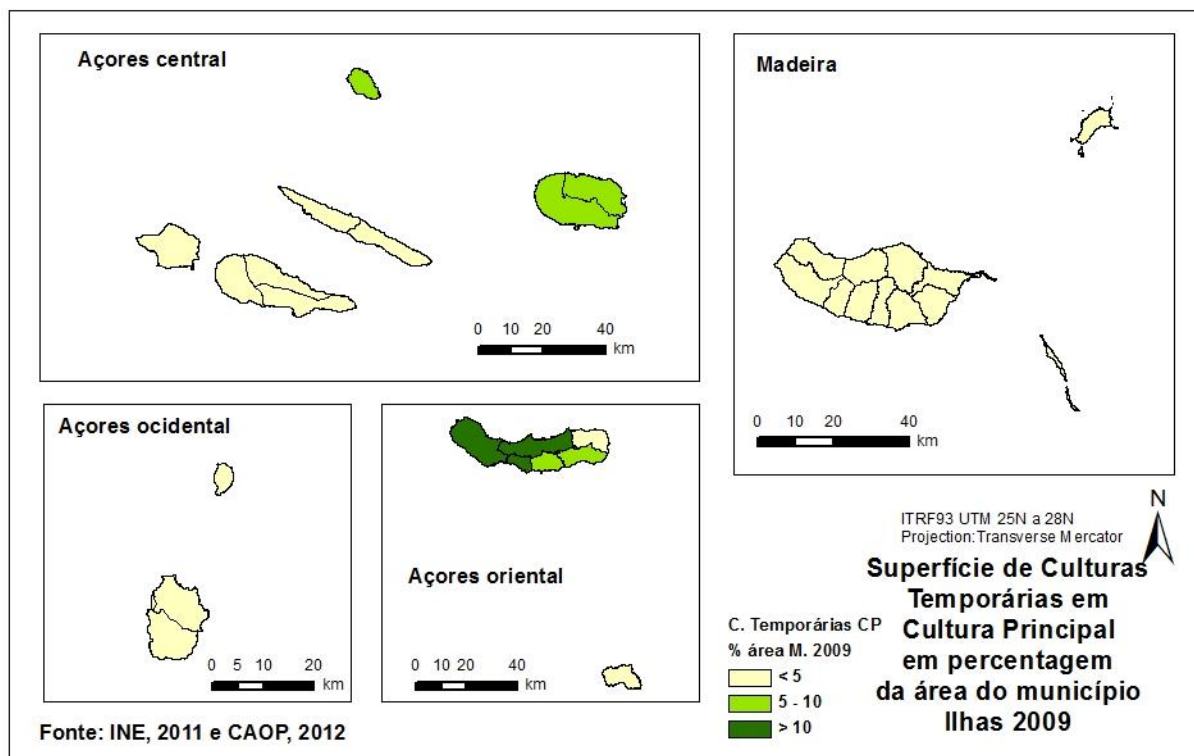


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	21	8	1
% de municípios	0,0%	70,0%	26,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,5		12,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	12	6	1
% de municípios	0,0%	63,1%	31,6%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		1,7		12,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	9	2	0
% de municípios	0,0%	81,8%	18,2%	
Valor mín. e máx. (%)		0,5	5,8	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.12.12, referente a 1989, podemos verificar que na região autónoma dos Açores em 3 municípios da ilha de S. Miguel, a superfície de terras aráveis ocupa mais de 10% do território do município, com o máximo de 12,0% no município de Lagoa. A superfície de terras aráveis é menor que 5% da superfície do município em 11 municípios (57,9%), com um valor mínimo de 0,3% no município de Lajes das Flores. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis ocupa menos de 5% do território do município em todos os municípios, com o máximo de 4,9% no município de Santana e com o valor mínimo de 0,9% no município de Porto Santo.

Figura 5.12.12 Superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

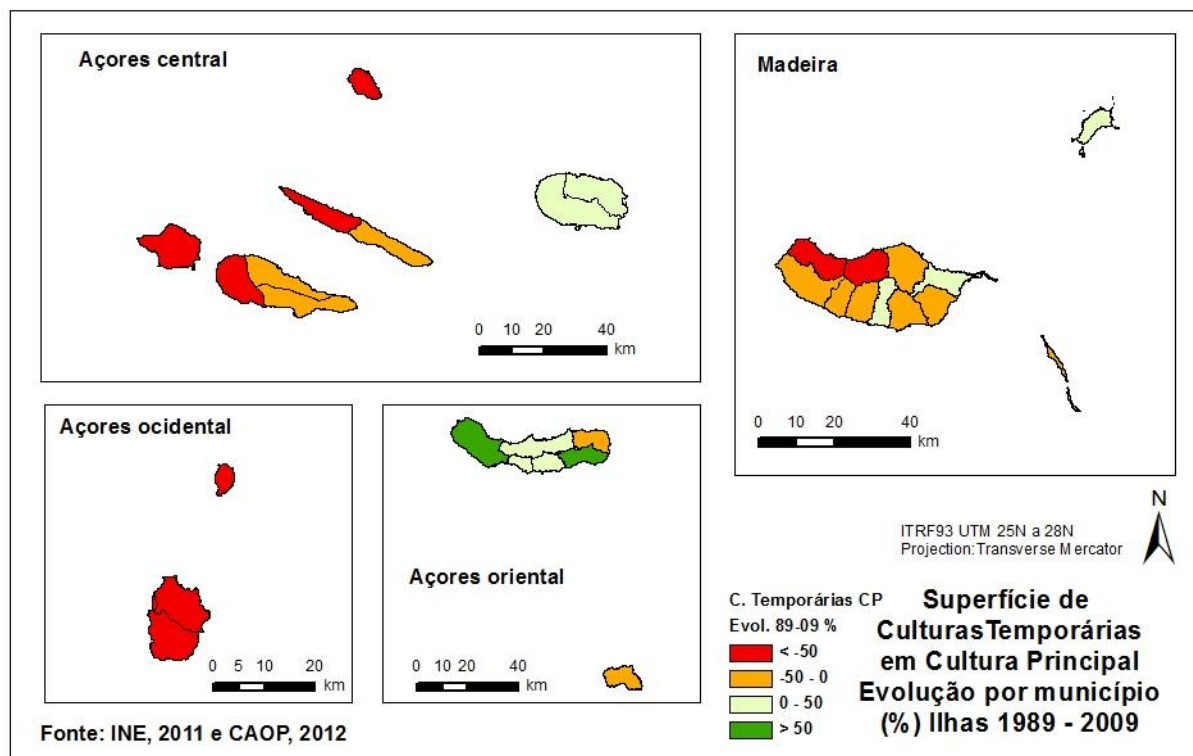


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	22	5	3
% de municípios	0,0%	73,3%	16,7%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,3		12,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	5	3
% de municípios	0,0%	57,9%	26,3%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,3		12,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		0,6 – 4,7		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.12.13 podemos observar a evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de culturas temporárias em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira, tendo diminuído em todos os municípios das outras ilhas, traduzindo uma especialização produtiva nas outras ilhas e uma economia de escala produtiva em S. Miguel e Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas temporárias em cultura principal aumentou em três municípios e diminuiu em sete. Em 63,6% dos municípios, nos dois arquipélagos, houve diminuição de superfície de culturas temporárias em cultura principal, sendo que em 30% dos municípios (9) a diminuição foi muito acentuada ($< -50\%$).

Figura 5.12.13 Evolução da superfície de culturas temporárias em cultura principal, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	0	9	11	8	2
% de municípios	0,0%	30,0%	36,6%	26,7%	6,7%
Valor mín. e máx. (%)		-81,4			58,4
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	0	7	5	5	2
% de municípios	0,0%	36,9%	26,3%	26,3%	10,5%
Valor mín. e máx. (%)		-81,4			58,4
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	0	2	6	3	0
% de municípios	0,0%	18,2%	54,5%	27,3%	
Valor mín. e máx. (%)		-52,3		28,1	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas temporárias em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas temporárias em cultura principal no Continente diminuiu 45,5% de 1989 para 2009, representando 1.500.024 ha em 1989 e 817.340 ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 4,2%, representando 12.607 ha em 1989 e 12.079 ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 19,2%, representando 2.690 ha em 1989 e 2.173 ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das culturas temporárias

em cultura principal foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto no Continente a diminuição de culturas temporárias em cultura principal foi muito acentuada ao passo que na região autónoma dos Açores foi pequena e na região autónoma da Madeira foi moderada.

5.13 Superfície de terras em pousio

As terras em pousio são terras incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, não fornecendo colheitas durante toda a campanha, tendo em vista o seu melhoramento. Podem apresentar-se sob as formas de: a) terras sem qualquer cultura; b) terras com uma vegetação espontânea, em certos casos utilizada pelos animais ou enterrada; c) terras semeadas tendo em vista a exclusiva produção de matéria verde para ser enterrada e aumentar a fertilidade do solo. A superfície de terras em pousio está incluída na Superfície Agrícola Utilizada (SAU). A superfície de terras em pousio e a superfície de culturas temporárias em cultura principal constituem a superfície de terras aráveis. (INE, 2014)

No Recenseamento Geral Agrícola de 1989, a informação da superfície de terras em pousio não está disponível, sendo apresentada na informação estatística com o sinal convencional de dado nulo ou não aplicável. No Recenseamento Geral da Agricultura de 1999 e no Recenseamento Agrícola de 2009 a informação da superfície de terras em pousio está disponibilizada para o Continente e para a região autónoma da Madeira, não o estando para a região autónoma dos Açores, aparecendo na informação estatística com o sinal convencional de dado nulo ou não aplicável. Deste modo optámos por apresentar a informação disponível, relativa à superfície de terras em pousio, para os anos de 1999 e de 2009.

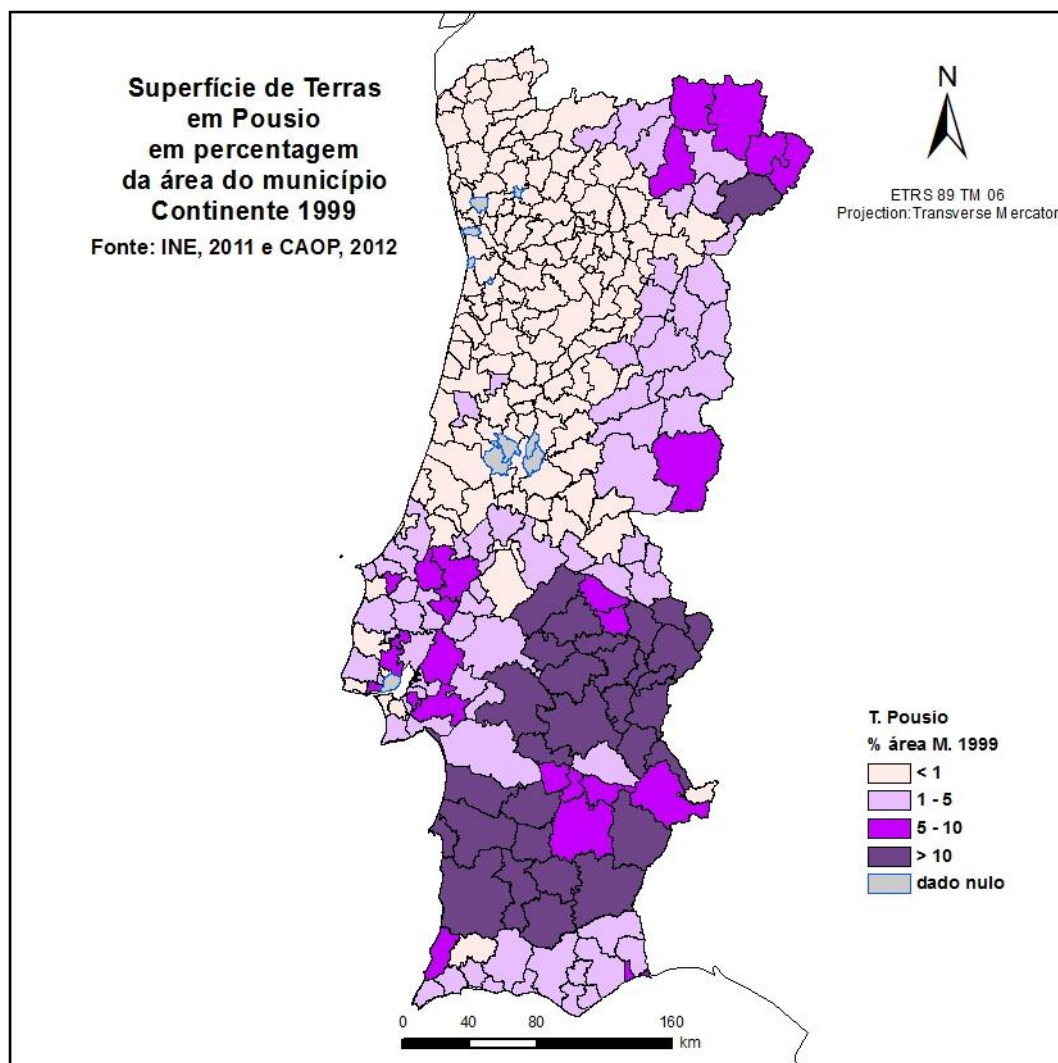
Nas figuras 5.13.1 e 5.13.2 apresenta-se a superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1999 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.13.1, referente a 1999, podemos verificar que em 31 municípios (11,2%) a superfície de terras em pousio ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 48,1% no município de Mora, na NUTS III Alto Alentejo. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por terras em pousio concentram-se nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na Região

Alentejo. A superfície de terras em pousio é menor que 1% da superfície do município em 141 municípios (50,7%), com um valor mínimo de 0,0% em dez municípios das regiões NUTS II Norte e Centro. Estes municípios encontram-se na quase totalidade nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro, formando um contínuo de municípios. Nas regiões Norte e Centro excluem-se da classe “< 1%” de terras em pousio as NUTS III Trás-os-Montes, na região Norte e Pinhal Interior Norte, Cova da Beira, Médio Tejo, Pinhal Interior Sul e Oeste, na região Centro. Salienta-se também um núcleo de municípios na classe “> 5%” de terras em pousio na NUTS III Trás-os-Montes, na região Norte.

Pela análise da figura 5.13.2, referente a 2009, podemos verificar que apenas em 13 municípios (4,7%) a superfície de terras em pousio ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 35,4% no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Os municípios com mais de 5% de área ocupada por terras em pousio, em que se integram os municípios com mais de 10%, situam-se em municípios contíguos em três núcleos: um núcleo na região Norte, na NUTS III Alto-Trás-os-Montes e outros dois na região Alentejo, nas NUTS III Alto Alentejo e Alentejo Central e nas NUTS III Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. A superfície de terras em pousio é menor que 1% da superfície do município em 143 municípios (51,4%), com valores mínimos menores que 0,1% em 33 municípios, nas regiões Norte e Centro. De 1999 para 2009 deparamos com um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com terras em pousio na classe superior a 10%, de 31 municípios em 1999 para 13 em 2009.

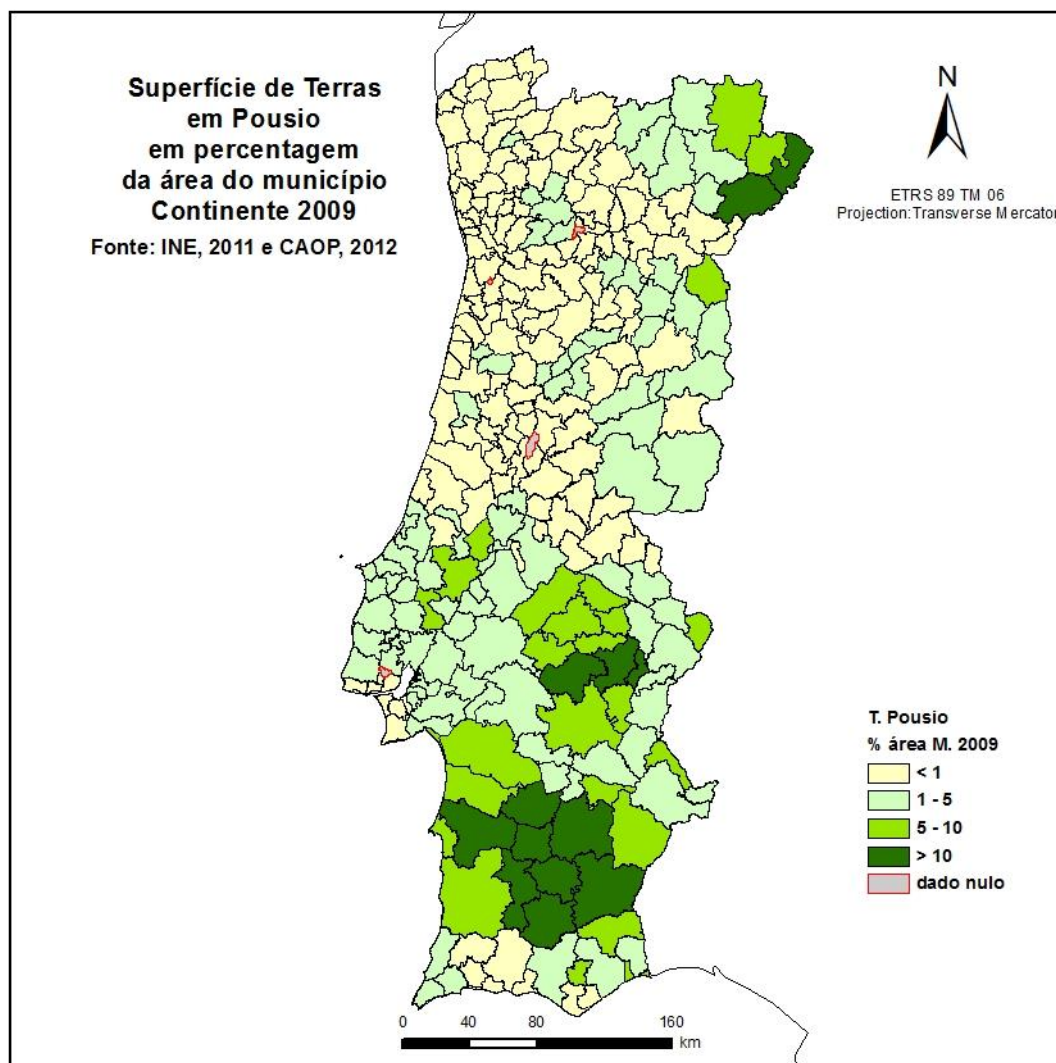
Figura 5.13.1 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1999.



Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	10	141	71	25	31
% de municípios	3,6%	50,7%	25,5%	9,0%	11,2%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			48,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.13.2 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



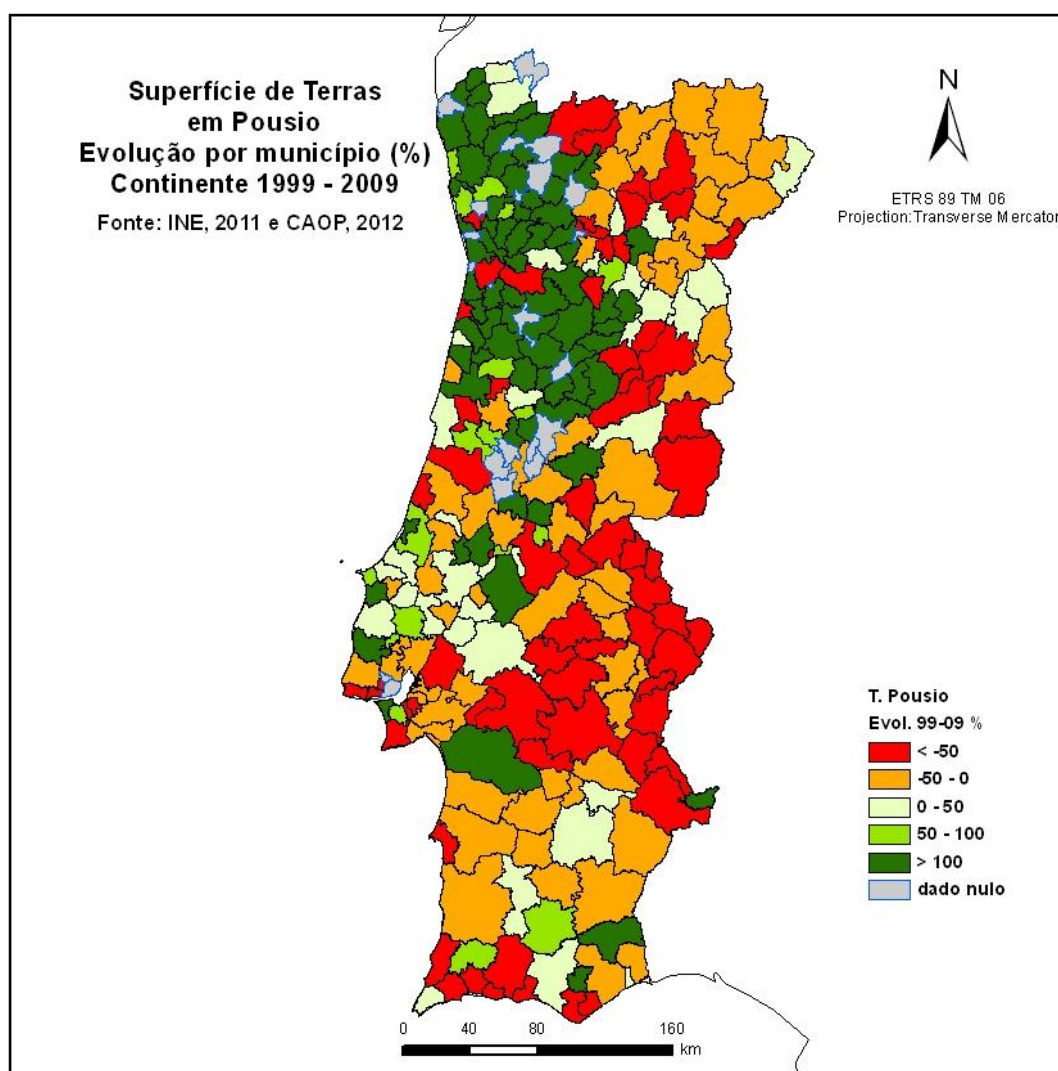
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	4	143	93	25	13
% de municípios	1,4%	51,4%	33,5%	9,0%	4,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			35,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.13.3 apresenta-se a evolução da superfície de terras em pousio, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1999 a 2009. Verifica-se que, de 1999 para 2009, houve diminuição da superfície de terras em pousio em 46,8% dos municípios do Continente (130). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 69 municípios (24,8%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 22,0% dos municípios (61). Houve acréscimo da superfície de terras em pousio em 126 municípios (45,3%), em dois

núcleos de municípios contíguos: um núcleo na região Norte e Centro nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Tâmega, Grande Porto, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga e Pinhal Interior Norte e outro núcleo nas regiões Centro e Alentejo, nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo, este último núcleo com acréscimos mais moderados que o primeiro. Verificamos assim que nos municípios com maior superfície ocupada por terras em pousio houve, na maioria dos municípios, decréscimo acentuado ou moderado da superfície ocupada por terras em pousio.

Figura 5.13.3 Evolução da superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Continental de 1999 a 2009

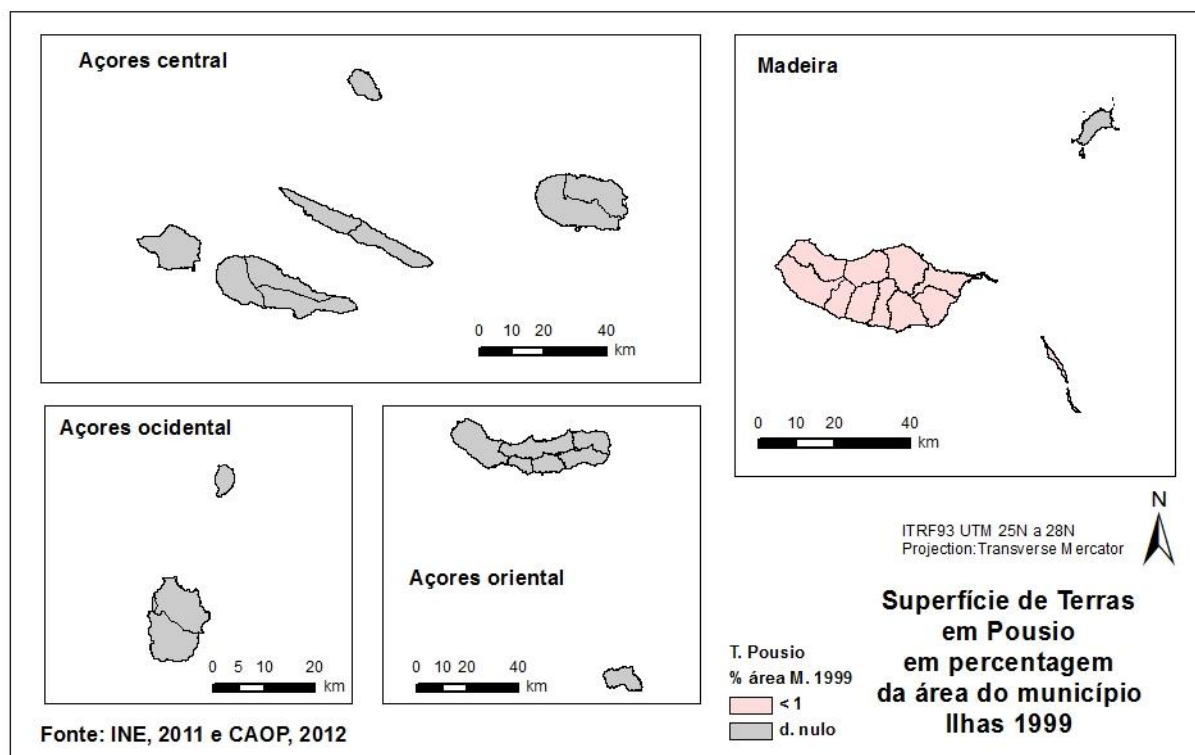


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	22	69	61	34	18	74
% de municípios	7,9%	24,8%	22,0%	12,2%	6,5%	26,6%
Valor mín. e máx. (%)		-98,2				13000,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.13.4, referente a 1999, podemos verificar que a superfície de terras em pousio nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira é residual, sendo nula em todos os municípios da região autónoma dos Açores e nula a menor que 0,4% da superfície dos municípios na região autónoma da Madeira.

Figura 5.13.4 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1999.

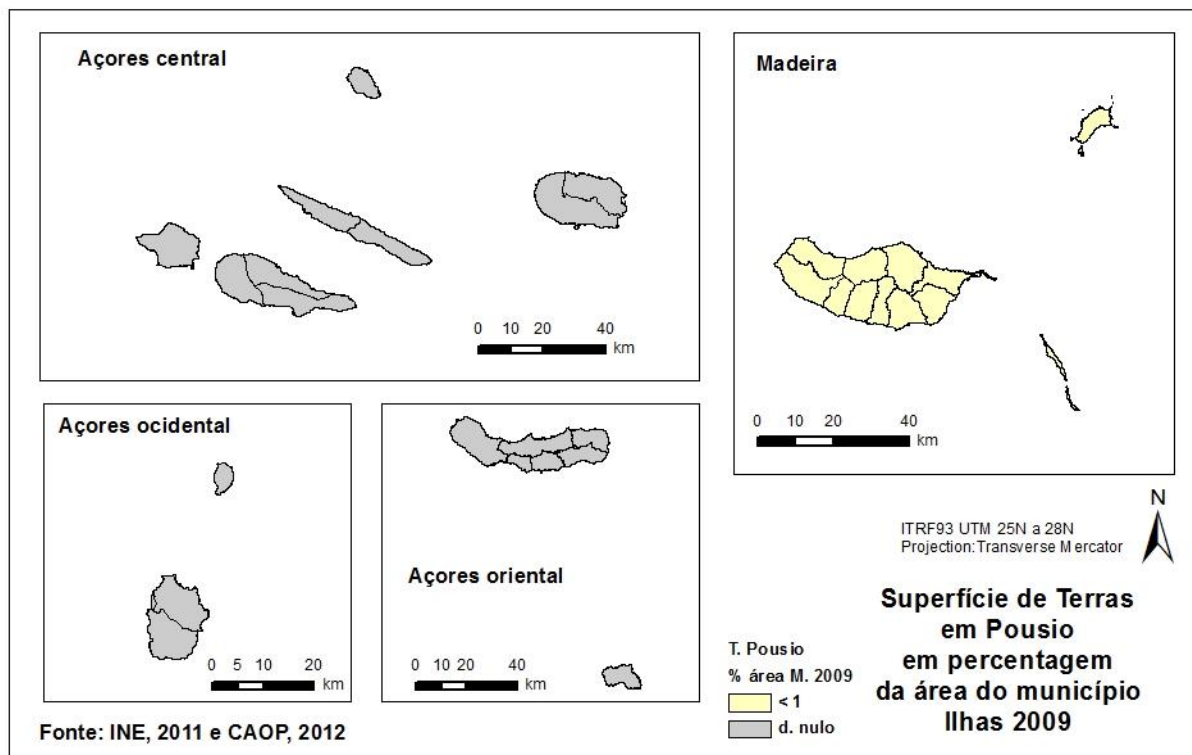


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	20	10
% de municípios	66,7%	33,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	19	0
% de municípios	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	1	10
% de municípios	9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.13.5, referente a 2009, podemos verificar que a superfície de terras em pousio nas Ilhas é residual, tal como em 1989, sendo nula em todos os municípios da região autónoma dos Açores e nula a menor que 0,3% da superfície dos municípios na região autónoma da Madeira.

Figura 5.13.5 Superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

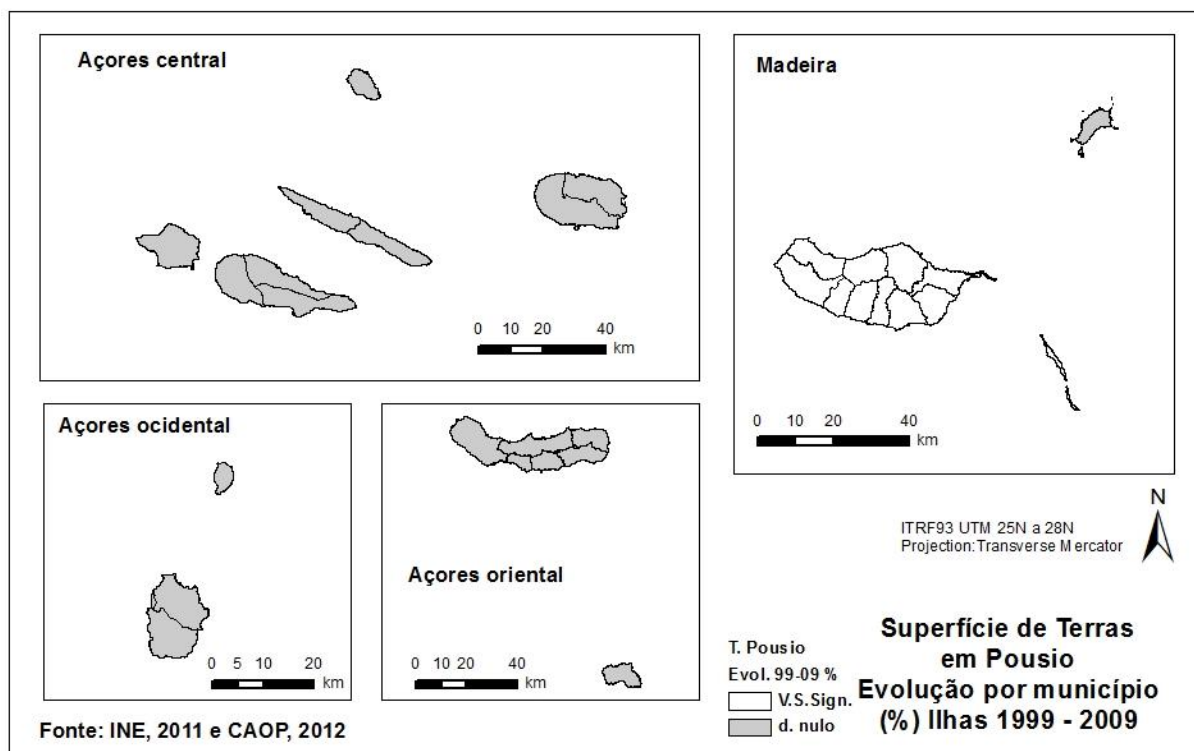


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	19	11
% de municípios	63,3%	36,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	19	0
% de municípios	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	11
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Tendo em conta que a superfície de terras em pousio nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira é nula ou residual, tanto em 1999 como em 2009, o valor da evolução entre 1999 e 2009 carece de significado prático. Assim, na figura 5.13.6 não se representaram os valores calculados da evolução da superfície de terras em pousio por município, tendo sido atribuída a valoração nula ou qualitativa “valor sem significado”, nos casos em que os valores são residuais.

Figura 5.13.6 Evolução da superfície de terras em pousio, em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas de 1999 a 2009.



Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	Valor sem significado (V.S.Sign.)
N.º de municípios	20	10
% de municípios	66,7%	33,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – 750,0
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	Valor sem significado (V.S.Sign.)
N.º de municípios	19	0
% de municípios	66,7%	
Valor mín. e máx. (%)		
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	Valor sem significado (V.S.Sign.)
N.º de municípios	1	10
% de municípios	9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – 750,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de terras em pousio ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de terras em pousio no Continente diminuiu de 1999 para 2009 39,3%, representando 562.646 ha (6,1% do território) em 1999 e 341.465 ha (3,8% do território) em 2009. Para a região autónoma dos Açores a informação recolhida nas operações censitárias gerais agrícolas é, tanto em 1999 como em 2009, de valor nulo ou que não se aplica. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras em pousio, diminuiu 2,8%, de 1999 para 2009, representando 71 ha em 1999 e 69 ha em 2009, valores bastante residuais e sem expressão geográfica.

5.14 Superfície de culturas permanentes

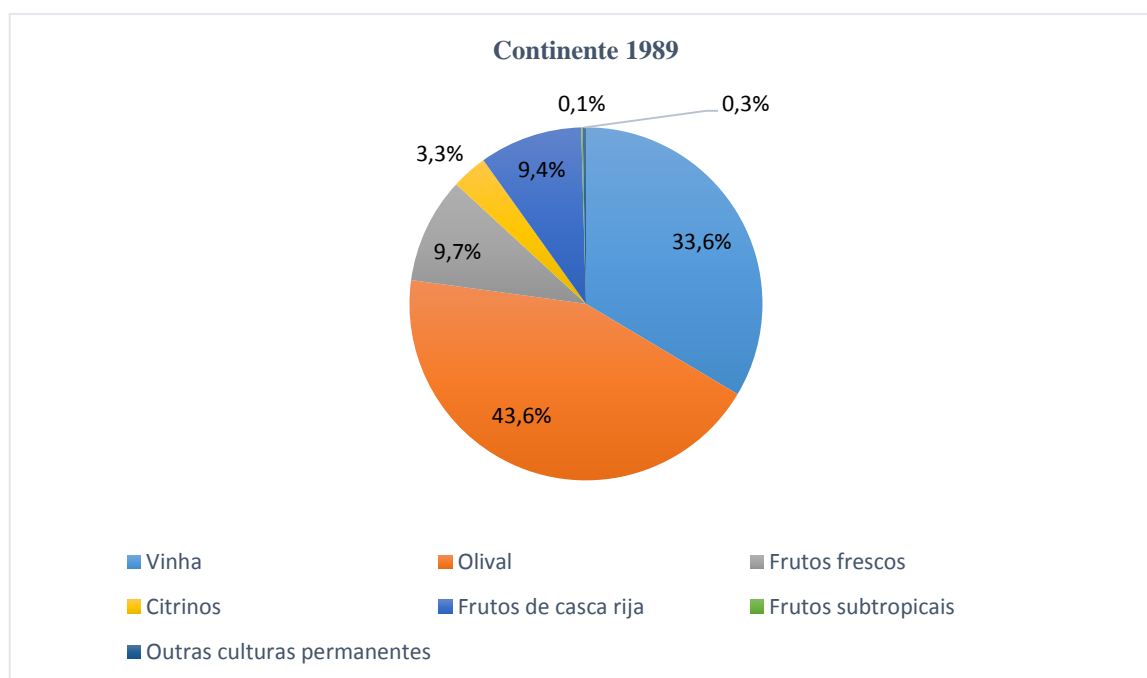
As culturas permanentes são culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos. A superfície de culturas permanentes, na estrutura de dados disponibilizada pelo INE em 2001 (INE, 2001), é desagregada em frutos frescos (com exceção dos citrinos), citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rijá, olival, vinha e outras culturas permanentes.

Nas figuras 5.14.1 a 5.14.6 apresenta-se a composição das culturas permanentes, em percentagem, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

Pela análise das figuras 5.14.1 a 5.14.6 podemos constatar que, no Continente em 1989, as culturas permanentes são dominadas pelo olival (43,6%) e pela vinha (33,6%). Os frutos frescos (9,7%) e os frutos de casca rijá (9,4%) têm alguma importância. No Continente de 1989 para 2009 observam-se algumas mudanças: a percentagem de olival (48,9%) e os frutos de casca rijá (16,8%) aumentam e a vinha (41,6%) e os frutos frescos (5,8%) diminuem. No Continente, tanto em 1989 como em 2009, os citrinos têm uma expressão baixa e os frutos subtropicais não têm expressão. Na região autónoma dos Açores em 1989 dominam as culturas da vinha (52,2%) e dos citrinos (22,8%) e têm uma expressão ainda considerável os frutos subtropicais (16,1%). As mudanças na composição da superfície de culturas permanentes de

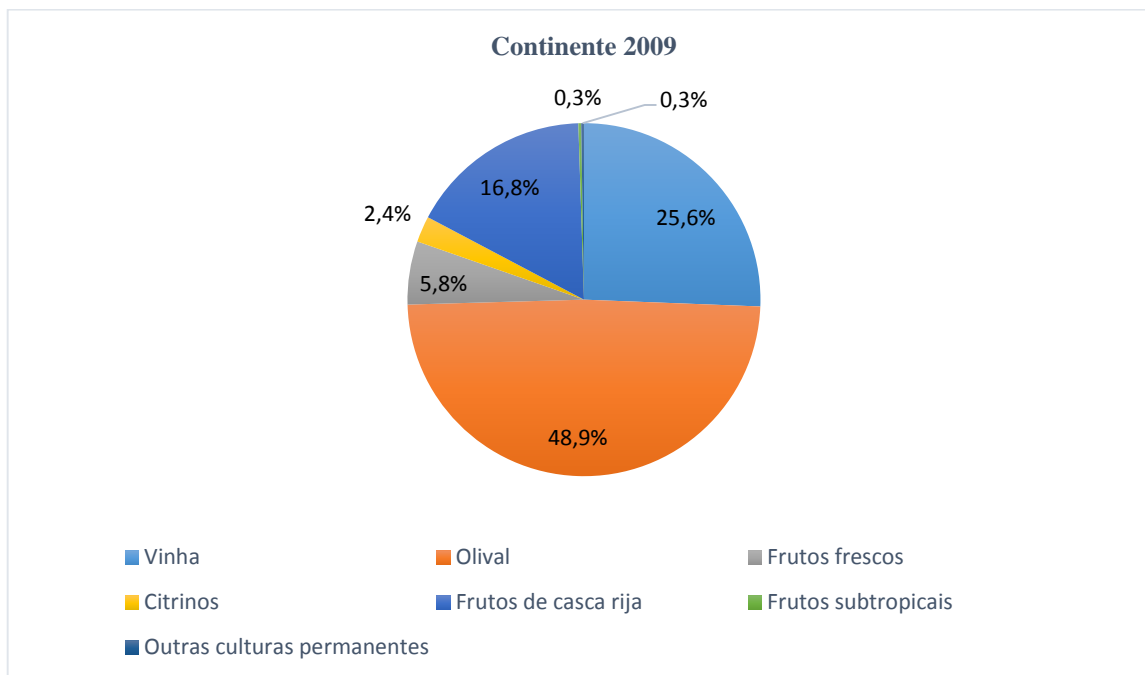
1989 para 2009 são pouco relevantes: a vinha (45,8% em 2009) diminuiu, os frutos subtropicais aumentaram (21,8% em 2009) e os citrinos e os frutos frescos mantiveram proporções semelhantes a 1989. Na região autónoma da Madeira em 1989 dominam a vinha (49,2%) e os frutos subtropicais (33,7%). Os frutos frescos (7,1%) ainda têm alguma expressão, tendo os citrinos e os frutos de casca rija pouca importância. As mudanças na composição da superfície de culturas permanentes de 1989 para 2009 são pouco relevantes: a vinha (45,6% em 2009) diminuiu, os frutos subtropicais mantiveram uma proporção semelhante e os citrinos (4,0% em 2009) e os frutos de casca rija (4,2%) em 2009) aumentaram. O olival não existe nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Figura 5.14.1 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, em Portugal Continental, em 1989.



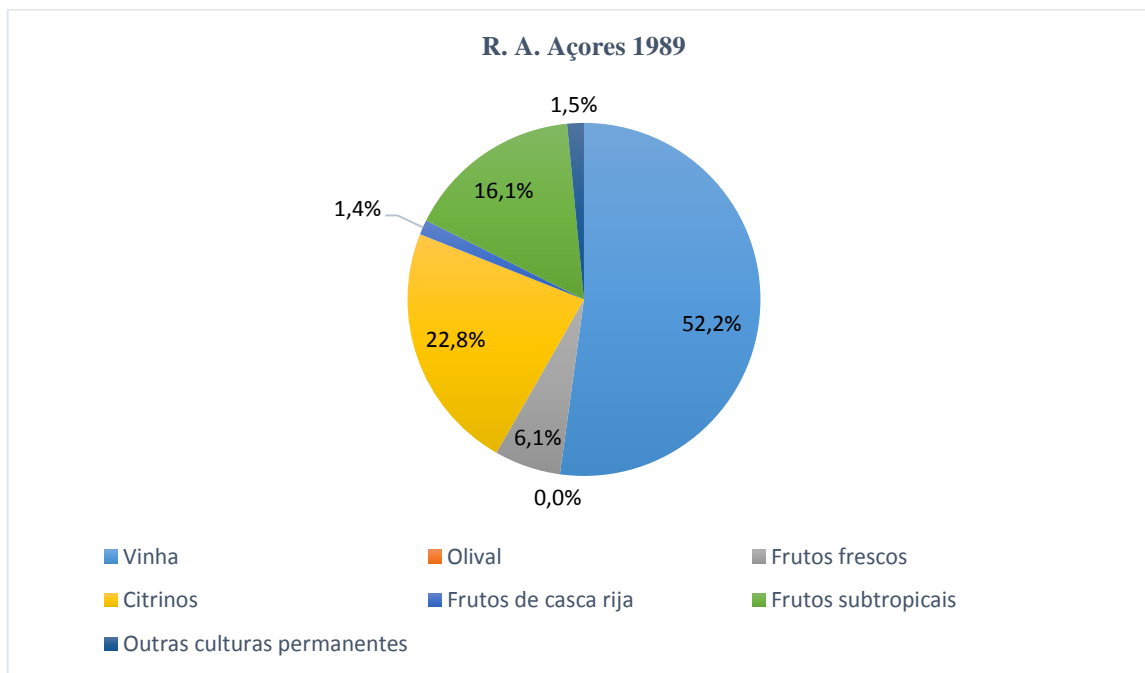
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.14.2 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, em Portugal Continental, em 2009



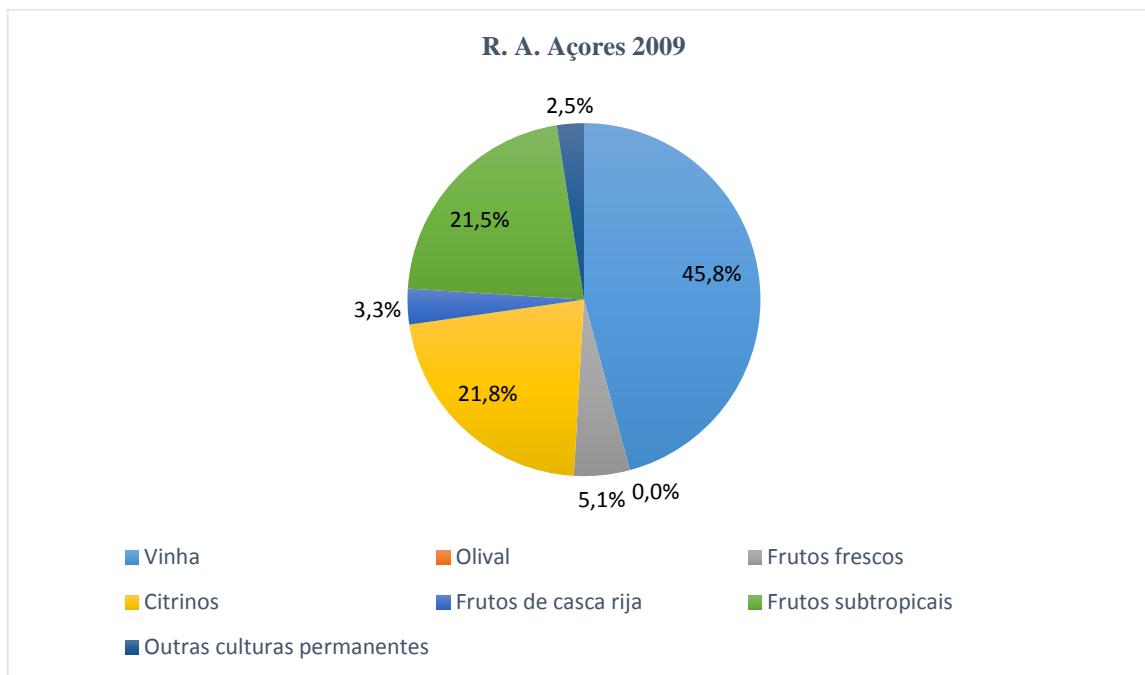
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.14.3 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989



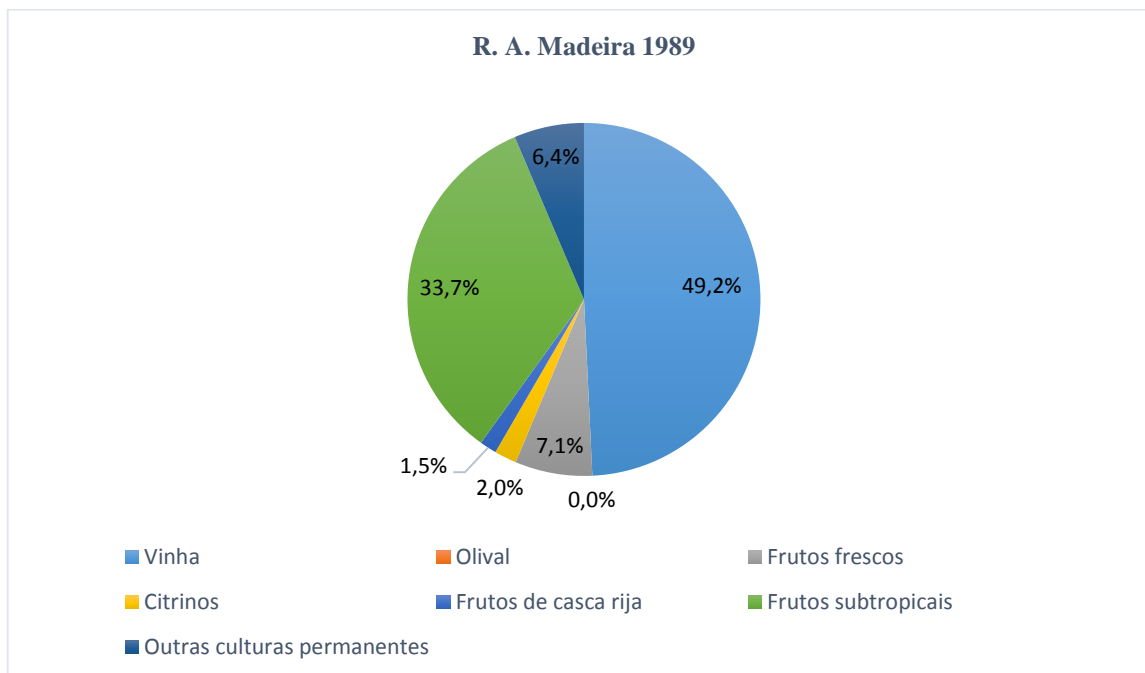
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.14.4 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009



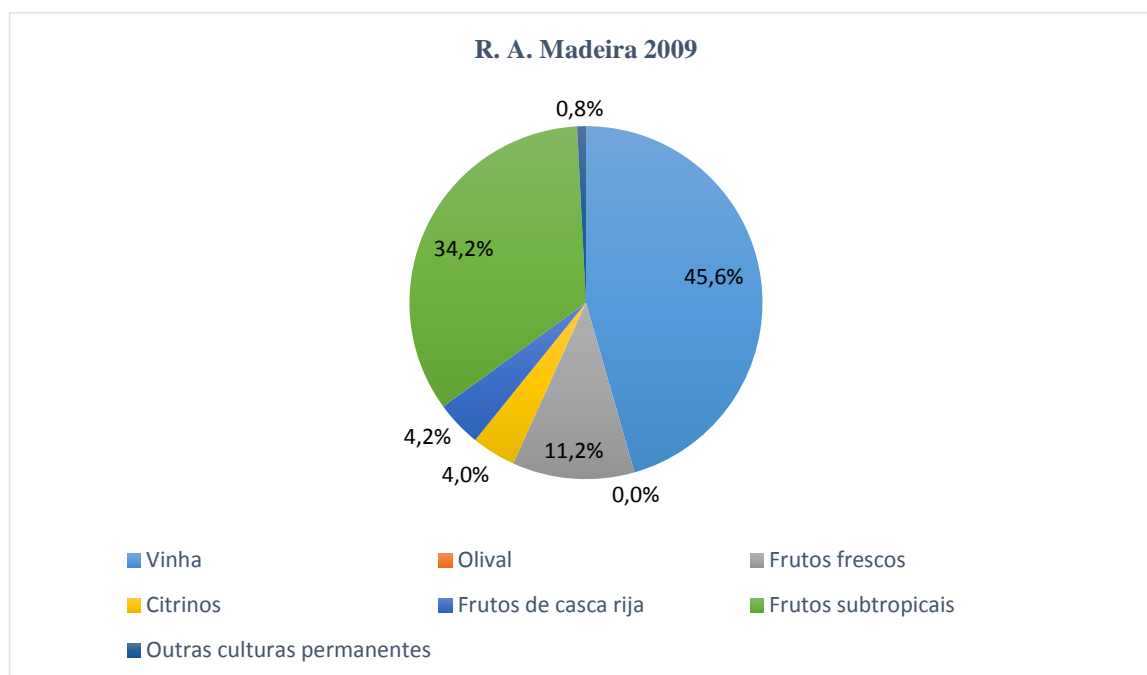
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 5.14.5 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

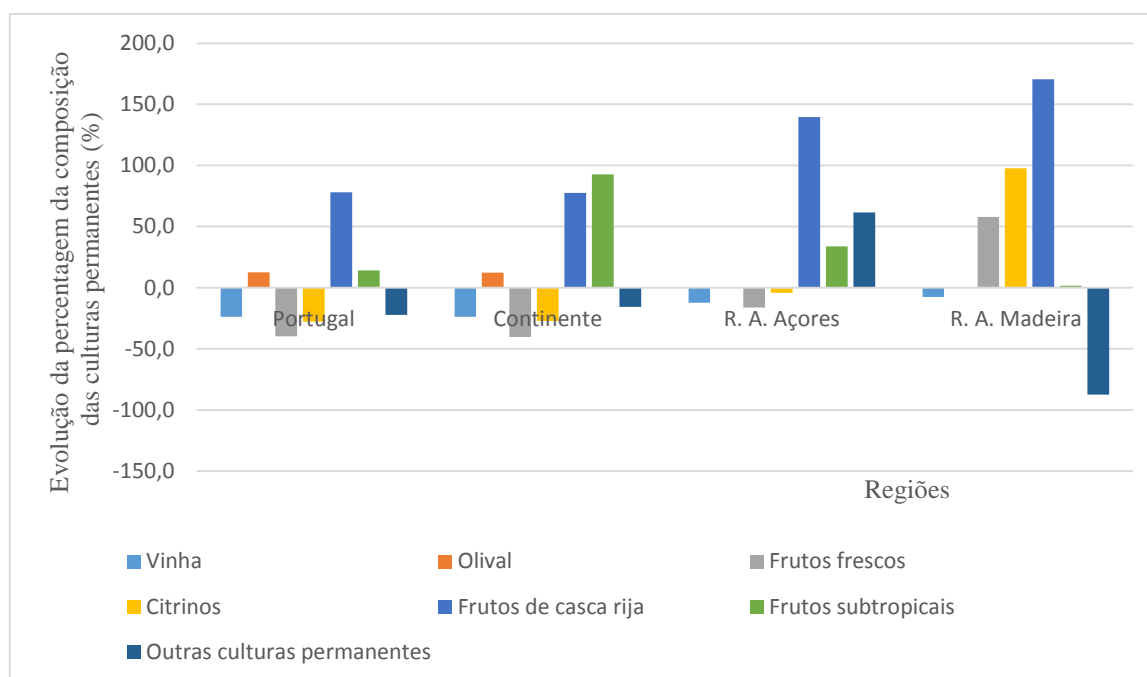
Figura 5.14.6 Composição da superfície de culturas permanentes, em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 2009



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Na figura 5.14.7 apresenta-se a evolução da percentagem da composição das culturas permanentes, em percentagem, em Portugal, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira.

Figura 5.14.7 Evolução da percentagem da composição das culturas permanentes, em percentagem, em Portugal, Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

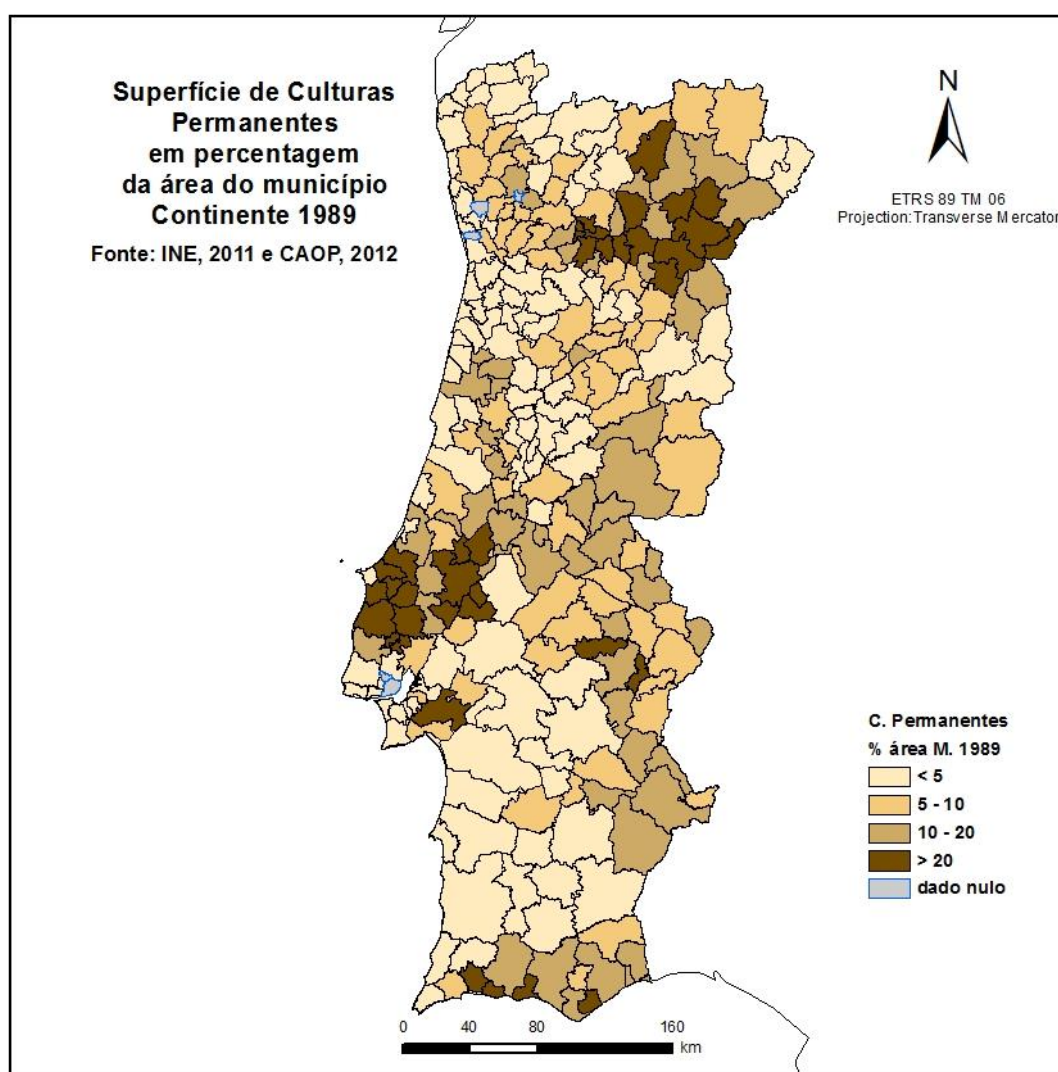
Pela análise da figura 5.14.7 verificamos que de 1989 para 2009, nas culturas permanentes, no Continente, aumentou a proporção de olival, de frutos de casca rija e de frutos subtropicais e decresceu a proporção de vinha, frutos frescos e citrinos. Na região autónoma dos Açores aumentou a proporção de frutos de casca rija, de frutos subtropicais e de outras culturas permanentes e diminuiu a proporção de vinha, de frutos frescos e citrinos. Na região autónoma da Madeira aumentou a proporção de frutos frescos, de citrinos e de frutos de casca rija e diminuiu a vinha e as outras culturas permanentes.

Nas figuras 5.14.8 e 5.14.9 apresenta-se a superfície de culturas permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.14.8, referente a 1989, podemos verificar que em 37 municípios (13,3%) a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 62,7% no município de Bombarral, na NUTS III Oeste. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas permanentes encontram-se nas NUTS III: Douro, na região Norte; Oeste na região Centro; Lezíria do Tejo,

na região Alentejo e Algarve, abrangendo na maioria municípios contíguos. A superfície de culturas permanentes é menor que 5% da superfície do município em 109 municípios (39,2%), com um valor mínimo de 0,0% no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. Estes municípios encontram-se em todas as regiões, a maioria em municípios contíguos, realçando-se as NUTS III: Minho-Lima e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, parte norte de Dão-Lafões e Pinhal Interior Norte, na região Centro; parte sul da Lezíria do Tejo, parte oeste de Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo.

Figura 5.14.8 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Continental em 1989.



Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	5	109	69	58	37
% de municípios	1,8%	39,2%	24,8%	20,9%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			62,7

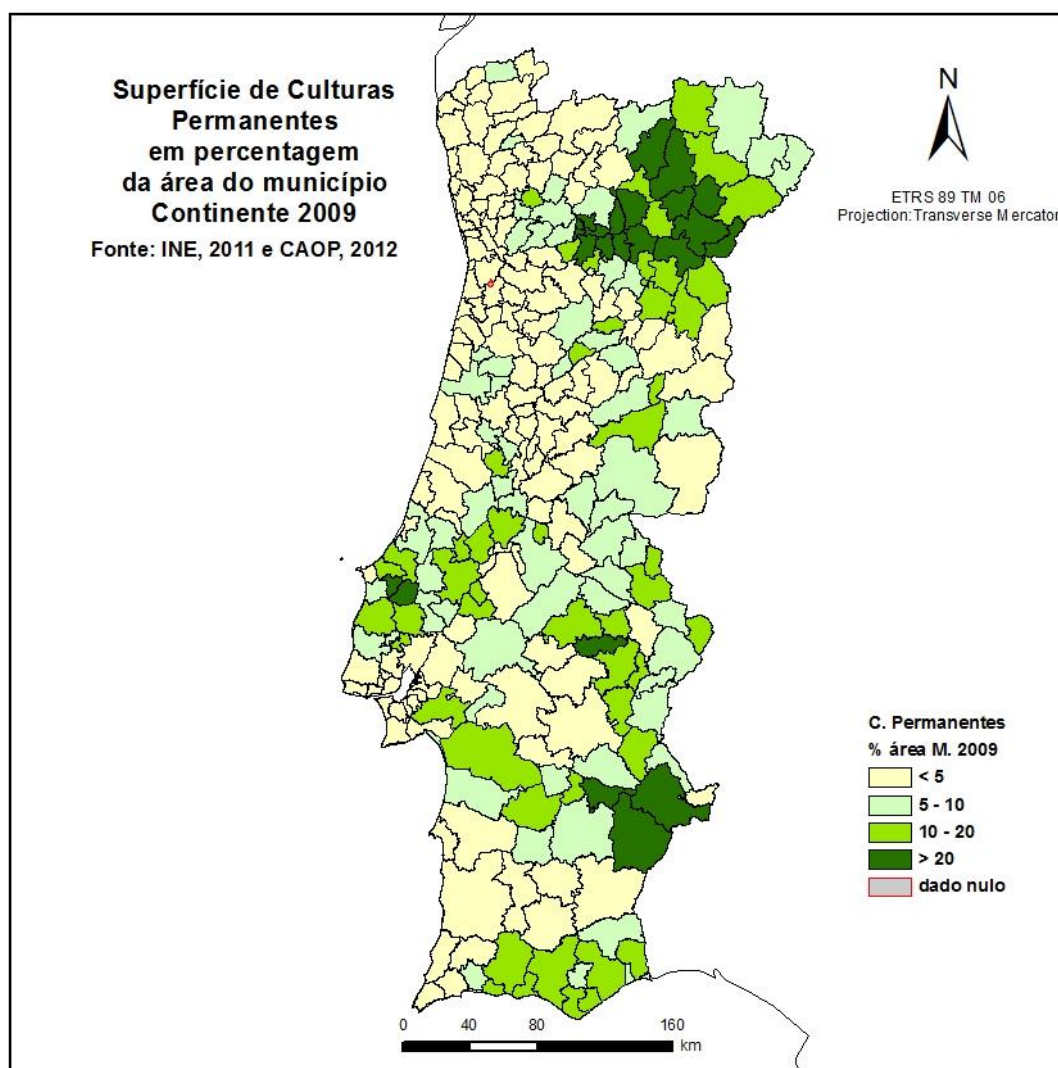
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.14.9, referente a 2009, podemos verificar que em 22 municípios (7,9%) a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 44,5% no município de Santa Marta de Penaguião, na NUTS III Douro. A maioria dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas permanentes situam-se em três núcleos de municípios contíguos, a que estão agregados municípios com área ocupada por culturas permanentes entre 10 e 20%: um núcleo na região Norte, constituído pelas NUTS III Douro e Alto Trás-os-Montes; outro na NUTS III Oeste, na região Centro e outro no interior da região Alentejo, transversal às NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Ainda há que referenciar três núcleos de municípios com superfície de culturas permanentes entre 10 e 20% nas NUTS III Lezíria do Tejo e Médio Tejo; os municípios contíguos Palmela, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo, integrado cada um em distintas NUTS III e um núcleo de municípios na NUTS III Algarve. A superfície de culturas permanentes é menor que 5% da superfície do município em 140 municípios (50,4%), com valores mínimos menores que 0,1% em Ílhavo na NUTS III Baixo Vouga. Os municípios com menos de 5% distribuídas por todas as regiões do país constituindo uma matriz na qual estão inseridas manchas de municípios com superfície de culturas permanentes superior a 10% da sua área. De 1989 para 2009 deparamos com um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas permanentes na classe superior a 20%, em aproximadamente um terço, de 37 municípios em 1989 para 22 em 2009. Inversamente houve um aumento do número de municípios na classe de superfície inferior a 5%, de 109 em 1989 para 140 municípios em 2009.

Na figura 5.14.10 apresenta-se a evolução da superfície de culturas permanentes, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas permanentes em 73,4% dos municípios do Continente (204). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 73 municípios (26,3%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 47,1% dos municípios (131). Houve acréscimo da superfície de culturas permanentes em 68 municípios. Salienta-se o acréscimo de superfície com culturas permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, num núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Douro, Dão-Lafões e Beira Interior Norte (Penedono, Sernancelhe, Trancoso, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Moimenta da Beira, associadas a castanheiro e vinha), no Alentejo Central, com acréscimos moderados em muitos municípios e, sobretudo, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, com acréscimos superior a 100% em grande parte dos municípios, aumentos

provavelmente associados ao regadio de Alqueva. Com exceção de municípios isolados, nos restante municípios do Continente houve decréscimo de superfície com culturas permanentes, especialmente na faixa litoral da Península de Setúbal ao Minho-Lima, onde os decréscimos foram superiores a -50%. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com culturas permanentes houve decréscimo de superfície, como as NUTS III Douro, Oeste e Algarve.

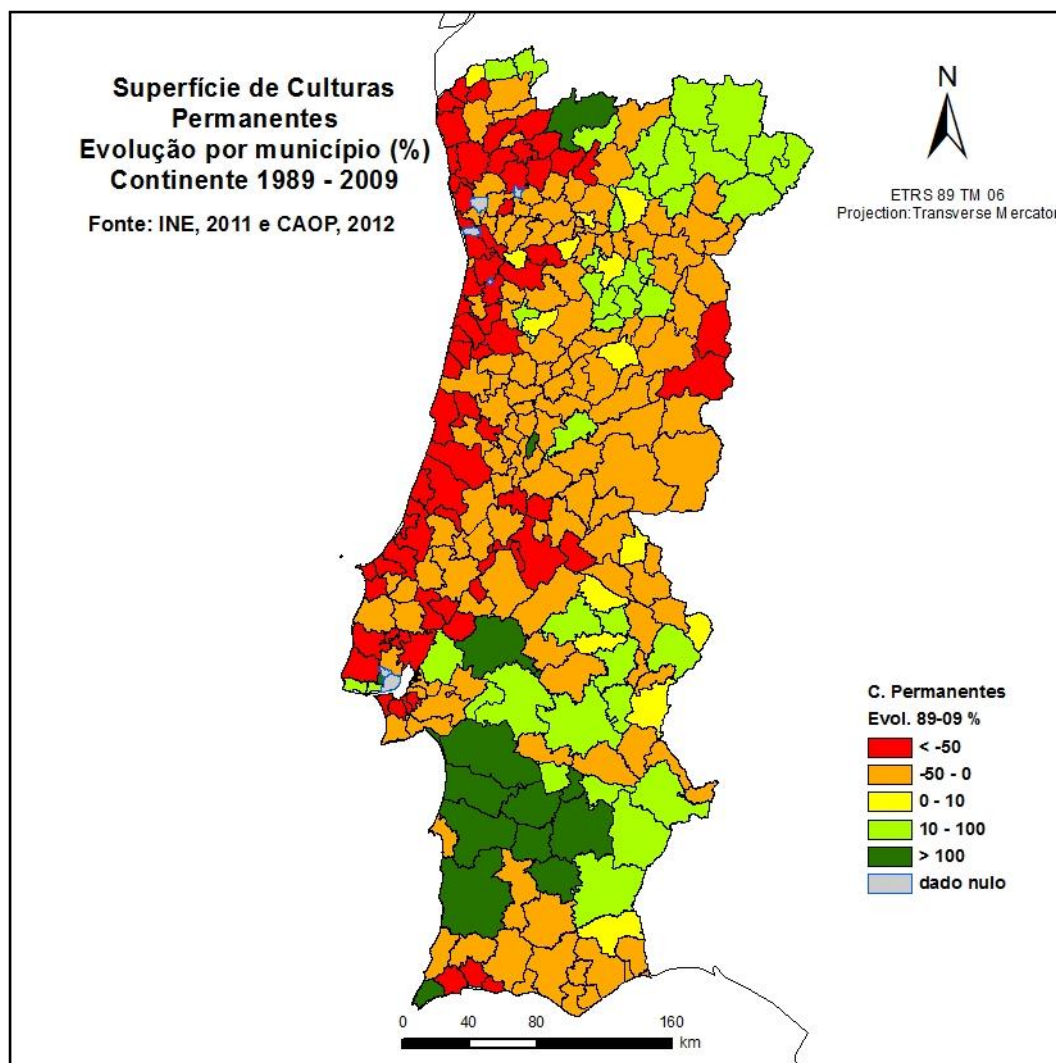
Figura 5.14.9 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Continental em 2009.



Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	140	64	51	22
% de municípios	0,4%	50,4%	23,0%	18,3%	7,9%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			44,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.14.10 Evolução da superfície de culturas permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	6	73	131	14	40	14
% de municípios	2,2%	26,3%	47,1%	5,0%	14,4%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		-89,2				593,3

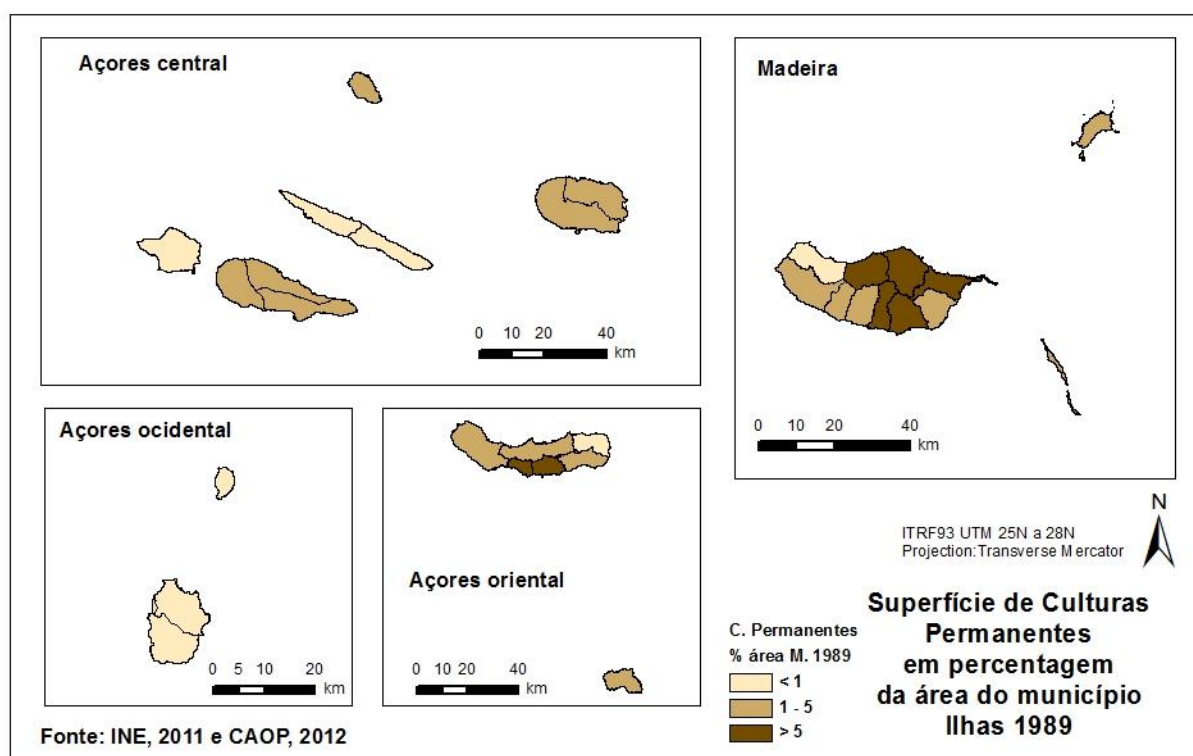
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 5.14.11 e 5.14.12 apresenta-se a superfície de culturas permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.14.11, referente a 1989, podemos verificar que na região autónoma dos Açores a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 5% do território do município, em apenas 2 municípios da ilha de S. Miguel, com o máximo de 5,6% no município de Lagoa. A

superfície de culturas permanentes é menor que 1% da superfície do município em 7 municípios (36,9%), com o valor mínimo de 0,0%, no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 5% do território em 5 municípios, com um valor máximo de 9,4% no município de Câmara de Lobos. A superfície de culturas permanentes nesta região autónoma é menor que 1% da superfície do município apenas no município de Porto Moniz, com valor mínimo de 1,0%.

Figura 5.14.11 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



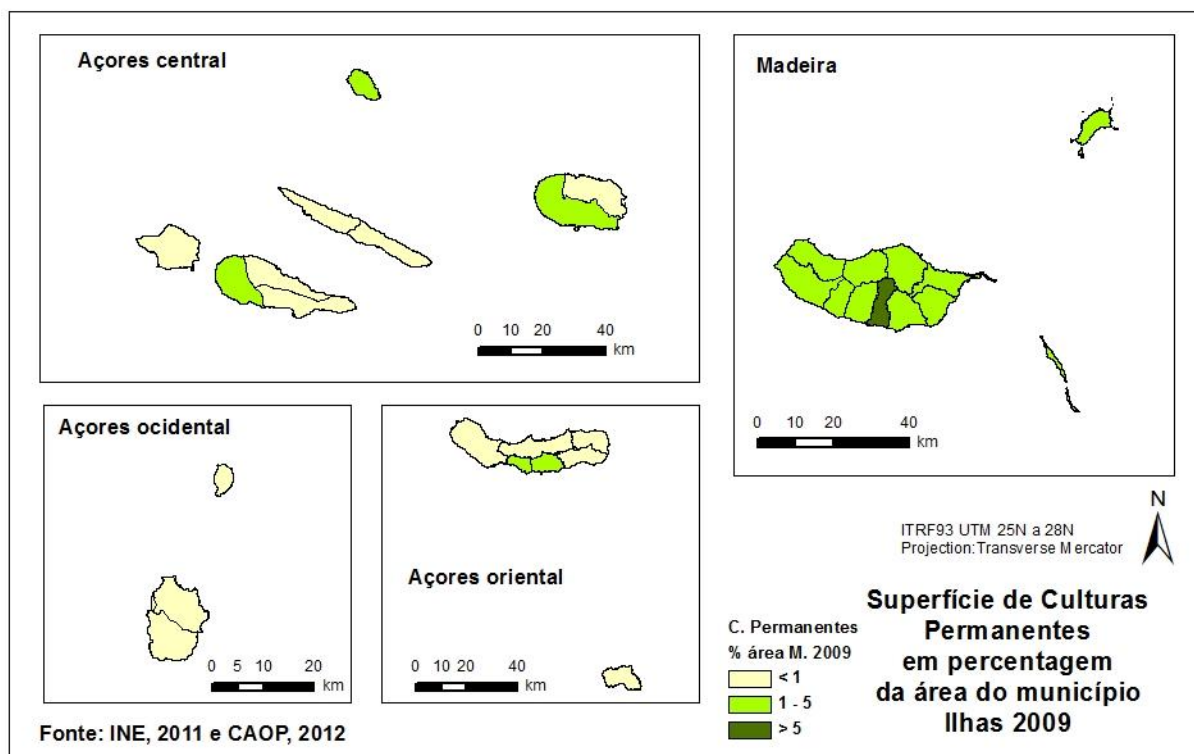
Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	8	15	7
% de municípios	0,0%	26,7%	50,0%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		9,4
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	7	10	2
% de municípios	0,0%	36,9%	52,6%	10,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		5,6
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	1	5	5
% de municípios	0,0%	9,2%	45,4%	45,4%
Valor mín. e máx. (%)		1,0		9,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.14.12, referente a 2009, podemos verificar que na região autónoma dos Açores a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 1% do território do município, em 5 municípios, com o máximo de 2,8% no município de Madalena. A superfície de culturas permanentes é menor que 1% da superfície do município nos restantes 14 municípios (73,7%), com o valor mínimo de 0,1%, no município de Lajes das Flores. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas permanentes ocupa mais de 5% do território apenas no município de Câmara de Lobos, com o valor de 9,4%. A superfície de culturas permanentes nesta região autónoma é menor que 5% da superfície do município nos restantes 10 municípios, com o valor mínimo de 1,1% no município de Porto Moniz.

Na figura 5.14.13 podemos observar a evolução da superfície de culturas permanentes por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que a superfície de culturas permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios da região autónoma dos Açores e em 10 dos 11 municípios da região autónoma da Madeira (90,9%). A diminuição foi muito acentuada (< -50%) em 13 municípios da região autónoma dos Açores e acentuada a moderada nos restantes. Na região autónoma da Madeira diminuiu acentuadamente e moderadamente em 10 municípios, tendo aumentado moderadamente (14,4%) apenas no município de Porto Moniz, município com a menos percentagem de superfície de culturas permanentes da região autónoma da Madeira, tanto em 1989 como em 2009.

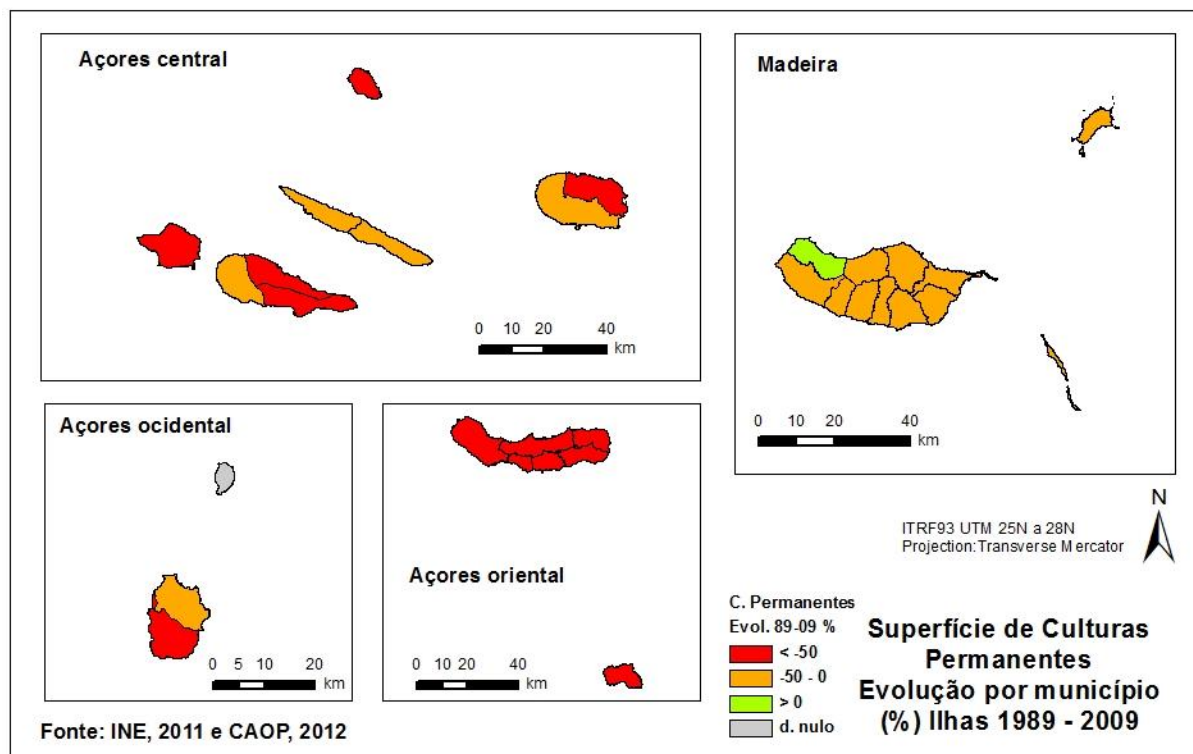
Figura 5.14.12 Superfície de culturas permanentes, por município, em Portugal Ilhas 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	14	15	1
% de municípios	0,0%	46,7%	50,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		9,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	14	5	0
% de municípios	0,0%	73,7%	26,3%	
Valor mín. e máx. (%)		0,1	2,8	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	0	10	1
% de municípios	0,0%		90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)			1,1	9,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.14.13 Evolução da superfície de culturas permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	1	13	15	1
% de municípios	3,3%	43,4%	50,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		-77,3		14,5
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	1	13	5	0
% de municípios	5,3%	68,4%	26,3%	
Valor mín. e máx. (%)		-77,3	-9,1	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	0	10	1
% de municípios	0%		90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)			-0,4	14,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas permanentes ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas permanentes no Continente diminuiu 12,1%, de 1989 para 2009, representando 780.966 ha em 1989 e 686.221 ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 57,6%, representando 4.769 ha em 1989 e 2.021 ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 32,5%, representando 3.679 ha em 1989 e 2.482 ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das culturas permanentes foi generalizada em todas as

NUTS I. No entanto no Continente a diminuição de culturas permanentes foi menos acentuada que na região autónoma dos Açores, onde foi muito acentuada, e na região autónoma da Madeira, intermedicamente acentuada.

5.15 Superfície de pastagens permanentes

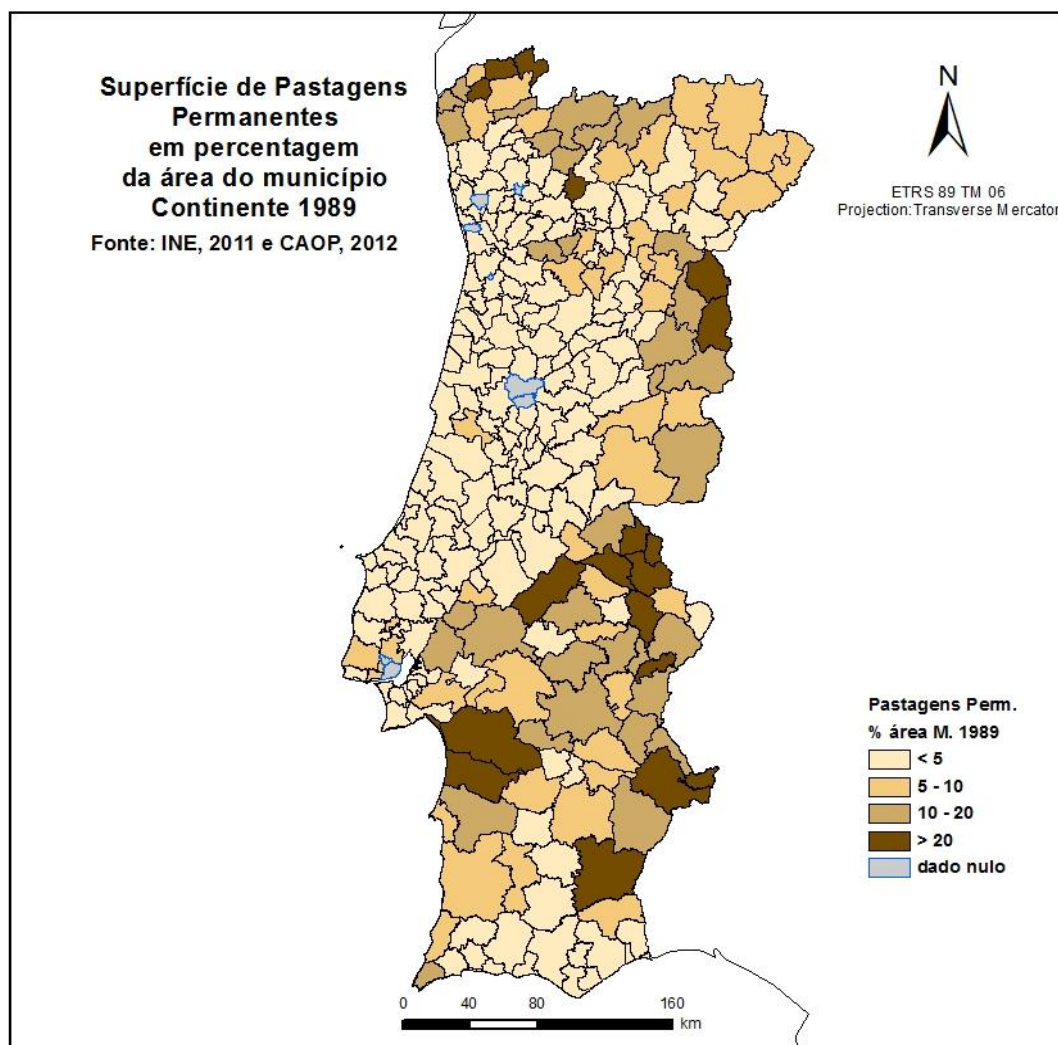
As pastagens permanentes são constituídas por plantas semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos (INE, 2014). A superfície de pastagens permanentes, parte integrante da superfície agrícola utilizada, encontra-se desagregada, nas estatísticas do INE, em superfície em terra limpa, em superfície sob-coberto de matas e florestas e em superfícies não produtivas em regime de pagamento único.

Nas figuras 5.15.1 e 5.15.2 apresenta-se a superfície de pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.15.1, referente a 1989, podemos verificar que em apenas 18 municípios (6,5%) a superfície de pastagens permanentes ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 59,2% no município de Melgaço, na NUTS III Minho-Lima. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por pastagens permanentes encontram-se nas NUTS III: Minho-Lima, na região Norte; Beira Interior Norte, na região Centro e no Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos com superfície de pastagens permanentes maior que 10%. A superfície de pastagens permanentes é menor que 5% da superfície do município em 170 municípios (61,1%), sendo que em 90 municípios (32,4%) a superfície de pastagens permanentes é inferior a 1%, com um valor mínimo de 0,0% em três municípios da região Centro. Os municípios com superfície de pastagens permanentes menor que 5% da superfície do município encontram-se sobretudo nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Cávado, Ave, Tâmega, parte do Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Serra da Estrela, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e

Médio Tejo, na região Centro; parte norte da Lezíria do Tejo, na região Alentejo e região Algarve.

Figura 5.15.1. Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Continental em 1989.



Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	8	170	48	34	18
% de municípios	2,9%	61,1%	17,3%	12,2%	6,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			59,2

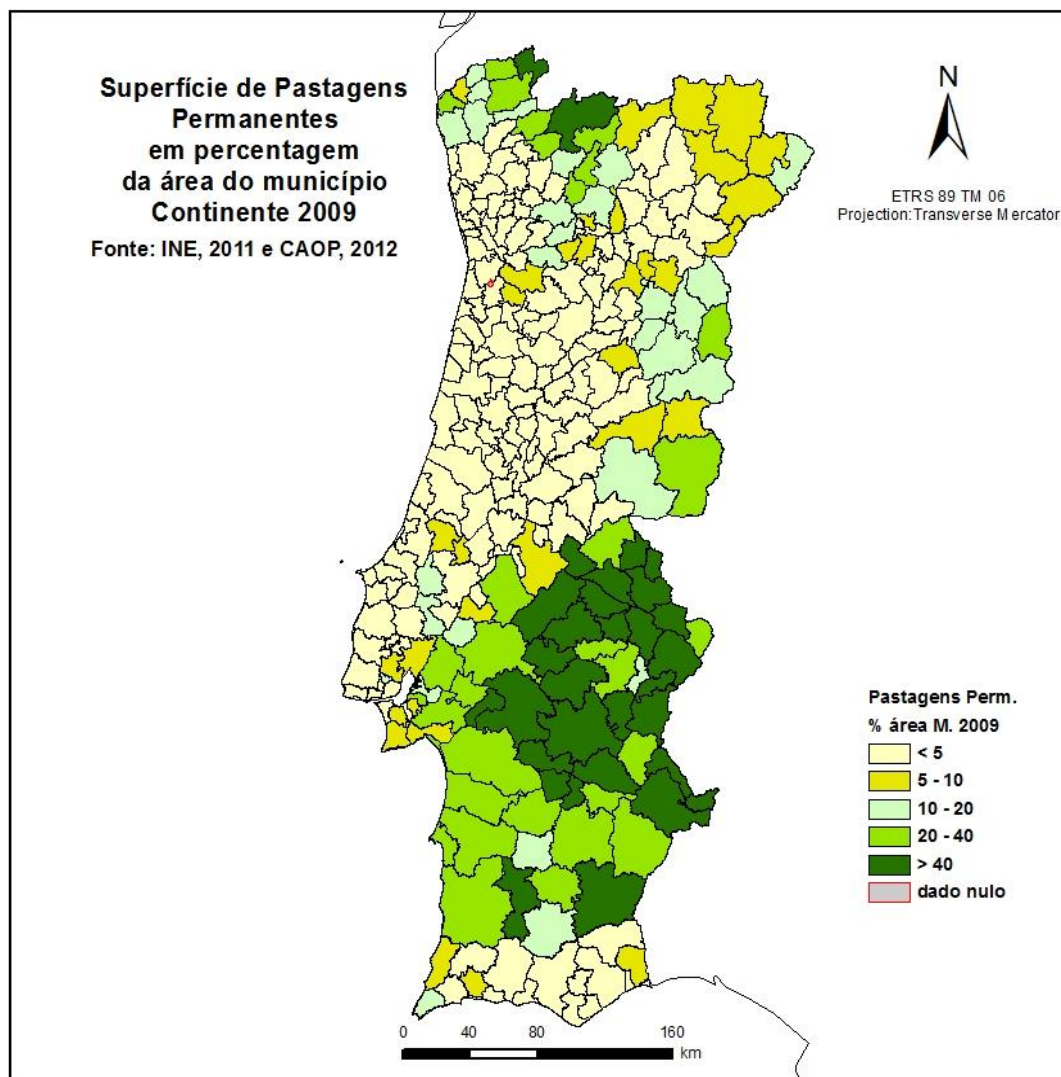
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.15.2, referente a 2009, podemos verificar que em 31 municípios (11,1%) a superfície de pastagens permanentes ocupa mais de 40% do território do município, sendo que em 61 municípios (22 %) a superfície de pastagens permanentes é superior a 20%, com um valor máximo de 78,9% no município de Viana do Alentejo, na NUTS III Alentejo Central. A quase totalidade dos municípios com mais de 40% de área ocupada por pastagens

permanentes encontram-se nas NUTS III: Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Analisando os municípios com superfície de pastagens permanentes superior a 20% verificamos que quase toda a região Alentejo se enquadra dentro desta classe, formando uma unidade diferenciada no Continente, quanto a este parâmetro. Relativamente a 1989 verificamos um aumento substancial de municípios, de 18 para 61, com superfície de pastagens permanentes superior a 20%. A superfície de pastagens permanentes é menor que 5% da superfície do município em 154 municípios (55,4%), sendo que em 74 municípios (26,6%) a superfície de pastagens permanentes é inferior a 1%, com um valor mínimo de 0,0% em nove municípios da região Centro. Os municípios com superfície de pastagens permanentes inferior a 5% encontram-se sobretudo nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Cávado, Ave, Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Dão-Lafões, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, na região Centro e região Algarve.

Na figura 5.15.3 apresenta-se a evolução da superfície de pastagens permanentes, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de pastagens permanentes em 73,4% dos municípios do Continente (204). O aumento foi extremamente acentuado (classe de superfície maior que 200%) em 80 municípios (28,8%), muito acentuado (classe entre 100% e 200%) em 14,4% dos municípios (40), acentuada (classe entre 50% e 100%) em 11,6% dos municípios e ligeiro a moderadamente acentuado (classe entre 0% e 50%) em 52 dos municípios (18,6%). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de pastagens permanentes em 66 municípios. Salienta-se o decréscimo de superfície de pastagens permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

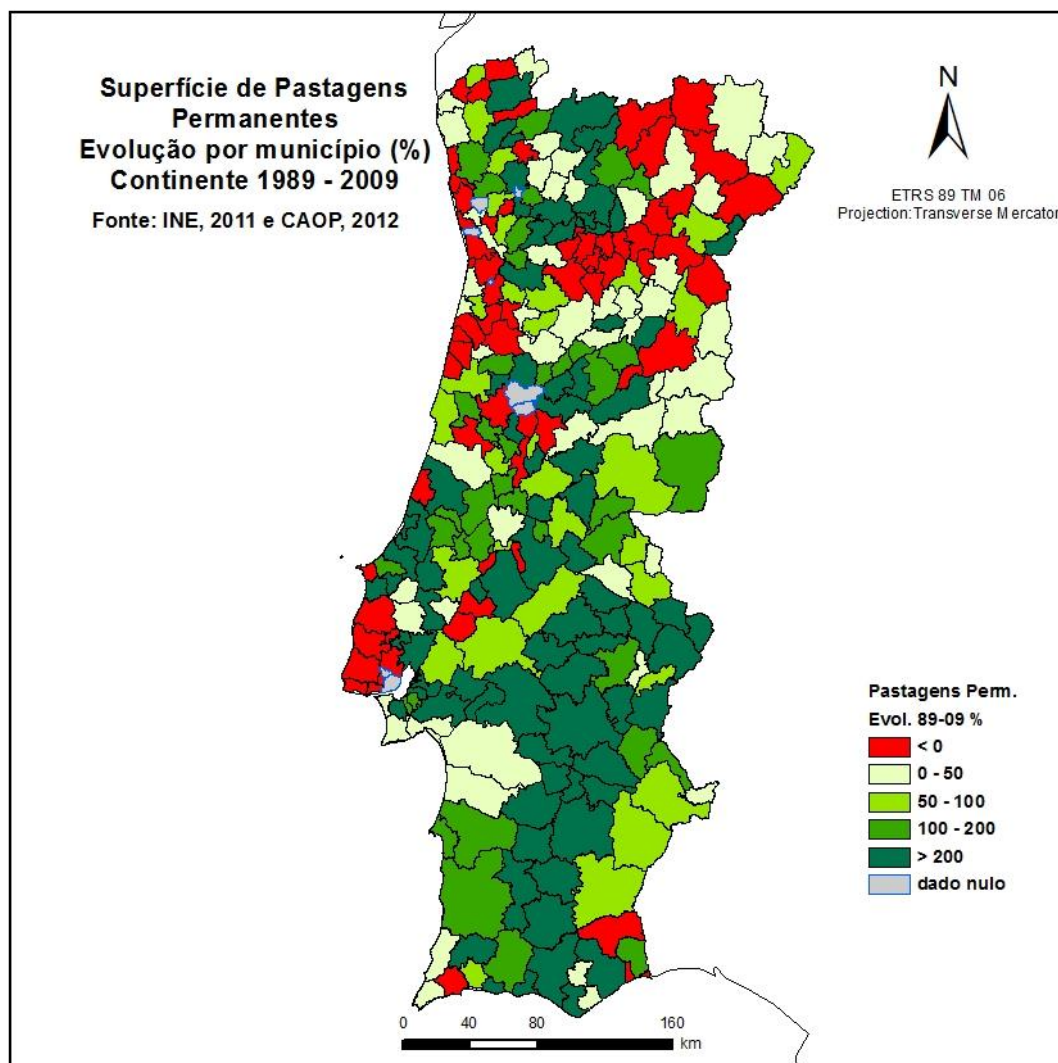
Figura 5.15.2 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Continental em 2009.



Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	1	154	33	29	30	31
% de municípios	0,4%	55,4%	11,9%	10,4%	10,8%	11,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				78,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.15.3 Evolução da superfície de pastagens permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



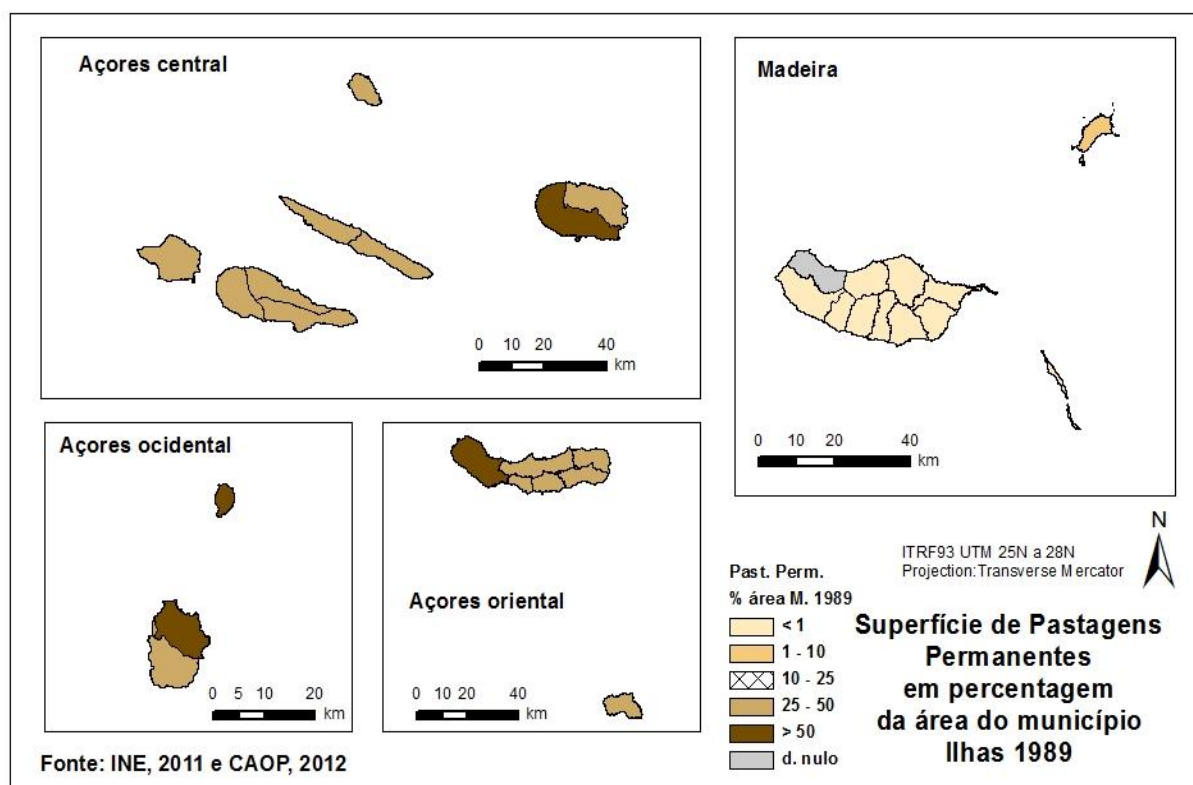
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	8	66	52	32	40	80
% de municípios	2,9%	23,7%	18,6%	11,6%	14,4%	28,8%
Valor mín. e máx. (%)		-98,3				34500,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.15.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de pastagens permanentes apresenta realidades extremamente diferenciadas entre a região autónoma dos Açores e a região autónoma da Madeira. Na região autónoma dos Açores em quatro ilhas a superfície ocupada por pastagens permanentes é superior a 50% do território do município e nas restantes a superfície ocupada por pastagens permanentes varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando uma importância muito grande desta utilização do solo,

sendo as pastagens permanentes modeladoras da paisagem em todas as ilhas da região autónoma dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente da região autónoma dos Açores. Naquela região autónoma, com exceção de um município, a superfície de pastagens permanentes é menor que 1% da superfície do município.

Figura 5.15.4 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



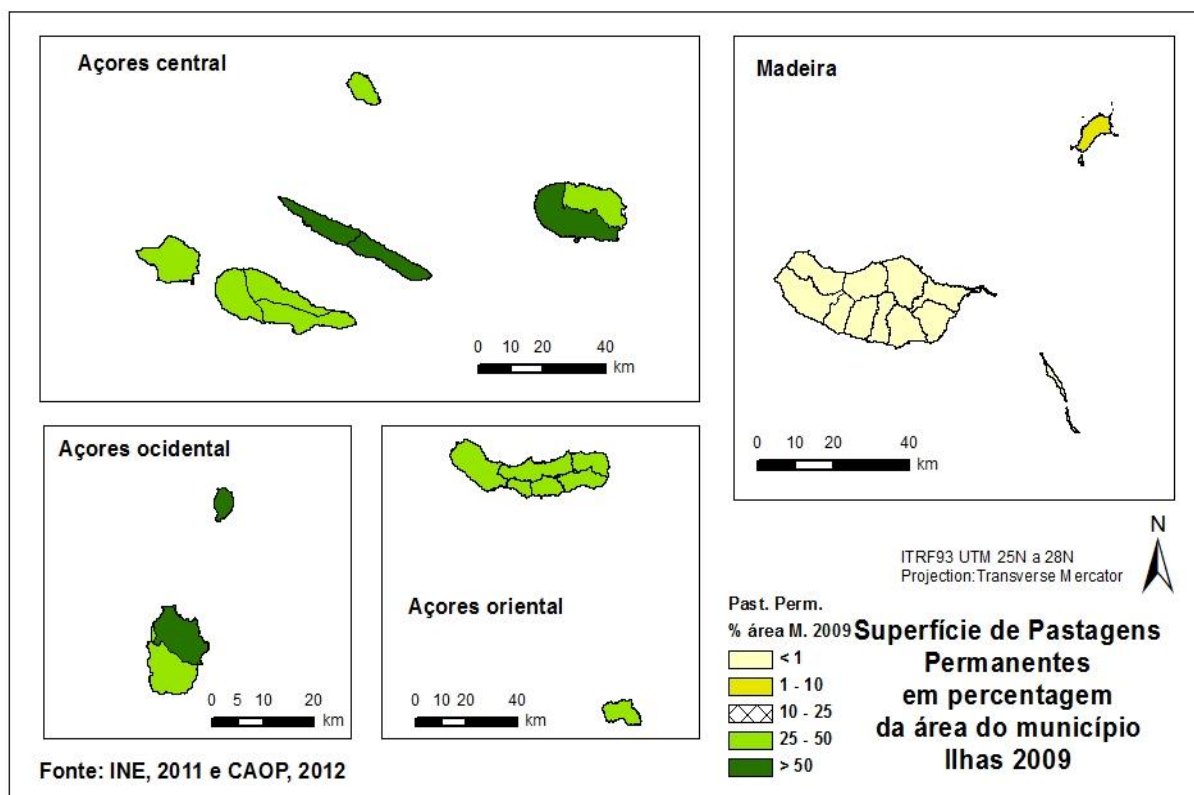
Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	1	9	1	0	15	4
% de municípios	3,3%	30,0%	3,3%		50,0%	13,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				85,4
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	0	0	15	4
% de municípios	0,0%				78,9%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)					27,7	85,4
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	1	9	1	0	0	0
% de municípios	9,1%	81,8%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,0	7,1			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.15.5, referente a 2009, podemos verificar, tal como em 1989, que nas Ilhas a superfície de pastagens permanentes apresenta realidades extremamente diferenciadas entre as regiões autónomas dos Açores e a Madeira. Na região autónoma dos Açores em cinco ilhas a superfície ocupada por pastagens permanentes é superior a 50% do território do município e nas restantes a superfície ocupada por pastagens permanentes varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando que esta utilização do solo continua com uma importância muito grande, continuando as pastagens permanentes a definir a identidade paisagística em todas as ilhas da região autónoma dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente da região autónoma dos Açores. Naquela região autónoma a superfície de pastagens permanentes, com exceção de um município, tal como em 1989, continua a ser menor que 1% da superfície do município.

Na figura 5.15.6 podemos observar a evolução da superfície de pastagens permanentes por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de pastagens permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu ligeiramente (-25 – 0%) em 9 dos 19 municípios (47,4%), aumentou ligeiramente em 3 municípios (0 – 10%) e aumentou moderadamente em sete municípios (10 – 50%). Na região autónoma da Madeira verificou-se aumento acentuado (> 50%) de superfície de pastagens permanentes em quatro municípios e decréscimo acentuado (< -25%) em três municípios, não havendo informação para os restantes. Na medida em que a superfície de pastagens permanentes na Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

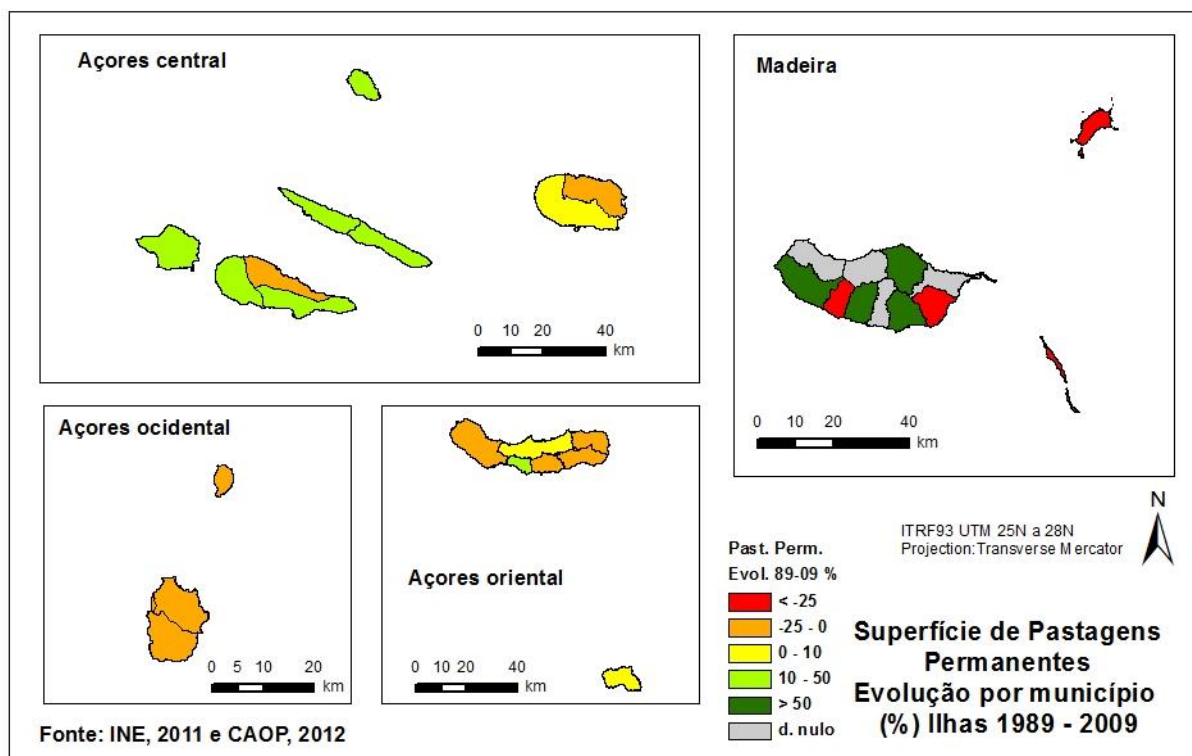
Figura 5.15.5 Superfície de pastagens permanentes, por município, em Portugal Ilhas 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	14	5
% de municípios	0,0%	33,3%	3,3%	0,0%	46,7%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,1				83,5
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	0	0	0	0	14	5
% de municípios	0,0%				46,7%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)					26,4	83,5
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,1	4,8			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.15.6 Evolução da superfície de pastagens permanentes, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	4	3	9	3	7	4
% de municípios	13,3%	10,0%	30,0%	10,0%	23,4%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		-44,4				280,0
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	0	0	9	3	7	0
% de municípios	0,0%		47,4%	15,8%	36,8%	
Valor mín. e máx. (%)			-21,4		39,5	
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	4	3	0	0	0	4
% de municípios	36,4%	27,2%				36,4%
Valor mín. e máx. (%)		-44,4				280,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de pastagens permanentes ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de pastagens permanentes no Continente aumentou 127,9%, de 1989 para 2009, representando 736.521 ha em 1989 e 1.678.288 ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 4,7%, representando 101.044 ha em 1989 e 105.790 ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 16,0%, representando 449 ha em 1989 e 521 ha em 2009. Verificamos assim que o aumento de superfície de pastagens permanentes foi generalizado em todas as NUTS I. No entanto no Continente o aumento de superfície de pastagens permanentes foi muito mais acentuado que na região autónoma dos Açores, onde foi ligeiro, e que na região autónoma da Madeira, onde foi moderadamente acentuado.

5.16 Prados e pastagens permanentes

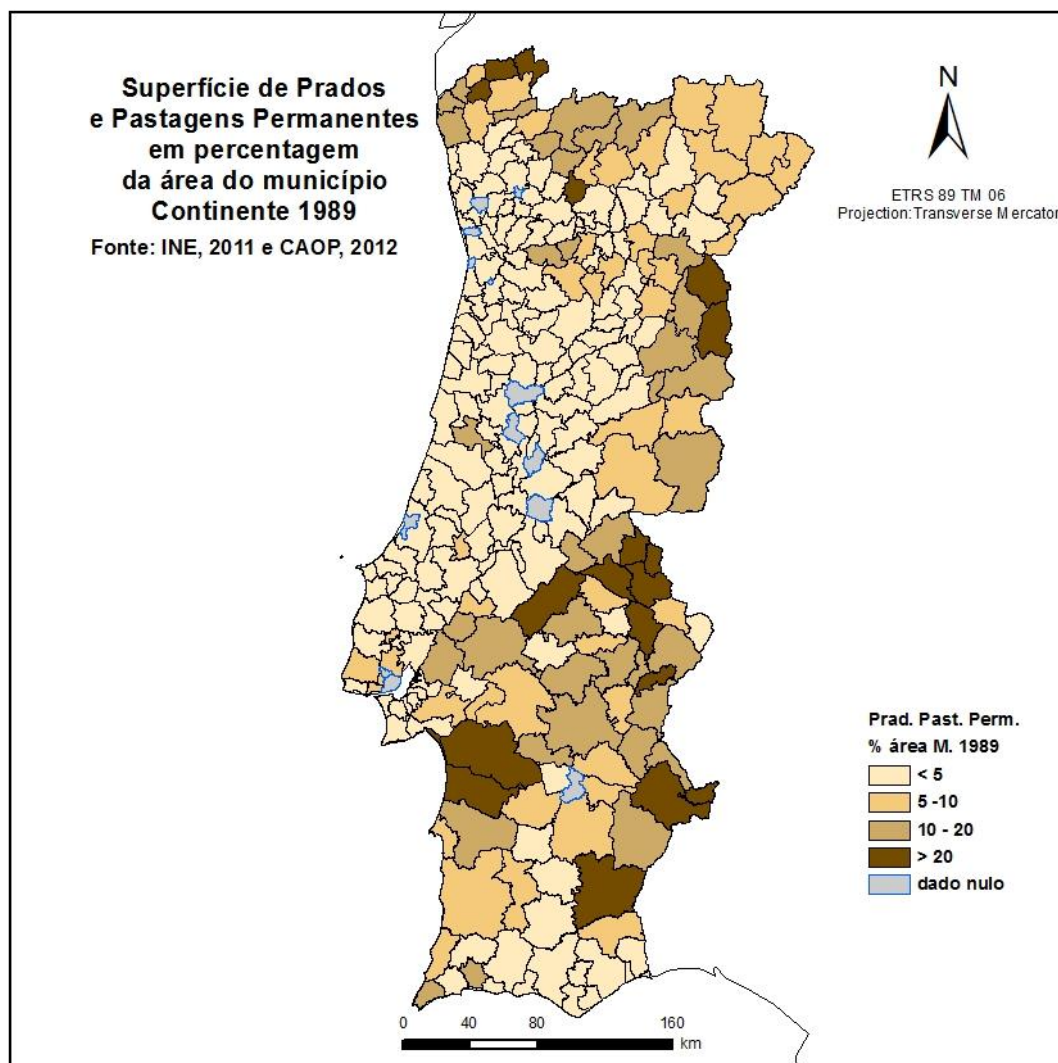
Os prados e pastagens permanentes são constituídas por plantas sementeiras ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos (INE, 2014). A superfície de prados e pastagens permanentes encontra-se desagregada, nas estatísticas do INE, em superfície em terra limpa, em superfície sob-coberto de matas e florestas, em superfície sob coberto de culturas permanentes e em superfícies não produtivas em regime de pagamento único. A superfície de prados e pastagens permanentes difere da superfície de pastagens permanentes por incluir também a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes. Na superfície agrícola utilizada (SAU) esta última superfície é contabilizada, por definição, como cultura permanente.

Nas figuras 5.16.1 e 5.16.2 apresenta-se a superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 5.16.1, referente a 1989, podemos verificar que em apenas 18 municípios (6,5%) a superfície de prados e pastagens permanentes ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 59,2% no município de Melgaço, na NUTS III Minho-Lima. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por prados e

pastagens permanentes encontram-se nas NUTS III: Minho-Lima, na região Norte; Beira Interior Norte, na região Centro e no Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos com superfície de prados e pastagens permanentes maior que 10%. A superfície de prados e pastagens permanentes é menor que 5% da superfície do município em 161 municípios (57,9%), sendo que em 81 municípios (29,1%) a superfície de prados e pastagens permanentes é inferior a 1%, com um valor mínimo inferior a 0,1% em oito municípios, dos quais 6 municípios contíguos da região Centro. Os municípios com superfície de prados e pastagens permanentes menor que 5% da superfície do município encontram-se sobretudo nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Cávado, Ave, Tâmega, parte do Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Serra da Estrela, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; parte norte da Lezíria do Tejo, na região Alentejo e região Algarve.

Figura 5.16.1 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

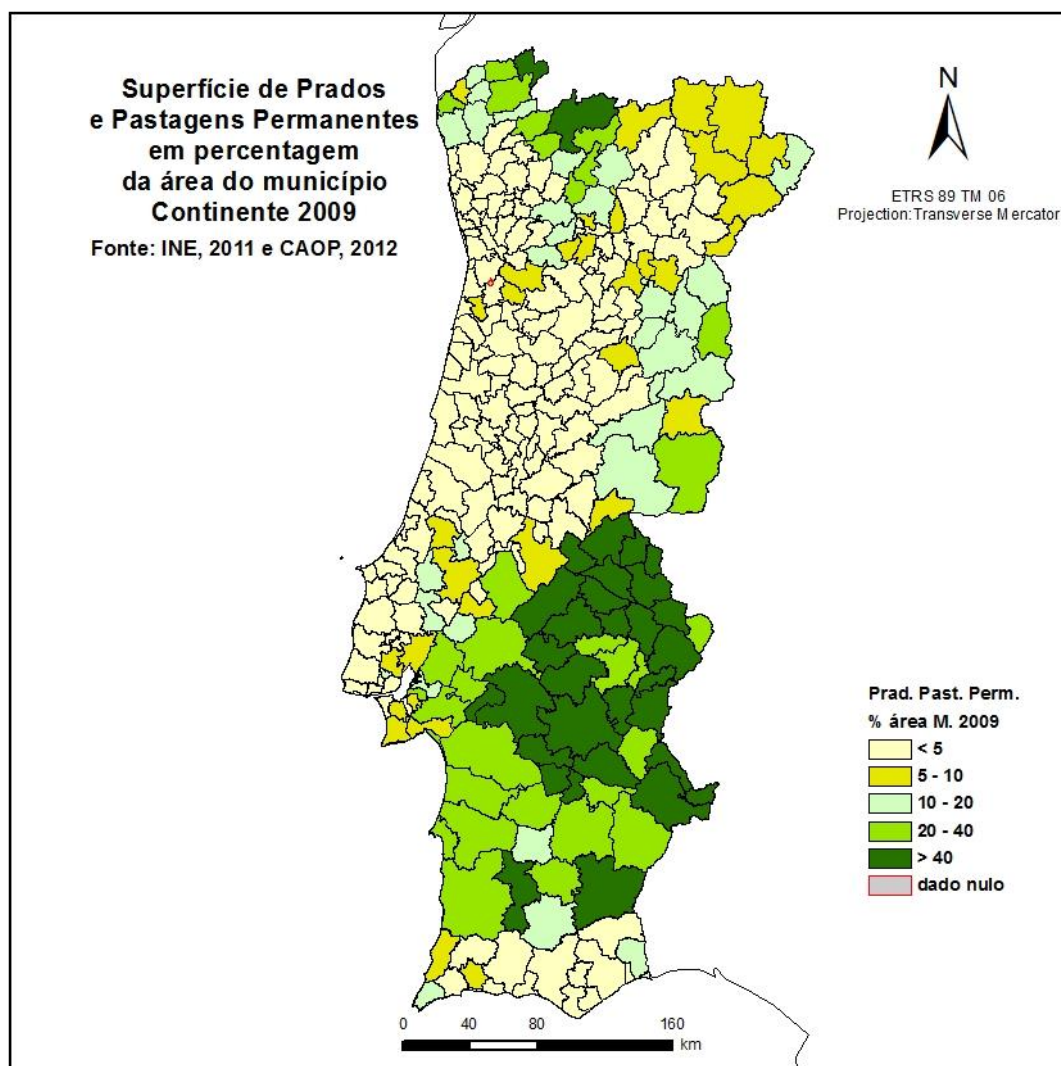


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	13	161	49	37	18
% de municípios	4,7%	57,9%	17,6%	13,3%	6,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			59,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.16.2, referente a 2009, podemos verificar que em 32 municípios (11,5%) a superfície de prados e pastagens permanentes ocupa mais de 40% do território do município, sendo que em 62 municípios (22,3%) a superfície de prados e pastagens permanentes é superior a 20%, com um valor máximo de 79,8% no município de Viana do Alentejo, na NUTS III Alentejo Central. A quase totalidade dos municípios com mais de 40% de área ocupada por prados e pastagens permanentes encontram-se nas NUTS III: Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Analisando os municípios com superfície de prados e pastagens permanentes superior a 20% verificamos que quase toda a região Alentejo se enquadra dentro desta classe, formando uma unidade diferenciada no Continente, quanto a este parâmetro. Relativamente a 1989 verificamos um aumento substancial de municípios, de 18 para 62, com superfície de prados e pastagens permanentes superior a 20%. A superfície de prados e pastagens permanentes é menor que 5% da superfície do município em 151 municípios (54,3%), sendo que em 67 municípios (24,1%) a superfície de prados e pastagens permanentes é inferior a 1%, com um valor mínimo inferior a 0,1% em sete municípios. Os municípios com superfície de prados e pastagens permanentes inferior a 5% encontram-se sobretudo nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Cávado, Ave, Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Dão-Lafões, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, na região Centro e região Algarve.

Figura 5.16.2 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



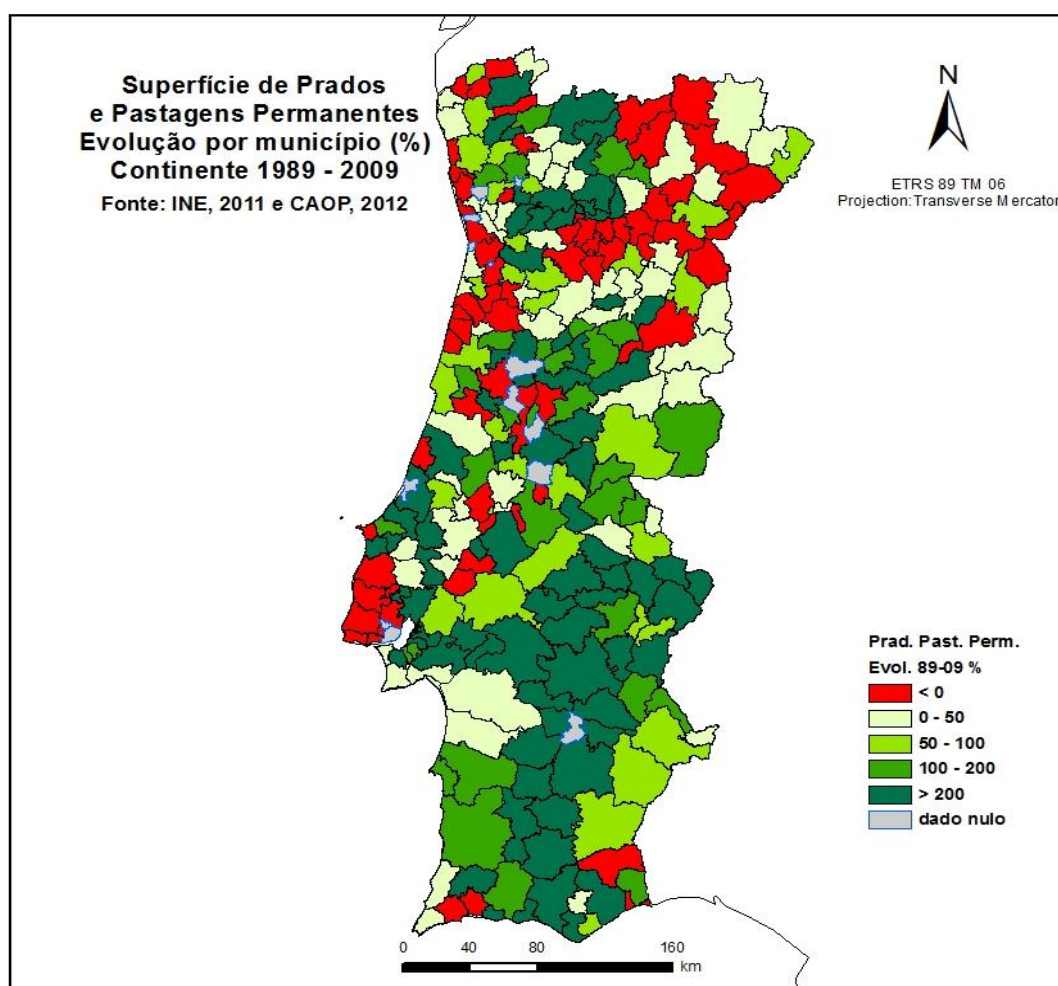
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	1	151	33	31	30	32
% de municípios	0,4%	54,3%	11,9%	11,1%	10,8%	11,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				79,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.16.3 apresenta-se a evolução da superfície de prados e pastagens permanentes, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de prados e pastagens permanentes em 70,9% dos municípios do Continente (197). O aumento foi extremamente acentuado (classe de superfície maior que 200%) em 77 municípios (27,7%), muito acentuado (classe entre 100% e 200%) em 11,5% dos municípios (32), acentuada (classe entre 50% e 100%) em 11,9% dos municípios

(33) e ligeiro a moderadamente acentuado (classe entre 0% e 50%) em 55 dos municípios (19,8%). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de prados e pastagens permanentes em 68 municípios (24,4%). Salienta-se o decréscimo de superfície de prados e pastagens permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se também que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com prados e pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Figura 5.16.3 Evolução da superfície de prados e pastagens permanentes por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



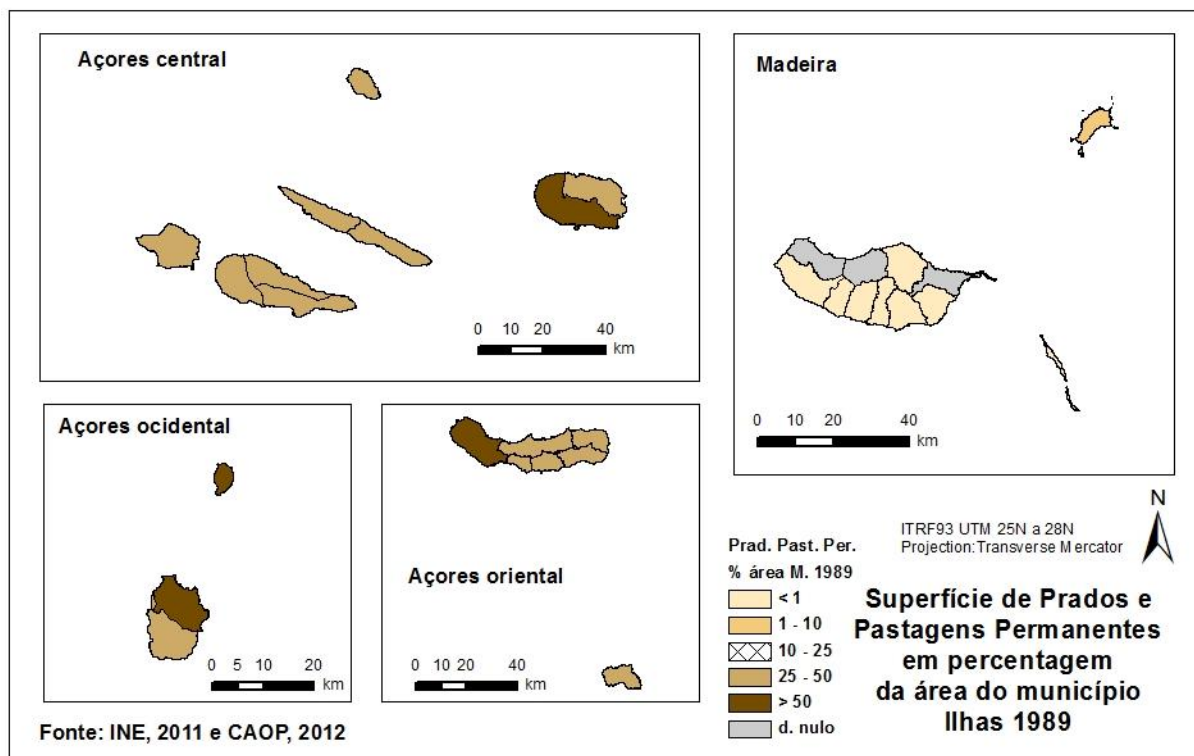
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	13	68	55	33	32	77
% de municípios	4,7%	24,4%	19,8%	11,9%	11,5%	27,7%
Valor mín. e máx. (%)		-98,1				22900,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 5.16.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de prados e pastagens permanentes apresenta realidades extremamente diferenciadas entre as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Na região autónoma dos Açores em quatro municípios a superfície ocupada por prados e pastagens permanentes é superior a 50% do território do município e nas restantes a superfície ocupada por prados e pastagens permanentes varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando uma importância muito grande desta utilização do solo, sendo os prados e pastagens permanentes modeladores da paisagem em todas as ilhas dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente dos Açores. Naquele arquipélago a superfície de prados e pastagens permanentes é menor que 1% da superfície do município, com exceção de um município.

Pela análise da figura 5.16.5, referente a 2009, podemos verificar, tal como em 1989, que nas Ilhas a superfície de prados e pastagens permanentes apresenta realidades extremamente diferenciadas entre os Açores e a Madeira. Na região autónoma dos Açores em cinco ilhas a superfície ocupada por prados e pastagens permanentes é superior a 50% do território do município e nas restantes a superfície ocupada por prados e pastagens permanentes varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando que esta utilização do solo continua com uma importância muito grande, continuando os prados e pastagens permanentes a definir a identidade paisagística em todas as ilhas da região autónoma dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente dos Açores. Naquela região autónoma a superfície de prados e pastagens permanentes, tal como em 1989, continua a ser menor que 1% da superfície do município, com exceção de um município.

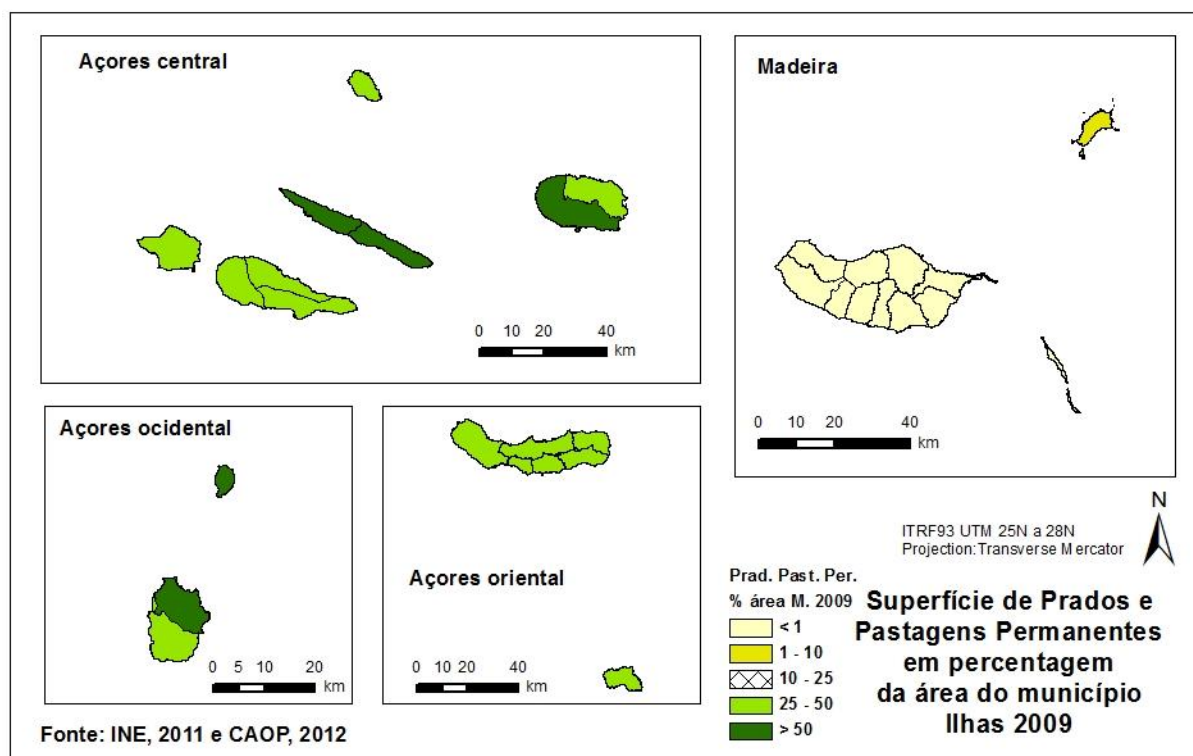
Figura 5.16.4 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	3	7	1	0	15	4
% de municípios	10,0%	23,4%	3,3%	0,0%	50,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				85,4
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	0	0	0	0	15	4
% de municípios	0,0%				78,9%	21,1%
Valor mín. e máx. (%)					27,7	85,4
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 10	10 - 25	25 - 50	> 50
N.º de municípios	3	7	1	0	0	0
% de municípios	27,3%	63,6%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,0	7,2			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Figura 5.16.5 Superfície de prados e pastagens permanentes em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

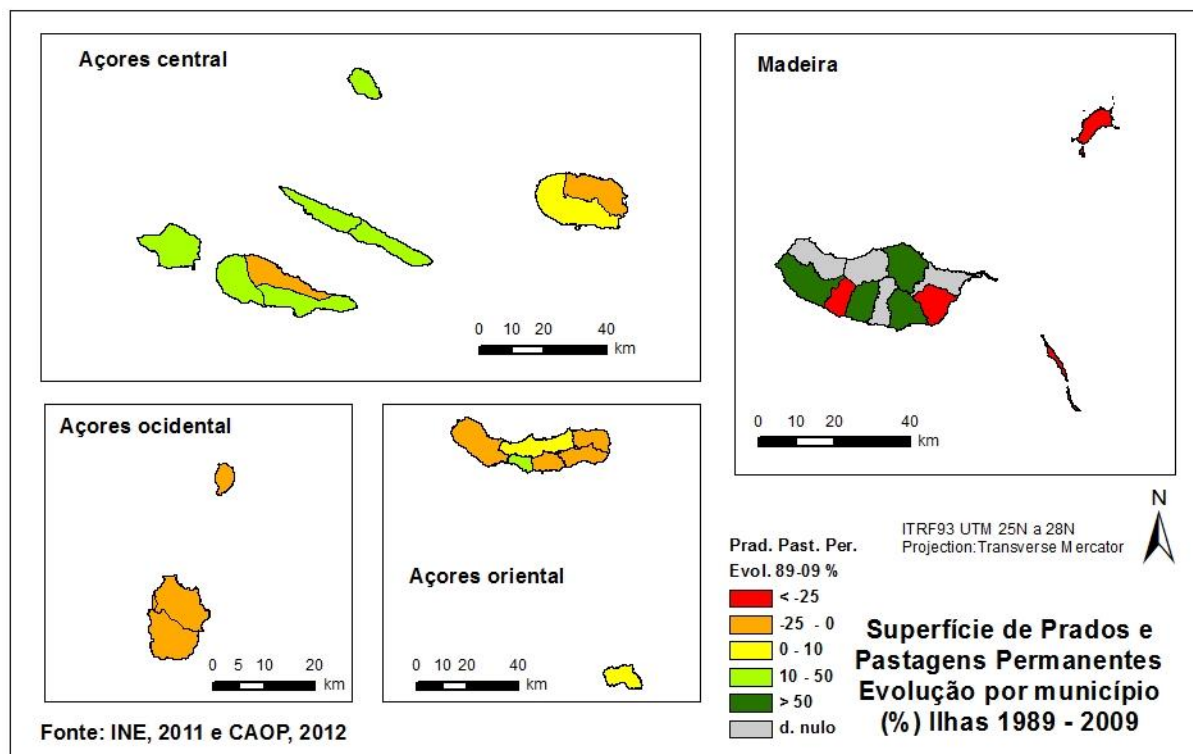


Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	14	5
% de municípios	0,0%	33,3%	3,3%	0,0%	46,7%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,1				83,3
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	0	0	14	5
% de municípios	0,0%				73,7%	26,3%
Valor mín. e máx. (%)					26,4	83,3
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,1	4,8			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 5.16.6 podemos observar a evolução da superfície de prados e pastagens permanentes por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de prados e pastagens permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu ligeiramente (-25 – 0%) em 9 dos 19 municípios (47,4%), aumentou ligeiramente em três municípios (0 – 10%) e aumentou moderadamente em 7 municípios (10 – 50%). Na região autónoma da Madeira verificou-se aumento acentuado (> 50%) de superfície de prados e pastagens permanentes em 4 municípios e decréscimo acentuado (< -25%) em 3 municípios, não havendo informação para os restantes. Na medida em que a superfície de prados e pastagens permanentes na região autónoma da Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

Figura 5.16.6 Evolução da superfície de prados e pastagens permanentes por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	4	3	9	3	7	4
% de municípios	13,3%	10,0%	30,0%	10,0%	23,4%	13,3%
Valor mín. e máx. (%)		-55,9				280,0
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	0	0	9	3	7	0
% de municípios	0,0%		47,4%	15,8%	36,8%	
Valor mín. e máx. (%)			-21,4		39,5	
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< -25	-25 - 0	0 - 10	10 - 50	> 50
N.º de municípios	4	3	0	0	0	4
% de municípios	36,4%	27,2%				36,4%
Valor mín. e máx. (%)		-55,9				280,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de prados e pastagens permanentes ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de prados e pastagens permanentes no Continente aumentou 128,1%, de 1989 para 2009, representando 754.825 ha em 1989 e 1.827.899 ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 4,7%, representando 101.044 ha em 1989 e 105.790 ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 12,0%, representando 465 ha em 1989 e 521 ha em 2009. Verificamos assim que o aumento de superfície de prados e pastagens permanentes foi generalizado em todas as NUTS I. No entanto no Continente o aumento de superfície de prados e pastagens permanentes foi muito mais acentuado que na região autónoma dos Açores, onde foi ligeiro, e que na região autónoma da Madeira, onde foi moderadamente acentuado.

Como vimos a diferença entre a superfície de prados e pastagens permanentes e a superfície de pastagens permanentes reside unicamente no facto da superfície de prados e pastagens permanentes contabilizar adicionalmente a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes. As pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes representam no Continente 18.304ha em 1989 e 43.299ha em 2009, representado um aumento de 136,4%. Na região autónoma dos Açores tanto em 1989 como em 2009 a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes é nula. Na região autónoma da Madeira em 1989 representava 15ha e em 2009 1ha, valores insignificantes nos dois momentos censitários. Assim, a superfície de prados e pastagens permanentes é muito semelhante à superfície de pastagens permanentes.

6. Mudanças na superfície das principais culturas agrícolas

6. Mudanças na superfície das principais culturas agrícolas

As principais culturas agrícolas permanentes em Portugal são a vinha, o olival, os frutos frescos, os citrinos, os frutos de casca rijá e os prados permanentes e as principais culturas temporárias são os cereais para grão, as leguminosas secas para grão, os prados temporários, as culturas forrageiras, a batata, as culturas industriais, as culturas hortícolas e as culturas de flores e plantas ornamentais.

As culturas permanentes são culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos. A superfície de culturas permanentes, na estrutura de dados disponibilizada pelo INE, é desagregada em frutos frescos (com exceção dos citrinos), citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rijá, olival, vinha e outras culturas permanentes (INE, 2014).

As culturas temporárias são culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.). Por sua vez, as culturas temporárias sucessivas são culturas que se fazem sucessivamente na mesma parcela e no mesmo ano agrícola. Uma delas é considerada a cultura principal e as outras são culturas secundárias. A cultura temporária principal é uma cultura que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias (INE, 2014).

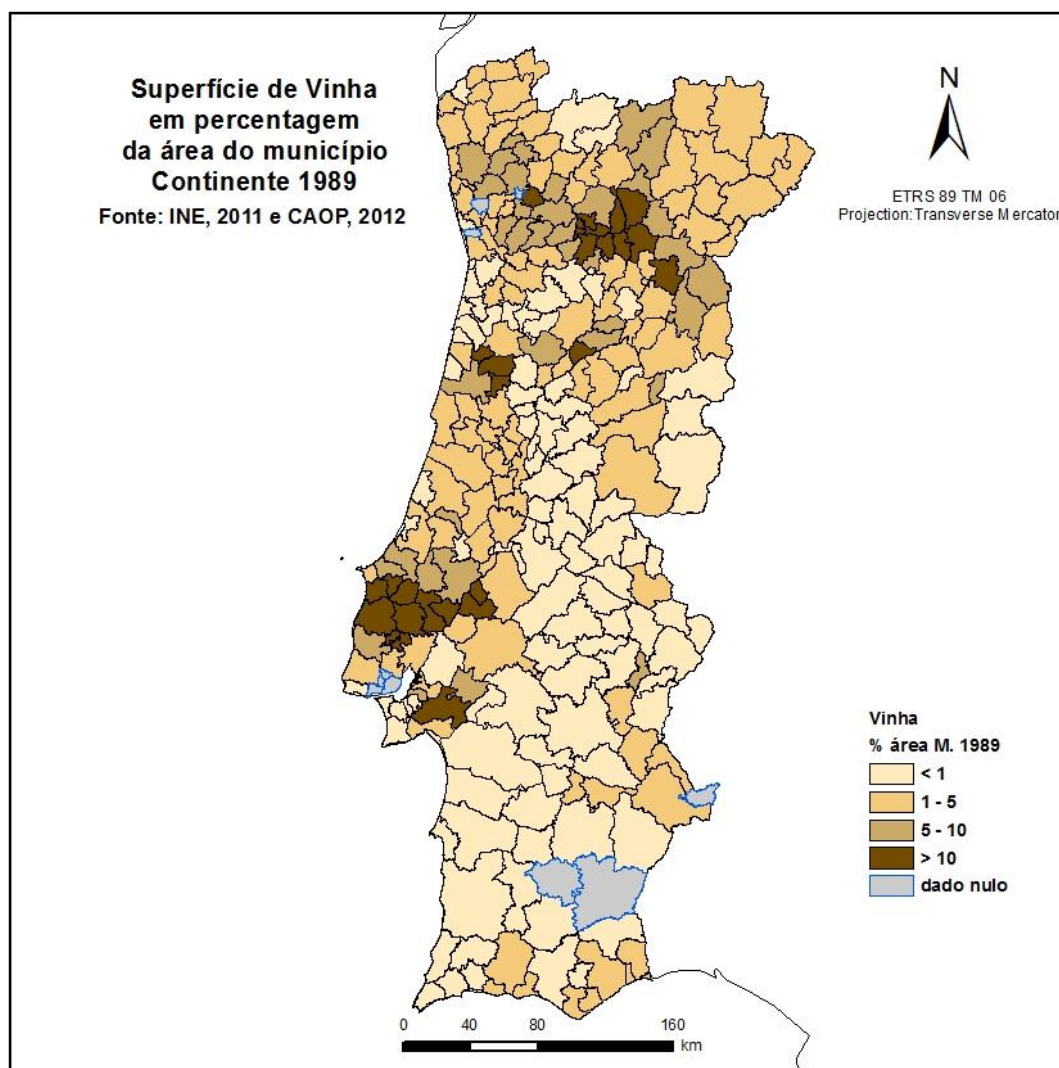
6.1 Superfície de vinha

A vinha em Portugal é cultivada para produção de uva para vinho e para produção de uva de mesa. Contudo a vinha para produção de uva para vinho representa a esmagadora maioria do cultivo.

Nas figuras 6.1.1 e 6.1.2 apresenta-se a superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.1.1, referente a 1989, podemos verificar que em 27 municípios (9,7%) a superfície de vinha ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 50,5% no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por vinha encontram-se nas NUTS III: Douro, na região Norte; Baixo Vouga e Oeste na região Centro e Lezíria do Tejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de vinha superior a 5% do território são abrangidas também as NUTS III Cávado, Ave e Tâmega, da região Norte, abrangendo 63 municípios (22,6%). A superfície de vinha é menor que 1% da superfície do município em 100 municípios (36,0%). Estes municípios encontram-se sobretudo nas NUTS III: parte norte do Baixo Vouga, parte norte de Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e Algarve.

Figura 6.1.1 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



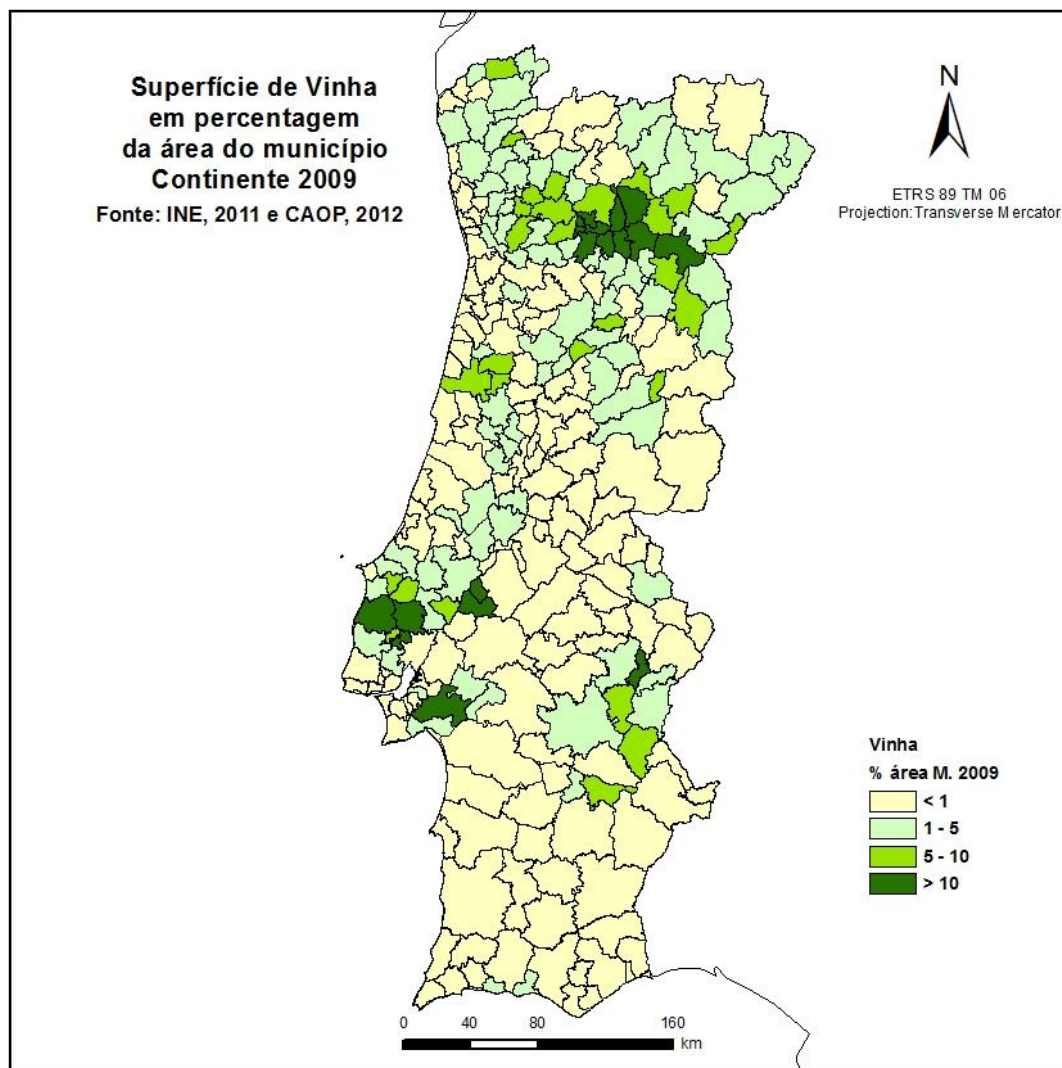
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	10	100	105	36	27
% de municípios	3,6%	36,0%	37,8%	12,9%	9,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			50,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.1.2, referente a 2009, podemos verificar que em 17 municípios (6,1%) a superfície de vinha ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 40,5% no município de Santa Marta de Penaguião, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por vinha encontram-se nas NUTS III: Douro, na região Norte; Oeste na região Centro e Lezíria do Tejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de vinha superior a 5% do território, abrangendo 35 municípios (16,2%), onde se incluem também as

NUTS III Tâmega, da região Norte, e outras NUTS com menor expressão em número de municípios. A superfície de vinha é menor que 1% da superfície do município em 152 municípios (54,7%). Estes municípios encontram-se sobretudo nas NUTS III: Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, parte norte de Dão-Lafões, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e Algarve. Poderíamos analisar a superfície de vinha em 2009 como uma matriz de municípios com superfície inferior a 1% da sua área onde ressaltam núcleos de municípios com superfície de vinha superior a 5% da sua área, em contiguidade com municípios com superfície de vinha entre 1 e 5%, pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Tâmega e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste, na região Centro; Península de Setúbal, na região Grande Lisboa e Lezíria do Tejo e Alentejo Central, na região Alentejo. Verifica-se uma regressão da superfície de vinha de 1989 para 2009, significativamente com menos municípios na classe de maior superfície (> 10%) e mais municípios na classe de menor superfície (< 1%).

Figura 6.1.2 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



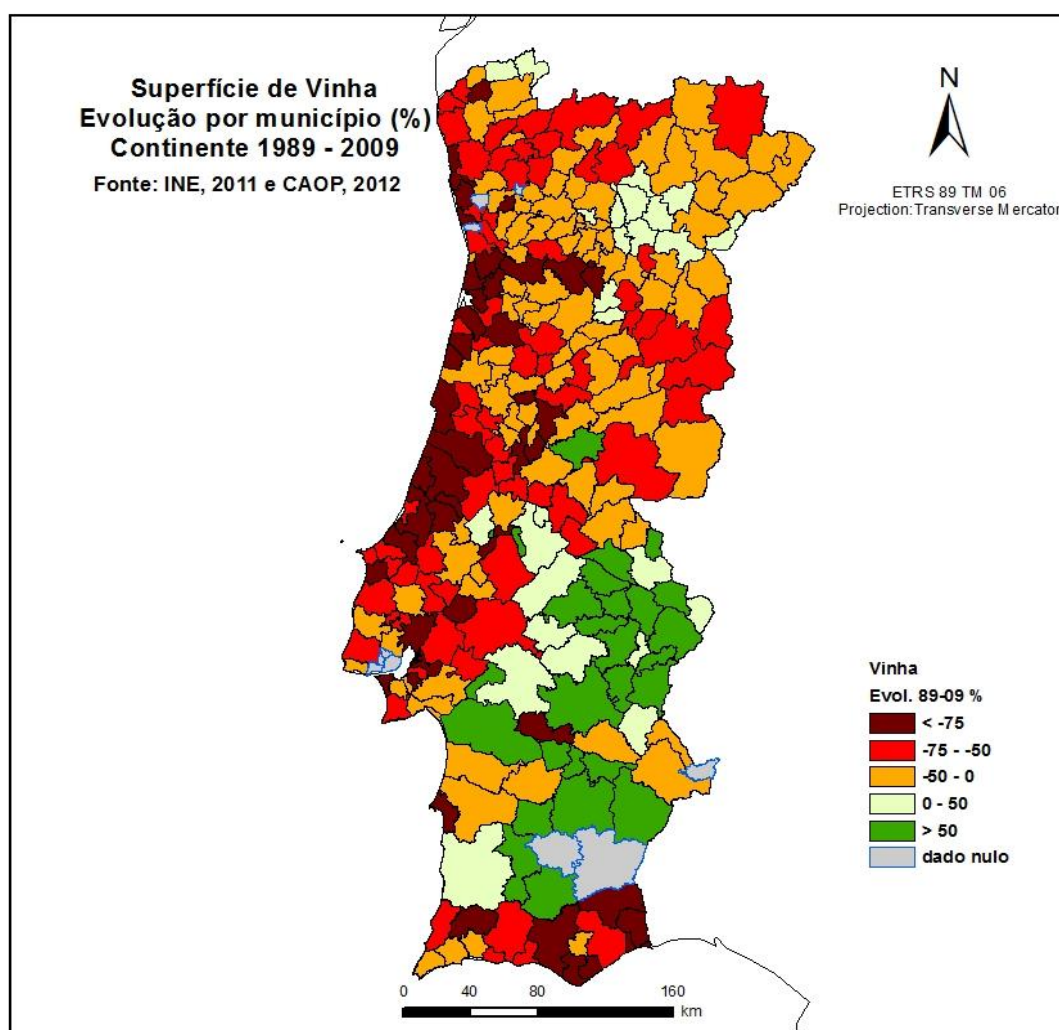
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	152	81	28	17
% de municípios	0,0%	54,7%	29,1%	10,1%	6,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			40,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.1.3 apresenta-se a evolução da superfície de vinha, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de vinha em 77,0% dos municípios do Continente (214). A diminuição foi extremamente acentuada (classe menor que -75%) em 43 municípios (16,9%), muito acentuada (classe entre -75% e -50%) em 71 municípios (25,6%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 96 municípios (34,5%). Houve acréscimo da superfície de vinha em 53 municípios,

sendo o acréscimo superior a 100% em 27 dos municípios (9,7%). Os municípios em que houve acréscimo de superfície com vinha são quase na totalidade na região Alentejo: NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Verificaram-se também acréscimos ligeiros a moderados (entre 0% e 50%) em alguns municípios das NUTS III Minho-Lima e Douro, na região Norte e Dão-Lafões e Médio Tejo, da região Centro. Com exceção de municípios isolados, nos restantes municípios do Continente houve decréscimo de superfície com vinha. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com vinha houve decréscimo de superfície, como em alguns municípios das NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste e Lezíria do Tejo, tradicionais produtores, denotando uma reestruturação na cultura da vinha e nas regiões produtoras neste período de 1989 a 2009.

Figura 6.1.3 Evolução da superfície de vinha por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



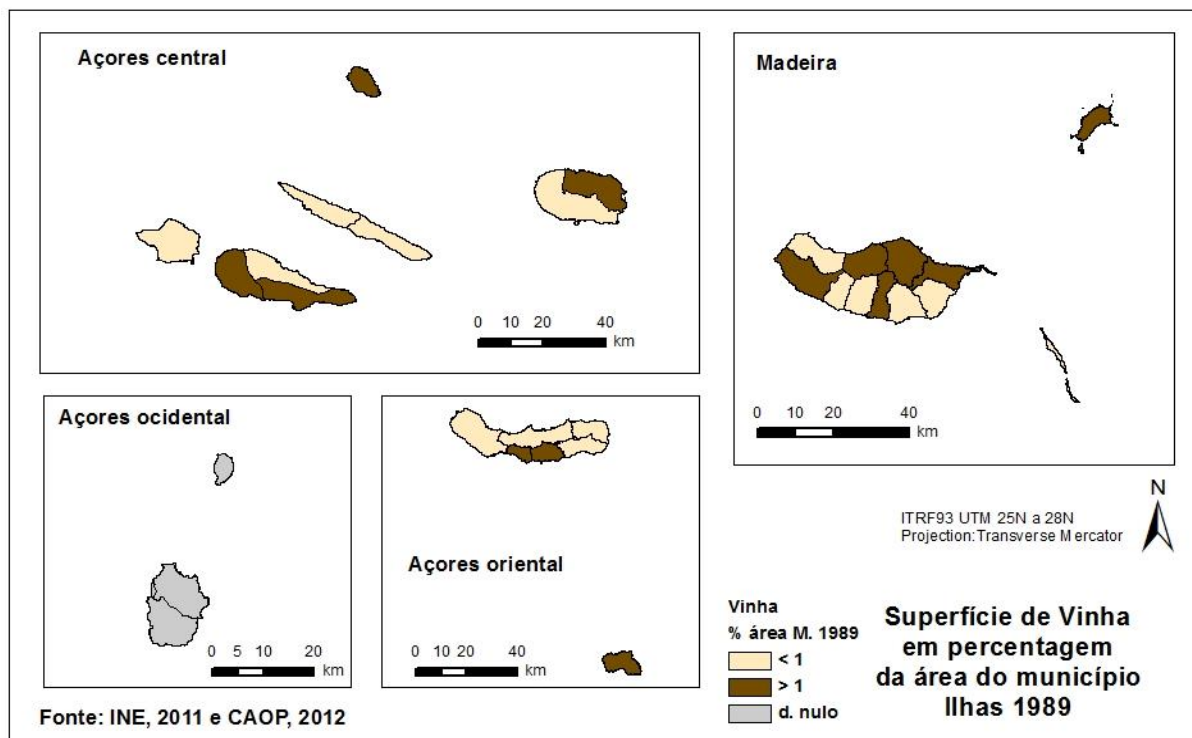
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 -- -50	-50 - 0	0 - 50	> 50
N.º de municípios	11	47	71	96	26	27
% de municípios	4,0%	16,9%	25,6%	34,5%	9,3%	9,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100				2146,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.1.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de vinha ocupa menos de 1% do território do município em 12 municípios da região autónoma dos Açores (63,2%) e em cinco municípios da região autónoma da Madeira (45,5%), sendo nos restantes municípios superior a 1%, mas não indo além de 4,8% da superfície do município, em S. Vicente, na região autónoma da Madeira. Vemos, portanto, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com a cultura da vinha é generalizadamente reduzida, apesar da importância

económica, cultural e histórica que o vinho tem na ilha da Madeira, região autónoma da Madeira, e na ilha do Pico, na região autónoma dos Açores.

Figura 6.1.4 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



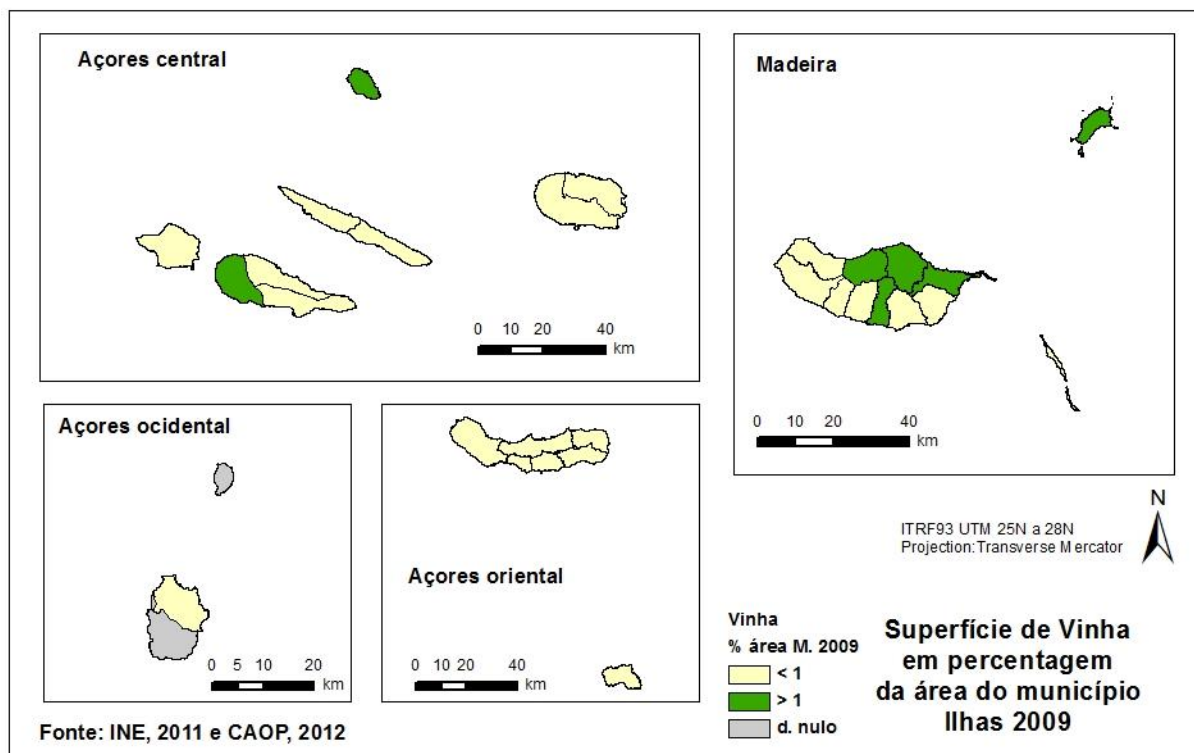
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	3	14	13
% de municípios	10,0%	46,7%	43,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,1	4,8
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	3	9	7
% de municípios	15,8%	47,4%	36,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,1	4,3
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	5	6
% de municípios	0,0%	45,5%	54,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,4	4,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.1.5, referente a 2009, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de vinha ocupa menos de 1% do território do município em 17 municípios da região autónoma dos Açores (89,5%) e em seis municípios da região autónoma da Madeira (54,5%), sendo nos restantes municípios superior a 1%, mas não indo além de 4,1% da superfície do município, em

Câmara de Lobos, na ilha da Madeira. Vemos, portanto, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com a cultura da vinha é generalizadamente reduzida, apesar da importância económica, cultural e histórica que o vinho tem na ilha da Madeira, na região autónoma da Madeira, e na ilha do Pico, na região autónoma dos Açores. Verificamos assim, apesar da superfície de vinha ser pouco importante nas Ilhas, que ainda perdeu importância de 1989 para 2009.

Figura 6.1.5 Superfície de vinha em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

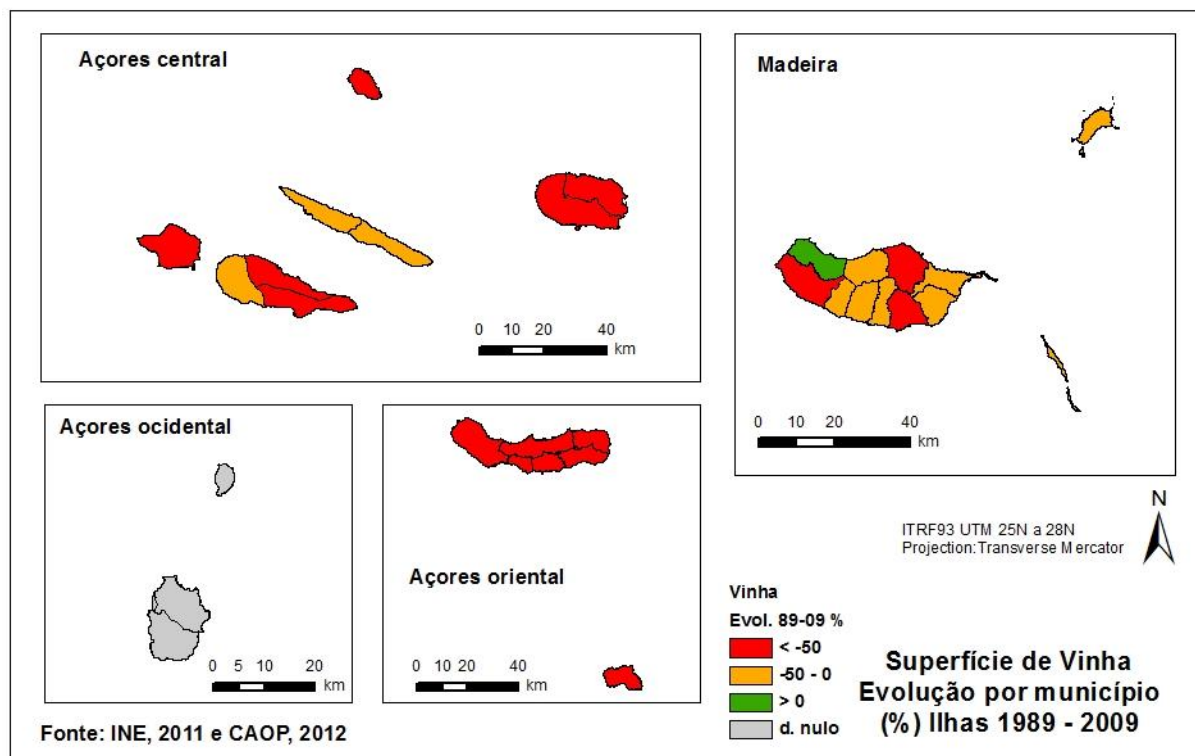


Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	21	7
% de municípios	6,7%	70,0%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	4,1
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	15	2
% de municípios	10,5%	79,0%	10,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	6	5
% de municípios	0,0%	54,5%	45,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,3	4,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.1.6 podemos observar a evolução da superfície da cultura da vinha por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que a superfície da cultura da vinha de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios da região autónoma dos Açores com cultura de vinha. A diminuição foi muito acentuada ($< -50\%$) em 13 municípios e acentuada a moderada em 3 municípios (15,8%). Na região autónoma da Madeira diminuiu acentuadamente ($< -50\%$) em 3 municípios e acentuada a moderadamente ($> -50,0\% - 0\%$) em 7 municípios, tendo aumentado moderadamente apenas no município de Porto Moniz. Verificamos assim que a superfície de vinha diminuiu de superfície em todos os municípios das Ilhas com esta cultura, com exceção do município de Porto Moniz, na região autónoma da Madeira.

Figura 6.1.6 Evolução da superfície de vinha por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	3	16	10	1
% de municípios	10,0%	53,4%	33,3%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		-87,5		33,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	3	13	3	0
% de municípios	15,8%	68,4%	15,8%	
Valor mín. e máx. (%)		-87,5	-19,0	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-68,8		33,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de vinha ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de vinha no Continente diminuiu 32,9% de 1989 para 2009, representando 266.326ha em 1989 e 177.831ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 62,8%, representando 2.489ha em 1989 e 926ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 37,6%,

representando 1.812ha em 1989 e 1.131ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição da superfície dedicada à cultura da vinha foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto no Continente e na região autónoma da Madeira a diminuição da superfície da cultura da vinha foi menos acentuada que na região autónoma dos Açores, onde foi muito acentuada.

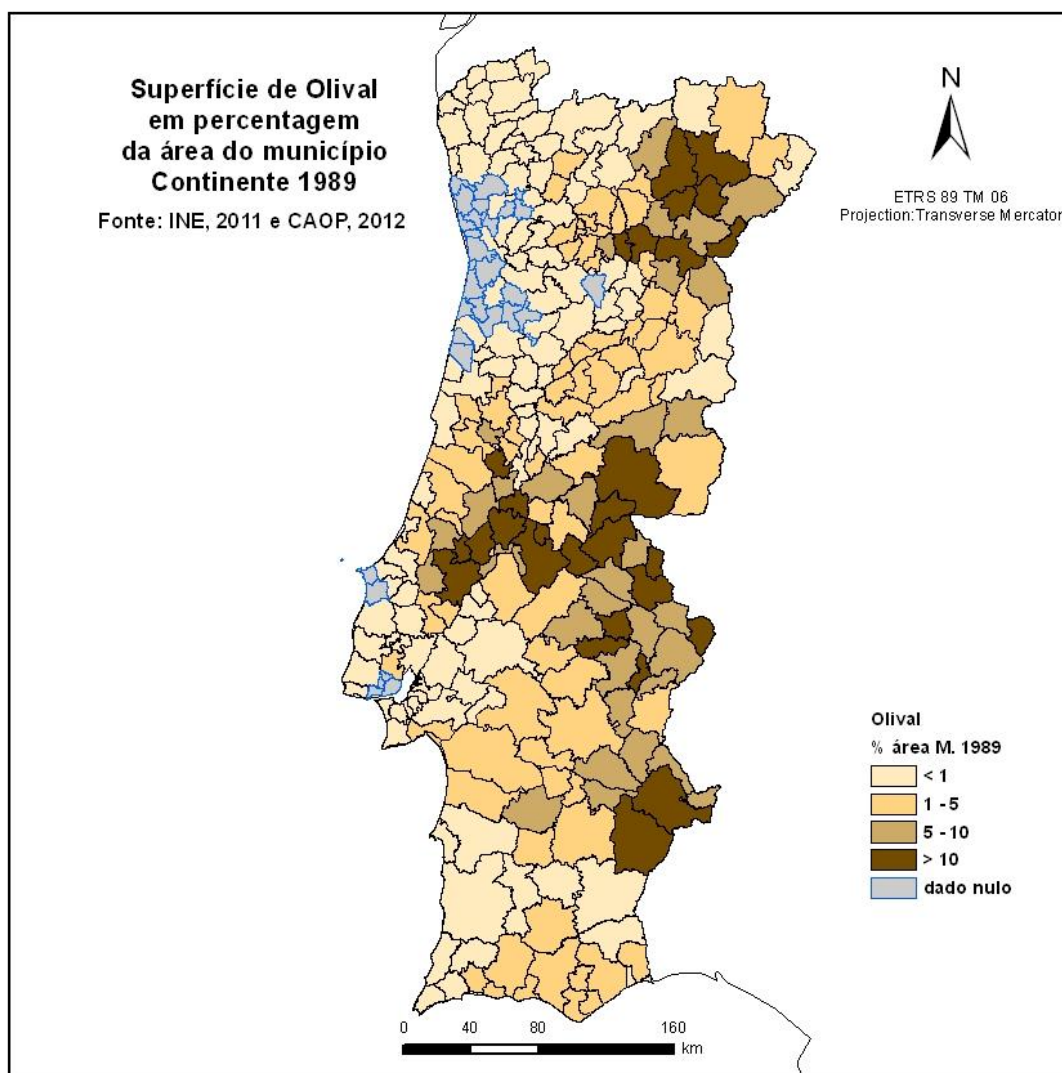
6.2 Superfície de olival

O olival em Portugal é cultivado para produção de azeitona para produção de azeite e para produção de azeitona de mesa. Contudo o olival para produção de azeitona para produção de azeite representa a maioria do cultivo. De referir que nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a cultura da oliveira não existe.

Nas figuras 6.2.1 e 6.2.2 apresenta-se a superfície de olival, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.2.1, referente a 1989, podemos verificar que em 28 municípios (10,1%) a superfície de olival ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 23,5% no município de Alcanena, na NUTS III Médio Tejo. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por olival encontram-se nas NUTS III: Alto-Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de olival superior a 5% do território são abrangidos 63 municípios (22,6%), fazendo parte das mesmas NUTS III referidas para a superfície de olival superior a 10%, encontrando-se a maioria em contiguidade. A superfície de olival é menor que 1% da superfície do município em 108 municípios (38,8%) e é nula em 31 municípios (11,2%). Estes municípios encontram-se sobretudo nas NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga e Oeste, na região Centro; Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região de Lisboa; parte sul da Lezíria do Tejo, parte sul do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e parte ocidental do Algarve.

Figura 6.2.1 Superfície de olival em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



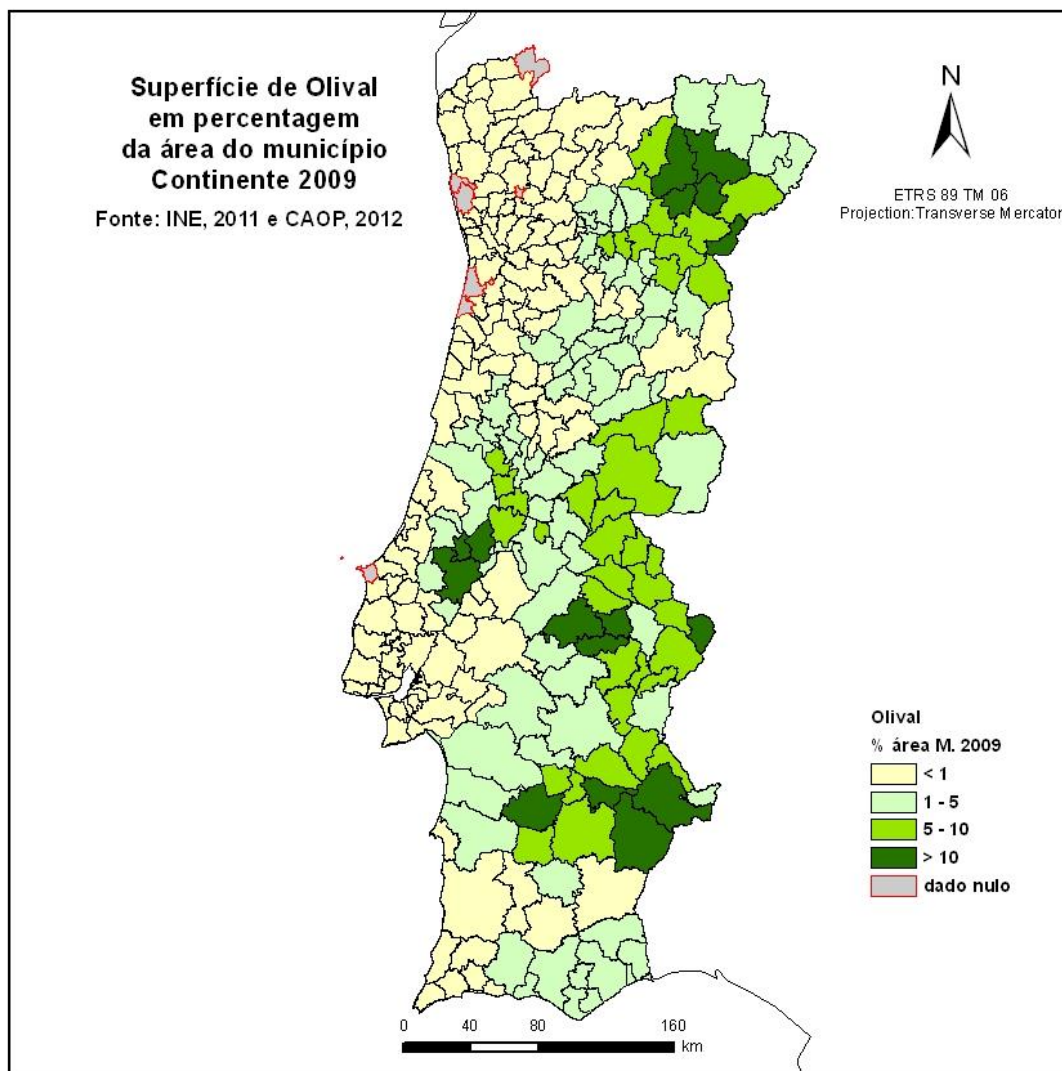
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	31	108	76	35	28
% de municípios	11,2%	38,8%	27,3%	12,6%	10,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			23,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.2.2, referente a 1989, podemos verificar que em 16 municípios (5,7%) a superfície de olival ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 21,5% no município de Mirandela, na NUTS III Alto Trás-os-Montes. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por olival encontram-se nas NUTS III: Alto Trás-os-Monte e Douro, na região Norte; Médio Tejo, na região Centro e Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de olival superior a 5% do território são

abrangidos 56 municípios (20,1%), fazendo parte das mesmas NUTS III referidas para a superfície de olival superior a 10% e ainda das NUTS III Beira Interior Sul e Alentejo Central, encontrando-se a maioria em contiguidade. A superfície de olival é menor que 1% da superfície do município em 136 municípios (48,9%) e é nula em 8 municípios (2,9%). Estes municípios encontram-se sobretudo nas NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, parte ocidental de Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, na região Norte; parte norte de Dão-Lafões, parte sul de Beira Interior Norte, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste, na região Centro; Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região de Lisboa; parte sul da Lezíria do Tejo, parte sul do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral, na região Alentejo e parte ocidental do Algarve. Os municípios com superfície de olival menor que 1% correspondem principalmente a municípios em zonas ecologicamente desfavoráveis à cultura, que são as zonas de terras altas ou a zona litoral ocidental, ambas com condições climáticas adversas para a cultura.

Figura 6.2.2 Superfície de olival em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



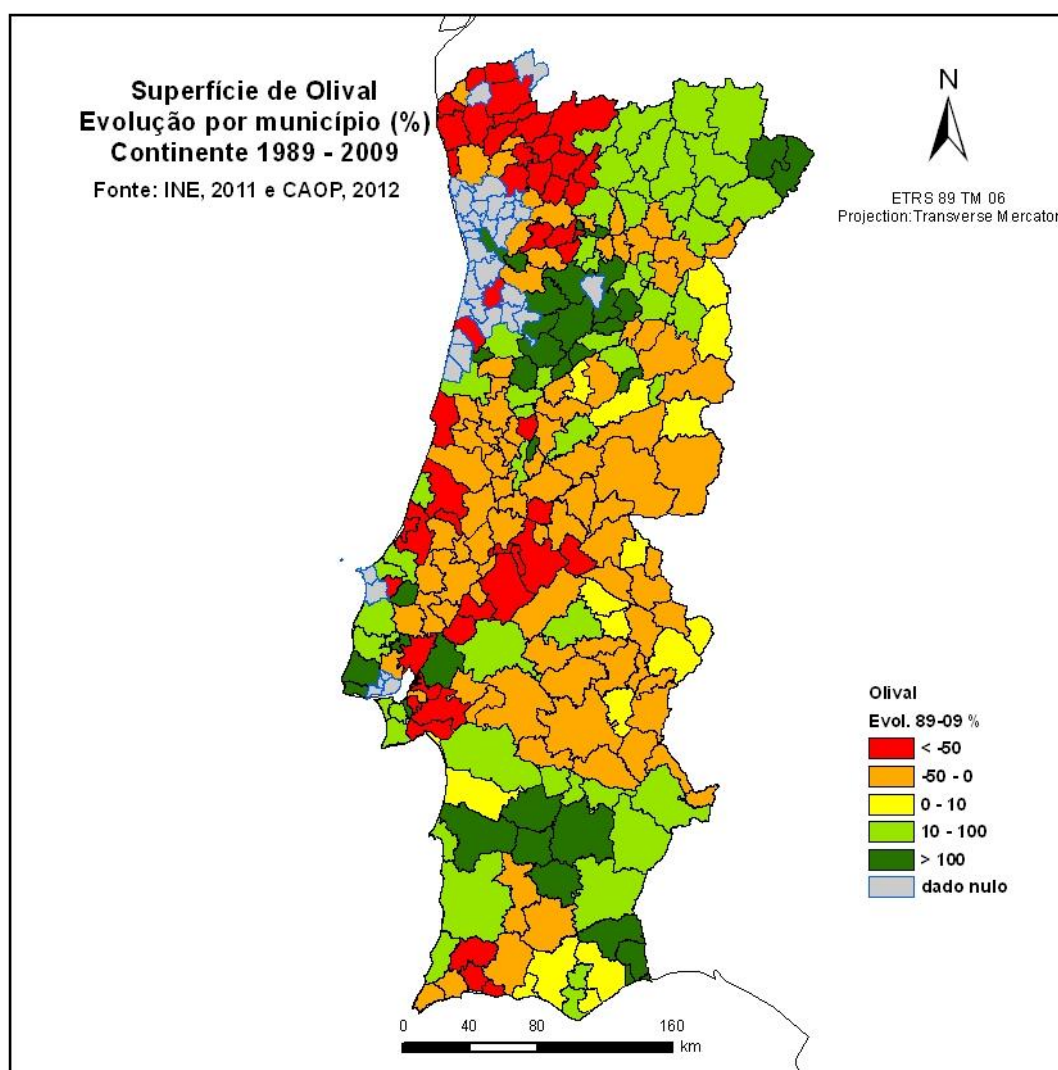
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	8	136	78	40	16
% de municípios	2,9%	48,9%	28,1%	14,4%	5,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			21,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.2.3 apresenta-se a evolução da superfície de olival, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve acréscimo da superfície de olival em 104 municípios, sendo o acréscimo superior a 100% em 34 dos municípios (12,2%). Os municípios em que houve acréscimo de superfície com olival são quase na totalidade nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e parte norte do Douro, na região Norte; parte norte da Beira Interior Norte, Dão-Lafões e Oeste, na região Centro; parte sul da Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e parte oriental do Algarve. De

realçar que os municípios em que houve aumento superior de superfície de olival superior a 100% encontram-se quase na totalidade nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Houve diminuição da superfície de olival em 138 dos municípios do Continente (49,6%) e em 36 (13,0%) a superfície com olival é nula. A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 49 municípios (17,6%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 89 municípios (32,0%).

Figura 6.2.3 Evolução da superfície de olival por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 10	10 – 100	> 100
N.º de municípios	36	49	89	16	54	34
% de municípios	13,0%	17,6%	32,0%	5,8%	19,4%	12,2%
Valor mín. e máx. (%)		-100				4400,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de olival ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de olival no Continente se manteve praticamente inalterada de 1989 para 2009, verificando-se uma muito ligeira diminuição (-1,4%), representando 340.514ha em 1989 e 335.841ha em 2009. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não existe a cultura da oliveira.

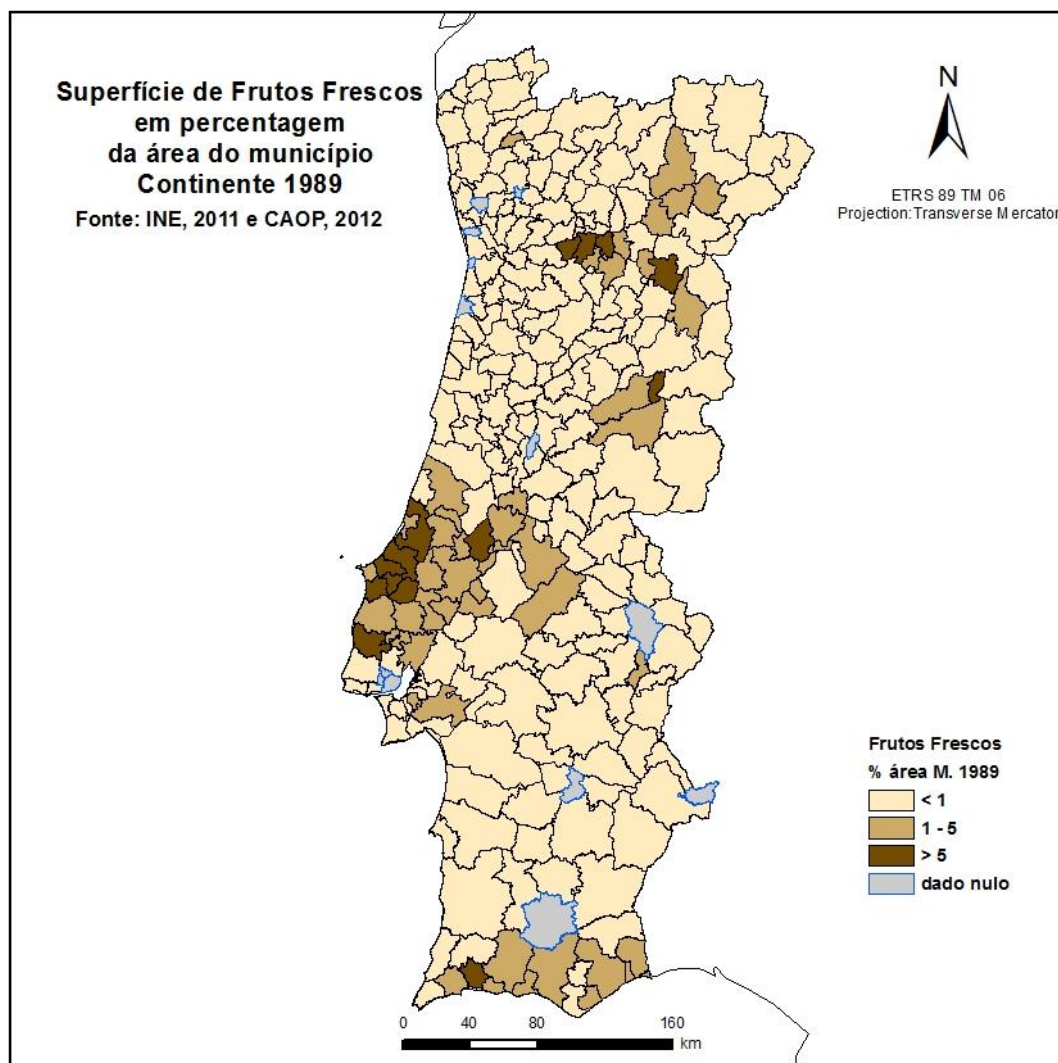
6.3 Superfície de frutos frescos

A superfície de culturas de frutos frescos representa o conjunto das superfícies das culturas de macieiras, pereiras, marmeleiros, pessegueiros, cerejeiras, ameixeiras, damasqueiros, figueiras, frutos pequenos de bagas e outras, com exceção dos citrinos, representando o total da superfície de culturas de frutos frescos.

Nas figuras 6.3.1 e 6.3.2 apresenta-se a superfície de culturas de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.3.1, referente a 1989, podemos verificar que em 14 municípios (5,0%) a superfície de culturas de frutos frescos ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 36,4% no município de Bombarral, na NUTS III Oeste. A quase totalidade dos municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas de frutos frescos encontram-se nas NUTS III Douro, na região Norte e Oeste, na região Centro, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de culturas de frutos frescos entre 1% e 5% do território encontramos 48 municípios (17,3%), contíguos, na maioria, a municípios com superfície de culturas de frutos frescos superior a 5%. A superfície de culturas de frutos frescos é menor que 1% da superfície do município em 203 municípios (73,0%), a maioria dos municípios do Continente.

Figura 6.3.1 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



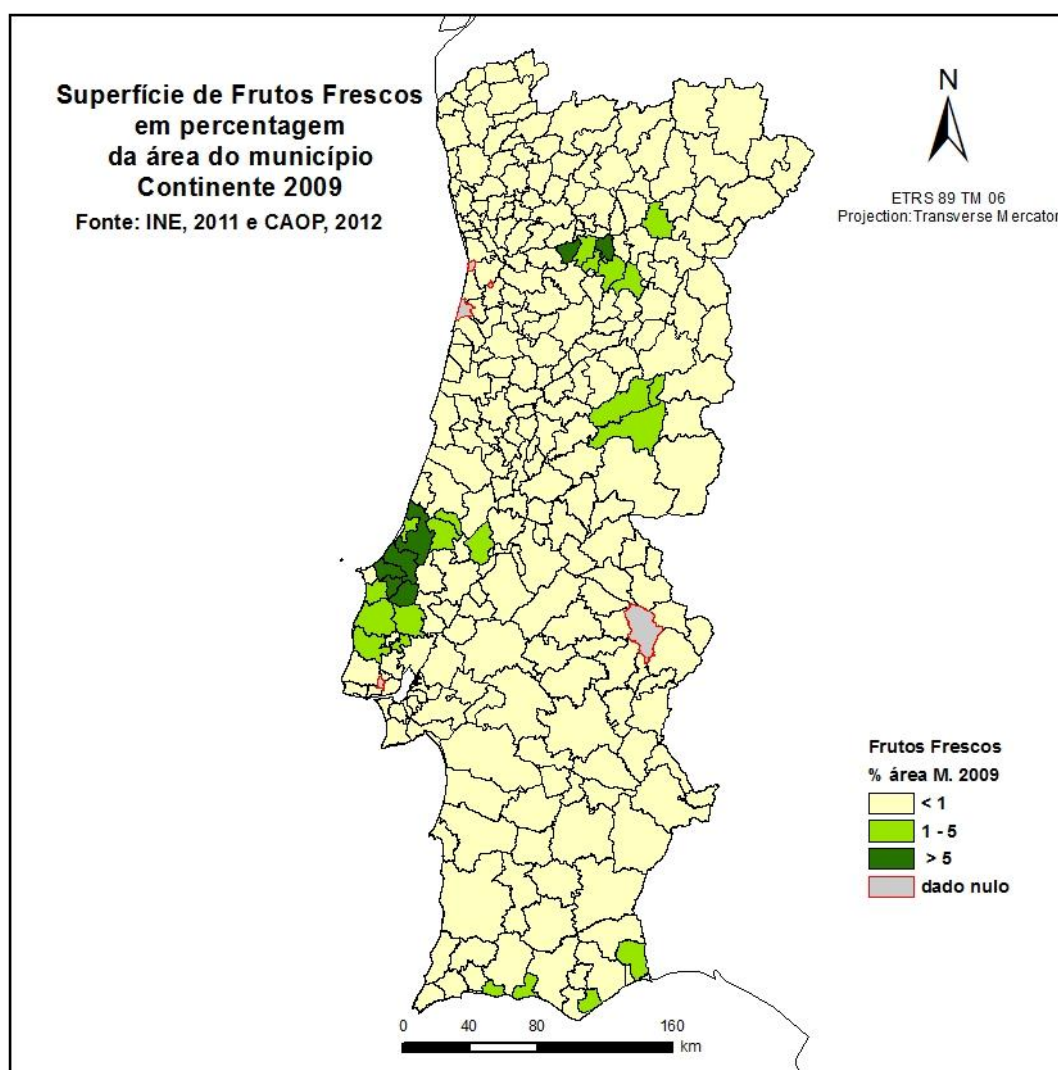
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	13	203	48	14
% de municípios	4,7%	73,0%	17,3%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		36,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.3.2, referente a 2009, podemos verificar que apenas em 7 municípios (2,5%) a superfície de culturas de frutos frescos ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 27,4% no município de Bombarral, na NUTS III Oeste. A quase totalidade dos municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas de frutos frescos encontram-se nas NUTS III Douro, na região Norte e Oeste, na região Centro, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de culturas

de frutos frescos entre 1% e 5% do território encontramos 21 municípios (7,6%), em parte contíguos a municípios com superfície de culturas de frutos frescos superior a 5%. A superfície de culturas de frutos frescos é menor que 1% da superfície do município em 245 municípios (88,1%). Verifica-se uma regressão da superfície de frutos frescos de 1989 para 2009, significativamente com menos municípios na classe de maior superfície (> 5%) e mais municípios na classe de menor superfície (< 1%).

Figura 6.3.2 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

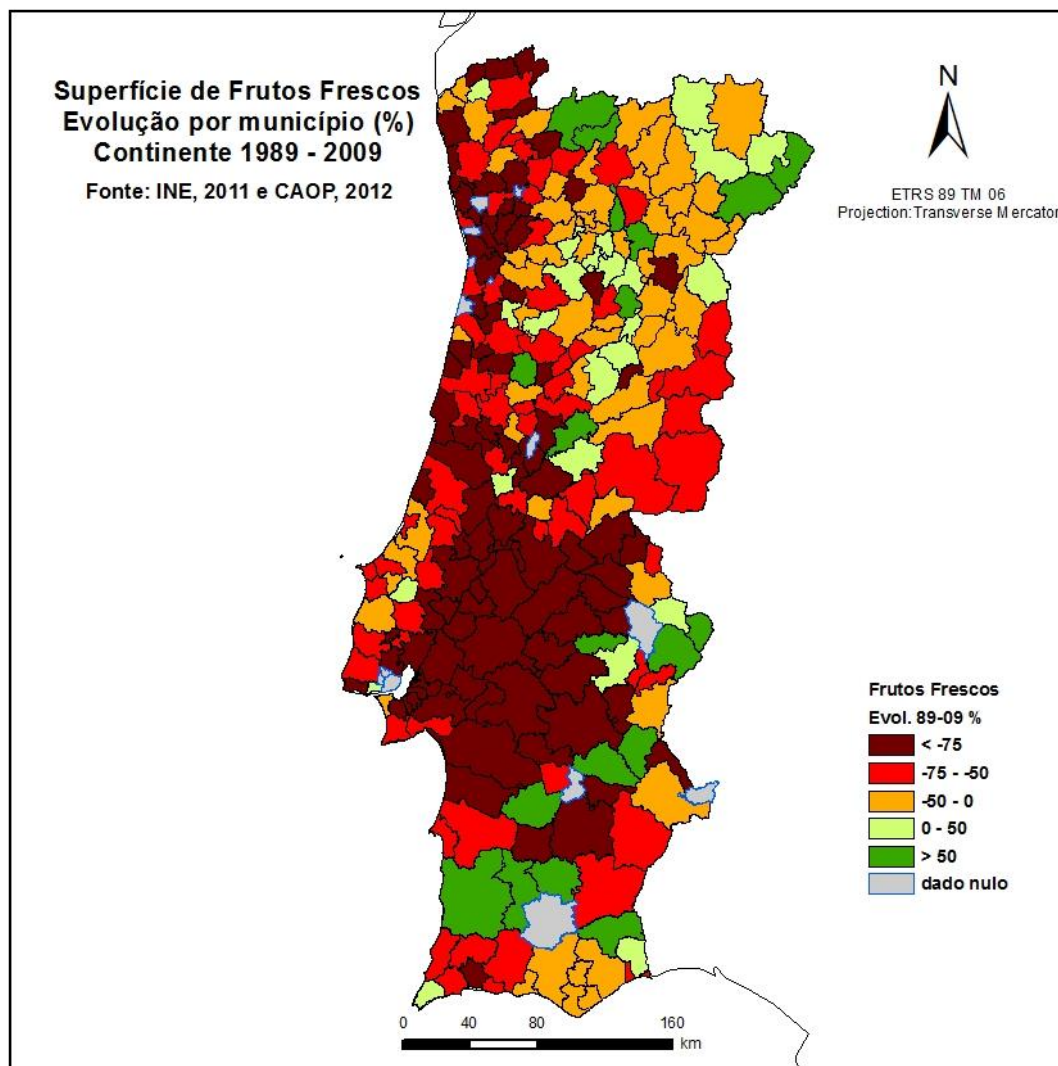


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	5	245	21	7
% de municípios	1,8%	88,1%	7,6%	2,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		27,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.3.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de frutos frescos, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas de frutos frescos em 79,1% dos municípios do Continente (220). A diminuição foi extremamente acentuada (classe de superfície menor que -75%) em 92 municípios (33,1%), muito acentuada (classe de superfície entre -75% e -50%) em 69 municípios (24,8%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 59 municípios (21,2%). Houve acréscimo da superfície de culturas de frutos frescos em 44 municípios, sendo o acréscimo superior a 50% em 19 dos municípios (6,9%). Os municípios em que houve acréscimo de superfície com culturas de frutos frescos pertencem principalmente às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte e Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. Deve realçar-se, no entanto, que os acréscimos de superfície com culturas de frutos frescos aconteceram em municípios cujos valores absolutos de superfície com culturas de frutos frescos são muito baixos, inferiores a 1% da superfície do município, não tendo significado geográfico. Com exceção de alguns municípios mais ou menos isolados, houve decréscimo de superfície com culturas de frutos frescos nos restantes municípios do Continente. Salienta-se que na NUTS III Oeste, com a maioria dos municípios na classe com maior percentagem de superfície do município ocupada com culturas de frutos frescos houve decréscimo de superfície. Na medida em que esta região continua a ser a mais importante região produtora de frutos frescos no Continente, tal como outras NUTS III, com alguns município com superfície de culturas de frutos frescos entre 1% e 5%, como Cova da Beira e Algarve, poderá significar forte reestruturação do setor dos frutos frescos no período de 1989 a 2009.

Figura 6.3.3 Evolução da superfície de frutos frescos por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

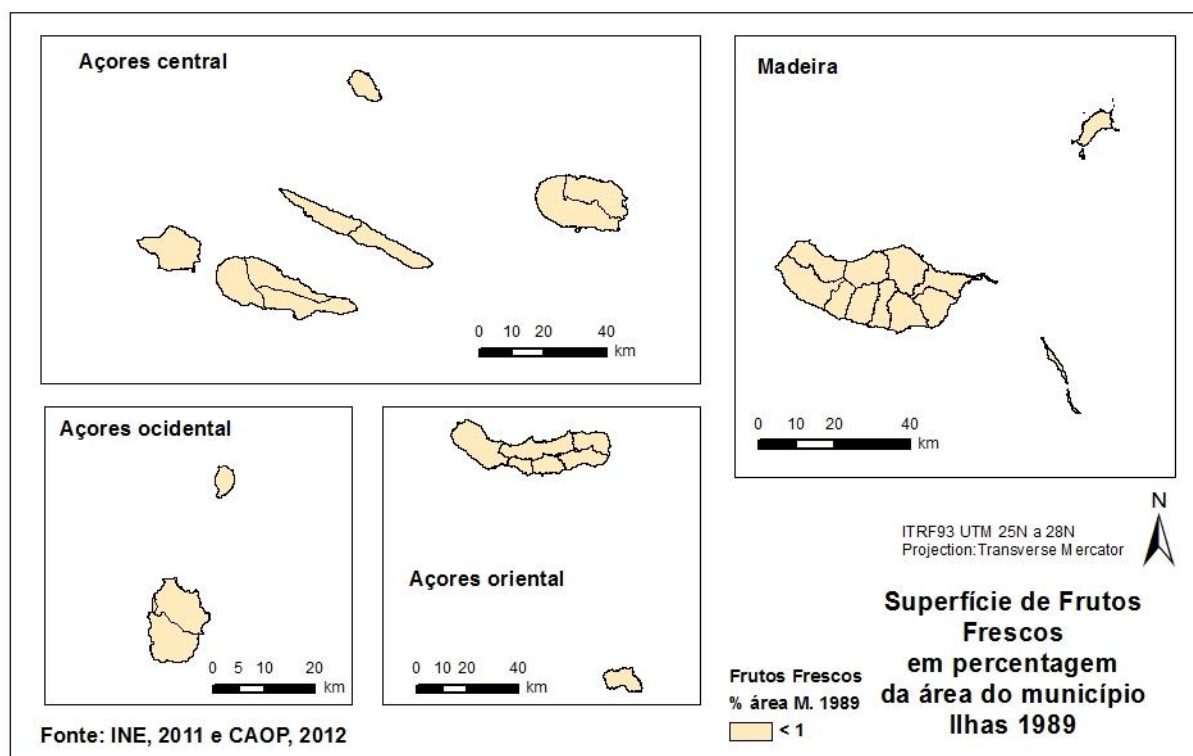


Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 – -50	-50 – 0	0 – 50	> 50
N.º de municípios	14	92	69	59	25	19
% de municípios	5,0%	33,1%	24,8%	21,2%	9,0%	6,9%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				1600,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.3.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de frutos frescos ocupa menos de 1% do território em todos os municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Vemos, portanto, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de frutos frescos é generalizadamente reduzida, não indo além de 0,6% no município de Câmara de Lobos, na região autónoma da Madeira.

Figura 6.3.4 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



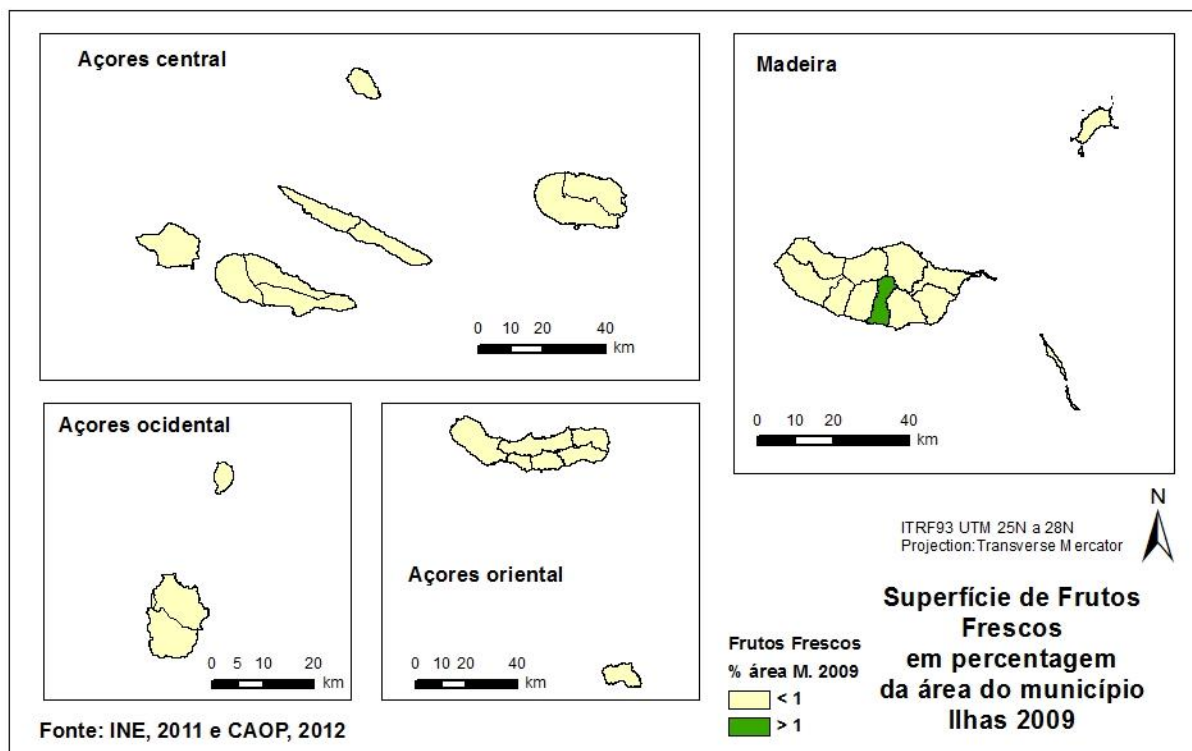
Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	30
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	19
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	11
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.3.5, referente a 2009, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de frutos frescos ocupa menos de 1% do território em todos os municípios da região autónoma dos Açores e em dez municípios da região autónoma da Madeira, sendo superior a 1% apenas no município de Câmara de Lobos, onde representa 1,7% da superfície do

município. Vemos, tal como em 1989, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de frutos frescos é generalizadamente reduzida.

Figura 6.3.5 Superfície de frutos frescos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



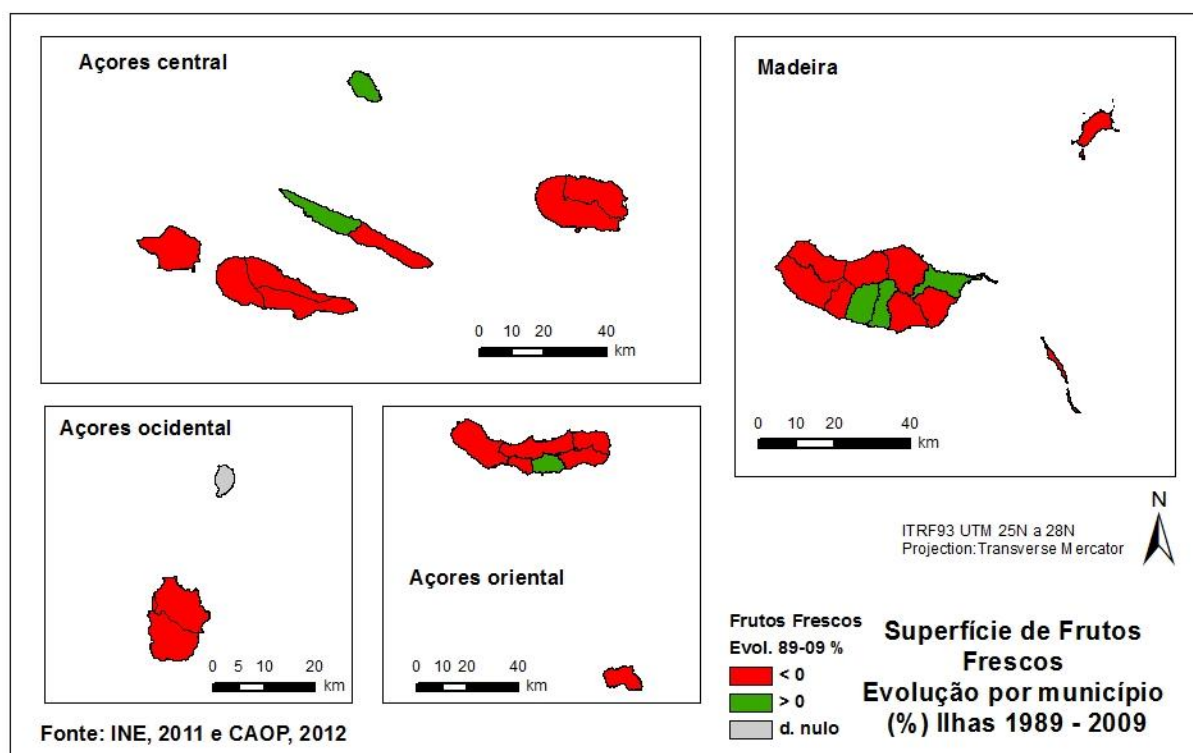
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	29	1
% de municípios	0,0%	96,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,7
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	19	0
% de municípios	0,0%	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	10	1
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.3.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de frutos frescos por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e

da Madeira. Verificamos que a superfície de culturas de frutos frescos, apesar de ser diminuta, de 1989 para 2009 ainda diminuiu em 23 dos 30 municípios das Ilhas (76,7%), tendo aumentado em 3 municípios da região autónoma dos Açores e em 3 municípios da região autónoma da Madeira. Tendo em conta a dimensão absoluta da superfície de culturas de frutos frescos as variações observadas não têm significado do ponto de vista geográfico.

Figura 6.3.6 Evolução da superfície de frutos frescos por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	1	23	6
% de municípios	3,3%	76,7%	20,0%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	155,6
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	1	15	3
% de municípios	5,3%	78,9%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	150,0
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	3	8
% de municípios	0,0%	27,3%	72,7%
Valor mín. e máx. (%)		-72,7	155,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de frutos frescos ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de frutos frescos no Continente diminuiu 47,5%, de 1989 para 2009, representando 75.715ha em 1989 e 39.746ha em 2009. Na região autónoma dos Açores diminuiu 64,5%, representando 290ha em 1989 e 103ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 6,5%, representando 261ha em 1989 e 278ha em 2009. Verificamos assim que a superfície dedicada às culturas de frutos frescos diminuiu acentuadamente no Continente e na região autónoma dos Açores e aumentou ligeiramente na região autónoma da Madeira.

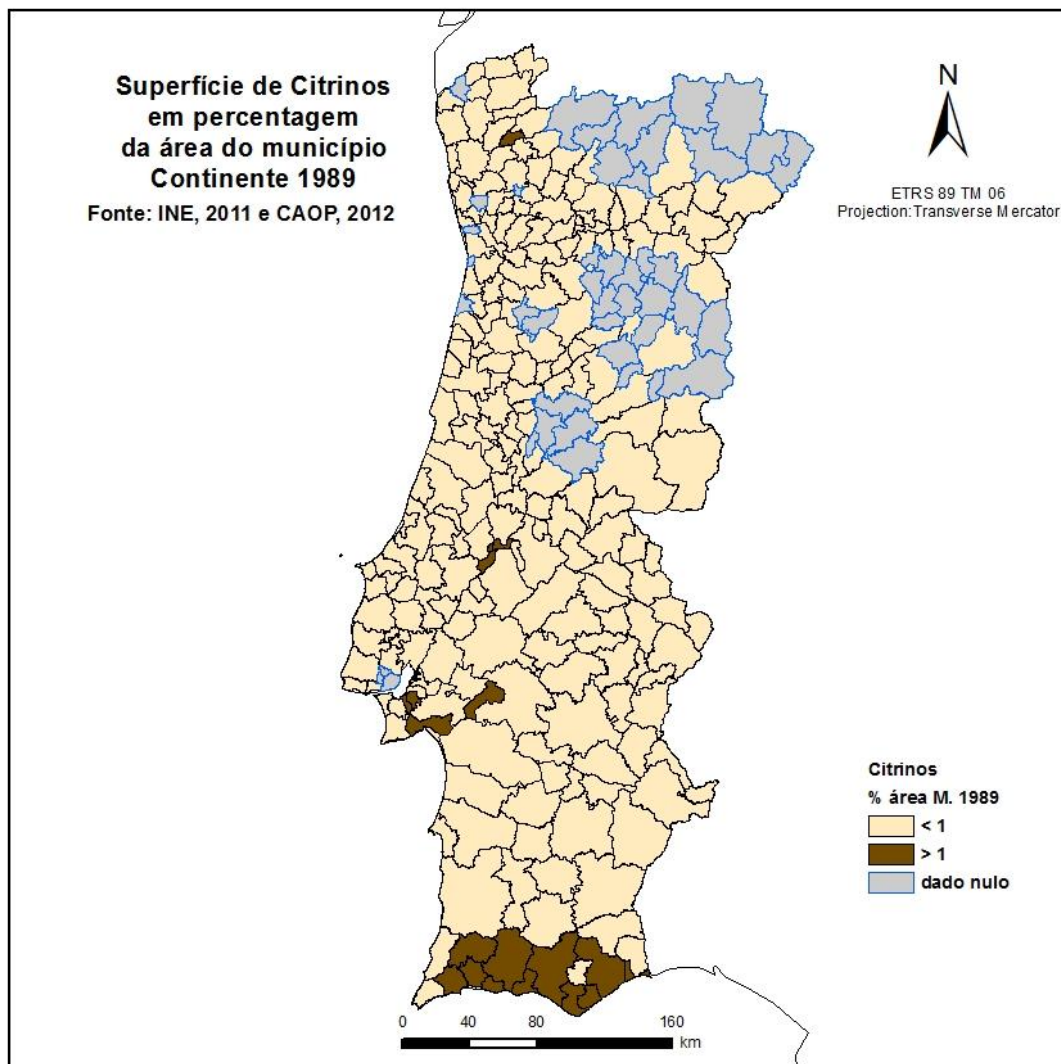
6.4 Superfície de citrinos

A superfície de culturas de citrinos representa o conjunto das superfícies das culturas de laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, toranjeiras, tangereiras, e outros citrinos, representando o total da superfície de culturas de citrinos.

Nas figuras 6.4.1 e 6.4.2 apresenta-se a superfície de culturas de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.4.1, referente a 1989, podemos verificar que em 19 municípios (6,9%) a superfície de culturas de citrinos ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 9,1% no município de Olhão, na NUTS III Algarve. A maioria dos municípios com mais de 1% de área ocupada por culturas de citrinos encontram-se na NUTS III Algarve. Encontramos ainda municípios com mais de 1% de área ocupada por culturas de citrinos, contíguos ou singulares, em outras NUTS III: Cávado, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal e Alentejo Central. A superfície de culturas de citrinos é menor que 1% da superfície do município em 215 municípios (77,3%) e tem valor nulo em 44 municípios (15,8%), constituindo a maioria dos municípios do Continente.

Figura 6.4.1 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	44	215	19
% de municípios	15,8%	77,3%	6,9%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	9,1

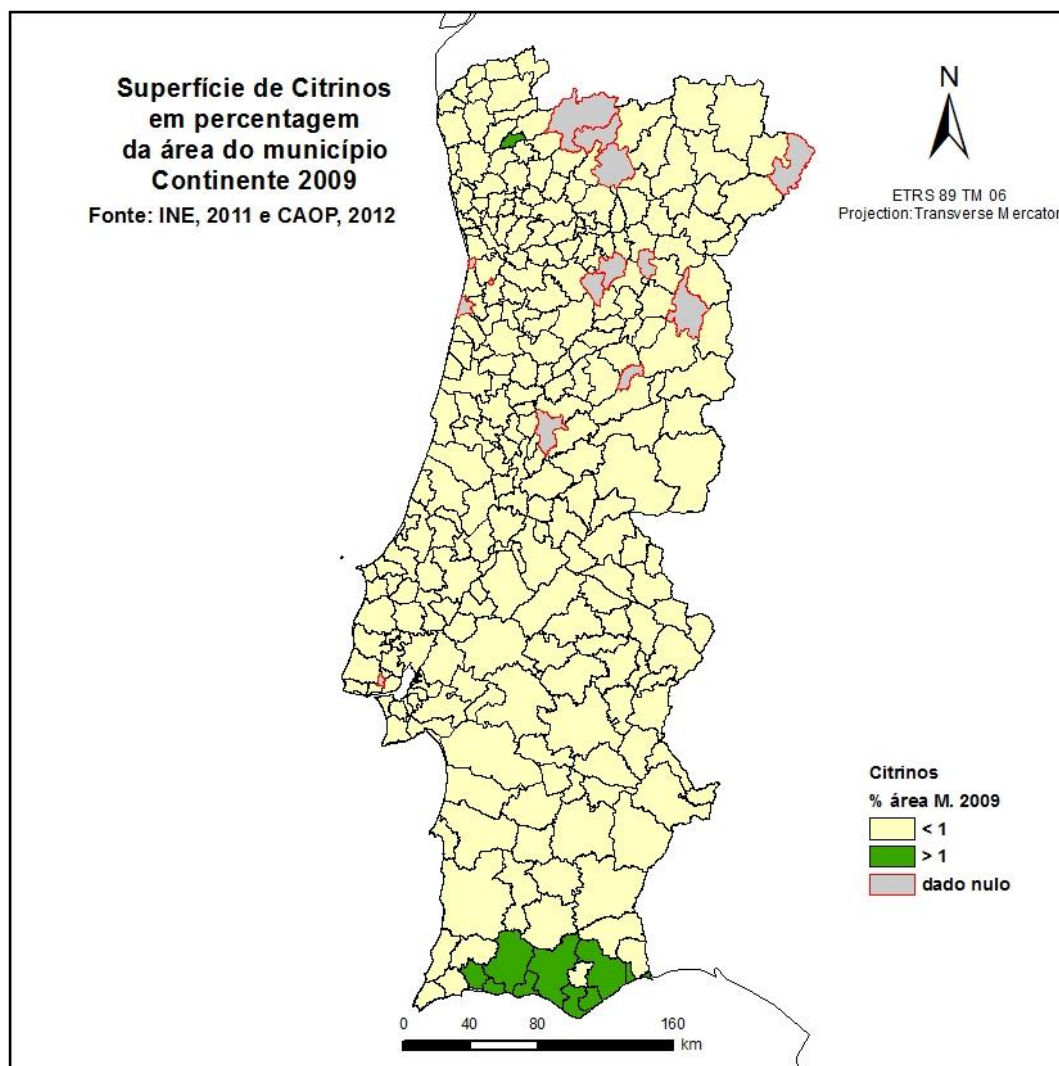
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.4.2, referente a 2009, podemos verificar que em 10 municípios (3,6%) a superfície de culturas de citrinos ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 7,1% no município de Olhão, na NUTS III Algarve. A maioria dos municípios com mais de 1% de área ocupada por culturas de citrinos encontram-se na NUTS III Algarve, com exceção do município de Amares, na NUTS III Cávado. A superfície de culturas de citrinos é

menor que 1% da superfície do município em 254 municípios (91,4%) e tem valor nulo em 14 municípios (5,0%), constituindo a maioria dos municípios do Continente.

Verifica-se uma regressão da superfície de citrinos de 1989 para 2009, ficando os municípios com superfície superior a 1% com culturas de citrinos, praticamente restringidos ao Algarve, justificadas por condições edafoclimáticas propícias à cultura de citrinos e questões de falta de competitividade da cultura em zonas menos propícias.

Figura 6.4.2 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



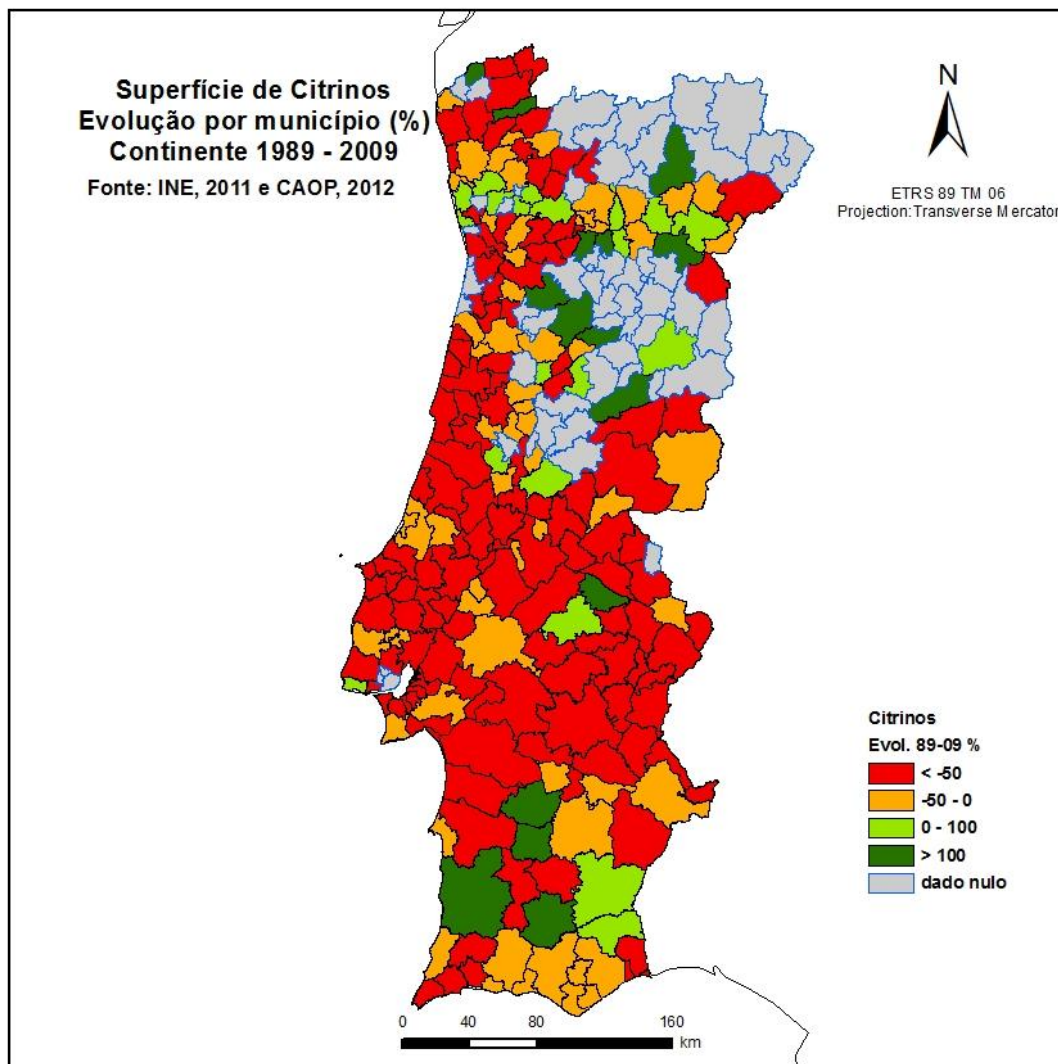
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	14	254	10
% de municípios	5,0%	91,4%	3,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	7,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.4.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de citrinos, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas de citrinos em 67,6% dos municípios do Continente (188) e em 19,8% dos municípios (55) os valores absolutos de superfície de culturas de citrinos são nulos. A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície < -50%) em 127 municípios (45,7%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 61 municípios (21,9%). Houve acréscimo da superfície de culturas de citrinos em 35 municípios, sendo o acréscimo superior a

100% em 15 dos municípios (5,4%) e entre 0% e 100% em 20 municípios (7,2%). Os municípios em que houve acréscimo de superfície com culturas de citrinos estão dispersos por várias NUTS III, devendo realçar-se, no entanto, que os acréscimos de superfície com culturas de citrinos aconteceram em municípios cujos valores absolutos de superfície com culturas de citrinos são muito baixos, inferiores a 1% da superfície do município, não tendo significado geográfico. Nos restantes municípios do Continente houve decréscimo de superfície com culturas de citrinos. Salienta-se que na maioria dos municípios com percentagem de superfície do município ocupada com culturas de citrinos superior a 1% houve decréscimo de superfície de 1989 para 2009, podendo significar forte reestruturação do setor dos citrinos neste período, com diminuição de competitividade, salientando-se a NUTS III Algarve pela sua dimensão.

Figura 6.4.3 Evolução da superfície de citrinos por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

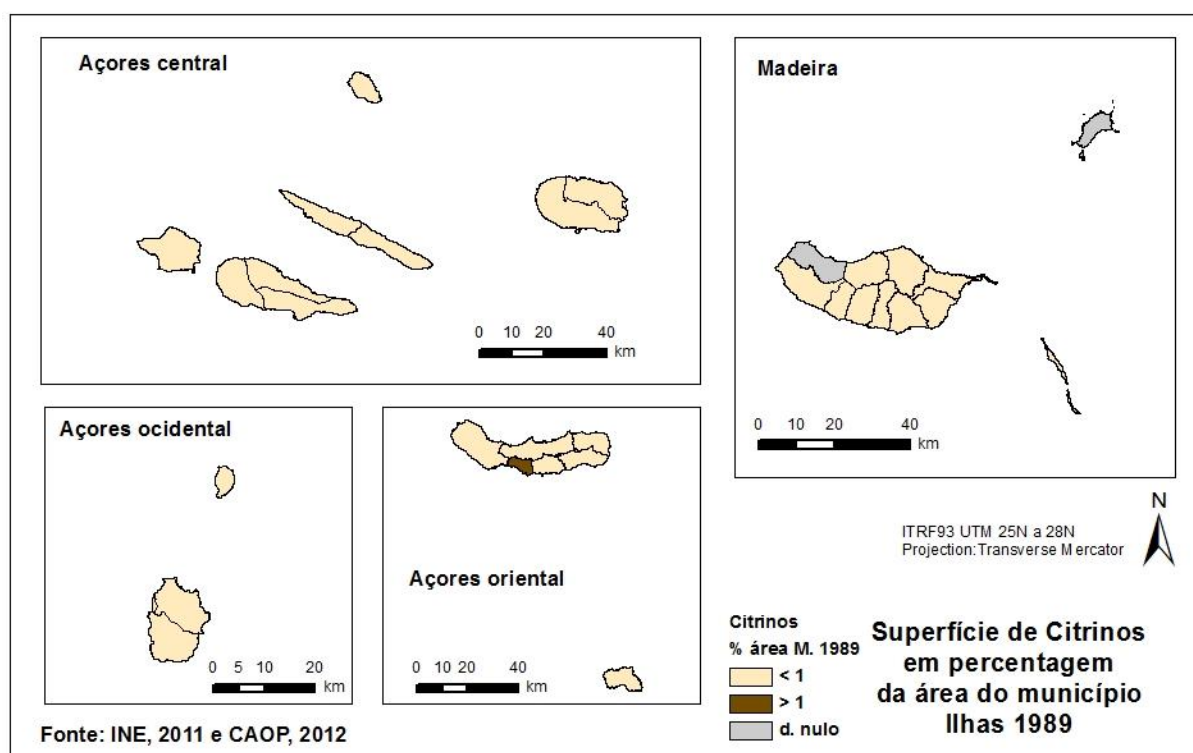


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	55	127	61	20	15
% de municípios	19,8%	45,7%	21,9%	7,2%	5,4%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			1773,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.4.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de citrinos ocupa menos de 1% do território em todos os municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, em 29 dos 30 municípios (96,7%). Vemos, portanto, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de citrinos é generalizadamente reduzida, não indo além de 1,3% no município de Lagoa, na região autónoma dos Açores.

Figura 6.4.4 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

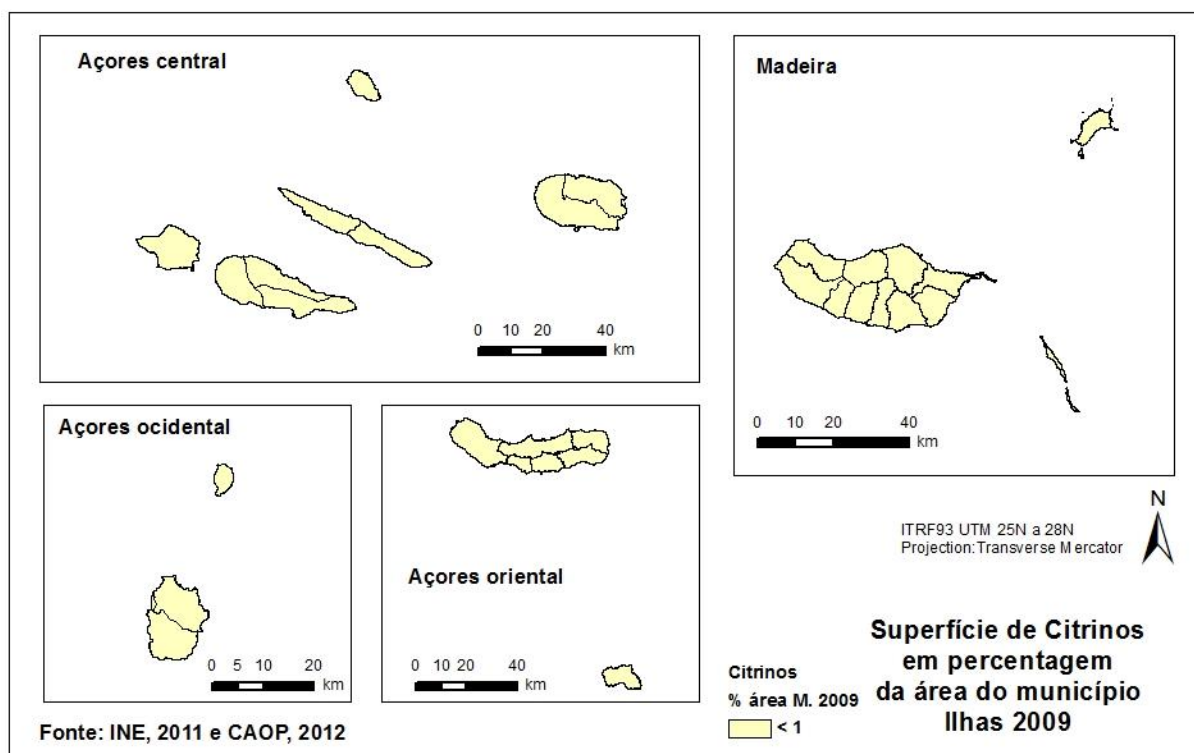


Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	27	1
% de municípios	6,7%	90,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,4
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	18	1
% de municípios	0,0%	94,7%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	9	0
% de municípios	18,2%	81,8%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.4.5, referente a 2009, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de citrinos ocupa menos de 1% do território em todos os municípios. Vemos, tal como em 1989, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de citrinos é generalizadamente reduzida.

Figura 6.4.5 Superfície de citrinos em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



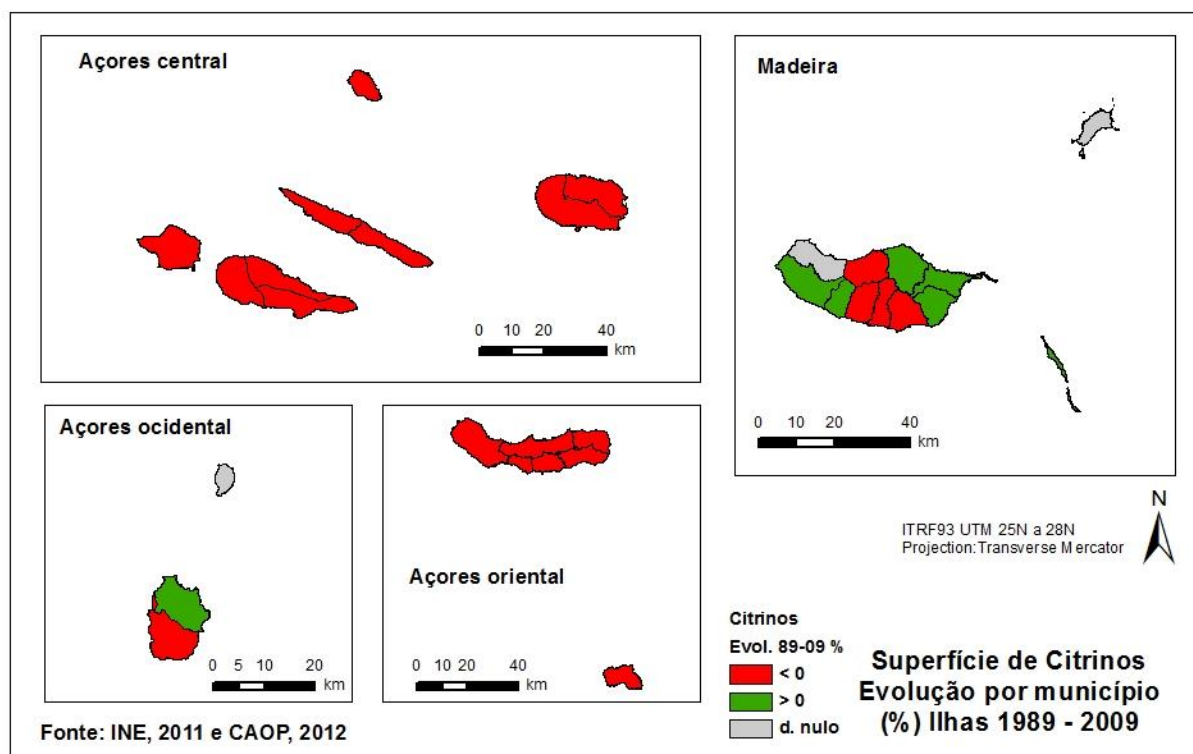
Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	30
% de municípios	0,0%	100%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,6
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	19
% de municípios	0,0%	100%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	11
% de municípios	0,0%	100%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.4.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de citrinos por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que a superfície de culturas de citrinos, apesar de ser diminuta, de 1989 para 2009 ainda diminuiu em 21 dos 30 municípios das Ilhas (70,0%), tendo aumentado

em 1 município da região autónoma dos Açores e em 5 municípios da região autónoma da Madeira. Tendo em conta a dimensão absoluta da superfície de culturas de citrinos as variações observadas não têm significado do ponto de vista geográfico.

Figura 6.4.6 Evolução da superfície de citrinos por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	3	21	6
% de municípios	10,0%	70,0%	20,0%
Valor mín. e máx. (%)		-80,0	205,6
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	1	17	1
% de municípios	5,3%	89,4%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		-80,0	16,7
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	2	4	5
% de municípios	18,2%	36,4%	45,4%
Valor mín. e máx. (%)		-69,2	205,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de citrinos ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de citrinos no Continente diminuiu 36,0%, de 1989 para 2009, representando 25.598ha em 1989 e 16.398ha em 2009. Na região autónoma dos Açores diminuiu 59,4%, representando 1086ha em 1989 e 441ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 33,3%, representando 75ha em 1989 e 100ha em 2009. Verificamos assim que a superfície dedicada às culturas de citrinos diminuiu acentuadamente no Continente e na região autónoma dos Açores e aumentou moderadamente na região autónoma da Madeira.

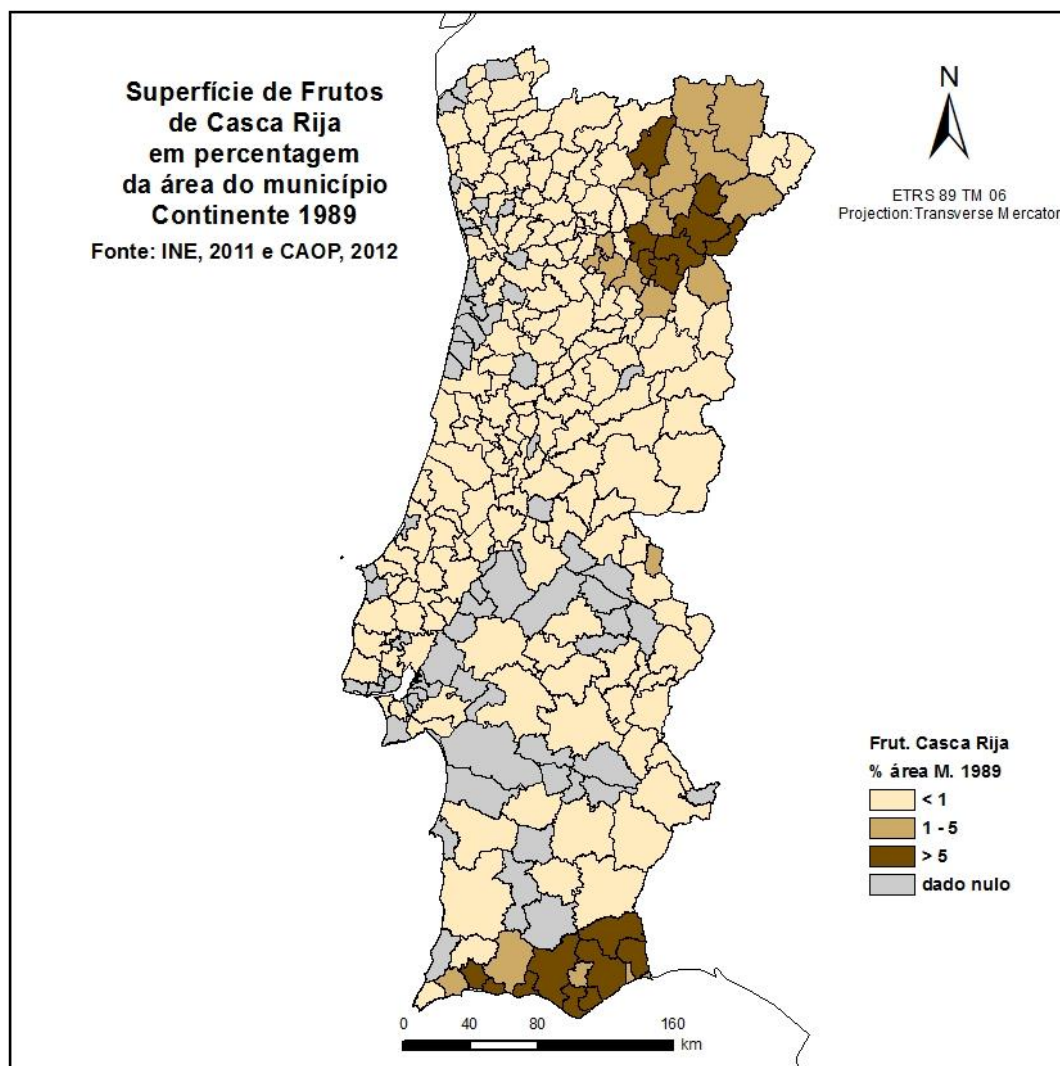
6.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija

A superfície de culturas de frutos de casca rija representa o conjunto da superfície das culturas de amendoeiras, castanheiros, aveleiras, noqueiras, alfarrobeiras e outras, representando o total da superfície de culturas de frutos de casca rija.

Nas figuras 6.5.1 e 6.5.2 apresenta-se a superfície de culturas de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.5.1, referente a 1989, podemos verificar que em 17 municípios (6,1%) a superfície de culturas de frutos de casca rija ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 13,0% no município de Albufeira, na NUTS III Algarve. Os municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas de frutos de casca rija encontram-se nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, na região Centro e Algarve, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de culturas de frutos de casca rija entre 1% e 5% do território encontramos 19 municípios (6,9%), contíguos, na maioria, a municípios com superfície de culturas de frutos de casca rija superior a 5%. A superfície de culturas de frutos de casca rija é menor que 1% da superfície do município em 173 municípios (62,2%) e é nula em 69 municípios (24,8%), constituindo a maioria dos municípios do Continente.

Figura 6.5.1 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

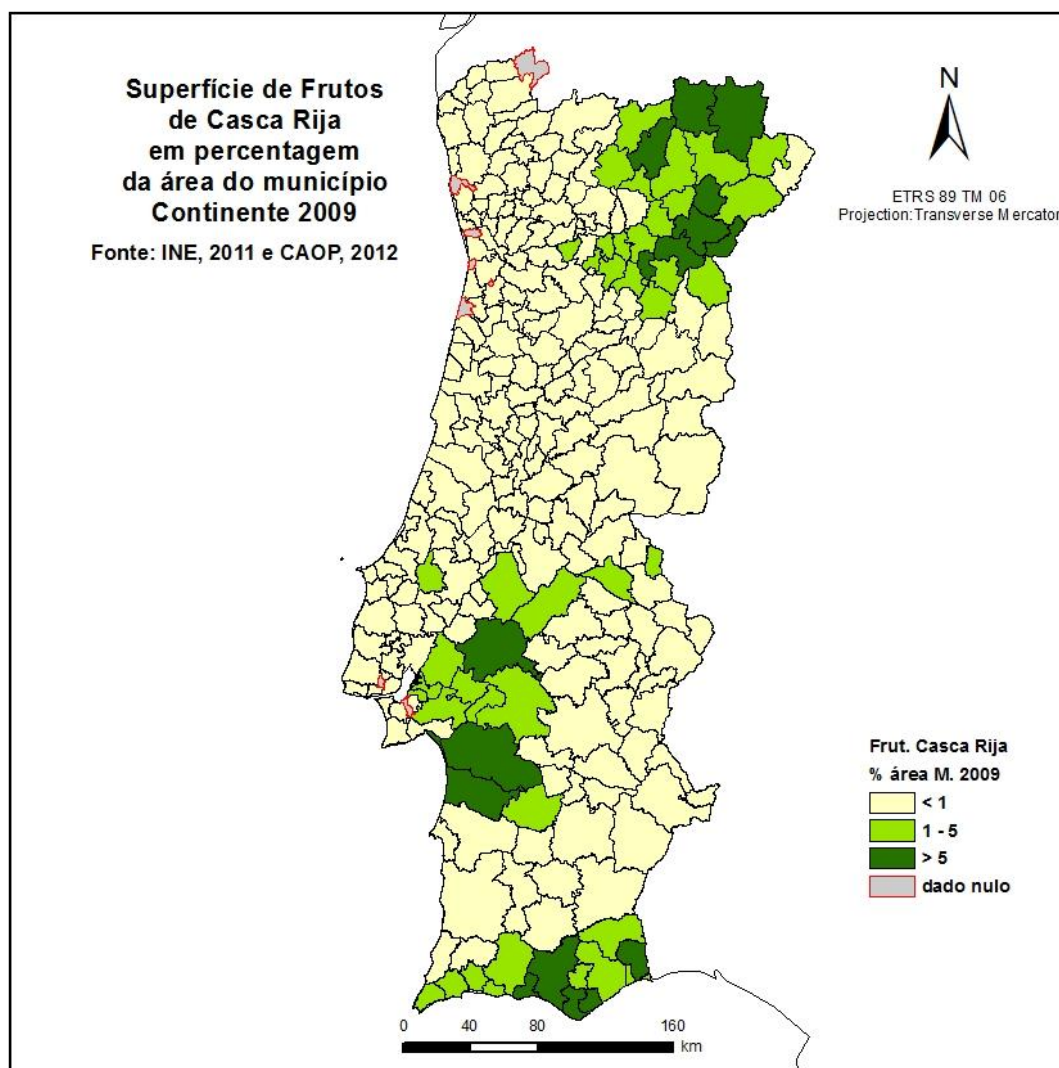


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	69	173	19	17
% de municípios	24,8%	62,2%	6,9%	6,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		13,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.5.2, referente a 2009, podemos verificar que em 16 municípios (5,7%) a superfície de culturas de frutos de casca rija ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 12,2% no município de Valpaços, na NUTS III Alto Trás-os-Montes. A quase totalidade dos municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas de frutos de casca rija encontram-se nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e NUTS III Algarve, abrangendo na maioria municípios contíguos. Alargando a análise aos municípios com superfície de culturas de frutos de casca rija entre 1% e 5% do território encontramos 40 municípios (14,4%), na quase totalidade em municípios contíguos. A superfície de culturas de frutos de casca rija é menor que 1% da superfície do município em 214 municípios (77,0%). Em relação a 1989 em 2009 verificamos a existência de municípios que tinham superfície de frutos de casca rija insignificante ou nula e que em 2009 têm uma superfície já assinalável, nomeadamente na Lezíria de Tejo e Alentejo Litoral.

Figura 6.5.2 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

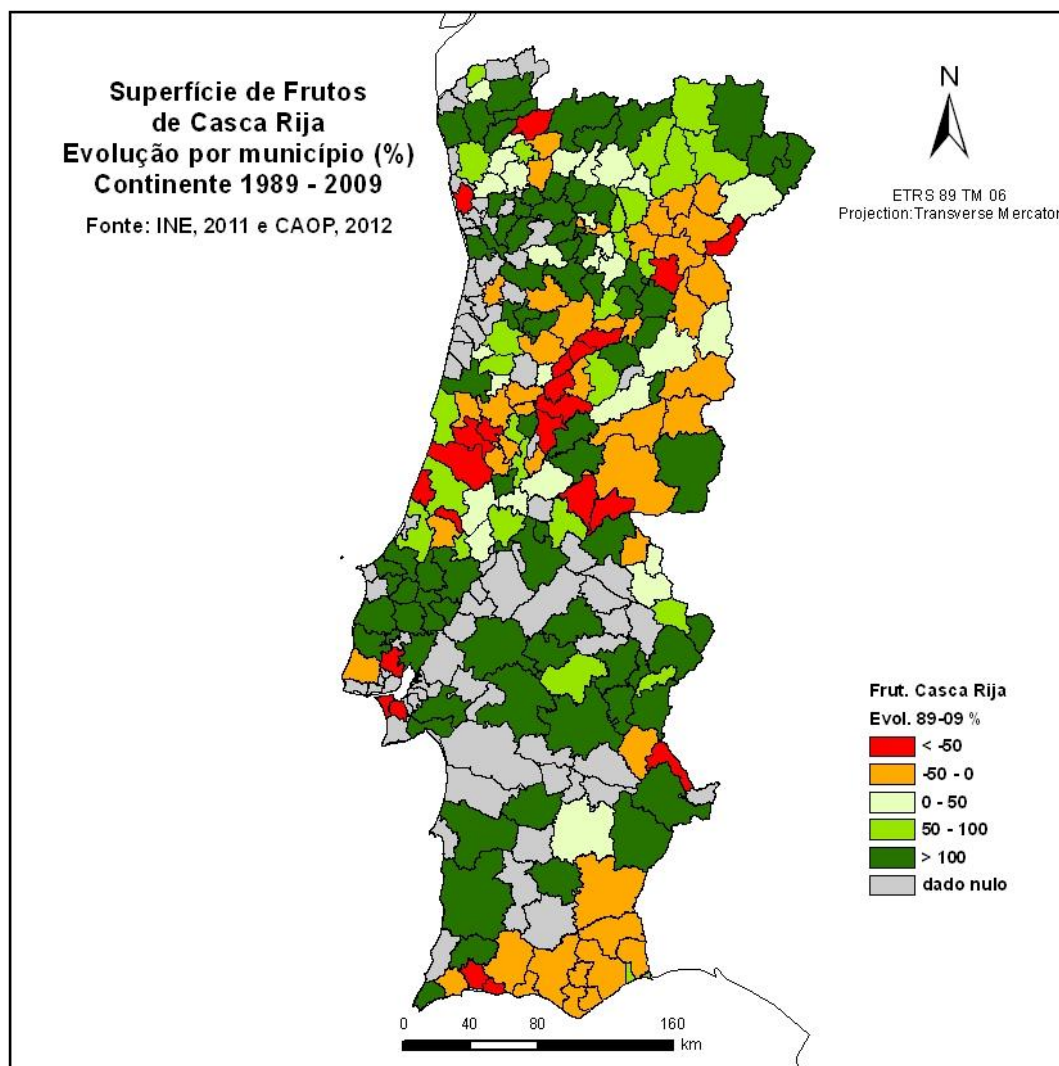


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	8	214	40	16
% de municípios	2,9%	77,0%	14,4%	5,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		12,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.5.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de frutos de casca rija, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas de frutos de casca rija em 24,0% dos municípios do Continente (67). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície <-50%) em 23 municípios (8,2%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 44 municípios (15,8%). Houve acréscimo da superfície de culturas de frutos de casca rija em 137 municípios, sendo o acréscimo superior a 100% em 82 dos municípios (29,4%). Em praticamente todas as NUTS III do Continente há municípios em que houve acréscimo de superfície com culturas de frutos de casca rija. Deve realçar-se, no entanto, que os acréscimos de superfície com culturas de frutos de casca rija aconteceram, na maioria, em municípios cujos valores absolutos de superfície com culturas de frutos de casca rija em 1989 são muito baixos, inferiores a 1% da superfície do município, ou nulos. Salienta-se que houve decréscimo de superfície nos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas de frutos de casca rija, das NUTS III Douro, Beira Interior Norte e Algarve, o mesmo não acontecendo nos municípios da NUTS III Alto Trás-os-Montes, onde, ao contrário dos anteriores, houve acréscimo de superfície com frutos de casca rija.

Figura 6.5.3 Evolução da superfície de frutos de casca rija por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

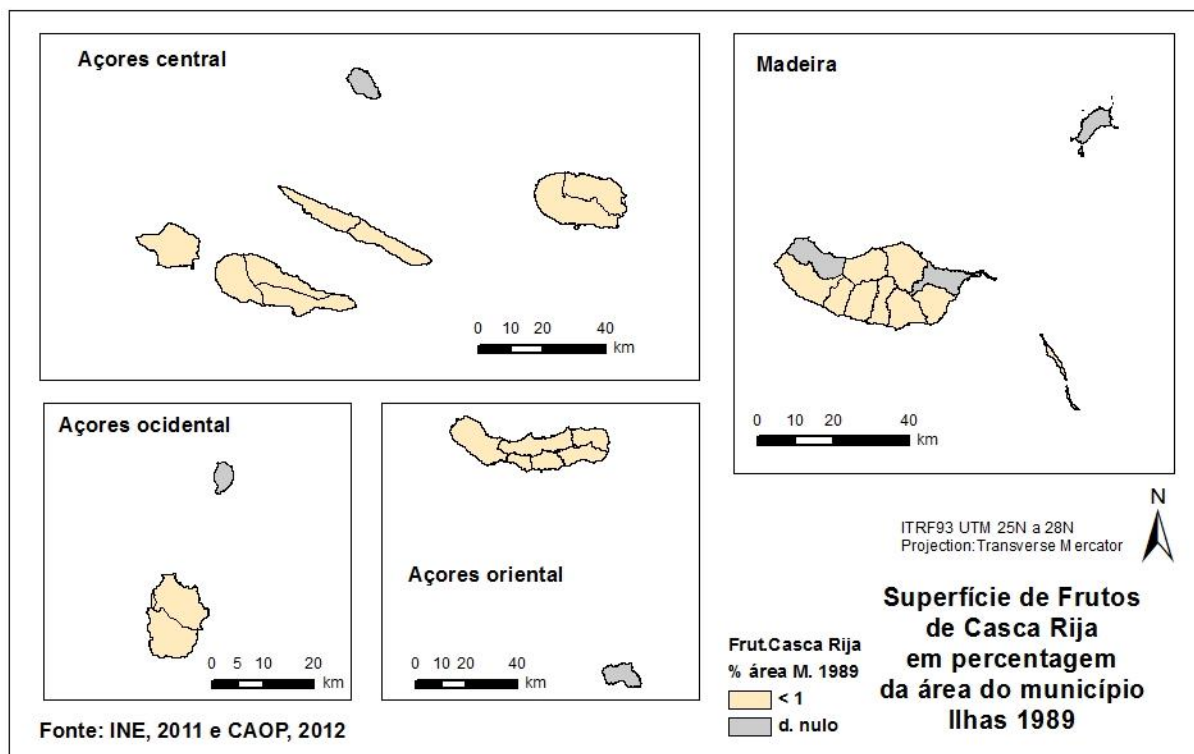


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	74	23	44	28	27	82
% de municípios	26,6%	8,2%	15,8%	10,0%	9,7%	29,4%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				281350,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.5.4, referente a 1989, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de frutos de casca rija ocupa menos de 1% do território em todos os municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Vemos, portanto, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de frutos de casca rija é generalizadamente reduzida, não indo além de 0,4% no município de Ribeira Brava, na região autónoma da Madeira.

Figura 6.5.4 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



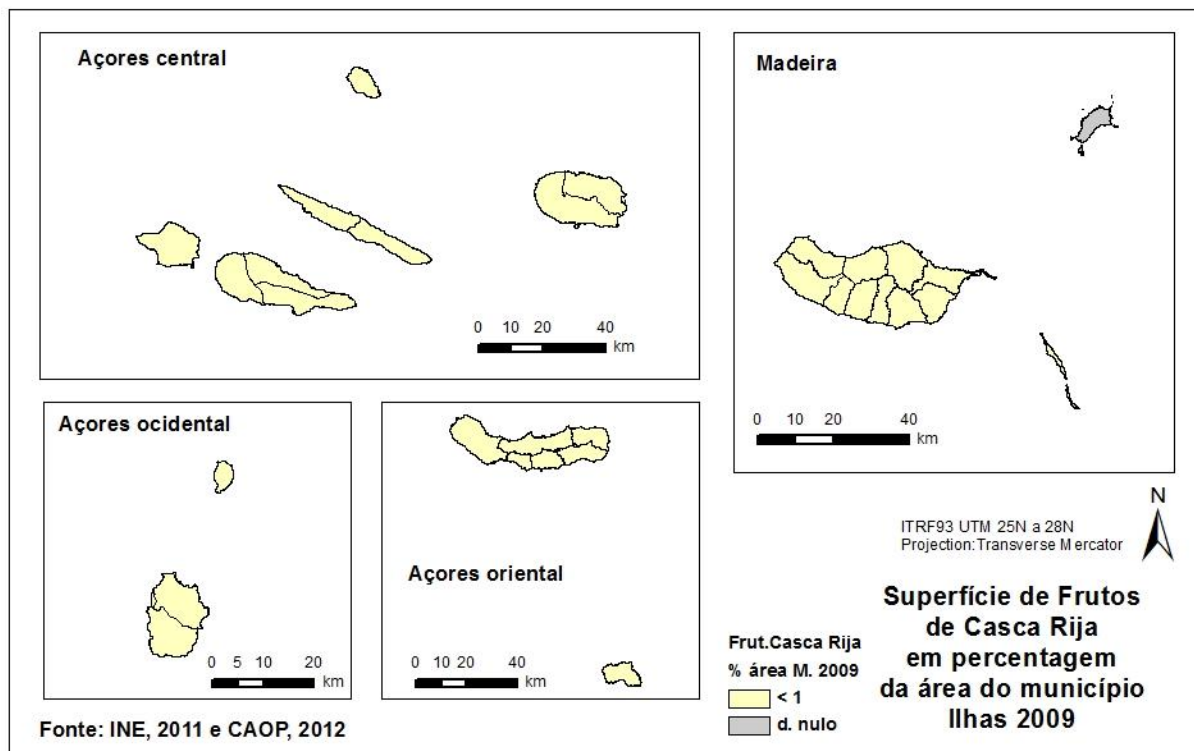
Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	6	24
% de municípios	20,0%	80,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	3	16
% de municípios	15,8%	84,2%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	3	8
% de municípios	27,3%	72,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.5.5, referente a 2009, podemos verificar que nas Ilhas a superfície de culturas de frutos de casca rija ocupa menos de 1% do território em todos os municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, não indo além de 0,8%, no município de Câmara

de Lobos, na região autónoma da Madeira. Vemos, tal como em 1989, que, nas Ilhas, a superfície ocupada com culturas de frutos de casca rija é generalizadamente reduzida.

Figura 6.5.5 Superfície de frutos de casca rija em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

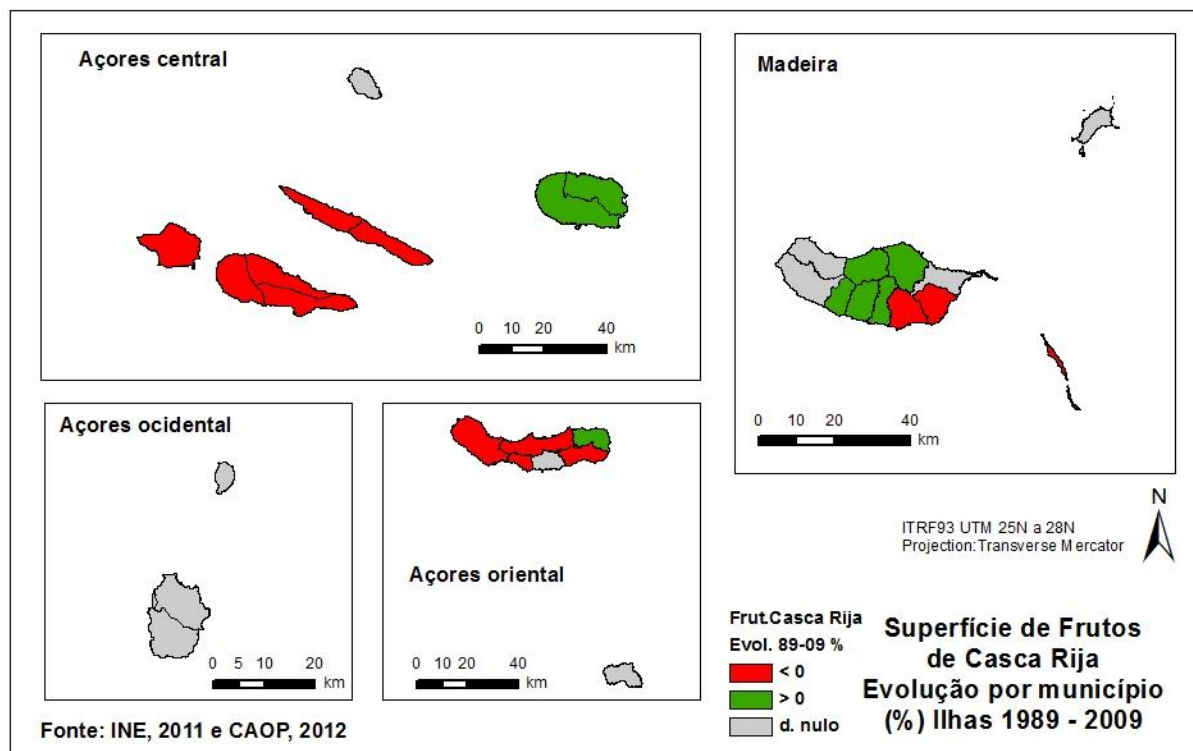


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	1	29
% de municípios	3,3%	96,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,8
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	19
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	1	10
% de municípios	9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.5.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de frutos de casca rija por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que a superfície de culturas de frutos de casca rija, apesar de ser diminuta, de 1989 para 2009 ainda diminuiu em 12 dos 30 municípios das Ilhas (40,0%), tendo aumentado em três municípios da região autónoma dos Açores e em cinco municípios da região autónoma da Madeira. Tendo em conta a dimensão absoluta da superfície de culturas de frutos de casca rija as variações observadas não têm significado do ponto de vista geográfico.

Figura 6.5.6 Evolução da superfície de frutos de casca rija por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	10	12	8
% de municípios	33,3%	40,0%	26,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	400,0
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	6	10	3
% de municípios	31,6%	52,6%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	100,0
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	4	2	5
% de municípios	36,4%	18,2%	45,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	400,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de frutos de casca rija ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de frutos de casca rija no Continente aumentou 55,9%, de 1989 para 2009, representando 73.778ha em 1989 e 114.980ha em 2009. Na região autónoma dos Açores aumentou 1,5%, representando 65ha em 1989 e 66ha em 2009 e na região

autónoma da Madeira aumentou 82,5%, representando 57ha em 1989 e 104ha em 2009. Verificamos assim que a superfície dedicada às culturas de frutos de casca rija aumentou acentuadamente no Continente e na região autónoma da Madeira e aumentou ligeiramente na região autónoma dos Açores.

6.6 Superfície de cereais para grão

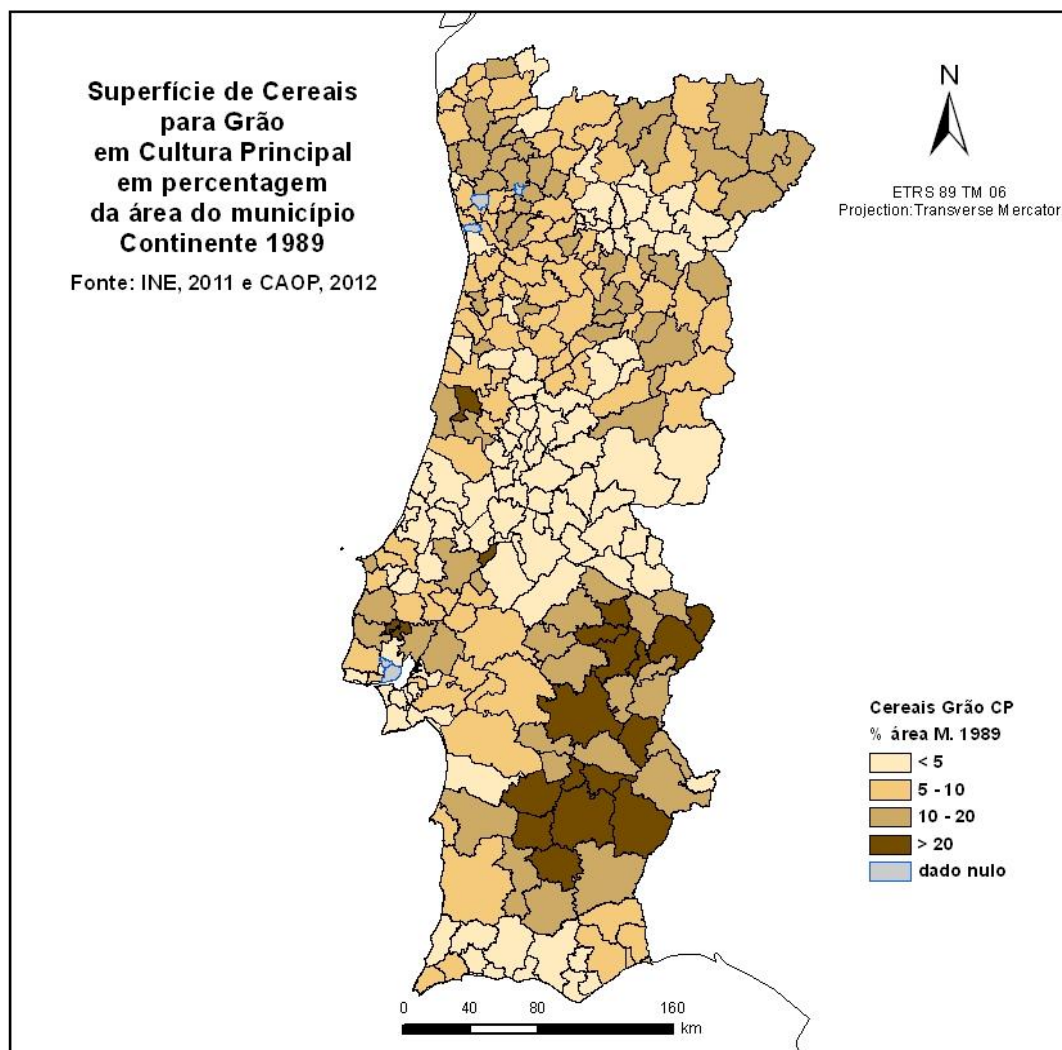
A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal compreende o conjunto da superfície das culturas de trigo mole, trigo duro, centeio, cevada, aveia, triticale, milho híbrido, milho regional, sorgo, arroz e outros cereais para grão, representando o total da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal.

Nas figuras 6.6.1 e 6.6.2 apresenta-se a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.6.1, referente a 1989, podemos verificar que em 19 municípios (6,8%) a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 47,5% no município da Golegã, na NUTS III Lezíria do Tejo. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas de cereais para grão em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo. Além dos anteriores municípios encontramos ainda mais quatro com mais de 20% da superfície ocupada com culturas de cereais para grão em cultura principal, em outras três NUTS III, das regiões Centro e Alentejo, correspondendo a municípios com particulares aptidões para estas culturas, no contexto das regiões a que pertencem. Com superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal entre 10% e 20% do território do município destacam-se alguns municípios contíguos pertencentes às NUTS III Cávado, Ave, Tâmega e Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Baixo Mondego, na região Centro; Grande Lisboa e Lezíria do Tejo, nas regiões Lisboa e Alentejo, respetivamente. A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal é menor que 5% da superfície do município em 99 municípios (35,6%), com um valor mínimo de 0,0% no município de Seixal, na NUTS III

Península de Setúbal. Estes municípios encontram-se principalmente em três núcleos de municípios contíguos: na NUTS III Douro, na região Norte; nas NUTS III Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Beira Interior Sul, da região Centro e na parte norte da NUTS III Alto Alentejo, da região Alentejo; e em parte dos municípios da região Algarve.

Figura 6.6.1 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

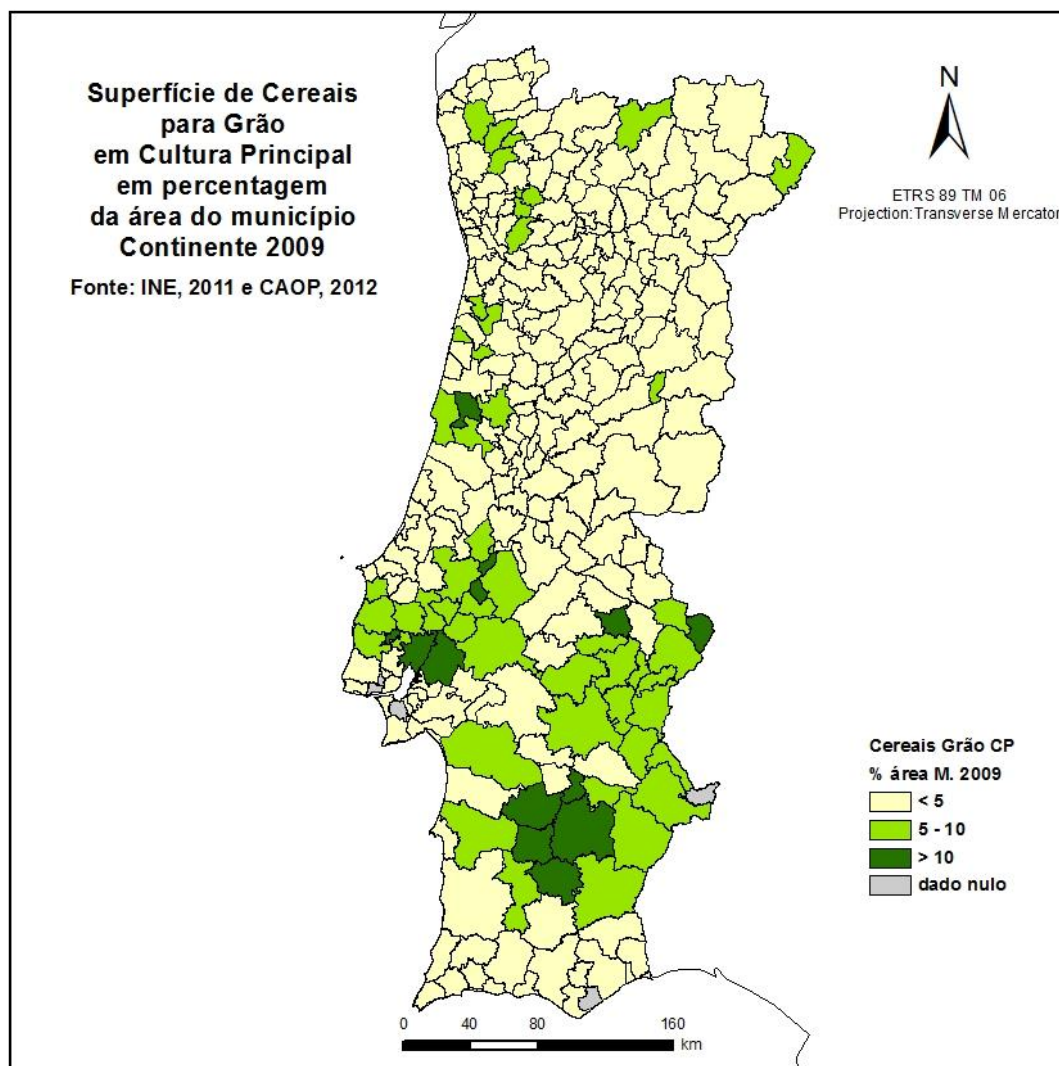


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	5	99	89	66	19
% de municípios	1,8%	35,6%	32,0%	23,8%	6,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			47,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.6.2, referente a 2009, podemos verificar que em 13 municípios (4,7%) a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 52,6% no município de Golegã, na NUTS III Lezíria do Tejo. Os municípios com mais de 10% de área ocupada por culturas de cereais para grão em cultura principal situam-se em municípios isolados pertencentes a várias NUTS III das regiões Centro, Lisboa e Alentejo e num núcleo de municípios contíguos na NUTS III Baixo Alentejo. Analisando os municípios com superfície ocupada por culturas de cereais para grão em cultura principal entre 5% e 10% encontramos 51 municípios (18,3%) distribuídos por quatro zonas territoriais: um grupo na região Norte, abrangendo municípios das NUTS III Cávado, Ave e Tâmega; um grupo na região Centro, abrangendo municípios das NUTS III Baixo Vouga e Baixo Mondego; um grupo de municípios contíguos das NUTS III Oeste, da região Centro, Grande Lisboa, da região Lisboa, e Lezíria do Tejo, da região Alentejo; e um grupo abrangendo municípios da região Alentejo, principalmente das NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo. A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal é menor que 5% da superfície do município em 208 municípios (74,8%), com valores mínimos de 0,0% no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. De 1989 para 2009 deparamos com um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas de cereais para grão em cultura principal na classe superior a 10%, de 85 municípios em 1989 para apenas 13 em 2009. Inversamente houve um aumento considerável do número de municípios na classe de superfície inferior a 5%, de 99 em 1989 para 208 municípios em 2009.

Figura 6.6.2 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



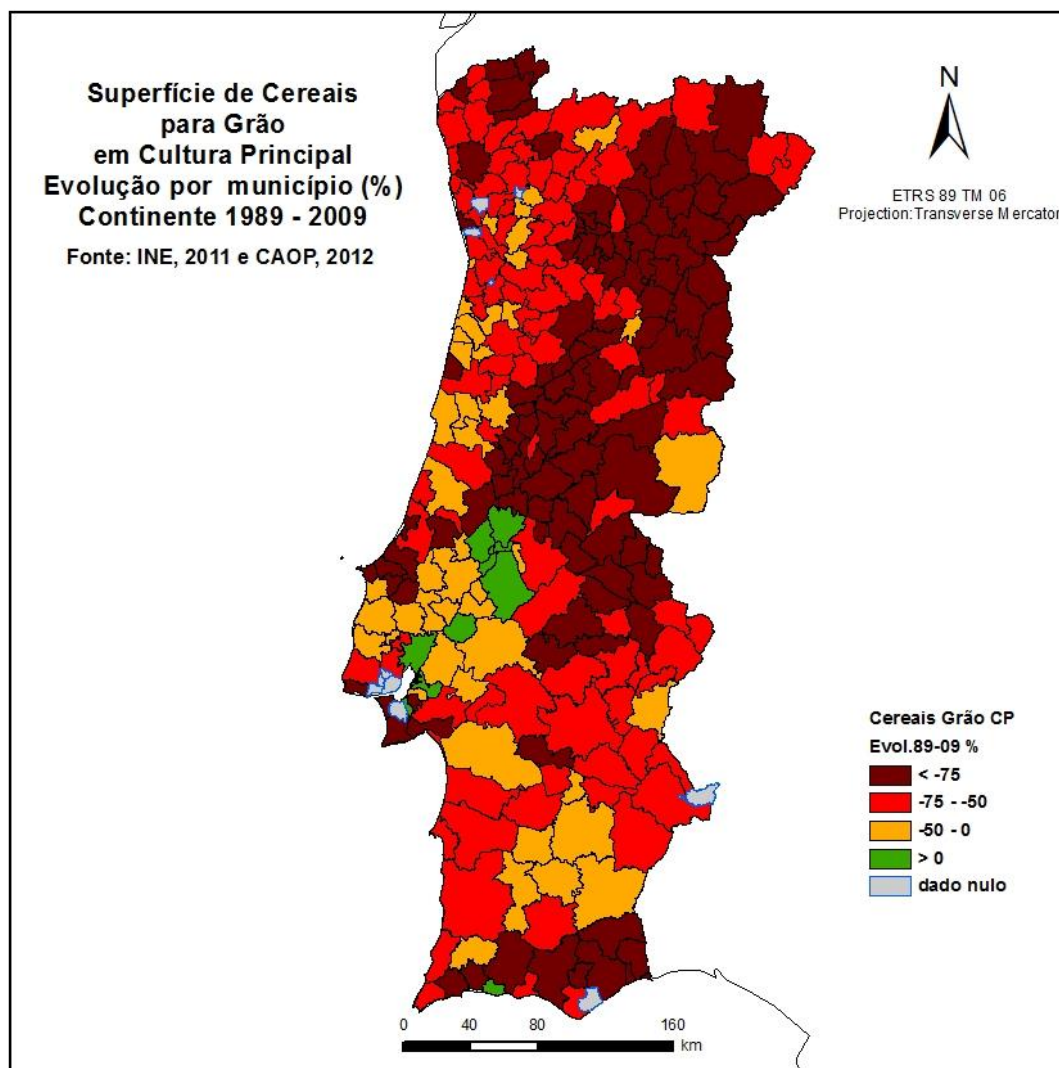
Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	6	208	51	13
% de municípios	2,2%	74,8%	18,3%	4,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		52,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.6.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em 92,0% dos municípios do Continente (256). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 210 municípios (75,5%), sendo que 108 municípios (38,8%) se encontram na classe de superfície menor que -75%, sobretudo nas NUTS

III da parte interior e central das regiões Norte e Centro, Alto Alentejo e Algarve, e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 16,5% dos municípios (46). Apenas houve acréscimo da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em 11 municípios, oito dos quais pertencentes às NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo, no vale do Tejo.

Figura 6.6.3 Evolução da superfície de cereais para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

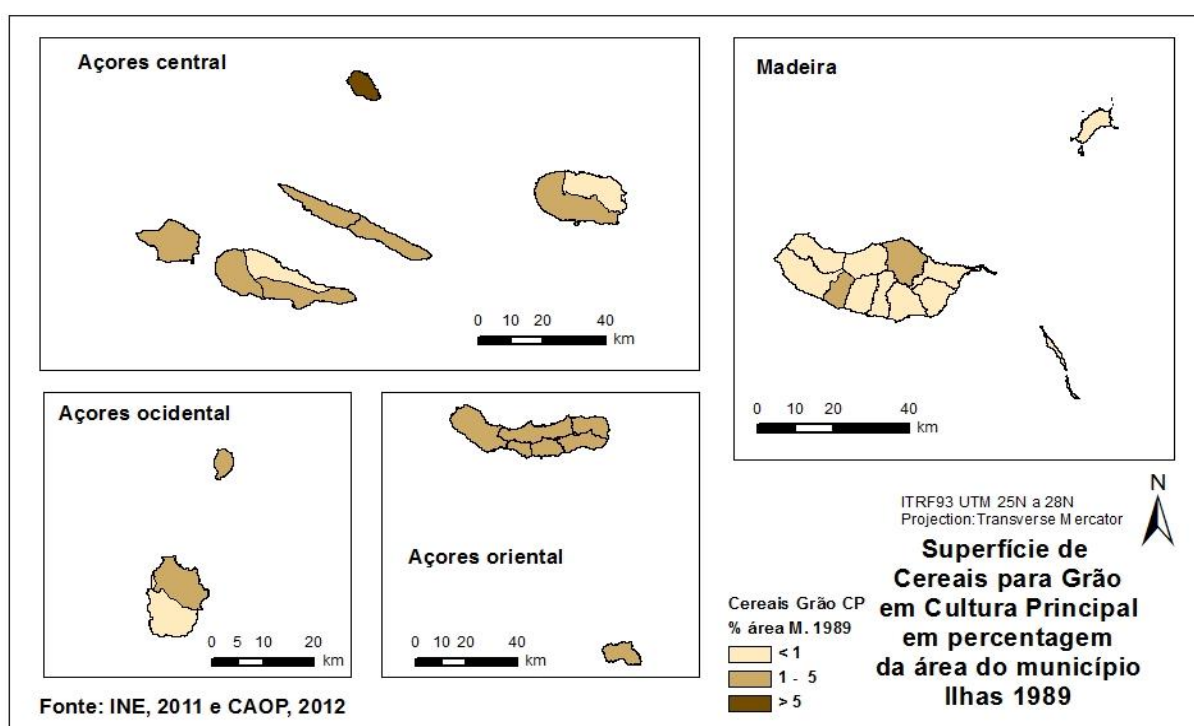


Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 -- -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	11	108	102	46	11
% de municípios	4,0%	38,8%	36,7%	16,5%	4,0%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			958,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.6.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, ilha Graciosa, na região autónoma dos Açores, a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com 7,3% do território com culturas de cereais para grão em cultura principal. A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 12 municípios (40,0%), com um valor mínimo de 0,0% nos municípios de Câmara de Lobos e Funchal, na região autónoma da Madeira.

Figura 6.6.4 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

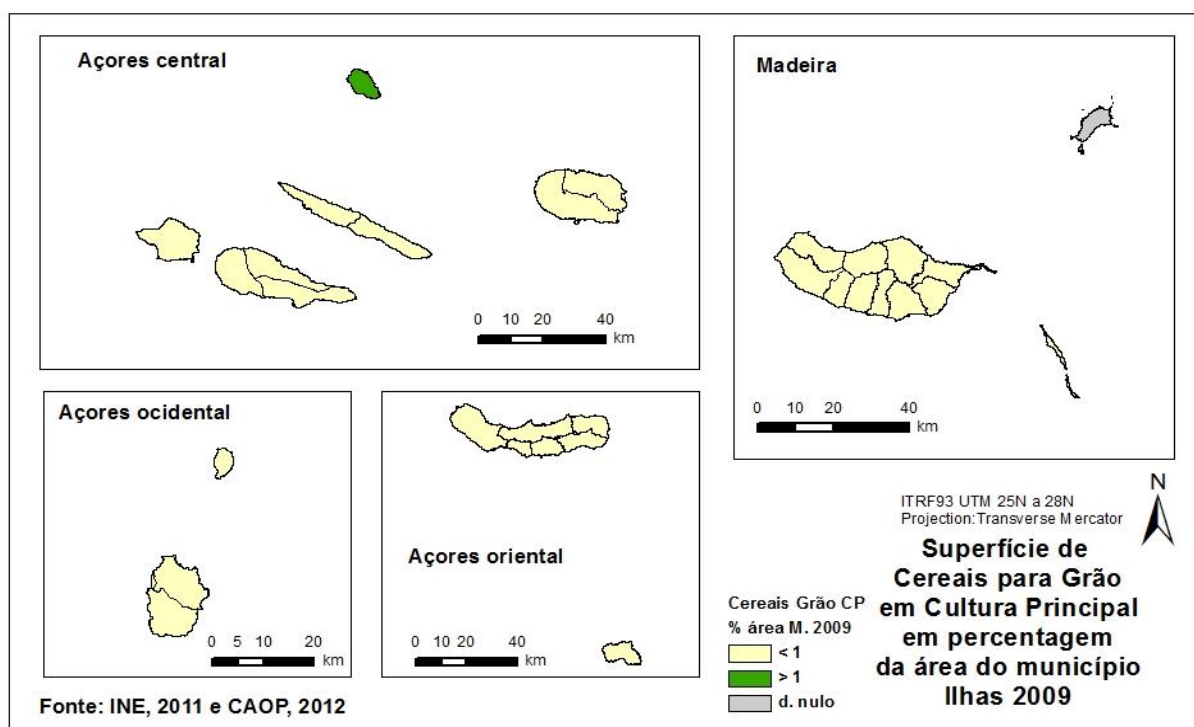


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	12	17	1
% de municípios	0,0%	40,0%	56,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		7,4
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	3	15	1
% de municípios	0,0%	15,8%	78,9%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,7		7,4
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	9	2	0
% de municípios	0,0%	81,8%	18,2%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,7	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.6.5, referente a 2009, podemos verificar que nas regiões autónomas apenas em um município a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, na ilha Graciosa, na região autónoma dos Açores, com um valor de 1,3% da superfície. A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal é menor que 1% da superfície em 28 municípios (93,4%). De 1989 para 2009 verificamos uma diminuição acentuada e generalizada da superfície dos municípios ocupada com culturas de cereais para grão em cultura principal.

Figura 6.6.5 Superfície de cereais para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

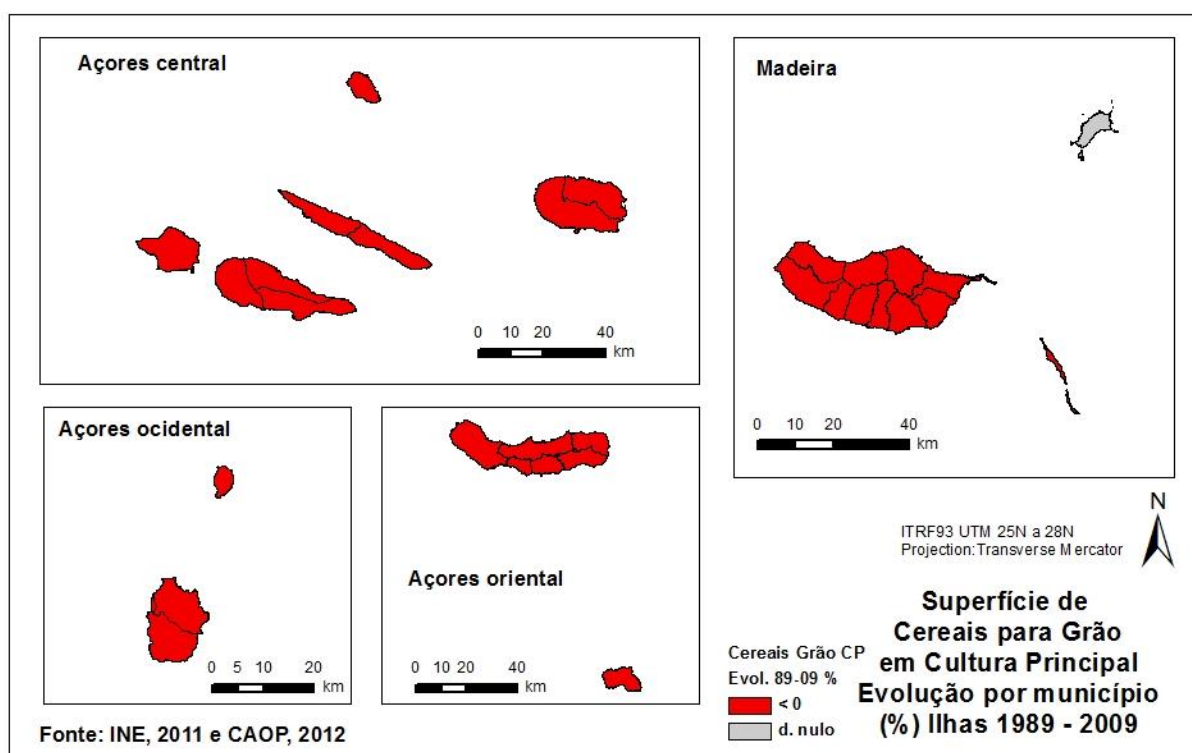


Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	28	1
% de municípios	3,3%	93,4%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,4
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	18	1
% de municípios	0,0%	94,7%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	10	0
% de municípios	9,1%	90,9%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,3	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.6.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que nas Ilhas a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios, tendo-se tornado, de 1989 para 2009, culturas com superfície insignificante.

Figura 6.6.6 Evolução da superfície de cereais para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 0
N.º de municípios	1	29
% de municípios	3,3%	96,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – 0,0
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 0
N.º de municípios	0	19
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		-99,2 – -75,0
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 0
N.º de municípios	1	10
% de municípios	9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – 0,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal no Continente diminuiu 60,4% de 1989 para 2009, representando 858.279ha em 1989 e 339.910ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 92,2%, representando 3.675ha em 1989 e 285ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 85,6%, representando 423ha em 1989 e 61ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das culturas de cereais para grão em cultura principal foi generalizada e muito acentuada em todas as NUTS I.

6.7 Superfície de leguminosas secas para grão

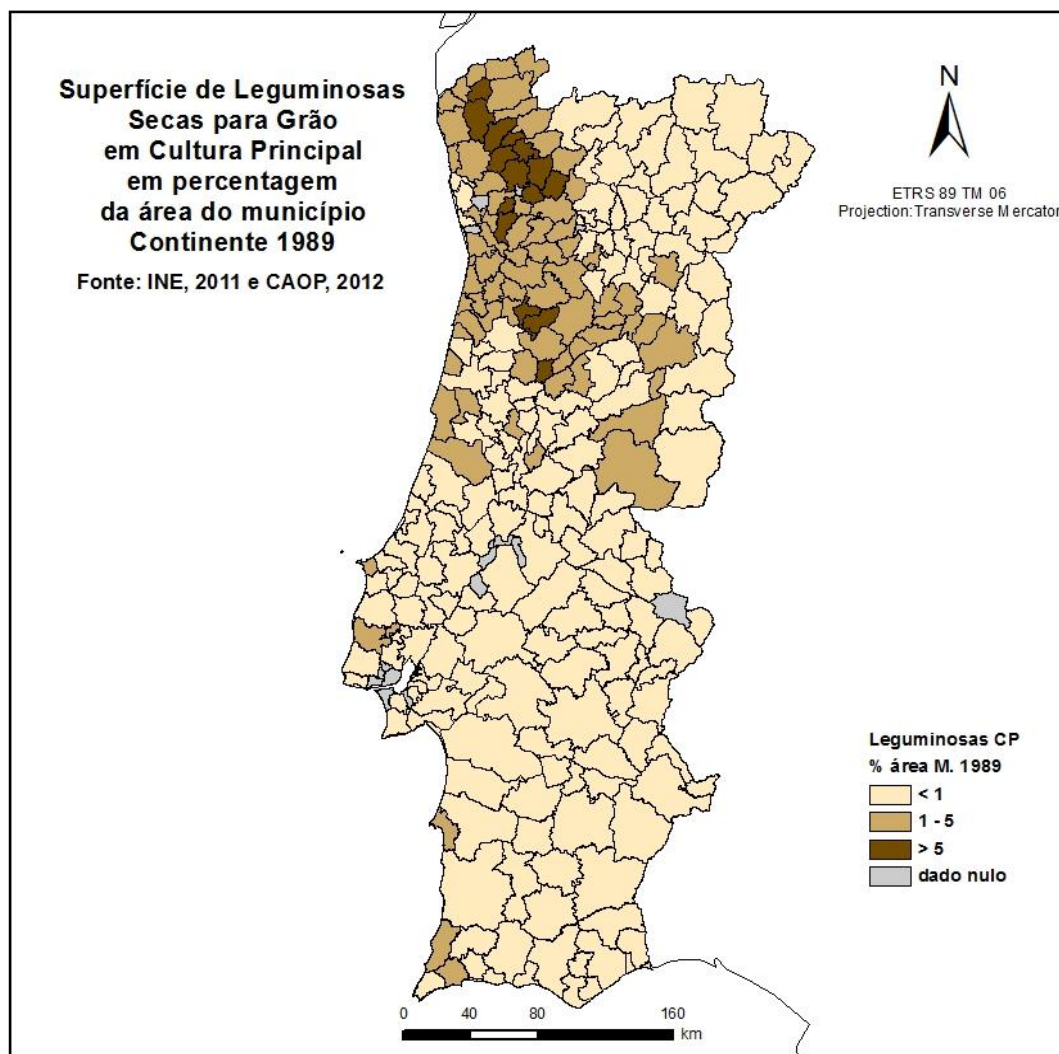
A superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal compreende o conjunto da superfície das culturas de feijão, grão-de-bico, leguminosas em cultura extreme para gado e outras leguminosas secas para grão, representando o total da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal.

Nas figuras 6.7.1 e 6.7.2 apresenta-se a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.7.1, referente a 1989, podemos verificar que em 15 municípios (5,4%) a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 8,1% no município de Vila Verde, na NUTS III Cávado. A quase totalidade dos municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, numa faixa central transversal às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte. Alargando a análise aos municípios com superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal entre 1% e 5% do território do município, constituída por 74 municípios, representando 26,6%, encontramos uma zona contínua de municípios contíguos, formada pela quase totalidade dos municípios das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões e partes norte das

NUTS III Baixo Vouga e Beira Interior Norte, na região Centro. Os municípios com superfície superior a 5% formam um núcleo central, envolvido pelos municípios com superfície entre 1% e 5%. A superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 173 municípios (62,2%), com 53 municípios com valor inferior a 0,1% da superfície ocupada com culturas de leguminosas secas para grão. Os municípios com maior superfície de culturas leguminosas secas para grão encontram-se sobretudo na zona noroeste do Continente, nas regiões Norte e Centro e os municípios com menor superfície de culturas de leguminosas para grão encontram-se no resto do Continente, constituindo a larga maioria dos municípios.

Figura 6.7.1 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



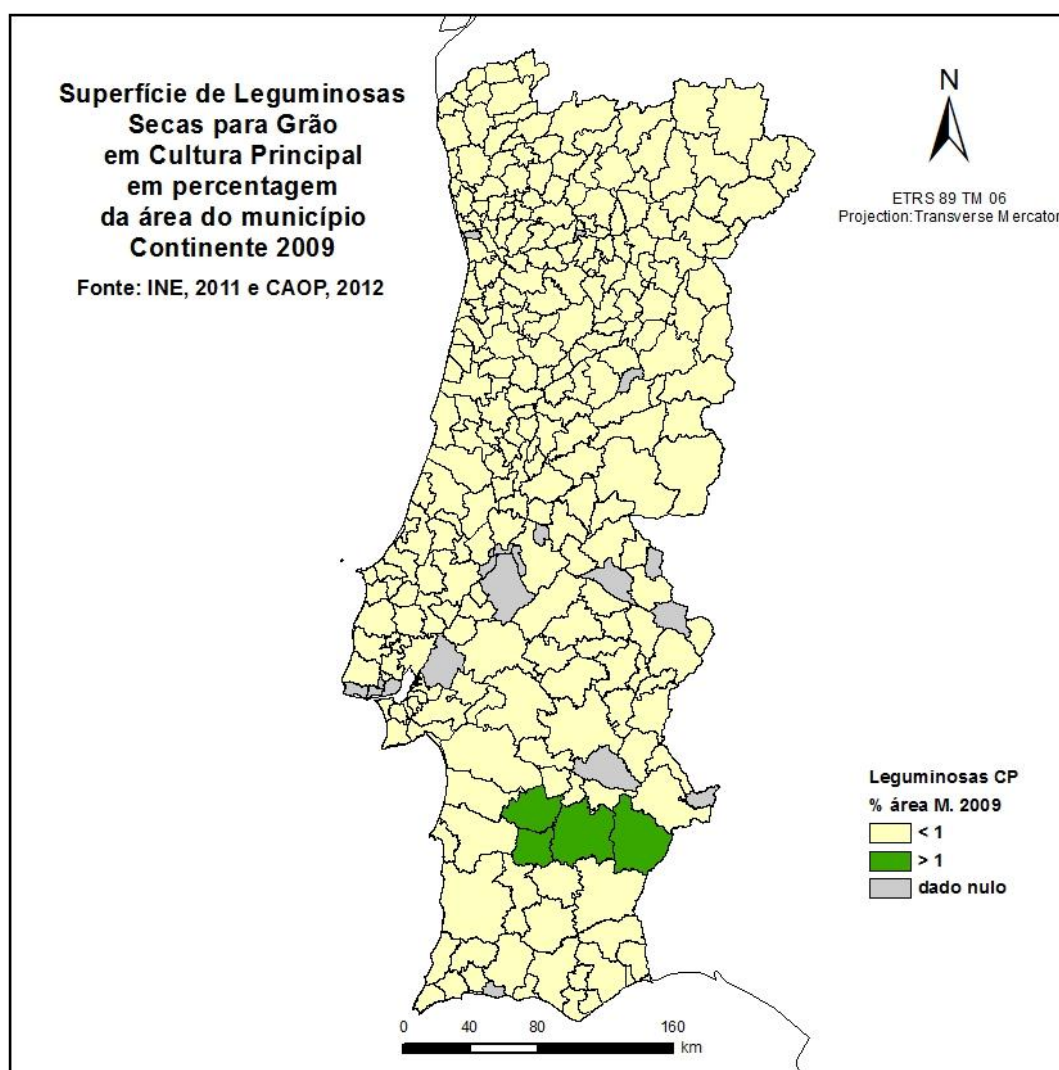
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	16	173	74	15
% de municípios	5,8%	62,2%	26,6%	5,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		8,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.7.2, referente a 2009, podemos verificar que em apenas 4 municípios (1,4%) a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 1,2% no município de Aljustrel, na NUTS III Baixo Alentejo. A superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 253 municípios (91,0%) e em 21 municípios (7,6%) a superfície com culturas leguminosas é nula. De 1989 para 2009 deparamos com um decréscimo extremamente elevado da superfície dos municípios ocupada com culturas

de leguminosas secas para grão em cultura principal, em todos os municípios onde estas culturas tinham alguma expressão, embora baixa. Uma possível explicação poderá ser o facto da cultura de leguminosas secas para grão, na maioria dos casos, estar associada à agricultura de pequena dimensão e de subsistência e a elevada diminuição do número de explorações agrícolas com este perfil, além de mudanças sociais como a profunda mudança de hábitos alimentares em Portugal, que se fizeram sentir de 1989 para 2009.

Figura 6.7.2 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

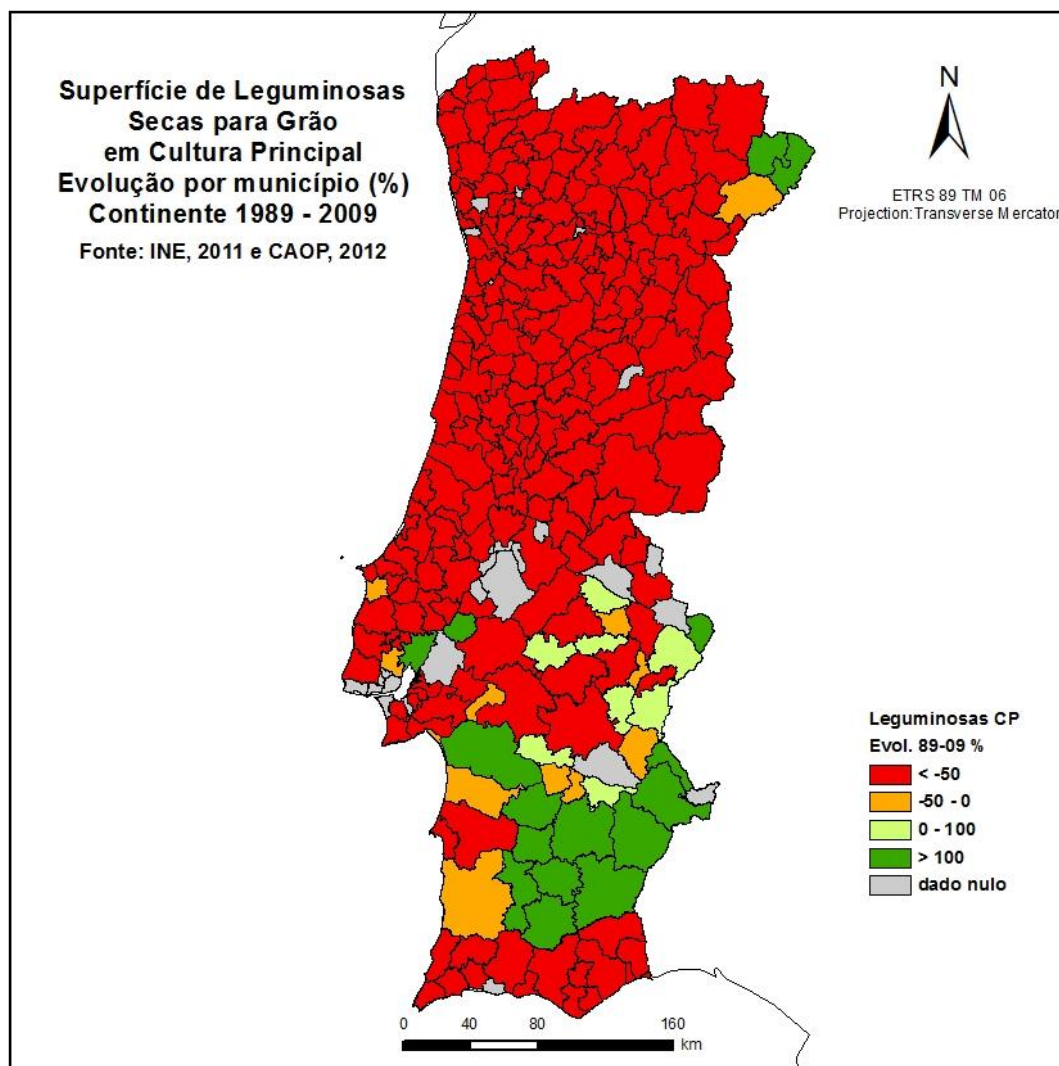


Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	21	253	4
% de municípios	7,6%	91,0%	1,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.7.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em 227 municípios do Continente (81,7%) e em 21 municípios (9,7%) o valor é nulo. A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 216 municípios (77,7%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 11 municípios (4,0%). Apenas houve acréscimo da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em 24 municípios, a quase totalidade na região Alentejo, 16 dos quais com acréscimo superior a 100%, com expressão maioritária na NUTS III Baixo Alentejo. Deve salientar-se, no entanto, que, apesar da variação percentual ser bastante elevada, os valores absolutos continuam bastante baixos, sem expressão geográfica.

Figura 6.7.3 Evolução da superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



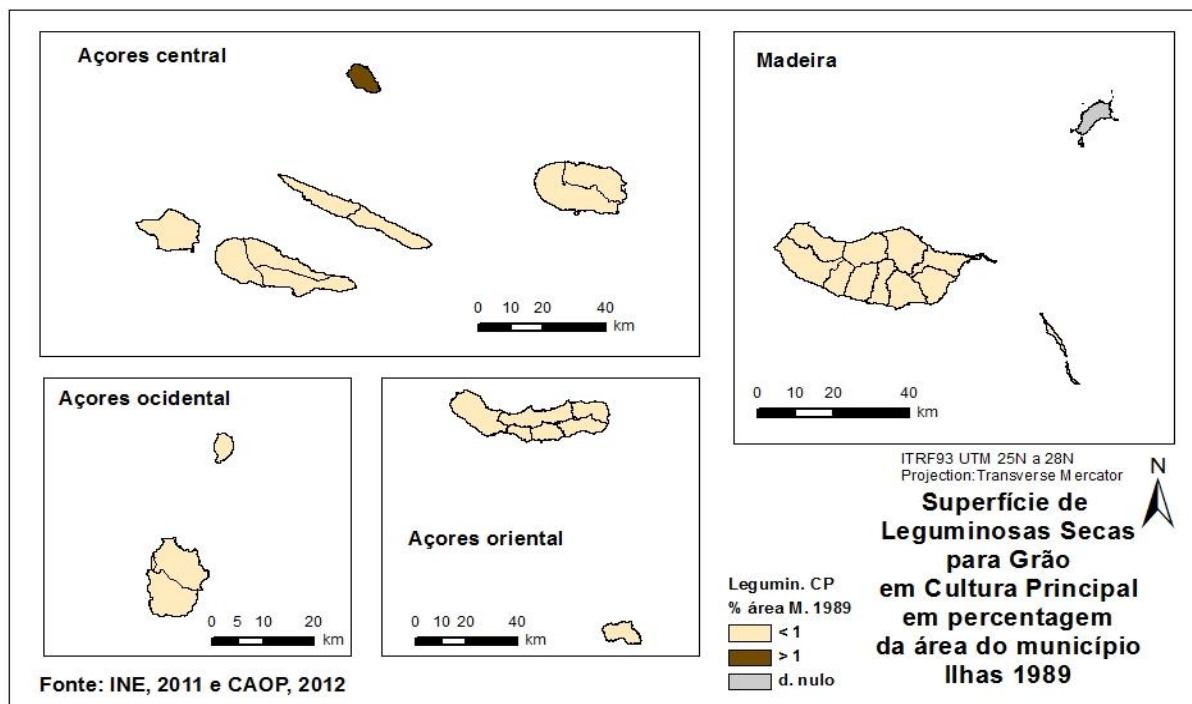
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	27	216	11	8	16
% de municípios	9,7%	77,7%	4,0%	2,9%	5,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			1323,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.7.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, ilha Graciosa, na região autónoma dos Açores, uma ilha mais seca e mais plana que as outras, a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com 1,1% do território com culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal. A superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal é menor que 1% da superfície do município

em 28 municípios (93,4%). Assim, em 1989, as culturas de leguminosas secas para grão não são significativas nas Ilhas.

Figura 6.7.4 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



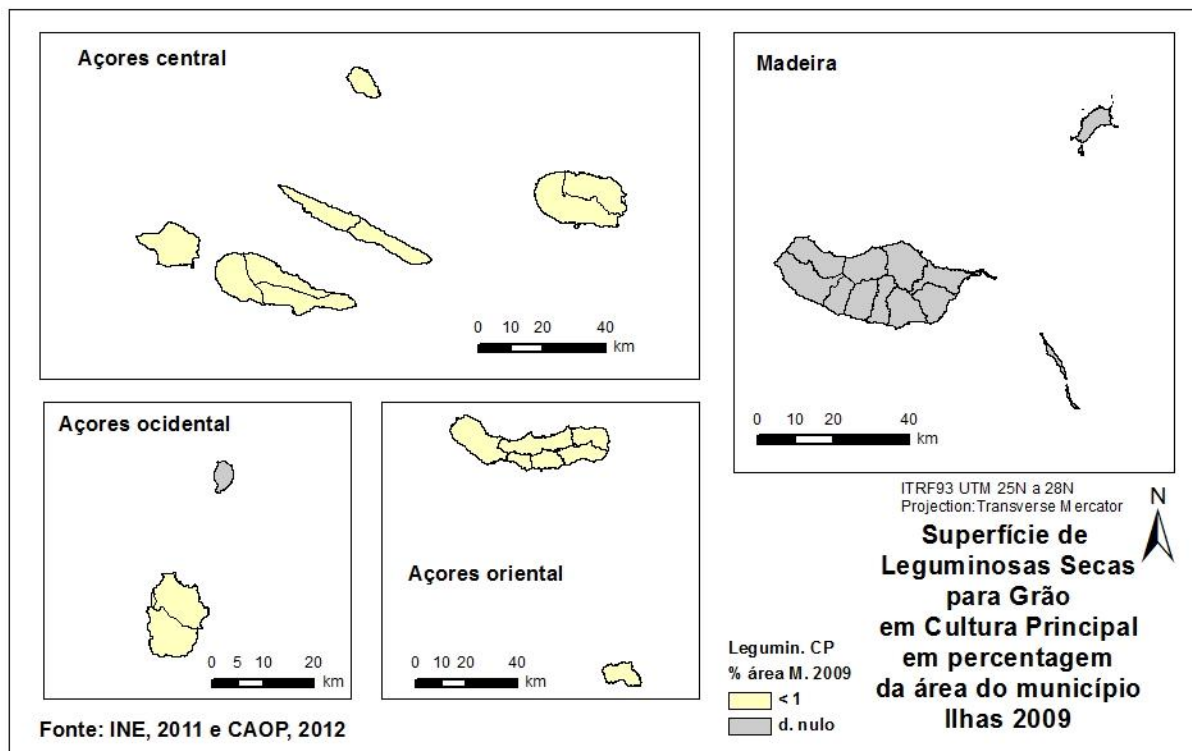
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	28	1
% de municípios	3,3%	93,4%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,1
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	18	1
% de municípios	0,0%	94,7%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,1
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	10	0
% de municípios	9,1%	90,9%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.7.5, referente a 2009, podemos verificar que nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município, em todos os municípios. De 1989 para

2009 verifica-se uma estrutura da ocupação do solo com culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal idêntica à de 1989, isto é, sem qualquer relevância geográfica.

Figura 6.7.5 Superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



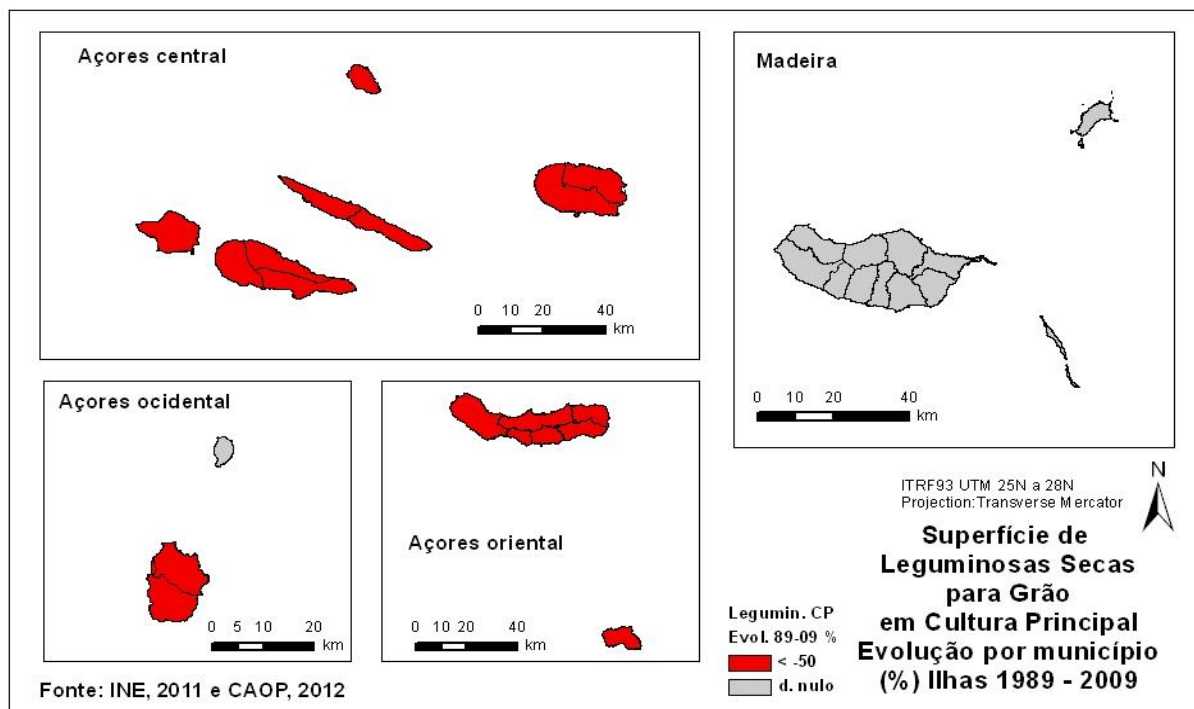
Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	12	18
% de municípios	40,0%	60,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	1	18
% de municípios	5,3%	94,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	11	0
% de municípios	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.7.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas

regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que, nas Ilhas, a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios. Assim, a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal, nas Ilhas, de 1989 para 2009 manteve o estado de cultura geograficamente insignificante.

Figura 6.7.6 Evolução da superfície de leguminosas secas para grão em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< -50
N.º de municípios	12	18
% de municípios	40,0%	60,0%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – -69,2
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< -50
N.º de municípios	1	18
% de municípios	5,3%	94,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – -69,2
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< -50
N.º de municípios	11	0
% de municípios	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de leguminosas

secas para grão em cultura principal no Continente diminuiu 82,9% de 1989 para 2009, representando 73.756ha em 1989 e 12.608ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 92,2%, representando 3.675ha em 1989 e 285ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 91,5%, representando 816ha em 1989 e 69ha em 2009. Na região autónoma da Madeira em 1989 foram estimados 143ha de culturas de leguminosas secas para grão e em 2009 os dados estatísticos são nulos, significando que a superfície da cultura se tornou estatisticamente nula em 2009. Verificamos assim que a diminuição das culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal foi generalizada e muito acentuada em todas as NUTS I.

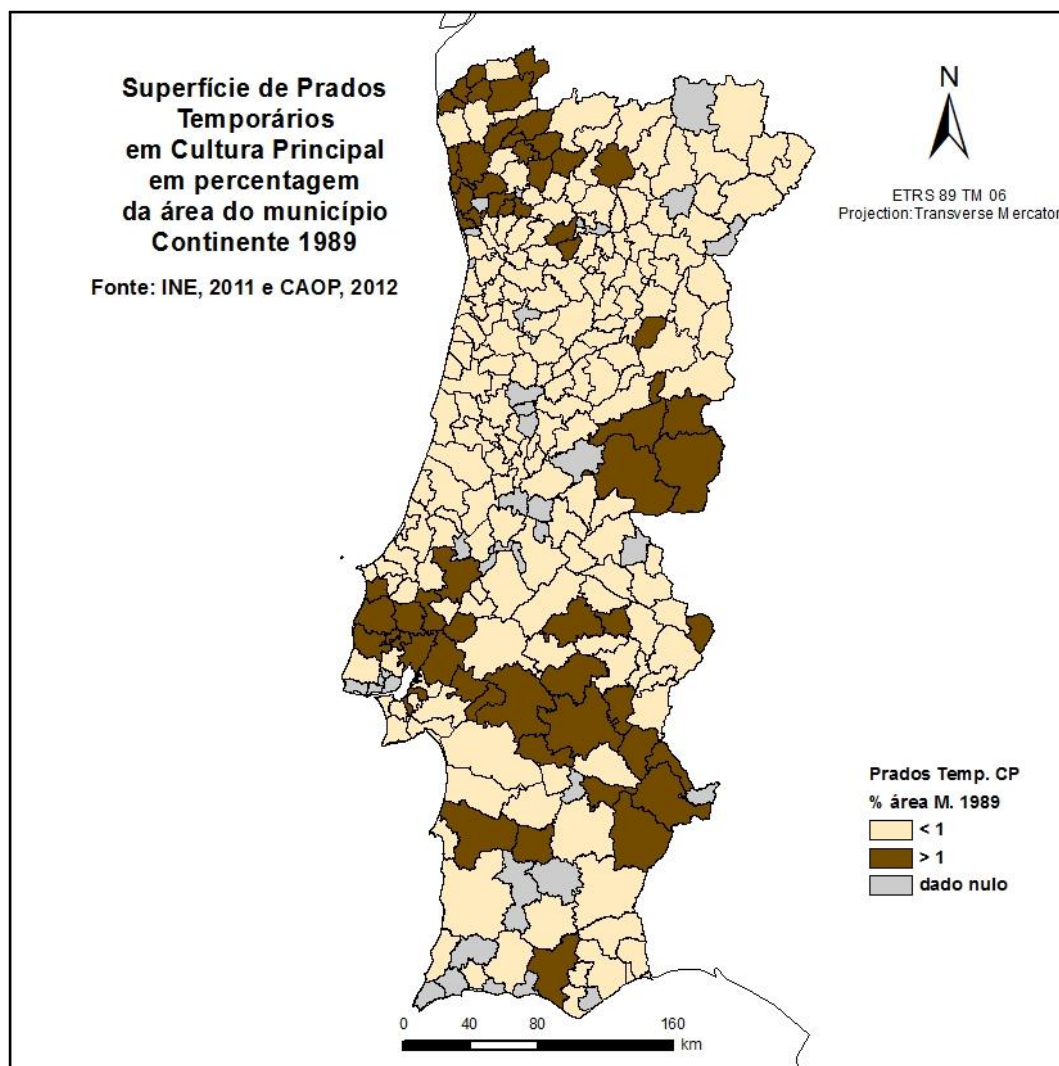
6.8 Superfície de prados temporários

A superfície de prados temporários é constituída por plantas herbáceas semeadas, destinadas a serem comidas pelo gado no local onde vegetam, integradas numa rotação, ocupando o solo por um período geralmente não superior a 5 anos. Acessoriamente podem ser cortados em determinados períodos do ano (INE, 2014).

Nas figuras 6.8.1 e 6.8.2 apresenta-se a superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.8.1, referente a 1989, podemos verificar que em 62 municípios (22,3%) a superfície de prados temporários em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 10,3% no município de Paredes de Coura, na NUTS III Minho-Lima. A quase totalidade dos municípios com mais de 1% de área ocupada por prados temporários em cultura principal encontram-se em municípios contíguos ou próximos, constituídos em três núcleos principais: nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte; nas NUTS III Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro e numa faixa transversal nas NUTS III Oeste, Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. A superfície de prados temporários em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 179 municípios (64,4%) e nula em 37 municípios (13,3%), correspondendo à maioria dos municípios do Continente.

Figura 6.8.1 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



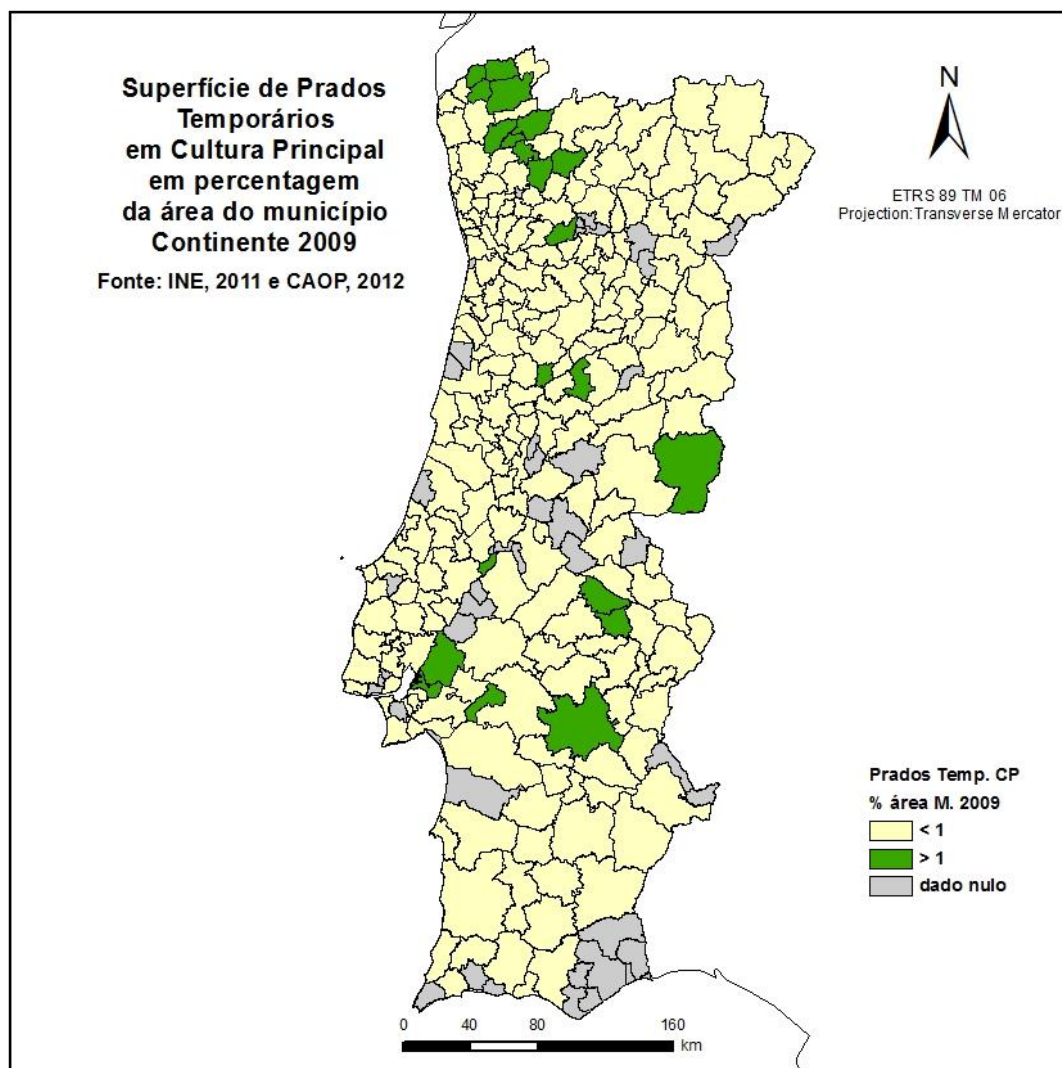
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	37	179	62
% de municípios	13,3%	64,4%	22,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	10,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.8.2, referente a 2009, podemos verificar que em apenas 21 municípios (7,6%) a superfície de prados temporários em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 4,7% no município de Paredes de Coura, na NUTS III Minho-Lima. A superfície de prados temporários em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 213 municípios (76,6%) e em 44 municípios (15,8%) a superfície com prados temporários em cultura principal é nula. De 1989 para 2009 deparamos com um

decrécimo elevado do número de municípios com superfície de prados temporários em cultura principal maior que 1%. No entanto devemos notar que, tanto em 1989 como em 2009, os valores absolutos de superfície ocupada com prados temporários em cultura principal são diminutos, na maioria dos municípios.

Figura 6.8.2 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

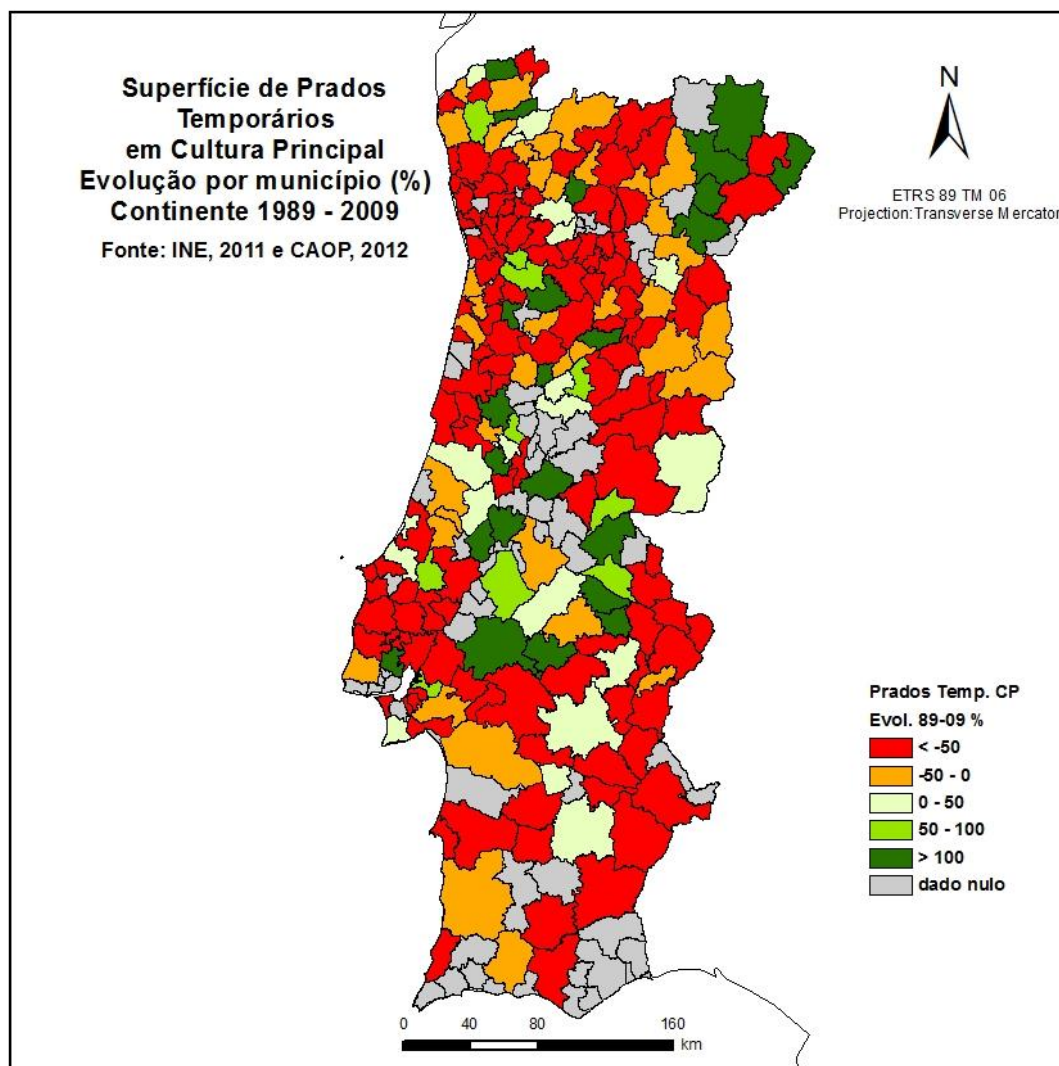


Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	44	213	21
% de municípios	15,8%	76,6%	7,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	4,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.8.3 apresenta-se a evolução da superfície de prados temporários em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de prados temporários em cultura principal em 159 municípios do Continente (57,2%) e em 66 municípios (23,7%) o valor é nulo. A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 121 municípios (43,5%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 38 municípios (13,7%). Houve acréscimo da superfície de prados temporários em cultura principal em 43 municípios, 23 dos quais com acréscimo superior a 100%, com expressão maioritária nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Médio Tejo, na região Centro; Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, na região Alentejo. Deve salientar-se, no entanto, que, apesar da variação percentual ser bastante elevada em alguns municípios, os valores absolutos continuam bastante baixos, sem expressão geográfica.

Figura 6.8.3 Evolução da superfície de prados temporários em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

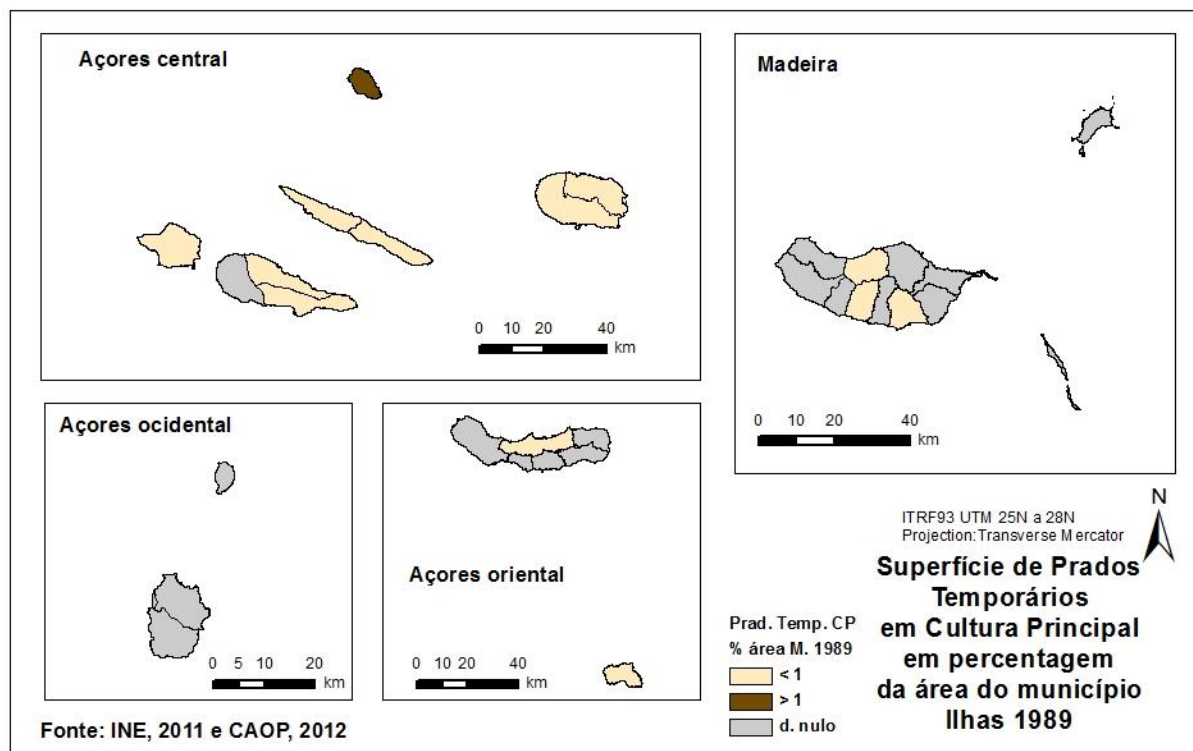


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	66	121	38	20	10	23
% de municípios	23,7%	43,5%	13,7%	7,2%	3,6%	8,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100				1574,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.8.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, ilha Graciosa, na região autónoma dos Açores, uma ilha mais seca e mais plana que as outras, a superfície de prados temporários em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com 1,0%. A superfície de prados temporários em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 29 municípios (96,7%). Assim, em 1989, a superfície de prados temporários em cultura principal não é significativa nas Ilhas.

Figura 6.8.4 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



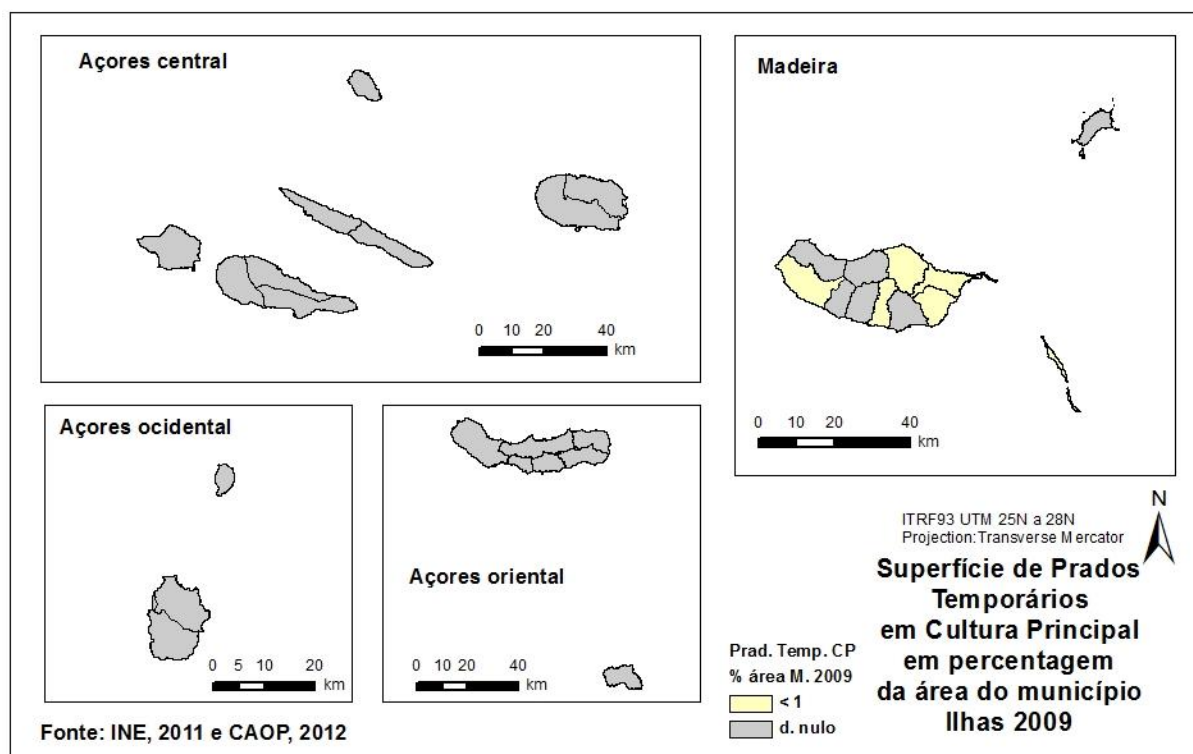
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	17	12	1
% de municípios	56,7%	40,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,01
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	9	9	1
% de municípios	47,4%	47,4%	5,2%
Valor mín. e máx. (%)		0,1	1,01
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	8	3	0
% de municípios	72,7%	27,3%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,0	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.8.5, referente a 2009, podemos verificar que nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de prados temporários em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município, em todos os municípios, sendo mesmo nula em 25 municípios (83,3%). De 1989 para 2009 verifica-se uma estrutura de ocupação do solo com prados

temporários em cultura principal idêntica à de 1989, sem qualquer relevância, tal como em 1989.

Figura 6.8.5 Superfície de prados temporários em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	25	5
% de municípios	83,3%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	19	0
% de municípios	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	6	5
% de municípios	54,5%	45,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Tendo em consideração os valores residuais de superfície de prados temporários em cultura principal registados tanto em 1989 como em 2009 não tem sentido fazer a evolução 1989 - 2009.

Analisando os dados agregados da superfície de prados temporários em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de prados temporários no Continente diminuiu 55,1% de 1989 para 2009, representando 67.944ha em 1989 e 30.528ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 100,0%, representando 349ha em 1989, e na região autónoma da Madeira diminuiu 47,1%, representando 17ha em 1989 e 4ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição de prados temporários em cultura principal foi generalizada e muito acentuada em todas as NUTS I.

6.9 Superfície de culturas forrageiras

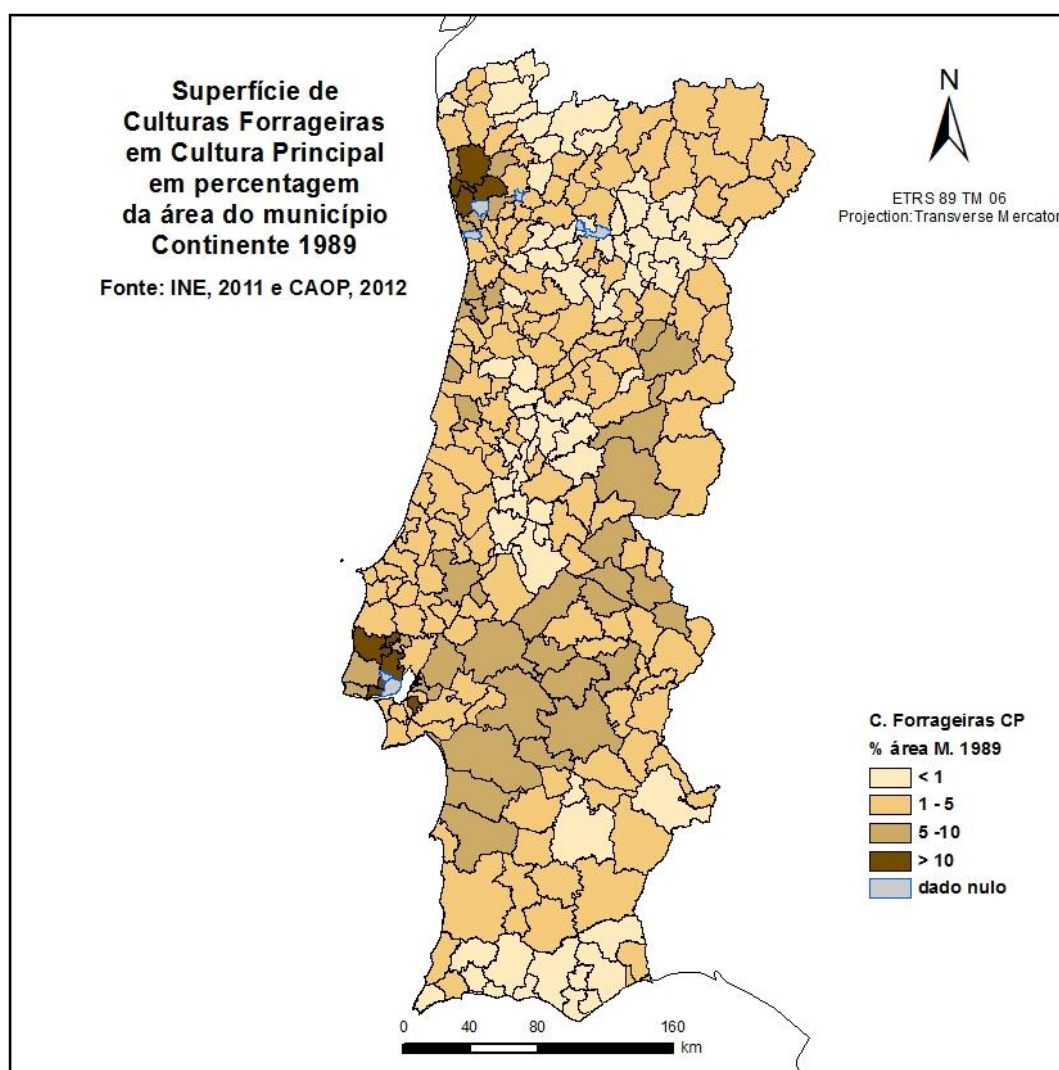
As culturas forrageiras são culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao Sol ou desidratadas artificialmente (INE, 2014).

Nas figuras 6.9.1 e 6.9.2 apresenta-se a superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.9.1, referente a 1989, podemos verificar que em 10 municípios (3,6%) a superfície de culturas forrageiras em cultura principal ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 25,0% no município de Vila do Conde, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por culturas forrageiras em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, nas NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto, na região Norte e Grande Lisboa, na região Lisboa. Com superfície de culturas forrageiras em cultura principal entre 5% e 10% do território do município encontram-se 39 municípios (14,0%), destacando-se alguns municípios contíguos pertencentes às NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto, na região Norte; Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e Lezíria do Tejo, Alto Alentejo,

Alentejo Central e Alentejo Litoral, na região Alentejo. A superfície de culturas forrageiras em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 72 municípios (25,9%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em seis municípios. Estes municípios encontram-se principalmente em quatro núcleos de municípios contíguos, pertencentes às NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Ave e Alto Trás-os-Montes; Douro; Tâmega e Dão-Lafões; Pinhal Interior Norte e Médio Tejo; e Algarve.

Figura 6.9.1 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

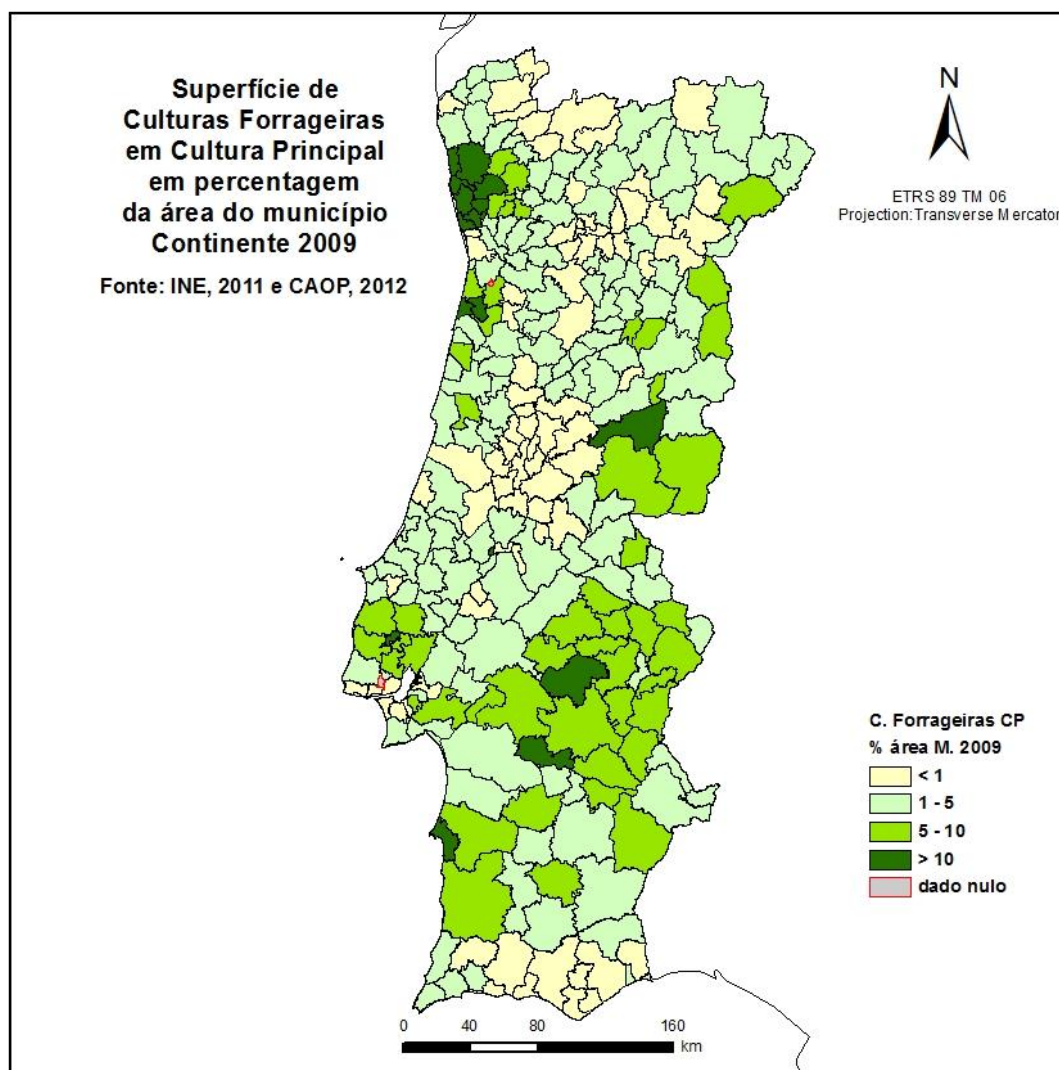


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	6	72	151	39	10
% de municípios	2,2%	25,9%	54,3%	14,0%	3,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			25,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.9.2, referente a 1989, podemos verificar que em 16 municípios (5,7%) a superfície de culturas forrageiras em cultura principal ocupa mais de 10% do território do município, com um valor máximo de 37,0% no município de Vila do Conde, tal como em 1989, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 10% de área ocupada por culturas forrageiras em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, nas NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto, na região Norte, sendo os restantes dispersos. Com superfície de culturas forrageiras em cultura principal entre 5% e 10% do território do município encontram-se 50 municípios (18,0%) destacando-se alguns municípios contíguos pertencentes às NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga; Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro; Oeste e Grande Lisboa, nas regiões Centro e Lisboa, respetivamente e Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. A superfície de culturas forrageiras em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 78 municípios (28,1%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em três municípios. Estes encontram-se principalmente em quatro núcleos contíguos, pertencentes às NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Ave e Alto Trás-os-Montes; Douro, Tâmega e Dão-Lafões; Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul; e Algarve. Em 2009 a situação geral manteve-se idêntica a 1989, sendo de destacar aumento de municípios com superfície de culturas forrageiras superior a 10% no núcleo das NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto e diminuição de municípios na NUTS III Grande Lisboa.

Figura 6.9.2 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

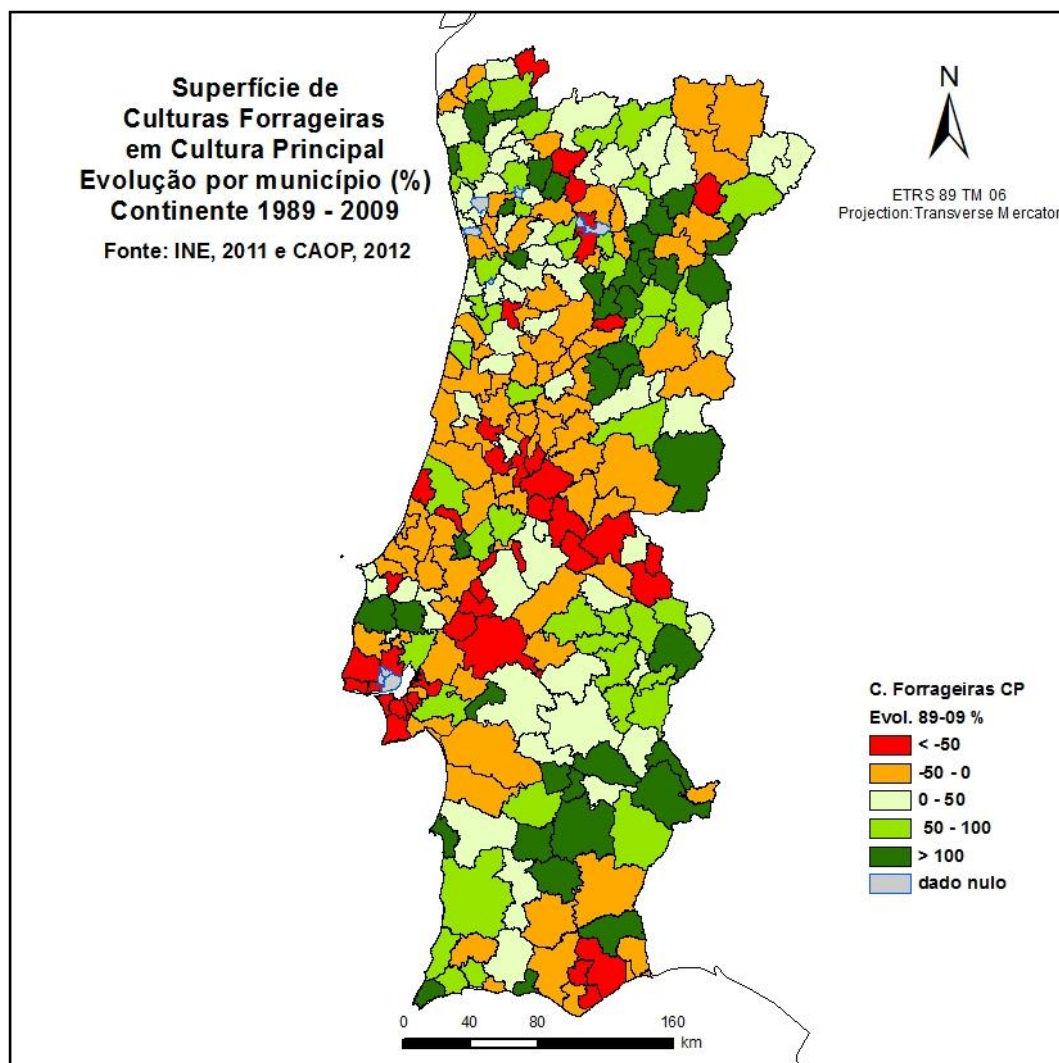


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	2	78	132	50	16
% de municípios	0,7%	28,1%	47,5%	18,0%	5,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			37,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.9.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas forrageiras em cultura principal em 124 municípios do Continente (44,6%). Apesar de encontrarmos municípios com decréscimo de superfície de culturas forrageiras mais ou menos dispersos pelo território do Continente encontramos maior concentração destes municípios nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, zona norte do Oeste, Lezíria do Tejo, zona norte do Alto Alentejo e zona este do Algarve. Houve acréscimo de superfície de culturas forrageiras em cultura principal em 146 municípios (52,5%). Tal como para os municípios com decréscimo de superfície com culturas forrageiras em cultura principal também os municípios com acréscimo estão dispersos pelo território do Continente, destacando-se, no entanto, as NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Alto Trás-os-Montes, zona norte da Beira Interior Norte, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Serra da Estrela, Cova da Beira, zona Sul do Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e zona sul do Alentejo Litoral, como aquelas em que houve maior concentração de municípios com acréscimo de superfície de culturas forrageiras em cultura principal.

Figura 6.9.3 Evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

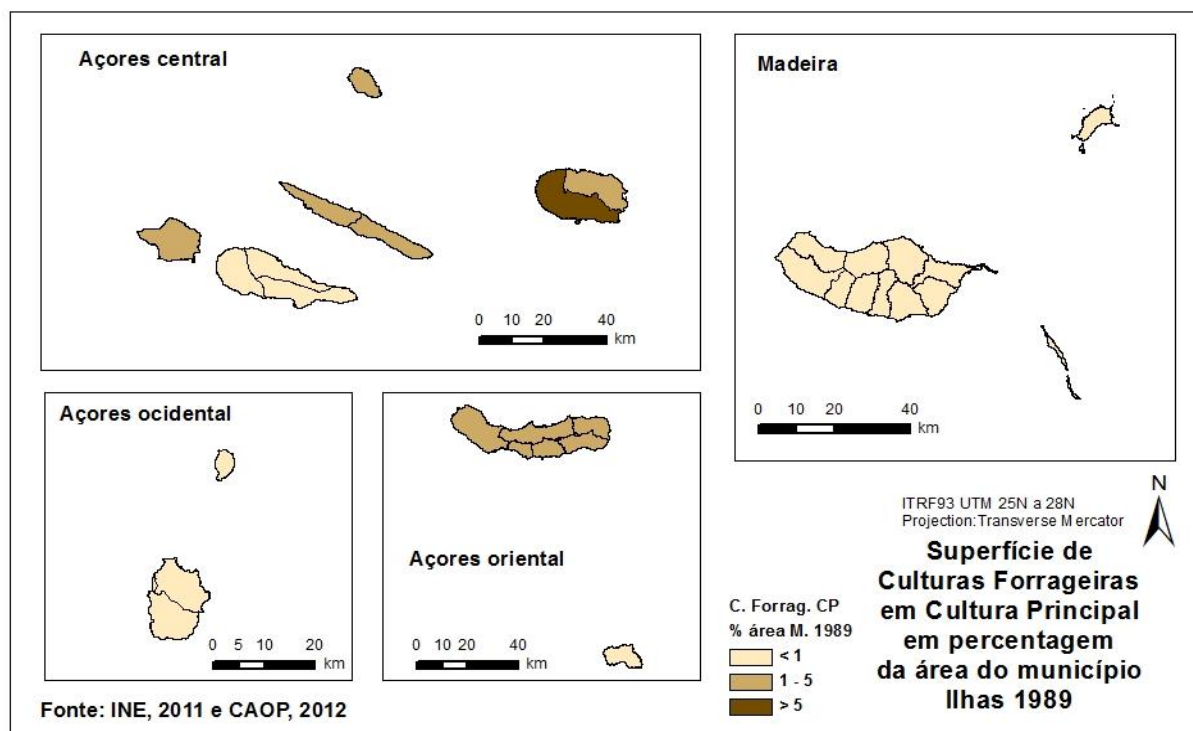


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	8	42	82	60	45	41
% de municípios	2,9%	15,1%	29,5%	21,6%	16,2%	14,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100				1514,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.9.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, apenas no município da Angra do Heroísmo, na região autónoma dos Açores, a superfície de culturas forrageiras em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com 5,3% do território com culturas forrageiras em cultura principal. A superfície de culturas forrageiras em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 18 municípios (60,0%), com um valor mínimo de 0,0% nos municípios de Câmara de Lobos e S. Vicente, na região autónoma da Madeira.

Figura 6.9.4 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

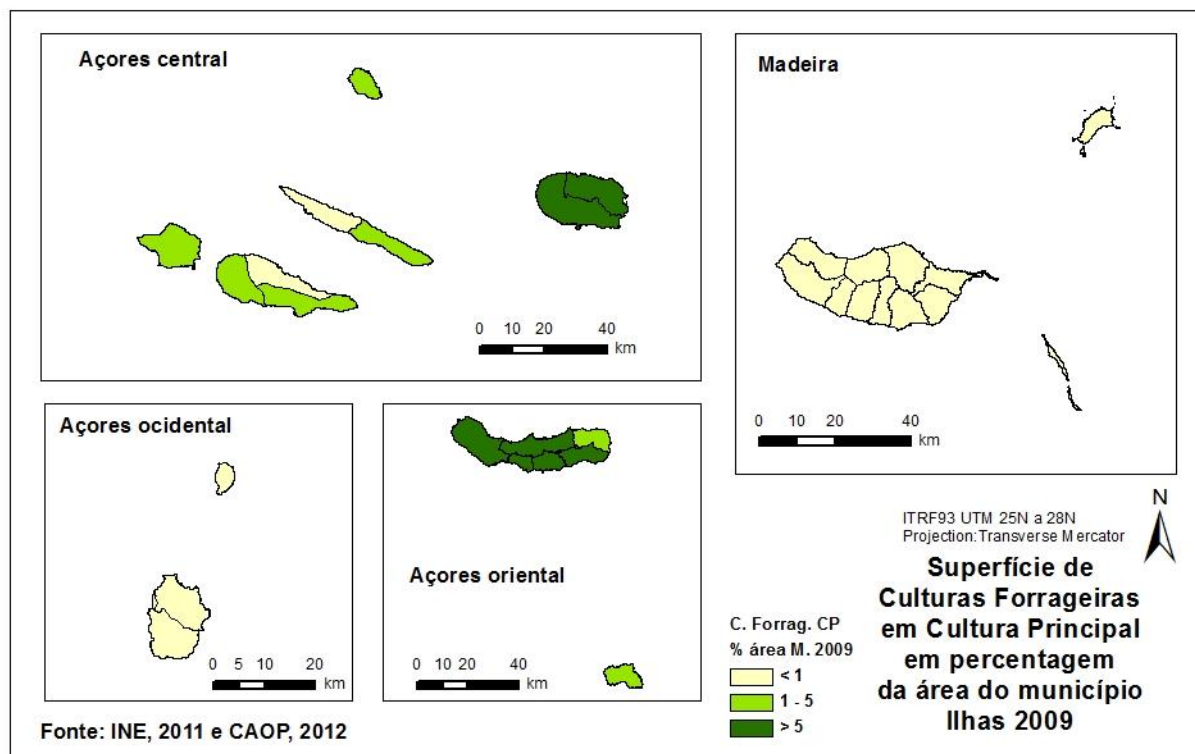


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	18	11	1
% de municípios	0,0%	60,0%	36,7%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		5,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	7	11	1
% de municípios	0,0%	36,8%	57,9%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		5,3
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.9.5, referente a 2009, podemos verificar que, nas Ilhas, em sete municípios a superfície de culturas forrageiras em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, todos na região autónoma dos Açores, com um valor máximo de 10,2%, no município de Ponta Delgada. A superfície de culturas forrageiras em cultura principal é menor que 1% da superfície em 16 municípios (53,4%). De 1989 para 2009 verificamos aumento da superfície dos municípios ocupada com culturas forrageiras em cultura principal.

Figura 6.9.5 Superfície de culturas forrageiras em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

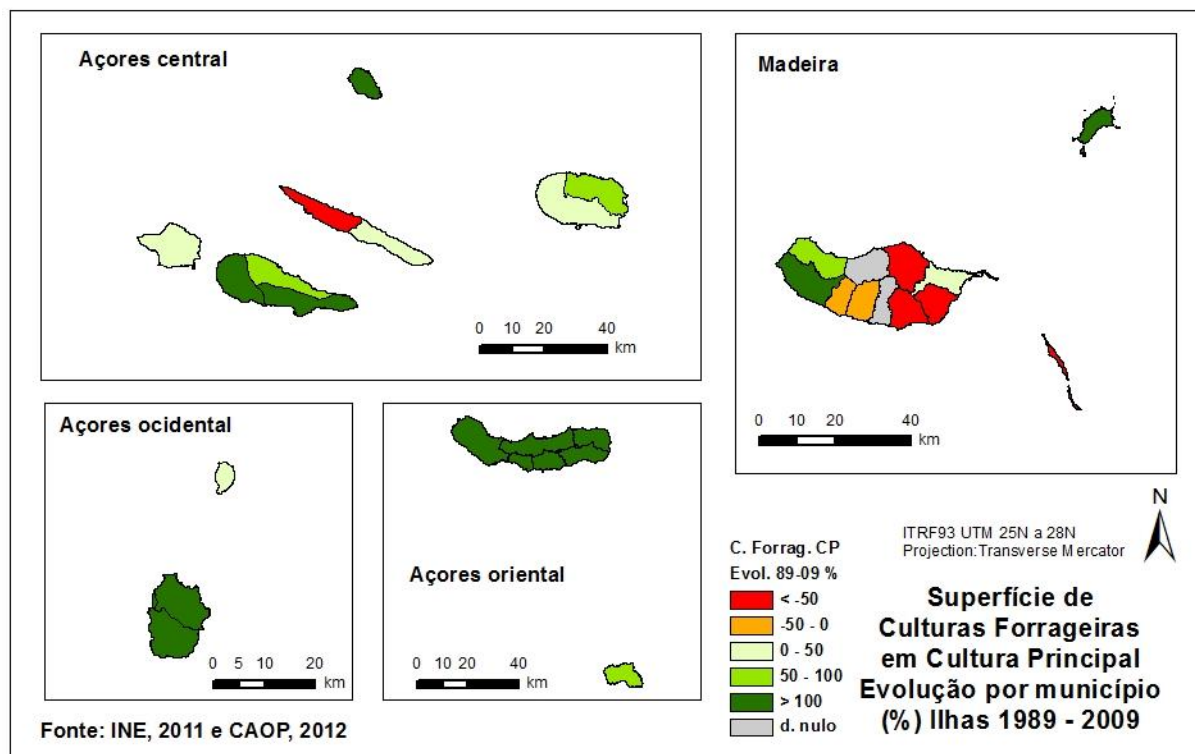


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	16	7	7
% de municípios	0,0%	53,4%	23,3%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		10,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	5	7	7
% de municípios	0,0%	26,4%	36,8%	36,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,1		10,3
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.9.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de culturas forrageiras em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em 18 municípios (94,7%) sendo que em 11 municípios o aumento foi superior a 100%. Na região autónoma da Madeira houve decréscimo de superfície com culturas forrageiras em cultura principal em 5 municípios e houve acréscimo em 4. Assim na região autónoma dos Açores, com exceção do município de Velas, houve aumento de superfície com culturas forrageiras em cultura principal em todos os municípios, ao contrário da região autónoma da Madeira, onde houve decréscimo em 5 dos 11 municípios.

Figura 6.9.6 Evolução da superfície de culturas forrageiras em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	2	4	2	5	4	13
% de municípios	6,7%	13,3%	6,7%	16,7%	13,3%	43,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				800,0
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	0	1	0	4	3	11
% de municípios	0,0%	5,3%		21,1%	15,8%	57,8%
Valor mín. e máx. (%)		-63,1				800,0
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	2	3	2	1	1	2
% de municípios	18,2%	27,2%	18,2%	9,1%	9,1%	18,2%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				750,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas forrageiras em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas forrageiras em cultura principal no Continente aumentou 20,6%, de 1989 para 2009, representando 286.596ha em 1989 e 345.507ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 99,7%, representando 5.207ha

em 1989 e 10.400ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 16,7%, representando 60ha em 1989 e 70ha em 2009. Verificamos assim que o aumento das culturas forrageiras em cultura principal foi generalizado em todas as NUTS I.

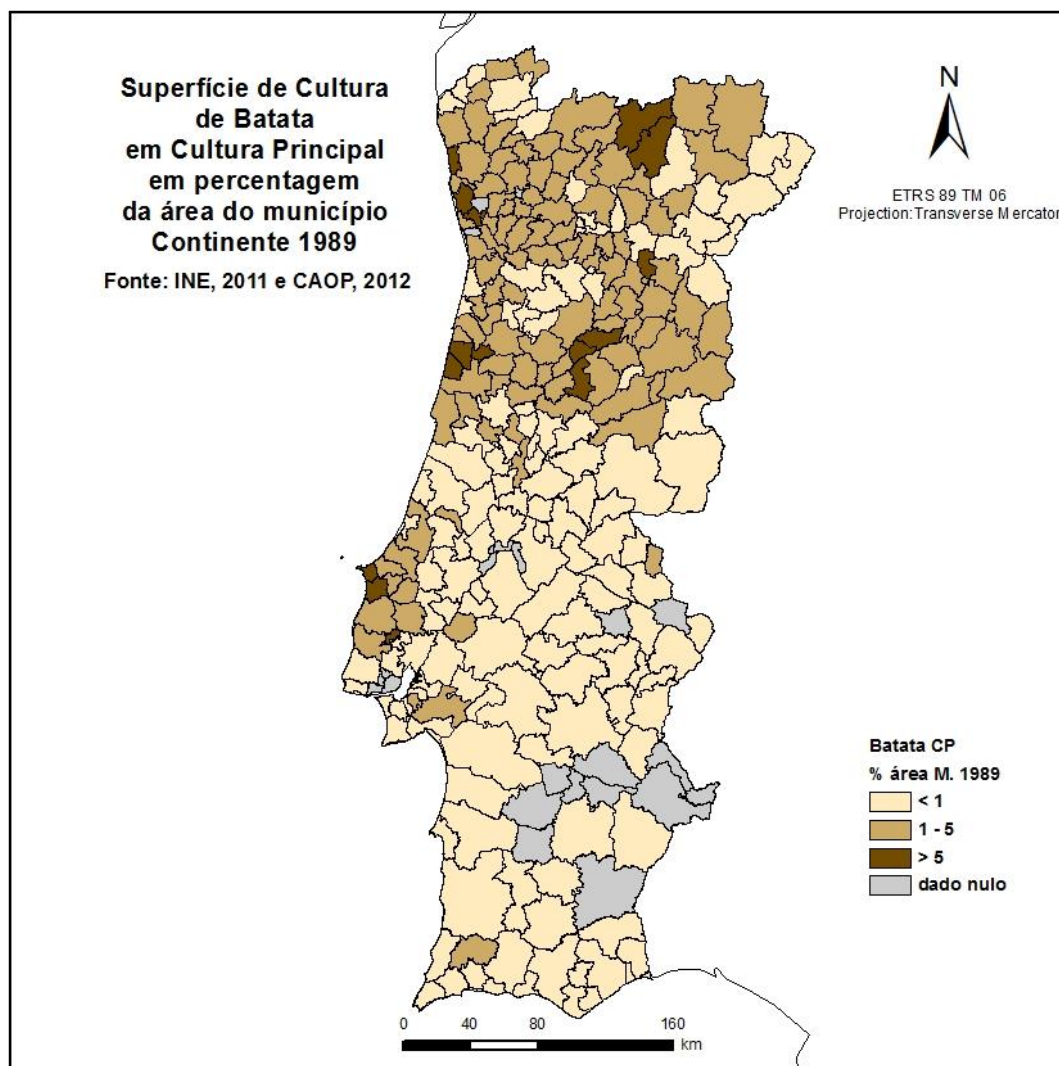
6.10 Superfície de cultura de batata

A cultura da batata é uma cultura temporária cultivada tanto em cultura principal como em cultura sucessiva.

Nas figuras 6.10.1 e 6.10.2 apresenta-se a superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.10.1, referente a 1989, podemos verificar que em 15 municípios (5,4%) a superfície de cultura de batata em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 16,5% no município de Lourinhã, na NUTS III Oeste. A quase totalidade dos municípios com mais de 5% de área ocupada pela cultura de batata em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, em cinco pequenos núcleos, centrados nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Baixo Vouga, Dão-Lafões e Oeste. Com superfície de cultura de batata em cultura principal entre 1% e 5% do território do município destacam-se a maioria dos municípios da região NUTS II Norte, a parte norte da região NUTS II Centro e a NUTS III Oeste. A superfície de cultura de batata em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 134 municípios (48,2%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em 14 municípios, a maioria na região Alentejo. Estes municípios encontram-se, a grande maioria, na zona sul da região NUTS II Centro, com exceção da NUTS III Oeste, e nas outras regiões NUTS II a sul da região Centro.

Figura 6.10.1 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



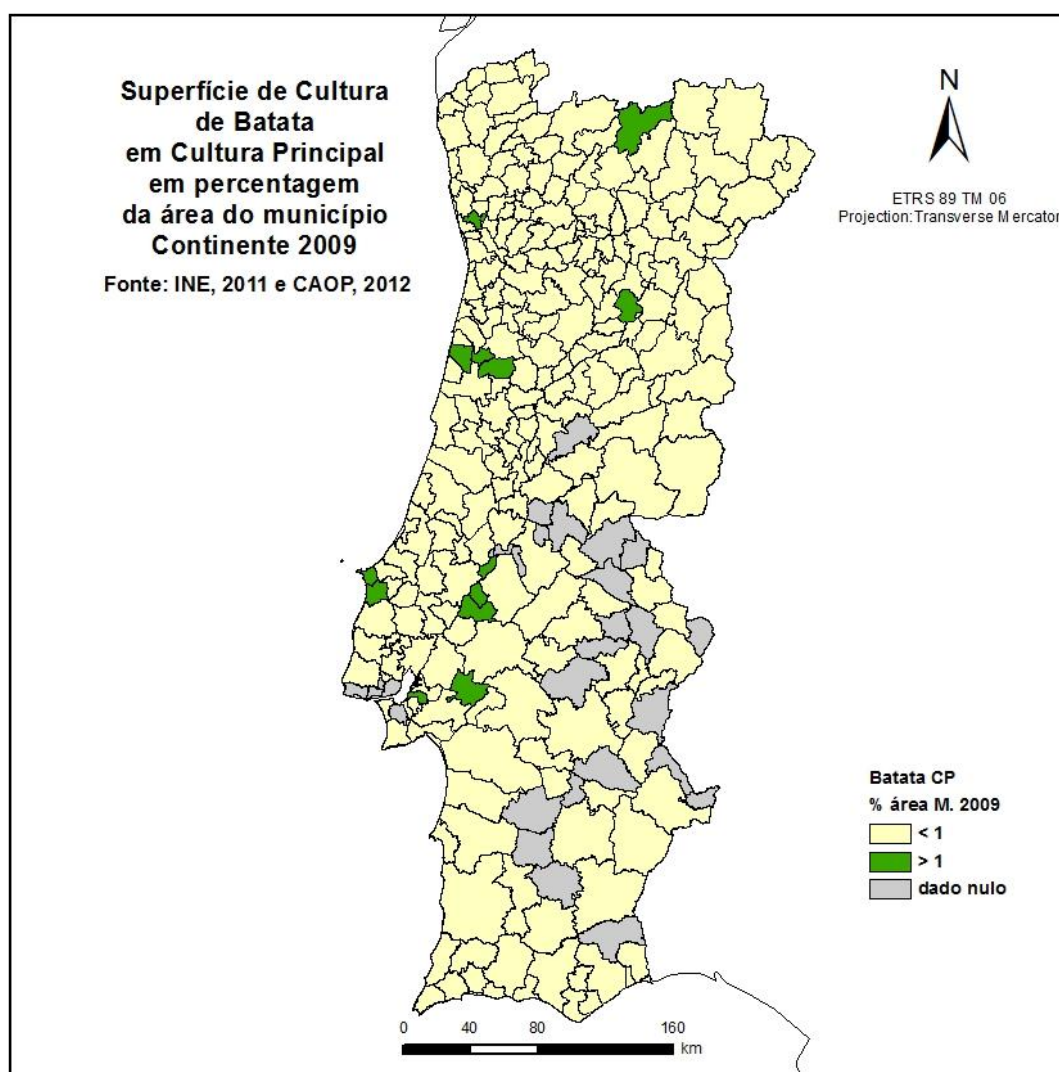
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	23	134	106	15
% de municípios	8,3%	48,2%	38,1%	5,4%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		16,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.10.2, referente a 2009, podemos verificar que apenas em 12 municípios (4,3%) a superfície de cultura de batata em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 6,8% no município de Lourinhã, na NUTS III Oeste. A superfície de cultura de batata em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 236 municípios (84,9%), com valores mínimos próximos de 0,0% em 45 municípios, a maioria nas regiões Centro e Alentejo. Encontramos também 30 municípios com superfície nula

de cultura de batata em cultura principal. De 1989 para 2009 observamos um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com cultura de batata em cultura principal, não se encontrando em 2009 nenhum município com superfície superior a 5% da superfície do município. Inversamente houve um aumento considerável do número de municípios na classe de superfície inferior a 1%, de 134 em 1989 para 236 municípios em 2009.

Figura 6.10.2 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

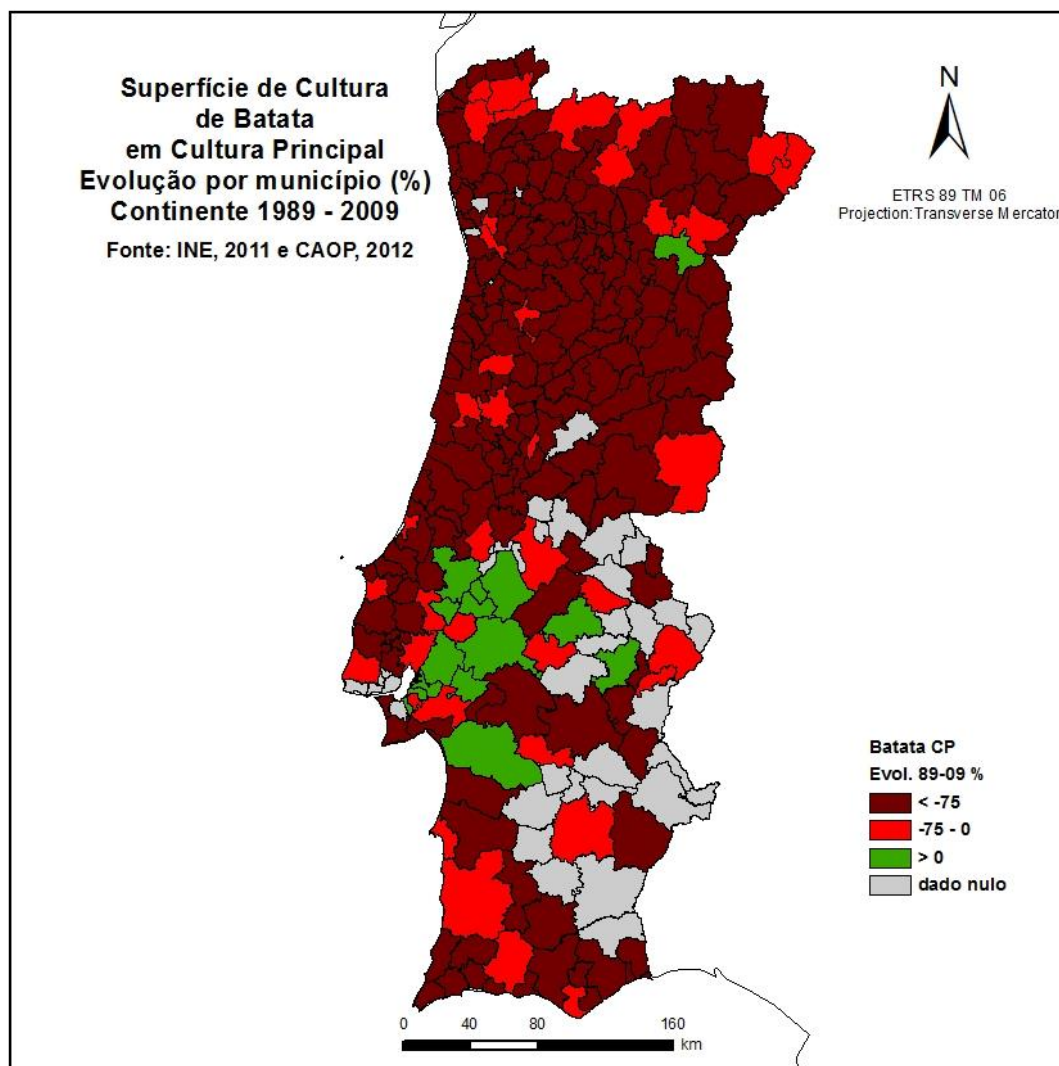


Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	30	236	12
% de municípios	10,8%	84,9%	4,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	6,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.10.3 apresenta-se a evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de cultura de batata em cultura principal em 80,6% dos municípios do Continente (224). A diminuição foi extremamente acentuada (classe de superfície menor que -75%) em 185 municípios (66,6%), encontrando-se 39 municípios (14,0%) na classe de superfície entre -75% e 0%, generalizadamente em todo o Continente, com exceção de 14 municípios em que houve aumento da superfície de cultura de batata em cultura principal, a maioria na NUTS III Lezíria do Tejo.

Figura 6.10.3 Evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



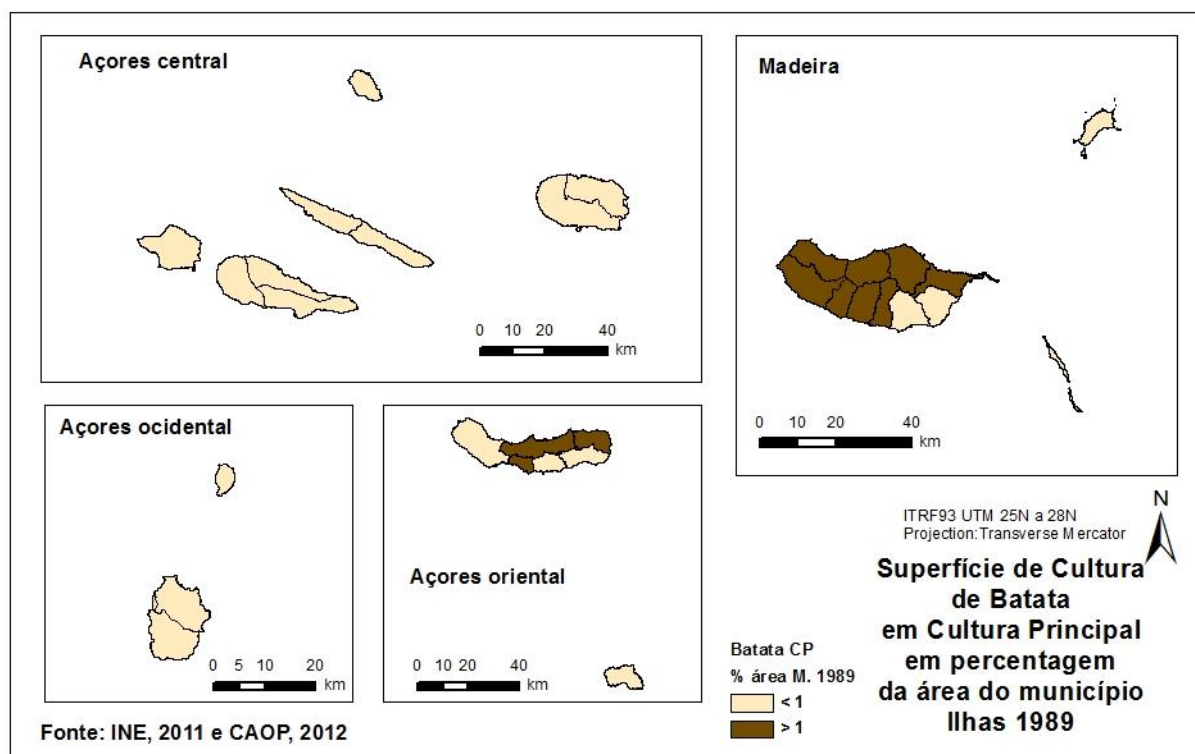
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 - 0	> 0
N.º de municípios	40	185	39	14
% de municípios	14,4%	66,6%	14,0%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0		3900,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.10.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de cultura de batata em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município em 11 municípios (36,7%), com o máximo de 2,2% do território com cultura de batata em cultura principal no município de S. Vicente, na região autónoma da Madeira. A superfície de cultura de batata em cultura principal é menor que 1% da superfície do município nos restantes 19 municípios (63,3%), com um valor mínimo de 0,0% no município de Porto Santo, na região

autónoma da Madeira. Verificamos que a superfície de cultura de batata nas Ilhas é reduzida, tendo menor expressão na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 6.10.4 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

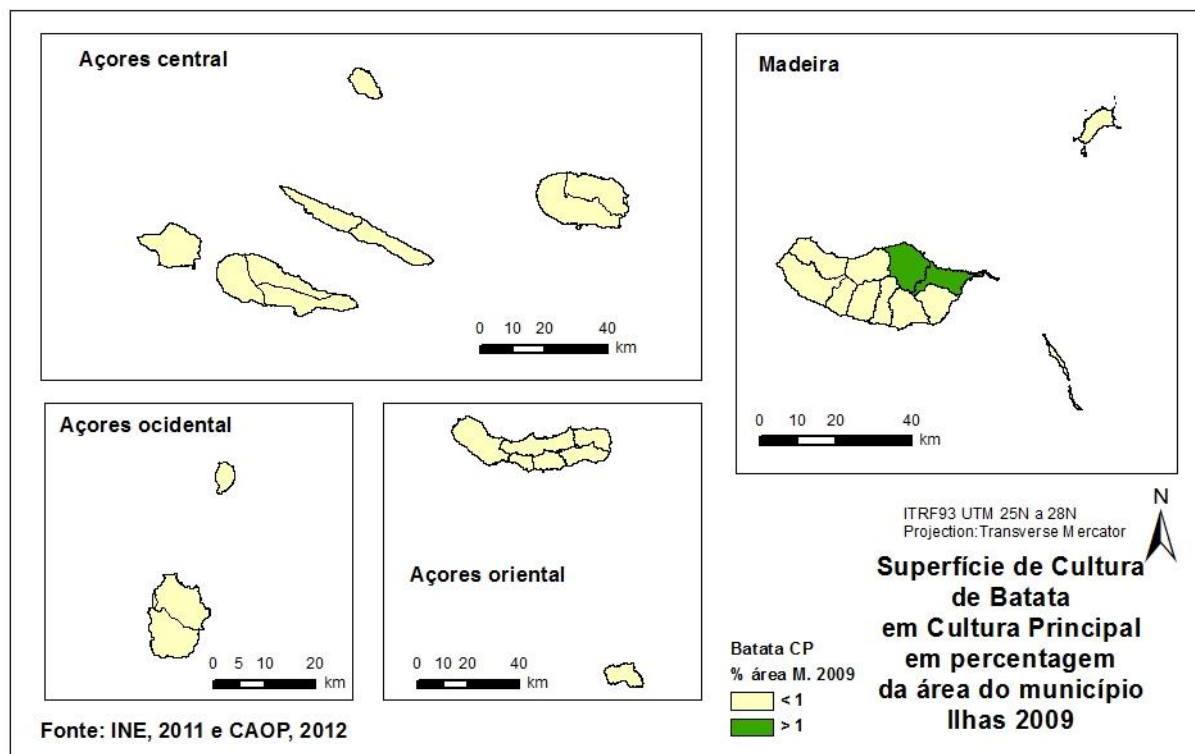


Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	19	11
% de municípios	0,0%	63,3%	36,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,3
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	16	3
% de municípios	0,0%	84,2%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,2	1,7
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	3	8
% de municípios	0,0%	27,3%	72,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.10.5, referente a 2009, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de cultura de batata em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município apenas em 2 municípios (6,7%), com o máximo de 1,2% do território com cultura de batata em cultura principal no município de Santana, na região autónoma da Madeira. A superfície de cultura de batata em cultura principal é menor que 1% da superfície do município nos restantes 28 municípios (93,3%), com um valor mínimo de 0,0% no município de Vila do Porto, na região autónoma dos Açores. Verificamos que a superfície de cultura de batata nas Ilhas é reduzida. De 1989 para 2009 verificamos uma diminuição da superfície dos municípios ocupada com a cultura de batata em cultura principal.

Figura 6.10.5 Superfície de cultura de batata em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



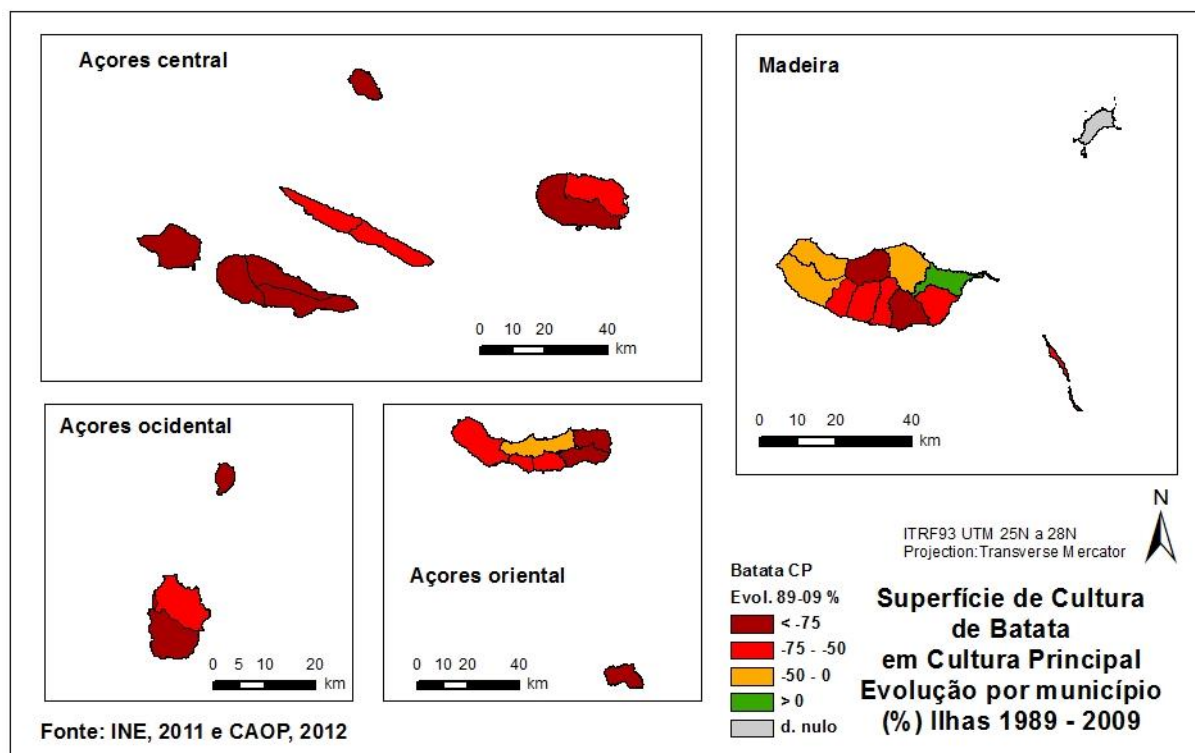
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	28	2
% de municípios	0,0%	93,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,2
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	19	0
% de municípios	0,0%	100,0%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,9	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	9	2
% de municípios	0,0%	81,8%	18,2%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.10.6 podemos observar a evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que nas Ilhas a superfície de cultura de batata em cultura principal, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios, com exceção do município de

Machico, na região autónoma da Madeira, tendo-se mantido uma cultura marginal, de 1989 para 2009.

Figura 6.10.6 Evolução da superfície de cultura de batata em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 -- -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	1	13	11	4	1
% de municípios	3,3%	43,4%	36,7%	13,3%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		-98,0			2,7
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 -- -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	0	11	7	1	0
% de municípios	0,0%	57,9%	36,8%	5,3%	
Valor mín. e máx. (%)		-98,0		-39,9	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -75	-75 -- -50	-50 - 0	> 0
N.º de municípios	1	2	4	3	1
% de municípios	9,1%	18,2%	36,3%	27,3%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-87,5			2,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de cultura de batata em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície cultura de batata em cultura principal no Continente diminuiu 82,2% de 1989 para 2009, representando 93.796ha em 1989 e 16.716ha em 2009, na

região autónoma dos Açores diminuiu 68,3%, representando 1.462ha em 1989 e 463ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 51,3%, representando 1.113ha em 1989 e 542ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição da cultura de batata em cultura principal foi generalizada e muito acentuada em todas as NUTS I.

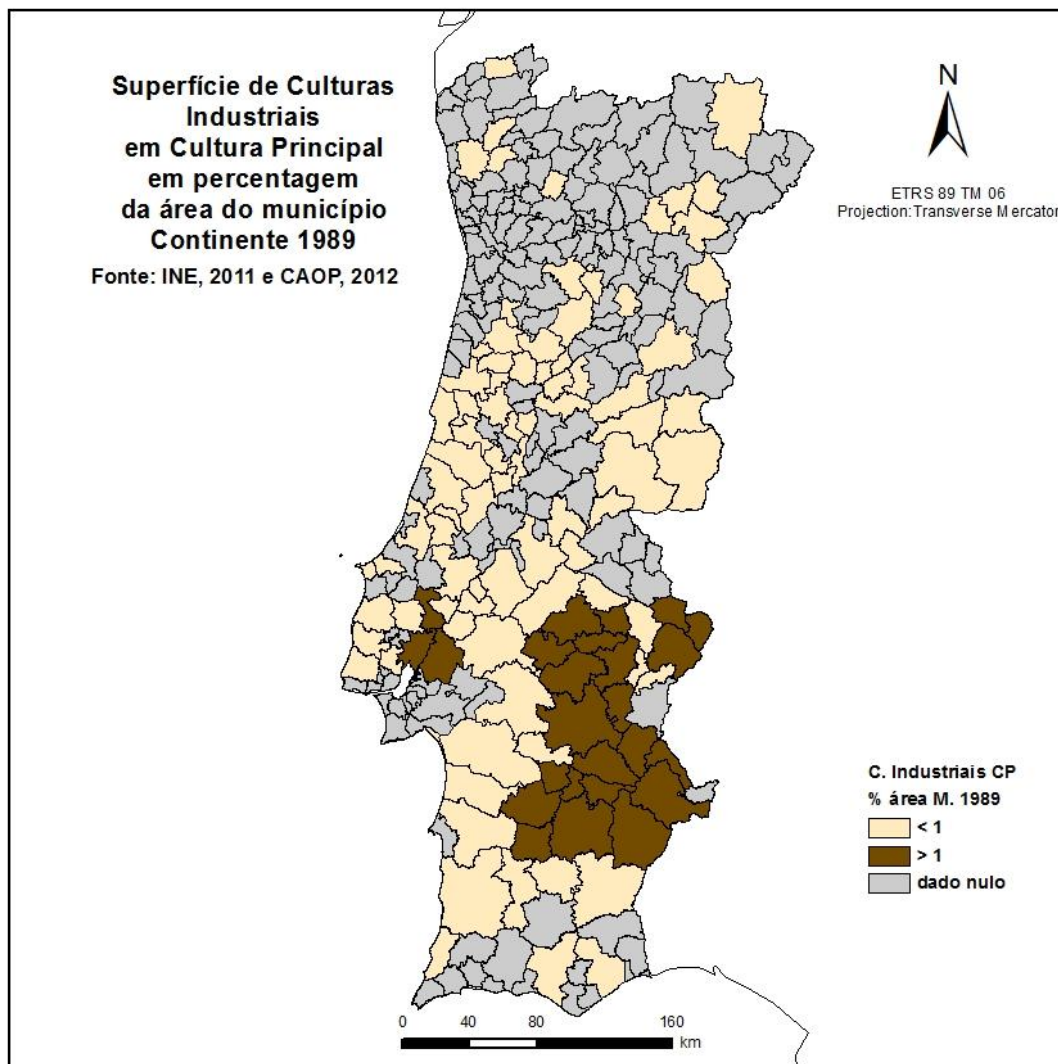
6.11 Superfície de culturas industriais

As culturas industriais são culturas que se destinam a transformação industrial, tais como o tabaco, lúpulo, colza, girassol, soja, plantas aromáticas e cana-de-açúcar. A cultura do tomate para indústria não está incluída nas culturas industriais, estando incluída nas culturas hortícolas extensivas.

Nas figuras 6.11.1 e 6.11.2 apresenta-se a superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.11.1, referente a 1989, podemos verificar que em 25 municípios (9,0%) a superfície de culturas industriais em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 11,1% no município de Ferreira do Alentejo, na NUTS III Baixo Alentejo. A quase totalidade dos municípios com mais de 1% de área ocupada por culturas industriais em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, nas NUTS III Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. A superfície de culturas industriais em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 84 municípios (30,2%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em 19 municípios, havendo 169 municípios (60,8%) em que a superfície de culturas industriais em cultura principal é nula.

Figura 6.11.1 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



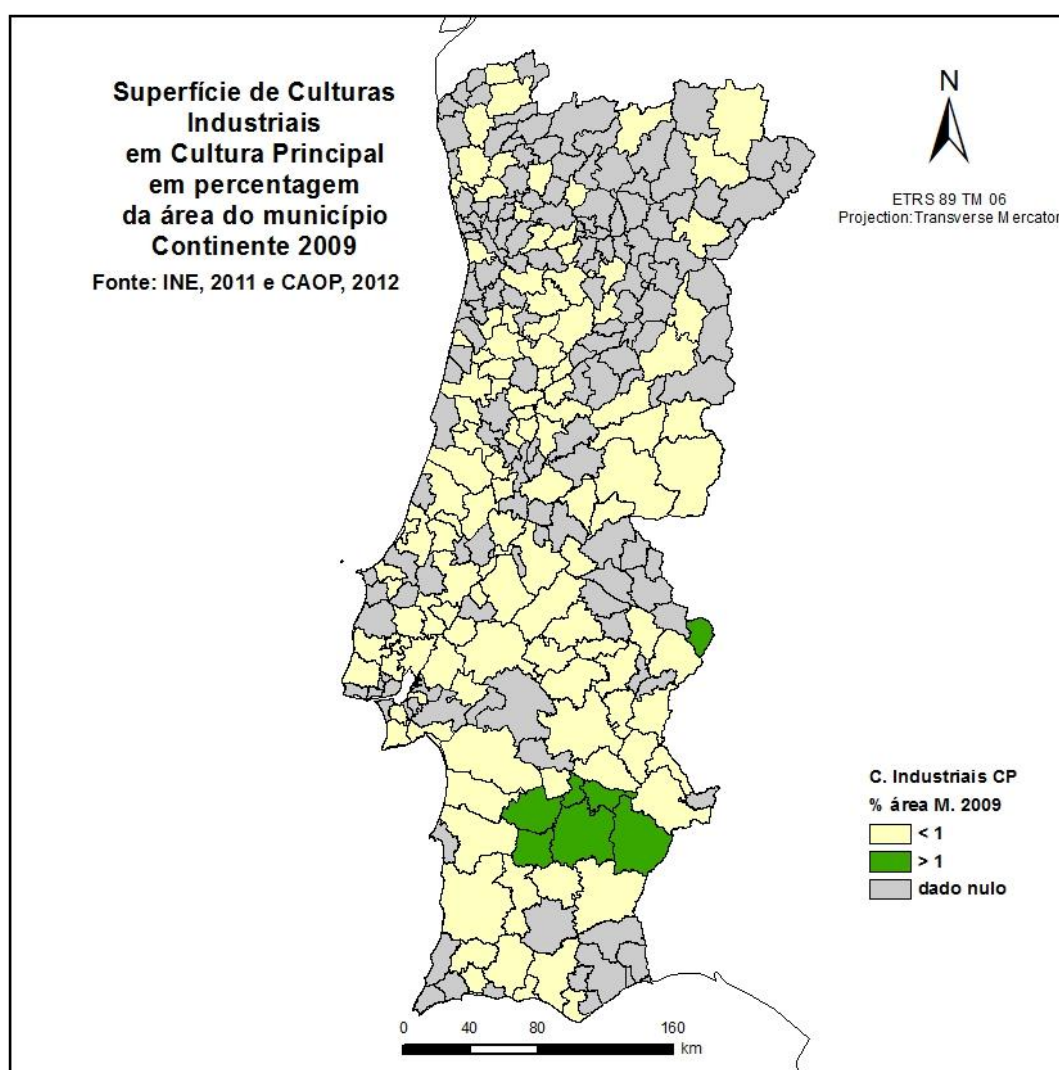
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	169	84	25
% de municípios	60,8%	30,2%	9,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	11,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.11.2, referente a 2009, podemos verificar que apenas em 7 municípios (2,5%) a superfície de culturas industriais em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município, com um valor máximo de 8,2% no município de Aljustrel, na NUTS III Baixo Alentejo. Os municípios com mais de 1% de área ocupada por culturas industriais em cultura principal encontram-se em municípios contíguos, na NUTS III Baixo Alentejo, com exceção de um pertencente à NUTS III Alto Alentejo. A superfície de culturas industriais em cultura

principal é menor que 1% da superfície do município em 119 municípios (42,8%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em 59 municípios, havendo 152 municípios (54,7%) em que a superfície de culturas industriais em cultura principal é nula. De 1989 para 2009 observamos um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas industriais em cultura principal superior a 1%. Concluimos que as culturas industriais em cultura principal são insignificantes no Continente, com exceção de poucos municípios da região Alentejo onde estas culturas têm alguma expressão.

Figura 6.11.2 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

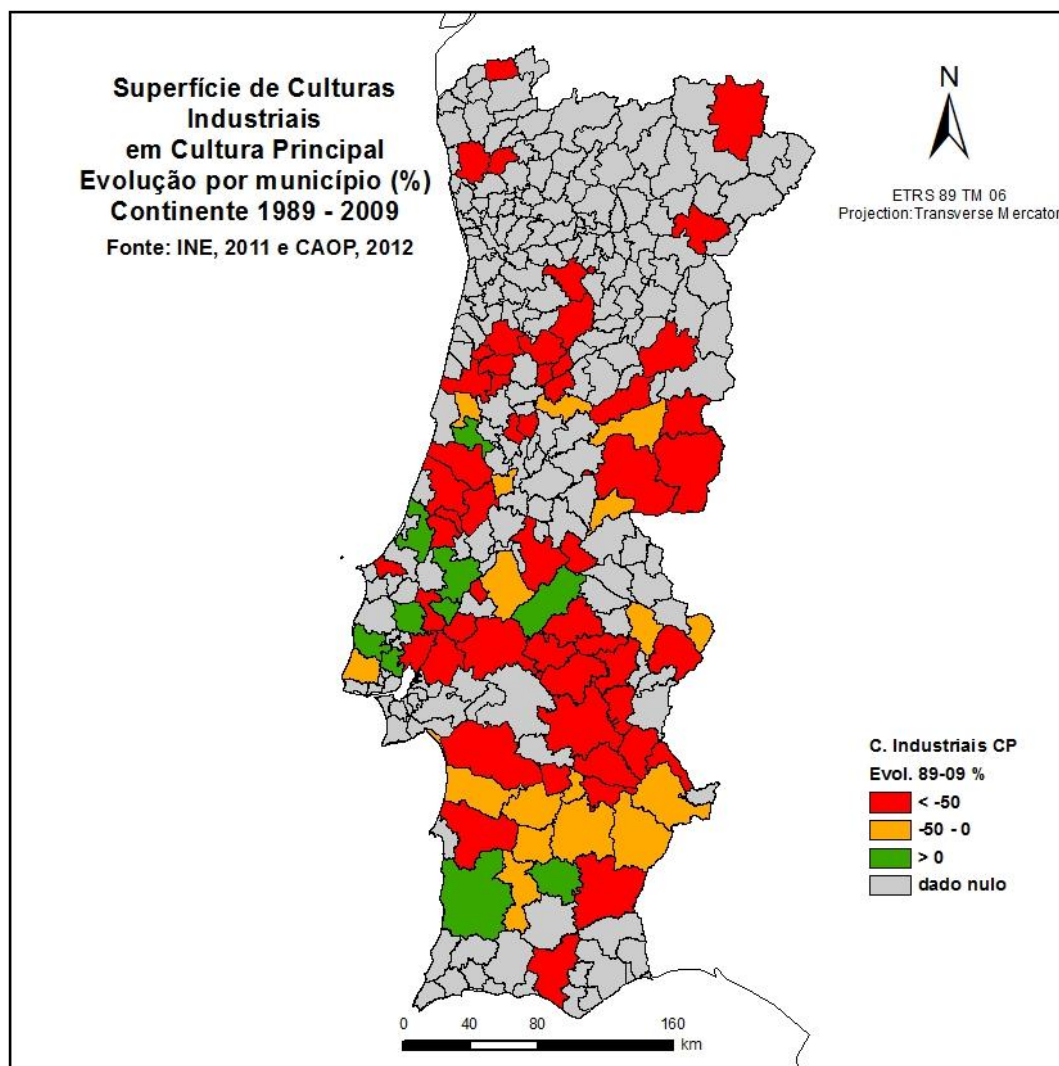


Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	152	119	7
% de municípios	54,7%	42,8%	2,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	8,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.11.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Tendo como facto principal que na maioria dos municípios do Continente a superfície de culturas industriais em cultura principal é nula, tanto em 1989 como em 2009, verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas industriais em cultura principal em 25,5% dos municípios do Continente (71). Em todos os municípios com maior superfície de culturas industriais em cultura principal, de 1989 para 2009, houve decréscimo de superfície com estas culturas. A diminuição foi generaliza em todo o Continente, com exceção de 10 municípios em que houve aumento da superfície de culturas industriais em cultura principal, em municípios mais ou menos dispersos, sem continuidade espacial e sem significado em valor absoluto.

Figura 6.11.3 Evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

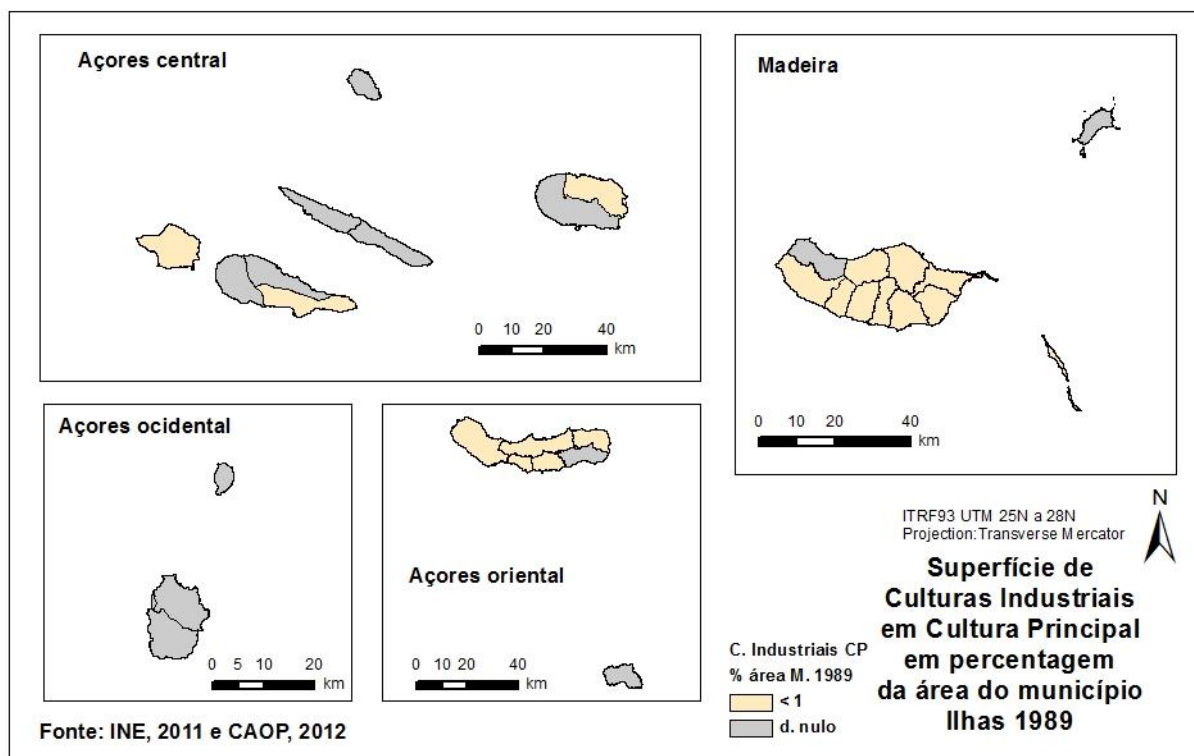


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	197	54	17	10
% de municípios	70,9%	19,4%	6,1%	3,6%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0		700,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.11.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas industriais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município em 17 municípios (56,7%), com o máximo de 0,9% do território com culturas industriais em cultura principal no município de Lagoa, na região autónoma dos Açores. Nos restantes municípios a superfície de culturas industriais em cultura principal é nula. Verificamos que a superfície de culturas industriais nas Ilhas é reduzida.

Figura 6.11.4 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.



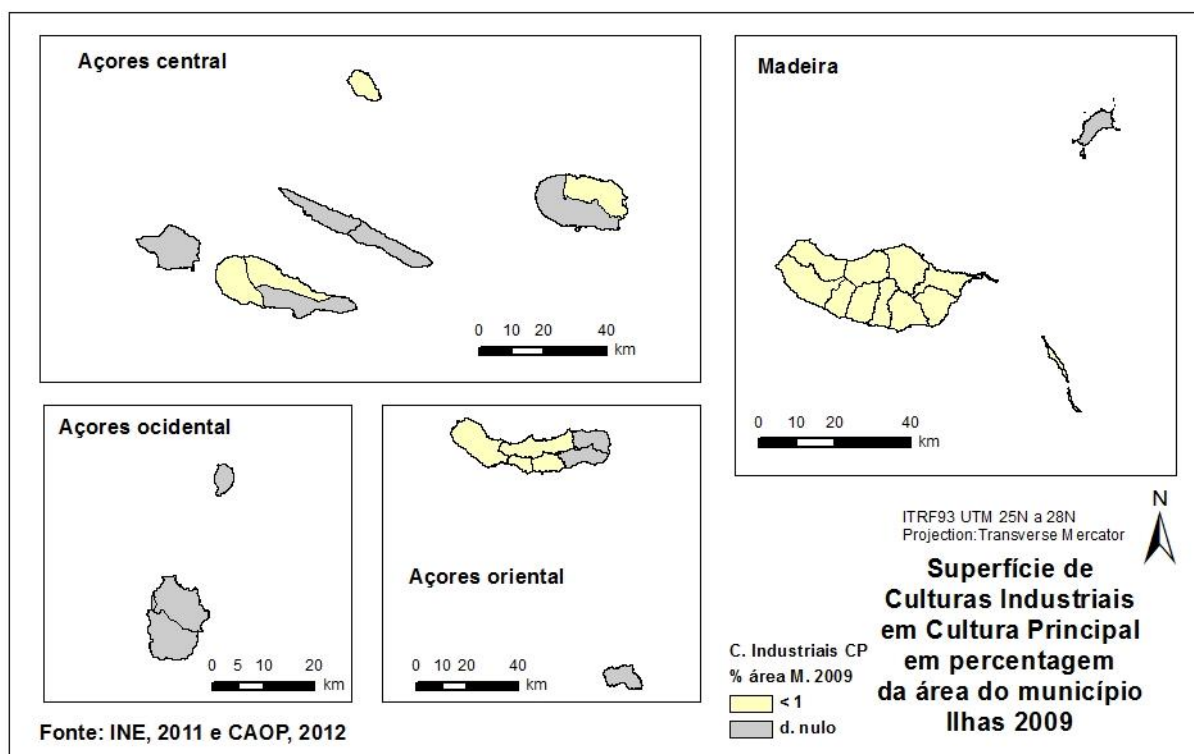
Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	13	17
% de municípios	43,3%	56,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,9
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	11	8
% de municípios	57,9%	42,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,9
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	2	9
% de municípios	18,2%	81,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.11.5, referente a 2009, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas industriais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município em 18 municípios (60,0%), com o máximo de 0,7% do território com culturas industriais em cultura

principal no município de Ponta do Sol, na região autónoma da Madeira. Nos restantes municípios a superfície de culturas industriais em cultura principal é nula. Tal como em 1989 verificamos que a superfície de culturas industriais nas Ilhas é reduzida.

Figura 6.11.5 Superfície de culturas industriais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

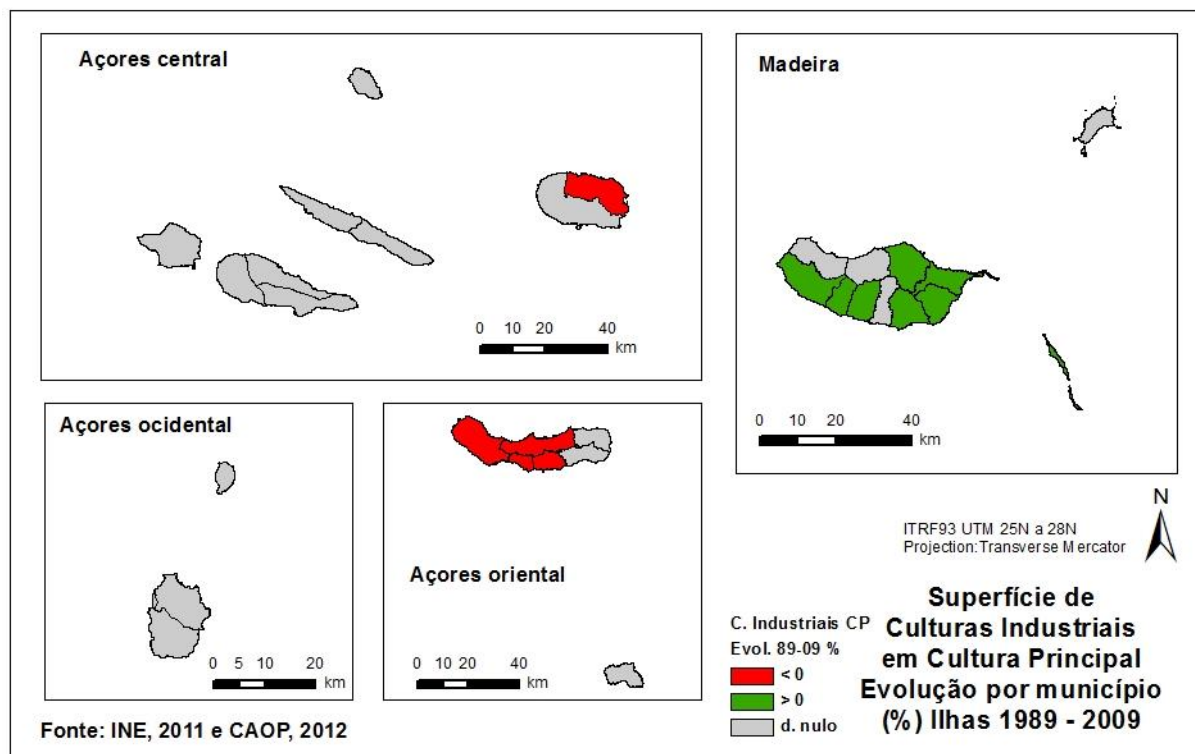


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	12	18
% de municípios	40,0%	60,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	11	8
% de municípios	57,9%	42,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,7
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	1	10
% de municípios	9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.11.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que nas Ilhas a superfície de culturas industriais em cultura principal, de 1989 para 2009, diminuiu nos municípios da região autónoma dos Açores e aumentou nos municípios da região autónoma da Madeira. Apesar do aumento de superfície verificado nos municípios da região autónoma da Madeira estas culturas mantiveram-se marginais, de 1989 para 2009, não tendo qualquer significado geográfico.

Figura 6.11.6 Evolução da superfície de culturas industriais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	18	5	7
% de municípios	60,0%	16,7%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	1500,0
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	14	5	0
% de municípios	73,7%	26,3%	
Valor mín. e máx. (%)		-100,0 – -58,1	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	4	0	7
% de municípios	36,4%		63,6%
Valor mín. e máx. (%)			11,1 – 1500,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas industriais em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas industriais em cultura principal no Continente diminuiu 59,7% de 1989 para 2009, representando 61.321ha em 1989 e 24.713ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 78,6%, representando 192ha em 1989 e 41ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 136%, representando 50ha em 1989 e 118ha em 2009. Verificamos assim a diminuição de culturas industriais em cultura principal

no Continente e na região autónoma dos Açores e um aumento na região autónoma da Madeira. Realça-se, no entanto, o significado diminuto destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões.

6.12 Superfície de culturas hortícolas

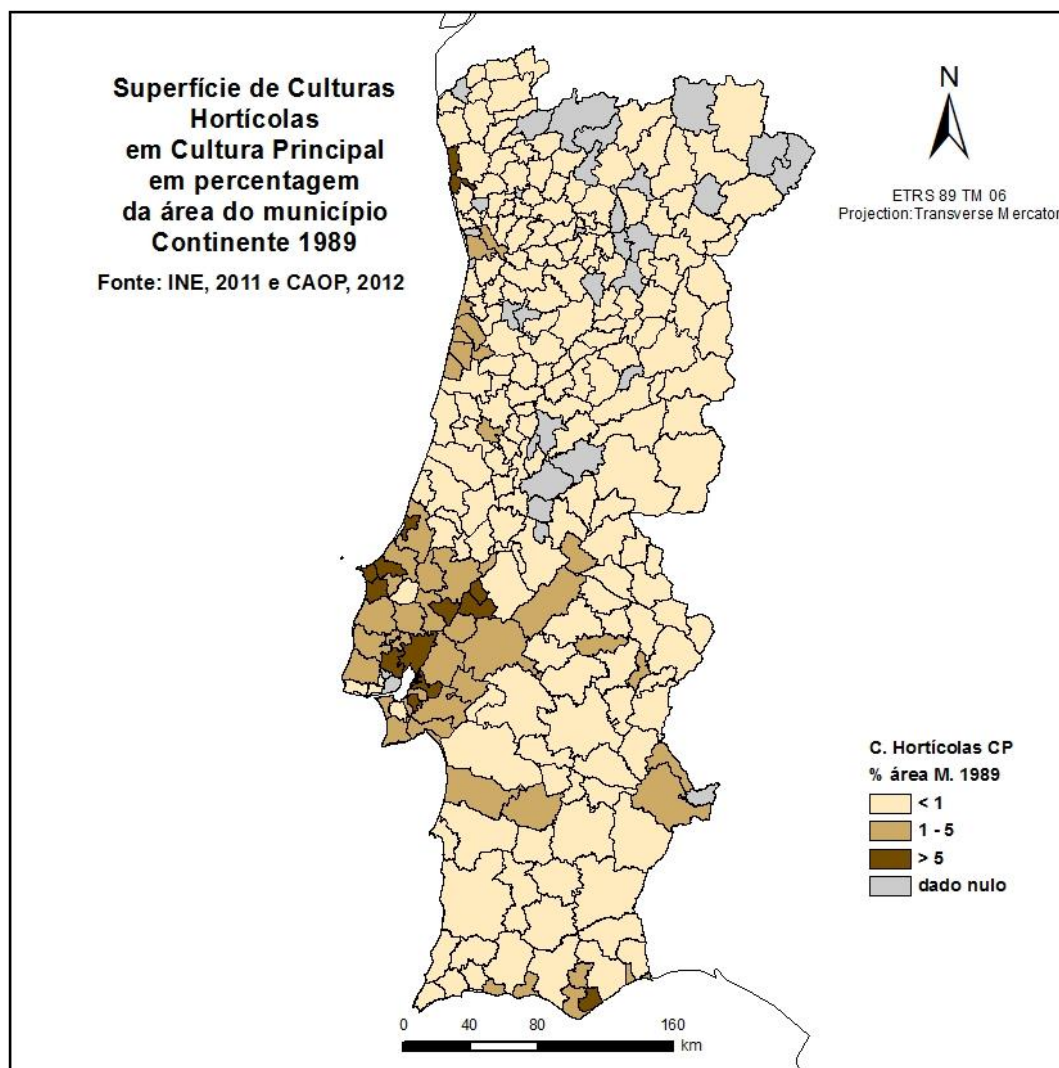
As culturas hortícolas compreendem as culturas hortícolas extensivas e as culturas hortícolas intensivas. As culturas hortícolas extensivas são culturas hortícolas efetuadas como cultura única no ano agrícola ou cultivadas em parcelas destinadas que entram em rotação com outras culturas não hortícolas, não se sucedendo, em geral, várias culturas hortícolas na mesma parcela no ano agrícola. Incluem-se nas culturas hortícolas extensivas as culturas de tomate para indústria, melão e outras culturas, constituindo nas estatísticas do INE, o total de culturas extensivas. As culturas hortícolas intensivas são culturas hortícolas efetuadas como cultura única no ano agrícola ou cultivadas em parcelas destinadas exclusivamente a culturas hortícolas, sucedendo-se também várias destas culturas na mesma parcela durante o ano agrícola. Incluem-se nas culturas hortícolas intensivas as culturas ao ar livre ou abrigo baixo e as culturas em estufa ou abrigo alto, constituindo nas estatísticas do INE, o total de culturas intensivas (INE, 2014).

Nas figuras 6.12.1 e 6.12.2 apresenta-se a superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.12.1, referente a 1989, podemos verificar que apenas em 14 municípios (5,0%) a superfície de culturas hortícolas em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 19,6% no município de Peniche, na NUTS III Oeste. A maioria dos municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas hortícolas em cultura principal encontram-se em municípios das NUTS III Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo. Os 44 municípios com superfície de culturas hortícolas em cultura principal entre 1% e 5% do território do município, representando 15,8%, encontram-se, além das NUTS III referidas acima, também nas NUTS III Grande Porto, Baixo Vouga e em municípios mais ou menos dispersos nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo

Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. A superfície de culturas hortícolas em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 188 municípios (67,7%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em 24 municípios, havendo 32 municípios (11,5%) em que a superfície de culturas hortícolas em cultura principal é nula.

Figura 6.12.1 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

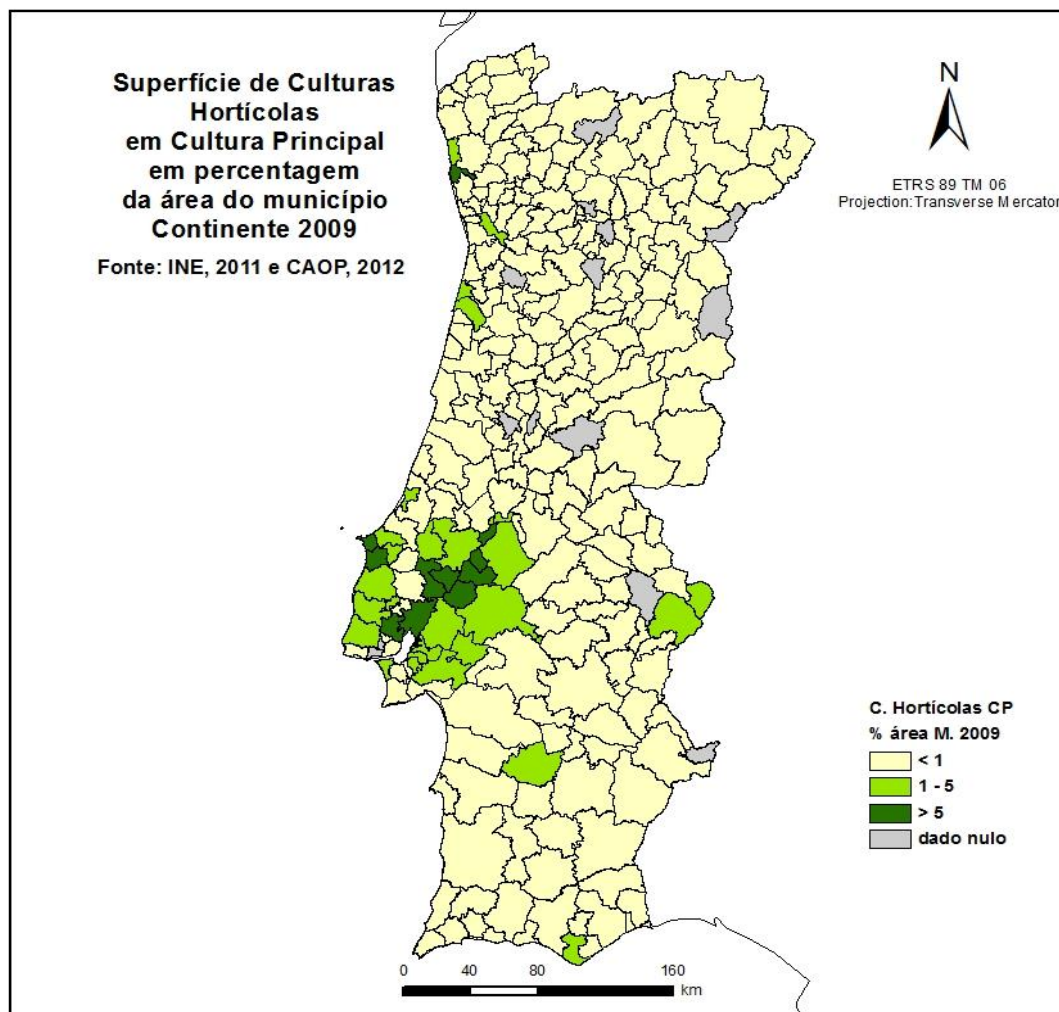


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 5	> 5
N.º de municípios	32	188	44	14
% de municípios	11,5%	67,7%	15,8%	5,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		19,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.12.2, referente a 2009, podemos verificar que apenas em 11 municípios (4,0%) a superfície de culturas hortícolas em cultura principal ocupa mais de 5% do território do município, com um valor máximo de 18,9% no município de Peniche, na NUTS III Oeste. Os municípios com mais de 5% de área ocupada por culturas hortícolas em cultura principal encontram-se em municípios das NUTS III Grande Porto, Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo. Os 27 municípios com superfície de culturas hortícolas em cultura principal entre 1% e 5% do território do município, encontram-se, além das NUTS III referidas acima, em municípios dispersos por outras NUTS III. A superfície de culturas hortícolas em cultura principal é menor que 1% da superfície do município em 225 municípios (80,9%), com um valor mínimo próximo de 0,0% em 48 municípios, havendo 15 municípios (5,4%) em que a superfície de culturas hortícolas em cultura principal é nula. De 1989 para 2009 observamos um decréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas hortícolas em cultura principal superior a 1%. Concluimos que as culturas hortícolas em cultura principal são insignificantes no Continente, com exceção de alguns municípios das NUTS III Grande Porto, Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo onde estas culturas têm alguma expressão.

Figura 6.12.2 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.



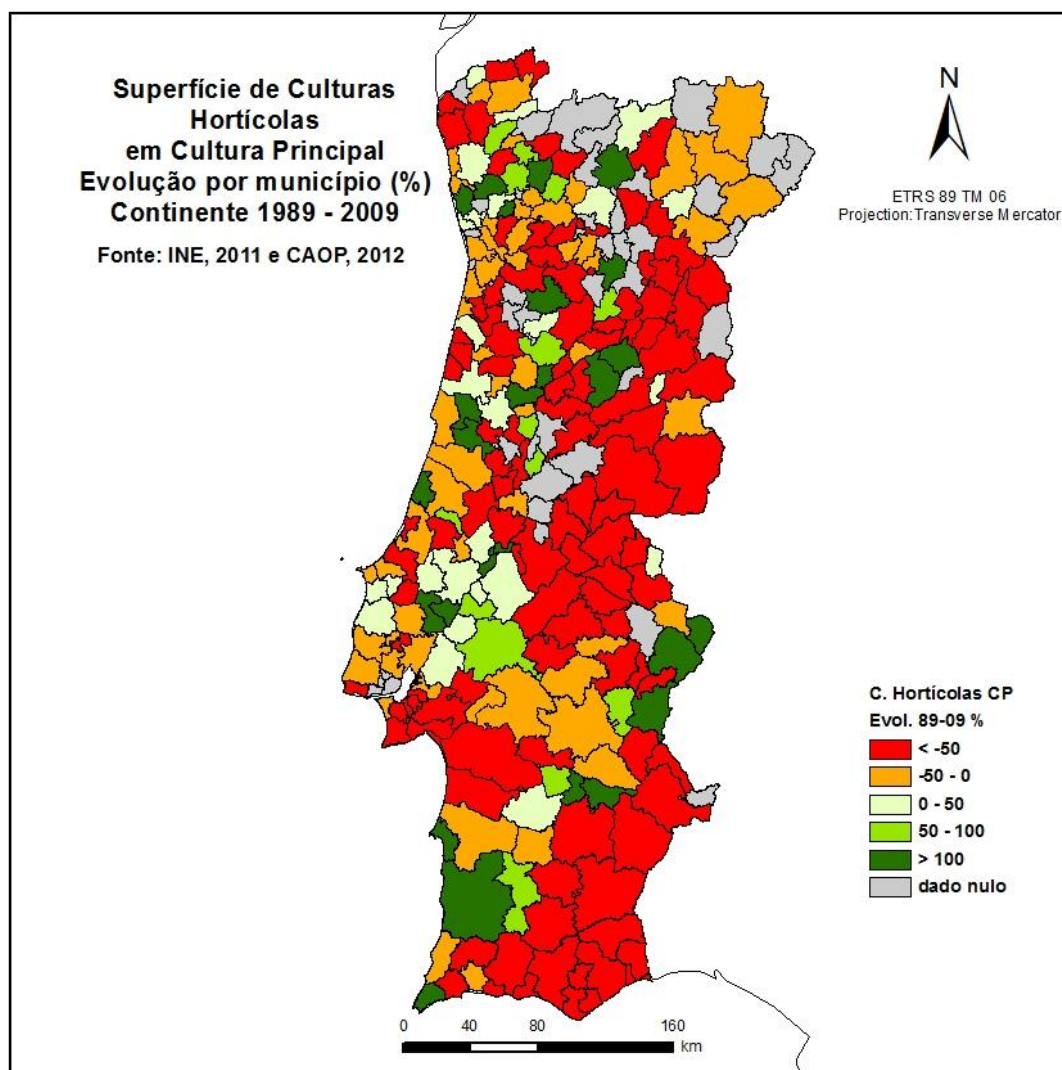
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	15	225	27	11
% de municípios	5,4%	80,9%	9,7%	4,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		18,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.12.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas hortícolas em cultura principal em 60,8% dos municípios do Continente (169) e houve aumento em 67 municípios (24,1%). O aumento de superfície verificou-se com continuidade territorial em todos os municípios da NUTS III Lezíria do Tejo e em quase todos os municípios da NUTS III Ave. Os restantes municípios com aumento de superfície com culturas hortícolas em cultura principal aparecem dispersos, sem continuidade espacial. Tendo em consideração o facto de na maioria

dos municípios do Continente a superfície de culturas hortícolas em cultura principal ser inferior a 1% da área do município, tanto em 1989 como em 2009, relativiza a importância do aumento de superfície na maioria dos municípios, visto que o aumento, traduzido em valores absolutos, tem um significado geográfico insignificante, apesar de em 27 municípios (9,7%) encontrarmos aumentos superiores a 100%.

Figura 6.12.3 Evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

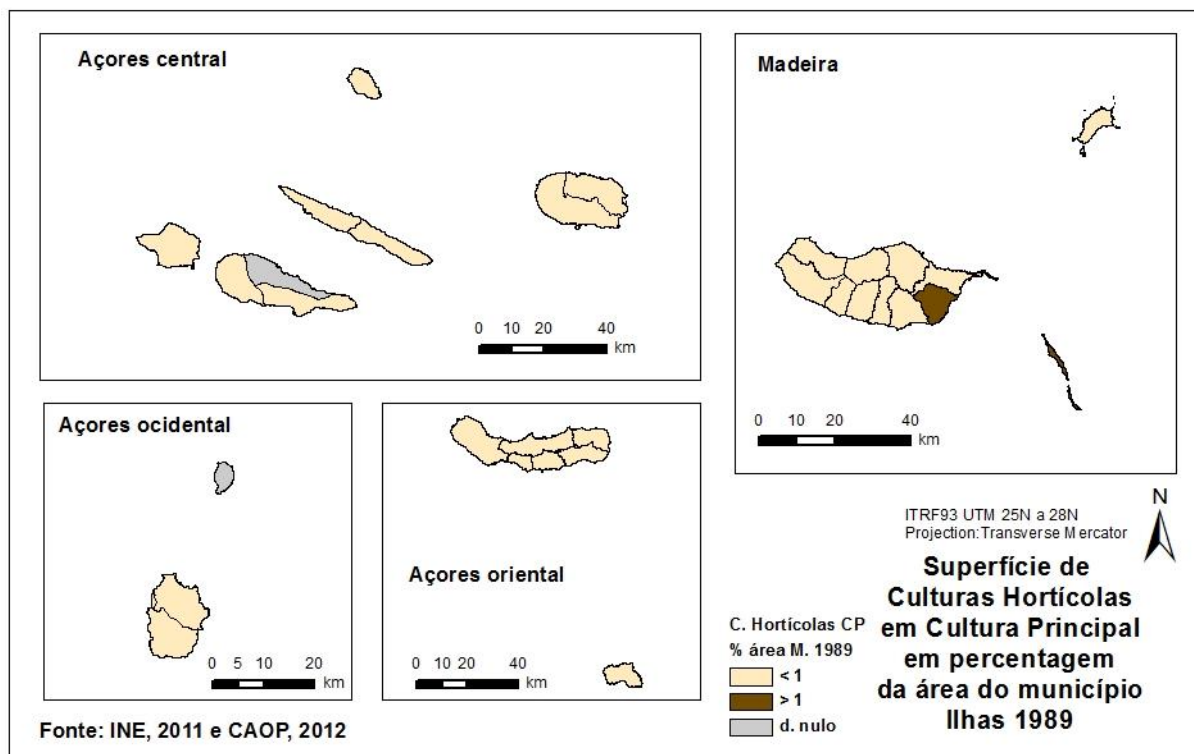


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	42	111	58	26	14	27
% de municípios	15,1%	39,9%	20,9%	9,4%	5,0%	9,7%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				2200,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.12.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas hortícolas em cultura principal apenas ocupa mais de 1% do território do município, em Santa Cruz, região autónoma da Madeira, com 1,8% do território com culturas hortícolas em cultura principal. Nos restantes municípios a superfície de culturas hortícolas em cultura principal é inferior a 1%. Verificamos assim que a superfície de culturas hortícolas em cultura principal nas Ilhas, em 1989, é reduzida.

Figura 6.12.4 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

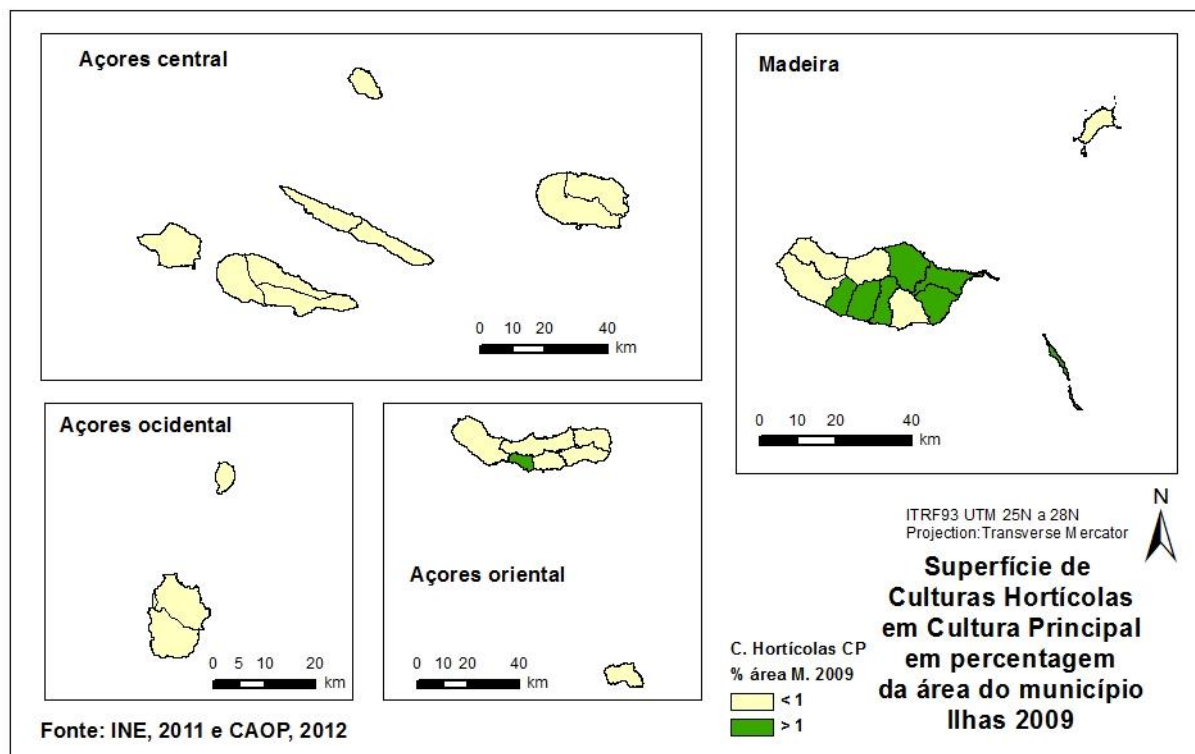


Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	27	1
% de municípios	6,7%	90,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,8
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	2	17	0
% de municípios	10,5%	89,5%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	10	1
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,1	1,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.12.5, referente a 2009, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas hortícolas em cultura principal ocupa mais de 1% do território do município em 7 municípios (23,3%), com o máximo de 2,3% do território com culturas hortícolas em cultura principal no município de Santa Cruz, na região autónoma da Madeira. Nos restantes municípios a superfície de culturas hortícolas em cultura principal é inferior a 1%. Tal como em 1989, verificamos que a superfície de culturas hortícolas nas Ilhas em 2009 continua a ser reduzida, apesar de mais municípios terem uma superfície ocupada com culturas hortícolas em cultura principal maior do que em 2009. É de realçar que, dos sete municípios com superfície de culturas hortícolas em cultura principal superior a 1% em 2009, seis são da região autónoma da Madeira.

Figura 6.12.5 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



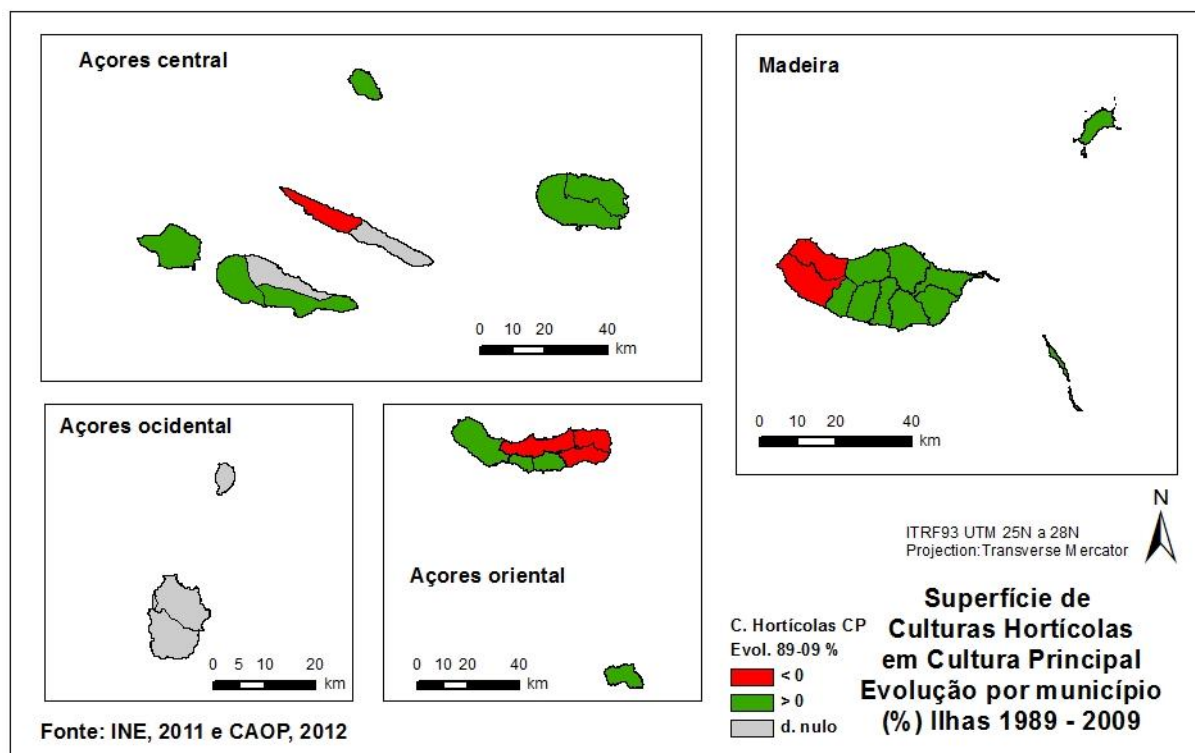
Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	23	7
% de municípios	0,0%	76,7%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	2,3
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	18	1
% de municípios	0,0%	94,7%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,3
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	5	6
% de municípios	0,0%	45,5%	54,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,2	2,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.12.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que, nas Ilhas, a superfície de culturas hortícolas em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em 19 municípios (63,3%) e diminuiu em seis

(20%). Apesar do aumento de superfície verificado estas culturas mantiveram-se marginais em 2009, não tendo significado geográfico.

Figura 6.12.6 Evolução da superfície de culturas hortícolas em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	5	6	19
% de municípios	16,7%	20,0%	63,3%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	1560,0
Região Autónoma dos Açores			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	5	4	10
% de municípios	26,3%	21,1%	52,6%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0	1560,0
Região Autónoma da Madeira			
Classes (%)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	2	9
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%
Valor mín. e máx. (%)		-72,9	644,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas hortícolas em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas hortícolas em cultura principal no Continente diminuiu 19,0%, de 1989 para 2009, representando 55.597ha em 1989 e 45.023ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 68,1%, representando 273ha em 1989 e 459ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 104,5%, representando 494ha em 1989 e 1.010ha em 2009. Verificamos assim a diminuição de culturas hortícolas em cultura principal no Continente e o aumento nas regiões autónoma dos Açores e da Madeira.

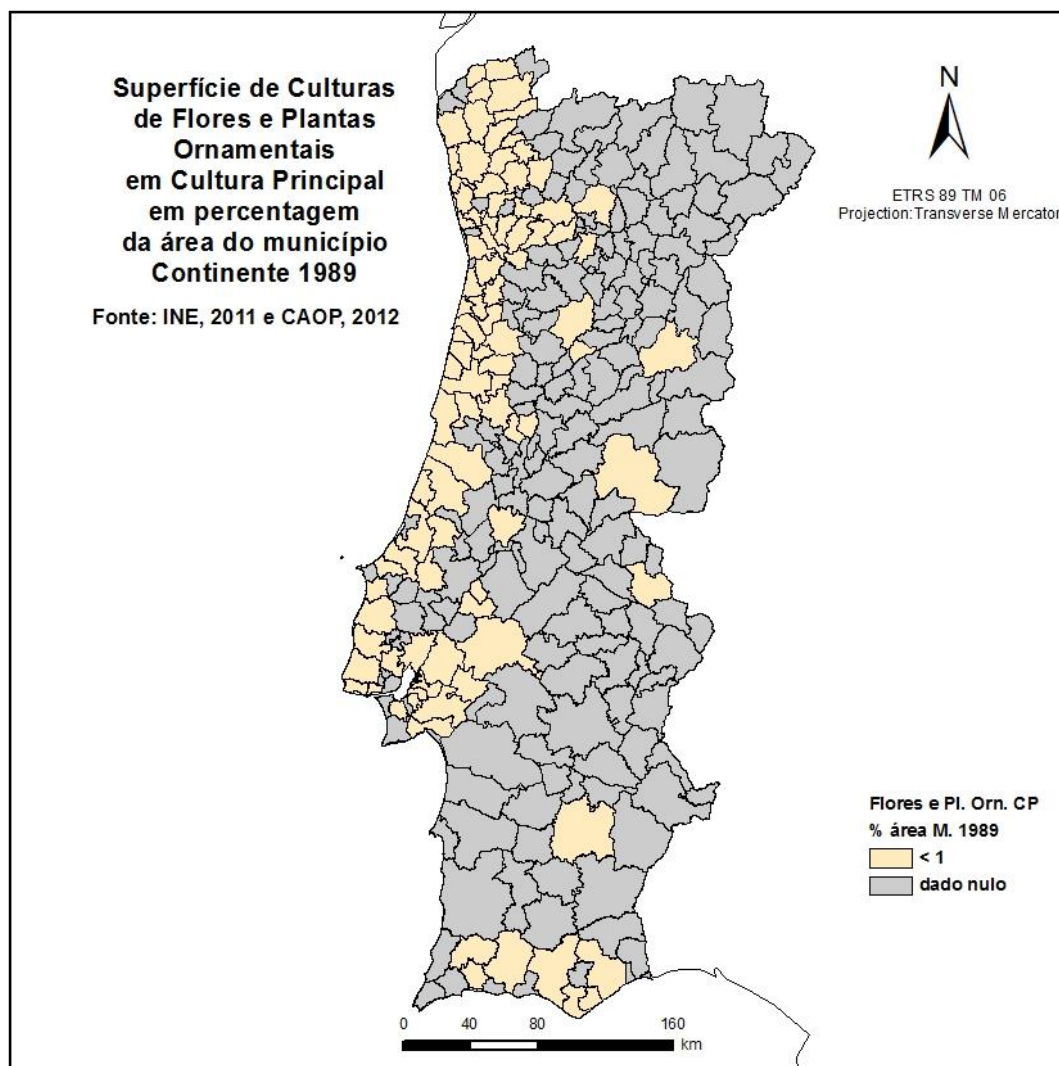
6.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais

As flores e plantas ornamentais são espécies florícolas e outras plantas ornamentais, quer sejam de interior quer de exterior, independentemente de serem ou não utilizadas para a produção de flor ou de folhagem de corte (INE, 2014).

Nas figuras 6.13.1 e 6.13.2 apresenta-se a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.13.1, referente a 1989, podemos verificar que em 93 municípios (33,5%) a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município, com um valor máximo de 0,4% no município de Alcochete, na NUTS III Península de Setúbal, sendo que nos restantes 185 municípios (66,5%) a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula.

Figura 6.13.1 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.



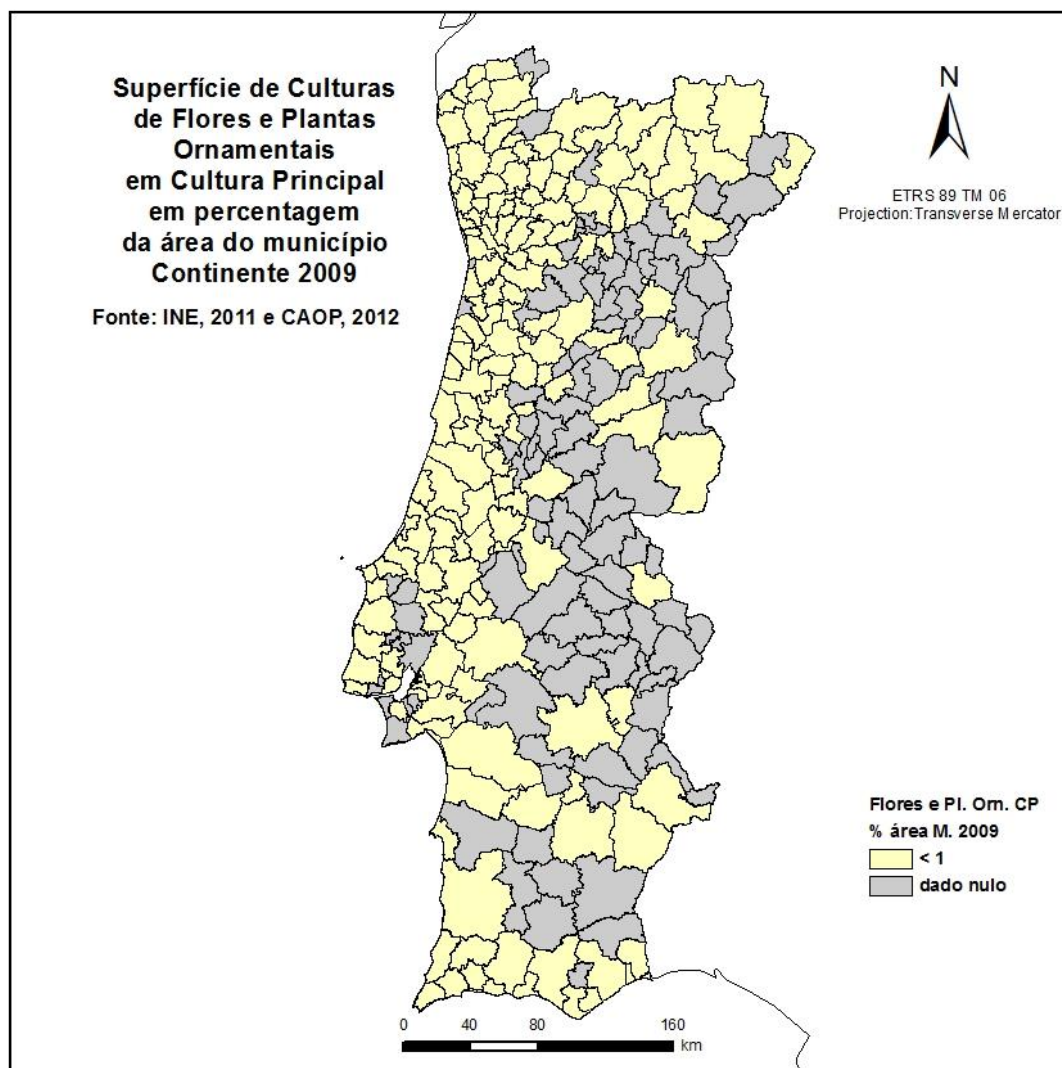
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	185	93
% de municípios	66,5%	33,5%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.13.2, referente a 2009, podemos verificar que em 167 municípios (60,1%) a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município, com um valor máximo de 0,8% no município de Alcochete, na NUTS III Península de Setúbal, sendo que nos restantes 111 municípios (39,9%) a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula.

De 1989 para 2009 observamos um acréscimo dos municípios com superfície ocupada com culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, mas sempre com valores absolutos de superfície inferior a 1%. Assim, concluimos que a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é insignificante no Continente, do ponto de vista geográfico.

Figura 6.13.2 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

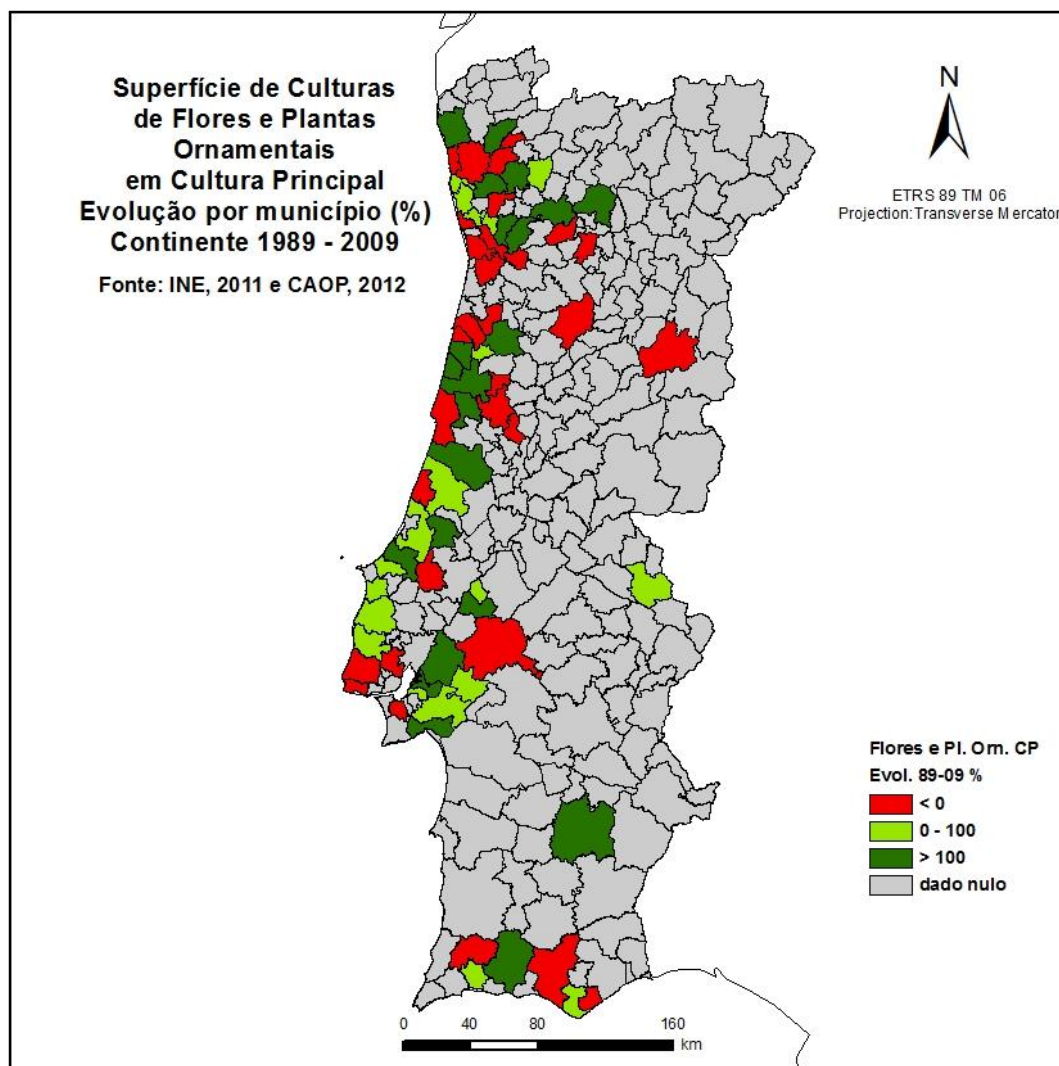


Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	111	167
% de municípios	39,9%	60,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.13.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, por município, em percentagem, em Portugal Continental, de 1989 a 2009. Tendo como facto principal que na maioria dos municípios do Continente a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula, tanto em 1989 como em 2009, verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento de superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em 40 municípios do Continente (14,4%) e houve diminuição em 31 municípios (11,2%), sendo o balanço positivo, em número de municípios. Em todos os municípios com maior superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, de 1989 para 2009, houve decréscimo de superfície com estas culturas. Podemos constatar que os municípios com culturas de flores e plantas ornamentais em 1989 e em 2009 se encontram principalmente em municípios das NUTS III da faixa litoral atlântica, do Minho-Lima até a Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal e Algarve.

Figura 6.13.3 Evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



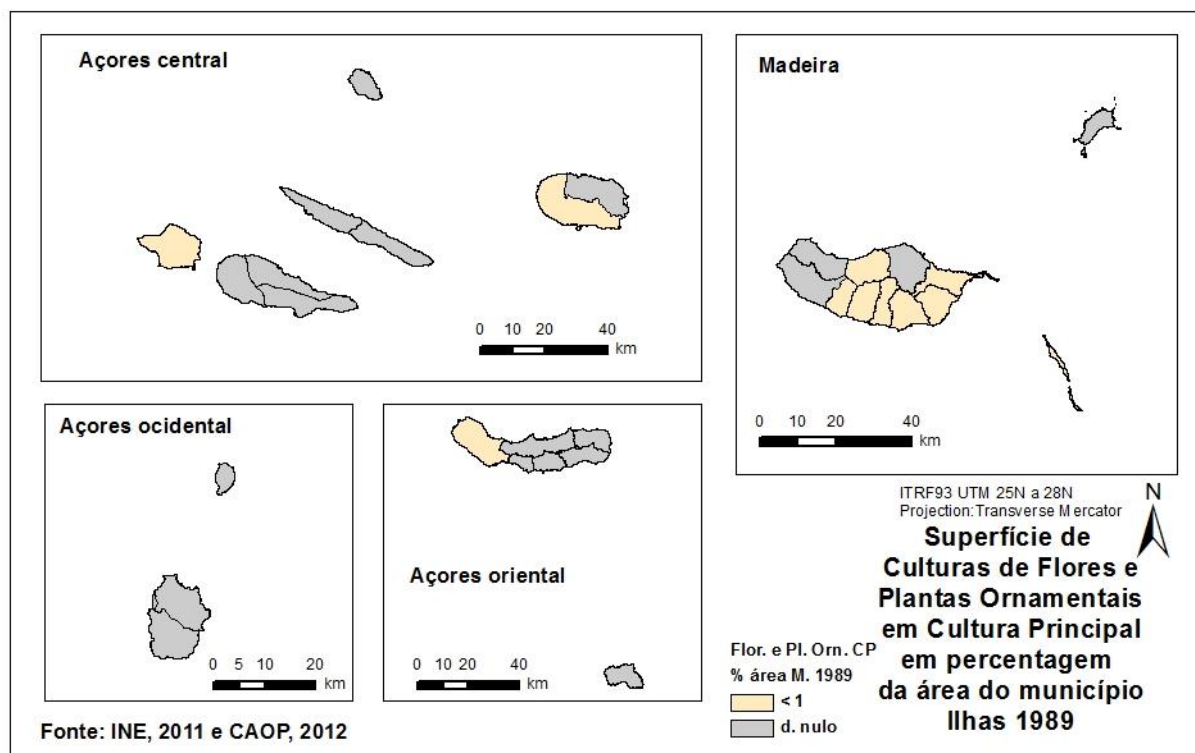
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	207	31	18	22
% de municípios	74,4%	11,2%	6,5%	7,9%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0		4600,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.13.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município em 10 municípios (33,3%), com o máximo de 0,1% do território com culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal no município de Funchal, na região autónoma da Madeira. Nos restantes municípios a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais

em cultura principal é nula. Verificamos que a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais nas Ilhas é extremamente reduzida.

Figura 6.13.4 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

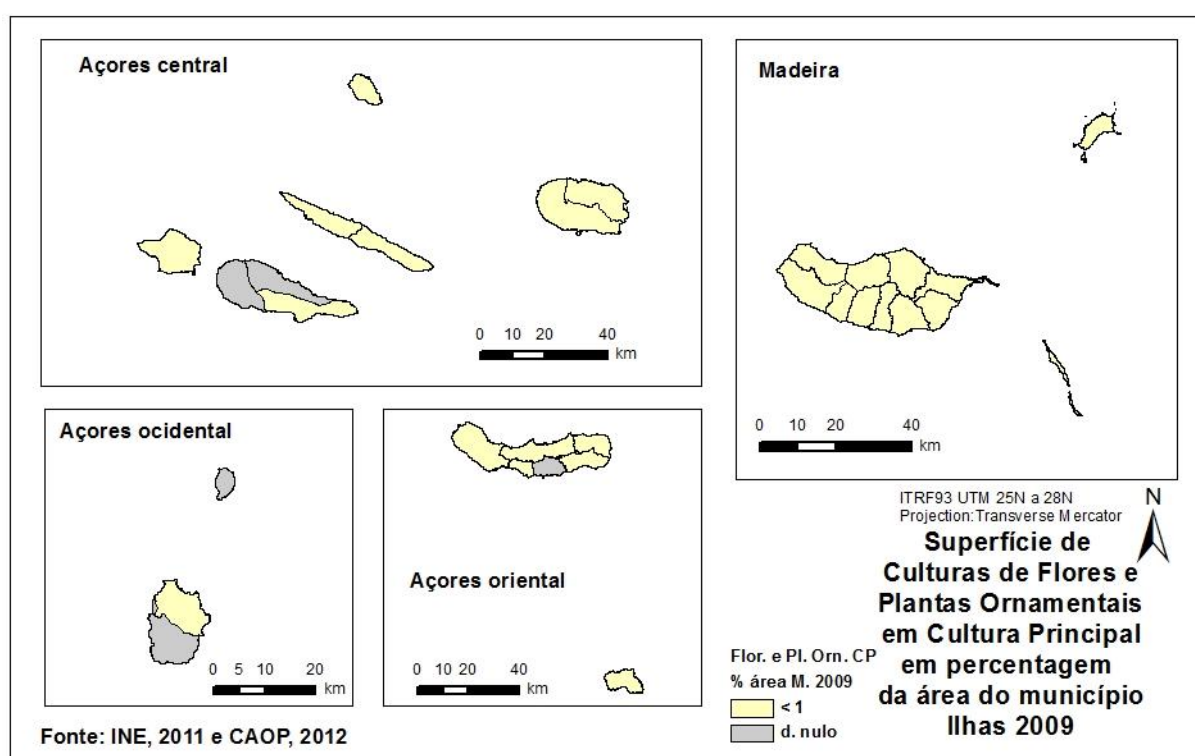


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	20	10
% de municípios	66,7%	33,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	16	3
% de municípios	84,2%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,01
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	4	7
% de municípios	36,4%	63,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.13.5, referente a 2009, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal ocupa menos de 1% do território do município em 25 municípios (83,3%), com o máximo de 0,2% do território com culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal no município de Funchal, na região autónoma da Madeira. Nos restantes municípios a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula. Verificamos que a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais nas Ilhas é extremamente reduzida, tal como em 1989.

Figura 6.13.5 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.

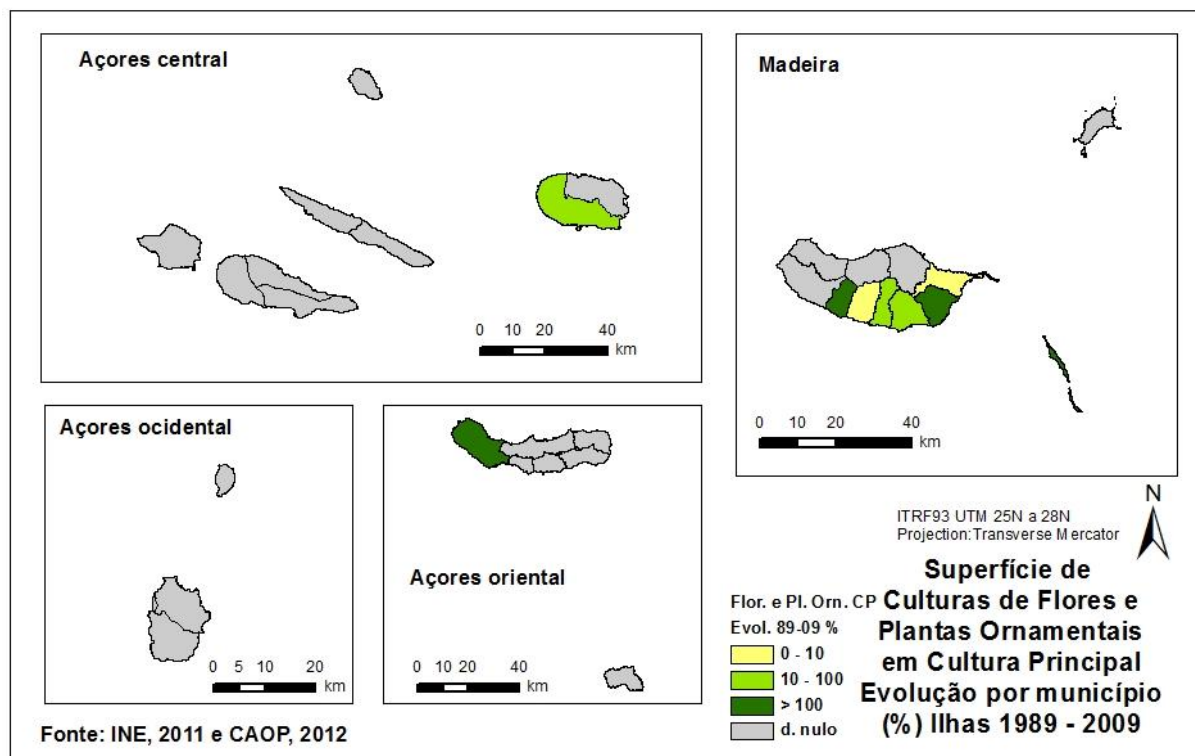


Ilhas		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	5	25
% de municípios	16,7%	83,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2
Região Autónoma dos Açores		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	5	14
% de municípios	26,3%	73,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2
Região Autónoma da Madeira		
Classes (%)	dado nulo	< 1
N.º de municípios	0	11
% de municípios	0,0%	100,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0 – 0,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.13.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que, nas Ilhas, a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em oito municípios (26,7%). Apesar do aumento de superfície verificado nestes municípios estas culturas mantiveram-se marginais, de 1989 para 2009, não tendo qualquer significado geográfico.

Figura 6.13.6 Evolução da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 100	> 100
N.º de municípios	22	2	3	3
% de municípios	73,3%	6,7%	10,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		275,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 100	> 100
N.º de municípios	17	0	1	1
% de municípios	89,4%		5,3%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)			100,0	133,3
Região autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 100	> 100
N.º de municípios	5	2	2	2
% de municípios	45,4%	18,2%	18,2%	18,2%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		275,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal no Continente aumentou 149,6%, de 1989 para 2009, representando 611ha em 1989 e 1.525ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 433,3%, representando 12ha em 1989 e 64ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 134,8%, representando 23ha em 1989 e 54ha em 2009. Verificamos assim o aumento de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal em todas as NUTS I. Apesar dos elevados aumentos percentuais registados realça-se, no entanto, o diminuto valor absoluto da superfície destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões.

6.14 Superfície de culturas para alimentação animal

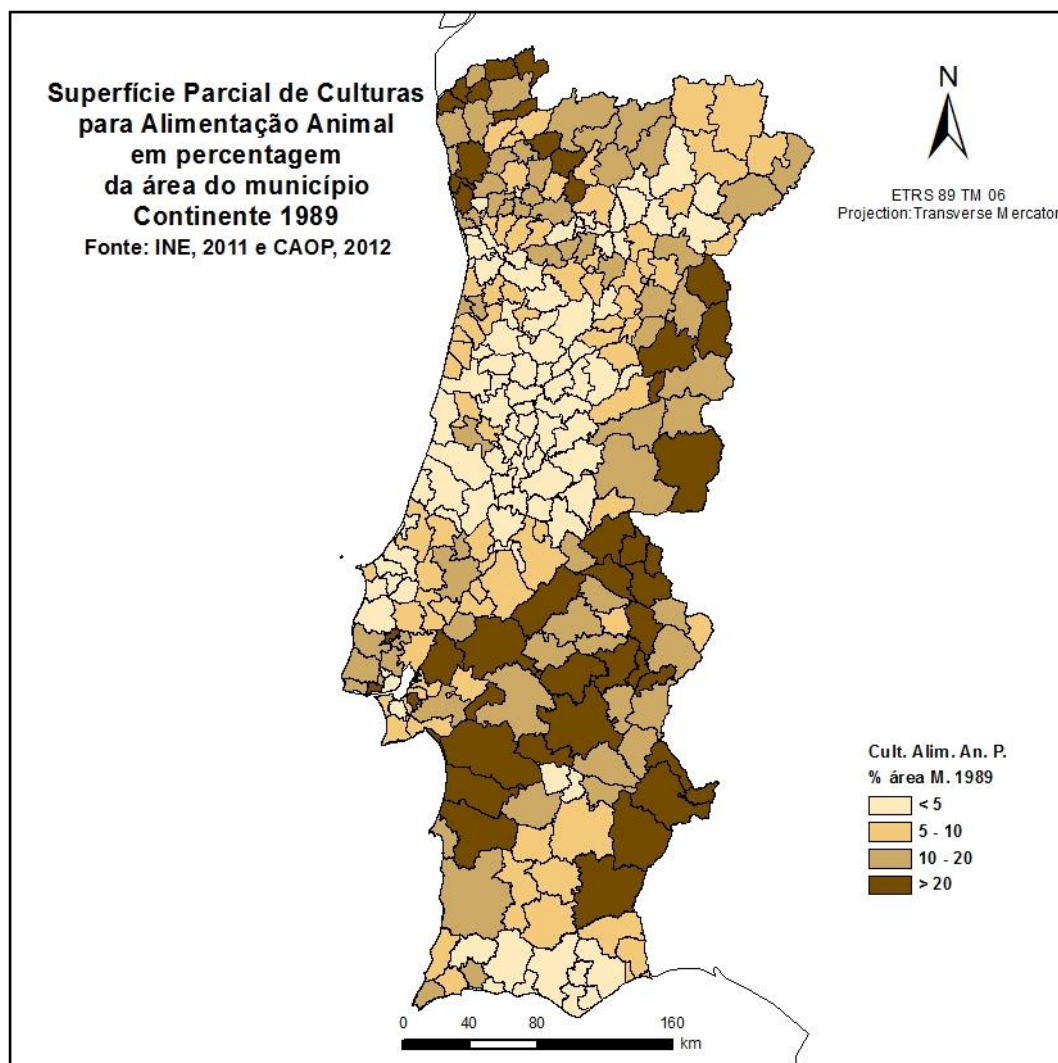
A superfície de culturas para alimentação animal contabilizada aqui é constituída pela soma das superfícies de: (a) prados e pastagens permanentes total, (b) prados temporários em cultura principal, (c) prados temporários em cultura secundária sob coberto de culturas permanentes, (d) culturas forrageiras em cultura principal e (e) culturas forrageiras em cultura secundária sob coberto de culturas permanentes. Os prados temporários e as culturas forrageiras em cultura secundária, cultivados em cultura sucessiva, foram excluídos desta contabilização por serem cultivados em superfície que já foi contabilizada noutras utilizações. Portanto, a superfície de culturas para alimentação animal aqui contabilizada representa a superfície efetiva do território utilizado para este uso. Ao contabilizar as superfícies em culturas sucessivas estaríamos a sobreavaliar a superfície territorial ocupada por este tipo utilização.

Nas figuras 6.14.1 e 6.14.2 apresenta-se a superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 6.14.1, referente a 1989, podemos verificar que em 43 municípios (15,5%) a superfície de culturas para alimentação animal ocupa mais de 20% do território do município, com um valor máximo de 61,5% nos municípios de Melgaço e de Barrancos, nas NUTS III Minho-Lima e Baixo Alentejo, respetivamente. A quase totalidade dos municípios com mais de 20% de área ocupada por culturas para alimentação animal encontram-se nas

NUTS III: Minho-Lima, na região Norte; Beira Interior Norte, na região Centro e na Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, abrangendo, na maioria, municípios contíguos, com superfície de culturas para alimentação animal maior que 10%. A superfície de culturas para alimentação animal é menor que 5% da superfície do município em 93 municípios (33,4%), sendo que em 20 municípios (7,2%) a superfície de culturas para alimentação animal é inferior a 1%, com um valor mínimo inferior a 0,1% em seis municípios. Os municípios com superfície de culturas para alimentação animal inferior a 5% da superfície do município encontram-se sobretudo nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Oeste, na região Centro e região Algarve.

Figura 6.14.1 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 1989.

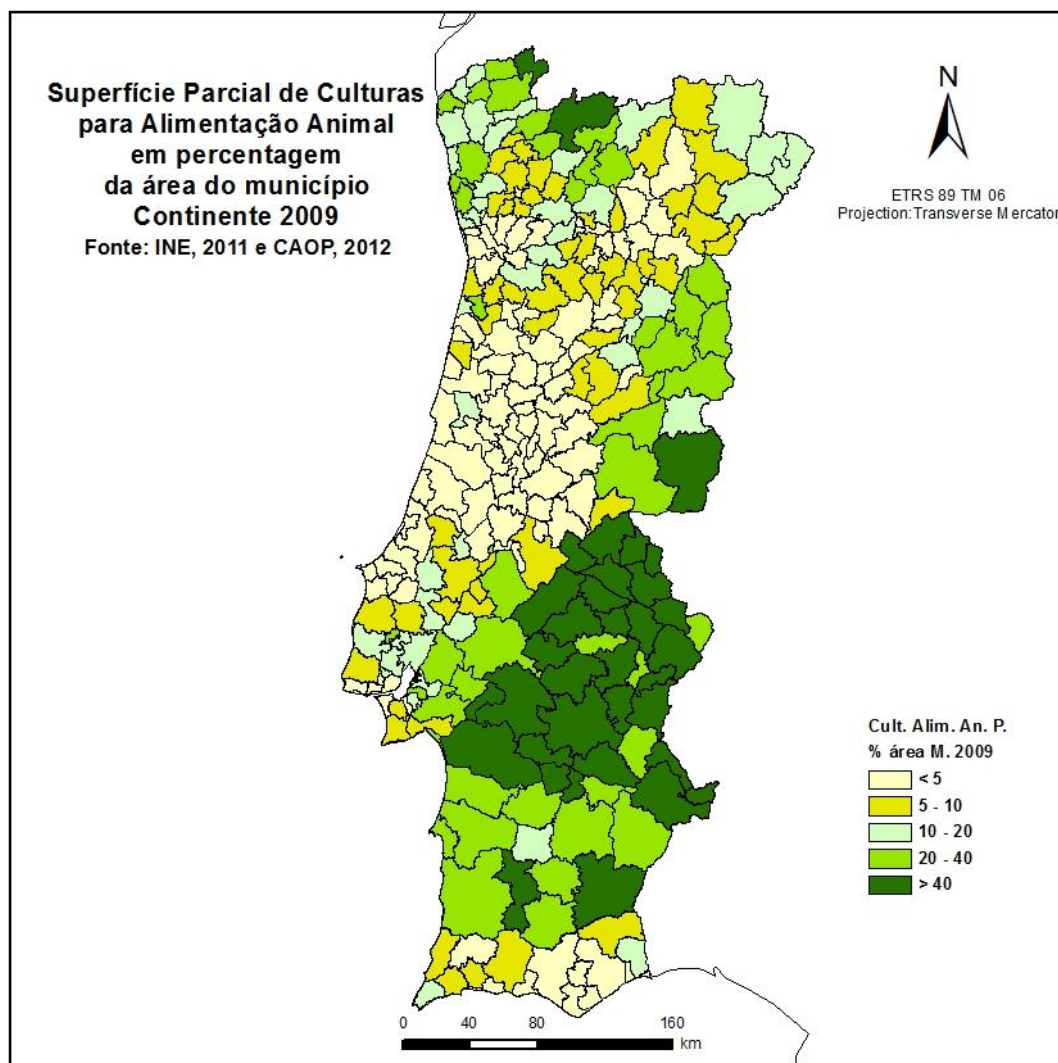


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	93	75	66	44
% de municípios	0,0%	33,4%	27,0%	23,8%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			61,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.14.2, referente a 2009, podemos verificar que em 35 municípios (12,6%) a superfície de culturas para alimentação animal ocupa mais de 40% do território do município, sendo que em 79 municípios (28,4%) a superfície de culturas para alimentação animal é superior a 20%, com um valor máximo de 90,8% no município de Viana do Alentejo, na NUTS III Alentejo Central. A quase totalidade dos municípios com mais de 40% de área ocupada por culturas para alimentação animal encontram-se nas NUTS III: Alto Alentejo e Alentejo Central, na região Alentejo, abrangendo na maioria municípios contíguos. Analisando os municípios com superfície de culturas para alimentação animal superior a 20% verificamos que se concentram em três núcleos de municípios na região Norte, pertencentes a várias NUTS III, correspondendo, na maioria, a zonas orograficamente mais elevadas e numa zona continua correspondendo às NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, na região Centro e em toda a região Alentejo. Relativamente a 1989 verificamos um aumento substancial de municípios, de 43 para 79, com superfície de culturas para alimentação animal superior a 20%. A superfície de culturas para alimentação animal é menor que 5% da superfície do município em 99 municípios (35,6%), sendo que em 18 municípios (6,5%), a superfície de culturas para alimentação animal é inferior a 1%, formando 10 deles um núcleo nas NUTS III Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro. Os municípios com superfície de culturas para alimentação animal inferior a 5% da superfície do município encontram-se apenas nas regiões Norte, Centro e Algarve, a maioria em municípios contíguos, destacando-se as NUTS III: Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo e Oeste, na região Centro, e região Algarve.

Figura 6.14.2 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Continental em 2009.

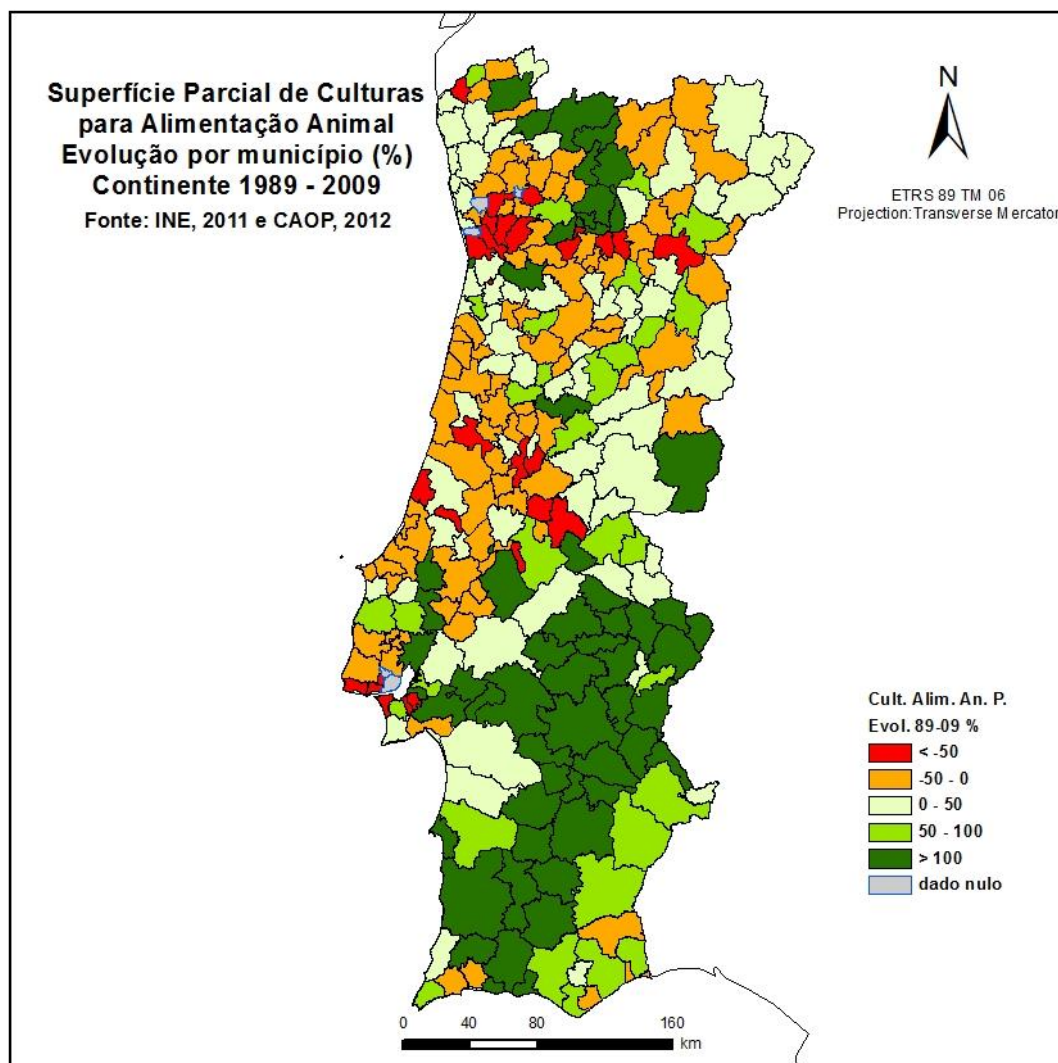


Classes (%)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	99	58	42	44	35
% de municípios	0,0%	35,6%	20,9%	15,1%	15,8%	12,6%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				90,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.14.3 apresenta-se a evolução da superfície de culturas para alimentação animal, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de culturas para alimentação animal em 56,8% dos municípios do Continente (158). O aumento foi muito acentuado (classe de superfície maior que 100%) em 20,9% dos municípios (58), acentuada (classe entre 50% e 100%) em 11,1% dos municípios (31) e ligeiro a moderadamente acentuado (classe entre 0% e 50%) em 69 dos municípios (24,8%). Os municípios em que se verificaram maiores acréscimos de superfície encontram-se num núcleo de municípios na zona central da região Norte, nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro e uma vasta zona contínua abrangendo parte das regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, nas NUTS III Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Houve decréscimo da superfície de culturas para alimentação animal em 115 municípios (41,4%), a grande maioria nas regiões Norte e Centro, em municípios mais ou menos contíguos, em dois grupos. Um, na maioria na região Norte, com municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Douro, Tâmega, Ave, Grande Porto e Dão-Lafões e outro, principalmente na região Centro, integrando municípios das NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo. Saliente-se que muitos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas para alimentação animal coincidem com aqueles em que houve os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente nas NUTS III Alto Alentejo e Alentejo Central.

Figura 6.14.3 Evolução da superfície de culturas para alimentação animal por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



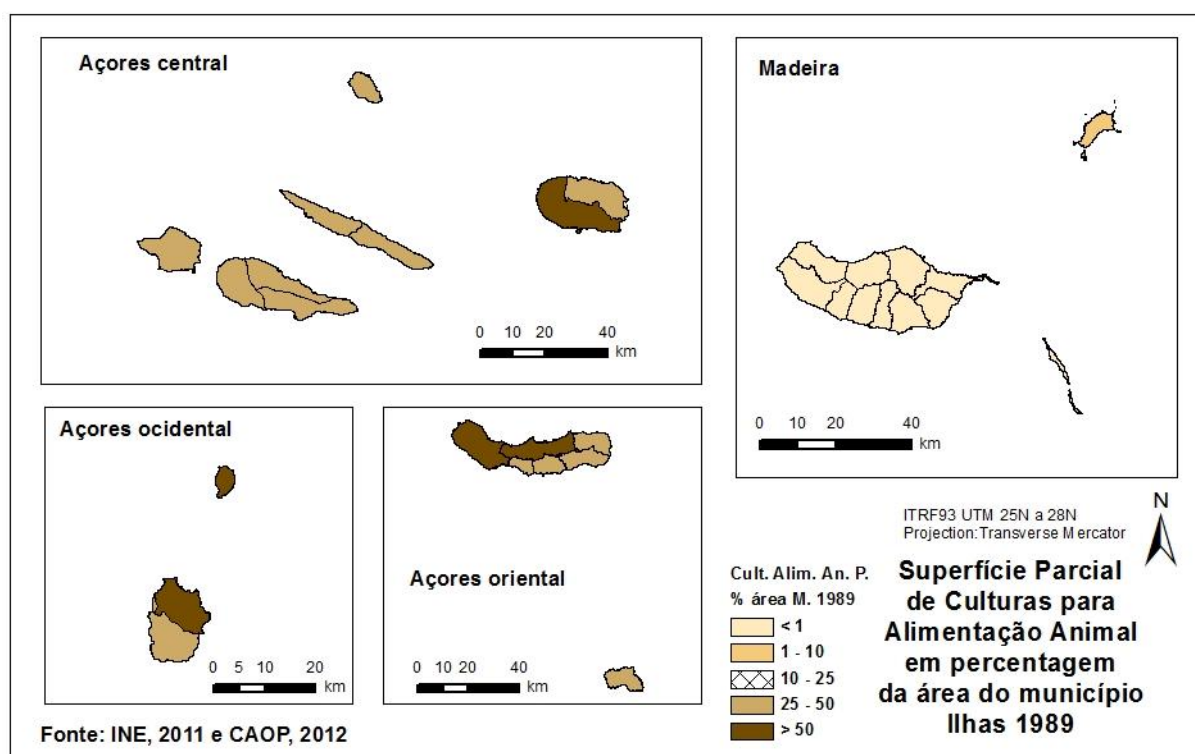
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	5	28	88	68	31	58
% de municípios	1,8%	10,1%	31,6%	24,5%	11,1%	20,9%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0				7566,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.14.4, referente a 1989, podemos verificar que, nas Ilhas, a superfície de culturas para alimentação animal apresenta realidades extremamente diferenciadas entre as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Na região autónoma dos Açores em cinco municípios a superfície ocupada por culturas para alimentação animal é superior a 50% do território do município e nos restantes municípios a superfície ocupada por culturas para alimentação animal varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando uma

importância muito grande desta utilização do solo, sendo as culturas para alimentação animal modeladores da paisagem em todas as ilhas da região autónoma dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente da região autónoma dos Açores. Naquele arquipélago a superfície de culturas para alimentação animal é menor que 1% da superfície do município, com exceção de um município.

Figura 6.14.4 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas em 1989.

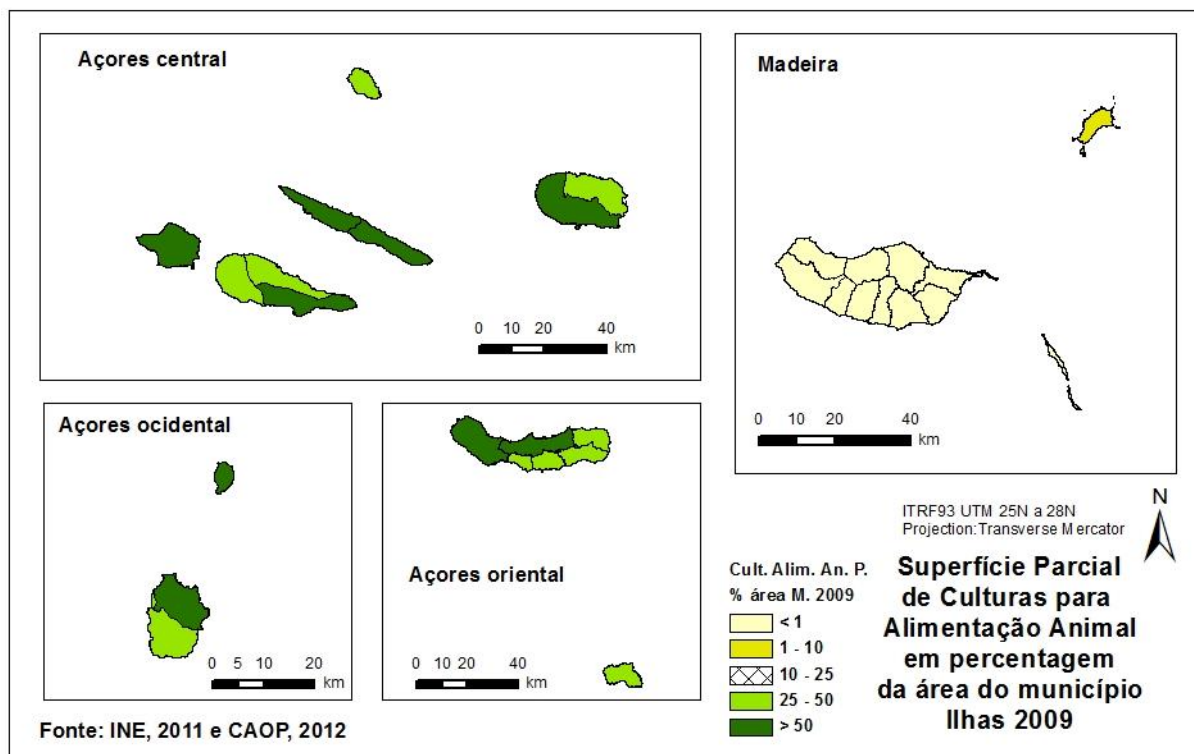


Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	14	5
% de municípios	0,0%	33,3%	3,3%	0,0%	46,7%	16,7%
Valor mín. e máx. (%)		0,0				85,4
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	0	0	14	5
% de municípios	0,0%				73,7%	26,3%
Valor mín. e máx. (%)					28,2	85,4
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,0	7,2			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 6.14.5, referente a 2009, podemos verificar, tal como em 1989, que nas Ilhas a superfície de culturas para alimentação animal apresenta realidades extremamente diferenciadas entre as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Na região autónoma dos Açores em nove municípios a superfície ocupada por culturas para alimentação animal é superior a 50% do território do município e nas restantes a superfície ocupada por culturas para alimentação animal varia entre 25 e 50% da superfície do município, mostrando que esta utilização do solo continua com uma importância muito grande, continuando as culturas para alimentação animal a definir a identidade paisagística em todas as ilhas da região autónoma dos Açores. Na região autónoma da Madeira a realidade é completamente diferente da região autónoma dos Açores. Naquela região autónoma a superfície de culturas para alimentação animal, com exceção de um município, tal como em 1989, continua a ser menor que 1% da superfície do município.

Figura 6.14.5 Superfície de culturas para alimentação animal em percentagem da área do município, em Portugal Ilhas 2009.



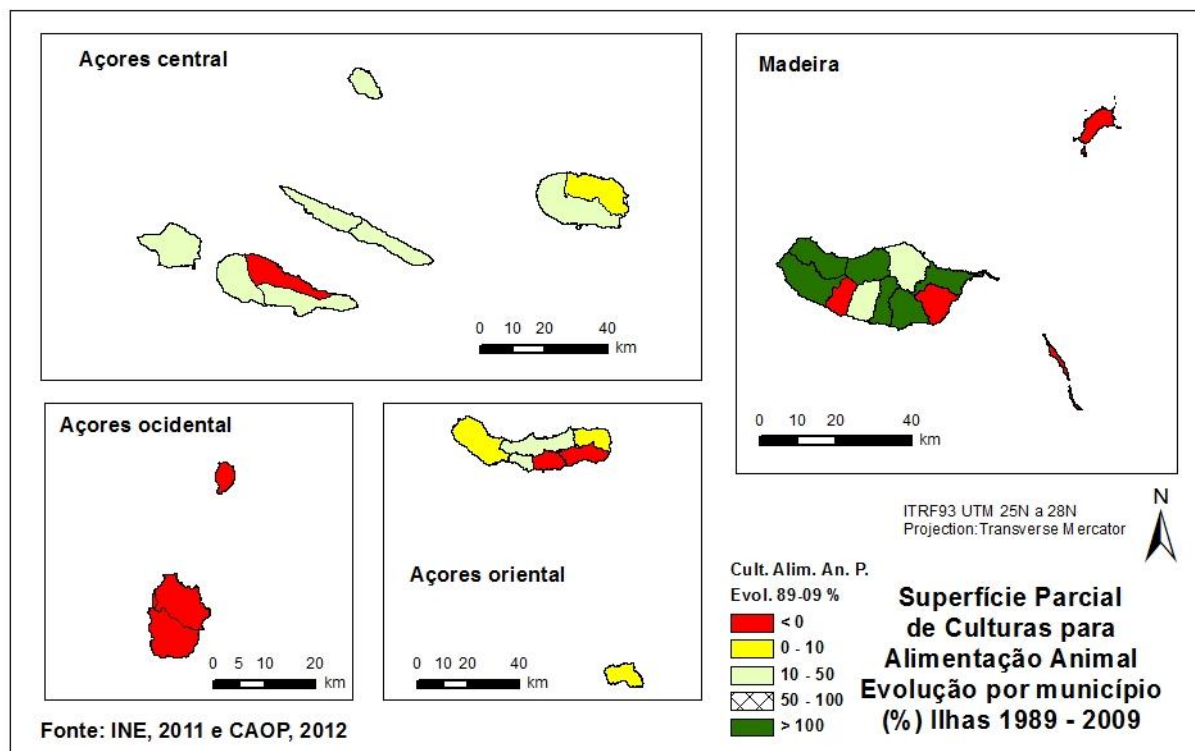
Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	10	9
% de municípios	0,0%	33,3%	3,3%	0,0%	33,3%	30,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,2				83,4
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0				10	9
% de municípios	0,0%				52,6%	47,4%
Valor mín. e máx. (%)					27,1	83,4
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 10	10 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	10	1	0	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%			
Valor mín. e máx. (%)		0,2	5,2			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 6.14.6 podemos observar a evolução da superfície de culturas para alimentação animal por município, em percentagem da superfície do município, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de culturas para alimentação animal, de 1989 para 2009, diminuiu em seis dos 19 municípios (31,6%), aumentou ligeiramente em quatro municípios (0 – 10%) e aumentou moderadamente em dez municípios (10 – 50%). Na região autónoma da Madeira verificou-se aumento muito acentuado (> 100%) de superfície de culturas para alimentação animal em seis municípios e decréscimo em três municípios. Na medida em que as superfícies de culturas para alimentação animal na região autónoma da Madeira são muito baixas (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

Figura 6.14.6 Evolução da superfície de culturas para alimentação animal por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	9	4	11	0	6
% de municípios	0,0%	30,0%	13,3%	36,7%	0,0%	20,0%
Valor mín. e máx. (%)		-57,7				1167,7
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	6	4	9	0	0
% de municípios	0,0%	31,5%	21,1%	47,4%		
Valor mín. e máx. (%)		-20,1		32,9		
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	3	0	2	0	6
% de municípios	0,0%	27,3%		18,2%		54,5%
Valor mín. e máx. (%)		-57,7				1167,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície de culturas para alimentação animal ao nível das NUTS I verificamos que a superfície parcial de culturas para alimentação animal no Continente aumentou 81,4%, de 1989 para 2009, representando 1.161.331ha em 1989 e 2.106.212ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 9,0%, representando 106.599ha em 1989 e 116.186ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 10,2%, representando 531ha em 1989 e 585ha em 2009. Verificamos assim que o aumento de superfície de culturas para alimentação animal foi generalizado em todas as NUTS I. No entanto, no Continente o aumento de superfície de culturas para alimentação animal foi muito mais acentuado que na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, onde foi moderado.

7. Mudanças na estrutura das explorações agrícolas

7. Mudanças na estrutura das explorações agrícolas

O conceito de exploração agrícola, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, corresponde a uma unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável (INE, 2014).

A superfície da exploração agrícola é constituída pelo conjunto: superfície agrícola utilizada (SAU) em terras livres de matas e florestas; superfície agrícola utilizada (SAU) sob-coberto de matas e florestas; superfície agrícola não utilizada; área de matas e florestas sem culturas sob-coberto e outras áreas da exploração agrícola que não se enquadram nas categorias anteriores (INE, 2014).

7.1 Número de explorações agrícolas

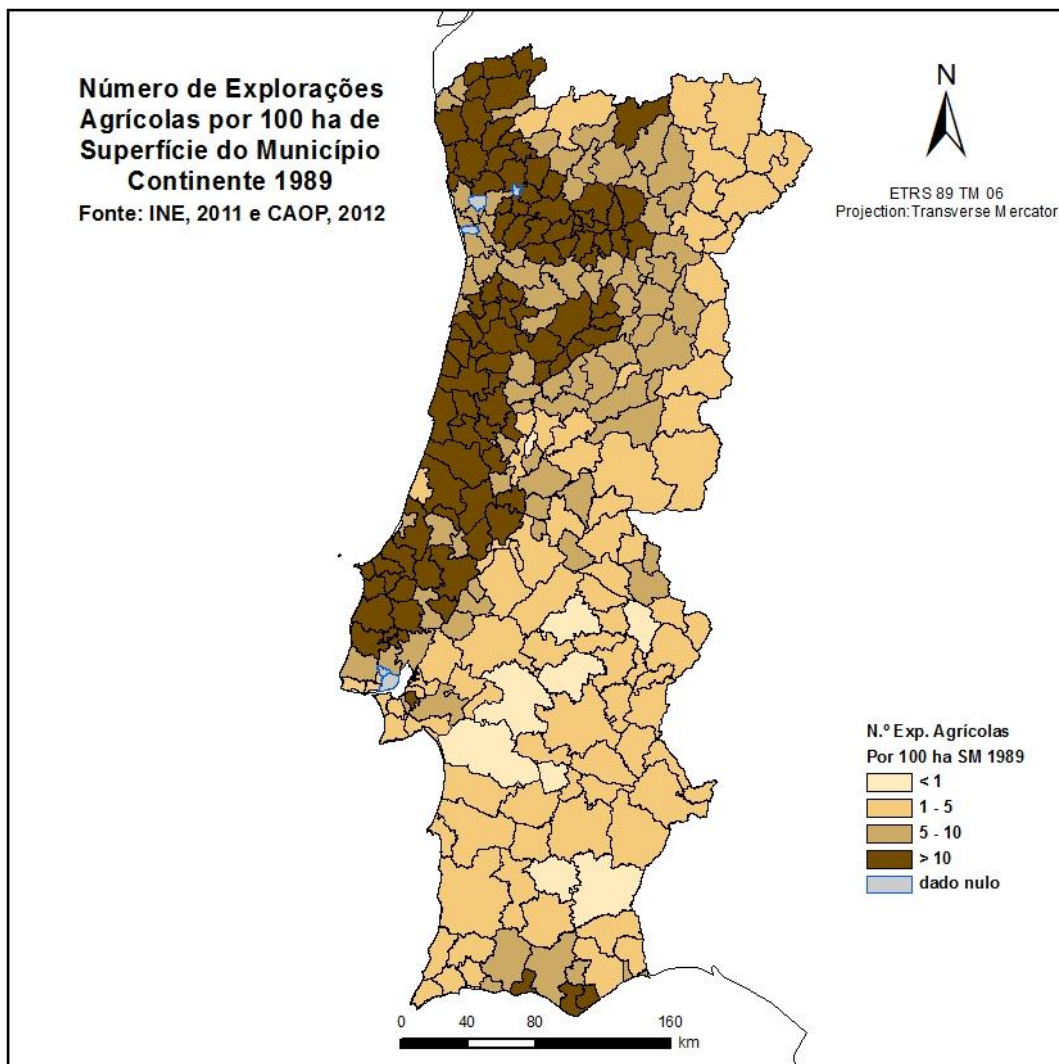
O número de explorações agrícolas em 1989 e em 2009 e a sua evolução de 1989 para 2009 é caracterizado aqui pelo número de explorações por 100ha de superfície do município (SM) e por 100ha de superfície das explorações agrícolas (SEA).

Nas figuras 7.1.1.1 e 7.1.1.2 apresenta-se o número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município e por 100ha de superfície das explorações agrícolas, respetivamente, em Portugal Continental, em 1989.

Pela análise da figura 7.1.1.1, relativa a 1989, podemos verificar que em 96 municípios (34,5%) há mais de dez explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, com um valor máximo de 31,6 explorações no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de dez explorações agrícolas por 100ha encontram-se em

municípios contíguos, nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e parte do Douro, na Região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste, parte do Médio Tejo, na região Centro e parte da Lezíria do Tejo na região Alentejo. O número de explorações agrícolas por 100ha está na classe entre cinco e dez, em 80 municípios (28,8%), sobretudo em municípios envolventes às NUTS III atrás referidas, nas regiões Norte e Centro. O número de explorações agrícolas por 100ha é inferior a uma, em nove municípios (3,2%), com um valor mínimo de 0,5 no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. A quase totalidade dos municípios com menos de uma exploração agrícola por 100ha encontram-se em municípios na região Alentejo.

Figura 7.1.1.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.

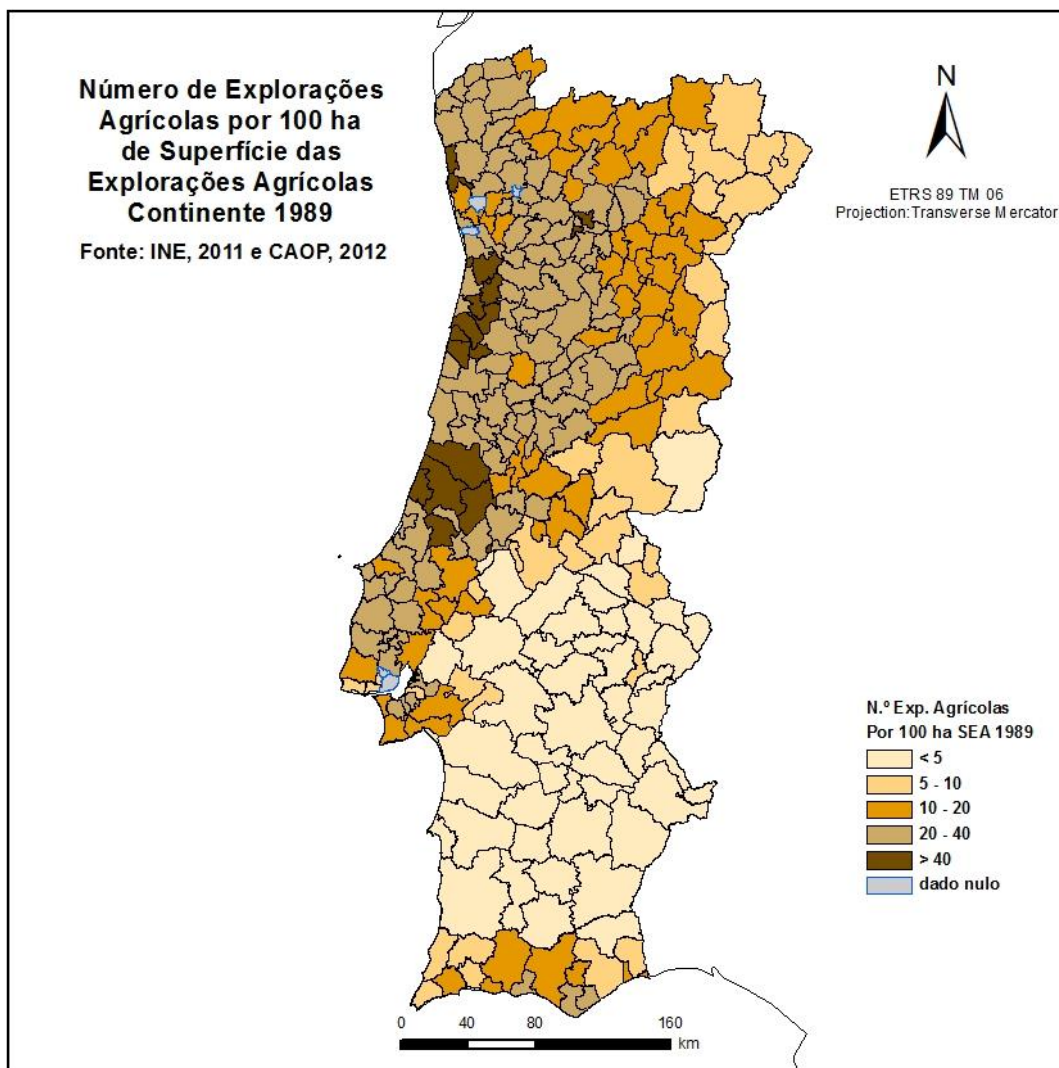


Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	9	88	80	96
% de municípios	1,8%	3,2%	31,7%	28,8%	34,5%
Valor mín. e máx. (N.º de explorações por 100 ha)		0,5			31,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.1.2, relativa a 1989, podemos verificar que em 20 municípios (7,2%) existem mais de 40 explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um valor máximo de 64,3 explorações agrícolas por 100ha no município de Espinho, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 40 explorações agrícolas por 100ha encontram-se em municípios contíguos, em dois núcleos, um nas NUTS III Entre Douro e Vouga e Baixo Vouga e outro na NUTS III Pinhal Litoral. Analisando os municípios com mais de 20 explorações agrícolas por 100ha verificamos que constituem, na maioria, os municípios contíguos das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e parte do Douro, na Região Norte; das NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Oeste e parte do Médio Tejo, na região Centro. O número de explorações agrícolas por 100ha é inferior a cinco, em 47 municípios (16,9%), com um valor mínimo de 0,6 no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. A quase totalidade dos municípios com menos de cinco exploração agrícola por 100ha corresponde às NUTS III da região Alentejo.

Figura 7.1.1.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 1989.



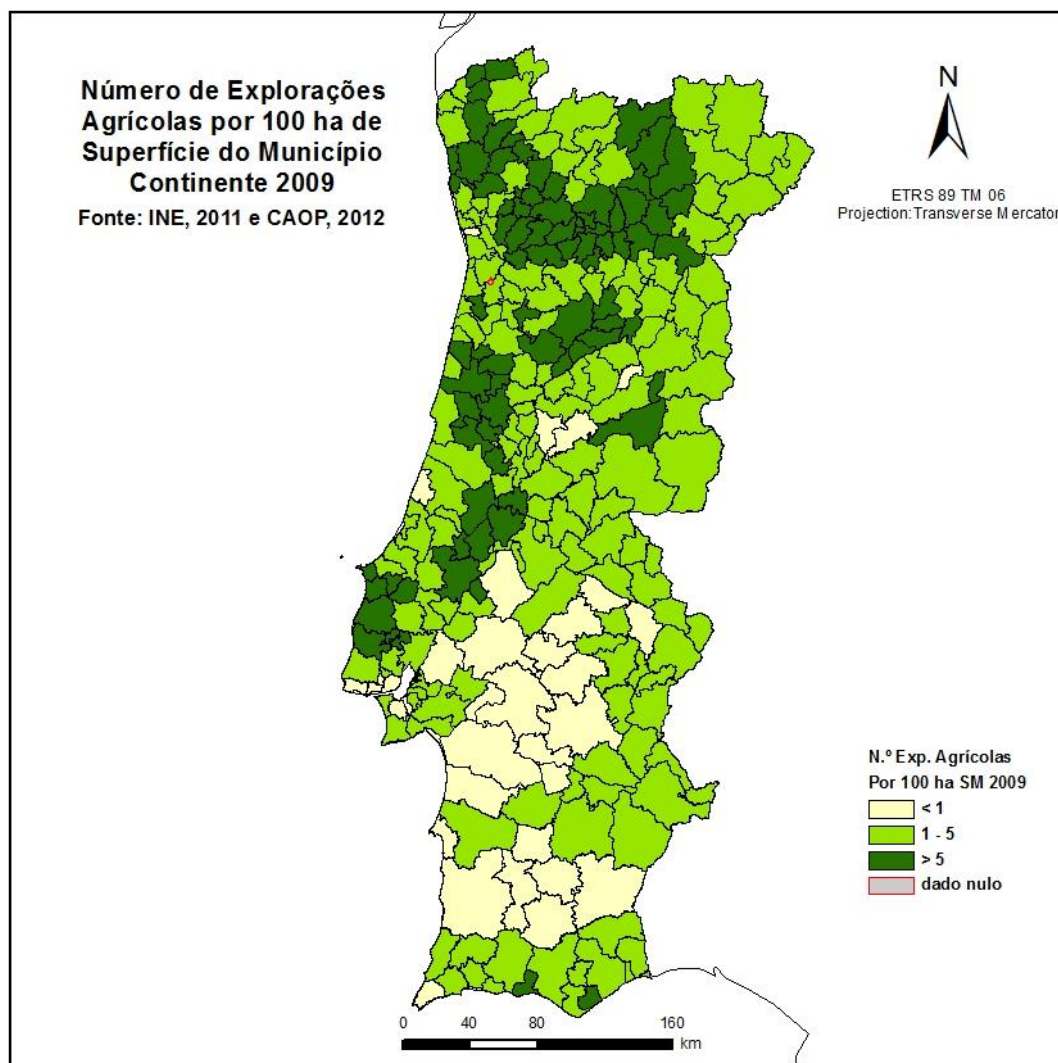
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	47	34	61	111	20
% de municípios	1,8%	16,9%	12,2%	22,0%	39,9%	7,2%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		0,6				64,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 7.1.2.1 e 7.1.2.2 apresenta-se o número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município (SM) e por 100ha de superfície das explorações agrícolas (SEA), respetivamente, em Portugal Continental em 2009.

Pela análise da figura 7.1.2.1, relativa a 2009, podemos verificar que em 83 municípios (29,9%) há mais de cinco explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, com um valor máximo de 18,4 explorações no município de Santa Marta de Penaguião, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de cinco explorações agrícolas por 100ha encontram-se em núcleos de municípios contíguos, nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Douro e Alto-Trás-os-Montes, na Região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; Lezíria do Tejo, na região Alentejo e Algarve. O número de explorações agrícolas por 100ha é inferior a um, em 34 municípios (12,2%), com um valor mínimo de 0,06 no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. A quase totalidade dos municípios com menos de uma exploração agrícola por 100ha encontram-se em municípios da região Alentejo.

Figura 7.1.2.1 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.



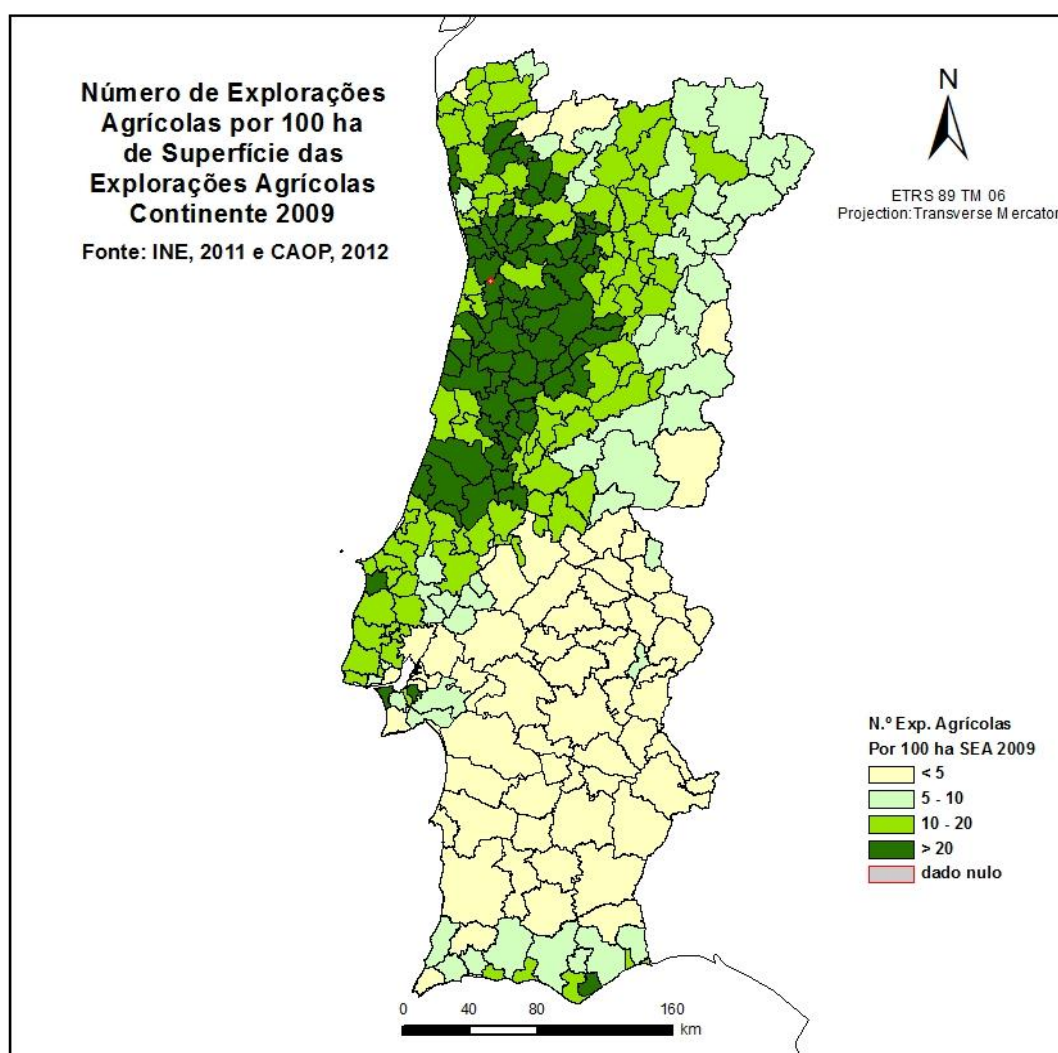
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	34	160	83
% de municípios	0,4%	12,2%	57,5%	29,9%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		0,06		18,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.2.2, relativa a 2009, podemos verificar que em 73 municípios (26,2%) há mais de 20 explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um valor máximo de 37,8 explorações agrícolas por 100ha no município de Espinho, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 20 explorações agrícolas por 100ha encontram-se em municípios contíguos, a maioria nas NUTS III Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Pinhal

Interior Norte, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro. Analisando os municípios com mais de 10 explorações agrícolas por 100ha verificamos que constituem, na maioria, municípios contíguos e envolventes, pertencentes às NUTS III referidas e outras NUTS na continuidade das anteriores. O número de explorações agrícolas por 100ha é inferior a cinco, em 63 municípios (22,7%), com um valor mínimo de 0,7 no município de Arraiolos, na NUTS III Alentejo Central. A quase totalidade dos municípios com menos de cinco explorações agrícolas por 100ha corresponde às NUTS III da região Alentejo.

Figura 7.1.2.2. Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 2009.

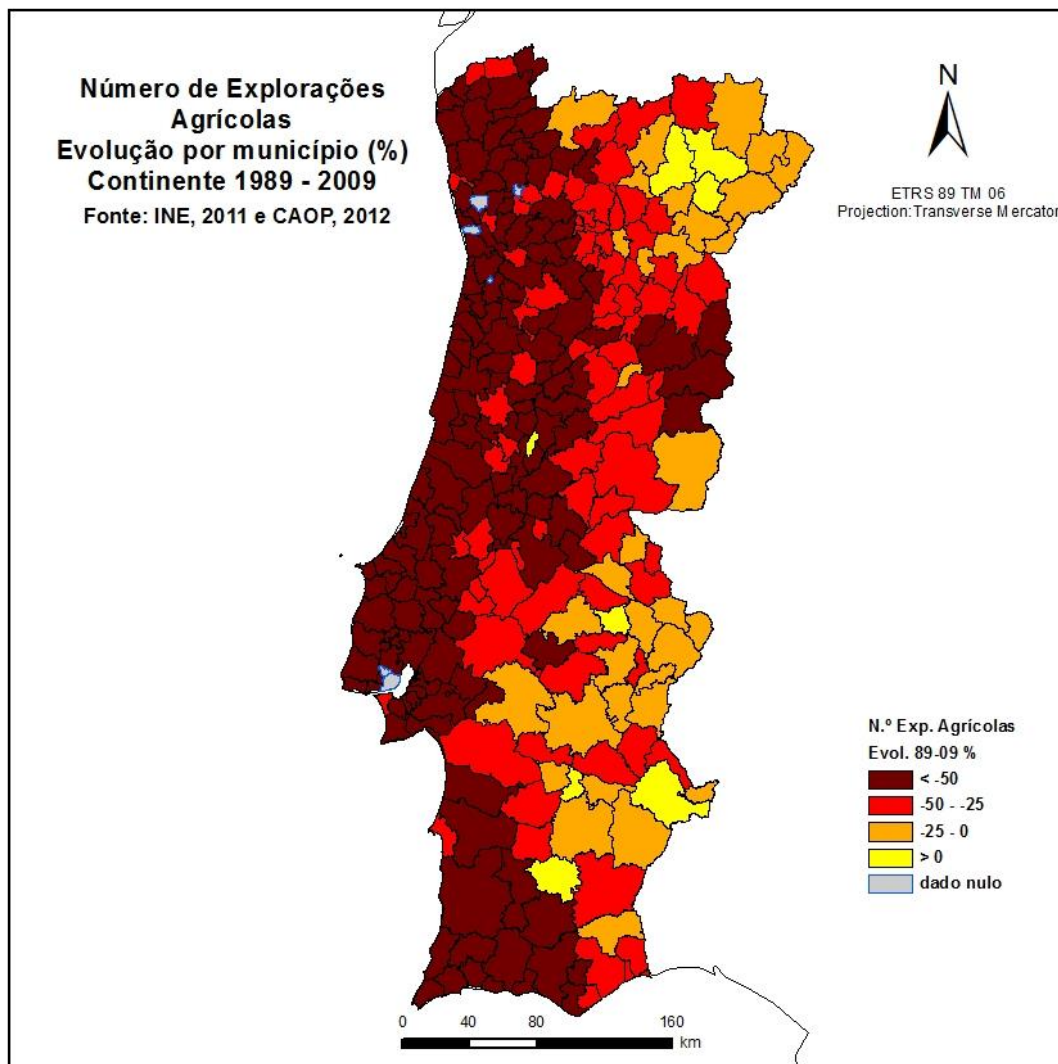


Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	63	48	93	73
% de municípios	0,4%	22,7%	17,3%	33,4%	26,2%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		0,7			38,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.3 podemos verificar que apenas em 8 municípios (2,9%) o número de explorações agrícolas por município aumentou de 1989 para 2009, com um valor máximo de 13,3% de explorações agrícolas no município de Castanheira de Pera, na NUTS III Pinhal Interior Norte. Na quase totalidade dos municípios do Continente houve diminuição do número de explorações agrícolas. Verificamos a diminuição mais acentuada de explorações agrícolas (< -50%) nos municípios mais próximos do litoral, de norte a sul e a diminuição menos acentuada (-25% – 0 %) e aumento de explorações agrícolas, de 1989 a 2009, em municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Figura 7.1.3. Evolução do número de explorações agrícolas, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



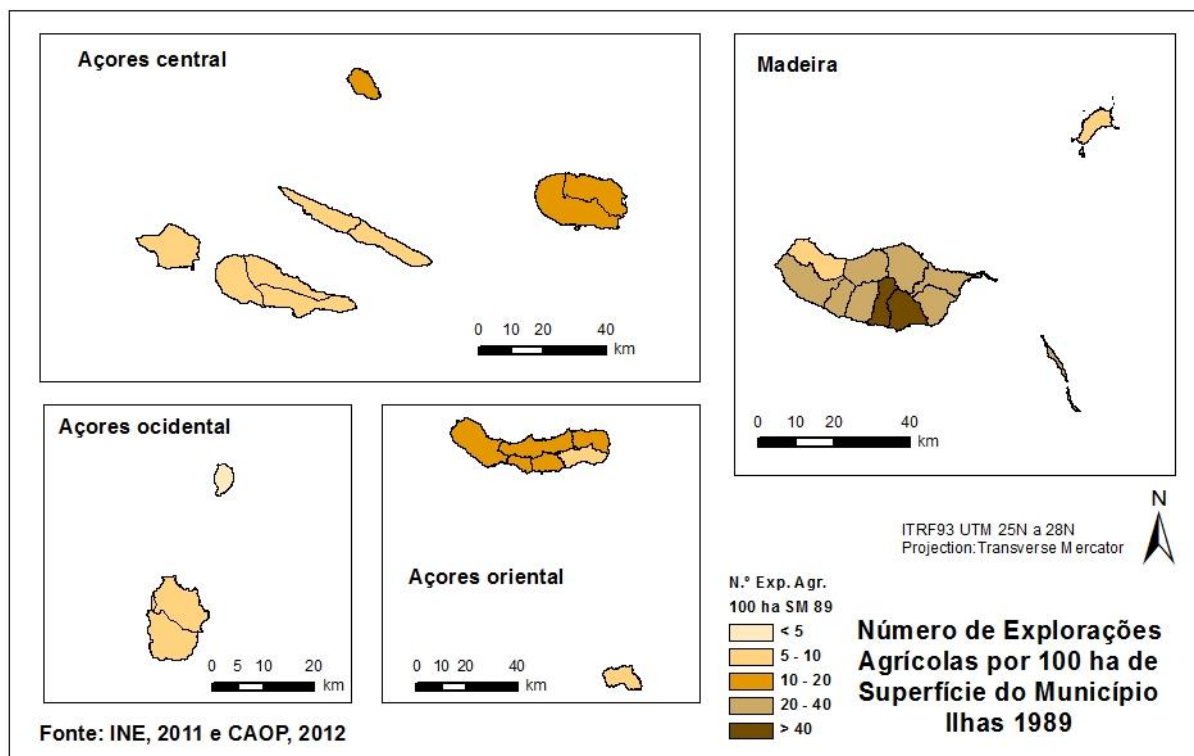
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	149	81	34	8
% de municípios	2,2%	53,6%	29,1%	12,2%	2,9%
Valor mín. e máx. (%)		-86,3			13,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 7.1.4.1 e 7.1.4.2 apresenta-se o número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município e por 100ha de superfície das explorações agrícolas, respetivamente, em Portugal Ilhas em 1989.

Pela análise da figura 7.1.4.1, respeitante ao número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em 1989, na região autónoma dos Açores estão na classe 10 a 20 explorações agrícolas por 100ha 8 municípios (42,1%) das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa, com o máximo de 19,8 explorações por 100ha no município de Santa Cruz da Graciosa e na classe 5 a 10 explorações agrícolas por 100ha estão 10 municípios. Apenas o município de Corvo tem menos de 5 explorações agrícolas por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 2 municípios (18,2%) há mais de 40 explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, com um máximo de 52,9 explorações agrícolas por 100ha no município de Câmara de Lobos. Na classe 20 a 40 explorações agrícolas por 100ha encontramos 7 municípios (63,6%). Constatamos uma diferenciação do número de explorações agrícolas por 100ha, relativo à superfície do município, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de explorações agrícolas por 100ha.

Figura 7.1.4.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

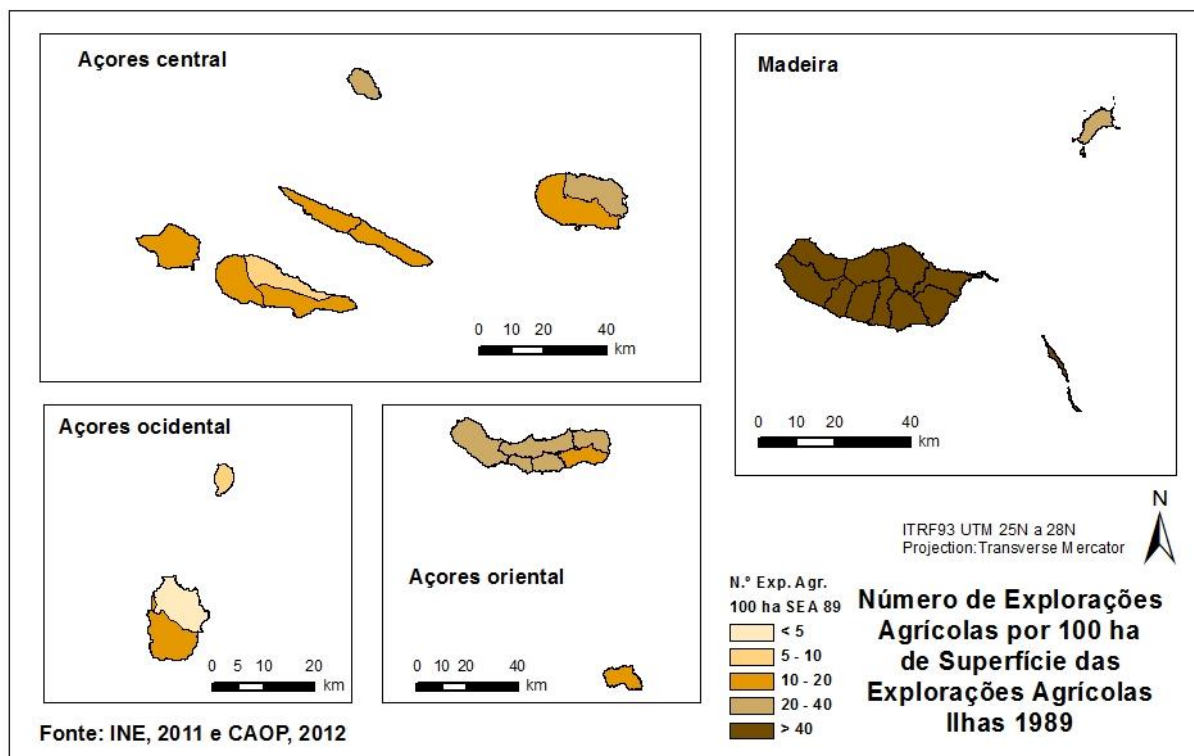


Ilhas						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	12	8	7	2
% de municípios	0,0%	3,3%	40,0%	26,7%	23,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		4,0				52,9
Região Autónoma dos Açores						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	10	8	0	0
% de municípios	0,0%	5,3%	52,6%	42,1%		
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		4,0		19,8		
Região Autónoma da Madeira						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	2	0	7	2
% de municípios	0,0%		18,2%	0,0%	63,6%	18,2%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)			8,3			52,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.4.2, respeitante ao número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em 1989, na região autónoma dos Açores estão na classe 20 a 40 explorações agrícolas por 100ha 7 municípios (36,8%), das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa e 9 municípios estão na classe 10 a 20 explorações agrícolas por 100ha. Apenas o município de Santa Cruz das Flores tem menos de 5 explorações agrícolas por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) há mais de 40 explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um máximo de 347,0 explorações agrícolas por 100ha no município de Funchal. Na classe 20 a 40 explorações agrícolas por 100ha encontramos o município de Porto Santo, com 31,9 explorações agrícolas por 100ha, valor mais baixo da região autónoma da Madeira em 1989. Constatamos uma diferenciação do número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de explorações agrícolas por 100ha.

Figura 7.1.4.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 1989.

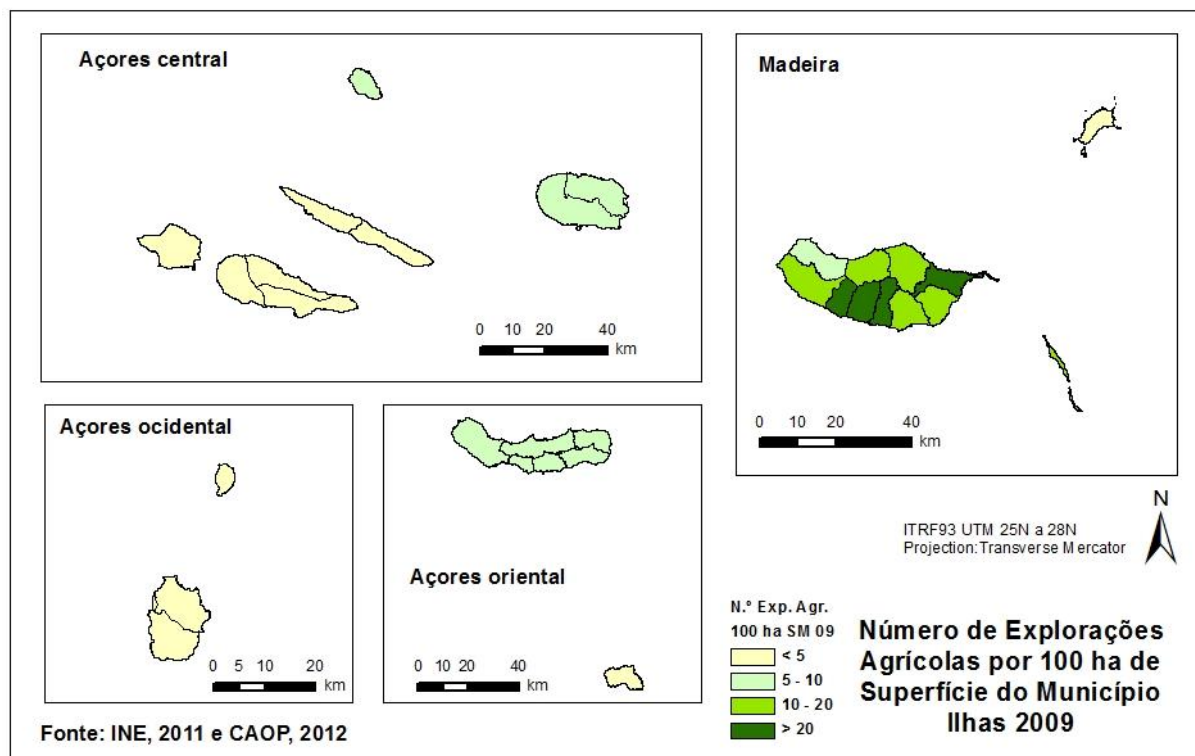


Ilhas						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	2	9	8	10
% de municípios	0,0%	3,3%	6,7%	30,0%	26,7%	33,3%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		4,1				347,0
Região Autónoma dos Açores						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	2	9	7	0
% de municípios	0,0%	5,3%	10,6%	47,3%	36,8%	
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		4,1			34,3	
Região Autónoma da Madeira						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	0	0	1	10
% de municípios	0,0%				9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)					31,9	347,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.5.1, respeitante ao número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em 2009, na região autónoma dos Açores estão na classe 5 a 10 explorações agrícolas por 100ha 9 municípios (47,4%) das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa. Na classe menos de 5 explorações agrícolas por 100ha encontramos 10 municípios (52,6%), das restantes ilhas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 4 municípios (36,4%) existem mais de 20 explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, com um máximo de 40,4 explorações agrícolas por 100ha no município de Câmara de Lobos. Na classe 10 a 20 explorações agrícolas por 100ha encontramos 5 municípios (45,4%). O valor mais baixo aparece no município de Porto Santo com 3,1 explorações por 100ha. Constatamos uma diferenciação do número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de explorações agrícolas por 100ha.

Figura 7.1.5.1 Número de explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.

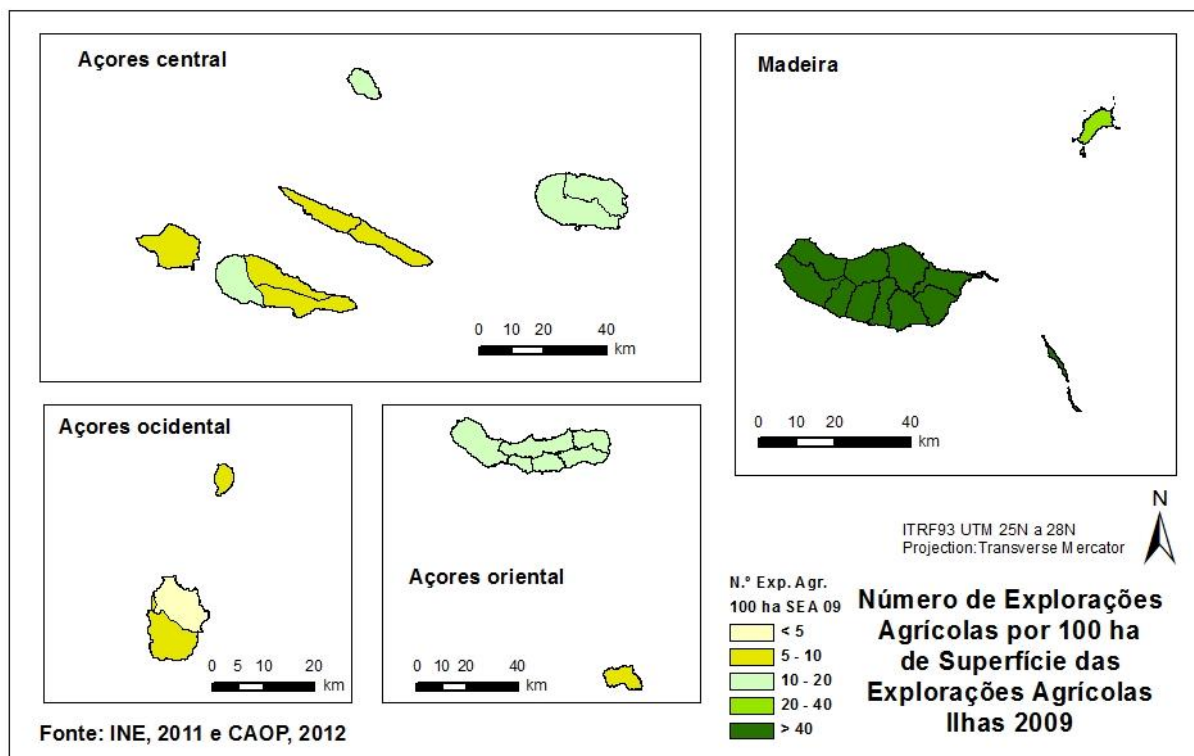


Ilhas					
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	11	10	5	4
% de municípios	0,0%	36,7%	33,3%	16,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		2,1			40,4
Região Autónoma dos Açores					
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	10	9	0	0
% de municípios	0,0%	52,6%	47,4%		
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		2,1	9,4		
Região Autónoma da Madeira					
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	1	1	5	4
% de municípios	0,0%	9,1%	9,1%	45,4%	36,4%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		3,1			40,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.1.5.2, respeitante ao número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em 2009, na região autónoma dos Açores estão na classe 10 a 20 explorações agrícolas por 100ha 10 municípios (52,6%), das ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Graciosa e 8 municípios estão na classe 5 a 10 explorações agrícolas por 100ha. Apenas o município de Santa Cruz das Flores tem menos de 5 explorações agrícolas por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) há mais de 40 explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um máximo de 256,5 explorações agrícolas por 100ha no município de Ribeira Brava. Na classe 20 a 40 explorações agrícolas por 100ha encontramos o município de Porto Santo, com 36,3 explorações agrícolas por 100ha, valor mais baixo da região autónoma da Madeira em 2009. Tal como em 1989 constatamos uma diferenciação do número de explorações agrícolas por 100ha de superfície das explorações agrícolas, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de explorações agrícolas por 100ha.

Figura 7.1.5.2 Número de explorações agrícolas por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 2009.



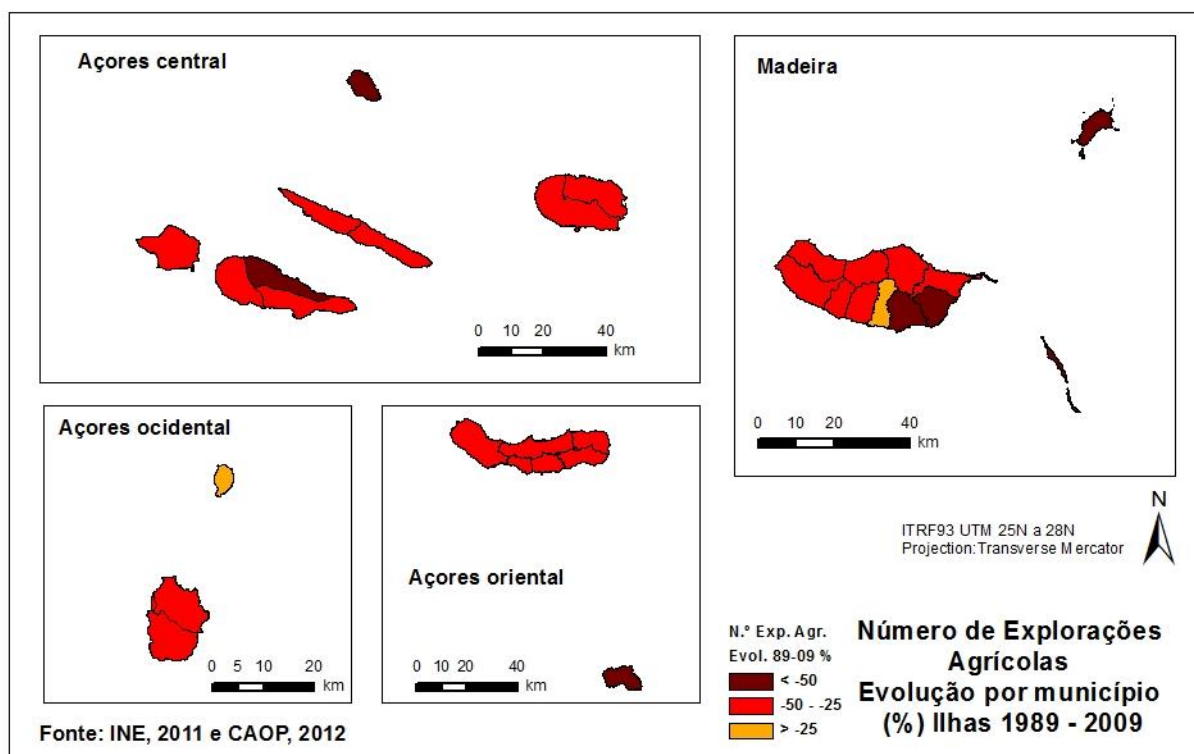
Ilhas						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	8	10	1	10
% de municípios	0,0%	3,3%	26,7%	33,3%	3,3%	33,3%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		2,3				256,5
Região Autónoma dos Açores						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	8	10	0	0
% de municípios	0,0%	5,3%	42,1%	52,6%		
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)		2,3		17,2		
Região Autónoma da Madeira						
Classes (N.º de Exp. por 100 ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	0	0	1	10
% de municípios	0,0%				9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (N.º de Exp. por 100 ha)					36,3	256,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.1.6 podemos observar a evolução do número de explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores o número de explorações agrícolas, de 1989 para 2009,

diminuiu em todos os municípios. A diminuição foi mais acentuada nos municípios de São Roque do Pico e Santa Cruz da Graciosa e a menos acentuada no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira o número de explorações agrícolas, de 1989 para 2009, também diminuiu em todos os municípios. A diminuição foi mais acentuada nos municípios de Funchal, Santa Cruz e Porto Santo e a menos acentuada no município de Câmara de Lobos.

Figura 7.1.6 Evolução do número de explorações agrícolas, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	6	22	2
% de municípios	0,0%	20,0%	73,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (%)		-66,2		-18,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	3	15	1
% de municípios	0,0%	15,8%	78,9%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		-63,0		-23,6
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-66,2		-18,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados do número de explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que o número de explorações agrícolas no Continente diminuiu 49,5%, de 1989 para 2009, representando 550.879 em 1989 e 305.266 em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 45,2%, representando 24.706 em 1989 e 13.541 em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 41,2%, representando 23.157 em 1989 e 13.611 em 2009. Verificamos assim que a diminuição do número de explorações agrícolas foi generalizada em todas as NUTS I.

7.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola

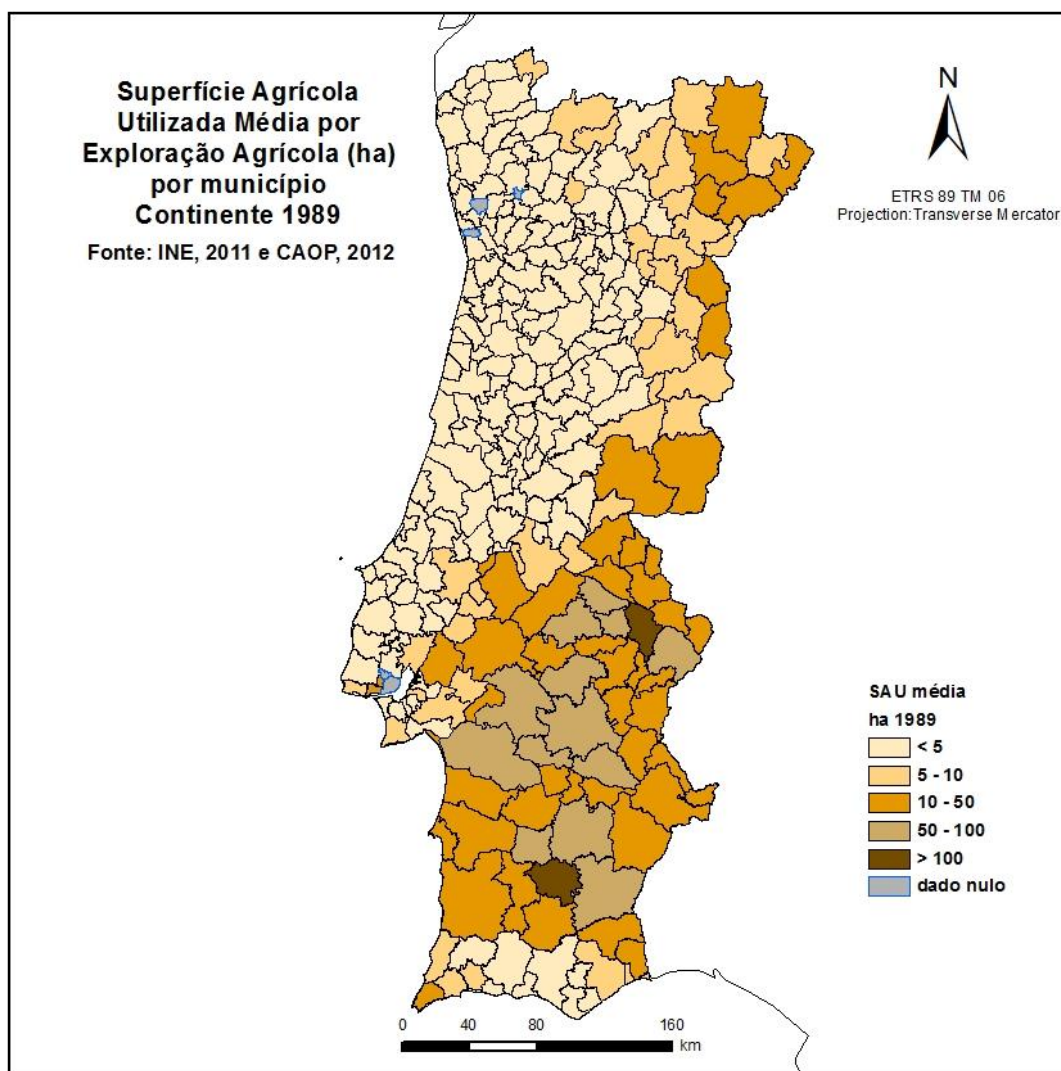
A superfície agrícola utilizada (SAU) corresponde à superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes (INE, 2014).

Nas figuras 7.2.1 e 7.2.2 apresenta-se a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 7.2.1 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989 é superior a 100ha apenas em 2 municípios da região Alentejo com um valor máximo de 160,5ha no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Na classe 50 a 100ha encontramos 13 municípios (4,7%), todos na região Alentejo. Na classe 10 a 50ha encontramos 49 municípios (17,6%) pertencentes maioritariamente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e Algarve. Na classe de superfície média inferior a 5ha encontramos 169 municípios (60,8%), com um valor mínimo de 1,0ha no município de Sever do Vouga, pertencentes maioritariamente às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, parte do Douro, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e Algarve. Os municípios pertencentes às NUTS III citadas formam um bloco de municípios contíguos, nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Salienta-se uma zona de minifúndio (exploração com superfície inferior a

5ha), a norte do Rio Tejo e no Algarve e uma zona de explorações de média dimensão (superfície entre 10 e 50ha) a grande dimensão (superfície entre 50 e 100ha, na região Alentejo e na zona Raiana oriental).

Figura 7.2.1. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Continental em 1989.

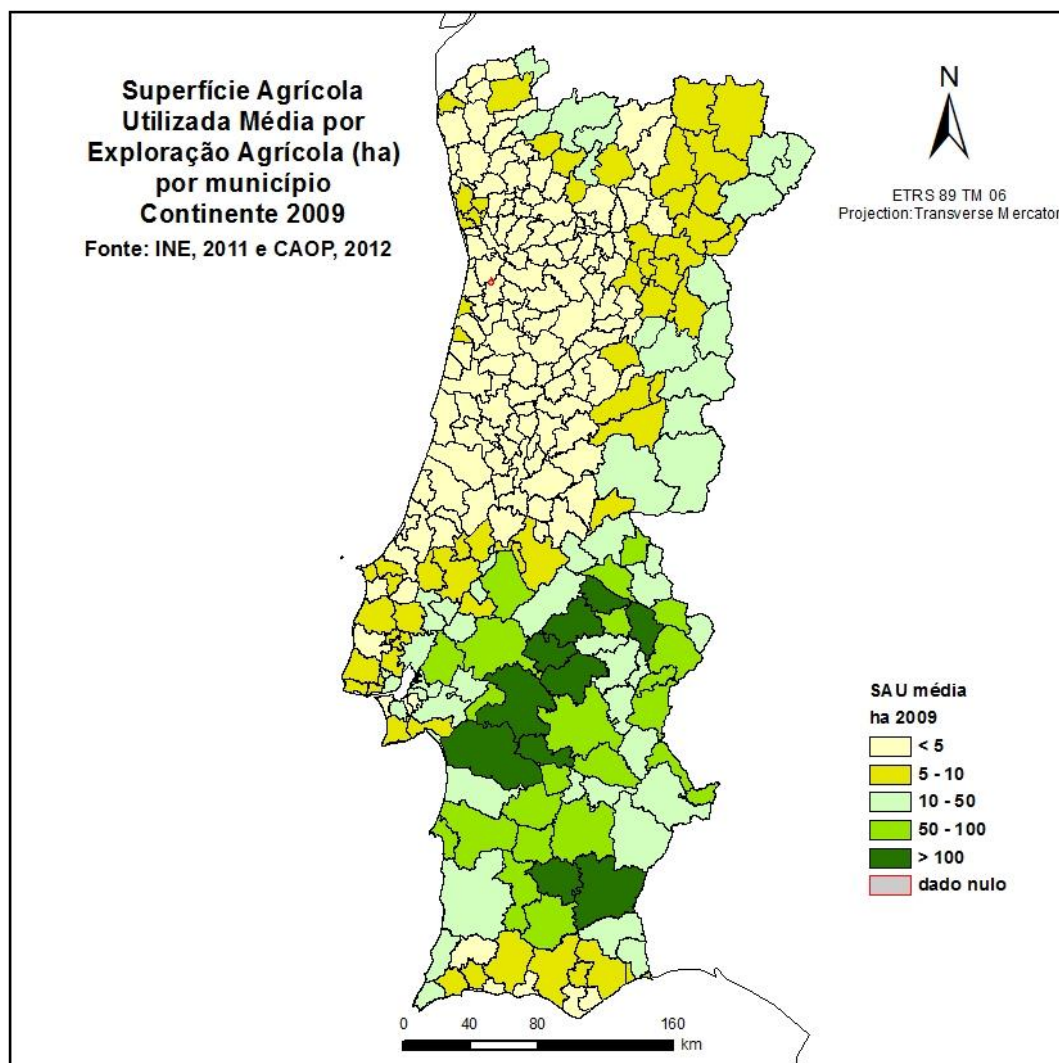


Classes (ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	5	169	40	49	13	2
% de municípios	1,8%	60,8%	14,4%	17,6%	4,7%	0,7%
Valor mín. e máx. (ha)		1,0				160,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.2.2 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 2009 é superior a 100ha apenas em 10 municípios da região Alentejo com um valor máximo de 155,2ha no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Na classe 50 a 100ha encontramos 23 municípios (8,3%), todos na região Alentejo. Na classe 10 a 50ha encontramos 50 municípios (18,0%) pertencentes maioritariamente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e Algarve. Na classe de superfície média inferior a 5ha encontramos 133 municípios (47,8%), com um valor mínimo de 1,2ha no município de Pampilhosa da Serra, pertencentes maioritariamente às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, parte do Douro, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, parte do Médio Tejo, Pinhal Litoral e parte do Oeste, na região Centro. Os municípios pertencentes às NUTS III citadas formam um bloco de municípios contíguos, nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Salienta-se uma zona de minifúndio (exploração com superfície inferior a 5ha), a norte do Rio Tejo e uma zona de explorações de média dimensão (superfície entre 10 e 50ha) a grande dimensão (superfície entre 50 e 100ha, na região Alentejo e na zona Raiana oriental, tal como em 1989. De 1989 para 2009 diminuiu o número de municípios nas classes de dimensão mais baixa e aumentou o número de municípios nas classes de dimensão mais elevada.

Figura 7.2.2. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Continental em 2009.

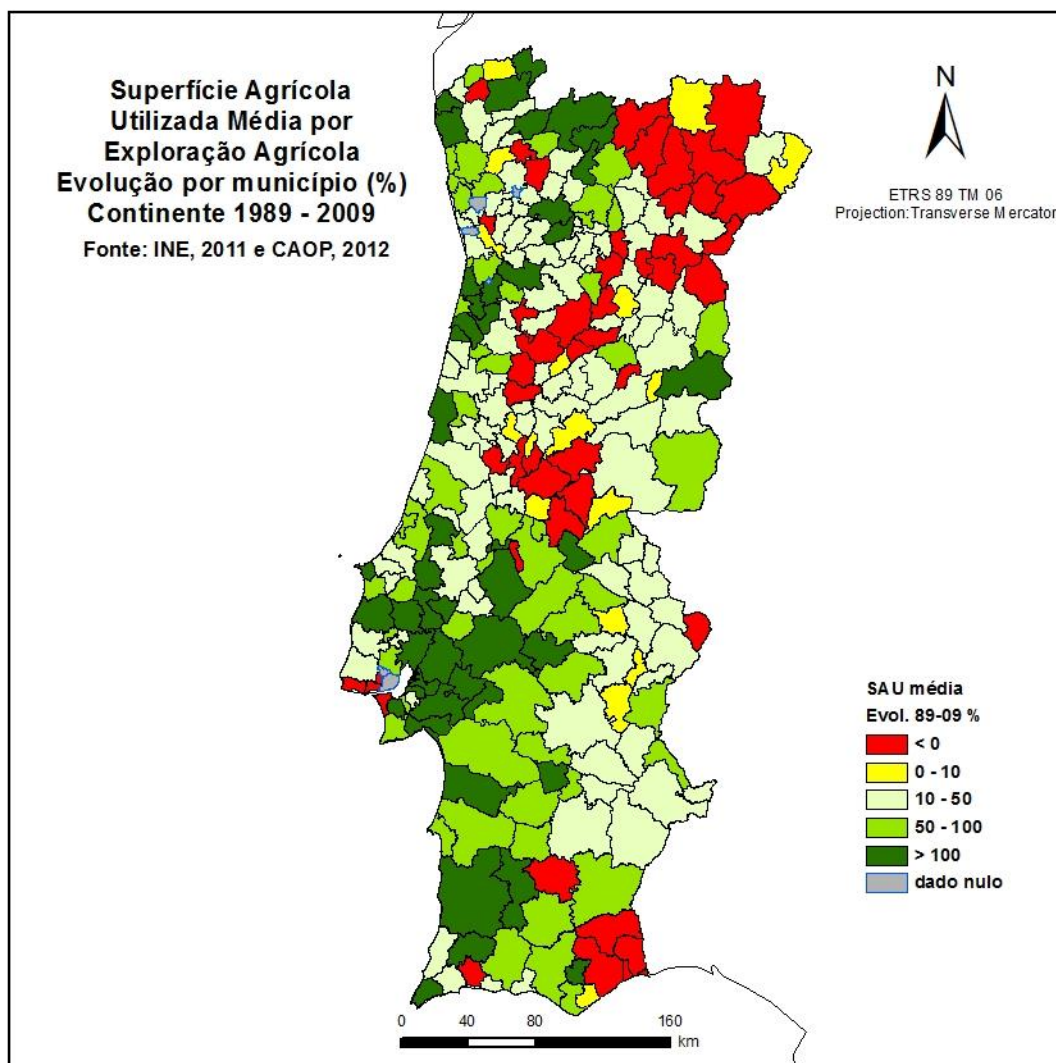


Classes (ha)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	1	133	61	50	23	10
% de municípios	0,4%	47,8%	21,9%	18,0%	8,3%	3,6%
Valor mín. e máx. (ha)		1,2				155,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.2.3 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas de 1989 para 2009, aumentou em 230 municípios (82,7%). O aumento foi superior a 100% em 47 municípios (16,9%), com realce para os municípios em contiguidade das NUTS III Oeste, Lezíria do Tejo e Península de Setúbal, formando uma mancha contínua com maior expressão. Estendendo a análise aos municípios com aumento superior a 50% encontramos 104 municípios (37,4%) com especial realce para os municípios contíguos pertencentes às NUTS III Oeste, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Em 42 municípios (15,1%) a superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu com realce para os municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Algarve, com um valor mínimo de -47,3% no município de Oeiras, na NUTS III Grande Lisboa. Na quase totalidade dos municípios do Continente houve aumento da superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas de 1989 para 2009.

Figura 7.2.3. Evolução da superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

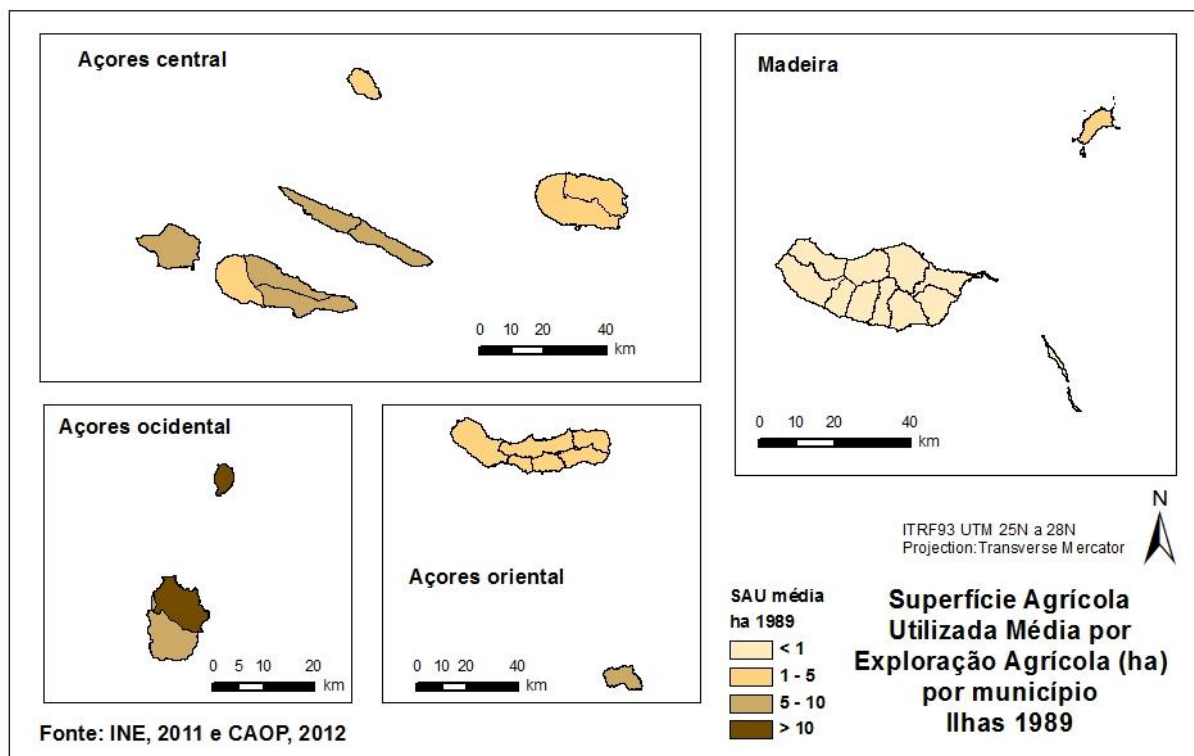


Classes (%)	dado nulo	< 0	0 - 10	10 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	6	42	22	104	57	47
% de municípios	2,2%	15,1%	7,9%	37,4%	20,5%	16,9%
Valor mín. e máx. (%)		-47,3				500,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.2.4, respeitante à superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989, na região autónoma dos Açores estão na classe superior a 10ha 2 municípios (10,5%), com o máximo de 16,7ha no município de Corvo e na classe 1 a 5ha estão 10 municípios, com um mínimo de 2,7ha no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989 é inferior a 1ha, com um mínimo de 0,2ha em 3 municípios. No município de Porto Santo a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989 é 1,1ha, sendo o único município em que é superior a 1ha. Constatamos uma diferenciação da superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com superfícies agrícolas utilizadas (SAU) médias por exploração agrícola em 1989 bastante inferiores.

Figura 7.2.4. Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Ilhas em 1989.

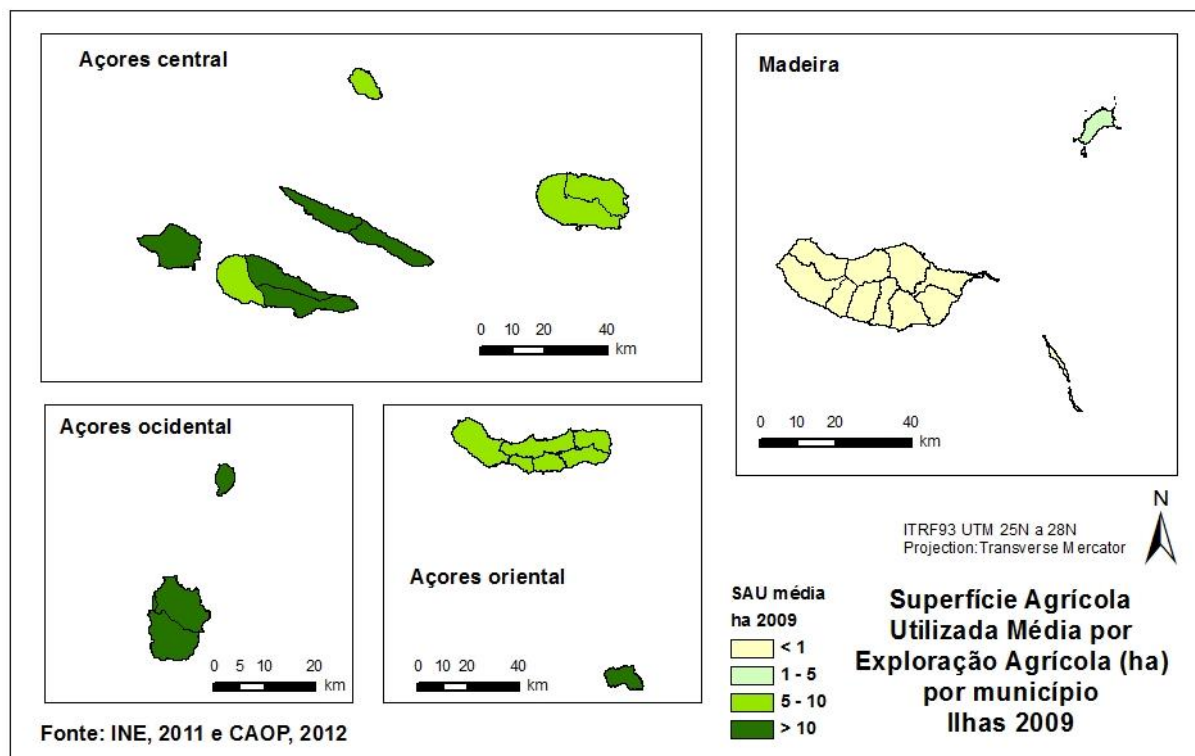


Ilhas					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	11	7	2
% de municípios	0,0%	33,3%	36,7 %	23,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (ha)		0,2			16,7
Região Autónoma dos Açores					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	10	7	2
% de municípios	0,0%		52,6%	36,9%	10,5%
Valor mín. e máx. (ha)			2,7		16,7
Região Autónoma da Madeira					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%		
Valor mín. e máx. (ha)		0,2	1,1		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.2.5, respeitante à superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 2009, na região autónoma dos Açores estão na classe superior a 10ha 9 municípios (47,4%), com o máximo de 26,5ha no município de Santa Cruz das Flores e na classe 5 a 10ha estão os restantes 10 municípios, com um mínimo de 5,7ha nos municípios de Lagoa e Vila da Praia da Vitória. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989 é inferior a 1ha, tal como em 1989, com um mínimo de 0,3ha em 3 municípios. No município de Porto Santo a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola em 1989 é 2,3ha, sendo o único município em que é superior a 1ha. Constatamos em 2009, tal como em 1989, uma diferenciação da superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com superfícies agrícolas utilizadas (SAU) médias por exploração agrícola bastante inferiores.

Figura 7.2.5 Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola (ha), por município, em Portugal Ilhas 2009.



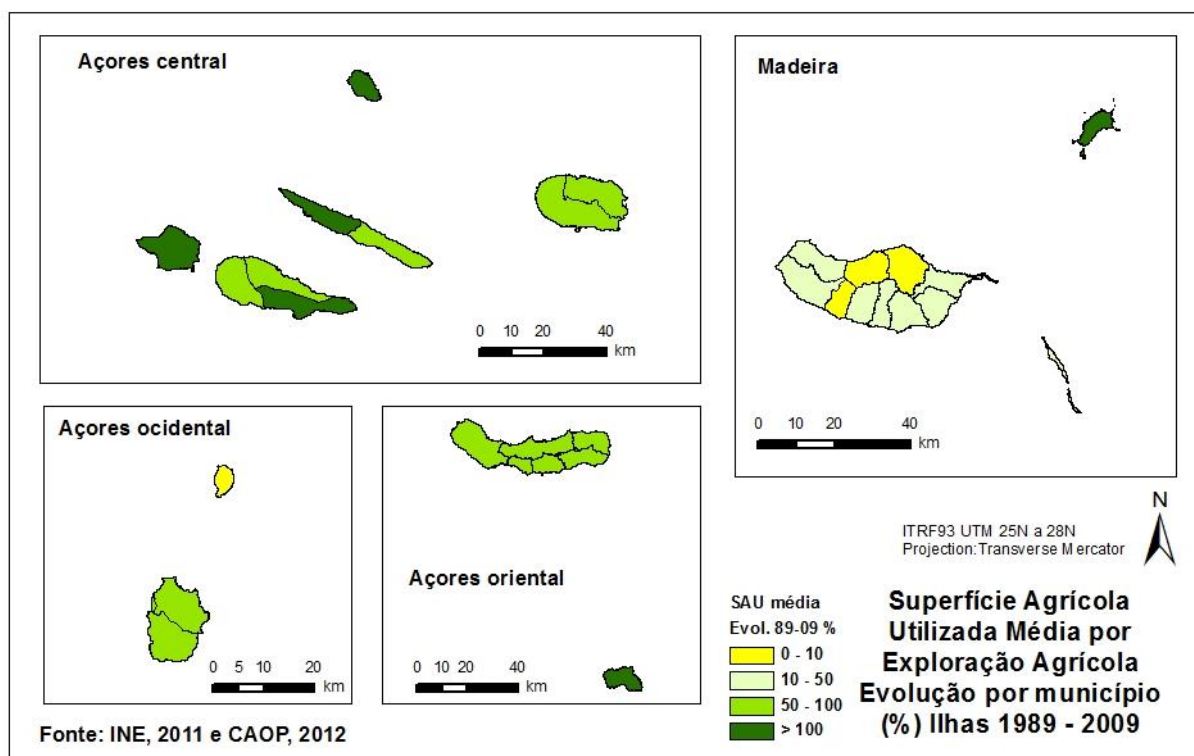
Ilhas					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	10	9
% de municípios	0,0%	33,3%	3,4%	33,3%	30,0%
Valor mín. e máx. (ha)		0,3			26,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	0	10	9
% de municípios	0,0%			52,6%	47,4%
Valor mín. e máx. (ha)				5,7	26,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (ha)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%		
Valor mín. e máx. (ha)		0,3	2,3		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.2.6 podemos observar a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, de 1989 para 2009, aumentou em todos os municípios. O aumento foi mais acentuado em 5 municípios, superior a 100%, com o máximo de 188,9% no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira a superfície agrícola

utilizada (SAU) média por exploração agrícola, de 1989 para 2009, também aumentou em todos os municípios, tendo sido mais moderada do que na região autónoma dos Açores, não tendo excedido os 50%, com exceção do município de Porto Santo, onde atingiu 109,1%.

Figura 7.2.6 Evolução da superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	4	7	13	6
% de municípios	0,0%	13,3%	23,3%	43,4%	20,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			188,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	1	0	13	5
% de municípios	0,0%	5,3%		68,4%	26,3%
Valor mín. e máx. (%)		4,2			188,9
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	0 – 10	10 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	3	7	0	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%		9,1%
Valor mín. e máx. (%)		0,0			109,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola ao nível das NUTS I verificamos que a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola no Continente aumentou 81,4%, de 1989 para 2009, representando 7,0ha em 1989 e 12,7 em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 85,4%, representando 4,8ha em 1989 e 8,9ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 33,3%, representando 0,3ha em 1989 e 0,4ha em 2009. Verificamos assim que o aumento da superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola foi generalizado em todas as NUTS I, sendo bastante mais modesta na região autónoma da Madeira.

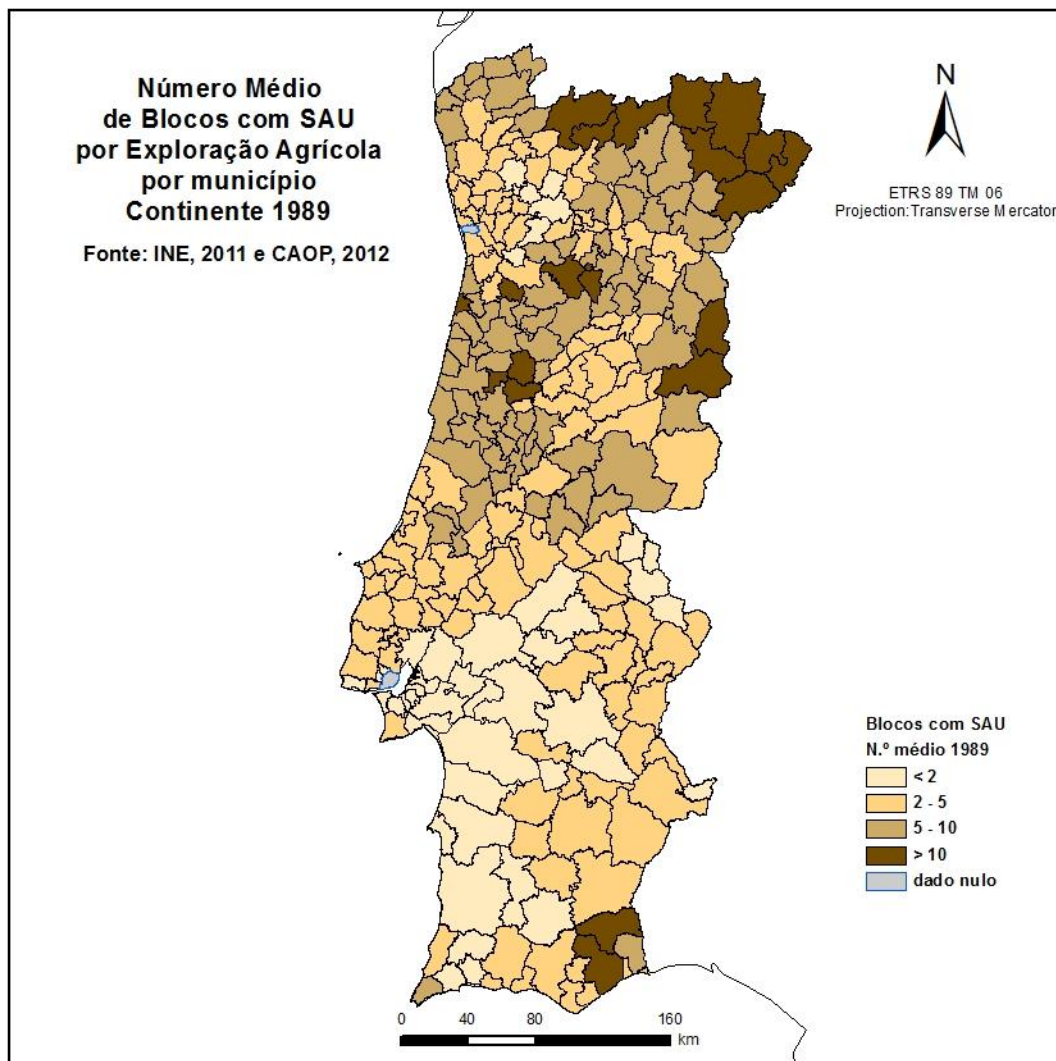
7.3 Número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola

Bloco de terra agrícola é definido como uma parte da exploração agrícola inteiramente rodeada de terras, ou outros elementos, não pertencentes à exploração agrícola (INE, 2014).

Nas figuras 7.3.1 e 7.3.2 apresenta-se o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 7.3.1 podemos verificar que o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola em 1989 é superior a 10 em 20 municípios, a maioria pertencente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Algarve, com um valor máximo de 18,5 no município de Montalegre, na NUTS III Alto Trás-os-Montes. Na classe 5 a 10 encontramos 81 municípios (29,1%), a maioria nas NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Baixo Vouga Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul. Na classe de superfície média inferior a 2 blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola encontramos 45 municípios (16,2%), com um valor mínimo de 1,1 no município de Vendas Novas, pertencentes maioritariamente às NUTS III Tâmega, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Salienta-se que as explorações agrícolas com mais blocos se encontram em municípios a norte do rio Tejo e as que têm menos blocos se encontram a sul do rio Tejo nas zonas litoral e central.

Figura 7.3.1 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.

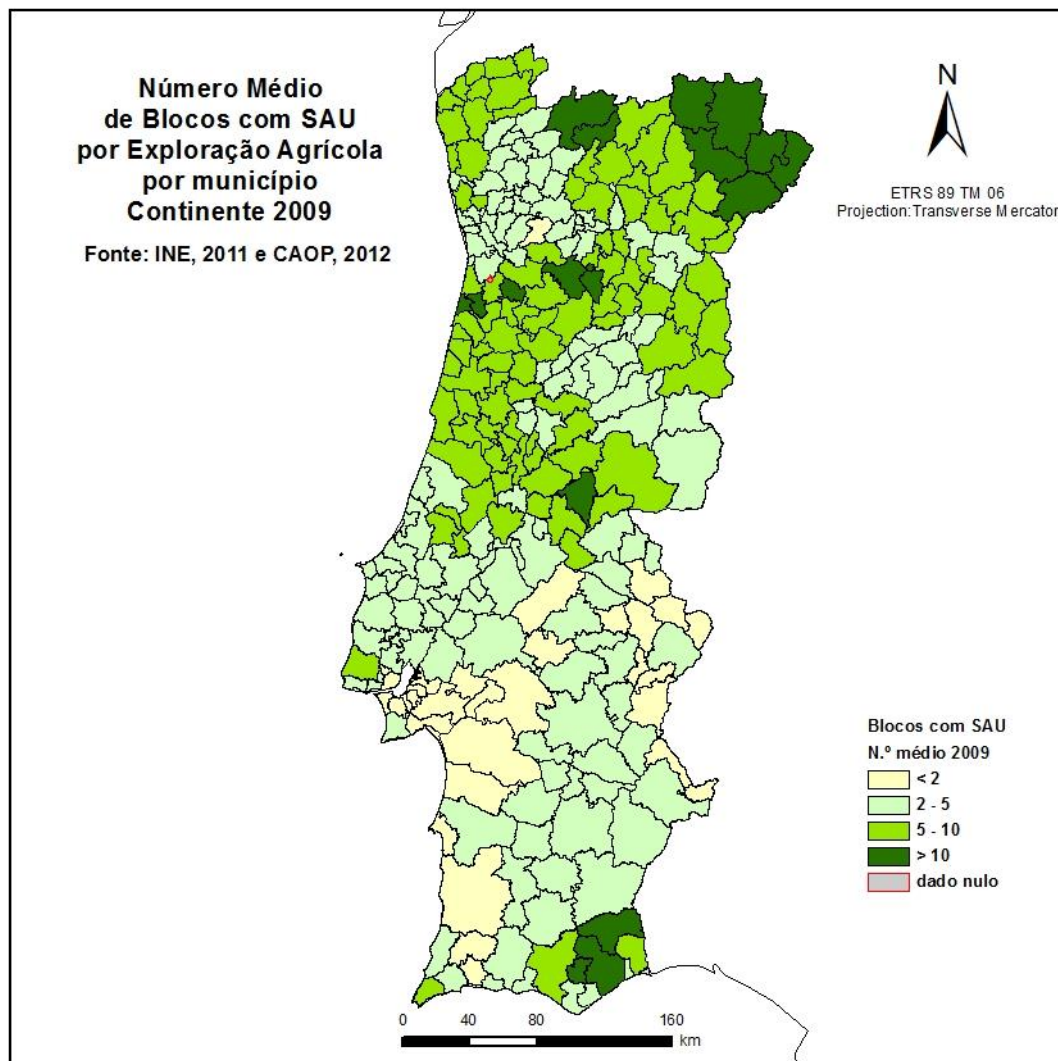


Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	2	45	130	81	20
% de municípios	0,7%	16,2%	46,8%	29,1%	7,2%
Valores mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,1			18,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.3.2 podemos verificar que o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola em 2009 é superior a 10 em 17 municípios, a maioria pertencente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões e Algarve, com um valor máximo de 21,0 no município de Miranda do Douro, na NUTS III Alto Trás-os-Montes. Na classe 5 a 10 encontramos 96 municípios (34,5%), a maioria nas NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Algarve. Na classe de superfície média inferior a 2 blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola encontramos 31 municípios (11,2%), com um valor mínimo de 1,3 no município de Barrancos, pertencentes maioritariamente às NUTS III Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral. Salienta-se que as explorações agrícolas com mais blocos se encontram em municípios a norte do rio Tejo e as que têm menos blocos se encontram a sul do rio Tejo, nas zonas litoral e central, tal como em 1989. De 1989 para 2009 verificamos a diminuição de municípios nas classes de valores mais elevados (maior que 10) e mais baixos (menor que 2).

Figura 7.3.2 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.

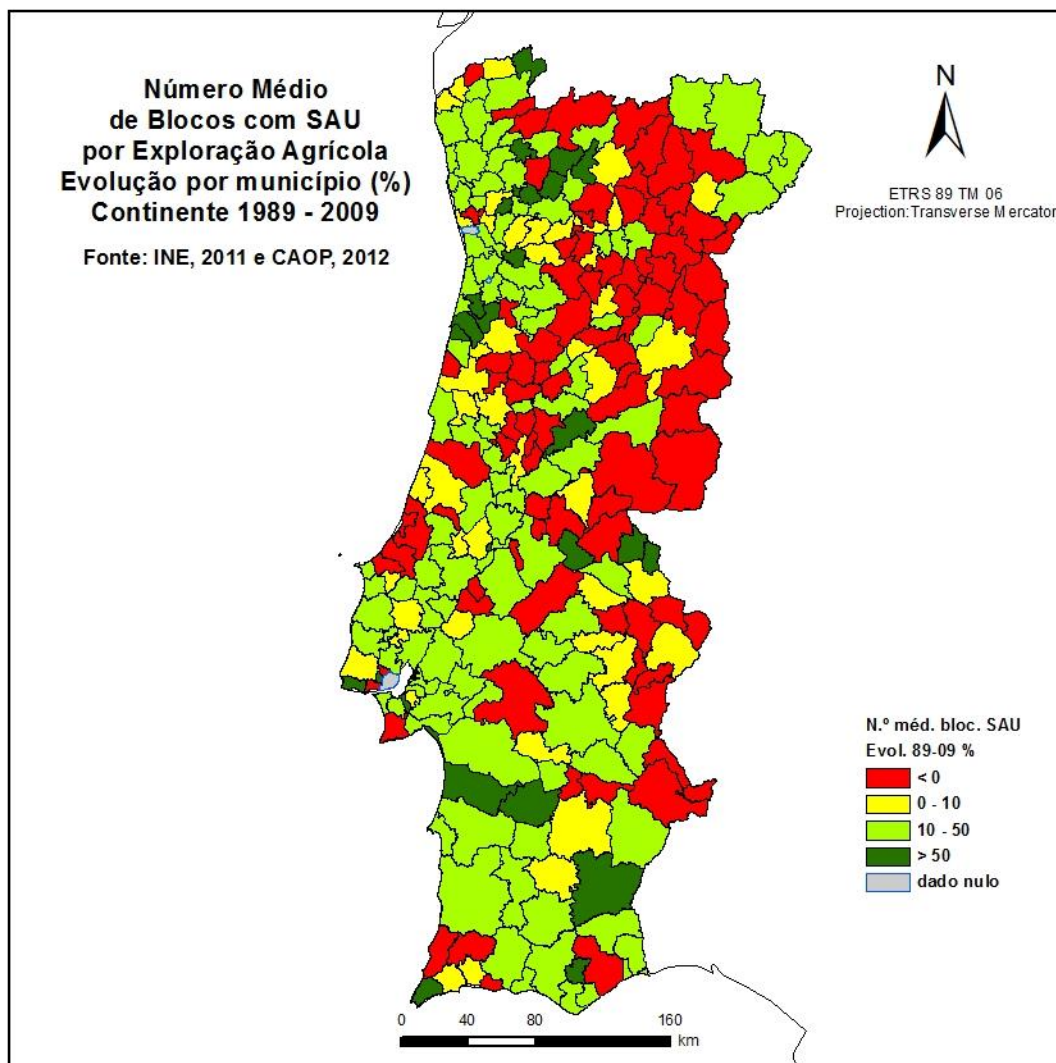


Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	1	31	133	96	17
% de municípios	0,4%	11,2%	47,8%	34,5%	6,1%
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,3			21,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.3.3 podemos verificar que o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 182 municípios (65,5%). O aumento foi superior a 50% em 26 municípios (9,4%), mais ou menos dispersos no território. Podemos, ainda assim, encontrar 2 grupos de municípios contíguos com um número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas superior a 50%, nas NUTS III Tâmega e Baixo Vouga. Em 93 municípios (33,4%) o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas diminuiu de 1989 para 2009, com realce para os municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Beira Interior Sul e alguns municípios da zona raiana da região Alentejo, com um valor mínimo de -52,7% no município de Campo Maior, na NUTS III Alto Alentejo. Grosso modo podemos observar aumento do número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas nos municípios do litoral e do sul e diminuição nos municípios do interior das regiões Norte e Centro e em alguns municípios da zona raiana do Alentejo.

Figura 7.3.3 Evolução do número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



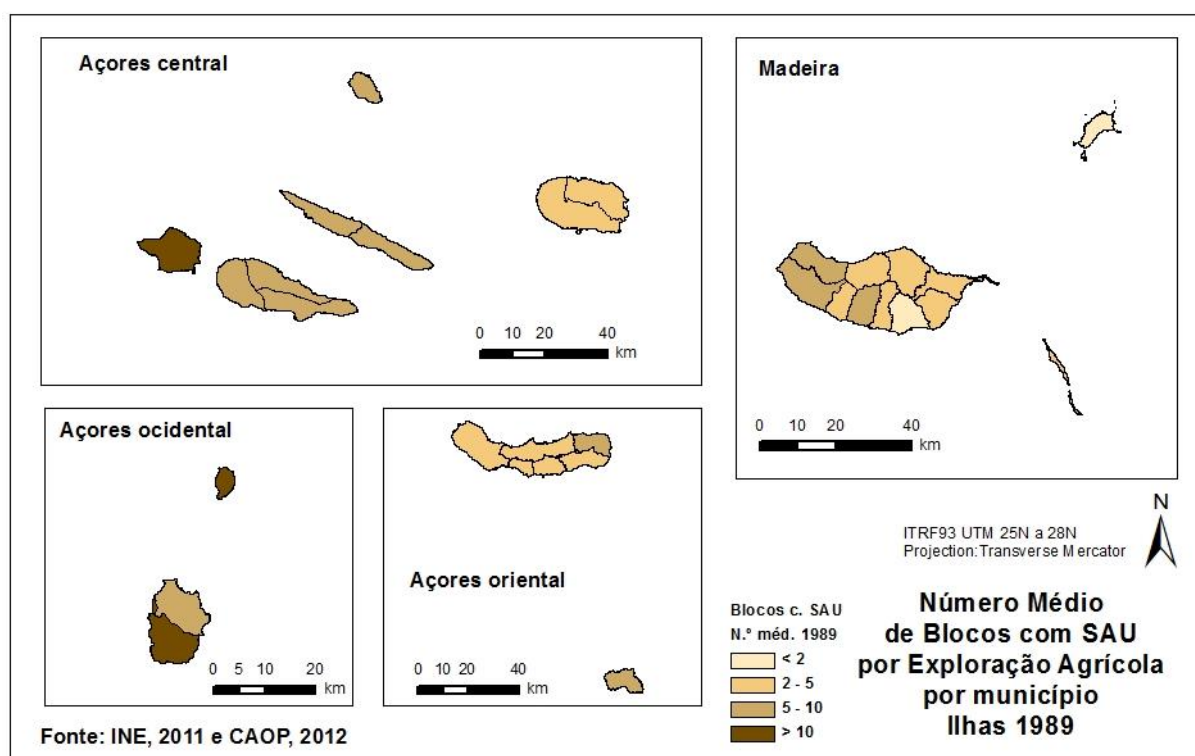
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 50	> 50
N.º de municípios	3	93	48	108	26
% de municípios	1,1%	33,4%	17,3%	38,8%	9,4%
Valor mín. e máx. (%)		-52,7			156,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.3.4, respeitante ao número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, em 1989, na região autónoma dos Açores, verificamos que estão na classe superior a 10 blocos 3 municípios (15,8%), com o máximo de 19,8 blocos no município de Corvo. Na classe 2 a 5 blocos estão 7 municípios (36,8%), com um mínimo de 2,9 blocos no município de Lagoa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em

3 municípios (27,3%) o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, em 1989, está na classe 5 a 10 blocos, com o máximo de 6,4 blocos no município de Porto Moniz. Em 2 municípios (18,2%) o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola em 1989 está na classe menor que 2 blocos, com um mínimo de 1,3 no município do Funchal.

Figura 7.3.4 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.

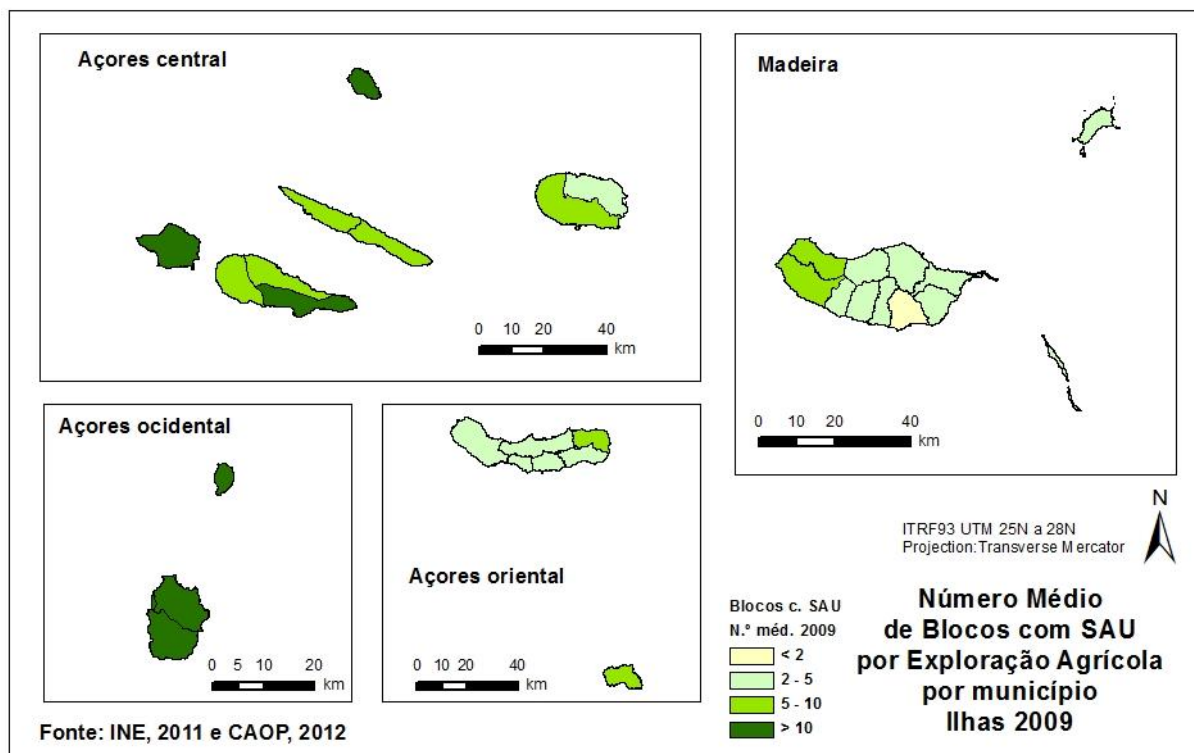


Ilhas					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	2	13	12	3
% de municípios	0,0%	6,7%	43,3%	40,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,3			19,8
Região Autónoma dos Açores					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	7	9	3
% de municípios	0,0%		36,8%	47,4%	15,8%
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)			2,9		19,8
Região Autónoma da Madeira					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	2	6	3	0
% de municípios	0,0%	18,2%	54,5%	27,3%	
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,3		6,4	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.3.5, respeitante ao número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola em 2009, na região autónoma dos Açores, verificamos que estão na classe superior a 10 blocos 6 municípios (31,6%), com o máximo de 25,9 blocos no município de Corvo. Na classe 2 a 5 blocos estão 6 municípios (31,6%), com um mínimo de 3,1 blocos no município de Lagoa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 2 municípios (18,2%) o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, em 2009, está na classe 5 a 10 blocos, com o máximo de 9,2 blocos no município de Porto Moniz. No município de Funchal o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola em 2009 está na classe menor que 2 blocos, com 1,6 blocos.

Figura 7.3.5 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.

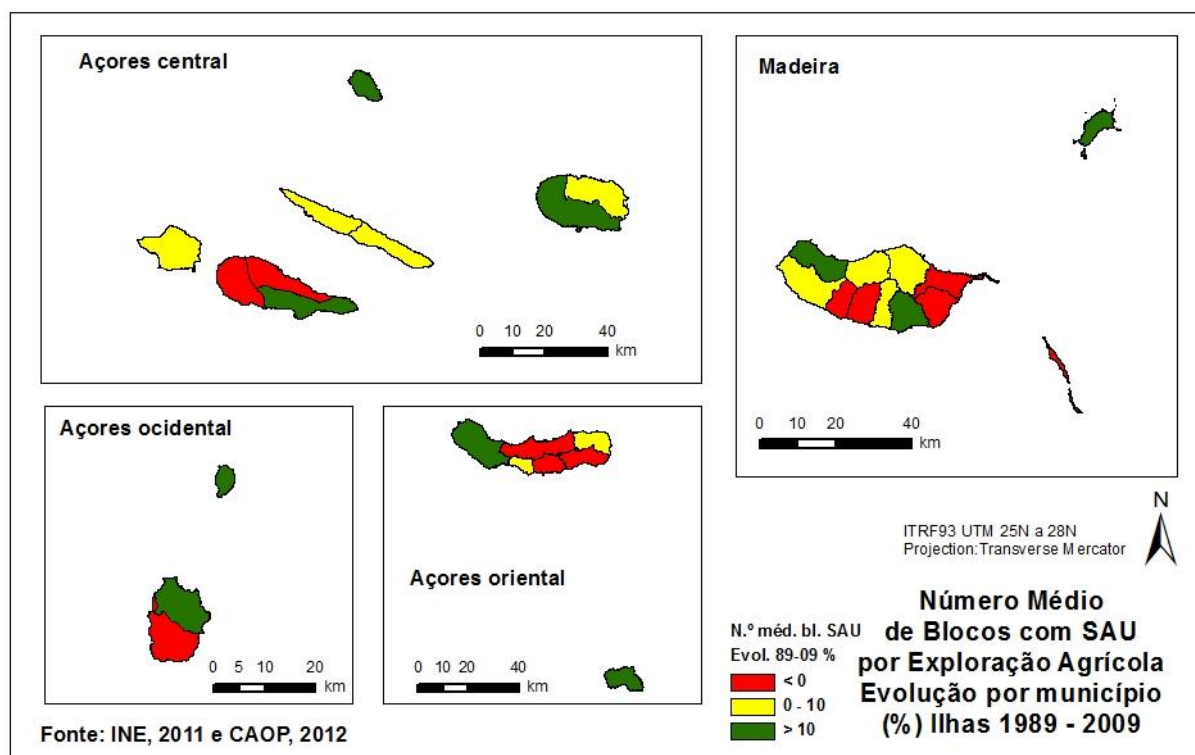


Ilhas					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	1	14	9	6
% de municípios	0,0%	3,3%	46,7%	30,0%	20,0%
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,6			25,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	6	7	6
% de municípios	0,0%		31,6%	36,8%	31,6%
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)			3,1		25,9
Região Autónoma da Madeira					
Classes (n.º médio de blocos)	dado nulo	< 2	2 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	1	8	2	0
% de municípios	0,0%	9,1%	72,7%	18,2%	
Valor mín. e máx. (n.º médio de blocos)		1,6		9,2	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.3.6 podemos observar a evolução do número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola aumentou em 13 municípios, com o máximo de 65,3% no município de Santa Cruz da Graciosa e diminuiu em 6 municípios, com um mínimo de -15,3% no município da Madalena. Na região autónoma da Madeira o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios, com o máximo de 44,1% no município de Porto Moniz, e diminuiu em 4 municípios, com o mínimo de -28,3% no município de Ribeira Brava. Relativamente ao número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola não encontramos situações muito diferenciadas entre a região autónoma dos Açores e a da Madeira.

Figura 7.3.6 Evolução do número médio de blocos com SAU por exploração agrícola, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	10	10
% de municípios	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%
Valor mín. e máx. (%)		-28,3		65,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	6	6	7
% de municípios	0,0%	31,6%	31,6%	36,8%
Valor mín. e máx. (%)		-15,3		65,3
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	4	4	3
% de municípios	0,0%	36,4%	36,4%	27,2%
Valor mín. e máx. (%)		-28,3		44,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados do número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola ao nível das NUTS I verificamos que o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola no Continente aumentou 10,8%, de 1989 para 2009, representando 5,39 em 1989 e 5,98 em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 6,2%, representando 5,72 em 1989 e 6,07 em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 4,5%, representando 3,59 em 1989 e 3,76 em 2009. Verificamos assim que o aumento o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola foi generalizado em todas as NUTS I.

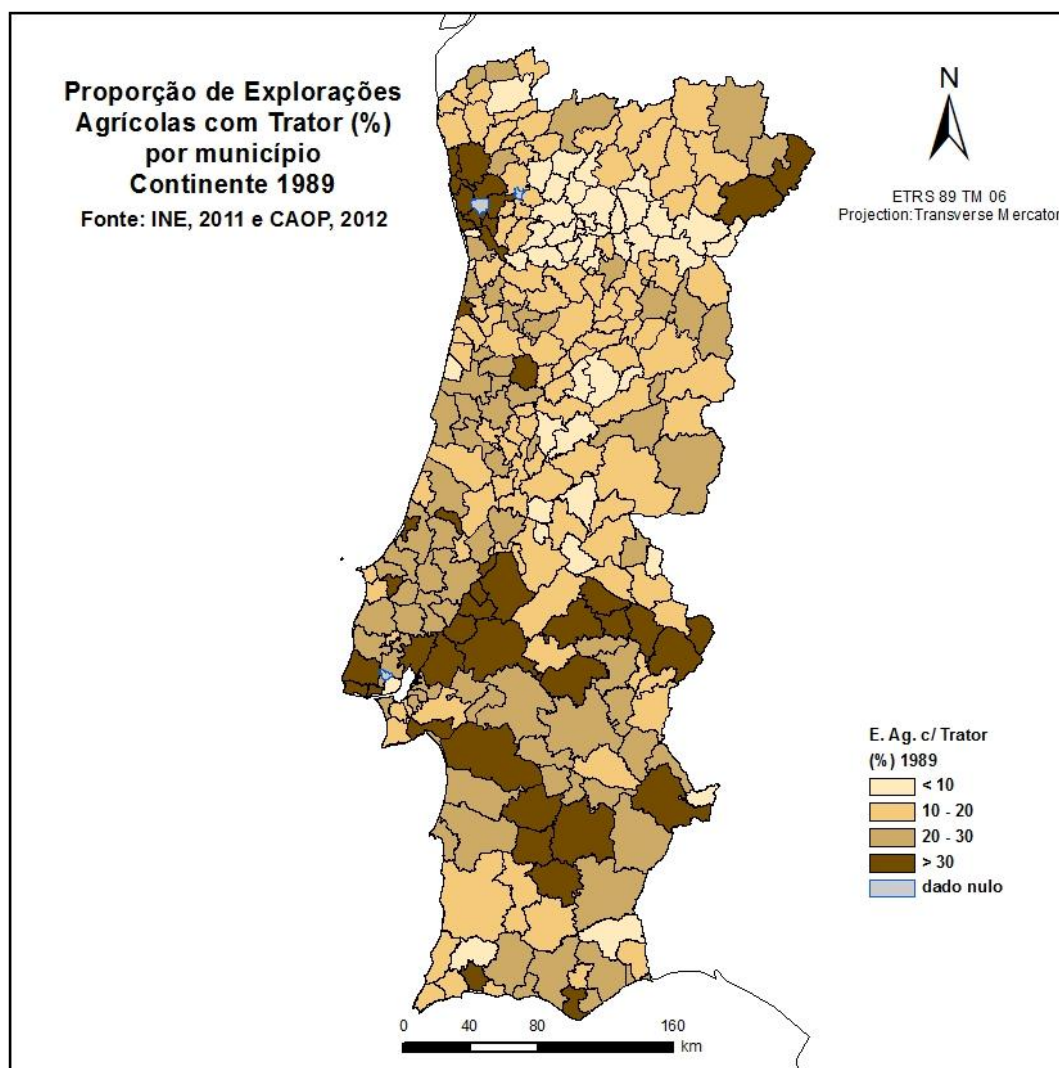
7.4 Mecanização nas explorações agrícolas

7.4.1 Proporção de explorações agrícolas com trator

Nas figuras 7.4.1.1 e 7.4.1.2 apresenta-se a proporção de explorações agrícola com trator, em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 7.4.1.1 podemos verificar que a proporção de explorações agrícolas com trator em 1989 é superior a 30% em 44 municípios, a maioria pertencente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Grande Porto, Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, com um valor máximo de 60,2% no município de Vila do Conde, na NUTS III Grande Porto. Na classe 20 a 30% encontramos 76 municípios (27,3%), distribuídos por todo o Continente, com maior número de municípios nas zonas litoral Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Na classe de proporção inferior a 10% de explorações agrícolas com trator encontramos 44 municípios (15,8%), com um valor mínimo de 0,0 nos municípios de Lisboa e Porto, pertencentes maioritariamente às NUTS III Tâmega, Douro e Pinhal Interior Norte.

Figura 7.4.1.1 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.



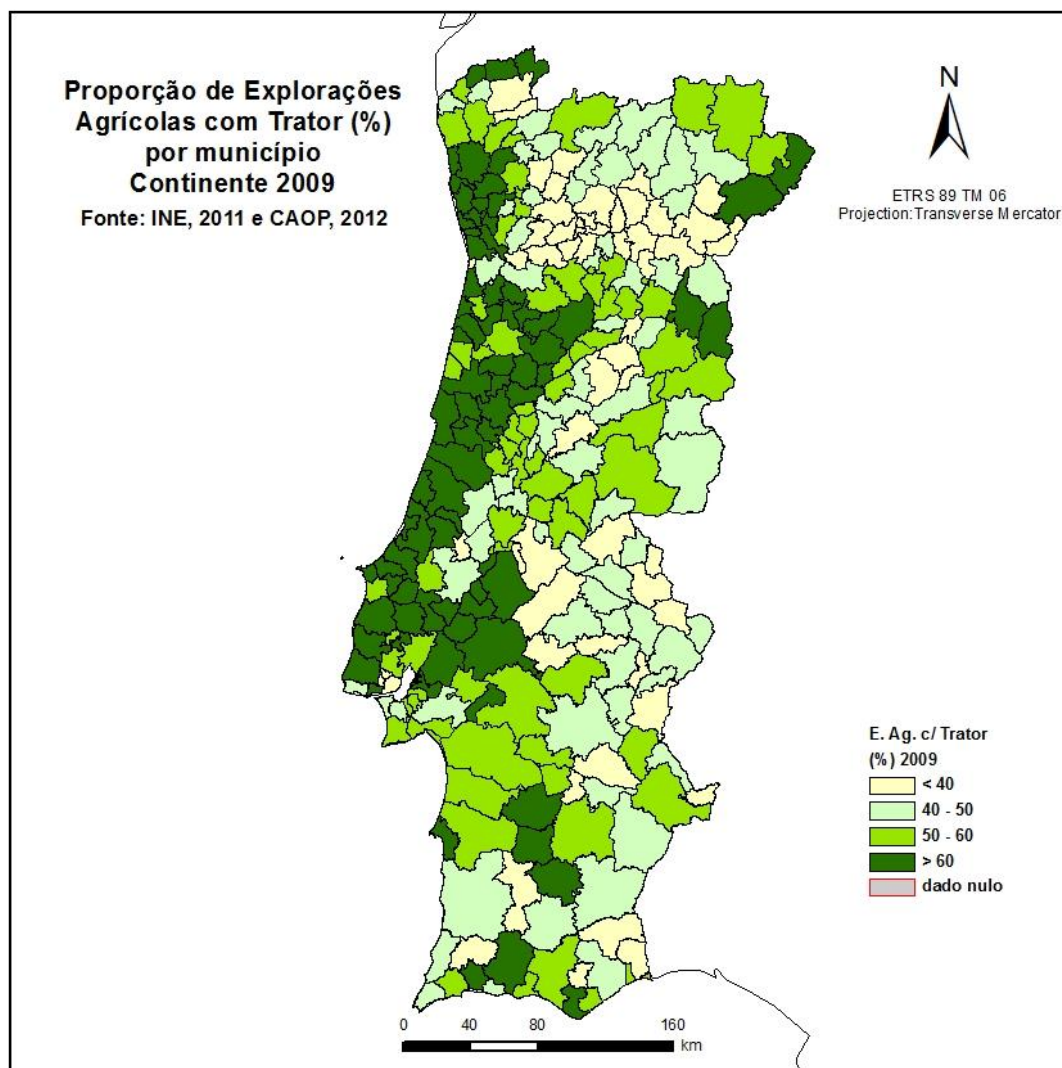
Classes (%)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	3	44	111	76	44
% de municípios	1,1%	15,8%	40,0%	27,3%	15,8%
Valores mín. e máx. (%)		0,0			60,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.1.2 podemos verificar que a proporção de explorações agrícolas com trator em 2009 é superior a 60% em 80 municípios (28,8%), a maioria pertencente às NUTS III Ave, Cávado, Grande Porto, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa, Lezíria do Tejo e Baixo Alentejo, com um valor máximo de 91,9% no município de Vila do Conde, na NUTS III Grande Porto. Na classe 50 a 60% encontramos 73

municípios (26,2%). Na classe de proporção inferior a 40% de explorações agrícolas com trator encontramos 57 municípios (20,5%), com um valor mínimo de 0,0 no município de S. João da Madeira, pertencentes maioritariamente às NUTS III Tâmega, Douro, Serra da Estrela e Alto Alentejo.

Figura 7.4.1.2 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.

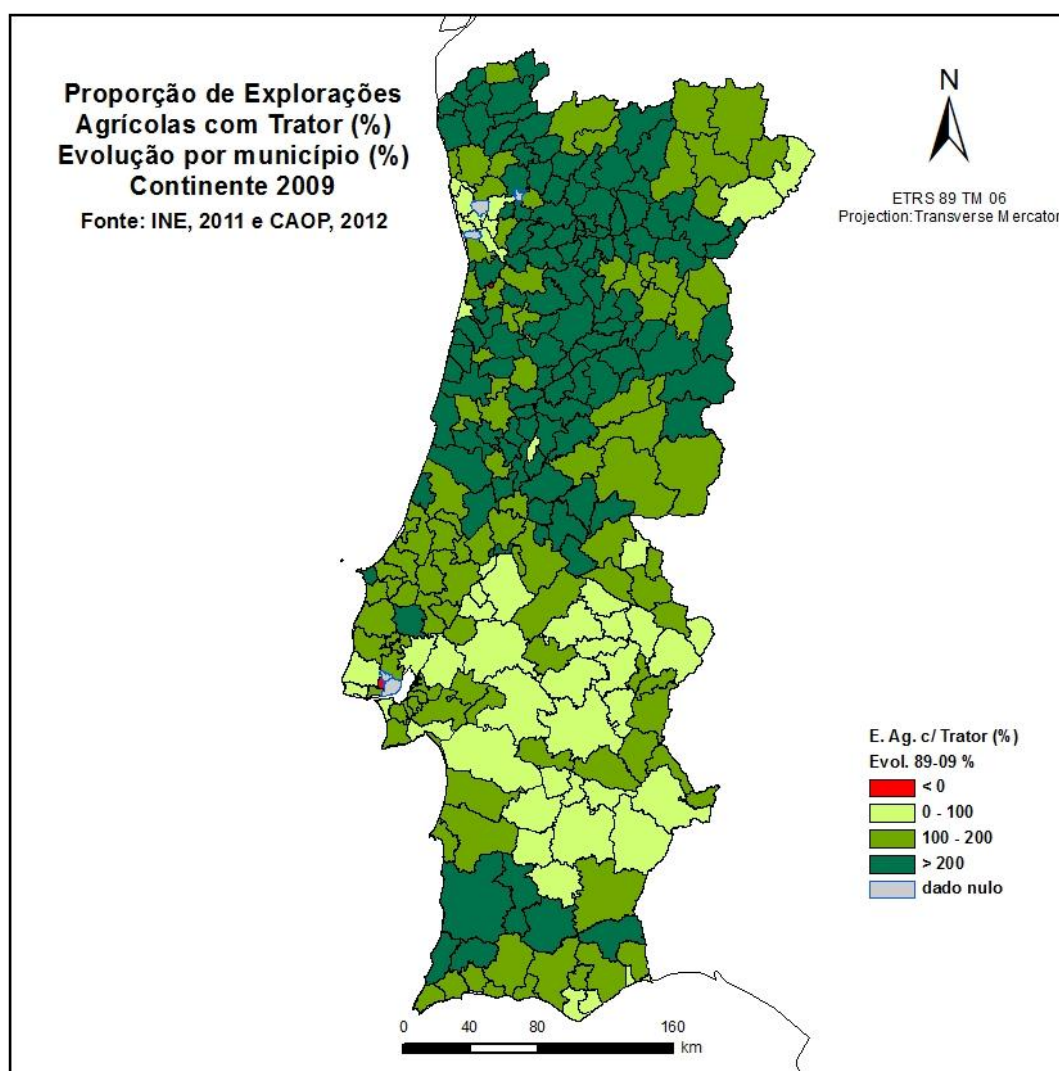


Classes (%)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	57	68	73	80
% de municípios	0,0%	20,5%	24,5%	26,2%	28,8%
Valores mín. e máx. (%)		0,0			91,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.1.3 podemos verificar que a proporção de explorações agrícolas com trator de 1989 para 2009, aumentou mais de 200% em 119 municípios (42,8%) a grande maioria nas regiões Norte e Centro e num núcleo nas zonas litoral e sul do Alentejo e Algarve. O aumento foi entre 100 e 200% em 104 municípios (37,4%). Apenas nos municípios de S. João da Madeira e de Amadora a proporção de explorações agrícolas com trator diminuiu de 1989 para 2009. Assim podemos dizer que de 1989 para 2009 houve aumento generalizado da proporção de explorações agrícolas com trator em todo o Continente.

Figura 7.4.1.3 Evolução da proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

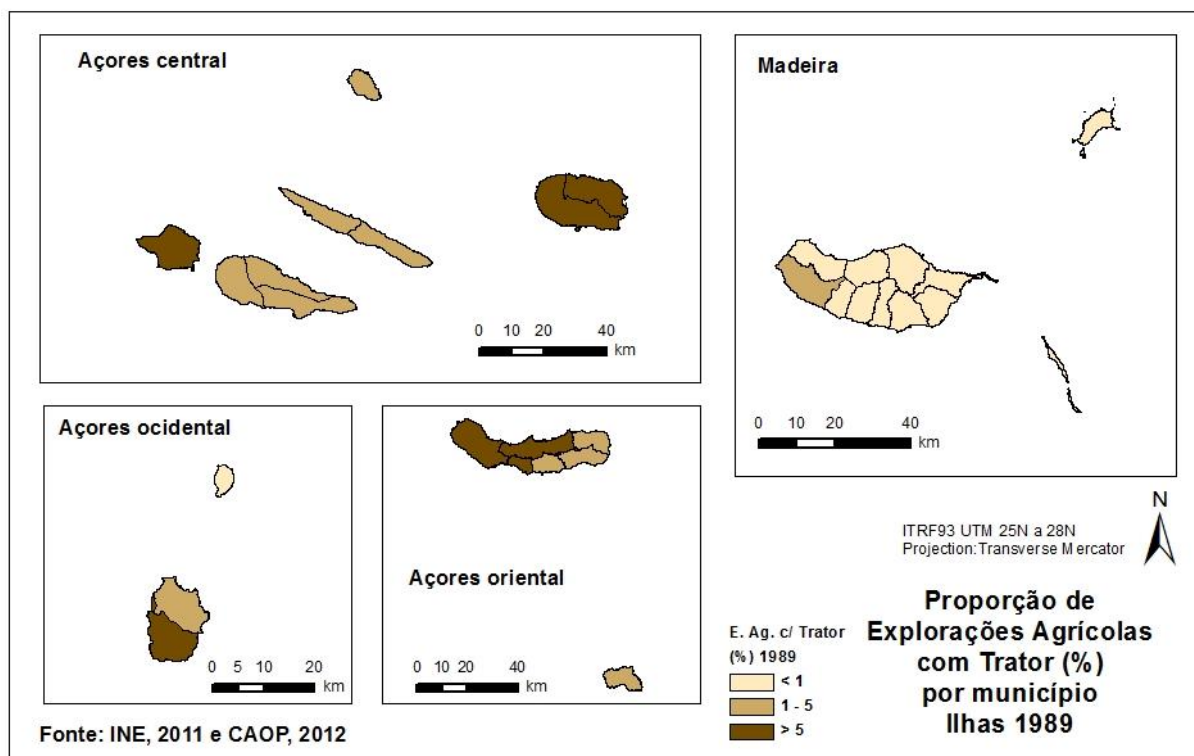


Classes (%)	dado nulo	< 0	0 – 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	5	2	48	104	119
% de municípios	1,8%	0,7%	17,3%	37,4%	42,8%
Valor mín. e máx. (%)		-100,0			711,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.1.4, respeitante à proporção de explorações agrícolas com trator em 1989, na região autónoma dos Açores, encontram-se na classe superior a 5% de explorações agrícolas com trator 7 municípios (36,8%), com o máximo de 11,7% das explorações com trator no município de Angra do Heroísmo. Com exceção do município de Corvo, com 0,0% de explorações agrícolas com trator, os restantes municípios da região autónoma dos Açores estão na classe de 1 a 5% de explorações agrícolas com trator. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) a proporção de explorações agrícolas com trator, em 1989, é inferior a 1%, havendo no município de Calheta 1,5% das explorações agrícolas com trator.

Figura 7.4.1.4 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.

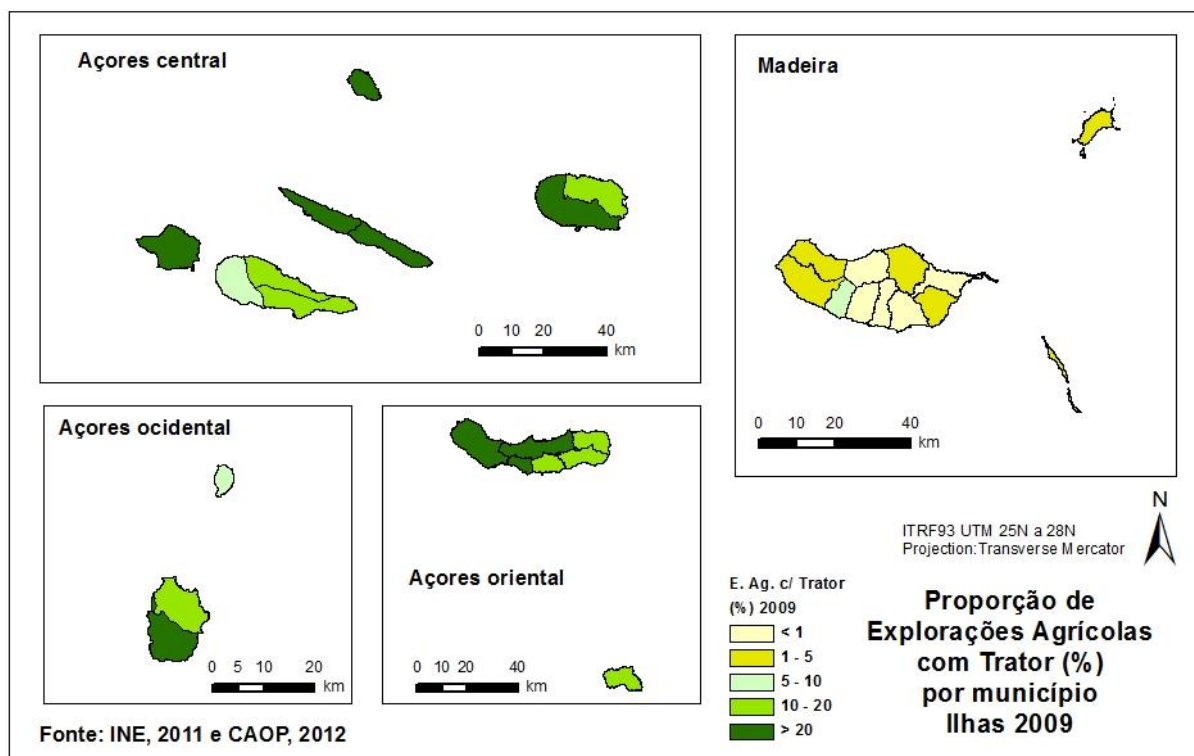


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	11	12	7
% de municípios	0,0%	36,7%	40,0%	23,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		11,7
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	1	11	7
% de municípios	0,0%	5,3%	57,9%	36,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		11,7
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	10	1	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%	
Valor mín. e máx. (%)		0,0	1,5	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.1.5, respeitante à proporção de explorações agrícolas com trator em 2009, na região autónoma dos Açores, encontram-se na classe superior a 20% de explorações agrícolas com trator 8 municípios (42,1%), com o máximo de 26,9% das explorações com trator no município de Angra do Heroísmo. Encontramos a menor proporção de explorações agrícolas com trator no município de Madalena, com 8,5% de explorações agrícolas com trator. Os restantes municípios da região autónoma dos Açores estão nas classes de 5 a 10% (2 municípios) e de 10 a 20% (8 municípios) de explorações agrícolas com trator. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 5 municípios (45,4%) a proporção de explorações agrícolas com trator em 2009 é inferior a 1%, registando-se o máximo de 5,4% das explorações agrícolas com trator no município de Ponta do Sol. Os restantes municípios estão nas classes 1 a 5% (4 municípios) e 5 a 10% (1 município).

Figura 7.4.1.5 Proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.

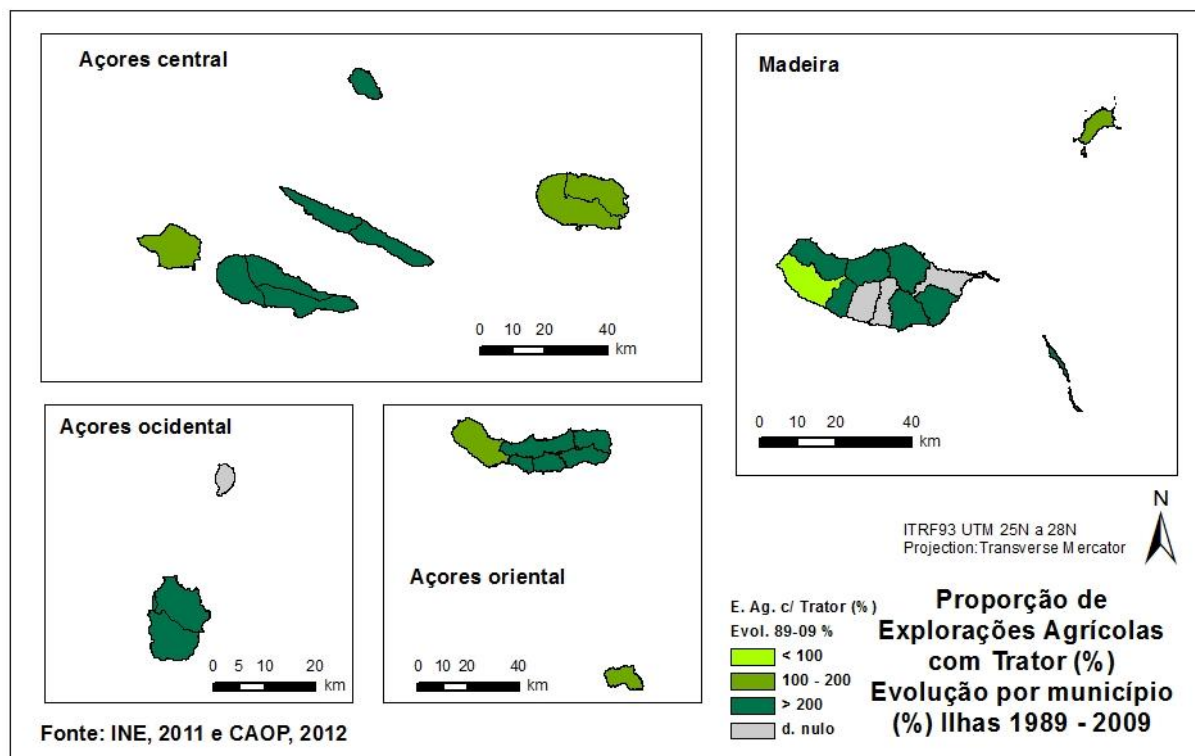


Ilhas						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	5	5	3	8	9
% de municípios	0,0%	16,7%	16,7%	10,0%	26,6%	30,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,1				26,9
Região Autónoma dos Açores						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	0	0	2	8	9
% de municípios	0,0%			10,5%	42,1%	47,4%
Valor mín. e máx. (%)			8,5			26,9
Região Autónoma da Madeira						
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	5	5	1	0	0
% de municípios	0,0%	45,4%	45,4%	9,1%		
Valor mín. e máx. (%)		0,1				5,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.4.1.6 podemos observar a evolução a proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a proporção de explorações agrícolas com trator aumentou em todos os municípios, com aumento superior a 200% de explorações agrícolas com trator em 12 municípios (63,1%), com o máximo 577,4% no município de Calheta de S. Jorge. O menor aumento de explorações agrícolas com trator (129,9%) verificou-se no município de Angra do Heroísmo. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a proporção de explorações agrícolas com trator aumentou em todos os municípios, com aumento superior a 200% de explorações agrícolas com trator em 7 municípios (63,6%), com o máximo 2600,0% no município de Ponta do Sol. O menor aumento de explorações agrícolas com trator verificou-se no município de Calheta, com aumento de 46,6% de explorações agrícolas com trator. Relativamente à proporção de explorações agrícolas com trator encontramos uma diferenciação entre a região autónoma dos Açores e a da Madeira, com esta última com muitos municípios com proporção de explorações agrícolas com trator inferior a 1%, tanto em 1989 como em 2009.

Figura 7.4.1.6 Evolução da proporção de explorações agrícolas com trator, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	4	1	6	19
% de municípios	13,3%	3,3%	20,0%	63,4%
Valor mín. e máx. (%)		46,7		2600,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	1	1	5	12
% de municípios	5,3%	5,3%	26,3%	63,1%
Valor mín. e máx. (%)		129,9		577,4
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	3	0	1	7
% de municípios	27,3%		9,1%	63,6%
Valor mín. e máx. (%)			46,6	2600,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

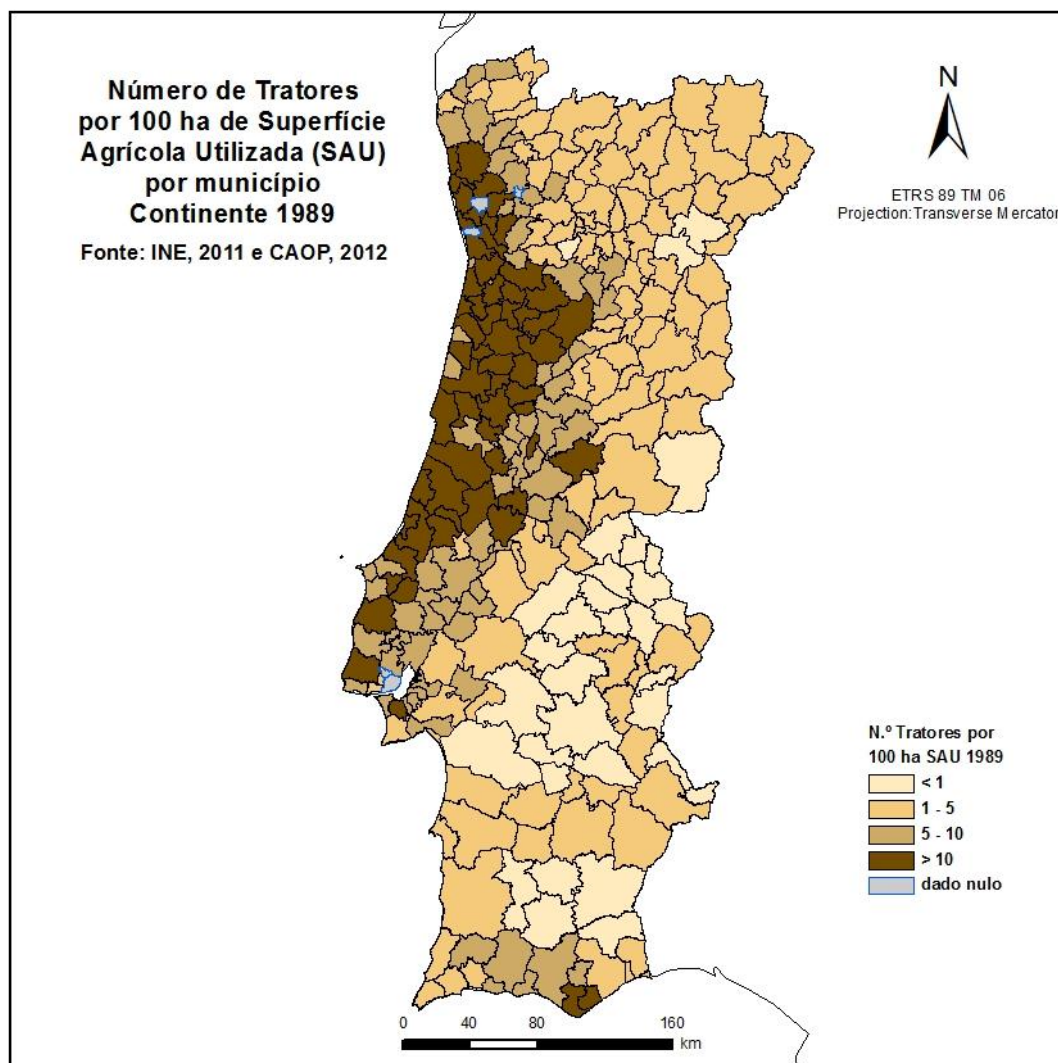
Analisando os dados agregados da proporção de explorações agrícolas com trator ao nível das NUTS I verificamos que a proporção de explorações agrícolas com trator no Continente aumentou 156,1%, de 1989 para 2009, representando 19,6% em 1989 e 50,2% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 229,0%, representando 6,2% em 1989 e 20,4% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 400,0%, representando 0,3% em 1989 e 1,5% em 2009. Verificamos assim que o aumento da proporção de explorações agrícolas com trator foi generalizado em todas as NUTS I.

7.4.2 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU)

Nas figuras 7.4.2.1 e 7.4.2.2 apresenta-se o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), em percentagem da área do município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 7.4.2.1, relativa a 1989, podemos verificar que em 61 municípios (21,9%) há mais de dez tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), com um valor máximo de 26,7 no município de Mortágua, na NUTS III Dão-Lafões. A quase totalidade dos municípios com mais de dez tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontram-se em municípios contíguos, nas regiões Norte e Centro, nas NUTS III Cávado, Ave, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro. O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) está entre cinco e dez, em 73 municípios (26,3%), sobretudo em municípios das NUTS III atrás referidas, a que se acrescentam parte dos municípios das NUTS III Minho-Lima, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Grande Lisboa, Lezíria do Tejo e Algarve. O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) é inferior a um, em 32 municípios (11,5%), com um valor mínimo de 0,3 no município de Barrancos, na NUTS III Baixo Alentejo. A quase totalidade dos municípios com menos de um trator por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontram-se em municípios da região Alentejo.

Figura 7.4.2.1 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1989.

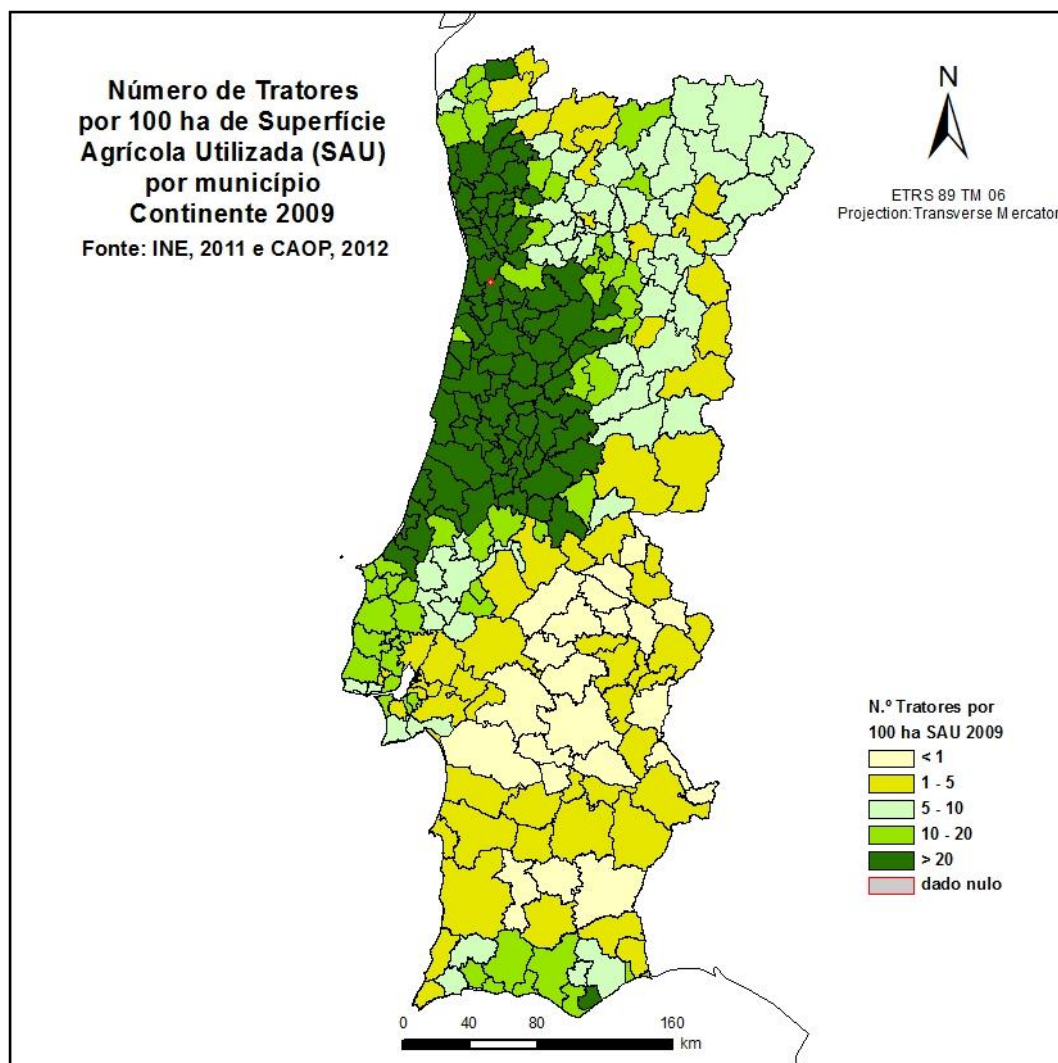


Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	32	107	73	61
% de municípios	1,8%	11,5%	38,5%	26,3%	21,9%
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,3			26,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.2.2, relativa a 2009, podemos verificar que em 87 municípios (31,3%) há mais de 20 tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), com um valor máximo de 69,3 no município de Mortágua, na NUTS III Dão-Lafões. A quase totalidade dos municípios com mais de 20 tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontram-se em municípios contíguos, nas regiões Norte e Centro, nas NUTS III Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo e Oeste, na região Centro. O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) está entre 10 e 20 em 53 municípios (19,1%), sobretudo em municípios das NUTS III atrás referidas, a que se acrescentam parte dos municípios das NUTS III Minho-Lima, Grande Lisboa e Algarve. O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) é inferior a um, em 22 municípios (7,9%), com um valor mínimo de 0,3 no município de Barrancos, na NUTS III Baixo Alentejo. A totalidade dos municípios com menos de um trator por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontram-se em municípios da região Alentejo.

Figura 7.4.2.2 Número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.



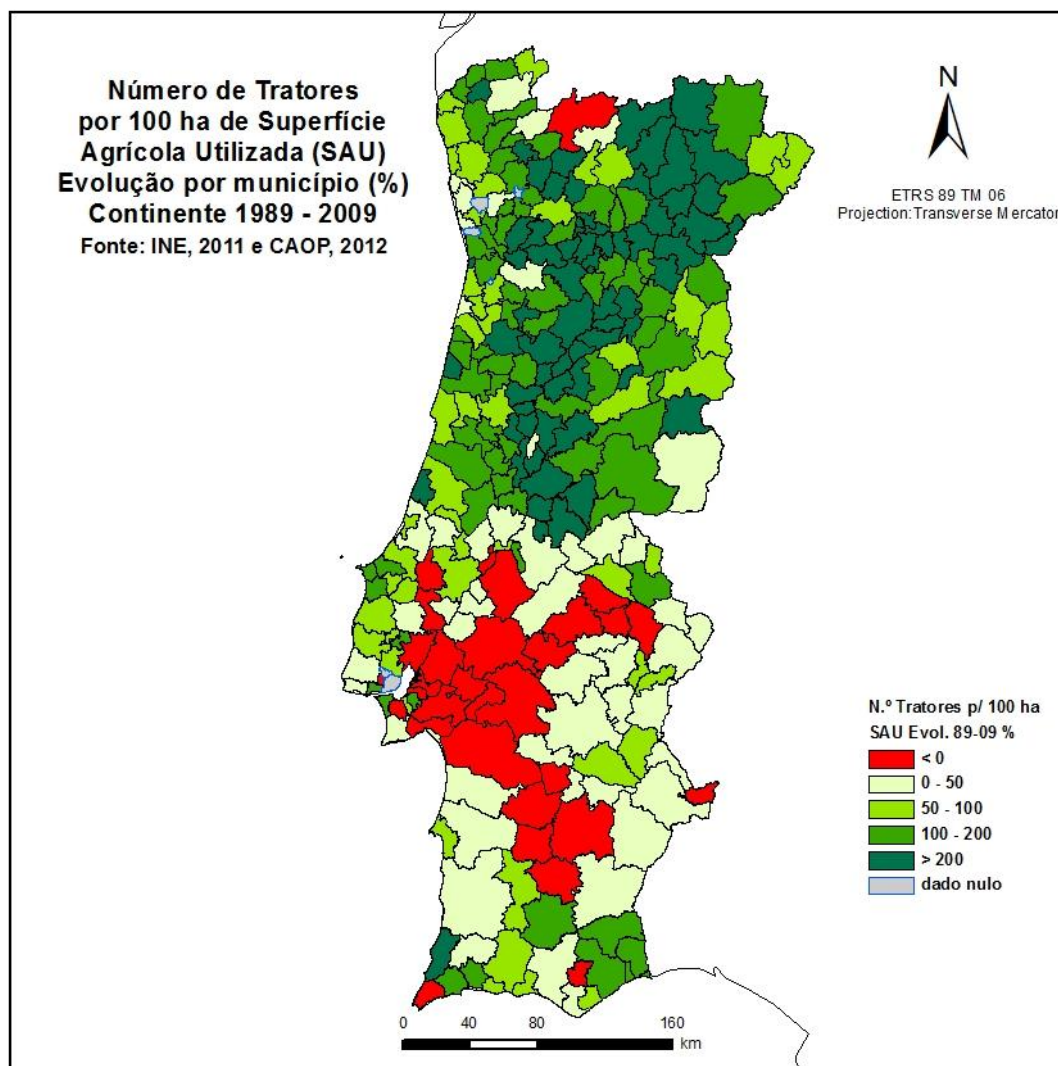
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	22	56	59	53	87
% de municípios	0,4%	7,9%	20,1%	21,2%	19,1%	31,3%
Valor mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,3				69,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.2.3 podemos verificar que o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) de 1989 para 2009, aumentou mais de 200% em 66 municípios (23,7%), a quase totalidade nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Tâmega, Douro, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, nas regiões Norte e Centro, atingindo o máximo de 691,9% no município de Vila de Rei. O aumento foi entre 100 e 200% em 74

municípios (26,6%), a quase totalidade em municípios das regiões Norte, Centro e Algarve. Em 31 municípios o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) diminuiu de 1989 para 2009, a grande maioria em municípios das NUTS III da região Alentejo e na NUTS III Península de Setúbal, em municípios contíguos.

Figura 7.4.2.3 Evolução do número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

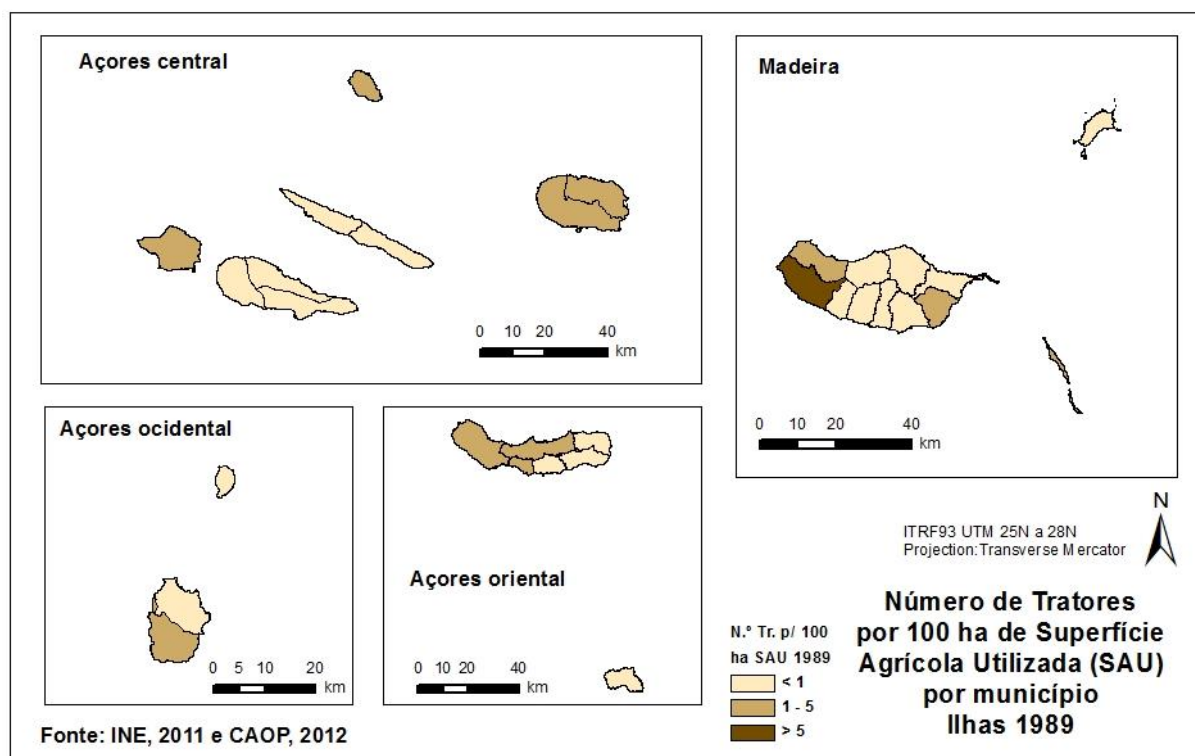


Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	6	31	50	51	74	66
% de municípios	2,2%	11,2%	18,0%	18,3%	26,6%	23,7%
Valor mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		-62,3				691,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.2.4, respeitante ao número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), em 1989, na região autónoma dos Açores na classe 1 a 5 tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) estão 8 municípios. Com menos de 1 trator por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontramos 11 municípios (57,9%), com o mínimo no município de Corvo com o valor de 0,0. Na região autónoma da Madeira o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) é superior a 5 apenas no município de Calheta com o valor de 5,8. Em 2 municípios (18,2%) o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) está compreendido entre 1 e 5 e nos restantes oito municípios da região autónoma da Madeira o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) é inferior a 1, com o mínimo de 0,0 no município de Ribeira Brava.

Figura 7.4.2.4 Número de tratores por 100ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1989.



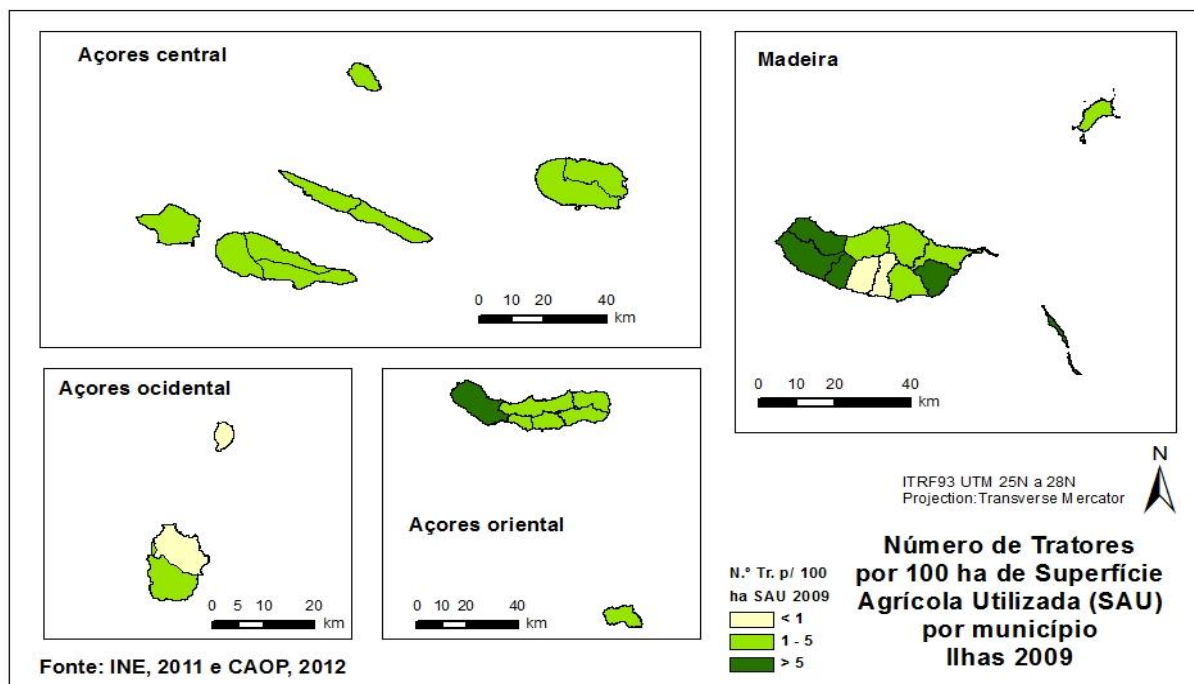
Ilhas				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	19	10	1
% de municípios	0,0%	63,4%	33,3%	3,3%
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,0		5,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	11	8	0
% de municípios	0,0%	57,9%	42,1%	
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,0	2,9	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	8	2	1
% de municípios	0,0%	72,7%	18,2%	9,1
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,0	5,8	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.4.2.5, respeitante ao número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), em 2009, na região autónoma dos Açores apenas em um município o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) está na classe maior que 5 com o máximo de 5,6 tratores no município de Ponta Delgada. Na classe 1 a 5 tratores por 100ha de

superfície agrícola utilizada (SAU) estão 16 municípios (84,2%). Com menos de 1 trator por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) encontramos 2 municípios (10,5%), com o mínimo de 0,5 no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 4 municípios (27,3%) o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) é superior a 5, com um máximo de 15,6 tratores, no município de Ponta do Sol. Em 5 municípios da região autónoma da Madeira (54,5%) o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) está entre 1 e 5 e em dois municípios é inferior a 1 trator por 100ha, com o mínimo de 0,6 nos municípios de Câmara de Lobos e Ribeira Brava.

Figura 7.4.2.5 Número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.



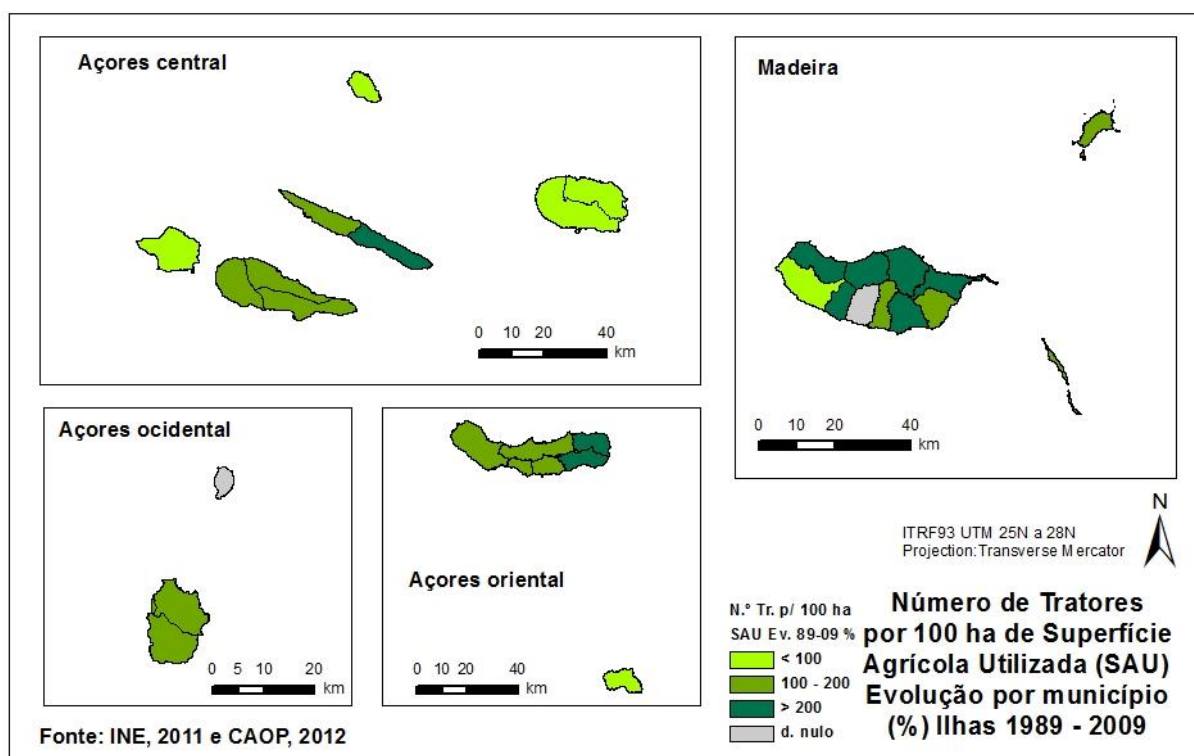
Ilhas				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	4	21	5
% de municípios	0,0%	13,3%	70,0%	16,7%
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,5		15,6
Região Autónoma dos Açores				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	16	1
% de municípios	0,0%	10,5%	84,2%	5,3%
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,5		5,6
Região Autónoma da Madeira				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	5	4
% de municípios	0,0%	18,2%	45,4%	36,4%
Valores mín. e máx. (n.º de tratores por 100 ha de SAU)		0,6		15,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.4.2.6 podemos observar a evolução do número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que nas duas regiões o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), de 1989 para 2009, aumentou em todos os municípios. Na região autónoma dos Açores o aumento foi superior a 200% em três municípios, com um máximo de 280,0% no município de Calheta de S. Jorge; entre 100 e 200% em 10 municípios (52,6%) e inferior a 100% em 5 municípios (26,3%), com um mínimo de 22,2% no município de Vila do Porto. Na

região autónoma da Madeira o aumento foi superior a 200% em 6 municípios (54,5%), com um máximo de 2500,0% no município de Ponta do Sol e entre 100 e 200% em 3 municípios (27,3%), com um mínimo de 24,1% no município de Calheta.

Figura 7.4.2.6 Evolução do número de tratores por 100 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	2	6	13	9
% de municípios	6,7%	20,0%	43,3%	30,0%
Valores mín. e máx. (%)		22,2		2500,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	1	5	10	3
% de municípios	5,3%	26,3%	52,6%	15,8%
Valores mín. e máx. (%)		22,2		280,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (n.º de tratores por 100 ha de SAU)	dado nulo	< 100	100 – 200	> 200
N.º de municípios	1	1	3	6
% de municípios	9,1%	9,1%	27,3%	54,5%
Valores mín. e máx. (%)			24,1	2500,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados do número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) de 1989 para 2009 ao nível das NUTS I verificamos que o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) de 1989 para 2009 no Continente aumentou 50,0%, representando 3,4 em 1989 e 5,1 em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 93,8%, representando 1,6 em 1989 e 3,1 em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 241,7%, representando 1,2 em 1989 e 4,1 em 2009. Verificamos assim que o aumento do número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) de 1989 para 2009 foi generalizado em todas as NUTS I.

7.5 Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas

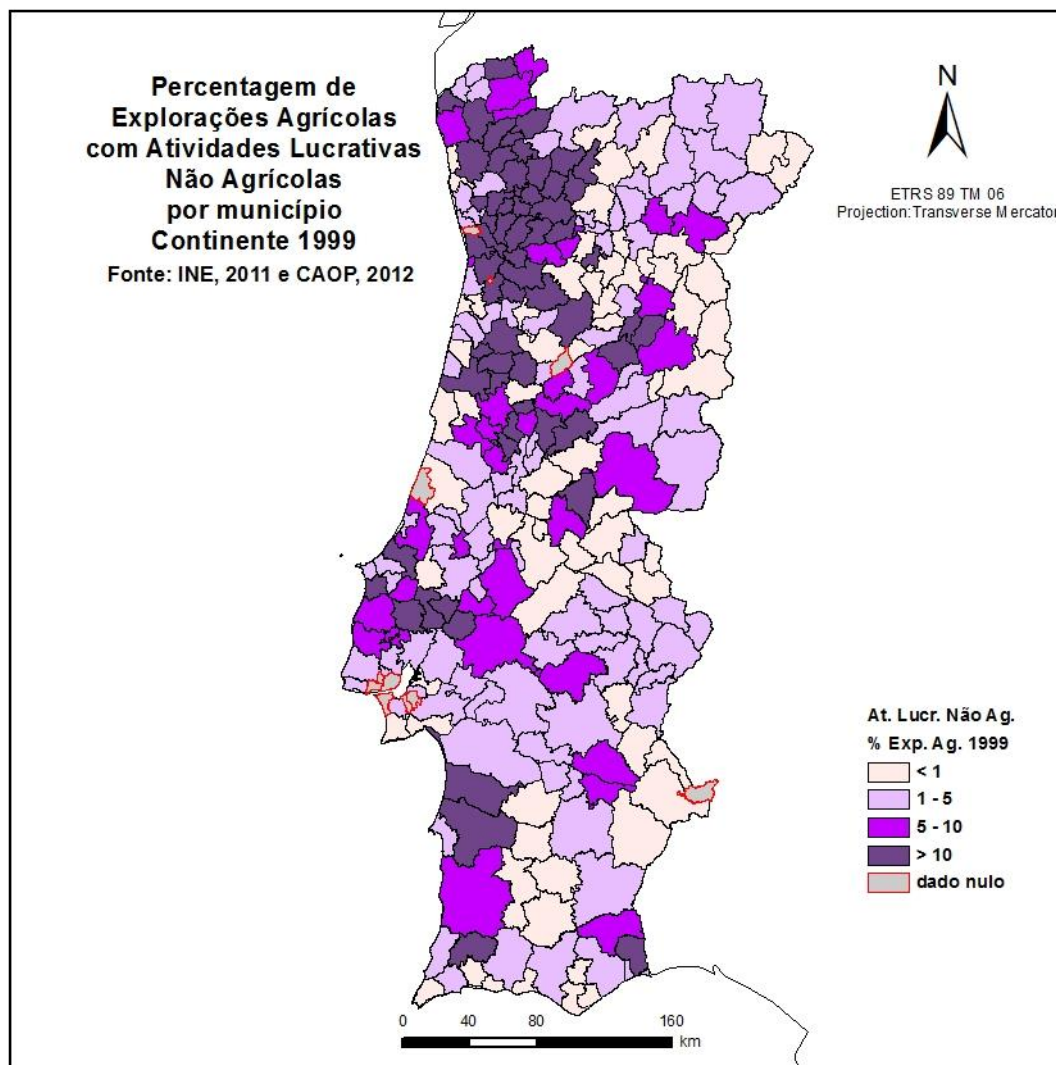
As atividades lucrativas não agrícolas desenvolvidas no seio das explorações agrícolas, referenciadas pelo INE, são: turismo rural e atividades diretamente relacionadas; artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares; transformação de produtos agrícolas alimentares; produção florestal; prestação de serviços; transformação de madeira; aquacultura; produção de energias renováveis e outras atividades lucrativas não especificadas. Os valores apresentados são relativos ao conjunto destas atividades lucrativas. Note-se que os dados apresentados são relativos a 1999 e a 2009, pois o INE não tem disponíveis dados relativos a 1989.

Nas figuras 7.5.1 e 7.5.2 apresenta-se a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 7.5.1 podemos verificar que a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1999 é superior a 10% em 62 municípios, a maioria pertencente às NUTS III Ave, Cávado, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte, com um valor máximo de 94,3% no município de Castelo de Paiva, na NUTS III Tâmega. Na classe 5 a 10% encontramos 38 municípios (13,7%), principalmente, em municípios das regiões Norte, Centro e Alentejo. Na classe de percentagem inferior a 5% de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas encontramos 167 municípios (60,1%), distribuídos por todo o Continente, mas com maior preponderância nas zonas

interiores do território, com um valor mínimo de 0,1% nos municípios de Mêda, Sátão e Albufeira, pertencentes às NUTS III Douro, Dão-Lafões e Algarve, respetivamente.

Figura 7.5.1. Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 1999.



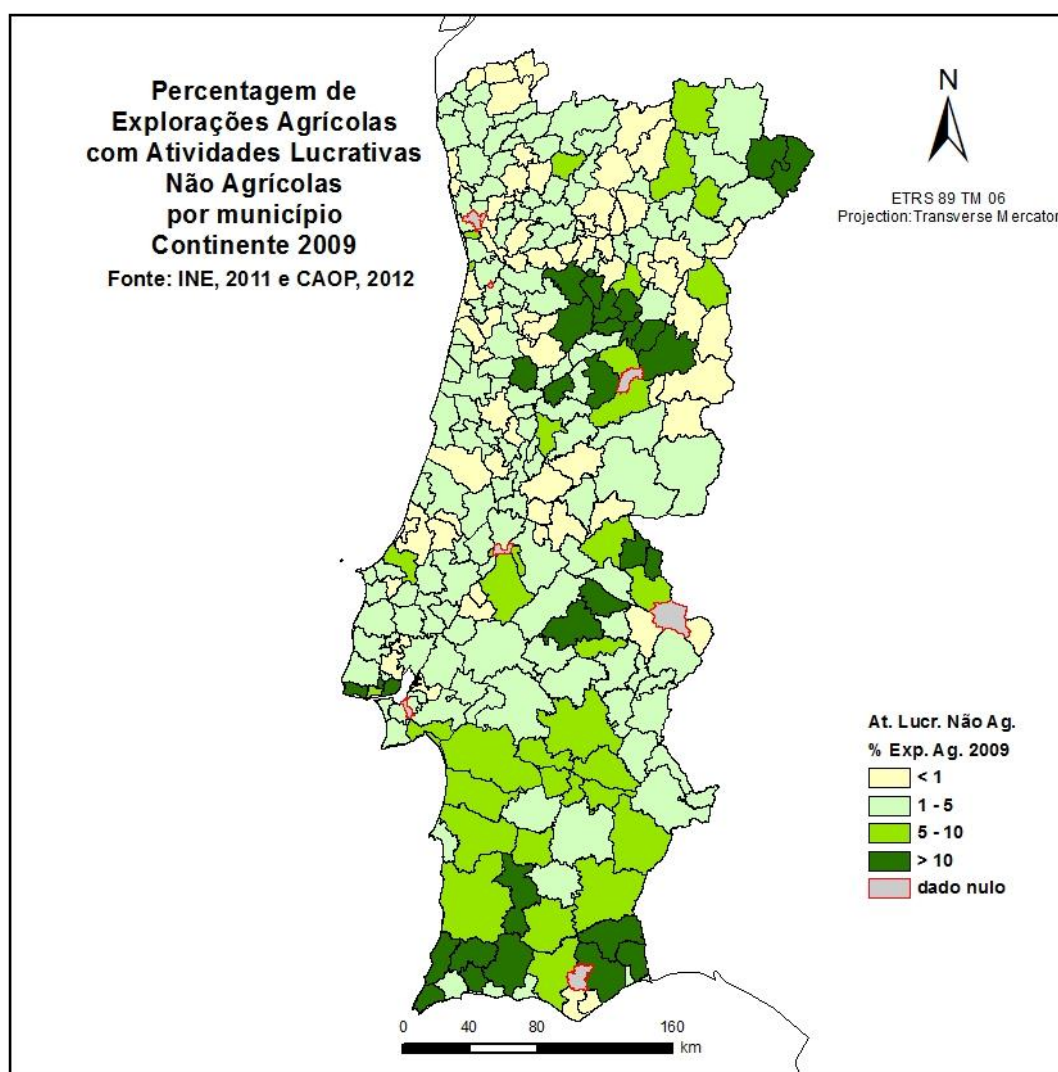
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	11	69	98	38	62
% de municípios	3,9%	24,8%	35,3%	13,7%	22,3%
Valores mín. e máx. (%)		0,1			94,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.5.2 podemos verificar que a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 2009 é superior a 10% em 30 municípios (10,8%), a maioria pertencente às NUTS III Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Alto Alentejo e Algarve,

com um valor máximo de 85,4% no município de Aguiar da Beira, na NUTS III Dão-Lafões. Na classe 5 a 10% encontramos 35 municípios (12,6%), a maioria na região Alentejo. Na classe de percentagem inferior a 5% de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas encontramos 206 municípios (74,1%), com um valor mínimo menor que 0,2% nos município de Gondomar, Póvoa de Varzim, Santo Tirso e Moimenta da Beira, na região Norte.

Figura 7.5.2 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental em 2009.

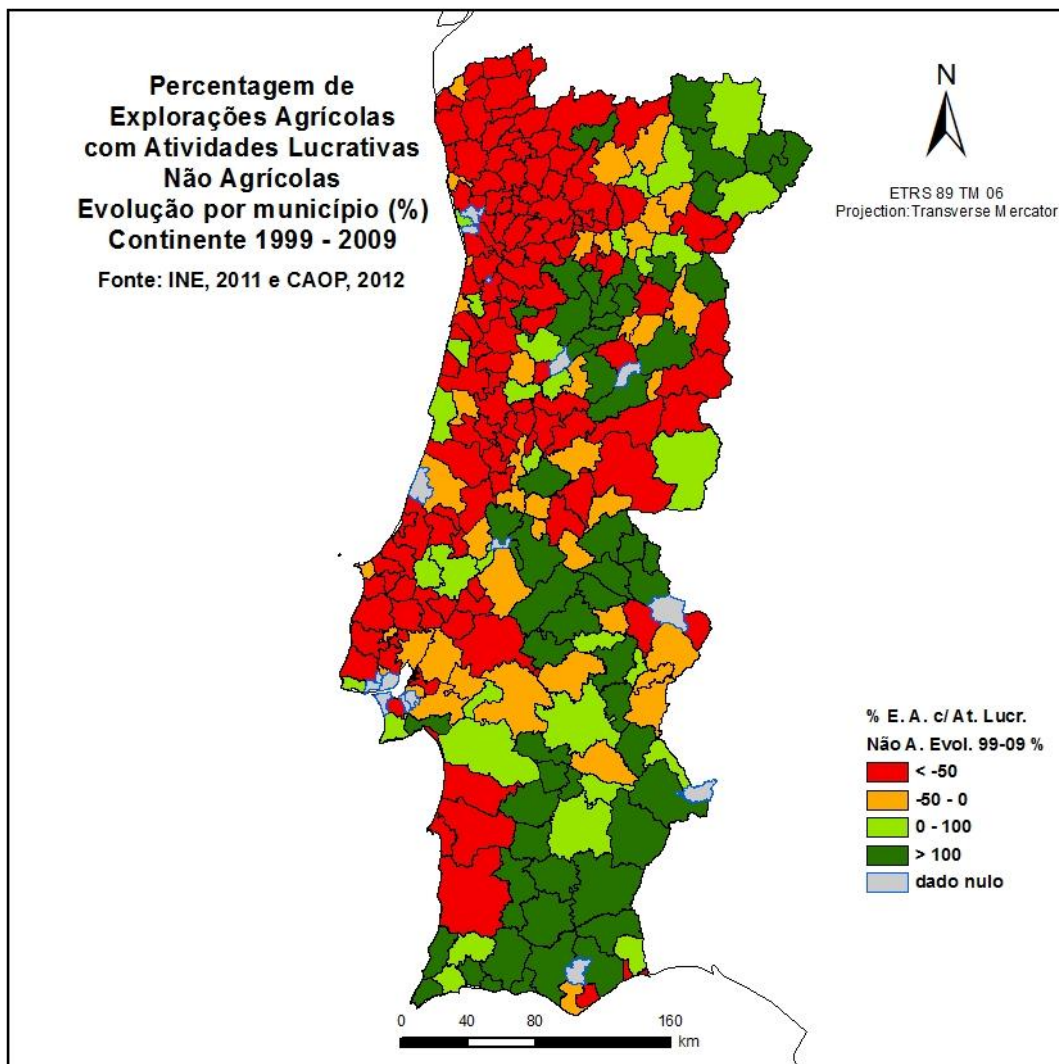


Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	7	69	137	35	30
% de municípios	2,5%	24,8%	49,3%	12,6%	10,8%
Valores mín. e máx. (%)		0,2			85,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.5.3 podemos verificar que a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas de 1999 para 2009, aumentou mais de 100% em 58 municípios (42,8%), a grande maioria em municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. O aumento foi entre 0 e 100% em 33 municípios (11,9%). A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, de 1999 para 2009, diminuiu em 171 municípios (61,6%), sendo que a diminuição foi superior a -50% em 128 municípios, principalmente nas regiões Norte e Centro e NUTS III Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral.

Figura 7.5.3 Evolução da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1999 a 2009.

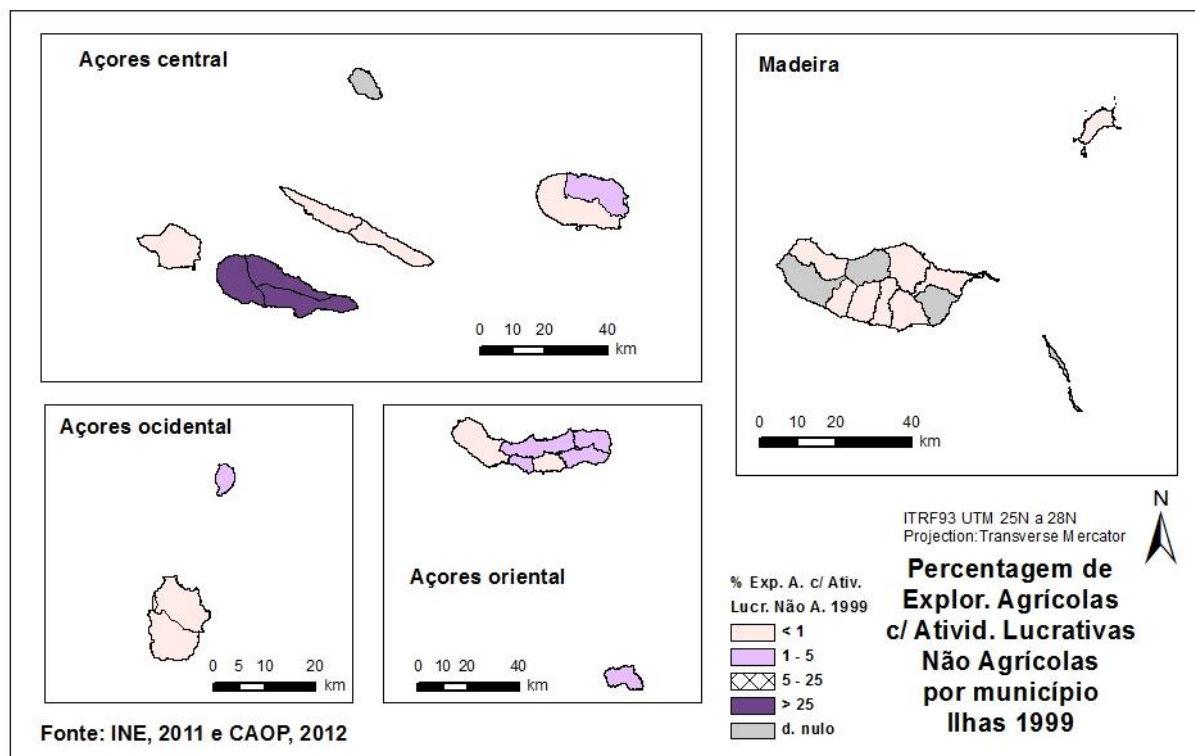


Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	16	128	43	33	58
% de municípios	1,8%	46,1%	15,5%	11,9%	20,7%
Valor mín. e máx. (%)		-99,7			47400,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.5.4, respeitante à percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1999, na região autónoma dos Açores encontram-se na classe superior a 25% de explorações agrícolas nos 3 municípios da ilha do Pico, com o máximo de 51,2% das explorações no município de Madalena. A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1999 é inferior a 1% em 8 municípios (42,1%) estando os restantes 6 municípios da região autónoma dos Açores na classe de 1 a 5%, com destaque para os municípios da ilha de S. Miguel. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 8 municípios (72,7%) a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 1989 é inferior a 1%, sendo nulo nos restantes municípios. Verificamos em 1999 diferenças substanciais na percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas entre as regiões autónomas. Enquanto na região autónoma da Madeira a percentagem de explorações agrícolas é inferior a 1% em todos os municípios, na região autónoma dos Açores há uma grande diferença de percentagem de explorações agrícola entre municípios, com municípios com mais de 50 % das explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas até menos de 1% das explorações agrícolas.

Figura 7.5.4 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas em 1999.

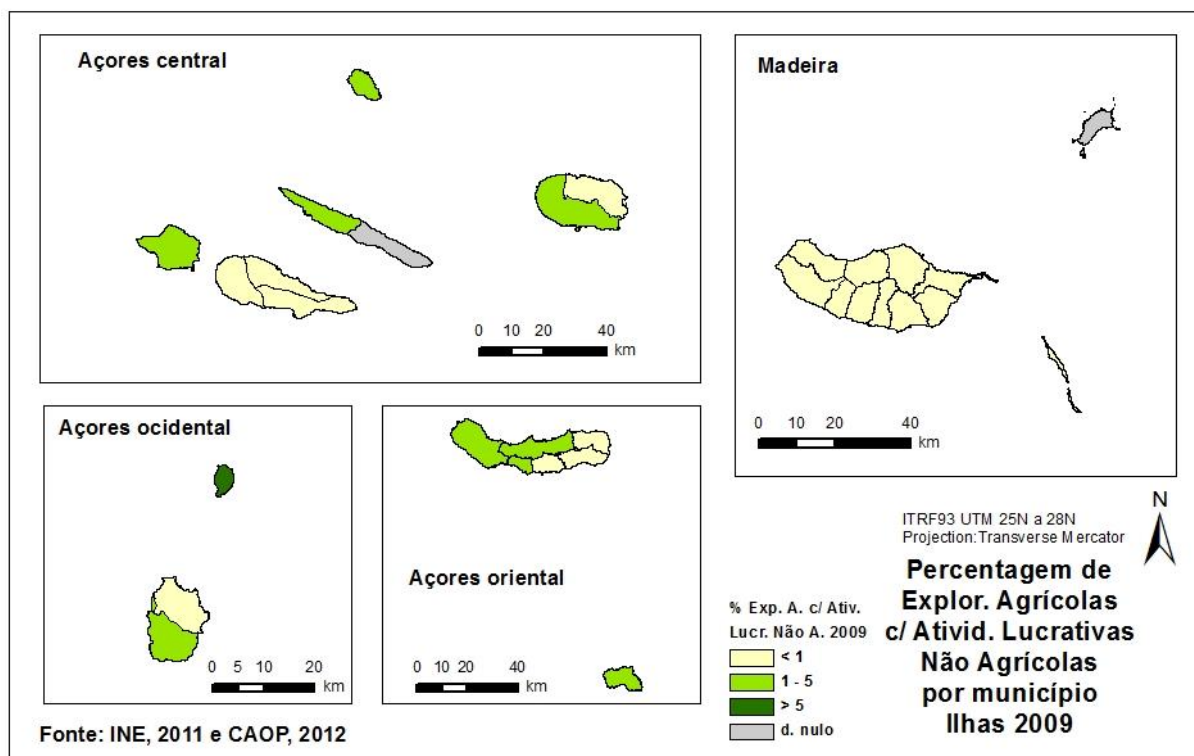


Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 5	5 - 25	> 25
N.º de municípios	4	16	7	0	3
% de municípios	13,3%	53,4%	23,3%	0,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (%)		0,1			51,2
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 5	5 - 25	> 25
N.º de municípios	1	8	7	0	3
% de municípios	5,3%	42,1%	36,8%	0,0%	15,8%
Valor mín. e máx. (%)		0,2			51,2
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 - 5	5 - 25	> 25
N.º de municípios	3	8	0	0	0
% de municípios	27,3%	72,7%			
Valor mín. e máx. (%)		0,1-0,7			

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 7.5.5, respeitante à percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 2009, na região autónoma dos Açores encontram-se na classe superior a 5% de explorações agrícolas apenas o município do Corvo, com 12,5% das explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas. A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 2009 é inferior a 1% em 8 municípios (42,1%) estando os restantes 9 municípios da região autónoma dos Açores na classe de 1 a 5% de explorações agrícolas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 2009 é inferior a 1%, sendo nulo num município. Verificamos em 2009, tal como em 1999, diferenças substanciais na percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas entre as regiões autónomas. Enquanto na região autónoma da Madeira a percentagem de explorações agrícolas é inferior a 1% em todos os municípios, na região autónoma dos Açores há uma maior diferença de percentagem de explorações agrícola entre municípios, apesar de essas diferenças entre regiões se terem esbatido de 1999 para 2009.

Figura 7.5.5 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas 2009.

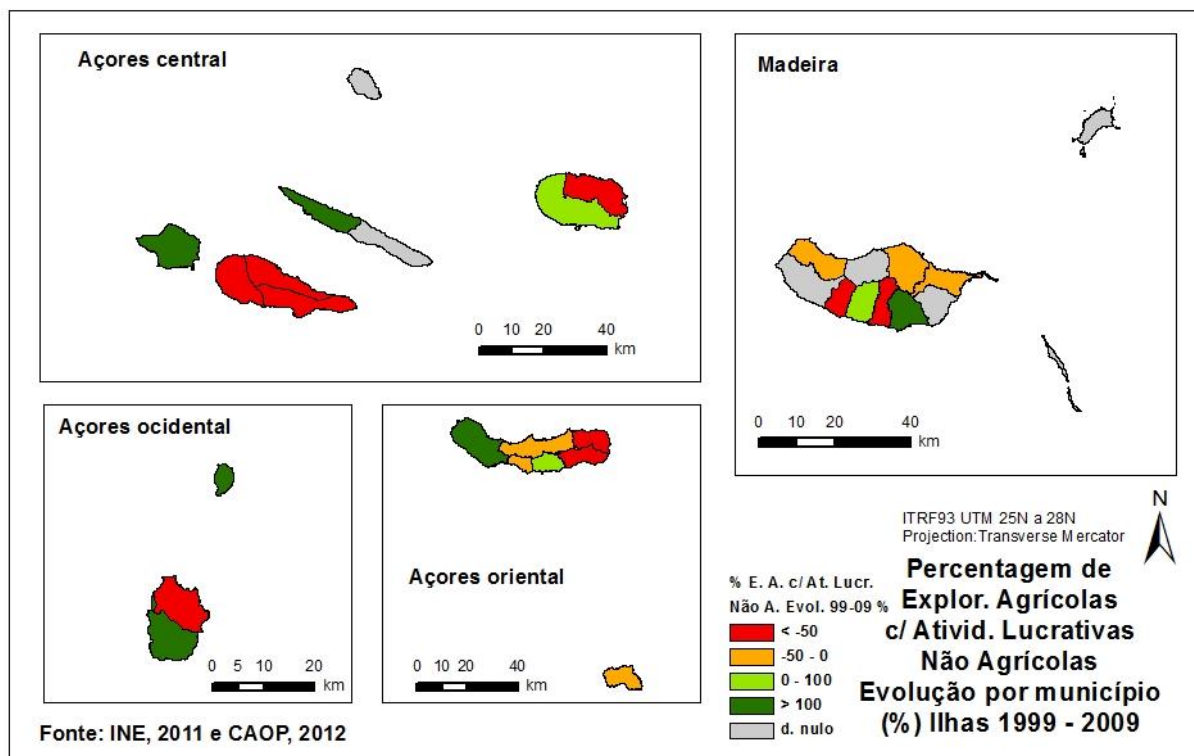


Ilhas				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	2	18	9	1
% de municípios	0,0%	60,0%	30,0%	3,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,0		12,5
Região Autónoma dos Açores				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	8	9	1
% de municípios	5,3%	42,1%	47,3%	5,3%
Valor mín. e máx. (%)		0,4		12,5
Região Autónoma da Madeira				
Classes (%)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 20
N.º de municípios	1	10	0	0
% de municípios	9,1%	90,9%		
Valor mín. e máx. (%)		0,0-0,6		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 7.5.6 podemos observar a evolução da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1999 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas aumentou em 7 municípios, com aumento superior a 100% de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em 5 municípios (26,3%), com o máximo 800,0% no município de Lajes das Flores. A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas diminuiu em 10 municípios, com o menor valor no município de Madalena (-99,1%). Realça-se o facto de em 1999 os municípios com maior percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, coincidirem com municípios onde a diminuição de percentagem foi mais elevada. Na região autónoma da Madeira a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas aumentou apenas em 2 municípios, diminuiu em 5 e foi nula nos restantes municípios.

Figura 7.5.6 Evolução da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Ilhas de 1999 a 2009.



Ilhas					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 100	> 100
N.º de municípios	6	9	6	3	6
% de municípios	20,0%	30,0%	20,0%	10,0%	20,0%
Valor mín. e máx. (%)		-99,1			800,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 100	> 100
N.º de municípios	2	7	3	2	5
% de municípios	10,5%	36,9%	15,8%	10,5%	26,3%
Valor mín. e máx. (%)		-99,1			800,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (%)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 100	> 100
N.º de municípios	4	2	3	1	1
% de municípios	36,3%	18,2	27,3	9,1%	9,1%
Valor mín. e máx. (%)		-50,0			600,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas no Continente diminuiu 36,8% de 1999 para 2009, representando 8,6% em 1999 e 5,4% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 74,3%, representando 6,0% em 1999 e 1,5% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 127,7%, representando 0,1% em 1999 e 0,2 % em 2009. Verificamos assim que o aumento da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas de 1999 para 2009 diminuiu muito no Continente e na região autónoma dos Açores e aumentou na região autónoma da Madeira. Na medida em que o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas na região autónoma da Madeira é muito baixo, a percentagem assinalada atrás carece de significado prático.

No quadro 7.5.1 apresenta-se o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas e as respetivas percentagens, relativamente ao total de explorações agrícolas, por atividade lucrativa, em 1999 e 2009. Apresenta-se também a evolução do número e da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, de 1999 para 2009.

Quadro 7.5.1 Atividades lucrativas não agrícolas nas explorações agrícolas.

Atividades Lucrativas Não Agrícolas nas Explorações Agrícolas		Continente		R. A. Açores		R. A. Madeira	
Explorações Agrícolas com Atividades Lucrativas Não Agrícolas		N.º	% (*)	N.º	% (*)	N.º	% (*)
Total de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas	1999	32721	8,6	1149	6,0	15	0,1
	2009	15045	5,4	207	1,5	32	0,2
	Evol. 99-09 %	-54,0	-36,8	-81,9	-74,3	113,3	127,7
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	1999	418	1,3	18	1,6	8	53,3
	2009	573	3,8	18	8,7	15	46,9
	Evol. 99-09 %	37,1	198,1	0,0	455,1	87,5	-12,1
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	1999	299	0,9	70	6,1	0	0,0
	2009	71	0,5	6	2,9	1	3,1
	Evol. 99-09 %	-76,3	-48,4	-91,4	-52,4	—	—
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1999	29009	88,7	980	85,3	3	20,0
	2009	1114	7,4	26	12,6	8	25,0
	Evol. 99-09 %	-96,2	-91,6	-97,3	-85,3	166,7	25,0
Produção florestal	1999	—	—	—	—	—	—
	2009	10836	72,0	3	1,4	3	9,4
	Evol. 99-09 %	—	—	—	—	—	—
Prestação de serviços	1999	2109	6,4	74	6,4	2	13,3
	2009	1616	10,7	124	59,9	0	0,0
	Evol. 99-09 %	-23,4	66,6	67,6	830,1	-100,0	-100,0
Transformação de madeira	1999	674	2,1	9	0,8	1	6,7
	2009	111	0,7	7	3,4	0	0,0
	Evol. 99-09 %	-83,5	-64,2	-22,2	331,7	-100,0	-100,0
Aquacultura	1999	32	0,1	0	0,0	0	0,0
	2009	16	0,1	0	0,0	0	0,0
	Evol. 99-09 %	-50,0	8,7	0,0	0,0	—	—
Produção de energias renováveis	1999	24	0,1	0	0,0	0	0,0
	2009	99	0,7	1	0,5	1	3,1
	Evol. 99-09 %	312,5	798,1	—	—	—	—
Outras atividades lucrativas	1999	907	2,8	13	1,1	3	20,0
	2009	1270	8,4	27	13,0	8	25,0
	Evol. 99-09 %	40,0	204,5	107,7	1052,8	166,7	25,0

(*) – Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em relação ao número total de explorações agrícolas.

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1999 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Da análise do quadro 7.5.1 evidencia-se que o número total e a percentagem de explorações agrícolas com atividade lucrativa não agrícola diminuí de 1999 para 2009 no Continente e na região autónoma dos Açores e aumentou na região autónoma da Madeira.

No Continente, quanto às explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, evidenciam-se os seguintes pontos:

(1) a transformação de produtos agrícolas alimentares é largamente predominante em 1999 tendo diminuído drasticamente em 2009, tanto em número como em percentagem de explorações agrícolas;

(2) de 1999 para 2009 diminuíram as atividades de “transformação de produtos agrícolas alimentares”, “artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares”, “transformação de madeiras” e “aquacultura”;

(3) em 2009 a “produção florestal” torna-se a atividade dominante tanto em número de explorações agrícolas como em percentagem;

(4) de 1999 para 2009 aumentaram as atividades de “turismo rural e atividades diretamente relacionadas”, “produção de energias renováveis” e “outras atividades lucrativas”, tanto em número de explorações como em percentagem.

Na região autónoma dos Açores, quanto às explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, evidenciam-se os seguintes pontos:

(1) a transformação de produtos agrícolas alimentares é largamente predominante em 1999 tendo diminuído drasticamente em 2009, tanto em número como em percentagem de explorações agrícolas;

(2) de 1999 para 2009 diminuíram as atividades de “transformação de produtos agrícolas alimentares” e de “artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares”;

(3) em 2009 a “prestação de serviços” torna-se a atividade dominante tanto em número de explorações agrícolas como em percentagem;

(4) de 1999 para 2009 aumentaram as atividades de “prestação de serviços” e de “outras atividades lucrativas”, tanto em número de explorações como em percentagem, e a atividade “turismo rural e atividades diretamente relacionadas”, apenas em percentagem de explorações agrícolas.

Na região autónoma da Madeira, quanto às explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, evidenciam-se os seguintes pontos:

(1) o “turismo rural e atividades diretamente relacionadas”, a “transformação de produtos agrícolas alimentares” e “outras atividades lucrativas” são as atividades predominantes, tanto em número como em percentagem de explorações agrícolas;

(2) de 1999 para 2009 aumentaram as atividades de “turismo rural e atividades diretamente relacionadas”, “transformação de produtos agrícolas alimentares” e de “outras atividades lucrativas”, em número de explorações;

(3) na região autónoma da Madeira o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas é muito pequeno em qualquer das atividades.

8. Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo

8. Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo

Os aspetos sociais do uso do solo analisados neste capítulo centram-se nas pessoas que gerem e trabalham nas explorações agrícolas, focando-se nos produtores agrícolas singulares, na mão-de-obra agrícola e na utilização do trabalho nas explorações agrícolas.

O produtor agrícola é o responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc. (INE, 2011).

A natureza jurídica das explorações agrícolas, disponibilizadas nos dados estatísticos da agricultura e pescas, relativos ao recenseamento agrícola e inquéritos estruturais, do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, são: produtor singular, sociedades, baldios e outras formas de natureza jurídica do produtor (cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas). A natureza jurídica das explorações agrícolas predominante é a de produtor agrícola singular, como podemos observar no quadro 8.1, relativo a 1989 e a 2009 (INE, 2011).

Quadro 8.1 Percentagem de produtores agrícolas singulares, relativos à natureza jurídica das explorações agrícolas, em 1989 e em 2009.

	Produtores Agrícolas Singulares em 1989 (%)	Produtores Agrícolas Singulares em 2009 (%)
Portugal	99,1	97,4
Continente	99,1	97,3
Região Autónoma dos Açores	99,0	98,7
Região Autónoma da Madeira	99,6	99,3

Fontes: Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2011); elaboração própria.

Nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo, relativos à natureza jurídica das explorações agrícolas, apenas são abordados os produtores singulares, tendo em conta o peso hegemónico

desta forma de natureza jurídica das explorações agrícolas. Relativamente aos produtores singulares vai abordar-se: o número, a idade, através da análise dos grupos etários, o nível de escolaridade e o tempo de atividade nas explorações agrícolas.

8.1 Número de produtores agrícolas singulares

O produtor singular é o produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades coletivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc. O produtor singular é ainda classificado como produtor singular autónomo e produtor singular empresário. O produtor singular autónomo é a pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excepcional ao trabalho assalariado. O produtor singular empresário é a pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a atividade de pessoal assalariado na sua exploração (INE, 2014).

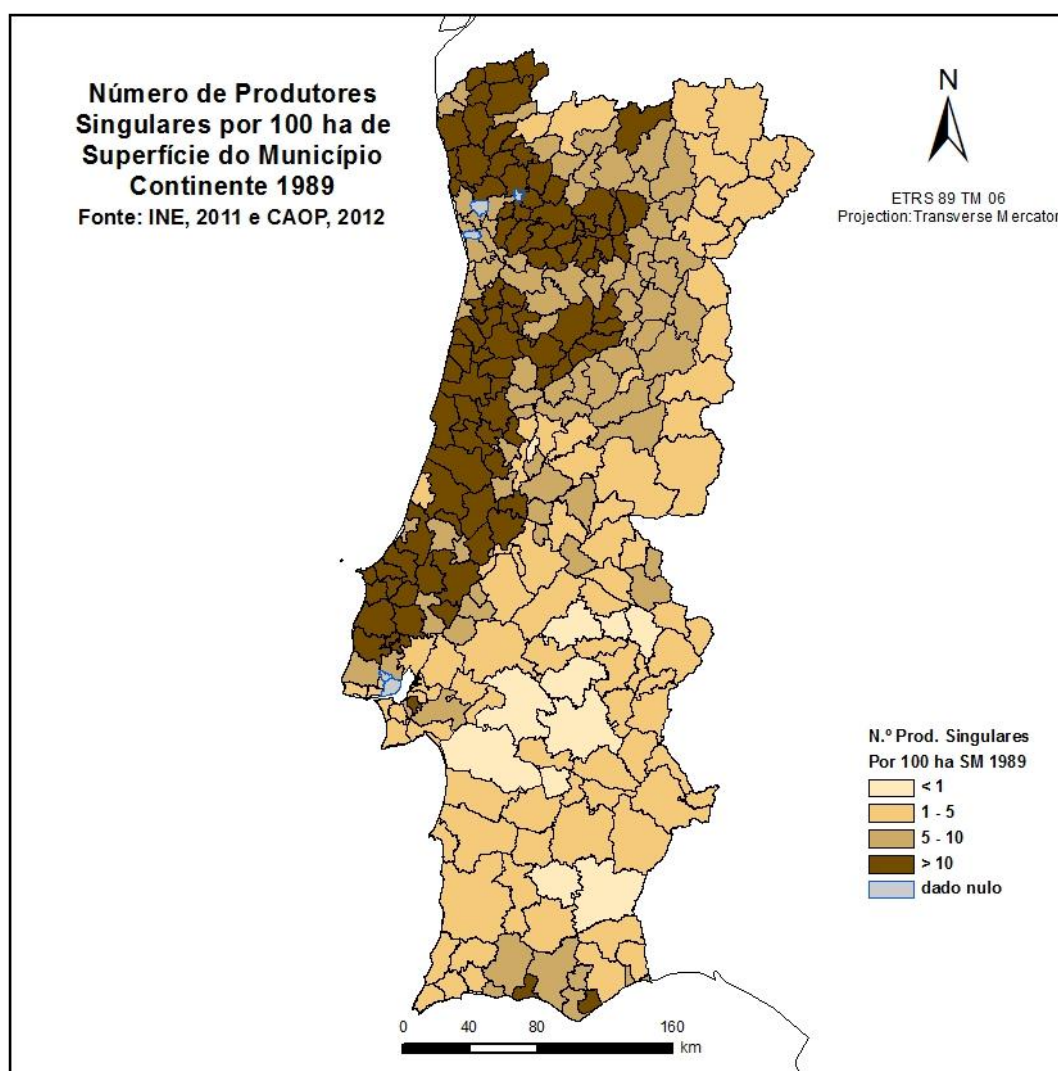
O número de produtores singulares em 1989 e em 2009 e a sua evolução de 1989 para 2009 é caracterizado aqui pelo número de produtores singulares por 100ha de superfície do município (SM) e pelo número de produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas (SEA), por município.

Nas figuras 8.1.1.1 e 8.1.1.2 apresenta-se o número de produtores singulares por 100ha de superfície do município e por 100ha de superfície das explorações agrícolas, respetivamente, em Portugal Continental, em 1989.

Pela análise da figura 8.1.1.1, relativa a 1989, podemos verificar que em 94 municípios (33,8%) há mais de dez produtores singulares por 100ha de superfície do município, com um valor máximo de 31,0 produtores singulares no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de dez produtores singulares por 100ha encontram-se em municípios contíguos, nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e parte do Douro, na Região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, parte do Médio Tejo, na região Centro e parte da Lezíria do Tejo na região Alentejo. O número de produtores singulares por 100ha está entre cinco e dez por 100ha, em

81 municípios (29,1%), sobretudo em municípios envolventes às NUTS III atrás referidas, nas regiões Norte e Centro. O número de produtores singulares por 100ha é inferior a um em 11 municípios (4,0%), com um valor mínimo de 0,5 no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. A totalidade dos municípios com menos de encontram-se em municípios na região Alentejo.um produtor singular por 100ha

Figura 8.1.1.1 Número de produtores singulares por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.

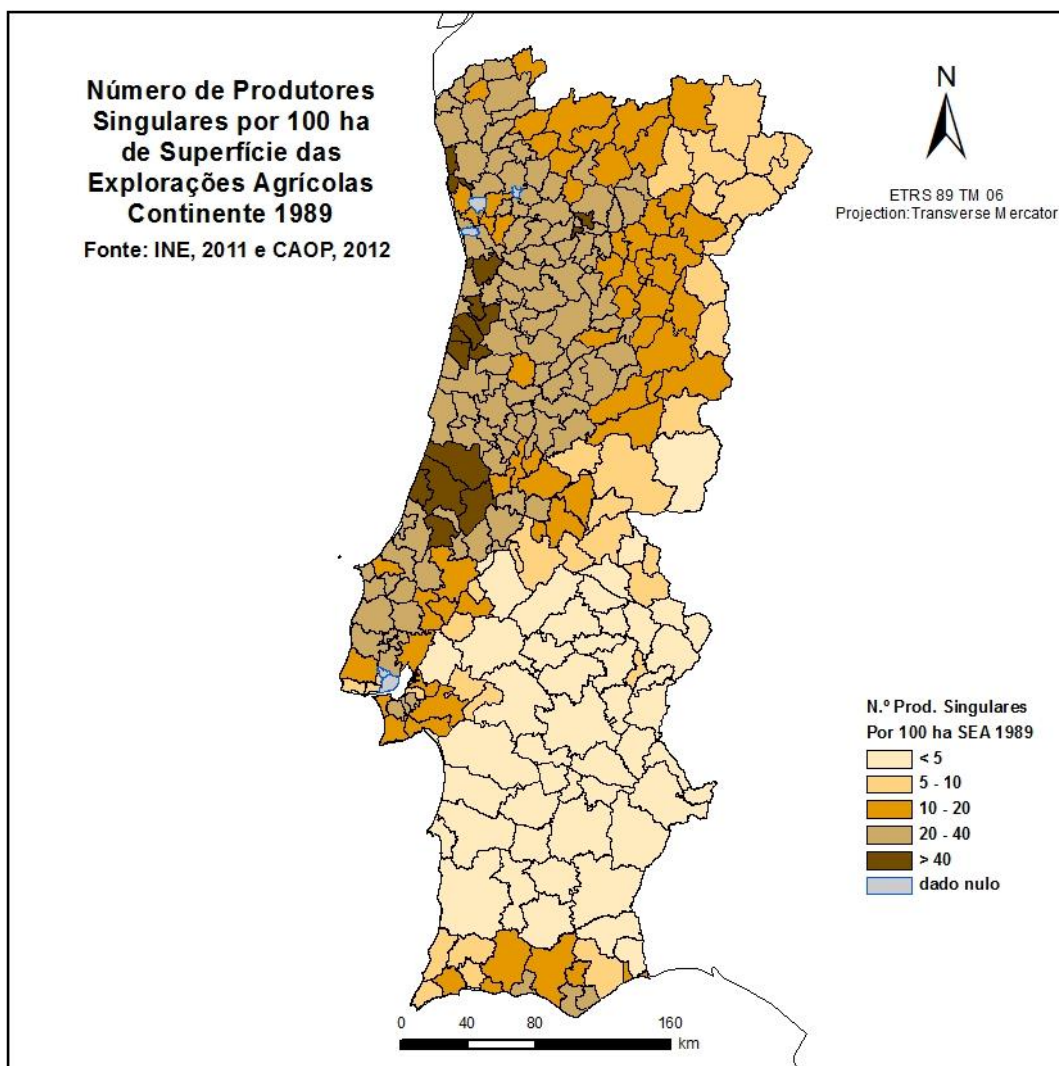


Classes (n.º de prod. sing. por 100ha de superf. do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	11	87	81	94
% de municípios	1,8%	4,0%	31,3%	29,1%	33,8%
Valor mín. e máx. (n.º prod. sing.)		0,5			31,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.1.2, relativa a 1989, podemos verificar que em 18 municípios (6,5%) há mais de 40 produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um valor máximo de 64,3 produtores singulares por 100ha no município de Espinho, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 40 produtores singulares por 100ha encontram-se em municípios contíguos, em dois núcleos, nas NUTS III Baixo Vouga e Pinhal Litoral. Analisando os municípios com mais de 20 produtores singulares por 100ha verificamos que constituem, na maioria, os municípios contíguos das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e parte do Douro, na Região Norte; das NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Oeste e parte do Médio Tejo, na região Centro. O número de produtores singulares por 100ha é inferior a cinco, em 48 municípios (17,2%), com um valor mínimo de 0,6 no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. A quase totalidade dos municípios com menos de cinco produtores singulares por 100ha corresponde às NUTS III da região Alentejo.

Figura 8.1.1.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 1989.



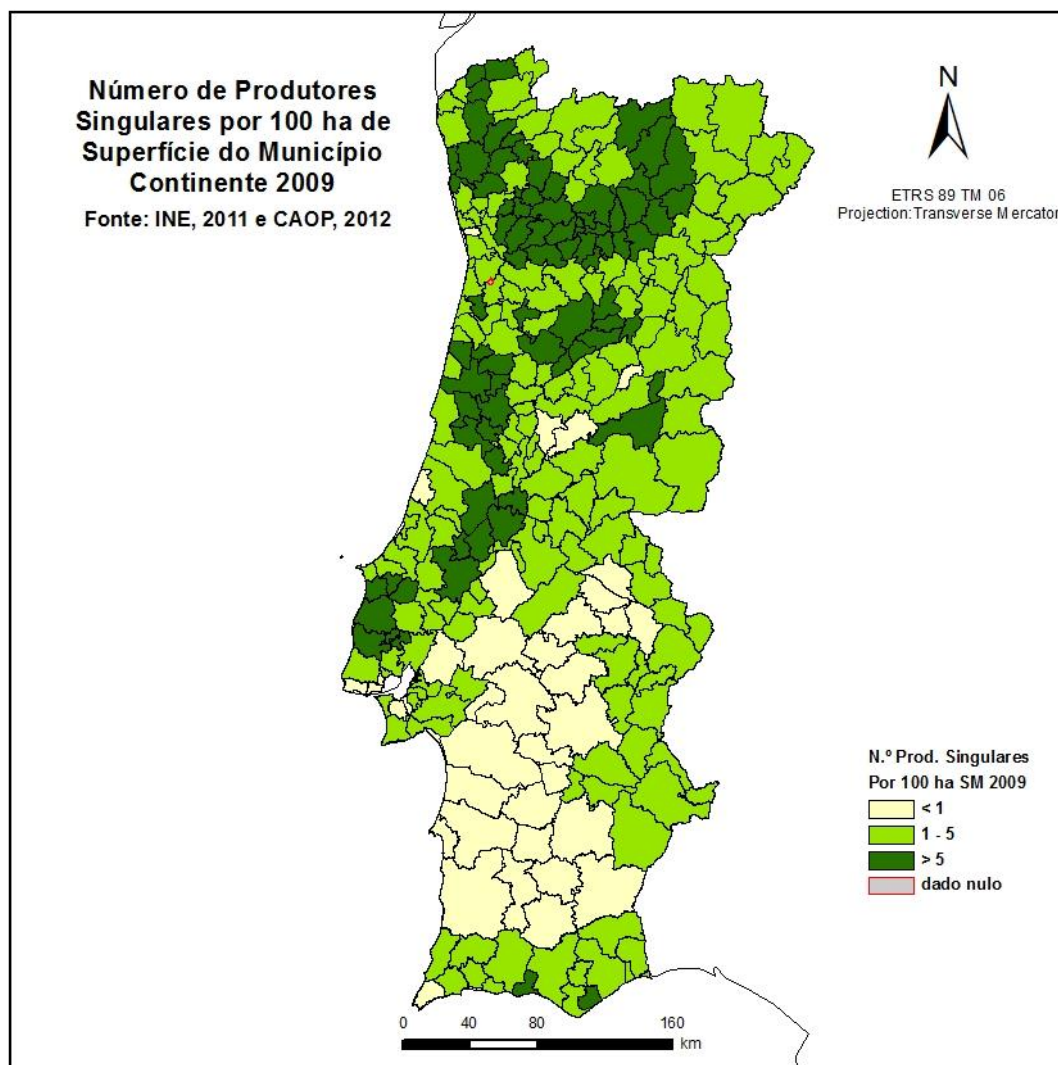
Classes (n.º de prod. sing. por 100ha de superf. expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	48	33	63	111	18
% de municípios	1,8%	17,2%	11,9%	22,7%	39,9%	6,5%
Valor mín. e máx. (n.º prod. sing.)		0,6				64,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.1.2.1 e 8.1.2.2 apresenta-se o número de produtores singulares por 100ha de superfície do município (SM) e por 100ha de superfície das explorações agrícolas (SEA), respetivamente, em Portugal Continental em 2009.

Pela análise da figura 8.1.2.1, relativa a 2009, podemos verificar que em 80 municípios (28,8%) há mais de cinco produtores singulares por 100ha de superfície total do município, com um valor máximo de 18,0 produtores singulares no município de Santa Marta de Penaguião, na NUTS III Douro. A quase totalidade dos municípios com mais de cinco produtores singulares por 100ha encontram-se em núcleos de municípios contíguos, nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, na Região Norte; nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; Lezíria do Tejo, na região Alentejo e na região Algarve. O número de produtores singulares por 100ha é inferior a um, em 39 municípios (14,0%), com um valor mínimo de 0,03 no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. A quase totalidade dos municípios com menos de um produtor singular por 100ha encontram-se em municípios da região Alentejo.

Figura 8.1.2.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.

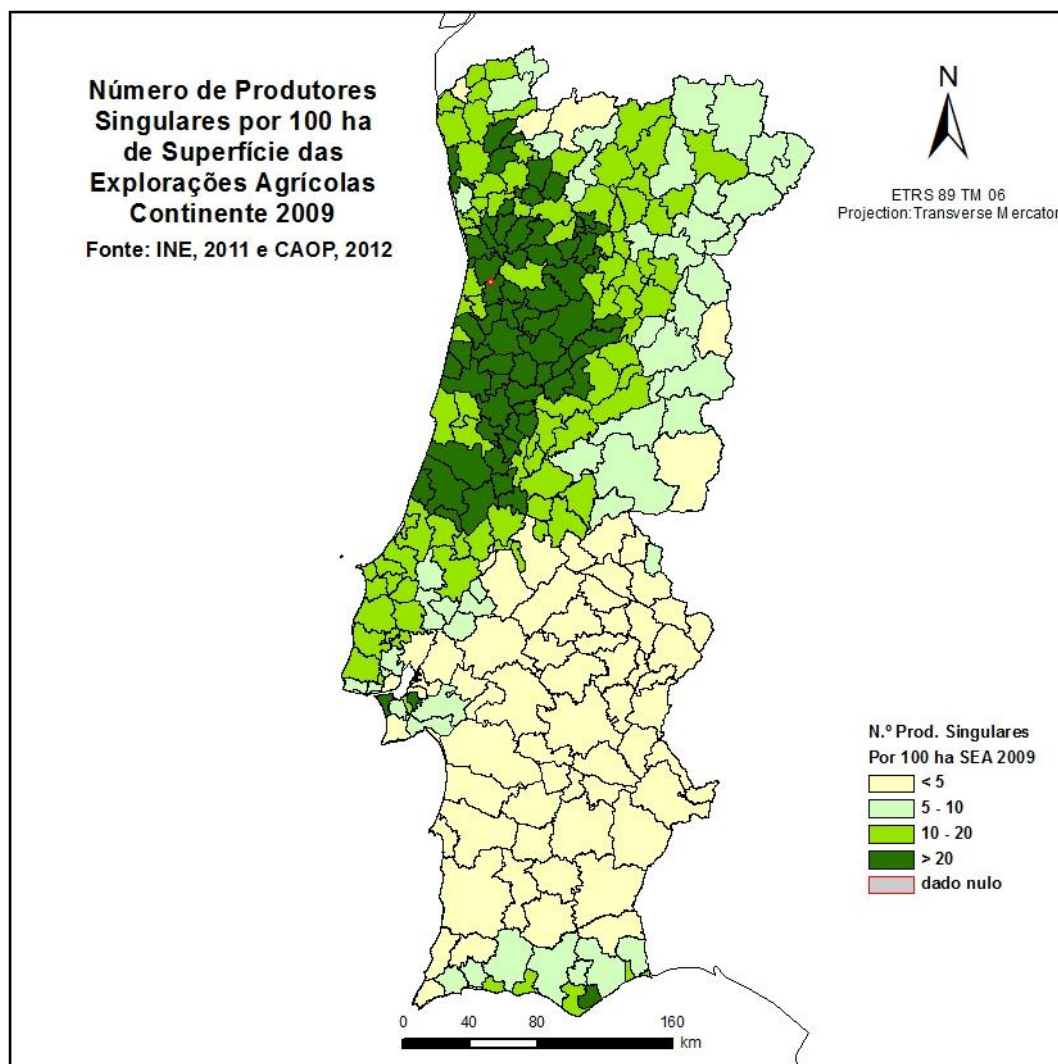


Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	39	158	80
% de municípios	0,4%	14,0%	56,8%	28,8%
Valor mín. e máx. (n.º de prod. sing.)		0,03		18,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.2.2, relativa a 2009, podemos verificar que em 70 municípios (35,2%) há mais de 20 produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um valor máximo de 36,0 produtores singulares por 100ha no município de Espinho, na NUTS III Grande Porto. A quase totalidade dos municípios com mais de 20 produtores singulares por 100ha encontram-se em municípios contíguos, a maioria nas NUTS III Cávado, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; das NUTS III Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro. Analisando os municípios com mais de 10 produtores singulares por 100ha verificamos que constituem, na maioria, municípios contíguos e envolventes, pertencentes às NUTS III referidas e outras NUTS na continuidade das anteriores. O número de produtores singulares por 100ha é inferior a cinco, em 65 municípios (23,4%), com um valor mínimo de 0,5 no município de Monforte, na NUTS III Alentejo Central. A quase totalidade dos municípios com menos de cinco produtores singulares por 100ha corresponde às NUTS III da região Alentejo.

Figura 8.1.2.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Continental em 2009.



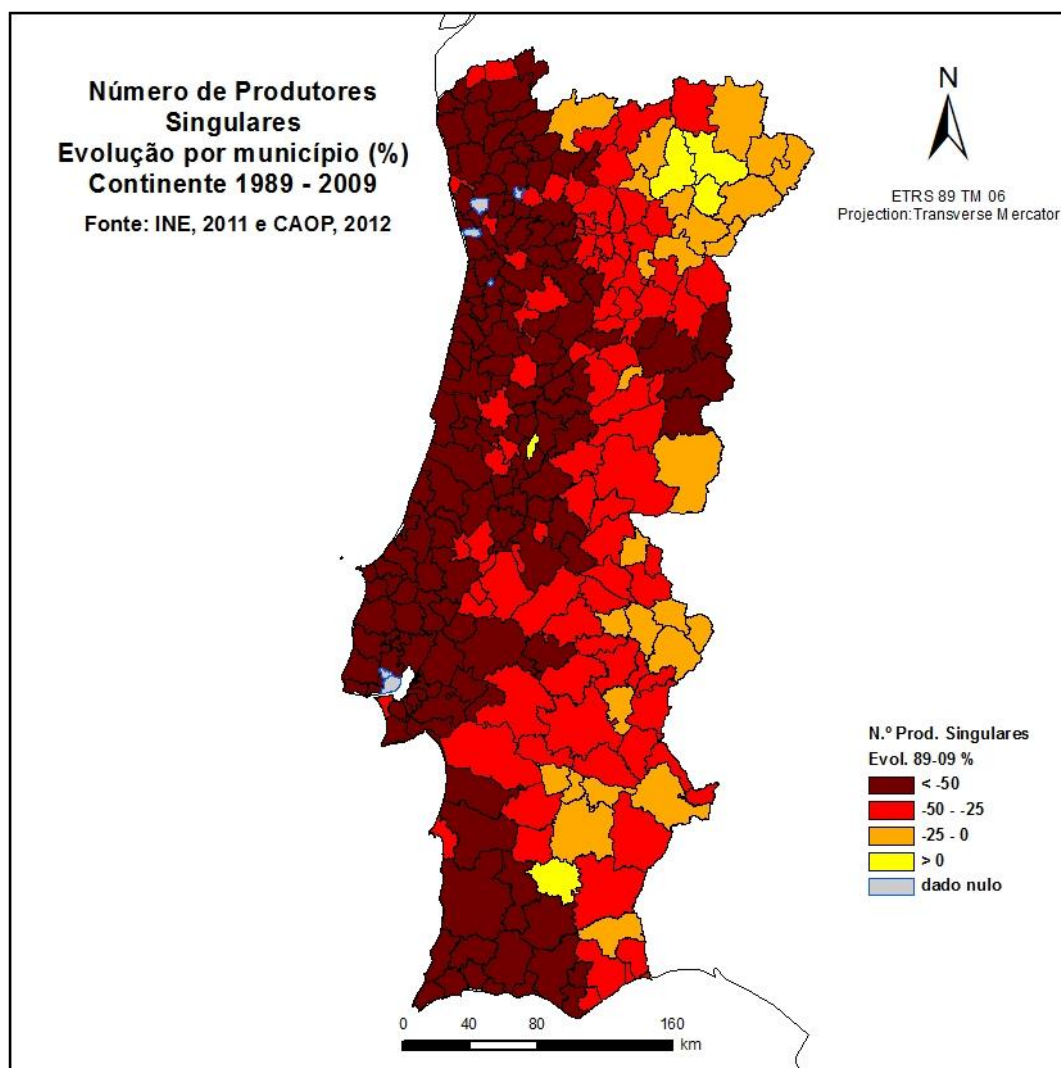
Classes (n.º de prod. sing. por 100ha de superf. das expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	65	51	91	70
% de municípios	0,4%	23,4%	18,3%	32,7%	25,2%
Valor mín. e máx. (n.º de prod. sing.)		0,5			36,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.3 podemos verificar que apenas em 5 municípios (2,2%) o número de produtores singulares por município aumentou de 1989 para 2009, com um valor máximo de 13,6% de produtores singulares no município de Castanheira de Pera, na NUTS III Pinhal Interior Norte. É de realçar que 3 dos 5 municípios em que se registou aumento do número de produtores singulares são contíguos, pertencentes à NUTS III Alto Trás-os-Montes. De 1989 a 2009, na quase totalidade dos municípios do Continente, houve diminuição do número de produtores singulares. Verificamos a diminuição mais acentuada (< -50%) nos municípios mais

próximos do litoral, de norte a sul e a diminuição menos acentuada (-25% – 0 %), em municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na zona raiana.

Figura 8.1.3 Evolução do número de produtores singulares, em percentagem, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



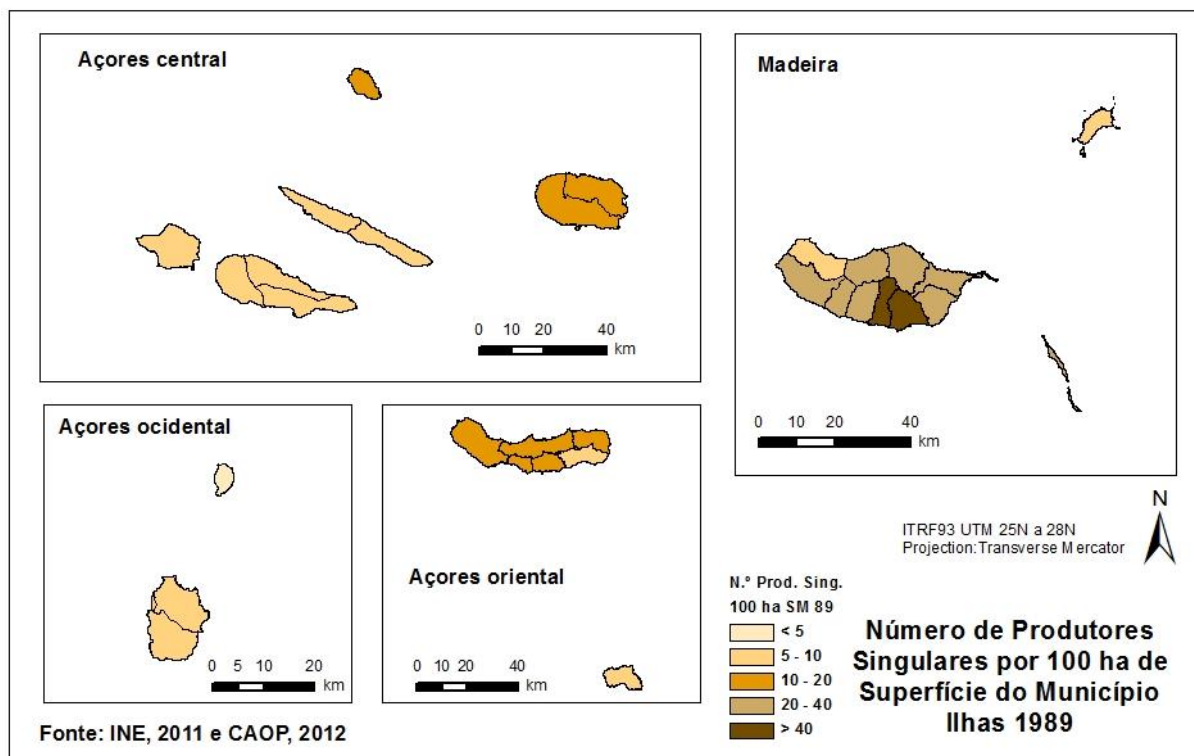
Classes (% do n.º de produtores singulares)	dado nulo	< -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	151	89	27	5
% de municípios	2,2%	54,3%	32,0%	9,7%	2,2%
Valor mín. e máx. (% do n.º de produtores singulares)		-87,8			13,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.1.4.1 e 8.1.4.2 apresenta-se o número de produtores singulares por 100ha de superfície do município (SM) e por 100ha da superfície das explorações agrícolas (SEA), respetivamente, em Portugal Ilhas, em 1989.

Pela análise da figura 8.1.4.1, respeitante ao número de produtores singulares por 100ha de superfície do município, em 1989, na região autónoma dos Açores, na classe 10 a 20 produtores singulares por 100ha encontramos 8 municípios (42,1%) das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa e na classe 5 a 10 produtores singulares por 100ha estão 10 municípios. Apenas o município de Corvo tem menos de 5 produtores singulares por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 2 municípios (18,2%) há mais de 40 produtores singulares por 100ha de superfície do município, com um máximo de 52,7 produtores singulares por 100ha no município de Câmara de Lobos. Na classe 20 a 40 produtores singulares por 100ha encontramos 7 municípios (63,6%). Encontramos ainda 2 municípios na classe de 5 a 10 produtores por 100ha mas nenhum na classe inferior a 5 produtores por 100ha. Constatamos uma diferenciação do número de produtores singulares por 100ha de superfície do município entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de produtores singulares por 100ha.

Figura 8.1.4.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

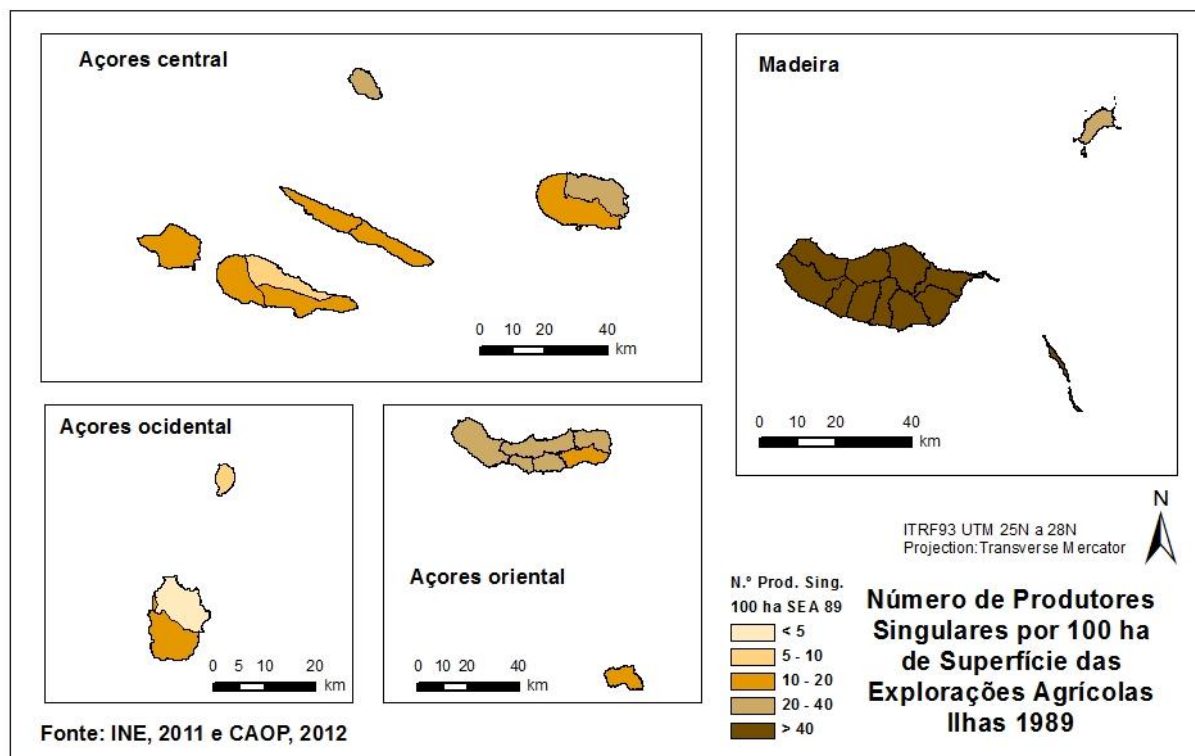


Ilhas						
Classes (n.º de prod. singulares por 100 ha de sup. do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	12	8	7	2
% de municípios	0,0%	3,3%	40,0%	26,7%	23,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)		4,0				52,7
Região Autónoma dos Açores						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de sup. do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	10	8	0	0
% de municípios	0,0%	5,3%	52,6%	42,1%		
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)		4,0		19,7		
Região Autónoma da Madeira						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de sup. do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	2	0	7	2
% de municípios	0,0%		18,2%		63,6%	18,2%
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)			8,2			52,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.4.2, respeitante ao número de produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em 1989, na região autónoma dos Açores, na classe 20 a 40 produtores singulares por 100ha, encontramos 7 municípios (36,8%), das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa. Na classe 10 a 20 produtores singulares por 100ha estão 9 municípios. Apenas o município de Santa Cruz das Flores tem menos de 5 produtores singulares por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) há mais de 40 produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um máximo de 342,9 produtores singulares por 100ha no município de Funchal. Na classe 20 a 40 produtores singulares por 100ha encontramos o município de Porto Santo, com 31,5 produtores singulares por 100ha, valor mais baixo da região autónoma da Madeira em 1989. Constatamos uma diferenciação do número de produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de produtores singulares por 100ha.

Figura 8.1.4.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 1989.

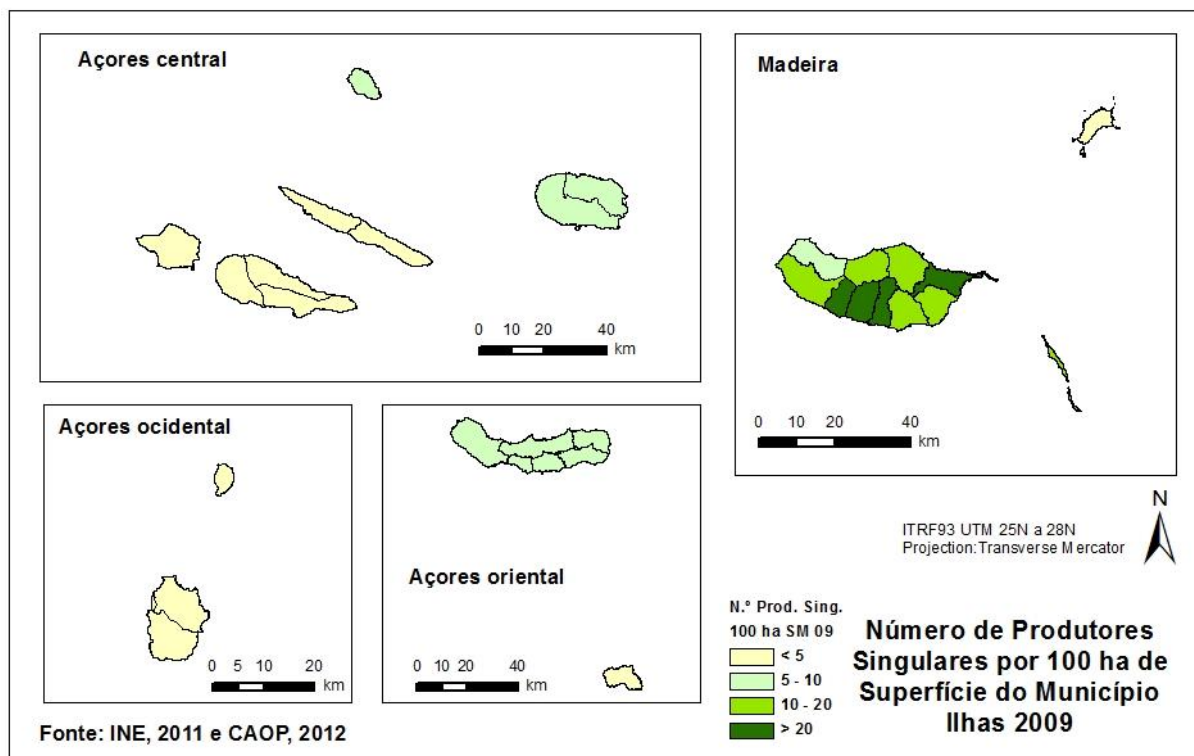


Ilhas						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superfície expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	2	8	8	11
% de municípios	0,0%	3,3%	6,7%	26,7%	26,7%	36,6%
Valor mín. e máx. (n.º de prod. sing.)		4,0				342,9
Região Autónoma dos Açores						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superfície expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	2	9	7	0
% de municípios	0,0%	5,3%	10,5%	47,4%	36,8%	
Valor mín. e máx. (n.º de prod. sing.)		4,1			30,1	
Região Autónoma da Madeira						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superfície expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	0	0	1	10
% de municípios	0,0%				9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (n.º de prod. sing.)					31,5	342,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.5.1, respeitante ao número de produtores singulares por 100ha de superfície do município, em 2009, na região autónoma dos Açores na classe 5 a 10 produtores singulares por 100ha estão 9 municípios (47,4%), das ilhas de S. Miguel, Terceira e Graciosa. Na classe menos de 5 produtores singulares por 100ha encontramos 10 municípios (52,6%). Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 4 municípios (36,4%) há mais de 20 produtores singulares por 100ha de superfície do município, com um máximo de 40,2 produtores singulares por 100ha no município de Câmara de Lobos. Na classe 10 a 20 produtores singulares por 100ha encontramos 5 municípios (45,4%). O valor mais baixo aparece no município de Porto Santo com 3,0 produtores singulares por 100ha. Constatamos uma diferenciação do número de produtores singulares por 100ha de superfície do município entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de produtores singulares por 100ha.

Figura 8.1.5.1 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.

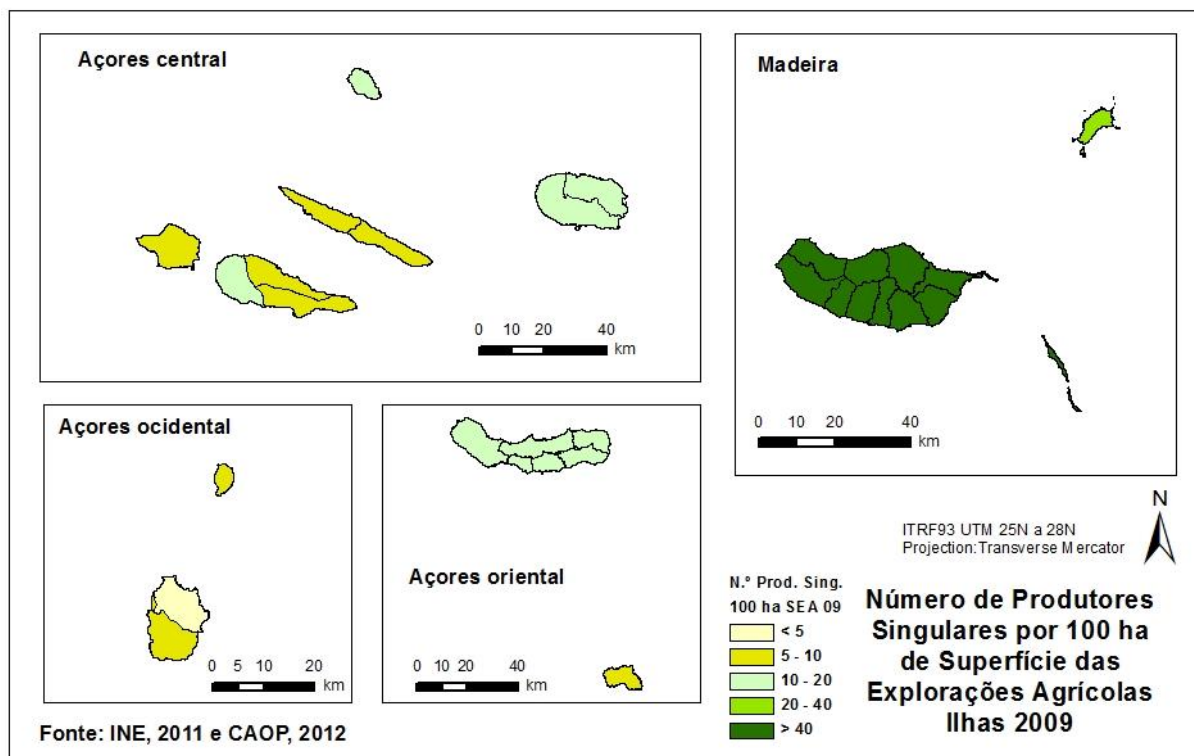


Ilhas					
Classes (n.º de produtores singulares por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	10	11	5	4
% de municípios	0,0%	33,3%	36,7%	16,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (n.º de prod, sing.)		2,1			40,2
Região Autónoma dos Açores					
Classes (n.º de produtores singulares por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	10	9	0	0
% de municípios	0,0%	52,6%	47,4%		
Valor mín. e máx. (n.º de prod, sing.)		2,1	9,1		
Região Autónoma da Madeira					
Classes (n.º de produtores singulares por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	1	1	5	4
% de municípios	0,0%	9,1%	9,1%	45,4%	36,4%
Valor mín. e máx. (n.º de prod, sing.)		3,0			40,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.1.5.2, respeitante ao número de produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, em 2009, na região autónoma dos Açores, verificamos que estão na classe 10 a 20 produtores singulares por 100ha 10 municípios (52,6%), das ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Graciosa. Na classe 5 a 10 produtores singulares por 100ha estão 8 municípios. Apenas o município de Santa Cruz das Flores tem menos de 5 produtores singulares por 100ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 10 municípios (90,9%) há mais de 40 produtores singulares por 100ha de superfície das explorações agrícolas, com um máximo de 256,1 produtores singulares por 100ha no município de Ribeira Brava. Na classe 20 a 40 produtores singulares por 100ha encontramos o município de Porto Santo, com 35,5 produtores singulares por 100ha, valor mais baixo da região autónoma da Madeira em 2009. Tal como em 1989 constatamos uma diferenciação do número de produtores singulares por 100ha de superfície total das explorações agrícolas entre a região autónoma dos Açores e da Madeira, com esta última com maior número de produtores singulares por 100ha.

Figura 8.1.5.2 Número de produtores singulares por 100 ha de superfície das explorações agrícolas, em Portugal Ilhas em 2009.

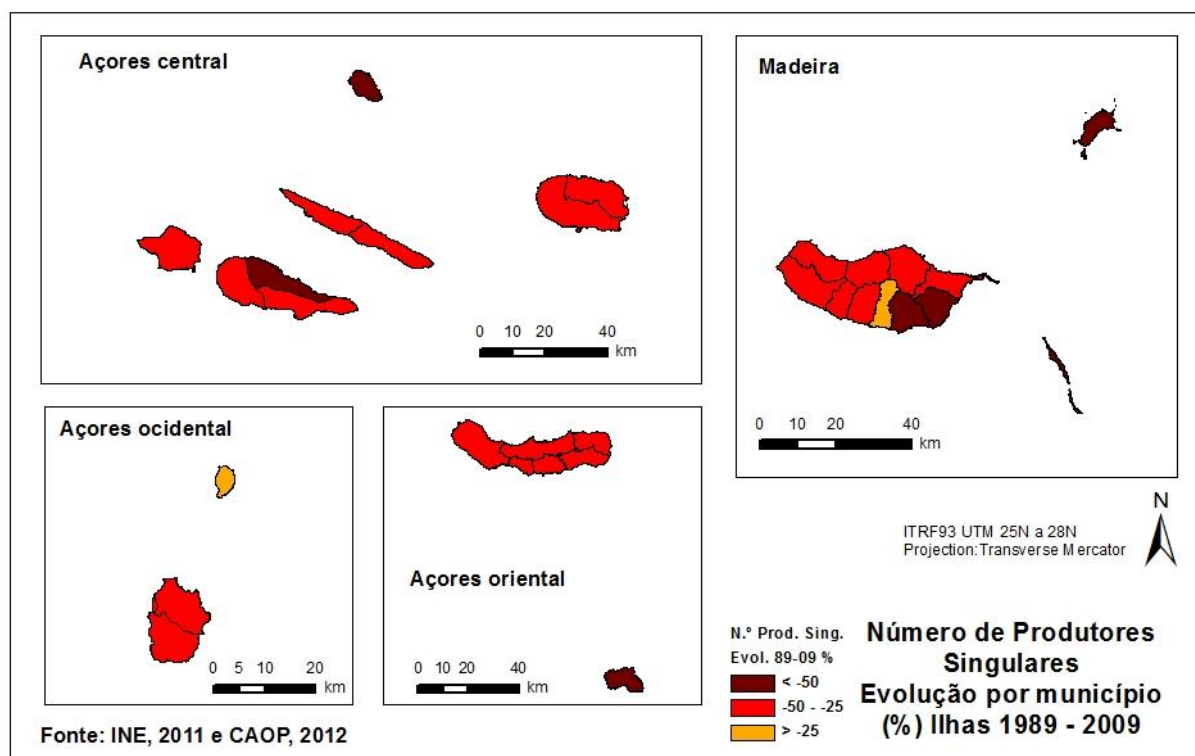


Ilhas						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superf. das expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	7	11	1	10
% de municípios	0,0%	3,3%	23,3%	36,7%	3,3%	33,4%
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)		2,3				256,1
Região Autónoma dos Açores						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superf. das expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	8	10	0	0
% de municípios	0,0%	5,3%	42,1%	52,6%		
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)		2,3		17,1		
Região Autónoma da Madeira						
Classes (n.º de prod. sing. por 100 ha de superf. das expl. agr.)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	0	0	0	1	10
% de municípios	0,0%				9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (n.º de produtores singulares)					35,5	256,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.1.6 podemos observar a evolução do número de produtores singulares, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Verificamos que na região autónoma dos Açores o número de produtores singulares, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios. A diminuição foi mais acentuada nos municípios de São Roque do Pico e Santa Cruz da Graciosa e a menos acentuada no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira o número de produtores singulares, de 1989 para 2009, também diminuiu em todos os municípios. A diminuição foi mais acentuada nos municípios de Funchal, Santa Cruz e Porto Santo e a menos acentuada no município de Câmara de Lobos.

Figura 8.1.6 Evolução do número de produtores singulares, em percentagem, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% do n.º de produtores singulares)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	6	22	2
% de municípios	0,0%	20,0%	73,3%	2,6%
Valor mín. e máx. (% do n.º de produtores singulares)		-66,6		-20,6
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% do n.º de produtores singulares)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	3	15	1
% de municípios	0,0%	15,8%	78,9%	5,3%
Valor mín. e máx. (% do n.º de produtores singulares)		-66,6		-20,6
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do n.º de produtores singulares)	dado nulo	< -50	-50 – -25	> -25
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (% do n.º de produtores singulares)		-65,0		-23,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

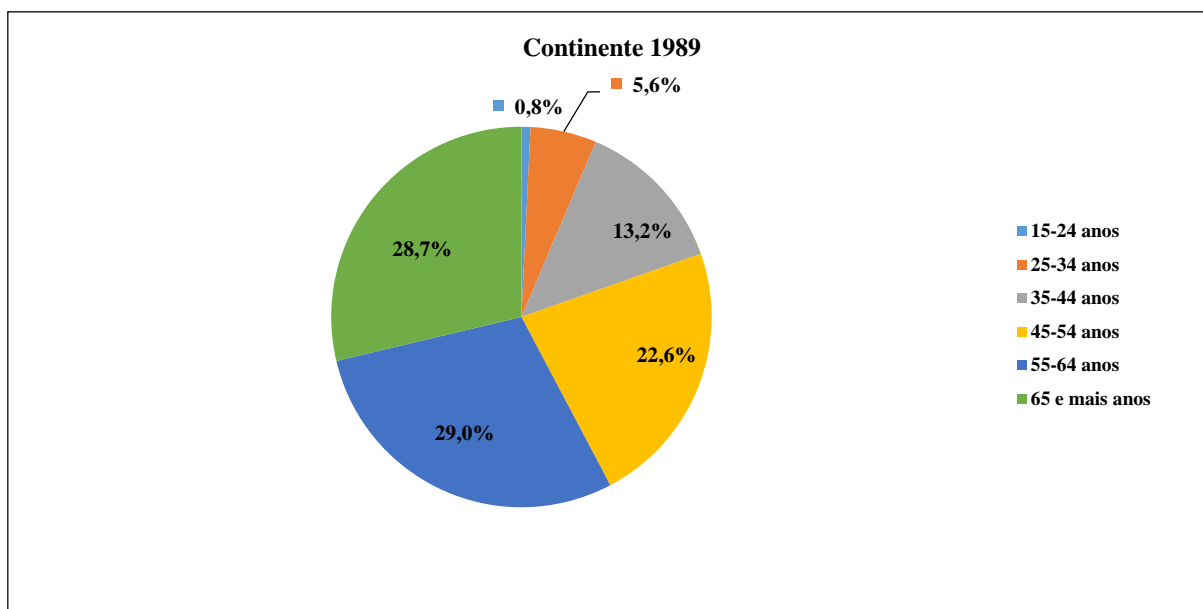
Analisando os dados agregados do número de produtores singulares ao nível das NUTS I verificamos que o número de produtores singulares no Continente diminuiu 50,5%, de 1989 para 2009, representando 546.069 em 1989 e 270.507 em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 45,4%, representando 24.463 em 1989 e 13.360 em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 41,4%, representando 23.058 em 1989 e 13.514 em 2009. Verificamos assim que a diminuição do número de produtores singulares foi generalizada em todas as NUTS I.

8.2 Idade dos produtores agrícolas singulares

Neste capítulo a idade dos produtores singulares é caracterizada pelos grupos etários, 15-24 anos, 25-34 anos, 35-44 anos, 45-54 anos, 55-64 anos, 65 e mais anos, 34 e menos anos, 55 e mais anos e 35-54 anos.

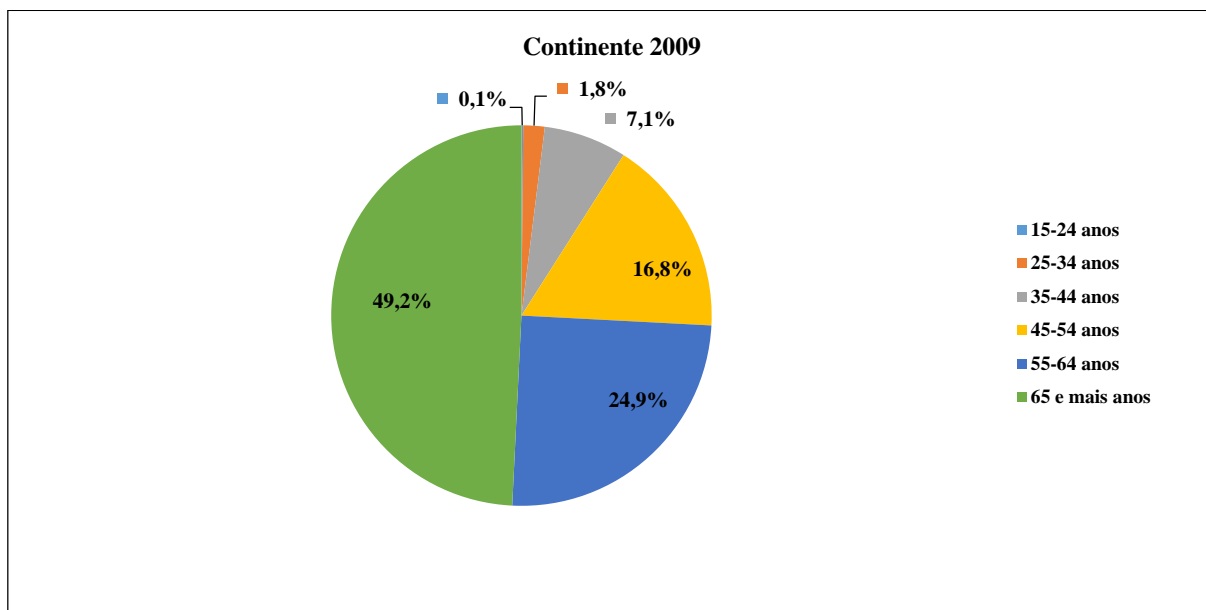
Nas figuras 8.2a a 8.2f apresenta-se a percentagem de produtores agrícolas singulares por grupo etário no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

Figura 8.2a Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, no Continente em 1989.



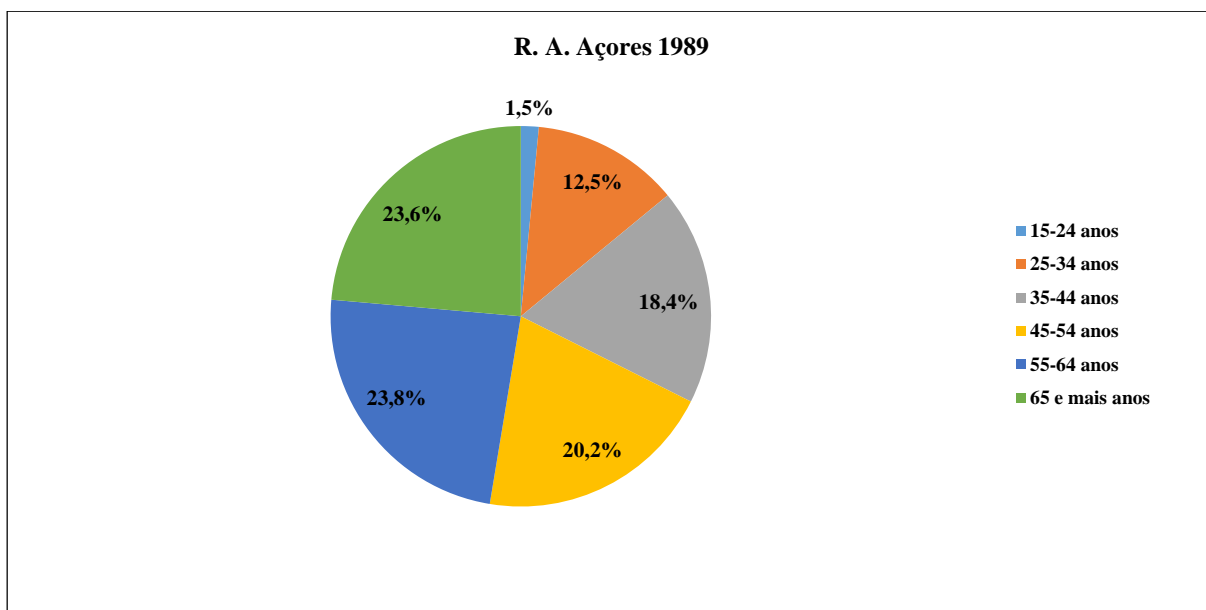
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.2b Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, no Continente em 2009.



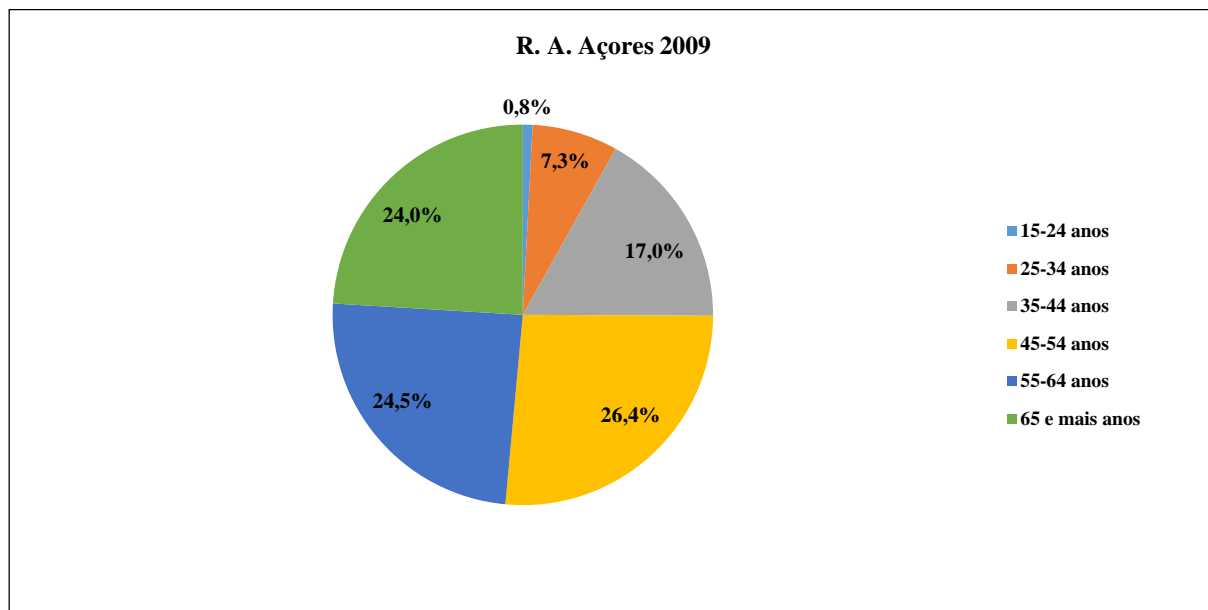
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.2c Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 1989.



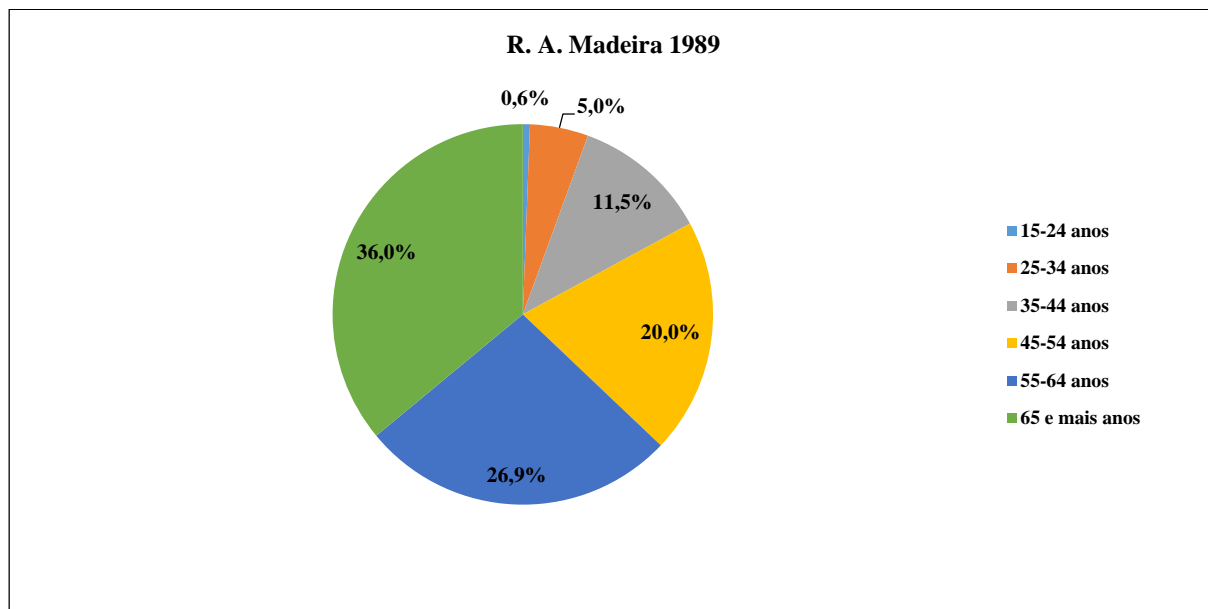
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.2d Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores, em 2009.



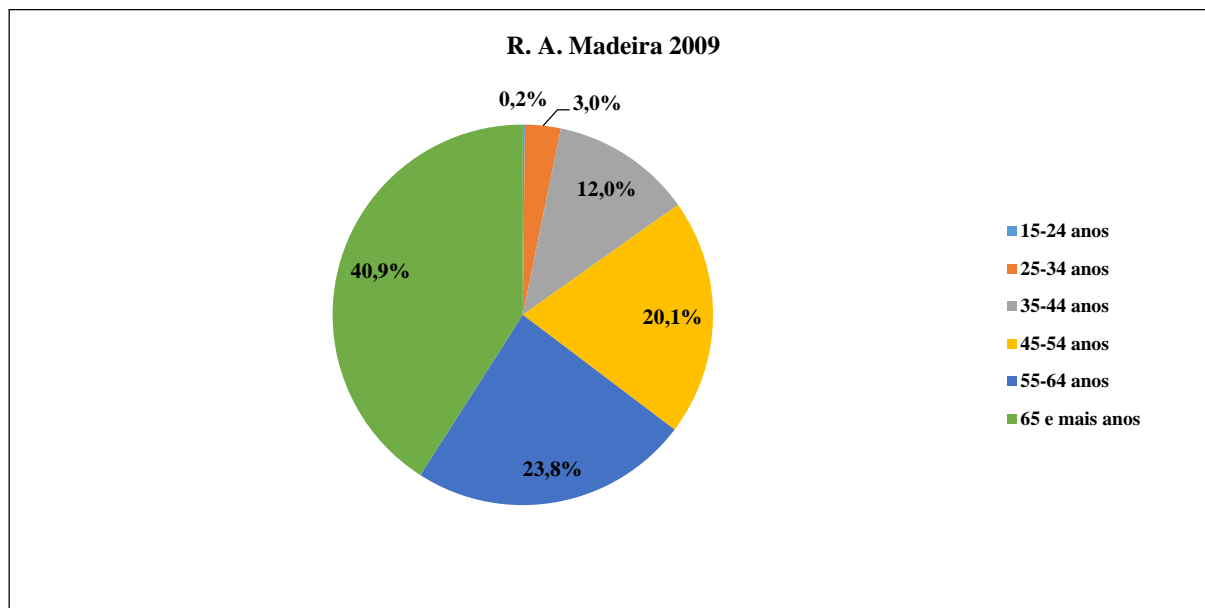
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.2e Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira, em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.2f Grupos etários dos produtores singulares em percentagem, na Região autónoma da Madeira, em 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

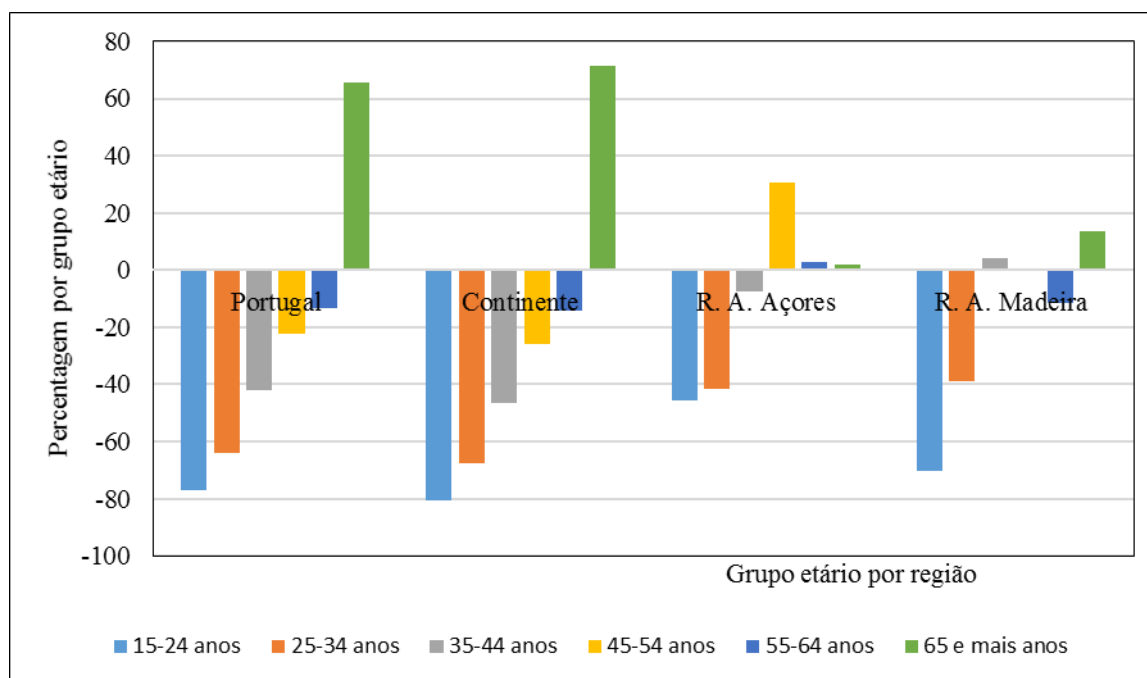
Na figura 8.2g apresenta-se a evolução da percentagem dos grupos etários dos produtores singulares de 1989 para 2009, por região.

Verifica-se de 1989 para 2009 no Continente aumento de percentagem apenas no grupo etário “65 e mais anos”, com diminuição de percentagem em todos os outros grupos. A diminuição mais acentuada verificou-se no grupo etário “15-25 anos”, com decréscimo de diminuição de percentagem progressivo até ao grupo etário “55-64 anos”.

Na região autónoma dos Açores verifica-se aumento de percentagem a partir do grupo etário “45-54 anos” e diminuição de percentagem nos grupos etários abaixo deste, também com diminuição progressiva a partir do grupo etário “15-24 anos”.

Na região autónoma da Madeira verificou-se acréscimo de percentagem nos grupos etários “35-44 anos” e “65 e mais anos” e decréscimo nos outros, com diminuição mais acentuada nos grupos etários mais jovens, “15-24 anos” e 25-34 anos”, tal como aconteceu no Continente e na região autónoma dos Açores.

Figura 8.2g Evolução da percentagem dos grupos etários dos produtores singulares, em percentagem, de 1989 para 2009, por região.



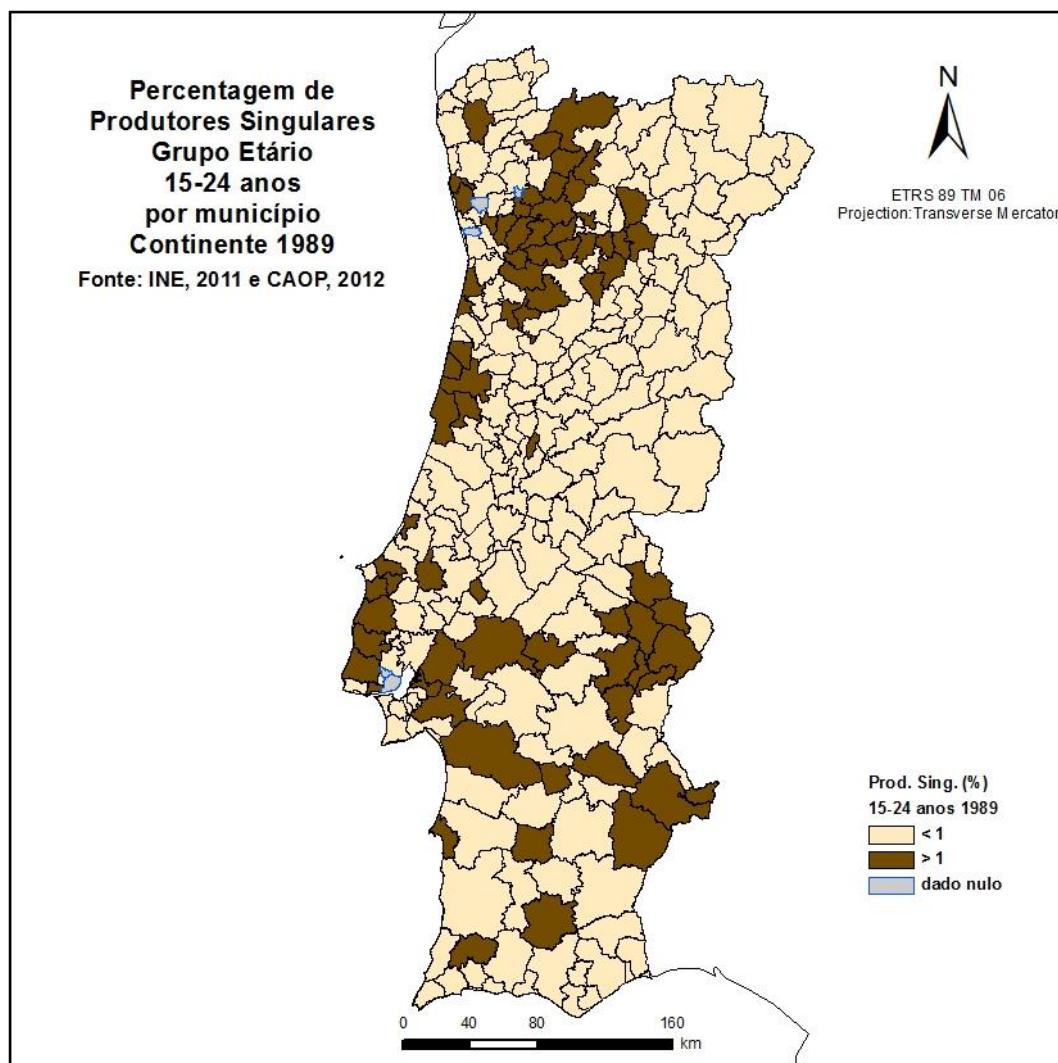
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

8.2.1 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 15 – 24 anos

Nas figuras 8.2.1.1 e 8.2.1.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.1.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, em 1989, é superior a 1% em 70 municípios (25,2%), a maioria pertencente às NUTS III Tâmega e Douro, na região Norte; Baixo Mondego e Oeste na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e nas NUTS III da região Alentejo, com um valor máximo de 3,0% no município de Castelo de Paiva, na NUTS III Tâmega. Nos restantes municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, em 1989, é inferior a 1%, com o valor mínimo de 0,0 em 13 municípios. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, em 1989, é muito baixa.

Figura 8.2.1.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



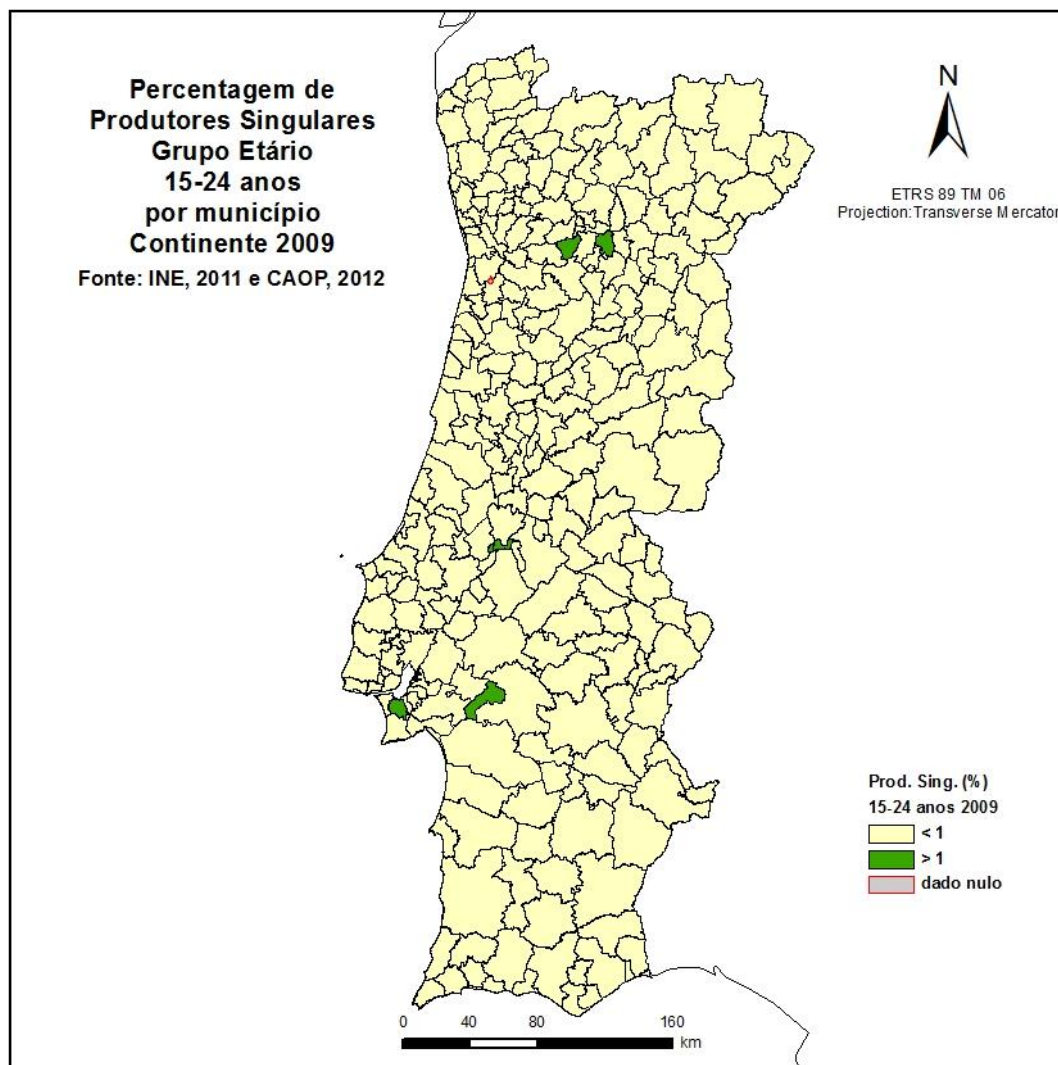
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	5	203	70
% de municípios	1,8%	73,0%	25,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	3,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.1.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, em 2009, é superior a 1% apenas em 6 municípios (2,1%), com um valor máximo de 2,8% no município de Entroncamento, na NUTS III Médio Tejo. Nos restantes municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, em 2009, é inferior a 1%, com o valor mínimo de 0,0 em 107 municípios. Em 2009 a percentagem de

produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, diminuiu consideravelmente, relativamente a 1989, apesar de neste ano a percentagem ser já muito baixa.

Figura 8.2.1.2 Percentagem de produtores singulares no escalão etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.



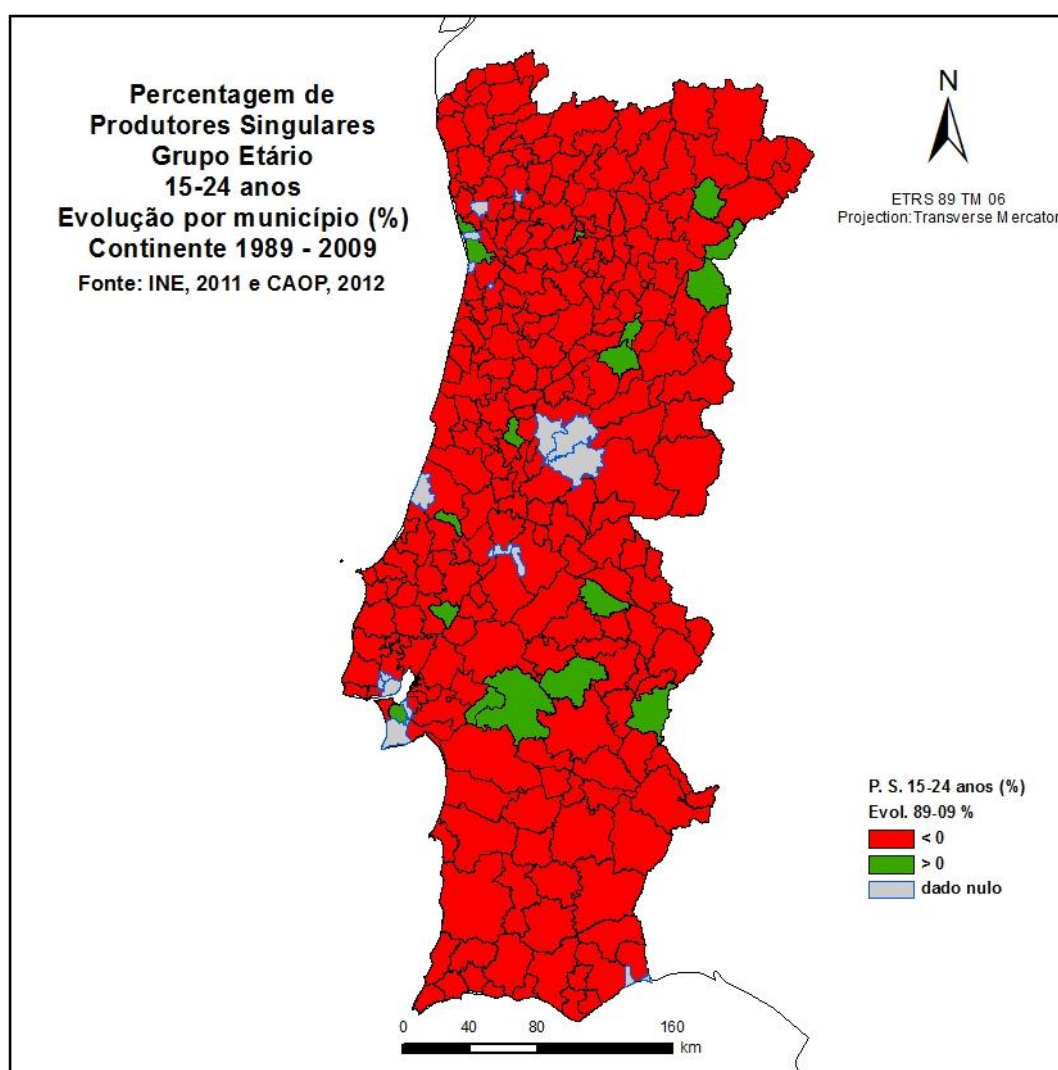
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	271	6
% de municípios	0,4%	97,5%	2,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	2,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.1.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 243 municípios (87,4%), tendo aumentado apenas em 17 municípios (6,1%), com um máximo de 640,9% no município de

Vendas Novas, na NUTS III Alentejo Central. Com exceção de 17 municípios em que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos aumentou de 1989 para 2009 houve um decréscimo nos restantes municípios do Continente. O número de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, de 1989 para 2009, aumentou em valores absolutos apenas em 4 municípios. Convém notar que os valores absolutos sobre os quais as percentagens foram calculadas são bastante baixos, pelo que as percentagens apresentadas tem pouco significado.

Figura 8.2.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.

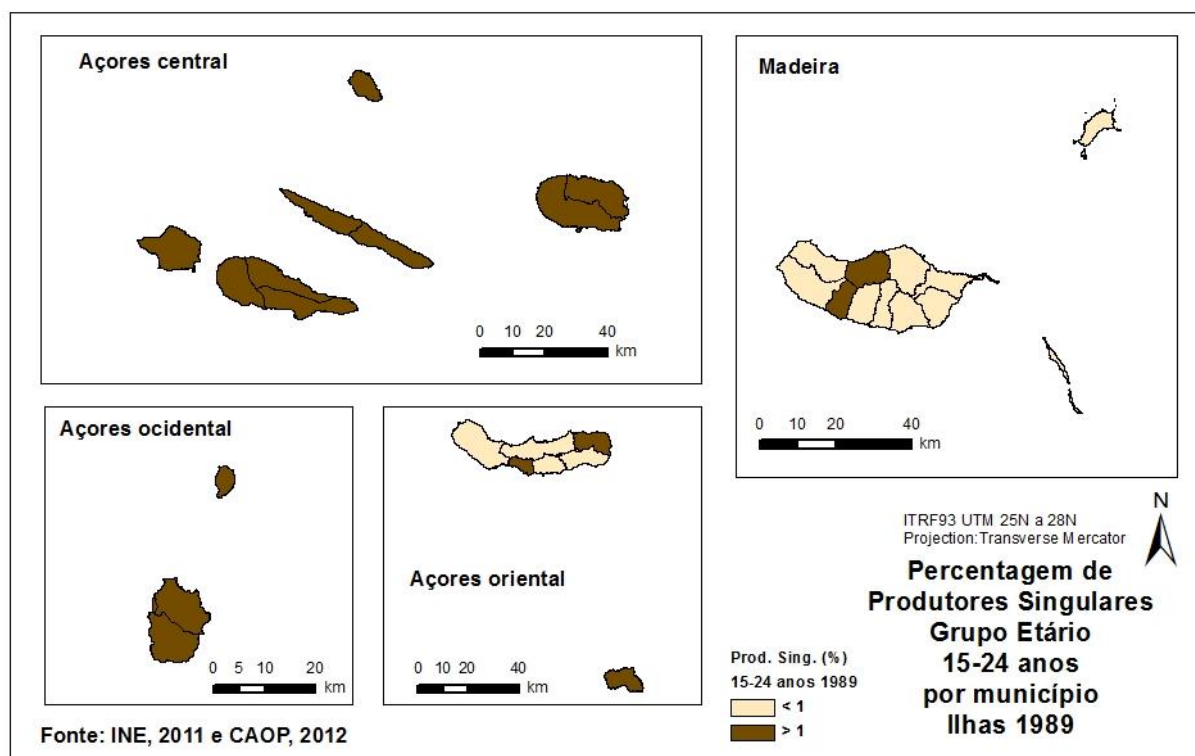


Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	18	243	17
% de municípios	6,5%	87,4%	6,1%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. 15-24 anos)		-100,0	640,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.1.4 e 8.2.1.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente. Pela análise da figura 8.2.1.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos é superior a 1% em 15 municípios (78,9%), com o máximo de 2,8% no município de Horta e inferior a 1% nos restantes 4 municípios. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 9 municípios (81,8%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos em 1989 é superior a 1%, com o máximo de 1,1% no município de S. Vicente. Nos restantes 2 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos em 1989 é inferior a 1%.

Figura 8.2.1.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



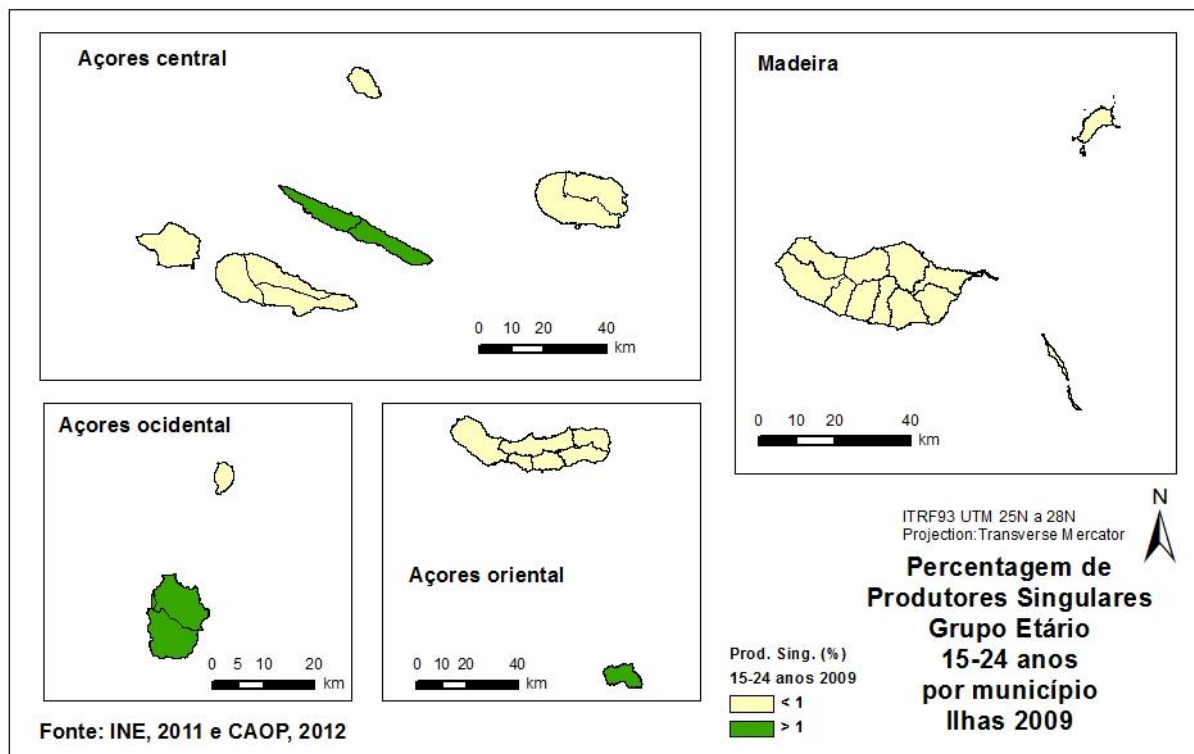
Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	13	17
% de municípios	0,0%	43,3%	56,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	2,8
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	4	15
% de municípios	0,0%	21,1%	78,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,8	2,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	9	2
% de municípios	0,0%	81,8%	18,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	1,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.1.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos é superior a 1% em 5 municípios (26,3%), com o máximo de 3,4% no município de Velas e inferior a 1% nos restantes 14 municípios. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em todos os municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos em 2009 é inferior a 1%. Verificamos, de

1989 para 2009, uma acentuada diminuição da percentagem de municípios com mais de 1% dos produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos.

Figura 8.2.1.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

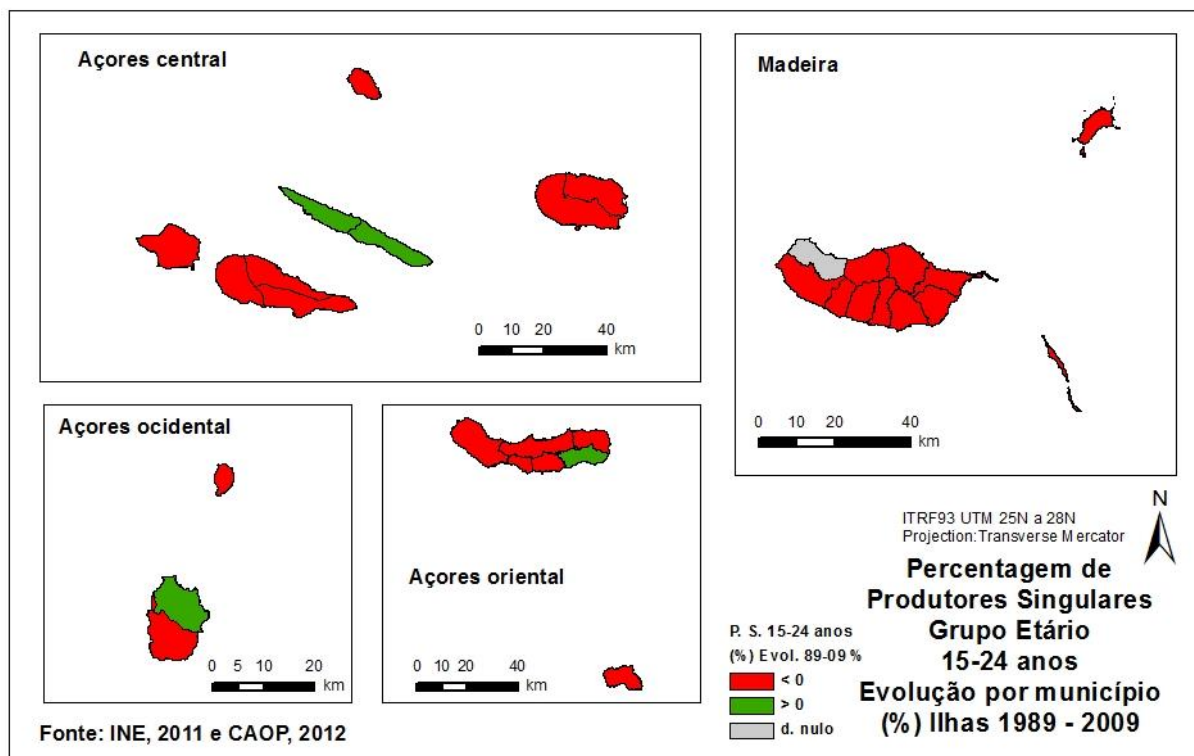


Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	25	5
% de municípios	0,0%	83,3%	16,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	3,4
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	14	5
% de municípios	0,0%	73,7%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0	3,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	11	0
% de municípios	0,0%	100,0%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		0,0 – 0,3	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.1.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos aumentou apenas em 4 municípios, com o máximo 126,9% no município de Calheta de S. Jorge, tendo diminuído nos restantes 15 municípios, com a máxima diminuição de -100% no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos diminuiu em todos os municípios, com a diminuição máxima no município de Porto Santo, com -100%. Convém notar que os valores absolutos sobre os quais as percentagens foram calculadas são bastante baixos, pelo que as percentagens apresentadas tem pouco significado.

Figura 8.2.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	1	25	4
% de municípios	3,3%	83,4%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		-100,0	126,9
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	15	4
% de municípios	0,0%	78,9%	21,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		-100,0	63,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 15-24 anos)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	1	10	0
% de municípios	9,1%	90,9%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 15-24 anos)		-100,0 – -52,4	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

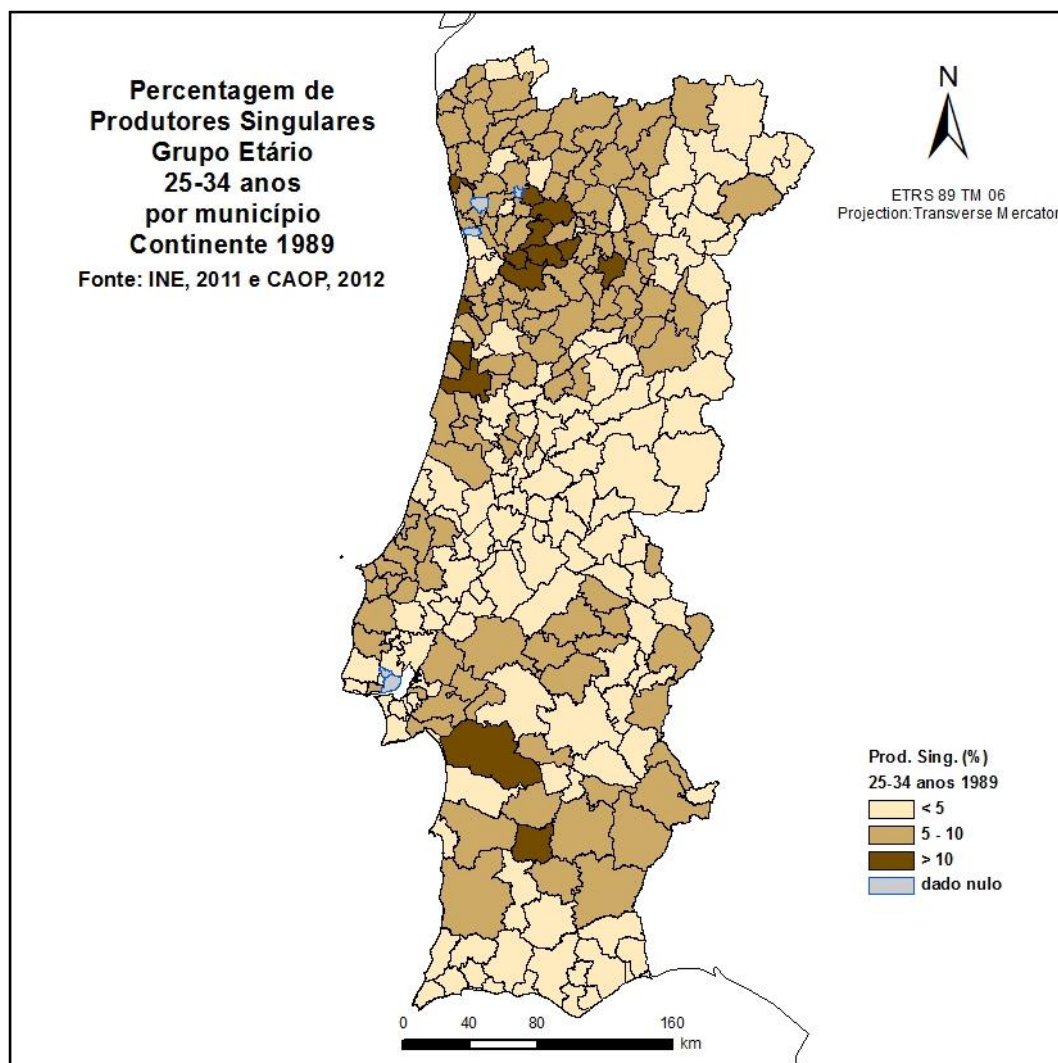
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 80,6%, representando 0,8% em 1989 e 0,1% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 45,7%, representando 1,5% em 1989 e 0,8% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 70,3%, representando 0,6% em 1989 e 0,2% em 2009. Verificamos assim que a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos foi generalizada em todas as NUTS I, com diminuição menos acentuada na região autónoma dos Açores.

8.2.2 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 25 – 34 anos

Nas figuras 8.2.2.1 e 8.2.2.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.2.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 1989, é superior a 10% apenas em 14 municípios (5,0%), uma parte pertencente à NUTS III Tâmega, na região Norte, em municípios contíguos, e os restantes em municípios isolados em várias NUTS III, com valor máximo de 14,2% no município de Aljustrel, na NUTS III Baixo Alentejo. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 1989, está entre 5 e 10% em 126 municípios (45,3%) e é inferior a 5% em 133 municípios (47,9%), com o valor mínimo de 0,0 no município de S. João da Madeira, na NUTS III Entre Douro e Vouga. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 1989, é baixa na grande maioria dos municípios.

Figura 8.2.2.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



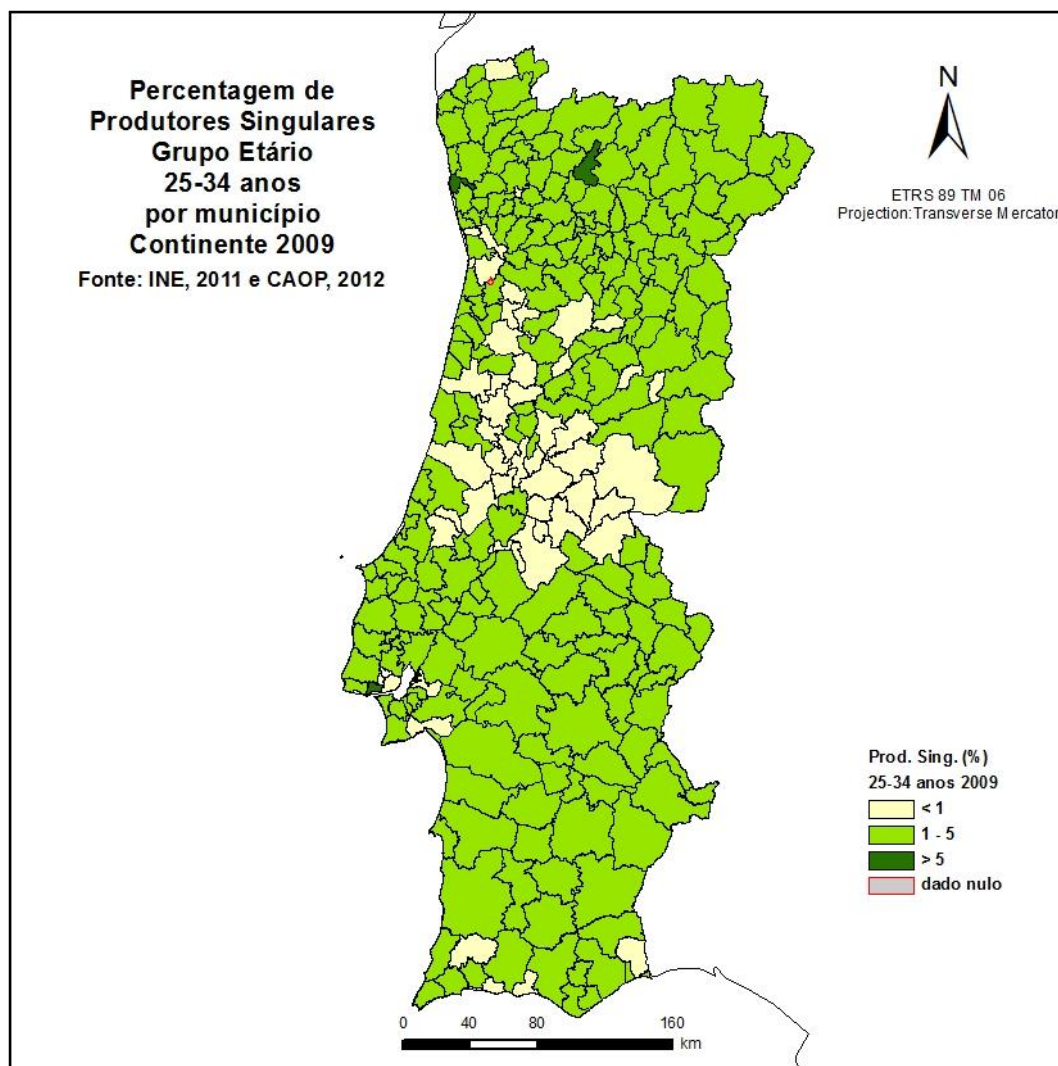
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	133	126	14
% de municípios	1,8%	47,9%	45,3%	5,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		0,0		14,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.2.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 2009, é superior a 5% apenas em 4 municípios (1,4%), em municípios isolados, com valor máximo de 11,1% no município de Odivelas, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 2009, está entre 1 e 5% em 220 municípios (79,1%) e é inferior a 1% em 53 municípios (19,1%), a

maioria na zona central da região Centro, nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Beira Interior Sul, com o valor mínimo de 0,0 em 12 municípios. Constatamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, em 2009, diminuiu em relação a 1989.

Figura 8.2.2.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

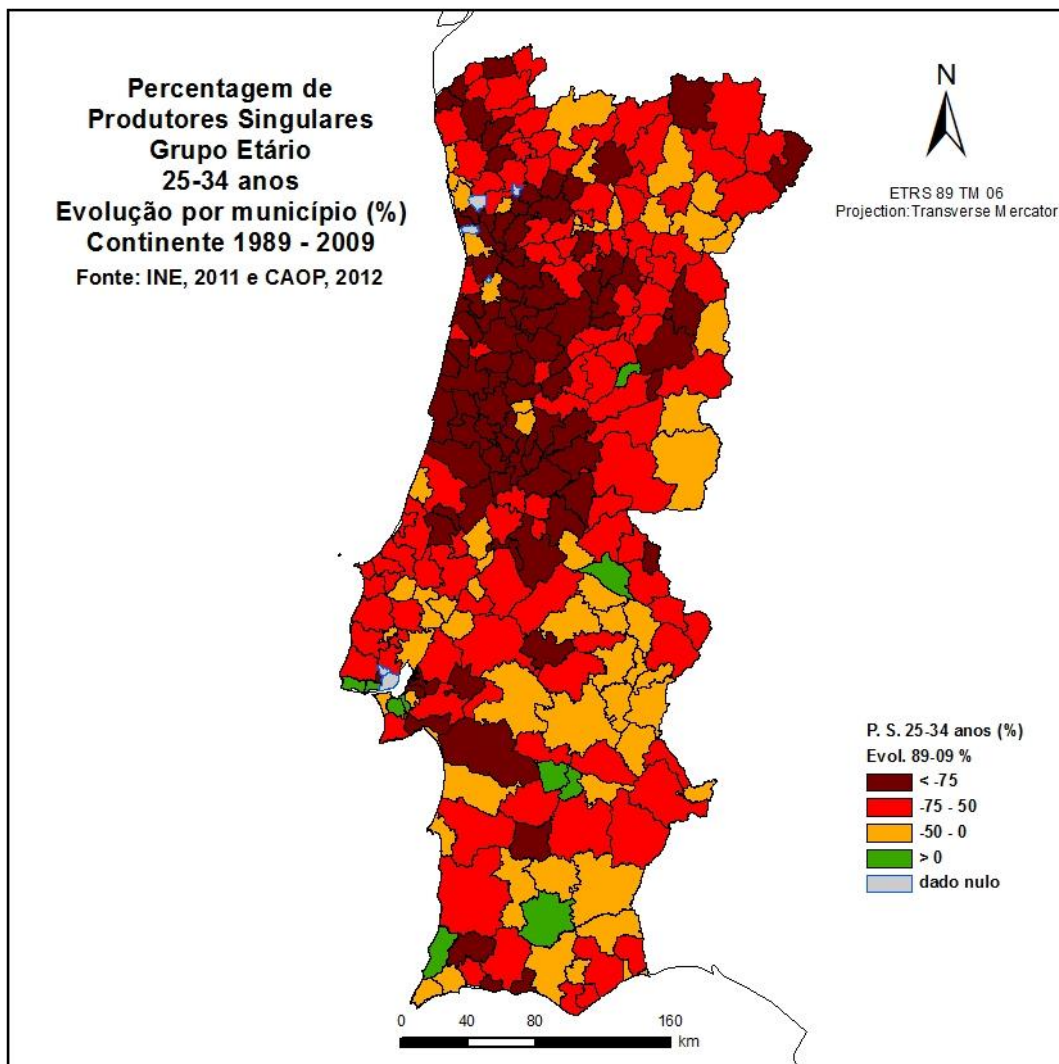


Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	53	220	4
% de municípios	0,4%	19,1%	79,1%	1,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		0,0		11,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.2.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 262 municípios (94,2%), tendo aumentado apenas em 10 municípios (3,6%), com um máximo de 105,6% no município de Oeiras, na NUTS III Grande Lisboa. Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares registaram-se principalmente na região Centro, a maioria em municípios das NUTS III Tâmega, Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Com exceção dos 10 municípios em que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos aumentou de 1989 para 2009 houve decréscimo nos restantes municípios do Continente. Convém notar que os valores absolutos sobre os quais as percentagens foram calculadas são bastante baixos, pelo que as percentagens apresentadas tem pouco significado.

Figura 8.2.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



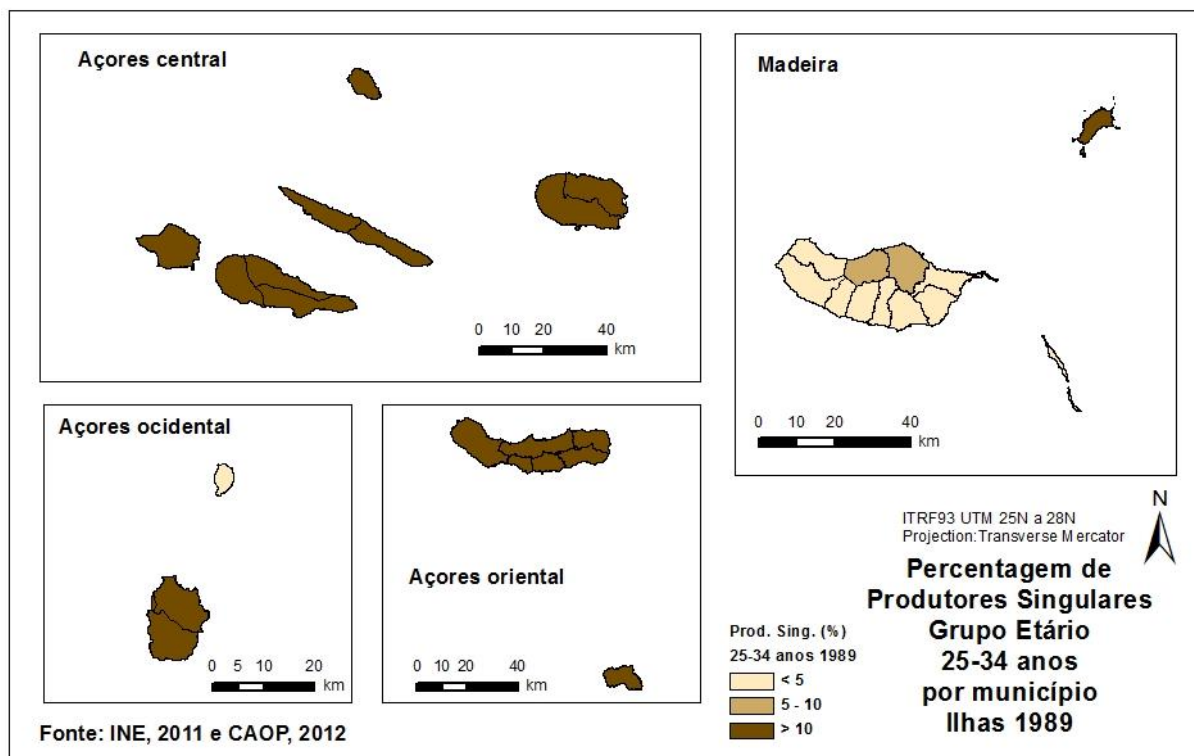
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< -75	-75 – -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	6	91	112	59	10
% de municípios	2,2%	32,7%	40,3%	21,2%	3,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		-100,0			105,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.2.4 e 8.2.2.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.2.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos é superior a 10% em 18 municípios (94,7%), com o máximo de 15,4% no município de Vila do Porto e inferior a 5% no município de Corvo, com 4,4%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em apenas 1 município (9,1%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos em 1989 é superior a 10%, com o máximo de 10,6% no município de Porto Santo. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos em 1989 é inferior a 5% em 8 municípios (72,7%), com o mínimo de 2,6% nos municípios de Funchal e Porto Moniz. Verificamos assim que o grupo etário 25-34 anos, em 1989, está mais representado na região autónoma dos Açores que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.2.2.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

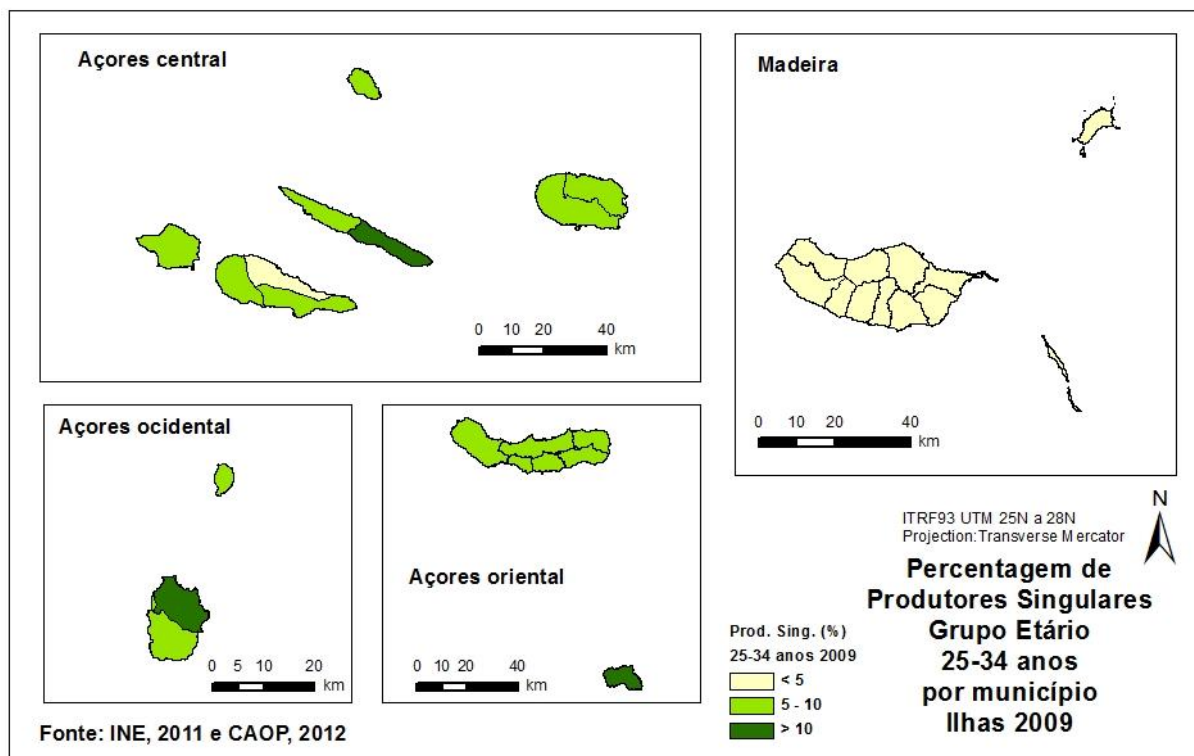


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	9	2	19
% de municípios	0,0%	30,0%	6,7%	63,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		2,6		15,4
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	1	0	18
% de municípios	0,0%	5,3%		94,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		4,4		15,4
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	8	2	1
% de municípios	0,0%	72,7%	18,2%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		2,6		10,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.2.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos é superior a 10% em 3 municípios (15,8%), com o máximo de 14,2% no município de Vila do Porto e inferior a 5% no município de S. Roque do Pico com o mínimo de 4,7%. Nos restantes 15 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos está compreendida entre 5 e 10%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em todos os municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos em 2009 é inferior a 5%, com o valor máximo de 4,0% no município de Câmara de Lobos e com o mínimo de 1,7%, no município de Funchal. Verificamos de 1989 para 2009 uma acentuada diminuição da percentagem de municípios com mais de 10% dos produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, sobretudo na região autónoma dos Açores.

Figura 8.2.2.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

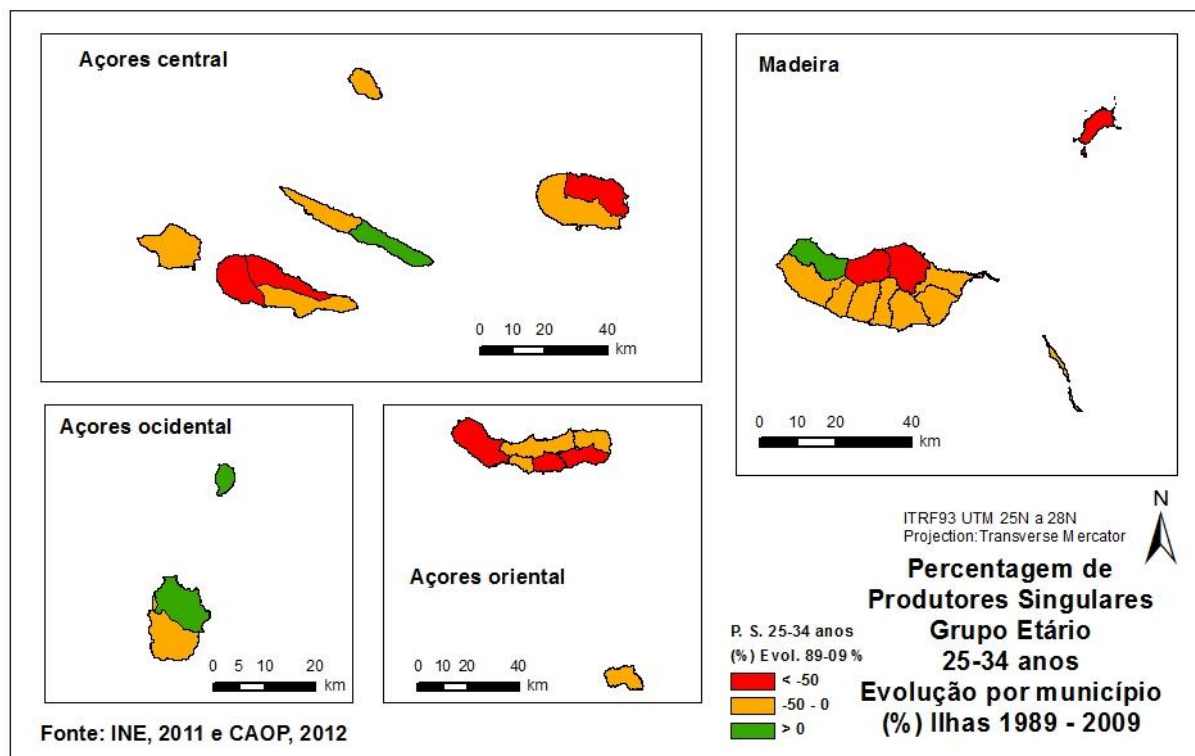


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	12	15	3
% de municípios	0,0%	40,0%	50,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		1,7		14,2
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	1	15	3
% de municípios	0,0%	5,3%	78,9%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		4,7		14,2
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		1,7 – 4,0		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.2.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos aumentou apenas em 3 municípios, com o máximo de 25,9% no município de Corvo, tendo diminuído nos restantes 16 municípios, com a máxima diminuição de -64,1% no município de S. Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos aumentou apenas no município de Porto Moniz, com 34,3%, tendo-se verificado diminuição nos restantes municípios, com a máxima diminuição no município de Santana, com -71,5%. Convém notar que os valores absolutos sobre os quais as percentagens foram calculadas são bastante baixos, pelo que as percentagens apresentadas tem pouco significado.

Figura 8.2.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	9	17	4
% de municípios	0,0%	30,0%	56,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		-71,5		34,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	6	10	3
% de municípios	0,0%	31,6%	52,6%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		-64,1		25,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 25-34 anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 25-34 anos)		-71,5		34,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

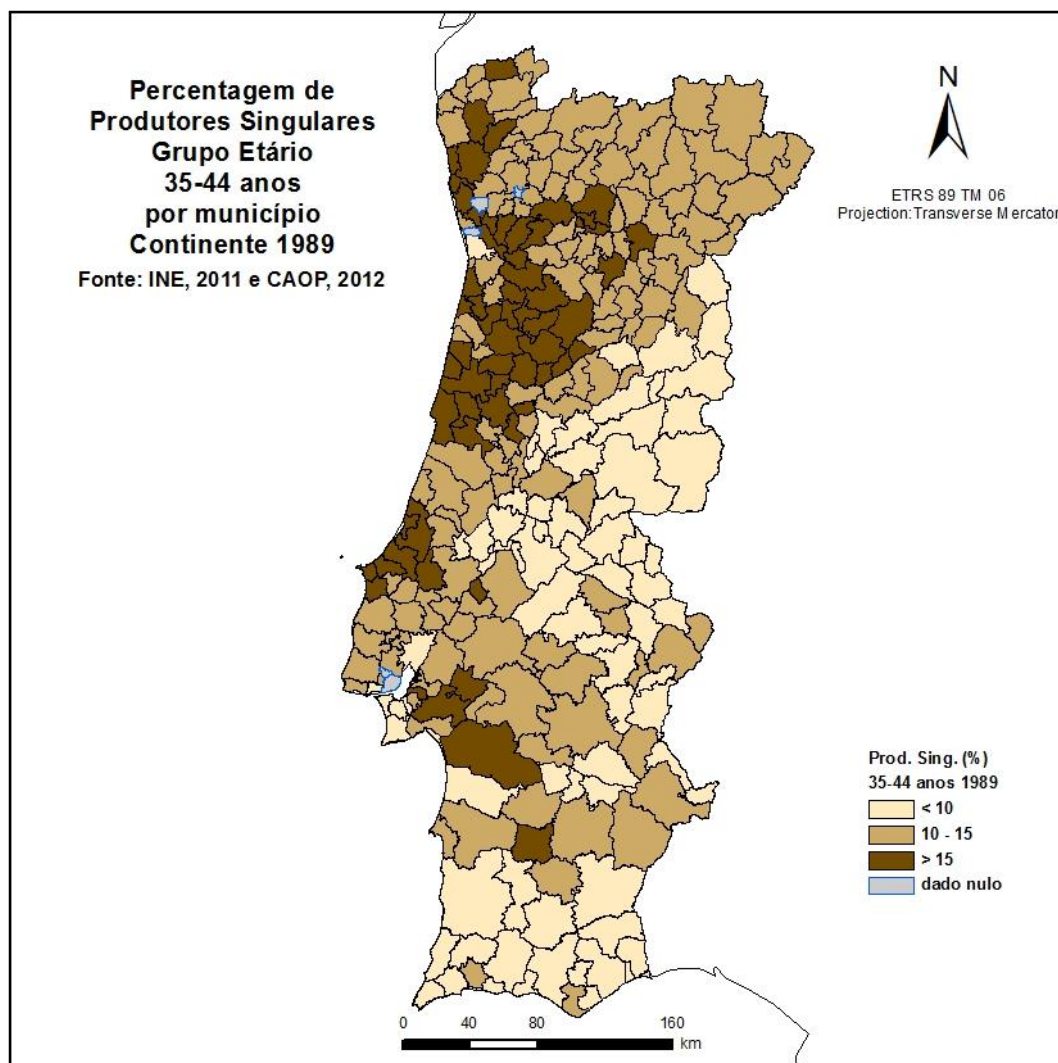
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 67,7%, representando 5,6% em 1989 e 1,8% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 41,7%, representando 12,5% em 1989 e 7,3% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 39,1%, representando 5,0% em 1989 e 3,0% em 2009. Verificamos assim que a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos foi generalizado em todas as NUTS I, com diminuição menos acentuada nas Ilhas.

8.2.3 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 35 – 44 anos

Nas figuras 8.2.3.1 e 8.2.3.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.3.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, em 1989, é superior a 15% em 60 municípios (21,6%), a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Grande Porto, Tâmega, Douro e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa, com um valor máximo de 26,8% no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, em 1989, é inferior a 10% em 77 municípios (27,7%), com o valor mínimo de 2,6% no município de Entroncamento, a maioria pertencente às NUTS III Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, na região Alentejo e Algarve.

Figura 8.2.3.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



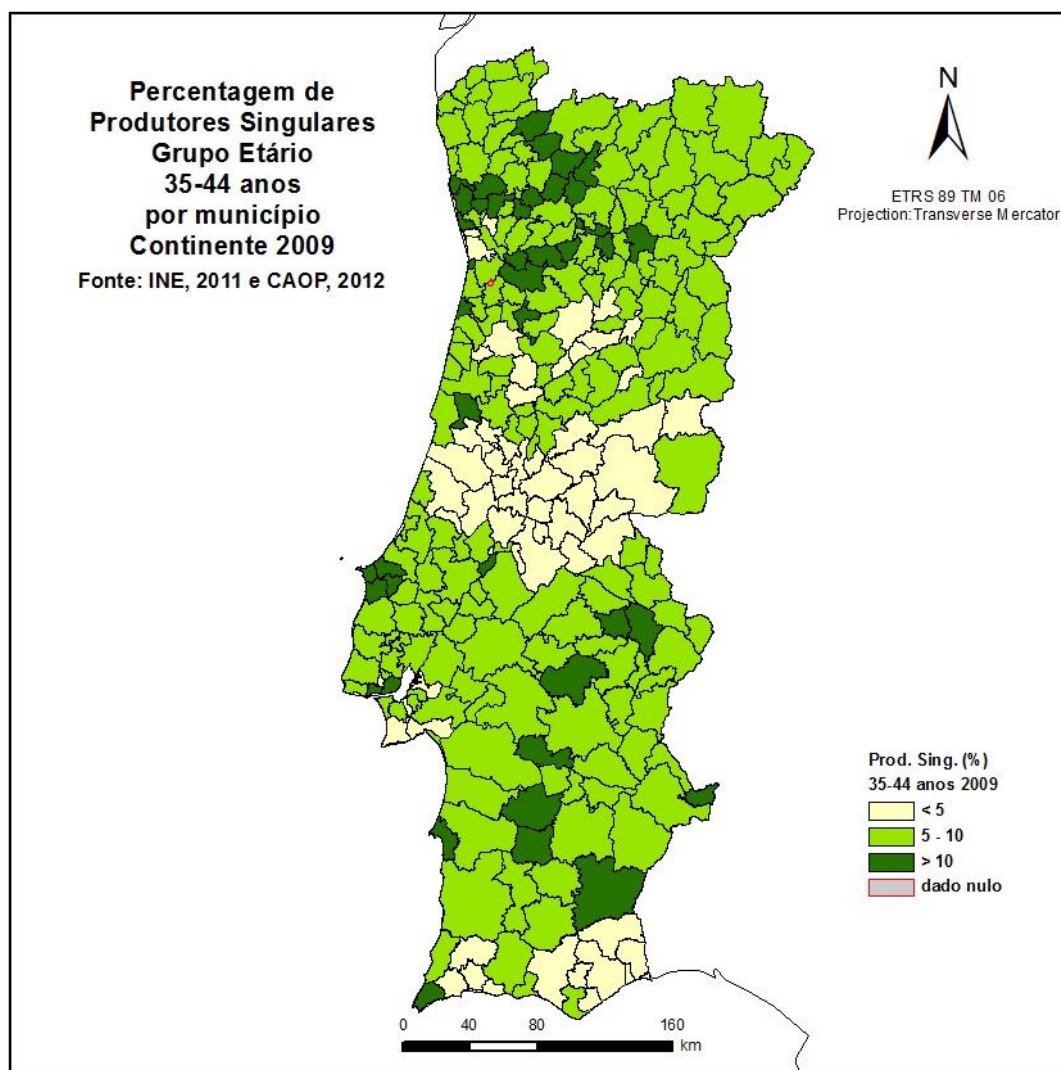
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	5	77	136	60
% de municípios	1,8%	27,7%	48,9%	21,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		2,6		26,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.3.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, em 2009, é superior a 10% em 42 municípios (15,1%), a maioria nas regiões Norte e Alentejo e num núcleo de municípios na NUTS III Oeste, na região Centro, com valor máximo de 33,3% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, em 2009, está entre 5 e

10% em 176 municípios (63,3%) e é inferior a 5% em 59 municípios (21,2%), a maioria na região Centro, nas NUTS III Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Beira Interior Sul e na região Algarve, com o valor mínimo de 0,0 em 3 municípios. Constatamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, em 2009, diminuiu em relação a 1989.

Figura 8.2.3.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

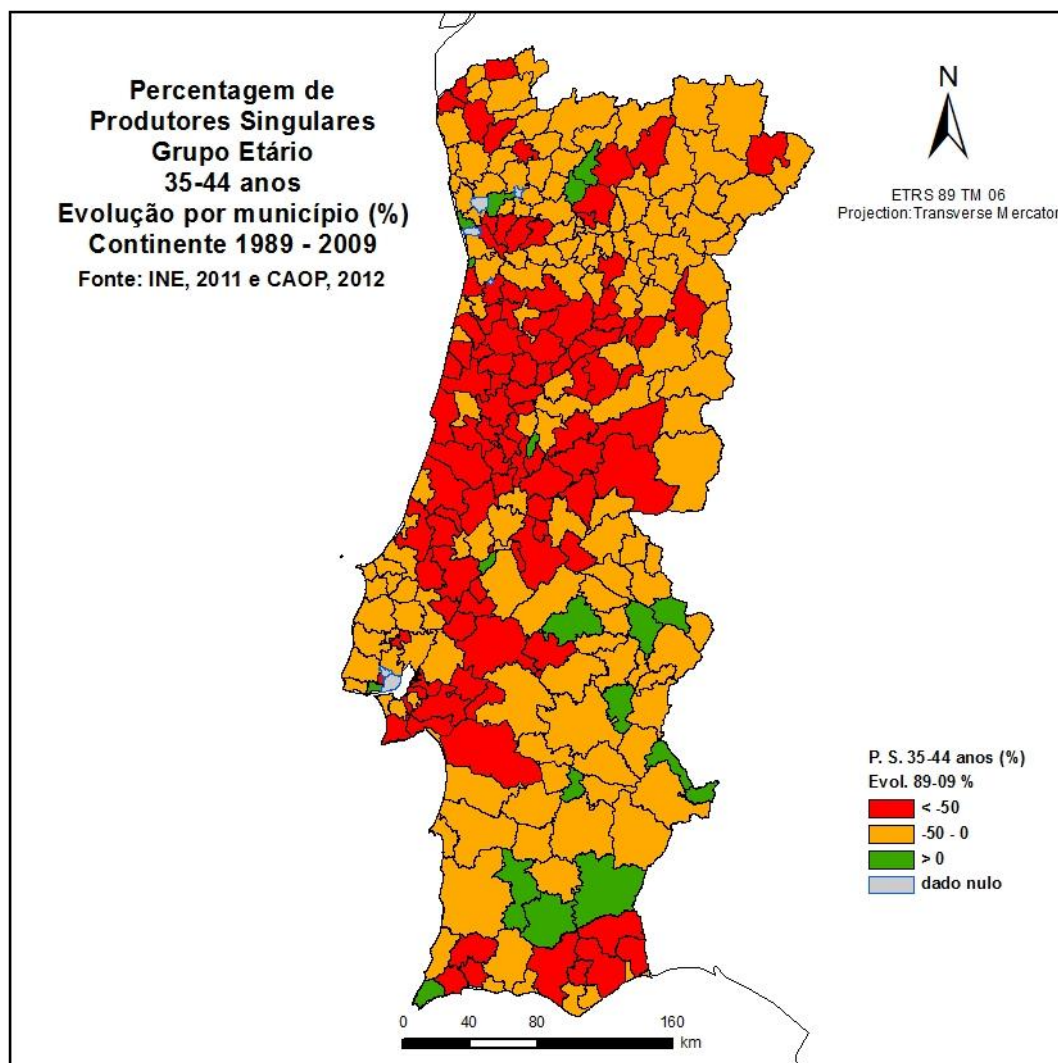


Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	1	59	176	42
% de municípios	0,4%	21,2%	63,3%	15,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		0,0		33,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.3.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 253 municípios (91,0%). Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos (< -50%) registaram-se principalmente nas regiões Centro, Lisboa (NUTS III Península de Setúbal), na região Alentejo (NUTS III Lezíria do Tejo) e na região Algarve. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou de 1989 para 2009 apenas em 19 municípios (6,8%), a maioria da região Alentejo, com um máximo de 92,2% no município de Vila do Bispo, na região Algarve.

Figura 8.2.3.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



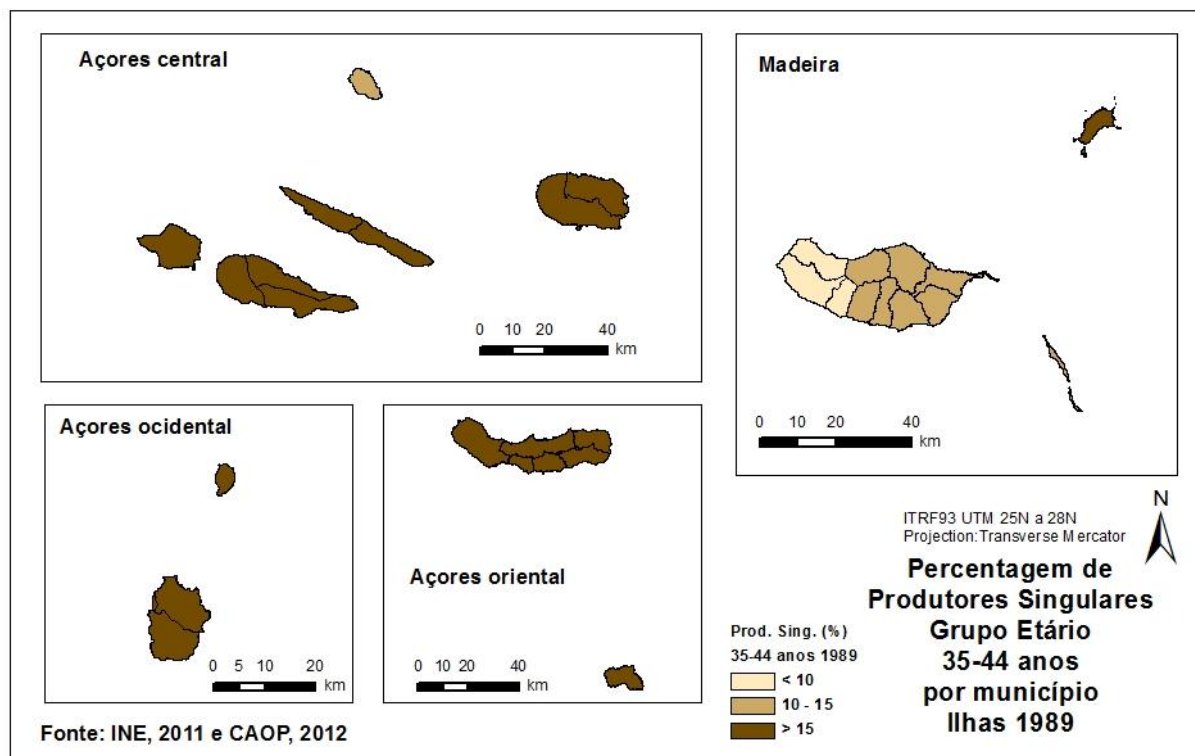
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	6	103	150	19
% de municípios	2,2%	37,1%	53,9%	6,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		-100,0		92,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.3.4 e 8.2.3.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.3.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos é superior a 15% em 18 municípios (94,7%), com o máximo de 20,8% no município de Horta, e inferior a 15% apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, com o valor de 14,0%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município de Porto Santo (9,1%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos em 1989 é superior a 15%. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos em 1989 é inferior a 10% em 3 municípios (27,3%), com o mínimo de 8,5% no município de Porto Moniz, encontrando-se os restantes 7 municípios na percentagem intermédia. Verificamos assim que o grupo etário 35 – 44 anos, em 1989, está representado em maior proporção na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.2.3.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



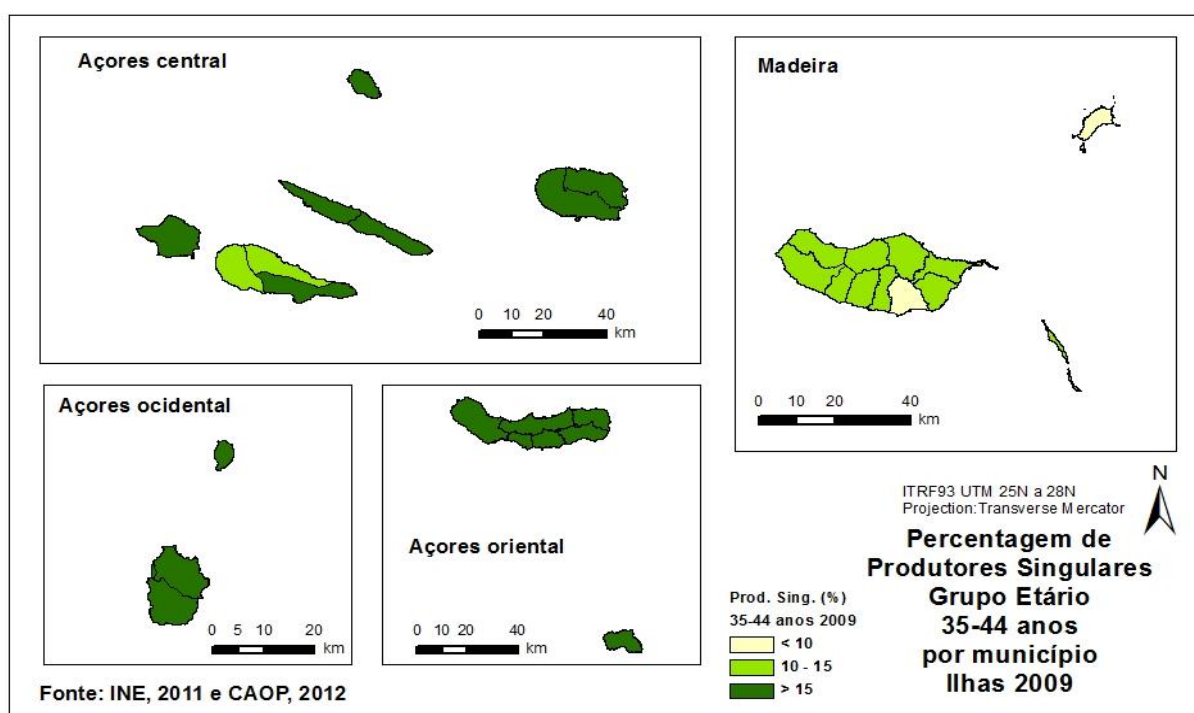
Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	3	8	19
% de municípios	0,0%	10,0%	26,7%	63,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		8,5		20,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	0	1	18
% de municípios	0,0%		5,3%	94,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)			14,0	20,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		8,5		17,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.3.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos é superior a 15% em 17 municípios (89,5%), com o máximo de 27,8% no município de Corvo. Nos restantes 2 municípios a percentagem de

produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos está compreendida entre 10 e 15%, com o mínimo de 14,4% no município de São Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 9 município (81,8%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos em 2009 está compreendida entre 10 e 15%, com o valor máximo de 14,8% no município de Ponta do Sol. Em 2 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos em 2009 é inferior a 10%, com o mínimo de 5,3%, no município de Porto Santo.

Figura 8.2.3.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

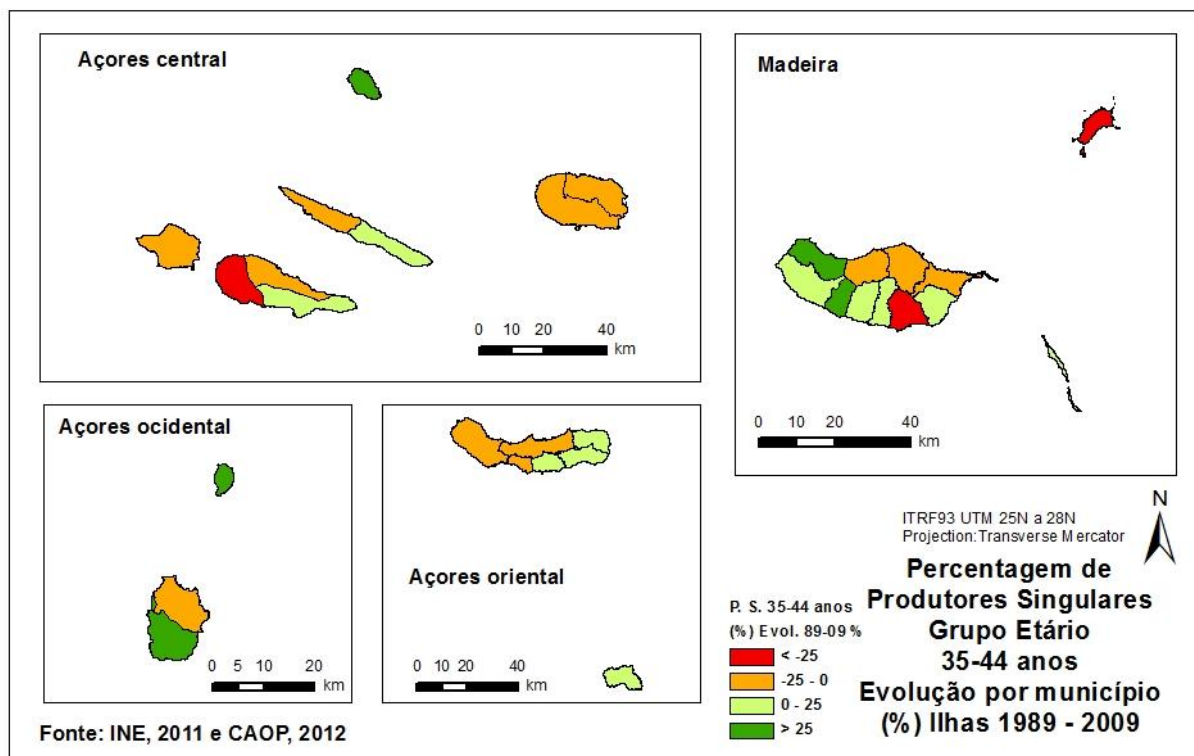


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	2	11	17
% de municípios	0,0%	6,7%	36,7%	56,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		5,3		27,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	0	2	17
% de municípios	0,0%		10,5%	89,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)			14,4	27,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	2	9	0
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		5,3	14,8	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.3.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou em 9 municípios, com o máximo de 57,4% no município de Corvo, tendo diminuído nos restantes 10 municípios, com a diminuição máxima de -28,9% no município de Madalena. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou em 6 municípios, com o máximo de 60,7% no município de Ponta do Sol, tendo-se verificado diminuição nos restantes 5 municípios, com a diminuição máxima no município de Porto Santo, com -68,7%.

Figura 8.2.3.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	3	12	10	5
% de municípios	0,0%	10,0%	40,0%	33,3%	16,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		-68,7			60,7
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	1	9	6	3
% de municípios	0,0%	5,3%	47,3%	31,6%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		-28,9			57,4
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares 35-44 anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	2	3	4	2
% de municípios	0,0%	18,2%	27,3%	36,3%	18,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 35-44 anos)		-68,7			60,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

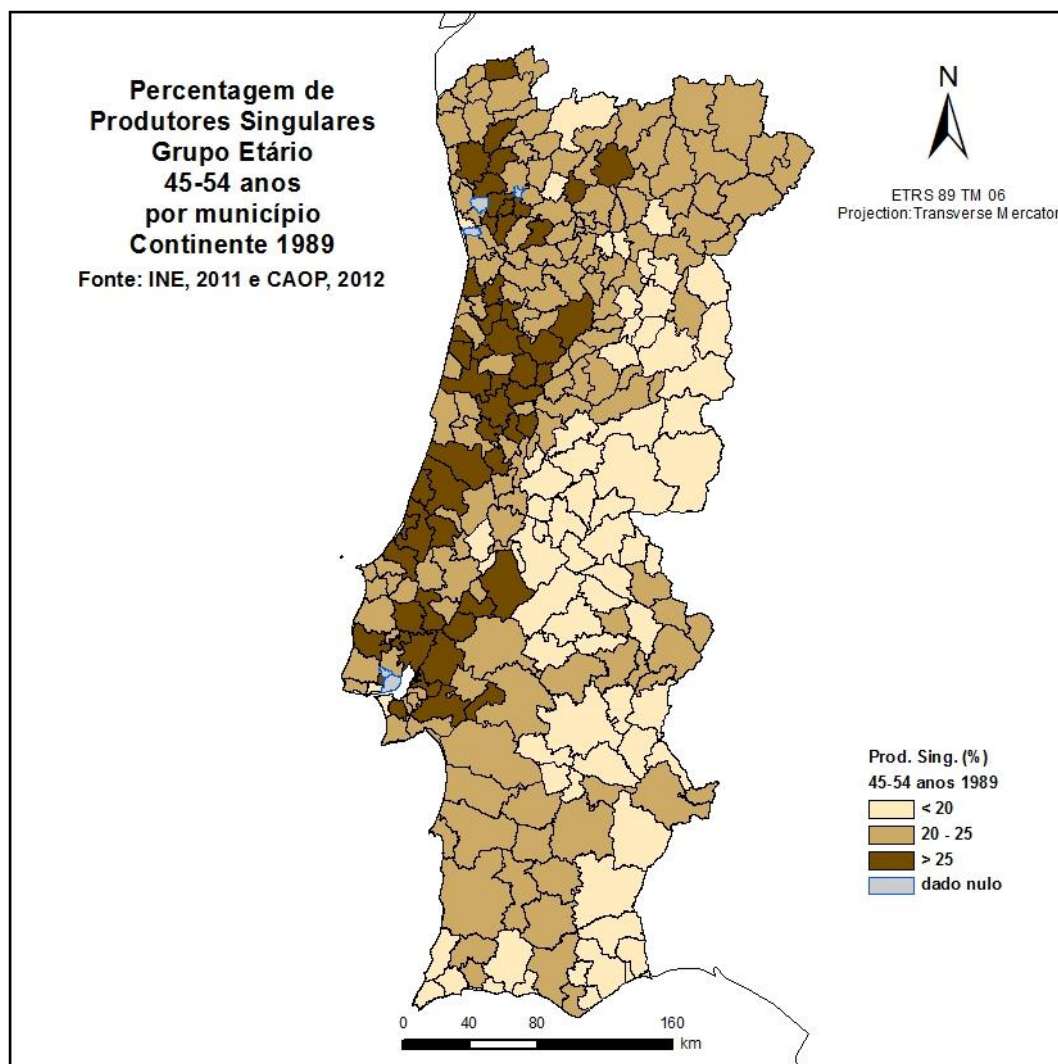
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 46,7%, representando 13,2% em 1989 e 7,1% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 7,7%, representando 18,4% em 1989 e 17,0% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 4,1%, representando 11,5% em 1989 e 12,0% em 2009. Verificamos a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos no Continente e na região autónoma dos Açores e um ligeiro aumento na região autónoma da Madeira.

8.2.4 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 45 – 54 anos

Nas figuras 8.2.4.1 e 8.2.4.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.4.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, em 1989, é superior a 25% em 54 municípios (19,5%), a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste na região Centro; Lezíria do Tejo, na região Alentejo e Península de Setúbal, na região Lisboa, com um valor máximo de 30,6% no município de Ovar, na NUTS III Baixo Vouga. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, em 1989, é inferior a 20% em 71 municípios (25,5%), com o valor mínimo de 13,4% no município de Idanha-a-Nova, na NUTS III Beira Interior Sul, a maioria pertencente às NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e na região Algarve. Em 1989 o grupo etário 45 – 54 anos está mais representado em municípios do litoral norte e centro e Grande Lisboa e menos representado em municípios do interior centro e sul e região Algarve.

Figura 8.2.4.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



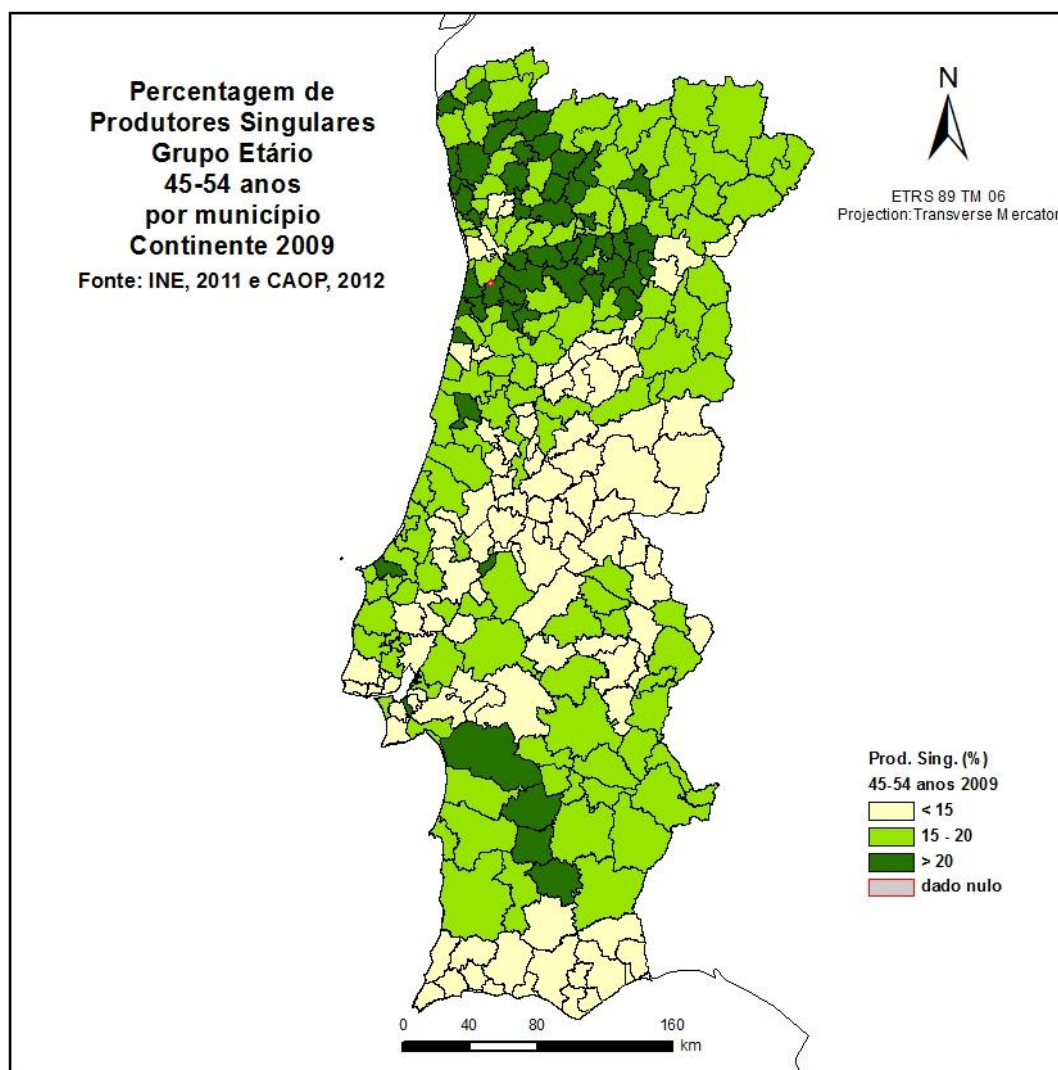
Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	20 – 25	> 25
N.º de municípios	5	71	148	54
% de municípios	1,8%	25,5%	53,2%	19,5%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)		13,4		30,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.4.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, em 2009, é superior a 20% em 52 municípios (18,7%), a maioria na região Norte, nas NUTS Cávado, Ave, Tâmega, Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga e na região Alentejo, num núcleo de municípios no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, com valor máximo de 26,3% no município de Arouca, na NUTS III Entre Douro e Vouga. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, em 2009, é inferior a 15%

em 97 municípios (34,9%), a maioria na região Centro, nas NUTS III Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo e Lezíria do Tejo, na região Alentejo e nas regiões Lisboa e Algarve, com o valor mínimo de 0,0 em 2 municípios. Constatamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, em 2009, diminuiu em relação a 1989.

Figura 8.2.4.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

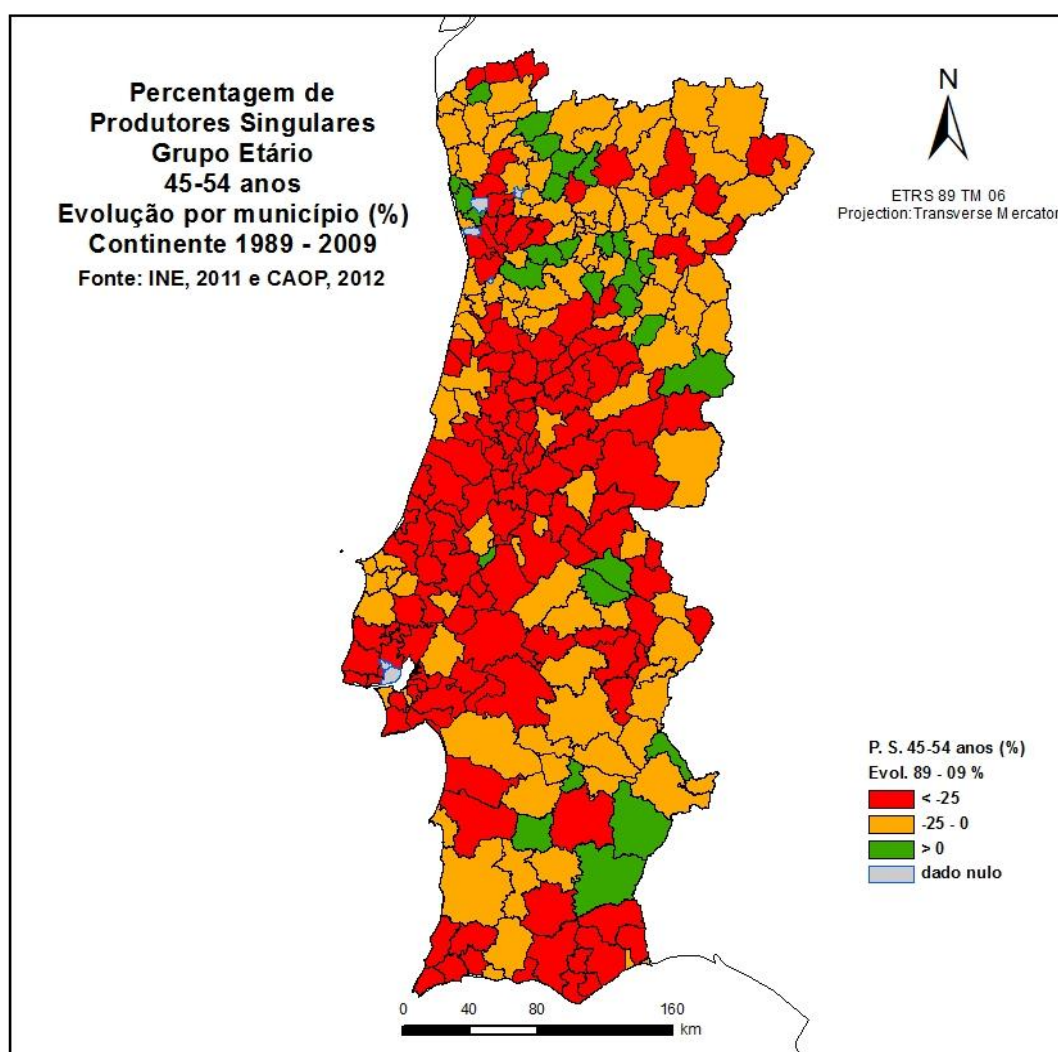


Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 15	15 – 20	> 20
N.º de municípios	1	97	128	52
% de municípios	0,4%	34,9%	46,0%	18,7%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)		0,0		26,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.4.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 244 municípios (87,8%). Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos (< -25%) registaram-se principalmente nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo (principalmente na NUTS III Lezíria do Tejo) e Algarve. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou de 1989 para 2009 apenas em 28 municípios (10,0%), a maioria nas regiões Norte e Alentejo, com um máximo de 23,6% no município de Mértola, na região Alentejo.

Figura 8.2.4.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



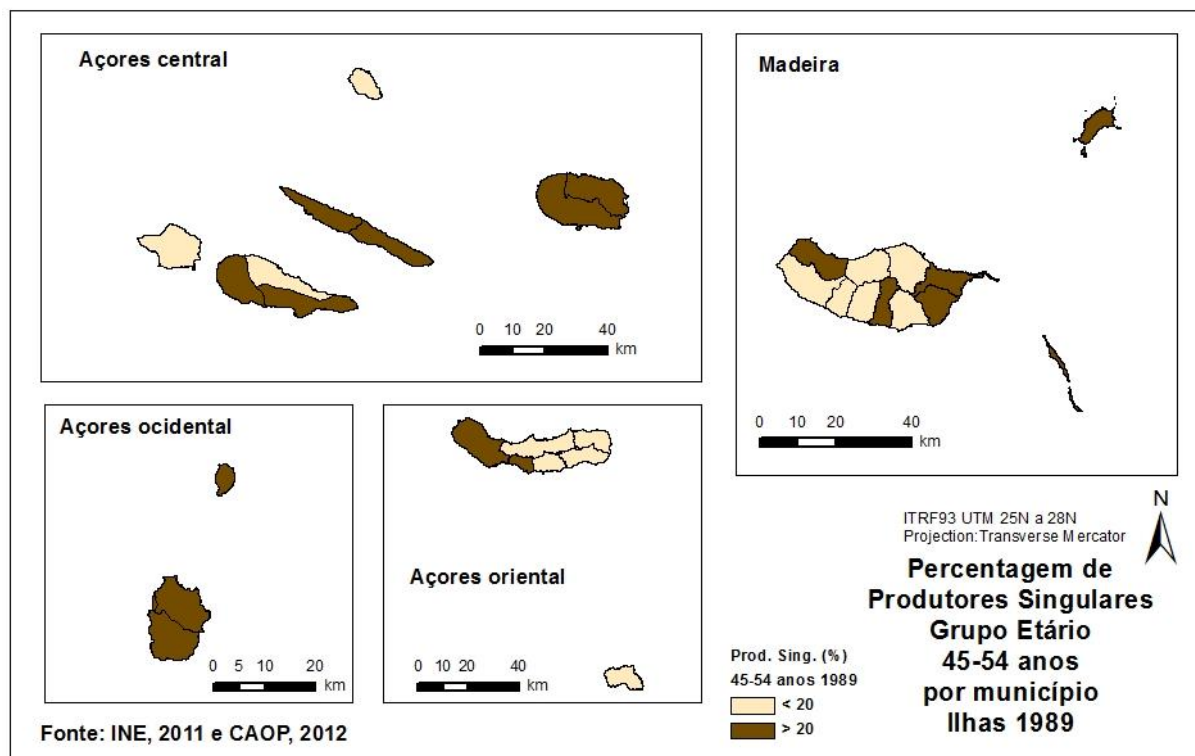
Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	134	110	28
% de municípios	2,2%	48,2%	39,6%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)		-100,0		23,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.4.4 e 8.2.4.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.4.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos é superior a 20% em 11 municípios (57,9%), com o máximo de 23,5% no município de Corvo, e inferior a 20% em 8 municípios, com o valor mínimo de 15,6% em Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos em 1989 é superior a 20% em 5 municípios, com o máximo de 24,1% em Porto Santo. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos em 1989 é inferior a 20% em 6 municípios (54,5%), com o mínimo de 17,6% no município de São Vicente.

Figura 8.2.4.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



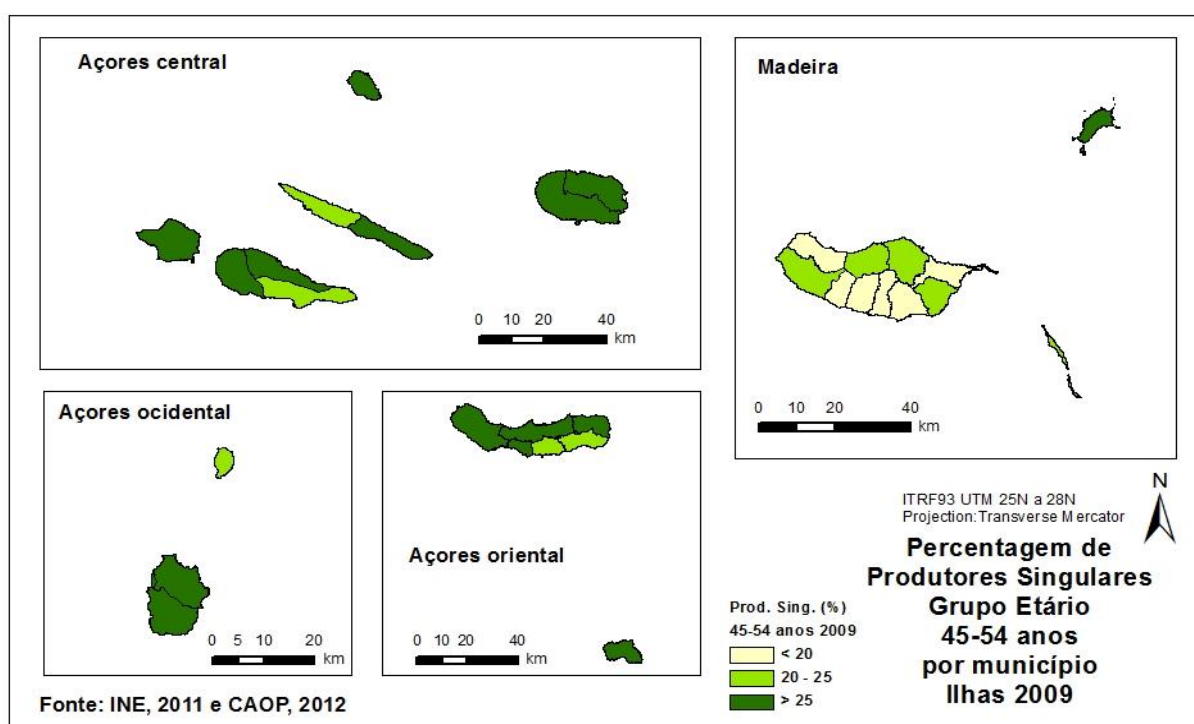
Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	> 20
N.º de municípios	0	14	16
% de municípios	0,0%	46,7%	53,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 45-54 anos)		15,6	24,1
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	> 20
N.º de municípios	0	8	11
% de municípios	0,0%	42,1%	57,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 45-54 anos)		15,6	23,5
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	> 20
N.º de municípios	0	6	5
% de municípios	0,0%	54,5%	45,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 45-54 anos)		17,6	24,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.4.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos é superior a 25% em 14 municípios (73,7%), com o máximo de 31,8% no município de S. Cruz da Graciosa. Nos restantes 5 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos está compreendida entre 20

e 25%, com o mínimo de 22,6% no município de Velas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos é superior a 25% apenas no município de Porto Santo, com 28,2%; em 4 município (36,4%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos em 2009 está compreendida entre 20 e 25% e em 6 municípios é inferior a 20%, com o mínimo de 16,5%, no município de Funchal. Em 2009 o grupo etário 45 – 54 anos está mais representado na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.2.4.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

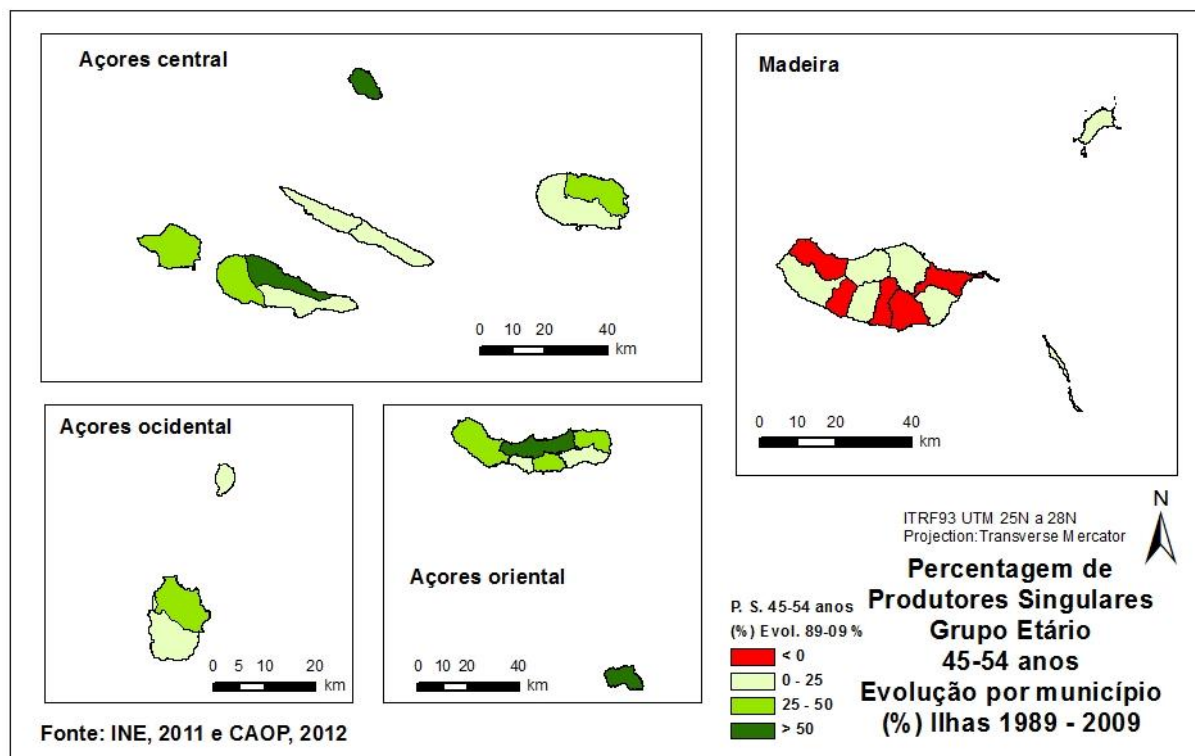


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	20 – 25	> 25
N.º de municípios	0	6	9	15
% de municípios	0,0%	20,0%	30,0%	50,0%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 45-54 anos)		16,5		31,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	20 – 25	> 25
N.º de municípios	0	0	5	14
% de municípios	0,0%		26,3%	73,7%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 45-54 anos)			22,6	31,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 20	20 – 25	> 25
N.º de municípios	0	6	4	1
% de municípios	0,0%	54,5%	36,4%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 45-54 anos)		16,5		28,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.4.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou em todos os municípios, com o máximo de 104,2% no município de Santa Cruz da Graciosa e com o mínimo no município de Velas, com 1,7%. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou em 6 municípios, com o máximo de 22,8% no município de S. Vicente, tendo-se verificado diminuição nos restantes 5 municípios, com a diminuição máxima no município de Porto Moniz, com -20,5%.

Figura 8.2.4.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009



Ilhas					
Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	5	14	7	4
% de municípios	0,0%	16,7%	46,7%	23,3%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)		-20,6			104,2
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	8	7	4
% de municípios	0,0%		42,1%	36,8%	21,1%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)			1,7		104,2
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de prod. singulares 45-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	0	5	6	0	0
% de municípios	0,0%	45,5%	54,5%		
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 45-54 anos)		-20,6	22,8		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 25,8%, representando 22,6% em 1989 e 16,8% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 30,6%, representando

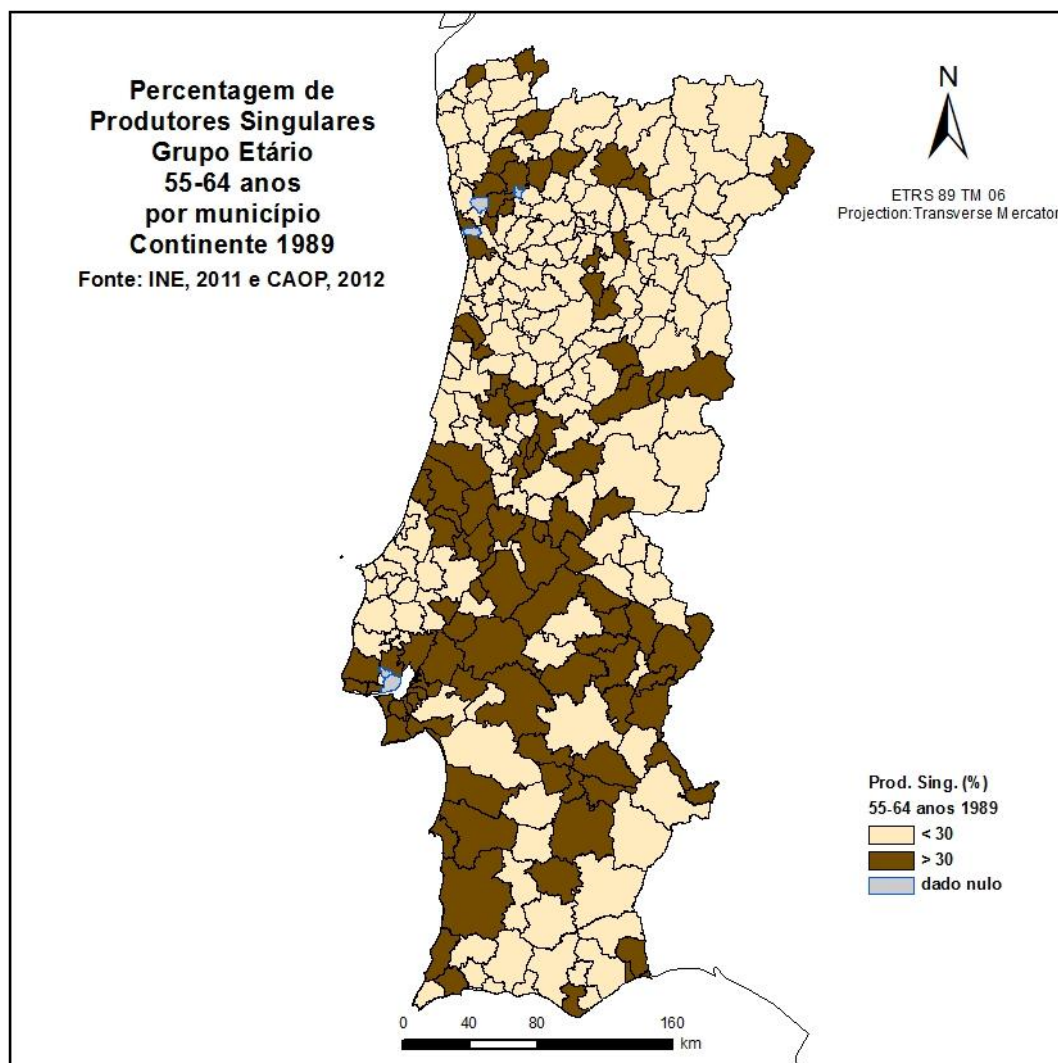
20,2% em 1989 e 26,4% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 0,5%, representando 20,0% em 1989 e 20,1% em 2009. Verificamos a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos no Continente, o aumento considerável na região autónoma dos Açores e um muito ligeiro aumento na região autónoma da Madeira.

8.2.5 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 55 – 64 anos

Nas figuras 8.2.5.1 e 8.2.5.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.5.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 1989, é superior a 30% em 104 municípios (37,4%), distribuídos por todas as NUTS III, mas com maior concentração de municípios nas NUTS III Ave, na região Norte; Pinhal Litoral e Médio Tejo, na região Centro e NUTS III das regiões Lisboa e Alentejo, com um valor máximo de 48,4% no município de S. João da Madeira, na NUTS III Entre Douro e Vouga. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 1989, é inferior a 30% em 169 municípios (60,8%), constituindo a maioria dos municípios, com o valor mínimo de 21,9% em Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto.

Figura 8.2.5.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



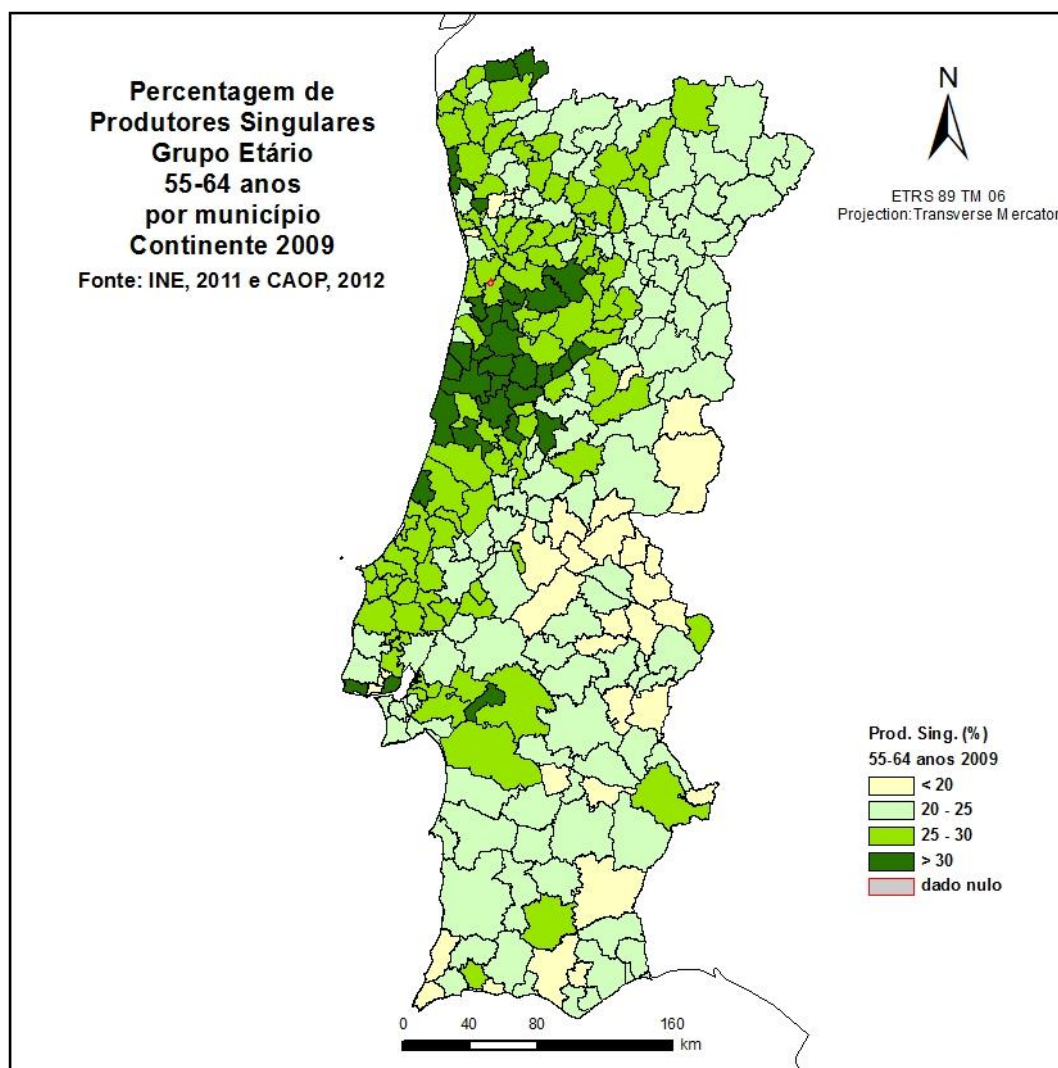
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 30	> 30
N.º de municípios	5	169	104
% de municípios	1,8%	60,8%	37,4%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 55-64 anos)		21,9	48,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.5.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 2009, é superior a 30% em 32 municípios (11,5%), a maioria na região Centro, nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga e Baixo Mondego, com valor máximo de 33,7% no município de Trofa, na NUTS III Ave. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 2009, é inferior a 20% em 34 municípios (12,2%), a maioria nas NUTS III Beira Interior Sul, na região Centro e Alto Alentejo, na região Alentejo, com o

valor mínimo de 9,5% no município de Odivelas, na NUTS III Grande Lisboa. Constatamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 2009, diminuiu em relação a 1989.

Figura 8.2.5.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.



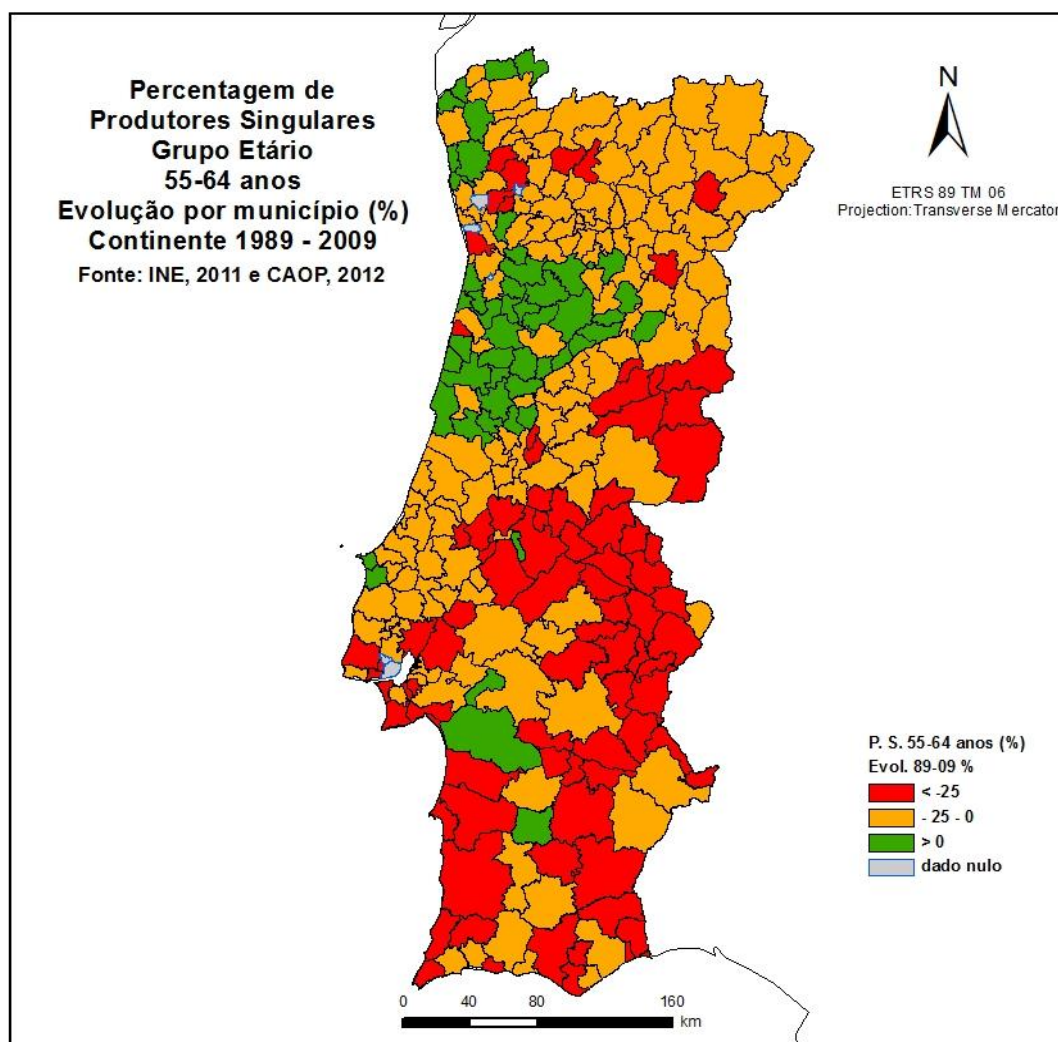
Classes (% de p. s. 55-64 anos)	dado nulo	< 20	20 – 25	25 – 30	> 30
N.º de municípios	1	34	117	94	32
% de municípios	0,4%	12,2%	42,1%	33,8%	11,5%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 55-64 anos)		9,5			33,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.5.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 222 municípios (79,8%). Os maiores

decréscimos de percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos (< -25%) registaram-se principalmente nas NUTS III Cova da Beira, Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de -70,6% no município de Oeiras. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou de 1989 para 2009 apenas em 50 municípios (18,0%), a maioria nas NUTS III Minho-Lima, Cávado e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Dão-Lafões, Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro, com um máximo de 40,9% no município de Póvoa de Varzim, na região Grande Porto.

Figura 8.2.5.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



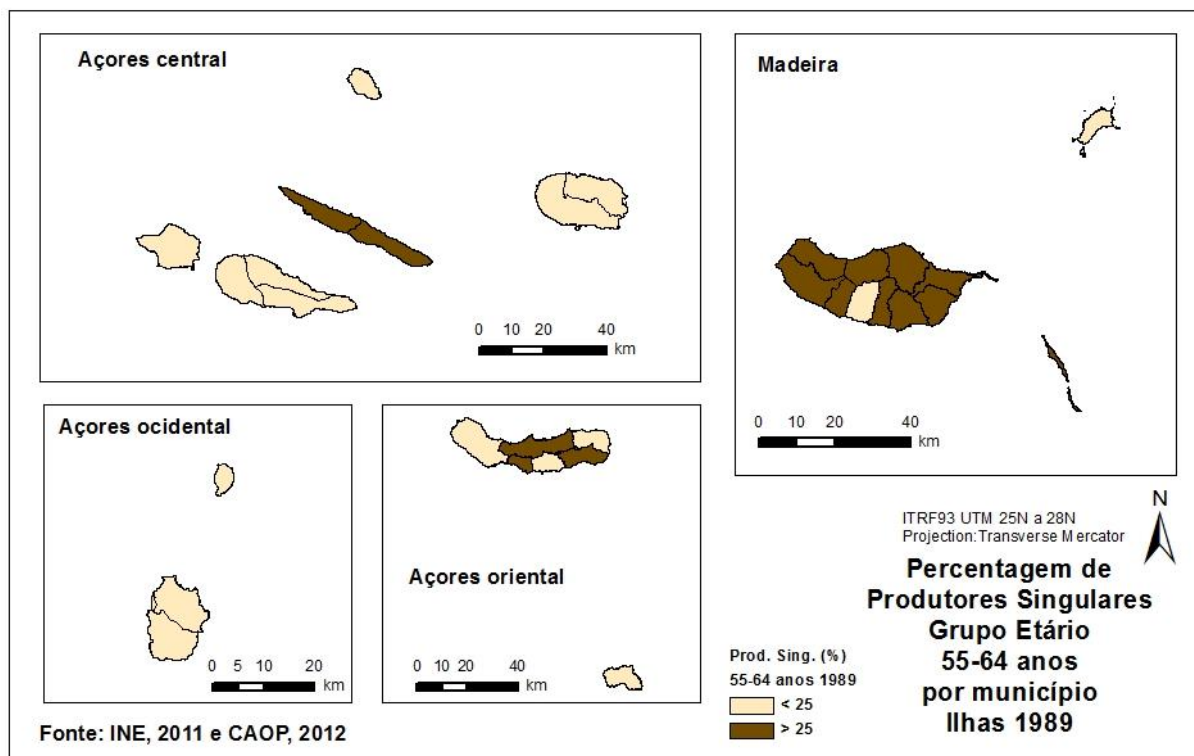
Classes (% de prod. singulares 55-64 anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	85	137	50
% de municípios	2,2%	30,5%	49,3%	18,0%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 55-64 anos)		-70,6		40,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.5.4 e 8.2.5.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.5.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos é superior a 25% em 5 municípios (26,3%), com o máximo de 26,8% no município de Ribeira Grande, e inferior a 25% em 14 municípios (73,3%), com o valor mínimo de 20,3% em Horta. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos em 1989 é superior a 25% em 9 municípios, com o máximo de 34,3% em Porto Moniz. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos em 1989 é inferior a 25% em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 24,0% no município de Ribeira Brava.

Figura 8.2.5.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

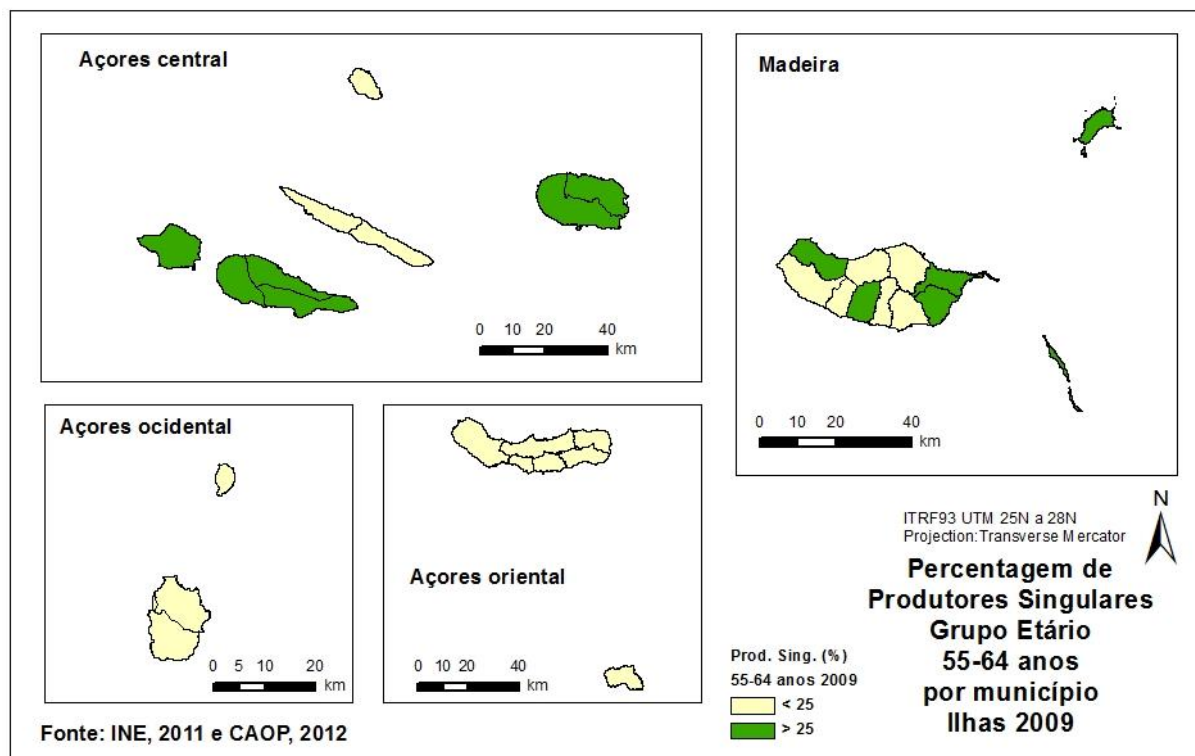


Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	16	14
% de municípios	0,0%	53,3%	46,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		20,3	34,3
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	14	5
% de municípios	0,0%	73,7%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		20,3	26,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	2	9
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		24,0	34,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.5.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos é superior a 25% em 6 municípios (31,6%), com o máximo de 28,8% no município de Lajes do Pico. Nos restantes 13 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos é inferior a 25%, com o mínimo de 18,8% no município de Santa Cruz das Flores. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, em 2009, é superior a 25% em 5 municípios (45,4%), com o máximo de 30,5% no município de Porto Santo, e inferior em 6 município (54,5%), com o mínimo de 21,5%, no município de Calheta.

Figura 8.2.5.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

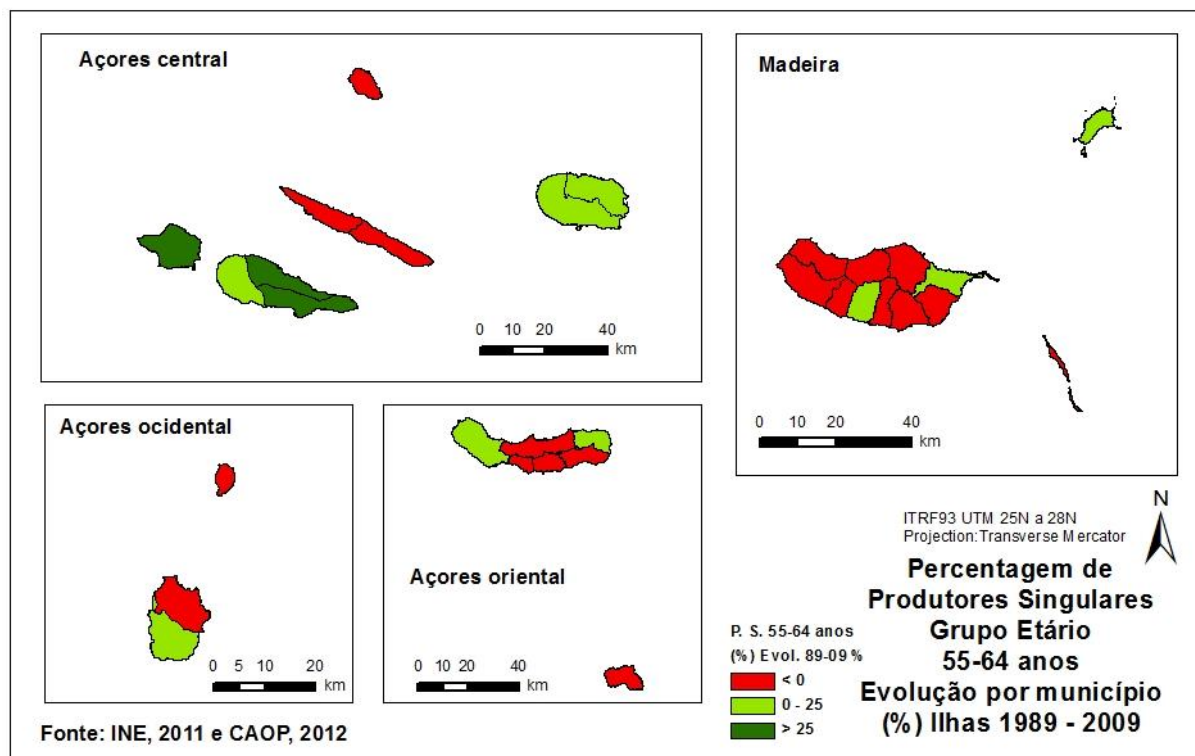


Ilhas			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	19	11
% de municípios	0,0%	63,3%	36,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		18,8	30,5
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	13	6
% de municípios	0,0%	68,4%	31,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		18,8	28,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 25	> 25
N.º de municípios	0	6	5
% de municípios	0,0%	54,5%	45,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares 55-64 anos)		21,5	30,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.5.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou em 9 municípios, com o máximo de 35,0% no município de Horta e diminuiu em 10 municípios, com o mínimo de -28,0% no município de Lagoa. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou em 3 municípios, com o máximo de 22,5% no município de Porto Santo, tendo-se verificado diminuição nos restantes 8 municípios, com a diminuição máxima no município de Calheta, com -21,6%.

Figura 8.2.5.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	18	9	3
% de municípios	0,0%	60,0%	30,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 55-64 anos)		-28,0		35,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	10	6	3
% de municípios	0,0%	52,6%	31,6%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 55-64 anos)		-28,0		35,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 55-64 anos)	dado nulo	< 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	8	3	0
% de municípios	0,0%	72,7%	27,3%	
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 55-64 anos)		-21,6	22,5	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

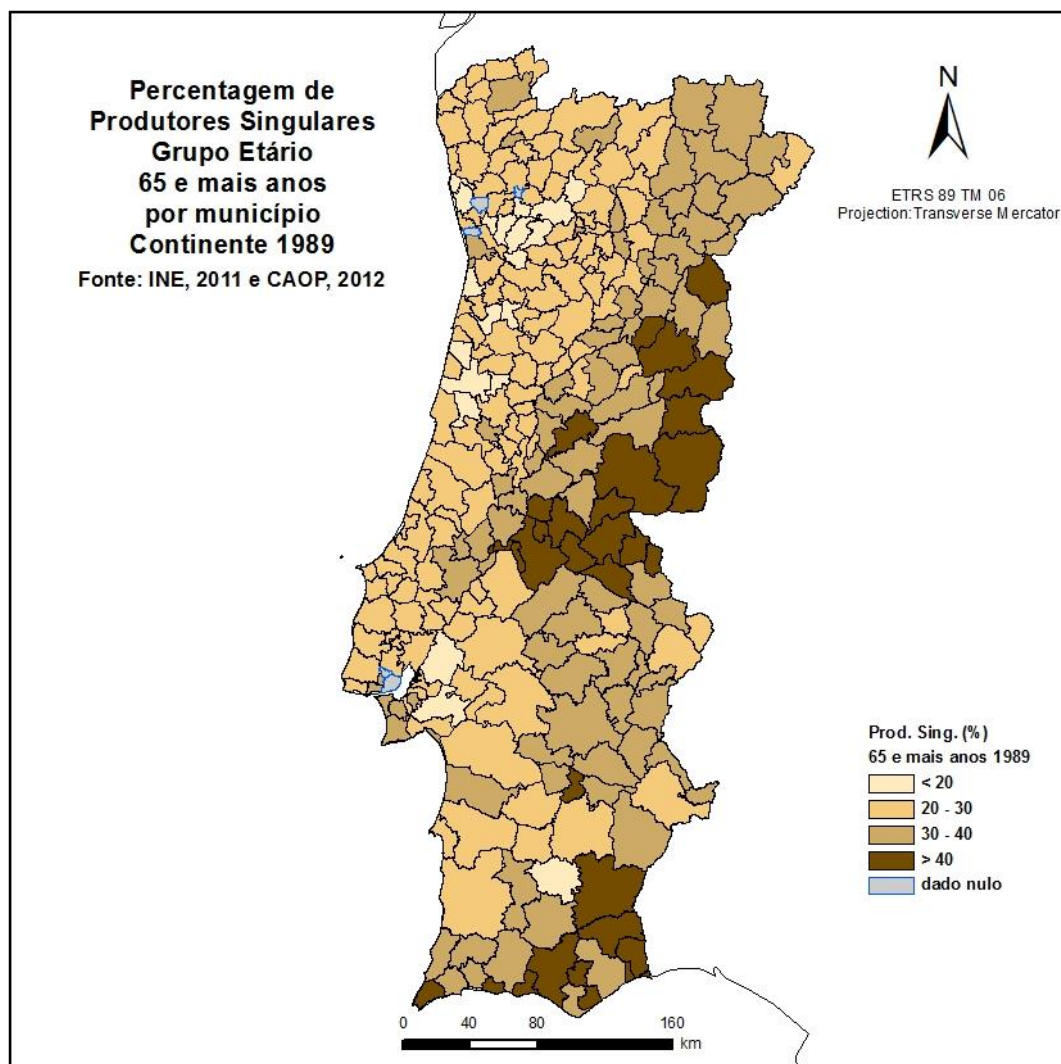
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 14,1%, representando 29,0% em 1989 e 24,9% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 3,0%, representando 23,8% em 1989 e 24,5% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 11,7%, representando 26,9% em 1989 e 23,8% em 2009. Verificamos a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos no Continente, o aumento ligeiro na região autónoma dos Açores e a diminuição na região autónoma da Madeira.

8.2.6 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 65 e mais anos

Nas figuras 8.2.6.1 e 8.2.6.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.6.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, em 1989, é superior a 40% em 32 municípios (11,5%), a maioria pertencente às NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com um valor máximo de 49,0% no município de Constância, na NUTS III Médio Tejo. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, em 1989, é inferior a 20% em 20 municípios (7,2%), com o valor mínimo de 11,7% no município de Póvoa de Varzim, a maioria pertencente às NUTS III Tâmega, na região Norte; Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa. Verificamos que as percentagens de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos são mais elevadas nos municípios mais interiores e as percentagens mais baixas nos municípios mais litorais, de norte a sul do Continente.

Figura 8.2.6.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.

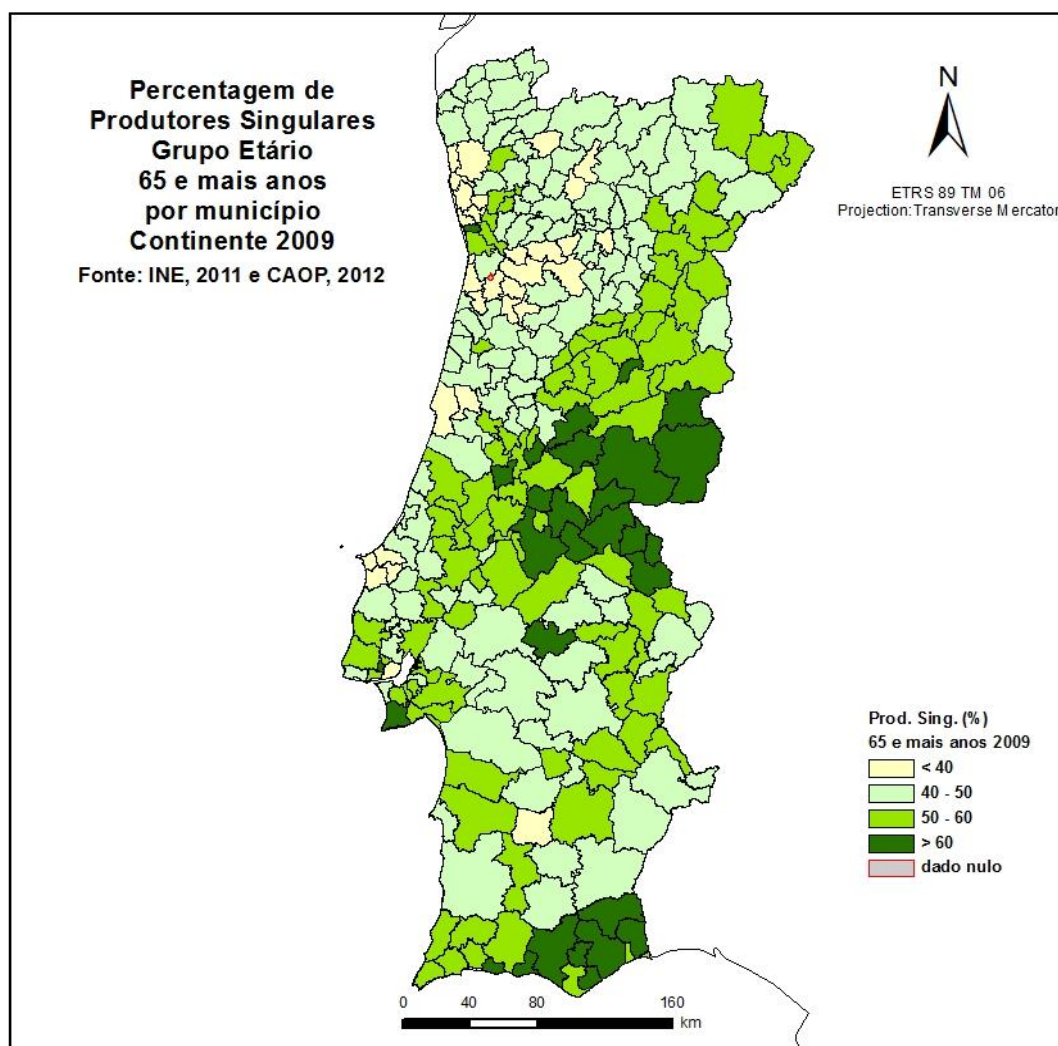


Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 20	20 – 30	30 – 40	> 40
N.º de municípios	5	20	133	88	32
% de municípios	1,8%	7,2%	47,9%	31,6%	11,5%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares com 65 e mais anos)		11,7			49,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.6.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, em 2009, é superior a 60% em 30 municípios (10,8%), a maioria contíguos formando 2 núcleos. Um núcleo de municípios pertencentes às NUTS III Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro, e Alto Alentejo, na região Alentejo e outro núcleo na região Algarve, com um valor máximo de 87,5% no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, em 2009, é inferior a 40% em 31 municípios (11,2%), com o valor mínimo de 18,3% no município de Póvoa de Varzim, a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Baixo Mondego e Oeste, na região Centro. Tal como em 1989 verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos é mais elevada nos municípios do interiores e mais baixa nos municípios do litoral, de norte a sul do Continente, acrescentando que, de 1989 para 2009, houve um desvio do valor das classes para cima neste grupo etário.

Figura 8.2.6.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

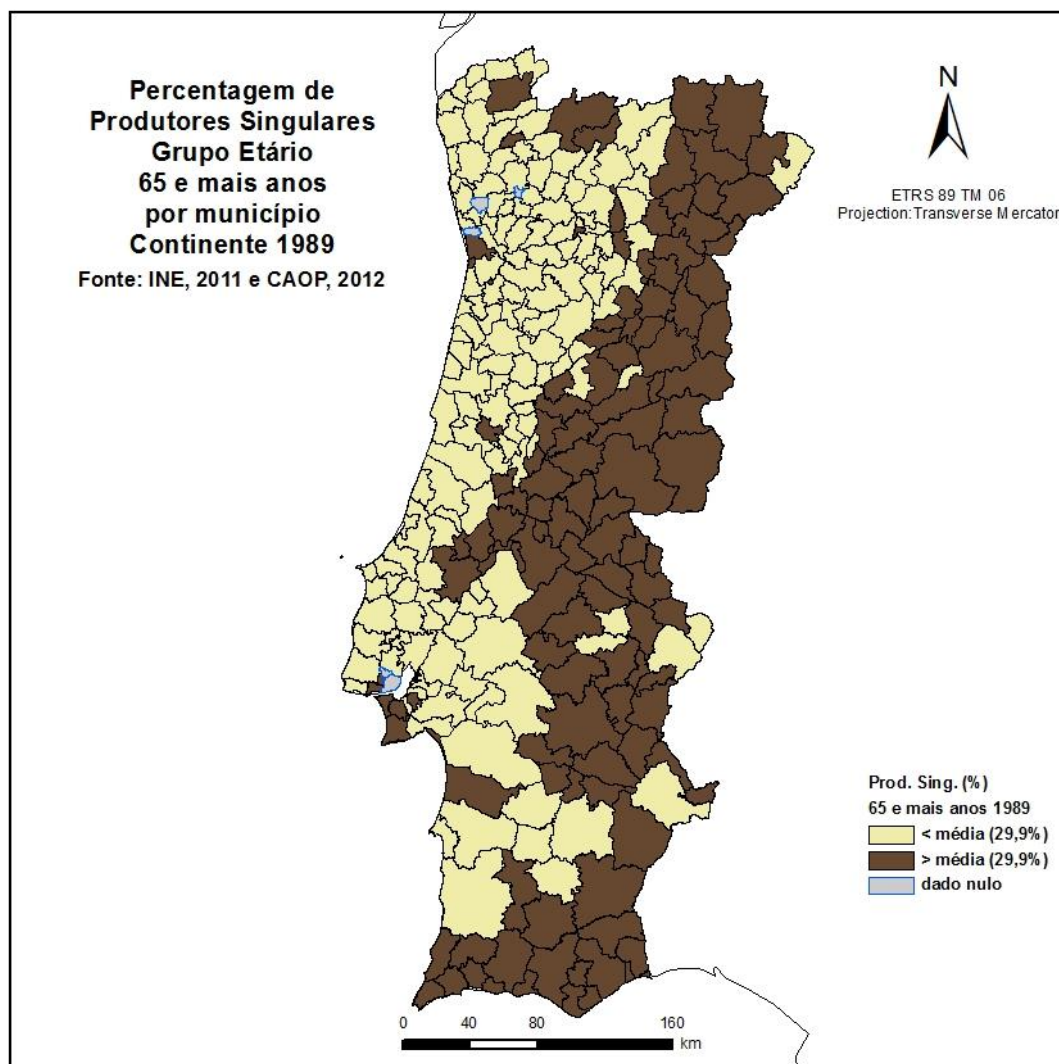


Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	1	31	120	96	30
% de municípios	0,4%	11,2%	43,1%	34,5%	10,8%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares com 65 e mais anos)		18,3			87,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.6.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, no Continente, em 1989, é inferior à média (29,9%) em 152 municípios (54,7%), a grande maioria nas zonas mais litorais do Continente, e superior à média em 121 municípios (43,5%), a grande maioria nas zonas mais interiores do Continente e região Algarve.

Figura 8.2.6.3 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.

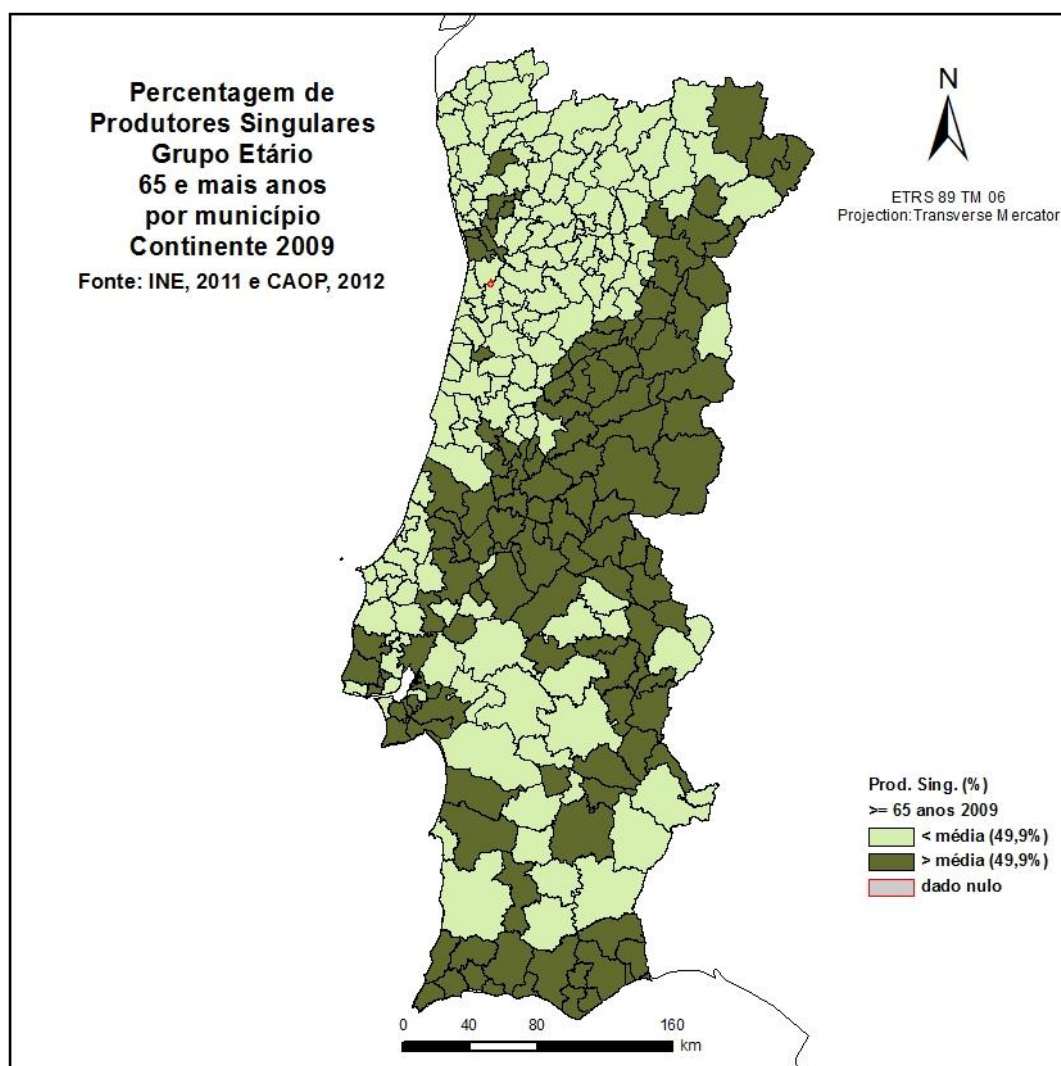


Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (29,9%)	> média (29,9%)
N.º de municípios	5	152	121
% de municípios	1,8%	54,7%	43,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		11,7	49,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.6.4 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, no Continente, em 2009, é inferior à média (49,9%) em 150 municípios (53,9%), a grande maioria nas zonas mais litorais do Continente, e superior à média em 127 municípios (45,7%), a grande maioria nas zonas mais interiores do Continente e região Algarve. De 1989 para 2009 podemos constatar que houve um envelhecimento dos produtores singulares na medida em que a média de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos aumentou de 29,9% em 1989 para 49,9% em 2009.

Figura 8.2.6.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

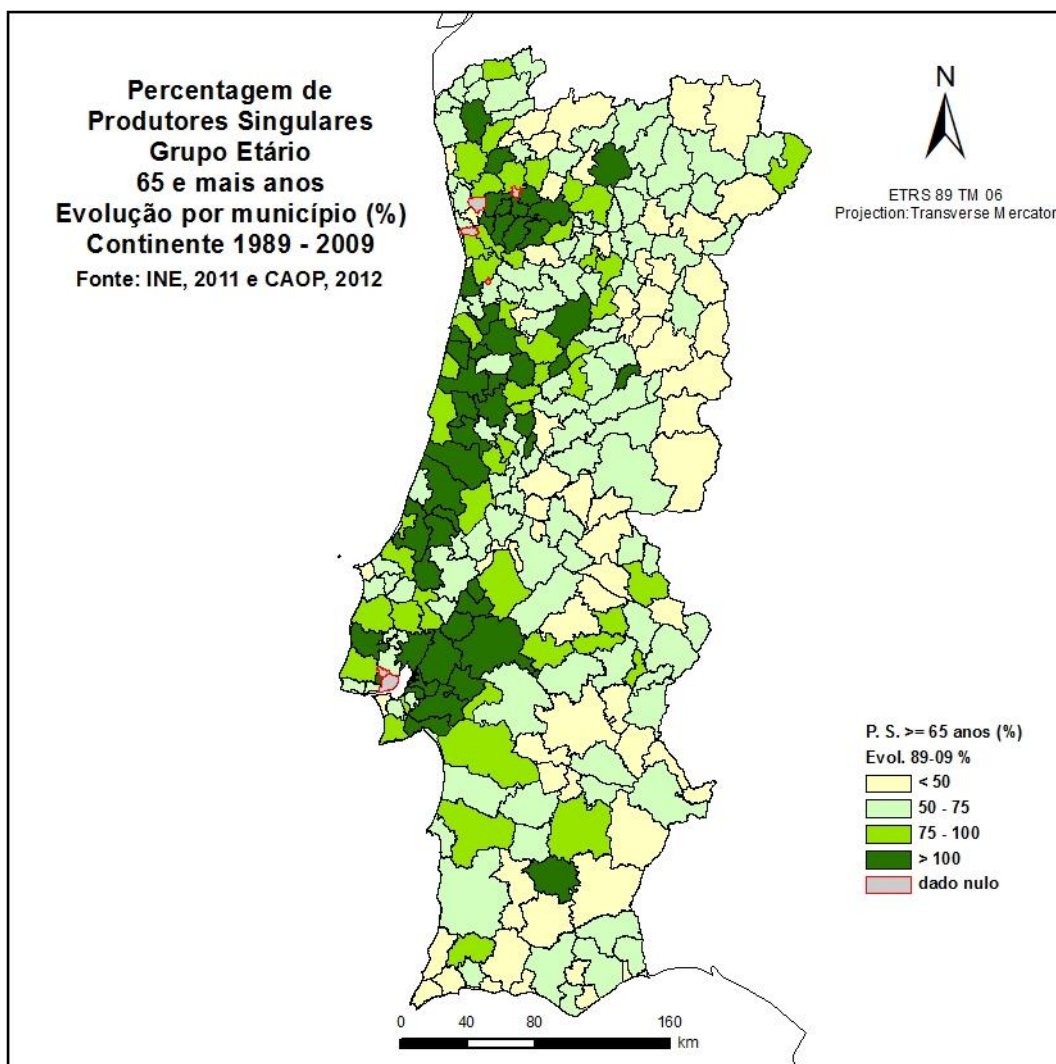


Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (49,9%)	> média (49,9%)
N.º de municípios	1	150	127
% de municípios	0,4%	53,9%	45,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		18,3	87,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.6.5 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, de 1989 para 2009, aumentou em todos os municípios do Continente. Na classe de acréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos superior a 100% registaram-se 48 municípios (17,3%) principalmente nas NUTS III Tâmega, na região Norte; NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, na região Centro; NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região Lisboa e NUTS III Lezíria do Tejo, na região Alentejo. Na classe de acréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos inferior a 50% registaram-se 67 municípios (24,1%) principalmente nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e na região Algarve. Verificamos assim que as mais elevadas percentagens de acréscimo de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos aparecem em municípios do litoral e as mais baixas percentagens aparecem em municípios do interior e do Algarve.

Figura 8.2.6.5 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



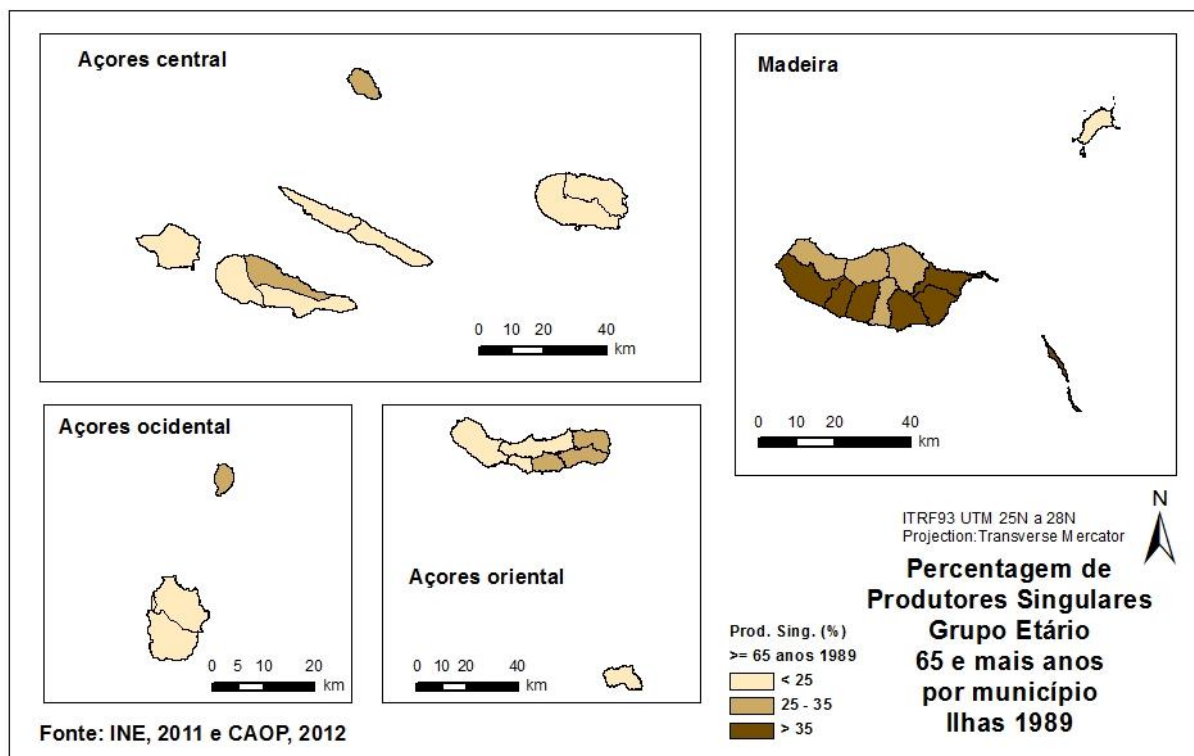
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 50	50 – 75	75 – 100	> 100
N.º de municípios	6	67	108	49	48
% de municípios	2,2%	24,1%	38,8%	17,6%	17,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		9,2			212,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.6.6 e 8.2.6.7 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.6.6, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos é inferior a 25% em 13 municípios, com o valor mínimo de 19,3% no município de Lagoa e está compreendida entre 25 e 35% em 6 municípios, com o valor máximo de 32,9% no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 6 municípios (54,5%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos em 1989 é superior a 35%, com o máximo de 40,0% no município de Ponta do Sol. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos em 1989 é inferior a 25% em 1 município (9,1%), com o mínimo de 23,0% no município de Porto Santo, encontrando-se os restantes 4 municípios na percentagem intermédia. Verificamos assim que o grupo etário 65 e mais anos, em 1989, está mais representado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

Figura 8.2.6.6 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

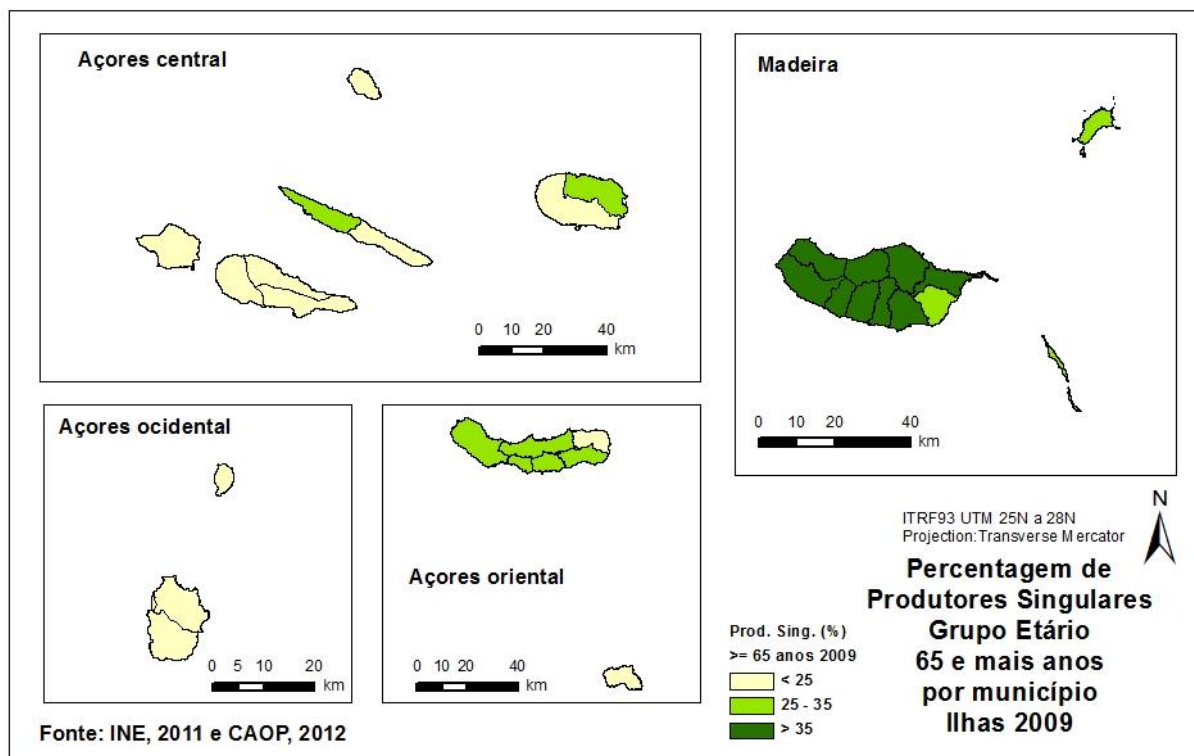


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	14	10	6
% de municípios	0,0%	46,7%	33,3%	20,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		19,3		40,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	13	6	0
% de municípios	0,0%	68,4%	31,6%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		19,3	32,9	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	1	4	6
% de municípios	0,0%	9,1%	36,4%	54,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		23,0		40,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.6.7, na região autónoma dos Açores, em 2009, verificamos que em 11 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos está compreendida entre 25 e 35%, com o valor máximo de 30,2% no município de Lagoa. Nos restantes 12 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos é inferior a 25%, com o valor mínimo de 16,5% no município de Vila do Porto. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 9 municípios (81,8%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos em 2009 é superior a 35%, com o máximo de 50,0% no município de Funchal. Nos restantes 2 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos em 2009 está compreendida entre 25 e 35%, com o mínimo de 32,8% no município de Porto Santo. Verificamos assim que o grupo etário 65 e mais anos, em 2009, está mais representado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

Figura 8.2.6.7 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



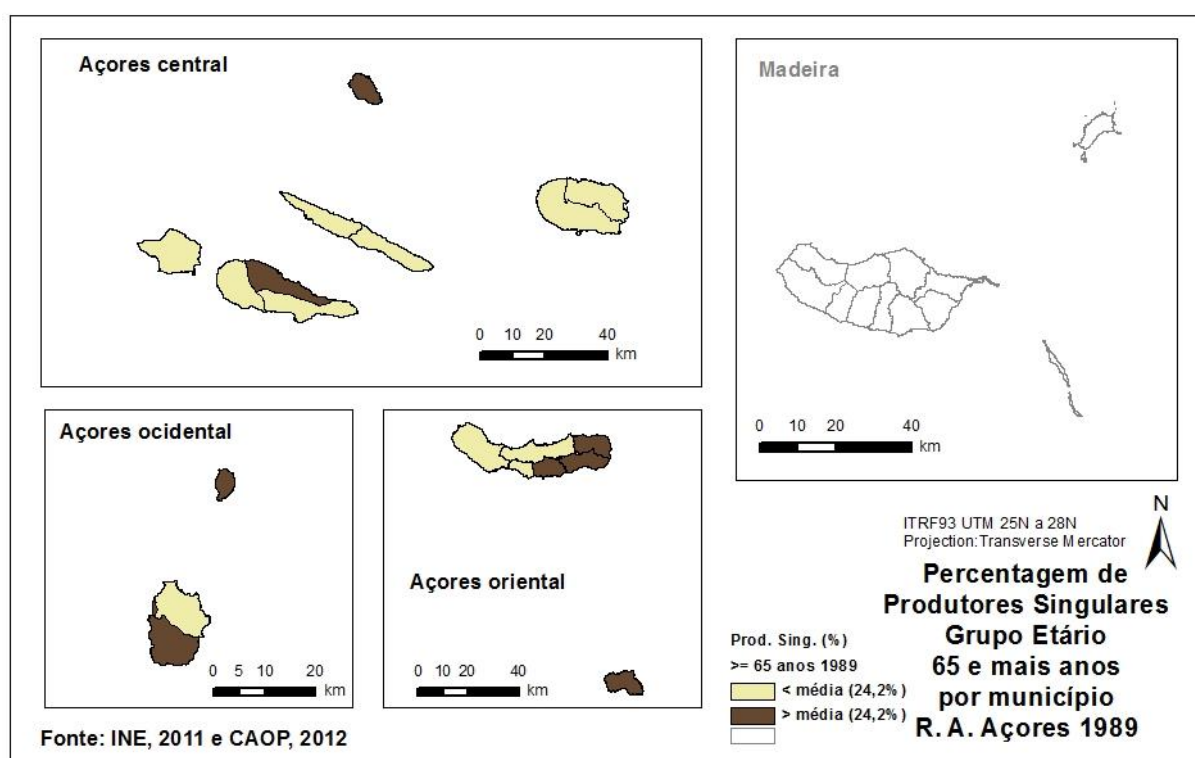
Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	12	9	9
% de municípios	0,0%	40,0%	30,0%	30,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		16,5		50,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	12	7	0
% de municípios	0,0%	63,2%	36,8%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		16,5	30,2	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< 25	25 – 35	> 35
N.º de municípios	0	0	2	9
% de municípios	0,0%		18,2%	81,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)			32,8	50,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma dos Açores, em 1989, é de 24,2%.

Pela análise da figura 8.2.6.8 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma dos Açores em 1989 é inferior à média em 11 municípios (57,9%) e superior à média em 8 municípios (42,1%).

Figura 8.2.6.8 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma dos Açores, em 1989.



Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (24,2%)	> média (24,2%)
N.º de municípios	0	11	8
% de municípios	0,0%	57,9%	42,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		19,3	32,9

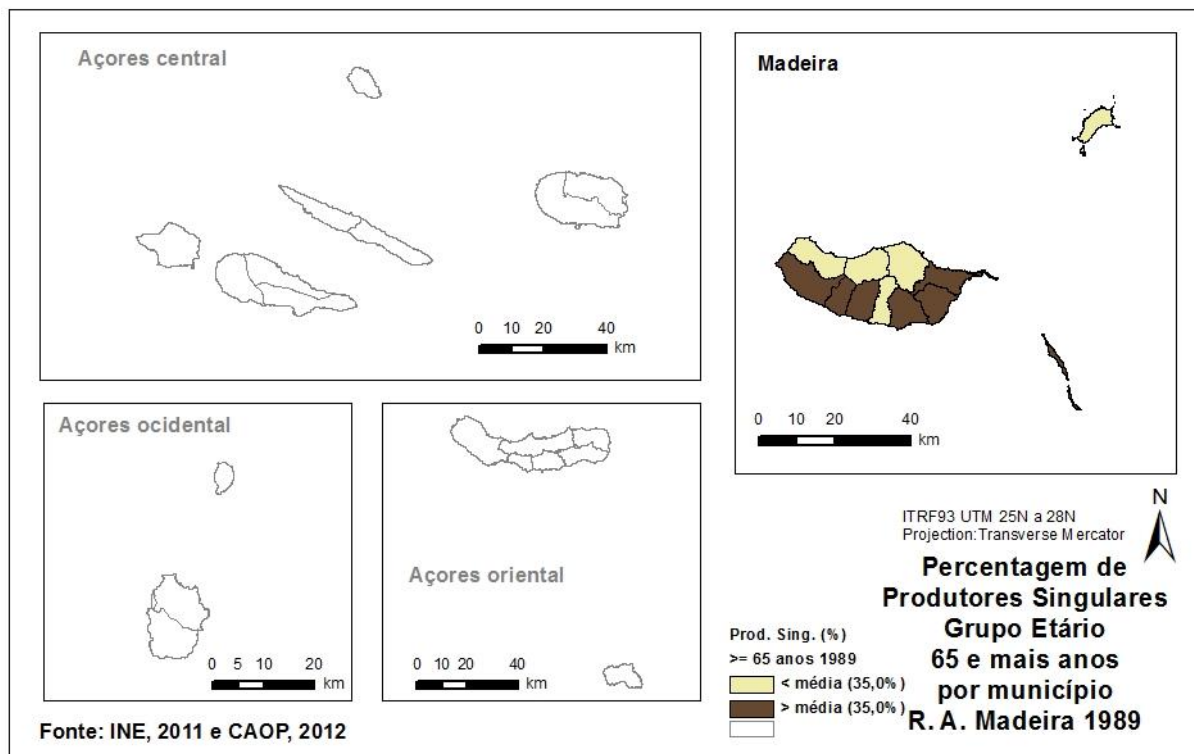
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma da Madeira, em 1989, é de 35,0%.

Pela análise da figura 8.2.6.9 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma da Madeira em 1989 é inferior à média em 5 municípios (45,5%) e superior à média em 6 municípios (54,4%). Ao nível das NUTS I

verificamos que em 1989 é na região autónoma da Madeira que a média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos é mais elevada.

Figura 8.2.6.9 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma da Madeira, em 1989.



Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (35,0%)	> média (35,0%)
N.º de municípios	0	5	6
% de municípios	0,0%	45,5%	54,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		23,0	40,0

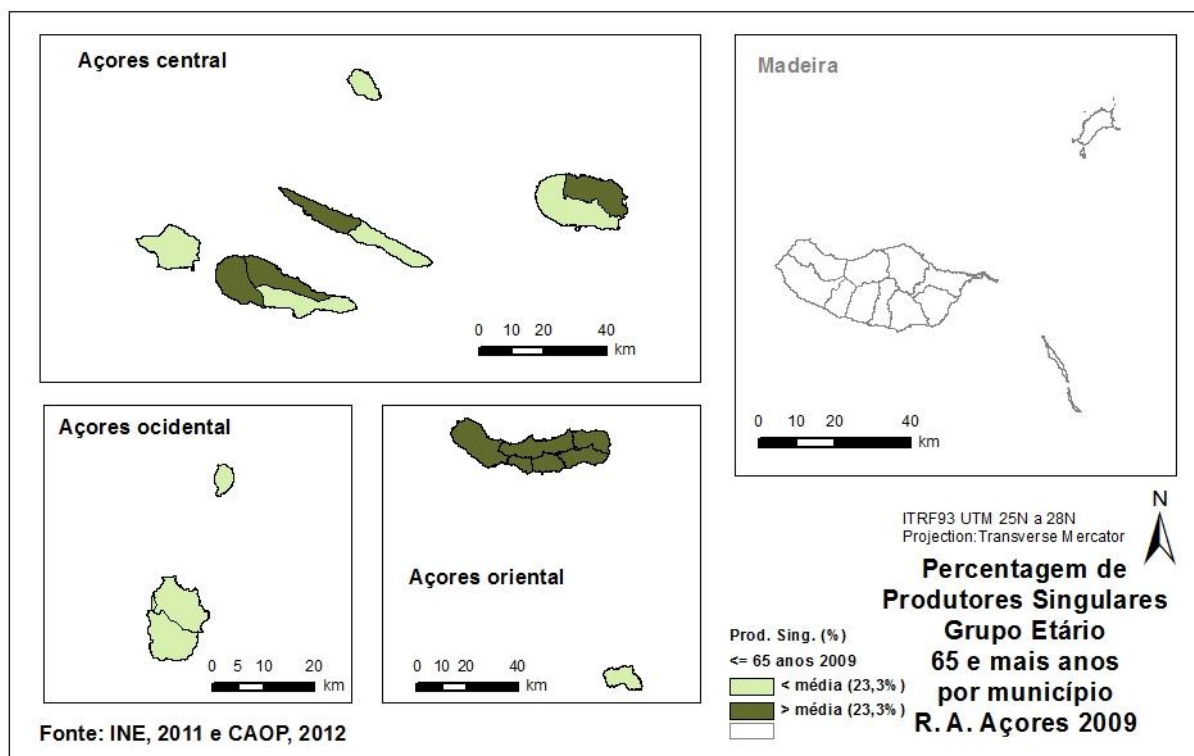
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma dos Açores, em 2009, é de 23,3%.

Pela análise da figura 8.2.6.10 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma dos Açores em 2009 é inferior à média em 10 municípios (57,9%) e superior à média em 8 municípios (42,1%). Verificamos que na região autónoma dos Açores de 1989 para 2009 a média da percentagem de produtores singulares no

grupo etário 65 e mais anos variou pouco, sendo também a NUTS I com as percentagens de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos mais baixas.

Figura 8.2.6.10 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma dos Açores, em 2009.



Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (23,3%)	> média (23,3%)
N.º de municípios	0	10	9
% de municípios	0,0%	52,6%	47,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		16,5	30,2

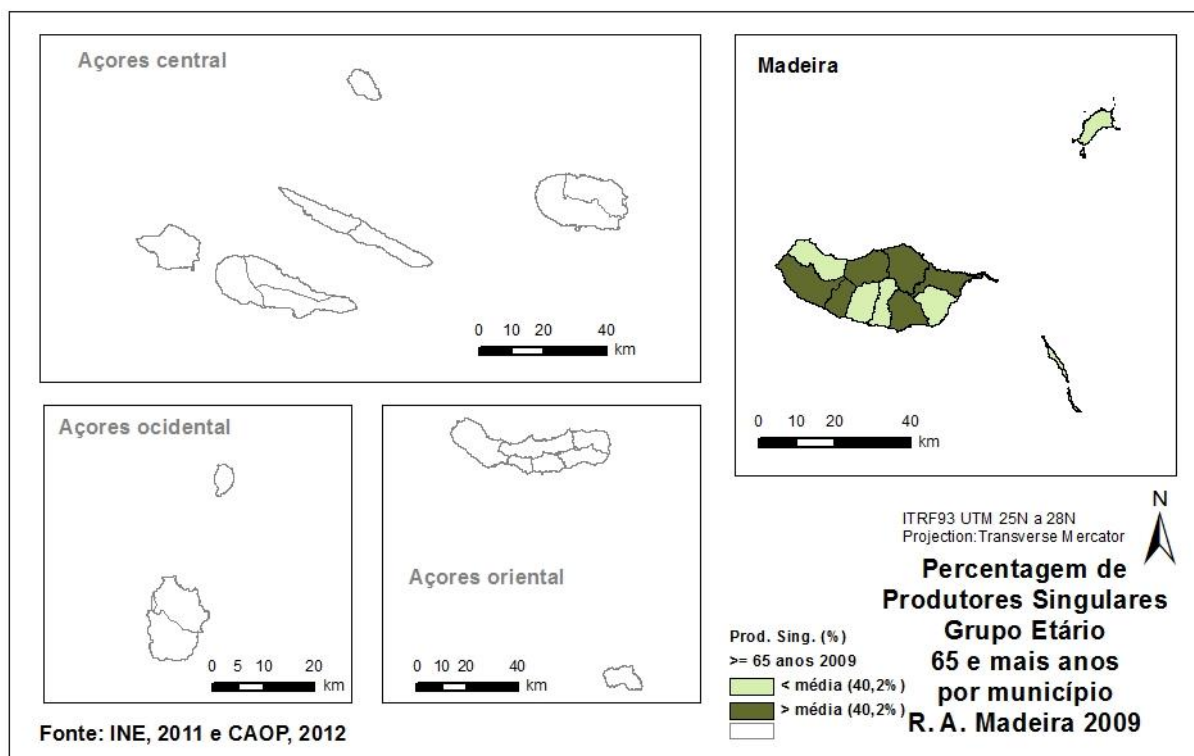
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

A média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma da Madeira, em 2009, é de 40,2%.

Pela análise da figura 8.2.6.11 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos na região autónoma da Madeira em 2009 é inferior à média em 5 municípios (45,5%) e superior à média em 6 municípios (54,5%). Ao nível das NUTS I verificamos que em 2009 a média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos está na região autónoma da Madeira em posição intermédia. No Continente em

2009 a média da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos é a mais elevada entre as NUTS I, com 49,9%.

Figura 8.2.6.11 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal, Região Autónoma da Madeira, em 2009.



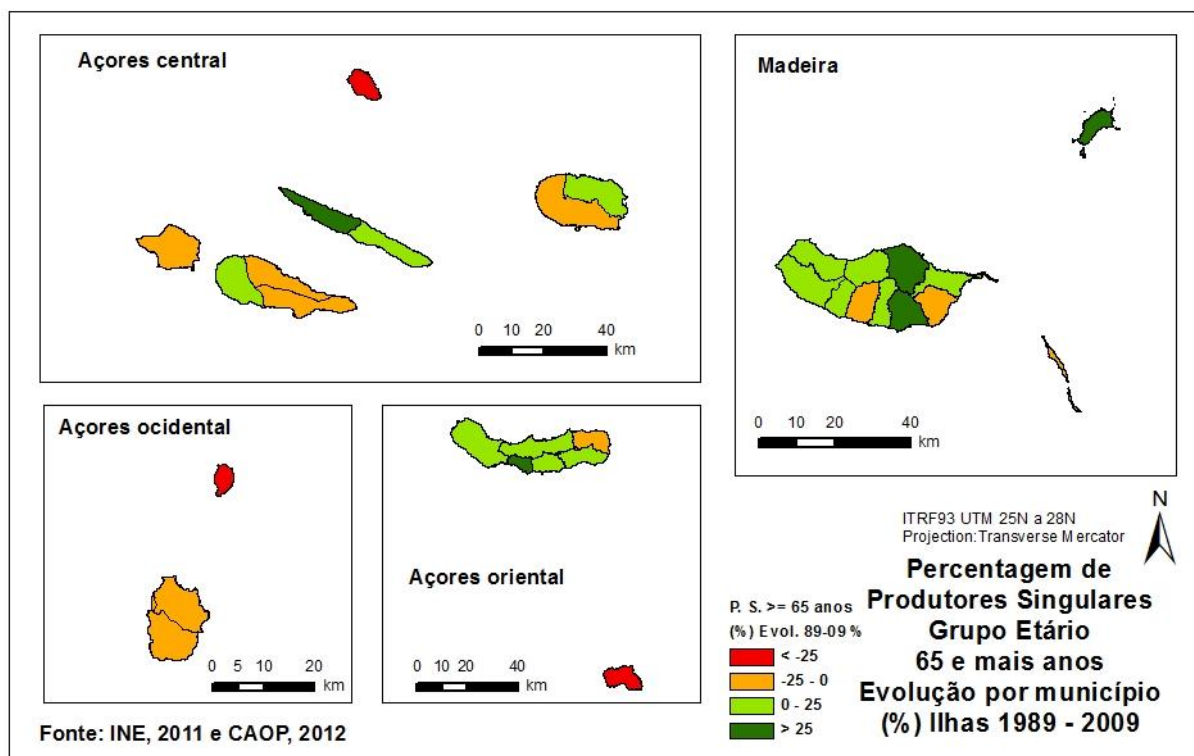
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< média (40,2%)	> média (40,2%)
N.º de municípios	0	5	6
% de municípios	0,0%	45,5%	54,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		32,8	50,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.6.12 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos aumentou em 9 municípios, com o máximo de 56,5% no município de Lagoa, tendo diminuído nos restantes 10 municípios, com a diminuição máxima de -44,6% no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos aumentou em 9 municípios, com o máximo de 42,9% no município de Porto

Santo, tendo-se verificado diminuição nos restantes 2 municípios, com a diminuição máxima no município de Santa Cruz, com -4,7%.

Figura 8.2.6.12 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	3	9	13	5
% de municípios	0,0%	10,0%	30,0%	43,3%	16,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		-44,6			56,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	3	7	7	2
% de municípios	0,0%	15,8%	36,8%	36,8%	10,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)		-44,6			56,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com 65 e mais anos)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	0	0	2	6	3
% de municípios	0,0%		18,2%	54,5%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 65 e mais anos)			-4,7		42,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

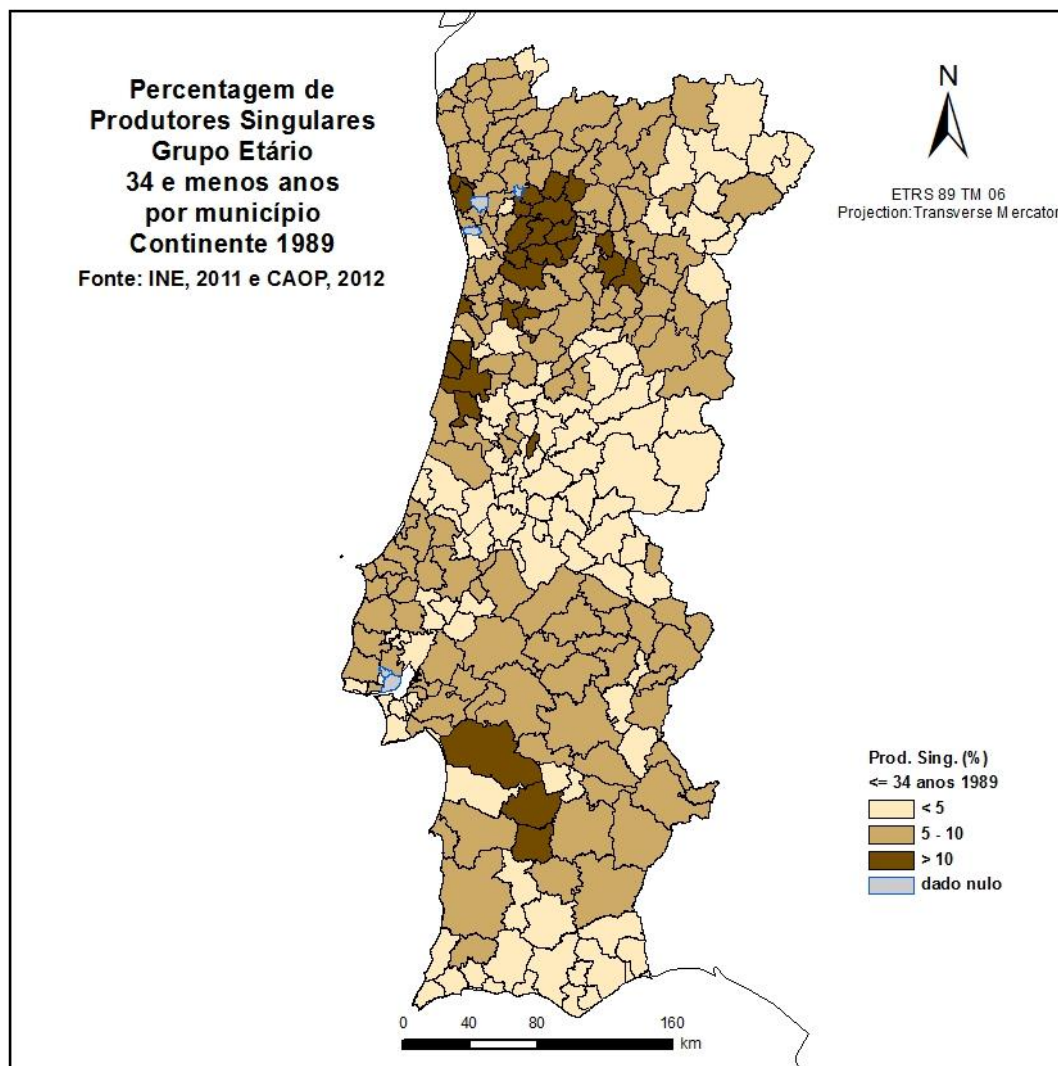
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 71,5%, representando 28,7% em 1989 e 49,2% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 1,9%, representando 23,6% em 1989 e 24,0% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 13,7%, representando 36,0% em 1989 e 40,9% em 2009. Verificamos de 1989 para 2009 o aumento da percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos em todas as NUTS I, sendo de realçar o elevado aumento no Continente e o aumento muito baixo na região autónoma dos Açores.

8.2.7 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 34 e menos anos

Nas figuras 8.2.7.1 e 8.2.7.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.7.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 1989, é superior a 10% apenas em 28 municípios (10,1%), a maioria pertencente às NUTS III Tâmega e Douro, na região Norte; Baixo Vouga, na região Centro e Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, em municípios contíguos, e os restantes em municípios isolados em várias NUTS III, com valor máximo de 16,6% no município de Aljustrel, na NUTS III Baixo Alentejo. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 1989, está entre 5 e 10% em 142 municípios (51,1%) e é inferior a 5% em 103 municípios (37,0%), principalmente em 3 núcleos de municípios, nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Sul, Pinhal Litoral e Médio Tejo, na região Centro, e Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com o valor mínimo de 0,0 no município de S. João da Madeira, na NUTS III Entre Douro e Vouga. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 1989, é baixa na grande maioria dos municípios.

Figura 8.2.7.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



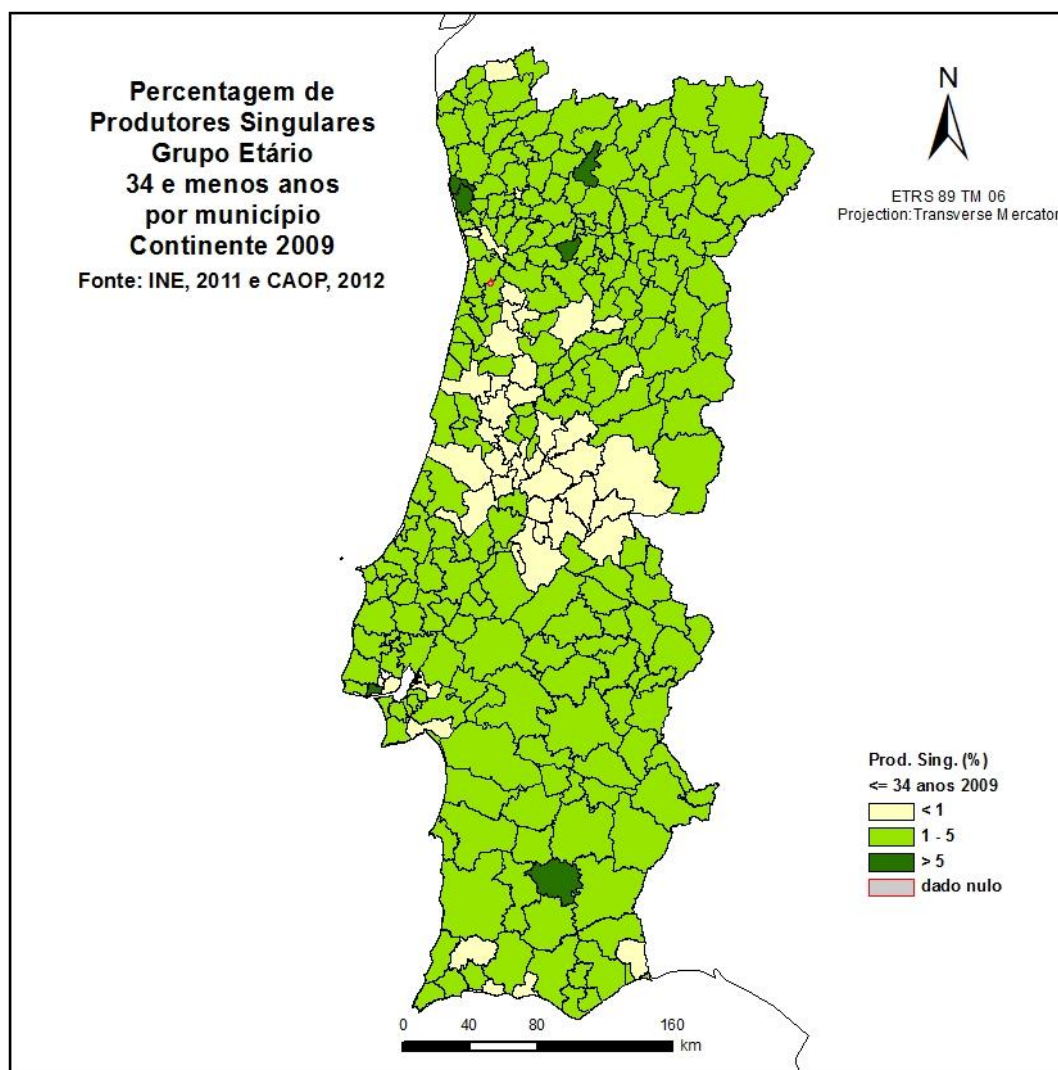
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	103	142	28
% de municípios	1,8%	37,0%	51,1%	10,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		0,0		16,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.7.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 2009, é superior a 5% apenas em 7 municípios (2,5%), em municípios isolados, com valor máximo de 11,9% no município de Odivelas, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em

2009, está entre 5 e 10% em 223 municípios (80,2%) e é inferior a 1% em 47 municípios (16,9%), a maioria na zona central da região Centro, nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Beira Interior Sul, com o valor mínimo de 0,0 em 10 municípios. Constatamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 2009, diminuiu em relação a 1989.

Figura 8.2.7.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

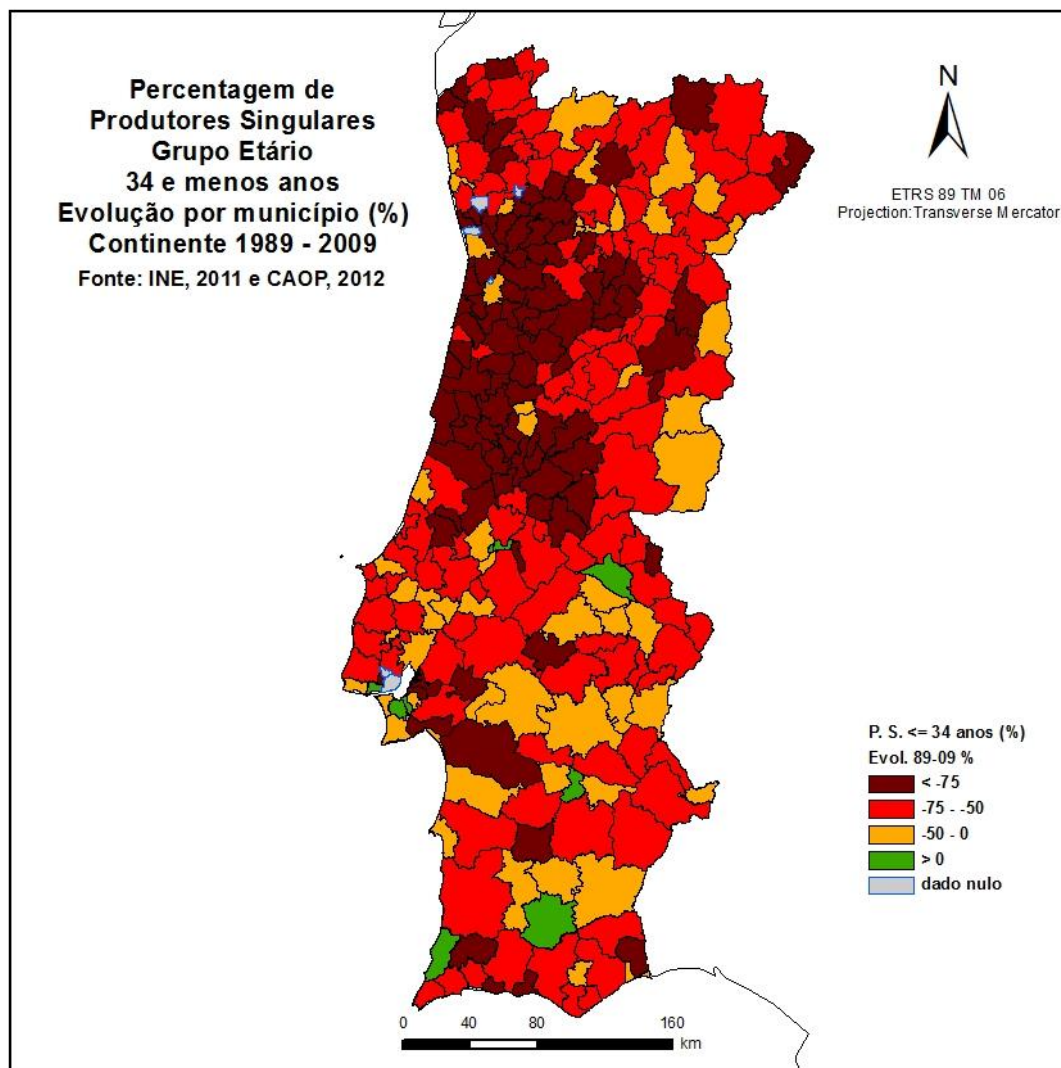


Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	47	223	7
% de municípios	0,4%	16,9%	80,2%	2,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		0,0		11,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.7.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, de 1989 para 2009, diminuiu em 263 municípios (94,6%), tendo aumentado apenas em 9 municípios (3,2%), com um máximo de 73,8% no município de Seixal, na NUTS III Península de Setúbal. Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares registaram-se principalmente na região Centro, a maioria em municípios das NUTS III Tâmega, Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Com exceção dos 9 municípios em que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos aumentou de 1989 para 2009 houve decréscimo nos restantes municípios do Continente.

Figura 8.2.7.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



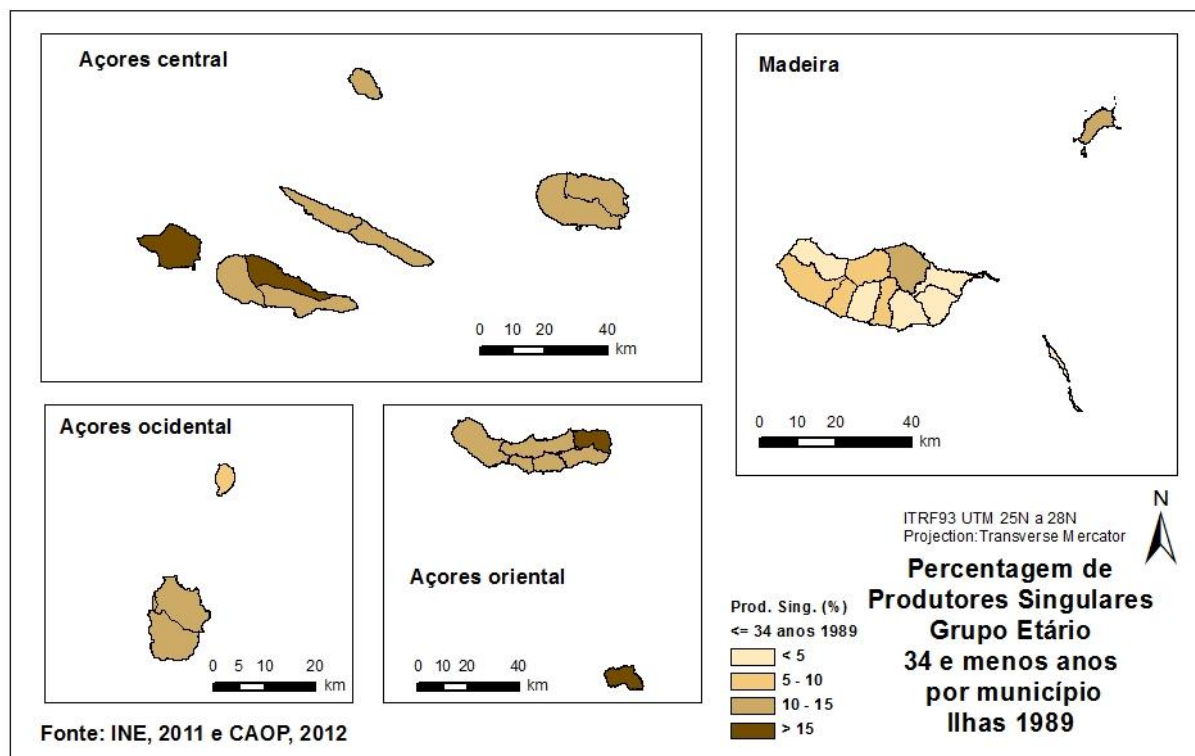
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< -75	-75 – -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	6	94	116	53	9
% de municípios	2,2%	33,8%	41,7%	19,1%	3,2%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 34 e menos anos)		-100,0			73,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.7.4 e 8.2.7.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.7.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos é superior a 15% em 4 municípios (21,0%), com o máximo de 18,0% no município de Vila do Porto; compreendido entre 10 e 15% em 14 municípios (73,7%) e compreendido entre 5% e 10% apenas no município de Corvo com o mínimo de 5,9%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 2 municípios (18,2%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, em 1989, está entre 10 e 15%, com o máximo de 10,4% no município de Santana. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos em 1989 é inferior a 5% em 5 municípios (45,4%), com o mínimo de 2,6% no município de Porto Moniz. Verificamos assim que o grupo etário 34 e menos anos, em 1989, está mais representado na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.2.7.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



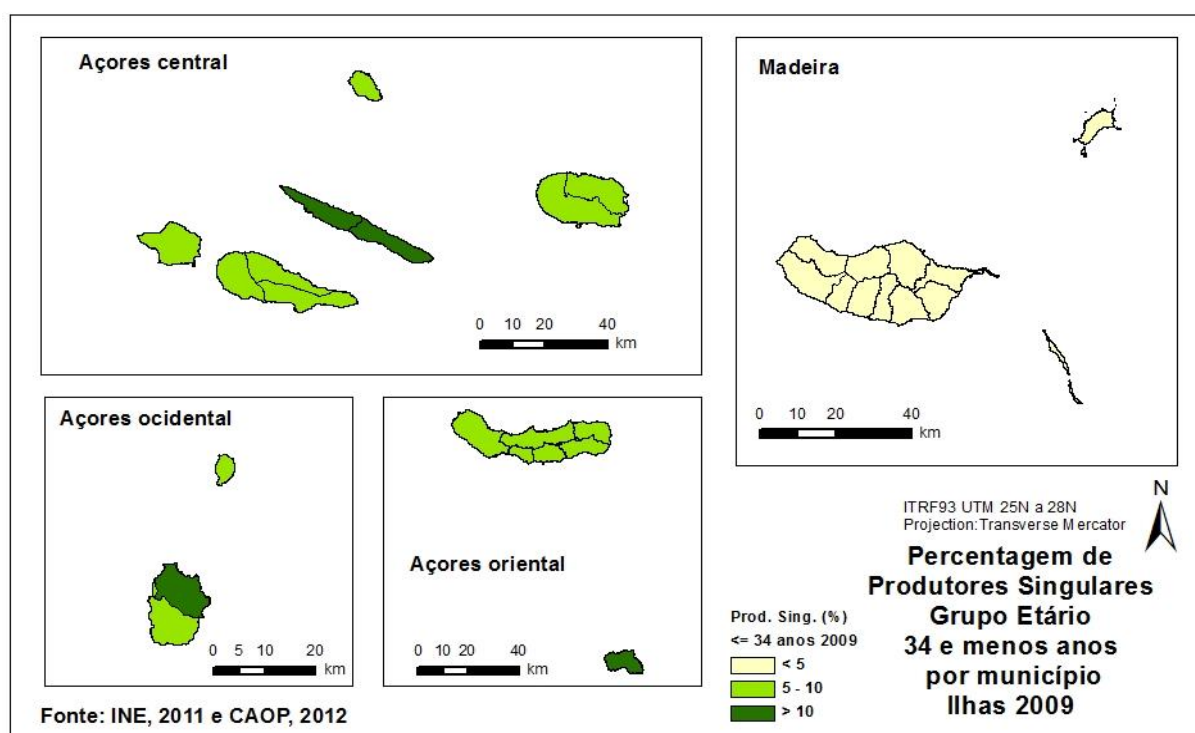
Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	5	5	16	4
% de municípios	0,0%	16,7%	16,7%	53,3%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		2,6			18,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	0	1	14	4
% de municípios	0,0%		5,3%	73,7%	21,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)			5,9		18,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 15	> 15
N.º de municípios	0	5	4	2	0
% de municípios	0,0%	45,4%	36,4%	18,2%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		2,6		10,4	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.7.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos é superior a 10% em 4 municípios

(21,1%), com o máximo de 16,1% no município de Calheta de S. Jorge e compreendido entre 5 e 10% nos restantes 15 municípios, com o mínimo de 5,2% no município de Vila Franca do Campo. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em todos os municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos em 2009 é inferior a 5%, com o valor mínimo de 1,8% no município de Funchal e o valor máximo de 4,3% no município de Ponta do Sol.

Figura 8.2.7.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

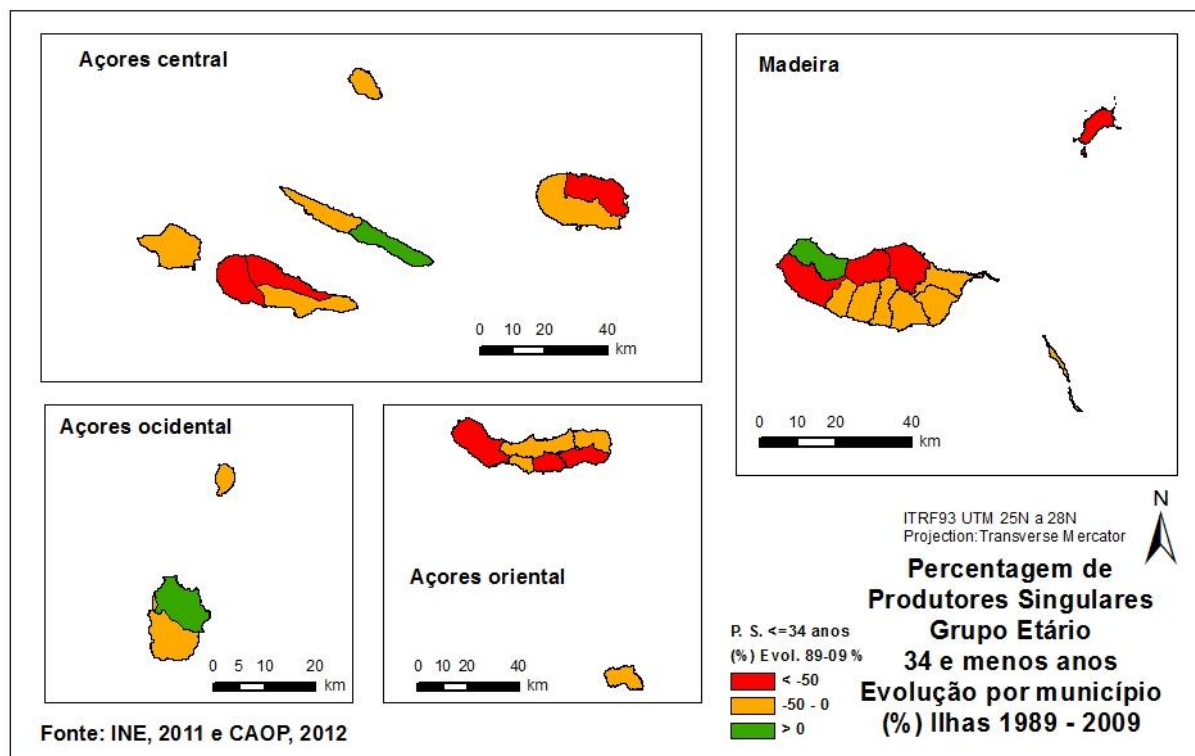


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	15	4
% de municípios	0,0%	36,7%	50,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. com 34 e menos anos)		1,8		16,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de prod. singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	15	4
% de municípios	0,0%		78,9%	21,1%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. com 34 e menos anos)			5,2	16,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de prod. singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	0	0
% de municípios	0,0%	100,0%		
Valor mín. e máx. (% de p. sing. com 34 e menos anos)		1,8 – 4,3		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.7.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos aumentou apenas em 2 municípios, com o máximo de 17,3% no município de Santa Cruz das Flores, tendo diminuído nos restantes 17 municípios, com a máxima diminuição de -66,0% no município de S. Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos aumentou apenas no município de Porto Moniz, com o valor de 42,7%, tendo-se verificado diminuição nos restantes municípios, com o valor mínimo de -73,2% no município de Santana.

Figura 8.2.7.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	10	17	3
% de municípios	0,0%	33,3%	56,7%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		-73,2		42,7
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	6	11	2
% de municípios	0,0%	31,6%	57,9%	10,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		-66,0		17,3
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com 34 e menos anos)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	4	6	1
% de municípios	0,0%	36,4%	54,5%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 34 e menos anos)		-73,2		42,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

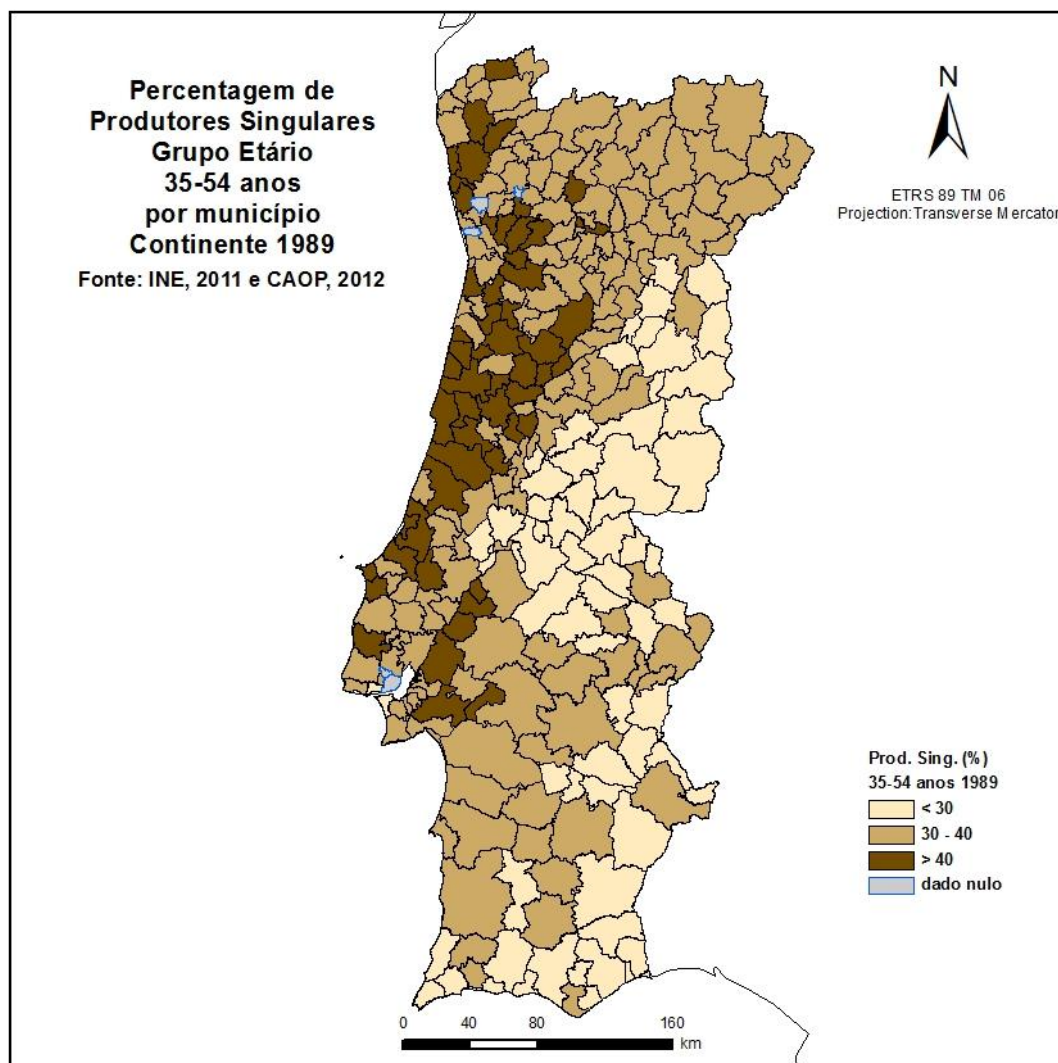
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 69,2%, representando 6,4% em 1989 e 2,0% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 42,1%, representando 14,0% em 1989 e 8,1% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 42,4%, representando 5,6% em 1989 e 3,2% em 2009. Verificamos assim que a diminuição da percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos foi generalizado em todas as NUTS I, com diminuição menos acentuada nas Ilhas.

8.2.8 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 35 – 54 anos

Nas figuras 8.2.8.1 e 8.2.8.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.8.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, em 1989, é superior a 40% em 55 municípios (19,8%), a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Tâmega e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro e Lezíria do Tejo, na região Alentejo, com um valor máximo de 51,5% no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, em 1989, é inferior a 30% em 68 municípios (24,5%), com o valor mínimo de 18,2% no município de S. João da Madeira, na NUTS III Entre Douro e Vouga, a maioria pertencente às NUTS III Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e região Algarve. Verificamos que as percentagens de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos são mais elevadas nos municípios mais litorais e no norte e centro e as percentagens mais baixas nos municípios mais interiores, no centro e sul do Continente.

Figura 8.2.8.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 1989.



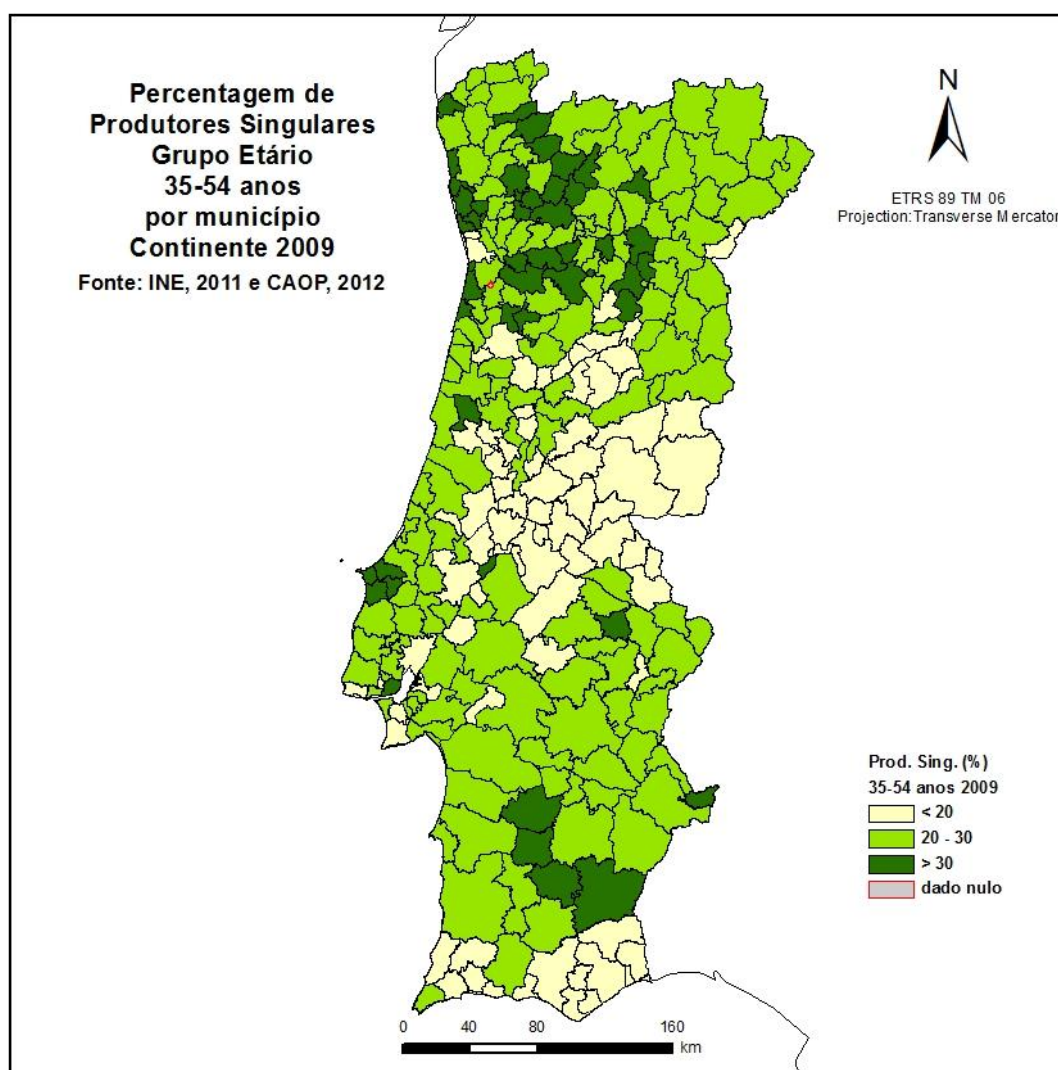
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	> 40
N.º de municípios	5	68	150	55
% de municípios	1,8%	24,5%	53,9%	19,8%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		18,2		51,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.8.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, em 2009, é superior a 30% em 48 municípios (17,3%), a maioria em núcleos. Um núcleo na região Norte, abrangendo municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Douro, na região Norte; Oeste, na região Centro, e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com um valor máximo de 41,5% no município de Vila do Conde, na NUTS III Grande Porto. A percentagem de produtores singulares no grupo etário

35 – 54 anos, em 2009, é inferior a 20% em 77 municípios (27,7%), com o valor mínimo de 0,0% no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa, a maioria pertencente às NUTS III Dão-Lafões, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve. De 1989 para 2009 houve um desvio descendente do valor das classes, neste grupo etário.

Figura 8.2.8.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

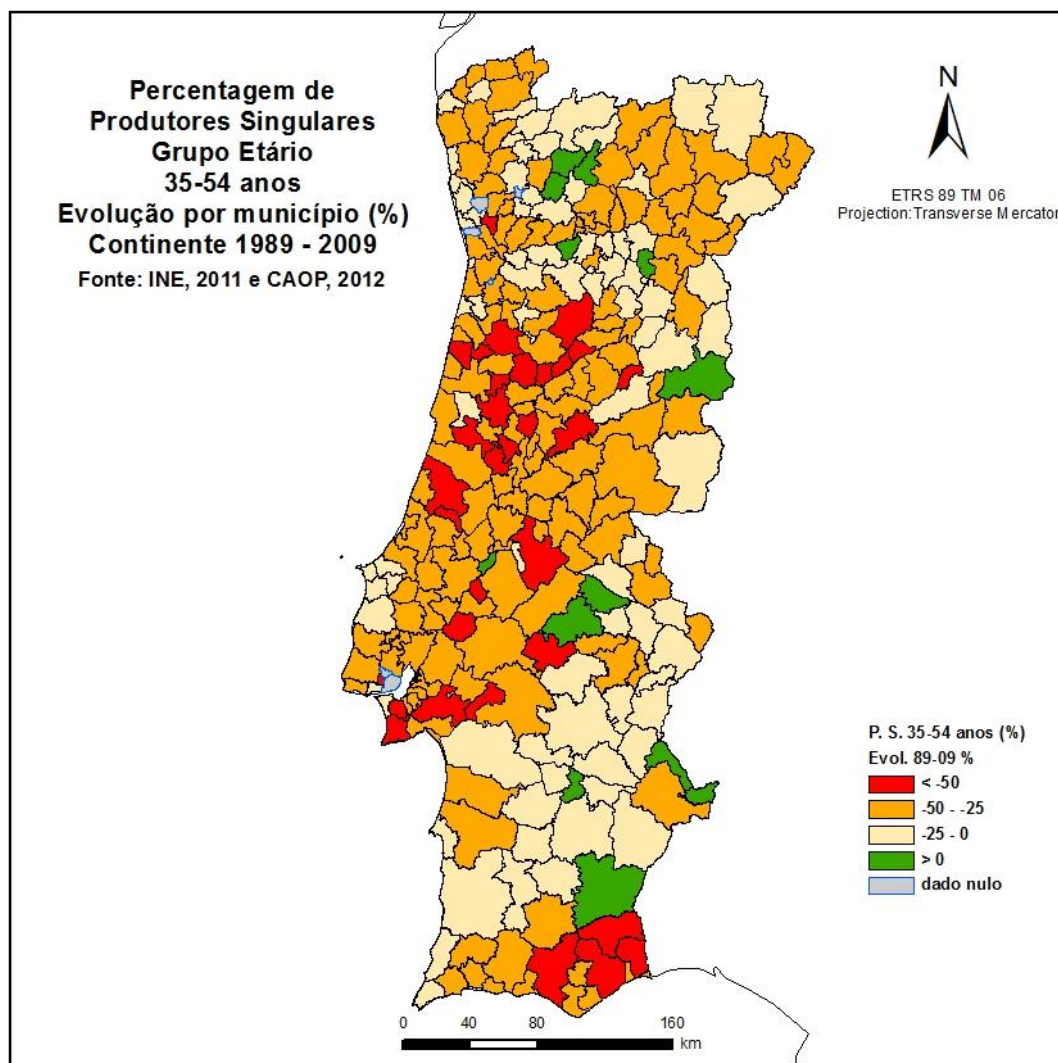


Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	1	77	152	48
% de municípios	0,4%	27,7%	54,6%	17,3%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		0,0		41,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.8.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, de 1989 para 2009, diminuiu na maioria dos municípios do Continente, com exceção de 13 municípios. Na classe de decréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos inferior a -50% registaram-se 32 municípios (11,5%) principalmente nas regiões Centro, Lisboa e Algarve. Na classe de acréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos registaram-se 13 municípios (4,7%) em municípios isolados pertencentes a várias regiões, não apresentando um padrão de distribuição uniforme, com o valor máximo de 41,1% no município de Mértola, na NUTS III Baixo Alentejo.

Figura 8.2.8.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



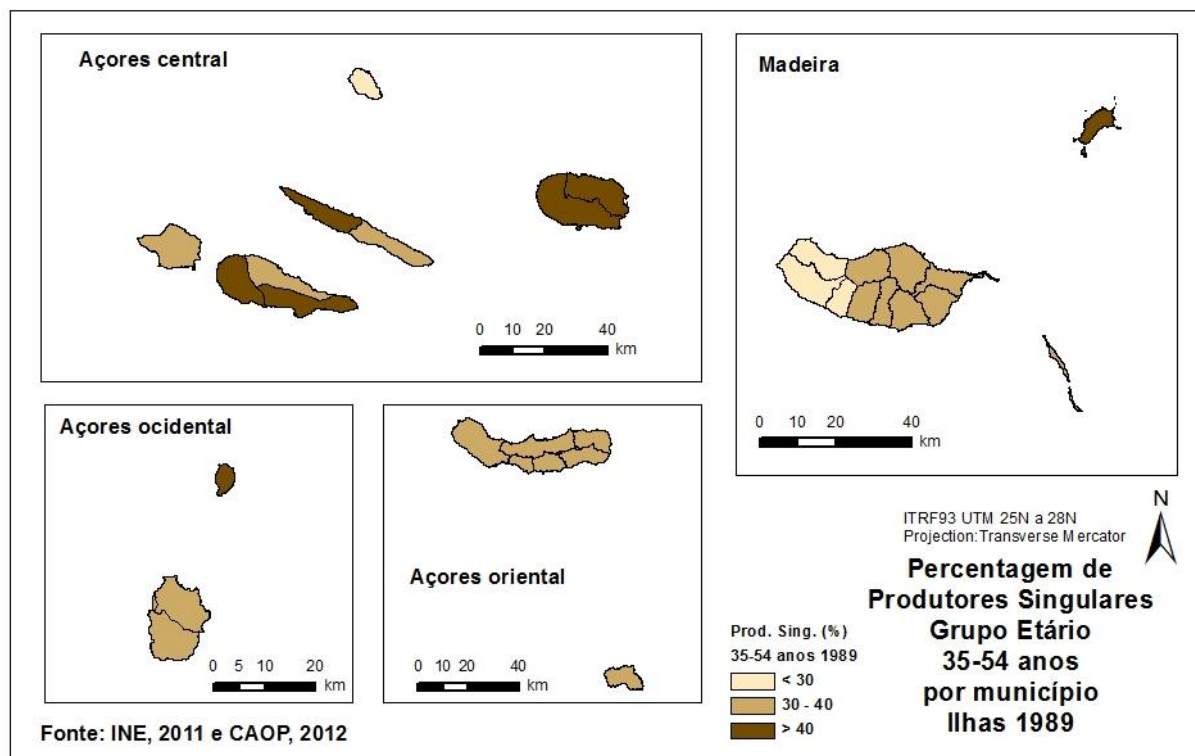
Classes (% de produtores singulares 35-54 anos)	dado nulo	< -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	32	145	82	13
% de municípios	2,2%	11,5%	52,1%	29,5%	4,7%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares 35-54 anos)		-100,0			41,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.8.4 e 8.2.8.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.8.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos é superior a 40% em 6 municípios, com o máximo de 42,5% no município de Angra do Heroísmo. Apenas no município de Santa Cruz da Graciosa a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos é inferior a 30%, com o valor mínimo de 29,6%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município de Porto Santo a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos em 1989 é superior a 40%, com o máximo de 41,2%. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos em 1989 é inferior a 30% em 3 municípios, com o mínimo de 28,2% no município de Ponta do Sol, encontrando-se os restantes 7 municípios na percentagem intermédia. Verificamos assim que o grupo etário 35 – 54 anos, em 1989, está mais representado na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.2.8.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.



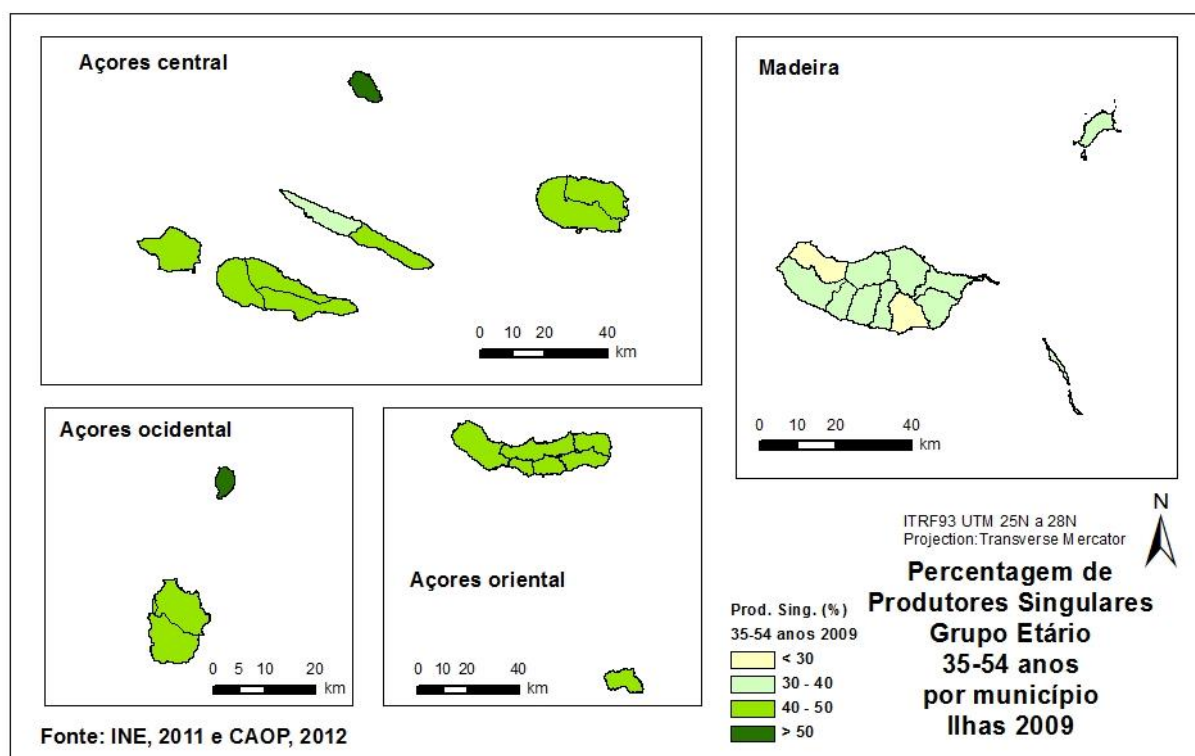
Ilhas				
Classes (% de produtores singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	> 40
N.º de municípios	0	4	19	7
% de municípios	0,0%	13,3%	63,4%	23,3%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. 35-54 anos)		28,3		42,5
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	> 40
N.º de municípios	0	1	12	6
% de municípios	0,0%	5,3%	63,1%	31,6%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. 35-54 anos)		29,6		42,5
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	> 40
N.º de municípios	0	3	7	1
% de municípios	0,0%	27,3%	63,6%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. 35-54 anos)		28,3		41,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.8.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos é superior a 50% em 2 municípios, com o máximo de 52,3% no município de Santa Cruz da Graciosa. Apenas no município de Velas a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos é inferior a 40%, com o

valor mínimo de 39,8%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 9 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos em 2009 está compreendida entre 30 e 40%, com o máximo de 35,6% no município de Santa Cruz e em 2 municípios é inferior a 30%, com o mínimo de 24,2%, no município do Funchal. Verificamos assim que o grupo etário 35 – 54 anos, em 2009, está mais representado na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, tal como se verificou também em 1989.

Figura 8.2.8.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

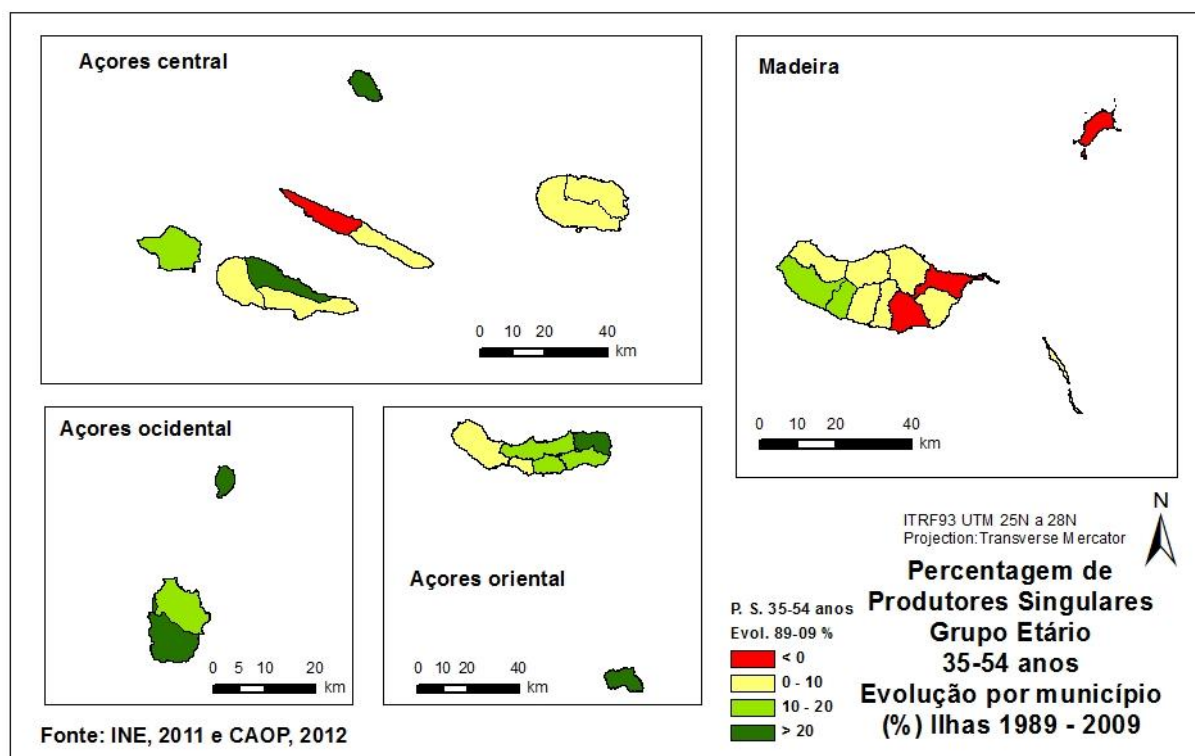


Ilhas					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de municípios	0	2	10	16	2
% de municípios	0,0%	6,7%	33,3%	53,3%	6,7%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		24,2			52,3
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de municípios	0	0	1	16	2
% de municípios	0,0%		5,3%	84,2%	10,5%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)			39,8		52,3
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 30	30 – 40	40 – 50	> 50
N.º de municípios	0	2	9	0	0
% de municípios	0,0%	18,2%	81,8%		
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		24,2	35,6		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.8.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos aumentou em 18 municípios, a quase totalidade, com o máximo de 76,5% no município de Santa Cruz da Graciosa, tendo diminuído apenas no município de Velas, com a diminuição de 1,8%. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos aumentou em 8 municípios, com o máximo de 17,4% no município de Ponta do Sol, tendo-se verificado diminuição nos restantes 3 municípios, com a diminuição máxima de 20,2% no município de Funchal.

Figura 8.2.8.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	4	13	7	6
% de municípios	0,0%	13,3%	43,4%	23,3%	20,0%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		-20,2			76,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	1	7	5	6
% de municípios	0,0%	5,3%	36,8%	26,3%	31,6%
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		-1,8			76,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de prod. singulares 35-54 anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	3	6	2	0
% de municípios	0,0%	27,3%	54,5%	18,2%	
Valor mín. e máx. (% de p. sing. 35-54 anos)		-20,2	17,4		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 33,5%, representando 35,9% em 1989 e 23,9% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 12,4%, representando

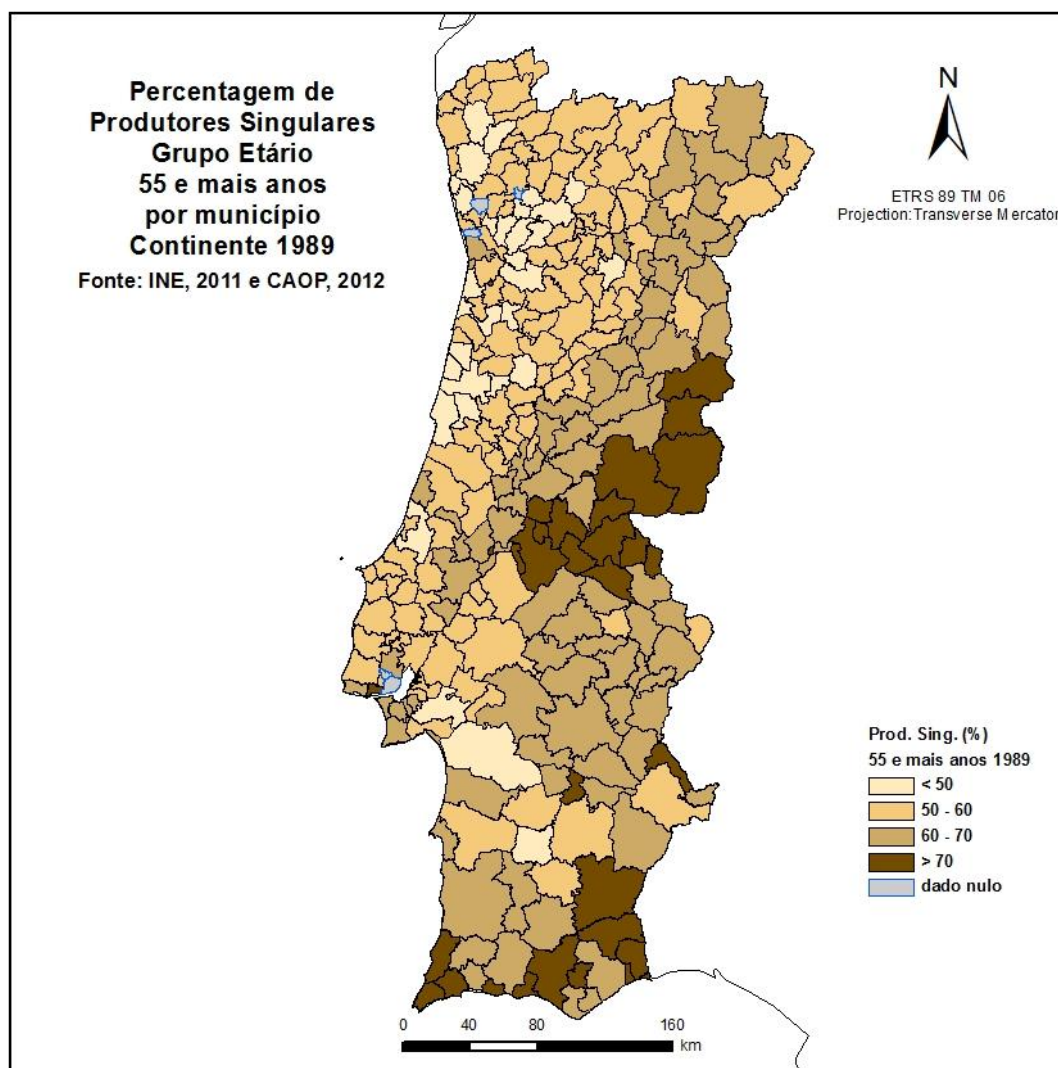
38,6% em 1989 e 43,3% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 1,8%, representando 31,5% em 1989 e 32,1% em 2009. Verificamos de 1989 para 2009 que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos diminuiu acentuadamente no Continente e aumentou nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, sendo de realçar o aumento mais elevado na região autónoma dos Açores.

8.2.9 Produtores agrícolas singulares no grupo etário 55 e mais anos

Nas figuras 8.2.9.1 e 8.2.9.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.9.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, em 1989, é superior a 70% em 31 municípios (11,2%), a maioria pertencente às NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com um valor máximo de 81,8% no município de S. João da Madeira, na NUTS III Entre Douro e Vouga. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, em 1989, é inferior a 50% em 31 municípios (11,2%), com o valor mínimo de 33,7% no município de Póvoa de Varzim, a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Grande Porto e Tâmega, na região Norte; Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa. Verificamos que as percentagens de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos são mais elevadas nos municípios mais interiores e as percentagens mais baixas nos municípios mais litorais, do norte e centro do Continente.

Figura 8.2.9.1 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 1989.

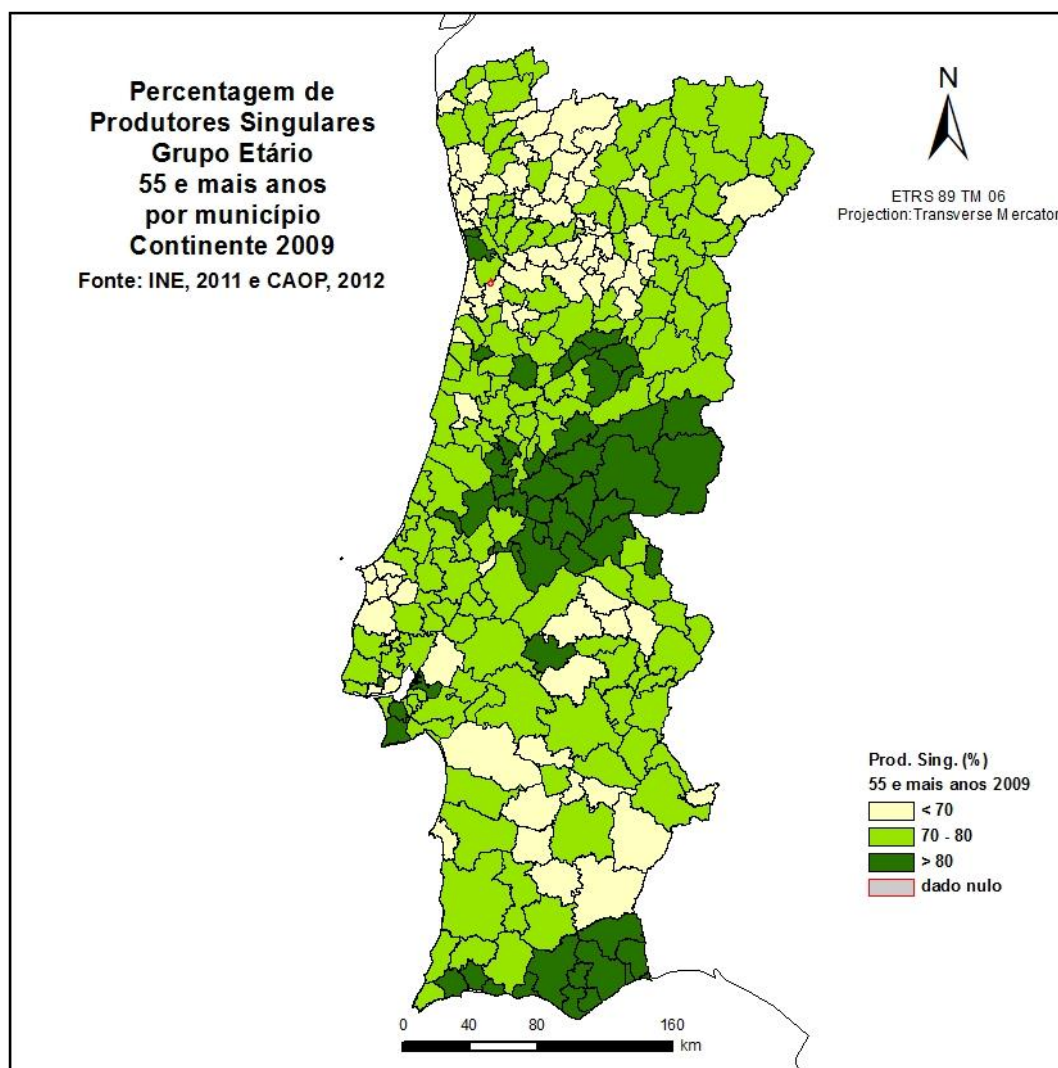


Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 50	50 – 60	60 – 70	> 70
N.º de municípios	5	31	124	87	31
% de municípios	1,8%	11,2%	44,6%	31,2%	11,2%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares com 55 e mais anos)		33,7			81,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.9.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, em 2009, é superior a 80% em 53 municípios (19,0%), a maioria contíguos, formando 2 núcleos. Um núcleo de municípios pertencentes às NUTS III Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro, e Alto Alentejo, na região Alentejo e outro núcleo na região Algarve, com um valor máximo de 100,0% no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, em 2009, é inferior a 70% em 80 municípios (28,8%), com o valor mínimo de 49,2% no município de Póvoa de Varzim, a maioria pertencente às NUTS III Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Douro, na região Norte; Baixo Mondego, Dão-Lafões e Oeste, na região Centro e Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo. De 1989 para 2009 houve um desvio ascendente do valor das classes, neste grupo etário.

Figura 8.2.9.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental em 2009.

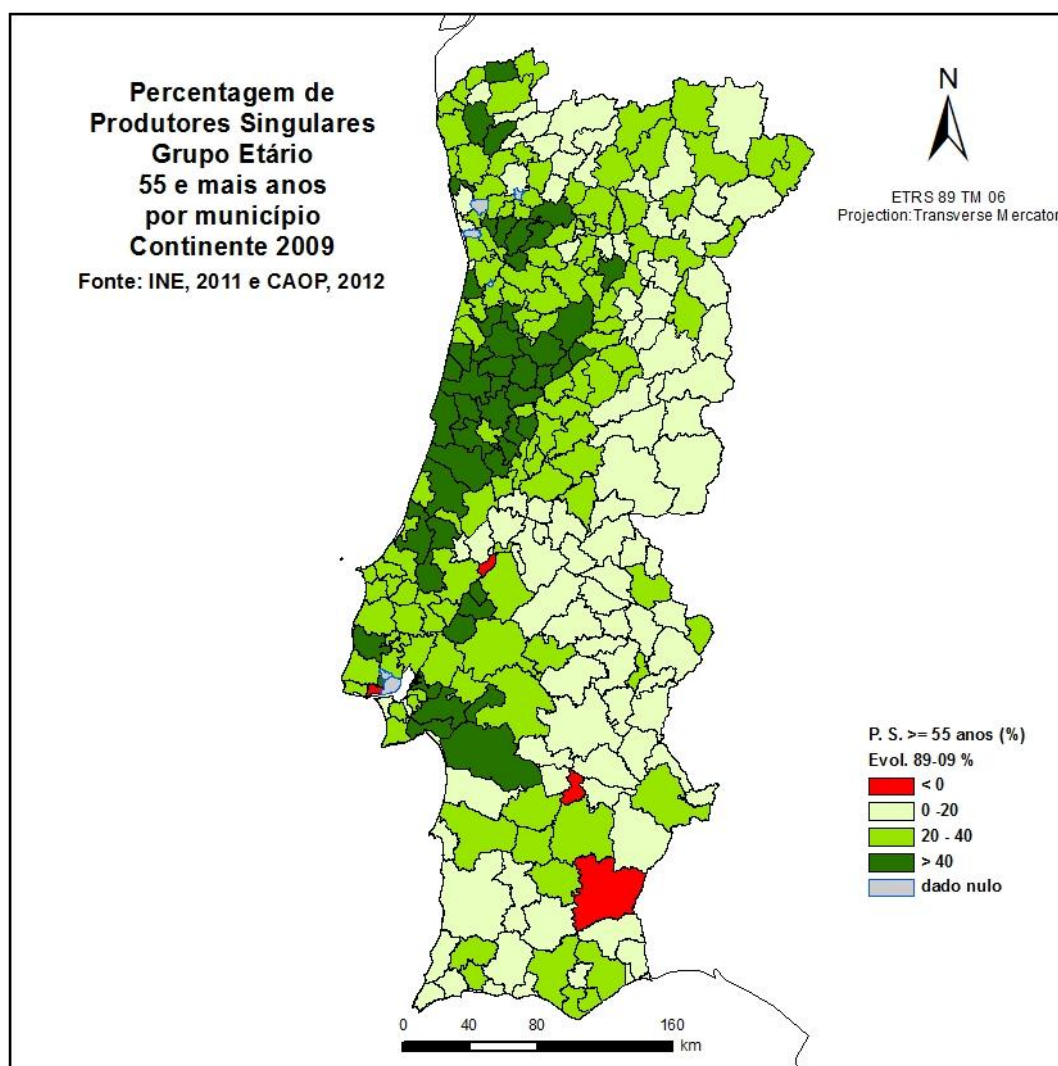


Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 70	70 – 80	> 80
N.º de municípios	1	80	144	53
% de municípios	0,4%	28,8%	51,8%	19,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 55 e mais anos)		49,2		100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.9.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, de 1989 para 2009, aumentou em todos os municípios do Continente, com exceção de 4 municípios. Na classe de acréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, superior a 40%, registaram-se 51 municípios (18,4%), principalmente nas NUTS III Tâmega, na região Norte; NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, na região Centro e NUTS III Península de Setúbal, na região Lisboa. Na classe de acréscimo de percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos inferior a 20% registaram-se 96 municípios (34,5%), principalmente nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo e na região Algarve. Verificamos assim que as mais elevadas percentagens de acréscimo de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos aparecem em municípios do litoral e as mais baixas percentagens aparecem em municípios do interior e da região Algarve.

Figura 8.2.9.3 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



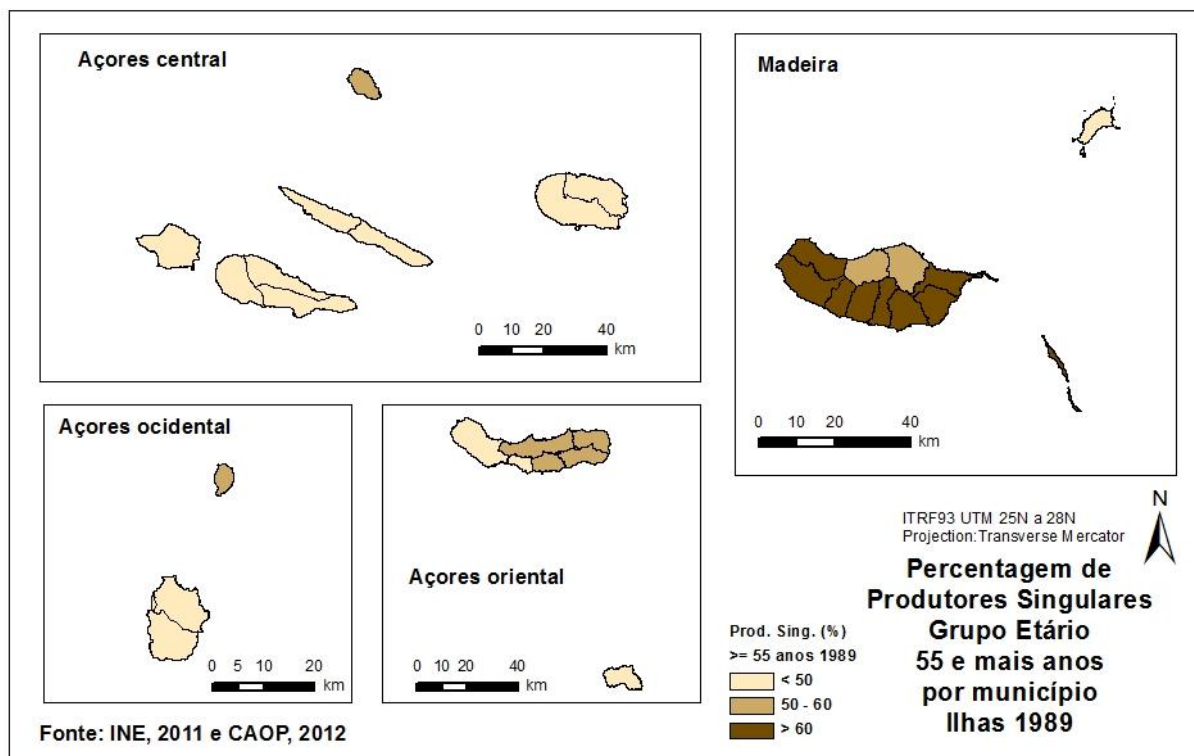
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 0	0 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	6	4	96	121	51
% de municípios	2,2%	1,4%	34,5%	43,5%	18,4%
Valor mín. e máx. (% de prod. singulares com 55 e mais anos)		-9,1			92,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.2.9.4 e 8.2.9.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.2.9.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos está compreendida entre 50 e 60% em 6 municípios, com o máximo de 55,9% no município de S. Cruz da Graciosa. Em 13 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos é inferior a 50%, com o valor mínimo de 43,2% no município de Horta. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 8 municípios (72,7%) a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos em 1989 é superior a 60%, com o máximo de 67,8% no município de Porto Moniz. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos em 1989 é inferior a 50% apenas no município de Porto Santo, com o mínimo de 47,9%, encontrando-se os restantes 2 municípios na percentagem intermédia. Verificamos assim que o grupo etário 55 e mais anos, em 1989, está mais representado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

Figura 8.2.9.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

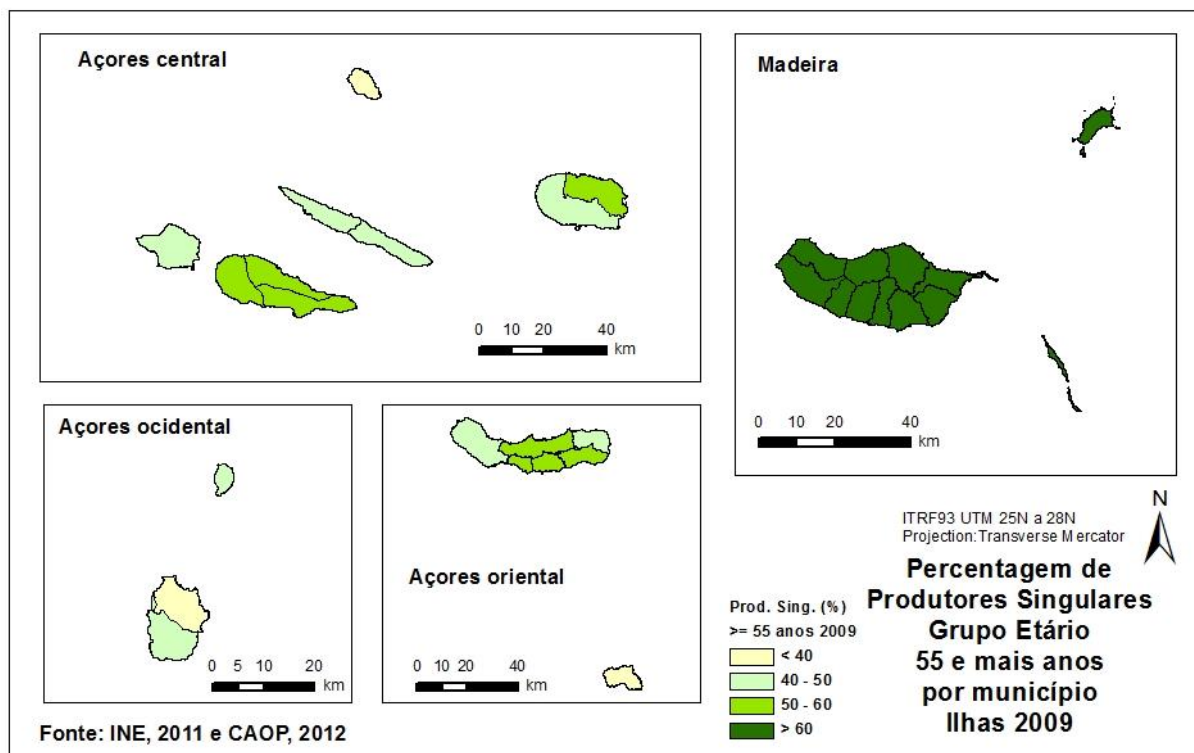


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	14	8	8
% de municípios	0,0%	46,6%	26,7%	26,7%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		43,2		67,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	13	6	0
% de municípios	0,0%	68,4%	31,6%	
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		43,2	55,9	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	1	2	8
% de municípios	0,0%	9,1%	18,2%	72,7%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		47,9		67,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.2.9.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos está compreendida entre 50 e 60% em 8 municípios, com o máximo de 53,3% no município de Povoação. Em 3 municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos a inferior a 40%, com o valor mínimo de 37,4% no município de Vila do Porto. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em todos os municípios a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos em 2009 é superior a 60%, com o máximo de 74,1% no município de Funchal. Verificamos assim que o grupo etário 55 e mais anos, em 2009, está mais representado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, tal como se verificou em 1989.

Figura 8.2.9.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

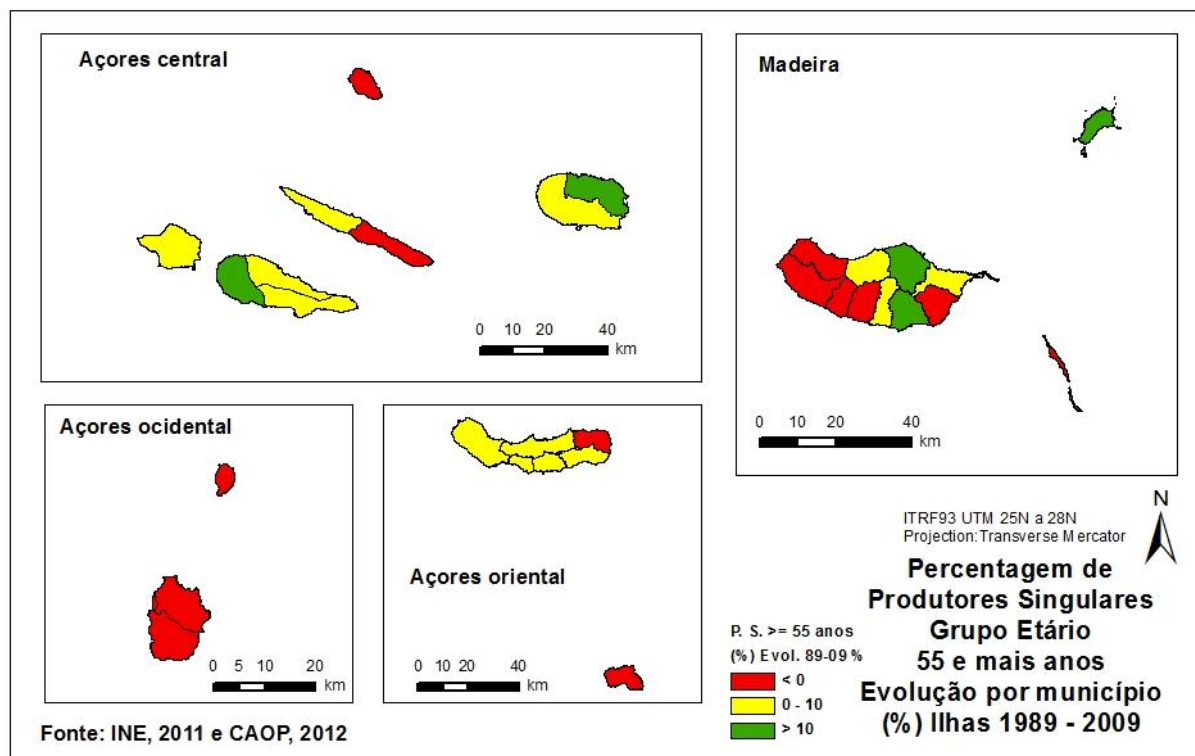


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	3	8	8	11
% de municípios	0,0%	10,0%	26,7%	26,7%	36,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 55 e mais anos)		37,4			74,1
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	3	8	8	0
% de municípios	0,0%	15,8%	42,1%	42,1%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 55 e mais anos)		37,4		53,3	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	0	0	0	11
% de municípios	0,0%				100,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com 55 e mais anos)					60,8 – 74,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.2.9.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos aumentou em 12 municípios, com o máximo de 16,0% no município de Madalena, tendo diminuído em 7 municípios, com a diminuição máxima de -30,2% no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos aumentou em 6 municípios, com o máximo de 32,3% no município de Porto Santo, tendo-se verificado diminuição nos restantes 5 municípios, com a diminuição máxima de -5,9% no município de Ponta do Sol.

Figura 8.2.9.6 Evolução da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	12	13	5
% de municípios	0,0%	40,0%	43,3%	16,7%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		-30,2		32,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	7	10	2
% de municípios	0,0%	36,9%	52,6%	10,5%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		-30,2		16,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com 55 e mais anos)	dado nulo	< 0	0 – 10	> 10
N.º de municípios	0	5	3	3
% de municípios	0,0%	45,4%	27,3%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de prod. sing. com 55 e mais anos)		-5,9		32,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 28,5%, representando 57,7% em 1989 e 74,2% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 2,4%,

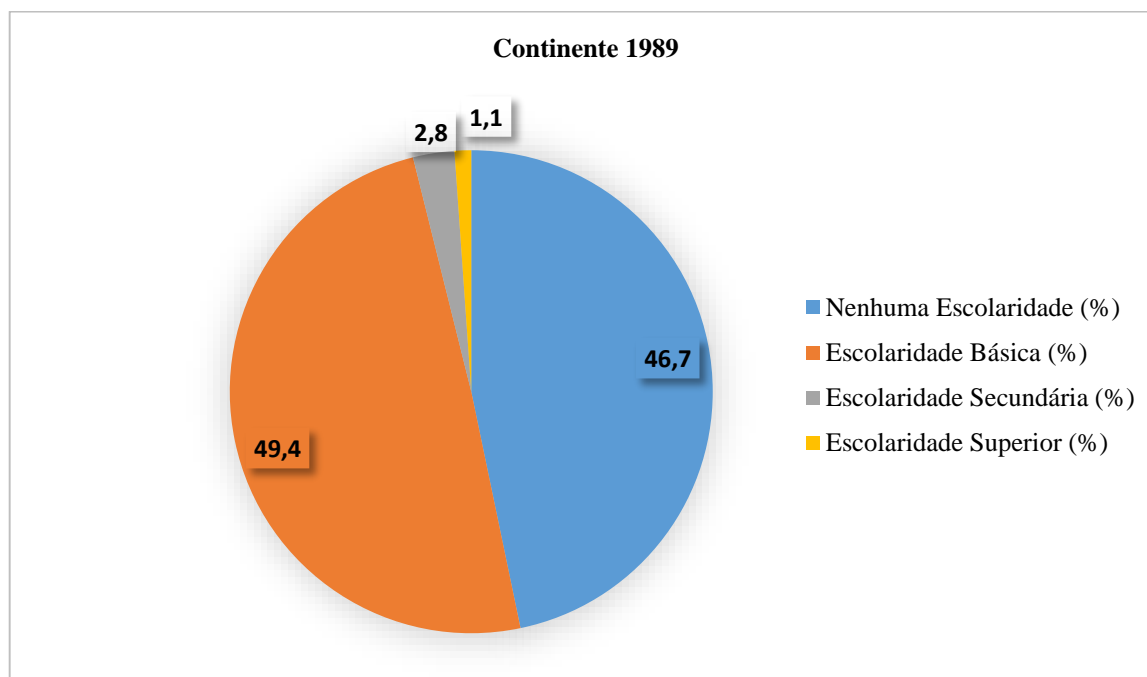
representando 47,4% em 1989 e 48,5% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 2,8%, representando 62,9% em 1989 e 67,4% em 2009. Verificamos de 1989 para 2009 o aumento da percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos em todas as NUTS I, sendo de realçar o aumento mais elevado no Continente e o aumento baixo nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

8.3 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares

A escolaridade dos produtores agrícolas singulares é analisada através dos graus principais de escolaridade: (8.3.1) nenhuma escolaridade, (8.3.2) escolaridade básica, (8.3.3) escolaridade secundária e (8.3.4) escolaridade superior.

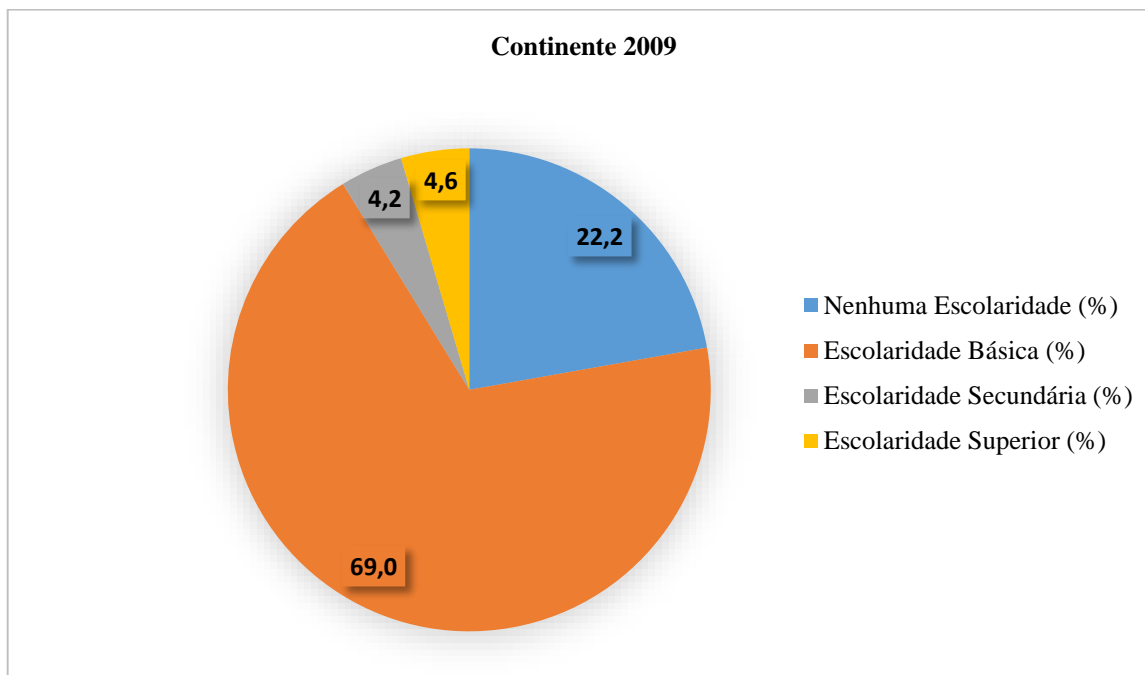
Nas figuras 8.3a a 8.3f apresenta-se a percentagem dos produtores agrícolas singulares por grau de escolaridade, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

Figura 8.3a Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, no Continente em 1989.



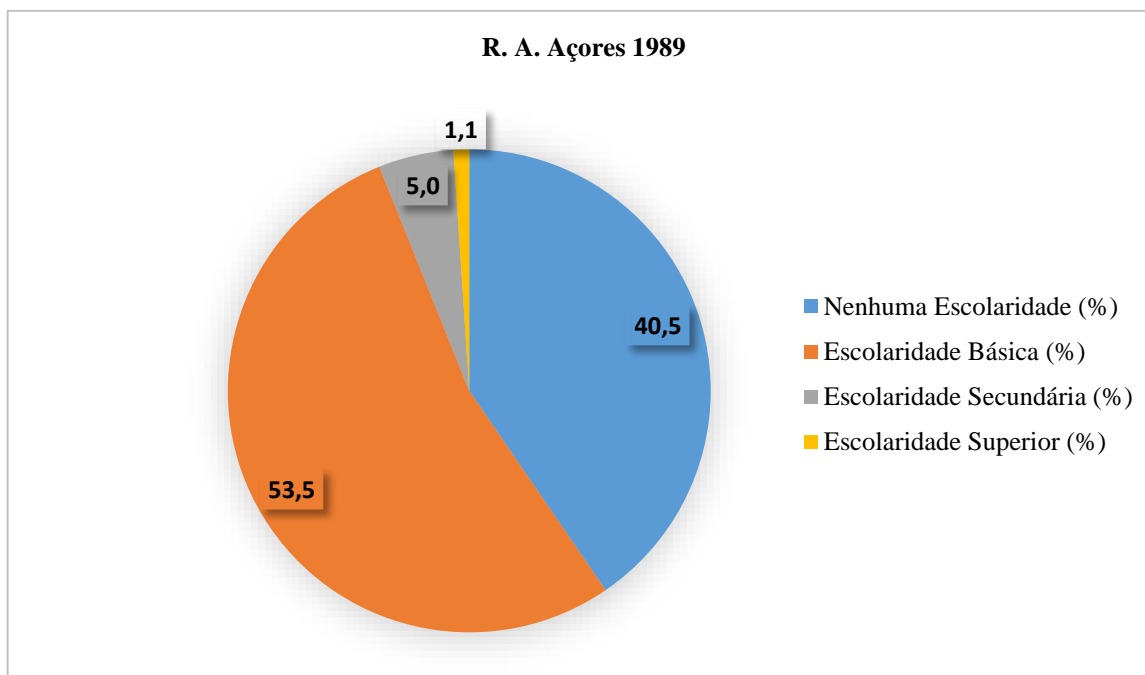
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.3b Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, no Continente em 2009.



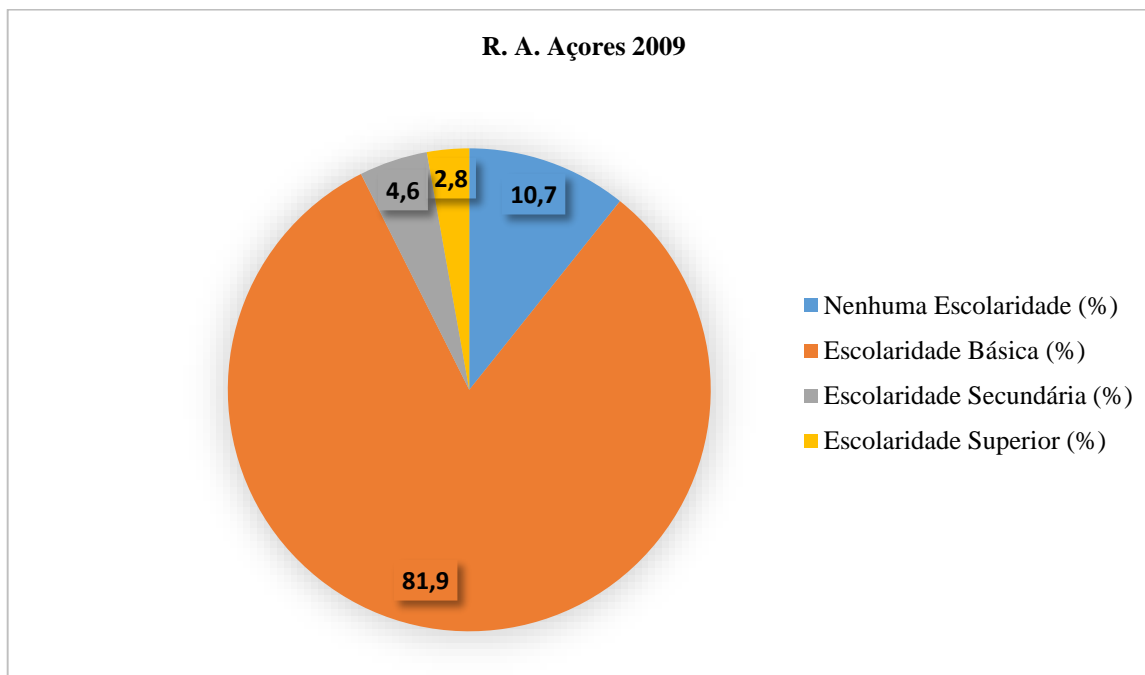
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.3c Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores em 1989.



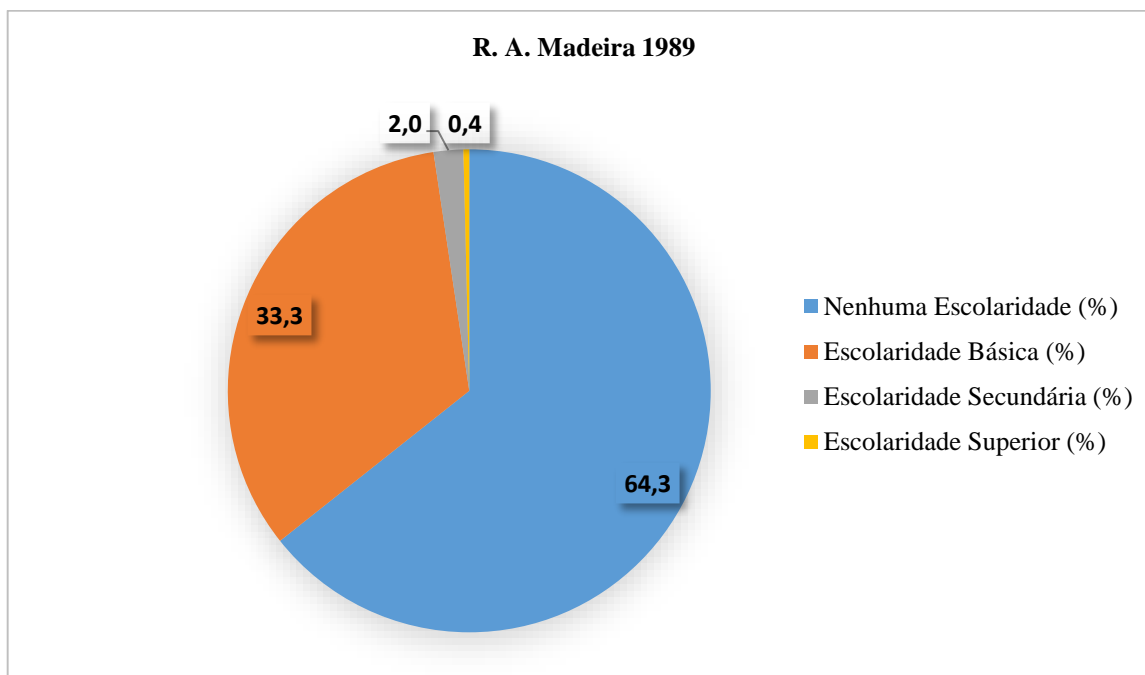
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.3d Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma dos Açores em 2009.



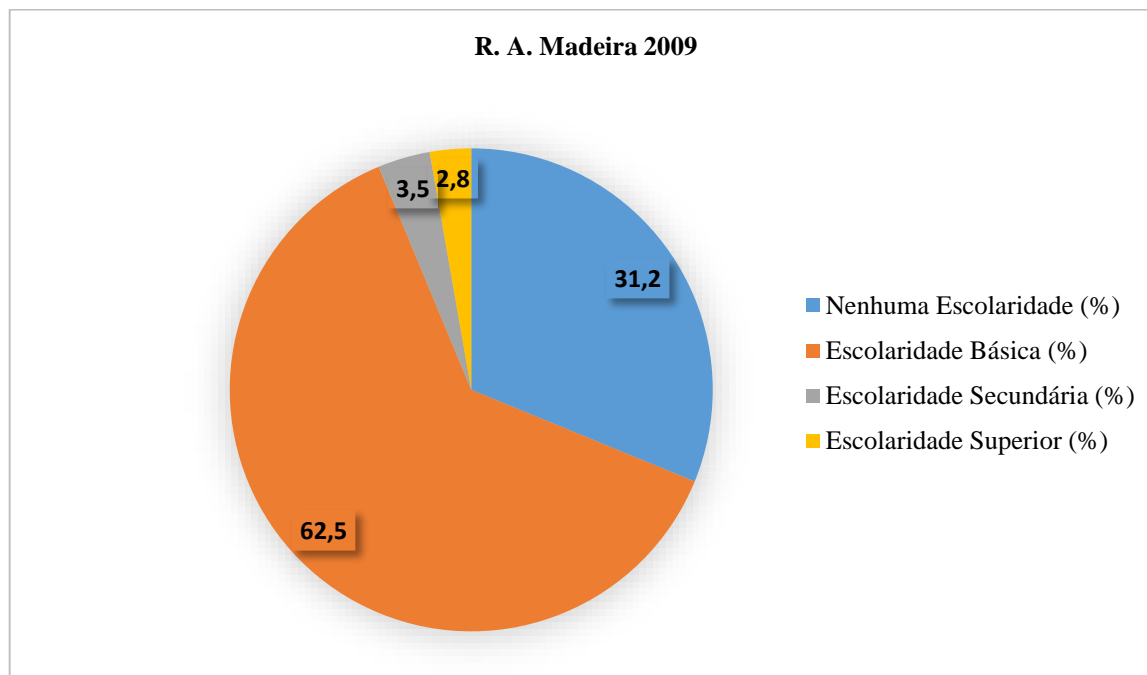
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.3e Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.3f Grau de escolaridade dos produtores agrícolas singulares em percentagem, na região autónoma da Madeira em 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

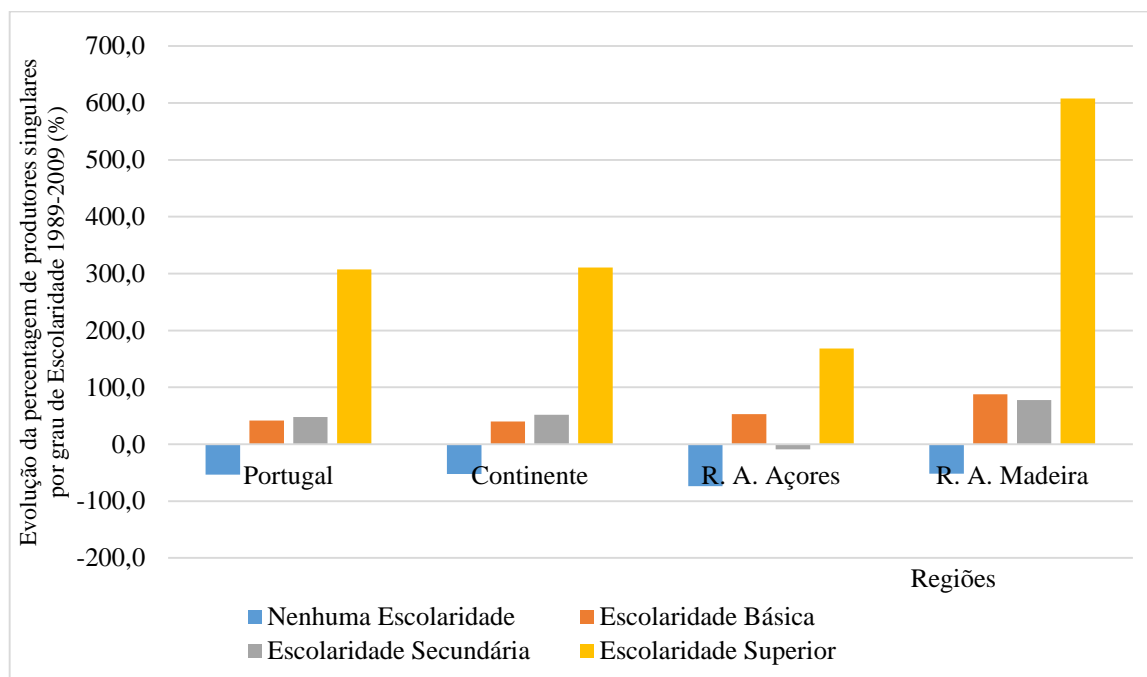
Na figura 8.3g apresenta-se a evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por grau de escolaridade no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.

Verifica-se de 1989 para 2009 a diminuição da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade e aumento de percentagem em todos outros graus de escolaridade, com exceção da percentagem de produtores com escolaridade secundária na região autónoma dos Açores. O aumento mais significativo verificou-se no grau de escolaridade superior, embora os valores absolutos continuem a ser bastante baixos em 2009.

Apesar do aumento da percentagem de produtores singulares nos graus de escolaridade secundária e superior, de 1989 para 2009, os valores absolutos em 2009 são ainda bastante baixos, como podemos verificar através da análise das figuras 8.3a a 8.3f, apresentadas atrás, representando em todas as regiões menos de 10% dos produtores singulares. Assim os produtores singulares apenas com a escolaridade básica e sem nenhuma escolaridade continuam

em 2009 a ser largamente predominantes, significando que muito há a fazer na qualificação dos produtores agrícolas.

Figura 8.3g Evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por grau de escolaridade, em percentagem, de 1989 para 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

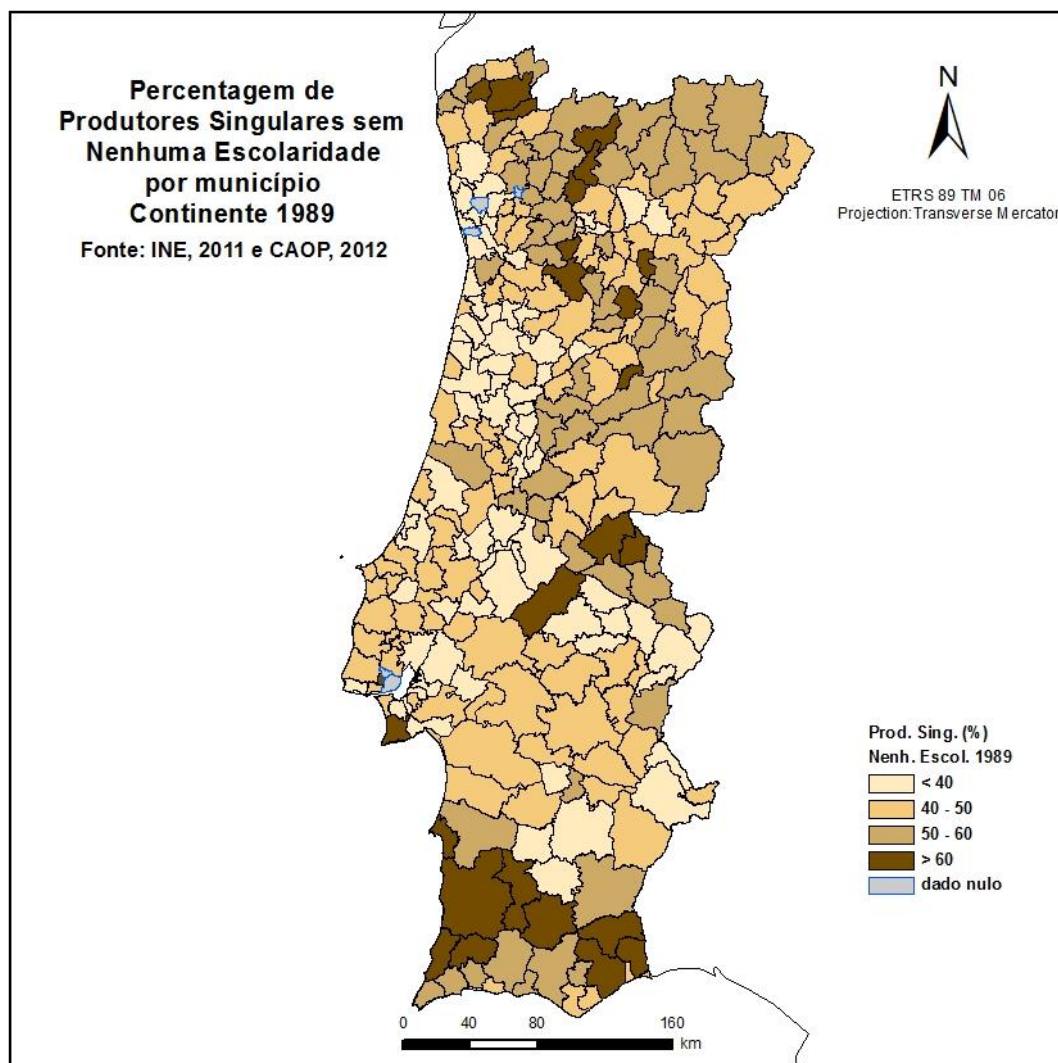
8.3.1 Produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade

Os produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade congregam os produtores agrícolas singulares que não sabem ler nem escrever e os que sabem ler e escrever, mas não possuem qualquer grau de escolaridade.

Nas figuras 8.3.1.1 e 8.3.1.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.1.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 1989, é superior a 60% em 26 municípios (9,3%), uma parte em municípios mais ou menos dispersos por várias NUTS III, principalmente na região Norte e na NUTS III Alto Alentejo e outra parte em municípios contíguos, pertencentes às NUTS III Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve, com valor máximo de 74,8% no município de Manteigas, na NUTS III Serra da Estrela. A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 1989, é inferior a 40% em 78 municípios (28,1%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Baixo Mondego e Médio Tejo, na região Centro e Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 21,5% no município de Constância, na NUTS III Médio Tejo. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 1989, é bastante elevada na grande maioria dos municípios, continuando a ser muito elevada mesmo nos municípios com percentagens mais baixas.

Figura 8.3.1.1 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental em 1989.

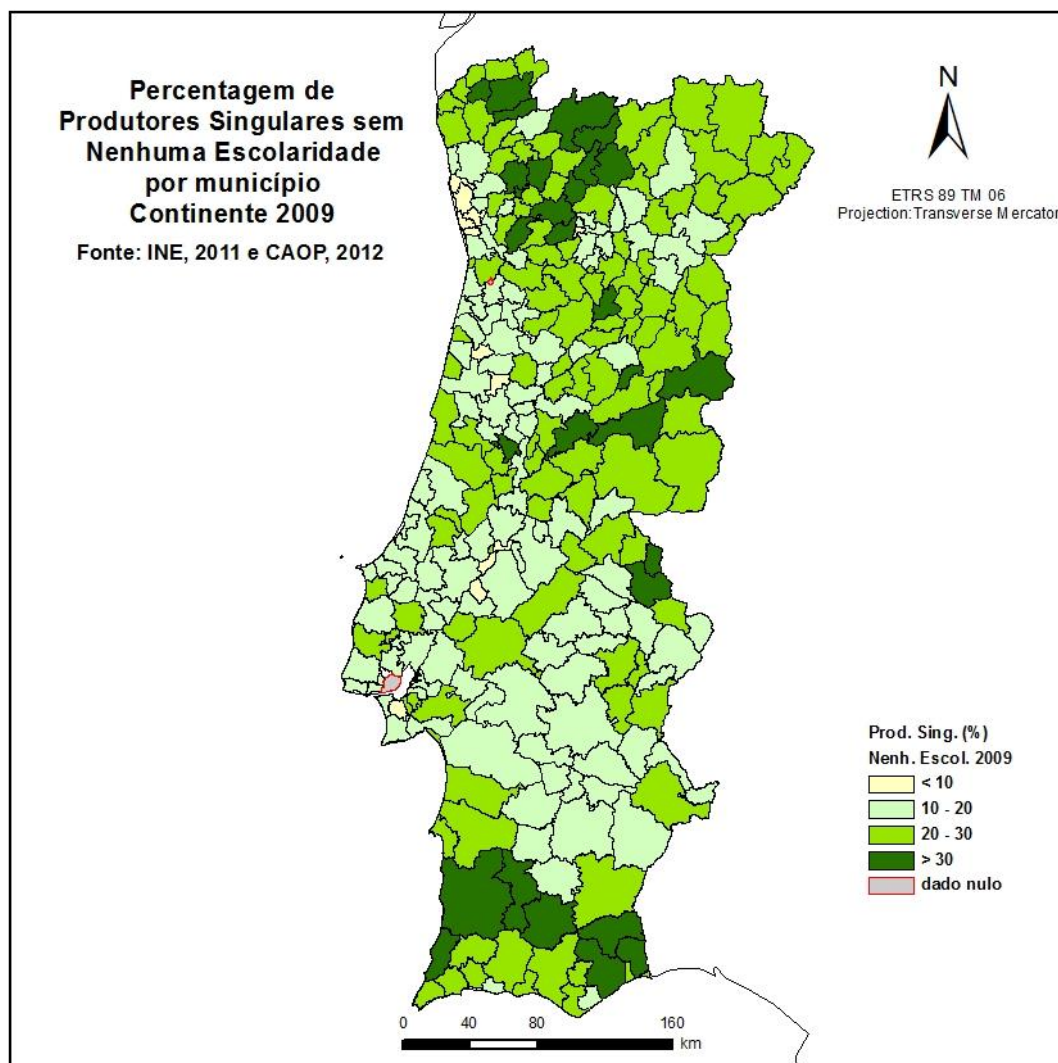


Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	5	78	105	64	26
% de municípios	1,8%	28,1%	37,8%	23,0%	9,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		21,8			74,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.1.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 2009, é superior a 30% em 29 municípios (10,4%), em municípios das NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Ave e Tâmega, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte, na região Centro e Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e região Algarve, com valor máximo de 41,2% no município de Penafiel, na NUTS III Tâmega. A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 2009, é inferior a 20% em 129 municípios (46,4%), principalmente em municípios das NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 0,0% no município de Odivelas, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 2009, é inferior a 10% em 13 municípios (4,7%), com destaque para municípios pertencentes à NUTS III Grande Porto, na região Norte. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 2009 é bastante menos elevada que em 1989, continuando ainda assim a ser elevada em muitos municípios.

Figura 8.3.1.2 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental em 2009.



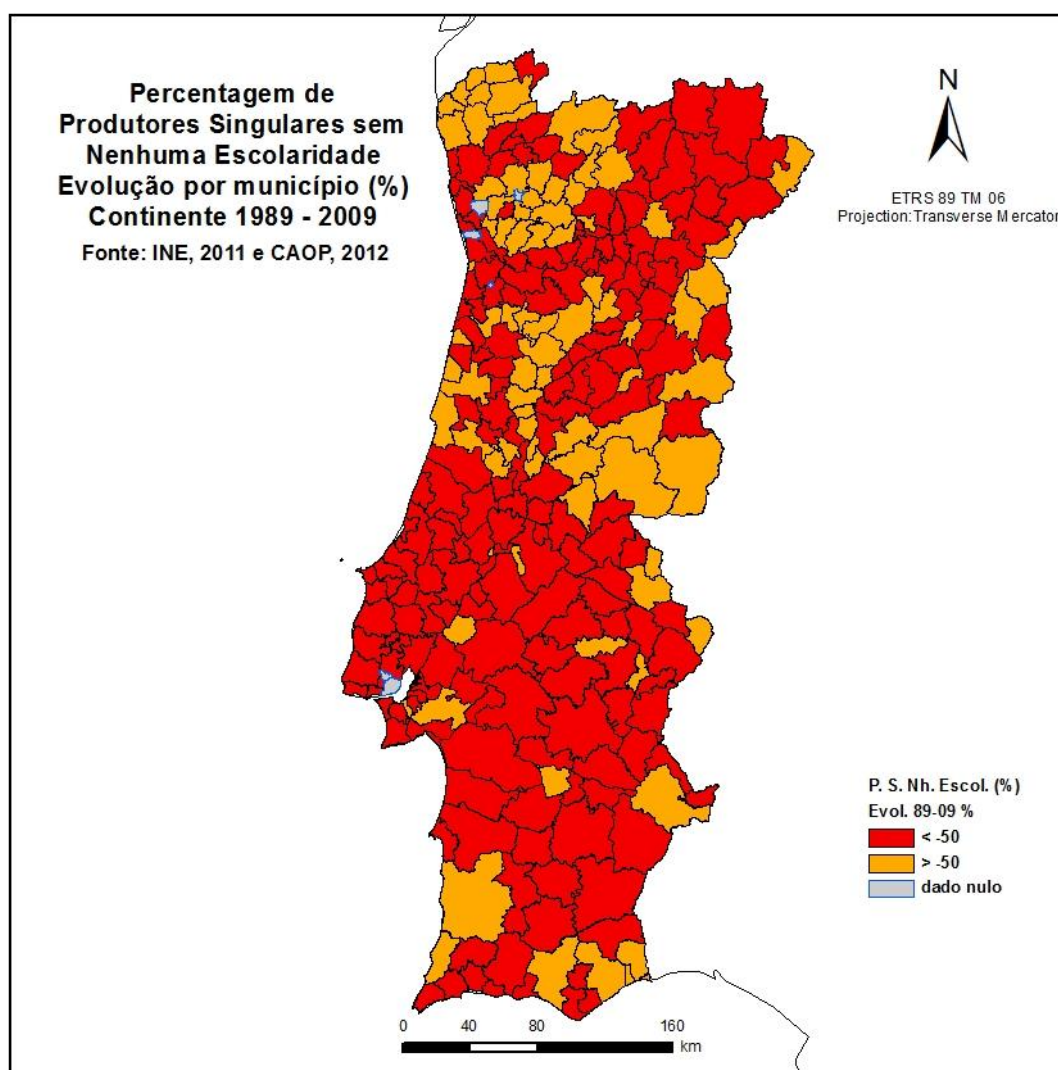
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	2	13	116	118	29
% de municípios	0,7%	4,7%	41,7%	42,5%	10,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		0,0			41,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.1.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios. Os menores decréscimos de percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade (> -50%) registaram-se principalmente nas regiões Norte e Centro, a maioria em municípios das NUTS III Minho-Lima, Ave, Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Mondego, Beira Interior

Norte, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro e região Algarve, com o decréscimo mínimo no município de Penafiel (-15,8%), na NUTS III Tâmega e o decréscimo máximo (-89,3%) no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. Verificamos, de 1989 para 2009, um decréscimo acentuado da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, apesar de os valores observados em 2009 continuarem a ser ainda muito elevados.

Figura 8.3.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



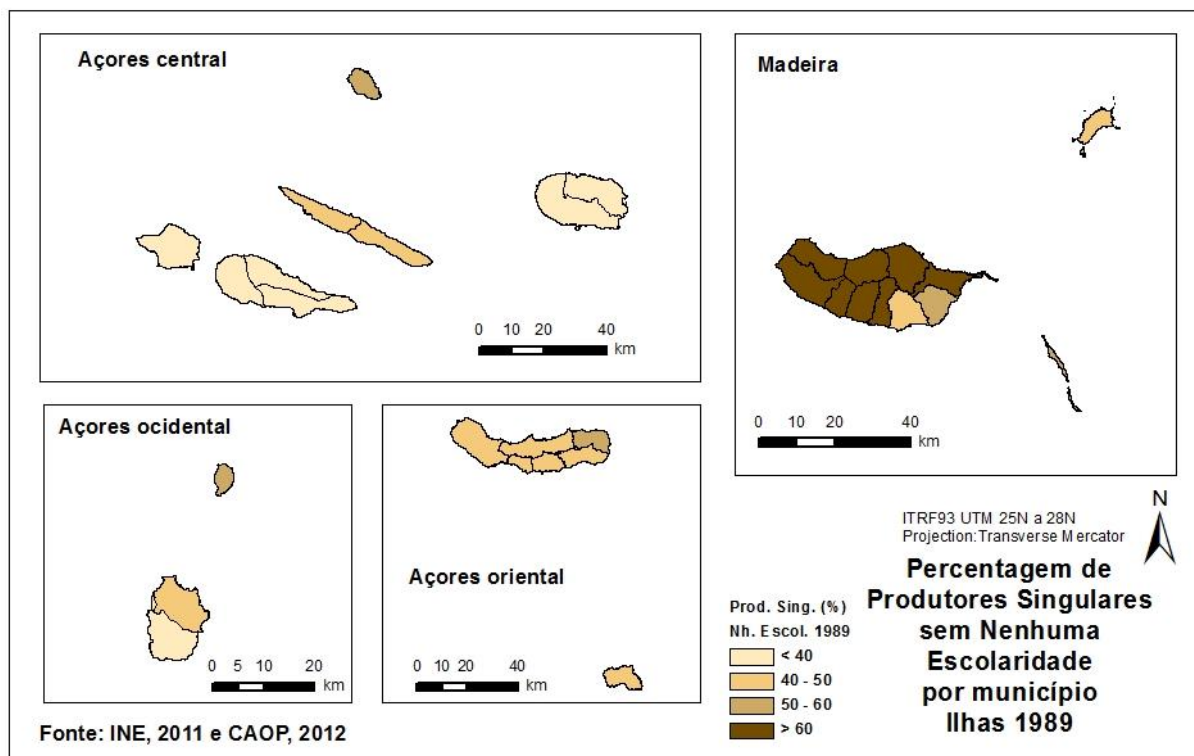
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< -50	> -50
N.º de municípios	6	189	83
% de municípios	2,2%	68,0%	29,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		-89,3	-15,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.3.1.4 e 8.3.1.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.1.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade está entre 50 e 60% em 3 municípios (15,8%), com o máximo de 57,4% no município de Corvo e é inferior a 40% em 7 municípios (36,8%), com o mínimo no município de Horta, com 28,4%. Nos restantes 9 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade está compreendida entre 40 e 50%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas em 2 município (18,2%) a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 1989 está compreendida entre 40 e 50%, com o mínimo de 44,5% no município de Porto Santo. A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 1989 é superior a 60% em 8 municípios (72,7%), com o máximo de 77,0% no município de Porto Moniz. Verificamos assim que os produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 1989, estão mais representados na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, encontrando-se as 2 regiões autónomas em situações bastante diferenciadas.

Figura 8.3.1.4 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

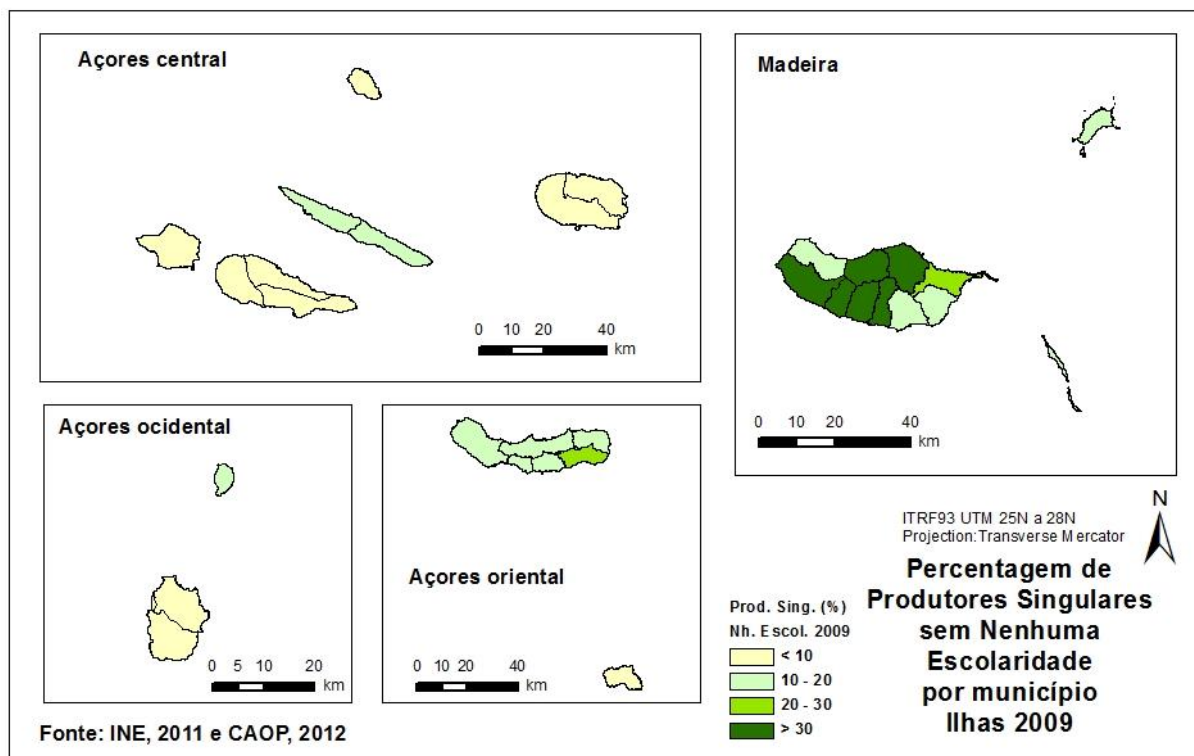


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	7	11	4	8
% de municípios	0,0%	23,3%	36,7%	13,3%	26,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		28,4			77,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	7	9	3	0
% de municípios	0,0%	36,8%	47,4%	15,8%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		28,4		57,4	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	0	2	1	8
% de municípios	0,0%		18,2%	9,1%	72,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)			44,5		77,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.1.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade está entre 20 e 30% apenas no município de Povoação, com o máximo de 20,6%. É inferior a 10% em 10 municípios (52,6%), com o mínimo no município de Lajes do Pico, com 4,1%. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade está compreendida entre 10 e 20%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 4 municípios (36,4%) a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 1989 está compreendida entre 10 e 20%, com o mínimo de 15,6% no município de Porto Moniz. A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 1989 é superior a 30% em 6 municípios (54,5%), com o máximo de 40,3% no município de S. Vicente. Verificamos assim que os produtores singulares sem nenhuma escolaridade, em 2009, estão mais representados na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, encontrando-se as 2 regiões autónomas em situações bastante diferenciadas. Verificamos também que, de 1989 para 2009, houve um decréscimo acentuado da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, apesar de os valores observados em 2009 serem ainda muito elevados.

Figura 8.3.1.5 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

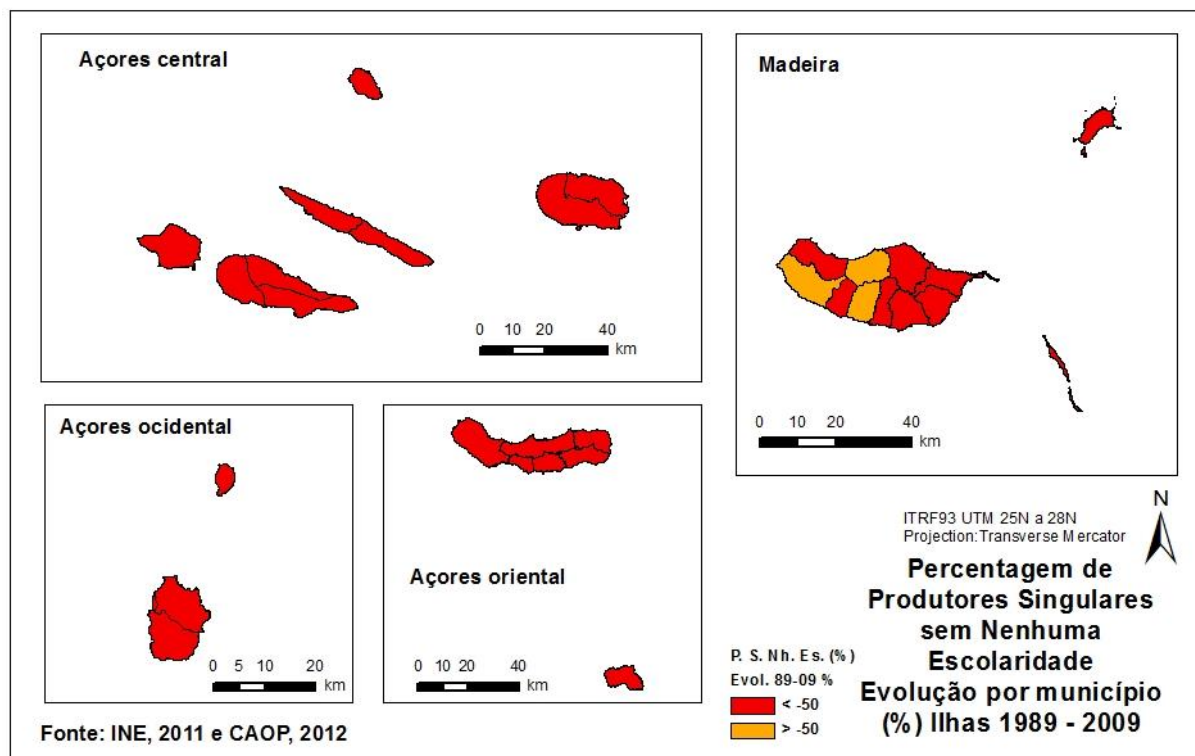


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	0	10	12	2	6
% de municípios	0,0%	33,3%	40,0%	6,7%	20,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		4,1			40,3
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	0	10	8	1	0
% de municípios	0,0%	52,6%	42,1%	5,3%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		4,1		20,6	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	0	0	4	1	6
% de municípios	0,0%		36,4%	9,1%	54,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)			15,6		40,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.3.1.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade diminuiu em todos os municípios, com o mínimo de -58,5% no município de Povoação e o máximo de -87,0%, no município de S. Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade diminuiu em todos os municípios, com a diminuição mínima de -41,9%, no município de Calheta e a diminuição máxima de -79,8%, no município de Porto Moniz.

Figura 8.3.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< -50	> -50
N.º de municípios	0	27	3
% de municípios	0,0%	90,0%	10%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		-87,0	-41,9
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< -50	> -50
N.º de municípios	0	19	0
% de municípios	0,0%	100,0%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		-87,0 e -58,5	
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)	dado nulo	< -50	> -50
N.º de municípios	0	8	3
% de municípios	0,0%	72,7%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares sem nenhuma escolaridade)		-79,8	-41,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 52,5%, representando

46,7% em 1989 e 22,2% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 73,5%, representando 40,5% em 1989 e 10,7% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 51,5%, representando 64,3% em 1989 e 31,2% em 2009. Verificamos assim que a diminuição da percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade foi generalizado em todas as NUTS I, com diminuição mais acentuada na região autónoma dos Açores. Apesar da diminuição acentuada verificada em todas as NUTS I a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 2009 ainda continua bastante elevada.

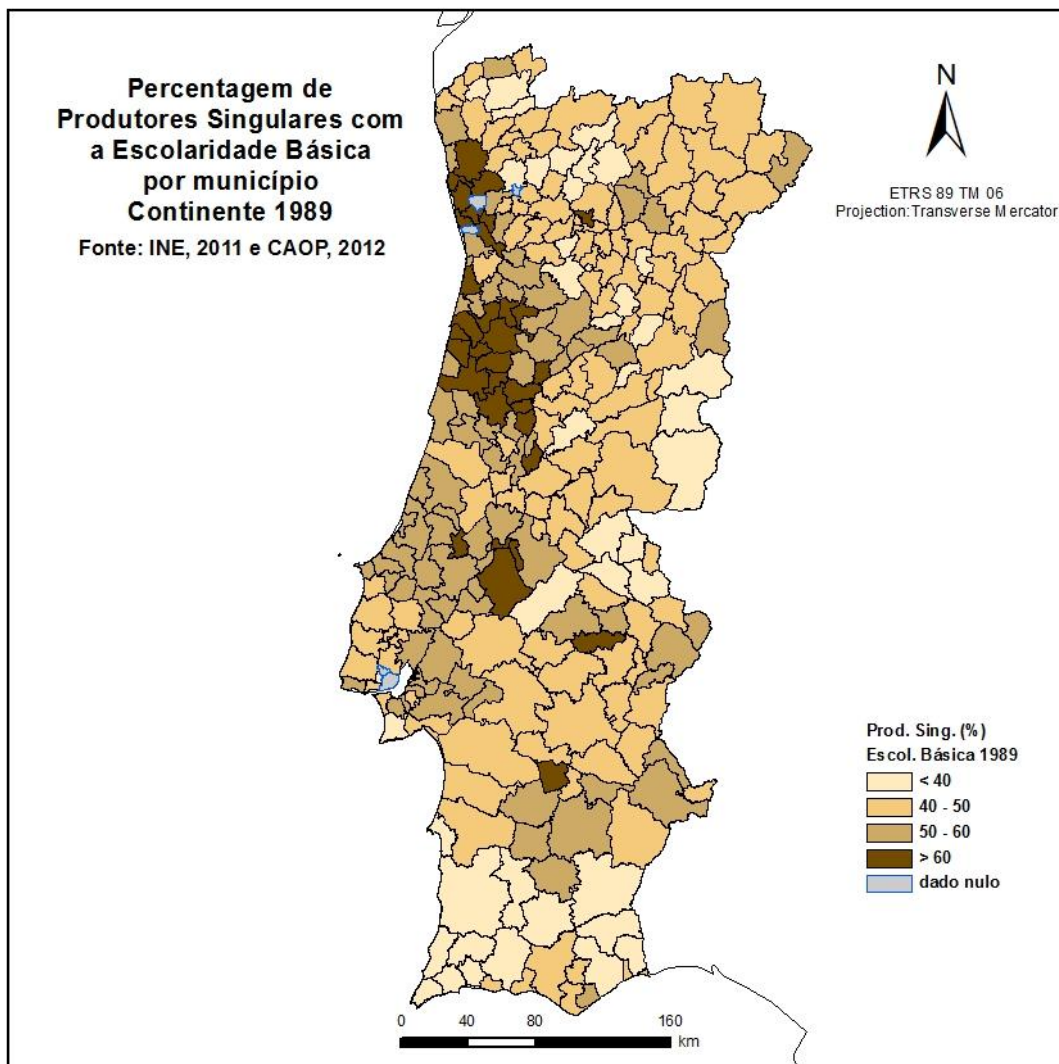
8.3.2 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica

Os produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica congregam os produtores agrícolas singulares com o 1.º ciclo ou 4.º ano, os que possuem o 2.º ciclo ou 6.º ano e os que possuem o 3.º ciclo ou 9.º ano.

Nas figuras 8.3.2.1 e 8.3.2.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.2.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 1989, é superior a 60% em 33 municípios (11,9%), principalmente num conjunto de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Cávado, Ave e Grande Porto, na região Norte e noutro conjunto de municípios contíguos, pertencentes às NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, na região Centro, com valor máximo de 72,8% no município de Mealhada, na NUTS III Baixo Mondego. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 1989, é inferior a 40% em 43 municípios (15,4%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Beira Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com o valor mínimo de 22,8% no município de Manteigas, na NUTS III Serra da Estrela. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares só com a escolaridade básica, em 1989, é bastante elevada na grande maioria dos municípios.

Figura 8.3.2.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental em 1989.

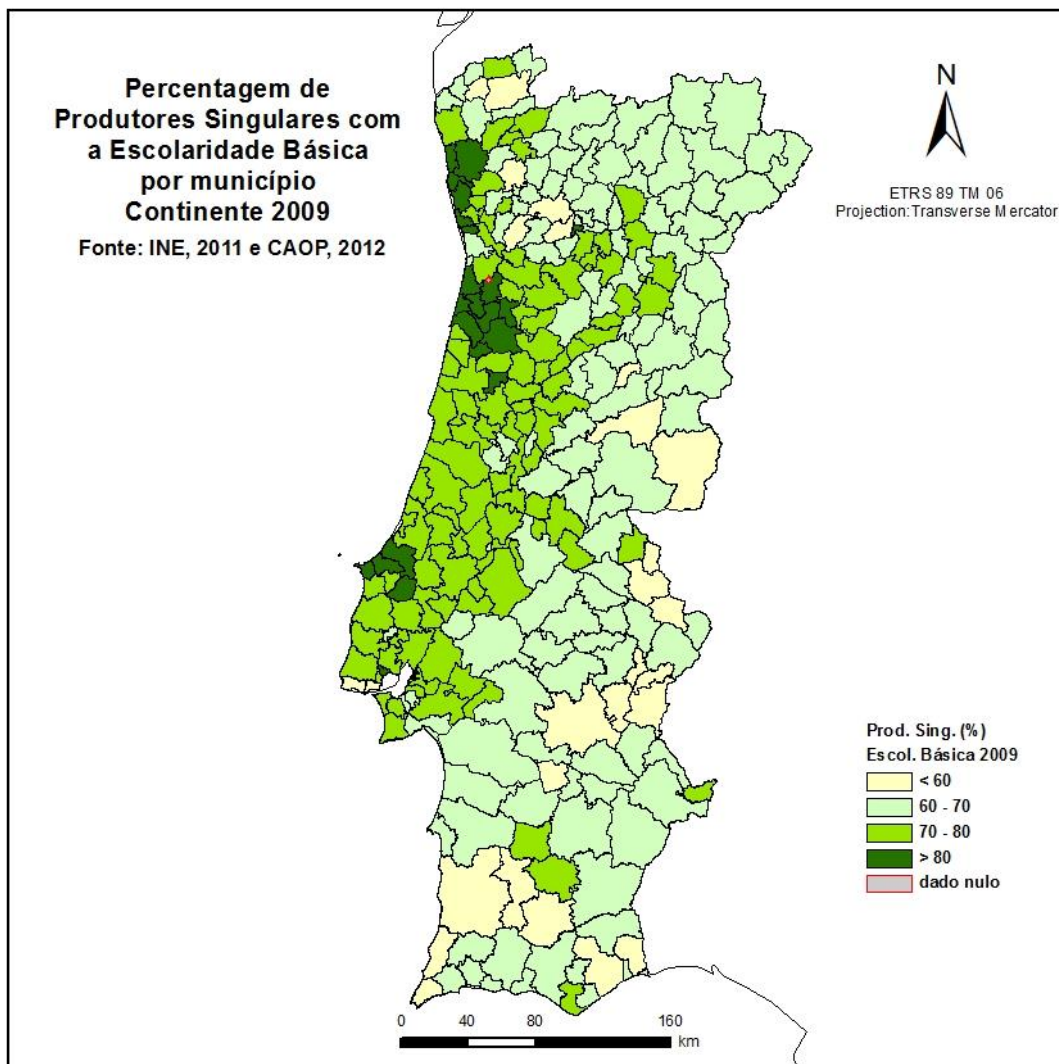


Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	5	43	117	80	33
% de municípios	1,8%	15,4%	42,1%	28,8%	11,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		22,8			72,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.2.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 2009, é superior a 80% em 23 municípios (8,3%), em 3 núcleos de municípios das NUTS III Cávado e Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, na região Centro e Oeste, também na região Oeste, com valor máximo de 100,0% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 2009, é superior a 70% em 128 municípios (46%), principalmente em municípios das NUTS III Cávado, Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região Lisboa, e Lezíria do Tejo, na região Alentejo. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 2009, é inferior a 70% em 149 municípios (53,6%), principalmente em municípios pertencentes à NUTS III Trás-os-Montes, Tâmega e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo, e região Algarve. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 2009, é inferior a 60% em 27 municípios (9,7%), principalmente em municípios das NUTS III Minho-Lima e Tâmega, na região Norte; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com o valor mínimo de 49,0% no município de Penafiel, na NUTS III Tâmega. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica em 2009 é bastante mais elevada que em 1989. Verificamos também que as percentagens mais elevadas de produtores singulares com a escolaridade básica encontram-se em municípios mais próximos do litoral das regiões Norte e Centro e região de Lisboa e as percentagens mais baixas no interior das regiões Norte e Centro e nas regiões Alentejo e Algarve.

Figura 8.3.2.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental em 2009.

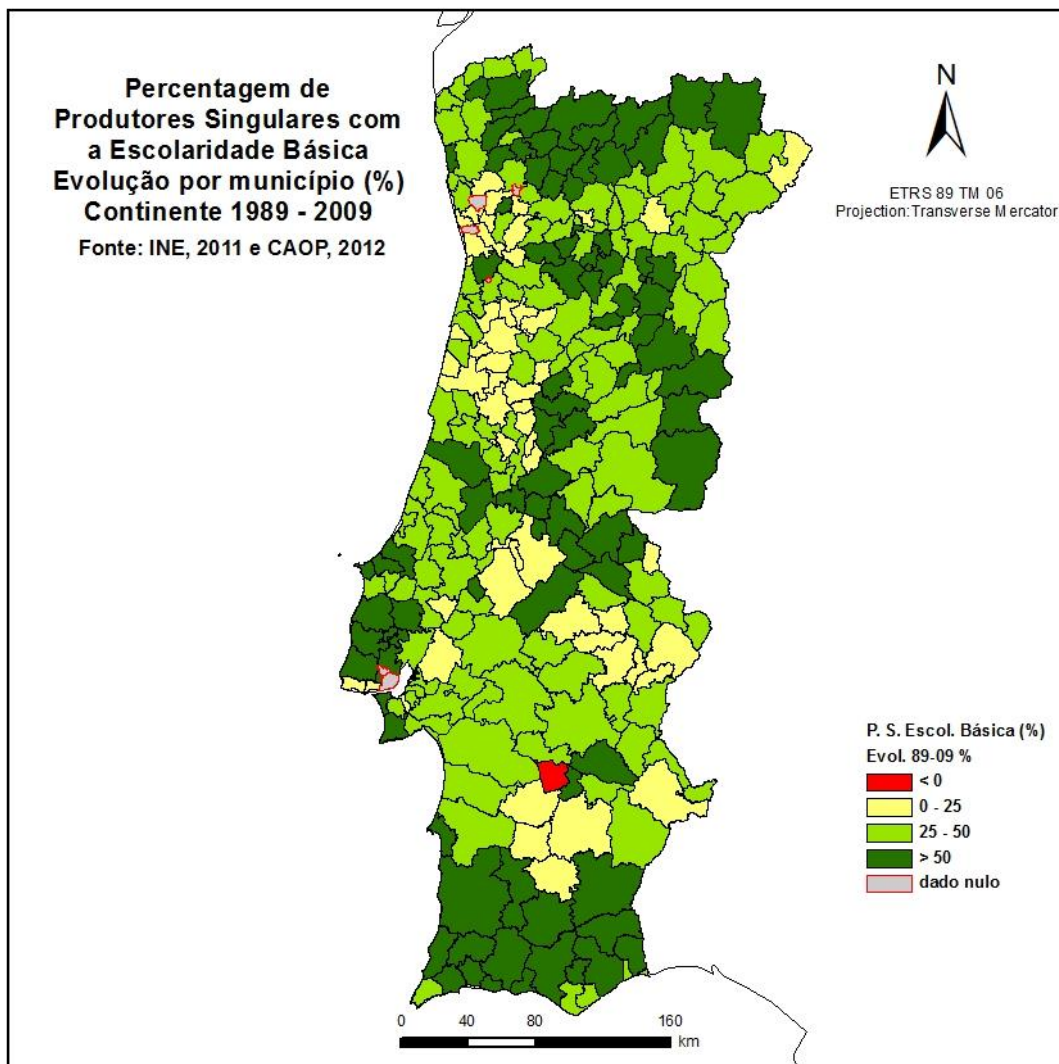


Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 60	60 – 70	70 – 80	> 80
N.º de municípios	1	27	122	105	23
% de municípios	0,4%	9,7%	43,9%	37,7%	8,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		49,0			100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.2.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, de 1989 para 2009, aumentou em todos os municípios, com exceção do município de Alvito, na NUTS III Baixo Alentejo, com -2,0%. Os maiores acréscimos de percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica (> 50%) registaram-se em 91 municípios (32,7%), principalmente em núcleos de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte; Tâmega, Douro e Dão-Lafões, nas regiões Norte e Centro; Beira Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro; Oeste e Grande Lisboa, nas regiões Centro e Lisboa; Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Alto Alentejo, nas regiões Centro e Alentejo e Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve, nas regiões Alentejo e Algarve, com o acréscimo máximo de 152,6%, no município de Manteigas, na NUTS III Beira Interior Norte. Os menores acréscimos (0 a 25%) registaram-se em 56 municípios (20,1%), principalmente em municípios das NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro e na região Alentejo, com o mínimo de 1,8% no município de Penafiel, na NUTS III Tâmega. Verificamos, de 1989 para 2009, um acréscimo generalizado da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica.

Figura 8.3.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



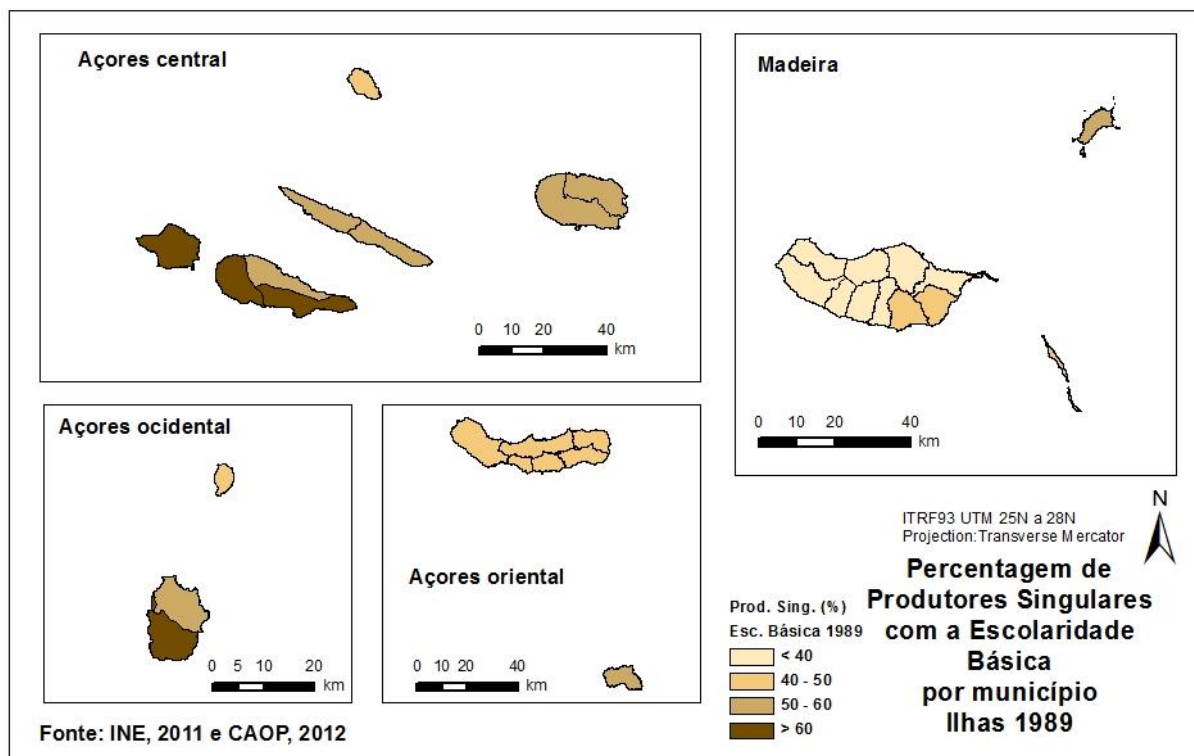
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 0	0 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	6	1	56	124	91
% de municípios	2,2%	0,4%	20,1%	44,6%	32,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		-2,0			152,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.3.2.4 e 8.3.2.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.2.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica é superior a 60% em 4 municípios (21,1%), com o máximo de 64,9% no município de Lajes do Pico e é inferior a 50% em 8 municípios (42,1%), com o mínimo de 41,2% no município de Corvo. Nos restantes 7 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica está compreendida entre 50 e 60%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município de Porto Santo a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 1989, é superior a 50%, com o máximo de 52,9%. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica em 1989 é inferior a 40% em 8 municípios (72,7%), com o mínimo de 21,7% no município de Porto Moniz. Verificamos assim que os produtores singulares com a escolaridade básica, em 1989, estão mais representados na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, encontrando-se as 2 regiões autónomas em situações bastante diferenciadas.

Figura 8.3.2.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

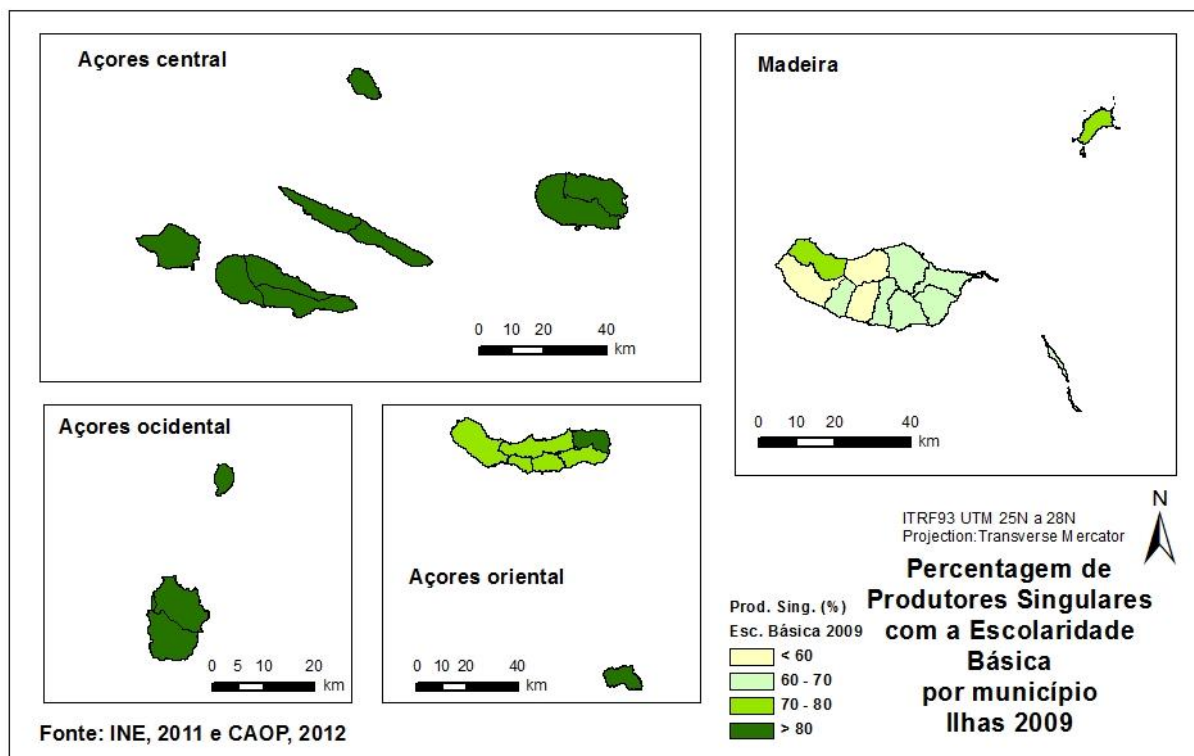


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	8	10	8	4
% de municípios	0,0%	26,7%	33,3%	26,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		21,7			64,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	0	8	7	4
% de municípios	0,0%		42,1%	36,8%	21,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)			41,2		64,9
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 40	40 – 50	50 – 60	> 60
N.º de municípios	0	8	2	1	0
% de municípios	0,0%	72,7%	18,2%	9,1%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		21,7		52,9	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.2.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica é superior a 80% em 14 município (73,7%), com o máximo de 91,7% no município de Lajes do Pico e é inferior a 70% em 5 municípios (26,3%), com o mínimo de 73,3% no município de Povoação. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas em 2 município (18,2%) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, em 1989, é superior a 70%, com o máximo de 77,5% no município de Porto Moniz. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica em 1989 é inferior a 60% em 3 municípios (27,3%), com o mínimo de 52,9% no município de S. Vicente, encontrando-se os restantes municípios em valores intermédios. Verificamos assim que os produtores singulares com a escolaridade básica, em 2009, tal como em 1989, estão mais representados na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, encontrando-se as 2 regiões autónomas em situações bastante diferenciadas. Verificamos também que, de 1989 para 2009, houve um acréscimo acentuado da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica.

Figura 8.3.2.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

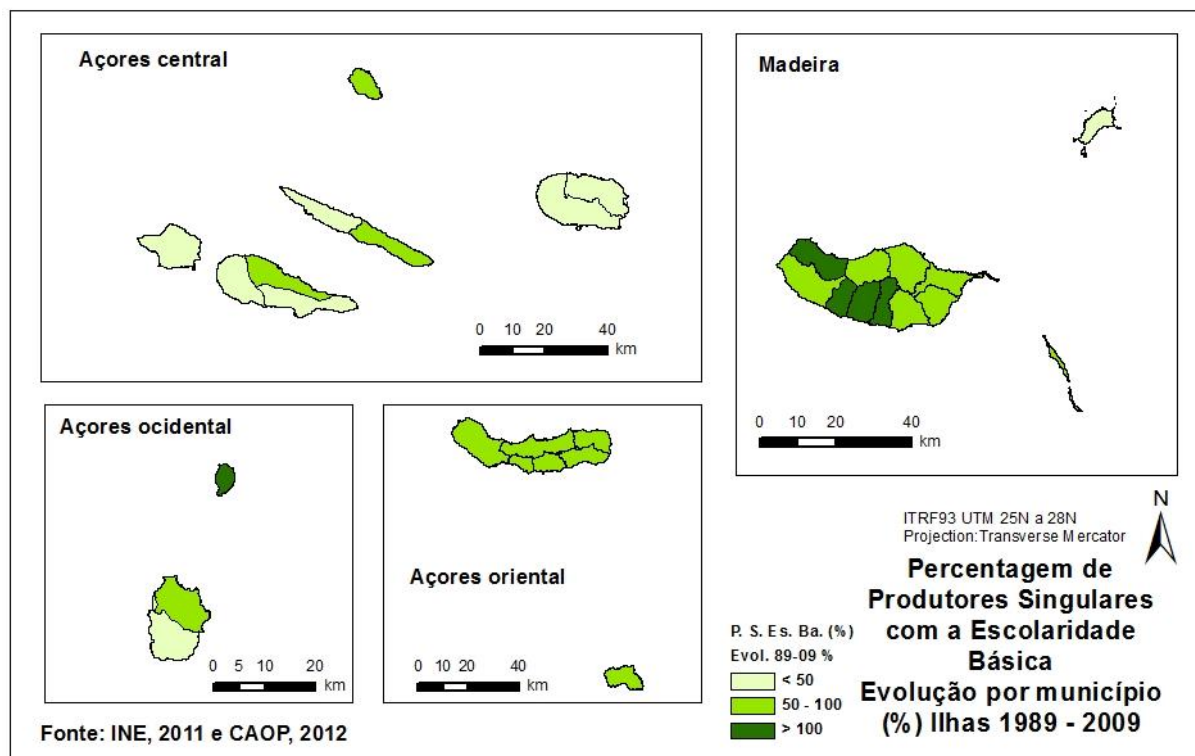


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 60	60 – 70	70 – 80	> 80
N.º de municípios	0	3	6	7	14
% de municípios	0,0%	10,0%	20,0%	23,3%	46,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		52,9			91,7
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 60	60 – 70	70 – 80	> 80
N.º de municípios	0	0	0	5	14
% de municípios	0,0%			26,3%	73,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)				73,3	91,7
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 60	60 – 70	70 – 80	> 80
N.º de municípios	0	3	6	2	0
% de municípios	0,0%	27,3%	54,5%	18,2%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		52,9		77,5	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.3.2.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica aumentou em todos os municípios, com o mínimo de 38,2% no município de Madalena e o máximo de 106,9%, no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira verificamos também que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica aumentou em todos os municípios, com o mínimo de 44,2%, no município de Porto Santo e o máximo de 257,5%, no município de Porto Moniz. Verificamos que, genericamente, houve maiores aumentos de produtores singulares com a escolaridade básica, em percentagem, de 1989 para 2009, na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, provavelmente porque a região autónoma da Madeira estava em 1989 numa situação de inferior grau de escolarização dos produtores singulares do que a região autónoma dos Açores, e ainda continuando em 2009.

Figura 8.3.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	8	17	5
% de municípios	0,0%	26,7%	56,6%	16,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		38,2		257,5
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	7	11	1
% de municípios	0,0%	36,8%	57,9%	5,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		38,2		106,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade básica)	dado nulo	< 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	1	6	4
% de municípios	0,0%	9,1%	54,5%	36,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade básica)		44,2		257,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 39,8%, representando 49,4% em 1989 e 69,0% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 53,1%, representando 53,5% em 1989 e 81,7% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 88,1%, representando 33,3% em 1989 e 62,6% em 2009. Verificamos assim que o aumento da percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica foi generalizado em todas as NUTS I, com aumento mais acentuado na região autónoma da Madeira e menos acentuado no Continente.

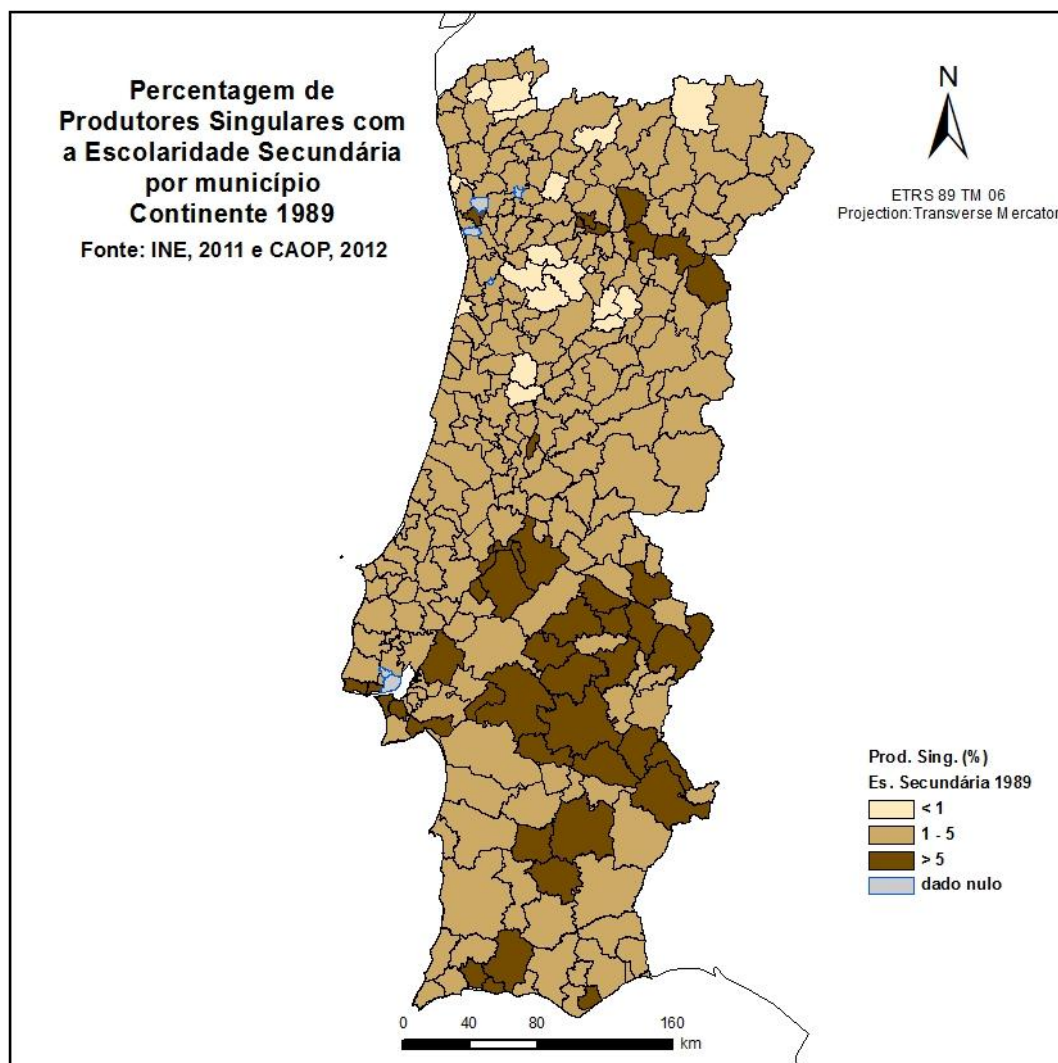
8.3.3 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária

Os produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária, incluem os que possuem também escolaridade pós-secundária.

Nas figuras 8.3.3.1 e 8.3.3.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.3.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, é superior a 5% em 46 municípios (16,5%), pertencentes principalmente às NUTS III Douro, na região Norte; Médio Tejo, na região Centro, e maioritariamente nas regiões Alentejo e Algarve, com valor máximo de 12,2% no município de Oeiras, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, é inferior a 1% em 17 municípios (6,1%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Tâmega e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Dão-Lafões, na região Centro, com o valor mínimo de 0,4% nos municípios de Paredes de Coura e Aguiar da Beira, nas NUTS III Minho-Lima e Dão-Lafões, respetivamente. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, é bastante baixa na grande maioria dos municípios.

Figura 8.3.3.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental em 1989.



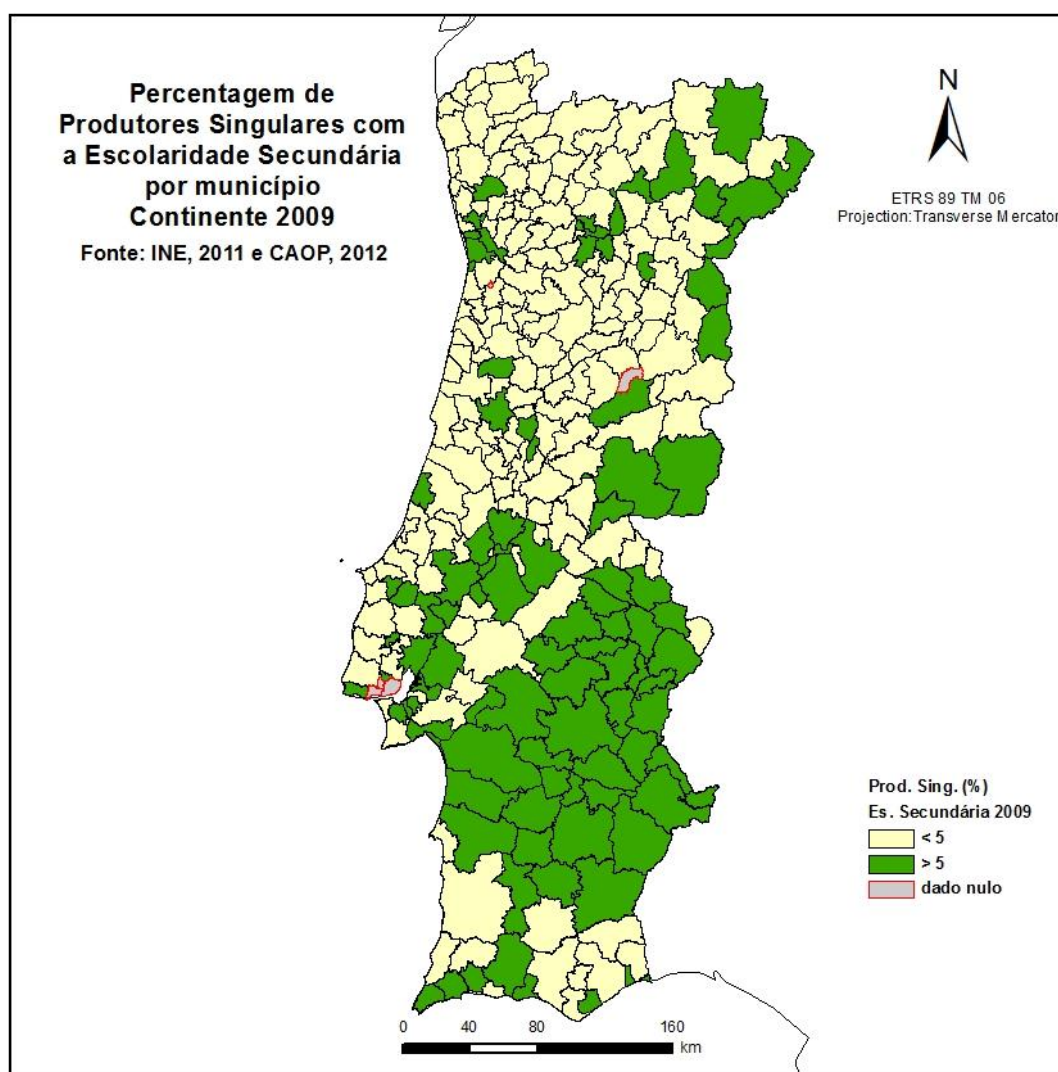
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	6	17	209	46
% de municípios	2,2%	6,1%	75,2%	16,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		0,4		12,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.3.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 2009, é superior a 5% em 97 municípios (34,9%), pertencentes principalmente às NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro, região Algarve e maioritariamente na região Alentejo, com valor máximo de 15,8% no município de Vila Nova da Barquinha, na NUTS III Médio Tejo. A

percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 2009, é inferior a 5% em 176 municípios (63,3%), com o valor mínimo de 0,8% nos municípios de Oliveira de Frades e Peniche, nas NUTS III Dão-Lafões e Oeste, respetivamente. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 2009, continua bastante baixa na grande maioria dos municípios.

Figura 8.3.3.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental em 2009.

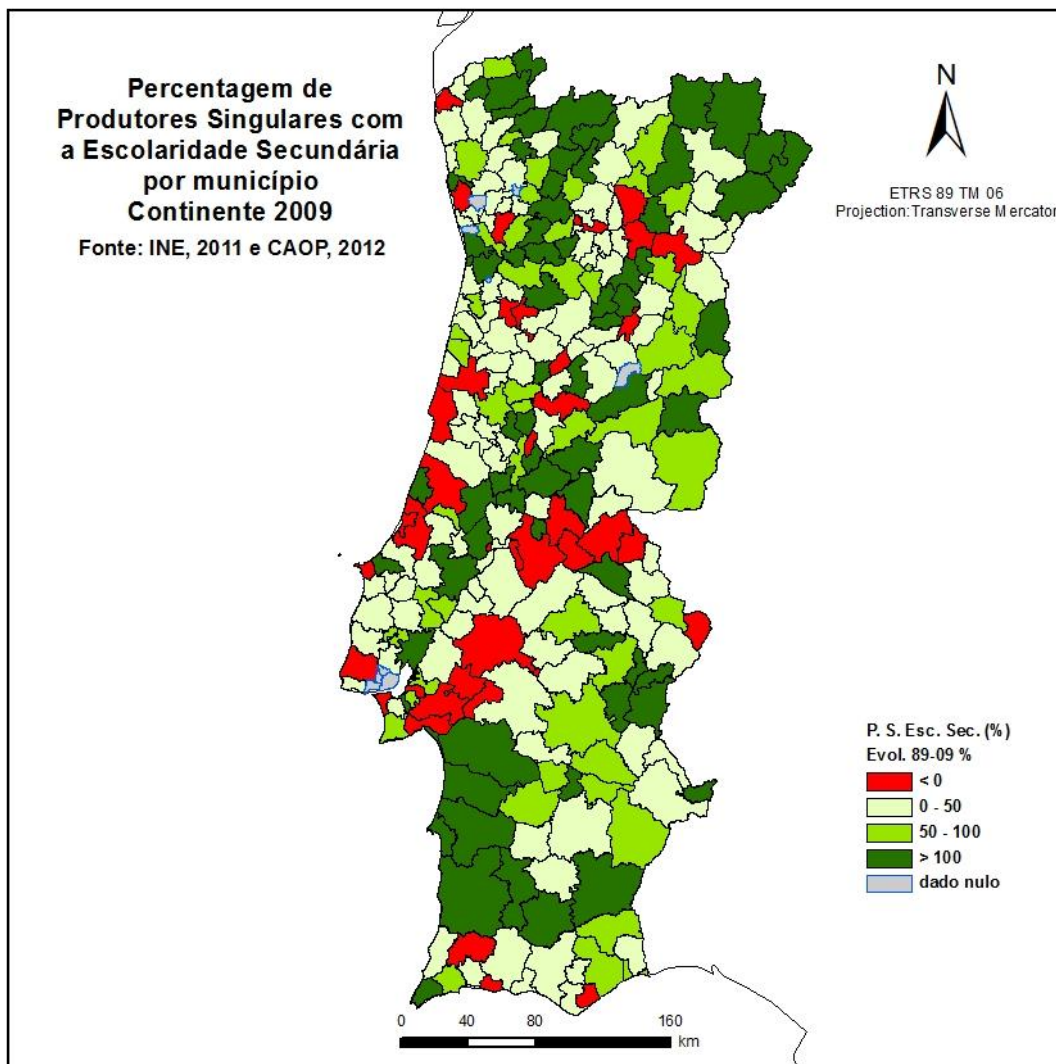


Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 5	> 5
N.º de municípios	5	176	97
% de municípios	1,8%	63,3%	34,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		0,8	15,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.3.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, de 1989 para 2009, aumentou em 232 municípios (83,5%). Os maiores acréscimos de percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária (> 100%) registaram-se em 71 municípios (25,6%), principalmente em municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e Alentejo Litoral e Baixo Alentejo na região Alentejo, com o acréscimo máximo de 436,8% no município de Aguiar da Beira, na NUTS III Dão-Lafões. Os menores acréscimos (0 a 50%) registaram-se em 111 municípios (39,9%), distribuídos por quase todas as NUTS III do Continente. Os decréscimos de percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, de 1989 para 2009, registaram-se em 37 municípios (13,3%), distribuídos por várias NUTS III, pertencentes a todas as regiões. Realçam-se, no entanto, 3 grupos de municípios contíguos, em que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária decresceu, nas NUTS III Douro, na região Norte; Médio Tejo e Alto Alentejo, nas regiões Centro e Alentejo, respetivamente, e Península de Setúbal, na região Lisboa. Verificamos, de 1989 para 2009, um acréscimo da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, na grande maioria dos municípios do Continente.

Figura 8.3.3.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



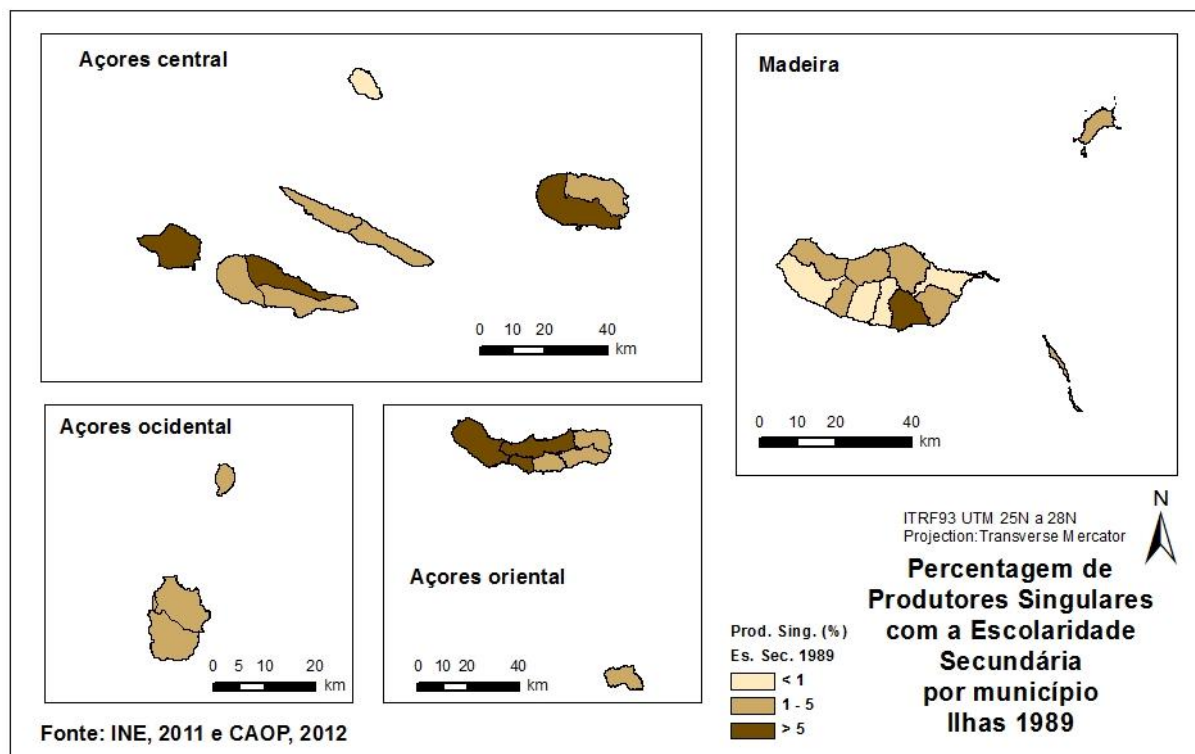
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	9	37	111	50	71
% de municípios	3,2%	13,3%	39,9%	18,0%	25,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		-75,9			436,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.3.3.4 e 8.3.3.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.3.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária é superior a 5% em 6 municípios (31,5%), com o máximo de 8,2% no município de Ponta Delgada e é inferior a 1% apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, com o mínimo de 1,0%. Nos restantes 12 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária está compreendida entre 1 e 5%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município do Funchal a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, é superior a 5%, com o máximo de 7,1%. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária em 1989 é inferior a 1% em 4 municípios (36,4%), com o mínimo de 0,4% no município de Calheta. Verificamos assim que os produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, está mais representado na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, encontrando-se as 2 regiões autónomas em situações relativamente diferenciadas.

Figura 8.3.3.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

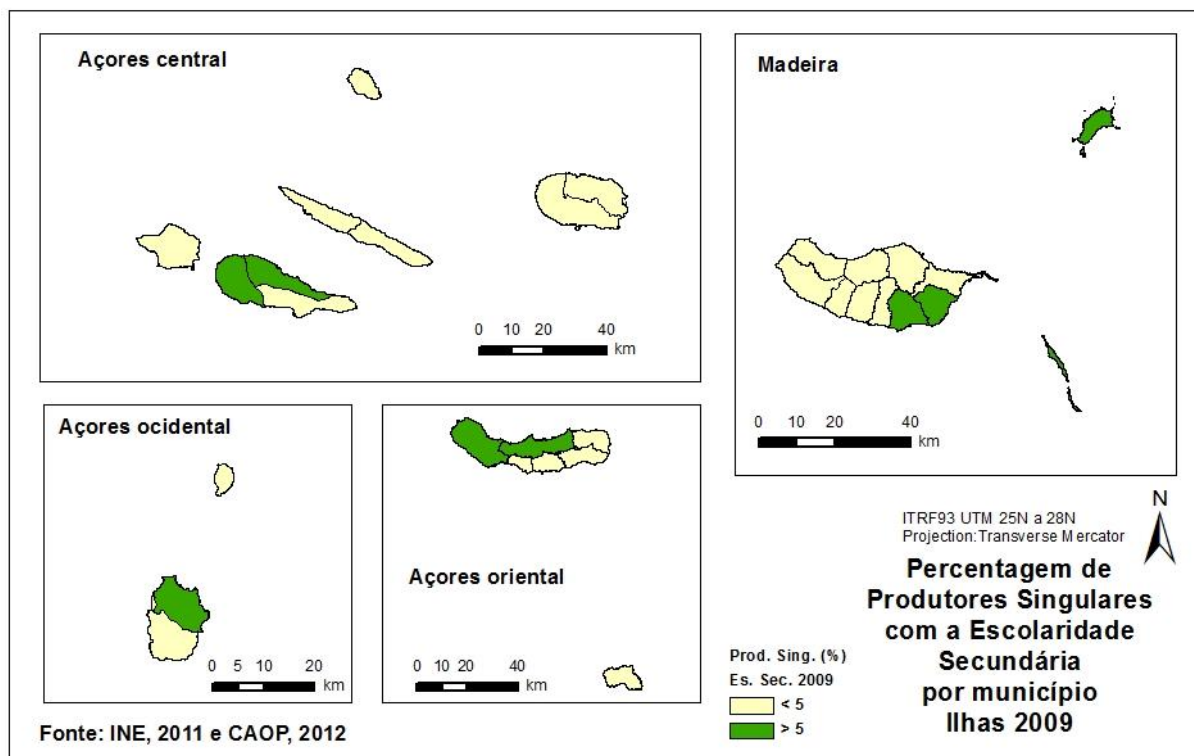


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	5	18	7
% de municípios	0,0%	16,7%	60,0%	23,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		0,4		8,2
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	1	12	6
% de municípios	0,0%	5,3%	63,2%	31,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		1,0		8,2
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	4	6	1
% de municípios	0,0%	36,4%	54,5%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		0,4		7,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.3.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária é superior a 5% em 5 município (26,3%), com o máximo de 5,9% no município de Ribeira Grande e é inferior a 5% em 14 municípios (73,7%), com o mínimo de 2,5% no município de Lajes do Pico. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 3 municípios (27,3%) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, em 1989, é superior a 5%, com o máximo de 7,2% no município de Santa Cruz. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária em 2009 é inferior a 5% em 8 municípios (72,7%), com o mínimo de 2,1% no município de Calheta, encontrando-se os restantes municípios em valores intermédios.

Figura 8.3.3.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

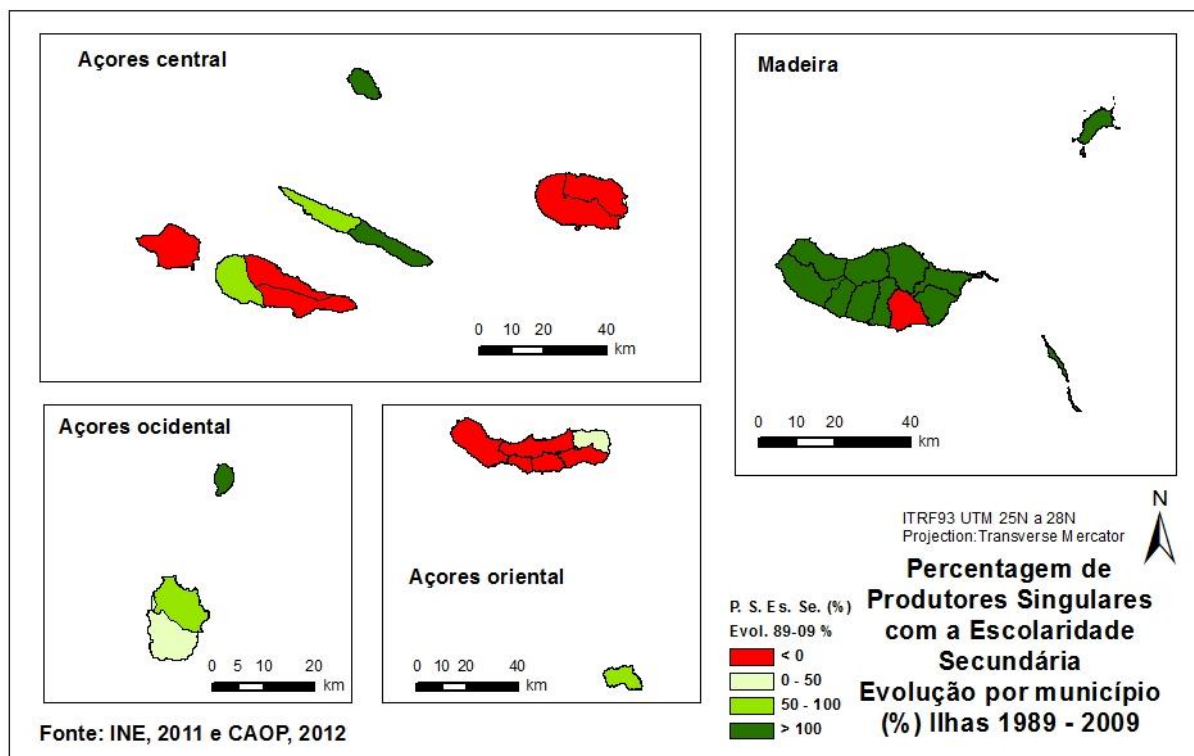


Ilhas			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 5	> 5
N.º de municípios	0	22	8
% de municípios	0,0%	73,3%	26,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		2,1	7,2
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 5	> 5
N.º de municípios	0	14	5
% de municípios	0,0%	73,7%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		2,5	5,9
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 5	> 5
N.º de municípios	0	8	3
% de municípios	0,0%	72,7%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		2,1	7,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.3.3.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou em 9 municípios (47,4%), com o máximo de 300,0% no município de Santa Cruz da Graciosa, e diminuiu nos restantes 10 municípios, com o mínimo de -40,5%, no município de Vila Praia da Vitória. Nos 3 municípios em que houve maior acréscimo de percentagem dos produtores singulares (> 100%) registaram-se, em 2009, valores de percentagem inferiores a 5% de produtores singulares com a escolaridade secundária, sendo que em apenas 2 dos municípios em que em 2009 se registaram percentagens de produtores singulares com a escolaridade secundária superior a 5%, houve também acréscimo de percentagem de 1989 para 2009. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou em 10 municípios (90,9%), com o máximo de 407,1%, no município de Calheta e apenas no município do Funchal houve decréscimo, com o mínimo de -19,8%. Verificamos que houve maiores aumentos de produtores singulares com a escolaridade secundária, em percentagem, de 1989 para 2009, na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, provavelmente porque a região autónoma da Madeira estava em 1989 numa situação de menor grau de escolarização dos produtores singulares do que a região autónoma dos Açores.

Figura 8.3.3.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	11	2	4	13
% de municípios	0,0%	36,7%	6,7%	13,3%	43,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		-40,5			407,1
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	10	2	4	3
% de municípios	0,0%	52,6%	10,5%	21,1%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		-40,5			300,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	1	0	0	10
% de municípios	0,0%	9,1%			90,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade secundária)		-19,8			407,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 51,6%, representando 2,8% em 1989 e 4,2% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 8,8%, representando 5,0% em 1989 e 4,6% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 77,7%, representando 2,0% em 1989 e 3,5% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou nas NUTS I Continente e região autónoma da Madeira e diminuiu na região autónoma dos Açores. O maior aumento de percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, de 1989 para 2009, verificou-se na região autónoma da Madeira. Apesar da percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária na região autónoma dos Açores ter diminuído, de 1989 para 2009, continua a ser a região com maior percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária.

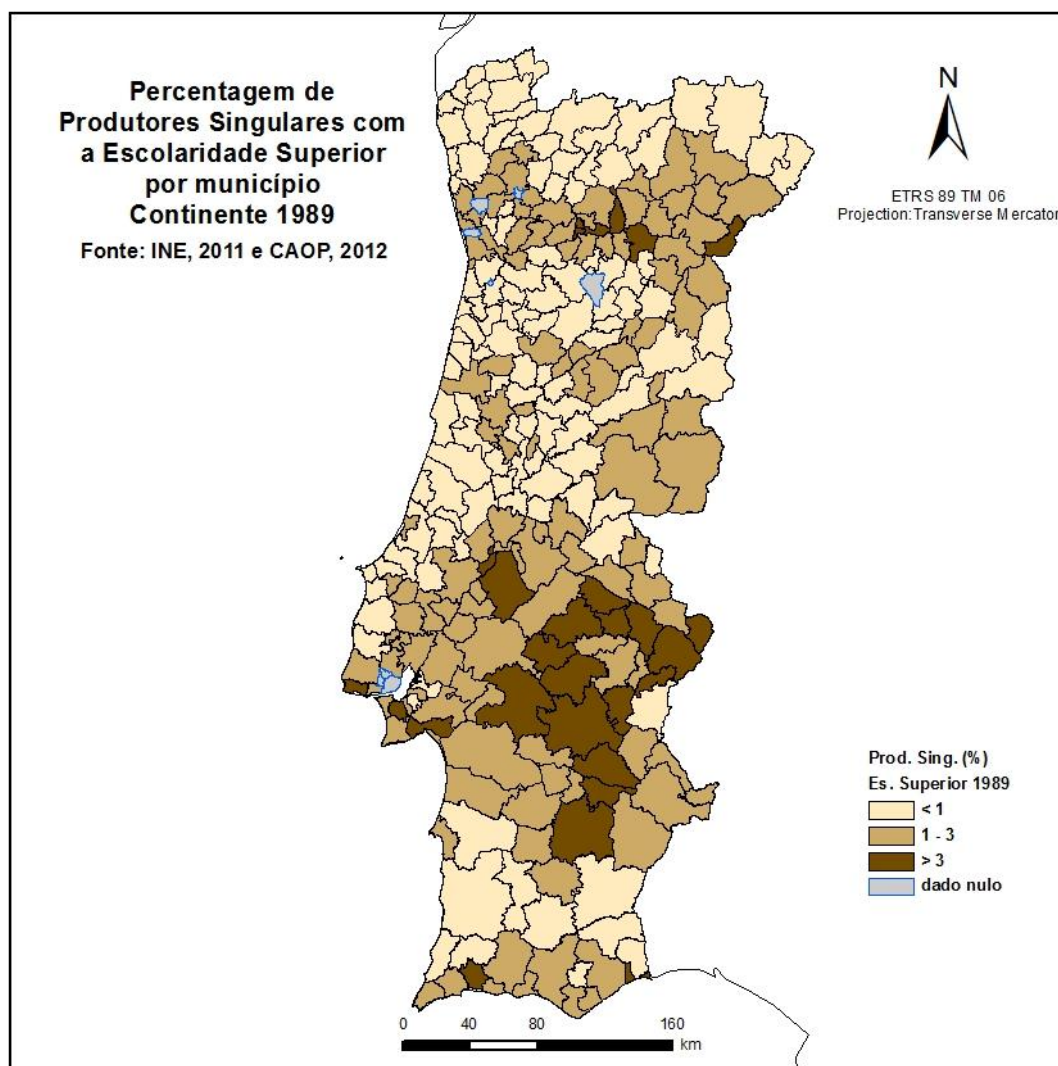
8.3.4 Produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior

Nas figuras 8.3.4.1 e 8.3.4.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.4.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 1989, é maior que 3% em 28 municípios (10,0%), pertencentes às NUTS III Douro, na região Norte; Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região Lisboa; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com valor máximo de 5,9% no município de Vila Viçosa, na NUTS III Baixo Alentejo. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 1989, é menor que 1% em 122 municípios (43,9%), pertencentes a todas as NUTS III do Continente, com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Cávado e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro e Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 0,1% no município de Sever do Vouga, na NUTS III

Baixo Vouga. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 1989, é bastante baixa na grande maioria dos municípios.

Figura 8.3.4.1 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental em 1989.

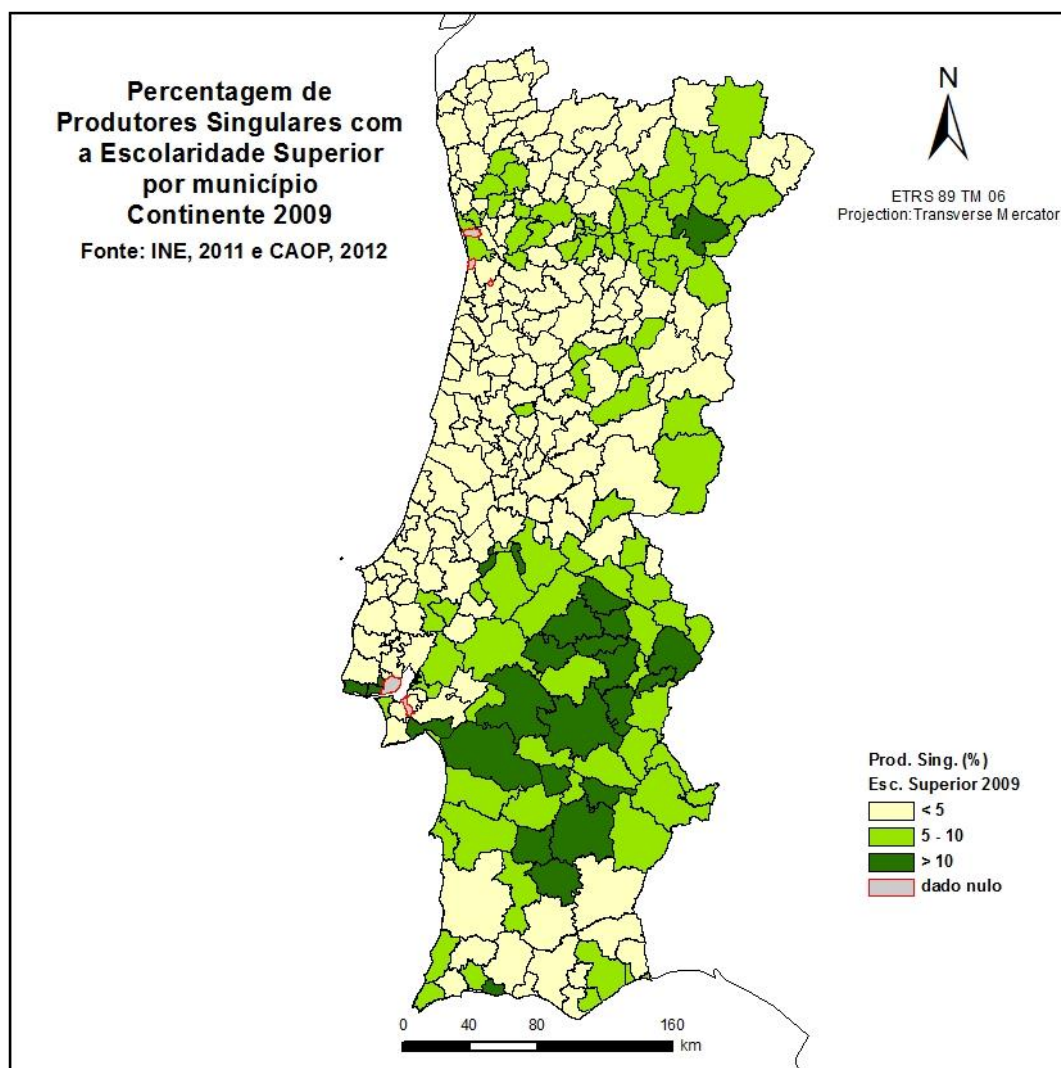


Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	1 – 3	> 3
N.º de municípios	8	122	120	28
% de municípios	2,9%	43,9%	43,2%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,1		5,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.4.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 2009, é maior que 10% em 26 municípios (9,3%), pertencentes maioritariamente à região Alentejo, com valor máximo de 33,3% no município de Oeiras, na NUTS III Grande Lisboa. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 2009, é menor que 5% em 162 municípios (58,3%), pertencentes a quase todas as NUTS III do Continente, com especial relevância nos municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve, com o valor mínimo de 0,4% no município de Murtosa, na NUTS III Baixo Vouga. Constatamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 2009, continua bastante baixa na grande maioria dos municípios. Verificamos também que as percentagens mais elevadas de produtores singulares com a escolaridade superior encontram-se principalmente em municípios da região Alentejo.

Figura 8.3.4.2 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental em 2009.



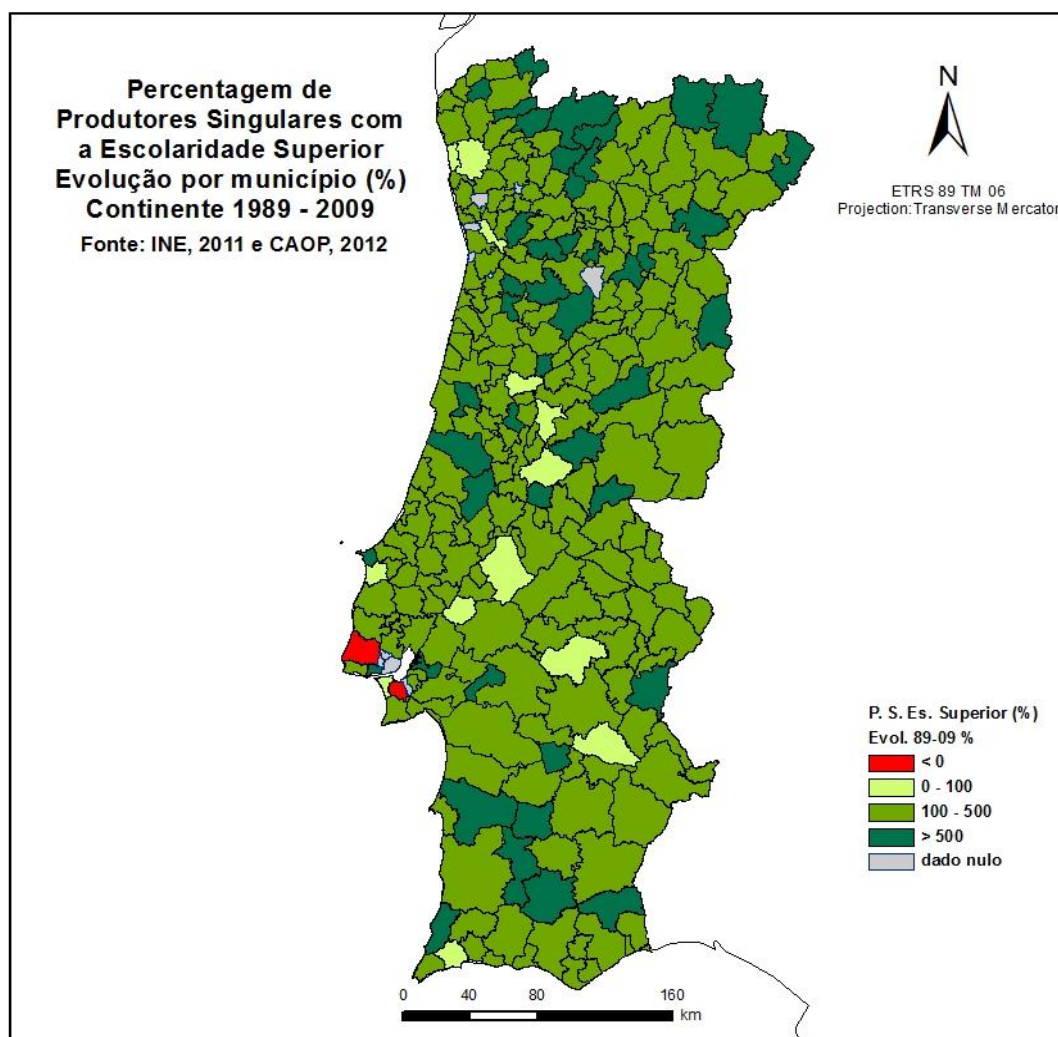
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	162	85	26
% de municípios	1,8%	58,3%	30,6%	9,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,4		33,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.4.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, de 1989 para 2009, aumentou em quase todos os municípios do Continente. Os maiores acréscimos de percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior (> 500%) registaram-se em 45 municípios (16,2%), distribuídos pela maioria das NUTS III, com o acréscimo máximo de 2368,9% no município de Oeiras, na NUTS

III Grande Lisboa. Os decréscimos de percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, de 1989 para 2009, registaram-se apenas nos municípios de Seixal e Sintra, na região Lisboa. Verificamos, de 1989 para 2009, um elevado acréscimo da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, na grande maioria dos municípios do Continente.

Figura 8.3.4.3 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



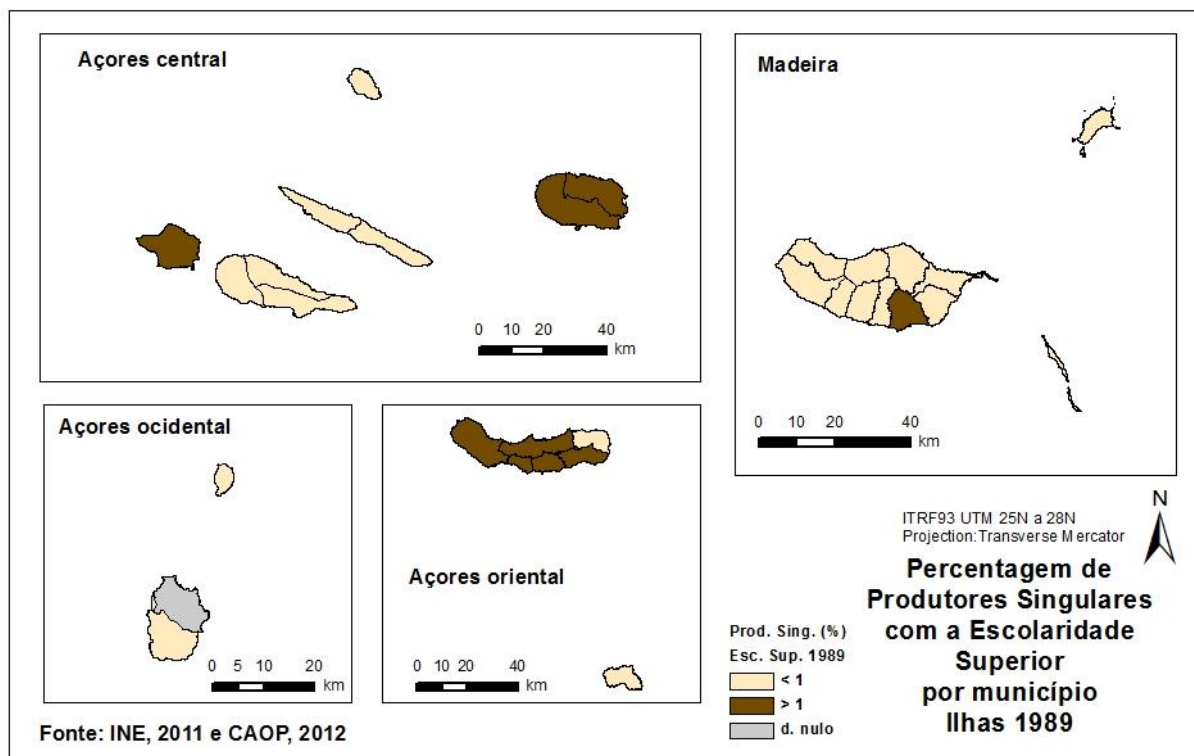
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 0	0 – 100	100 – 500	> 500
N.º de municípios	10	2	13	208	45
% de municípios	3,6%	0,7%	4,7%	74,8%	16,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		-30,7			2368,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.3.4.4 e 8.3.4.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.3.4.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior é maior que 1% em 8 municípios (42,1%), com o máximo de 2,7% no município de Lagoa e é menor que 1% em 10 municípios, com o mínimo de 0,0% no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município do Funchal a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 1989, é maior que 1%, com o máximo de 1,4%. Nos restantes municípios a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior em 1989 é menor que 1%, com o mínimo de 0,1% no município de S. Vicente. Verificamos assim que os produtores singulares com a escolaridade superior, em 1989, é bastante baixa quer na região autónoma dos Açores quer na região autónoma da Madeira.

Figura 8.3.4.4 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

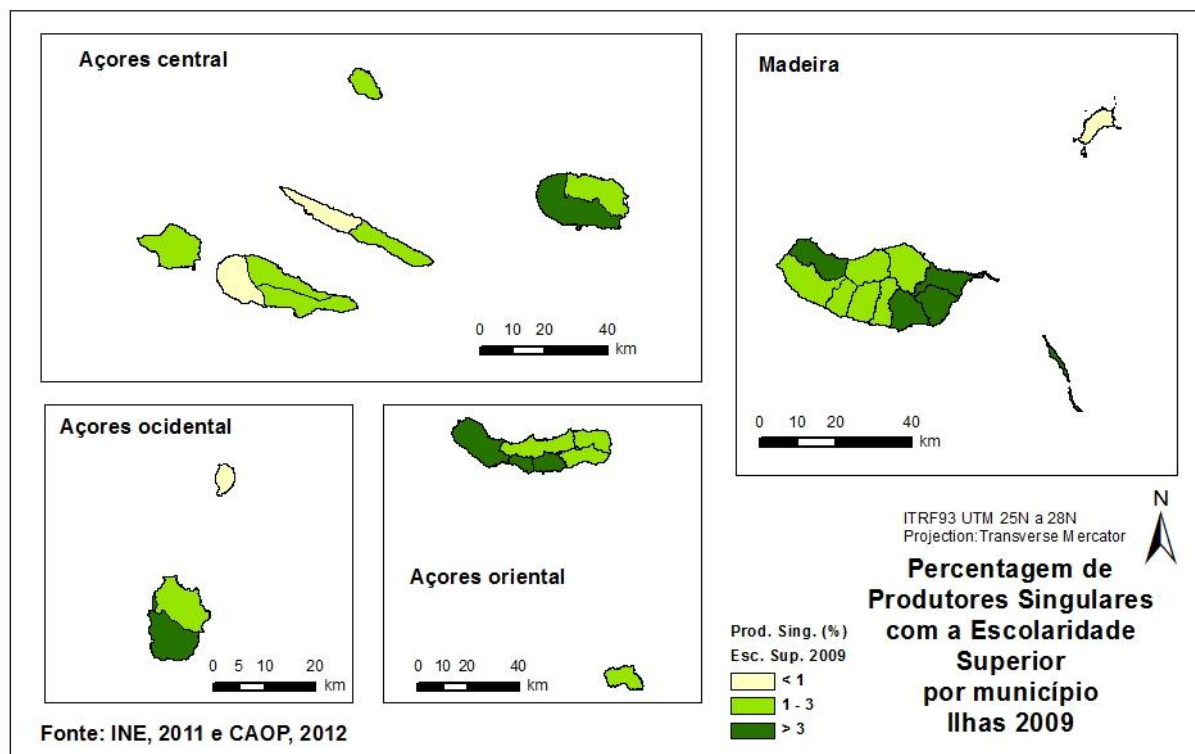


Ilhas			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	20	9
% de municípios	3,3%	66,7%	30,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,0	2,7
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	1	10	8
% de municípios	5,3%	52,6%	42,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,0	2,7
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	> 1
N.º de municípios	0	10	1
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,1	1,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.3.4.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior é maior que 3% em 5 município (26,3%), com o máximo de 6,0% no município de Lagoa e é menor que 1% em 11 municípios (57,9%), com o mínimo de 0,0% no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 4 município (36,4%) a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, em 2009, é maior que 3%, com o máximo de 5,7% no município de Funchal. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior em 2009 é menor que 1% apenas no município de Porto Santo, com o mínimo de 0,8%, encontrando-se os restantes municípios em valores intermédios.

Figura 8.3.4.5 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

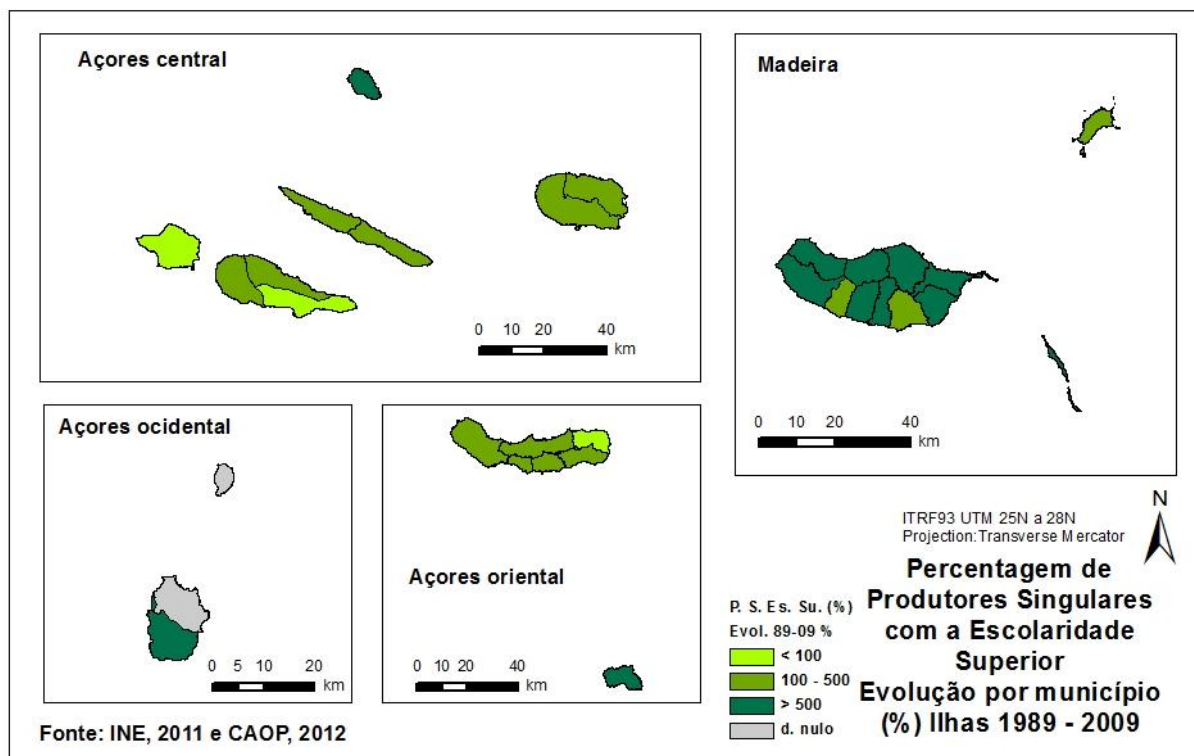


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	1 – 3	> 3
N.º de municípios	0	4	17	9
% de municípios	0,0%	13,3%	56,7%	30,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,0		6,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	1 – 3	> 3
N.º de municípios	0	3	11	5
% de municípios	0,0%	15,8%	57,9%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,0		6,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 1	1 – 3	> 3
N.º de municípios	0	1	6	4
% de municípios	0,0%	9,1%	54,5%	36,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		0,8		5,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.3.4.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em todos os municípios, com o máximo de 1407,7% no município de Lajes das Flores e com o mínimo de 54,7% no município de Horta, sendo que em 14 municípios o acréscimo foi maior que 100%. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou também em todos os municípios, com o máximo de 4740,0%, no município de S. Vicente e com o mínimo de 171,4% no município de Porto Santo. Verificamos que houve maiores aumentos de produtores singulares com a escolaridade superior, em percentagem, de 1989 para 2009, na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, provavelmente porque a região autónoma da Madeira estava em 1989 numa situação de menor grau de escolarização dos produtores singulares do que a região autónoma dos Açores. Verificamos também aumentos de produtores singulares com a escolaridade superior, em percentagem, muitos elevados, em ambas as regiões autónomas.

Figura 8.3.4.6 Evolução da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 100	100 – 500	> 500
N.º de municípios	2	3	14	11
% de municípios	6,6%	10,0%	46,7%	36,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		54,7		4740,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 100	100 – 500	> 500
N.º de municípios	2	3	11	3
% de municípios	10,5%	15,8%	57,9%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)		54,7		1407,7
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares com a escolaridade superior)	dado nulo	< 100	100 – 500	> 500
N.º de municípios	0	0	3	8
% de municípios	0,0%		27,3%	72,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares com a escolaridade superior)			171,4	4740,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 310,8%, representando 2,6% em 1989 e 4,6% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 168,6%, representando 1,0% em 1989 e 2,8% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 607,7%, representando 0,4% em 1989 e 2,8% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em todas as NUTS I. O maior aumento de percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, de 1989 para 2009, verificou-se na região autónoma da Madeira. A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior é maior no Continente do que nas regiões autónomas.

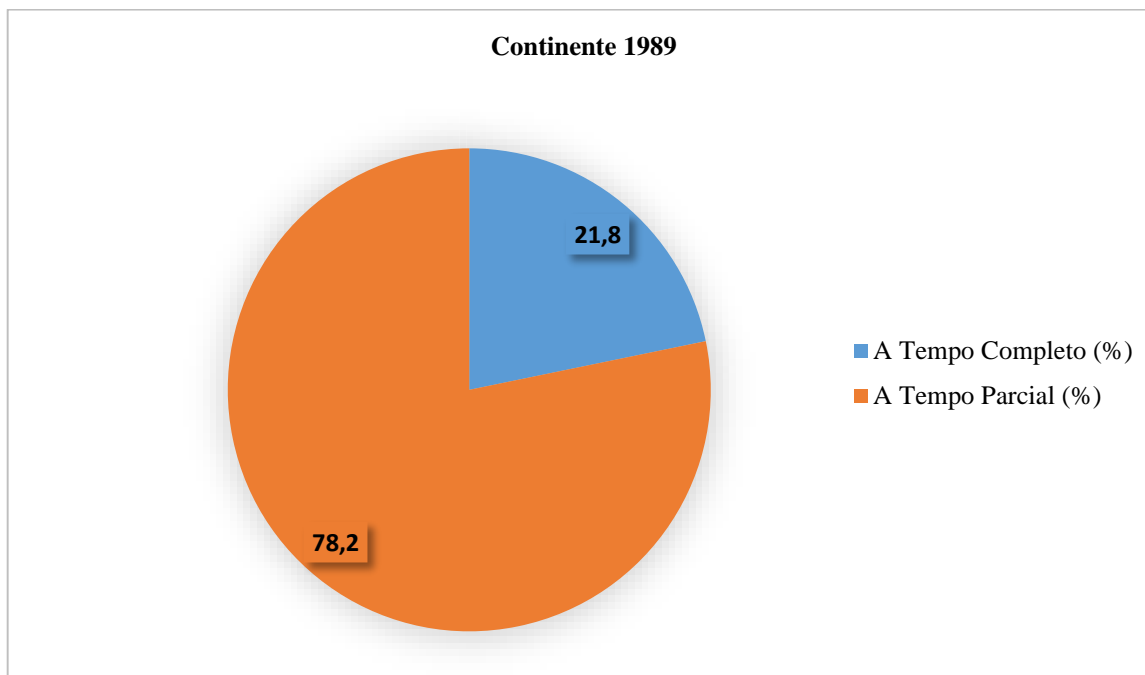
8.4 Tempo de trabalho dos produtores agrícolas singulares nas explorações agrícolas

O tempo de trabalho dos produtores agrícolas singulares nas explorações agrícolas é analisado através da caracterização dos produtores agrícolas singulares a tempo completo (8.4.1) e dos produtores agrícolas singulares a tempo parcial (8.4.2).

Nas figuras 8.4a a 8.4f apresenta-se a percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, em 1989 e em 2009.

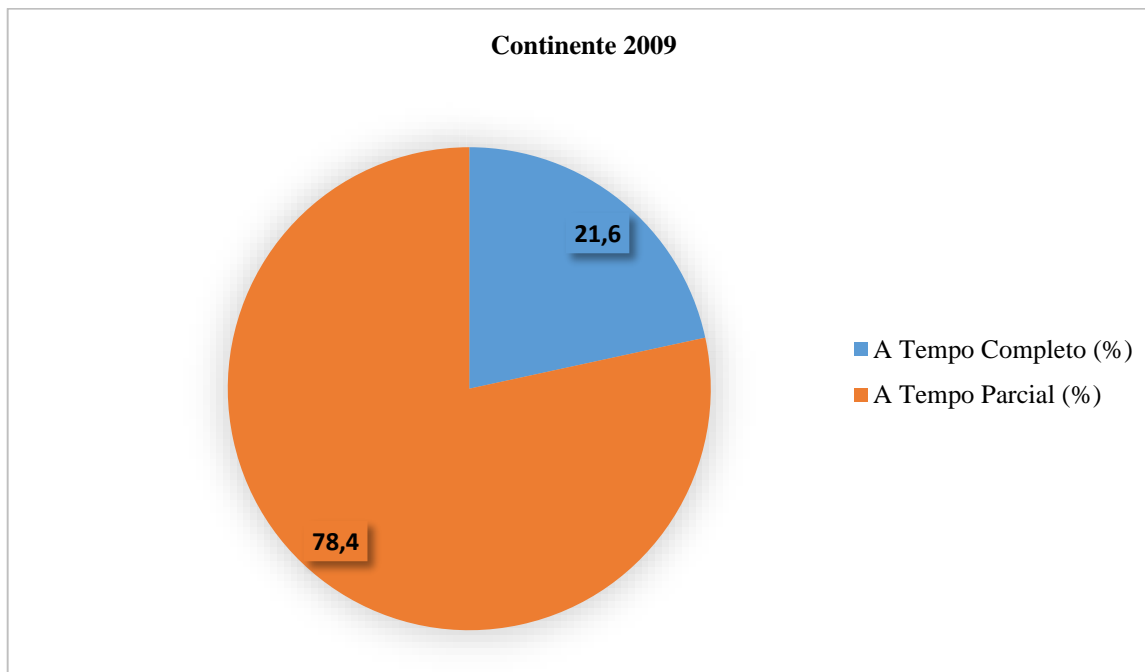
A percentagem de produtores singulares a tempo parcial em valores absolutos predomina largamente em todas as regiões, como podemos constatar nas figuras 8.4a a 8.4f. No Continente, de 1989 para 2009, não se verificou modificação de percentagem de produtores singulares a tempo parcial e a tempo completo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 para 2009, assistimos a um aumento da percentagem de produtores singulares a tempo completo, podendo significar um ajustamento estrutural no sentido de uma maior profissionalização do setor agrícola. No entanto, nas regiões autónomas, apesar do aumento de percentagem de produtores singulares a tempo inteiro, a percentagem de produtores a tempo parcial continua a ser largamente maioritário.

Figura 8.4a Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente em 1989.



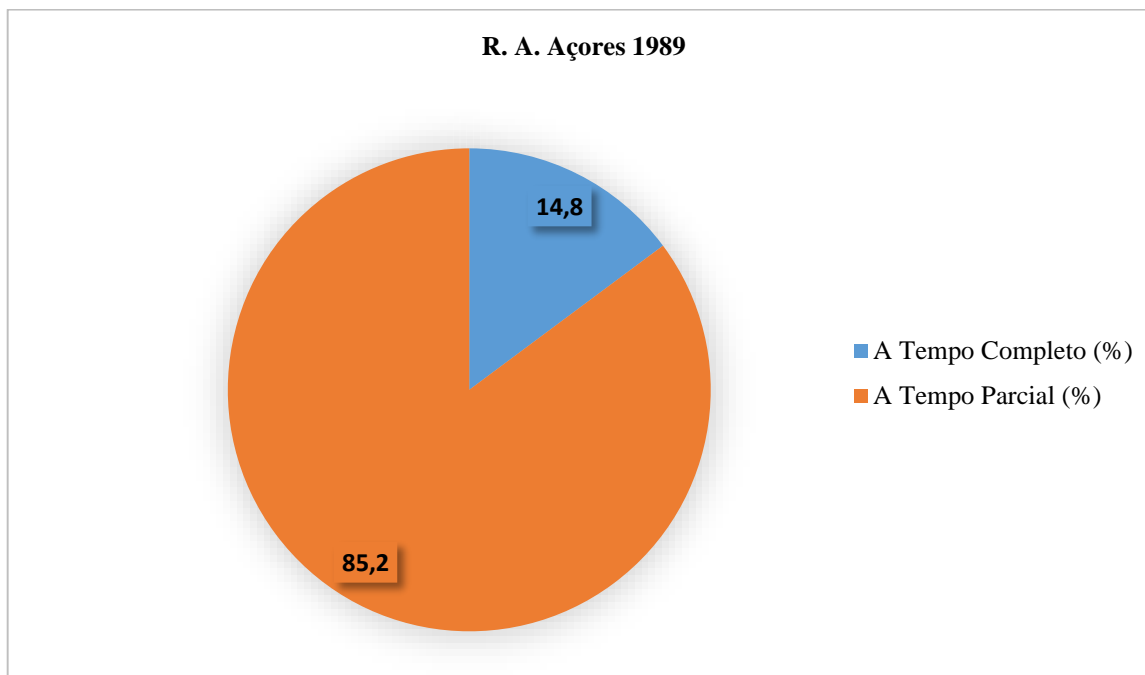
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.4b Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente em 2009.



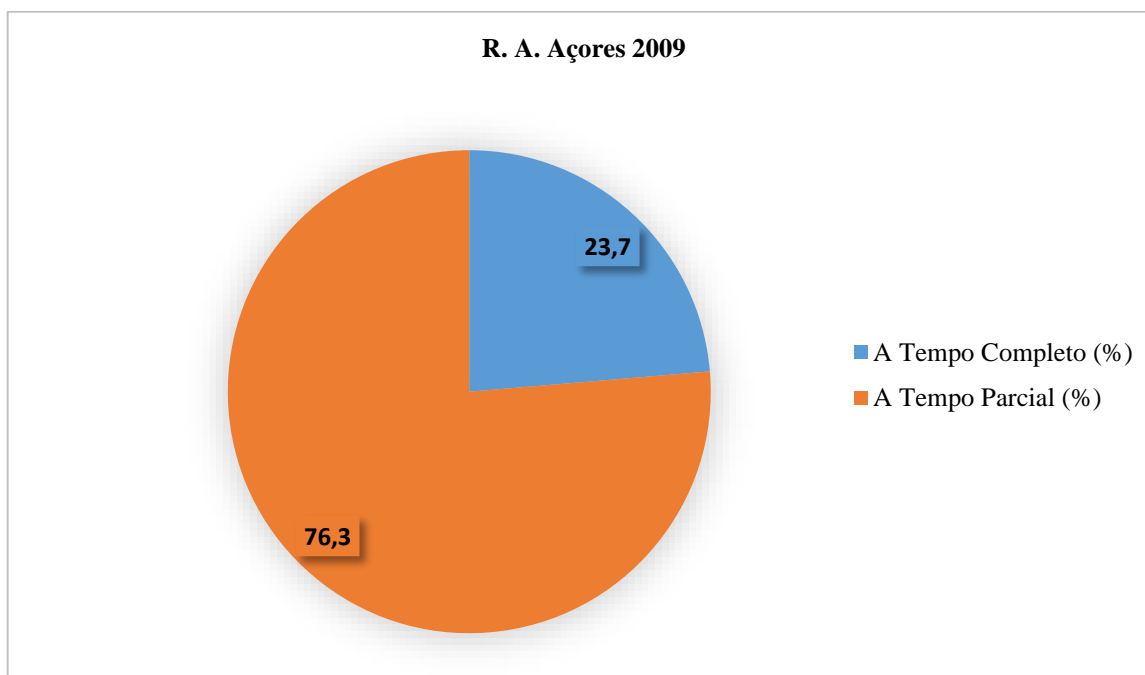
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.4c Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma dos Açores em 1989.



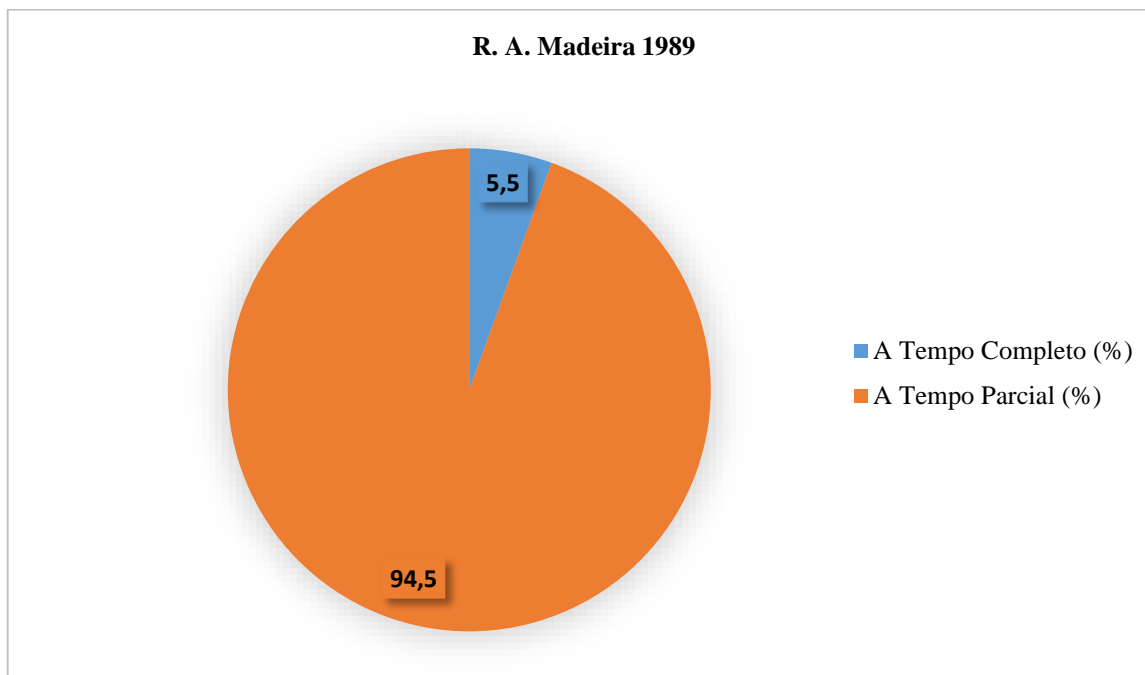
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.4d Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma dos Açores em 2009.



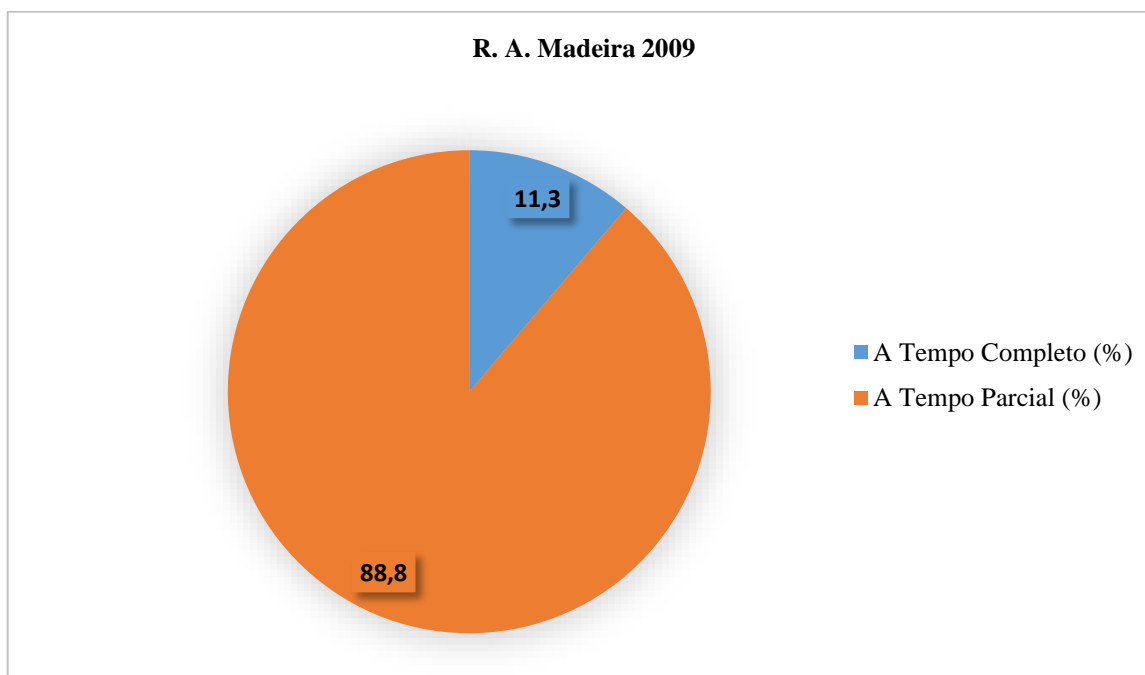
Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Figura 8.4e Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma da Madeira em 1989.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011); elaboração própria.

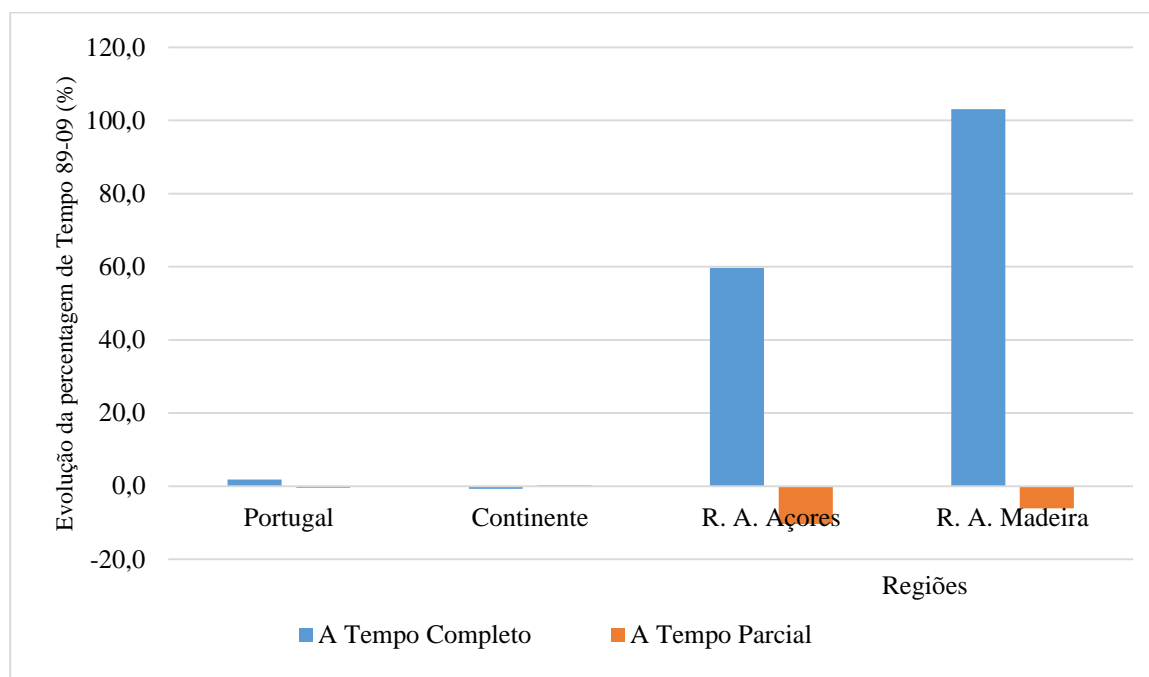
Figura 8.4f Percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, na região autónoma da Madeira em 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Na figura 8.4g apresenta-se a evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração agrícola, no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009.

Figura 8.4g Evolução da percentagem de produtores agrícolas singulares por tempo de trabalho na exploração, em percentagem, de 1989 para 2009.



Fontes: Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 2009 (INE, 2011); elaboração própria.

Verificamos que, no Continente, como já tínhamos verificado pela análise dos valores absolutos, a situação se manteve praticamente inalterada e que na região autónoma da Madeira o aumento de percentagem de produtores singulares a tempo completo foi maior do que na região autónoma dos Açores.

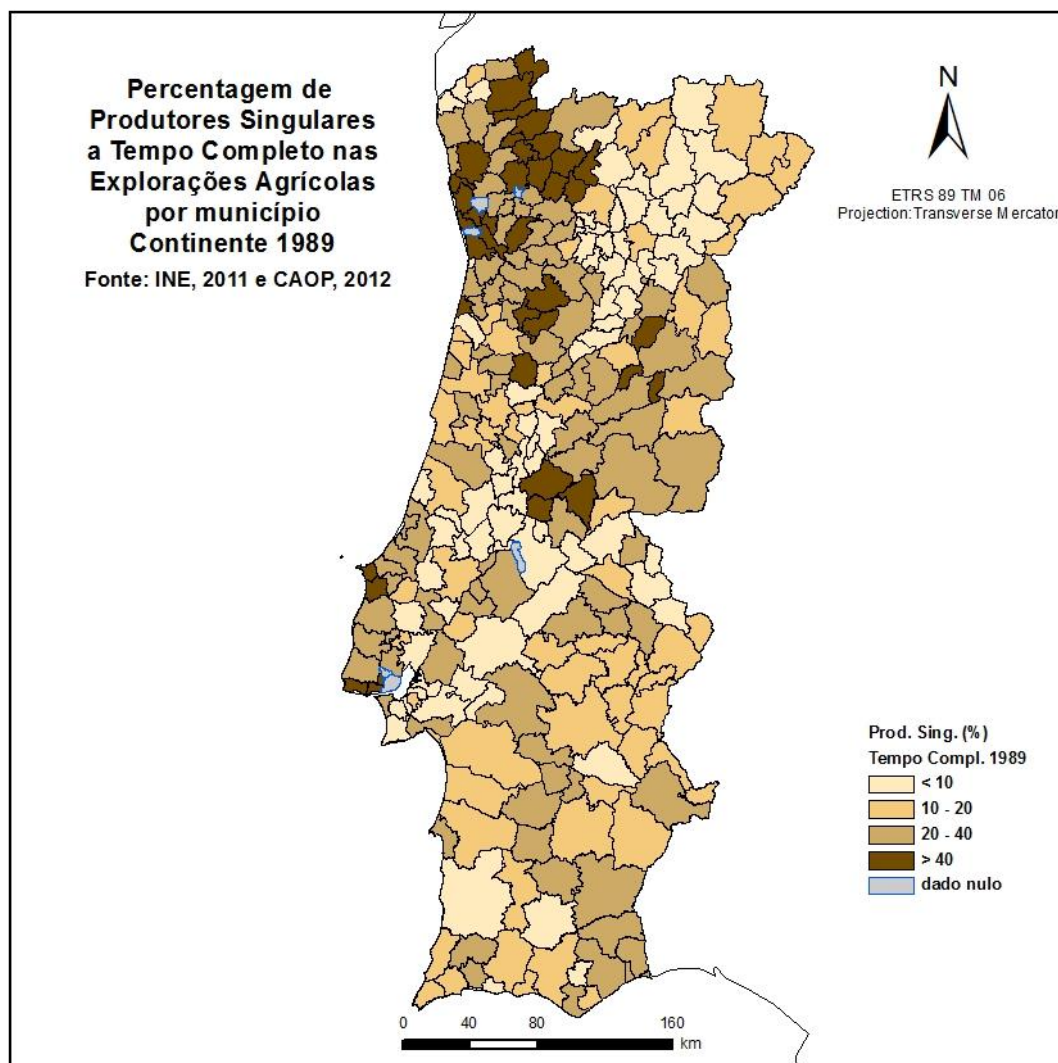
8.4.1 Produtores agrícolas singulares a tempo completo nas explorações agrícolas

O trabalho a tempo completo nas explorações agrícolas corresponde a 225 dias ou 1800 horas de trabalho por ano (INE, 2014).

Nas figuras 8.4.1.1 e 8.4.1.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.4.1.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é superior a 40% em 38 municípios (13,7%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte e Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 70,2% no município de Arcos de Valdevez, na NUTS III Minho-Lima. A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é inferior a 10% em 77 municípios (27,7%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro; Península de Setúbal, na região Lisboa e Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 0,0% nos municípios de Caminha e Penalva do Castelo, nas NUTS III Minho-Lima e Dão-Lafões, respetivamente. Constatamos que os municípios com maiores e menores percentagens de produtores a tempo completo estão principalmente nas regiões Norte e Centro.

Figura 8.4.1.1 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

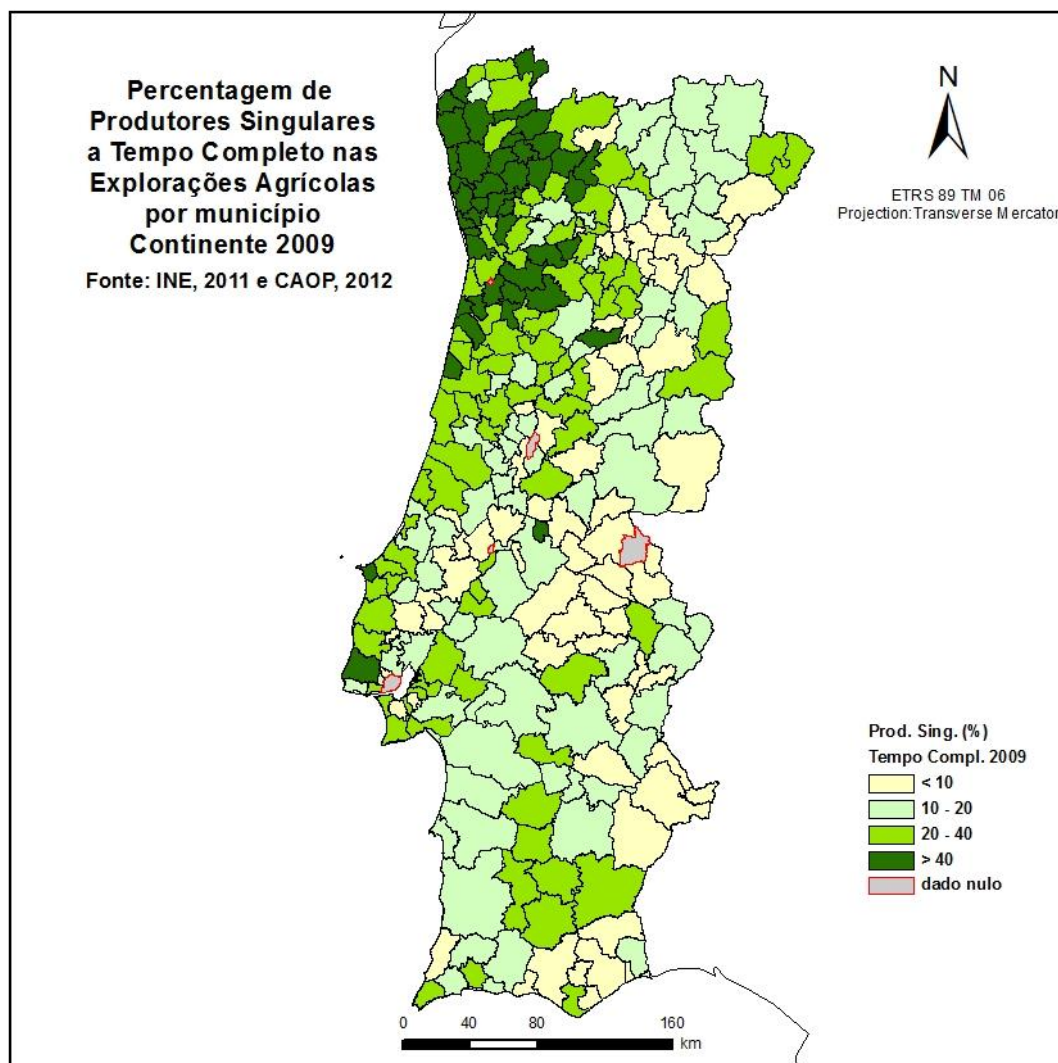


Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	6	77	64	93	38
% de municípios	2,2%	27,7%	23,0%	33,4%	13,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,0			70,2

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.1.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, é superior a 40% em 45 municípios (16,2%), principalmente em municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Grande Porto, na região Norte e Baixo Vouga, na região Centro, com valor máximo de 82,5% no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, é inferior a 10% em 65 municípios (23,4%), principalmente em municípios das NUTS III Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com o valor mínimo de 0,2% nos municípios de Gavião e Marvão, na NUTS III Alto Alentejo. Verificamos que as percentagens mais elevadas de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas encontram-se em municípios mais próximos do litoral das regiões Norte e Centro e região Lisboa e as percentagens mais baixas no interior das regiões Norte, Centro e Alentejo e região Algarve.

Figura 8.4.1.2 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

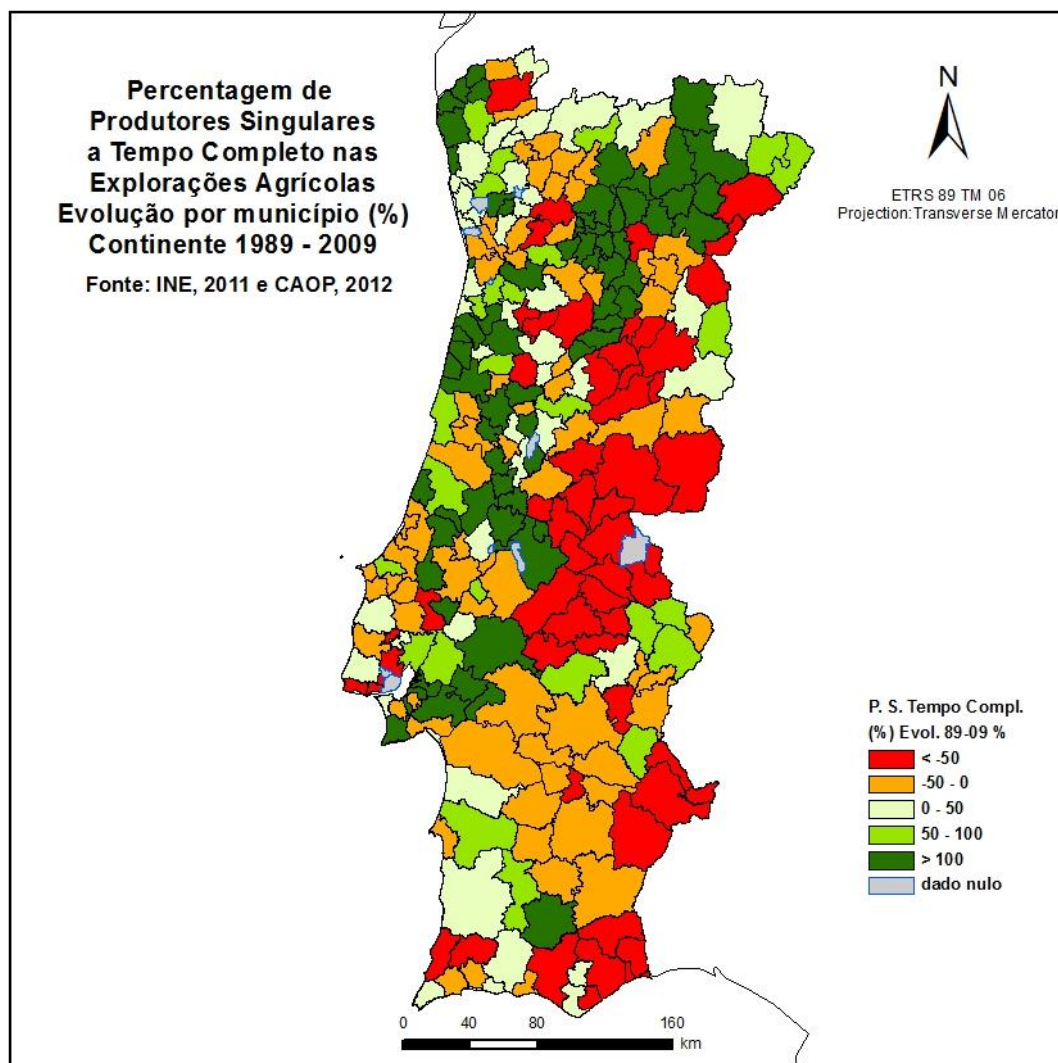


Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	65	78	85	45
% de municípios	1,8%	23,4%	28,0%	30,6%	16,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,2			82,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.1.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 139 municípios (50%). Os maiores acréscimos de percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas (> 100%) registaram-se em 70 municípios (25,2%), principalmente em municípios mais ou menos contíguos pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Médio Tejo, na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa. Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas (< -50%) registaram-se em 57 municípios (20,5%), principalmente em municípios das NUTS III Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e Algarve com o mínimo de -98,9% no município de Fronteira, na NUTS III Alto Alentejo. Verificamos, de 1989 para 2009, um acréscimo da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas sobretudo nas regiões Norte, Centro e Lisboa e NUTS III Alentejo Litoral e um decréscimo mais acentuado nas regiões Centro e Alentejo mais interior e região Algarve.

Figura 8.4.1.3 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



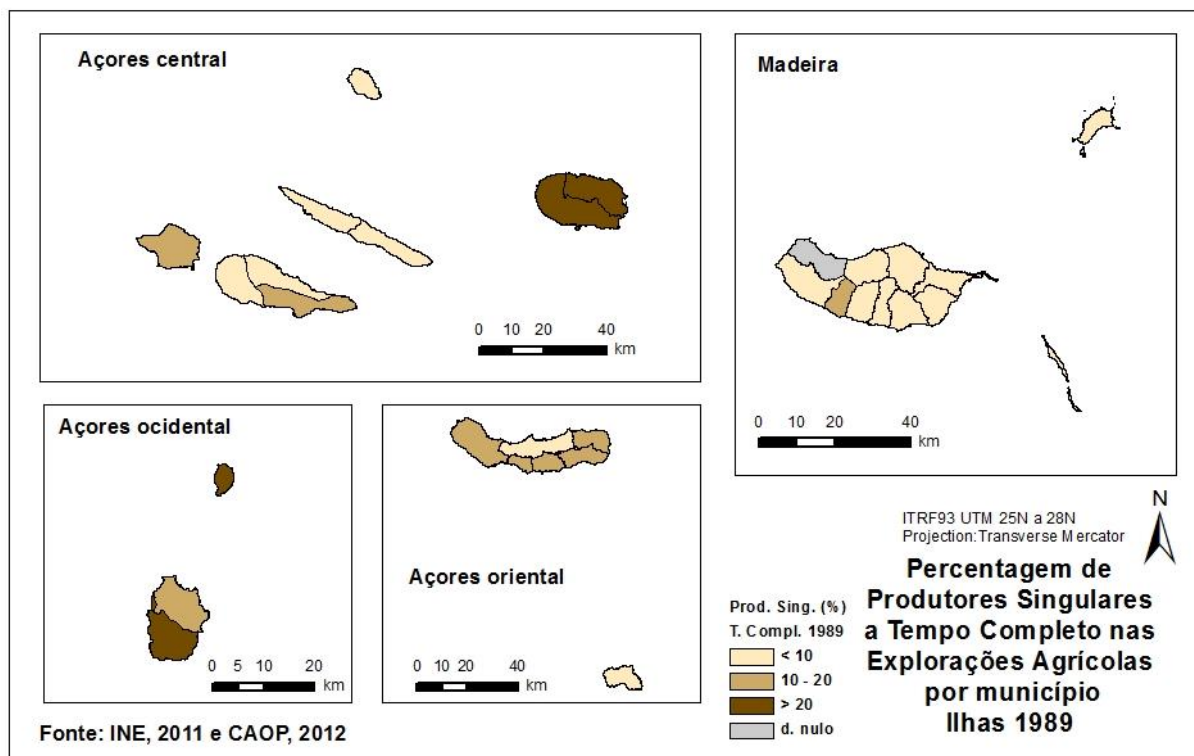
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	10	57	72	43	26	70
% de municípios	3,6%	20,5%	25,9%	15,4%	9,4%	25,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		-98,9				65988,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.4.1.4 e 8.4.1.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.4.1.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas é superior a 20% em 4 municípios (21,1%), com o máximo de 44,1% no município de Corvo e é inferior a 10% em 7 municípios (36,8%), com o mínimo de 3,7% no município de Calheta de S. Jorge. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 10 e 20%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município de Ponta do Sol a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é superior a 10%, com o máximo de 13,6%. A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 10% em 9 municípios (81,8%), com o mínimo de 0,0% no município de S. Vicente. Verificamos assim que os produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, estão mais representados na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.4.1.4 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

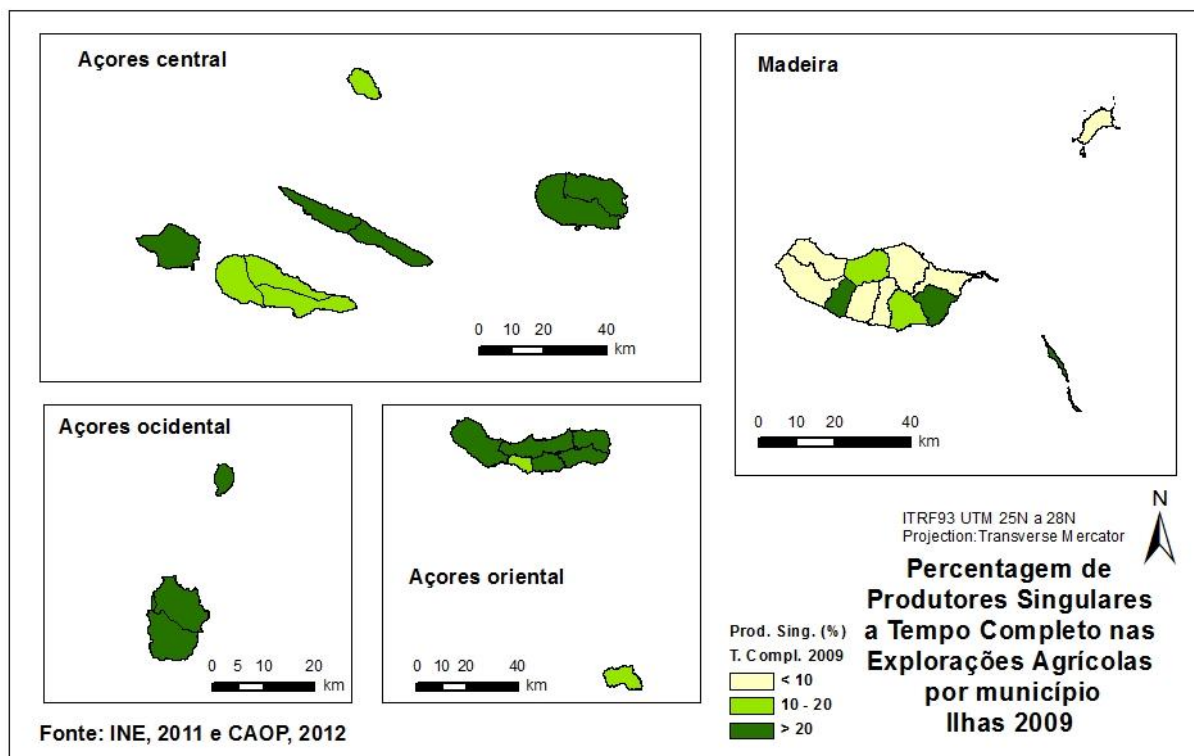


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	16	9	4
% de municípios	3,3%	53,4%	30,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,0		44,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	7	8	4
% de municípios	0,0%	36,8%	42,1%	21,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		3,7		44,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	9	1	0
% de municípios	9,1%	81,8%	9,1%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,0	13,6	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.1.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas é superior a 20% em 13 municípios (68,4%), com o máximo de 61,1% no município de Corvo e é inferior a 20% em 6 municípios (31,6%), com o mínimo de 10,8% no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 2 município (18,2%) a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20%, com o máximo de 22,8% no município de Santa Cruz. A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 10% em 7 municípios (63,6%), com o mínimo de 0,4% no município de Porto Moniz. Verificamos assim que os produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, estão mais representados na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, tal como em 1989.

Figura 8.4.1.5 Percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

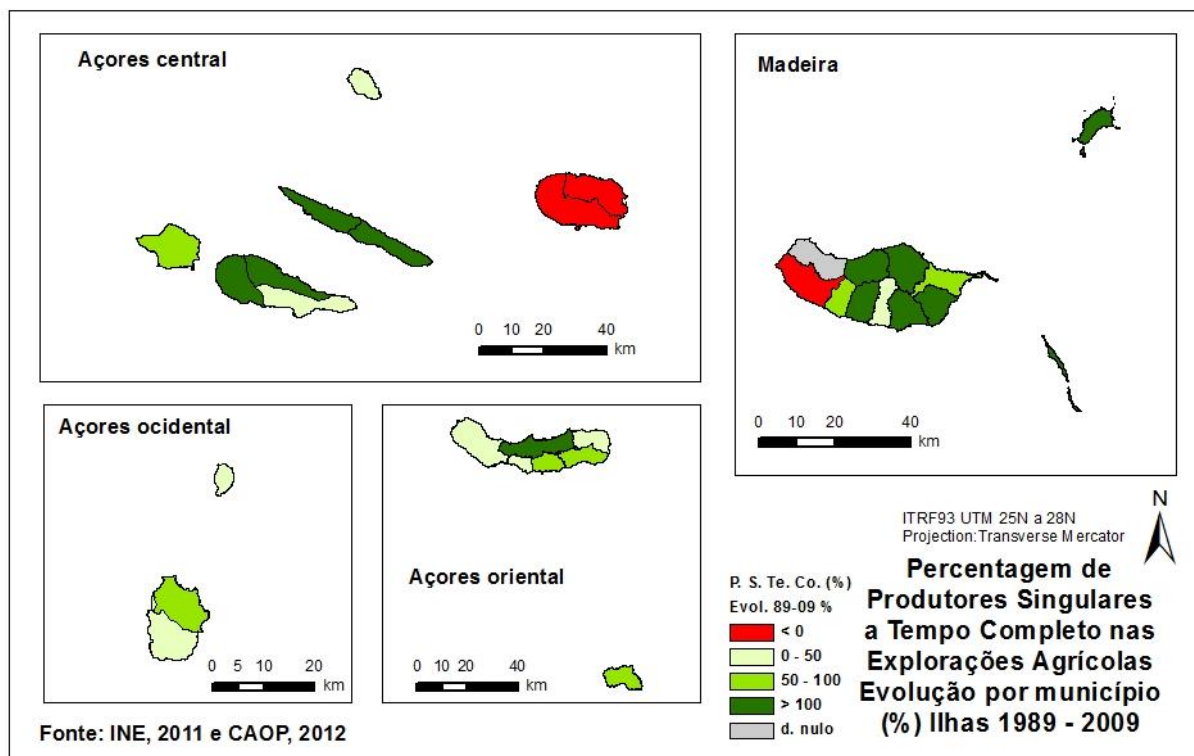


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	7	8	15
% de municípios	0,0%	23,3%	26,7%	50,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,4		61,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	0	6	13
% de municípios	0,0%		31,6%	68,4%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)			10,8	61,1
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	7	2	2
% de municípios	0,0%	63,6%	18,2%	18,2%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,4		22,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.4.1.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 17 municípios (92,2%), com o máximo de 976,5% no município de Calheta de S. Jorge, e diminuiu nos 2 municípios da Ilha Terceira (10,5%), com o mínimo de -7,1%, no município de Angra do Heroísmo. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 9 municípios, com o máximo de 414,0%, no município de Santa Cruz, e diminuiu apenas no município de Calheta, com -29,7%.

Figura 8.4.1.6 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	1	3	8	7	11
% de municípios	3,3%	10,0%	26,7%	23,3%	36,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		-29,7			976,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	2	7	5	5
% de municípios	0,0	10,5%	36,9%	26,3%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		-7,1			976,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	1	1	1	2	6
% de municípios	9,1%	9,1%	9,1%	18,2%	54,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas)		-29,7			414,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

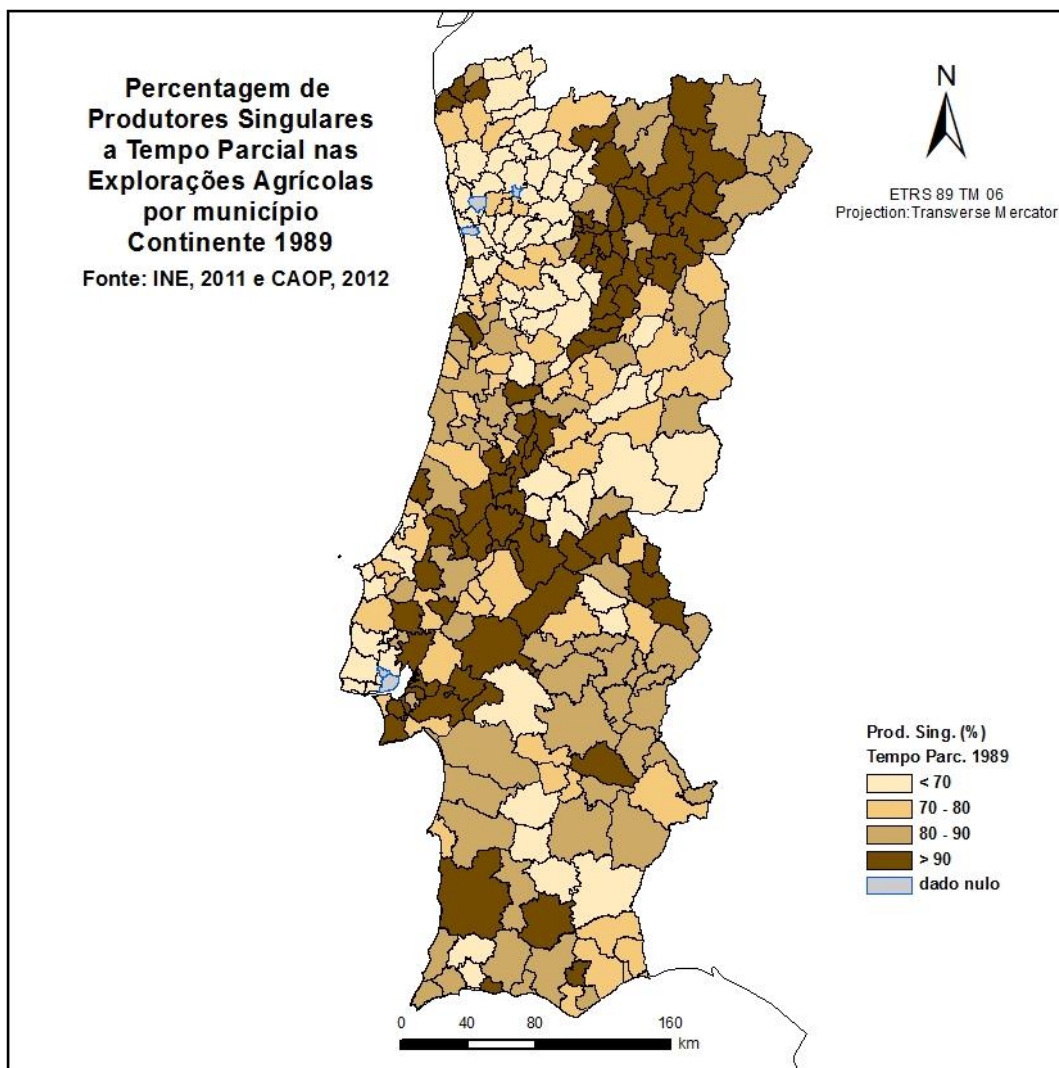
Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 0,7%, representando 21,8% em 1989 e 21,6% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 59,6%, representando 14,8% em 1989 e 23,7% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 103,1%, representando 5,5% em 1989 e 11,3% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, teve uma ligeira diminuição no Continente e aumento elevado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

8.4.2 Produtores agrícolas singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas

Nas figuras 8.4.2.1 e 8.4.2.2 apresenta-se a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.4.2.1 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 1989, é superior a 90% em 78 municípios (28,1%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro; Península de Setúbal, na região Lisboa e Alto Alentejo, na região Alentejo, com o valor máximo de 100,0% no município de Constância, na NUTS III Médio Tejo. A percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 1989 é inferior a 70% em 76 municípios (27,3%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com valor mínimo de 29,8% no município de Arcos de Valdevez, na NUTS III Minho-Lima. Constatamos que há maior preponderância de municípios com maiores e menores percentagens de produtores a tempo parcial nas regiões Norte e Centro.

Figura 8.4.2.1 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

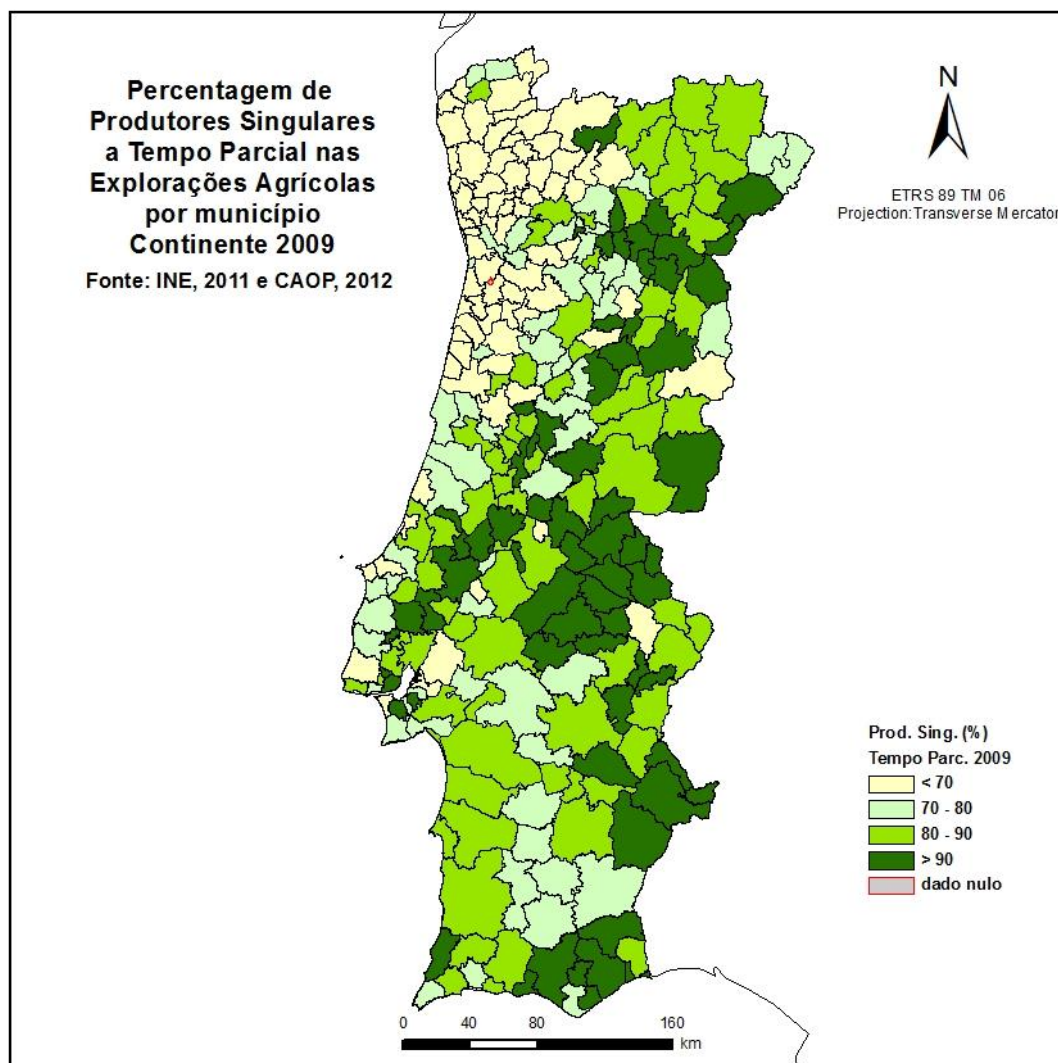


Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	5	76	55	64	78
% de municípios	1,8%	27,3%	19,8%	23,0%	28,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		29,8			100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.2.2 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 2009, é superior a 90% em 69 municípios (24,8%), principalmente em municípios das NUTS III Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com o valor máximo de 100,0% em 4 municípios pertencentes a NUTS III diferentes. A percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 2009, é inferior a 70% em 74 municípios (26,6%), principalmente em municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Baixo Vouga, na região Centro, com valor mínimo de 17,5% no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. Verificamos que as percentagens mais altas encontram-se sobretudo no interior das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve e as percentagens mais baixas de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas encontram-se em municípios mais próximos do litoral das regiões Norte e Centro.

Figura 8.4.2.2 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

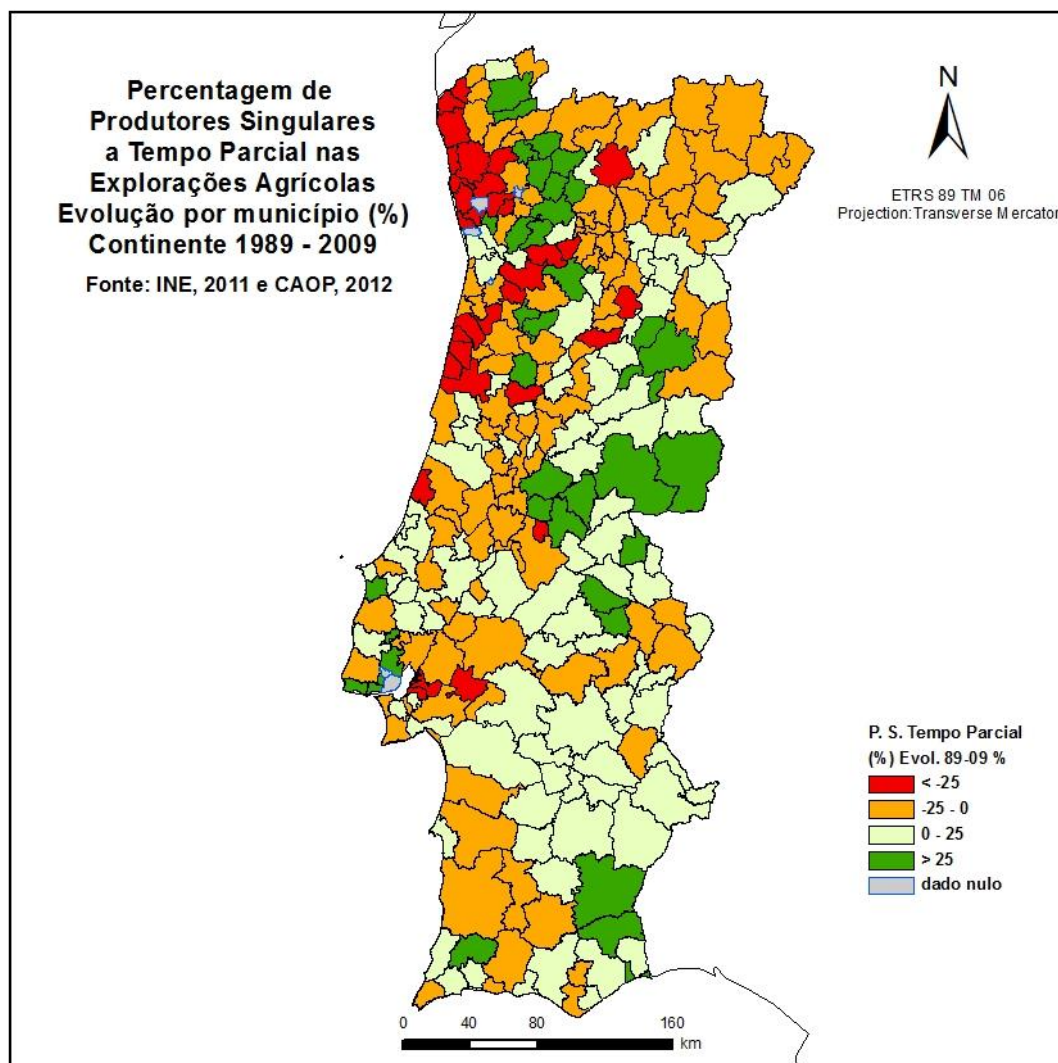


Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	1	74	57	77	69
% de municípios	0,4%	26,6%	20,5%	27,7%	24,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		17,5			100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.2.3 podemos verificar que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 132 municípios (47,4%). Os maiores acréscimos de percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas (> 25%) registaram-se em 39 municípios (14,0%), principalmente em municípios mais ou menos contíguos pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Ave e Tâmega, na região Norte e Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro, com o acréscimo máximo de 181,3%, no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas (< -25%) registaram-se em 31 municípios (11,2%), principalmente em municípios das NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro, com o mínimo de -60,2%, no município de Arouca, na NUTS III Entre Douro e Vouga. Verificamos, de 1989 para 2009, um acréscimo da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas sobretudo nas regiões Centro, Alentejo e Algarve e um decréscimo mais acentuado nas zonas litorais das regiões Norte e Centro norte.

Figura 8.4.2.3 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



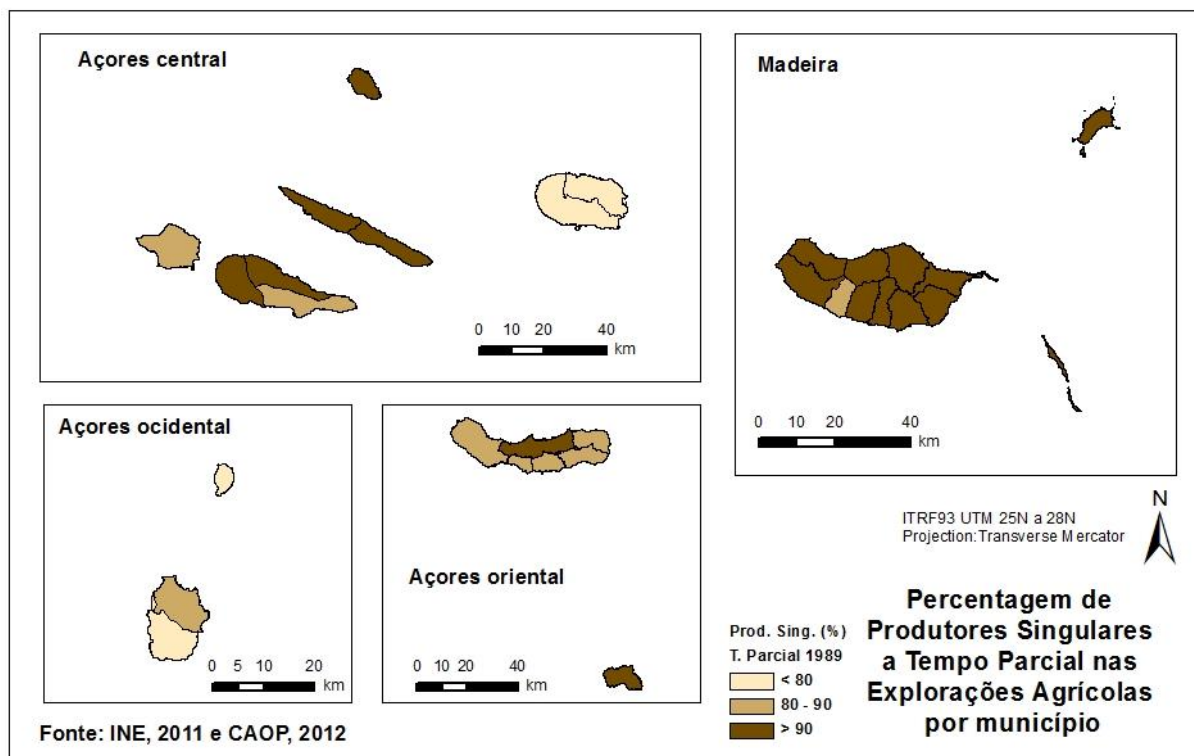
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	6	31	109	93	39
% de municípios	2,2%	11,2%	39,2%	33,4%	14,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-60,2			181,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.4.2.4 e 8.4.2.5 apresenta-se a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.4.2.4, na região autónoma dos Açores, em 1989, a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas é superior a 90% em 7 municípios (36,8%), com o máximo de 94,8% no município de Madalena e é inferior a 80% em 4 municípios (21,1%), com o mínimo de 55,9% no município de Corvo. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas está compreendida entre 80 e 90%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que apenas no município de Ponta do Sol (9,1%) a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 90%, com o valor mínimo de 86,4%. A percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 90% em 10 municípios (90,9%), com o máximo de 100,0% no município de Porto Moniz. Verificamos assim que os produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 1989, estão mais representados na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, embora em qualquer das regiões autónomas a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 seja bastante elevada.

Figura 8.4.2.4 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

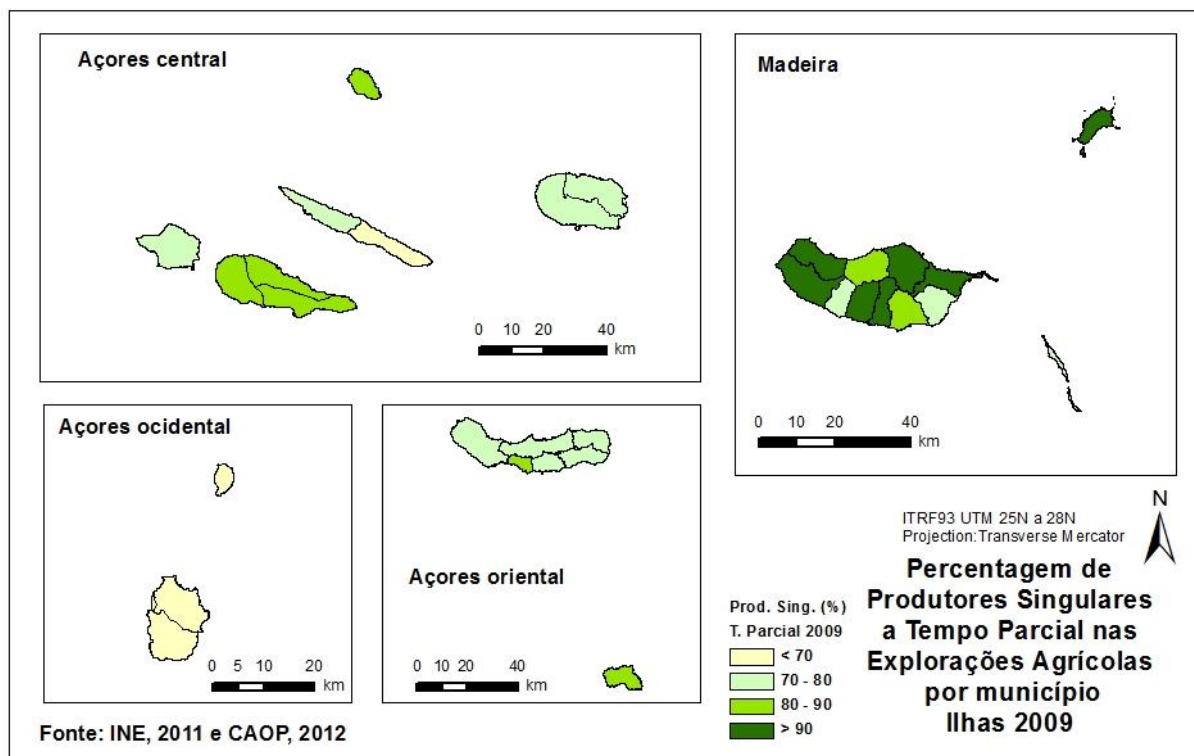


Ilhas				
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	4	9	17
% de municípios	0,0%	13,3%	30,0%	56,7%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		55,5		100,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	4	8	7
% de municípios	0,0%	21,1%	42,1%	36,8%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		55,9		94,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	0	1	10
% de municípios	0,0%		9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)			86,4	100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.4.2.5, na região autónoma dos Açores, em 2009, a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas é superior a 80% em 6 municípios (31,6%), com o máximo de 89,3% no município de Santa Cruz da Graciosa e é inferior a 70% em 4 municípios (21,1%), com o mínimo de 38,9% no município de Corvo. Nos restantes 9 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas está compreendida entre 70 e 80%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que em 7 município (63,6%) a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 90%, com o valor máximo de 99,6%. A percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 80% em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 77,2% no município de Santa Cruz. Verificamos assim que os produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 2009, estão mais representados na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores, embora em qualquer das regiões autónomas a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 seja bastante elevada, tal como em 1989.

Figura 8.4.2.5 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.

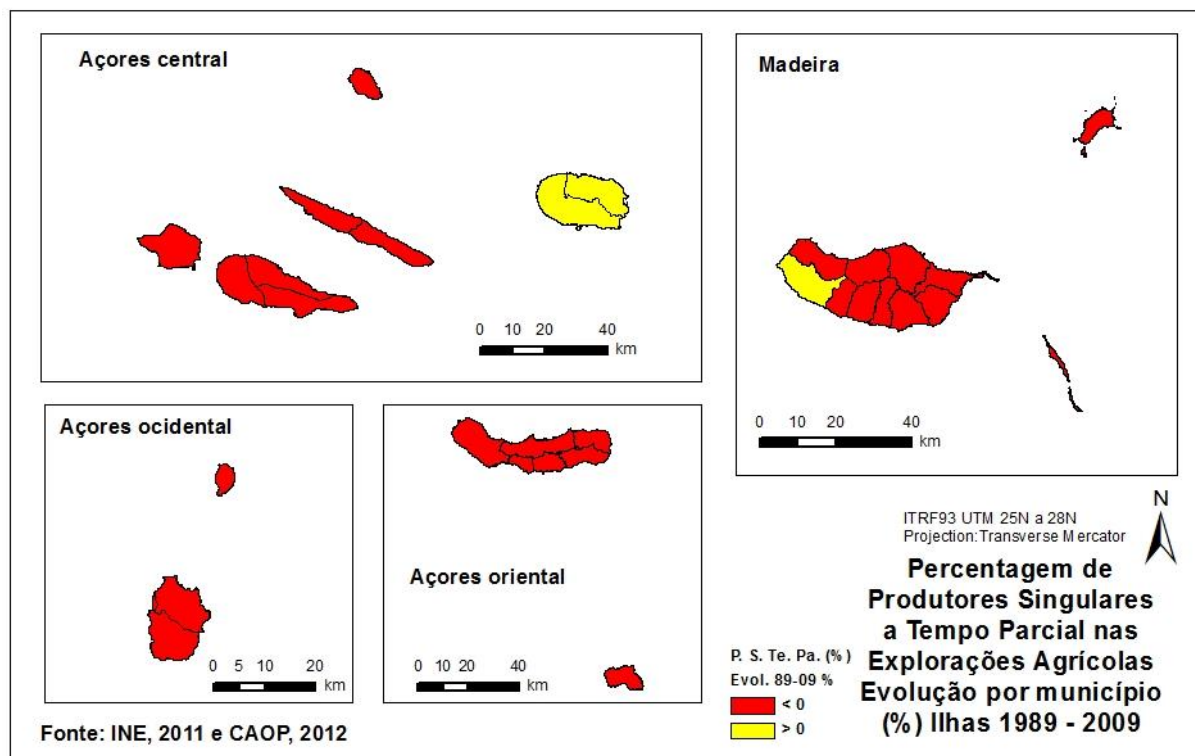


Ilhas					
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	4	11	8	7
% de municípios	0,0%	13,3%	36,7%	26,7%	23,3%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas expl. agr.)		38,9			99,6
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	4	9	6	0
% de municípios	0,0%	21,1%	47,4%	31,6%	
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas expl. agr.)		38,9		89,3	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	0	2	2	7
% de municípios	0,0%		18,2%	18,2%	63,6%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas expl. agr.)			77,2		99,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.4.2.6 podemos observar a evolução da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu em 17 municípios (92,2%), com o mínimo de -37,5% no município de Calheta de S. Jorge, e aumentou nos 2 municípios da Ilha Terceira (10,5%), com o máximo de 2,6%, no município de Angra do Heroísmo. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu em 10 municípios, com o mínimo de -19,2%, no município de Santa Cruz, e aumentou apenas no município de Calheta, com 2,9%.

Figura 8.4.2.6 Evolução da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	27	3
% de municípios	0,0%	90,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-37,5	2,9
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	17	2
% de municípios	0,0%	89,5%	10,5%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-37,5	2,6
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	10	1
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (% de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-19,2	2,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I verificamos que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas no Continente, de 1989 para 2009, aumentou 0,2%, representando 78,2% em 1989 e 78,4% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 10,4%, representando 85,2% em 1989 e 76,3% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 6,0%, representando 94,5% em 1989 e 88,8% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, teve um aumento muito ligeiro no Continente e diminuiu ligeiramente nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

8.5 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas

A mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas é caracterizada neste capítulo pelos seguintes pontos: (8.5.1) mão-de-obra agrícola total; (8.5.2) mão-de-obra agrícola a tempo completo; (8.5.3) mão-de-obra agrícola a tempo parcial; (8.5.4) rácio de mão-de-obra agrícola total a tempo parcial *versus* mão-de-obra a tempo completo; (8.5.5) percentagem de mão-de-obra a tempo completo; (8.5.6) percentagem de mão-de-obra a tempo parcial; (8.5.7) percentagem de mão-de-obra agrícola familiar e (8.5.8) percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar.

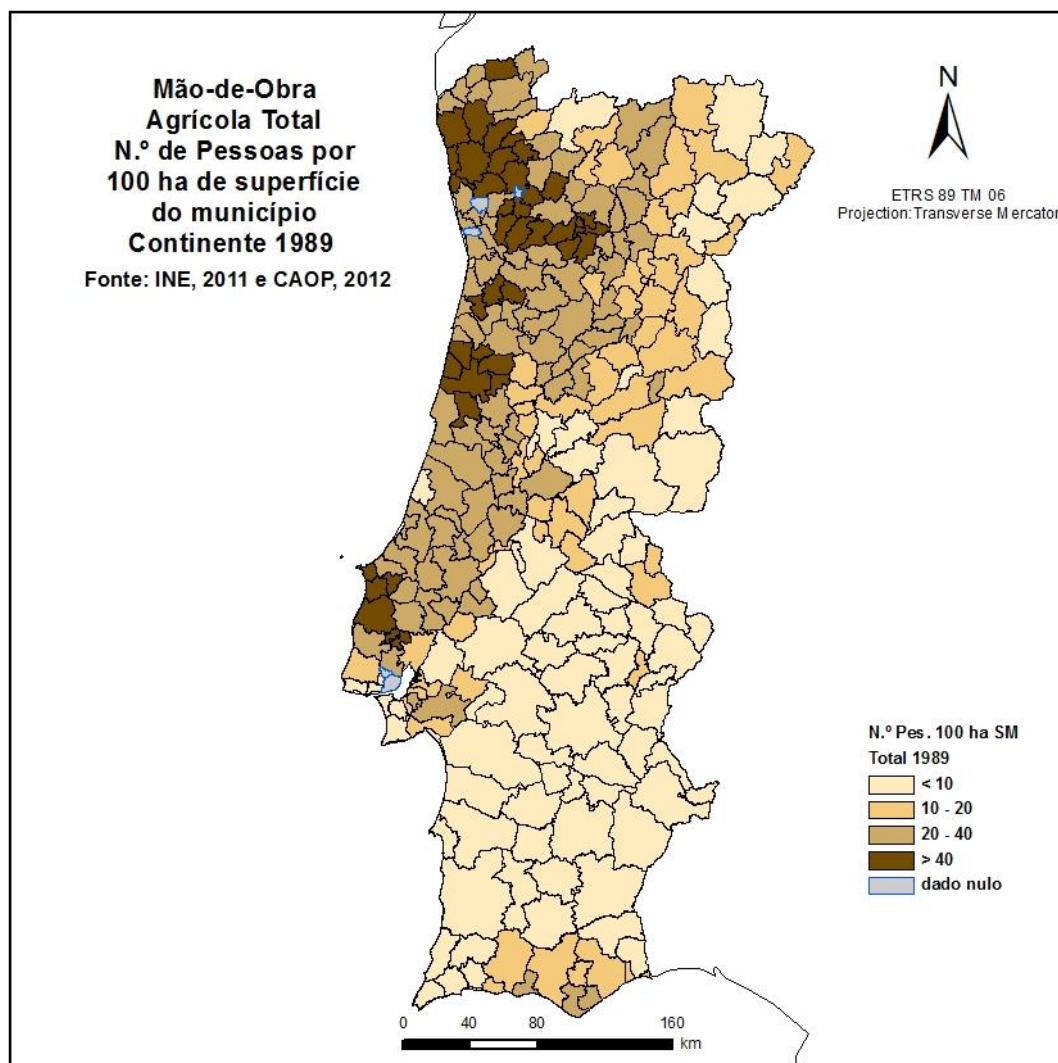
8.5.1 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas

A mão-de-obra total nas explorações agrícolas é constituída pela mão-de-obra a tempo inteiro e pela mão-de-obra a tempo parcial, quer sejam familiar ou não-familiar.

Nas figuras 8.5.1.1 e 8.5.1.2 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.1.1 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município, em 41 municípios (14,8%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte e Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 90,8 no município de Esposende, na NUTS III Cávado. A mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 10 pessoas por 100ha de superfície do município em 79 municípios (28,4%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Sul, na região Centro e regiões Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 1,2 no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Assim encontramos os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro e os valores mais baixos nas zonas interiores das regiões Norte e Centro e regiões Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque a região Alentejo, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.1.1 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.

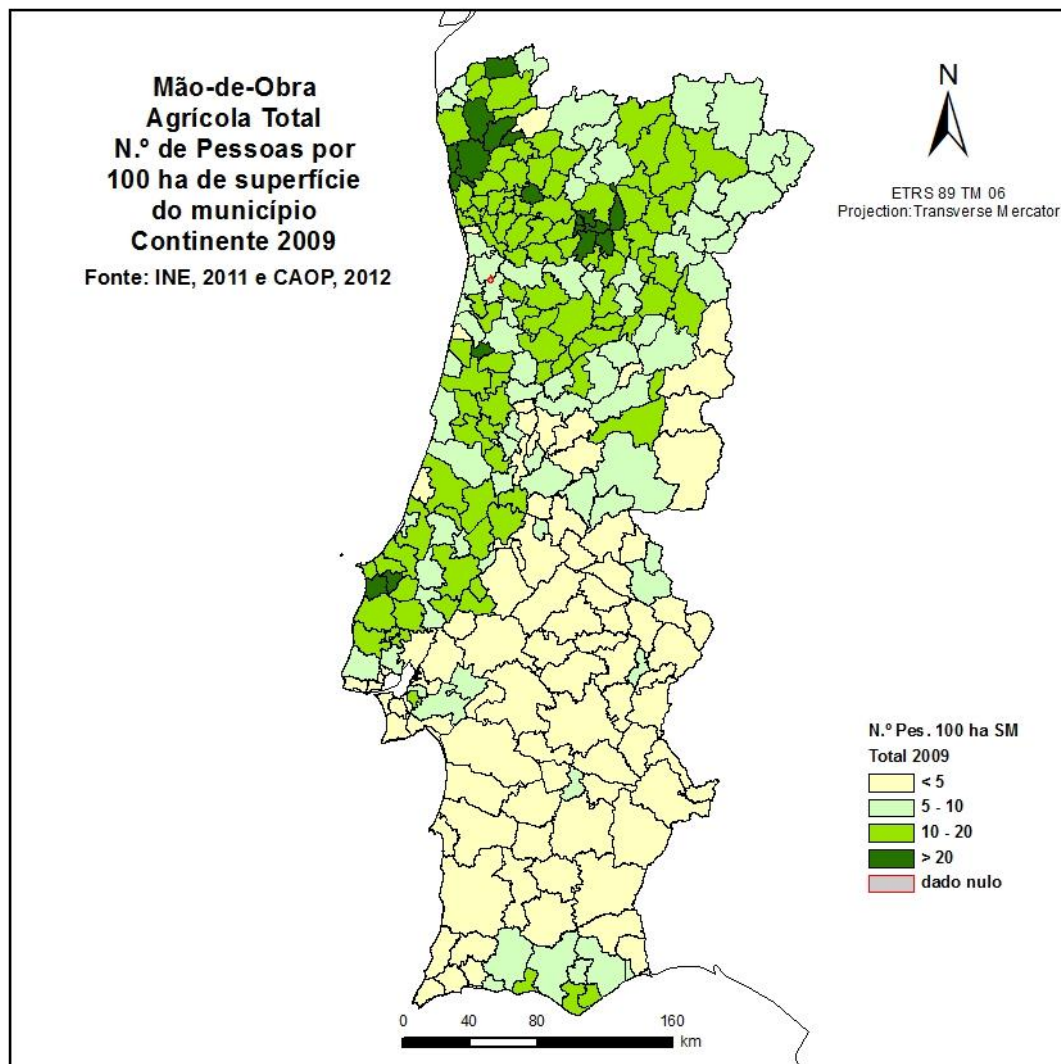


Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	79	59	94	41
% de municípios	1,8%	28,4%	21,2%	33,8%	14,8%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		1,2			90,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.1.2 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20 pessoas por 100ha de superfície do município, apenas em 17 municípios (6,1%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado e Douro, na região Norte e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 48,7 no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. A mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município em 88 municípios (31,6%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro e regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 0,3 no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Assim, tal como em 1989, continuamos a encontrar em 2009 os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro e os valores mais baixos nas zonas interiores das regiões Norte e Centro e regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque a região Alentejo, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.1.2 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.

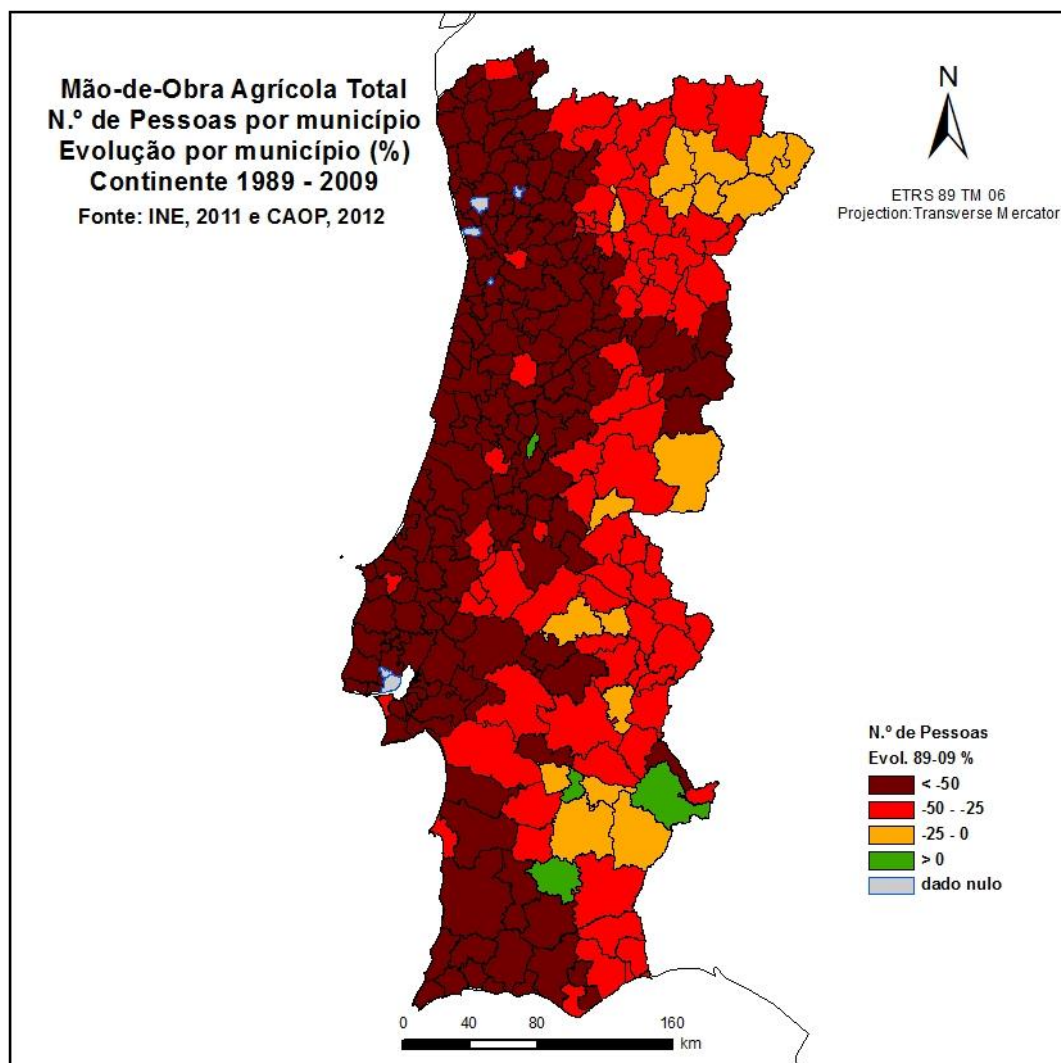


Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	1	88	73	99	17
% de municípios	0,4%	31,6%	26,3%	35,6%	6,1%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,3			48,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.1.3 podemos verificar que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em 268 municípios (93,9%), tendo aumentado apenas em 4 municípios (1,4%). Os maiores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (< -50%) registaram-se em 171 municípios (61,5%), principalmente em municípios nas zonas mais próximas do litoral, em todas regiões NUTS II, com exceção de um conjunto de municípios na NUTS III Beira Interior Norte. O decréscimo máximo do número de pessoas por 100ha de superfície do município foi -87,9%, no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. Os menores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (entre -25% e 0%) registaram-se em 17 municípios (6,1%), principalmente em municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte e Baixo Alentejo, na região Alentejo. Dos 4 municípios em que houve aumento do número de pessoas por 100ha de superfície do município 3 registaram-se na NUTS III Baixo Alentejo com o máximo de 48,7% no município de Cuba. Verificamos, de 1989 para 2009, um decréscimo generalizado do número de pessoas por 100ha de superfície do município sobretudo nas zonas mais litorais de todas as regiões do Continente. É de realçar a NUTS III Baixo Alentejo pelo número de municípios com menores decréscimos e com municípios com acréscimo do número de pessoas por 100ha de superfície.

Figura 8.5.1.3 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



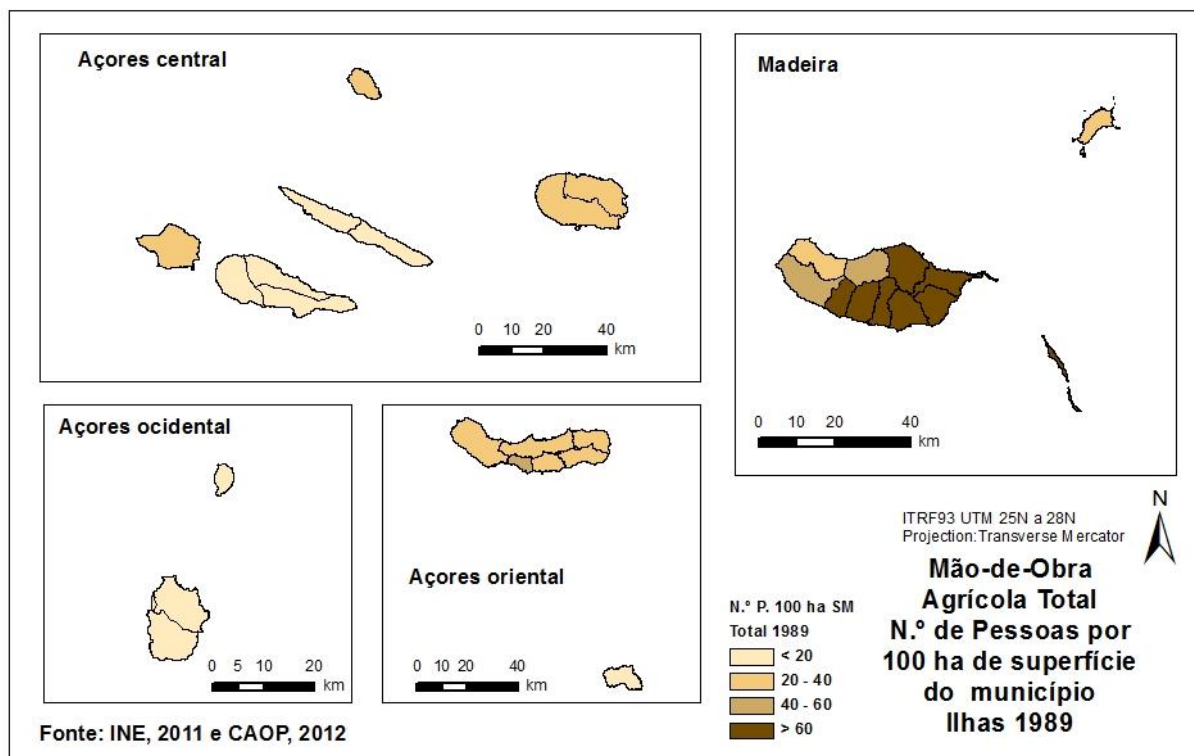
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	171	80	17	4
% de municípios	2,2%	61,5%	26,3%	6,1%	1,4%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-87,9			48,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.1.4 e 8.5.1.5 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.1.4, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município apenas no município de Lagoa, com o máximo de 47,3 pessoas e é inferior a 20 pessoas por 100ha de superfície do município em 9 municípios (47,4%), com o mínimo de 10,3 pessoas no município de S. Roque do Pico. Nos restantes 9 municípios da região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 20 e 40 pessoas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 60 pessoas por 100ha de superfície do município em 7 municípios (63,6%), com o máximo de 113,3 pessoas no município de Câmara de Lobos, e é inferior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 20,7 pessoas no município de Porto Moniz. Nos restantes 2 municípios da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 40 e 60 pessoas. Verificamos assim que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, em 1989, é bastante mais elevado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.1.4 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

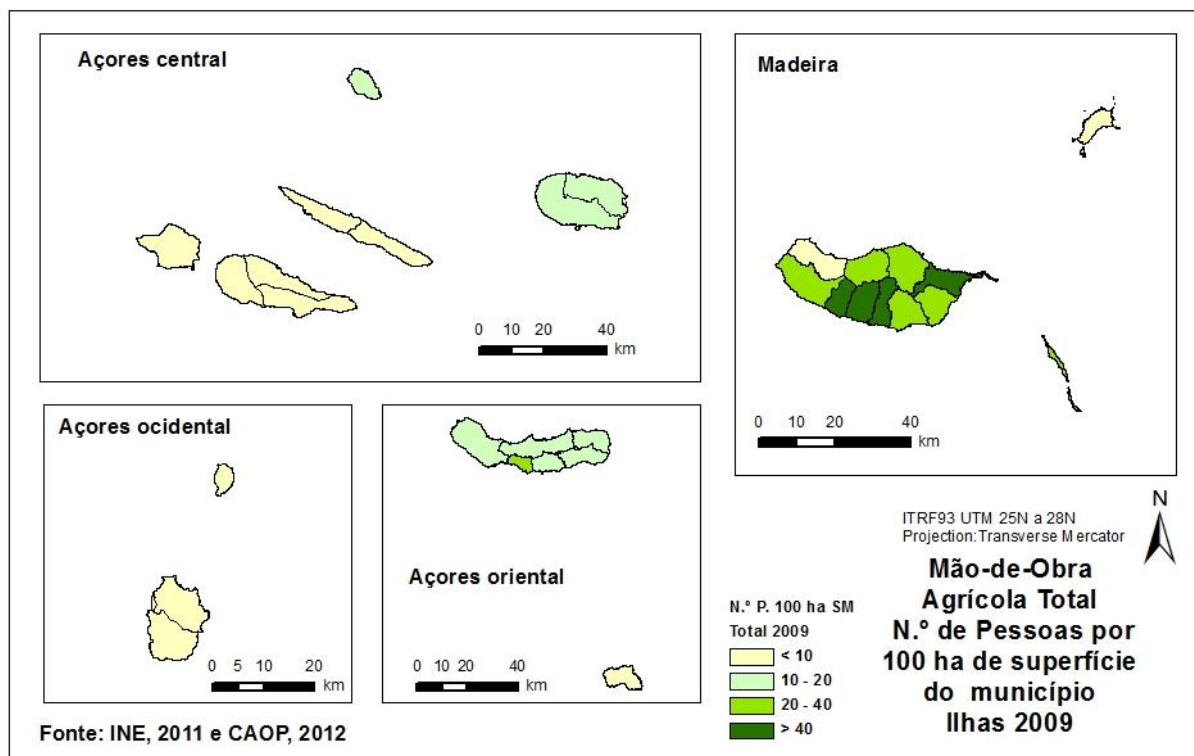


Ilhas					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	9	11	3	7
% de municípios	0,0%	30,0%	36,7%	10,0%	23,3%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		10,3			113,3
Região Autónoma dos Açores					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	9	9	1	0
% de municípios	0,0%	47,4%	47,4%	5,2%	
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		10,3		47,3	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	0	2	2	7
% de municípios	0,0%		18,2%	18,2%	63,6%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)			20,7		113,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.1.5, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20 pessoas por 100ha de superfície do município apenas no município de Lagoa, com o máximo de 25,6 pessoas e é inferior a 10 pessoas por 100ha de superfície do município em 10 municípios (52,6%), com o mínimo de 4,1 pessoas no município de S. Roque do Pico. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 10 e 20 pessoas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município em 4 municípios (36,4%), com o máximo de 96,9 pessoas no município de Câmara de Lobos, e é inferior a 10 pessoas por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 5,5 pessoas no município de Porto Santo. Nos restantes 5 municípios da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 20 e 40 pessoas. Verificamos assim que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, em 2009, tal como em 1989, é bastante mais elevado na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.1.5 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.



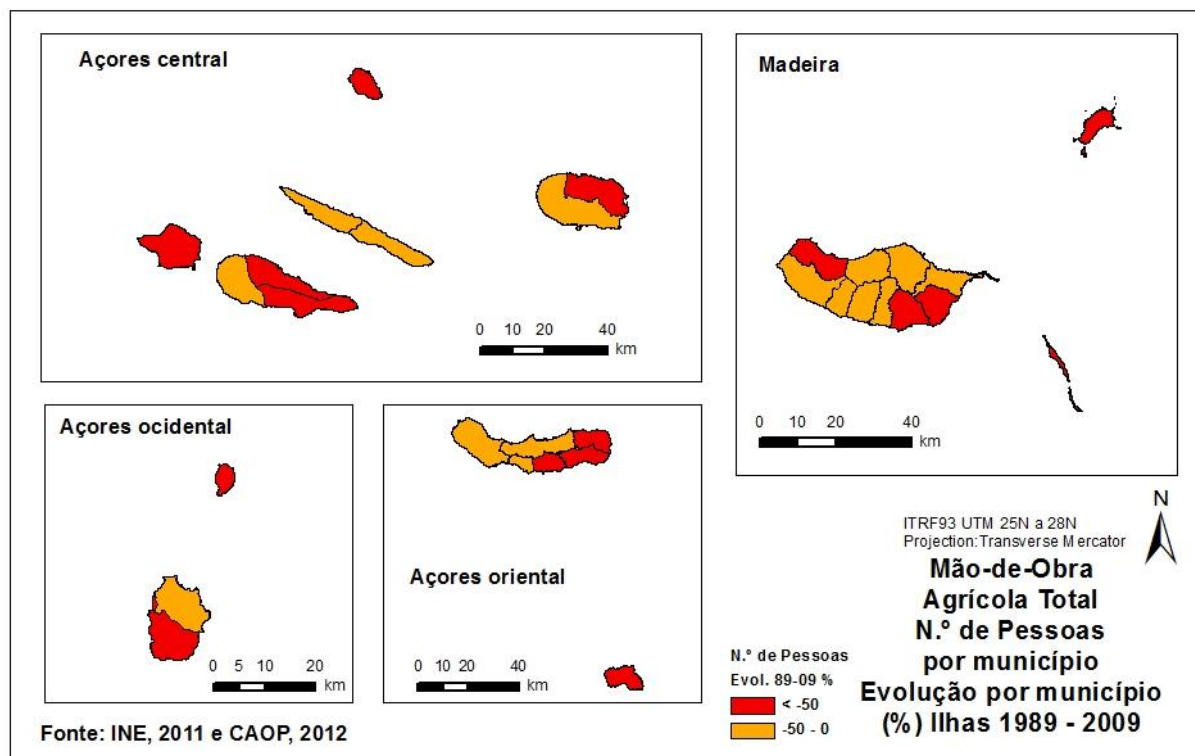
Ilhas					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	12	8	6	4
% de municípios	0,0%	40,0%	26,7%	20,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		4,1			96,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	10	8	1	0
% de municípios	0,0%	52,6%	42,1%	5,3%	
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		4,1		25,6	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	2	0	5	4
% de municípios	0,0%	18,2%		26,3%	36,5%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		5,5			96,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.1.6 podemos observar a evolução da mão-de-obra agrícola expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu, de 1989 para 2009, em todos municípios, com o valor mínimo de -65,5% no município de Velas, e com o valor máximo de -32,8%, no município de Santa Cruz da Graciosa. Na região autónoma da Madeira verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município também diminuiu em todos os municípios, com o valor mínimo de -76,6%, no município de Porto Santo, e o valor máximo de -14,5%, no município de Câmara de Lobos. De 1989 para 2009 verificamos maior diminuição da percentagem do número de pessoas por 100ha de superfície do município na região Autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira, denotando um ajustamento mais rápido da estrutura da mão-de-obra agrícola na região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.1.6 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	15	15
% de municípios	0,0%	50,0%	50,0%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-76,6	-14,5
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	11	8
% de municípios	0,0%	57,9%	42,1%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-65,5	-32,8
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	4	7
% de municípios	0,0%	36,4%	63,6%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-76,6	-14,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, ao nível das NUTS I verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 55,2%, representando 16,3 pessoas em 1989 e 7,3 pessoas em 2009;

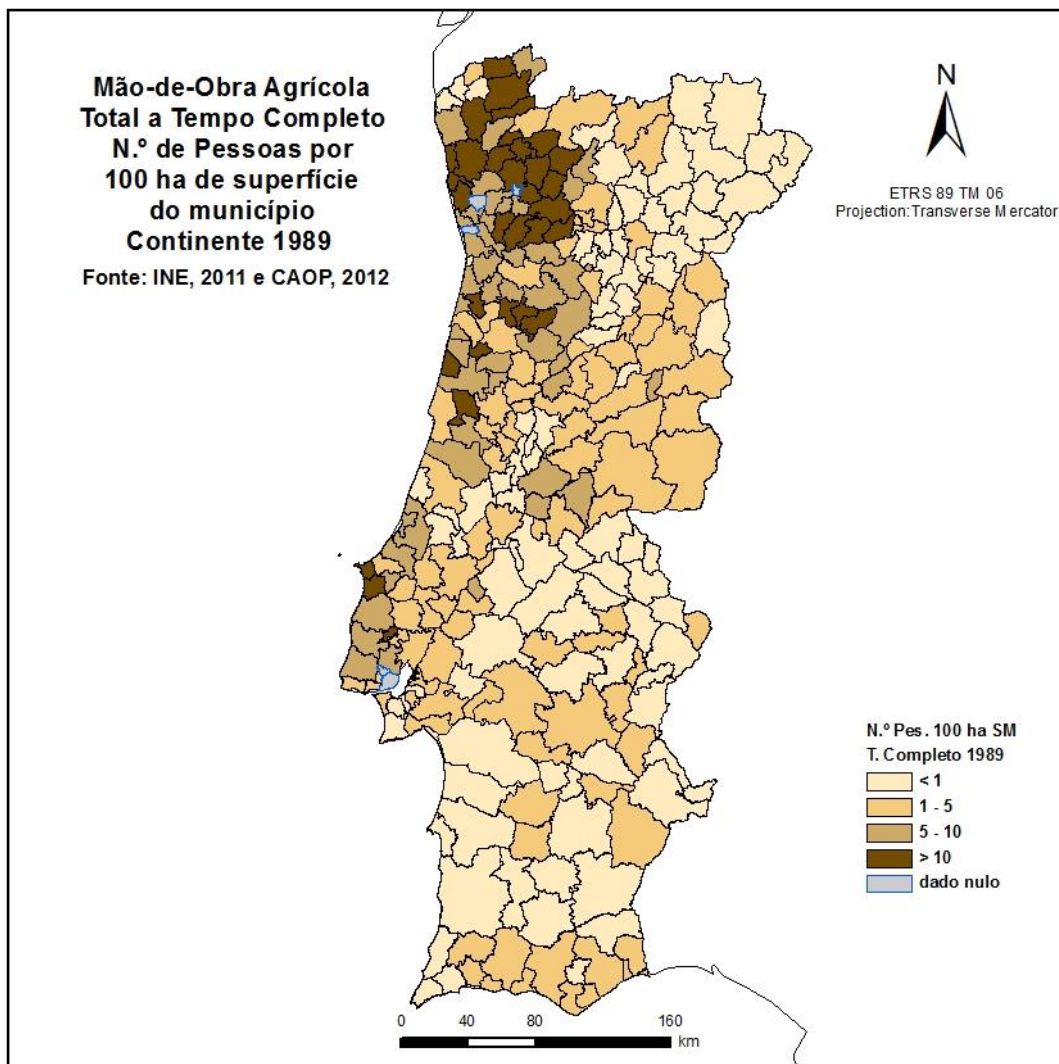
na região autónoma dos Açores diminuiu 51,3%, representando 24,5 pessoas em 1989 e 11,9 pessoas em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 43,3%, representando 66,3 pessoas em 1989 e 37,6 pessoas em 2009. Verificamos assim que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu muito em todas as NUTS I, verificando-se a maior diminuição no Continente, seguida da região autónoma dos Açores. Em termos absolutos tanto em 1989 como em 2009 o Continente tem o menor número de pessoas por 100ha de superfície do município, seguido da região autónoma dos Açores e com os valores mais elevados a região autónoma da Madeira.

8.5.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas

Nas figuras 8.5.2.1 e 8.5.2.2 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.2.1 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 10 pessoas por 100ha de superfície do município, em 32 municípios (11,5%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte e Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 30,8 pessoas no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. A mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 95 municípios (34,2%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro e regiões Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 0,04 pessoas no município de Marvão, na NUTS III Alto Alentejo. Assim encontramos os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro e os valores mais baixos nas zonas interiores das regiões Norte e Centro e regiões Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque a região Alentejo, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.2.1 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.

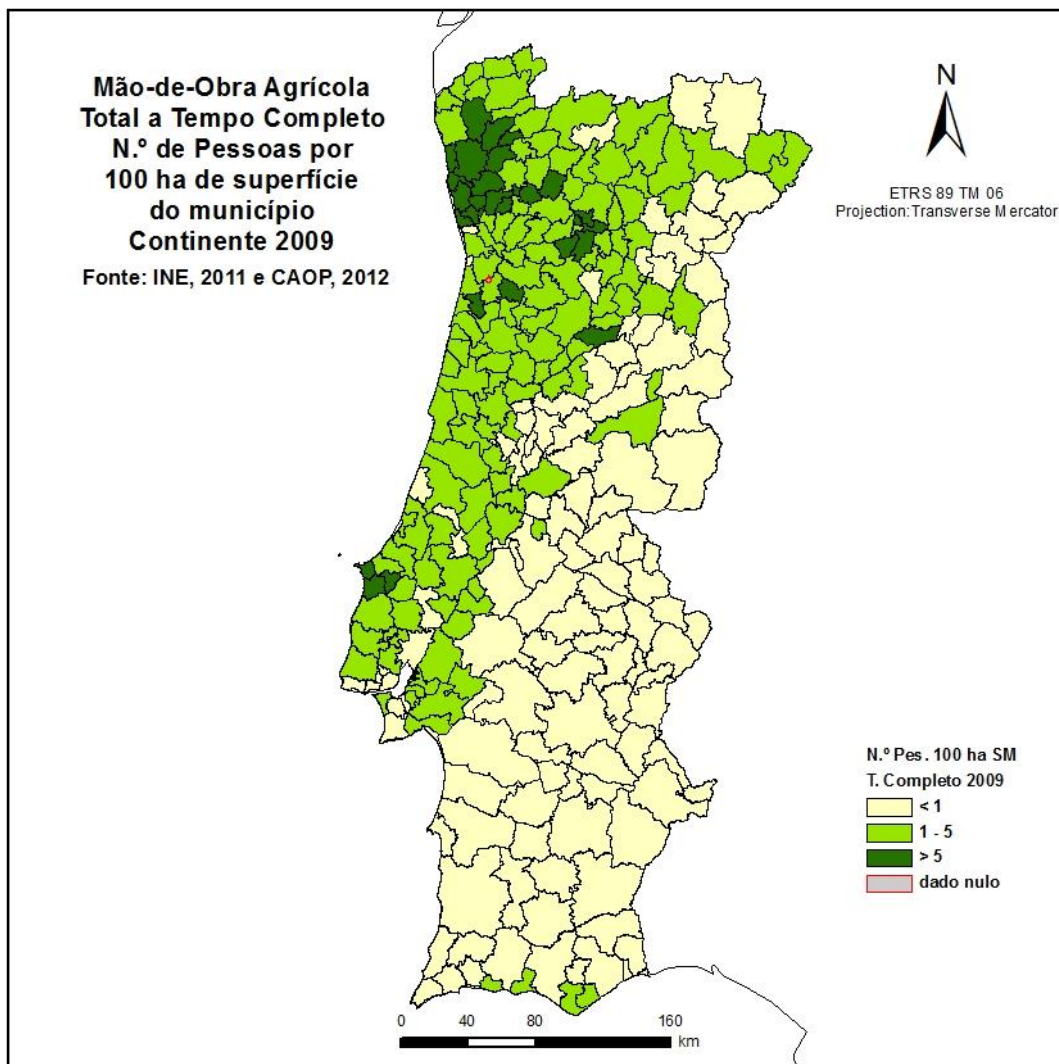


Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	95	99	47	32
% de municípios	1,8%	34,2%	35,6%	16,9%	11,5%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,04			30,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.2.2 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município, apenas em 27 municípios (9,7%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Douro, na região Norte e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 21,3 pessoas no município de Póvoa de Varzim, na NUTS III Grande Porto. A mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 119 municípios (42,8%), a grande maioria pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e regiões Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 0,2 pessoas no município de Castelo de Vide, na NUTS III Alto Alentejo. Assim, encontramos em 2009 os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município nas zonas mais litorais e centrais da região Norte e os valores mais baixos nas zonas interiores das regiões Norte e Centro e regiões Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque as regiões Alentejo e Algarve, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.2.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.

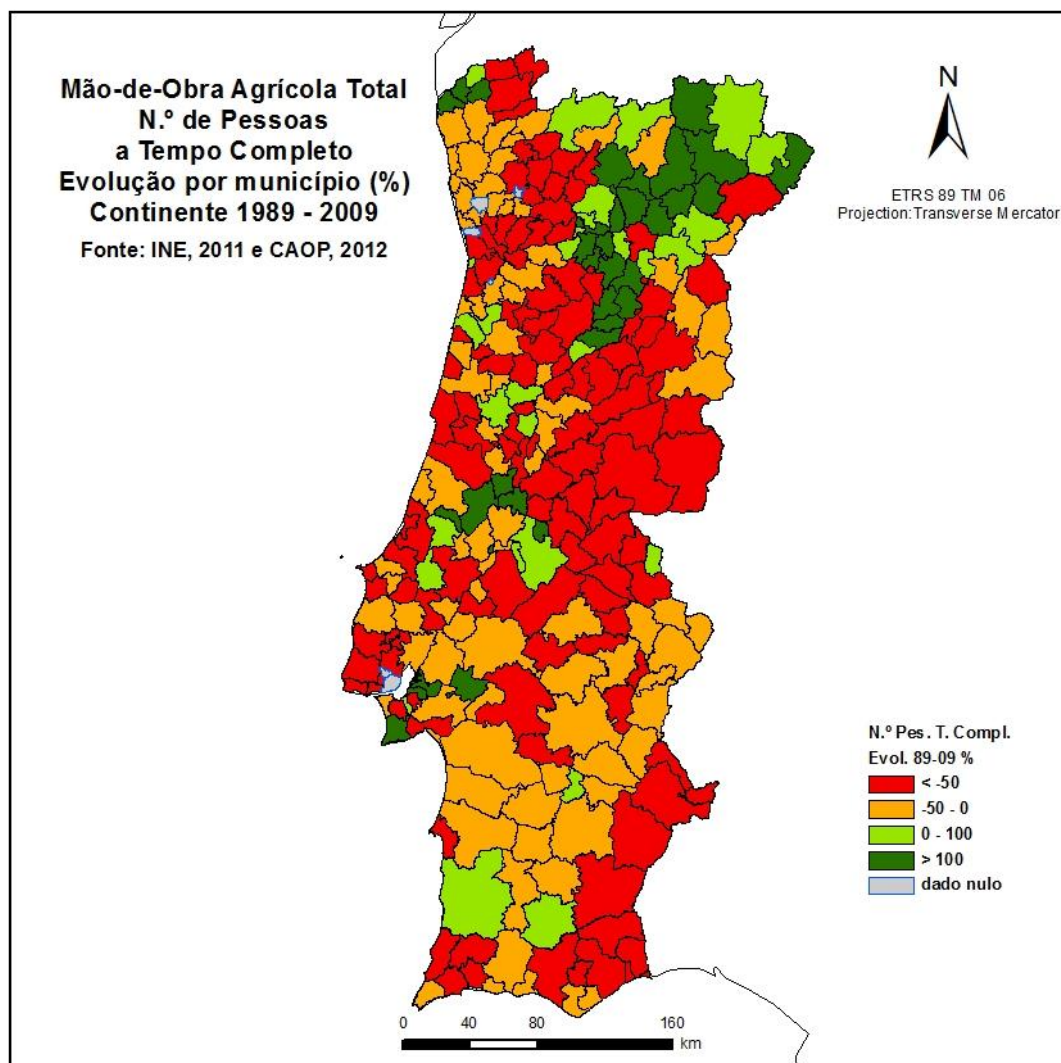


Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	1	119	131	27
% de municípios	0,4%	42,8%	47,1%	9,7%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,02		21,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.2.3 podemos verificar que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em 210 municípios (75,5%). Os maiores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (< -50%) registaram-se em 123 municípios (44,2%), pertencentes a todas as regiões NUTS II. O decréscimo máximo do número de pessoas por 100ha de superfície do município foi -98,8%, no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. Os menores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (entre -50% e 0%) registaram-se em 87 municípios (31,3%) de todas regiões NUTS II. O número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, aumentou em 62 municípios (22,3%), dos quais 33 com aumento superior a 100%, a grande maioria nas NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, na região Norte; Dão-Lafões e Médio Tejo, na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa, com o máximo de 3990,0%, no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima. Verificamos, de 1989 para 2009, um decréscimo do número de pessoas por 100ha de superfície do município na grande maioria dos municípios, em todas as regiões do Continente.

Figura 8.5.2.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



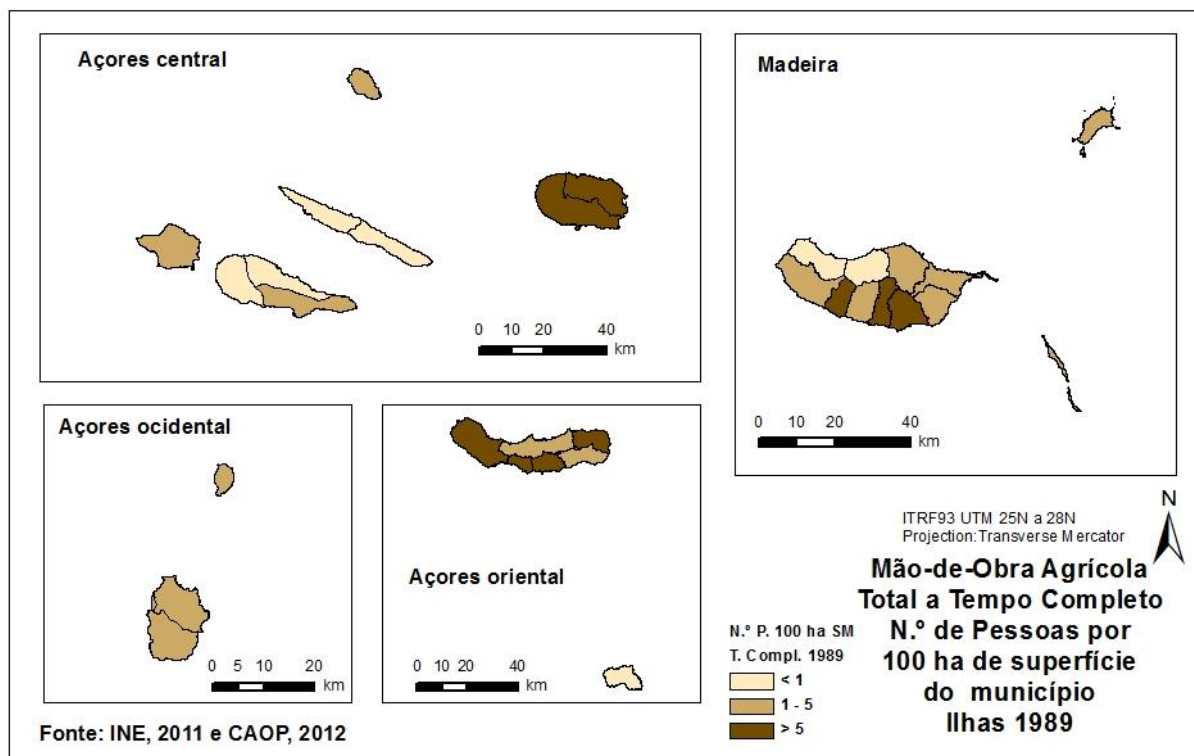
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	6	123	87	29	33
% de municípios	2,2%	44,2%	31,3%	10,4%	11,9%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-98,8			3990,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.2.4 e 8.5.2.5 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.2.4, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município em 6 município (31,6%), com o máximo de 5,9 pessoas no município de Ponta Delgada, e é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 5 municípios (26,3%), com o mínimo de 0,5 pessoas nos municípios de Calheta de S. Jorge e S. Roque do Pico. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 1 e 5 pessoas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município em 3 municípios (27,3%), com o máximo de 9,8 pessoas no município de Ponta do Sol, e é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 0,01 pessoas no município de Porto Moniz. Nos restantes 6 municípios da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 1 e 5 pessoas. Verificamos assim que o padrão do número de pessoas por 100ha de superfície do município, em 1989, é semelhante nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 8.5.2.4 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

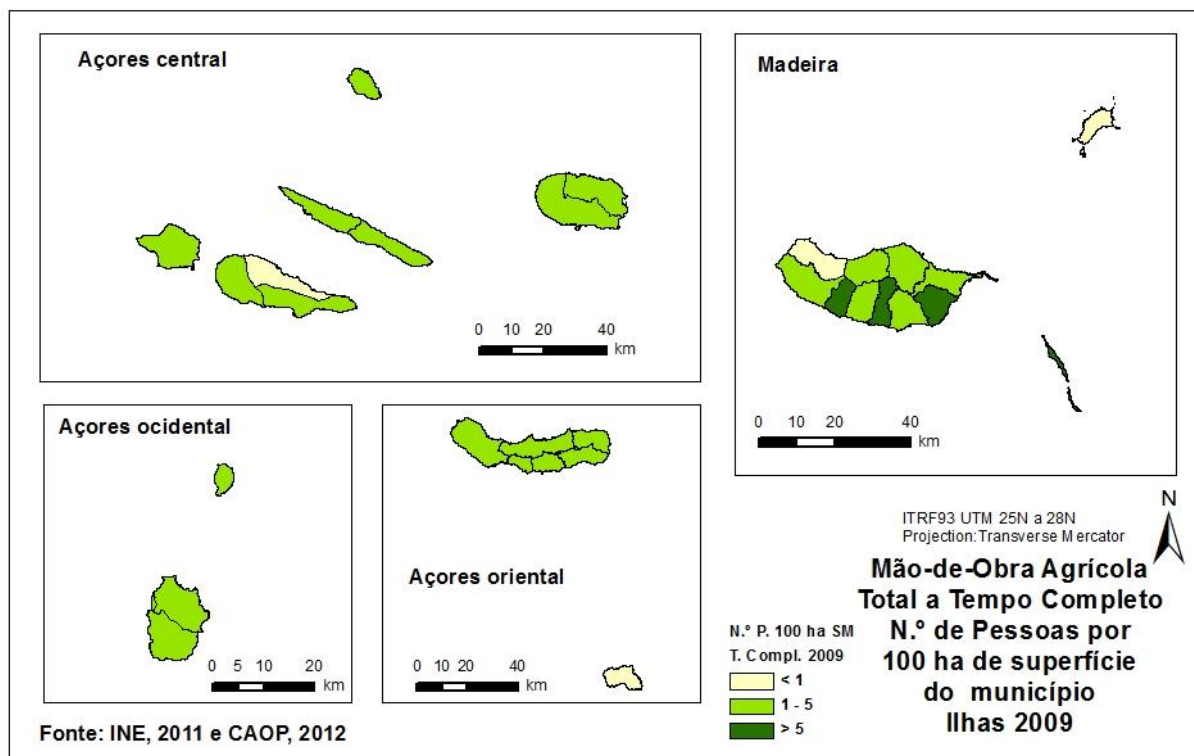


Ilhas				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	7	14	9
% de municípios	0,0%	23,3%	46,7%	30,0%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,01		9,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	5	8	6
% de municípios	0,0%	26,3%	42,1%	31,6%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,5		5,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	6	3
% de municípios	0,0%	18,2%	54,5%	27,3%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,01		9,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.2.5, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 17 municípios (89,5%), com o máximo de 4,6 pessoas no município de Ponta Delgada, e é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município nos restantes 2 municípios (10,5%), com o mínimo de 0,4 pessoas no município de S. Roque do Pico. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município em 3 municípios (27,3%), com o máximo de 9,1 pessoas no município de Ponta do Sol, e é inferior a 1 pessoa por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 0,3 pessoas no município de Porto Moniz. Nos restantes 6 municípios da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 1 e 5 pessoas. Verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, em 2009, é genericamente mais uniforme nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.2.5 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.

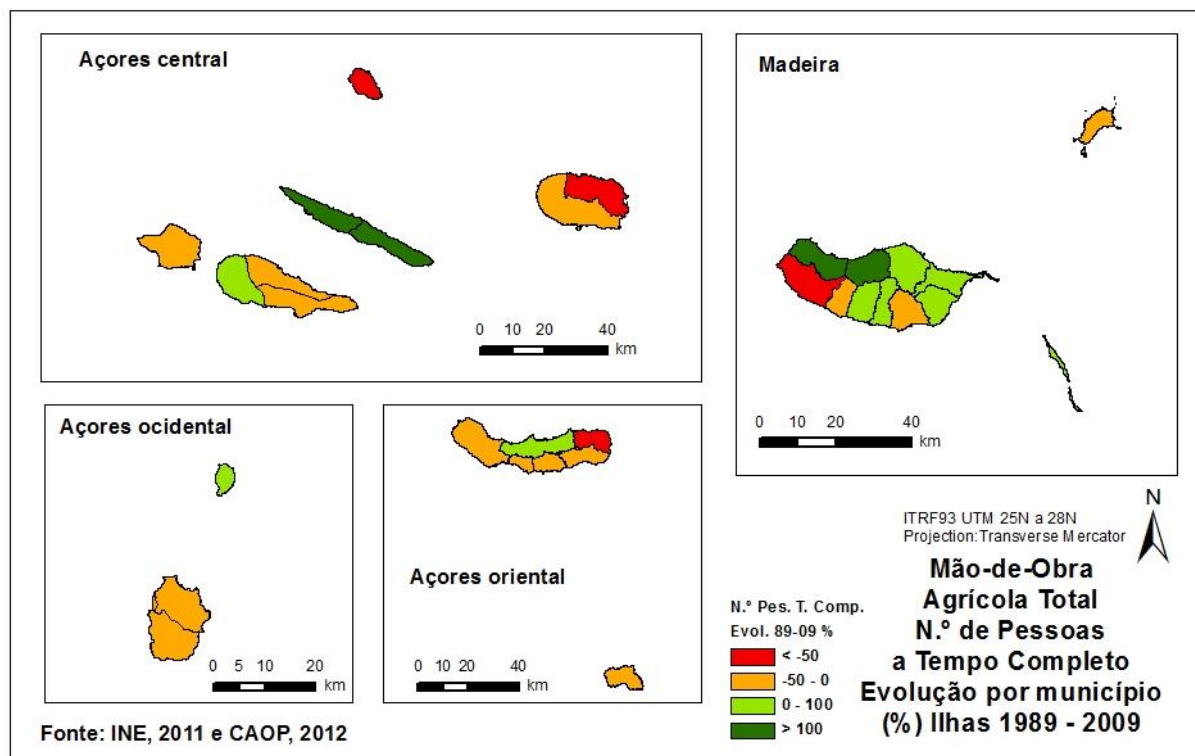


Ilhas				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	4	23	3
% de municípios	0,0%	13,3%	76,7%	10,0%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,3		9,1
Região Autónoma dos Açores				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	17	0
% de municípios	0,0%	10,5%	89,5%	
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,4	4,6	
Região Autónoma da Madeira				
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	6	3
% de municípios	0,0%	18,2%	54,5%	27,3%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,3		9,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.2.6 podemos observar a evolução da mão-de-obra agrícola total a tempo completo expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009. Verificamos que na região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu, de 1989 para 2009, em 14 municípios (73,7%), com o valor mínimo de -57,8% no município de Nordeste, e aumentou nos restantes 5 municípios. Salienta-se que nos 2 municípios da ilha de S. Jorge o número de pessoas por 100ha de superfície do município aumentou mais de 100%, de 1989 para 2009, com o valor máximo de 417,5%, no município de Calheta de S. Jorge. Na região autónoma da Madeira verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em 4 municípios, com o valor mínimo de -57,7%, no município de Calheta. O número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios, com o valor máximo de 2957,1%, no município de S. Vicente. De 1989 para 2009 verificamos maior diminuição da percentagem do número de pessoas por 100ha de superfície do município nos municípios da região Autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.2.6 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	0	4	14	8	4
% de municípios	0,0%	13,3%	46,7%	26,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-57,8			2957,1
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	0	3	11	3	2
% de municípios	0,0%	15,8%	57,9%	15,8%	10,5%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-57,8			414,5
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	0	1	3	5	2
% de municípios	0,0%	9,1%	27,3%	45,4%	18,2%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-57,7			2957,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, ao nível das NUTS I verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 51,6%, representando 2,9 pessoas em 1989 e 1,4

peçoas em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 26,1%, representando 3,1 peçoas em 1989 e 2,3 peçoas em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 8,4%, representando 3,0 peçoas em 1989 e 3,3 peçoas em 2009. Verificamos assim que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de peçoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu muito nas NUTS I Continente e região autónoma dos Açores, verificando-se a maior diminuição no Continente, e aumentou ligeiramente na região autónoma da Madeira. Em termos absolutos tanto em 1989 como em 2009 o Continente tem o menor número de peçoas por 100ha de superfície do município, seguido da região autónoma dos Açores e com o número de peçoas mais elevado a região autónoma da Madeira.

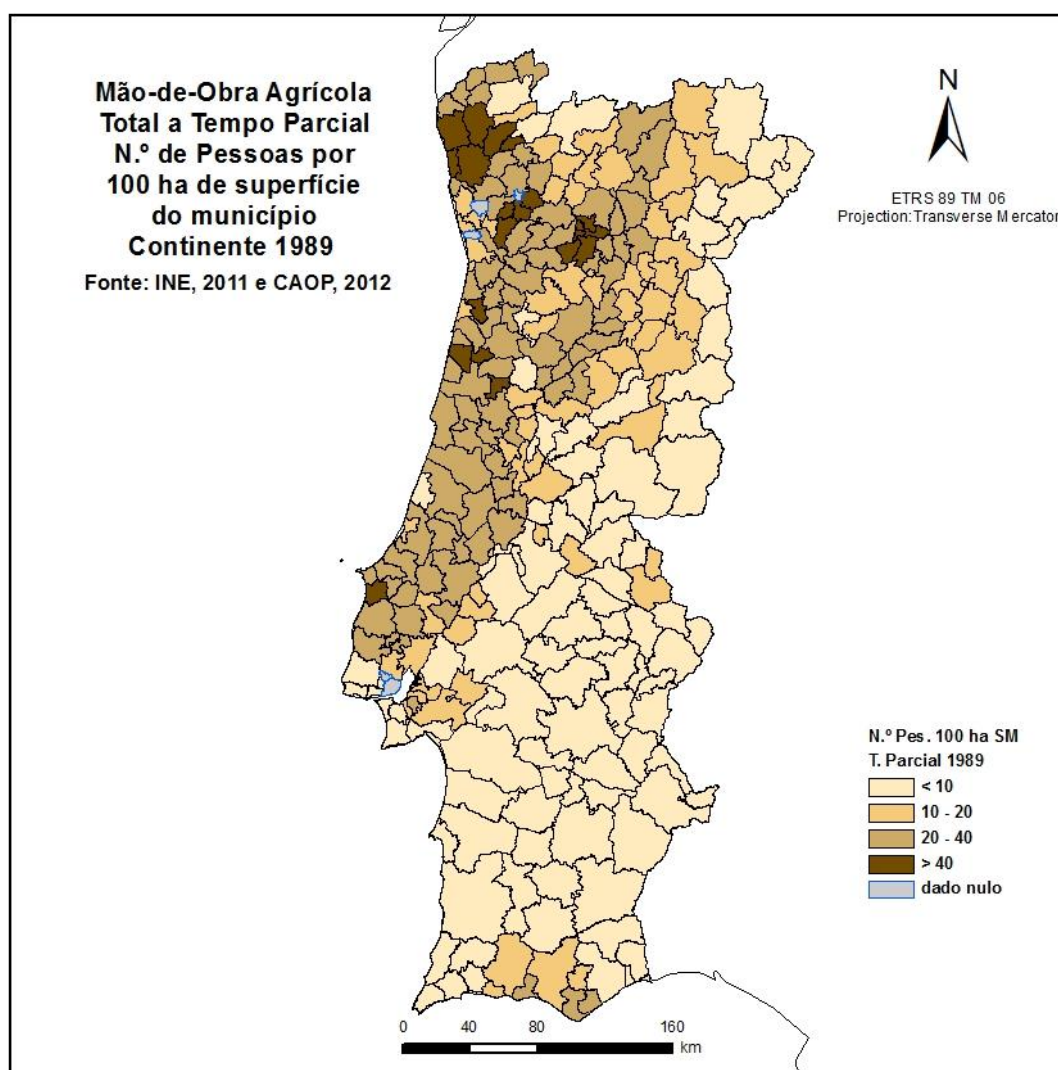
8.5.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas

Nas figuras 8.5.3.1 e 8.5.3.2 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas expressa pelo número de peçoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.3.1 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 40 peçoas por 100ha de superfície do município, em 20 municípios (7,2%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Tâmega e Douro, na região Norte, e Baixo Vouga, na região Centro, com valor máximo de 78,5 peçoas no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. Analisando, complementarmente, a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas superior a 20 peçoas por 100ha de superfície do município, em 1989, regista-se em 109 municípios (39,2%), quase todos contíguos, pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Douro e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste e parte norte do Médio Tejo, na região Centro, e parte norte da Lezíria do Tejo, na região Alentejo. A mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 10 peçoas por 100ha de superfície do município em 97 municípios (34,9%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e regiões Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 0,7 peçoas no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Assim

encontramos os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro e os valores mais baixos nas zonas raianas e interiores das regiões Norte e Centro e regiões Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque a região Alentejo, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.3.1 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 1989.

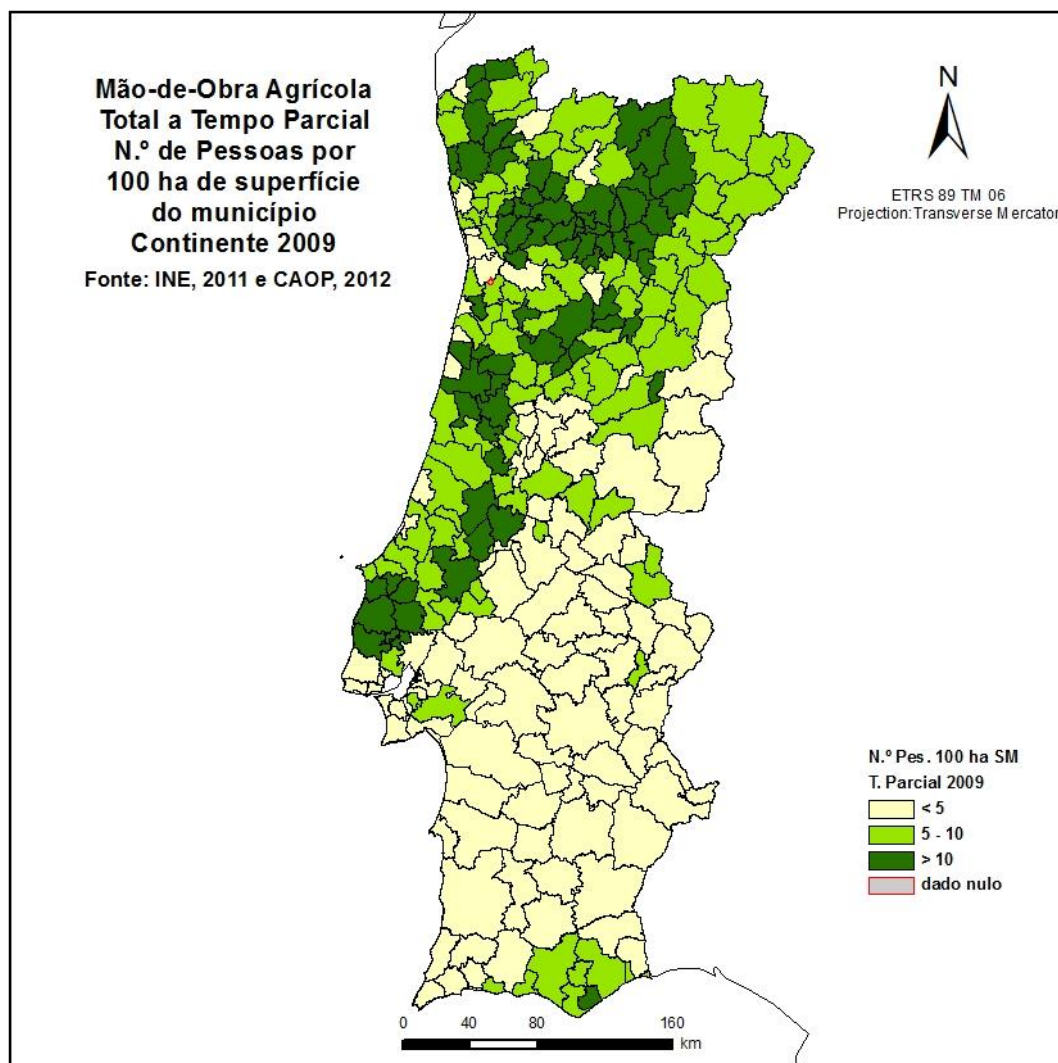


Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	5	97	67	89	20
% de municípios	1,8%	34,9%	24,1%	32,0%	7,2%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,7			78,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.3.2 podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 10 pessoas por 100ha de superfície do município, em 71 municípios (25,5%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Cávado, Tâmega e Douro, na região Norte, e Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Oeste, na região Centro, com valor máximo de 45,6 pessoas no município de Mesão Frio, na NUTS III Douro. A mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 5 pessoas por 100ha de superfície do município em 106 municípios (38,1%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, com o valor mínimo de 0,06 pessoas no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Assim encontramos os valores mais elevados do número de pessoas por 100ha de superfície do município, nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro e os valores mais baixos nas zonas interior e raiana da região Centro e regiões Lisboa, Alentejo e Algarve, aparecendo com destaque a região Alentejo, tanto pelo número de municípios como pelo valor do número de pessoas por 100ha de superfície do município.

Figura 8.5.3.2 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental em 2009.



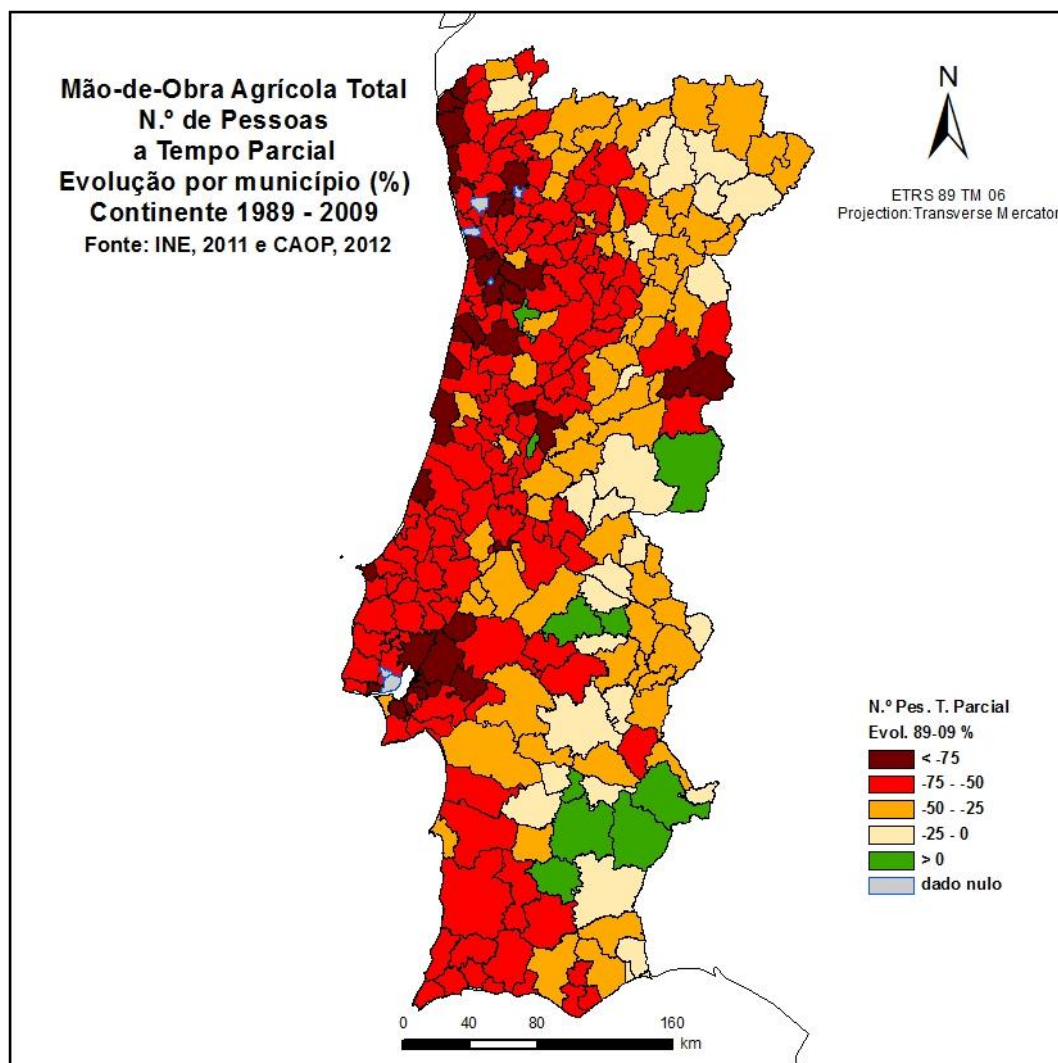
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	1	106	100	71
% de municípios	0,4%	38,1%	36,0%	25,5%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		0,06		45,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.3.3 podemos verificar que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em 262 municípios (94,2%). Os decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município inferiores a -50% registaram-se em 165 municípios (59,3%), pertencentes quase na totalidade às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região

Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; região Lisboa; Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e região Algarve. O decréscimo máximo do número de pessoas por 100ha de superfície do município foi -89,3%, no município de Ílhavo, na NUTS III Baixo Vouga. Os menores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (entre -25% e 0%) registaram-se em 26 municípios (9,4%) a grande maioria nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, na região Norte; Beira Interior Sul, na região Centro e Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo. O acréscimo do número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, registou-se apenas em 10 municípios (3,6%), a quase totalidade pertencente às NUTS III Beira Interior Sul, na região Centro, e Alto Alentejo, e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com o máximo de 56,7%, no município de Cuba, na NUTS III Baixo Alentejo. Verificamos, de 1989 para 2009, um decréscimo generalizado do número de pessoas por 100ha de superfície do município, na grande maioria dos municípios, em todas as regiões do Continente. Realça-se, no entanto, a NUTS III Baixo Alentejo que concentra contiguamente 5 dos municípios em que houve acréscimo do número de pessoas por 100ha do município, em conjunto com outros 5 municípios em que houve menor decréscimo.

Figura 8.5.3.3 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



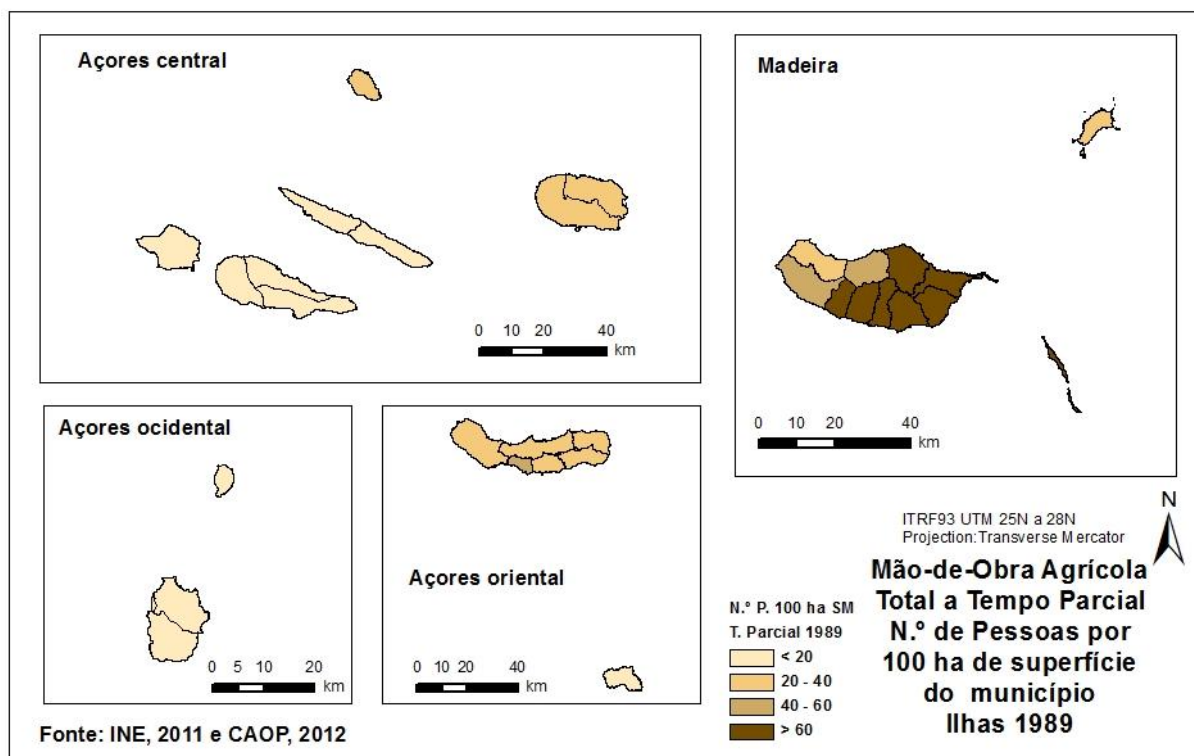
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -75	-75 – -50	-50 – -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	6	32	133	71	26	10
% de municípios	2,2%	11,5%	47,8%	25,5%	9,4%	3,6%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-89,3				56,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.3.4 e 8.5.3.5 apresenta-se a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.3.4, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município apenas no município de Lagoa, com o máximo de 41,6 pessoas e é inferior a 20 pessoa por 100ha de superfície do município em 10 municípios (52,6%), com o mínimo de 9,3 pessoas no município de Corvo. Nos restantes 8 municípios da região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 20 e 40 pessoas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 60 pessoas por 100ha de superfície do município em 7 municípios (63,6%), com o máximo de 106,5 pessoas, no município de Câmara de Lobos e é inferior a 40 pessoa por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 20,7 pessoas, no município de Porto Moniz. Nos restantes 2 municípios da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 40 e 60 pessoas. Verificamos assim que o padrão do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em 1989, é bastante diferenciado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Assim o número de pessoas a tempo parcial é consideravelmente menor na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.3.4 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 1989.

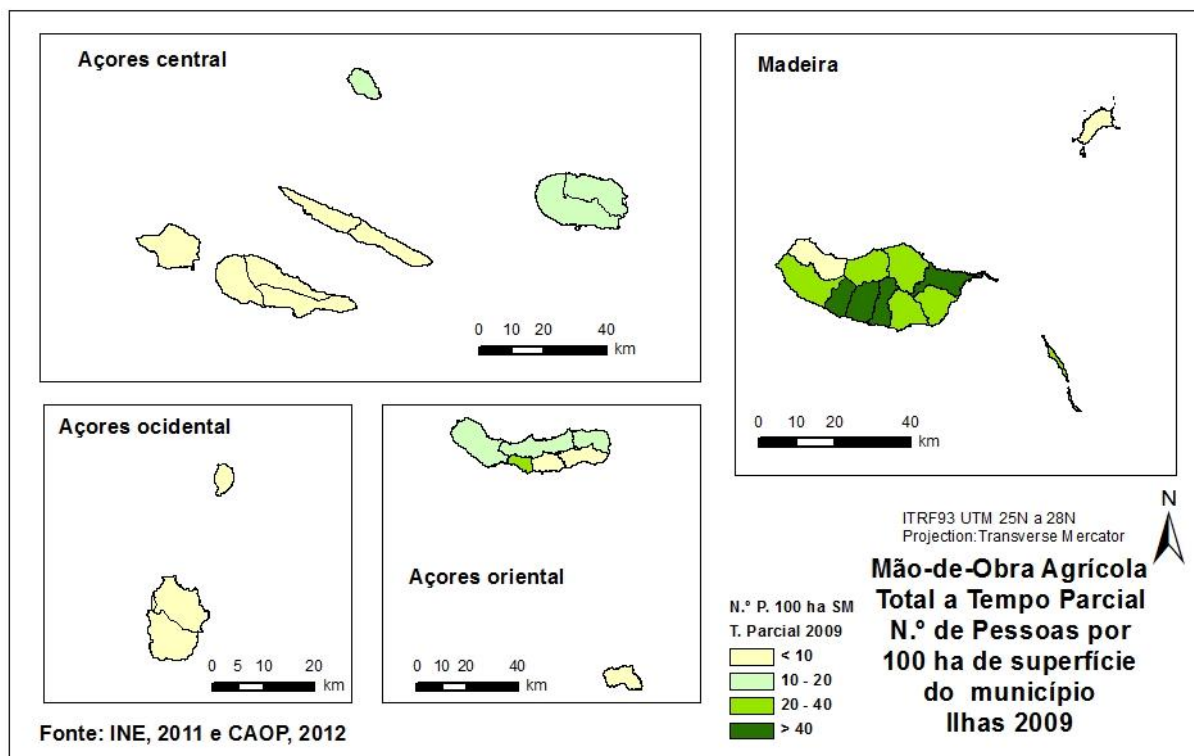


Ilhas					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	10	10	3	7
% de municípios	0,0%	33,3%	33,3%	10,0%	23,40%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		9,3			106,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	10	8	1	0
% de municípios	0,0%	52,6%	42,1%	5,3%	
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		9,3		41,6	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 20	20 – 40	40 – 60	> 60
N.º de municípios	0	0	2	2	7
% de municípios	0,0%		18,2%	18,2%	63,6%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)			20,7		106,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.3.5, na região autónoma dos Açores, a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20 pessoas por 100ha de superfície do município apenas no município de Lagoa, com o máximo de 21,3 pessoas e é inferior a 10 pessoa por 100ha de superfície do município em 12 municípios (63,1%), com o mínimo de 2,7 pessoas no município de Corvo. Nos restantes 6 municípios da região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 10 e 20 pessoas. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 40 pessoas por 100ha de superfície do município em 4 municípios (36,4%), com o máximo de 89,9 pessoas, no município de Câmara de Lobos e é inferior a 10 pessoa por 100ha de superfície do município em 2 municípios (18,2%), com o mínimo de 4,6 pessoas, no município de Porto Santo. Nos restantes 5 municípios (45,4%) da região autónoma da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município está compreendida entre 20 e 40 pessoas. Verificamos assim que o padrão do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas por 100ha de superfície do município, em 2009, relativamente a 1989, continua a ser bastante diferenciado na região autónoma dos Açores relativamente à região autónoma da Madeira, com o número de pessoas a tempo parcial a ser consideravelmente menor na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.3.5 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas em 2009.



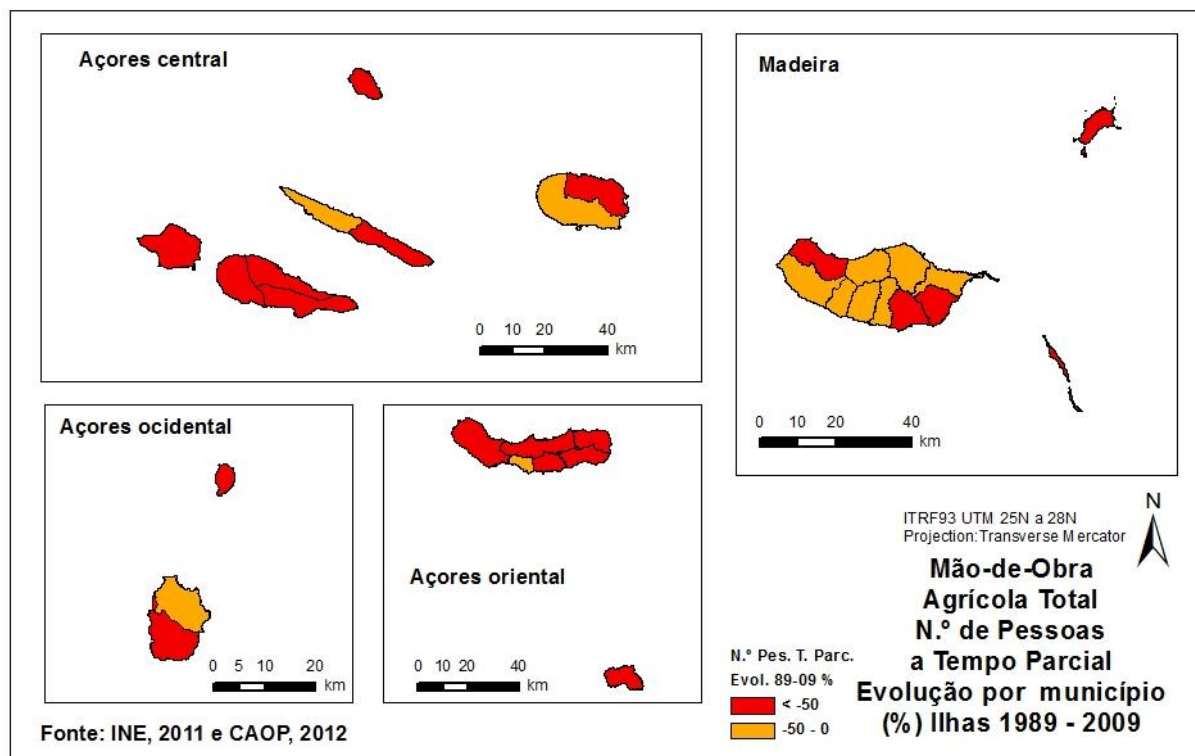
Ilhas					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	14	6	6	4
% de municípios	0,0%	46,7%	20,0%	20,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		2,7			89,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	12	6	1	0
% de municípios	0,0%	63,1%	31,6%	5,3%	
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		2,7		21,3	
Região Autónoma da Madeira					
Classes (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 40	> 40
N.º de municípios	0	2	0	5	4
% de municípios	0,0%	18,2%		45,4%	36,4%
Valor mín. e máx. (N.º de pessoas por 100 ha de superfície do município)		4,6			89,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.3.6 podemos observar a evolução da mão-de-obra agrícola total a tempo parcial expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu, de 1989 para 2009, em todos os municípios, com o valor mínimo de -71,6% no município de Vila Franca do Campo e o valor máximo de -41,4%, no município Velas. Na região autónoma da Madeira verificamos também que o número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios, com o valor mínimo de -79,3%, no município de Porto Santo e o máximo de -15,6%, no município de Câmara de Lobos. De 1989 para 2009 verificamos maior diminuição da percentagem do número de pessoas por 100ha de superfície do município nos municípios da região Autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.3.6 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas. Evolução do número de pessoas por 100 ha de superfície do município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	19	11
% de municípios	0,0%	63,3%	36,7%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-79,3	-15,6
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	15	4
% de municípios	0,0%	78,9%	21,1%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-71,6	-41,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% do N.º de pessoas)	dado nulo	< -50	-50 - 0
N.º de municípios	0	4	7
% de municípios	0,0%	36,4%	63,6%
Valor mín. e máx. (% do N.º de pessoas)		-79,3	-15,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, ao nível das NUTS I verificamos que o número de pessoas por 100ha de superfície do município no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 56,0%, representando 13,3 pessoas em 1989 e 5,9

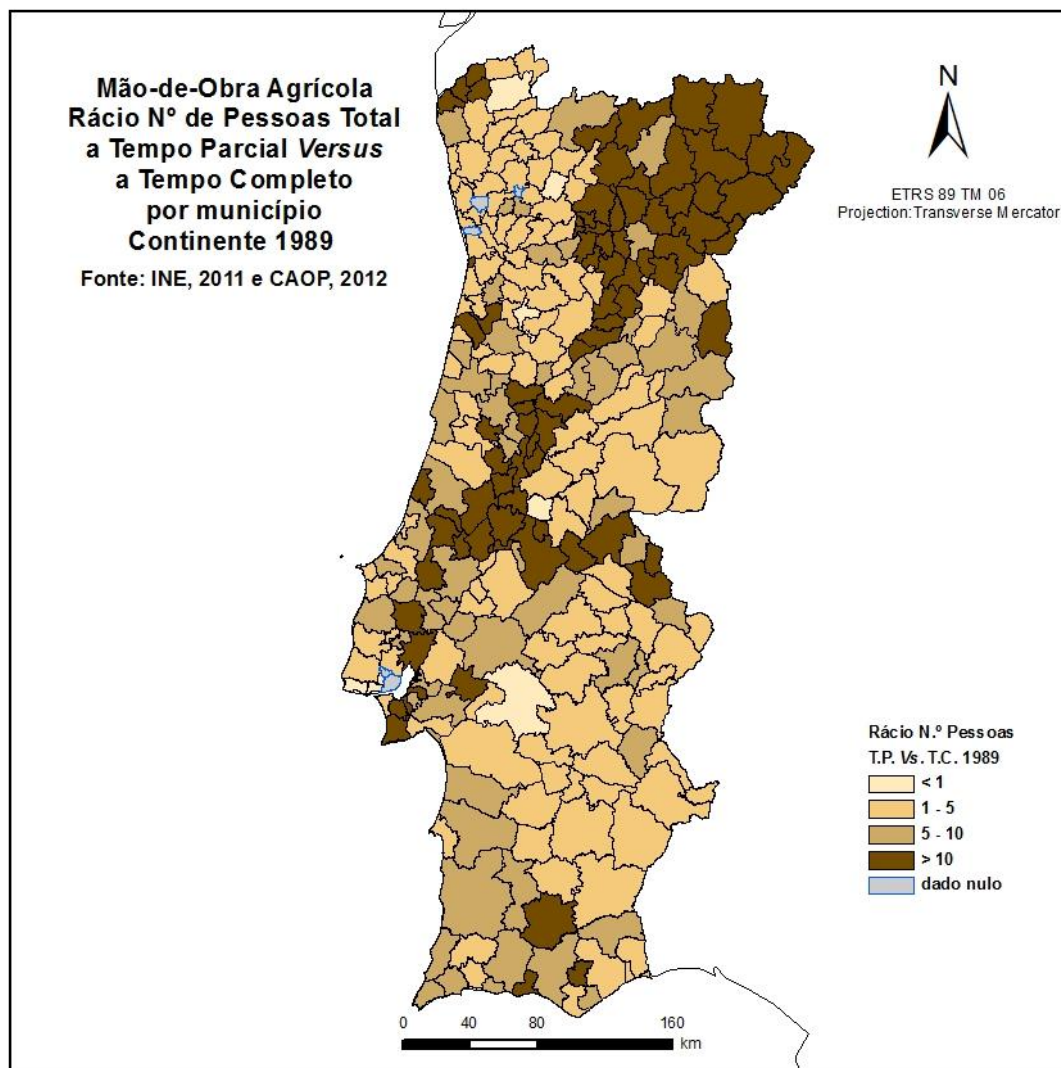
peças em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 55,0%, representando 21,4 pessoas em 1989 e 9,6 pessoas em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu -47,5%, representando 63,2 pessoas em 1989 e 34,3 pessoas em 2009. Verificamos assim que a mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu muito em todas as NUTS I de forma semelhante. Em termos absolutos tanto em 1989 como em 2009 o Continente tem o menor número de pessoas por 100ha de superfície do município, seguido da região autónoma dos Açores e com os valores mais elevados a região autónoma da Madeira.

8.5.4 Rácio de mão-de-obra agrícola total a tempo parcial *versus* mão-de-obra a tempo completo.

Nas figuras 8.5.4.1 e 8.5.4.2 apresenta-se o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.4.1 podemos verificar que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é superior a 10 em 81 municípios (29,1%), formando grupos de municípios contíguos, pertencentes principalmente às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro e Alto Alentejo, na região Alentejo, com valor máximo de 333,0 no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima. O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendido entre 1 e 5 em 123 municípios (44,3%), pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa, e Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo. O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo, nas explorações agrícolas, em 1989 é inferior a 1 apenas em 8 município (2,9%), pertencentes a várias regiões, com o valor mínimo de 0,4 no município de Oliveira de Frades, na NUTS III Dão-Lafões. Assim encontramos os valores mais elevados do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, nas zonas interior e central da região Norte e zona central da região Centro.

Figura 8.5.4.1 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo, por município, em Portugal Continental em 1989.

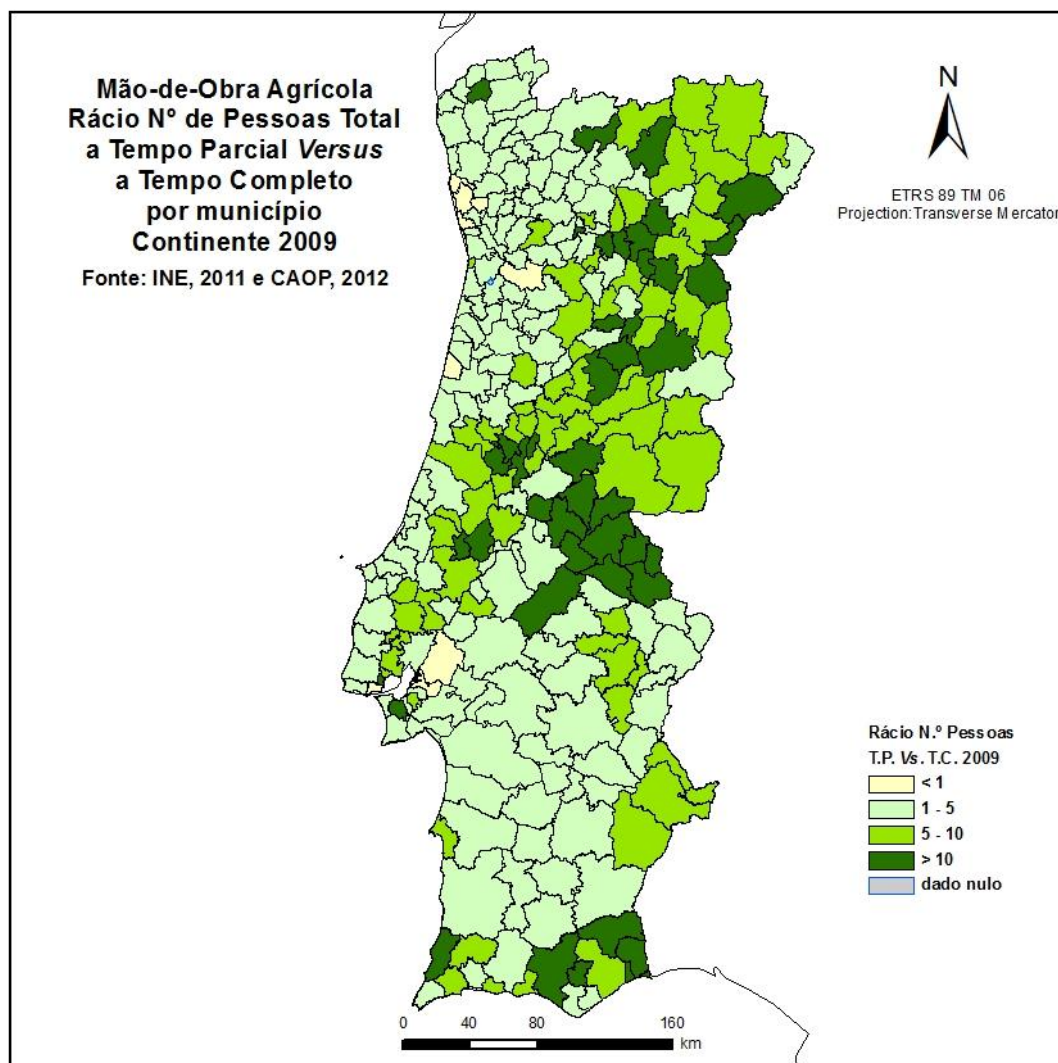


Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	5	8	123	61	81
% de municípios	1,8%	2,9%	44,3%	21,9%	29,1%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)		0,6			333,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.4.2 podemos verificar que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, é superior a 10 em 44 municípios (15,8%), pertencentes principalmente às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com valor máximo de 133,4 no município de Mação, na NUTS III Pinhal Interior Sul. O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas é superior a 5 em 119 municípios (42,8%), pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo e região Algarve. O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo, nas explorações agrícolas, em 2009 é inferior a 5 em 158 município (56,8%), das zonas litoral e central da região Norte, zona litoral da região Centro, região Lisboa e grande parte da região Alentejo. O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo, nas explorações agrícolas, em 2009 é inferior a 1 apenas em 10 municípios (3,6%), pertencentes principalmente às NUTS III Grande Porto, na região Norte e região Lisboa, com o valor mínimo de 0,3 no município de Lisboa, na NUTS III Lisboa. Assim encontramos os valores mais elevados do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, nas zonas interior e central das regiões Norte e Centro, NUTS III Alto Alentejo e região Algarve e os valores mais baixos nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro e regiões Lisboa e Alentejo.

Figura 8.5.4.2 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo, por município, em Portugal Continental em 2009.

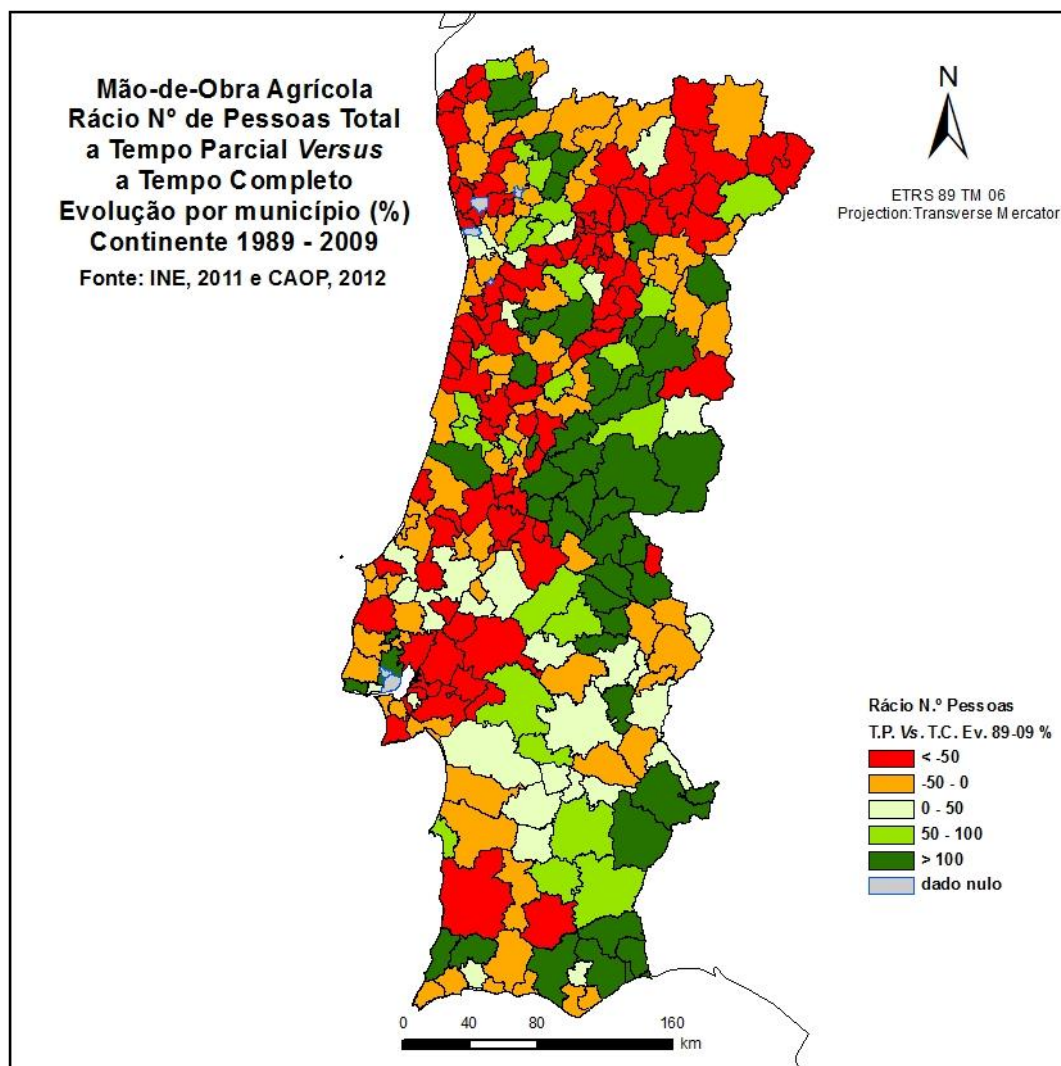


Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	1	10	148	75	44
% de municípios	0,4%	3,6%	53,2%	27,0%	15,8%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)		0,3			133,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.4.3 podemos verificar que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em 166 municípios (59,7%). A diminuição do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas inferior a -50% registou-se em 92 municípios (32,1%), pertencentes quase na totalidade às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Cávado, Ave, Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Médio Tejo, na região Centro; Península de Setúbal, na região Lisboa e Lezíria do Tejo na região Alentejo. O decréscimo máximo do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas a tempo completo foi -99,4%, no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima. Os menores decréscimos do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas a tempo completo (entre -50% e 0%) registaram-se em 74 municípios (26,6%) a grande maioria nas mesmas NUTS III assinaladas anteriormente para os maiores decréscimos do rácio e também alguns municípios nas regiões Alentejo e Algarve. O acréscimo do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, registou-se em 106 municípios (38,1%), a quase totalidade pertencente às NUTS III Minho-Lima, Ave, Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com o máximo de 3212,9%, no município de Mação, na NUTS III Pinhal Interior Sul. Verificamos, de 1989 para 2009, um decréscimo do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, na região Norte, nas zonas litoral e central da região Centro, na região Lisboa e NUTS III Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. Os aumentos do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas verificaram-se principalmente nas zonas interior da região Centro, nas zonas interior e central da região Alentejo e na região Algarve.

Figura 8.5.4.3 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



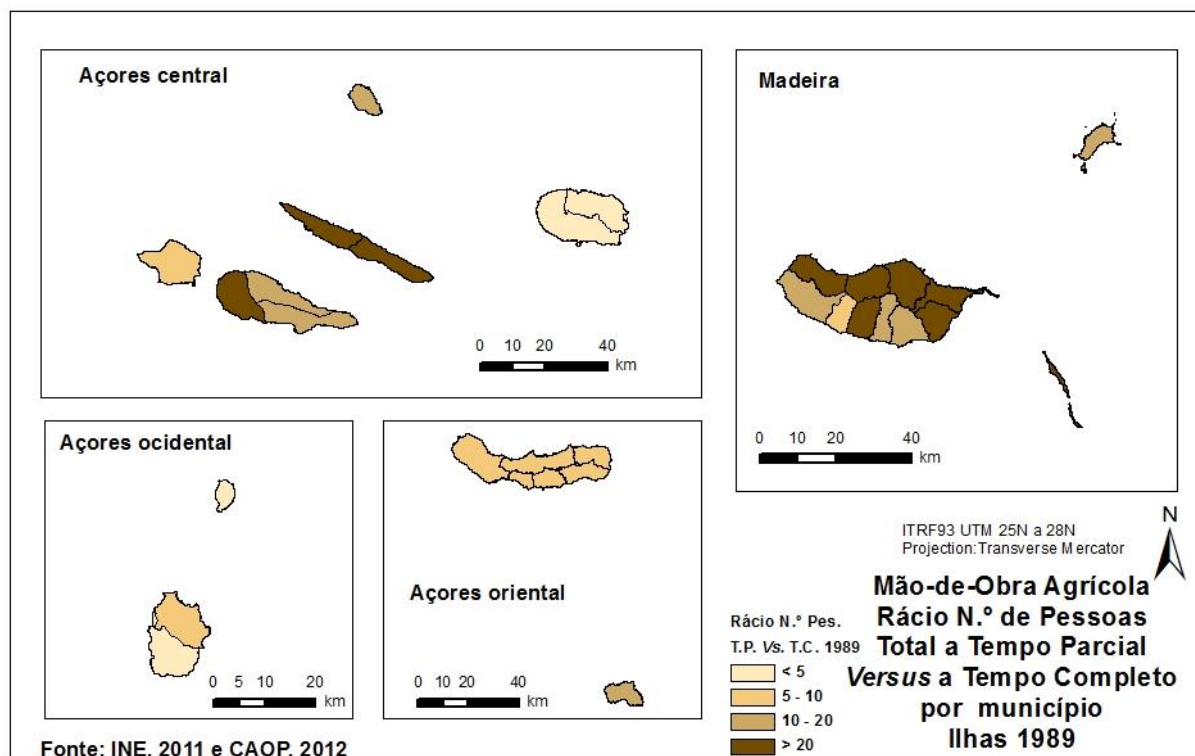
Classes (% do rácio do n.º de pessoas total T. Parcial Vs. T. Compl.)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	6	92	74	31	24	51
% de municípios	2,2%	33,1%	26,6%	11,2%	8,6%	18,3%
Valor mín. e máx. (% do rácio do n.º de pes. tot. T. P. Vs. T. C.)		-99,4				3212,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.4.4 e 8.5.4.5 apresenta-se o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.4.4, na região autónoma dos Açores, o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 20 em 3 municípios, com o máximo de 33,3 no município de Madalena e é inferior a 5 em 4 municípios (21,1%), com o mínimo de 3,8 no município de Angra do Heroísmo. Nos restantes 12 municípios da região autónoma dos Açores o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 5 e 20. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 20 em 6 municípios (54,5%), com o máximo de 1754,0, no município de Porto Moniz e é inferior a 10 apenas no município de Ponta do Sol, com o mínimo de 8,5. Nos restantes 4 municípios da região autónoma da Madeira o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 10 e 20. Verificamos assim que o padrão do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é bastante diferenciado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Assim o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas é genericamente menor na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.4.4 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

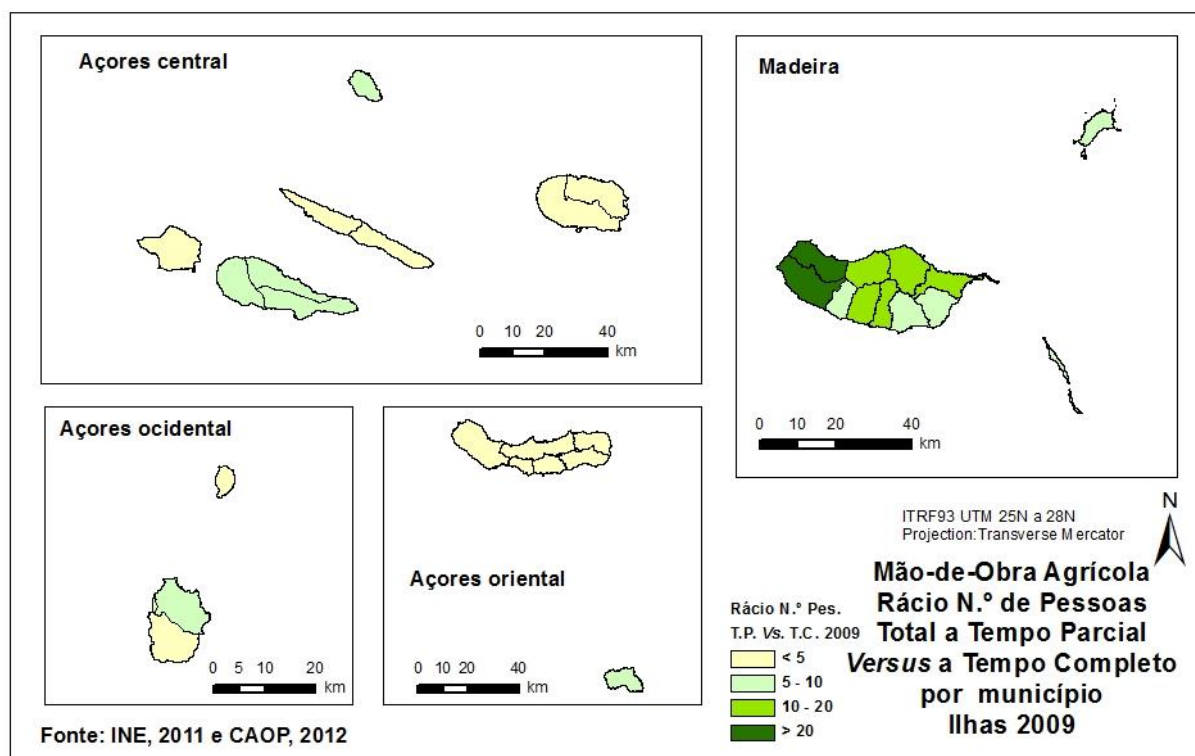


Ilhas					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	4	9	8	9
% de municípios	0,0%	13,3%	30,0%	26,7%	30,0%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)		3,8			1745,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	4	8	4	3
% de municípios	0,0%	21,1%	42,1%	21,1%	15,7%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)		3,8			33,0
Região Autónoma da Madeira					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	0	1	4	6
% de municípios	0,0%		9,1%	36,4%	54,5%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)			8,5		1745,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.4.5, na região autónoma dos Açores, o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 5 em 6 municípios, com o máximo de 9,8 no município de Santa Cruz da Graciosa e é inferior a 5 nos restantes 13 municípios (68,4%), com o mínimo de 1,1 no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20 em 2 municípios (18,2%), com o máximo de 32,5, no município de Porto Moniz e é inferior a 10 em 4 município, com o mínimo de 5,2 no município de Santa Cruz. Nos restantes 5 municípios da região autónoma da Madeira o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 10 e 20. Verificamos assim que o padrão do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, tal como em 1989, é bastante diferenciado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Assim o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas é genericamente menor na região autónoma dos Açores do que na região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.4.5 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



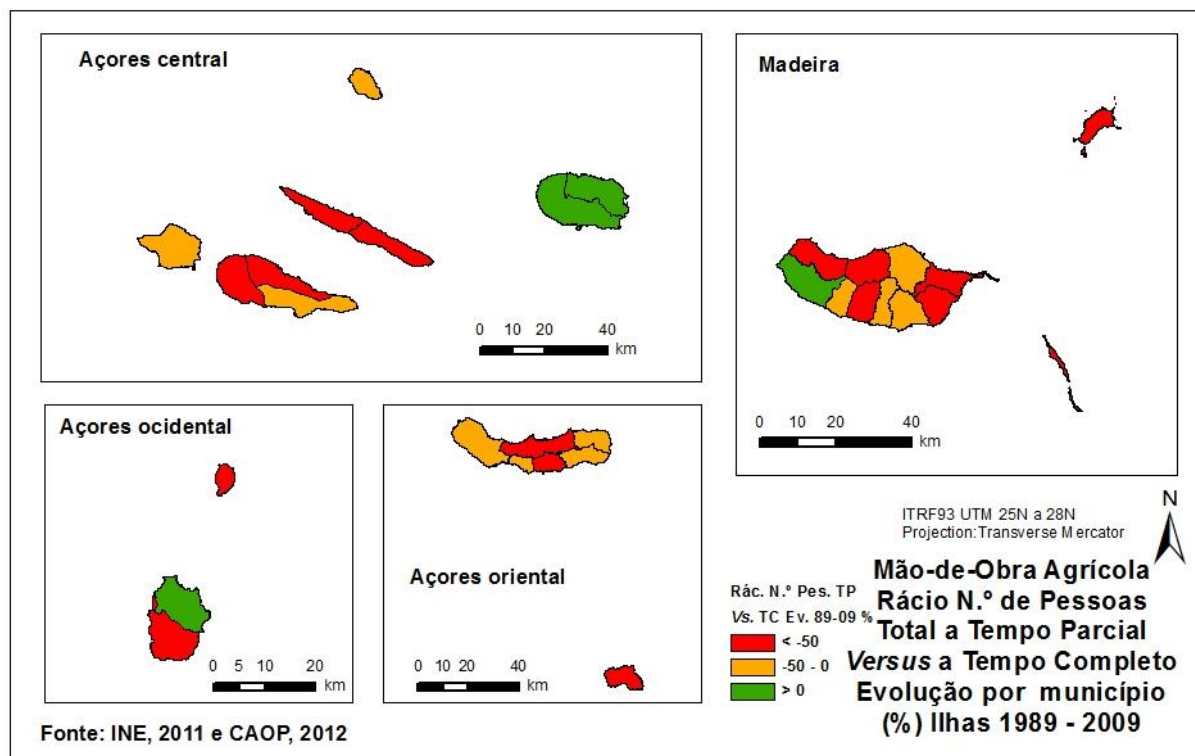
Ilhas					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	13	10	5	2
% de municípios	0,0%	43,3%	33,3%	16,7%	6,7%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)		1,1			32,5
Região Autónoma dos Açores					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	13	6	0	0
% de municípios	0,0%	68,4%	31,6%		
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)		1,1	9,8		
Região Autónoma da Madeira					
Classes (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	0	4	5	2
% de municípios	0,0%		36,4%	45,4%	18,2%
Valor mín. e máx. (rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial vs. a tempo completo)			5,2		32,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.4.6 podemos observar a evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em percentagem, diminuiu, de 1989 para 2009, em 16 municípios (84,2%), com o valor mínimo de -92,6%, no município de Calheta de S. Jorge, e aumentou nos restantes 3 municípios, com o valor máximo de 7,9%, no município Santa Cruz das Flores. Na região autónoma da Madeira verificamos também que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, em percentagem, de 1989 para 2009, diminuiu em 10 municípios, com o valor mínimo de -92,2%, no município de S. Vicente, e aumentou apenas no município de Calheta, com o máximo de 29,8%. De 1989 para 2009 verificamos uma estrutura de evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, semelhante nos municípios das duas regiões autónomas.

Figura 8.5.4.6 Mão-de-obra agrícola nas explorações agrícolas. Evolução do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% do rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	15	11	4
% de municípios	0,0%	50,0%	36,7%	13,3%
Valor mín. e máx. (% do rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo)		-98,2		29,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	9	7	3
% de municípios	0,0%	47,4%	36,8%	15,8%
Valor mín. e máx. (% do rácio do n.º de pessoas a tempo parcial <i>vs.</i> a tempo completo)		-92,6		7,9
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo)	dado nulo	< -50	-50 – 0	> 0
N.º de municípios	0	6	4	1
% de municípios	0,0%	54,5%	36,4%	9,1%
Valor mín. e máx. (% do rácio do n.º de pessoas total a tempo parcial <i>versus</i> a tempo completo)		-98,2		29,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

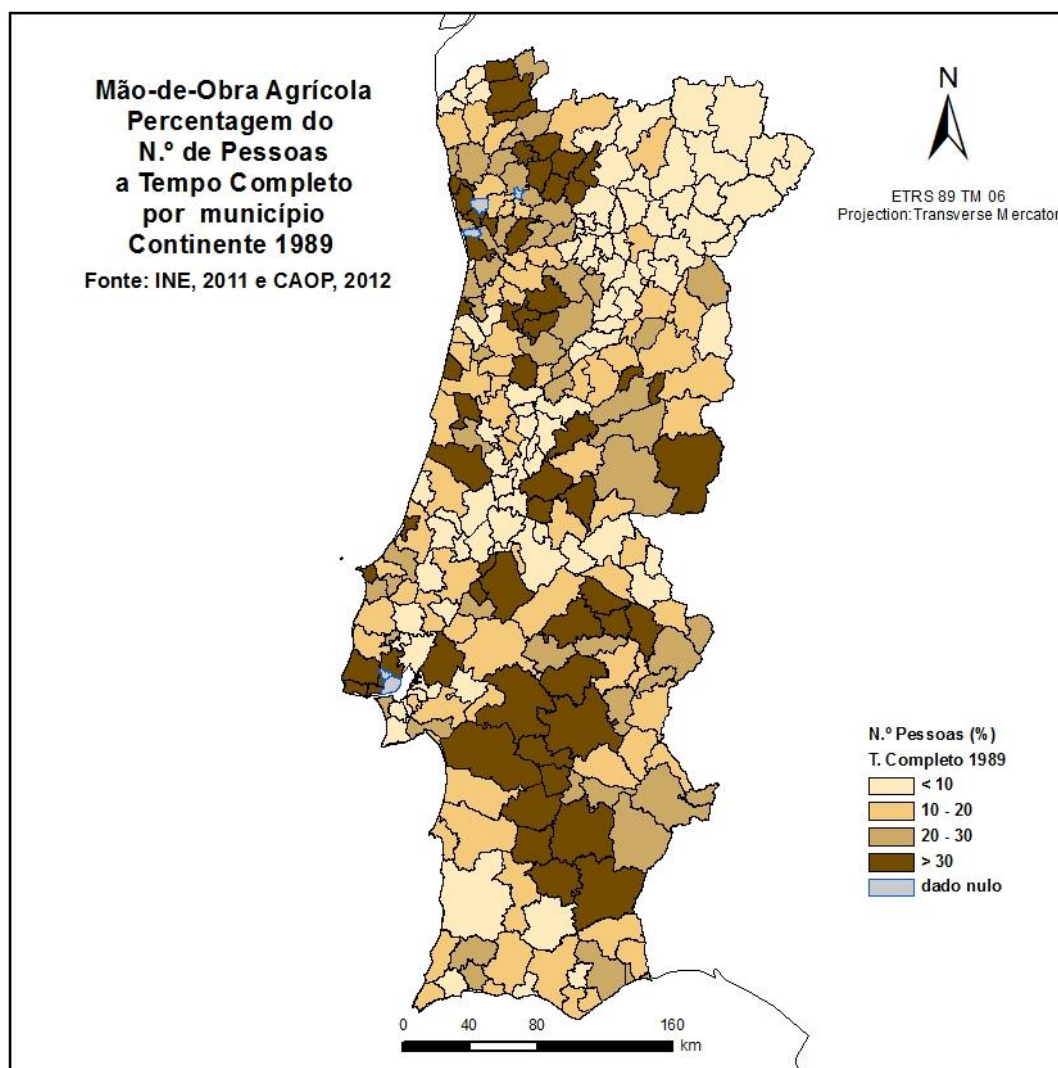
Analisando os dados agregados do rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, ao nível das NUTS I verificamos que no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 9,1%, representando 4,5 em 1989 e 4,1 em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 39,1%, representando 6,8 em 1989 e 4,2 em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 49,9%, representando 20,8 em 1989 e 10,4 em 2009. Verificamos assim que o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I, com a menor diminuição no Continente e a mais elevada diminuição na região autónoma da Madeira. Portanto, de 1989 para 2009, diminuiu a percentagem de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas relativamente às pessoas a tempo completo.

8.5.5 Proporção de mão-de-obra agrícola a tempo completo nas explorações agrícolas

Nas figuras 8.5.5.1 e 8.5.5.2 apresenta-se a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.5.1 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 30%, em 58 municípios (20,9%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte; Dão-Lafões e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa e Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, com valor máximo de 69,1% no município de Oliveira de Frades, na NUTS III Dão-Lafões. A percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 10% em 87 municípios (31,3%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro e Alto Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 0,3% no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima. Assim encontramos os valores mais elevados da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícola nas zonas centrais das regiões Norte e Centro, Lisboa e Alentejo e os valores mais baixos na zona interiores da região Norte e zona central da região Centro.

Figura 8.5.5.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

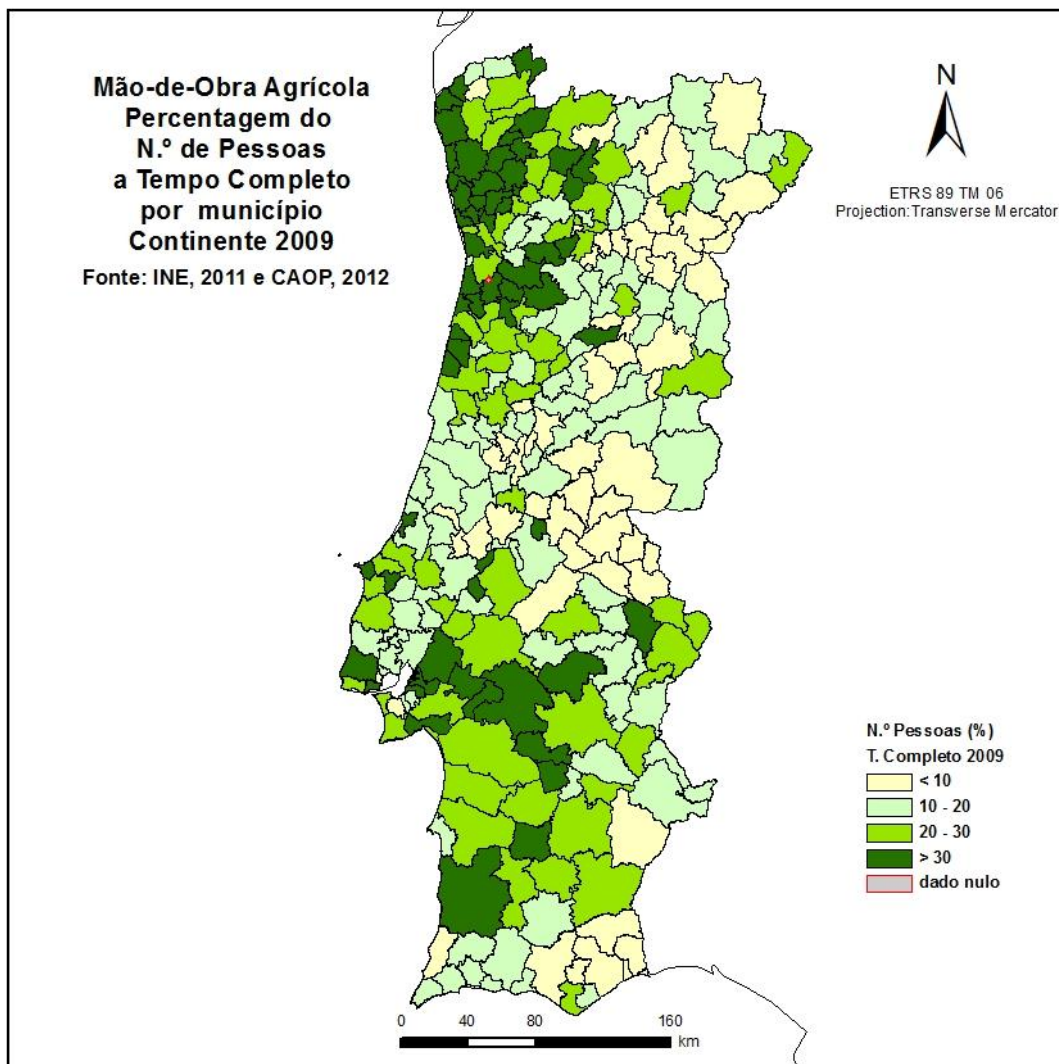


Classes (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	5	87	76	52	58
% de municípios	1,8%	31,3%	27,3%	18,7%	20,9%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,3			69,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.5.2 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 30% em 60 municípios (21,6%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, na região Centro; Península de Setúbal, na região Lisboa e Alentejo Central, na região Alentejo, com valor máximo de 80,0% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Considerando a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas superior a 20% verificamos que o número de municípios aumenta para 126 (23,7%), havendo que acrescentar municípios das NUTS Oeste, na região Centro e Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo. A percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 10% em 57 municípios (20,5%), a grande maioria pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo na região Alentejo e região Algarve, com o valor mínimo de 0,7% no município de Mação, na NUTS III Pinhal Interior Sul. Assim, encontramos em 2009 os valores mais elevados da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas na zona mais litorais da região Norte e Centro os valores mais baixos nas zonas interiores das regiões Norte e Centro, NUTS III Alto Alentejo e na região Algarve.

Figura 8.5.5.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

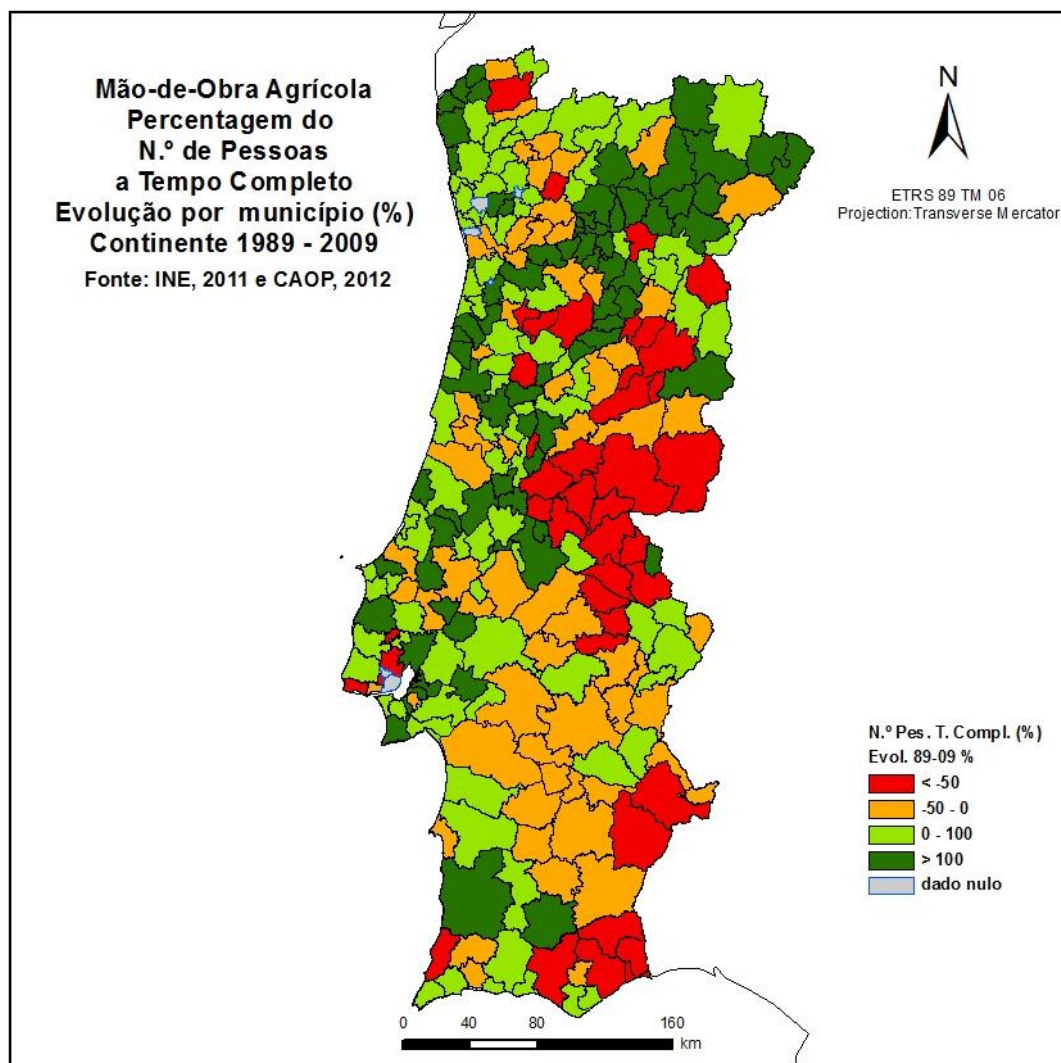


Classes (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	20 – 30	> 30
N.º de municípios	1	57	94	66	60
% de municípios	0,4%	20,5%	33,8%	23,7%	21,6%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,7			80,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.5.3 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em 106 municípios (38,1%), pertencentes principalmente às NUTS III Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e na região Algarve, com destaque para um núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Alto Alentejo, em que os decréscimos foram inferiores a -50%. O decréscimo máximo da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas foi -96,3%, no município de Mação, na NUTS III Pinhal Interior Sul. A percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 166 municípios (59,7%), dos quais 75 com aumento superior a 100%, a grande maioria nas NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; região Lisboa e Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo, com o máximo de 11321,9%, no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima.

Figura 8.5.5.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



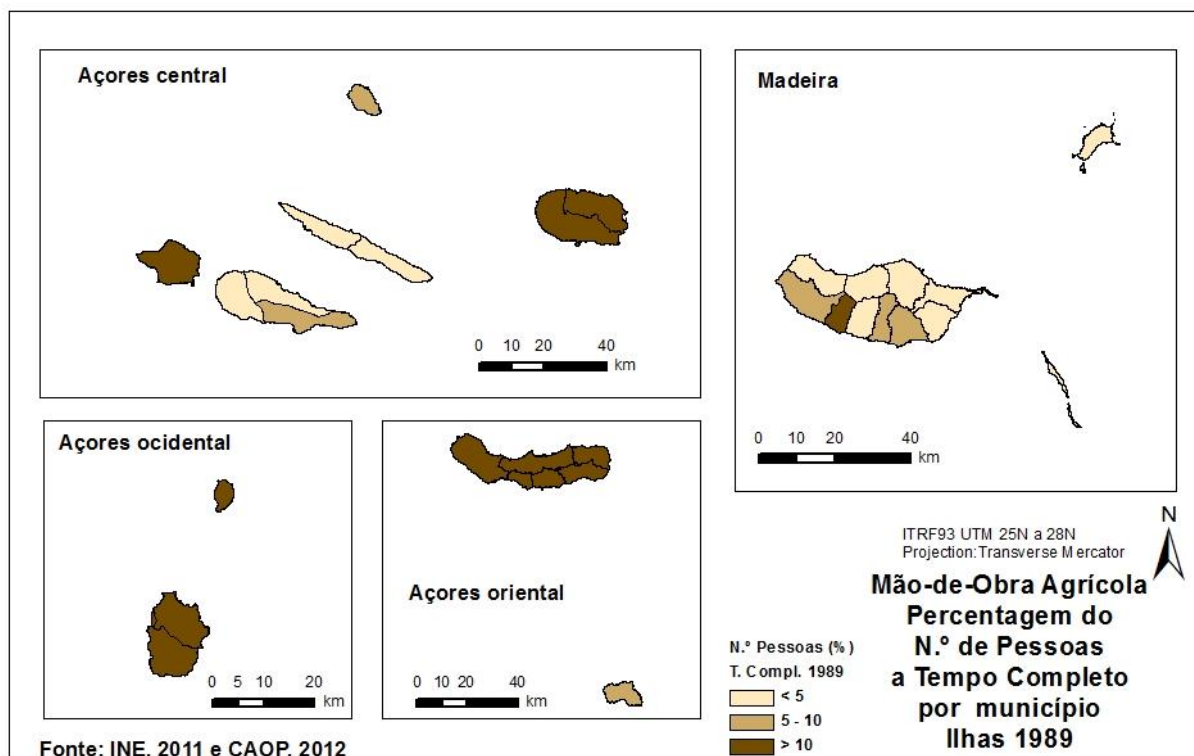
Classes (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 100	> 100
N.º de municípios	6	42	64	91	75
% de municípios	2,2%	15,1%	23,0%	32,7%	27,0%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		-96,3			11321,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.5.4 e 8.5.5.5 apresenta-se a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.5.4, na região autónoma dos Açores, a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 10% em 12 município (63,1%), com o máximo de 20,8% no município de Angra do Heroísmo, e é inferior a 5% em 4 municípios (21,1%), com o mínimo de 2,9% no município de Madalena. Nos restantes 3 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 5 e 10 %. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 10% apenas no município de Ponta do Sol, com o máximo de 10,5%, e é inferior a 5% em 7 municípios (63,6%), com o mínimo de 0,06% no município de Porto Moniz. Nos restantes 3 municípios da região autónoma da Madeira a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas está compreendida entre 5 e 10%. Verificamos assim que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.5.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

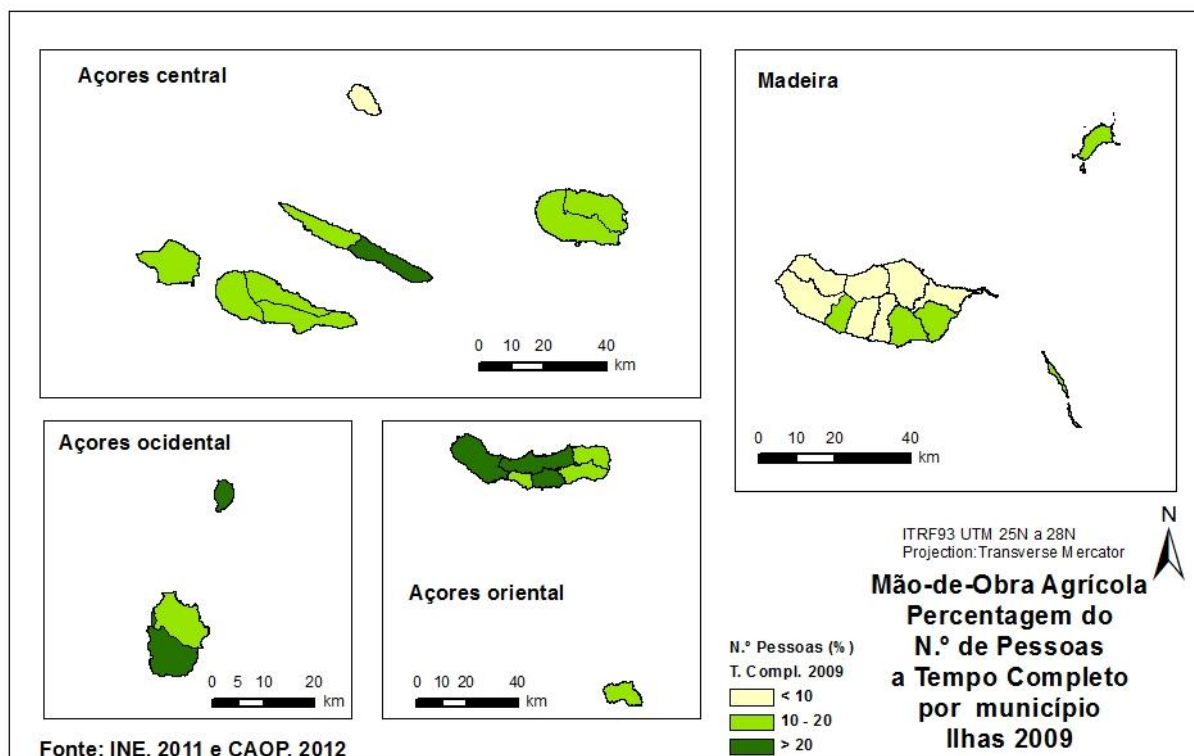


Ilhas				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	11	6	13
% de municípios	0,0%	36,7%	20,0%	43,3%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,06		20,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	4	3	12
% de municípios	0,0%	21,1%	15,8%	63,1%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		2,9		20,8
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	7	3	1
% de municípios	0,0%	63,6%	27,3%	9,1%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		0,06		10,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.5.5, na região autónoma dos Açores, a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 20% em 6 municípios (20,0%), com o máximo de 47,1% no município de Corvo, e é inferior a 10% apenas no município de Santa Cruz da Graciosa, com o mínimo de 9,3%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 10% em 4 municípios (36,4%), com o máximo de 16,1% no município de Santa Cruz, e é inferior a 10% em 7 municípios (63,6%), com o mínimo de 3,0% no município de Porto Moniz. Verificamos que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, em 2009, tal como em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.5.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



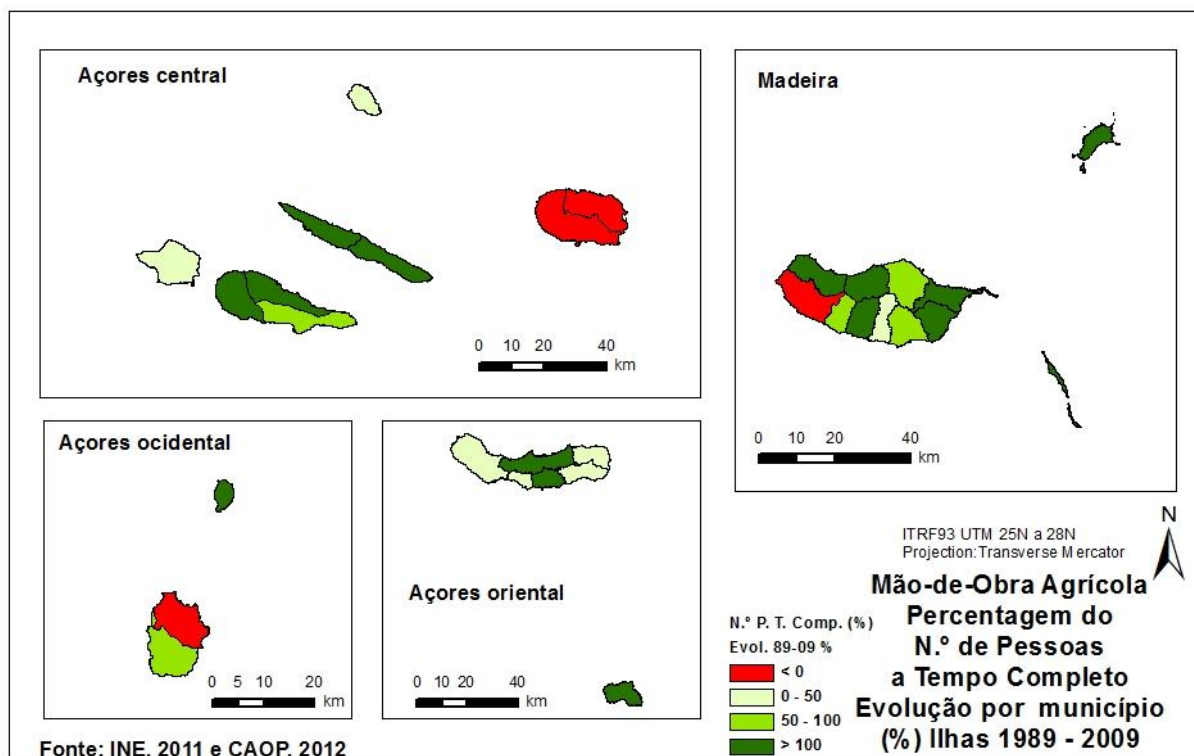
Ilhas				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	8	16	6
% de municípios	0,0%	26,7%	53,3%	20,0%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		3,0		47,2
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	1	12	6
% de municípios	0,0%	5,3%	63,1%	31,6%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		9,3		47,2
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	0	7	4	0
% de municípios	0,0%	63,6%	36,4%	
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		3,0	16,1	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.5.6 podemos observar a evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas diminuiu, de 1989 para 2009, apenas em 3 municípios (15,8%), com o valor mínimo de -6,4% no município de Santa Cruz das Flores, e aumentou nos restantes 16 municípios (84,2%). Salienta-se que em 8 municípios a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou mais de 100%, de 1989 para 2009, com o valor máximo de 833,8%, no município de Calheta de S. Jorge. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 10 municípios (90,9%), com o valor máximo de 5141,9%, no município de Porto Moniz, com aumentos superiores a 100% em 6 municípios. A percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu apenas no município de Calheta, com o valor mínimo de -21,9%. De 1989 para 2009 verificamos uma situação similar na evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas nos municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 8.5.5.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	4	7	5	14
% de municípios	0,0%	13,3%	23,3%	16,7%	46,7%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		-21,9			5141,9
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	3	6	2	8
% de municípios	0,0%	15,8%	31,6%	10,5%	42,1%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		-6,4			833,8
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	1	1	3	6
% de municípios	0,0%	9,1%	9,1%	27,3%	54,5%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas)		-21,9			5141,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

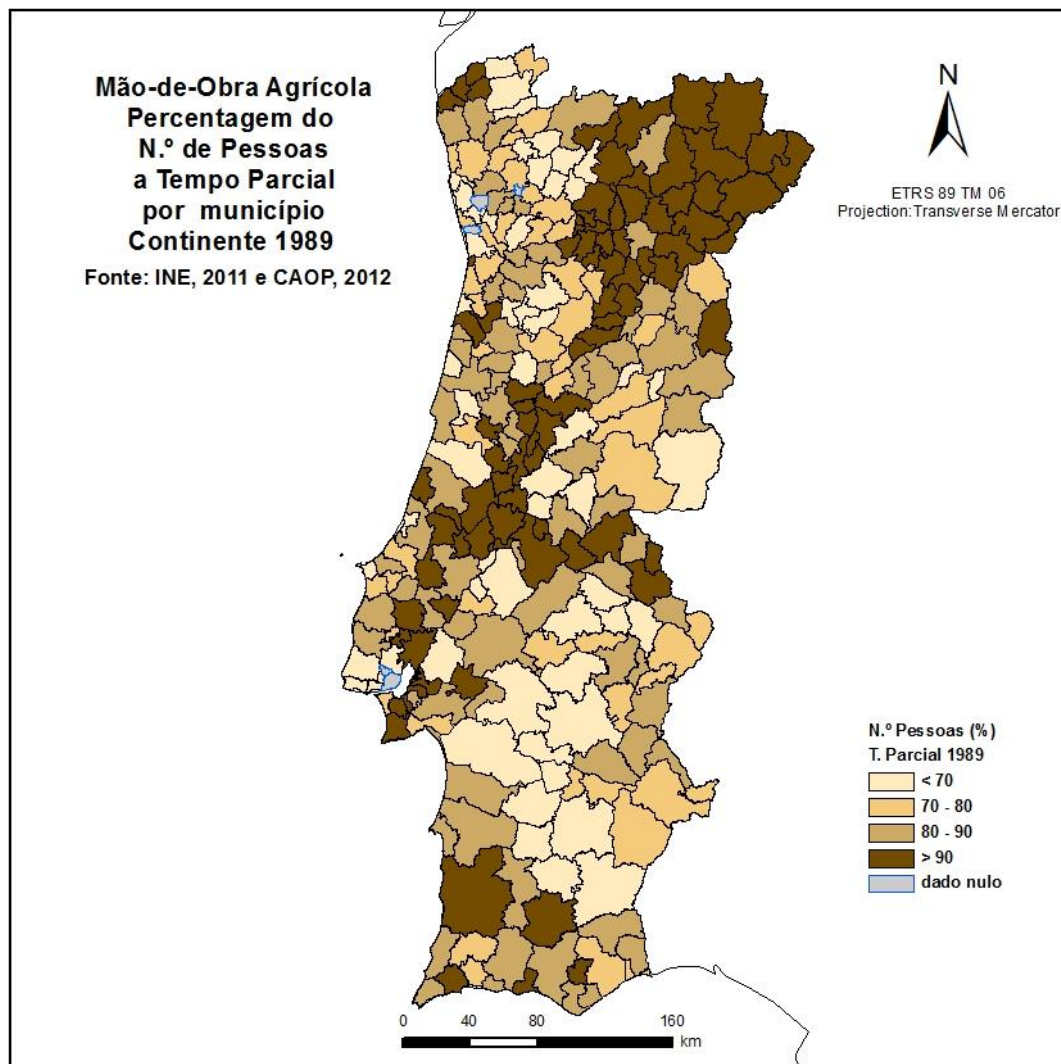
Analisando os dados agregados da percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo completo relativamente ao número total, ao nível das NUTS I, verificamos que no Continente, de 1989 para 2009, a percentagem aumentou 8,0%, representando 18,1% da mão-de-obra total em 1989 e 19,6% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 51,7%, representando 12,8% em 1989 e 19,4% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 91,0%, representando 4,6% em 1989 e 8,8% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em todas NUTS I verificando-se o maior aumento na região autónoma da Madeira, seguido da região autónoma dos Açores e com o menor aumento o Continente.

8.5.6 Proporção de mão-de-obra agrícola a tempo parcial nas explorações agrícolas

Nas figuras 8.5.6.1 e 8.5.6.2 apresenta-se a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.6.1 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 90%, em 87 municípios (31,3%), principalmente pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, na região Centro, e Alto Alentejo, na região Alentejo, com valor máximo de 99,7% no município de Caminha, na NUTS III Minho-Lima. A percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é inferior a 70% em 58 municípios (20,9%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Ave, Tâmega e Grande Porto, na região Norte; Dão-Lafões e Pinhal Interior Norte, na região Centro; Grande Lisboa, na região Lisboa, e Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, com o valor mínimo de 30,9% no município de Oliveira de Frades, na NUTS III Dão-Lafões. Assim encontramos os valores mais elevados da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícola nas zonas interior e central da região Norte e zona central da região Centro e os valores mais baixos nas zonas mais litorais das regiões Norte e Centro, região de Lisboa e zona central da região Alentejo.

Figura 8.5.6.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

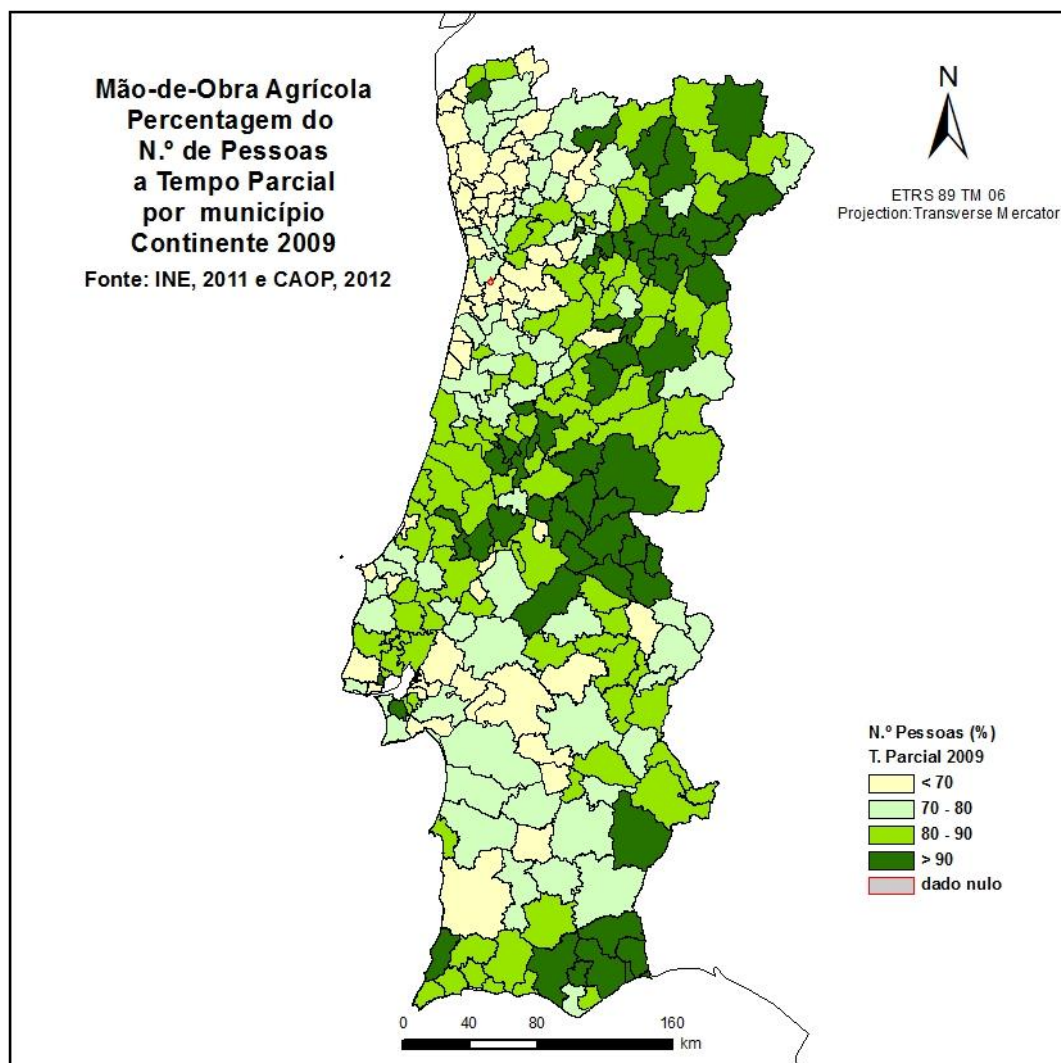


Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	5	58	52	76	87
% de municípios	1,8%	20,9%	18,7%	27,3%	31,3%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		30,9			99,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.6.2 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 90%, em 57 municípios (20,5%), principalmente pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, na região Alentejo, e região Algarve, com valor máximo de 99,3% no município de Mação, na NUTS III Pinhal Interior Sul. A percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é inferior a 70% em 60 municípios (21,6%), com destaque para municípios pertencentes às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, na região Centro e Alentejo Central, na região Alentejo, com o valor mínimo de 20,0% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Assim encontramos os valores mais elevados da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas na zona interior e central das regiões norte e Centro, no Alto Alentejo e na região Algarve e os valores mais baixos nas zonas litoral e central da região Norte, na zona litoral da região Centro e zona litoral e central da região Alentejo.

Figura 8.5.6.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

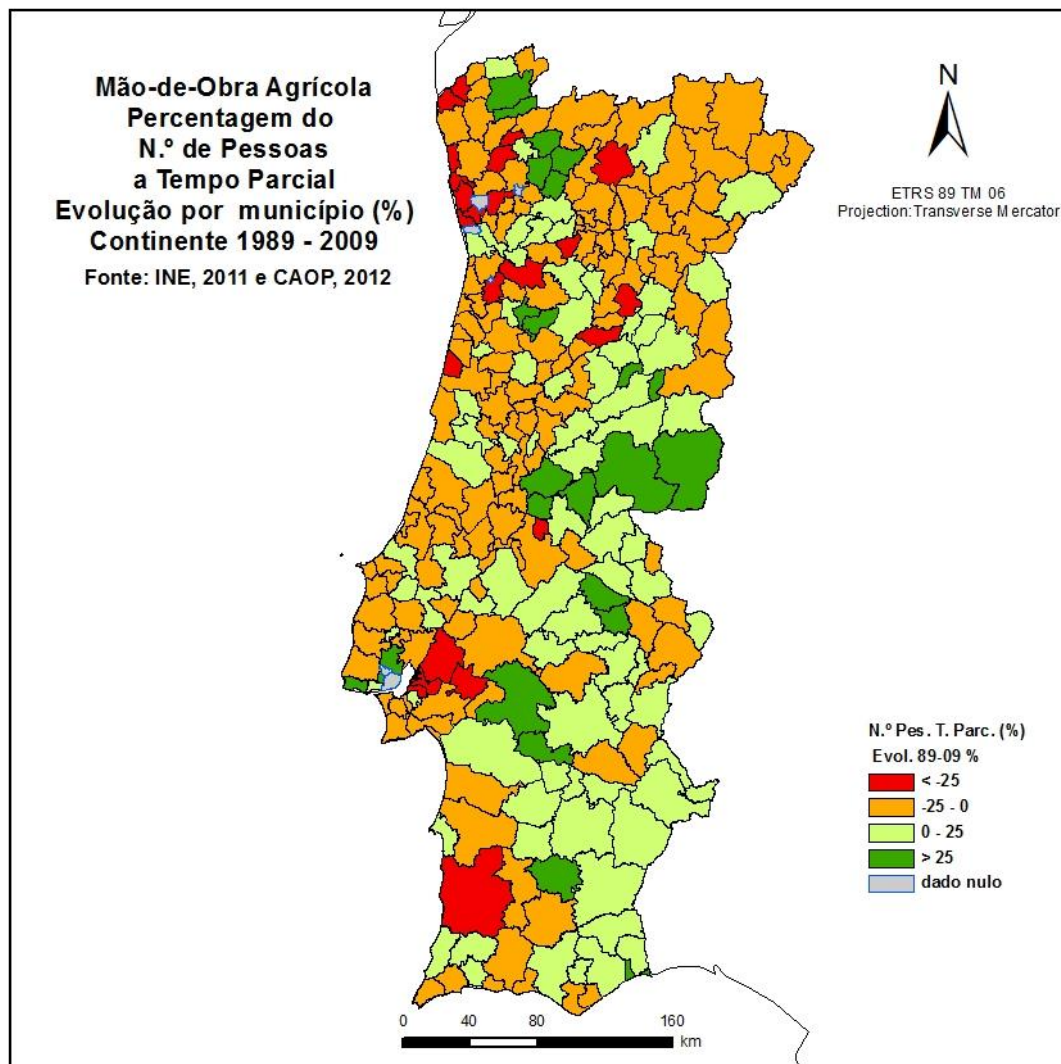


Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	1	60	66	94	57
% de municípios	0,4%	21,6%	23,7%	33,8%	20,5%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		20,0			99,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.6.3 podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em 166 municípios (59,7%), a grande maioria nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; região Lisboa e Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo, com o máximo de -56,1%, no município de Alcochete, na NUTS III Península de Setúbal. A percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 106 municípios (38,1%), pertencentes principalmente às NUTS III Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com destaque para um núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul em que os acréscimos foram superiores a 25%. O acréscimo máximo da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas foi 157,8%, no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa. De maneira genérica poderemos dizer que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu na região Norte, na zona litoral e central da região Centro, na região Lisboa e no litoral da região Alentejo e aumentou na zona interior e central da região Centro, na zona interior e central da região Alentejo e na região Algarve.

Figura 8.5.6.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



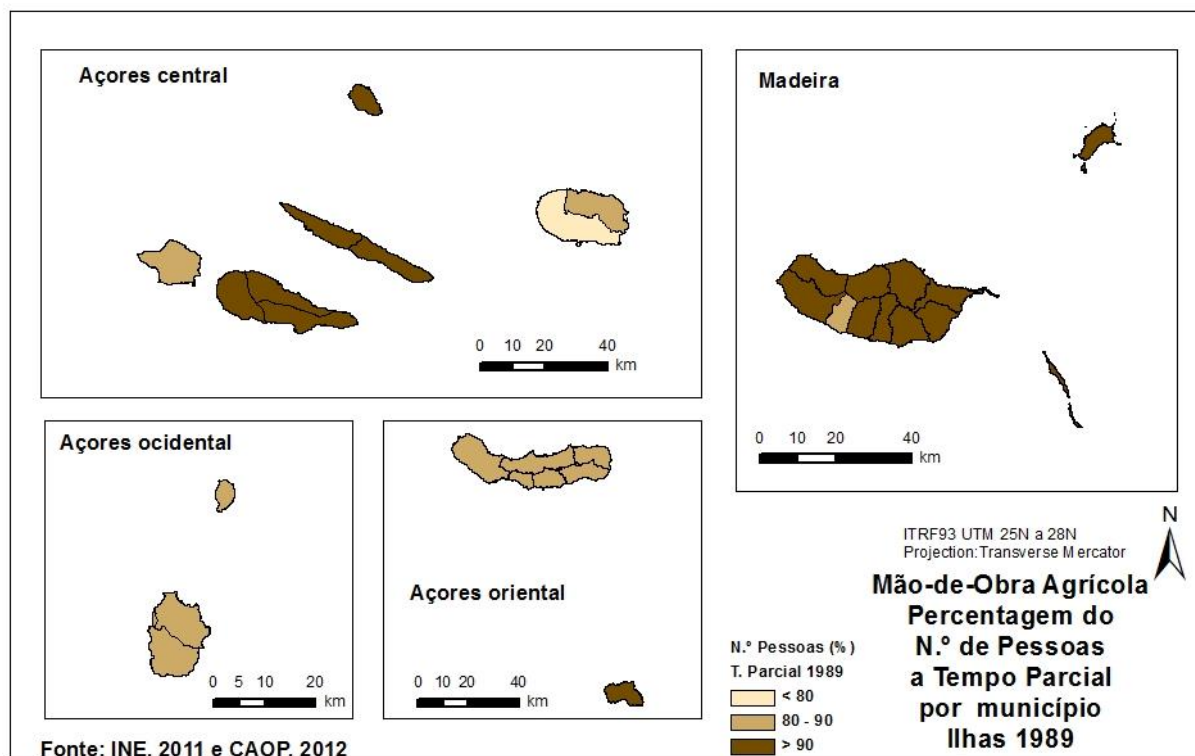
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -25	-25 – 0	0 – 25	> 25
N.º de municípios	6	22	144	82	24
% de municípios	2,2%	7,9%	51,8%	29,5%	8,6%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-56,1			157,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.6.4 e 8.5.6.5 apresenta-se a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.6.4, na região autónoma dos Açores, a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 90% em 7 município (36,8%), com o máximo de 96,4% no município de Calheta de S. Jorge, e é inferior a 80% apenas no município de Angra do Heroísmo, com o mínimo de 79,2%. Nos restantes 11 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas está compreendida entre 80 e 90%. Observamos a preponderância de municípios com percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 superior a 90% nos municípios do grupo central. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 1989 é superior a 90% em 10 municípios (90,9%), com o máximo de 99,8%, no município de S. Vicente, e é inferior a 90% apenas no município de Ponta do Sol, com o mínimo de 89,5%. Verificamos assim que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma da Madeira do que nos municípios da região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.6.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

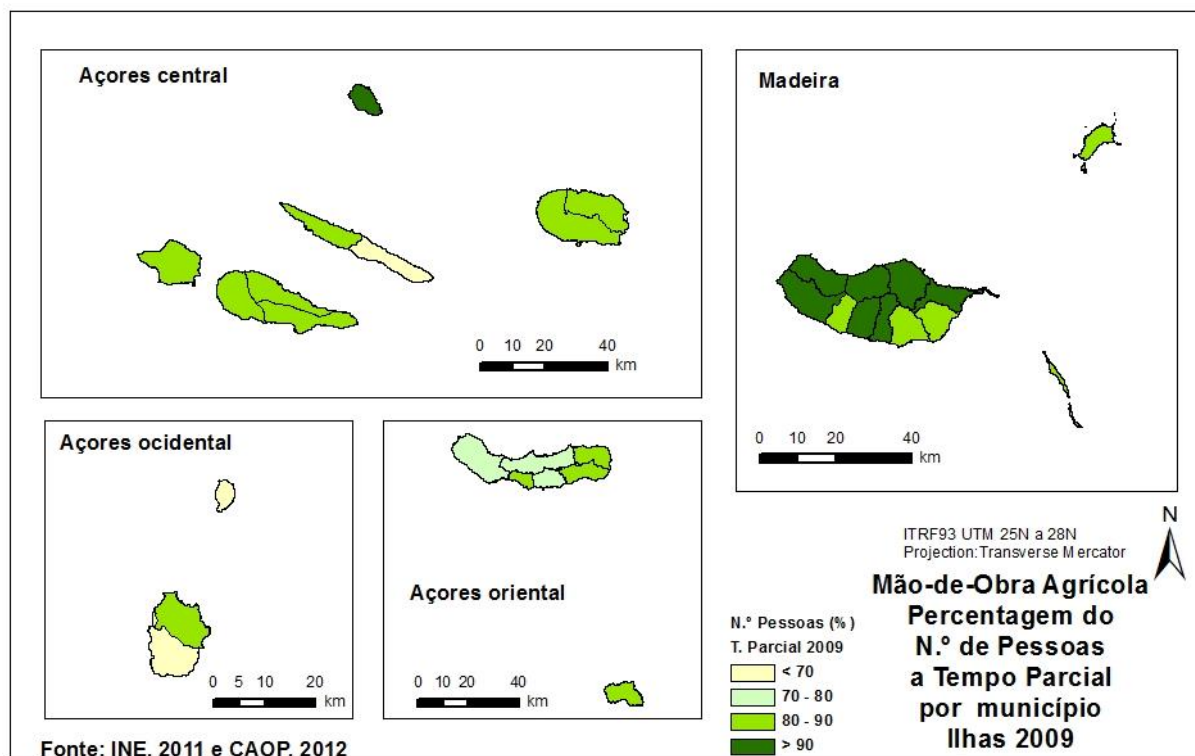


Ilhas				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	1	12	17
% de municípios	0,0%	3,3%	40,0%	56,7%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		79,2		99,8
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	1	11	7
% de municípios	0,0%	5,3%	57,9%	36,8%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		79,2		96,4
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	0	1	10
% de municípios	0,0%		9,1%	90,9%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)			89,5	99,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.6.5, na região autónoma dos Açores, a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 90% apenas no município de S. Cruz da Graciosa, com o máximo de 90,8% e é inferior a 70% em 3 municípios (15,8%), com o mínimo de 52,8% no município de Corvo. Nos restantes 15 municípios da região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas está compreendida entre 70 e 90%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em 2009 é superior a 90% em 7 municípios (63,6%), com o máximo de 97,0%, no município de Porto Moniz, e é inferior a 90% nos restantes 4 municípios, com o mínimo de 83,6%, no município de Ponta do Sol. Verificamos assim que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, em 2009, tal como em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma da Madeira do que nos municípios da região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.6.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



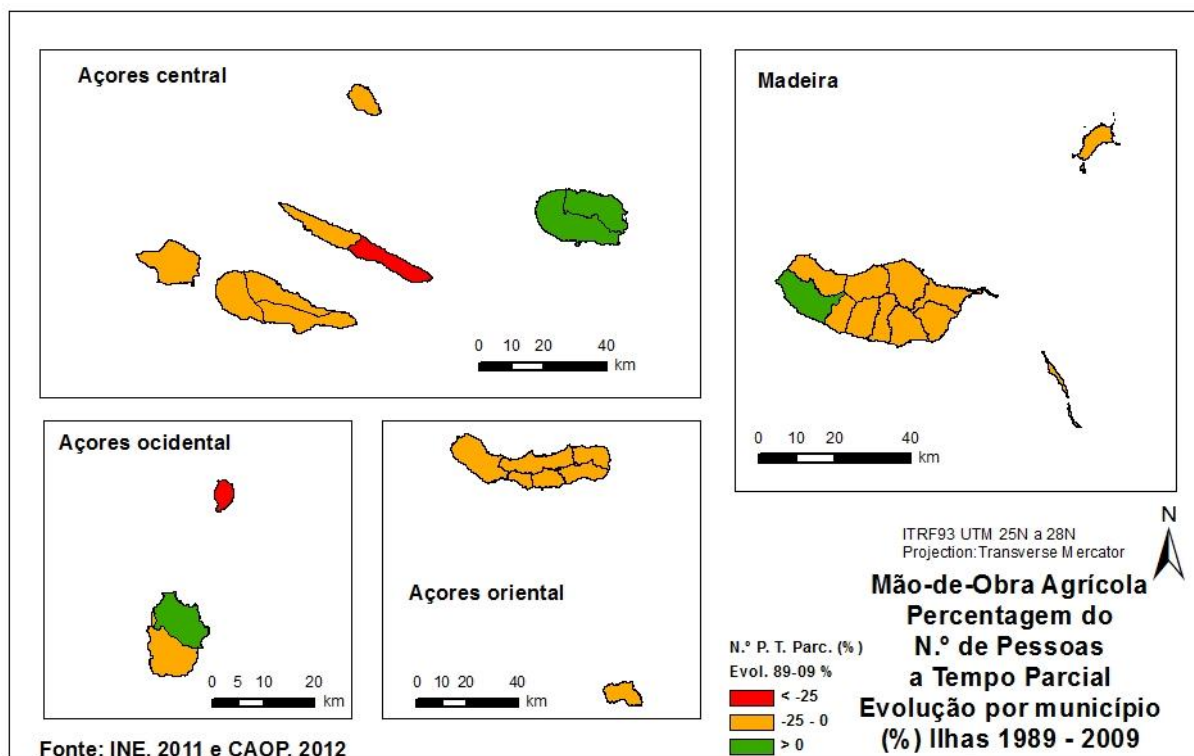
Ilhas					
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	3	3	16	8
% de municípios	0,0%	10,0%	10,0%	53,3%	26,7%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		52,8			97,0
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	3	3	12	1
% de municípios	0,0%	15,8%	15,8%	63,1%	5,3%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		52,8			90,8
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 70	70 – 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	0	0	0	4	7
% de municípios	0,0%			36,4%	63,6%
Valor mín. e máx. (% do nº de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)				83,6	97,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.6.6 podemos observar a evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu, de 1989 para 2009, em 16 municípios (84,2%), com o valor mínimo de -35,0% no município de Corvo, e aumentou apenas muito ligeiramente nos restantes 3 municípios (15,8%), com o máximo de 1,2% no município de Angra do Heroísmo. Salienta-se que 2 dos municípios em que houve aumento da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, são os 2 municípios da Ilha Terceira. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em 10 municípios (90,9%), com o valor mínimo de -12,9% no município de Santa Cruz. A percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou apenas no município de Calheta, com o valor máximo de 1,2%. De 1989 para 2009 verificamos uma situação similar na evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas nos municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 8.5.6.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	2	24	4
% de municípios	0,0%	6,7%	80,0%	13,3%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-35,0		1,3
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	2	14	3
% de municípios	0,0%	10,5%	73,7%	15,8%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)		-35,0		1,2
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -25	-25 – 0	> 0
N.º de municípios	0	0	10	1
% de municípios	0,0%		90,9%	9,1%
Valor mín. e máx. (% do n.º de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas)			-12,9	1,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo parcial relativamente ao número total, ao nível das NUTS I, verificamos que, no Continente, de 1989 para 2009, a percentagem diminuiu 1,8%, representando 81,9% da mão-de-obra total em 1989 e 80,4% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 7,6%, representando 87,2% em 1989 e 80,6% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 4,4%, representando 95,4% em 1989 e 91,2% em 2009. Verificamos assim que a percentagem de mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em todas NUTS I verificando-se a maior diminuição na região autónoma dos Açores, seguido da região autónoma da Madeira e com a menor diminuição o Continente.

8.5.7 Mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas

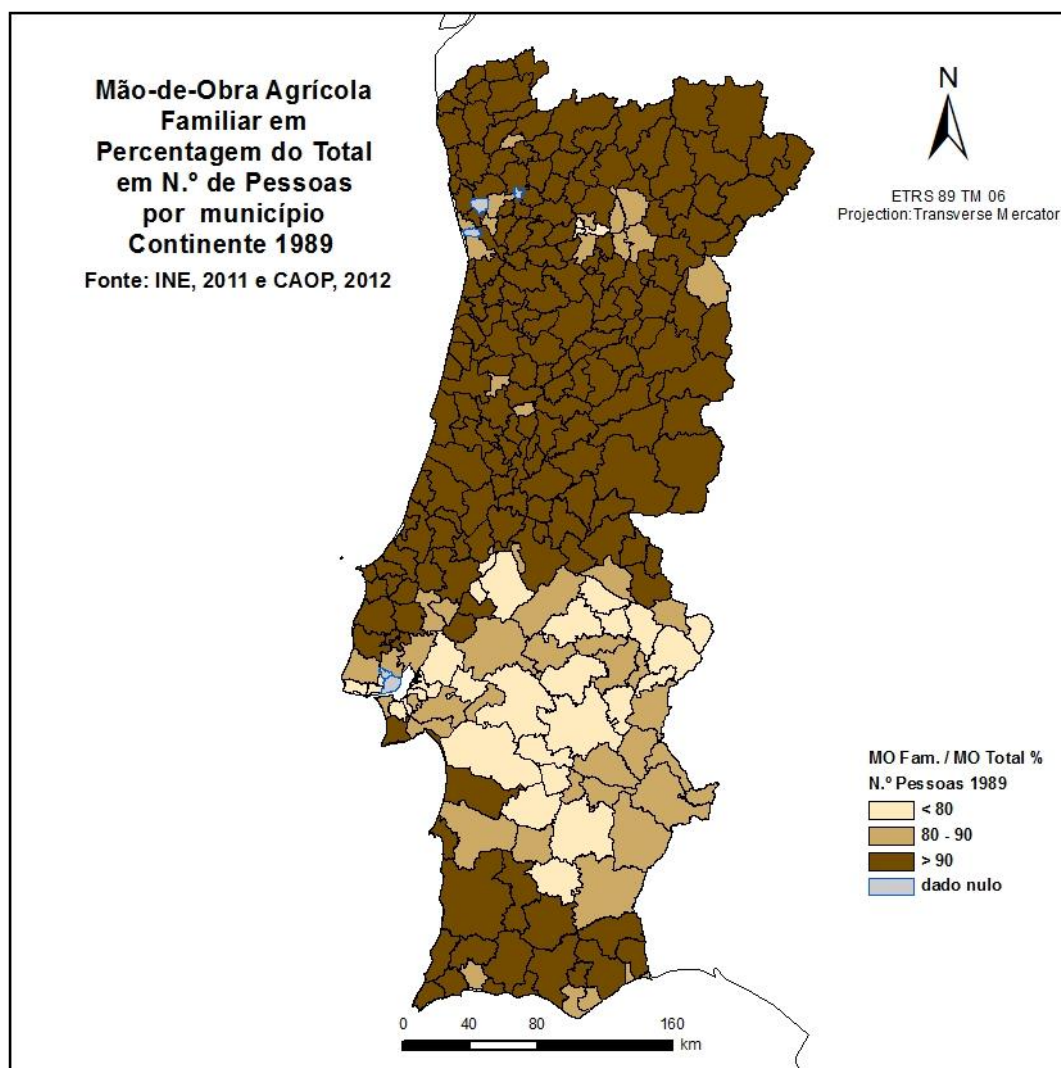
A mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas é constituída por pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração (INE, 2014).

Nas figuras 8.5.7.1 e 8.5.7.2 apresenta-se a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.7.1 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é superior a 90%, em 193 municípios (69,4%), sendo a quase totalidade dos municípios das regiões Norte Centro e Algarve e alguns municípios das NUTS III Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, da região Alentejo, agregados aos municípios das regiões referidas anteriormente, com valor máximo de 99,9% nos municípios de Castro de Aire e Vila Nova de Paiva, na NUTS III Dão-Lafões. A percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é inferior a 80% apenas em 30 municípios (10,8%), pertencentes às regiões Lisboa e Alentejo, com o valor mínimo de 52,4% no município de Montemor-o-Novo, na NUTS III Alentejo Central. Assim em 1989 encontramos os valores mais elevados da percentagem da mão-de-obra agrícola

familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, nas regiões Norte, Centro e Algarve, e os valores mais baixos nas regiões Lisboa e Alentejo.

Figura 8.5.7.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

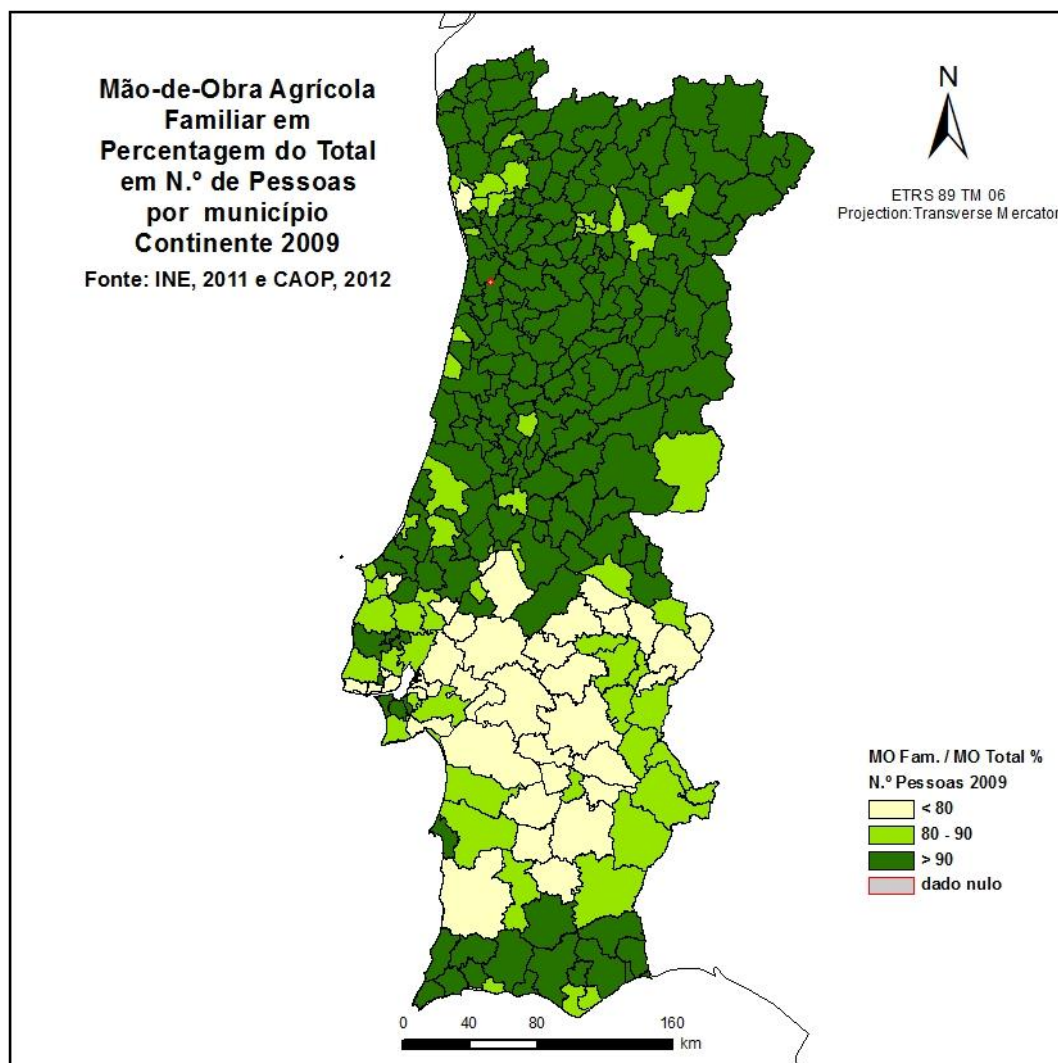


Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	5	30	50	193
% de municípios	1,8%	10,8%	18,0%	69,4%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		52,4		99,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.7.2 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 90% em 185 municípios (66,5%), sendo a quase totalidade dos municípios das regiões Norte, Centro e Algarve e alguns municípios das NUTS III Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, da região Alentejo, com valor máximo de 100,0% nos municípios de Amador e Barreiro, na região Lisboa. A percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é inferior a 80% apenas em 37 municípios (13,3%), pertencentes a quase totalidade às regiões Lisboa e Alentejo, com o valor mínimo de 12,0% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Assim em 2009 encontramos os valores mais elevados da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, nas regiões Norte, Centro e Algarve, e os valores mais baixos nas regiões Lisboa e Alentejo, tal como em 1989.

Figura 8.5.7.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

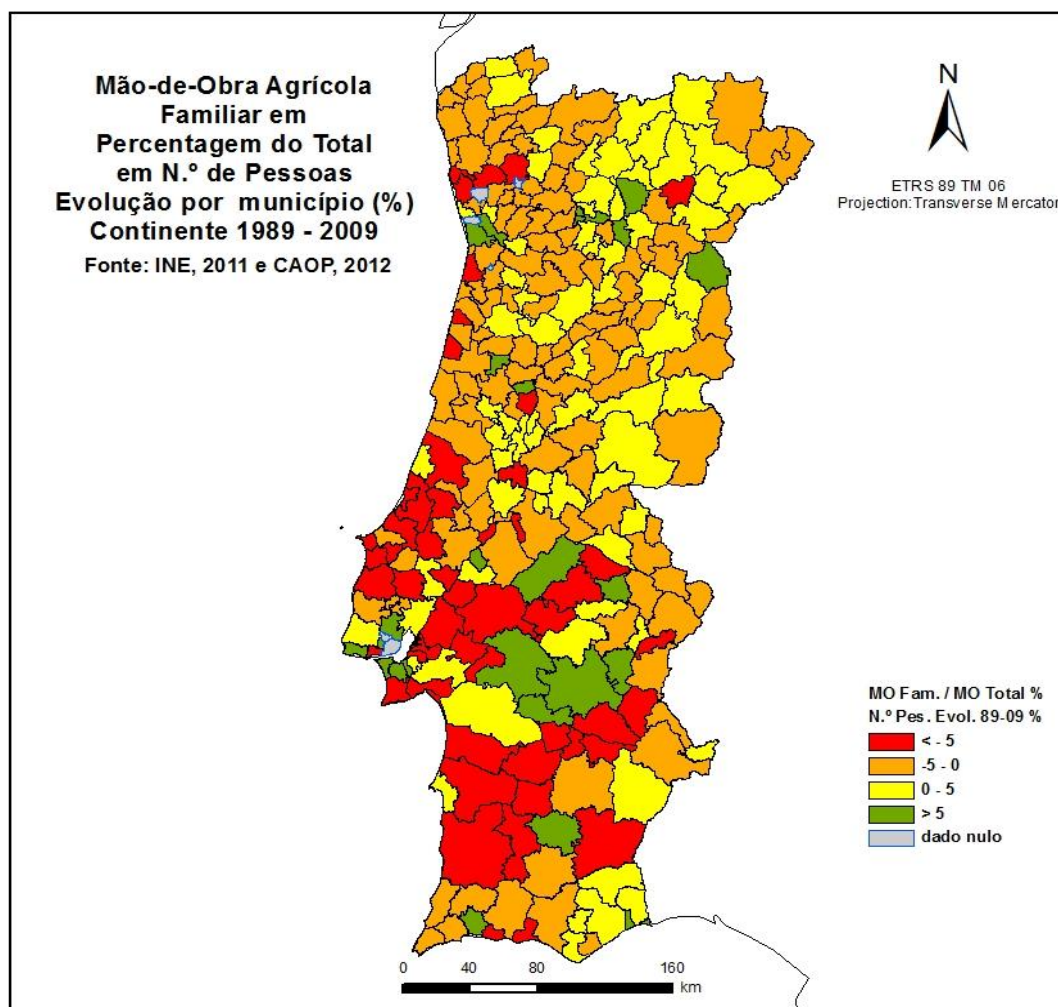


Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 80	80 – 90	> 90
N.º de municípios	1	37	55	185
% de municípios	0,4%	13,3%	19,8%	66,5%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		12,0		100,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.7.3 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em 166 municípios (59,7%), sendo de realçar os municípios com diminuição inferior a -5%, principalmente pertencentes às NUTS III Ave e Grande Porto, na região Norte; Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro e região Alentejo, com o mínimo de -44,8%, no município de Ferreira do Alentejo, na NUTS III Baixo Alentejo. A percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou em 100 municípios (36,0%), pertencentes principalmente às NUTS III Grande Porto e Douro, na região Norte; região Lisboa e Alentejo Central, na região Alentejo. O acréscimo máximo da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, foi 40,4%, no município de Amadora, na NUTS III Grande Lisboa.

Figura 8.5.7.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



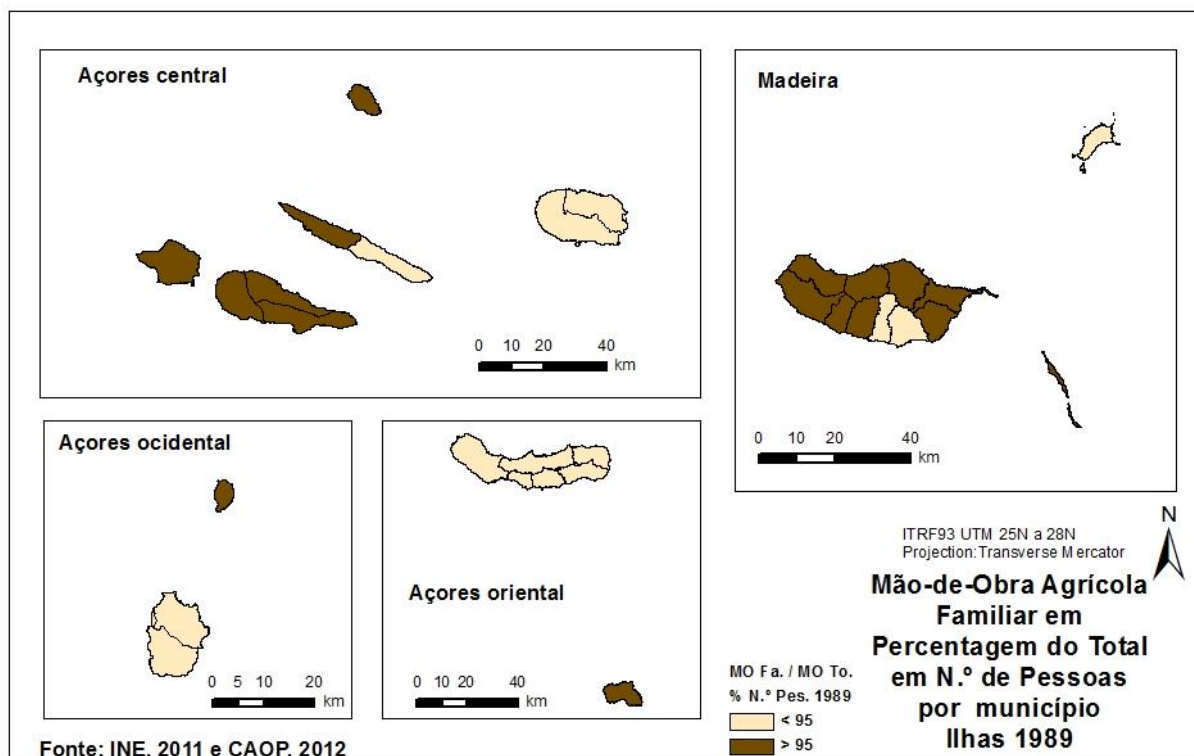
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -5	-5 – 0	0 – 5	> 5
N.º de municípios	6	51	121	75	25
% de municípios	2,2%	18,3%	43,5%	27,0%	9,0%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		-44,8			40,4

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.7.4 e 8.5.7.5 apresenta-se a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.7.4, na região autónoma dos Açores, a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é superior a 95% em 8 município (42,1%), com o máximo de 99,5% no município de Corvo, e é inferior a 95% nos restantes 11 municípios (57,9%), com o mínimo de 90,0% no município de Angra do Heroísmo. Observamos a preponderância de municípios com percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, superior a 95% nos municípios do grupo central. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989 é superior a 95% em 8 municípios (72,7%), com o máximo de 99,7%, no município de S. Vicente, e é inferior a 95% nos 3 restantes municípios, com o mínimo de 90,3% no município de Funchal. Verificamos assim que percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma da Madeira do que nos municípios da região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.7.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

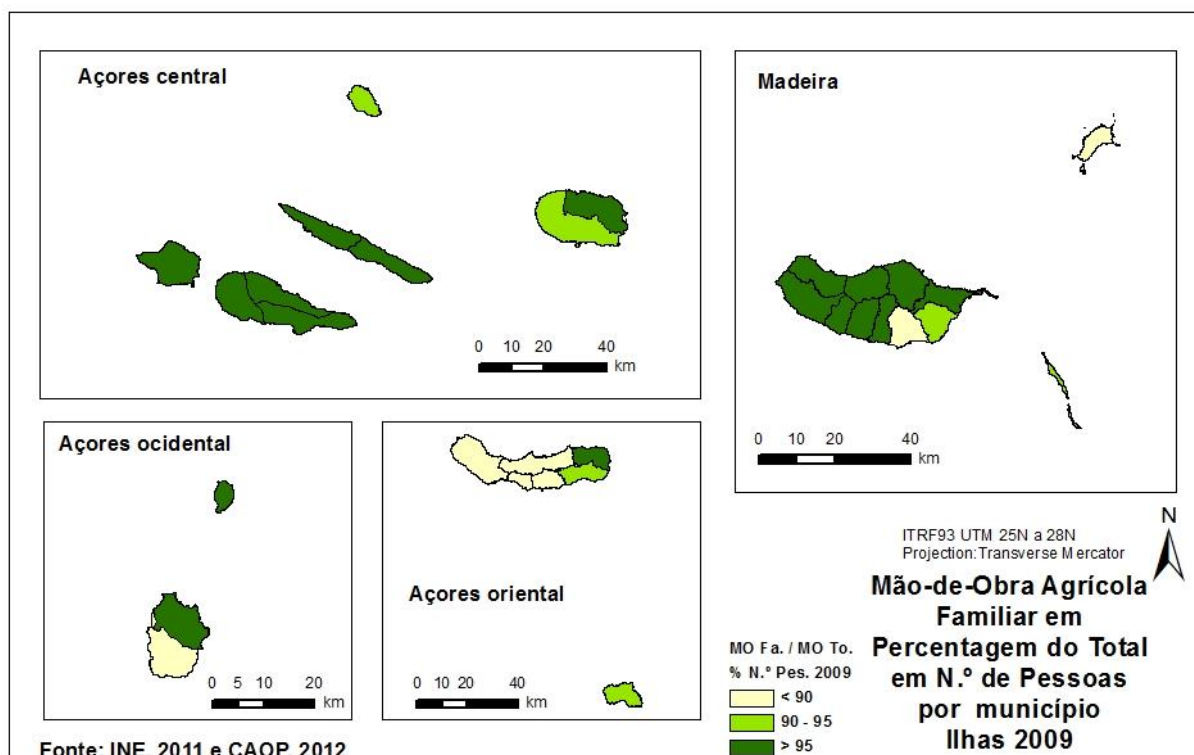


Ilhas			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 95	> 95
N.º de municípios	0	14	16
% de municípios	0,0%	46,7%	53,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		90,0	99,7
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 95	> 95
N.º de municípios	0	11	8
% de municípios	0,0%	57,9%	42,1%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		90,0	99,5
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 95	> 95
N.º de municípios	0	3	8
% de municípios	0,0%	27,3%	72,7%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		90,3	99,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.7.5, na região autónoma dos Açores, a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 95% em 10 município (52,6%), com o máximo de 99,5% no município de S. Roque do Pico, e é inferior a 90% em 5 municípios (26,3%), com o mínimo de 87,4% no município de Ponta Delgada. Os restantes 4 municípios têm percentagens de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, entre 90 e 95%. Tal como em 1989 continuamos a observar a preponderância de municípios com percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, superior a 95% nos municípios do grupo central. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 95% em 8 municípios (72,7%), com o máximo de 99,3%, no município de Machico, e é inferior a 90% em 2 municípios, com o mínimo de 86,2% no município de Porto Santo. Verificamos assim que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma da Madeira do que nos municípios da região autónoma dos Açores.

Figura 8.5.7.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



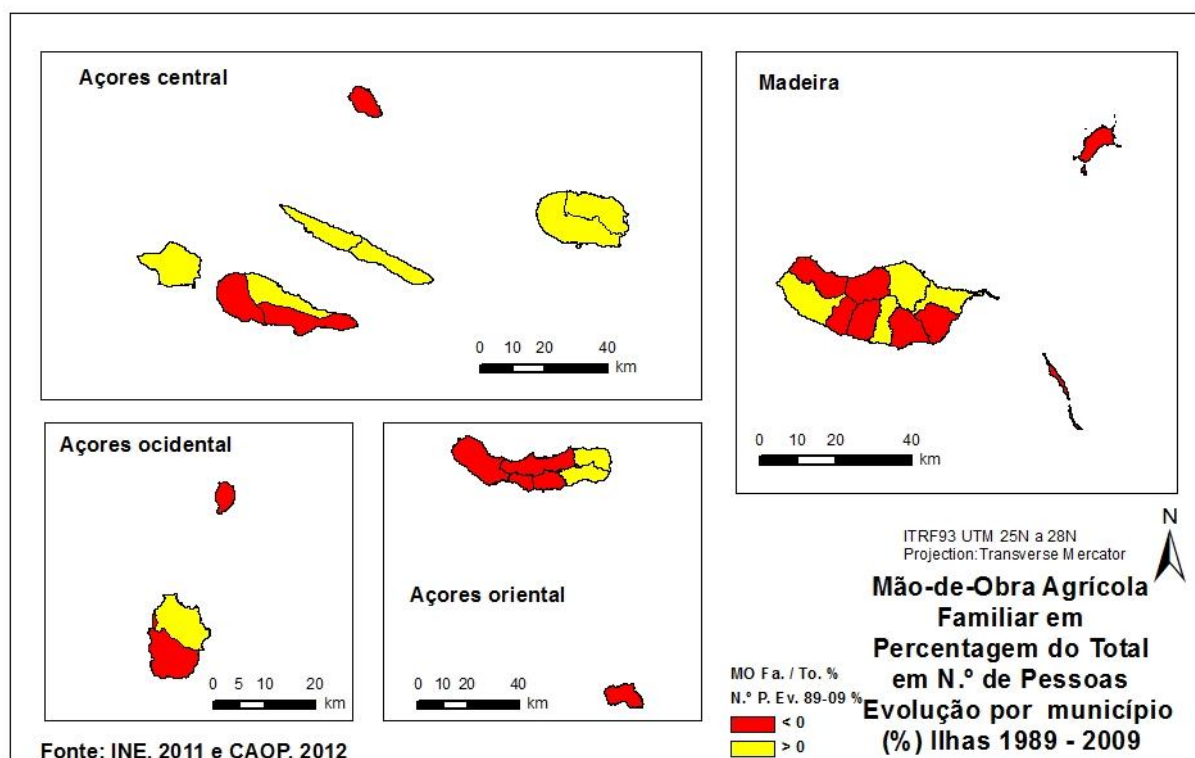
Ilhas				
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 90	90 – 95	> 95
N.º de municípios	0	7	5	18
% de municípios	0,0%	23,3%	16,7%	60,0%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		86,2		99,5
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 90	90 – 95	> 95
N.º de municípios	0	5	4	10
% de municípios	0,0%	26,3%	21,1%	52,6%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		87,4		99,5
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 90	90 – 95	> 95
N.º de municípios	0	2	1	8
% de municípios	0,0%	18,2%	9,1%	72,7%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		86,2		99,3

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.7.6 podemos observar a evolução da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, diminuiu, de 1989 para 2009, em 10 municípios (52,6%), com o valor mínimo de -7,2% no município de Lajes das Flores, e aumentou apenas muito ligeiramente nos restantes 9 municípios (47,4%), com o máximo de 5,4% no município de Santa Cruz das Flores. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em 7 municípios (63,6%), com o valor mínimo de -9,0% no município de Porto Santo. A percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou nos restantes 4 municípios, com o valor máximo de 2,9% no município de Câmara de Lobos. De 1989 para 2009 verificamos uma situação similar na evolução da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, nos municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Salienta-se que os aumentos e decréscimos da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, nas Ilhas, são muito pouco acentuados.

Figura 8.5.7.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	17	13
% de municípios	0,0%	56,7%	43,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		-9,0	5,4
Região Autónoma dos Açores			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	10	9
% de municípios	0,0%	52,6%	47,4%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		-7,2	5,4
Região Autónoma da Madeira			
Classes (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 0	> 0
N.º de municípios	0	7	4
% de municípios	0,0%	63,6%	36,4%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra familiar nas explorações agrícolas)		-9,0	2,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, ao nível das NUTS I, verificamos que, no Continente, de 1989 para 2009, a percentagem diminuiu 1,8%, representando 94,4% da mão-de-obra total em 1989 e 92,7% em 2009; na região autónoma dos Açores diminuiu 0,6%, representando 93,5% em 1989 e 92,9% em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 0,2%, representando 96,7% em 1989 e 96,5% em 2009. Verificamos assim que a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I em valores diminutos.

8.5.8 Mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas

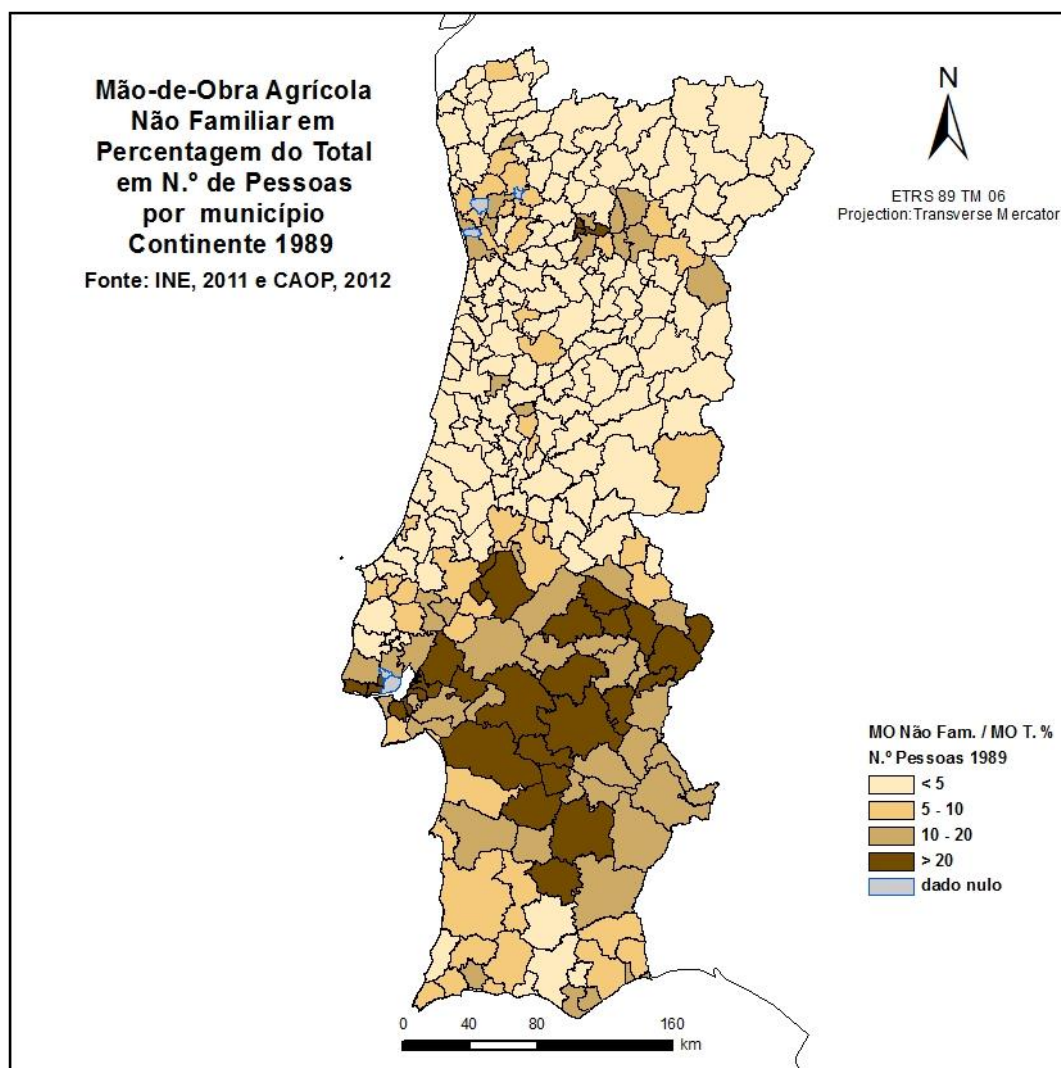
A mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas é constituída por pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família (INE, 2014).

Nas figuras 8.5.8.1 e 8.5.8.2 apresenta-se a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.8.1 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é superior a 20% em 30 municípios (10,8%), sendo a totalidade pertencente às NUTS III Douro, na região Norte; região Lisboa e região Alentejo, com o valor máximo de 47,6% no município de Montemor-o-Novo, na NUTS III Baixo Alentejo. Analisando os municípios em que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é superior a 10% verificamos que se registam, na quase totalidade, das NUTS III e regiões em que se verificam as percentagens superiores a 20%, acima identificadas. A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é inferior a 5% em 146 municípios (52,5%), a grande maioria pertencente às regiões Norte, Centro e Algarve, com o valor mínimo de 0,1% nos municípios de Castro de Aire e Vila Nova de Paiva, na NUTS III Dão-Lafões. Assim em 1989 encontramos os valores mais baixos da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar

nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, nas regiões Norte, Centro e Algarve, e os valores mais elevados nas regiões Lisboa e Alentejo.

Figura 8.5.8.1 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 1989.

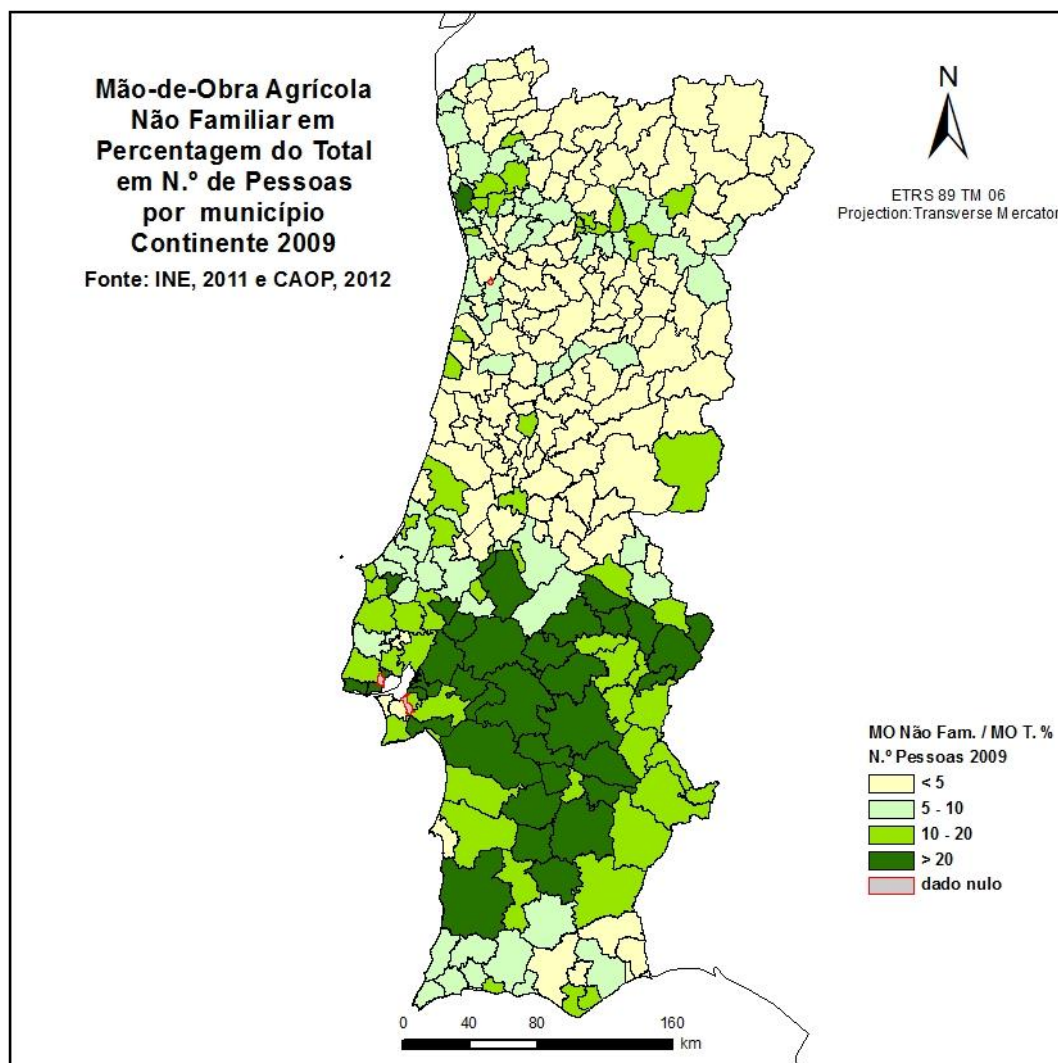


Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	5	146	47	50	30
% de municípios	1,8%	52,5%	16,9%	18,0%	10,8%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,1			47,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.8.2 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 20% em 37 municípios (13,3%), sendo a totalidade pertencente às regiões Lisboa e Alentejo, com o valor máximo de 88,0% no município de Lisboa, na NUTS III Grande Lisboa. Analisando os municípios em que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 10% verificamos que, além de municípios das regiões acima identificadas, se destacam também municípios das NUTS III Ave e Douro, na região Norte e Oeste, na região Centro. A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é inferior a 5% em 125 municípios (45,0%), a grande maioria pertencente às regiões Norte, Centro e Algarve, com o valor mínimo de 0,1% nos municípios de Castro de Aire e Vila Nova de Paiva, na NUTS III Dão-Lafões. Assim em 2009 encontramos os valores mais baixos da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, nas regiões Norte, Centro e Algarve e os valores mais elevados nas regiões Lisboa e Alentejo, tal como em 1989.

Figura 8.5.8.2 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental em 2009.

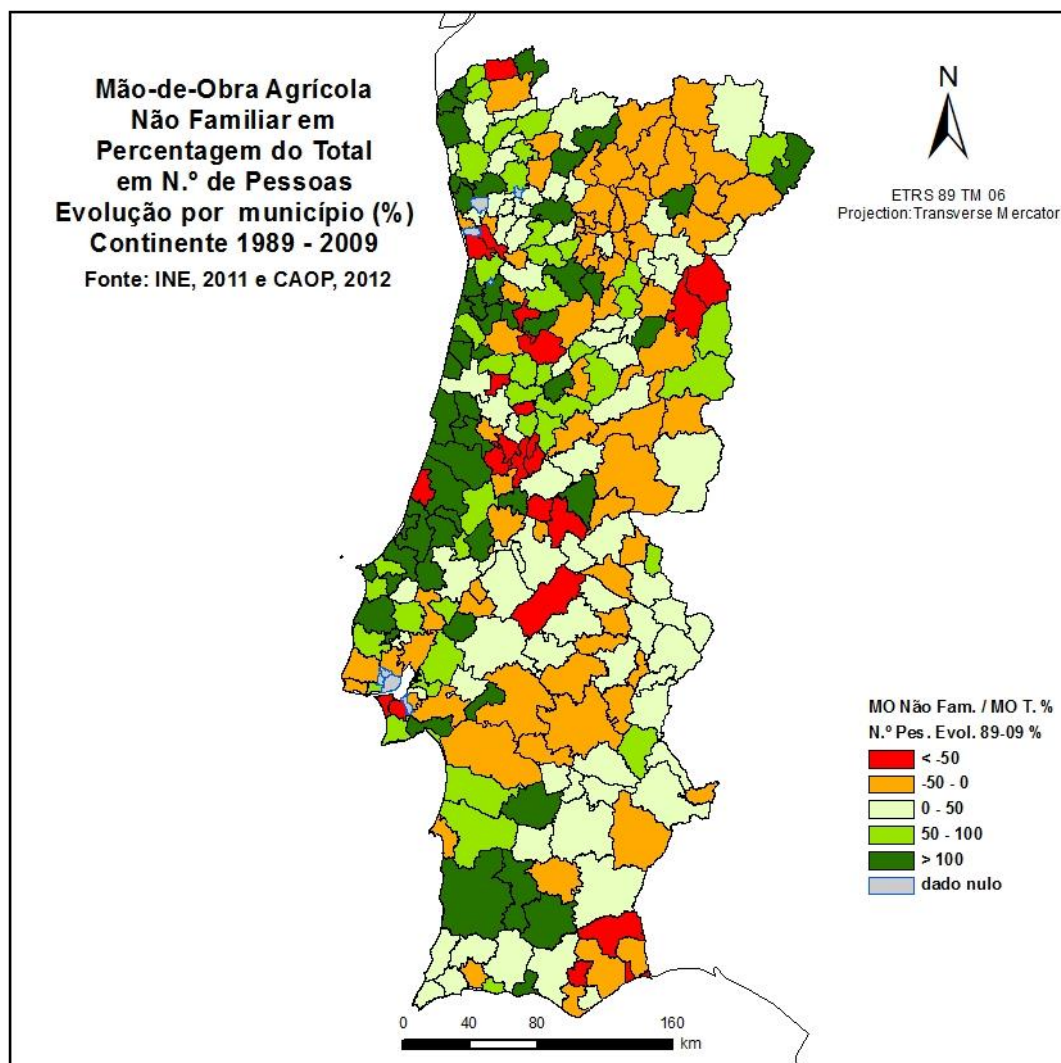


Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 5	5 – 10	10 – 20	> 20
N.º de municípios	3	125	59	54	37
% de municípios	1,1%	45,0%	21,2%	19,4%	13,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,3			88,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.8.3 podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em 98 municípios (35,3%). Encontrando-se estes municípios em todas regiões são de realçar, pelo número e contiguidade, os pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Douro e Grande Porto, na região Norte; Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro; Alentejo Central e zona oriental do Algarve, com o mínimo de - 81,3%, no município de Pedrógão Grande, na NUTS III Pinhal Interior Norte. A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou em 172 municípios (61,8%), pertencentes principalmente às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro; Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo e zona ocidental da região Algarve. É de realçar que em 53 municípios (19,0%) o aumento da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, foi superior a 100%, de 1989 para 2009, principalmente em municípios do litoral das regiões Norte e Centro, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo. O acréscimo máximo da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, foi 875,1%, no município de Vila Nova de Paiva, na NUTS III Dão-Lafões.

Figura 8.5.8.3 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



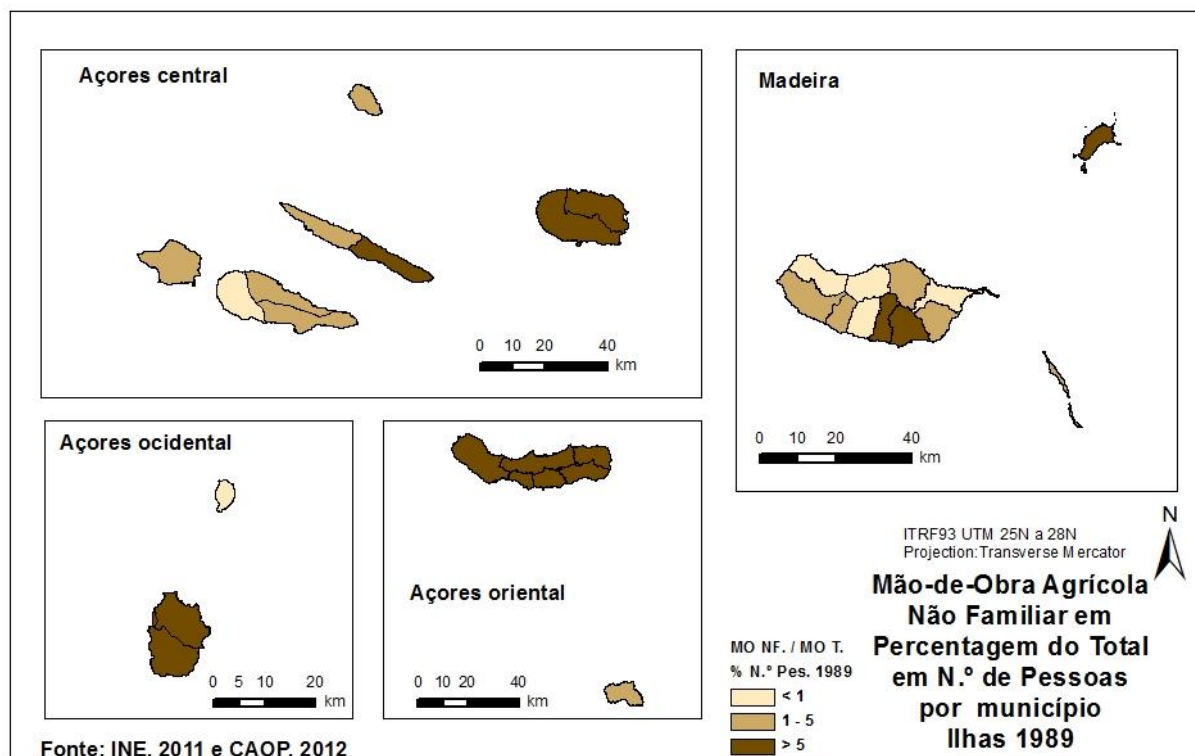
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 – 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	8	23	75	76	43	53
% de municípios	2,9%	8,3%	27,0%	27,3%	15,5%	19,0%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		-81,3				875,1

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.5.8.4 e 8.5.8.5 apresenta-se a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.5.8.4, na região autónoma dos Açores, a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é superior a 5% em 11 município (57,9%), com o máximo de 10,0% no município de Angra do Heroísmo, e é inferior a 1% nos restantes 2 municípios (10,5%), com o mínimo de 0,5% no município de Corvo. Nos restantes 6 municípios a percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, está compreendida entre 1 e 5%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989 é superior a 5% em 3 municípios (27,3%), com o máximo de 9,7%, no município de Funchal, e é inferior a 1% em 4 municípios (36,4%), com o mínimo de 0,3% no município de S. Vicente. Verificamos assim que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 1989, é genericamente mais elevada nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.5.8.4 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 1989.

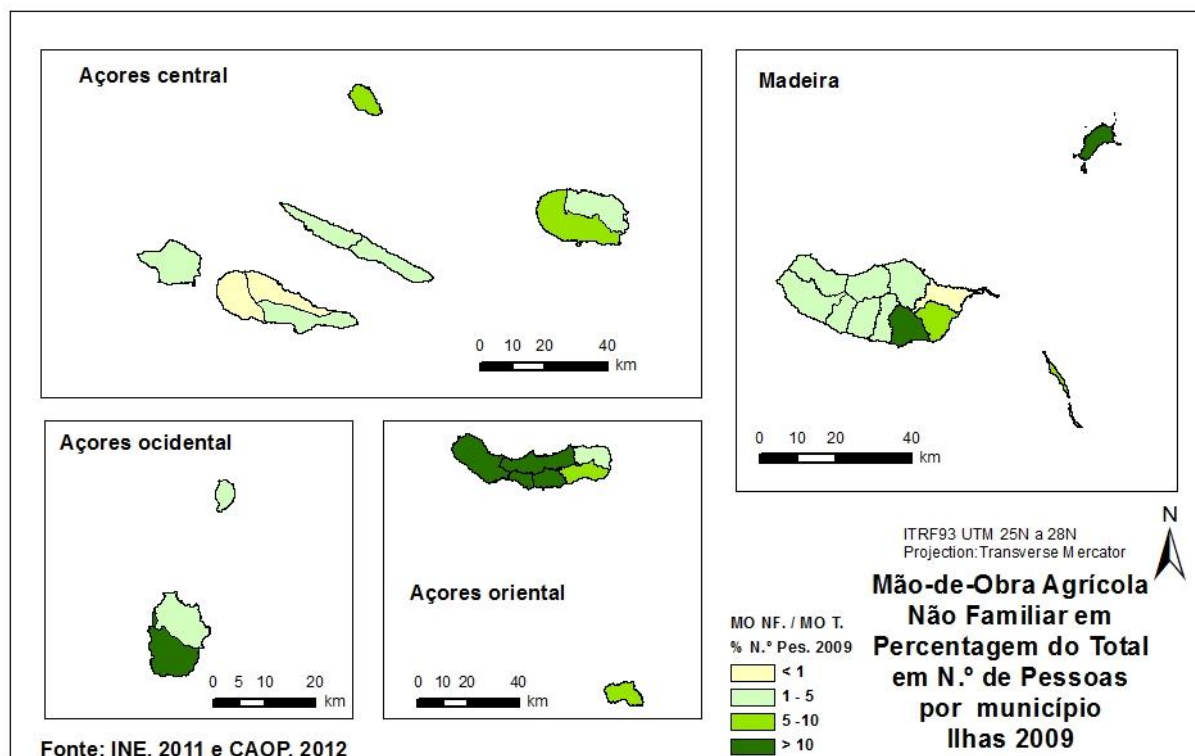


Ilhas				
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	6	10	14
% de municípios	0,0%	20,0%	33,3%	46,7%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,3		10,0
Região Autónoma dos Açores				
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	2	6	11
% de municípios	0,0%	10,5%	31,6%	57,9%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,5		10,0
Região Autónoma da Madeira				
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	> 5
N.º de municípios	0	4	4	3
% de municípios	0,0%	36,4%	36,4%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,3		9,7

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.5.8.5, na região autónoma dos Açores, a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é superior a 10% em 5 município (26,3%), com o máximo de 12,7% no município de Lajes das Flores, e é inferior a 1% em 2 municípios (10,5%), com o mínimo de 0,5% no município de S. Roque do Pico. Nos restantes 8 municípios a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, está compreendida entre 1 e 10%. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009 é superior a 10% em 2 municípios (18,2%), com o máximo de 13,8%, no município de Porto Santo, e é inferior a 1% apenas no município de Machico, com o mínimo de 0,7%. Em 7 municípios (63,6%) a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, está entre 1 e 5%. Verificamos assim que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, em 2009, é genericamente semelhante nos municípios das duas regiões autónomas.

Figura 8.5.8.5 Mão-de-obra agrícola. Percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas em 2009.



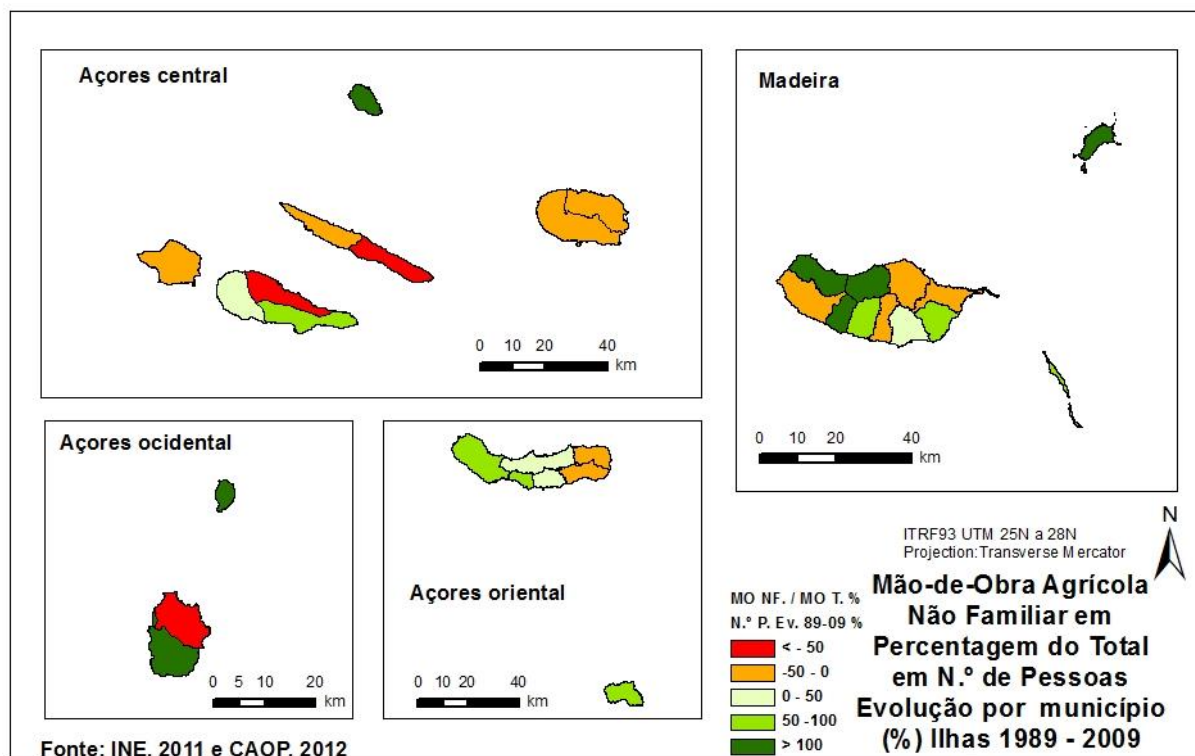
Ilhas					
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	3	15	5	7
% de municípios	0,0%	10,0%	50,0%	16,7%	23,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,5			13,8
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	2	8	4	5
% de municípios	0,0%	10,5%	42,1%	21,1%	26,3%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,5			12,7
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	1	7	1	2
% de municípios	0,0%	9,1%	63,6%	9,1%	18,2%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		0,7			13,8

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.5.8.6 podemos observar a evolução da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em 9 municípios (47,3%), com o valor mínimo de -84,5% no município S. Roque do Pico e aumentou nos restantes 10 municípios (52,7%), com o máximo de 342,7% no município de Corvo. Na região autónoma da Madeira verificamos que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em 4 municípios (36,4%), com o valor mínimo de -46,0% no município de Calheta. A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou nos restantes 7 municípios, com o valor máximo de 633,9% no município de Porto Moniz. Salienta-se que os aumentos e decréscimos da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, nas Ilhas, são muito acentuados.

Figura 8.5.8.6 Mão-de-obra agrícola. Evolução da percentagem de mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas						
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	0	3	10	4	6	7
% de municípios	0,0%	10,0%	33,3%	13,3%	20,0%	23,4%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		-84,5				633,9
Região Autónoma dos Açores						
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	0	3	6	3	4	3
% de municípios	0,0%	15,8%	31,5%	15,8%	21,1%	15,8%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)		-84,5				342,7
Região Autónoma da Madeira						
Classes (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)	dado nulo	< -50	-50 - 0	0 - 50	50 - 100	> 100
N.º de municípios	0	0	4	1	2	4
% de municípios	0,0%		36,4%	9,1%	18,1%	36,4%
Valor mín. e máx. (% de mão-de-obra não-familiar nas explorações agrícolas)			-46,0			633,9

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, ao nível das NUTS I, verificamos que, no Continente, de 1989 para 2009, a percentagem aumentou 30,2%, representando 5,6% da mão-de-obra total em 1989 e 7,3% em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 8,9%, representando 6,5% em 1989 e 7,1% em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 5,8%, representando 3,3% em 1989 e 3,5% em 2009. Verificamos assim que a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou em todas as NUTS I com o maior aumento no Continente seguido da região autónoma dos Açores e com o menor aumento a região autónoma da Madeira.

8.6 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas

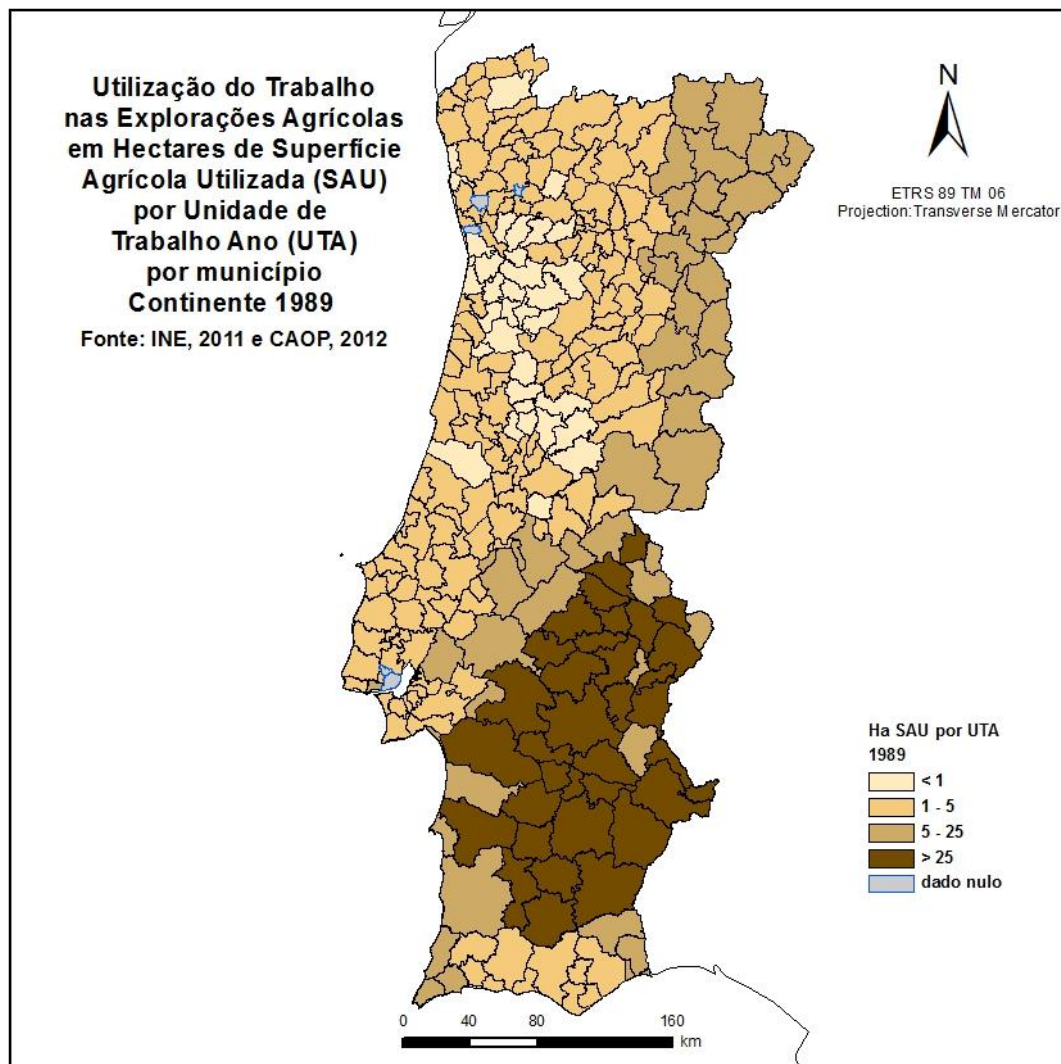
A produtividade do trabalho é um indicador económico-financeiro que traduz a contribuição produtiva do fator trabalho utilizado pela empresa, medido em horas trabalhadas, que pode ser medida pela unidade de trabalho ano (UTA). A unidade de trabalho ano (UTA) é uma unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia) (INE, 2014).

Nas figuras 8.6.1 e 8.6.2 apresenta-se a utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), por município, em Portugal Continental, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.6.1 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é superior a 25ha em 35 municípios (12,6%), sendo a totalidade pertencente às NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, da região Alentejo, com o valor máximo de 92,5ha no município de Castro Verde, na NUTS III Baixo Alentejo. Analisando os municípios em que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, está entre 5 e 25ha verificamos que se registam, na totalidade, na zona interior das NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte; Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e zona sul de Médio Tejo, contígua com a região Alentejo, na região Centro; na zona sul da Lezíria do Tejo e zonas ocidental e oriental da região Algarve. Os municípios com superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano

(UTA) superior a 5ha formam um espaço contínuo. A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é inferior a 1ha em 36 municípios (12,9%), a grande maioria pertencente às NUTS III Tâmega e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Dão-Lafões, Baixo Vouga e Pinhal Interior Norte, na região Centro, com o valor mínimo de 0,5ha no município de Sever do Vouga, na NUTS III Baixo Vouga. Assim em 1989 encontramos os valores mais baixos de superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), num grupo contíguo de municípios nas zonas litoral e central da região Norte e na zona central da região Centro e os valores mais elevados na região Alentejo.

Figura 8.6.1 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Continental em 1989.

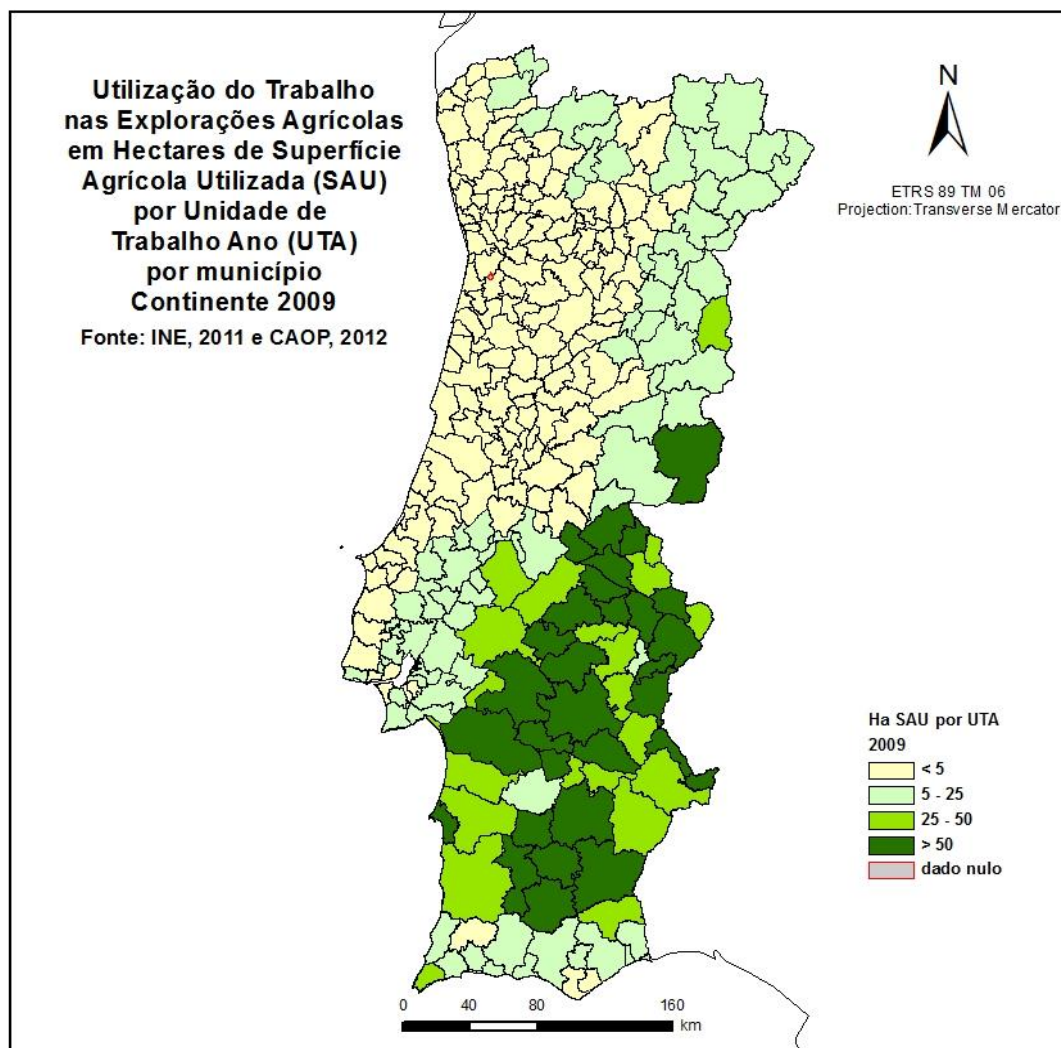


Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 25	> 25
N.º de municípios	5	36	155	47	35
% de municípios	1,8%	12,9%	55,8%	16,9%	12,6%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,5			92,5

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.6.2 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 2009, é superior a 50ha em 30 municípios (10,8%), sendo a quase totalidade pertencente às NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, da região Alentejo, com o valor máximo de 148,0ha no município de Castelo de Vide, na NUTS III Alto Alentejo. Analisando os municípios em que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 2009, está entre 25 e 50ha verificamos que se registam também, na quase totalidade, na região Alentejo. Os municípios com superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) superior a 25ha formam um espaço contínuo, com exceção de 3 municípios. A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é inferior a 5ha em 150 municípios (63,9%), a grande maioria pertencente às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Douro, Grande Porto e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, na região Centro e Grande Lisboa, na região Lisboa, com o valor mínimo de 0,9ha nos municípios contíguos de Mortágua e Penacova, nas NUTS III Dão-Lafões e Baixo Mondego, respetivamente. Assim em 2009 encontramos os valores mais baixos de superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), num grupo contíguo de municípios nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro e os valores mais elevados na região Alentejo.

Figura 8.6.2 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Continental em 2009.

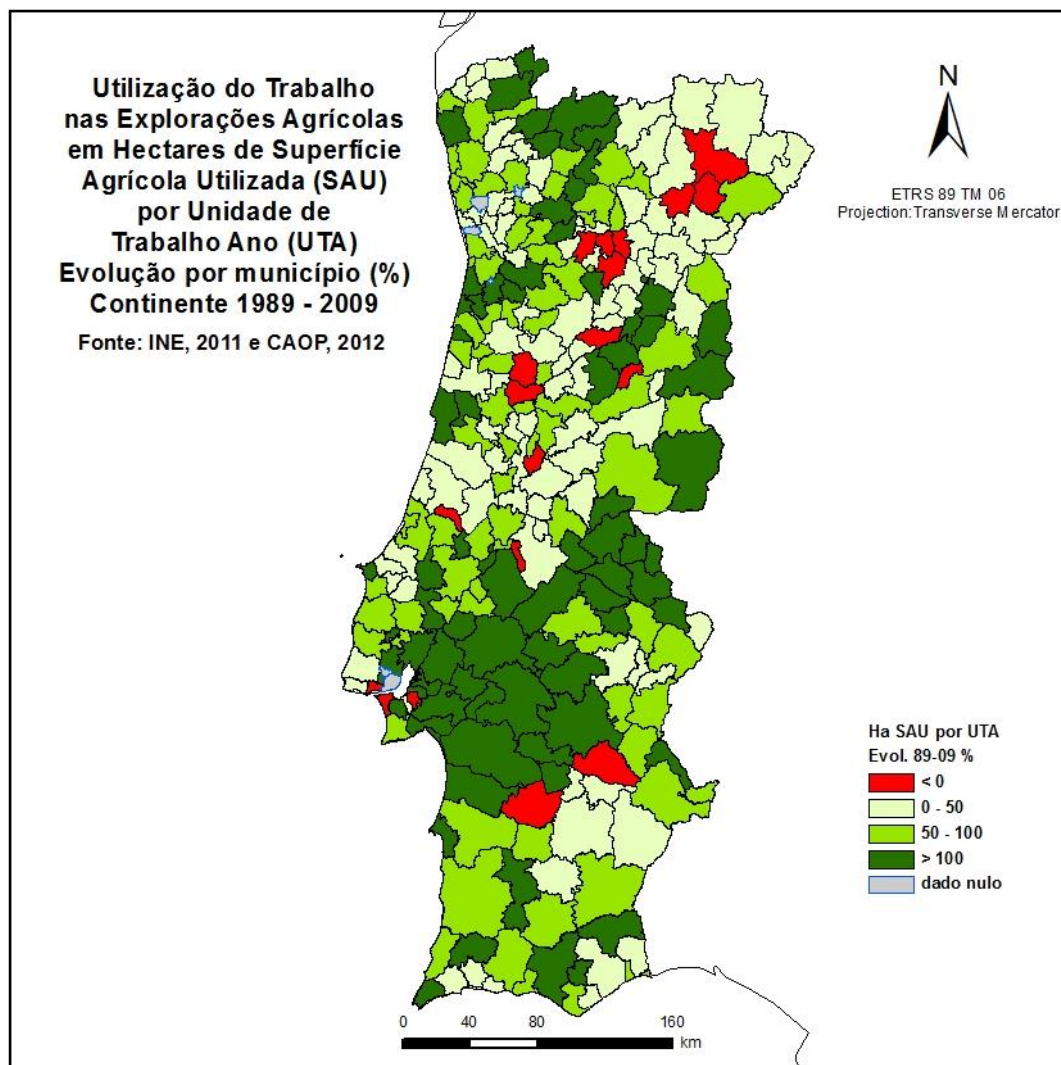


Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 5	5 – 25	25 – 50	> 50
N.º de municípios	1	150	76	21	30
% de municípios	0,4%	53,9%	27,3%	7,6%	10,8%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,9			148,0

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.6.3 podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, diminuiu apenas em 19 municípios (6,8%), em municípios mais ou menos dispersos com realce para grupos de municípios nas NUTS III Alto Trás-os-Montes e Douro, na região Norte, com o mínimo de -55,1%, no município de Oeiras, na NUTS III Grande Lisboa. A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou em 253 municípios (91,0%). Em 76 municípios (27,3%) o aumento da superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), foi superior a 100%, de 1989 para 2009, abrangendo municípios de todas as regiões. No entanto, são de realçar grande parte dos municípios das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral, da região Alentejo, pelo número e contiguidade. O acréscimo máximo da superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), foi 532,6%, no município de Gavião, na NUTS III Alto Alentejo.

Figura 8.6.3 Evolução da utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em percentagem de hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Continental de 1989 a 2009.



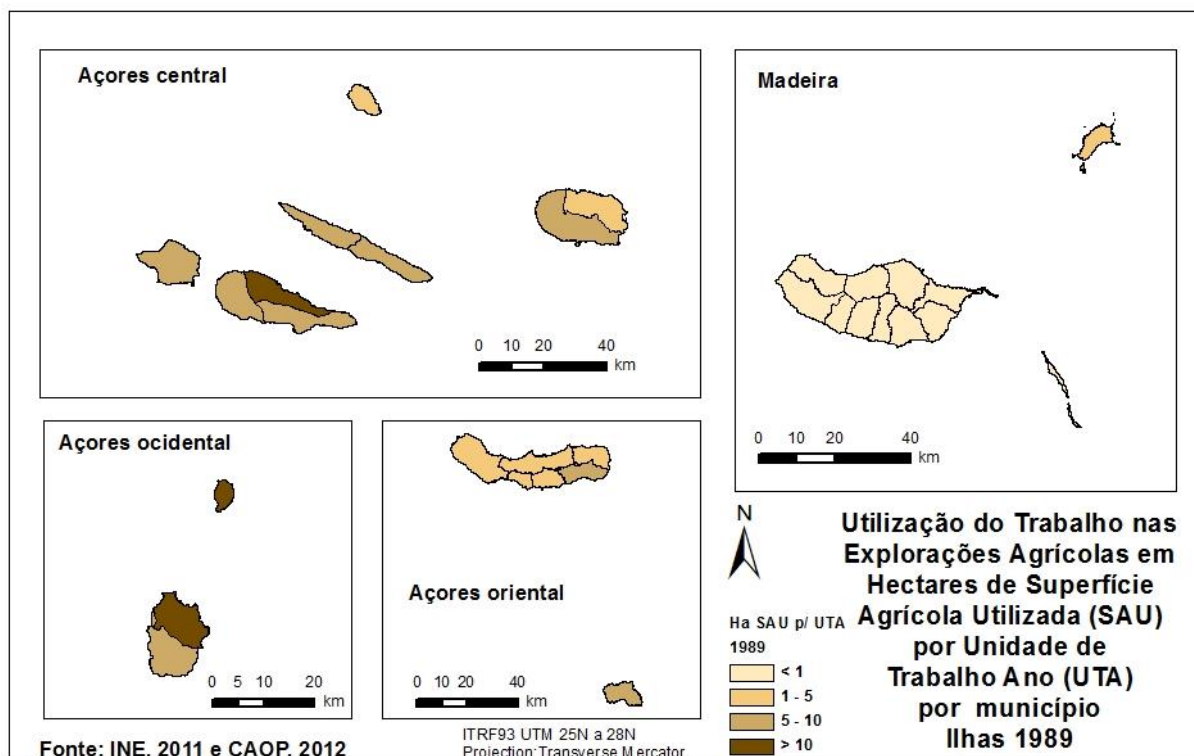
Classes (% de ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	6	19	94	83	76
% de municípios	2,2%	6,8%	33,8%	29,9%	27,3%
Valor mín. e máx. (% de ha de SAU por UTA)		-55,1			532,6

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Nas figuras 8.6.4 e 8.6.5 apresenta-se a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas, referente a 1989 e a 2009, respetivamente.

Pela análise da figura 8.6.4, na região autónoma dos Açores, a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é superior a 10ha em 3 município (15,8%), com o máximo de 14,7ha no município de Santa Cruz das Flores, e é inferior a 5ha em 7 municípios (36,8%), com o mínimo de 3,4% no município de Lagoa. Nos restantes 9 municípios a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, está compreendida entre 5 e 10ha. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989 é superior a 1ha apenas no município de Porto Santo, com o máximo de 2,0ha, e é inferior a 1ha nos restantes 10 municípios (90,9%), com o mínimo de 0,2% no município de Ribeira Brava. Verificamos assim que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é mais elevada nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira.

Figura 8.6.4 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas em 1989.

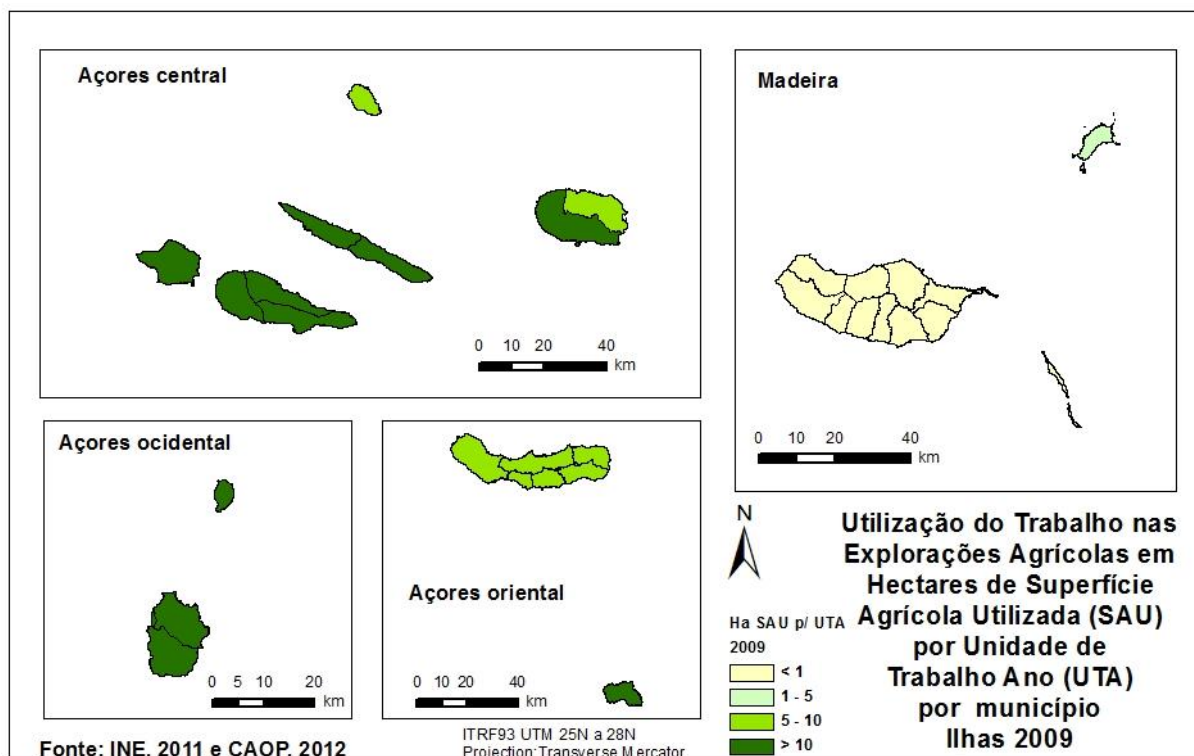


Ilhas					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	8	9	3
% de municípios	0,0%	33,3%	26,7%	30,0%	10,0%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,2			14,7
Região Autónoma dos Açores					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	7	9	3
% de municípios	0,0%		36,8%	47,4%	15,8%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)			3,4		14,7
Região Autónoma da Madeira					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%		
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,2	2,0		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Pela análise da figura 8.6.5, na região autónoma dos Açores, a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 2009, é superior a 10ha em 11 municípios (57,9%), com o máximo de 31,8ha no município de Santa Cruz das Flores, e é inferior a 10ha nos restantes 8 municípios (42,1%), com o mínimo de 5,8ha no município de Lagoa. Na região autónoma da Madeira podemos verificar que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 1989, é superior a 1ha apenas no município de Porto Santo, com o máximo de 3,1ha, e é inferior a 1ha nos restantes 10 municípios (90,9%), com o mínimo de 0,3% em 7 municípios. Verificamos assim que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), em 2009, é muito mais elevada nos municípios da região autónoma dos Açores do que nos municípios da região autónoma da Madeira, sendo realidades bem diferenciadas que se acentuaram de 1989 para 2009. Enquanto na região autónoma da Madeira, de 1989 para 2009, a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) se manteve praticamente inalterada, na região autónoma dos Açores aumentou consideravelmente. Também, estruturalmente, tanto em 1989 como em 2009 encontramos realidades bastante diferentes na região autónoma dos Açores daquela da região autónoma da Madeira, quanto à utilização do trabalho nas explorações agrícolas.

Figura 8.6.5 Utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas em 2009.



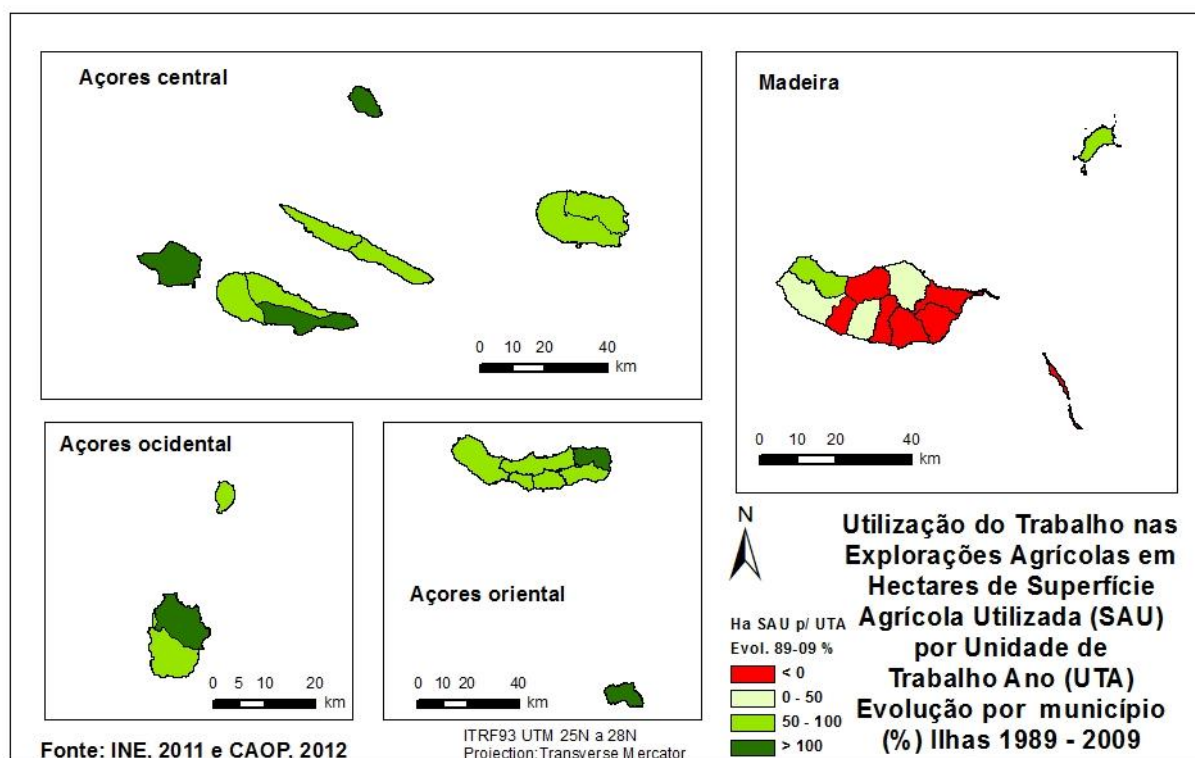
Ilhas					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	8	11
% de municípios	0,0%	33,3%	3,3%	26,7%	36,7%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,3			31,8
Região Autónoma dos Açores					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	0	0	8	11
% de municípios	0,0%			42,1%	57,9%
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)				5,8	31,8
Região Autónoma da Madeira					
Classes (ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 1	1 – 5	5 – 10	> 10
N.º de municípios	0	10	1	0	0
% de municípios	0,0%	90,9%	9,1%		
Valor mín. e máx. (ha de SAU por UTA)		0,3	3,1		

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Na figura 8.6.6 podemos observar a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), por município, em percentagem, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 a 2009.

Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), aumentou, de 1989 para 2009, em todos os municípios, com o valor mais baixo de 50,5% no município de Calheta de S. Jorge e com o máximo de 157,1% no município de Horta. De salientar que em 6 municípios o aumento foi superior a 100%. Na região autónoma da Madeira verificamos que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, diminuiu em 6 municípios (54,5%), com o valor mínimo de -57,1% no município de S. Vicente. A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou nos restantes 5 municípios, com o valor máximo de 100,0% no município de Porto Moniz. Salienta-se que a evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, é bastante diferenciada entre a região autónoma dos Açores e a região autónoma da Madeira. Enquanto na região autónoma dos Açores a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) aumentou em todos os municípios, na região autónoma da Madeira diminuiu em mais de metade dos municípios, traduzindo realidades bastante diferenciadas, quanto à utilização do trabalho nas explorações agrícolas.

Figura 8.6.6 Evolução da utilização do trabalho nas explorações agrícolas, em percentagem de hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), por município, em Portugal Ilhas de 1989 a 2009.



Ilhas					
Classes (% de ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	6	3	15	6
% de municípios	0,0%	20,0%	10,0%	50,0%	20,0%
Valor mín. e máx. (% de ha de SAU por UTA)		-57,1			157,1
Região Autónoma dos Açores					
Classes (% de ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	0	0	13	6
% de municípios	0,0%			68,4%	31,6%
Valor mín. e máx. (% de ha de SAU por UTA)				50,5	157,1
Região Autónoma da Madeira					
Classes (% de ha de SAU por UTA)	dado nulo	< 0	0 – 50	50 – 100	> 100
N.º de municípios	0	6	3	2	0
% de municípios	0,0%	54,5%	27,3%	18,2%	
Valor mín. e máx. (% de ha de SAU por UTA)		-57,1		100,0	

Fontes: Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 2009 (INE, 2011) e CAOP, 2012; elaboração própria.

Analisando os dados agregados da superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), ao nível das NUTS I, verificamos que, no Continente, de 1989 para 2009, a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) aumentou 116,8%, representando 4,8ha em 1989 e 10,4ha em 2009; na região autónoma dos Açores aumentou 79,3%, representando 5,8ha em 1989 e 10,4ha em 2009 e na região autónoma da Madeira o valor manteve-se, representando 0,4ha em 1989 e em 2009. Verificamos assim que a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou muito no Continente e na região autónoma dos Açores e manteve-se na região autónoma da Madeira.

9. Resultados e diagnóstico

9. Resultados e diagnóstico

Neste capítulo apresentam-se os resultados e faz-se o diagnóstico das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura em Portugal, analisadas no capítulo 5; das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas, analisadas no capítulo 6; das mudanças na estrutura das explorações agrícolas, analisadas no capítulo 7 e as mudanças sociais decorrentes do uso do solo, analisadas no capítulo 8.

9.1 Mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura

Neste ponto irão ser apresentados os resultados e diagnóstico referente às mudanças no uso da superfície utilizada pela agricultura no período entre 1989 e 2009, correspondendo ao capítulo 5.

9.1.1 Superfície usada pela agricultura

A Superfície usada pela agricultura, de 1995 para 2005, pelos dados dos 4.º e 5.º Inventários Florestais Nacionais, de forma agregada, decresceu no Continente muito ligeiramente (-1,5%). No entanto, analisando os dados ao nível de NUTS III encontramos diferenças bastante assinaláveis. Houve aumento da superfície utilizada pela agricultura em 12 das 28 NUTS III do Continente (42,9%), correspondendo às NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Médio Tejo, Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro e toda a região de Lisboa e do Alentejo. Os maiores acréscimos correspondem às NUTS III Grande Lisboa, Alto Alentejo e Alentejo Litoral. Houve decréscimo de superfície utilizada pela agricultura na maioria das NUTS III das regiões Norte e Centro e Algarve. Os maiores decréscimos verificaram-se nas NUTS III Douro, Pinhal Interior Sul e Algarve, regiões com vastas zonas demograficamente deprimidas, onde muitas explorações agrícolas cessaram atividade.

9.1.2 Superfície total das explorações agrícolas

A superfície total das explorações agrícolas de 1989 para 2009 decresceu em todas regiões NUTS I, de forma agregada: 14,1% no Continente, 11,9% nos Açores e 34,0% na Madeira. Na larga maioria dos municípios do Continente (76%) e Ilhas (83%) houve diminuição da superfície utilizada pela agricultura, de 1989 a 2009. No entanto, principalmente na região Alentejo, em alguns municípios da região Norte e em 4 municípios da região autónoma dos Açores e 1 município da região autónoma da Madeira houve aumento da superfície utilizada pela agricultura de 1989 a 2009. Quer em 1989 quer em 2009, a zona interior da região Alentejo concentra a maioria dos municípios com área utilizada pela agricultura superior a 75% da superfície. Os municípios da região autónoma da Madeira apresentam os valores mais baixos de utilização de superfície pela agricultura, inferior a 25% da superfície do município, e a maioria dos municípios em que houve maior diminuição de superfície utilizada pela agricultura de 1989 a 2009.

9.1.3 Superfície agrícola utilizada (SAU)

A superfície agrícola utilizada (SAU) total das explorações agrícolas de 1989 para 2009, de forma agregada, decresceu no Continente (8,7%) e na região autónoma da Madeira (22,5%), enquanto na região autónoma dos Açores manteve-se estável, com um ligeiro aumento de 1,2%. De 1989 a 2009, na larga maioria dos municípios do Continente (77%) e da região autónoma da Madeira (91%) houve diminuição da superfície agrícola utilizada (SAU), sendo que na região autónoma dos Açores o número de municípios em que houve decréscimo foi menos acentuada (42%). No entanto, em alguns municípios da região Norte, na região Alentejo e em 8 municípios da região autónoma dos Açores houve aumento da superfície agrícola utilizada, de 1989 a 2009. Quer em 1989 quer em 2009, a zona interior da região Alentejo concentra a maioria dos municípios com superfície agrícola utilizada (SAU) superior a 75% da superfície do município. Os municípios da zona litoral e central da região Norte, da região Centro e da região autónoma da Madeira apresentam os valores mais baixos de superfície agrícola utilizada (SAU), inferior a 25% da superfície do município, e a maioria dos municípios em que houve maior diminuição de superfície agrícola utilizada, de 1989 a 2009.

9.1.4 Superfície agrícola não utilizada (SANU)

A superfície agrícola não utilizada (SANU), de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-48,6%), representando 243.534ha em 1989 e 125.283ha em 2009; na região autónoma Açores aumentou (+206,7%), representando 585ha em 1989 e 1.794ha em 2009 e diminuiu na região autónoma da Madeira (-37,9%), representando em 991ha em 1989 e 615ha em 2009. De 1989 para 2009, a superfície agrícola não utilizada (SANU) aumentou em 30,3% dos municípios, pertencentes principalmente às NUTS III Minho-Lima, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, embora encontremos municípios em que houve aumento de superfície em todas as regiões do Continente. Houve decréscimo da superfície agrícola não utilizada (SANU) das explorações agrícolas em 64,7% dos municípios, distribuídos por todas regiões do Continente. Na região autónoma dos Açores houve aumento de superfície agrícola não utilizada (SANU) em 14 municípios (73,7%) e decréscimo nos restantes. Na região autónoma da Madeira houve decréscimo da superfície agrícola não utilizada (SANU) em 9 municípios (81,8%). Verificamos assim situações diferenciadas nas duas regiões autónomas.

9.1.5 Outras superfícies nas explorações agrícolas

As “outras superfícies nas explorações agrícolas”, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuíram em todas as regiões NUTS I: no Continente (-2,8%), representando 68.425ha em 1989 e 66.512ha em 2009; na região autónoma dos Açores (-75,9%) representando 17.594ha em 1989 e 4.242ha em 2009 e na região autónoma da Madeira (-72,3%) representando 1.200ha em 1989 e 333ha em 2009.

9.1.6 Superfície total de floresta

A superfície total de floresta estimada pelo Inventário Florestal Nacional em 1995 foi de 3.349.327ha e em 2005 foi de 3.458.555ha sendo que a superfície total de floresta aumentou 3,3%, no Continente, de 1995 para 2005. Verificou-se aumento de superfície total de floresta em 16 NUTS III e diminuição de superfície total de floresta em 12 NUTS III. A maior diminuição de superfície total de floresta verificou-se nas NUTS III Tâmega, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul e o maior aumento de superfície nas NUTS III Douro, Baixo Mondego e Grande Lisboa.

9.1.7 A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas

A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I aumentou no Continente, de 1989 para 2009, 28,9%, representando 1.330.187ha em 1989 e 1.713.932ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 63,4%, representando 10.977ha em 1989 e 4.015ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 52,6%, representando 1606ha em 1989 e 762ha em 2009. Verifica-se que a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, por município, em percentagem, em Portugal Continental de 1989 para 2009, houve decréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em 54,7% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente à região Norte, zonas litoral e central da região Centro e região Algarve. Na maioria dos municípios da zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro, região de Lisboa e região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (> 100%) registaram-se na zona interior da região Norte e na região Alentejo. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas (< -50%) registaram-se nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas no município de Câmara de Lobos houve aumento de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, tendo diminuído em todos os outros. Comparando a superfície de floresta do Inventário Florestal Nacional de 2005, relativo ao Continente, com a superfície de floresta nas explorações agrícolas de 2009 verificamos que há grande discrepância entre as duas fontes de dados, podendo, em parte, ser explicado pelos diferentes métodos de obtenção dos dados, ressaltando que muita da superfície de floresta em Portugal não está integrada em explorações agrícolas, tendo em conta o conceito de exploração agrícola do INE. Assim a superfície florestal estimada pelo Inventário Florestal Nacional de 2005 é 3.458.555ha e a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas estimada pelo Recenseamento Geral Agrícola de 2009 (INE, 2011) é de 1.713.932ha.

9.1.8 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto

A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I no Continente diminuiu, de 1989 para 2009, 13,3%, representando 965.676ha em 1989 e 837.431ha em 2009. Assim, podemos admitir que de 1989 para 2009 houve uma parte substancial de matas e florestas nas explorações agrícolas que passou a ser utilizada com prados e pastagens permanentes sob coberto. Na região autónoma dos Açores diminuiu 63,4%, representando 10.977ha em 1989 e 4.015ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 52,6%, representando 1606ha em 1989 e 762ha em 2009. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve decréscimo da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas em 61,4% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente às zonas litoral e central da região Norte, região Centro e zona litoral sul da região Alentejo e região Algarve. Na maioria dos municípios da zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro e na maioria dos municípios da região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (> 100%) registaram-se na zona interior da região Norte, região de Lisboa e região Alentejo. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas (< -50%) registaram-se nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, como referido anteriormente, aplica-se a cartografia e análise apresentada no subcapítulo 5.8. Verificamos que na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas no município de Câmara de Lobos houve aumento de superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, tendo diminuído em todos os outros.

9.1.9 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto

A superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas ao nível das NUTS I no Continente aumentou, de 1989 para 2009, 140,5%, representando 364.511ha em 1989 e 876.501ha em 2009. Assim, de 1989 para 2009 houve mais 511.990ha de matas e florestas nas explorações agrícolas que passaram a ser

utilizada com prados e pastagens permanentes sob coberto. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto, quer em 1989 quer em 2009, é nula. O facto de nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto, ser nula poderá ser explicado, na região autónoma dos Açores pela elevada especialização da agricultura, caracterizada pela produção de bovinos de leite e em que as florestas estão em zonas com elevados declives onde não há condições para o gado pastar, tal como na Madeira, onde nesta acresce o facto de ter pouca produção animal. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas em 39,2% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente a municípios na região Norte e na região Alentejo. Houve decréscimo da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas principalmente em municípios da zona norte da região Norte e na zona interior da região Centro. Os maiores acréscimos de superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas (> 200%) registaram-se na região Norte e região Alentejo e em alguns municípios da região Centro, constituindo a classe mais representada nos municípios em que houve aumento de superfície, correspondendo a 24,8% dos municípios. Os maiores decréscimos de superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas (< 0%) registaram-se na zona litoral da região Norte e na zona interior da região Centro.

9.1.10 Superfície de terras aráveis

A superfície de terras aráveis ao nível das NUTS I no Continente, de 1989 para 2009, diminuiu 50,3%, representando 2.330.327ha em 1989 e 1.158.805ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 5,9%, representando 12.607ha em 1989 e 11.860ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 16,6%, representando 2722ha em 1989 e 2269ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das terras aráveis foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto, encontramos diferenças substanciais entre as regiões NUTS I: no Continente a diminuição de terras aráveis foi muito acentuada, na região autónoma dos Açores foi pequena e na região autónoma da Madeira foi moderada. No Continente verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de terras aráveis em 93,4% dos municípios (260). A diminuição foi muito acentuada (<-50% da superfície) em 61,2% municípios (170), acentuada

(entre -50% e -25%) em 23,7% dos municípios (66) e menos acentuada (entre -25% e 0%) em 8,6% dos municípios (24). Apenas houve acréscimo da superfície de terras aráveis em 11 municípios contíguos, das NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no curso inferior do vale do Tejo e em um município do Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de terras aráveis, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira, tendo diminuído em todos os municípios das outras ilhas, traduzindo uma especialização produtiva nas outras ilhas e uma economia de escala produtiva em S. Miguel e Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis aumentou em 4 municípios e diminuiu em sete. Em 63,3% dos municípios, nos dois arquipélagos, houve diminuição de superfície de terras aráveis, sendo que em 30% dos municípios (9) a diminuição foi muito acentuada (< -50%).

9.1.11 Superfície de culturas temporárias em cultura principal

A superfície de culturas temporárias em cultura principal no Continente de 1989 para 2009 diminuiu 45,5%, representando 1.500.024ha em 1989 e 817.340ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 4,2%, representando 12.607ha em 1989 e 12.079ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 19,2%, representando 2.690ha em 1989 e 2.173ha em 2009. Verificamos assim que a diminuição das culturas temporárias em cultura principal foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto no Continente a diminuição de culturas temporárias em cultura principal foi muito acentuada ao passo que na região autónoma dos Açores foi pequena e na região autónoma da Madeira foi moderada. No Continente houve diminuição da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 92,5% dos municípios do Continente (257). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 171 municípios (61,6%), sendo que 48 municípios (17,3%) se encontram na classe de superfície menor que -75% e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 30,9% dos municípios (86). Apenas houve acréscimo da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 14 municípios, 11 dos quais contíguos, pertencentes às NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no vale do Tejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas temporárias em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira, tendo diminuído em todos os municípios das outras ilhas, traduzindo uma especialização produtiva nas outras ilhas e uma economia de escala produtiva em S. Miguel e Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas

temporárias em cultura principal aumentou em 3 municípios e diminuiu em sete. Em 63,6% dos municípios, nos dois arquipélagos, houve diminuição de superfície de culturas temporárias em cultura principal, sendo que em 30% dos municípios (9) a diminuição foi muito acentuada (< -50%).

9.1.12 Superfície de terras em pousio

A superfície de terras em pousio no Continente diminuiu de 1999 para 2009 39,3%, representando 562.646ha (6,1% do território) em 1999 e 341.465ha (3,8% do território) em 2009. Para a região autónoma dos Açores a informação recolhida nas operações censitárias gerais agrícolas é, tanto em 1999 como em 2009, de valor nulo ou que não se aplica. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras em pousio, diminuiu de 1999 para 2009, 2,8%, representando 71ha em 1999 e 69ha em 2009, valores bastante residuais e sem expressão geográfica. No Continente de 1999 para 2009, houve diminuição da superfície de terras em pousio em 46,8% dos municípios do Continente (130). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 69 municípios (24,8%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 22,0% dos municípios (61). Houve acréscimo da superfície de terras em pousio em 126 municípios (45,3%), em dois núcleos de municípios contíguos: um núcleo na região Norte e Centro nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Tâmega, Grande Porto, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga e Pinhal Interior Norte e outro núcleo nas regiões Centro e Alentejo, nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo, este último núcleo com acréscimos mais moderados que o primeiro. Verificamos assim que nos municípios com maior superfície ocupada por terras em pousio houve, na maioria dos municípios, decréscimo acentuado ou moderado destas superfícies de 1999 para 2009. Tendo em conta que a superfície de terras em pousio nas Ilhas é nula ou residual, tanto em 1999 como em 2009, o valor da evolução entre 1999 e 2009 carece de significado prático.

9.1.13 Superfície de culturas permanentes

A superfície de culturas permanentes no Continente diminuiu de 1989 para 2009 12,1%, representando 780.966ha em 1989 e 686.221ha em 2009, na região autónoma dos Açores diminuiu 57,6%, representando 4.769ha em 1989 e 2.021ha em 2009 e na região autónoma da Madeira diminuiu 32,5%, representando 3.679ha em 1989 e 2.482ha em 2009. Verificamos

assim que a diminuição das culturas permanentes foi generalizada em todas as NUTS I. No entanto no Continente a diminuição de culturas permanentes foi menos acentuada que na região autónoma dos Açores, onde foi muito acentuada, e na região autónoma da Madeira, intermediamente acentuada. Verifica-se que, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície de culturas permanentes em 73,4% dos municípios do Continente (204). A diminuição foi muito acentuada (classe de superfície menor que -50%) em 73 municípios (26,3%) e acentuada a ligeira (classe entre -50% e 0%) em 47,1% dos municípios (131). Houve acréscimo da superfície de culturas permanentes em 68 municípios. Salienta-se o acréscimo de superfície com culturas permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, num núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Douro, Dão-Lafões e Beira Interior Norte (Penedono, Sernancelhe, Trancoso, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Moimenta da Beira, associadas a castanheiro e vinha), no Alentejo Central, com acréscimos moderados em muitos municípios e, sobretudo, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, com acréscimos superior a 100% em grande parte dos municípios, aumentos provavelmente associados ao regadio de Alqueva. Com exceção de municípios isolados, nos restantes municípios do Continente houve decréscimo de superfície com culturas permanentes, especialmente na faixa litoral da Península de Setúbal ao Minho-Lima, onde os decréscimos foram maiores que -50%. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com culturas permanentes houve decréscimo de superfície, como as NUTS III Douro, Oeste e Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu em todos os municípios. A diminuição foi muito acentuada (< -50%) em 13 municípios e acentuada a moderada nos restantes. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas permanentes, de 1989 para 2009, aumentou apenas no município de Porto Moniz, moderadamente (14,4%), tendo diminuído acentuada a moderadamente nos restantes municípios.

9.1.14 Superfície de pastagens permanentes

A superfície de pastagens permanentes no Continente aumentou de 1989 para 2009 127,9%, representando 736.521ha em 1989 e 1.678.288ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 4,7%, representando 101.044ha em 1989 e 105.790ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 16,0%, representando 449ha em 1989 e 521ha em 2009. Verificamos assim que o aumento de superfície de pastagens permanentes foi generalizado em todas as

NUTS I. No entanto no Continente o aumento de superfície de pastagens permanentes foi muito mais acentuado que na região autónoma dos Açores, onde foi ligeiro, e que na região autónoma da Madeira, onde foi moderadamente acentuado. No Continente de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de pastagens permanentes em 73,4% dos municípios do Continente (204). O aumento foi extremamente acentuado (classe de superfície maior que 200%) em 80 municípios (28,8%), muito acentuado (classe entre 100% e 200%) em 14,4% dos municípios (40), acentuada (classe entre 50% e 100%) em 11,6% dos municípios e ligeiro a moderadamente acentuado (classe entre 0% e 50%) em 52 dos municípios (18,6%). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de pastagens permanentes em 66 municípios. Salienta-se o decréscimo de superfície de pastagens permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de pastagens permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu ligeiramente (-25 – 0%) em 9 dos 19 municípios (47,4%), aumentou ligeiramente em 3 municípios (0 – 10%) e aumentou moderadamente em sete municípios (10 – 50%). Na região autónoma da Madeira verificou-se aumento acentuado (> 50%) de superfície de pastagens permanentes em 4 municípios e decréscimo acentuado (< -25%) em 3 municípios, não havendo informação para os restantes. Na medida em que a superfície de pastagens permanentes na Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

9.1.15 Superfície de prados e pastagens permanentes

A superfície de prados e pastagens permanentes no Continente aumentou de 1989 para 2009 128,1%, representando 754.825ha em 1989 e 1.827.899ha em 2009, na região autónoma dos Açores aumentou 4,7%, representando 101.044ha em 1989 e 105.790ha em 2009 e na região autónoma da Madeira aumentou 12,0%, representando 465ha em 1989 e 521ha em 2009. Verificamos assim que o aumento de superfície de prados e pastagens permanentes foi generalizado em todas as NUTS I. No entanto no Continente o aumento de superfície de prados

e pastagens permanentes foi muito mais acentuado que na região autónoma dos Açores, onde foi ligeiro, e que na região autónoma da Madeira, onde foi moderadamente acentuado. Como vimos a diferença entre a superfície de prados e pastagens permanentes e a superfície de pastagens permanentes reside unicamente no facto da superfície de prados e pastagens permanentes contabilizar adicionalmente a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes. As pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes representam no Continente 18.304ha em 1989 e 43.299ha em 2009, representando um aumento de 136,4%. Na região autónoma dos Açores tanto em 1989 como em 2009 a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes é nula. Na região autónoma da Madeira em 1989 representava 15ha e em 2009 1ha, valores insignificantes nos dois momentos censitários. Assim a superfície de prados e pastagens permanentes é muito semelhante à superfície de pastagens permanentes. No Continente verifica-se que, de 1989 para 2009, houve aumento da superfície de prados e pastagens permanentes em 70,9% dos municípios do Continente (197). O aumento foi extremamente acentuado (classe de superfície maior que 200%) em 77 municípios (27,7%), muito acentuado (classe entre 100% e 200%) em 11,5% dos municípios (32), acentuada (classe entre 50% e 100%) em 11,9% dos municípios (33) e ligeiro a moderadamente acentuado (classe entre 0% e 50%) em 55 dos municípios (19,8%). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de prados e pastagens permanentes em 68 municípios (24,4%). Salienta-se o decréscimo de superfície de prados e pastagens permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com prados e pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de prados e pastagens permanentes, de 1989 para 2009, diminuiu ligeiramente (-25 – 0%) em 9 dos 19 municípios (47,4%), aumentou ligeiramente em 3 municípios (0 – 10%) e aumentou moderadamente em 7 municípios (10 – 50%). Na região autónoma da Madeira verificou-se aumento acentuado (> 50%) de superfície de prados e pastagens permanentes em quatro municípios e decréscimo acentuado (< -25%) em três municípios, não havendo informação para os restantes. Na medida em que a superfície de prados e pastagens permanentes na região autónoma da Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores

absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

9.2 Mudanças na superfície das principais culturas agrícolas

Neste ponto irão ser apresentados os resultados e diagnóstico referente às mudanças no uso do solo relativo à superfície das principais culturas agrícolas no período entre 1989 e 2009, correspondendo ao capítulo 6.

9.2.1 Superfície de vinha

A superfície de vinha, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-32,9%), na região autónoma dos Açores (-62,8%) e na região autónoma da Madeira (-37,6%). No Continente houve diminuição da superfície de vinha em 77,0% dos municípios e acréscimo em 19,1% dos municípios, sendo o acréscimo superior a 100% em 9,7% dos municípios. Os municípios em que houve acréscimo de superfície com vinha são quase na totalidade na região Alentejo, nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Verificaram-se também acréscimos ligeiros a moderados (entre 0% e 50%) em alguns municípios das NUTS III Minho-Lima e Douro, na região Norte, e Dão-Lafões e Médio Tejo, na região Centro. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada por vinha houve decréscimo de superfície, como em alguns municípios das NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste e Lezíria do Tejo, tradicionais produtores. A superfície da cultura da vinha diminuiu em todos os municípios da região autónoma dos Açores com cultura de vinha. Na região autónoma da Madeira a cultura da vinha diminuiu de superfície em todos os municípios, com exceção de 1 município.

9.2.2 Superfície de olival

A superfície de olival, de 1989 para 2009, de forma agregada, no Continente manteve-se praticamente inalterada, com uma muito ligeira diminuição de -1,4%. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não existe a cultura da oliveira. No Continente houve acréscimo da

superfície de olival em 37,4% dos municípios, sendo o acréscimo superior a 100% em 12,2% dos municípios, quase na totalidade nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes e parte norte do Douro, na região Norte; parte norte da Beira Interior Norte, Dão-Lafões e Oeste, na região Centro; parte sul da Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e parte oriental do Algarve. De realçar que os municípios em que houve aumento de superfície de olival superior a 100% encontram-se quase na totalidade nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. No Continente a superfície de olival diminuiu em 49,6% dos municípios e em 13,0% dos municípios é nula.

9.2.3 Superfície de culturas de frutos frescos

A superfície de culturas de frutos frescos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-47,5%) e na região autónoma dos Açores (-64,5%) e aumentou na região autónoma da Madeira (6,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de frutos frescos em 79,1% dos municípios e houve acréscimo em 15,8% municípios, pertencentes principalmente às NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Douro, na região Norte e Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. Salienta-se que na NUTS III Oeste, com a maioria dos municípios na classe com maior percentagem de superfície do município ocupada com culturas de frutos frescos houve decréscimo de superfície. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de frutos frescos, apesar de ser diminuta, ainda diminuiu em 23 dos 30 municípios das Ilhas (76,7%), tendo aumentado em 3 municípios da região autónoma dos Açores e em 3 municípios da região autónoma da Madeira. Tendo em conta a dimensão absoluta da superfície de culturas de frutos frescos as variações observadas não têm significado do ponto de vista geográfico.

9.2.4 Superfície de culturas de citrinos

A superfície de culturas de citrinos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-36,0%) e na região autónoma dos Açores (-59,4%) e aumentou (33,3%) na região autónoma da Madeira. No Continente houve diminuição da superfície de culturas de citrinos em 67,6% dos municípios e em 19,8% dos municípios os valores absolutos de superfície de culturas de citrinos são nulos. Houve acréscimo da superfície de culturas de citrinos em 12,6% dos municípios dispersos por várias NUTS e com valores absolutos de superfície com culturas

de citrinos inferiores a 1% da superfície do município. Houve decréscimo da cultura de citrinos na maioria dos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas de citrinos (superior a 1%). Na Ilhas a superfície de culturas de citrinos, apesar de ser diminuta, diminuiu ainda em 17 municípios da região autónoma dos Açores e em 4 da região autónoma da Madeira, tendo aumentado em 1 município da região autónoma dos Açores e em cinco da região autónoma da Madeira.

9.2.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija

A superfície de culturas de frutos de casca rija, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (55,9%) na região autónoma dos Açores (1,5%) e na região autónoma da Madeira (82,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de frutos de casca rija em 24,0% dos municípios e acréscimo em 49,3% dos municípios, sendo o acréscimo superior a 100% em 82 dos municípios (29,4%). Nos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas de frutos de casca rija houve decréscimo de superfície, nas NUTS III Douro, Beira Interior Norte e Algarve, o mesmo não acontecendo nos municípios da NUTS III Alto-Trás-os-Montes, onde, ao contrário dos anteriores, houve acréscimo de superfície. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas de frutos de casca rija, apesar de ser diminuta, ainda diminuiu em 10, tendo aumentado em 3. Na região autónoma da Madeira diminuiu em 2 municípios e aumentou em 5. Nas Ilhas, tendo em conta a dimensão absoluta da superfície de culturas de frutos de casca rija, as variações observadas não têm significado do ponto de vista geográfico.

9.2.6 Superfície de culturas de cereais para grão

A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas regiões NUTS I: no Continente (-60,4%), na região autónoma dos Açores (-92,2%) e na região autónoma da Madeira (-85,6%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em 92,0% dos municípios. Apenas houve acréscimo da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em 11 municípios, oito dos quais pertencentes às NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo, no vale do Tejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de cereais

para grão em cultura principal, diminuiu em todos os municípios, tendo-se tornado culturas com superfície insignificante em todos os municípios.

9.2.7 Superfície de culturas de leguminosas secas para grão

A superfície de culturas de leguminosas secas para grão, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-82,9%), na região autónoma dos Açores (-92,2%) e na região autónoma da Madeira (-91,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em 81,7% dos municípios e em 9,7% o valor é nulo. Apenas houve acréscimo da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em 24 municípios, a quase totalidade na região Alentejo, 16 dos quais com acréscimo superior a 100%, com expressão maioritária na NUTS III Baixo Alentejo. Deve salientar-se, no entanto, que, apesar da variação percentual ser bastante elevada, os valores absolutos continuam bastante baixos, sem expressão geográfica. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal diminuiu em todos os municípios.

9.2.8 Superfície de prados temporários

A superfície de prados temporários, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-55,1%), na região autónoma dos Açores (-100,0%) e na região autónoma da Madeira (-47,1%). No Continente houve diminuição da superfície de prados temporários em cultura principal em 57,2% dos municípios e em 23,7% o valor é nulo. Houve acréscimo em 43 municípios (15,5%), 23 dos quais com acréscimo superior a 100%, com expressão maioritária nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, na região Norte; Médio Tejo, na região Centro e Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, na região Alentejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de prados temporários em cultura principal é nula em todos os municípios. Na região autónoma da Madeira ocupa menos de 1% do território do município em 5 municípios e é nula nos restantes. De 1989 para 2009 verifica-se uma estrutura de ocupação do solo com prados temporários em cultura principal idêntica à de 1989, sem qualquer relevância, tal como em 1989.

9.2.9 Superfície de culturas forrageiras

A superfície de culturas forrageiras em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (20,6%), na região autónoma dos Açores (99,7%) e na região autónoma da Madeira (16,7%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas forrageiras em cultura principal em 44,6% municípios. Apesar de encontrarmos municípios com decréscimo de superfície de culturas forrageiras mais ou menos dispersos pelo território do Continente encontramos maior concentração destes municípios nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, zona norte do Oeste, Lezíria do Tejo, zona norte do Alto Alentejo e zona este do Algarve. Houve acréscimo de superfície de culturas forrageiras em cultura principal em 52,5% dos municípios. Tal como para os municípios com decréscimo de superfície com culturas forrageiras em cultura principal também os municípios com acréscimo estão dispersos pelo território do Continente, destacando-se, no entanto, as NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Alto-Trás-os-Montes, zona norte da Beira Interior Norte, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Serra da Estrela, Cova da Beira, zona Sul do Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e zona sul do Alentejo Litoral. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas forrageiras em cultura principal, aumentou em 18 municípios (94,7%). Na região autónoma da Madeira houve decréscimo em 5 municípios e acréscimo em 4.

9.2.10 Superfície de cultura de batata em cultura principal

A superfície de cultura de batata em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-82,2%), na região autónoma dos Açores (-68,3%) e na região autónoma da Madeira (-51,3%). No Continente houve diminuição da superfície de cultura de batata em cultura principal em 80,6% dos municípios, com exceção de 14 municípios em que houve aumento, a maioria na NUTS III Lezíria do Tejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de cultura de batata em cultura principal diminuiu em todos os municípios, com exceção do município de Machico, na região autónoma da Madeira, tendo-se mantido de 1989 para 2009, uma cultura marginal.

9.2.11 Superfície de culturas industriais em cultura principal

A superfície de culturas industriais em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (59,7%) e na região autónoma dos Açores (78,6%). Na região autónoma da Madeira aumentou 136,0%. Realça-se, no entanto, o significado diminuto destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões. A superfície de culturas industriais em cultura principal no Continente é nula em 70,9% dos municípios, tanto em 1989 como em 2009, e houve diminuição em 25,5% dos municípios. Em todos os municípios com maior superfície de culturas industriais em cultura principal houve decréscimo de superfície com estas culturas. Apenas em 10 municípios houve aumento da superfície de culturas industriais em cultura principal, em municípios mais ou menos dispersos, sem continuidade espacial e sem significado em valor absoluto. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas industriais em cultura principal diminuiu em 6 municípios e é nula nos restantes. Na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios e é nula nos restantes. Apesar do aumento de superfície nos municípios da região autónoma da Madeira estas culturas mantiveram-se marginais, de 1989 para 2009, não tendo qualquer significado geográfico.

9.2.12 Superfície de culturas hortícolas em cultura principal

A superfície de culturas hortícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-19,0%), aumentou na região autónoma dos Açores (68,1%) e aumentou na região autónoma da Madeira (104,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas hortícolas em cultura principal em 60,8% dos municípios e houve aumento em 24,1% municípios. O aumento de superfície verificou-se com continuidade territorial em todos os municípios da NUTS III Lezíria do Tejo e em quase todos os municípios da NUTS III Ave. Os restantes municípios com aumento de superfície com culturas hortícolas em cultura principal aparecem dispersos, sem continuidade espacial. Tendo em consideração o facto de na maioria dos municípios do Continente a superfície de culturas hortícolas em cultura principal ser inferior a 1% da área do município, tanto em 1989 como em 2009, relativiza a importância do aumento de superfície na maioria dos municípios, visto que o aumento, traduzido em valores absolutos, tem um significado geográfico insignificante, apesar de em 9,7% encontrarmos aumentos superiores a 100%. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas hortícolas em cultura principal, aumentou em 10 municípios (52,6%) e diminuiu em 4 (21,1%). Na região

autónoma da Madeira aumentou em 9 municípios (81,8%) e diminuiu em 2. Apesar do aumento de superfície verificado estas culturas mantiveram-se marginais em 2009, não tendo significado geográfico.

9.2.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal

A superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (149,6%), na região autónoma dos Açores (433,3%) e na região autónoma da Madeira (134,8%). Apesar dos elevados aumentos percentuais registados realça-se, no entanto, o diminuto valor absoluto da superfície destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões. No Continente a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula em 74,4% dos municípios, tanto em 1989 como em 2009, tendo havido aumento 14,4% dos municípios e diminuição em 11,2%. Em todos os municípios com maior superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal, de 1989 para 2009, houve decréscimo de superfície com estas culturas. Os municípios com culturas de flores e plantas ornamentais encontram-se principalmente em municípios das NUTS III da faixa litoral atlântica, do Minho-Lima até a Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal e Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal aumentou em 2 municípios sendo nula em todos os outros e na região autónoma da Madeira aumentou em 6 municípios sendo nula nos restantes municípios. Apesar do aumento de superfície verificado nestes municípios estas culturas mantiveram-se marginais, de 1989 para 2009, não tendo qualquer significado geográfico.

9.2.14 Superfície de culturas para alimentação animal

A superfície de culturas para alimentação animal, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (81,4%), na região autónoma dos Açores (9,0%) e na região autónoma da Madeira (10,2%). No Continente houve aumento da superfície de culturas para alimentação animal em 56,8% dos municípios. Os municípios em que se verificaram maiores acréscimos de superfície encontram-se num núcleo na zona central da região Norte, nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Douro e uma vasta zona contínua abrangendo parte das regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, nas NUTS III Península de

Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Houve decréscimo da superfície de culturas para alimentação animal em 41,4% dos municípios, a grande maioria nas regiões Norte e Centro, em municípios mais ou menos contíguos: num núcleo na maioria na região Norte, com municípios pertencentes às NUTS III Alto Trás-os-Montes, Douro, Tâmega, Ave, Grande Porto e Dão-Lafões e outro núcleo, principalmente na região Centro, integrando municípios das NUTS III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Médio Tejo, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa e Lezíria do Tejo. Muitos dos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas para alimentação animal coincidem com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente nas NUTS III Alto Alentejo e Alentejo Central. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas para alimentação animal aumentou em 13 municípios e diminuiu em 6 municípios. Na região autónoma da Madeira aumentou em 8 municípios e diminuiu em 3 municípios. Na medida em que as superfícies de culturas para alimentação animal na região autónoma da Madeira são muito baixas (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

9.3 Mudanças na estrutura das explorações agrícolas

Neste ponto irão ser apresentados os resultados e diagnóstico referente às mudanças na estrutura das explorações agrícolas no período entre 1989 e 2009, correspondendo ao capítulo 7.

9.3.1 Número de explorações agrícolas

O número de explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-49,5%), representando 550.879 em 1989 e 305.266 em 2009; na região autónoma dos Açores (-45,2%), representando 24.706 em 1989 e 13.541 em 2009 e na região autónoma da Madeira (-41,2%), representando 23.157 em 1989 e 13.611 em 2009. No Continente houve diminuição do número de explorações agrícolas na quase totalidade dos municípios, tendo aumentado apenas em 8 municípios (2,9%). Verifica-se a diminuição mais acentuada de explorações agrícolas (< -50%) nos municípios mais próximos do litoral, de norte a sul e a diminuição menos acentuada (-25% – 0 %) em municípios das NUTS III Alto-

Trás-os-Montes, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. O número de explorações agrícolas diminuiu em todos os municípios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

9.3.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola

A superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, de 1989 para 2009, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (81,4%), representando 7,0ha em 1989 e 12,7ha em 2009; na região autónoma dos Açores (85,4%), representando 4,8ha em 1989 e 8,9ha em 2009 e na região autónoma da Madeira (33,3%), representando 0,3ha em 1989 e 0,4ha em 2009. No Continente a superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas aumentou em 82,7% dos municípios. O aumento foi superior a 50% em 37,4% municípios com especial realce para os municípios contíguos das NUTS III Oeste, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Em 15,1% dos municípios a superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas diminuiu em municípios das NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola aumentou em todos os municípios.

9.3.3 Número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola

O número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (10,8%), representando 5,39 blocos em 1989 e 5,98 blocos em 2009; na região autónoma dos Açores (6,2%), representando 5,72 blocos em 1989 e 6,07 blocos em 2009 e na região autónoma da Madeira (4,5%), representando 3,59 blocos em 1989 e 3,76 blocos em 2009. No Continente o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas aumentou em 65,5% dos municípios. No entanto em 33,4% dos municípios o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) diminuiu, com realce para alguns municípios das NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Beira Interior Sul e alguns municípios do interior raiano da região Alentejo. Generalizando houve aumento do número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas nos

municípios do litoral e do sul e diminuição nos municípios do interior das regiões Norte e Centro e em alguns municípios da zona raiana do Alentejo. Na região autónoma dos Açores o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola aumentou em 13 municípios e diminuiu em 6 municípios. Na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios e diminuiu em 4 municípios.

9.3.4 Proporção de explorações agrícolas com trator

A proporção de explorações agrícolas com trator, de 1989 para 2009, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (156,1%), representando 19,6% em 1989 e 50,2% em 2009; na região autónoma dos Açores (229,0%), representando 6,2% em 1989 e 20,4% em 2009 e na região autónoma da Madeira (400,0%), representando 0,3% em 1989 e 1,5% em 2009. No Continente aumentou em todos os municípios, com exceção de 2. A grande maioria dos municípios com maiores aumentos estão nas regiões Norte e Centro e num núcleo nas zonas litoral e sul do Alentejo e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a proporção de explorações agrícolas com trator aumentou em todos os municípios. Relativamente à proporção de explorações agrícolas com trator encontramos uma diferenciação entre a região autónoma dos Açores e a da Madeira, com esta última com muitos municípios com proporção de explorações agrícolas com trator inferior a 1%, tanto em 1989 como em 2009.

9.3.5 Número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU)

O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (50,0%), representando 3,4 em 1989 e 5,1 em 2009; na região autónoma dos Açores (93,8%), representando 1,6 em 1989 e 3,1 em 2009 e na região autónoma da Madeira (241,7%), representando 1,2 em 1989 e 4,1 em 2009. No Continente o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou mais de 200% em 23,7% municípios, a quase totalidade nas regiões Norte e Centro, nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Tâmega, Douro, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Em 11,2% dos municípios o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) diminuiu, a grande maioria em municípios da região Alentejo e na NUTS III Península de Setúbal, em municípios contíguos. Nas regiões autónomas dos Açores

e da Madeira o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou em todos os municípios.

9.3.6 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas

A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, de 1999 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-36,8%), representando 8,6% em 1999 e 5,4% em 2009 e na região autónoma dos Açores (-74,3%), representando 6,0% em 1999 e 1,5% em 2009 e aumentou (127,7%) na região autónoma da Madeira, representando 0,1% em 1999 e 0,2 % em 2009. No Continente a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas aumentou mais de 100% em 58 municípios (42,8%), a grande maioria nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve e entre 0 e 100% em 33 municípios (11,9%). A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas diminuiu em 171 municípios (61,6%), sendo a diminuição superior a -50% em 128 municípios, principalmente nas regiões Norte e Centro e NUTS III Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral. Na região autónoma dos Açores a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas aumentou em 7 municípios, com aumento superior a 100% em 5 municípios (26,3%), e diminuiu em 10 municípios. Na região autónoma da Madeira a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas aumentou apenas em 2 municípios, diminuiu em 5 e foi nula nos restantes municípios.

9.4 Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo

Neste ponto irão ser apresentados os resultados e diagnóstico referente às nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo no período entre 1989 e 2009, correspondendo ao capítulo 8.

9.4.1 Número de produtores singulares

O número de produtores singulares, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-50,5%), representando 546.069 em 1989 e 270.507 em 2009; na região autónoma dos Açores (-45,4%), representando 24.463 em 1989 e 13.360 em 2009 e na região autónoma da Madeira (-41,4%), representando 23.058 em 1989 e 13.514 em 2009. No

Continente apenas em 5 municípios (2,2%) aumentou o número de produtores singulares. É de realçar que 3 dos 5 municípios em que se registou aumento do número de produtores singulares são contíguos, pertencentes à NUTS III Alto-Trás-os-Montes. A diminuição de produtores singulares foi mais acentuada nos municípios mais próximos do litoral, de norte a sul e menos acentuada em municípios das NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na zona raiana. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de produtores singulares diminuiu em todos os municípios.

9.4.2 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-80,6%), representando 0,8% em 1989 e 0,1% em 2009; na região autónoma dos Açores (-45,7%), representando 1,5% em 1989 e 0,8% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-70,3%), representando 0,6% em 1989 e 0,2% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares aumentou apenas em 17 municípios (6,1%), pertencentes a várias NUTS III. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos aumentou apenas em 4 municípios. Na região autónoma da Madeira a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos diminuiu em todos os municípios.

9.4.3 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-67,7%), representando 5,6% em 1989 e 1,8% em 2009; na região autónoma dos Açores (-41,7%), representando 12,5% em 1989 e 7,3% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-39,1%), representando 5,0% em 1989 e 3,0% em 2009. No Continente diminuiu em 262 municípios (94,2%), tendo aumentado apenas em 10 municípios (3,6%). Os maiores decréscimos registaram-se principalmente na região Centro, a maioria em municípios das NUTS III Tâmega, Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos aumentou apenas em 3 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou apenas em 1 município.

9.4.4 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-46,7%), representando 13,2% em 1989 e 7,1% em 2009 e na região autónoma dos Açores (-7,7%), representando 18,4% em 1989 e 17,0% em 2009. Na região autónoma da Madeira aumentou 4,1%, representando 11,5% em 1989 e 12,0% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos diminuiu em 91,0% dos municípios registando-se os maiores decréscimos (< -50%) principalmente nas regiões Centro, Lisboa (NUTS III Península de Setúbal), Alentejo (NUTS III Lezíria do Tejo) e Algarve. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou apenas em 19 municípios (6,8%), a maioria da região Alentejo. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou em 9 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou em 6 municípios.

9.4.5 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-25,8%), representando 22,6% em 1989 e 16,8% em 2009; aumentou na região autónoma dos Açores (30,6%), representando 20,2% em 1989 e 26,4% em 2009 e aumentou na região autónoma da Madeira (0,5%), representando 20,0% em 1989 e 20,1% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, diminuiu em 244 municípios (87,8%). Os maiores decréscimos de percentagem registaram-se principalmente nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo (principalmente na NUTS III Lezíria do Tejo) e Algarve. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou apenas em 28 municípios (10,0%), a maioria nas regiões Norte e Alentejo. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou em todos os municípios. Na região autónoma da Madeira aumentou em 6 municípios.

9.4.6 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-14,1%), representando 29,0% em 1989 e 24,9% em 2009; aumentou na região autónoma dos Açores (3,0%), representando 23,8% em 1989 e 24,5% em 2009 e diminuiu na região autónoma da Madeira (-11,7%), representando 26,9% em 1989 e 23,8% em 2009. No Continente os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos (< -25%) registaram-se nas NUTS III Cova da Beira, Beira Interior Sul e Médio Tejo, na região Centro e regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve. A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou apenas em 50 municípios (18,0%), a maioria nas NUTS III Minho-Lima, Cávado e Entre Douro e Vouga, na região Norte e Dão-Lafões, Baixo Vouga e Baixo Mondego, na região Centro. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou em 9 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou em 3 municípios.

9.4.7 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (71,5%), representando 28,7% em 1989 e 49,2% em 2009; na região autónoma dos Açores (1,9%), representando 23,6% em 1989 e 24,0% em 2009 e na região autónoma da Madeira (13,7%), representando 36,0% em 1989 e 40,9% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, aumentou em todos os municípios do Continente. As mais elevadas percentagens de acréscimo de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos aparecem em municípios do litoral e as mais baixas percentagens aparecem em municípios do interior e do Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos diminuiu em 10 municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu apenas em 2 municípios.

9.4.8 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-69,2%), representando 6,4% em 1989 e 2,0% em 2009; na região autónoma dos Açores (-42,1%), representando 14,0% em 1989 e 8,1% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-42,4%), representando 5,6% em 1989 e 3,2% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos diminuiu em 263 municípios (94,6%), tendo aumentado apenas em 9 municípios (3,2%). Os maiores decréscimos de percentagem de produtores singulares registaram-se principalmente na região Centro, a maioria em municípios das NUTS III Tâmega, Entre Douro e Vouga, Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos aumentou apenas em 2 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou apenas em 1 município.

9.4.9 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-33,5%), representando 35,9% em 1989 e 23,9% em 2009; aumentou na região autónoma dos Açores (12,4%), representando 38,6% em 1989 e 43,3% em 2009 e aumentou na região autónoma da Madeira (1,8%), representando 31,5% em 1989 e 32,1% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos aumentou apenas em 13 municípios isolados, pertencentes a várias regiões, não apresentando um padrão de distribuição uniforme. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos apenas diminuiu em 1 município e na região autónoma da Madeira diminuiu em 3 municípios.

9.4.10 Percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos

A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (28,5%), representando 57,7% em 1989 e 74,2% em 2009; na região autónoma dos Açores (2,4%), representando 47,4% em 1989 e 48,5% em 2009 e na região autónoma da Madeira (2,8%), representando 62,9% em

1989 e 67,4% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos apenas diminuiu em 4 municípios. As mais elevadas percentagens de acréscimo de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos aparecem em municípios do litoral e as mais baixas percentagens aparecem em municípios do interior e do Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos diminuiu em 7 municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu em 5 municípios.

9.4.11 Percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade

A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-52,5%), representando 46,7% em 1989 e 22,2% em 2009; na região autónoma dos Açores (-73,5%), representando 40,5% em 1989 e 10,7% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-51,5%), representando 64,3% em 1989 e 31,2% em 2009. Apesar da diminuição acentuada em todas as NUTS I a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade em 2009 ainda continua bastante elevada. No Continente a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade diminuiu em todos os municípios. Os menores decréscimos de percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade (> -50%) registaram-se principalmente nas regiões Norte, Centro, e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade diminuiu em todos os municípios.

9.4.12 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica

A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as NUTS I: no Continente (39,8%), representando 49,4% em 1989 e 69,0% em 2009; na região autónoma dos Açores (53,1%), representando 53,5% em 1989 e 81,7% em 2009 e na região autónoma da Madeira (88,1%), representando 33,3% em 1989 e 62,6% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, aumentou em todos os municípios, com exceção de 1 município. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica aumentou em todos os municípios.

9.4.13 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária

A percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou no Continente (51,6%), representando 2,8% em 1989 e 4,2% em 2009; diminuiu na região autónoma dos Açores (-8,8%), representando 5,0% em 1989 e 4,6% em 2009 e aumentou na região autónoma da Madeira (77,7%), representando 2,0% em 1989 e 3,5% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou em 232 municípios (83,5%) e decresceu em 37 municípios (13,3%), distribuídos por várias NUTS III, pertencentes a todas regiões. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou em 9 municípios (47,4%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 10 municípios (90,9%).

9.4.14 Percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior

A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (310,8%), representando 2,6% em 1989 e 4,6% em 2009; na região autónoma dos Açores (168,6%), representando 1,0% em 1989 e 2,8% em 2009 e na região autónoma da Madeira (607,7%), representando 0,4% em 1989 e 2,8% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em quase todos os municípios. O decréscimo de percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior registaram-se apenas em 2 municípios da região Lisboa. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em todos os municípios.

9.4.15 Percentagem de produtores singulares a tempo completo

A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-0,7%), representando 21,8% em 1989 e 21,6% em 2009; aumentou na região autónoma dos Açores (59,6%), representando 14,8% em 1989 e 23,7% em 2009 e aumentou na região autónoma da Madeira (103,1%), representando 5,5% em 1989 e 11,3% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 139 municípios (50%). Verificamos acréscimo da percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações

agrícolas sobretudo nas regiões Norte, Centro e Lisboa e NUTS III Alentejo Litoral e um decréscimo mais acentuado nas regiões Centro e Alentejo interior e região Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 17 municípios (92,2%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 9 municípios.

9.4.16 Percentagem de produtores singulares a tempo parcial

A percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou no Continente (0,2%), representando 78,2% em 1989 e 78,4% em 2009; diminuiu na região autónoma dos Açores (10,4%), representando 85,2% em 1989 e 76,3% em 2009 e diminuiu na região autónoma da Madeira (6,0%), representando 94,5% em 1989 e 88,8% em 2009. No Continente a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas aumentou em 132 municípios (47,4%) sobretudo nas regiões Centro, Alentejo e Algarve e decresceu mais acentuadamente nas zonas litorais das regiões Norte e Centro norte. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu em 17 municípios (92,2%), e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios.

9.4.17 Mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas

A mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-55,2%), representando 16,3 pessoas em 1989 e 7,3 pessoas em 2009; na região autónoma dos Açores (-51,3%), representando 24,5 pessoas em 1989 e 11,9 pessoas em 2009 e na região autónoma da Madeira (-43,3%), representando 66,3 pessoas em 1989 e 37,6 pessoas em 2009. No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 268 municípios (93,9%), tendo aumentado apenas em 4 municípios (1,4%). Os maiores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (< -50%) registaram-se em 171 municípios (61,5%), principalmente em municípios nas zonas mais próximas do litoral, em todas regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em todos municípios.

9.4.18 Mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas

A mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-51,6%), representando 2,9 pessoas em 1989 e 1,4 pessoas em 2009; diminuiu na região autónoma dos Açores (-26,1%), representando 3,1 pessoas em 1989 e 2,3 pessoas em 2009 e aumentou na região autónoma da Madeira (8,4%), representando 3,0 pessoas em 1989 e 3,3 pessoas em 2009. No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 210 municípios (75,5%). Os maiores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (< -50%) registaram-se em 123 municípios (44,2%), pertencentes a todas as regiões. O número de pessoas por 100ha de superfície do município aumentou em 62 municípios (22,3%), dos quais 33 com aumento superior a 100%, a grande maioria nas NUTS III Minho-Lima, Trás-os-Montes, Douro, na região Norte; Dão-Lafões e Médio Tejo, na região Centro e Península de Setúbal, na região Lisboa. Na região autónoma dos Açores o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 14 municípios (73,7%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios (63,6%).

9.4.19 Mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas

A mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-56,0%), representando 13,3 pessoas em 1989 e 5,9 pessoas em 2009; na região autónoma dos Açores (-55,0%), representando 21,4 pessoas em 1989 e 9,6 pessoas em 2009 e na região autónoma da Madeira (-47,5%), representando 63,2 pessoas em 1989 e 34,3 pessoas em 2009. No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 262 municípios (94,2%). Os maiores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município inferiores a -50% registaram-se em 165 municípios (59,3%), em municípios de todas as regiões. Os menores decréscimos do número de pessoas por 100ha de superfície do município (entre -25% e 0%) registaram-se em 26 municípios (9,4%) a grande maioria nas regiões Norte, Centro e Alentejo. O acréscimo do número de pessoas por 100ha de superfície do município, registou-se apenas em 10 municípios (3,6%), a quase totalidade pertencente às NUTS III Beira Interior Sul, na

região Centro, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, na região Alentejo. Realça-se a NUTS III Baixo Alentejo que concentra contiguamente 5 dos municípios em que houve acréscimo do número de pessoas por 100ha do município, em conjunto com outros 5 municípios em que houve menor decréscimo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em todos os municípios.

9.4.20 Rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas

O rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-9,1%), representando 4,5 em 1989 e 4,1 em 2009; na região autónoma dos Açores (-39,1%), representando 6,8 em 1989 e 4,2 em 2009 e na região autónoma da Madeira (-49,9%), representando 20,8 em 1989 e 10,4 em 2009. No Continente o rácio diminuiu em 166 municípios (59,7%). Os maiores decréscimos do rácio registaram-se em 92 municípios (32,1%) e os menores decréscimos do rácio registaram-se em 74 municípios (26,6%) sobretudo na região Norte, nas zonas litoral e central da região Centro, na região de Lisboa e NUTS III Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. O acréscimo do rácio registou-se em 106 municípios (38,1%), principalmente nas zonas interior da região Centro, nas zonas interior e central da região Alentejo e região Algarve. Na região autónoma dos Açores o rácio do número de pessoas total a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas diminuiu em 16 municípios (84,2%) e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios (90,9%).

9.4.21 Percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo completo relativamente ao número total

A percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo completo relativamente ao número total, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (8,0%), representando 18,1% da mão-de-obra total em 1989 e 19,6% em 2009; na região autónoma dos Açores (51,7%), representando 12,8% em 1989 e 19,4% em 2009 e na região autónoma da Madeira (91,0%), representando 4,6% em 1989 e 8,8% em 2009. No Continente a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 166 municípios (59,7%), dos quais 75 com aumento

superior a 100%, a grande maioria nas NUTS III Minho-Lima, Alto-Trás-os-Montes, Douro e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Dão-Lafões, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, na região Centro; região Lisboa e Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. A percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas, diminuiu em 106 municípios (38,1%), pertencentes principalmente às NUTS III Tâmega, na região Norte; Dão-Lafões, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, na região Centro; Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo e região Algarve, com destaque para um núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Alto Alentejo em que os decréscimos foram inferiores a -50%. Na região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas diminuiu apenas em 3 municípios (15,8%). Salienta-se que em 8 municípios a percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou mais de 100%. Na região autónoma da Madeira aumentou em 10 municípios (90,9%), com aumentos superiores a 100% em 6 municípios.

9.4.22 Percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo parcial relativamente ao número total

A percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo parcial relativamente ao número total, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-1,8%), representando 81,9% da mão-de-obra total em 1989 e 80,4% em 2009; na região autónoma dos Açores (-7,6%), representando 87,2% em 1989 e 80,6% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-4,4%), representando 95,4% em 1989 e 91,2% em 2009. A percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu em 166 municípios (59,7%) e aumentou em 106 municípios (38,1%). De maneira genérica poderemos dizer que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu na região Norte, na zona litoral e central da região Centro, na região de Lisboa e no litoral da região Alentejo e aumentou na zona interior e central da região Centro, na zona interior e central da região Alentejo e na região Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu, em 16 municípios (84,2%) e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios (90,9%).

9.4.23 Percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total

A percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-1,8%), representando 94,4% da mão-de-obra total em 1989 e 92,7% em 2009; na região autónoma dos Açores (-0,6%), representando 93,5% em 1989 e 92,9% em 2009 e na região autónoma da Madeira (-0,2%), representando 96,7% em 1989 e 96,5% em 2009. No Continente a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total diminuiu em 166 municípios (59,7%). A percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, aumentou em 100 municípios (36,0%), pertencentes principalmente às NUTS III Grande Porto e Douro, na região Norte; região Lisboa e Alentejo Central, na região Alentejo. Na região autónoma dos Açores a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, diminuiu em 10 municípios (52,6%) e aumentou apenas muito ligeiramente nos restantes 9 municípios (47,4%). Na região autónoma da Madeira diminuiu em 7 municípios (63,6%).

9.4.24 Percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total

A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (30,2%), representando 5,6% da mão-de-obra total em 1989 e 7,3% em 2009; na região autónoma dos Açores (8,9%), representando 6,5% em 1989 e 7,1% em 2009 e na região autónoma da Madeira (5,8%), representando 3,3% em 1989 e 3,5% em 2009. No Continente a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total diminuiu em 98 municípios (35,3%) pertencentes a todas as regiões, sendo de realçar, pelo número e contiguidade, os pertencentes às NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Douro e Grande Porto, na região Norte; Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul, na região Centro; Alentejo Central e zona oriental do Algarve. A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total aumentou em 172 municípios (61,8%), pertencentes

principalmente às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, na região Norte; Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste, na região Centro; Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, na região Alentejo e zona ocidental da região Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, diminuiu em 9 municípios (47,3%), e aumentou nos restantes 10 municípios (52,7%). Na região autónoma da Madeira diminuiu em 4 municípios (36,4%) e aumentou nos restantes 7 municípios.

9.4.25 Superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA)

A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou no Continente (116,8%), representando 4,8ha em 1989 e 10,4ha em 2009 e na região autónoma dos Açores (79,3%), representando 5,8ha em 1989 e 10,4ha em 2009 e manteve-se o valor na região autónoma da Madeira, representando 0,4ha em 1989 e em 2009. No Continente a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) diminuiu apenas em 19 municípios (6,8%), em municípios mais ou menos dispersos com realce para grupos de municípios nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Douro, na região Norte. A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou em 253 municípios (91,0%), sendo de realçar grande parte dos municípios das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral, da região Alentejo, pelo número e contiguidade. Na região autónoma dos Açores a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), aumentou em todos os municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu em 6 municípios (54,5%).

9.5 Sustentabilidade na mudança de uso do solo

Vamos abordar a avaliação da sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e económica, relacionada com a mudança de uso do solo e tentar extrair alguns resultados, ou conjeturas, dada a complexidade do tema.

Um dos principais desafios com que iremos ser confrontados nas próximas décadas vai ser o de conciliar uma produção agrícola capaz de responder às necessidades crescentes de bens

alimentares com uma melhor sustentabilidade ambiental e maior estabilidade climática (Bruinsma, 2009).

A resposta às necessidades crescentes de bens alimentares poderá ser satisfeita, segundo a FAO, com base: numa expansão das áreas cultivadas (8% dos aumentos de produção potenciais); numa intensificação dos sistemas de agricultura atualmente praticados (16% dos aumentos de produção potenciais) e num aumento das produtividades por hectare (75% dos aumentos de produção potencial) (FAO, 2008 e 2009). Todavia, para a compatibilização do aumento produção de bens alimentares com a melhoria da sustentabilidade ambiental será necessário desenvolver tecnologias agrícolas ambientalmente mais eficientes do que as usadas atualmente, na generalidade.

Como consequência dos sinais de esgotamento económico e de impactos ambientais e climáticos negativos dos atuais modelos de produção agrícola cada vez mais se encara como inevitável a substituição do modelo de produção agrícola químico-mecânico, atualmente dominante, por um modelo de intensificação agrícola sustentável (Santos, 2013).

A avaliação da sustentabilidade económica e social é, tal como a avaliação de sustentabilidade ambiental, também de complexa avaliação, influenciadas por muitas variáveis.

As práticas agrícolas utilizadas serão o fator determinante na sustentabilidade do sistema agrícola e florestal. Nesse sentido há determinados usos do solo que serão ambientalmente mais sustentáveis que outros. As culturas extensivas com baixa incorporação de fatores de produção, como adubos e pesticidas, e de baixa intensidade de intervenção mecânica no solo, como os prados e pastagens permanentes serão à partida ambientalmente mais sustentáveis que as culturas intensivas, com forte incorporação de fatores de produção e intensidade de intervenção mecânica no solo, como as culturas temporárias (ex. cereais) e as culturas permanentes (olival, vinha, frutos frescos, citrinos). Também dentro das culturas temporárias e das culturas permanentes há diferentes graus de sustentabilidade ambiental, conforme a espécie de cultura agrícola e o sistema de produção. Neste último aspeto os sistemas de agricultura biológica, de produção integrada e os sistemas de agricultura de precisão, estes últimos com elevada incorporação de tecnologia, serão ambientalmente mais sustentáveis do que os sistemas de agricultura convencional.

No Continente e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de 1989 para 2009, houve diminuição da superfície usada pela agricultura e, simultaneamente, da superfície de culturas temporárias e de culturas permanentes. Por sua vez houve aumento de superfície dos prados e pastagens permanentes e, no Continente, também de matas e florestas, culturas que substituíram, em parte, as anteriormente citadas. Por outro lado de 1994 para 2009, com a aplicação das medidas agroambientais implementadas pela PAC, passámos a ter culturas agrícolas geridas segundo modos de produção mais sustentáveis, principalmente agricultura biológica e produção integrada.

Podemos avaliar a importância destes sistemas de agricultura sustentável pela proporção da superfície agrícola utilizada (SAU) com pagamentos de medidas agroambientais, que variou entre 8,6% e 18,6%, no período entre 2003/2004 e 2007/2008 (INE, 2014).

Na medida em que as culturas temporárias e as culturas permanentes são, em potencial, ambientalmente menos sustentáveis e que a tecnologia agrícola melhorou, com superfícies de culturas agrícolas apreciáveis que aplicam medidas agroambientais, poderemos concluir, ou conjecturar que, de 1989 para 2009, houve melhoria da sustentabilidade ambiental no uso do solo.

A sustentabilidade do ponto de vista social terá principalmente a ver com a estabilidade laboral e a dignidade dos que trabalham na agricultura e com a estabilidade da população e dos territórios rurais a longo prazo. Neste aspeto a sustentabilidade social terá muito a ver com a capacidade do setor agrícola para atrair os grupos etários mais novos: verificamos, de 1989 para 2009, a diminuição da percentagem de produtores singulares nos grupos etários mais novos e aumento nos grupos etários mais velhos, sendo que a diminuição foi crescentemente mais acentuada nos grupos etários mais novos. Portanto podemos concluir que o efeito de envelhecimento generalizado dos produtores agrícolas singulares não tem só a ver com o envelhecimento geral da população, repercutido no setor agrícola. Tem a ver também com a menor capacidade de atração de jovens que o setor agrícola teve no período 1989-2009, relativamente a outros setores da economia.

Do ponto de vista do equilíbrio etário da população agrícola podemos concluir que no período 1989-2009 a sustentabilidade social decresceu fortemente em todas as regiões de Portugal, mais acentuadamente no Continente.

Outro fator que afeta a sustentabilidade social é a escolaridade dos produtores e do pessoal que trabalha no setor agrícola. Verificamos que de 1989 para 2009 houve melhorias significativas no grau de escolaridade dos produtores. No entanto este ainda fica bastante aquém do mínimo desejável para a sustentabilidade e progressão social a médio e longo prazo. A sustentabilidade social também passa pela capacidade das pessoas que trabalham no setor serem mais capazes de enfrentar os novos desafios que se põem à sociedade. Deste modo a necessidade de uma população agrícola com graus de escolaridade elevados tem sido, e continuará a ser, muito importante para a sustentabilidade do setor e para o cumprimento dos desafios crescentes que a sociedade requer do setor agrícola.

Assim, podemos concluir que, apesar da melhoria de 1989 para 2009 na escolaridade dos produtores agrícolas singulares, ela fica bastante aquém das necessidades e do mínimo desejável para a sustentabilidade social do setor agrícola.

Outro aspeto na sustentabilidade social verificado de 1989 para 2009 é a maior proporção de mão-de-obra a tempo completo nas explorações agrícolas, permitindo melhor estabilidade aos trabalhadores agrícolas e conseqüentemente melhoria da sustentabilidade social de 1989 para 2009.

Do ponto de vista económico a sustentabilidade terá sobretudo a ver com a capacidade que o setor agrícola tenha para criar riqueza e rendimento para as explorações agrícolas. Na medida em que a agricultura competitiva é cada vez mais um setor integrado na economia global está cada vez mais dependente das políticas económicas globais, com os acordos internacionais de comércio, como os da Organização Mundial do Comércio (OMC), e obviamente também da Política Agrícola Comum, apesar dos apoios do 1.º pilar da PAC terem vindo a perder peso desde a reforma de 1992. Desta forma a competitividade das explorações agrícolas e a capacidade para criar economias de escala tem sido cada vez mais fundamental para a sustentabilidade económica das explorações agrícolas competitivas e do setor agrícola.

Relativamente à agricultura competitiva o ajustamento na estrutura das explorações agrícolas que se verificou de 1989 para 2009, como o aumento da superfície média das explorações agrícolas e a capacidade de introdução de tecnologias na exploração agrícola, como o nível de mecanização, traduzido pelo aumento da percentagem de explorações agrícolas com trator, foi um fator positivo na sustentabilidade económica das explorações agrícolas.

A diminuição do número de explorações agrícolas e o aumento do número médio de blocos com SAU nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, são dois aspetos ambivalentes na sustentabilidade económica, de certo modo interligados. Por um lado o aumento do número de blocos com SAU nas explorações agrícolas traduz a absorção de algumas explorações agrícolas sem viabilidade económica pelas explorações viáveis, permitindo aumento de dimensão e, até certo ponto, economias de escala. Por outro lado este aumento do número de blocos nas explorações agrícolas impede economias de escala mais amplas e, por isso, contribui para uma menor competitividade e sustentabilidade económica a maior prazo.

A diminuição do número de explorações agrícolas de 1989 para 2009, resultado do forte ajustamento estrutural havido neste período, contribuiu para a sustentabilidade económica do setor agrícola, na medida em que esta diminuição resultou numa reestruturação do setor agrícola.

A sustentabilidade económica da agricultura não competitiva, não estruturada, em zonas desfavorecidas, de montanha e zonas marginais para a agricultura está muito dependente das políticas agrícolas dirigidas ao desenvolvimento rural (2.º pilar da PAC) e do sucesso da sua aplicação à situação concreta de cada país da União.

A diminuição de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, tanto em número como em percentagem, no Continente e na região autónoma Açores, de 1999 para 2009, é um fator negativo na sustentabilidade económica nas explorações agrícolas não competitivas.

9.6 Linhas força das mudanças de uso do solo em Portugal de 1989 a 2009

9.6.1 Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura no Continente

9.6.1.1 Diminuição em todas as regiões NUTS II do Continente, de: (a) superfície usada pela agricultura (IFN 1995-2005), (b) superfície total das explorações agrícolas, (c) superfície agrícola utilizada (SAU), (d) superfície agrícola não utilizada (SANU), (e) outras superfícies nas explorações agrícolas, (f) superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, (g) superfície de terras aráveis, (h) superfície de culturas temporárias, (i) superfície de terras em pousio e (j) superfície de culturas permanentes, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.1.2 Aumento em todas as regiões NUTS II do Continente, de: (a) superfície de floresta, (b) superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, (c) superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, (d) superfície de pastagens permanentes e (e) superfície de prados e pastagens permanentes, variando a proporção do aumento com a região.

9.6.2 Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura na região autónoma dos Açores

9.6.2.1 Diminuição na região autónoma dos Açores de: (a) superfície total das explorações agrícolas, (b) superfície agrícola utilizada (SAU), (c) outras superfícies nas explorações agrícolas, (d) superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, (e) superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, (f) superfície de terras aráveis, (g) superfície de culturas temporárias e (h) superfície de culturas permanentes, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.2.2 Aumento na região autónoma dos Açores de: (a) superfície agrícola não utilizada (SANU), (b) superfície de pastagens permanentes e (c) superfície de prados e pastagens permanentes, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.2.3 Nulidade na região autónoma dos Açores de: (a) superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas e (b) superfície de terras em pousio.

9.6.3 Linhas força das mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura na região autónoma da Madeira

9.6.3.1 Diminuição na região autónoma da Madeira de: (a) superfície total das explorações agrícolas, (b) superfície agrícola utilizada (SAU), (c) superfície agrícola não utilizada (SANU), (d) outras superfícies nas explorações agrícolas, (e) superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, (f) superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, (g) superfície de terras aráveis, (h) superfície de culturas temporárias (i) superfície de terras em pousio e (j) superfície de culturas permanentes, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.3.2 Aumento na região autónoma da Madeira de: (a) superfície de pastagens permanentes e (b) superfície de prados e pastagens permanentes, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.3.3 Nulidade na região autónoma da Madeira da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas.

9.6.4 Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas no Continente

9.6.4.1 Diminuição no Continente de: (a) superfície de vinha, (b) superfície de olival, (c) superfície de culturas de frutos frescos, (d) superfície de culturas de citrinos, (e) superfície de culturas de cereais para grão, (f) superfície de leguminosas secas para grão, (g) superfície de prados temporários, (h) superfície de cultura de batata, (i) superfície de culturas industriais e (j) superfície de culturas hortícolas, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.4.2 Aumento no Continente de: (a) superfície de frutos de casca rijá, (b) superfície de culturas forrageiras, (c) superfície de culturas de flores e de plantas ornamentais e (d) superfície de culturas para alimentação animal, variando a proporção do aumento com a região.

9.6.5 Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas na região autónoma dos Açores

Na região autónoma dos Açores as linhas força das mudanças de uso do solo relativo à superfície das principais culturas agrícolas, no período de 1989 a 2009 são apresentadas abaixo.

9.6.5.1 Diminuição na região autónoma dos Açores de: (a) superfície de vinha, (b) superfície de culturas de frutos frescos, (c) superfície de culturas de citrinos, (d) superfície de culturas de cereais para grão, (e) superfície de leguminosas secas para grão, (f) superfície de prados temporários, (g) superfície de cultura de batata e (h) superfície de culturas industriais, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.5.2 Aumento na região autónoma dos Açores de: (a) superfície de frutos de casca rija, (b) superfície de culturas forrageiras, (c) superfície de culturas hortícolas (d) superfície de culturas de flores e de plantas ornamentais e (e) superfície de culturas para alimentação animal, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.5.3 Nulidade na região autónoma dos Açores da superfície de olival.

9.6.6 Linhas força das mudanças de superfície das principais culturas agrícolas na região autónoma da Madeira

9.6.6.1 Diminuição na região autónoma da Madeira de: (a) superfície de vinha, (b) superfície de culturas de cereais para grão, (c) superfície de leguminosas secas para grão, (d) superfície de prados temporários e (e) superfície de cultura de batata, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.6.2 Aumento na região autónoma da Madeira de: (a) superfície de culturas de frutos frescos, (b) superfície de culturas de citrinos, (c) superfície de frutos de casca rija, (d) superfície de culturas forrageiras, (e) superfície de culturas industriais (f) superfície de culturas hortícolas (g) superfície de culturas de flores e de plantas ornamentais e (h) superfície de culturas para alimentação animal, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.6.3 Nulidade na região autónoma da Madeira da superfície de olival.

9.6.7 Linhas força das mudanças na estrutura das explorações agrícolas no Continente, na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira

9.6.7.1 Diminuição em Portugal (Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira), em todas as regiões NUTS I, do número de explorações agrícolas, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.7.2 Aumento em Portugal (Continente, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira), em todas as regiões NUTS I: (a) a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, (b) o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola (c) a proporção de explorações agrícolas com trator, e (d) o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), variando a proporção do aumento com a região e o parâmetro.

9.6.7.3 Diminuição no Continente e na região autónoma dos Açores da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas.

9.6.7.4 Aumento na região autónoma da Madeira, da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas.

9.6.8 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo no Continente

9.6.8.1 Produtores agrícolas singulares - diminuição em todas as regiões NUTS II do Continente, de: (a) número de produtores agrícolas singulares, (b) percentagem do grupo etário 15-24 anos, (c) percentagem do grupo etário 25-34 anos, (d) percentagem do grupo etário 35-44 anos, (e) percentagem do grupo etário 45-54 anos, (f) percentagem do grupo etário 55-64 anos, (g) percentagem do grupo etário 34 e menos anos, (h) percentagem do grupo etário 35-54 anos, (i) percentagem de produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade e (j) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.8.2 Produtores agrícolas singulares - aumento em todas as regiões NUTS II do Continente de: (a) percentagem do grupo etário 65 e menos anos, (b) percentagem do grupo etário 55 e mais anos, (c) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica (d) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária (e) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior e (f) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial, variando a proporção do aumento com a região.

9.6.8.3 Mão-de-obra agrícola - diminuição em todas as regiões NUTS II do Continente, de: (a) número de pessoas total, (b) número de pessoas a tempo completo, (c) número de pessoas a tempo parcial, (d) rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo, (e) percentagem do número de pessoas a tempo parcial (f) percentagem da mão-de-obra familiar, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.8.4 Mão-de-obra agrícola - aumento em todas as regiões NUTS II do Continente, de: (a) percentagem do número de pessoas a tempo completo e (b) percentagem da mão-de-obra não-familiar, variando a proporção da diminuição com a região.

9.6.8.5 Utilização do trabalho - aumento muito acentuado da produtividade do trabalho, variando a proporção do aumento com as regiões (NUTS II e NUTS III) e municípios, do Continente.

9.6.9 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo na região autónoma dos Açores

9.6.9.1 Produtores agrícolas singulares - diminuição na região autónoma dos Açores de: (a) número de produtores agrícolas singulares, (b) percentagem do grupo etário 15-24 anos, (c) percentagem do grupo etário 25-34 anos, (d) percentagem do grupo etário 35-44 anos, (e) percentagem do grupo etário 34 e menos anos, (f) percentagem de produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade, (g) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária e (h) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.9.2 Produtores agrícolas singulares - aumento na região autónoma dos Açores de: (a) percentagem do grupo etário 45-54 anos, (b) percentagem do grupo etário 55-64 anos, (c) percentagem do grupo etário 65 e mais anos, (d) percentagem do grupo etário 35-54 anos, (e) percentagem do grupo etário 55 e mais anos, (f) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica (g) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior e (h) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.9.3 Mão-de-obra agrícola - diminuição na região autónoma dos Açores de: (a) número de pessoas total, (b) número de pessoas a tempo completo, (c) número de pessoas a tempo parcial, (d) rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo, (e) percentagem do número de pessoas a tempo parcial (f) percentagem da mão-de-obra familiar, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.9.4 Mão-de-obra agrícola - aumento na região autónoma dos Açores de: (a) percentagem do número de pessoas a tempo completo e (b) percentagem da mão-de-obra não-familiar, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.9.5 Utilização do trabalho - aumento muito acentuado da produtividade do trabalho, variando a proporção do aumento com o município, na região autónoma dos Açores.

9.6.10 Linhas força das mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo na região autónoma da Madeira

9.6.10.1 Produtores agrícolas singulares - diminuição na região autónoma da Madeira de: (a) número de produtores agrícolas singulares, (b) percentagem do grupo etário 15-24 anos, (c) percentagem do grupo etário 25-34 anos, (d) percentagem do grupo etário 55-64 anos, (e) percentagem do grupo etário 34 e menos anos, (f) percentagem de produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade e (g) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.10.2 Produtores agrícolas singulares - aumento na região autónoma da Madeira de: a) percentagem do grupo etário 35-44 anos, (b) percentagem do grupo etário 45-54 anos, (c)

percentagem do grupo etário 65 e mais anos, (d) percentagem do grupo etário 35-54 anos, (e) percentagem do grupo etário 55 e mais anos, (f) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica (g) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária, (h) percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior e (i) percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo, variando a proporção do aumento com o município.

9.6.10.3 Mão-de-obra agrícola - diminuição na região autónoma da Madeira de: (a) número de pessoas total, (b) número de pessoas a tempo parcial, (c) rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo, (d) percentagem do número de pessoas a tempo parcial e (e) percentagem da mão-de-obra familiar, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.10.4 Mão-de-obra agrícola - aumento na região autónoma da Madeira de: (a) número de pessoas a tempo completo, (b) percentagem do número de pessoas a tempo completo (c) percentagem da mão-de-obra não-familiar, variando a proporção da diminuição com o município.

9.6.10.5 Utilização do trabalho - manutenção da produtividade do trabalho, variando com o município, na região autónoma da Madeira.

10. Verificação da hipótese

10. Verificação da hipótese

Neste capítulo vai fazer-se a verificação da hipótese formulada: “suspeitamos que haverá grandes mudanças no uso do solo em Portugal influenciadas principalmente pela Política Agrícola Comum e por questões de ordem social e económica, próprias dos territórios. Além das condições impostas pela Política Agrícola Comum e pelas condições biofísicas historicamente intrínsecas às regiões, no Continente as mudanças serão mais influenciadas por diferenças entre regiões do que pela dicotomia litoral / interior e, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, pelas características intrínsecas às próprias regiões, vincadas pela insularidade.”

A verificação da hipótese vai fazer-se individualmente para cada parâmetro analisado, relativo ao capítulo 5 – uso da superfície utilizada pela agricultura, ao capítulo 6 – superfície das principais culturas agrícolas, ao capítulo 7 – estrutura das explorações agrícolas e ao capítulo 8 – aspetos sociais decorrentes do uso do solo.

10.1 Verificação da hipótese quanto ao uso da superfície utilizada pela agricultura em Portugal

O uso da superfície utilizada pela agricultura em Portugal é analisado em 13 parâmetros no Continente e em 11 nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No Continente a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 12 parâmetros e não se verifica em 1. A hipótese de dicotomia litoral / interior verifica-se em 3 parâmetros e não se verifica em 10. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 9 e não se verifica em 2 parâmetros.

Nos pontos 10.1.1 a 10.1.13 faz-se a análise de verificação da hipótese quanto ao uso da superfície utilizada pela agricultura em Portugal.

10.1.1 Superfície usada pela agricultura

No Continente Verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte, Centro e Algarve e aumento de superfície nos municípios das regiões Lisboa e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Este parâmetro não foi analisado para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

10.1.2 Superfície total das explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve e aumento de superfície nos municípios da região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma da Madeira a diminuição de superfície ser mais acentuada e ter menor proporção de municípios com aumento de superfície do que na região autónoma dos Açores.

10.1.3 Superfície agrícola utilizada (SAU)

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve e aumento de superfície nos municípios da região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores haver alguns municípios com aumento de superfície enquanto na região autónoma da Madeira ter havido diminuição em todos os municípios. Acresce que a diminuição de superfície foi mais acentuada na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

10.1.4 Superfície agrícola utilizada (SANU)

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pelo aumento de superfície principalmente em municípios da NUTS III Minho-Lima, na região Norte, e nas NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, na região Alentejo, apesar da diminuição de superfície ser transversal a municípios de todas as regiões do Continente. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores haver aumento de superfície na maioria dos municípios enquanto na região autónoma da Madeira ter havido diminuição na maioria dos municípios.

10.1.5 Superfície de floresta

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície, principalmente nos municípios das regiões Norte e Centro e aumento de superfície nas regiões Lisboa, Alentejo, Algarve e também em municípios das regiões Norte e Centro. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Este parâmetro não foi analisado para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

10.1.6 Superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte, Centro litoral e Algarve e aumento de superfície nos municípios das regiões Norte, Centro interior, Lisboa e Alentejo. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior. Na região Centro verificamos diminuição de superfície nos municípios mais próximos do litoral e aumento nos municípios do interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores ter havido quase metade dos municípios com aumento de superfície, enquanto na região autónoma da Madeira houve diminuição em quase todos os municípios. Acresce que a diminuição de superfície foi mais acentuada na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

10.1.7 Superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte litoral, Centro e Algarve e aumento de superfície nos municípios das regiões Norte interior, Lisboa e Alentejo. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior. Na região Norte verificamos diminuição de superfície nos municípios mais próximos do litoral e aumento nos municípios do interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores ter havido quase metade dos municípios com aumento de superfície, enquanto na região autónoma da Madeira houve diminuição em quase todos os municípios. Acresce que a diminuição de superfície foi mais acentuada na região autónoma da Madeira do que na região autónoma dos Açores.

10.1.8 Superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície em municípios das regiões Norte e Centro e aumento de superfície nas regiões Norte e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto é nula.

10.1.9 Superfície de terras aráveis

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície na quase totalidade dos municípios, de todas as regiões. Contudo, principalmente na região Alentejo e na NUTS III Oeste, da região Centro, a diminuição de superfície foi menos acentuada do que nas restantes regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto a superfície de terras aráveis ser semelhante nas duas regiões.

10.1.10 Superfície de culturas temporárias

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície na quase totalidade dos municípios, de todas as regiões. Contudo nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve a diminuição de superfície foi mais acentuada do que na região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto a superfície de terras aráveis ser semelhante nas duas regiões.

10.1.11 Superfície de terras em pousio

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte interior, Centro interior, Alentejo e Algarve e aumento de superfície nos municípios das regiões Norte litoral e Centro litoral. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões Norte e Centro verificamos diminuição de superfície nos municípios mais no interior e aumento nos municípios mais do litoral. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de terras em pousio é nula.

10.1.12 Superfície de culturas permanentes

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície mais acentuada na região Norte litoral e Centro litoral e menos acentuada nas regiões Norte central e interior, Centro central e interior e Algarve e aumento em municípios do Norte interior e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores ter havido diminuição de superfície em todos os municípios, sendo muito acentuada na maioria dos municípios, enquanto na região autónoma da Madeira a diminuição foi pouco acentuada e acentuada em quase todos os municípios.

10.1.13 Superfície de pastagens permanentes

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte e Lisboa e aumento de superfície mais acentuado nas regiões Norte e Centro e principalmente muito acentuado em municípios das regiões, Lisboa, Alentejo e Algarve. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto, na região autónoma dos Madeira tanto a diminuição como o aumento de superfície ser muito mais acentuada do que na região autónoma dos Açores, apesar da proporção de municípios com diminuição e aumento de superfície ser semelhante nas duas regiões.

10.1.14 Superfície de prados e pastagens permanentes

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição de superfície principalmente nos municípios das regiões Norte e Lisboa e aumento de superfície em acentuado e muito acentuado nas regiões Norte e Centro e principalmente muito acentuada em municípios das regiões, Lisboa, Alentejo e Algarve. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto, na região autónoma dos Madeira tanto a diminuição como o aumento de superfície ser muito mais acentuada do que na região autónoma dos Açores, apesar da proporção de municípios com diminuição e aumento de superfície ser semelhante nas duas regiões.

10.2 Verificação da hipótese quanto à superfície das principais culturas agrícolas

A superfície das principais culturas agrícolas é analisada em 14 parâmetros no Continente e em 13 nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No Continente a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 11 parâmetros e não se verifica em 3 parâmetros. A hipótese de dicotomia litoral / interior verifica-se em 2 parâmetros e não se verifica em 12. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 6 parâmetros e não se verifica em 7 parâmetros.

Nos pontos 10.2.1 a 10.2.14 faz-se a análise de verificação da hipótese quanto à superfície das principais culturas agrícolas.

10.2.1 Superfície de vinha

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície principalmente em municípios das regiões Norte litoral, Centro litoral e Algarve, diminuição acentuada a pouco acentuada em municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve e aumento de superfície nos municípios da região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado diminuição de superfície em todos os municípios e na região autónoma da Madeira na quase totalidade dos municípios, de forma semelhantes.

10.2.2 Superfície de olival

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície em municípios da região Norte litoral e diminuição acentuada a pouco acentuada nas regiões Centro, Alentejo e Algarve ocidental e aumento de superfície nas regiões Norte interior, Lisboa, Alentejo e Algarve oriental. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície olival é nula.

10.2.3 Superfície de culturas de frutos frescos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície principalmente em municípios das regiões Centro e Alentejo e diminuição acentuada a pouco acentuada em municípios das regiões Norte, Centro e Algarve e aumento de superfície em municípios dispersos em todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado diminuição e aumento de

superfície de culturas de frutos frescos em proporção de municípios e intensidade semelhantes nas duas regiões.

10.2.4 Superfície de culturas de citrinos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento de superfície em municípios das regiões Norte e Alentejo e pela diminuição muito acentuada de superfície em municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira as proporções de municípios com diminuição e aumento de superfície de culturas de citrinos ser bastante diferente. Na região autónoma dos Açores houve diminuição de culturas de citrinos em quase todos os municípios enquanto na região autónoma da Madeira foram mais os municípios em que houve aumento de superfície do que aqueles em que houve diminuição.

10.2.5 Superfície de culturas de frutos de casca rija

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada a pouco acentuada em municípios das regiões Norte, Centro e Algarve e aumento de superfície em municípios dispersos das regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado diminuição e aumento de superfície de culturas de frutos de casca rija semelhantes nas duas regiões, em proporção de municípios e de intensidade.

10.2.6 Superfície de culturas de cereais para grão

No Continente não se verifica a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície praticamente em todos os municípios de todas as regiões e aumento de superfície apenas em 11 municípios das NUTS III Lezíria do Tejo e Médio Tejo. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior com diminuição muito acentuada da superfície de culturas de cereais para grão nas regiões Norte interior, Centro interior e Algarve e diminuição pouco acentuada a acentuada nas regiões Norte litoral, Centro

litoral, Lisboa e e Alentejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição acentuada de superfície em todos os municípios, sendo, portanto, a diminuição acentuada generalizada nas duas regiões.

10.2.7 Superfície de culturas de leguminosas secas para grão

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado de superfície em alguns municípios da região Alentejo e pela diminuição muito acentuada de superfície na quase totalidade dos municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado a diminuição de superfície em todos os municípios e na região autónoma da Madeira a superfície de culturas de leguminosas secas para grão ser nula.

10.2.8 Superfície de prados temporários

No Continente não se verifica a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície em todas as regiões, havendo apenas aumento de superfície em alguns municípios da região Norte interior. Também não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto a superfície de prados temporários ser nula nas duas regiões.

10.2.9 Superfície de culturas forrageiras

No Continente verifica-se parcialmente a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de superfície em todas as regiões, mas com diminuição mais acentuada na região Centro, havendo também aumento de superfície em alguns municípios de todas as regiões, mas com aumento mais elevado nas regiões Norte e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto a superfície de prados temporários ter aumentado na quase totalidade dos municípios da região autónoma dos Açores e na região

autónoma da Madeira o número de municípios em que houve diminuição de superfície ser superior aquele em que houve diminuição.

10.2.10 Superfície de cultura de batata

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento de superfície em alguns municípios das NUTS Lezíria do Tejo e Médio Tejo e pela diminuição muito acentuada de superfície na quase totalidade dos municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado diminuição de superfície em todos os municípios e na região autónoma da Madeira na quase totalidade dos municípios, de forma semelhantes.

10.2.11 Superfície de culturas industriais

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição de superfície em alguns municípios das regiões Centro e Alentejo, pelo aumento de superfície em alguns municípios, principalmente da região Centro e pela nulidade da superfície com culturas industriais na grande maioria dos municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado diminuição de superfície em 5 municípios, sendo os restantes nulos, e na região autónoma da Madeira se ter verificado aumento em 5 municípios e nulidade de superfície nos restantes.

10.2.12 Superfície de culturas hortícolas

No Continente não se verifica a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição de superfície em todas as regiões, apesar do aumento em alguns municípios isolados das regiões Norte, Centro e Alentejo. Também não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as

regiões, visto se ter verificado diminuição e aumento de superfície de culturas hortícolas semelhantes nas duas regiões, em proporção de municípios e de intensidade.

10.2.13 Superfície de culturas de flores e plantas ornamentais

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela existência de municípios com culturas de flores e plantas ornamentais nas regiões Norte litoral, Centro litoral, Lisboa e Algarve e da inexistência destas culturas nas regiões Norte central e interior, Centro central e interior, Alentejo e Algarve. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Registam-se culturas de flores e plantas ornamentais praticamente apenas em municípios do litoral. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado a inexistência de superfície com estas culturas em 17 municípios, enquanto na região autónoma da Madeira encontramos 6 municípios com culturas de flores e plantas ornamentais e 5 em que a superfície destas culturas é nula.

10.2.14 Superfície de culturas para alimentação animal

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição em municípios das regiões Norte, Centro e Lisboa, aumento pouco acentuado de superfície em municípios das regiões Norte e Centro e acentuado nas regiões Norte, Alentejo e Algarve. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado aumento acentuado de superfície de culturas para alimentação animal em 8 municípios da região autónoma da madeira, enquanto na região autónoma dos Açores o aumento, embora semelhante na proporção de municípios, foi pouco acentuado nos 13 municípios em que houve aumento de superfície.

10.3 Verificação da hipótese quanto à estrutura das explorações agrícolas

A estrutura das explorações agrícolas é analisada em 6 parâmetros em todas as regiões. No Continente a hipótese de diferença entre regiões verifica-se nos 6 parâmetros. A hipótese de dicotomia litoral / interior verifica-se em 3 parâmetros e não se verifica noutros 3 parâmetros. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 1 parâmetro e não se verifica em 5 parâmetros.

Nos pontos 10.3.1 a 10.3.6 faz-se a análise de verificação da hipótese quanto à estrutura das explorações agrícolas.

10.3.1 Número de explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, apenas parcialmente, traduzida pela diminuição muito acentuada nos municípios da zona litoral e da zona central (em parte), em todas as regiões, e num núcleo na NUTS III Beira Interior Norte, na região Centro interior; diminuição acentuada em toda a faixa interior e central (em parte) em todas as regiões; diminuição pouco acentuada nas regiões Norte (na NUTS III Alto Trás-os-Montes) e Alentejo e aumento de superfície em 8 municípios das regiões Norte (na NUTS III Alto Trás-os-Montes) e Alentejo. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se, com exceção da NUTS III Beira Interior Norte, que em todas as regiões os municípios da faixa litoral e central do Continente houve decréscimo do número de explorações agrícolas muito mais acentuado que nos municípios da faixa interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição acentuada do número de explorações em todos os municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizada nas duas regiões.

10.3.2 Superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição em municípios das regiões Norte (zona interior), Centro (zona central) e Algarve (zona oriental) e aumento muito acentuado a acentuado em todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a

hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado aumento de superfície muito acentuado a acentuado em todos os municípios das duas regiões autónomas, mas com grau de aumento diferenciado entre os municípios das duas regiões.

10.3.3 Número médio de blocos com SAU por exploração agrícola

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela maior proporção de municípios em que houve aumento nas regiões Lisboa, Alentejo e Algarve. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que houve decréscimo do número médio de blocos na zona interior das regiões Norte, Centro e Alentejo, ao contrário do que aconteceu nos municípios das zonas litoral e central destas regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado diminuição e aumento do número médio de blocos em proporção semelhante nos municípios das duas regiões.

10.3.4 Percentagem de explorações agrícolas com trator

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado e acentuado nos municípios das regiões Norte e Centro, acentuado nas regiões Lisboa e Algarve e pouco acentuado nos municípios da região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado aumento da percentagem de explorações agrícolas com trator em proporção e intensidade semelhante nos municípios das duas regiões.

10.3.5 Número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU)

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado e acentuado nos municípios das regiões Norte e Centro; aumento acentuado nas regiões Lisboa e Algarve; pouco acentuado nos municípios das regiões Lisboa e Alentejo e pela diminuição muito acentuada em municípios do Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a

hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado aumento da percentagem de explorações agrícolas com trator em proporção e intensidade semelhante nos municípios das duas regiões.

10.3.6 Percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas na exploração agrícola

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado e acentuado nos municípios das regiões Alentejo e Algarve e pela diminuição muito acentuada nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. No litoral das regiões Norte, Centro e Alentejo e região de Lisboa verifica-se diminuição muito acentuada a acentuada da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas enquanto na maioria dos municípios do interior das mesmas regiões e em todo a região Algarve houve aumento elevado a muito elevado desta percentagem. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto se ter verificado aumento da percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas em proporção e intensidade semelhante nos municípios das duas regiões, apesar dos valores agregados indicarem diminuição de percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas na região autónoma dos Açores e aumento na região autónoma da Madeira.

10.4 Verificação da hipótese quanto aos aspetos sociais decorrentes do uso do solo

Os aspetos sociais decorrentes do uso do solo são analisados em 25 parâmetros no Continente e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No Continente a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 23 parâmetros e não se verifica em 2. A hipótese de dicotomia litoral / interior verifica-se em 11 parâmetros e não se verifica em 14. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a hipótese de diferença entre regiões verifica-se em 9 e não se verifica em 16 parâmetros.

Nos pontos 10.4.1 a 10.4.25 faz-se a análise de verificação da hipótese quanto aos aspetos sociais decorrentes do uso do solo.

10.4.1 Número de produtores agrícolas singulares

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, apenas parcialmente, traduzida pela diminuição muito acentuada nos municípios da zona litoral e central, em todas as regiões, e num núcleo na NUTS III Beira Interior Norte, na região Centro interior; diminuição acentuada em toda a faixa central e interior em todas as regiões; diminuição pouco acentuada nas regiões Norte (na NUTS III Alto Trás-os-Montes) e em alguns municípios da região Alentejo e aumento de superfície em 5 municípios das regiões Norte (na NUTS III Alto Trás-os-Montes) e Alentejo. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se, com exceção da NUTS III Beira Interior Norte, que em todas as regiões, nos municípios da faixa litoral e central do Continente, houve decréscimo do número de explorações agrícolas muito mais acentuado que nos municípios da faixa interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição muito acentuada e acentuada do número de explorações em todos os municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizada nas duas regiões.

10.4.2 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 15-24 anos

No Continente não se verifica a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada da percentagem deste grupo etário em todas as regiões e pelo aumento apenas em 17 municípios das regiões Norte, Centro e Alentejo. Também não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma da Madeira ter havido decréscimo de percentagem em todos os municípios e na região autónoma dos Açores se ter verificado aumento em 4 municípios.

10.4.3 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 25-34 anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de percentagem nos municípios da zona litoral e central da região Centro; diminuição acentuada de percentagem em todas as regiões; diminuição pouco acentuada de percentagem nas regiões Norte, Alentejo e Algarve e aumento de percentagem em 17 municípios das regiões Norte Centro e Algarve. Verifica-se, parcialmente, a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas zonas litoral e central da região Centro encontramos decréscimo muito acentuado de percentagem neste grupo etário enquanto nas zonas interior e central desta região o decréscimo é menos acentuado. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição e aumento de percentagem no grupo etário 25-34 anos de forma semelhante nos municípios das duas regiões.

10.4.4 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 35-44 anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada de percentagem neste grupo etário em municípios da zona litoral e central da região Centro, Lisboa e Algarve; diminuição pouco acentuada de percentagem em municípios das regiões Norte, Centro e Algarve e aumento em 17 municípios da região Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição e aumento de percentagem no grupo etário 25-34 anos de forma semelhante nos municípios das duas regiões.

10.4.5 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 45-54 anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada de percentagem neste grupo etário em municípios das regiões Centro, Lisboa e

Algarve; diminuição pouco acentuada a acentuada em municípios das regiões Norte e Alentejo e aumento de percentagem em 28 municípios das regiões Norte e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado aumento de percentagem neste grupo etário em todos os municípios e na região autónoma da Madeira se ter verificado aumento de percentagem neste grupo etário em 6 municípios e diminuição em 5 municípios.

10.4.6 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 55-64 anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de percentagem nos municípios das regiões Centro (zona interior e central), Alentejo e Algarve; diminuição pouco acentuada a acentuada de percentagem nas regiões Norte, Centro e Alentejo e aumento de percentagem nas zonas litoral e central das regiões Norte e Centro. Verifica-se, parcialmente, a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas zonas interior e central da região Centro encontramos decréscimo muito acentuado de percentagem neste grupo etário enquanto nas zonas litoral e central desta região houve aumento de percentagem neste escalão etário. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição e aumento de percentagem no grupo etário 55-64 anos de forma semelhante nos municípios das duas regiões.

10.4.7 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 65 e mais anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado de percentagem nos municípios das regiões Norte e Centro (zona litoral e central) e Alentejo (NUTS III Lezíria do Tejo) e aumento acentuado a pouco acentuado nas regiões Norte e Centro (zona interior), Alentejo e Algarve. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Na zona litoral das regiões Norte e Centro encontramos um aumento muito acentuado de percentagem neste grupo etário enquanto na zona interior destas regiões houve aumento pouco acentuado a acentuado de percentagem neste escalão etário. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região

autónoma da Madeira se ter verificado aumento de percentagem neste grupo etário em 9 municípios e na região autónoma dos Açores se ter verificado diminuição de percentagem em 10 municípios e aumento de percentagem neste grupo etário apenas em 9 municípios.

10.4.8 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 34 e menos anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de percentagem nos municípios da zona litoral e central da região Centro; diminuição acentuada de percentagem em todas as regiões; diminuição pouco acentuada de percentagem em municípios da região Alentejo e aumento de percentagem em 9 municípios da região Alentejo. Verifica-se, parcialmente, a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas zonas litoral e central da região Centro encontramos decréscimo extremamente acentuado de percentagem neste grupo etário enquanto na zona interior desta região o decréscimo é menos acentuado. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição e aumento de percentagem no grupo etário 34 e menos anos de forma semelhante nos municípios das duas regiões.

10.4.9 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 35-54 anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada de percentagem neste grupo etário em municípios das regiões Centro e Algarve oriental; diminuição acentuada em municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve; diminuição pouco acentuada a acentuada em municípios da região Alentejo e aumento de percentagem em 13 municípios das regiões Norte e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado neste grupo etário aumento de percentagem muito acentuado a acentuado na maioria dos municípios e na região autónoma da Madeira se ter verificado aumento de percentagem menos acentuado em 6 municípios e diminuição em 3 municípios.

10.4.10 Idade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem do grupo etário 55 e mais anos

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado de percentagem nos municípios das regiões Centro (zona litoral), aumento acentuado nas regiões Norte (litoral), Centro (zona litoral e central), Alentejo e Algarve e aumento pouco acentuado nas regiões Centro (interior), Alentejo e Algarve. Apenas houve diminuição de percentagem em 4 municípios. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Na zona litoral das regiões Norte encontramos um aumento muito acentuado de percentagem neste grupo etário enquanto na zona interior destas regiões houve aumento pouco acentuado de percentagem neste escalão etário. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição e aumento de percentagem no grupo etário 55 e mais anos de forma semelhante nos municípios das duas regiões.

10.4.11 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares sem nenhuma escolaridade

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada de percentagem em municípios de todas as regiões, de forma acentuada na maioria dos municípios de todas as regiões e de forma pouco acentuada em alguns municípios das regiões Norte, Centro e Algarve. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição de percentagem em todos os municípios das duas regiões.

10.4.12 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade básica

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado de percentagem em municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo (zona sul) e Algarve, aumento acentuado de percentagem em municípios de todas as regiões e

aumento pouco acentuado em alguns municípios das regiões Norte, Centro e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões. Nas duas regiões verificou-se aumento de percentagem em todos os municípios, mas com maior percentagem na maioria dos municípios da região autónoma da Madeira.

10.4.13 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade secundária

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento muito acentuado de percentagem em municípios das regiões Norte e Alentejo litoral, aumento acentuado a pouco acentuado em municípios de todas as regiões e diminuição de percentagem em municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado diminuição de percentagem em mais de metade dos municípios ao contrário do que aconteceu na região autónoma da Madeira com diminuição de percentagem em apenas 1 município.

10.4.14 Escolaridade dos produtores agrícolas singulares. Percentagem dos produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior

No Continente não se verifica a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento de percentagem muito acentuado, acentuado e pouco acentuado nos municípios de todas as regiões. Apenas em 2 municípios houve diminuição de percentagem de produtores agrícolas singulares com a escolaridade superior. Também não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões. Nas duas regiões verificou-se aumento de percentagem em todos os municípios, mas com maior intensidade nos municípios da região autónoma da Madeira.

10.4.15 Percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada nos municípios da zona interior das regiões Centro e Alentejo e na região Algarve e na diminuição pouco acentuada em municípios das regiões Norte, Centro e Alentejo; houve aumento acentuado de percentagem na zona interior da região Norte e na zona litoral da região Centro. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que nos municípios da região Centro interior houve decréscimo acentuado de percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo enquanto nos municípios do litoral houve aumento de percentagem. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado aumento muito acentuado e acentuado da percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo completo em quase todos os municípios, nas duas regiões.

10.4.16 Percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada nos municípios da zona litoral das regiões Norte e Centro e pouco acentuada nas regiões Norte interior e central e Alentejo litoral; houve aumento acentuado de percentagem na zona interior da região Norte central e na zona interior da região Centro e aumento pouco acentuado em municípios da região Centro, Alentejo e Algarve. Verifica-se parcialmente a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que nos municípios da região Centro litoral houve decréscimo acentuado de percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial enquanto nos municípios do interior houve aumento de percentagem. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição da percentagem de produtores agrícolas singulares a tempo parcial em quase todos os municípios, nas duas regiões.

10.4.17 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada em todas as regiões do número de pessoas nos municípios da zona litoral e central, acentuada na zona interior e pouco acentuada em alguns municípios da região Norte (NUTS III Alto Trás-os-Montes) e do Alentejo; aumento de superfície em 4 municípios 3 dos quais na região Alentejo. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que em todas as regiões os municípios da faixa litoral e central do Continente houve decréscimo muito mais acentuado do número total de pessoas nas explorações agrícolas do que nos municípios da zona interior de todas as regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição muito acentuada e acentuada do número total de pessoas em todos os municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizada nas duas regiões.

10.4.18 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição muito acentuada do número de pessoas a tempo completo em todas as regiões e acentuada nas regiões Norte e Alentejo. Houve aumento acentuado na região Norte (maioria dos municípios da NUTS III Alto Trás-os-Montes e alguns do Douro) e na região Centro. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verifica-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores se ter verificado maior proporção de municípios com diminuição do número de pessoas a tempo completo do que na região autónoma da Madeira.

10.4.19 Mão-de-obra agrícola. Número total de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição pouco acentuada em alguns municípios da região Norte (NUTS III Alto Trás-os-Montes) e do Alentejo e aumento de superfície em 10 municípios 7 dos quais na região Alentejo. Verifica-se

também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que em todas as regiões os municípios da faixa litoral e central do Continente houve decréscimo muito mais acentuado do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas do que nos municípios da zona interior de todas as regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição muito acentuada e acentuada do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas em todos os municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizada nas duas regiões.

10.4.20 Mão-de-obra agrícola. Rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada em municípios da região Norte, Centro e Alentejo (NUTS III Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo) e aumento acentuado a pouco acentuado nas regiões Centro interior e central, Alentejo interior e central e Algarve. Verifica-se também a hipótese de dicotomia litoral / interior. Verifica-se que nas regiões Centro litoral e central e Alentejo litoral houve decréscimo muito mais acentuado do rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas do que nos municípios da zona interior e central destas regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição muito acentuada e acentuada do rácio do número de pessoas a tempo parcial *versus* a tempo completo nas explorações agrícolas na maioria dos municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizada nas duas regiões.

10.4.21 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo completo nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada da percentagem do número de pessoas a tempo completo em municípios das regiões Centro e Alentejo (interior e central) e Algarve oriental. Houve aumento acentuado a pouco acentuado nas regiões Norte, Centro (interior e central), Lisboa, Alentejo litoral e Algarve ocidental. Não se verifica-se a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas

regiões se ter verificado aumento da percentagem do número de pessoas a tempo completo na maioria dos municípios, sendo, portanto, o aumento generalizado nas duas regiões.

10.4.22 Mão-de-obra agrícola. Percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento acentuado da percentagem do número de pessoas a tempo parcial em municípios das regiões Centro e Alentejo (interior e central) e Algarve oriental. Houve diminuição acentuada a pouco acentuada nas regiões Norte, Centro (interior e central), Lisboa, Alentejo litoral e Algarve ocidental. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado diminuição da percentagem do número de pessoas a tempo parcial na maioria dos municípios, sendo, portanto, a diminuição generalizado nas duas regiões.

10.4.23 Mão-de-obra agrícola. Percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pela diminuição acentuada da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar em municípios das regiões Centro (NUTS III Oeste) e Alentejo (litoral e Lezíria do Tejo) e diminuição pouco acentuada em municípios de todas as regiões. Houve aumento de percentagem da mão-de-obra agrícola familiar em municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado um número proporcional de municípios em que houve diminuição e aumento da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar, sendo, portanto, a diminuição e o aumento semelhante nas duas regiões.

10.4.24 Mão-de-obra agrícola. Percentagem da mão-de-obra agrícola não familiar nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento acentuado da percentagem da mão-de-obra agrícola não familiar em municípios das regiões Centro (NUTS III Oeste) e Alentejo (litoral e Lezíria do Tejo) e aumento pouco acentuado em municípios de todas as regiões. Houve diminuição de percentagem da mão-de-obra agrícola não familiar em municípios de todas as regiões. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não se verifica a hipótese da diferença entre as regiões, visto nas duas regiões se ter verificado um número proporcional de municípios em que houve diminuição e aumento da percentagem da mão-de-obra agrícola familiar, sendo, portanto, a diminuição e o aumento semelhante nas duas regiões.

10.4.25 Mão-de-obra agrícola. Produtividade do trabalho nas explorações agrícolas

No Continente verifica-se a hipótese de diferença entre regiões, traduzida pelo aumento acentuado a pouco acentuado da produtividade do trabalho em praticamente todos os municípios das regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve, com destaque especial para a região Alentejo, onde o aumento foi acentuado numa elevada proporção de municípios. Houve diminuição da produtividade do trabalho apenas em 19 municípios isolados, das regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo. Não se verifica a hipótese de dicotomia litoral / interior. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira verificou-se a hipótese da diferença entre as regiões, visto na região autónoma dos Açores ter havido aumento acentuado a pouco acentuado da produtividade do trabalho em todos os municípios, enquanto na região autónoma da Madeira houve 5 municípios em que a produtividade do trabalho decresceu.

No quadro 10.1 apresenta-se uma síntese da quantificação dos parâmetros analisados relativos à verificação da hipótese.

Quadro 10.1 Síntese da verificação da hipótese.

	Continente				N.º total de parâmetros	Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira		
	Diferença entre regiões		Dicotomia Litoral - Interior			Diferença entre regiões		N.º total de parâmetros
	Sim	Não	Sim	Não		Sim	Não	
10.1 Superfície utilizada pela agricultura	13	1	3	11	14	10	2	12
10.2 Superfície das principais culturas agrícolas	11	3	2	12	14	6	7	13
10.3 Estrutura das explorações agrícolas	6	0	3	3	6	1	5	6
10.4 Aspetos sociais decorrentes do uso do solo	23	2	11	14	25	9	16	25
Total	53	6	19	40	59	26	30	56

Fontes: elaboração própria.

No Continente dos 59 parâmetros analisados, relativamente à diferença entre regiões, a hipótese verifica-se em 53 parâmetros e não se verifica em 6 parâmetros. Relativamente à dicotomia litoral / interior, a hipótese verifica-se em 19 parâmetros e não se verifica em 40. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira dos 56 parâmetros analisados a hipótese verifica-se em 26 parâmetros e não se verifica em 30 parâmetros.

11. Propostas de intervenção

11. Propostas de intervenção

Tendo em conta o quadro de profunda mudança no uso agrícola do solo em Portugal nas últimas duas décadas, motivadas, principalmente, pela integração de Portugal na Comunidade Europeia e, conseqüentemente pelo efeito da política agrícola comum (PAC), sintetizadas nas linhas força da mudança de uso de solo em Portugal no período 1989 – 2009, expostas no capítulo 9.

Tendo em conta que um grande desafio para Portugal nas próximas décadas será alcançar um desenvolvimento económico sustentado com base, predominantemente, no aumento das exportações e na substituição das importações (Avillez, 2015).

Tendo em conta, como refere Avillez (2015), que “o que se passou nas últimas décadas em relação ao crescimento do valor acrescentado gerado pelo sector agroalimentar e florestal nacional e, em particular, pela agricultura portuguesa, não é de molde a proporcionar leituras muito optimistas do ponto de vista do seu comportamento futuro, a não ser que sejam criadas as condições necessárias para que se venham a alterar de forma significativa alguns dos factores determinantes da sua evolução desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias (CE)”.

Neste contexto vão formular-se algumas propostas de intervenção com base nos resultados obtidos no presente trabalho, com objetivos de ordenamento do território para o desenvolvimento rural sustentável, decorrentes das tendências, forças e fragilidades encontradas:

11.1 – Atendendo à importância económica e às vantagens comparativas que a vinha, o olival, os frutos frescos e os produtos hortícolas tem em Portugal, propor-se-ia mais apoio e organização a estes sectores, na medida em que houve fortes ajustamentos estruturais, com diminuição mais ou menos acentuada de superfície utilizada por estas culturas agrícolas, conforme as regiões. Propõe-se também que as medidas de apoio tenham em conta as especificidades regionais encontradas, de modo a concentrar os recursos nos territórios com mais vantagens comparativas, apontando para territórios especializados por culturas agrícolas e seus produtos associados, dos setores secundário e terciário.

11.2 - Atendendo à tendência do forte aumento de superfície com culturas para alimentação animal, propor-se-ia mais apoio e organização destes sectores e aos produtos a elas associados, tendo em conta as especificidades regionais encontradas.

11.3 – Dada a ainda pequena dimensão média das explorações agrícolas, apesar do forte ajustamento estrutural havido em todas as regiões de Portugal propor-se-iam medidas de apoio à reestruturação das explorações agrícolas tendentes ao aumento da área média das explorações agrícolas e à diminuição do número de blocos por exploração agrícola.

11.4 – Dada a baixa taxa de produtores empresários propor-se-iam medidas de incentivo à empresarialização das explorações agrícolas com o objetivo do aumento e melhoria da agricultura competitiva, para o desenvolvimento económico regional e nacional.

11.5 – Atendendo ao elevado envelhecimento dos produtores agrícolas e à baixíssima taxa de produtores jovens propor-se-ia o apoio e incentivo à renovação dos produtores agrícolas.

11.6 – Atendendo ao baixíssimo nível de instrução dos produtores quer na formação geral quer na formação especializada, propor-se-iam medidas de apoio e incentivo à elevação do grau de instrução dos produtores agrícolas tanto na formação geral como na formação especializada.

11.7 – Atendendo a que a tendência para a agricultura a tempo parcial se acentuou muito, representando a larga maioria das explorações agrícolas e dos produtores propor-se-iam medidas específicas dirigidas ao apoio a estes produtores.

11.8 – Atendendo a que se verificou em muitos parâmetros fortes diferenças regionais e em alguns também fortes assimetrias litoral / interior, propõem-se medidas que estimulem diferencialmente, com diferenciação positiva, as regiões com potencial mas com maiores fragilidades, como acontece em muitos casos com as zonas interiores do país e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, regiões periféricas, e as zonas de baixa densidade populacional.

11.9 – Atendendo a que na região autónoma da Madeira e também na região autónoma dos Açores as culturas subtropicais têm uma importância grande propõem-se medidas de apoio a esta atividade, tirando partido das condições climáticas próprias das regiões.

11.10 – Atendendo a que na região autónoma dos Açores a agricultura está centrada nas pastagens permanentes, ligada à produção animal, propõe-se o apoio diferencial a este setor nesta região, na medida em que a tendência de 1989 para 2009 foi a concentração e especialização nestas atividades agrícolas.

11.11 – Atendendo a que na região autónoma da Madeira a agricultura policultural e familiar tem uma importância muito maior que no Continente e na região autónoma dos Açores propõem-se medidas de apoio diferencial a este tipo de agricultura, nesta região autónoma, com ações específicas dirigidas a esta estrutura social e das explorações agrícolas.

11.12 – Atendendo a que se pretende uma agricultura multifuncional e que as atividades lucrativas nas explorações agrícolas têm um peso diminuto, propor-se-ia o apoio e incentivo ao desenvolvimento de outras atividades lucrativas nas explorações agrícolas, nomeadamente o turismo em meio rural.

12. Conclusões

12. Conclusões

12.1 Mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura

As principais mudanças de uso da superfície utilizada pela agricultura registadas de 1989 para 2009 poderão ser traduzidas da seguinte maneira:

(12.1.1) A superfície usada pela agricultura, de 1995 para 2005, pelos dados dos 4.º e 5.º Inventários Florestais Nacionais, de forma agregada, decresceu no Continente muito ligeiramente (-1,5%). No entanto, analisando os dados ao nível de NUTS III encontramos diferenças bastante assinaláveis. Houve aumento da superfície utilizada pela agricultura em 12 das 28 NUTS III do Continente (42,9%), correspondendo às NUTS III Grande Porto, na região Norte; Baixo Vouga, Médio Tejo, Cova da Beira e Beira Interior Sul, na região Centro e toda a região de Lisboa e do Alentejo. Os maiores acréscimos correspondem às NUTS III Grande Lisboa, Alto Alentejo e Alentejo Litoral. Houve decréscimo de superfície utilizada pela agricultura na maioria das NUTS III das regiões Norte e Centro e Algarve. Os maiores decréscimos verificaram-se nas NUTS III Douro, Pinhal Interior Sul e Algarve.

(12.1.2) A superfície total das explorações agrícolas, de 1989 para 2009, considerando os dados agregados, diminuiu em todas as regiões NUTS I: Continente (-14,1%), Açores (-11,9%) e Madeira (-34,0%). No entanto, no Continente, encontramos 22% de municípios em que houve aumento da superfície total das explorações agrícolas, sobretudo nas regiões NUTS II Norte e Alentejo, indicando que a superfície total das explorações agrícolas mudou diferencialmente aos níveis de NUTS III e de município. Em 4 municípios da região autónoma dos Açores e em 1 município da região autónoma da Madeira a superfície total das explorações agrícolas aumentou.

(12.1.3) A superfície agrícola utilizada (SAU) total das explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, decresceu no Continente (-8,7%) e na região autónoma da Madeira (-22,5%), enquanto na região autónoma dos Açores se manteve estável, com um ligeiro aumento de 1,2%. Na larga maioria dos municípios do Continente (77%) e da região autónoma

da Madeira (91%) houve diminuição da superfície agrícola utilizada (SAU), enquanto na região autónoma dos Açores o número de municípios em que houve decréscimo foi menos acentuada (42%). No entanto, no Continente, em alguns municípios da região Norte e da região Alentejo, houve aumento da superfície agrícola utilizada. Na região autónoma dos Açores em 8 municípios houve aumento da superfície agrícola utilizada, enquanto na região autónoma da Madeira apenas em 1 município houve aumento.

(12.1.4) A superfície agrícola não utilizada (SANU), de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-48,6%), representando 243.534ha em 1989 e 125.283ha em 2009; na região autónoma Açores aumentou (+206,7%), representando 585ha em 1989 e 1.794ha em 2009 e diminuiu na região autónoma da Madeira (-37,9%), representando em 991ha em 1989 e 615ha em 2009. No Continente a superfície agrícola não utilizada (SANU) aumentou em 30,3% dos municípios, pertencentes principalmente às NUTS III Minho-Lima, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo e houve decréscimo em 64,7% dos municípios, distribuídos por todas regiões do Continente. Na região autónoma dos Açores houve aumento em 14 municípios (73,7%) e decréscimo nos restantes. Na região autónoma da Madeira houve decréscimo em 9 municípios (81,8%).

(12.1.5) “Outras superfícies nas explorações agrícolas”, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuíram em todas as regiões NUTS I: no Continente (-2,8%), representando 68.425ha em 1989 e 66.512ha em 2009; na região autónoma dos Açores (-75,9%) representando 17.594ha em 1989 e 4.242ha em 2009 e na região autónoma da Madeira (-72,3%) representando 1.200ha em 1989 e 333ha em 2009.

(12.1.6) A superfície total de floresta estimada pelo Inventário Florestal Nacional sendo que, de 1995 para 2005, de forma agregada, aumentou no Continente 3,3%. Verificou-se aumento de superfície total de floresta em 16 NUTS III e diminuição em 12 NUTS III. A maior diminuição de superfície total de floresta verificou-se nas NUTS III Tâmega, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul e o maior aumento de superfície nas NUTS III Douro, Baixo Mondego e Grande Lisboa.

(12.1.7) A superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou no Continente (28,9%) e diminuiu nas regiões autónomas dos

Açores (-63,4%) e da Madeira (-52,6%). No entanto, houve decréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas em 54,7% dos municípios do Continente, correspondendo maioritariamente à região Norte, zonas litoral e central da região Centro e região Algarve. Na maioria dos municípios da zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro, região de Lisboa e região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas. Na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas houve aumento no município de Câmara de Lobos.

(12.1.8) A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-13,3%), na região autónoma dos Açores (-63,4%) e na região autónoma da Madeira (-52,6%). Podemos admitir que houve uma parte substancial de matas e florestas nas explorações agrícolas que passou a ser utilizada com prados e pastagens permanentes sob coberto. No entanto na maioria dos municípios da zona interior da região Norte, em parte dos municípios da zona interior da região Centro e na maioria dos municípios da região Alentejo houve acréscimo da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto nas explorações agrícolas. Na região autónoma dos Açores a superfície de matas e florestas nas explorações agrícolas, aumentou em 8 municípios enquanto na região autónoma da Madeira apenas houve aumento no município de Câmara de Lobos.

(12.1.9) A superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou no Continente (140,5%). Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto, quer em 1989 quer em 2009, é nula. No Continente a superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas aumentou em 39,2% dos municípios, correspondendo maioritariamente a municípios da região Norte e da região Alentejo. Houve decréscimo da superfície de matas e florestas com prados e pastagens permanentes sob coberto nas explorações agrícolas, principalmente em municípios da zona norte da região Norte e na zona interior da região Centro.

(12.1.10) A superfície de terras aráveis, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-50,3%), na região autónoma dos Açores (-5,9%), e na região autónoma da Madeira (-16,6%). No Continente houve diminuição da superfície de terras aráveis em 93,4% dos municípios (260). Apenas houve acréscimo da superfície de terras aráveis em 11 municípios contíguos, das NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no curso inferior do vale do Tejo e em um município do Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de terras aráveis aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de terras aráveis aumentou em 4 municípios.

(12.1.11) A superfície de culturas temporárias em cultura principal, de 1989 para 2009, de forma agregada, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-45,5%), na região autónoma dos Açores (-4,2%) e na região autónoma da Madeira (-19,2%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 92,5% dos municípios (257). Apenas houve acréscimo da superfície de culturas temporárias em cultura principal em 14 municípios, 11 dos quais contíguos, pertencentes às NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Grande Lisboa, no vale do Tejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas temporárias em cultura principal, aumentou em 7 municípios (23,3%), na ilha de S. Miguel e na ilha Terceira. Na região autónoma da Madeira a superfície de culturas temporárias em cultura principal aumentou em 3 municípios.

(12.1.12) A superfície de terras em pousio, de 1999 para 2009, de forma agregada, diminuiu no Continente (-39,3%) e na região autónoma da Madeira (-2,8%). Na região autónoma dos Açores a informação recolhida nas operações censitárias gerais agrícolas é, tanto em 1999 como em 2009, de valor nulo ou que não se aplica. No Continente houve diminuição da superfície de terras em pousio em 46,8% dos municípios (130) tendo havido acréscimo da superfície de terras em pousio em 126 municípios (45,3%), em dois núcleos de municípios contíguos: um núcleo na região Norte e Centro nas NUTS III Minho-Lima, Cávado, Tâmega, Grande Porto, Dão-Lafões, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga e Pinhal Interior Norte e outro núcleo nas regiões Centro e Alentejo, nas NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo. Verificamos que nos municípios com maior superfície ocupada por terras em pousio houve, na maioria dos municípios, decréscimo acentuado ou moderado destas superfícies de 1999 para 2009. Na região autónoma da Madeira

a superfície de terras em pousio é residual, tanto em 1999 como em 2009, pelo que o valor da evolução carece de significado prático.

(12.1.13) A superfície de culturas permanentes, de 1989 para 2009, de forma agregada diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-12,1%), na região autónoma dos Açores (-57,6%), e na região autónoma da Madeira (-32,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas permanentes em 73,4% dos municípios (204), tendo havido acréscimo em 68 municípios sobretudo nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, num núcleo de municípios contíguos pertencentes às NUTS III Douro, Dão-Lafões e Beira Interior Norte, no Alentejo Central, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com culturas permanentes houve decréscimo de superfície, como as NUTS III Douro, Oeste e Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas permanentes diminuiu em todos os municípios e na região autónoma da Madeira aumentou apenas no município de Porto Moniz.

(12.1.14) A superfície de pastagens permanentes, de 1989 para 2009, de forma agregada aumentou em todas as NUTS I: no Continente 127,9%, na região autónoma dos Açores 4,7%, e na região autónoma da Madeira 16,0%. No Continente houve aumento da superfície de pastagens permanentes em 73,4% dos municípios (204). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de pastagens permanentes em 66 municípios, salientando-se o decréscimo nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de pastagens permanentes, diminuiu em 9 dos 19 municípios (47,4%) e na região autónoma da Madeira diminuiu em 3 municípios. Na medida em que a superfície de pastagens permanentes na Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

(12.1.15) A superfície de prados e pastagens permanentes de 1989 para 2009, de forma agregada, aumentou em todas as NUTS I: no Continente (128,1%), na região autónoma dos Açores (4,7%) e na região autónoma da Madeira (12,0%). A diferença entre a superfície de prados e pastagens permanentes e a superfície de pastagens permanentes reside unicamente no facto da superfície de prados e pastagens permanentes contabilizar adicionalmente a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes. Na região autónoma dos Açores tanto em 1989 como em 2009 a superfície de pastagens permanentes sob coberto de culturas permanentes é nula e na região autónoma da Madeira os valores são insignificantes nos dois momentos censitários. Assim a superfície de prados e pastagens permanentes é muito semelhante à superfície de pastagens permanentes. No Continente houve aumento da superfície de prados e pastagens permanentes em 70,9% dos municípios do Continente (197). As NUTS III em que se verificaram maiores acréscimos de superfície foram Oeste, Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Houve decréscimo da superfície de prados e pastagens permanentes em 68 municípios (24,4%). Salienta-se o decréscimo de superfície de prados e pastagens permanentes nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Grande Porto, Douro, Baixo Vouga e Grande Lisboa. Salienta-se ainda que em algumas das NUTS III com maior percentagem de superfície do município ocupada com prados e pastagens permanentes coincide com os maiores acréscimos de superfície, nomeadamente as NUTS III Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Na região autónoma dos Açores verificamos que a superfície de prados e pastagens permanentes diminuiu em 9 municípios (47,4%). Na região autónoma da Madeira verificou-se decréscimo em 3 municípios. Na medida em que a superfície de prados e pastagens permanentes na região autónoma da Madeira é muito baixa (menor que 1% da superfície dos municípios) os valores absolutos de aumento e decréscimo têm pouco significado real, de valor geográfico insignificante.

12.2 Mudanças no uso do solo relativo às principais culturas agrícolas

As principais mudanças no uso do solo relativo às principais culturas agrícolas registadas de 1989 para 2009 poderão ser traduzidas da seguinte maneira:

(12.2.1) A superfície de vinha de 1989 para 2009 diminuiu, em todas as regiões NUTS I: no Continente (-32,9%), na região autónoma dos Açores (-62,8%) e na região autónoma da

Madeira (-37,6%). No entanto encontramos aumentos de superfície de vinha em municípios das regiões Alentejo, sobretudo, Norte e Centro. A superfície da cultura da vinha diminuiu em todos os municípios da região autónoma dos Açores com cultura de vinha. Na região autónoma da Madeira a cultura da vinha aumentou de superfície apenas em 1 município.

(12.2.2) A superfície de olival de 1989 para 2009 manteve-se praticamente inalterada no Continente, com uma ligeira diminuição (-1,4%). Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira não existe a cultura da oliveira. Houve acréscimo da superfície de olival em 37,4% dos municípios, quase na totalidade nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes e zona norte do Douro, na região Norte; zona norte da Beira Interior Norte, Dão-Lafões e Oeste, na região Centro; parte sul da Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo e parte oriental do Algarve. No Continente a superfície de olival diminuiu em 49,6% dos municípios e em 13,0% dos municípios é nula.

(12.2.3) A superfície de culturas de frutos frescos de 1989 para 2009 diminuiu no Continente (-47,5%) e na região autónoma dos Açores (-64,5%) e aumentou na região autónoma da Madeira (6,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de frutos frescos em 79,1% dos municípios e houve acréscimo em 15,8% municípios, pertencentes principalmente às NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Douro, na região Norte, e Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, na região Alentejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de frutos frescos, apesar de ser diminuta, ainda diminuiu em 23 dos 30 municípios das Ilhas (76,7%), tendo aumentado em 3 municípios da região autónoma dos Açores e em 3 municípios da região autónoma da Madeira.

(12.2.4) A superfície de culturas de citrinos de 1989 para 2009 diminuiu no Continente (-36,0%) e na região autónoma dos Açores (-59,4%) e aumentou (33,3%) na região autónoma da Madeira. No Continente houve diminuição da superfície de culturas de citrinos em 67,6% dos municípios e em 19,8% dos municípios a superfície de culturas de citrinos é nula. Houve acréscimo da superfície de culturas de citrinos em 12,6% dos municípios, dispersos por várias NUTS e com valores absolutos de superfície com culturas de citrinos inferiores a 1% da superfície do município. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de citrinos, diminuiu em 17 municípios da região autónoma dos Açores e em 4 da

região autónoma da Madeira, tendo aumentado em 1 município da região autónoma dos Açores e em 5 da região autónoma da Madeira.

(12.2.5) A superfície de culturas de frutos de casca rija de 1989 para 2009 aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (55,9%) na região autónoma dos Açores (1,5%) e na região autónoma da Madeira (82,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de frutos de casca rija em 24,0% dos municípios. Nos municípios com maior percentagem de superfície ocupada com culturas de frutos de casca rija houve decréscimo de superfície, nas NUTS III Douro, Beira Interior Norte e Algarve, o mesmo não acontecendo nos municípios da NUTS III Alto-Trás-os-Montes. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas de frutos de casca rija diminuiu em 10 municípios, tendo aumentado em 3. Na região autónoma da Madeira diminuiu em 2 municípios e aumentou em 5.

(12.2.6) A superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal, de 1989 para 2009 diminuiu em todas regiões NUTS I: no Continente (-60,4%), na região autónoma dos Açores (-92,2%) e na região autónoma da Madeira (-85,6%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal em 92,0% dos municípios. Apenas houve acréscimo da superfície em 11 municípios, 8 dos quais pertencentes às NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo, no vale do Tejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de cereais para grão em cultura principal, diminuiu em todos os municípios, tendo-se tornado culturas com superfície insignificante em todos os municípios.

(12.2.7) A superfície de culturas de leguminosas secas para grão, de 1989 para 2009 diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-82,9%), na região autónoma dos Açores (-92,2%) e na região autónoma da Madeira (-91,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal em 81,7% dos municípios e em 9,7% o valor é nulo. Apenas houve acréscimo em 24 municípios, a quase totalidade na região Alentejo, sobretudo na NUTS III Baixo Alentejo. Deve salientar-se, no entanto, que, apesar da variação percentual ser bastante elevada, os valores absolutos continuam bastante baixos, sem expressão geográfica. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de culturas de leguminosas secas para grão em cultura principal diminuiu em todos os municípios.

(12.2.8) A superfície de prados temporários, de 1989 para 2009 diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-55,1%), na região autónoma dos Açores (-100,0%) e na região autónoma da Madeira (-47,1%). No Continente houve diminuição da superfície de prados temporários em cultura principal em 57,2% dos municípios e em 23,7% o valor é nulo. Houve acréscimo em 43 municípios (15,5%), sobretudo nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, na região Norte; Médio Tejo, na região Centro e Lezíria do Tejo e Alto Alentejo, na região Alentejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de prados temporários em cultura principal é nula em todos os municípios. Na região autónoma da Madeira ocupa menos de 1% do território do município em 5 municípios e é nula nos restantes.

(12.2.9) A superfície de culturas forrageiras em cultura principal, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (20,6%), na região autónoma dos Açores (99,7%) e na região autónoma da Madeira (16,7%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas forrageiras em cultura principal em 44,6% municípios, sobretudo nas NUTS III Dão-Lafões, Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, zona norte do Oeste, Lezíria do Tejo, zona norte do Alto Alentejo e zona este do Algarve. Houve acréscimo em 52,5% dos municípios, destacando-se as NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Alto-Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Serra da Estrela, Cova da Beira, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas forrageiras em cultura principal, aumentou em 18 municípios (94,7%). Na região autónoma da Madeira houve decréscimo em 5 municípios e acréscimo em 4.

(12.2.10) A superfície de cultura de batata em cultura principal de 1989 para 2009 diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-82,2%), na região autónoma dos Açores (-68,3%) e na região autónoma da Madeira (-51,3%). No Continente houve diminuição da superfície de cultura de batata em cultura principal em 80,6% dos municípios, com exceção de 14 municípios em que houve aumento, a maioria na NUTS III Lezíria do Tejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície de cultura de batata em cultura principal diminuiu em todos os municípios, com exceção do município de Machico, na região autónoma da Madeira, tendo-se mantido de 1989 para 2009, uma cultura marginal.

(12.2.11) A superfície de culturas industriais em cultura principal de 1989 para 2009 diminuiu no Continente (-59,7%) e na região autónoma dos Açores (-78,6%). Na região autónoma da Madeira aumentou 136,0%. Realça-se, no entanto, o significado diminuto destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões. A superfície de culturas industriais em cultura principal no Continente é nula em 70,9% dos municípios, tanto em 1989 como em 2009, registando-se diminuição em 25,5% dos municípios. Apenas em 10 municípios houve aumento da superfície de culturas industriais em cultura principal, em municípios mais ou menos dispersos. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas industriais em cultura principal diminuiu em 6 municípios e é nula nos restantes. Na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios e é nula nos restantes.

(12.2.12) A superfície de culturas hortícolas em cultura principal de 1989 para 2009 diminuiu no Continente (-19,0%), aumentou na região autónoma dos Açores (68,1%) e aumentou na região autónoma da Madeira (104,5%). No Continente houve diminuição da superfície de culturas hortícolas em cultura principal em 60,8% dos municípios e houve aumento em 24,1% municípios. O aumento de superfície verificou-se com continuidade territorial em todos os municípios da NUTS III Lezíria do Tejo e em quase todos os municípios da NUTS III Ave. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas hortícolas em cultura principal, aumentou em 10 municípios (52,6%) e diminuiu em 4 (21,1%). Na região autónoma da Madeira aumentou em 9 municípios (81,8%) e diminuiu em 2. Apesar do aumento de superfície verificado estas culturas mantiveram-se marginais em 2009, não tendo significado geográfico.

(12.2.13) A superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal de 1989 para 2009 aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (149,6%), na região autónoma dos Açores (433,3%) e na região autónoma da Madeira (134,8%). Realça-se o diminuto valor absoluto da superfície destas culturas, do ponto de vista geográfico, em todas as regiões. No Continente a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em cultura principal é nula em 74,4% dos municípios, tanto em 1989 como em 2009, tendo havido aumento 14,4% dos municípios e diminuição em 11,2%. Os municípios com culturas de flores e plantas ornamentais encontram-se principalmente em municípios das NUTS III da faixa litoral atlântica, do Minho-Lima até a Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal e Algarve. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas de flores e plantas ornamentais em

cultura principal aumentou em 2 municípios sendo nula em todos os outros e na região autónoma da Madeira aumentou em 6 municípios sendo nula nos restantes municípios.

(12.2.14) A superfície parcial de culturas para alimentação animal de 1989 para 2009 aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (81,4%), na região autónoma dos Açores (9,0%) e na região autónoma da Madeira (10,2%). No Continente houve aumento da superfície de culturas para alimentação animal em 56,8% dos municípios. Os municípios em que se verificaram maiores acréscimos de superfície encontram-se num núcleo de municípios na zona central da região Norte, nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Douro e uma vasta zona contínua abrangendo parte das regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, nas NUTS III Península de Setúbal, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve. Houve decréscimo da superfície de culturas para alimentação animal em 41,4% dos municípios, a grande maioria nas regiões Norte e Centro, em municípios mais ou menos contíguos e nas regiões de Lisboa e Alentejo. Na região autónoma dos Açores a superfície de culturas para alimentação animal aumentou em 13 municípios e diminuiu em 6. Na região autónoma da Madeira aumentou em 8 municípios e diminuiu em 3.

12.3 Mudanças na estrutura das explorações agrícolas

As principais mudanças na estrutura das explorações agrícolas registadas de 1989 para 2009 poderão ser traduzidas da seguinte maneira:

(12.3.1) O número de explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-49,5%), na região autónoma dos Açores (-45,2%), e na região autónoma da Madeira (-41,2%). No Continente o número de explorações agrícolas aumentou apenas em 8 municípios (2,9%). A diminuição mais acentuada de explorações agrícolas verificou-se nos municípios mais próximos do litoral, de norte a sul e a diminuição menos acentuada em municípios da NUTS III Alto-Trás-os-Montes e da região Alentejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de explorações agrícolas diminuiu em todos os municípios.

(12.3.2) A superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola, de 1989 para 2009, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (81,4%), na região autónoma dos Açores (85,4%) e na região autónoma da Madeira (33,3%). No Continente a superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas aumentou em 82,7% dos municípios, com especial realce para os municípios contíguos das NUTS III Oeste, Península de Setúbal, Médio Tejo e regiões Alentejo e Algarve. A superfície agrícola utilizada (SAU) média das explorações agrícolas diminuiu em 15,1% dos municípios nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração agrícola aumentou em todos os municípios.

(12.3.3) O número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (10,8%), na região autónoma dos Açores (6,2%) e na região autónoma da Madeira (4,5%). No Continente o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas aumentou em 65,5% dos municípios, principalmente nos municípios do litoral e do sul. No entanto em 33,4% dos municípios diminuiu, principalmente nos municípios do interior das regiões Norte e Centro e em alguns municípios da zona raiana do Alentejo. Na região autónoma dos Açores o número médio de blocos com superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração agrícola aumentou em 13 municípios e diminuiu em 6 municípios. Na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios e diminuiu em 4 municípios.

(12.3.4) A proporção de explorações agrícolas com trator, de 1989 para 2009, aumentou em todas regiões NUTS I: no Continente (156,1%), na região autónoma dos Açores (229,0%) e na região autónoma da Madeira (400,0%). No Continente aumentou em todos os municípios, com exceção de 2. A grande maioria dos municípios com maiores aumentos estão nas regiões Norte e Centro e num núcleo nas zonas litoral e sul do Alentejo e Algarve. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a proporção de explorações agrícolas com trator aumentou em todos os municípios.

(12.3.5) O número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU), de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (50,0%), na região autónoma dos Açores (93,8%) e na região autónoma da Madeira (241,7%). No Continente o número de

tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou mais de 200% em 23,7% municípios, a quase totalidade nas regiões Norte e Centro, nas NUTS III Alto-Trás-os-Montes, Tâmega, Douro, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Em 11,2% dos municípios o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) diminuiu, a grande maioria em municípios da região Alentejo e na NUTS III Península de Setúbal, em municípios contíguos. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de tratores por 100ha de superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou em todos os municípios.

(12.3.6) A percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, de 1999 para 2009, diminuiu no Continente (-36,8%) e na região autónoma dos Açores (-74,3%) e aumentou (+127,7%) na região autónoma da Madeira. No Continente a percentagem de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas de 1999 para 2009, aumentou mais de 100% em 58 municípios (42,8%) a grande maioria em municípios das NUTS III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve e entre 0 e 100% em 33 municípios (11,9%) e diminuiu em 171 municípios (61,6%), sendo superior a -50% em 128 municípios, principalmente nas regiões Norte e Centro e NUTS III Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral. Na região autónoma dos Açores aumentou em 7 municípios, com aumento superior a 100% em 5 municípios (26,3%) e diminuiu em 10 municípios. Na região autónoma da Madeira aumentou apenas em 2 municípios, diminuiu em 5 e foi nula nos restantes municípios.

12.4 Mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo

As principais mudanças nos aspetos sociais decorrentes do uso do solo registadas de 1989 para 2009 poderão ser traduzidas da seguinte maneira:

(12.4.1) O número de produtores singulares, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-50,5%), na região autónoma dos Açores (-45,4%) e na região autónoma da Madeira (-41,4%). No Continente apenas em 2,2% dos municípios aumentou o número de produtores singulares. A diminuição de produtores singulares foi mais acentuada nos municípios mais próximos do litoral, de norte a sul e menos acentuada em municípios nas zonas

raianas das regiões Norte e Alentejo. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de produtores singulares diminuiu em todos os municípios.

(12.4.2) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-80,6%), na região autónoma dos Açores (-45,7%) e na região autónoma da Madeira (-70,3%). No Continente a percentagem de produtores singulares aumentou apenas em 6,1% dos municípios. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 15 – 24 anos aumentou apenas em 4 municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu em todos os municípios.

(12.4.3) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-67,7%), na região autónoma dos Açores (-41,7%) e na região autónoma da Madeira (-39,1%). No Continente diminuiu em 262 municípios (94,2%), tendo aumentado apenas em 10 municípios (3,6%). Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 25 – 34 anos aumentou apenas em 3 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou apenas em 1 município.

(12.4.4) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-46,7%) e na região autónoma dos Açores (-7,7%) e aumentou na região autónoma da Madeira (4,1%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos diminuiu em 91,0% dos municípios, com os maiores decréscimos nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve e aumentou apenas em 6,8% dos municípios, a maioria da região Alentejo. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 44 anos aumentou em 9 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou em 6 municípios.

(12.4.5) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-25,8%) e aumentou na região autónoma dos Açores (30,6%) e na região autónoma da Madeira (0,5%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 45 – 54 anos, diminuiu em 244 municípios (87,8%), com os maiores decréscimos nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve e aumentou apenas em 28 municípios (10,0%), a maioria nas regiões Norte e Alentejo. A percentagem de produtores

singulares no grupo etário 45 – 54 anos aumentou em todos os municípios na região autónoma dos Açores e em 6 municípios na região autónoma da Madeira.

(12.4.6) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-14,1%) e na região autónoma da Madeira (-11,7%) e aumentou na região autónoma dos Açores (3,0%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou apenas em 50 municípios (18,0%), a maioria nas regiões Norte e Centro. Os maiores decréscimos registaram-se nas regiões Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 – 64 anos aumentou em 9 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou em 3 municípios.

(12.4.7) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (71,5%), na região autónoma dos Açores (1,9%) e na região autónoma da Madeira (13,7%). No Continente aumentou em todos os municípios. As mais elevadas percentagens de acréscimo aparecem em municípios do litoral e as mais baixas aparecem em municípios do interior e do Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 65 e mais anos diminuiu em 10 municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu apenas em 2 municípios.

(12.4.8) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-69,2%), na região autónoma dos Açores (-42,1%) e na região autónoma da Madeira (-42,4%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 34 e menos anos diminuiu em 263 municípios (94,6%), tendo aumentado apenas em 9 municípios (3,2%). Os maiores decréscimos registaram-se principalmente na região Centro. Na região autónoma dos Açores aumentou apenas em 2 municípios e na região autónoma da Madeira aumentou apenas em 1 município.

(12.4.9) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-33,5%) e aumentou nas regiões autónomas dos Açores (12,4%) e da Madeira (1,8%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos aumentou apenas em 13 municípios. Na região autónoma dos Açores a

percentagem de produtores singulares no grupo etário 35 – 54 anos apenas diminuiu em 1 município e na região autónoma da Madeira diminuiu em 3 municípios.

(12.4.10) A percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (28,5%), na região autónoma dos Açores (2,4%) e na região autónoma da Madeira (2,8%). No Continente a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos apenas diminuiu em 4 municípios. As mais elevadas percentagens de acréscimo de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos aparecem em municípios do litoral e as mais baixas percentagens aparecem em municípios do interior e do Algarve. Na região autónoma dos Açores a percentagem de produtores singulares no grupo etário 55 e mais anos diminuiu em 7 municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu em 5 municípios.

(12.4.11) A percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as NUTS I: no Continente (-52,5%), na região autónoma dos Açores (-73,5%) e na região autónoma da Madeira (-51,5%). No Continente e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a percentagem de produtores singulares sem nenhuma escolaridade diminuiu em todos os municípios.

(12.4.12) A percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, de 1989 para 2009, aumentou em todas as NUTS I: no Continente (39,8%), na região autónoma dos Açores (53,1%) e na região autónoma da Madeira (88,1%). No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade básica, aumentou em todos os municípios, com exceção de 1 município e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira aumentou em todos os municípios.

(12.4.13) A percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária, de 1989 para 2009, aumentou no Continente (51,6%), diminuiu na região autónoma dos Açores (-8,8%) e aumentou na região autónoma da Madeira (77,7%). No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade secundária aumentou em 232 municípios (83,5%) e decresceu em 37 municípios (13,3%). Na região autónoma dos Açores aumentou em 9 municípios (47,4%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 10 municípios (90,9%).

(12.4.14) A percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (310,8%), na região autónoma dos Açores (168,6%) e na região autónoma da Madeira (607,7%). No Continente a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em quase todos os municípios. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira a percentagem de produtores singulares com a escolaridade superior aumentou em todos os municípios.

(12.4.15) A percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-0,7%) e aumentou nas regiões autónomas dos Açores (59,6%) e da Madeira (103,1%). No Continente a percentagem de produtores singulares a tempo completo nas explorações agrícolas aumentou em 139 municípios (50%), sobretudo nas regiões Norte, Centro, Lisboa e NUTS III Alentejo Litoral e diminuiu sobretudo nas regiões Centro, Alentejo interior e Algarve. Na região autónoma dos Açores aumentou em 17 municípios (92,2%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 9 municípios.

(12.4.16) A percentagem de produtores singulares a tempos parciais nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, aumentou no Continente (0,2%) e diminuiu nas regiões autónomas dos Açores (-10,4%) e da Madeira (-6,0%). No Continente a percentagem de produtores singulares a tempo parcial nas explorações agrícolas aumentou em 132 municípios (47,4%) sobretudo nas regiões Centro, Alentejo e Algarve e decresceu mais acentuadamente nas zonas litorais das regiões Norte e Centro norte. Na região autónoma dos Açores diminuiu em 17 municípios (92,2%), e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios.

(12.4.17) A mão-de-obra agrícola total nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-55,2%), na região autónoma dos Açores (-51,3%) e na região autónoma da Madeira (-43,3%). No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 268 municípios (93,9%). Os maiores decréscimos (< -50%) registaram-se em 171 municípios (61,5%), principalmente em municípios nas zonas mais próximas do litoral, em todas regiões. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em todos municípios.

(12.4.18) A mão-de-obra agrícola total a tempo completo nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu no Continente (-51,6%) e na região autónoma dos Açores (-26,1%) e aumentou na região autónoma da Madeira (8,4%). No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município, diminuiu em 210 municípios (75,5%). O número de pessoas por 100ha de superfície do município aumentou em 62 municípios (22,3%), dos quais 33 com aumento superior a 100%, a grande maioria nas regiões Norte, Centro e Lisboa. Na região autónoma dos Açores diminuiu em 14 municípios (73,7%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 7 municípios (63,6%).

(12.4.19) A mão-de-obra agrícola total a tempo parcial nas explorações agrícolas, expressa pelo número de pessoas por 100ha de superfície do município, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-56,0%), na região autónoma dos Açores (-55,0%) e na região autónoma da Madeira (-47,5%). No Continente o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em 262 municípios (94,2%). O acréscimo do número de pessoas por 100ha de superfície do município registou-se apenas em 10 municípios (3,6%). Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira o número de pessoas por 100ha de superfície do município diminuiu em todos os municípios.

(12.4.20) O rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo nas explorações agrícolas, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-9,1%), na região autónoma dos Açores (-39,1%) e na região autónoma da Madeira (-49,9%). No Continente o rácio diminuiu em 166 municípios (59,7%). O acréscimo do rácio registou-se em 106 municípios (38,1%), principalmente nas zonas interior da região Centro, nas zonas interior e central da região Alentejo e região Algarve. Na região autónoma dos Açores o rácio do número de pessoas total a tempo parcial versus a tempo completo nas explorações agrícolas diminuiu em 16 municípios (84,2%) e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios (90,9%).

(12.4.21) A percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo completo relativamente ao número total, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (8,0%), na região autónoma dos Açores (51,7%) e na região autónoma da Madeira (91,0%). No Continente a percentagem do número de pessoas a tempo completo

nas explorações agrícolas aumentou em 166 municípios (59,7%), dos quais 75 com aumento superior a 100%, a grande maioria nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo e diminuiu em 106 municípios (38,1%). Na região autónoma dos Açores diminuiu apenas em 3 municípios (15,8%) e na região autónoma da Madeira aumentou em 10 municípios (90,9%).

(12.4.22) A percentagem do número de pessoas nas explorações agrícolas a tempo parcial relativamente ao número total, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-1,8%), na região autónoma dos Açores (-7,6%), e na região autónoma da Madeira (-4,4%). No Continente a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu em 166 municípios (59,7%) e aumentou em 106 municípios (38,1%). De maneira genérica poderemos dizer que a percentagem do número de pessoas a tempo parcial nas explorações agrícolas diminuiu na região Norte, na zona litoral e central da região Centro, na região de Lisboa e no litoral da região Alentejo e aumentou na zona interior e central da região Centro, na zona interior e central da região Alentejo e na região Algarve. Na região autónoma dos Açores diminuiu em 16 municípios (84,2%) e na região autónoma da Madeira diminuiu em 10 municípios (90,9%).

(12.4.23) A percentagem de mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, diminuiu em todas as regiões NUTS I: no Continente (-1,8%), na região autónoma dos Açores (-0,6%) e na região autónoma da Madeira (-0,2%). No Continente a percentagem da mão-de-obra agrícola familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total diminuiu em 166 municípios (59,7%) e aumentou em 100 municípios (36,0%). Na região autónoma dos Açores diminuiu em 10 municípios (52,6%) e aumentou apenas muito ligeiramente nos restantes 9 municípios (47,4%). Na região autónoma da Madeira diminuiu em 7 municípios (63,6%).

(12.4.24) A percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total, de 1989 para 2009, aumentou em todas as regiões NUTS I: no Continente (30,2%), na região autónoma dos Açores (8,9%) e na região autónoma da Madeira (5,8%). No Continente a percentagem da mão-de-obra agrícola não-familiar nas explorações agrícolas, em relação à mão-de-obra agrícola total diminuiu em 98 municípios (35,3%) e aumentou em 172 municípios (61,8%). Na região autónoma dos Açores diminuiu em

9 municípios (47,3%), e aumentou nos restantes 10 municípios (52,7%). Na região autónoma da Madeira diminuiu em 4 municípios (36,4%) e aumentou nos restantes 7 municípios.

(12.4.25) A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou no Continente (116,8%) e na região autónoma dos Açores (79,3%) e manteve o mesmo valor na região autónoma da Madeira. No Continente a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA) diminuiu apenas em 19 municípios (6,8%). A superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), de 1989 para 2009, aumentou em 253 municípios (91,0%), sendo de realçar grande parte dos municípios das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal; Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral, da região Alentejo, pelo número e contiguidade. Na região autónoma dos Açores a superfície agrícola utilizada (SAU) por unidade de trabalho ano (UTA), aumentou em todos os municípios e na região autónoma da Madeira diminuiu em 6 municípios (54,5%).

12.5 Sustentabilidade do uso do solo

Quanto aos aspetos da sustentabilidade ambiental do uso do solo, na medida em que as culturas temporárias e as culturas permanentes são, em potencial, ambientalmente menos sustentáveis e que a tecnologia agrícola melhorou, com superfícies apreciáveis de culturas agrícolas que aplicam medidas agroambientais, poderemos concluir, ou conjecturar que, houve melhoria da sustentabilidade ambiental no uso do solo, de 1989 para 2009.

Do ponto de vista da sustentabilidade social podemos concluir que o efeito de envelhecimento generalizado dos produtores agrícolas singulares não tem só a ver com o envelhecimento geral da população, repercutido no setor agrícola. Tem a ver também com a menor atração que o setor agrícola teve no período 1989-2009, relativamente a outros setores da economia. Do ponto de vista do equilíbrio etário da população agrícola podemos concluir que no período 1989-2009 a sustentabilidade social decresceu fortemente em todas as regiões de Portugal, mais acentuadamente no Continente.

Verificamos que de 1989 para 2009 houve melhorias significativas no grau de escolaridade dos produtores. No entanto, este ainda fica bastante aquém do mínimo desejável para a

sustentabilidade e progressão social a médio e longo prazo. Assim, podemos concluir que, apesar da melhoria de 1989 para 2009 na escolaridade dos produtores agrícolas singulares, ela fica bastante aquém das necessidades e do mínimo desejável para a sustentabilidade social do setor agrícola.

A maior proporção de mão-de-obra a tempo completo nas explorações agrícolas verificado de em 2009 relativamente a 1989, permitindo melhor estabilidade aos trabalhadores agrícolas, leva a uma melhoria da sustentabilidade social de 1989 para 2009.

O ajustamento na estrutura das explorações agrícolas que se verificou de 1989 para 2009 como o aumento da superfície média das explorações agrícolas e a capacidade de introdução de tecnologias na exploração agrícola, como o nível de mecanização, traduzido pelo aumento da percentagem de explorações agrícolas com trator, foi um fator positivo na sustentabilidade económica das explorações agrícolas, especialmente nas explorações agrícolas competitivas.

A diminuição de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, tanto em número como em percentagem, no Continente e na região autónoma Açores, de 1999 para 2009, é um fator negativo na sustentabilidade económica nas explorações agrícolas não competitivas.

12.6 Conclusão geral

Como conclusão geral, no período de 20 anos (1989 – 2009) observamos mudanças profundas na estrutura do uso do solo em Portugal e na agricultura portuguesa, tendo conduzido a fortes ajustamentos estruturais no mundo rural e a mudanças na sustentabilidade ambiental, social e económica dos sistemas agrícolas e rurais, motivados, em parte, pela integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, e da consequente política agrícola comum (PAC), mas também por mudanças socioeconómicas globais, influenciando ideias, mercados e modos de vida das comunidades rurais.

13. Referências bibliográficas

13. Referências bibliográficas

Almeida, C. A. Nunes, A. e Figueiredo, A. (2009): *Mudanças no uso do solo no Interior Centro e Norte de Portugal*. 1.^a ed. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Argemí, L. (2002): La historia de la economía agraria: una primera aproximación. *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 192, pp.9-31. (Cit.: Baptista, 2005).

Arnalte, E. (2005): La “teoría” de la política de estructuras agrárias, su evolución y algunos desfases con la realidad. In: Baptista, F. (Org.). *Terra e tecnologia. Século e meio de debates e políticas de emparcelamento*. Celta Editora, Oeiras:171-191.

Arroyo, F. (2006): El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea. *Norba, Revista de Geografía, Universidad de Extremadura*, XI: 11-20. (Cit.: Carvalho, 2008).

Aspinall, R. J. e Hill, J. M. (2008): *Land use change: science, policy and management*. CRC Press.

AFN (2010): *5.º Inventário Florestal Nacional*. Autoridade Florestal Nacional, Lisboa.

Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal (2011a): *Atlas climático ibérico*. Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal. Madrid.

Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal (2011b): *Atlas climático de los archipiélagos de Canarias, Madeira y Azores*. Agencia Estatal de Meteorología de España / Instituto de Meteorologia de Portugal. Madrid.

Agência Portuguesa do Ambiente (2002): *Atlas do Ambiente - Carta de solos*,
<http://sniamb.apambiente.pt/geoportal/catalog/search/resource/details.page?uuid=%7B1846D260-9F13-4C42-B853-85B533048DEA%7D>, consultado em julho de 2015.

Agência Portuguesa do Ambiente (2008): *Atlas da água – rede hidrográfica total*,
<http://sniamb.apambiente.pt/geoportal/catalog/search/resource/details.page?uuid=%7BF199A8DA-ECE8-44FF-B753-37DDD9A70240%7D>, consultado em julho de 2015.

AGRO.GES (2011): *O impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesas decorrentes da reforma da PAC*. Relatório final do estudo AGRO.GES para o GPP do MAMAOT, referente ao ajuste direto n.º A/8.2/2010. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/Impacto_reforma_PAC_Dez2011.pdf

Avillez, F. (2014): *A agricultura portuguesa. Caminhos para um crescimento sustentável*. AGRO.GES, Cascais.

Avillez, F. (2015): *A agricultura portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

Avillez, F. Sendim, A. Ferreira, A. Cunha, A. Figueiredo, E. Baptista, F. Santos, J. Souza, L. Carvalho, M. Sottomayor, M. Rodrigues, O. Jorge, R. e Correia, T. (2010): *A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013*. Documento elaborado pelo Grupo de Peritos criado pelo Despacho n.º 7164/2010 do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

Baptista, F. (1989): *A agricultura europeia à entrada do séc. XXI*. Editorial Fragmentos, Lisboa.

Baptista, F. O. (2001): *Agriculturas e territórios*. Celta Editora, Oeiras.

Baptista, F. O. (2005): A questão da terra. In: Baptista, F. O. (Org.). *Terra e tecnologia. Século e meio de debates e políticas de emparcelamento*. Celta Editora, Oeiras:193-220.

Borges, P. J. Fragoso, R. Garcia-Gonzalo, J. Borges, J. G. Marques, S. e Lucas M. R. (2010): Assessing impacts of Common Agricultural Policy changes on regional land use patterns with a decision support system. An application in Southern Portugal. *Forest Policy and Economics* 12: 111–120.

Briassoulis, H. (s/d): *Factors influencing land-use and land-cover change*. Land-use, land-cover and soil sciences, Vol. I Encyclopedia of life support systems (EOLSS), <http://www.eolss.net/sample-chapters/c19/E1-05-01-03.pdf> Consultado em julho 2015.

Bruinsma, J. (2009): *The resource outlook to 2050. Expert meeting on how to feed the World*. FAO. Roma. (Cit.: Avillez, 2014).

Bucknell, D. e Pearson, C. (2006): A spatial analysis of land-use change and agriculture in eastern Canada. *International Journal of Agricultural Sustainability* 4 (1):22-38.

Bunge, M. (1975): *Teoría y realidad*. Ariel, Barcelona. (Cit.: Mora Aliseda e Mora Aliseda, 2015).

Caldas, J. C. (2001): *Terra e trabalho. Parcerias e parceiros*. Celta Editora, Oeiras.

Carvalho, P. (2008): União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Cadernos de Geografia*, 26-27: 67-76.

http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo26_27/artigo06

Casimiro, P. (1993): *Concelho de Mértola. Geo-biografia das mudanças do uso do solo*. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Geografia e Planeamento Regional.

Castro, H. Lehsten, V. Lavorel, S. e Freitas, H. (2010): Functional response traits in relation to land use change in the “Montado”. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 137: 183–191.

Comissão Europeia (1985): *Perspectives de la Politique Agricole Commune. Le Livre Vert de la Commission*. Notes rapides de l'Europe Verte, 33, Julho.

Comissão Europeia (1997): *Rural Developments, CAP 2000*. Working Document, DG VI (Cit.: Arnalte, 2005).

Condesso, F. (2008): *Turismo urbano e rural. Património cultural*,
<http://condesso2011.no.comunidades.net/turismo-urbano-e-rural-patrimonio-cultural>

Conselho da União Europeia (2006): Decisão do Conselho de 20 de Fevereiro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (período de programação 2007-2013). *Jornal Oficial da União Europeia*, 25-2-2006, L55, 20-29.

Cordovil, F., Dimas, B., Alves, R. e Baptista, D. (2004): A política agrícola e rural comum e a União Europeia. Principia, Cascais.

Correia, T. (1993): Land abandonment: changes in the land use patterns around the Mediterranean basin. *Cahiers Options Méditerranéennes*, 1 (2), CIHEAM-IAMZ, 97-112.

Correia, T. Breman, B. Jorge, V. e Dneboská, M. (2006): *Estudo sobre o abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural. Tipologia de áreas rurais*. Universidade de Évora.

Coutinho, J. (2008): *Mudanzas en el uso agrícola de la tierra en la Beira Interior Sul y Cova da Beira (1989-1999)*. Trabajo de investigación tutelada. Universidad de Extremadura, Cáceres.

Coutinho, J. e Mora Aliseda, J. (2009): Aspectos do uso do solo na Beira Interior Sul e Cova da Beira. *IV Congresso Internacional Ordenamento do Território: Infra-estruturas e Desenvolvimento Regional*. Universidade Técnica de Lisboa - ISCSP 25-27 Novembro 2009

Direcção-Geral de Florestas (2001): *Inventário Florestal Nacional. Portugal Continental 1995-1998*. 3.ª revisão. Direcção Geral de Florestas, Lisboa.

Comissão das Comunidades Europeias (2004): *Proposal on support for rural development by the European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD)*. COM (2004) 490,
http://ec.europa.eu/agriculture/capreform/rurdevprop_en.pdf

Comissão das Comunidades Europeias (2006): Decisão do Conselho de 20 de Fevereiro de 2006 relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural, período de programação 2007-2013. *JOCE* 25.2.2006.

Comisión Europea (1988): El futuro del mundo rural. Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo y al Consejo. *Boletín de las Comunidades Europeas*, Suplemento 4/88.
<http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/48437/Suplemento4-88..pdf?sequence=1>

Comisión Europea (2010): *La Política Agrícola Común más allá de 2013 – Debate público. Resumen de las aportaciones*,
http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/debate/report/executive-summary_es.pdf

Correia, J. (2009): *Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha. O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)*. Dissertação de Mestrado na área de Geografia, especialidade em Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Council of the European Union (2013): Common agricultural policy: the reform is approved by the Council. *17854/13 (OR. en) Presse 582*, Brussels, 16 December,
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/agricult/140098.pdf

Delgado, F. (2009): Beira Interior: os caminhos do desenvolvimento rural. In: Baptista, F. Jacinto, R. e Mendes, T. (coord.): *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Câmara Municipal de Proença-a-Nova: 21-37.

DGF (2005): *4.º Inventário Florestal Nacional*. Direcção Geral de Florestas, Lisboa.

EEAC Working Group Agriculture and Rural Development (2008): *Globalisation, land use change and the common agricultural policy*. Activity report 2007. European Environmental and Sustainable Development Advisory Council.

Ellis, E. (2013): *Land-use and land-cover change*,

<http://www.eoearth.org/view/article/154143> Consultado em julho 2015.

Estrada, E. (2006): Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del nuevo Reglamento de Desarrollo Rural. *Actas del II Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, Huelva, Universidad Internacional de Andaluzia (ed. CD-ROM). (Cit: Carvalho, 2008).

European Comission (2013): Overview of CAP reform 2014-2020. *Agricultural Policy Perspectives Brief*, 5 / December,

http://ec.europa.eu/agriculture/policy-perspectives/policy-briefs/05_en.pdf

Fabiani, G. e Scarano G. (1995): Una stratificazione socioeconomica delle aziende agricole: pluralismo funzionale e sviluppo territoriale. *La Questione Agraria*, 59, pp.27-91. (Cit.: Baptista, 2005).

FAO (2008): *The state of food insecurity in World 2008*. FAO, Roma.

FAO (2009): *Food security and agricultural mitigation in developing countries: options for capturing synergies*. FAO, Roma.

Fernandes, M. J. (2005): *Abandono agrícola: um problema de segurança e defesa nacionais*. Série estudos e documentos, n.º 11. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

Ferrater Mora, J. (1965): *Diccionario de Filosofía*. Sudamericana, Buenos Aires. (Cit.: Mora Aliseda e Mora Aliseda, 2015).

Fragoso, R. Marques, C. Lucas, M. R. Martins, M. B. e Jorge, R. (2011): The economic effects of common agricultural policy on Mediterranean montado/dehesa ecosystem. *Journal of Policy Modeling* 33: 311–327.

Garrity, D. P. Akinnifesi, F. K. e Ajayi, O. C. (2010): Evergreen Agriculture: A Robust Approach to Sustainable Food Security in Africa. *Food Security* 2.3 (2010): 197–214. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Gaspar, J. e Fidalgo, B. (2002): Evolução do uso do solo e avaliação do valor paisagístico e de recreio na área de paisagem protegida da Serra do Açor. *Silva Lusitanica* 10 (2):179-194.

Geist, H.J. e Lambin, E. F. (2002): Proximate Causes and Underlying Driving Forces of Tropical Deforestation. *BioScience* 52.2: 143–150. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014)

Gervais, M. *et. al.* (1977): *La Fin de la France Paysanne* (4.º vol. da Histoire de la France Rurale), Paris. 755 p. (Cit.: Baptista, 2005).

Giri, C. P. (ed.) (2012): *Remote Sensing of Land Use and Land Cover: Principles and Applications*. Taylor & Francis Series in Remote Sensing Applications. Boca Raton, FL: CRC Press. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

GLP Transition Team (2015): *Global Land Project: Science Plan and Implementation Strategy*. IGBP Report 53. Stockholm, IGBP Secretariat. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

GPP (2014): *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*.

Decisão C (2014) 9896 de 12 de dezembro de 2014,

http://www.gpp.pt/pdr2020/PDR%202020_final_5fev.pdf

Gutman, G. Janetos, A. C. e Justice, C. O. (eds.) (2004): *Land Change Science: Observing, Monitoring and Understanding Trajectories of Change on the Earth's Surface*. Remote Sensing and Digital Image Processing 6. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

ICNF (2015a): *Inventário florestal nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Lisboa.

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn>, acessado em 13 de março de 2015.

ICNF (2015b): *4.º inventário florestal nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Lisboa.

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn4>, accedido em 13 de março de 2015.

ICNF (2015c): *5.º inventário florestal nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Lisboa.

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn5>, accedido em 13 de março de 2015.

IGEO Informação Geográfica (2015): *Modelo digital do terreno de 50 metros (MDT50M)*,

<http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Listagem.aspx>, consultado em julho de 2015.

INE (2001): *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989-1999*. CD-ROM. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2011): *Recenseamento agrícola e inquéritos estruturais*,

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, accedido em setembro de 2011.

INE (2014): *Sistema de metainformação. Conceitos*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<http://smi.ine.pt/Conceito?clear=True>, accedido em janeiro de 2014.

INE (2015): *As novas unidades territoriais para fins estatísticos. NUTS 2013*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Jaraíz Cabanillas, F. (2011): *Nuevas dinámicas territoriales y sus repercusiones sobre los cambios de uso del suelo en la Raya Central Ibérica*. Tesis doctoral, Universidad de Extremadura, Cáceres.

Jaraíz Cabanillas, F. Mora Aliseda, J. e Gutierrez Gallego, J. A. (2012): Land cover and land use change in the central spanish-portuguese border region. *Boletín de la asociación de geógrafos españoles*. 60: 369-

Jones, N. Graaff, J. Rodrigo, I. e Duarte, F. (2011): Historical review of land use changes in Portugal (before and after EU integration in 1986) and their implications for land degradation and conservation, with a focus on Centro and Alentejo regions. *Applied Geography* 31: 1036-1048.

Jurado Almonte, J. M. (2011): Modelos turísticos en el ámbito territorial del Baixo Alentejo, Algarve y Provincia de Huelva. In: Almonte, J. M. (Dir.): *Recursos, potencialidades y modelos turísticos en el Baixo Alentejo, Algarve y Provincia de Huelva*. Servicio de publicaciones de Universidad de Huelva: 31-62.

Koomen, E. Stillwell, J. Bakema, A. e Scholten, H. J. (Eds.) (2007): *Modeling land-use change: progress and applications*. Series Geo Journal Library, vol. 90. Springer.

Lambin, E. F. e Geist, H. J. (eds.) (2006): *Land-Use and Land-Cover Change: Local Processes and Global Impacts*. Global Change—the IGBP Series. Berlin: Springer Verlag. (Cit.: Zvoleff et al. 2014).

Lauwe, J. (1979): *L'Aventure Agricole de la France, de 1945 a nous jour*. Paris.

Liu, J. Hull, V. e Batistella, M. (2013): Framing Sustainability in a Telecoupled World. *Ecology and Society* 18.2: 595–613. (Cit.: Zvoleff et al., 2014).

López, R. e Álvarez-Coque, J. (s/d): *La reforma de la PAC del 2013 y estrategias negociadoras para España*.

<http://www.pastos.es/pdf/ESPANA%20Y%20LA%20REFORMA%20DE%20LA%20PAC.pdf>

Lourenço, N. (1998): Monitoring and managing changes in rural marginal areas: a comparison analysis. *LUCC Newsletter*, 4. LUCC/IHDP, Barcelona.

Lourenço, N. Correia, T. Jorge, M. e Machado, C. (1998): Socio-economic information for a comprehensive analysis on land use changes. In: Baulies, X. e Szejwach, G. (eds.): *LUCC data requirements Workshop. Survey of needs, gaps and priorities on data for land-use/land cover changes research*. Report series n.º 3: 115-117. Institut Cartogràfic de Catalunya, Barcelona.

Lourenço, N. Jorge, M. e Machado, C. (1999): Socio-economic analysis on land use change studies. *COASTIN Coastal Policy Research Newsletter, 1*. TERI/European Union, New Delhi.

Lourenço, J. Danko, C. Fernandes, D. e Ramos, L. (2008): Alterações dos usos do solo: o caso do Vale do Douro. *Engenharia Civil UM*, 30:33-50.

Lubowski, R. Bucholtz, S. Claassen, R. Roberts, M. Cooper, J. Gueorgnieva, A. e Johansson, R. (2006): *Environmental effects of agricultural land-use change. The role of economics and policy*. Economic Research Report n.º 25, United States Department of Agriculture.

Ludewigs, T. D'Antona, A. O. Brondízio, E. S. e Hetrick, S. (2009): Agrarian Structure and Land-Cover Change along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. In *Special Issue: The Limits of State-Led Land Reform. World Development 37.8*: 1348–1359. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

MA (1994): *Aplicação em Portugal dos regulamentos (CEE) 2072/92, 2079/92 e 2080/92, ddo Conselho de 30 de Junho*. Dec.-Lei 31/94 de 5 de Fevereiro e Portaria 688/94, de 22 de Julho. Ministério da Agricultura, Lisboa.

MADRP (2001): *Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental 2000-2006*. Dec.-Lei 8/2001, de 22 de Janeiro. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

MADRP (2007): *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013*. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

MADRP (2007a): *Programa de Desenvolvimento Rural. Continente 2007-2013*. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

MAM/GPP (2014): *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*. Ministério da Agricultura e do Mar/Gabinete de Planeamento e Políticas, Lisboa.

Meyer, W. B. e Turner II, B. L. (eds.) (1994): *Changes in Land Use and Land Cover: A Global Perspective*. Papers presented at the 1991 OEIS Global Change Institute conference, held in Snowmass Village, CO. New York: Cambridge University Press. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Meyer, W. B. e Turner, B. L. (1996): Land use/land cover change: challenges for geographers. *GeoJournal* 39.3: 237-240.

Monteiro-Henriques, T. (2010): *Fitossociologia e paisagem da bacia hidrográfica do rio Paiva/Landscape and phytosociology of the Paiva River's hydrographical basin*. Ph.D. thesis. Instituto Superior de Agronomia – UTLisbon. Lisboa. Portugal.

Mora Aliseda, J. e Mora Aliseda, C. (2015): *Análisis de las cuencas hídricas transfronterizas de la Península Ibérica*. Estudios. Thomson Reuters Aranzadi, Cizur Menor (Navarra).

Mormont, M. (1994): La agricultura en el espacio rural europeo. *Agricultura y Sociedad*, 71: 17-49.

Nieto Masot, A. (2007): *El desarrollo rural en Extremadura: las políticas Europeas y el impacto de los programas Leader y Proder*. Tesis doctoral. Universidad de Extremadura, Cáceres.

Novais, A. Lourenço, F. e Baptista, F. (2000): *Portugal (Continente) - uma leitura do rural*. Documento de trabalho n.º 18. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Nowicki, P. Weegar, C. Meijl, H. Banse, M. Helming, J. Terluin, I Verhoog, D. Overmans, K. Westhoek, H. Knierim, A, Reutter, M. Matzdorf, B. Margraf, O. e Mnatsakanian, R. (2006): *Scenar 2020. Scenario study on agriculture and the rural world*. European Commission, Directorate-General Agriculture and Rural Development.

Nunes, A. (2008): *Abandono do espaço agrícola na “Beira Transmontana”*. Campo das Letras – Editores, Porto.

Pinto-Correia, T. e Sørensen, E. M. (1995): Marginalisation and marginal land: processes of changes in the countryside. *Skriftserie*, 152.

Radish, C. e Batista, F. O. (2005): Floresta e sociedade: um percurso (1875-2005). *Silva Lusitana* (em linha) 13 (2):143-157.

Disponível em: <<http://www.scielo.osce.mctes.pt/pdf/slu/v13n2a01.pdf>>

Realinho, A. (2015): Abordagem LEADER em vez de Programa LEADER para fazer crer que o LEADER continuava? *Revista Viver* 23: 1.

Rodrigues, O. (1998): *A terra e a mudança. Reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana*. Estudos, Instituto Politécnico de Bragança.

Rodrigues, O. (2000): *Utilização do território e propriedade fundiária*. Tese de doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Rodrigues, O. (2003): Economia, políticas e diferenciação do espaço. *Seminário Espaço e Agricultura. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 14 de Novembro 2003*.

Santos, J. L. (2013): Agricultura e ambiente. Papel da tecnologia e das políticas públicas. In: Santos, J. L. *et al.* (org.): *O futuro da alimentação: ambiente, saúde e economia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. (Cit.: Avillez, 2014).

Seo, S. N. (2010): A Microeconomic Analysis of Adapting Portfolios to Climate Change: Adoption of Agricultural Systems in Latin America. *Applied Economic Perspectives and Policy* 32.3: 489–514. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Servolin, C. (1988): *Las políticas Agrarias*. Madrid. (Cit.: Baptista, 2005).

Silva, J. L. C. (2001): *Ocupação do espaço pela agricultura: do biofísico à população*. Documento de trabalho 19. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Singh, R. B. Fox, J. e Himiyama, Y. (eds.) (2001): *Land Use and Cover Change*. Enfield, NH: Science Publishers. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Soares-Filho, B. S., Nepstad, D. C. e Curran, L. M. (2006): Modelling Conservation in the Amazon Basin. *Nature* 440.7083: 520–523. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Turner II, B. L. Lambin, E. F. e Reenberg, A. (2007): The Emergence of Land Change Science for Global Environmental Change and Sustainability. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 104.52: 20666–20671. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Turner II, B. L. Skole, D. Sanderson, S. Fischer, G. Fresco, L. e Leemans, R. (1995): *Land-Use and Land-Cover Change: Science/Research Plan*. IGBP Report 35. Stockholm: Royal Swedish Academy of Sciences. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Varela, J. (1992): *A agricultura e o espaço rural*. Ministério da Agricultura, Lisboa.

Verburg, P. H. van Eck, J. R. R. de Nijs, T. C. M. Dijst, M. J. e Schot, P. (2004): Determinants of land-use change patterns in the Netherlands. *Environment and Planning B: Planning and Design* 31(1): 125 – 150.

Verburg, P. H. Eickhout, B. e Meijl, H. van (2008): A multi-scale, multi-model approach for analysing the future dynamics of European land use. *Ann Reg Sci* 42:57–77.

Walker, R. Moran, E. e Anselin, L.(2000): Deforestation and Cattle Ranching in the Brazilian Amazon: External Capital and Household Processes. *World Development* 28.4: 683–699. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Wartofsky, M. W. (1973): *Introducción a la filosofía de la ciencia*. Editorial Alianza, Madrid. (Cit.: Mora Aliseda e Mora Aliseda, 2015).

Xavier, A. e Freitas, M. (2014): Recent dynamics and trends of Portuguese agriculture – a Biplot analysis. *New Medit.* 4: 63-71.

Zak, M. R. Cabido, M. Cáceres, D. e Díaz, S. (2008): What Drives Accelerated Land Cover Change in Central Argentina? Synergistic Consequences of Climatic, Socioeconomic, and Technological Factors. *Environmental Management* 42.2: 181–189. (Cit.: Zvoleff *et al.*, 2014).

Zvoleff, A. Wandersee, S. An, L. e López-Carr, D. (2014): *Land Use and Cover Change*. Oxford-Bibliographies,
<http://geog.ucsb.edu/~carr/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/Land-Use-and-Cover-Change-Geography-Oxford-Bibliographies-.pdf> Consultado em julho 2015.

Pesquisa Internet:

Decálogo de Avilés (2004),
http://www.femp.es/files/566-136-archivo/Decalogo_de_Aviles_2004.pdf

Declaração de Cork (1996),
http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_p/pt/dossier/cork.pdf

Declaração de Sevilha (2005),
http://www.europa2000.es/huebra/documentos%20en%20pdf/declaracion_sevilla.pdf

Manifiesto de Cáceres (2011),
<http://servicios.hoy.es/datos/documentos/manifiesto-caceres.pdf>

Manifiesto de Salzburgo (2003),
<http://www.redr.es/es/cargarAplicacionNoticia.do;jsessionid=049946BA09DA556FA1F89730C09129?identificador=17149>

Anexos

Lista de siglas e acrónimos

AFN – Autoridade Florestal Nacional

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CEE – Comunidade Económica Europeia

CE – Comunidade Europeia

DGF – Direção Geral das Florestas

EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local

EIM – Entidades Intermunicipais

EUROSTAT – Estatísticas Europeias (é uma Direção-Geral da Comissão Europeia)

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEADER – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural

GAL – Gabinete de Ação Local

GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

IGEO – Instituto Geográfico Português

INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal

JOCE – Jornal Oficial das Comunidades Europeias

JOUE – Jornal Oficial da União Europeia

LEADER – Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural; Programa da Comunidade Europeia para o desenvolvimento rural.

MA – Ministério da Agricultura

MADRP – Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MDT – Modelo Digital do Terreno

NUTS I – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (em Portugal as NUTS I são o Continente, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira)

NUTS II – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (em Portugal as NUTS II são: no Continente – regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve; a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira)

NUTS III - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (em Portugal as NUTS III são: 28 no Continente; a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira)

OCM – Organização Comum de Mercado

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Política Agrícola Comum

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SANU – Superfície Agrícola Não Utilizada

SM – Superfície do Município

SNIRH – Sistema Nacional Integrado dos Recursos Hídricos

SEA – Superfície das Explorações Agrícolas

STEA – Superfície Total das Explorações Agrícolas

UE – União Europeia

UTA – Unidade de Trabalho Ano